

ENCONTRO ANUAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNESPAR (EAIC)

V EAIC
29 a 31 de outubro de 2019

ANAIS

Campo Mourão/PR
2019

Encontro Anual de Iniciação Científica da Unespar (EAIC) (5.:out.
29-31, 2019: Campo Mourão - PR)

Anais do V Encontro Anual de Iniciação Científica da Unespar (EAIC),
29 a 31 de outubro 2019 / Organização: Adriana Beloti; Suzana Pinguello Morgado
– Campo Mourão: UNESPAR, 2019.

978 p.

ISSN 2447-5688

ISBN 978-85-54997-03-8

1. Ciência - Congressos 2. Pesquisa - Congressos. 3. BELOTI, Adriana
(coord.). 4. MORGADO, Suzana Pinguello (coord.) (org.). 5. Encontro Anual de
Iniciação Científica da Unespar. 6. Anais do V Encontro Anual de Iniciação
Científica da Unespar (EAIC).

CDD 506.3

21. ed

CDU 50

A Universidade Estadual do Paraná-UNESPAR, por meio da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação-PRPPG, Diretoria de Pesquisa, juntamente com a Coordenação e Comissão Organizadora promovem o V Encontro Anual de Iniciação Científica da Unespar - EAIC, o qual é realizado todos os anos em diferentes *campi* da UNESPAR, sendo sediado, em 2019, no *Campus* de Campo Mourão.

O Encontro visa a apresentação de mais de 280 trabalhos de pesquisas realizados de agosto de 2018 a julho de 2019 no Programa de Iniciação Científica – PIC – da Unespar, expostos em comunicação de seção pública. O evento propicia a difusão do conhecimento e o debate de temas relevantes, bem como a integração entre docentes e discentes, além de um espaço para as discussões nas mais diferentes áreas de conhecimento, contando com palestras, *workshop*, oficinas e comunicações, além de publicações de resumos e trabalhos completos, que são resultados finais de atividades de pesquisa desenvolvidas no PIC 2018-2019.

Nesse sentido aponta-se aos esforços dispendidos por todas as instâncias relacionadas ao Programa de Iniciação Científica da UNESPAR. Este grande trabalho e dedicação de professores e acadêmicos é a força motriz para o avanço da pesquisana Universidade.

Os resultados dos manuscritos são de acesso público, seguindo o princípio de livre acesso a pesquisas gerando, assim, um maior intercâmbio global do conhecimento. Os trabalhos seguem um padrão de qualidade, a partir de pareceres emitidos por avaliadores *ad hoc*, antes de serem aceitos e publicados na página do evento.

Aos leitores dos trabalhos deseja-se proveito no conhecimento buscado. Aos autores parabeniza-se pelos resultados alcançados. E às agências de fomento agradece-se ao apoio fornecido.

Organização do V EAIC 2019

Coordenação Geral 2019

Adriana Beloti, Unespar/Diretoria de Pesquisa/PRPPG

Suzana Pinguello Morgado, Unespar/*Campus* de Campo Mourão

Editoração dos Anais 2019

Cleber da Silva Luz, Unespar/*Campus* de Campo Mourão
Gabriella Candido Moreira, Unespar/*Campus* de Campo Mourão
Luciana Vargas Jardim Moreira, Unespar/*Campus* de Campo Mourão
Suzana Pinguello Morgado, Unespar/ *Campus* de Campo Mourão

Comissão organizadora 2019**Comissão Local**

Walmir Ruins Salinas
Suzana Pinguello Morgado
Adalberto Dias de Souza
Jorge Leandro Delconte Ferreira
Amauri Jersi Ceolim

Comissão Geral

Adriana Beloti
Antonio Charles Santiago Almeida
Elói Vieira Magalhães
Marcelo Bourscheid
Maria Antonia Ramos Costa

CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA

O GEOPROCESSAMENTO NA ANÁLISE ESPACIAL DOS HIPERTENSOS DIABÉTICOS DA CIDADE DE PARANAÍ, PR (2018)

Bruno Teixeira Stramaro (PIC, Fundação Araucária)
Unespar/Campus Paranavaí, stramaro09@hotmail.com
Virgílio Manuel Pereira Bernardino
Unespar/Campus Paranavaí, virgilio_fecilcam@yahoo.com.br

Diabetes Mellitus e Hipertensão Arterial. Mapeamento.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa foi realizada no município de Paranavaí e embasa-se em estudos da Geografia da Saúde. A Geografia da Saúde fornece informações a respeito de doenças através de mapeamento. Sendo assim, nestes estudos se torna possível a análise espacial do surgimento e evolução de determinada patologia, além de facilitar a descoberta das possíveis causas e condições das mesmas.

Neste sentido, foi possível localizar e caracterizar os grupos de maior risco de morte, mapeando a concentração dos hipertensos e diabéticos da área urbana de Paranavaí. Para tanto, foi utilizado o QGIS, para a elaboração do banco de dados e mapeamento. Este software de geoprocessamento é livre e pode ser instalado em diversos sistemas operacionais, como o Microsoft Windows, além disso está disponível gratuitamente na internet.

Atualmente no Brasil as doenças cardiovasculares constituem a principal causa de morbimortalidade na população, não há uma única causa para estas doenças, mas vários fatores de risco que aumentam a probabilidade de sua ocorrência. A Hipertensão arterial afeta uma boa proporção da população e a grande maioria dos acidentes vasculares cerebrais e infarto do miocárdio apresentam um quadro de hipertensão associada, segundo o Ministério da Saúde do Brasil.

A Hipertensão afeta de 11 a 20% da população adulta com mais de 20 anos. Cerca de 85% dos pacientes com acidente vascular encefálico (AVE) e 40% das vítimas de infarto do miocárdio apresentam hipertensão associada. (Hipertensão arterial sistêmica (HAS) e Diabetes Mellitus (DM): protocolo / Ministério da

saúde, Departamento de Atenção Básica. Área Técnica de Diabetes e Hipertensão Arterial. (Brasília: Ministério da Saúde, 2001.)

O diabetes atinge gestantes de todas as idades, e a população em geral sem distinção de raça sexo ou condição socioeconômica. Segundo o Ministério da Saúde a sua prevalência na população adulta é de 7,6%.

A Hipertensão arterial sistêmica e o Diabetes Mellitus são fatores que decisivamente são responsáveis diretamente por este quadro montado em âmbito nacional. Estas doenças são interdependentes e se não forem tratadas, aumentam a possibilidade de doença vascular aterosclerose (enfartes do miocárdio, acidentes vasculares cerebrais e doenças circulatórias dos membros inferiores). Segundo a Comunidade DiabeteNet.com.br, ao diagnosticar a diabetes, a hipertensão já existe em cerca de 40% dos doentes, o que sugere uma associação de mecanismos entre as duas patologias: a obesidade e resistência à insulina levam à hipertensão e está agrava a intolerância à glicose.

Estas doenças geralmente levam, à invalidez parcial ou total do cidadão, com grave reflexo no paciente e em seus familiares. Porém quando se tem um diagnóstico precoce destas doenças se pode tratar evitando complicações ou retardam as já existentes, estas doenças são bastante sensíveis permitindo muitas formas de se administrá-las.

O estudo da Hipertensão e Diabetes vem sendo muito abordado, mas sua espacialização por meio de softwares não é comum. A espacialização ainda é um desafio para muitos estudiosos do assunto, mesmo da área da Geografia. Segundo Martin e Oliveira (2015) “As geotecnologias ultrapassam a mera produção de mapas, e alcançam o status de meio para o estudo do ambiente e sociedade, e desse modo estimula a elaboração e implementação de políticas públicas”.

O mapeamento permite a identificação da localização dos grupos de riscos de morte, abrangendo os fatores que contribuíram para o seu surgimento. Por meio desse estudo, conseguimos identificar as áreas com o maior número de hipertensos e diabéticos e aprimora o uso de softwares na produção de mapas dessas patologias na área urbana de Paranavaí.

MATERIAIS E MÉTODOS

A área escolhida para este estudo corresponde ao espaço urbano do Município de Paranavaí (Figura 1).

Foram analisados diversos softwares, onde se optou pelo QGIS que é um programa software livre com código-fonte aberto, multiplataforma de sistema de informação geográfica que permite a visualização, edição e análise de dados georreferenciados e é disponibilizado no site qgis.org.

Os métodos empregados permitiram caracterizar as áreas urbana segundo o número de diabéticos e hipertensos de cada região das UBS da área urbana de Paranavaí, incorporando sua localização geográfica.

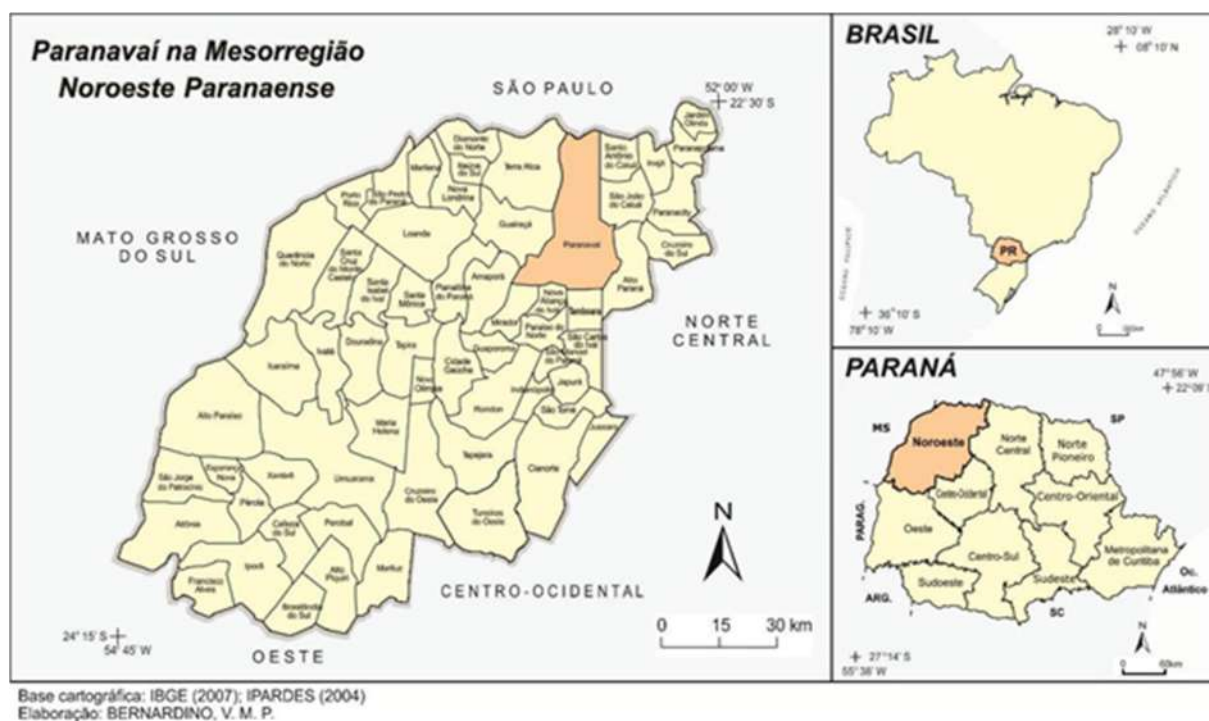


Figura 1 - Paranavaí na mesorregião Noroeste do Paraná

Fonte: Bernardino, 2017

Similar a outros sistemas de informação geográfica (SIG), o QGIS permite ao usuário fazer mapas com várias camadas usando diferentes sistemas de referência cartográfica. Os mapas podem ser montados em diferentes formatos e para diferentes usos. Neste sentido, o QGIS possibilita compor mapas a partir de camadas matriciais e/ou vetoriais. Este software permite que os dados sejam armazenados como pontos, linhas ou polígonos. Diferentes tipos de imagens raster são suportadas e o programa tem a capacidade de georreferenciar imagens.

Para fazer o zoneamento foram adotados os critérios estabelecidos pela Secretaria Municipal da Saúde do Município (SMS). A concentração da pesquisa foi em 13 das 16 Unidades Básicas de Saúde

(UBS), por se localizarem na área urbana da Cidade de Paranaíba, o que facilitou o deslocamento para a coleta de dados.

Tivemos a colaboração das Agentes Comunitárias da Saúde (ACS) da cidade estudada, coleta de dados não poderia ser feita junto a SMS (Secretaria Municipal de Saúde) pois seus dados estavam muito desatualizados. Neste caso, o levantamento de dados foi através de 145 ACS (Agentes Comunitários de Saúde) de cada UBS (Unidade de Saúde Básica), responsável por uma microrregião conforme sua área de atuação, dentro da abrangência de cada UBS, sendo que cada área é chefiada por um enfermeiro ou médico responsável.

Verificamos que os mapas que as ACSs têm, são trabalhados à mão e preenchidos com alfinetes de cores diferentes, representando as várias doenças. Constatou-se que geralmente estes mapas estão desatualizados e apresentam grande dificuldade de interpretação por não respeitarem as normas cartográficas.

A utilização da cartografia analógica ou convencional, que é a criação manual de um mapa, a sua produção é demorada, mas um dos principais problemas deste tipo de mapa é a sua atualização, em vários casos não poderia reaproveitar esses mapas antigos sendo assim teria que refazer todo o mapa. A Cartografia Digital é a reunião dos dados e a projeção em uma imagem virtual, com o Sistema de Informação Geográfica (SIG), é possível a construção de um banco de dados e manter o mesmo atualizado, sendo assim o mapa não precisa ser refeito, facilitando a produção e tornando-a mais rápida.

Os mapas temáticos são, portanto, instrumentos fundamentais na análise espacial do risco de se contrair determinadas doenças, a utilização do SIG é indispensável, Segundo Hino (2006, p. 2):

A aplicação do SIG na pesquisa em saúde oferece grandes possibilidades, possibilitando aos pesquisadores aplicação de novos métodos para o manejo de sua informação espacial, tornando-se uma poderosa ferramenta para conexão entre saúde e ambiente.

Após esse processo foi produzido o banco de dados e as bases cartográficas com o QGIS, o foco principal do projeto é a análise dos hipertensos diabéticos, mas com os dados coletados junto as ACS e podendo ser lançados no banco de dados do software QGIS, possibilita uma análise maior de outras doenças que a população do Município de Paranaíba desenvolve. Com esse mapeamento através do software QGIS tanto as ACS como a Secretaria Municipal da Saúde de Paranaíba, têm um acesso aos dados mais fácil e com uma maior precisão, desde que tenha continuidade nas atualizações do banco de dados.

Deste modo, foi possível a produção de vários mapas temáticos sobre diabéticos e hipertensos da cidade de Paranavaí. O uso deste software é muito vantajoso, visto que é gratuito, apresenta abundância de material de apoio e tem grande empregabilidade.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Entre os resultados encontrados, podemos afirmar que bairros mais antigos de Paranavaí são os que apresentaram maior número de casos de hipertensos e diabéticos. Atualmente a cidade conta com uma população estimada em 87.813 habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), podemos observar na figura 2 o número de habitantes por unidades básicas de saúde, percebemos que os Jardins São Jorge e Vila Operária tem o maior número de habitantes, sendo que em 2013 o Jardim São Jorge tinham uma população de aproximadamente de 25 mil habitantes (uma população maior que em muitos municípios do noroeste do Paraná).

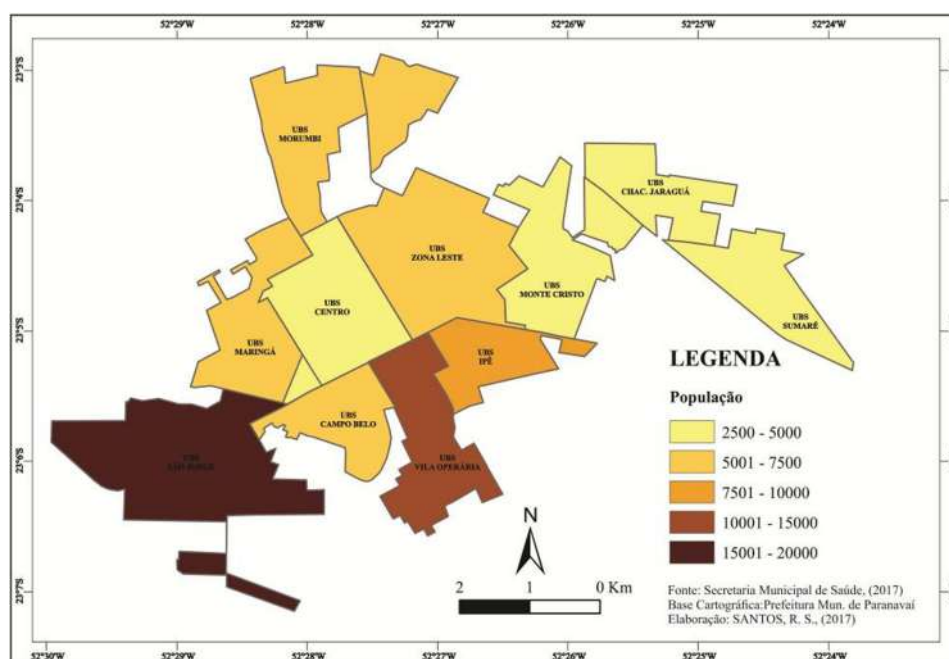


Figura 2 - Número de habitantes por unidade básica de saúde

Fonte: Santos, 2018

Em jardins novos como o Monte Cristo e Jardim Oásis, ainda tem pouca poluição e sendo que em sua maioria são casais jovens, vale ressaltar que nesses jardins as UBS possuem um atendimento com

especialidades, voltadas para as gestantes e pediatria entre outros, desta forma vamos ter poucos casos de hipertensão e Diabetes (Figura 3 e 4).

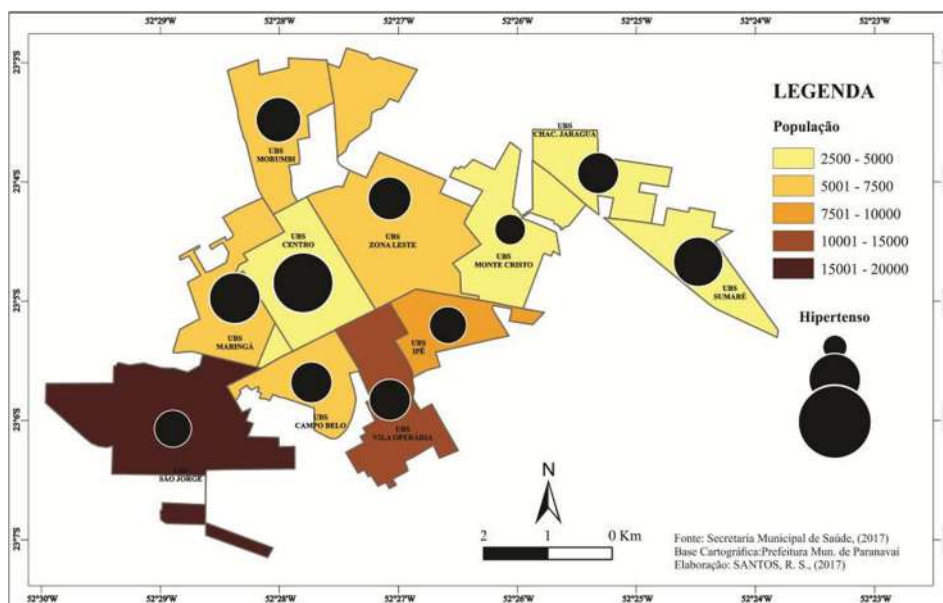


Figura 3 - Concentração de hipertensos
Fonte: Santos, 2018

O Jardim São Jorge apresenta um número de 9% de hipertensos e 2% de diabéticos, o segundo jardim mais populoso de Paranavaí é a Vila Operária, onde encontramos um índice de 11% hipertensos e 3% diabéticos. Podemos observar uma maior concentração de diabéticos e hipertensos nos Bairros do Jd. Maringá, com 17% de pessoas com Hipertensão e 5% Diabetes e o Centro com 24% de hipertensos e 9% de diabéticos.

O Distrito do Sumaré mesmo possuindo uma baixa população, acaba demonstrando uma alta concentração das patologias. Neste sentido, destaca-se ainda o Jd. Morumbi que apresenta um elevado índice de pessoas com hipertensão e diabetes, totalizando 16%, mesmo não sendo um dos bairros mais populosos do município.

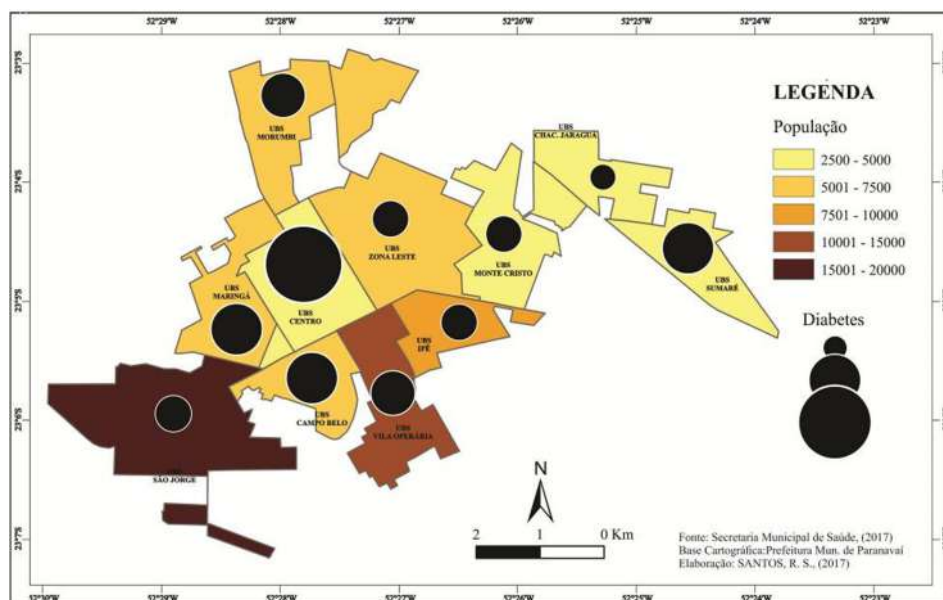


Figura 4 - Concentração de diabéticos

Fonte: Santos, 2018

Esta pesquisa apresenta, em sua maioria, números relativos. Os números absolutos deturpariam a realidade apresentada nos mapas, desta forma foram utilizados os parâmetros e porcentagem Municipal da Cidade de Paranavaí de doentes, fazendo uma comparação com a porcentagem de doentes das Unidades Básicas de Saúde. Fazendo a soma dos diabéticos e os hipertensos cadastrados nas 13 UBS, se chegou ao resultado de 8882 hipertensos (10,8 da população), 2051 diabéticos (2,5) e 2244 Hipertensos e Diabéticos (2,8).

Quadro – Porcentagem de diabéticos e hipertensos por Unidade Básica de Saúde em Paranavaí – 2018

UBS	Hipertensos	Diabéticos
Centro	24%	9%
Maringá	17%	4%
São Jorge	9%	2%
Campo Belo	11%	4%
Zona Leste	12%	2%
Morumbi	13%	3%
Monte Cristo	6%	2%
Chácara Jaraguá	11%	1%
Sumaré	16%	4%
Ipê	9%	2%
Vila Operária	11%	3%

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde, 2018

Com o mapeamento, podemos perceber as áreas com número de hipertensos e diabéticos. Estas doenças estão associadas a fatores como o sedentarismo, obesidade, faixa etária acima de 40 anos, baixo nível de instrução, entre outros. Encontramos nessas áreas uma maior quantidade de idosos e obesos que vai ao encontro da maior concentração de hipertensos e diabéticos, havendo, portanto, ligação entre essas características e as doenças (Figura 5 e 6).

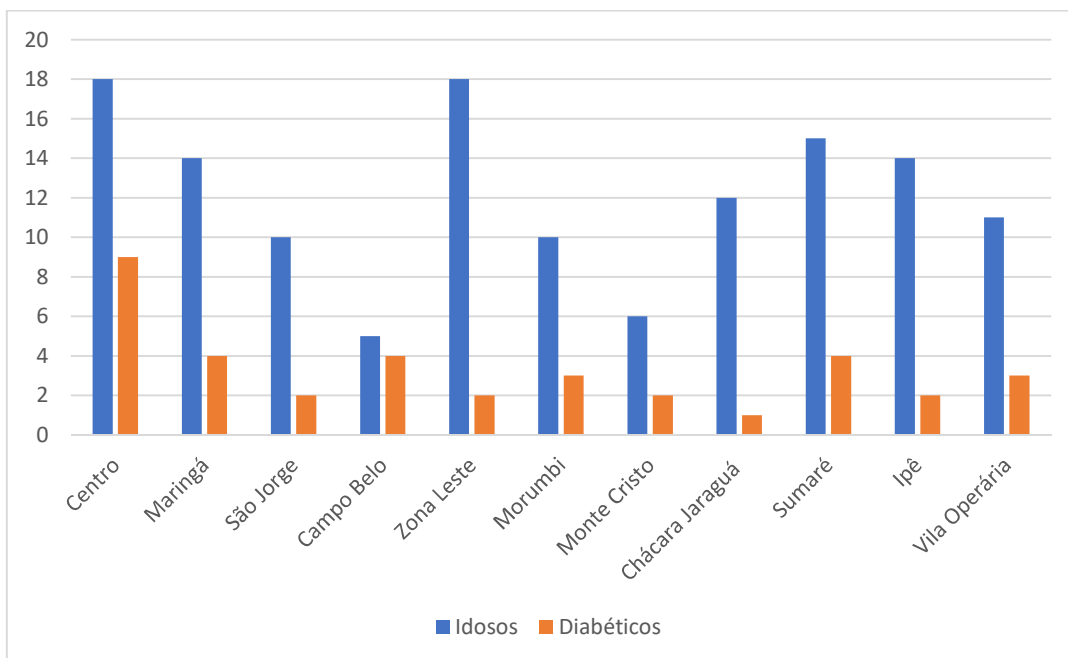


Figura 5 - Correlação entre o número de diabéticos e idosos por Unidade

Fonte: Stramaro, 2018

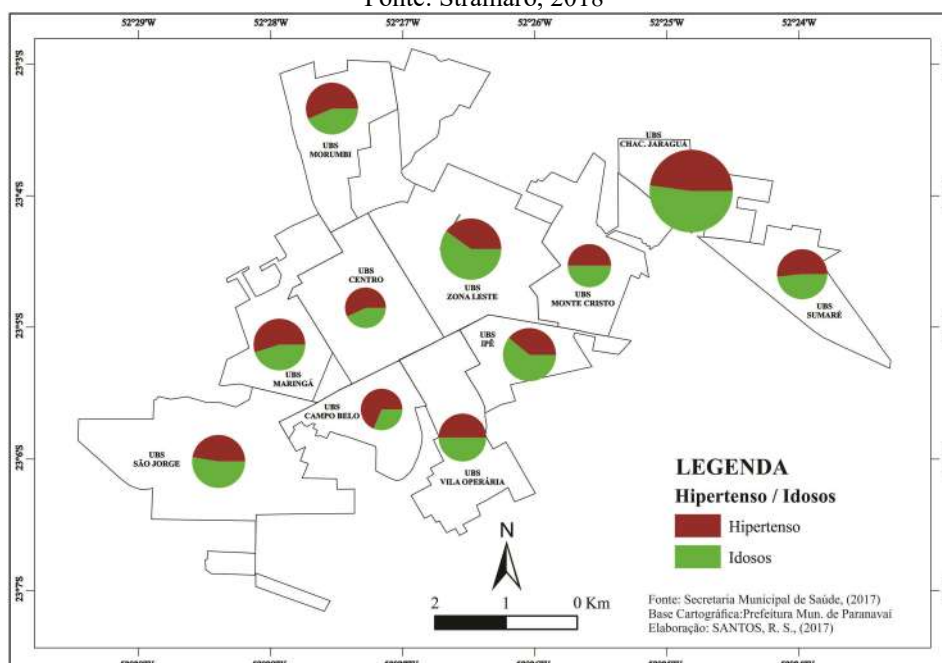


Figura 6 - Correlação entre o número de hipertensos e idosos

Fonte: Santos, 2018

Com o mapeamento, pudemos perceber as áreas com número de hipertensos e diabéticos. Estas doenças estão associadas a fatores como o sedentarismo, obesidade, faixa etária acima de 40 anos, baixo nível de instrução, entre outros.

Encontramos nessas áreas uma maior quantidade de idosos e obesos que vai ao encontro da maior concentração de hipertensos e diabéticos, havendo, portanto, ligação entre essas características e as doenças. Deste modo, as UBS têm um papel fundamental na prevenção dessas doenças, sendo que a primeira busca de tratamento é feita pelas mesmas. Observamos que nas figuras 7 e 8, mostra uma grande quantidade de obesos e diabéticos.

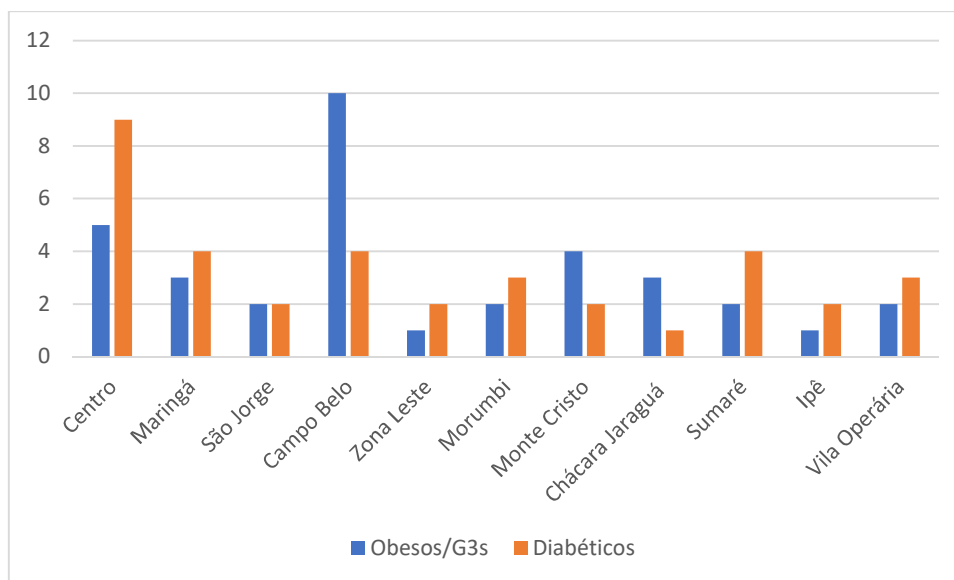


Figura 7 - Correlação entre o número de diabéticos e obesos

Fonte: Stramaro, 2018

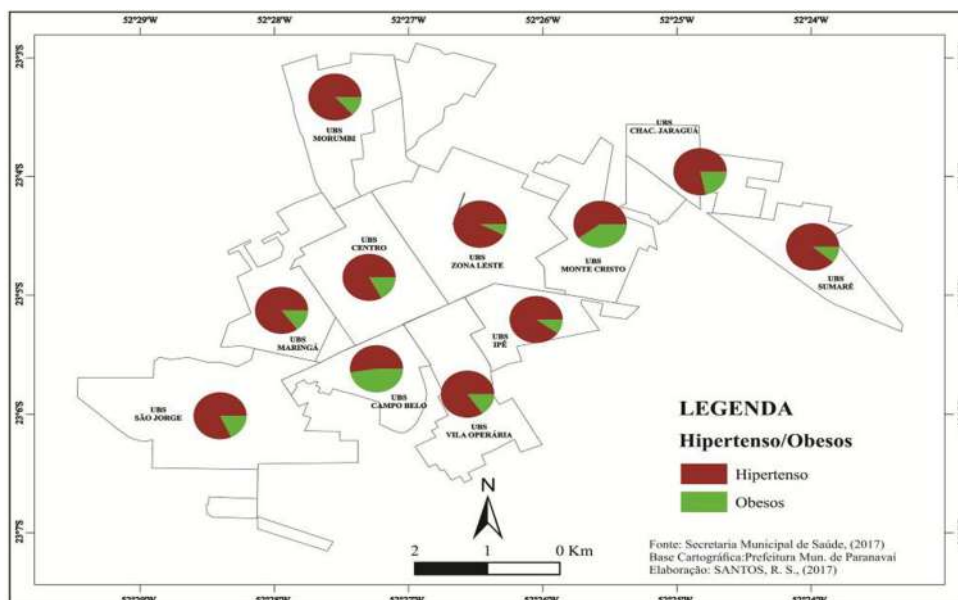


Figura 8 - Correlação entre o número de hipertensos e obesos

Fonte: Santos, 2017

Principalmente com uma maior instrução a essa população, já que podemos perceber que se a população tem um nível maior de conhecimento a respeito da doença logo vamos ter um número menor de habitantes desenvolvendo hipertensão e diabetes deste modo quem tem um papel fundamental na prevenção dessas doenças são as UBS, sendo que a primeira busca de tratamento é feita nas UBS.

O mau hábito alimentar e a falta de praticar atividades físicas implicam no surgimento dessas doenças. Geralmente essa população compartilha das mesmas características socioeconômicas, ambientais e de vida similares. A identificação dessas áreas homogêneas possibilitaria a escolha de estratégias e intervenções específicas para as necessidades dos seus moradores, bem como a priorização de recursos para os grupos mais vulneráveis (como os idosos com doenças crônicas), contribuindo assim para diminuir as patologias.

Pessoas com Diabetes tem uma possibilidade grande de acabar desenvolvendo problemas vasculares, ao contrário de quem não é diabético. A Diabetes Mellitus consegue desestabilizar a produção de insulina no organismo, levando ao surgimento de Hipertensão Arterial.

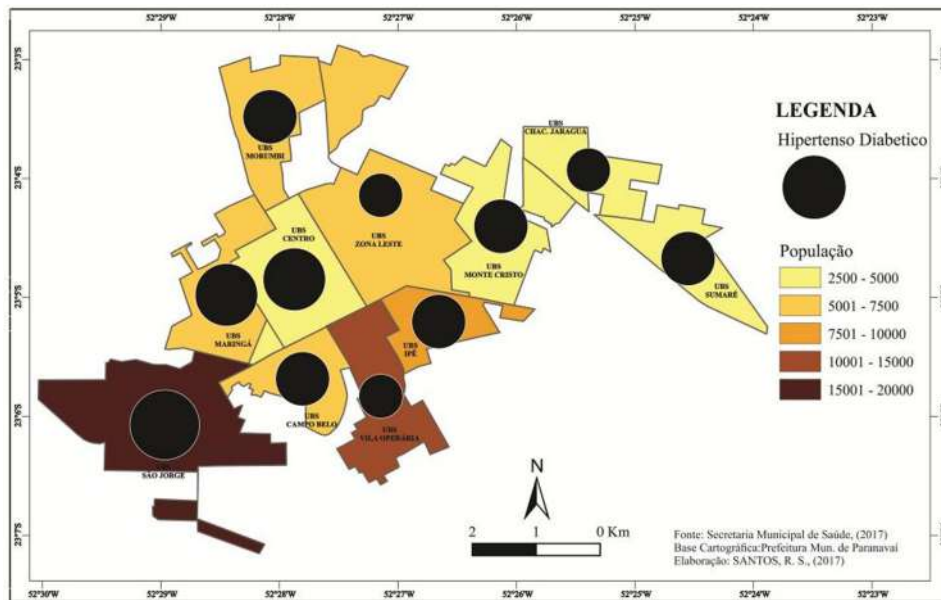


Figura 9 - Correlação entre o número de hipertensos e diabéticos

Fonte: Santos, 2018

Observando as figuras 9 e 10 mostram a concentração de pessoas diabéticas hipertensas e a proporção de habitantes que apresentam somente diabetes e as diabéticas hipertensas. Temos mais habitantes com somente diabetes do que com diabéticos hipertensos.

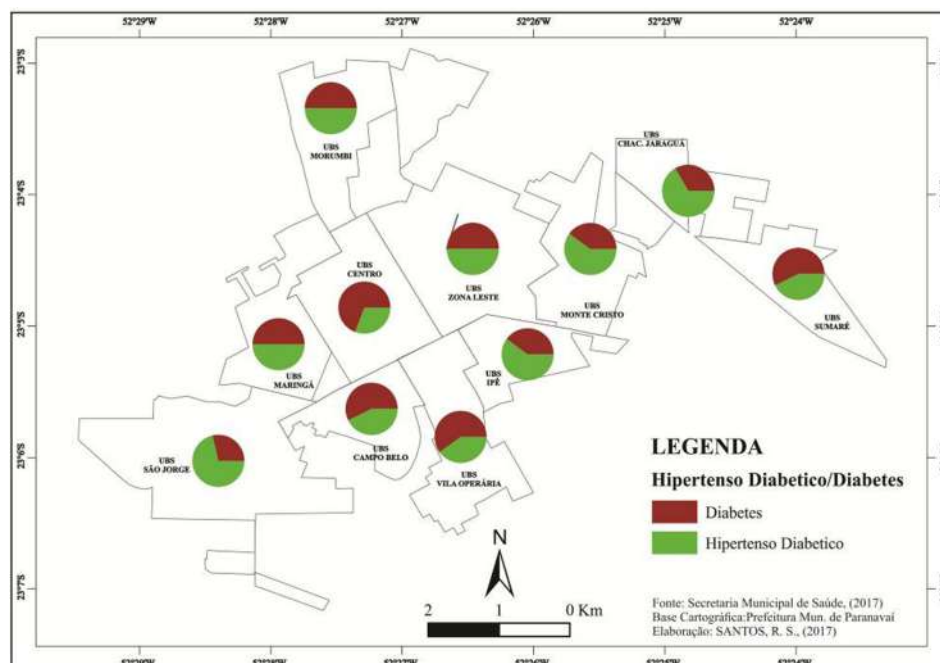


Figura 10 - Correlação entre o número de pessoas somente diabéticas e de pessoas hipertensas diabéticas

Fonte: Santos, 2018

Como a hipertensão e diabetes não são doenças contagiosas, logo a distribuição da doença não está delimitada em só uma área, com o mapeamento podemos analisar quais as áreas que tem um maior índice da doença e deste modo a Secretaria Municipal de Saúde, pode planejar quais vão ser os planos de ação nas áreas com maior número de pessoas com hipertensão e diabetes.

CONCLUSÕES

Ao analisar os dados, podemos concluir que nas áreas urbanas mais antigas de Paranavaí essas áreas correspondem aos bairros São Jorge, Vila Operária e Morumbi, em que há, também, muitos idosos e obesos. Sabemos, que o sedentarismo está diretamente relacionado com essas patologias, assim como os hábitos alimentares inadequados. Em menor contribuição vem os aspectos culturais e indicadores socioeconômicos característicos do subdesenvolvimento. Particularmente, o Jardim Morumbi, não tem a maior população idosa e nem obesa, mas apresenta um número relativamente elevado de diabéticos, hipertensos e hipertensos diabéticos. Além disso, se trata de uma população com um baixo nível de

instrução e com considerável nível de pobreza, mostrando desta forma que outros critérios também devem ser considerados.

Assim, a utilização do Software QGIS permitiu caracterizar as áreas segundo o número de diabéticos e hipertensos de cada região das Unidades de Saúde da cidade de Paranavaí, incorporando sua localização geográfica. Desta forma, espera-se que os resultados possam auxiliar o trabalho da SMS e das UBS de Paranavaí, que poderão atuar de forma mais planejada e eficiente na prevenção e tratamento de tais doenças.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALIEVI, A. A.; PINESE, José Paulo. A geografia da saúde no Brasil: precedentes históricos e contribuições teóricas. In: **XIV Encontro de Geógrafos de América Latina**. 2013, Lima - Peru.

BRASIL, IBGE. **Censo Demográfico, 2018**. Disponível em <www.ibge.gov.br> acesso em 20 out 2018.

CRUZERA AB, Utmura R, Zatz R. **A Hipertensão no Diabete**. Hiperativo. 1998; 4:261-6.

FILHO J. L.; IOCHPE, C. **Introdução a Sistemas de Informações Geográficas com Ênfase em Banco de dados**. Recife-PE: SBC, 1996. Apostila Apresentada na Jornada de Atualização em Informática, JAI, 15.; Congresso da SBC, 16., 1996. Também editada por ocasião da Escuela de Ciências Informáticas, 10., 1996, Buenos Aires.

HINO P, VILLA TCS, SASSAKI CM, NOGUEIRA JA, SANTOS CB. **Geoprocessamento aplicado à área da Saúde**. Revista Latino-Americana de Enfermagem [online], 2006; 14:939-943.

LACAZ, C. S.; BARUZZI, R. G.; SIQUEIRA Jr., W. **Introdução à Geografia Médica do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1972. 568p.

MARTIN, R. N. S.; OLIVEIRA, I. J. **Geotecnologias na Gestão e Planejamento do Espaço Urbano**. XI Encontro Nacional da ANPEGE. Goiás: [s.n.]. 2015. p. 10.

PARANAÍ (cidade). **Secretaria Municipal de Saúde**. Número de hipertensos e Diabéticos na área urbana do município de Paranavaí. Paranavaí, 2018

PEREHOUSKEI, N. A.; OLIVEIRA, D. S.; SILVA, R. A. **As Geotecnologias aplicadas ao Planejamento dos serviços de Saúde e Espaços Públicos na Equipe de Saúde da Família "Cardoso" da Cidade de Rondonópolis, Mato Grosso, Brasil**. Geoinf, Maringá, v. 7, n. 2, p. 23-42, 2015.

SCLIAR, M. **História do conceito de saúde**. Physis: Rev. de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 17(1):29-41, 2007.

VIEITES, R. G.; FREITAS; I. A. de. PAVLOVSKY e SORRE. **Duas Importantes Contribuições à Geografia Médica.** Ateliê Geográfico, Goiânia-GO, v. 1, n. 2, dez/2007, p.187-201.

MATEMÁTICA E MÚSICA: UM DUETO INTERDISCIPLINAR

Elvira de Lourdes de Oliveira (Voluntária do PIC)
Unespar/Campus Paranaguá, elviraoliveira0109@hotmail.com

Cristienne do Rocio de Mello Maron (Orientador)
Unespar/Campus Paranaguá, cristienne.maron@unespar.edu.br

Palavras-chave: Educação Matemática. Metodologia de Ensino. Interdisciplinaridade.

INTRODUÇÃO

O ensino da matemática é um desafio para os professores, pois os alunos têm dificuldades de relacionar os conteúdos abordados em sala de aula com o seu cotidiano, mostrando assim, desinteresse pela disciplina. Surgi então a necessidade de aprender de forma que contrapõe o ensino tradicional de se ensinar matemática e reformular o ensino e aprendizagem, contextualizando os conteúdos ou de forma interdisciplinar, relacionando com a vida prática dos alunos. Surge então a Educação Matemática.

Desde o século XX, são desenvolvidas pesquisas sobre novas tendências e metodologias do ensino da matemática, onde o professor passa a ser mediador do conhecimento e o aluno deixa de ser passivo e passa a ser ativo na construção de seu conhecimento.

Nessa pesquisa, a escolha da música se deu por sua ausência na escola. Segundo Fonterrada (2008, p. 210), foi no ano de 1854 que se instituiu oficialmente o ensino da música nas escolas brasileiras. No ano de 1960, ela recebe o nome de Educação Musical, e no ano 1971, é substituída pela Educação Artística.

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases (Lei 9.394/96 – art. 26, parágrafo 2º), estabelece a disciplina Arte como componente curricular obrigatória nos diversos níveis de ensino. Mesmo após quase três décadas de ausência nas escolas, recuperou seu status de disciplina. “No entanto, após três décadas de sua ausência, perdeu-se a tradição; a música não pertence à escola e, para que volte, é preciso repensar os modos de implantação de seu ensino e de sua prática.” (FONTEERRADA, 2008, p. 10). Ainda nos dias de hoje a música continua perdendo seu espaço na escola.

Por esse motivo, essa pesquisa buscou relacionar a matemática e a música no contexto escolar, bem como sua relevância interdisciplinar, para que a música possa permanecer na escola, não só de forma lúdica, mas como conhecimento de sua teoria. Para isso, precisa ser levado em consideração “[...] acerca

da importância da participação do professor de outras disciplinas para garantir a presença da música na escola” (FONTERRADA, 2008, p. 276), sabendo que “a música é uma dependência da matemática [...]” (GEBRAN, p. 135), podemos relacionar essas duas disciplinas, que aparentemente distintas, ao processo de ensino e aprendizagem do conteúdo de frações. “A música, como a maior parte das disciplinas, deve ser ensinada por maneiras diretas, abertas, transversais e interdisciplinares, que permitam integrar os diferentes aspectos da pessoa, do mundo, do conhecimento.” (FONTERRADA, 2008, p. 23).

A matemática e a música possuem várias relações desde a Antiguidade. A música, em especial, na Grécia Antiga, foi a que mais se destacou. No século VI a.C., o povo grego acreditava que através dos mitos se podia explicar fenômenos da natureza que hoje são explicados cientificamente. Na mitologia grega, Orfeu, cantava e tocava a lira com tanta perfeição que amansava as feras, sustava rios e movia pedras. “Aos retóricos e sofistas, Orfeu não era mais que uma lenda criada em torno da origem da música.” (GEBRAN, p. 9)

A música foi desenvolvida de diferentes maneiras pelos povos da Antiguidade. Segundo ABDOUNUR (2006, p.4), na Grécia Antiga, os gregos utilizavam uma escala básica: o tetracorde. Na China, foi desenvolvida as sequências pentatônicas chinesas, contendo cinco notas do ciclo das quintas. Já os árabes elaboraram escalas com 17 notas e os Indus com 22 notas. Naquele tempo, não existia um padrão de como as escalas musicais deveriam ser construídas.

Os primeiros sinais relacionando a matemática e a música surgiu no século VI a. C., por um filósofo e matemático chamado: Pitágoras.

Pitágoras e os pitagóricos foram os primeiros a desenvolverem as razões das notas musicais utilizando um instrumento chamado monocórdio (mono = um e córdio = corda). Por meio desse instrumento, Pitágoras percebeu a relação entre o comprimento de uma corda estendida que resulta em uma altura musical do som quando tocada.

Pitágoras, através de experiências com sons do monocórdio, efetua uma de suas mais belas descobertas, que dá à luz, na época, ao quarto ramo da matemática: a *música*. Os pitagóricos foram os únicos até Aristóteles a fundamentar cientificamente a música, começando a desenvolvê-la e tornando-se aqueles mais preocupados por este assunto. (ABDOUNUR, 2006, p. 4)

Em seu experimento, a corda solta foi associada ao número 1, quando tocada, emitia um tom. Quando a corda foi dividida no ponto $\frac{3}{4}$, ouvia-se uma quarta acima do tom emitido pela corda solta.

Quando a corda foi dividida no ponto $2/3$, ouvia-se uma quinta e, quando dividida ao meio, equivalente a $1/2$, quando tocada emitia o mesmo tom da corda solta, só que uma oitava acima.

Definindo essas quatro notas, a partir do ciclo das quintas¹, foi possível estabelecer as razões das demais notas musicais.

Tabela 1 – Razões das notas musicais estabelecidas por Pitágoras.

Razões das notas musicais estabelecidas por Pitágoras.							
Dó	Re	Mi	Fá	Sol	Lá	Si	Dó
1	$8/9$	$64/81$	$3/4$	$2/3$	$16/27$	$128/243$	$1/2$

Fonte: Autora, 2019.

Essa concepção de Pitágoras prevaleceu até o século XII, logo que, privilegiava as quintas. Com o aparecimento da Polifonia, os intervalos de terças e sextas passam a ser consideradas consonâncias. Para a correção da sonoridade das terças e sexta na escala pitagórica, consideradas dissonâncias, surge no século XVI, o monge, teórico e compositor italiano, Gioseffo Zarlino (1517-1590). Preocupado com as razões das consonâncias, corrigiu a escala através das médias aritmética e harmônica. Sendo a nota Dó como referência, a gama de Zarlino resulta em:

Tabela 2 – Razões das notas musicais estabelecidas por Zarlino.

Razões das notas musicais estabelecidas por Pitágoras.							
Dó	Re	Mi	Fá	Sol	Lá	Si	Dó
1	$8/9$	$4/5$	$3/4$	$2/3$	$3/5$	$8/15$	$1/2$

Fonte: Autora, 2019.

No século XVII, matemático, filósofo e músico Teórico, Marin Mersenne (1588-1648), propõe a criação de uma escala, dividida em doze intervalos de semitom iguais, permitindo uma mudança na tonalidade da música sem precisar ajustar a afinação da escala. A temperamento da escala só aconteceu no final do século XVII e início do século XVIII, pelo matemático e físico, Leonard Euler. A escala temperada só foi aceita cem anos depois, quando o músico e compositor Johann Sebastian Bach (1685 – 1750) escreveu uma série de 24 prelúdios e fugas, utilizando as 24 tonalidades maiores e menores. Esse foi o primeiro trabalho que se tem registro que explorou essas tonalidades.

¹ É a base fundamental da música. Possibilita desenvolver as escalas pentatônicas, os acordes maiores e menores, entre outros.

MATERIAIS E MÉTODOS

Essa pesquisa foi desenvolvida na Escola Estadual Professora Abigail dos Santos Corrêa, no município de Matinhos – PR. A aplicação ocorreu em uma das turmas do 7^a ano do ensino fundamental, durante as aulas de matemática, na qual a professora responsável disponibilizou para o desenvolvimento dessa pesquisa, quatro aulas.

Primeiramente, foi feita uma conversa com a professora responsável pela turma sobre o conteúdo de frações e uma análise no livro didático a fim de conhecer os temas abordados e a relação que possuem com a pesquisa. Após essa conversa, foi elaborado um questionário para que, de forma ampla, fosse possível conhecer a turma e seus conhecimentos musicais. O questionário possuía as seguintes perguntas:

1. Você costuma ouvir música?
 Sim Não Às vezes
Qual estilo você gosta?
2. Você conhece um pouco da teoria musical?
 Sim Não Um pouco
3. Você sabe o nome das notas musicais?
 Sim Não
Se sim, quais são elas?
4. Você conhece as figuras musicais?
 Sim Não
5. Você toca algum instrumento musical?
 Sim Não Qual?

Após fazer o levantamento do questionário, foi possível estabelecer relações entre essas duas disciplinas, formulando algumas atividades que foram aplicadas em sala de aula. Foi feito uma análise de uma partitura musical chamada “O Dueto”, de composição da autora dessa pesquisa, onde os alunos tentaram decifrar a matemática que poderiam ser encontradas nessa partitura. Em seguida, foi discutido um pouco da história da música, a relação entre essas duas disciplinas, e a experiência de Pitágoras com o monocórdio.

Após esse contexto histórico, foi possível relembrar alguns conceitos importantes da teoria musical, tais como: a música e seus elementos, as propriedades do som e as figuras musicais e suas

divisões proporcionais. E, para finalizar, uma atividade denominada “Compondo com Frações”, na qual o aluno substituía as notas musicais pela fração que a representação e o tempo de duração de cada nota.

No final da aula, foi passado um questionário final para saber a opinião dos alunos quanto a atividade. As perguntas foram as seguintes:

1. Você gostou do projeto Matemática e Música: Um Dueto Interdisciplinar? De 0 (ruim) a 10 (Excelente), qual a sua nota?
2. Você conseguiu relacionar a Matemática e a Música? Dê um exemplo.
3. Esse projeto ajudou a aprimorar o conteúdo já aprendido sobre frações?
 Sim Não Um pouco
4. Na sua opinião, projetos interdisciplinares podem ajudar na compreensão dos conteúdos matemático?

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O projeto se iniciou chamando a atenção dos alunos através de um instrumento musical: o violino. No primeiro dia, foi entregue uma partitura musical para cada aluno na sala. A partitura, de composição da autora desse projeto, se chama “O Dueto”, uma música simples. Seu nome tem relação com o título dessa pesquisa. O objetivo com essa partitura era que os alunos encontrassem a matemática olhando para ela. A pergunta feita foi a seguinte: “Olhem para essa partitura. O que vocês conseguem ver de matemática nela? ”, as respostas foram as seguintes: o número do andamento da música, a fórmula de compasso e a numeração dos compassos, como mostra a Imagem 1, onde as respostas estão circuladas de vermelho.

Imagem 1 – Partitura “O Dueto”

"O Duetto"

Matemática e Música: Um Duetto Interdisciplinar

Elvira de Lourdes de Oliveira

The image shows a musical score for a piano duet. It consists of four systems of music, each with a treble and bass clef staff. The first system has a red circle around the first measure of the treble staff, with the number '90' written inside. The second system has a red circle around the first measure of the treble staff, with the number '5' written inside. The third system has a red circle around the first measure of the treble staff, with the number '9' written inside. The fourth system has a red circle around the first measure of the treble staff, with the number '13' written inside. The music is in 4/4 time and features a steady eighth-note accompaniment in the bass and a more melodic line in the treble.

Fonte: Autora, 2019.

Foi feita uma conversa sobre a música, como disciplina, e como ela foi desaparecendo da escola. Depois, um pouco do contexto histórico. Desde a Antiguidade, como os povos naquela época desenvolveram a escala musical, mesmo que não existisse um “padrão” para tal construção. Foi entregue uma folha onde cada aluno foi preenchendo no decorrer da aula.

Após essa conversa, foi tratado a descoberta de um filósofo e matemático chamado: Pitágoras, onde os primeiros sinais relacionando a matemática e a música, foi através de sua experiência, chegando as razões das notas musicais. Pitágoras e os pitagóricos, utilizaram um instrumento chamado monocórdio, composto por uma corda presa entre dois cavaletes fixos e um móvel, em uma prancha acústico, onde a divisão dessa corda resultava em uma nota musical.

Essa concepção de Pitágoras prevaleceu até o século XII, logo que o sistema pitagórico favorecia as quintas e desfavorecia as terças e sexta. Então, Zarlino, sintetizou a escala corrigindo-a através das médias aritméticas e harmônicas.

Após esse contexto histórico, os alunos puderam lembrar um pouco da teoria musical, tais como:

Os elementos principais da música:

- Melodia: é a combinação de sons sucessivos, ou seja, um som após o outro.
Ex.: o canto, o solo de um violino, etc.
- Harmonia: é a combinação de sons simultâneos, ou seja, de uma só vez.
Ex.: o piano, a harpa, etc.
- Ritmo: é a combinação dos sons. Pode-se perceber quando a nota tiver maior duração do que outra nota.

As propriedades do som:

- Altura: que permite distinguir se o som é mais grave ou agudo.
- Duração: o tempo que se prolonga o som.
- Intensidade: é o volume do som.
- Timbre: é aquele que permite distinguir o som. Se é de um instrumento musical ou de uma voz humana.

No dia seguinte, após toda essa revisão histórica e da teoria musical, foi dada continuidade na atividade da seguinte maneira: com o auxílio do violino (Imagem 2), relembramos as notas musicais (dó, ré, mi, fá, sol, lá, si) e a divisão das figuras musicais (cabeça, haste e colchete) e suas pausas.

Imagem 2 – O uso do violino.



m demonstrados os nomes das figuras musicais e seus respectivos valores proporcionais. Como mostra a Tabela 3.

Tabela 3 – Figuras musicais e seus respectivos valores proporcionais.

Figuras musicais e seus respectivos valores proporcionais.			
Figura Musical	Representação em Fração	Como se lê	Tempo de duração
Semibreve	1 ou 1/1	Um inteiro	4 tempos
Mínima	1/2	Um meio	2 tempos
Semínima	1/4	Um quarto	1 tempo
Colcheia	1/8	Um oitavo	1/2 tempo
Semicolcheia	1/16	Um dezesseis avos	1/4 tempo

Fonte: Autora, 2019.

Por fim, já sabendo a representação proporcional e a duração de cada nota, os alunos puderam fazer a última atividade que se chama “Compondo com Frações”, na qual consistia em substituir as notas musicais por frações de uma determinada música.

A correção foi feita no quadro (Imagem 3) onde cada aluno resolveu um compasso musical. Foi dividido da seguinte maneira:

- Compassos ímpares: eram representados pela fração correspondente a nota;
- Compassos pares: eram representados pelo tempo de duração de cada figura musical.

Compassos com ligações.

temp. ímpares
Rep. ligação @ 1

temp. pares
tempo: 4t

Imagem 3 – Correção da atividade no quadro.

Fonte: Autora 2019.

CONCLUSÕES

Os resultados encontrados nessa pesquisa foi que, por meio da interdisciplinaridade, houve a integração em outras áreas do conhecimento, que aparentemente distintas, mais que possuem grande relação, promovendo uma interação entre o aluno, professor e o cotidiano, contextualizando conteúdos abordados em sala de aula, “encantando” os alunos, através da música, promovendo um desenvolvimento intelectual e artístico, auxiliando-os na construção de sujeitos ativos e participativos na sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABODUNUR, Oscar João. **Matemática e Música – O pensamento analógico na construção de significados**. São Paulo: Escrituras, 2006.

FONTEERRADA, Marisa Trench de Oliveira. **De Tramas e Fios – Um ensaio sobre a música e educação.** São Paulo: Unesp, 2008.

GEBRAN, Ginés. **Pitágoras.** 2ª edição revisada e ampliada.

CARTÕES FRACTAIS E ATIVIDADES DE ENSINO DE GEOMETRIA

Emilly da Silva Nunes (PIBIC, Fundação Araucária)
Unespar/Campus de Campo Mourão, emillysn11@hotmail.com

Talita Secorun dos Santos (Orientador)
Unespar – Campus de Campo Mourão, tsecorun@hotmail.com

Luciano Ferreira (Coorientador)
Unespar – Campus de Campo Mourão, lulindao66@hotmail.com

Palavras-chave: Cartões Fractais. Geometria dos Fractais. Educação Matemática.

INTRODUÇÃO

Neste artigo, apresentaremos os resultados da pesquisa que teve por objetivo analisar como a construção dos cartões fractais pode contribuir para o ensino e aprendizagem da Geometria Fractal, além de outros conceitos matemáticos que podem ser explorados durante o desenvolvimento dessas atividades. O trabalho procurou produzir atividades de ensino que proporcionem o desenvolvimento da criatividade dos educandos e estimulem o diálogo entre professor e alunos.

Para isso, realizamos um estudo acerca dos trabalhos, BARROSO et al. (2013), FUZZO (2010), SANTOS (2009), que discutem o ensino da Geometria Fractal na Educação Básica e ALMEIDA et al. (2007), ASSIS et al. (2008), BARBOSA (2002), CUNHA (2013), sendo que esses nos ajudaram no estudo sobre a Geometria dos Fractais, na construção dos cartões, na montagem do material e na elaboração das atividades.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa foi desenvolvida em quatro etapas. Na primeira, fizemos um levantamento bibliográfico acerca dos materiais que discutem o ensino da Geometria dos Fractais na Educação Básica. Na segunda etapa, realizamos um estudo sobre a Geometria dos Fractais com o objetivo de nos ajudar na construção dos cartões, na montagem do material com as etapas das confecções dos cartões selecionados e na elaboração das atividades.

Em seguida, construímos os cartões fractais e fotografamos o passo a passo. Na última etapa, elaboramos as atividades de maneira a explorar os conceitos matemáticos durante a construção dos cartões fractais e após a sua confecção.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Inicialmente devemos entender o que é a Geometria Fractal e de que modo o seu ensino na Educação Básica pode contribuir não somente para o ensino de outra geometria, além da euclidiana, como para o ensino de outros conceitos matemáticos.

Observando a natureza de uma maneira mais detalhada, podemos perceber que essa e os elementos que a compõem nem sempre seguem um padrão euclidiano. A Geometria Fractal foi construída diante das tentativas dos homens de entenderem tais formas, de estabelecerem uma ordem ao caos e de estudar 'monstros matemáticos' que desafiavam as noções comuns de infinito SANTOS (2009).

De acordo com Barbosa (2002), a Geometria dos Fractais está relacionada com uma ciência denominada CAOS.

As estruturas fragmentadas, extremamente belas e complexas dessa geometria, fornecem uma certa ordem ao Caos, razão de ser, às vezes, considerada como a sua linguagem, que busca padrões dentro de um sistema por vezes aparentemente aleatório. Ambas, Geometria Fractal e Caos se desenvolveram principalmente pelo rápido aprimoramento das técnicas computacionais; a primeira teve e tem como poderoso propulsor o seu inegável apelo estético, daí sua entrada no domínio das artes (BARBOSA, 2002, p. 9).

Encontramos nas formas da natureza irregularidade e caos, contudo não é possível aproximar isso visualmente de figuras usuais da geometria euclidiana, tais como, quadrados, círculos, esferas etc., assim a geometria dos fractais nos permite obter aproximações para essas formas (BARBOSA, 2002).

Segundo Santos (2009), o matemático Georg Cantor (1845-1918) apresentou uma linha à qual se removeria o seu terço médio, em seguida, o terço médio de cada um dos segmentos restantes e assim sucessivamente, gerando uma 'poeira' que sendo infinita, possuiria um comprimento total igual a zero. Em 1904, Von Koch apresentou um trabalho denominado curva de Koch, que representava uma linha capaz de delimitar uma área finita e que possuiria um comprimento infinito.

Conforme Barbosa (2002), em 1975, o matemático Benoit Mandelbrot, considerado um dos precursores dos estudos acerca da Geometria dos Fractais, criou o nome Fractais para determinadas entidades geométricas que podiam apresentar uma dimensão fracionária e posteriormente apresentou a definição desse termo.

O nome Fractais vem do latim, do verbo *frangere* que possui como significado, fragmentar, fragmentos irregulares. Essa geometria não cumpre nenhum dos cinco postulados de Euclides, desse modo pode-se classificá-la como uma geometria não-euclidiana (BARROSO; CARDOSO; LOVIS, 2013).

Segundo Barbosa (2002, p.18): “Um fractal é uma forma cujas partes se assemelham ao seu todo sob alguns aspectos”. Para definirmos os fractais de uma maneira mais simples, basta observarmos a propriedade que possuem, a autossimilaridade, ou seja, eles possuem: “uma imagem de si, própria em cada uma de suas partes” (BARBOSA, 2002, p. 9).

Os fractais possuem algumas propriedades além da autossimilaridade, são elas: a complexidade infinita, a dimensão e a irregularidade.

- Autossimilaridade ou auto semelhança: uma figura apresenta essa característica quando possui sempre a mesma aparência, em relação ao visual, independente da escala na qual for reduzida ou ampliada.
- Complexidade infinita: é referente ao fato de que ao realizar um procedimento definido, no transcorrer do mesmo o próximo procedimento será igual ao realizado anteriormente (CUNHA, 2013).
- Dimensão: “[...] não é dada por um número inteiro, mas é uma fração, é um novo tipo de dimensão denominada dimensão fractal, que diríamos mais associada a aspereza, espessura, densidade, textura etc” (BARBOSA, 2002, p. 66).
- Irregularidade; compreende o sentido de fragmentação, não-suavidade (ALMEIDA et al, 2007).

Fractais

Segundo Barbosa (2002), existem alguns modelos de fractais que podem ser ditos como precursores e que já existiam muitos anos antes de Mandelbrot criar o termo fractais. Alguns desses

fractais são: Conjunto de Cantor; Curva de Peano; Curva de Hilbert; Curva de Koch; Curva, triângulo e tapete de Sierpinski; Fatou e Julia.

O matemático Georg Cantor publicou em 1883 seu trabalho conhecido hoje como Conjunto de Cantor, no qual é construído um conjunto da seguinte forma: consideramos um segmento de reta, em seguida o dividimos em três segmentos iguais e descartamos o segmento intermediário. Fazemos o mesmo com os dois segmentos restantes, dividimos em três segmentos iguais e descartamos os intermediários. Esse processo se repete sucessivamente, o que denominamos iterações (BARBOSA, 2002).

Imagem 1 – Níveis do Conjunto de Cantor

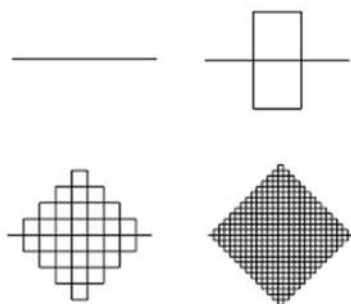


Fonte: Autores

Giuseppe Peano (1858-1932), matemático italiano em 1890 apresentou um de seus trabalhos, também considerado um monstro matemático, uma curva cobrindo completamente uma região plana quadrangular, denominada Curva de Peano (BARBOSA, 2002).

Para a construção dessa curva devemos: considerar um segmento de reta. Em seguida usando esse seguimento como base o substituímos por uma curva com nove segmentos. O processo anterior é repetido, substituímos cada um dos nove segmentos anteriores pela curva de nove segmentos. A figura a seguir apresenta algumas iterações da construção da Curva de Peano (BARBOSA, 2002).

Imagem 2 – Níveis da Curva de Peano



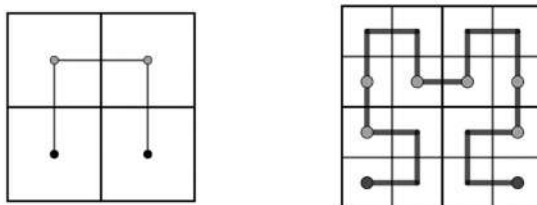
Fonte:

http://www.avaad.ufsc.br/moodle/mod/hiperbook/view.php?id=2089&pagenum=10&target_navigation_chapter=3713&show_navigation=1

Algumas foram as contribuições do matemático David Hilbert (1862-1943) para o desenvolvimento da Matemática, dentre elas está o estudo axiomático da geometria euclidiana, no qual suas afirmativas formais não possuem nenhum significado desde que seja possível atribuir aos seus termos interpretações da nossa realidade (BARBOSA, 2002).

Em 1891 apresentou seu trabalho sobre uma curva que cobre a superfície de um quadrado e pode ser construída da seguinte forma: considerar um quadrado e repartir essa figura em quatro quadrados, ao encontrar os pontos centrais de cada quadrado esses pontos serão os extremos da curva com 3 segmentos consecutivos. Em sequência cada quadrado deve ser substituído por novos quatro quadrados e a mesma ideia anterior deve ser realizada para construção das curvas (BARBOSA, 2002).

Imagem 3 – Níveis da Curva de Hilbert



Fonte: Autores

O matemático polonês Helge Von Koch apresentou entre os anos de 1904 e 1906 um trabalho sobre uma curva que possui o seu nome. A construção dessa curva é realizada da seguinte maneira:

considerar um segmento de reta, seccionar esse segmento em três partes iguais, o segmento central deve ser substituído por um triângulo equilátero, que possui lado igual ao segmento central, porém devemos desconsiderar a base desse triângulo. As condições anteriores devem ser repetidas para cada um dos novos segmentos (BARBOSA, 2002).

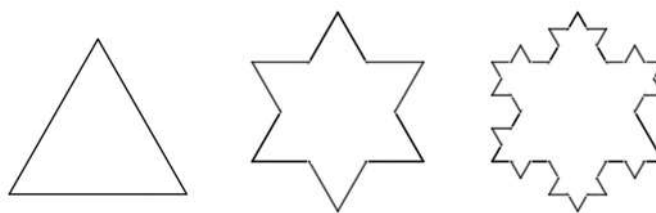
Imagem 4 – Níveis da Curva de Koch



Fonte: Autores

De acordo com Barbosa (2002), além da curva de Koch também existem as chamadas Ilhas de Koch, que são construídas seguindo a mesma ideia da curva, porém partem de um polígono regular e em cada lado desse polígono são construídas as curvas. A figura que se obtém por meio do triângulo equilátero lembra visualmente um floco de neve, por esse motivo é chamado de Floco de Neve.

Imagem 5 – Floco de Neve

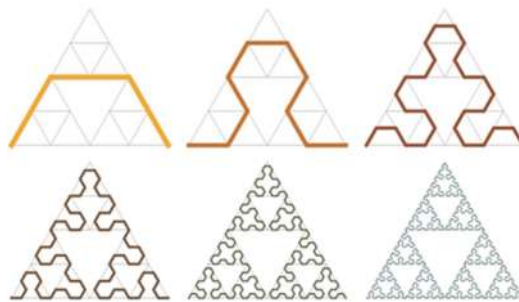


Fonte: Autores

Segundo Barbosa (2002), o matemático polonês Waclaw Sierpinski (1882-1969), apresentou no ano de 1916 em um dos seus trabalhos um dos famosos “monstros matemáticos”. A construção dessa curva é elaborada da seguinte forma:

- 1 - Considerar um segmento de reta e o triângulo equilátero tendo esse segmento por lado;
- 2 - Substituir o segmento por uma poligonal de 3 segmentos formando os 3 lados de um trapézio isósceles com vértices nos extremos do segmento inicial e nos pontos médios dos outros dois do triângulo;
- 3- Substituir cada segmento anterior por 3 segmentos conforme a ação 2, em cada um dos 4 triângulos equiláteros de vértices nos pontos médios, com exceção do central;
- 4- Repetir sucessivamente a ação 3 (BARBOSA, 2002, p.41).

Imagem 6 – Etapas da construção da Curva de Sierpinski



Fonte: https://es.wikipedia.org/wiki/Curva_de_la_punta_de_flecha_de_Sierpinski

A construção do Triângulo de Sierpinski é realizada através dos seguintes processos: 1 - Consideramos um triângulo equilátero; 2 - Encontramos os pontos médios de cada lado do triângulo e unindo esses pontos por meio de segmentos formamos quatro triângulos equiláteros. Removemos o triângulo central e repetimos o processo anterior; 3 - Removemos o triângulo central (na Figura 4 a partes removidas são os triângulos em branco); 4 - Repetimos as construções 2 e 3 nos triângulos que não foram eliminados; 5 - Refazemos o processo anterior sucessivamente (BARBOSA, 2002).

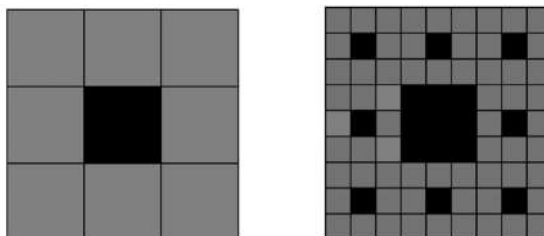
Imagem 7 – Etapas da construção do Triângulo de Sierpinski



Fonte: Autores

Assim como no triângulo o tapete de Sierpinski também é construído por meio da remoção, isto é, no triângulo conforme as iterações eram feitas removíamos uma certa quantidade de triângulos. No tapete, que parte de um quadrado, iremos eliminar alguns quadrados durante os processos iterativos. Para construir o tapete: 1 – Consideramos um quadrado; 2 – Esse quadrado é dividido em 9 quadrados congruentes, em seguida o quadrado central é removido. 3 – Aplicamos o processo anterior nos oito quadrados restantes e continuamos iterando sucessivamente (BARBOSA, 2002).

Imagem 8 – Etapas da construção do Tapete de Sierpinski



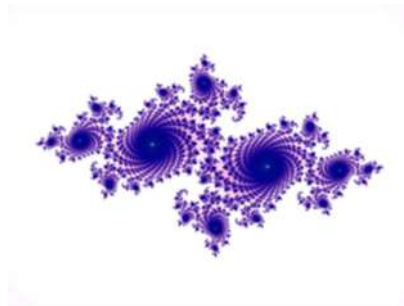
Fonte: Autores

Os franceses Pierre Fatou (1878-1929) e Gaston Julia (1893-1978) realizaram trabalhos, ainda que não de maneira conjunta, que foram usados como base por Mandelbrot, o matemático os desenvolveu por meio de recursos computacionais para desenvolver seu conjunto conhecido como Conjunto de Mandelbrot e também os Conjuntos de Julia (BARBOSA, 2002).

O conjunto conhecido por Conjunto de Julia foi criado pelos matemáticos Pierre Fatou e Gaston Julia em 1919. Esse conjunto, obtido por iterações no plano complexo, resultou da curiosidade de determinar o que aconteceria com um número complexo z quando a este fosse aplicado iterativamente a função

$f(t) = z^2 + c$, onde c é um número complexo. Apenas com os modernos computadores foi possível visualizar a beleza dos gráficos de tais funções (ALMEIDA et al., 2007, p. 5).

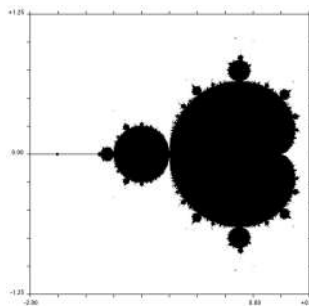
Imagem 9 – Conjunto de Julia



Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Conjunto_de_Julia

O Conjunto de Mandelbrot também é obtido no plano complexo, sendo considerado uma expansão do Conjunto de Julia, devido ao fato de que cada ponto no plano complexo corresponde a um Conjunto de Julia distinto (ALMEIDA et al., 2007).

Imagem 10 – Conjunto de Mandelbrot



Fonte: <http://www.mat.uc.pt/~jaimecs/fractais/manual.htm>

Como os Fractais podem ser explorados na sala de aula

Além de apresentar aos alunos a geometria fractal, as propriedades dessas figuras e como podemos aproximá-las de alguns elementos da natureza, também podemos trabalhar conceitos matemáticos por

meio de suas construções, tais conceitos como perímetro, área, frações, progressão geométrica, progressão aritmética.

Para introduzir aos alunos o conceito de fractal podemos destacar uma de suas propriedades, a auto semelhança. De acordo com Padilha (2012), “A autossemelhança exata é encontrada em figuras provenientes de processos matemáticos nas quais o conjunto total é o resultado de várias réplicas perfeitas formadas por processos iterativos” (PADILHA, 2012, p. 35). Como exemplos dessa auto semelhança exata temos o Triângulo e o Tapete de Sierpinski, além da curva de Koch.

Entretanto, podemos destacar a auto semelhança aproximada, ou estatística, “na qual, as partes, apesar de possuírem a mesma estrutura, não são réplicas exatas entre si e com o todo” (PADILHA, 2012, p. 35). Essa auto semelhança pode ser encontrada nas formas da natureza, como as apresentadas nas figuras a seguir.

Imagem 11 – Árvore



Fonte: Os autores

Imagem 12 – Floco de Neve na Natureza



Fonte: <http://www.caliandradocerrado.com.br/2014/10/fractais-na-natureza-tudo-e-matematica.html>

[Imagem 13 - Samambaias](#)



Fonte: <http://www.caliandradocerrado.com.br/2014/10/fractais-na-natureza-tudo-e-matematica.html>

Mostrar aos alunos imagens como essas pode ser uma maneira de fazer com que eles tenham um primeiro contato com a Geometria Fractal, explorando essas formas da natureza, para esclarecer a propriedade de auto semelhança.

Após apresentar os fractais e relacionar suas formas com a natureza, pesquisamos atividades e adaptamos de maneira que por meio da construção dos cartões fractais os alunos possam aprender sobre essa geometria e sobre conceitos matemáticos que podem ser trabalhados durante as atividades.

Atividades

A atividade a seguir foi adaptada do Trabalho de Conclusão de Curso de CUNHA (2013).

Atividade: Fractal – Degraus Centrais

Materiais utilizados: Lápis, borracha, tesoura, régua, folha retangular com 14 cm de largura e 28 cm de comprimento.

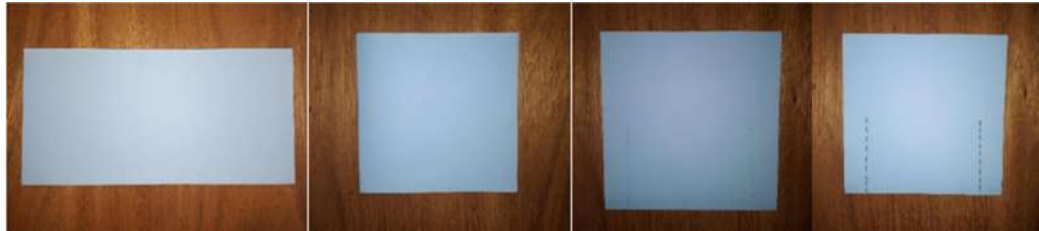
Conteúdo: Fractais, áreas de retângulos, frações, progressões.

Objetivos: apresentar o conceito de fractal por meio de uma atividade intuitiva, introduzir o conceito de progressão geométrica.

A atividade pode ser desenvolvida no ensino médio (1º ou 2º ano), com algumas adaptações pode ser realizada no ensino fundamental.

1 - Utilizamos uma folha no formato de um retângulo que possui base igual duas vezes a altura. (14 cm de largura e 28 cm de comprimento). 2 - Dobramos a folha ao meio em relação ao comprimento. 3 - Medimos nos extremos em relação a dobra 2 cm de cada lado e realizamos um corte até o meio (7 cm).

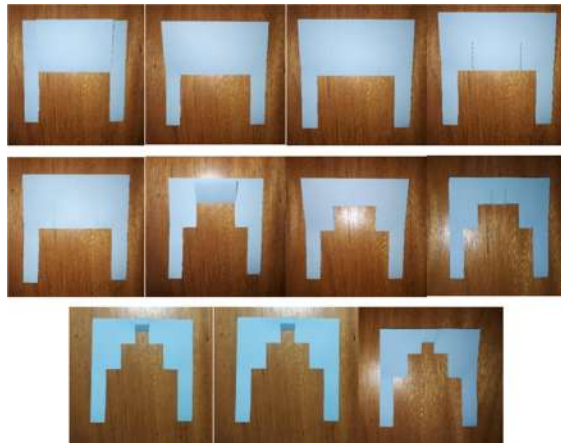
Imagem 14 – Etapas da confecção do fractal Degraus Centrais



Fonte: Os autores

4 - Dobramos a parte que foi cortada. 5 - Colocamos a parte exterior do corte dentro da dobradura de maneira que fique oculta. 6 - Retornamos ao processo 2 e repetimos os seguintes passos duas vezes.

Imagem 15 – Etapas da confecção do fractal Degraus Centrais



Fonte: Os autores

7 - Depois de realizarmos todos as dobras e cortes, desdobramos o papel e temos o fractal finalizado.

Imagem 16 – Fractal Degraus Centrais



Fonte: Os autores

De acordo com Hartung (2011) após algumas iterações podemos questionar os alunos sobre qual será o número seguinte de paralelepípedos que serão formados.

Podemos propor para os alunos organizarem esses dados em uma tabela, denominando a primeira geração do cartão como iteração zero temos:

Tabela 1 – Relação entre as etapas e os números de paralelepípedos novos

Etapa ou Iteração	Número de Paralelepípedos novos
0	1
1	2
2	4
3	8
...	...
N	2^n

Fonte: Os autores

Com a construção da tabela é possível trabalhar o conceito de Progressão Geométrica, visto que o processo de construção dos paralelepípedos a cada nova etapa pode ser representado pela lei de potência 2^n , em que $n = 0, 1, 2, 3, \dots$ representando o número de iterações (ALMEIDA et al., 2007).

Atividade – Triângulo de Sierpinski

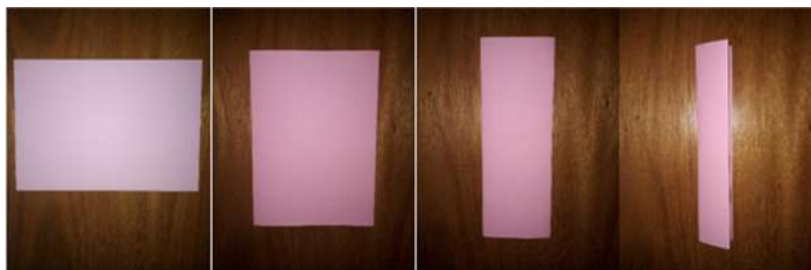
Materiais utilizados: Lápis, borracha, tesoura, régua, folha A4.

Conteúdo: Fractais, frações, progressões.

Objetivos: apresentar o conceito de fractal por meio de uma atividade intuitiva, introduzir o conceito de progressão geométrica.

1 - Utilizamos uma folha A4. 2 - Dobramos a folha ao meio, em relação ao comprimento ($1/2$). 3 - Dobramos novamente ao meio ($1/4$). 4 - Dobramos novamente ao meio ($1/8$).

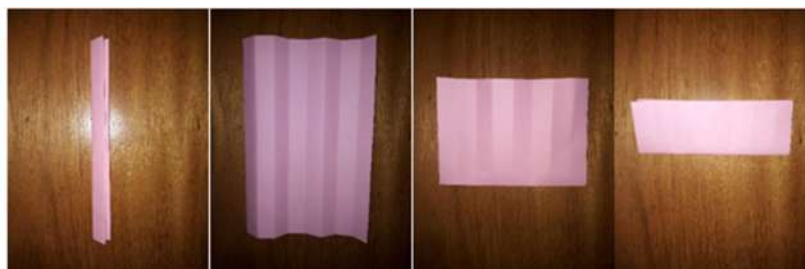
Imagem 17 – Etapas da confecção do fractal Triângulo de Sierpinski



Fonte: Os autores

5 - Dobramos novamente ao meio ($1/16$). 6 - Desdobramos voltando a primeira dobra. 7 - Dobramos ao meio em relação à altura três vezes. 8 - Desdobramos voltando à dobra inicial da folha ao meio.

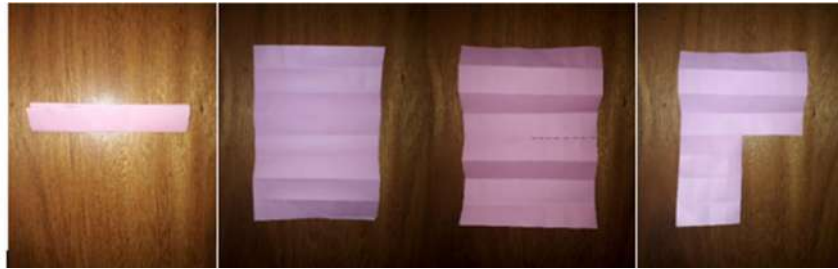
Imagem 18 – Etapas da confecção do fractal Triângulo de Sierpinski



Fonte: Os autores

9 - Depois de fazer as dobraduras iremos obter vários desenhos no papel, devemos fazer um corte ao meio em relação à vertical e à horizontal. 10 - Dobramos a parte recortada por dentro da dobradura de modo que fique oculta.

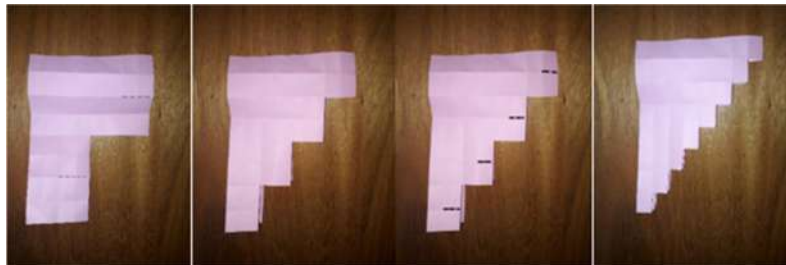
Imagem 19 – Etapas da confecção do fractal Triângulo de Sierpinski



Fonte: Os autores

11 - Realizamos dois cortes de acordo com a figura a seguir. 12 - Dobramos as partes recortadas de maneira que fiquem ocultas. 13 - Realizamos quatro cortes de acordo com a figura abaixo. 14 - Dobramos as partes recortadas por dentro da dobradura de maneira que fiquem ocultas.

Imagem 20 – Etapas da confecção do fractal Triângulo de Sierpinski



Fonte: Os autores

15 - Após todas as dobraduras e recortes abrimos o papel obtendo o fractal.

Imagem 21 – Fractal Triângulo de Sierpinski



Fonte: Os autores

De acordo com Almeida et al (2007), observando esse fractal é possível perceber que a cada iteração obtemos um paralelepípedo envolvido por três paralelepípedos novos, porém que estão em menor escala, sendo que esses paralelepípedos são os obtidos na iteração seguinte. Conseguimos concluir que este cartão fractal possui como fator multiplicador o número 3.

Tabela 2 – Relação entre as etapas e os números de paralelepípedos novos

Etapa ou Iteração	Número de Paralelepípedos novos
0	1
1	3
2	9
3	27
...	...
N	3^n

Fonte: Os autores

CONCLUSÕES

Com esses estudos, percebemos que a Geometria Fractal é uma maneira de ensinar aos alunos que existem formas de uma geometria não euclidiana que se aproximam às formas que podemos observar na natureza. Além disso, essa geometria possui características e propriedades que podem ser exploradas em sala de aula.

Apresentar aos alunos outras geometrias além da Geometria Euclidiana, como a Geometria Fractal, é uma maneira de mostrar que nessa geometria está presente algumas características, tais como, noções de infinito, além de suas próprias propriedades, dimensão, autossimilaridade, irregularidade que diferem das características que conhecemos na Geometria Euclidiana.

Com essas atividades é possível trabalhar conceitos matemáticos além da geometria, como frações, perímetro, área, progressão aritmética e progressão geométrica. Além de que, podem contribuir para que os professores possam utilizar atividades diferenciadas nas aulas de matemática, estimulando a expressão, o raciocínio lógico e a criatividade dos alunos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, T. B. et al. **Fractais no ensino fundamental: Explorando essa nova geometria.** In: IX Encontro Nacional de Educação Matemática, 2007, Belo Horizonte. IX ENEM - ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA. Belo Horizonte: Sociedade Brasileira de Educação matemática, 2007. v. 1. p. 1-18.

BARBOSA, R. M. **Descobrimdo a geometria fractal para a sala de aula.** Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

BARROSO, M.M.; CARDOSO, E. R.; LOVIS K. A. **Explorando a Geometria Fractal na Sala de Aula.** In: XI ENEM ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA. **Anais...** Curitiba, 2013, p. 1-6. Disponível em: <http://sbem.iuri0094.hospedagemdesites.ws/anais/XIENEM/pdf/1107_216_ID.pdf>. Acesso em: 17, set, 2019.

CUNHA, M. M. **Progressão Aritmética, Geométrica e Fractais.** 2013. Trabalho de conclusão de curso (Mestrado profissional em Matemática em Rede Nacional) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2013.

HARTUNG, Guilherme Erwin. Fractais. Disponível em: <<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/perfil.html?id=113722>>. Acesso em: 18 de maio de 2019.

PADILHA, T. A. F. **CONHECIMENTOS GEOMÉTRICOS E ALGÉBRICOS A PARTIR DA CONSTRUÇÃO DE FRACTAIS COM USO DO SOFTWARE GEOGEBRA.** 2012. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências Exatas) – Centro Universitário Univates, Lajeado, 2012.

SANTOS, T. S. **A inclusão das Geometrias Não-euclidianas no Currículo da Educação Básica.** 2009. Dissertação (Mestrado em Educação Para a Ciência e o Ensino de Matemática) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2009.

MONITORAMENTO DE SISTEMAS DE TRATAMENTO DE ESGOTO, MODELO BACIA DE EVAPOTRANSPIRAÇÃO (BET)

Juliana Ortiz Campanerut Leite (PIC, Fundação Araucária)
Unespar/Campo Mourão, ju.kawaii1@hotmail.com

Sandra Terezinha Malysz (Orientadora)

Unespar/Campo Mourão, sandramalysz@hotmail.com

Jefferson de Queiroz Crispim (Coorientador)

Unespar/Campo Mourão, jeffersoncrispim@hotmail.com

Palavras-chave: Saneamento rural. Qualidade ambiental. Educação Ambiental.

INTRODUÇÃO

No Brasil, entre 2003 e 2008, 10 bilhões de reais foram investidos em saneamento básico, beneficiando 15 milhões de pessoas com o acesso à rede de esgoto, de acordo com o Instituto Trata Brasil (2010). No entanto, ainda há muito a se fazer, pois, segundo dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), do Ministério da Cidade, 19% da população brasileira não recebe o abastecimento com água e 57% não tem seu esgoto coletado.

As regiões que contam com condições precárias de saneamento, são aquelas onde mais ocorrem casos de doenças que poderiam ser reduzidas consideravelmente se houvesse maior investimento em saneamento básico. No topo da lista, está a região Norte, sendo que 88% da população não possui coleta, assim como a região Nordeste, que segundo o Instituto Trata Brasil (2010), com base nos dados do SNIS (2008) o déficit de saneamento também é elevado, atingindo 64% das moradias .

De acordo com dados do IBGE em 2016, tanto na região Norte quanto na Nordeste, a porcentagem de domicílios ligados à fossas acaba superando o número de ligações à rede geral, assim como o fato de que a região Norte possui apenas 59% das residências recebendo água ligada à rede de abastecimento, sendo que na região Sudeste a porcentagem ultrapassa os 90%.

A região Sul foi uma das que mais se desenvolveu e melhorou em relação ao saneamento, pois mesmo que haja um déficit de residências que não possuem o serviço, a maioria do território na região Sul conta saneamento. No entanto, na região Sul ocorreram 32.337 internações em 2013 por casos de doenças

infecciosas e 6.401 poderiam ter sido evitadas, muitas relacionadas ao saneamento básico, segundo o Instituto Trata Brasil (2013).

As infecções gastrointestinais não só tem relação direta com a falta de saneamento apropriado, mas podem ser reduzidas drasticamente se houver o investimento necessário neste. De acordo com o Instituto Trata Brasil (2010), “o saneamento não só evita mortes pela redução nos casos de infecções gastrointestinais, bem como reduz a taxa de mortalidade das pessoas internadas”.

Outro setor que é afetado na falta de acesso ao saneamento é a economia, pois trabalhadores que não possuem infraestrutura básica e vivem em locais expostos a situações como esgoto a céu aberto e água sem tratamento adequado, estão mais propensos a ficarem doentes e precisarem faltar no trabalho. Geralmente, os salários de quem tem acesso ao esgoto também são 13% maiores segundo o Instituto Trata Brasil (2010),.

O meio urbano sofre com saneamento precário em áreas mais carentes, porém, muitas vezes o meio rural se encontra em situação semelhante ou mais degradante e recebe pouca atenção. Segundo Castanhetti (2017, p.8), “a má qualidade, em especial nas localidades rurais, leva ainda em grande parte a deterioração das águas dos mananciais superficiais e uma das maiores gravidades é o lançamento de grandes volumes de esgoto bruto nos córregos e rios”.

Um dos grandes problemas com o saneamento em zona rural é justamente a falta de infraestrutura e a falta de sensibilização da população que vive nesses locais para a importância do destino adequado aos dejetos, pois na maioria das propriedades rurais o que se encontra são as fossas negras, que nada mais são do que grandes buracos com certa profundidade e sem nenhum tipo de revestimento nas paredes, facilitando assim a contaminação de lençóis freáticos e rios (principalmente a proliferação em períodos de cheia).

A partir do momento em que esses microrganismos penetram no lençol freático e há o consumo desta água contaminada, pode ocorrer o alojamento de inúmeras doenças no organismo humano. Portanto a principal finalidade é estabelecer melhor condição de vida para estes moradores da zona rural, evitando assim a proliferação de doenças como esquistossomose além de propiciar a contaminação do lençol freático por meio de infiltração no solo Verificar referência (SANTOS, CRISPIM, 2013).

Considerando o contexto do saneamento rural no Brasil, com necessidade de pesquisas e ações práticas para suprir a demanda da falta do esgotamento sanitário em propriedades rurais, nesta pesquisa discutimos um sistema alternativo de saneamento, a Bacia de Evapotranspiração - BET, o qual apresenta

uma série de benefícios, pois além de purificar a água que passa por um sistema de materiais de fácil acesso, possui baixo custo-benefício.

O sistema BET, se apresenta alta eficiência no tratamento do efluente, além de possuir custo de implementação viável. O tratamento ocorre em um sistema fechado, de modo que não há necessidade de que o efluente atenda parâmetros legais, pois ele não entra em contato direto com o ambiente. Os sistemas vedados e fechados, como a BET, acabam por evitar que o efluente entre em contato com o lençol freático, poços e nascentes, contaminando os mesmos (CRISPIM et al, 2019, p. 16).

A BET é um sistema alternativo de saneamento na zona rural que além de ser acessível, reutilizar materiais e ser ecológico, as famílias do meio rural podem se beneficiar de maior qualidade de vida, o risco de contaminação por doenças é reduzido e há maior preservação dos rios e lençóis freáticos. Desse modo, com esta pesquisa objetivamos verificar a eficiência e funcionamento de três Bacias de Evapotranspiração (BETs) em propriedades rurais.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa foi desenvolvida a partir de pesquisas bibliográficas sobre saneamento básico e a BET como sistema alternativo em propriedades rurais; acompanhamento de três sistemas BET em duas propriedades, aqui denominadas de propriedade A e propriedade B; e análise dos resultados.

A pesquisa está vinculada ao LAPEGE (Laboratório de Pesquisa Geoambiental) e a construção das BETs se deu em trabalhos desenvolvidos pelos pesquisadores do mesmo, cujo modelo segue os padrões descritos por Crispim *et al* (2019).

O monitoramento das BETS foi realizado por meio de acompanhamento em campo dos sistemas, com coletas de efluentes para análise, sendo que somente os efluentes da BET 3, na propriedade B (no município de Campo Mourão) foi encaminhado para análise laboratorial. Desta BET, trabalhou-se também com dados de coleta anterior a fim de comparação (ATHAYDES, 2019).

As amostras foram enviadas ao laboratório Acqua Sollus (Campo Mourão – PR), para verificar as propriedades químicas presentes nas amostras, apontando a Demanda Química de Oxigênio (DQO) e a Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO), que fornecem suporte para analisar a qualidade da água. Para fins de comparação dos padrões aceitáveis para os efluentes, foi utilizado os parâmetros de DBO e DQO estabelecidos pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente, CONAMA (2011).

Na propriedade A, foram realizadas também entrevistas informais com os usuários das BETs para verificar a eficácia do sistema do ponto de vista destas pessoas.

2.1 BACIA DE EVAPOTRANSPIRAÇÃO - BET

A Bacia de Evapotranspiração – BET é um sistema de tratamento de esgoto que trata água negra, sendo resultado de estudos da permacultura, que segundo Bill Mollison apud Vieira (2010) “permacultura é um sistema de *design* para a criação de ambientes humanos sustentáveis e produtivos em equilíbrio e harmonia com a natureza”. Essa bacia é recomendada para uso em área rural, caso venha a ser cogitada para o meio urbano é necessário solicitar uma licença e autorização da prefeitura para construí-la. O sistema de BET inclui plantas, que irão por meio da transpiração auxiliar na purificação da água no sistema.

Segundo Vieira (2010), os elementos característicos de uma BET são fermentação, segurança, percolação, evapotranspiração e manejo. A decomposição da matéria orgânica na BET é realizada pelas bactérias no sistema, que através da fermentação em uma câmara de pneus irão decompor o material por respiração anaeróbia. Por questões de segurança, a BET deve ser construída de modo que evite quaisquer vazamentos ou fissuras, não possuir saídas e ter capacidade para receber resíduos humanos e água durante um dia, assim, os patógenos não são eliminados completamente, por isso são detidos no sistema. Por ser um sistema fechado, a água na bacia irá seguir um percurso de baixo para cima, percolando os materiais como a brita, areia, solo e se separar do material contaminado, chegando 99% ser purificada nas raízes das plantas. Através da evapotranspiração, a água é eliminada do sistema, de modo que as plantas utilizem os nutrientes da BET e ao mesmo tempo permitindo com que esta nunca encha. No manejo é obrigatório que a cobertura vegetal morta seja sempre completada com as próprias folhas que caem das plantas e caules, e se necessário, complementada com as aparas de podas de gramas e outras plantas, para que a chuva não entre na bacia. Ainda, é importante de tempos em tempos observar os dutos de inspeção e coletar amostras de água para exames.

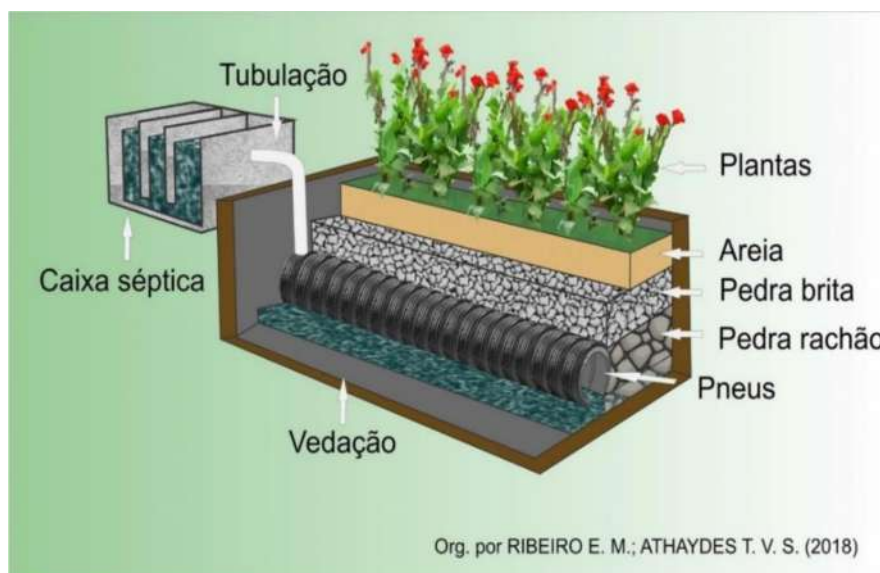
Para a efetivação do sistema BET (Figura 1), é necessário à construção da fossa séptica e da bacia de evapotranspiração. O sistema de BET inclui ainda plantas, que irão por meio da transpiração auxiliar na purificação da água no sistema.

A primeira etapa para a montagem do sistema BET é a construção da fossa séptica com caixa de concreto, sendo que para uma família até sete pessoas deve ter 2,5 m de comprimento x 1,5 m de profundidade x 1 m de largura. Na fossa séptica ocorre o tratamento primário, onde uma parcela da matéria orgânica em suspensão contida no esgoto fica retida e é decomposta anaerobicamente transformando em líquidos e gases, e o efluente líquido vai para a bacia de evapotranspiração (CRISPIM, et al, 2019).

A segunda etapa do sistema consiste na escavação de uma caixa no solo para a montagem da BET, sendo 2m³ por habitante. No interior da caixa, utiliza-se duas camadas de lona plástica como impermeabilizante. Após deve se realizar a disposição de pneus. A ligação da tubulação da fossa séptica com a BET deve ser feita com uma tubulação de 100 mm introduzida no primeiro pneu da câmara. Na sequencia insere-se uma camada de areia, protegendo a lona de eventuais perfurações. O sistema é preenchido com pedra rachão ou entulho de construção. Após recomenda-se cobrir o sistema com manta geotêxtil para drenar e proteger câmara de pneus para que a pedra brita não cause entupimento. Depois vem o preenchimento com 20 cm de areia para evitar que os odores do efluente saiam do sistema, e adicionar 0,10m de solo para dar suporte às plantas. Para finalizar deve-se construir uma mureta de 0,30m em alvenaria.

Com a BET implantada, é realizado o plantio da vegetação selecionada sobre o sistema, como a *Canna indica Lily* (Bananeirinha de jardim) e *Heliconia rostrata* (Caeté), ou seja, plantas que tem alta capacidade de absorção por meio de suas raízes, da umidade excedente do sistema, utilizando para seu desenvolvimento os nutrientes disponíveis no interior da BET (Crispim, et al, 2019).

Figura 1. Modelo de Bacia de Evapotranspiração (BET)



Fonte: Crispim et al (2019).

A eficiência no processo de montagem da BET é muito importante, pois caso alguma das etapas seja mal executada, isso irá comprometer o funcionamento desejado do sistema, por isso, é essencial estudar o meio no qual se deseja inseri-lo para conhecer as vantagens e desvantagens que podem ser encontradas, considerando o clima, vegetação, relevo e todo tipo de relação do homem que possa vir a influenciar no funcionamento. É importante construir o sistema em um local onde haja grande incidência de luz solar, pois a evapotranspiração é essencial e depende desta

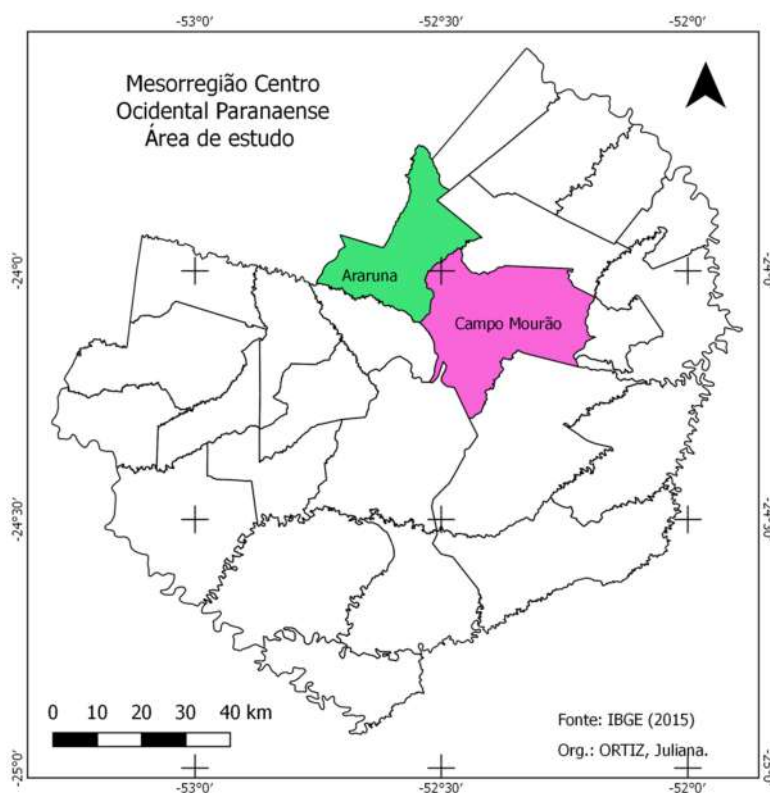
A coleta de amostras de água da BET é feita pelo duto de inspeção, no sistema de entrada (por onde chega a matéria de esgoto bruto no sistema) e saída (por onde sai o efluente do sistema) sendo necessário um par de luvas higiênicas para manuseio dos materiais, duas garrafas pet com capacidade de pelo menos 1 litro e um coletor (pode ser feito utilizando uma garrafa pet com 500 ml ou menor capacidade cortada ao meio). Após a coleta, as amostras devem ser analisadas em laboratório.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE PESQUISA

A pesquisa com o monitoramento das BETs foi desenvolvida na Mesorregião Centro Ocidental Paranaense, nos municípios de Campo Mourão/PR e Araruna/PR (Figura 2). Os municípios são vizinhos, e a localização das propriedades distam aproximadamente 20km entre elas.

Figura 2 – Localização dos municípios abrangidos pela pesquisa: Campo Mourão e Araruna (PR).



Organização: ORTIZ, Juliana (2019).

O município de Campo Mourão está a latitude de 24° 02' 44" S, longitude 52° 22' 59" W e altitude de aproximadamente 585m em relação ao nível do mar. O município de Araruna está a latitude 23° 55' 54" S, longitude 52° 29' 47" W e altitude de aproximadamente 610m em relação ao nível do mar.

Campo Mourão é caracterizada pelo clima Cfa na maior parte e em uma pequena parte, em transição para Cfb, com boa distribuição de chuvas ao longo do ano, invernos mais secos e verões mais amenos em Cfb e mais quentes em Cfa (MARINS, MASSOQUIM, BORSATO, 2016,). No município de Araruna, o clima é do tipo Cfa.

O município de Campo Mourão geologicamente está na Formação São Bento, apresenta solos predominantemente do tipo Latossolo Vermelho Férrico (Latossolo roxo), de textura argilosa, profundo, fértil e com capacidade para sustentar a atividade agrícola do município, principalmente a produção de grãos como a soja, o milho e o trigo (CRUZ, SERRA, 2009). Já o município de Araruna geologicamente, encontra-se na área de contato entre rochas areníticas da Formação Caiuá e basálticas da Formação Serra Geral (NAGASHIMA, 2009), sendo os solos predominantemente arenosos, com alta suscetibilidade à erosão.

3.2. MONITORAMENTO DE BACIA DE EVAPOTRANSPIRAÇÃO EM PROPRIEDADE NO MUNICÍPIO DE ARARUNA/PR

Na propriedade A, localizada no distrito de São Miguel, distante 3 km da cidade de Araruna foram instaladas duas BETs, o sistema 1 (BET_1) para receber os dejetos dos banheiros e cozinha que serve aos funcionários de dois aviários da propriedade, e o sistema 2 (BET_2), com medidas de 2m x 1m x 2m, para atender os resíduos de esgoto sanitário da casa da família do caseiro da propriedade (Figura 3). Ambas as BETs foram construídas em maio de 2018, com o auxílio de acadêmicos do bacharelado de Geografia orientados pela equipe do LAPEGE, e foram ativadas em junho do mesmo ano.

Em entrevistas informais com os familiares da propriedade, constatou-se que houve no momento da construção do sistema, curiosidade sobre o processo e sua eficiência, visto que o caseiro estava familiarizado apenas com a utilização da fossa negra.

Foram realizadas duas coletas de efluentes na BET 1 e uma na BET 2, da propriedade A, em Novembro de 2018 e em 25 de Março de 2019, entretanto, não foi possível encaminhar para análise. Na BET 1 (Figura 4), ambas as coletas foram prejudicadas pelo pouco uso do sistema até o período, que não demandou efluente líquido suficiente para que as amostras mesma ocorresse a contento.

Logo nos primeiros dias dos sistemas instalados, o caseiro e familiares constataram a eficiência da BET 1. Em relação a BET 2, relataram a percepção de mau cheiro, que logo foi associado ao seu mau funcionamento.

Foram realizadas duas coletas de efluentes na BET 1 e uma na BET 2, da propriedade A, em Novembro de 2018 e em 25 de Março de 2019, entretanto, não foi possível encaminhar para análise. Na

BET 1 (Figura 4), ambas as coletas foram prejudicadas pelo pouco uso do sistema até o período, que não demandou efluente líquido suficiente para que as amostras mesma ocorresse a contento.

Figura 3- Construção da BET_2 em Araruna.



Fonte: MALYSZ, Sandra (2018).
Organização: ORTIZ, Juliana.

Figura 4. Coleta de efluente na BET 1, propriedade A – Araruna-PR.



Fonte: MALYSZ (2018).

O Sistema BET 2 que mais demandou de uso, além do mau cheiro, apresentou problemas com o afundamento na BET. Logo após sua construção, um período chuvoso ocasionou grande escoamento superficial na propriedade, que atingiu esta BET. O escoamento superficial no terreno arenoso acarretou também processos erosivos no entorno do sistema.

A cor e a fluidez das amostras de efluentes coletadas na BET 2 indicaram problemas com a estrutura do sistema, logo as amostras não foram encaminhado para análise. Constatado o problema, esta BET começou a ser monitorada diariamente nos aspectos externos, com ajuda dos usuários. Posteriormente foi detectado vazamento de efluentes na caixa séptica. O sistema foi então desativado. Na Figura 5, é possível visualizar alguns aspectos dos problemas apresentados na BET 2.

Acredita-se que o terreno arenoso e a intensidade de chuvas logo após a construção da BET e início do seu uso possa ter prejudicado o sistema, tanto pelo escoamento superficial, quanto pela infiltração da água pluvial, mas não está descartado também problemas com o encanamento na caixa séptica. No entanto mais estudos precisam ser realizados para averiguações do comportamento de um sistema em terreno mais arenoso e os impactos da erosão na BET, bem como possíveis problemas na caixa séptica.

Figura 5 – Aspectos da BET 2 na Propriedade A.



Figura 5a: BET com afundamento e alagamento.



Figura 5b: Solo frágil.

Fonte: MALYSZ, Sandra (2018-2019).

Organização: ORTIZ, Juliana.

3.3. MONITORAMENTO DE BACIA DE EVAPOTRANSPIRAÇÃO EM PROPRIEDADE NO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO/PR

A BET 3 se localiza na Vila Franciscana – PR entre Campo Mourão e Araruna, é utilizada para uso doméstico e foi ativada em Abril de 2017, o sistema já funciona há mais de dois anos. desde então vem apresentando bom desempenho (Figura 6).

A primeira coleta de efluentes para análise foi realizada em 2018 (ATHAYDES, 2019), e a segunda em 26 de Abril de 2019, sendo possível realizar um comparativo da qualidade dos efluentes coletados, e se estão de acordo com os parâmetros aceitos de DBO e DQO, e de sua eficiência no decorrer deste período.

Figura 6 – BET da propriedade B



Fonte: CRISPIM, Jefferson (2019).

É necessário considerar uma coleta de entrada e outra de saída para DBO e DQO, pois cada uma representa estágios diferentes dos efluentes. A partir das duas coletas levadas para análise em laboratório, foi possível gerar a tabela com valores de DBO e DQO, revelando a qualidade dos efluentes na propriedade B. Para chegar ao parâmetro de eficiência é usada uma fórmula matemática que utiliza os valores de entrada e saída de efluentes, resultando na porcentagem da eficiência:

$$\frac{\text{DQO (amostra de entrada)} - \text{DQO (amostra de saída)} \times 100}{\text{DQO (amostra de entrada)}}$$

Em ambas as coletas foram possíveis obter bons resultados em relação à eficiência da BET (Tabelas 1 e 2), ou seja, a qualidade da água também é excelente, pois o sistema funciona adequadamente em todas as suas etapas. Mesmo com uma pequena redução na eficiência de DBO em 3,03% e de 0,43% em DQO, os valores obtidos estão dentro dos padrões estipulados pelo CONAMA (2011).

Tabela 1– DBO e DQO, 26 Abril de 2019 da propriedade B.

Parâmetros	DBO	DQO
Entrada	617,28	1641,90
Saída	589,39	1585,15
Eficiência %	94,4 %	95,5 %

Organização: ORTIZ, Juliana (2019).

Tabela 2- DBO e DQO de 2018 da propriedade B.

Parâmetros	DBO	DQO
Entrada	698,11	2133,33
Saída	17,89	86,67
Eficiência %	97,43%	95,93%

Organização: ORTIZ, Juliana.
Fonte (ATHAYDES, 2019)

Silva e Mara (1979 apud MELLO, 2007), ressaltam valores em termos de concentração de DBO e DQO, classificados em fraca, média, grande e muito grande, disponíveis na Tabela 3.

Tabela 3 - Concentração em termos de DBO5 e DQO.

Concentração	Fraca	Média	Grande	Muito Grande
DBO5 (mg/l)	200	350	500	750
DQO (mg/l)	400	700	1000	1500

Fonte: Silva e Mara (1979).

De acordo com a Tabela 3, os índices de DBO e DQO obtidos nas análises demonstradas nas Tabelas 1 e 2 estão entre uma concentração grande à muito grande, apontando a presença de um bom ambiente respiratório para as bactérias presentes no sistema. Já o DQO variou de concentração média à muito grande, refletindo baixa poluição da água.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa possibilitou compreender como o saneamento no Brasil ainda é um serviço falho em muitas regiões e como a falta de acesso a esse serviço prejudica a saúde da população, provoca poluição e contribui para a proliferação de doenças.

A zona rural recebe pouco ou nenhum suporte quando o assunto é saneamento básico, a maioria das propriedades possui fossa negra, assim, o sistema de Bacia de Evapotranspiração (BET) se torna uma

opção alternativa de uso para o meio rural, tratando águas negras, sendo ecológico e com baixo custo de instalação.

As propriedades onde se localizam as três BETs monitoradas apresentam diferentes características de solo, sendo predominante o solo arenoso na propriedade A, e Latossolo roxo, na propriedade B, o que pode influenciado na eficiência dos sistemas. Na propriedade A, a BET1 apresenta um bom funcionamento, embora até a finalização desta etapa da pesquisa, não foi possível encaminhar os efluentes coletados para análise, devido o pouco uso do sistema.

Já a BET 2 logo após sua construção e início do uso apresentou problemas, com afundamento da BET e vazamento na caixa séptica, o que pode estar associado ao escoamento superficial e também infiltração da água pluvial em um terreno muito arenoso; sendo que pode ainda ter ocorrido problema durante a construção do sistema. Além destes problemas e do mau cheiro, as amostras de efluentes coletadas, mesmo sem que fosse analisada em laboratório, a cor e a consistência acusaram o mau funcionamento da BET 2, a qual foi desativada.

Na propriedade B, a BET 3 funciona com muita eficiência, constatada nas análises das amostras coletadas em 2018 e 2019, considerando parâmetros de DBO e DQO, essenciais para averiguar o nível de poluição da água e sua qualidade.

Os resultados da pesquisa de forma geral, principalmente pelos resultados das análises dos efluentes coletados na BET 3, propriedade B, e o funcionamento da BET 1, propriedade A, permitiram comprovar a eficiência dos sistema como alternativa ao tratamento de esgoto em propriedades rurais. No entanto os resultados para o monitoramento da BET 2 na propriedade A, alertam para importância de mais estudos sobre a instalação do sistema BET em terrenos arenosos e também no acompanhamento por um profissional técnico na construção e monitoramento dos sistemas.

A importância do meio rural também receber tratamento de esgoto adequado resulta em grandes melhorias, pois não só melhora a qualidade de vida das famílias, mas também reduz a quantidade de poluentes que atingem os lençóis freáticos e córregos das proximidades de cada propriedade, reduzindo a contaminação e proliferação de doenças.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATHAYDES, Tiago V. S. **Sistemas de tratamento de esgoto no meio rural: uma avaliação de experiências nos municípios de Francisco Beltrão, Iretama e Campo Mourão/ PR.** Mestrado em Geografia – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Francisco Beltrão. 2019.

ATHAYDES, Tiago.V. S.; CRISPIM, J. Q. **Saneamento rural por meio de estação de tratamento de esgoto por zona de raízes modelo bacia de evapotranspiração (BET) no município de Iretama – Paraná.** *In:* Encontro Anual de Iniciação Científica da Unespar, II, 2016, Paranavaí. Disponível em: <<file:///C:/Users/Hobbit/Downloads/4176-12676-1-PB.pdf>>. Acesso em: 24 de Abr. de 2019.

CASTANHETTI, Fabiano J. **A falta de sistemas de tratamento de esgoto doméstico em zona rural e suas consequências.** Monografia em Direito Ambiental – Universidade do Sul de Santa Catarina, Içara, 2017.

CONAMA. Conselho Nacional Do Meio Ambiente. **Resolução Nº430, de 13 de Maio de 2011.** Disponível:<<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=646>>. Acesso em 24 de Abr. de 2019.

CRISPIM, Jefferson de Q. *et al.* **Sistema de tratamento de esgoto modelo bacia de evapotranspiração (BET).** Campo Mourão: UNESPAR , 2019. Disponível em: <<http://campomourao.unespar.edu.br/editora/documentos/sistema-de-tratamento-de-egoto-modelo-bacia-de-evapotranspiracao-bet>>. Acesso em: 04 de Jul. de 2019.

CRUZ, M. L.; SERRA, E. **O perfil geográfico de Campo Mourão: aspectos físicos e socioeconômicos.** *In:* O professor PDE e os desafios da escola pública paranaense, produção didático – pedagógica. UEM, 2009. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2009_uem_geografica_md_marcia_lucia_da_cruz.pdf>. Acesso em: 03 de Jul. de 2019.

MARINS, J. A. L.; MASSOQUIM, N. G.; BORSATO, V. A. **A influência do clima na dinâmica da paisagem agrícola na região de Campo Mourão – PR. Entre os anos de 2005 a 2014.** *In:* Simpósio brasileiro de climatologia geográfica, Variabilidade e susceptibilidade climática: Implicações Ecosistêmicas e Sociais de 25 a 29 de outubro de 2016 Goiânia (GO)/UFG. Disponível em: <[http://www.abclima.ggf.br/sbcg2016/anais/arquivos/eixo_4/trabalho%20\(2\).pdf](http://www.abclima.ggf.br/sbcg2016/anais/arquivos/eixo_4/trabalho%20(2).pdf)>. Acesso em: 04 de Jul. de 2019.

MELLO, Edson J. R. **Tratamento de esgoto sanitário: avaliação da estação de tratamento de esgoto do bairro Novo Horizonte na cidade de Araguari – MG.** Monografia em Engenharia Sanitária – UNIMINAS, Uberlândia, 2007.

NAKASHIMA, Paulo *et al.* **Sistema pedológico na região de Araruna – PR.** *In:* Congresso brasileiro de ciência do solo, XXXII, 2009, Fortaleza. Disponível em: <<file:///C:/Users/Hobbit/Downloads/PainelP.Nakashima-XXXIICBCS.pdf>>. Acesso em: 28 de Jun. de 2019

SANTOS, B.S.; CRISPIM, J.Q. **Monitoramento de estações de tratamento de esgotos por zona de raízes instaladas no município de Campo Mourão - PR.** *In*: Anais do Encontro Anual de Produção Científica e Tecnológica. 2013. Disponível em: <http://www.fecilcam.br/nupem/anais_viii_epct/PDF/TRABALHOSCOMPLETO/Anais-CET/GEOGRAFIA/Srutkowiskitrabalhocompleto.pdf>. Acesso em 16 de Abr. de 2019.

TRATA BRASIL, Instituto. **Benefícios econômicos da expansão do saneamento brasileiro.** Disponível em: <<https://cebds.org/publicacoes/beneficios-economicos-da-expansao-saneamento-brasileiro/>>. Acesso em: 08 de Maio de 2019.

VIEIRA, Itamar. **BET – Bacia de Evapotranspiração.** Disponível em: <<http://www.setelombas.com.br/2010/10/bacia-de-evapotranspiracao-bet/>>. Acesso em: 22 de Abr. 2019.

VIEIRA, Itamar. **O que é permacultura?.** Disponível em: <<https://www.setelombas.com.br/permacultura/o-que-e-permacultura/>>. Acesso em: 22 de Abr. 2019.

VON SPERLING, Marcos. **Determinação da demanda bioquímica de oxigênio (DBO).** Disponível em: <<https://www.tratamentodeagua.com.br/artigo/determinacao-da-demanda-bioquimica-de-oxigenio-dbo/>>. Acesso em: 02 de Maio de 2019.

UMA OPÇÃO PARA CONFORMAÇÃO MOLECULAR DE PROTEÍNAS

Karla Horrana Tenorio Sacani (PIC, Fundação Araucária)
Unespar/Paranavaí, karlahorrana@hotmail.com
Valter Soares de Camargo (Orientador), Unespar/Paranavaí,
valter.camargo@unespar.edu.br

Palavras-chave: Proteína. Álgebra Geométrica. Rotor.

INTRODUÇÃO

Quando se fala de saúde e funcionamento do organismo dos seres vivos é praticamente impossível não citar o nome das proteínas, essas moléculas são responsáveis por ajudar a manter e reconstruir os tecidos do nosso corpo. A definição da palavra Proteína, vem do grego *Proteios*, que significa “de primeira importância”, e foi definida por Jons Jacob Berzelius (1770-1848), que mesmo não conhecendo a fundo tal molécula acreditava que fosse vital para a vida. No século XX, foi descoberto que com a degradação das proteínas ocorria a liberação de aminoácidos e compreender que as proteínas são formadas por sequências desses aminoácidos. Existem vinte tipos de aminoácidos, e dezenove possuem no centro de sua estrutura, um átomo de carbono, chamado de carbono-alfa e denotado como C^α , e assim considerando que são possíveis quatro ligações, possuem um átomo de hidrogênio H , um grupo amina NH_3^+ , um grupo carboxílico COO^- e por fim, uma cadeia lateral de resíduo, denotada por R , essa cadeia lateral R é uma das características que difere o vigésimo aminoácido dos demais, nos outros dezenove ela está ligada ao carbono-alfa e no vigésimo ela está ligada ao átomo de nitrogênio do grupo amina. Os aminoácidos estão reunidos em forma de cadeia através de ligações peptídicas, que unem dois aminoácidos através da ligação do grupo carboxila de um, ao grupo amina do outro, tendo como resíduo uma molécula de água.

Entretanto o número de possibilidades para compor essas estruturas é extremamente amplo, trazendo a grande dificuldade para elaborar a sequência que define a função da proteína no organismo e ela própria. Temos ainda, a não linearidade de sua estrutura, visto que elas podem se dobrar e formar várias curvas ao longo de sua estrutura. Deste modo, neste trabalho, buscamos através da conformação molecular, descrever a cadeia principal, que é uma subestrutura da proteína e é composta por uma repetição de três átomos centrais, um nitrogênio N de uma molécula de amido, um carbono-alfa C^α e um carbono C

originário de uma carbonila. Estes átomos estão unidos por uma ligação covalente e são oriundos de cada um dos aminoácidos. Na cadeia principal as distâncias entre os átomos e os ângulos de ligações são dados a priori, e se repetem no decorrer da cadeia polimérica. Utilizando desses fatos podemos trabalhar com a geometria tão rica das proteínas, em busca da conformação molecular das mesmas.

MATERIAIS E MÉTODOS

O problema da conformação molecular de proteínas pode ser interpretado pelo chamado Discretizable Molecular Distance Geometry Problem (DMDGP), cuja tradução para o português é Problema Discretizável de Geometria de Distâncias Moleculares. Este problema é uma reformulação de outros dois mais gerais, primeiramente o Distance Geometry Problem (DGP), ou Problema de Geometria de Distâncias, que é um problema mais geral, onde quaisquer objetos representam pontos matemáticos. Por se tratar de um problema geral, temos o subproblema Molecular Distance Geometry Problem (MDGP), ou, em tradução Problema de Geometria de Distâncias Moleculares, este por sua vez possui um espaço de soluções não-enumerável, assim para a conformação molecular de proteínas, restringiu-se este subproblema, dando origem ao DMDGP, com um espaço de busca de soluções discreto e finito.

Com o intuito de solucionar o problema, usamos como metodologia a Álgebra Geométrica, desenvolvida por William Kingdom Clifford (1845-1876) ao final do século XIX. Sabemos que o quadrado de qualquer número real é igual ao seu módulo ao quadrado, desse modo a Álgebra Geométrica surge da ideia de se estender esse conceito para vetores, ou seja, igualando o quadrado de um vetor no \mathbb{R}^3 à sua normal Euclidiana (módulo) ao quadrado. Segundo os eixos X , Y , e Z , os vetores unitários de Clifford são denotados como e_1 , e_2 e e_3 e o produto de vetores $vv = v^2$ é um produto geométrico e não possui a propriedade comutativa.

Desse modo, considerando um vetor no \mathbb{R}^3 $v = xe_1 + ye_2 + ze_3$, cuja sua norma é $|v|^2 = x^2 + y^2 + z^2$, seguindo a ideia de se obter

$$v^2 = |v|^2$$

escrevemos

$$(xe_1 + ye_2 + ze_3)(xe_1 + ye_2 + ze_3) = x^2 + y^2 + z^2$$

quanto ao lado esquerdo, temos

$$x^2e_1e_1 + xye_1e_2 + xze_1e_3 + xye_2e_1 + y^2e_2e_2 + yze_2e_3 + xze_3e_2 + z^2e_3e_3$$

e ao direito

$$x^2 1 + y^2 1 + z^2 1 + xy 0 + xz 0 + yz 0$$

igualando e comparando

$$v^2 = x^2 \underbrace{e_1 e_1}_1 + y^2 \underbrace{e_2 e_2}_1 + z^2 \underbrace{e_3 e_3}_1 + xy \underbrace{(e_1 e_2 + e_2 e_1)}_0 + xz \underbrace{(e_1 e_3 + e_3 e_1)}_0 + yz \underbrace{(e_2 e_3 + e_3 e_2)}_0$$

desse modo temos

$$e_1 e_1 = e_2 e_2 = e_3 e_3 = 1$$

ou

$$e_1^2 = e_2^2 = e_3^2 = 1$$

ou

$$|e_1|^2 = |e_2|^2 = |e_3|^2 = 1$$

e

$$e_1 e_2 = -e_2 e_1 \text{ ou } e_{12} = -e_{21}$$

$$e_1 e_3 = -e_3 e_1 \text{ ou } e_{13} = -e_{31}$$

$$e_2 e_3 = -e_3 e_2 \text{ ou } e_{23} = -e_{32}$$

Observe que o quadrado do produto de dois unitários, por exemplo, $e_1 e_2$, obtemos

$$(e_1 e_2)^2 = (e_{12})^2 = e_1 e_2 e_1 e_2 = -e_1 (e_1 e_2) e_2 = -e_1^2 e_2^2 = -(1)(1) = -1$$

analogamente, para os demais, resulta

$$e_{12}^2 = e_{13}^2 = e_{23}^2 = -1$$

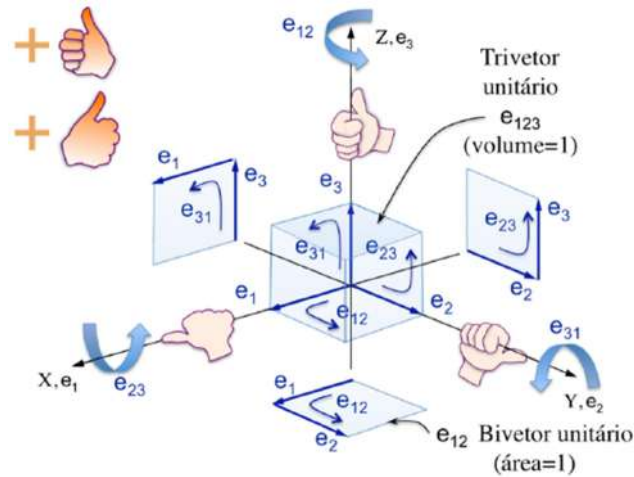
Esses três objetos matemáticos, não são escalares e nem vetores, então foram definidos como bivectores unitários, representados geometricamente seguindo os planos $XY(e_{12})$, $ZX(e_{31})$ e $YZ(e_{23})$, como quadrados com área unitária. Do mesmo modo, considerando o produto geométrico $e_1 e_2 e_3 = e_{123}$ elevado ao quadrado, temos

$$(e_1 e_2 e_3)^2 = e_{123}^2 = e_1 e_2 e_3 e_1 e_2 e_3 = -e_1 e_2 e_1 e_3 e_2 e_3 = e_1 e_1 e_2 e_3 e_2 e_3 = -e_2 e_2 e_3 e_3 = -1$$

logo, $e_{123}^2 = -1$

Este por sua vez, também não é um escalar e nem um vetor, então definido como trivetor unitário, representado geometricamente como um cubo de volume unitário. Na figura abaixo, temos a representação desses objetos matemáticos e suas orientações de sentidos, denominados unitários de Clifford.

Imagem 1 - Representação geométrica dos unitários de Clifford



Fonte: (SILVA, 2009, 13).

Usando os unitários de Clifford, temos a definição do chamado vetor de Clifford, o multivetor no espaço Cl_3 composto de um escalar, um vetor, um bivector e um trivector, somados:

$$a \equiv a_0 + v + B + T$$

ou ainda,

$$a \equiv \underbrace{a_0}_{\text{escalar}} + \underbrace{a_1 e_1 + a_2 e_2 + a_3 e_3}_{v=ve} + \underbrace{a_4 e_{12} + a_5 e_{31} + a_6 e_{23}}_{B=\text{biveto}} + \underbrace{a_7 e_{123}}_{T=\text{triveto}}$$

com $a_0, a_1, a_2, a_3, a_4, a_5, a_6, a_7 \in \mathbb{R}$.

Considerando dois vetores $a, b \in \mathbb{R}^2$, tais que $a = a_1 e_1 + a_2 e_2$ e $b = b_1 e_1 + b_2 e_2$, temos

$$ab = \underbrace{a_1 b_1 + a_2 b_2}_{a \cdot b \text{ escalar}} + \underbrace{(a_1 b_2 - a_2 b_1) e_{12}}_{a \wedge b \text{ biveto}}$$

$$a \cdot b = a_1 b_1 + a_2 b_2$$

$$a \wedge b = (a_1 b_2 - a_2 b_1) e_{12}$$

logo o produto acima é chamado de produto geométrico de dois vetores no plano e é dado resumidamente por

$$ab = a \cdot b + a \wedge b$$

Para se determinar as posições dos átomos no espaço, é necessário utilizar de ferramentas para rodar um vetor no \mathbb{R}^3 , como nossa metodologia é a Álgebra Geométrica vamos utilizar o chamado rotor de Clifford. Para definir o rotor, iniciaremos com a rotação de vetores através de reflexões. Seja a um vetor a ser refletido e n um vetor unitário no mesmo plano de a e defronte ao espelho de reflexão, considerando o princípio da Álgebra Geométrica em que

$$n^2 = |n|^2$$

como n é um vetor unitário, temos

$$n^2 = 1$$

e assim,

$$n \cdot a = |n||a|\cos\alpha = |a|\cos\alpha$$

e mais,

$$a = n^2 a = nna$$

$$a = n(n \cdot a + n \wedge a)$$

$$a = n(n \cdot a) + n(n \wedge a)$$

$$a' = -n(n \cdot a) + n(n \wedge a)$$

$$a' = -n(n \cdot a - n \wedge a)$$

$$a' = -n(a \cdot n + a \wedge n)$$

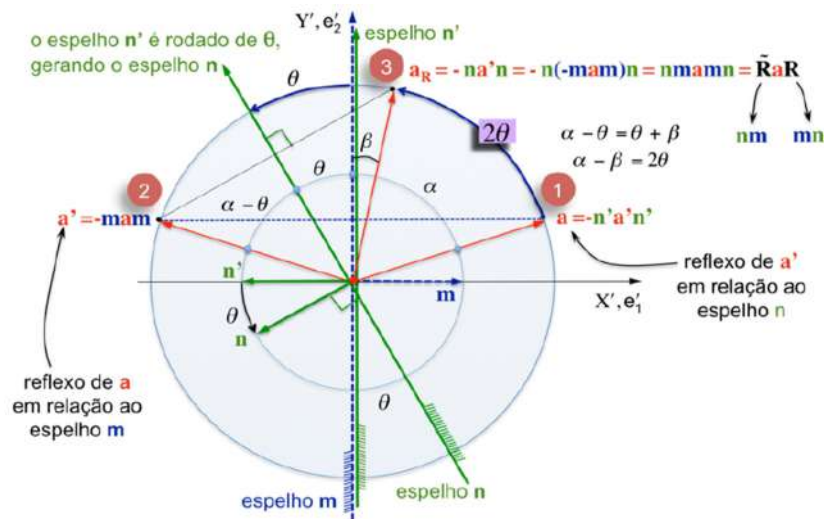
$$a' = -nan$$

ou seja,

$$\text{Vetor Refletido} = -(\text{Normal Unitário})(\text{Vetor})(\text{Normal Unitário})$$

Para se rodar um vetor a , primeiro o refletimos usando o espelho m , obtendo-se o vetor a' , vamos considerar também o espelho n' , e seus vetores unitários respectivos m e n' , então reflete-se a' usando o espelho n' , voltando a posição inicial do vetor a , assim podendo escreve-lo em função de seu reflexo. Prosseguindo, gira-se o espelho n' de um ângulo θ , obtendo-se o espelho n , então o vetor a' usando este novo espelho n' , obtemos o vetor a_R que é exatamente o vetor a , rodado de 2θ . Dessa forma temos o surgimento do rotor R , resultado do produto geométrico de dois vetores unitários e normais aos espelhos, $R = mn$, e o reverso do rotor R , representado por $\tilde{R} = nm$, e o vetor a rodado $a_R = \tilde{R}aR$. A figura abaixo representa cada uma dessas passagens.

Imagem 2 - Surgimento do rotor R por meio de reflexões



Fonte: (SILVA, 2009, 35).

Considerando os vetores unitários e perpendiculares aos espelhos, m e n , temos que o produto externo desses vetores formam o bivetor $m \wedge n$ no plano de rotação, este bivetor é orientado em sentido horário (*CW clockwise*), entretanto o vetor a roda no sentido anti-horário (*CCW conter clockwise*). Assim, o módulo desse produto externo representa a área do bivetor, com isso vamos desenvolver a expressão do rotor R em função do ângulo θ :

$$R = mn = m \cdot n + m \wedge n$$

com

$$m \cdot n = |n||m|\cos(180^\circ - \theta)$$

e

$$|m \wedge n| = |n||m|\text{sen}(180^\circ - \theta)$$

como m e n são unitários, temos

$$m \cdot n = -\cos\theta$$

e

$$|m \wedge n| = \text{sen}\theta$$

Considerando um bivetor unitário $|U| = 1$, com a mesma orientação do bivetor $m \wedge n$, (contrária à rotação do vetor a) e também pertencente ao mesmo plano de $m \wedge n$, logo

$$m \wedge n = (\text{sen}\theta)U = U\text{sen}\theta$$

Desse modo, a expressão do rotor é dada por

$$R = mn = m \cdot n + m \wedge n$$

$$R = -\cos\theta + U\text{sen}\theta$$

e seu reverso

$$\tilde{R} = nm = n \cdot m + n \wedge m = m \cdot n - m \wedge n$$

$$\tilde{R} = -\cos\theta - U\text{sen}\theta$$

Entretanto, vamos escolher um bivector unitário com o mesmo sentido de giro do vetor a , representado por $B = -U$, ou ainda $U = -B$, substituindo:

$$R = -\cos\theta - B\text{sen}\theta$$

e

$$\tilde{R} = -\cos\theta + B\text{sen}\theta$$

logo,

$$a_R = \tilde{R}aR = (-\cos\theta + B\text{sen}\theta)a(-\cos\theta - B\text{sen}\theta)$$

Para simplificar, vamos multiplicar o rotor e seu reverso por (-1) , não alterando o valor da equação, portanto

$$a_R = (\cos\theta - B\text{sen}\theta)a(\cos\theta + B\text{sen}\theta),$$

onde $B = B_{12}e_{12} + B_{31}e_{31} + B_{23}e_{23}$ e $|B|^2 = B_{12}^2 + B_{31}^2 + B_{23}^2 = 1$. Substituindo na expressão do rotor, temos

$$R = \cos\theta + (B_{12}e_{12} + B_{31}e_{31} + B_{23}e_{23})\text{sen}\theta$$

$$R = \cos\theta + (B_{12}\text{sen}\theta)e_{12} + (B_{31}\text{sen}\theta)e_{31} + (B_{23}\text{sen}\theta)e_{23}$$

ou

$$R = r_0 + R_{12}e_{12} + R_{31}e_{31} + R_{23}e_{23}$$

com $r_0 = \cos\theta$, $R_{12} = B_{12}\text{sen}\theta$, $R_{31} = B_{31}\text{sen}\theta$ e $R_{23} = B_{23}\text{sen}\theta$.

Com a norma Euclidiana ao quadrado,

$$|R|^2 = \cos^2\theta + (B_{12}^2 + B_{31}^2 + B_{23}^2)\text{sen}^2\theta = 1$$

que respeita o fato de o rotor ser um multivetor unitário. O bivector B pode ser representado graficamente, como uma forma circular ou quadrada, sendo responsável por fornecer o plano e o sentido onde haverá a rotação.

Substituindo a expressão do rotor R e seu reverso, temos que a expressão geral do vetor a rodado de 2θ é

$$\begin{aligned}
a_R = & \{a_1 \cos^2 \theta + (a_3 B_{31} - a_2 B_{12}) \text{sen} 2\theta + [2B_{23}(a_3 B_{12} + a_2 B_{31}) + a_1(B_{23}^2 - B_{12}^2 - B_{31}^2)] \text{sen}^2 \theta\} e_1 \\
& + \{a_2 \cos^2 \theta + (a_1 B_{12} - a_3 B_{23}) \text{sen} 2\theta \\
& + [2B_{31}(a_3 B_{12} + a_1 B_{23}) + a_2(B_{31}^2 - B_{12}^2 - B_{23}^2)] \text{sen}^2 \theta\} e_2 \\
& + \{a_3 \cos^2 \theta + (a_2 B_{23} - a_1 B_{31}) \text{sen} 2\theta \\
& + [2B_{12}(a_1 B_{23} + a_2 B_{31}) + a_3(B_{12}^2 - B_{31}^2 - B_{23}^2)] \text{sen}^2 \theta\} e_3
\end{aligned}$$

Quando o vetor a ser rodado pertence ao mesmo plano do bivector podemos utilizar a expressão

$$a_R = aR^2$$

pois o volume do trivetor $a \wedge B$ é nulo.

Assim,

$$\begin{aligned}
a_R = aR^2 = & [a_1 \cos 2\theta + (a_3 B_{31} - a_2 B_{12}) \text{sen} 2\theta] e_1 + [a_2 \cos 2\theta + (a_1 B_{12} - a_3 B_{23}) \text{sen} 2\theta] e_2 \\
& + [a_3 \cos 2\theta + (a_2 B_{23} - a_1 B_{31}) \text{sen} 2\theta] e_3.
\end{aligned}$$

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Usando da Álgebra Geométrica concluímos obtemos as coordenadas cartesianas de cada um dos átomos de uma proteína. Dados os comprimentos das ligações covalentes (L), ângulos de dobra (θ) e ângulos de torção ou diedral (ω), conforme especificado abaixo,

$$\text{Átomo 1: } \{0, 0, 0\}$$

$$\text{Átomo 2: } \{-L_2, 0, 0\}$$

$$\text{Átomo 3: } \{-L_3, \theta_3, \omega_3\}$$

$$\text{Átomo 4: } \{-L_4, \theta_4, \omega_4\}$$

...

$$\text{Átomo N: } \{-L_N, \theta_N, \omega_N\}$$

O processo consiste basicamente em duas rotações, uma de dobra e outra de torção, seguidas de uma translação. Primeiramente localizamos o Átomo 1 (A_1) na origem (0,0,0) e o Átomo 2 (A_2) em $(-L_2, 0, 0)$, e então prosseguimos para os demais átomos. O bivector não normalizado que orienta a rotação de dobra é

$$B_{bN} = v_1 \wedge v_2 = (A_{N-1} - A_{N-2}) \wedge (A_{N-2} - A_{N-3})$$

onde o índice b representa a palavra *bend*, dobra. E o vetor que em torno se dá a rotação de torção é

$$v_1 = A_{N-1} - A_{N-2}$$

que é perpendicular ao bivector B_{tN} (t de torção), orientador da torção, com o vetor normal unitário

$$n_{tN} = \frac{v_1}{|v_1|} = \frac{A_{N-1} - A_{N-2}}{A_{N-1} - A_{N-2}}$$

ou

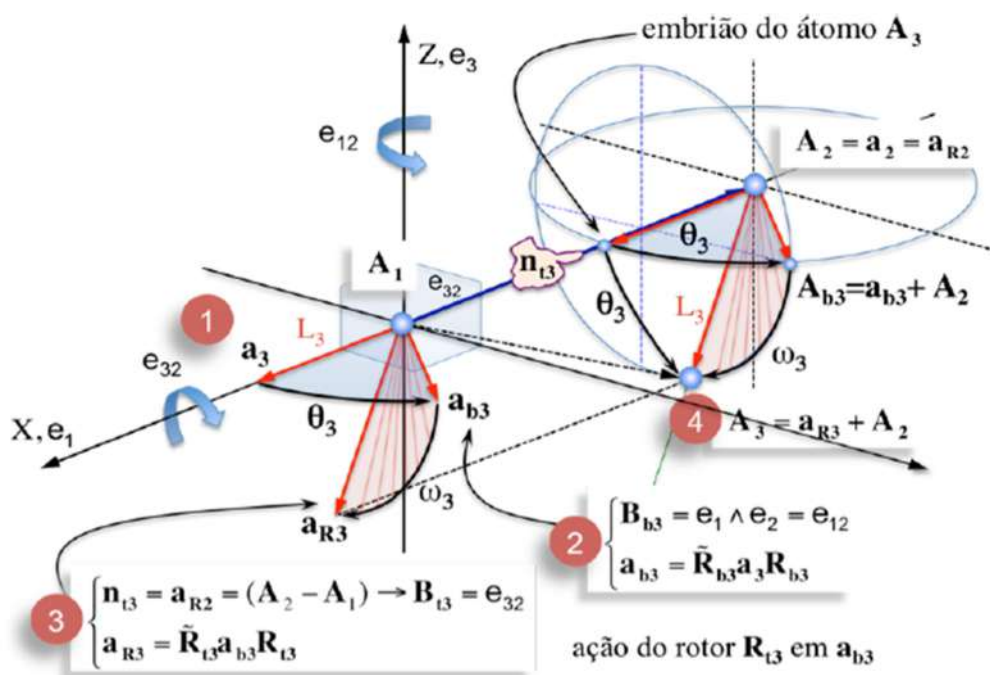
$$n_{tN} = n_{t1}e_1 + n_{t2}e_2 + n_{t3}e_3$$

e o bivector unitário

$$B_{tN} = n_{t3}e_{12} + n_{t2}e_{31} + n_{t1}e_{23}.$$

Após a localização dos átomos A_1 e A_2 , localizamos um ponto, o chamado embrião do átomo A_3 , entre os átomos A_1 e A_2 , a uma distância L_3 de A_2 . Então localizamos o vetor a_3 representante na origem $(0,0,0)$ do vetor formado pelo embrião do átomo A_3 e o próprio A_3 , prosseguindo, efetuamos uma rotação de dobra no plano do bivector-orientador $B_{b3} = e_{12}$, aplicando a expressão $\tilde{R}_{b3}a_3R_{b3}$ de aplicação do rotor, obtendo o vetor a_{b3} . Seguindo, efetuamos a rotação de torção com $\tilde{R}_{t3}a_{b3}R_{t3}$, resultando o vetor a_{R3} . Após a torção, fazemos uma translação $a_{R3} + A_2$, obtendo assim a posição final do átomo A_3 . A figura abaixo representa graficamente esses passos.

Imagem 3 - Passos para determinação das coordenadas de A_3 .



Fonte: (SILVA, 2009, 54).

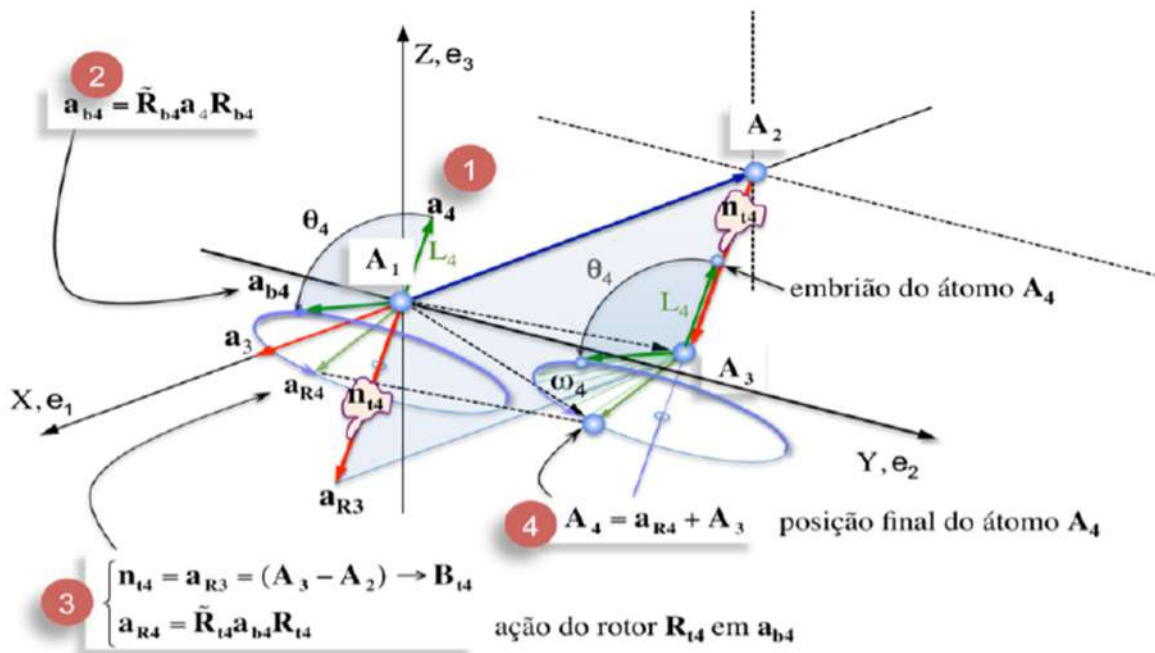
Para o átomo A_4 , repetimos o mesmo processo, localizando o embrião entre A_3 e A_2 , com

$$a_{R3} = A_3 - A_2, a_{R2} = A_2 - A_1,$$

$$B_{b4} = a_{R3} \wedge a_{R2} = (A_3 - A_2) \wedge (A_2 - A_1).$$

Prosseguindo com a rotação de dobra orientada pelo bivector B_{b4} e a rotação de torção seguida da translação, obtendo a posição final do átomo $A_4 = a_{R4} + A_3$, especificado na figura a seguir.

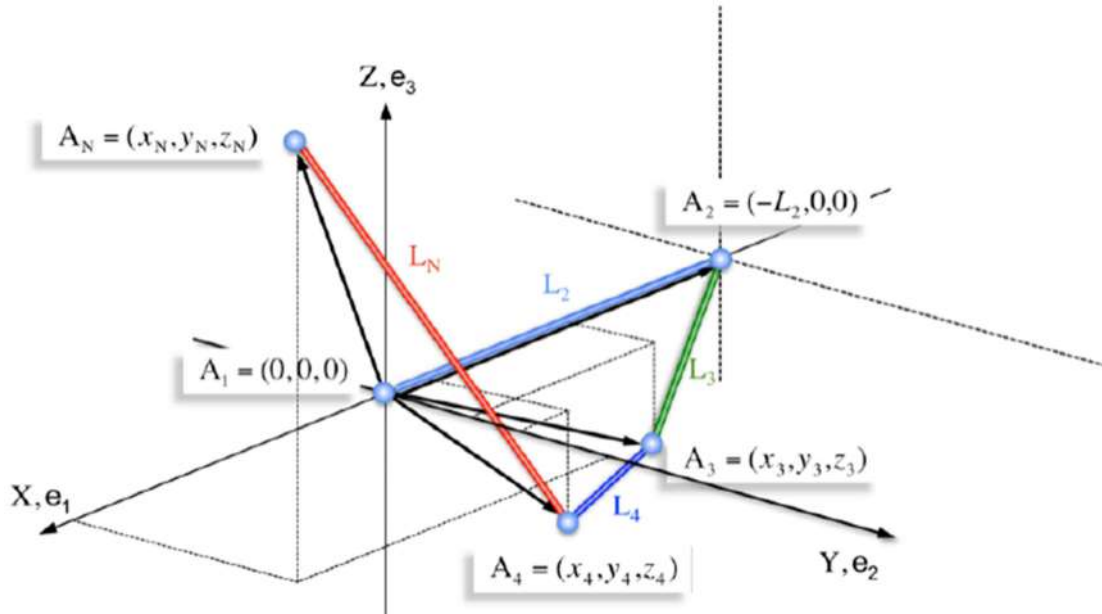
Imagem 4 - Passos para a determinação das coordenadas de A_4 .



Fonte: (SILVA, 2009, 56).

Assim, temos a representação de como ficaria a estrutura dessa proteína, com a possível localização do átomo N, na figura abaixo.

Imagem 5 - Possível estrutura final da proteína.



Fonte: (SILVA, 2009, 56).

Matematicamente, representamos a rotação de dobra e a de torção como apenas uma rotação, iniciando para o átomo A_3 :

$$a_{R3} = -\left(\frac{L_3}{L_2}\right) \frac{\tilde{R}_{t3} \tilde{R}_{b3}}{\tilde{R}_3} a_{R2} \frac{R_{b3} R_{t3}}{R_3}$$

$$a_{R3} = -\left(\frac{L_3}{L_2}\right) \tilde{R}_3 A_2 R_3$$

Logo, com a translação

$$A_3 = A_2 + a_{R3} = A_2 - \left(\frac{L_3}{L_2}\right) \tilde{R}_3 A_2 R_3.$$

Para o átomo A_4 :

$$a_{R4} = -\left(\frac{L_4}{L_3}\right) \frac{\tilde{R}_{t4} \tilde{R}_{b4}}{\tilde{R}_4} a_{R3} \frac{R_{b5} R_{t4}}{R_4}$$

$$a_{R4} = -\left(\frac{L_4}{L_3}\right) \tilde{R}_4 a_{R3} R_4$$

substituindo,

$$a_{R4} = -\left(\frac{L_4}{L_3}\right) \tilde{R}_4 \left[-\left(\frac{L_3}{L_2}\right) \tilde{R}_3 A_2 R_3 \right] R_4$$

$$a_{R4} = \left(\frac{L_4}{L_2}\right) \tilde{R}_4 \tilde{R}_3 A_2 R_3 R_4$$

Logo, com a translação

$$A_4 = A_3 + \left(\frac{L_4}{L_2}\right) \tilde{R}_4 \tilde{R}_3 A_2 R_3 R_4 R_3.$$

Generalizando, para o átomo A_N :

$$a_{RN} = -\left(\frac{L_N}{L_{N-1}}\right) \tilde{R}_N a_{R(N-1)} R_N$$

$$a_{RN} = (-1)^N \left(\frac{L_N}{L_{N-1}}\right) \tilde{R}_N \dots \tilde{R}_4 \tilde{R}_3 A_2 R_3 R_4 \dots R_N$$

Logo, com a translação

$$A_N = A_{N-1} + (-1)^N \left(\frac{L_N}{L_{N-1}}\right) \tilde{R}_N \dots \tilde{R}_4 \tilde{R}_3 A_2 R_3 R_4 \dots R_N.$$

Finalizando com a equação para a obtenção de um átomo A_N , apenas com o intuito de simplificação estética vamos considerar, $V_3 = \tilde{R}_3 A_2 R_3$, $V_4 = \tilde{R}_4 V_3 R_4$, ..., $V_N = \tilde{R}_N V_{N-1} R_N$, assim:

$$A_N = A_{N-1} + (-1)^N \left(\frac{L_N}{L_2}\right) V_N.$$

CONCLUSÕES

A disposição dos átomos na formação das proteínas, bem como, os tipos de ligações entre os aminoácidos, nos fornece um espaço geométrico rico de possibilidades, ao mesmo tempo que oferece informações para seu estudo e desbravamento. A utilização da Álgebra Geométrica para o cálculo das coordenadas cartesianas dos átomos de moléculas de proteínas é uma ferramenta muito útil e eficaz, reduzindo as inúmeras possibilidades que existiam anteriormente, tornando o processo simples, intuitivo e direto, do átomo 1 até o átomo N.

Ter a oportunidade de pesquisar e procurar entender uma das moléculas mais importantes para o funcionamento do organismo dos seres vivos é realmente gratificante, pois a graduação por si só não abrange este conteúdo e muitos outros, sendo importante pesquisar, estudá-los e ir avançando na construção do próprio conhecimento. Ainda mais quando é possível enxergar a matemática trabalhando para a manutenção das nossas vidas, auxiliando em descobertas importantes, ligadas a diversas áreas do conhecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMARGO, Valter Soares de. **Álgebra Geométrica Conforme e Geometria de Distâncias**. Tese (Doutorado em Matemática) - Unicamp, Campinas, 2015.

DOMINGUES, Hygino H. **Álgebra moderna**. São Paulo: Atual, 2003.

FIDALGO, Felipe Delfini Caetano. **Dividindo e Conquistando com Simetrias em Geometria de Distâncias**. Tese (Doutorado em Matemática) - Unicamp, Campinas, 2015.

PORTOUS, I. R.. **Clifford Algebras and the Classical Groups**. Cambridge University Press, 1995.

SILVA, Weber Figueiredo da. **Estruturas Atômicas com Álgebra Geométrica**. Tese (Doutorado em Engenharia Elétrica) - Ufrj, Rio de Janeiro, 2009.

MATEMÁTICA FINANCEIRA: UMA ANÁLISE DOS LIVROS DIDÁTICOS

Kátia Pinheiro Fernandes (PIC, Voluntário)
Unespar/Campus Paranaguá, katiamarquesfernandes@gmail.com
Mariliza Simonete Portela (Orientador)
Unespar/Campus Paranaguá, mariliza.portela@unespar.edu.br

Palavras-chave: Ensino Fundamental. Livro Didático. Matemática Financeira.

INTRODUÇÃO

No cotidiano utilizam-se muitas aplicações da Matemática Financeira, por isso ela é tida como um ramo de grande importância da Matemática. A Educação Financeira, que vem nos últimos anos se despontando na área da educação, pode auxiliar na formação de um cidadão crítico, pois através da mesma, o educando cria em si um ser crítico, e desenvolve uma visão diferenciada em relação à sociedade de que faz parte. Porém nem sempre a Matemática Financeira e/ou a Educação Financeira é trabalhada na escola, para Gouveia (2006, p.48):

O conteúdo de Matemática Financeira muitas vezes é deixado de lado no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, sendo desenvolvido basicamente nos cursos técnicos e específicos em Administração de Empresas ou Contabilidade, por exemplo. No entanto, percebemos que para se ter uma boa Educação Financeira, ou seja, saber administrar suas finanças, seu dinheiro, suas compras, enfim fazer um planejamento financeiro, se faz necessária a inserção do conteúdo da Matemática Financeira durante o Ensino Fundamental e se estendendo para o Ensino Médio “(GOUVEIA, 2006, p. 48).

Por mais que os conteúdos relativos a finanças não fazem, muitas vezes, parte do conteúdo escolar, entende-se, que eles estão muito presentes no dia-a-dia das pessoas. Pode-se percebê-los em diversos momentos e situações, como por exemplo: impostos, parcelamento de compras, empréstimos bancários, juros, etc. Contudo, poucas são as pessoas que sabem utilizar de forma vantajosa cada ocasião citada acima, e que também conseguem compreender a consequência dos mesmos.

O estudo da Matemática Financeira juntamente com a Educação Financeira auxilia na construção de um cidadão ciente de seus direitos, e crítico que saberá se posicionar diante de uma sociedade capitalista, que usa de forma errônea propagandas enganosas para tentar encobrir cobranças de encargos.

Ao contrário do que muitas pessoas imaginam a Educação Financeira não se detém apenas em cortar gastos e diminuir as despesas, mas compreender quais as melhores ações que devem ser tomadas para que se consiga ter uma segurança material e financeira para o futuro, seja nas finanças dos seus negócios ou até mesmo nas finanças da vida pessoal.

O contato do aluno com a Matemática Financeira, desde a sua infância até a sua fase adulta, o ajudará frente às dificuldades que podem aparecer no seu ambiente social. Conforme Skovsmose (2001, p. 32) apresenta em seu livro Educação Matemática Crítica: As questões da democracia têm: “A educação tende de desempenhar um papel ativo na identificação e no combate de disparidades sociais.”, nos mostrando assim um papel fundamental da Educação na vida do aluno.

No âmbito das leis educacionais, de acordo com o Art. 1º da Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1996) “[...] a educação deverá vincular-se ao mundo do trabalho e prática social”. Dessa forma, é muito importante ao aluno o contexto social em que está inserido, pois saberá administrar seus gastos, seu salário, e mesmo aprender a poupar seu dinheiro. Sabe-se que é na infância que geramos a mentalidade e conceitos iniciais a partir do aprendizado e que é de suma importância que o aluno entenda que deve manter suas finanças organizadas, para obter saúde financeira não somente para si próprio, mas para toda a sua família, obtendo assim uma maior qualidade de vida. Demonstrando assim a importância de Educação Financeira.

No Ensino Fundamental, a Matemática Financeira está contemplada dentro das Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná (PARANÁ, 2006, p. 77), contudo ela aparece de forma fragmentada. Sendo assim, os conteúdos a serem abordados no Ensino Fundamental estão subdivididos da seguinte forma: para o 6º ano o cronograma de ensino deve conter conhecimento sobre o sistema monetário brasileiro e a relação com os sistemas monetários de outros países, e a porcentagem através de situações-problemas; para o 7º ano está incluída a resolução de problemas através de juros simples; e para o 9º ano, aponta para a resolução de problemas com juros compostos.

A Matemática Financeira ensinada no Ensino Fundamental também é contemplada nos Parâmetros Curriculares Nacionais segundo os (PCNs):

Para compreender, avaliar e decidir sobre algumas situações da vida cotidiana, como qual a melhor forma de pagar uma compra, de escolher um financiamento etc. é necessário trabalhar situações-problema sobre a Matemática Comercial e Financeira, como calcular juros simples e compostos e dividir em partes proporcionais pois os conteúdos necessários para resolver essas situações já estão incorporados nos blocos. (BRASIL, 1998, p.84)

Uma das formas de se verificar se a Matemática Financeira é contemplada na educação básica, na disciplina de matemática, é por meio da análise e estudos dos livros didáticos que são utilizados nas aulas da disciplina. O estudo desse material é relevante, pois, pode representar importante instrumento histórico para o conhecimento mais aprofundado das disciplinas escolares e suas práticas.

Os estudos sobre o livro didático, em especial o livro que é utilizado no âmbito educacional, surgem a partir dos meados dos anos 1970 e para Choppin:

É no decorrer dos anos 1970, que os historiadores começam a manifestar um real interesse pelo livro e pela edição escolares. O fim da década testemunha essa tomada de consciência com a publicação, quase concomitante, de contribuições que sublinham a importância que revestiu o manual como fonte para os historiadores da educação, em diferentes países. (CHOPPIN, 2002, P. 11)

O autor, acima citado, tem em suas pesquisas uma preocupação em apresentar a complexidade inerente às pesquisas direcionadas aos livros didáticos enquanto documentos históricos, e enfatiza que “Após ter sido negligenciado, tanto pelos historiadores quanto pelos bibliógrafos, os livros didáticos vêm suscitando um vivo interesse entre os pesquisadores de uns trinta anos para cá (CHOPPIN, 2004, p.549)”.

Esses interesses com relação ao livro didático ocorrem, em certa parte, porque eles muitas vezes, não trazem apenas o conteúdo a ser ensinado, mas também toda uma ideia de sociedade que se pretende divulgar. O livro didático, por meio de todas as funções atribuídas, também está encarregado de disseminar as representações sociais que para Chartier:

[...] não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas (CHARTIER, 1990, p.17).

Nesse contexto, das práticas sociais, por meio de análise de livros didáticos, em especial os de matemática, é que se pretende entender como e quais os conteúdos de Matemática Financeira e/ou Educação Financeira, estão presentes nos documentos oficiais da educação e como eles se materializam nos livros didáticos utilizados pelos professores nas suas aulas na educação básica.

O livro didático se torna um instrumento importante em sala de aula, pois, ajuda, direciona e até mesmo orienta o currículo escolar e o processo de ensino aprendizagem. Esse material, na maioria das vezes, é o único disponível para a utilização em sala de aula pelo professor e pelos alunos. O livro, hoje, é um dos principais recursos para a construção de habilidades nos alunos e, portanto, o suporte mais usado pelo professor.

Ao observarmos a importância de tal recurso didático e sua capacidade de influenciar no resultado escolar, consideramos que é importante que se faça uma análise cautelosa sobre seu papel na educação.

Como já exposto, no que diz respeito ao processo de ensino-aprendizagem, o livro didático é um recurso metodológico fundamental para a prática dos professores, sendo por muitas vezes o único suporte didático utilizado por eles para ministrarem suas aulas.

Os conteúdos matemáticos devem ser ensinados de maneira significativa aos alunos, através de caminhos que lhe permitam a compreensão, por isso o livro de Matemática deve ser bem estruturado e bem elaborado, já que ele possui evidência na sala de aula.

O processo de escolha do livro didático não deve ser realizado de forma isolada por um professor, mas com toda a equipe pedagógica da instituição de ensino, de modo que todos vislumbrem a qualidade do livro levando em consideração os aspectos mencionados anteriormente objetivando o livro mais adequado para que o aluno seja estimulado a ser o sujeito da construção do seu próprio saber.

Diante dessa perspectiva é notória a necessidade de sermos cautelosos na escolha do livro didático de Matemática, para que este não fuja da realidade do aluno e seja um elo entre o conhecimento, aluno e professor. O livro didático de Matemática deve ser motivador da prática educativa e não um obstáculo para a mesma.

Tão grande é sua importância que o Ministério da Educação (MEC) possui um programa que avalia os livros que poderão ser utilizados na rede pública de educação básica de todo o país, o chamado Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) tem por objetivo prover as escolas públicas de Ensino Fundamental e Médio, urbanas e rurais, federais, estaduais e municipais, com livros didáticos e acervos de obras literárias, complementares e dicionários.

Atualmente o programa anual alterna, em ciclos trienais, entre os níveis: Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II e Ensino Médio. O órgão responsável pela aquisição, distribuição, reposição e complementação dos livros é o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que disponibiliza para a escolha das escolas os livros que foram avaliados e aprovados sobre a supervisão do MEC.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este trabalho foi realizado mediante pesquisa feita em livros didáticos, adotados no Colégio Estadual Maria Arminda, da Educação Básica da rede pública de ensino, na disciplina de matemática, entre os anos de 2011 a 2018 no Município de Antonina, no Estado do Paraná.

Para sua realização, inicialmente foi realizada uma pesquisa sobre os conteúdos de Matemática Financeira, que fazem parte dos documentos oficiais do Estado do Paraná, para a educação básica, séries finais, buscando identificar quais conteúdos e como eles deveriam ser trabalhados pelos professores e consequentemente abordados nos livros didáticos de Matemática.

Em um segundo momento, foi feita uma análise, reunindo informações sobre os conteúdos de Matemática Financeira contidos nos livros didáticos, que são utilizados do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental no Colégio Estadual Maria Arminda.

Depois de se obter informações sobre os conteúdos de Matemática Financeira dos livros analisados, foi realizada uma comparação entre a forma de como são trabalhados os conteúdos nos livros didáticos analisados e o teor dos documentos oficiais da educação para verificar se existe uma correlação.

A escola iniciou suas atividades em uma pequena casa a alguns metros de sua atual localização e tem como Patronesse a professora Maria Arminda Nascimento Costa.

Sua primeira denominação aconteceu a partir do Decreto de Oficialização nº 7457 de 03 de novembro de 1952, como Grupo Escolar Professora Maria Arminda de 1ª a 4ª série.

Com o decreto nº 2831 de 1977, denominou-se Escola Estadual Professora Maria Arminda – Ensino de 1º grau (1ª a 4ª séries), incluindo-se o pré-primário. De acordo com a Resolução 8189/84, artigo

1º, inciso V do Decreto nº 3037 de 9 de outubro de 1982, e considerando o disposto na Lei Federal nº 5692 de 11 de agosto de 1971 e o cumprimento dos requisitos contidos nas deliberações 30/80 e 51/82, do Conselho Estadual de Educação, coube a SEED, autorizar a implantação de forma gradativa das demais séries do ensino de 1º grau, sendo a 5ª série em 1985, 6ª série em 1986, 7ª série em 1987 e 8ª série em 1988.

Em 2016, a escola foi autorizada, através da resolução nº 5676/2016 de 19 de dezembro de 2016, a oferecer sob a denominação Colégio Estadual Maria Arminda - Ensino Fundamental e Médio.

Figura 1: Colégio Estadual Professora Maria Arminda



Fonte: Arquivo da autora (2018)

A sociedade escolar é composta por pessoas de diferentes níveis sócio-econômicos com predomínio de famílias de baixa renda e organização não convencional (pai, mãe e filhos), sendo comuns famílias sustentadas pelos avôs ou apenas por um dos genitores.

Os livros didáticos utilizados pelos alunos em sala são concedidos pelo Governo do Paraná, tendo validade de 3 anos. Esses materiais são deixados na biblioteca do colégio. Os livros são utilizados pela maioria dos professores, tanto na disciplina de Matemática quanto das demais disciplinas.

Para a análise foram escolhidas três coleções, entre elas: “A Conquista da Matemática”, edição renovada, da Editora FTD, no ano de 2009, dos autores José Ruy Giovanni Jr e Benedito Castrucci; “Praticando Matemática”, edição renovada, da Editora do Brasil, no ano de 2012, dos autores Álvaro

Andrini e Maria José Vasconcellos; “Vontade de Saber”, da Editora FTD, no ano de 2015, dos autores Joamir Souza e Patrícia Moreno Pataro.

Inicialmente a intenção era de analisar, pelo menos dois livros de diferentes editoras, a cada 10 anos, entre os anos de 1980 a 2018, ou seja, seriam analisados dois ou mais livros que foram lançados e foram utilizados entre os anos 1980, dois ou mais livros entre 1990 e assim consecutivamente. Em razão da dificuldade de acesso a documentos que continham os registros da escolha e utilização dos livros didáticos, como por exemplo, planos de aula e relatórios, o critério utilizado para a seleção das coleções citadas acima foi à disponibilidade dos mesmos na biblioteca do colégio.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nas coleções analisadas, do 6º ao 9º ano, não há uma seção ou capítulo específico para o trabalho com a Educação Financeira, com exceção do exemplar destinado ao 9º ano da coleção Vontade de Saber. No manual do professor, os autores destacam que procuraram estabelecer relações entre os diferentes campos da Matemática e com a vivência cotidiana e do trabalho. Citam, também no manual, que na coleção são abordados temas importantes como orçamento familiar e Educação Financeira.

Foram analisadas as atividades propostas no livro do aluno que estão relacionadas, de alguma forma, com Educação Financeira, como por exemplo, questões que fazem referências à utilização do dinheiro em situações de compra, consumo, orçamento, ou ainda, exercícios que apresentam informações sobre vendas, economia, desperdício, propagandas de produtos, entre outros.

O enfoque principal da análise realizada foi à verificação da presença de conteúdos indispensáveis da Matemática Financeira; esses assuntos são essenciais por se tratarem de conteúdos frequentemente encontrados em problemas do cotidiano, sendo muito importante a sua discussão em sala de aula. Desse modo, consideram-se os seguintes conteúdos: sistema monetário brasileiro e a relação com sistemas monetários de outros países, porcentagens, juros simples e juros compostos.

Numa análise geral dos livros, destacam-se os textos interessantes, vários deles com narrativas históricas. Exercícios e atividades são propostos de forma equilibrada após a apresentação de cada tema; em geral, visam às aplicações e à sistematização de procedimentos.

Num segundo momento, buscou-se identificar os ambientes de aprendizagem propostos por Skovsmose nas atividades sugeridas aos alunos.

As práticas de sala de aula baseadas em exercício ou em um cenário para investigação, podem ser combinadas com diferentes referências. As atividades matemáticas podem se referir apenas à Matemática Pura pode trazer referência a uma semirrealidade, ou seja, um contexto elaborado, mas que não se tratam, de fato, de uma realidade, ou ainda, as questões podem ter referências a situações da vida real.

Para trabalhar com a Educação Matemática na perspectiva da Educação Matemática Crítica, é preciso fazer aos alunos um convite para a formulação e procura de explicações para questões. Ao aceitarem esse convite, cria-se um Cenário de Investigação, onde Skovsmose (2008) utiliza três referências como base na formulação dessas questões: referência à Matemática Pura, referência à semi-realidade e referência à realidade.

Tabela 1: Ambientes de aprendizagem

	Exercícios	Cenários para a investigação
Referências à Matemática Pura	(1)	(2)
Referências à semirrealidade	(3)	(4)
Referências à realidade	(5)	(6)

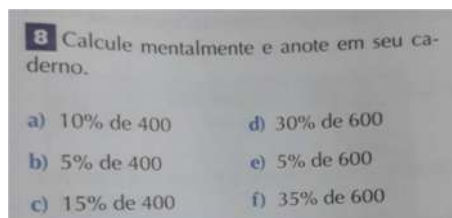
Fonte: Skovsmose (2000)

Diversos tipos de referência são possíveis. Primeiro, questões e atividades matemáticas podem se referir à Matemática e somente a ela. Segundo, é possível se referir a uma semirrealidade; não se trata de uma realidade que “de fato” observamos, mas uma realidade construída, por exemplo, por um autor de um livro didático de Matemática. Finalmente, alunos e professores podem trabalhar com tarefas com referências a situações da vida real.

Baseado nessas referências e nos exercícios encontrados nos livros didáticos analisados exemplificou-se, abaixo, algumas dessas questões conforme as referências usadas por Skovsmose (2008)

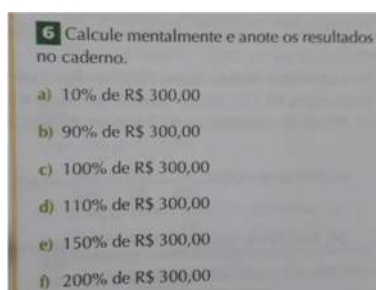
Referência à Matemática Pura: exercícios ligados apenas aos aspectos da própria Matemática, suas regras e convenções.

Figura 2: Exercício retirado do livro didático



Fonte: Extraído de Andrini e Vasconcellos (2012, p. 231, 6º ano)

Figura 3: Exercício retirado do livro didático



Fonte: Extraído de Andrini e Vasconcellos (2012, p. 117, 7º ano)

Nos dois exemplos são solicitados que se encontrem porcentagens de valores em reais, sem apresentação de outros contextos, sendo apenas solicitado quanto é determinado valor.

São questões que não levam o aluno a pensar em um contexto - um problema e uma realidade, pois são exercícios que só exigem dos alunos o saber resolver algoritmos e dominar as técnicas para a resolução de tais exercícios.

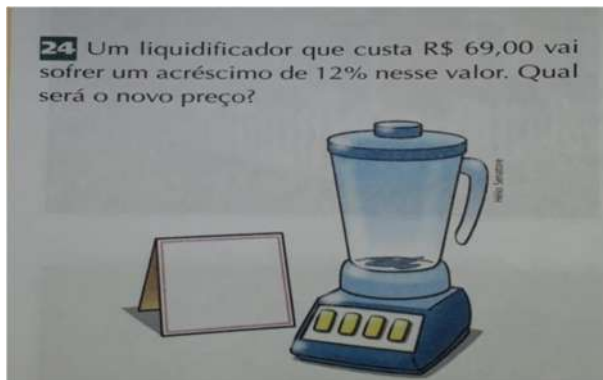
Referência à semirrealidade: exercícios que envolvem situações artificiais.

Figura 4: Exercício retirado do livro didático



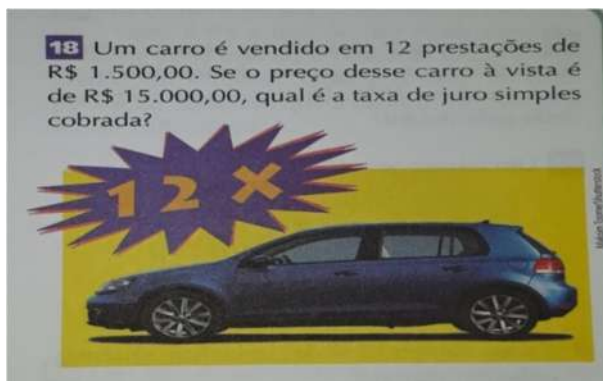
Fonte: Extraído de Andrini e Vasconcellos (2012, p. 231, 6º ano).

Figura 5: Exercício do livro didático



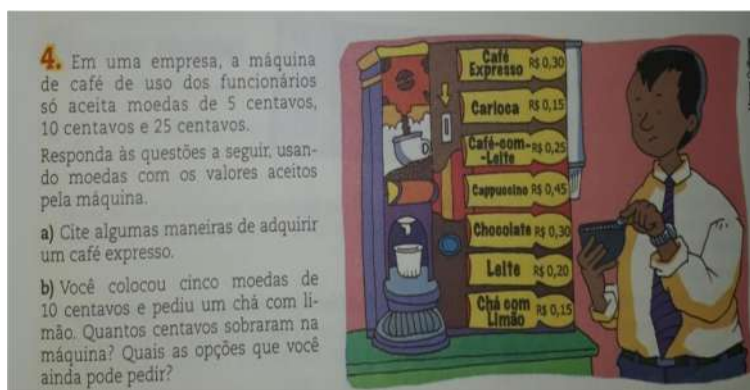
Fonte: Extraído de Andrini e Vasconcellos (2012, p.124, 7º ano)

Figura 6: Exercício retirado do livro didático



Fonte: Extraído de Andrini e Vasconcellos (2012, pg. 251, 9º ano)

Figura 7: Exercício retirado do livro didático



Fonte: Extraído de Giovanni e Castrucci (2009, pg.223, 6° ano)

Figura 8: Exercício retirado do livro didático



Fonte: Extraído de Souza e Pataro (2015, pg. 59, 9° ano)

Figura 9: Exercício retirado do livro didático

30. Observe duas opções de investimento disponíveis em uma instituição financeira.

I)	II)
Aplicação em regime de juro composto	Aplicação em regime de juro simples
TAXA 0,99% a.m.	TAXA 1% a.m.

Se necessário, utilize uma calculadora para resolver esta atividade.

a) Para quem pretende investir por um período de um mês, qual dos investimentos é mais vantajoso? Justifique.


b) Quantos reais de juro renderá um capital de R\$ 20 000,00 aplicado em cada uma das opções de investimento por um período de 3 meses?

c) Para períodos maiores ou iguais a 4 meses, qual das opções é mais vantajosa para o investidor?

Fonte: Extraído de Souza e Pataro (2015, pg. 65, 9° ano)

Figura 10: Exercício retirado do livro didático

81. Paula comprou a bicicleta apresentada no cartaz com a seguinte condição de pagamento: entrada de 20% e o restante em 3 parcelas iguais.



O cartaz mostra uma bicicleta verde e branca. Um balão amarelo com o texto 'Oferta R\$ 195,00' está sobreposto à bicicleta. O fundo do cartaz tem um padrão de listras diagonais em tons de rosa e amarelo.

a) Quantos reais Paula pagou de entrada?
b) Qual é o valor de cada parcela?

Fonte: Extraído de Souza e Pataro (2015, pg. 152, 6º ano)

As atividades reproduzidas nas imagens anteriores possibilitam o conhecimento de termos utilizados na linguagem comercial, porcentagem, acréscimo, juro simples e composto, investimento, dinheiro, além de questionamentos sobre formas de pagamento e publicidade.

Uma atividade do livro *Praticando Matemática*, destinado ao sétimo ano, mostrada na imagem seguinte, foi classificada no ambiente de aprendizagem (4). Essa proposta é feita em uma seção chamada “seção livre” presente na maioria das unidades do livro. De acordo com o manual do professor, nessa seção são exploradas “atividades ou textos sobre curiosidades, fatos históricos, arte, ciência e situações do cotidiano, procurando motivar o aprendiz”.


Figura 11: Atividade retirada do livro didático

5. Estudando um orçamento familiar

Você sabe o que é um **orçamento**?

Orçamento é uma previsão de gastos. Os orçamentos são feitos para que os governos, as empresas, as famílias etc. possam planejar como irão gastar o dinheiro recebido em determinado período, como um mês ou um ano.

Vamos imaginar que uma família receba mensalmente certa quantia (de salário ou outras fontes de renda, como aluguel). De acordo com a quantia recebida, é feita uma distribuição prevendo quanto será gasto em alimentação, transporte, educação, lazer e outros setores.



Seção livre

Esta atividade envolve pesquisa e organização de dados, cálculo de porcentagens e construção de gráficos.

Organizem-se em grupos de 3 ou 4 alunos. Vocês devem escolher uma família para entrevistar. A entrevista deve colher dados sobre:

- características familiares: número de pessoas, idade, quantas pessoas trabalham, tipo de moradia e o que for necessário para formar um perfil da família entrevistada;
- a renda dessa família;
- os setores que compõem o orçamento mensal: alimentação, transporte, moradia, escola, lazer etc.;
- a média de gastos mensais em cada setor.

Pronta a entrevista, sigam os procedimentos:

1. Organizem os dados da entrevista em uma tabela.
2. Calculuem qual porcentagem os gastos de cada setor representam na renda mensal da família.
3. Construam um gráfico de barras ou setores para ter uma visão mais clara da distribuição do salário.
4. Analisem e comentem o gráfico, observando quais são os setores de maior e de menor peso nesse orçamento.

Os grupos apresentarão seus trabalhos e compararão os orçamentos das diversas famílias, encontrando semelhanças e diferenças entre eles.

Depois, debatam questões como:

- a) É importante elaborar um orçamento familiar? Sua família costuma fazer isso?
- b) O país, os estados e os municípios fazem orçamentos prevendo gastos em educação, saúde, pagamento de salários de funcionários e em outros setores onde o governo atua. Por quê?
- c) Como os conhecimentos sobre tabelas, gráficos e porcentagens auxiliam essa tarefa?

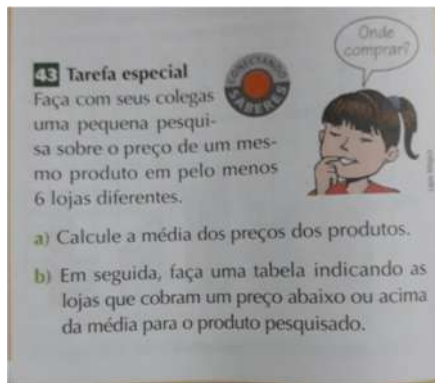
Fonte: Extraído de Andrini e Vasconcellos (2015, p. 142, 7º ano)

Essa proposta possibilita uma exploração maior de temas relacionados à Educação Financeira. Segundo o manual do professor, o objetivo dessa atividade é a formação do cidadão, através de um trabalho interdisciplinar. Foi classificada no ambiente de aprendizagem (4), pois são elaborados orçamentos de uma família fictícia, mas para isso, os alunos deverão pesquisar uma série de informações que devem fazer parte desse orçamento. Portanto, temos uma situação com referência a uma semirrealidade em um cenário de investigação.

Referência à realidade: trata-se de exercícios que estão totalmente ligados ao dia a dia do aluno, em que se consegue visualizar a sua realidade na resolução da questão.

A atividade mostrada a seguir, foi classificada no ambiente de aprendizagem (5), pois fazem referência a dados reais, porém os alunos devem apenas descobrir alguns preços para concluir a atividade.

Figura 12: Exercício retirado do livro didático



Fonte: Extraído de Andrini e Vasconcellos (2015, p. 146, 7º ano)

No livro Vontade de Saber, destinado ao sexto ano, encontra-se a seção “Ser consciente”, que no contexto exposto apresenta traços de um contexto real, quando solicita ao aluno que descrevam algumas despesas que eles têm no mês ordenando do maior para o menor, mas o trabalho matemático, que é ordenar essas despesas, à torna um contexto puramente matemático.

Figura 13: Atividade retirada do livro didático



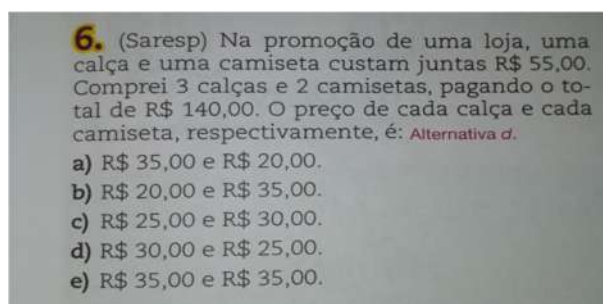
Fonte: Souza e Pataro (2015, p.48 e 49, 6º ano)

Ainda assim, o contexto dessa seção abre portas para um possível trabalho interdisciplinar, abordando outro tópico da própria matemática, a Educação Financeira, e proporcionando relações com a Informática, no desenvolvimento de planilhas que podem auxiliar no controle de despesas e gastos.

Além da Matemática Financeira, temos diversos momentos em que o dinheiro aparece no currículo de matemática. Podemos notar que o dinheiro contribui para a contextualização de exercícios. Assim, ele pode aparecer em problemas envolvendo operações aritméticas, equações, médias, tratamento da informação ou outros conteúdos.

Com o objetivo de exemplificar esta situação, vamos apresentar um exercício com o propósito de explicar esta colocação. No livro “A Conquista da Matemática”, no capítulo em que discute a resolução de sistemas de equações do 1º grau com duas incógnitas, temos:

Figura 9: Exercício retirado do livro didático



Fonte: Giovanni e Castrucci (2009, p. 169, 7º ano)

A proposta deste exercício é que o aluno monte um sistema de duas equações com duas incógnitas e resolva usando algum método apresentado anteriormente.

Sobre as atividades propostas que tratam de Educação Financeira nos livros didáticos, é importante, também, investigar de que forma ocorre a aplicação dessas atividades em sala de aula, levando em consideração que a abordagem dada às questões pode ter como encaminhamento a simples resolução de um exercício através da aplicação de um conteúdo ou análises e reflexões que proporcionam ambientes de investigação e postura crítica diante de situações encontradas pelos estudantes.

CONCLUSÕES

A pesquisa nos permitiu observar que o trabalho com a Educação Financeira está proposto nos documentos oficiais que tratam da Educação Básica. Observamos temas relacionados à Educação Financeira nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1998), fazendo conexões da Matemática com temas transversais, de forma a contribuir com a autonomia e posição crítica dos alunos diante de questões envolvendo consumo, orçamento e direitos do consumidor. Na Base Nacional Comum Curricular está presente a discussão de questões do consumo, trabalho e dinheiro como possíveis contextos para a aplicação de conceitos de Matemática, e o termo Educação Financeira é citado no seu texto, sendo a Educação Financeira dos alunos o objetivo do trabalho com esses assuntos.

Nos livros analisados foi observado um número significativo de atividades que abordam temas que podem ser relacionados à Educação Financeira, embora nem todos estivessem intitulados desse modo, As abordagens se davam em atividades como decisões de compra, formas de pagamento, irregularidades em produtos, análise de publicidade, economia, mesada, orçamento, poupança, dívida, renda, salário, previdência, impostos, lucros, entre outros. No entanto, essas questões não indicavam abertura para discussões em suas propostas, não havendo uma orientação que conduzisse ao aprofundamento dos temas visando à educação financeira dos alunos. Portanto, o desenvolvimento do trabalho dependia do encaminhamento dado sendo possível trabalhar como um simples exercício relacionado apenas ao conteúdo proposto na unidade em questão.

Constatamos a presença de exercícios na maioria das unidades da coleção, entretanto a maior quantidade de atividades encontradas foi na unidade referente à porcentagem e juro, conteúdo que possibilita a aplicação das fórmulas referentes no contexto financeiro. Desse modo, apesar das coleções trazerem assuntos relacionados à Educação Financeira nas questões propostas, os exercícios são resolvidos através da aplicação do conteúdo apresentado na unidade em que se encontra, sem uma proposta que proporcione reflexões sobre esses temas ou uma orientação sobre o desenvolvimento do trabalho com a Educação Financeira. Concluimos que este não é um assunto esgotado, muito há a ser investigado, sobretudo estendendo a pesquisa à outras coleções bem como à outros documentos oficiais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRINI, Álvaro. VASCONCELOS, Maria José. **Praticando matemática**. 6º ano. São Paulo: Editora do Brasil, 2012.

ANDRINI, Álvaro. VASCONCELLOS, Maria José. **Praticando Matemática**. 7º ano. São Paulo: Editora do Brasil, 2012.

ANDRINI, Álvaro. VASCONCELLOS, Maria José. **Praticando Matemática**. 9º ano. São Paulo: Editora do Brasil, 2012.

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9394/1996.

BRASIL, Secretaria da Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: matemática. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre práticas e representações**. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. (Col. Memória e sociedade).

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.3, p. 549-566, set./dez. 2004

CHOPPIN, Alain. O Historiador e o livro escolar. **História da Educação**, Pelotas-RS, v. 6, nº 11, abril, p.5-24. 2002.

GIOVANNI JÚNIOR, José Ruy. CASTRUCCI, Benedicto. **A Conquista da Matemática**. 6º ano. São Paulo: FTD, 2009.

GIOVANNI JÚNIOR, José Ruy. CASTRUCCI, Benedicto. **A Conquista da Matemática**. 7º ano. São Paulo: FTD, 2009.

GOUVEA, Simone Aparecida Silva. **Novos caminhos para o ensino e aprendizagem de matemática financeira**: construção do Webquest. 167 f. Dissertação (Mestrado). UNESP. São Paulo, 2006 Disponível em: http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/91096/gouvea_sas_me_rcla.pdf?sequence=1. Acesso em: 19 de mar. 2018.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Diretrizes Curriculares da Educação Básica. Matemática. Curitiba: SEED. 2008.

SKOVSMOSE, Ole. **Educação Matemática Crítica**: a questão da democracia. São Paulo: Papirus. (2001).

SKOVSMOSE; Olé. Cenários para investigação: **Bolema**, 2000.

SOUZA, Joamir Roberto de. PATARO, Patricia Rosana Moreno. **Vontade de Saber**. 6º ano. São Paulo: FTD, 2015.

SOUZA, Joamir Roberto de. PATARO, Patricia Rosana Moreno. **Vontade de Saber**. 9º ano. São Paulo: FTD, 2015.

O PERFIL DOS ALUNOS NO PRIMEIRO ANO DO CURSO DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA: EVASÃO E PERMANÊNCIA

Ligiane de Oliveira Simões (PIC, Fundação Araucária)
Unespar/Campus Paranaguá, e-mail: ligiane.unespar@gmail.com

Fernando Yudi Sakaguti (Orientador),
Unespar/Campus Paranaguá, e-mail: fernando.sakaguti@unespar.edu

Liceia Alves Pires (Coorientadora)
Unespar/Campus Paranaguá, e-mail: liceia.pires@unespar.edu

Palavras-chave: Licenciatura em Matemática. Evasão. Permanência.

INTRODUÇÃO

O curso de Licenciatura em Matemática da UNESPAR *Campus* de Paranaguá é um curso que funciona desde o ano de 1960, como curso de Matemática, quando a Universidade era uma das Faculdades Isoladas do Estado do Paraná que tinha por nome Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá (FAFIPAR).

Atualmente, oferece 40 vagas anuais, no período noturno, com tempo de integralização de 4 anos, sendo que os alunos ingressaram pelo vestibular ou pelo Sisu (Sistema de Seleção Unificada). Porém, apresenta um histórico de poucos formandos e, em contrapartida, vários casos de evasão, como veremos adiante.

Entende-se que a evasão é um fator presente em todos os níveis escolares. No entanto, números por iniciativas e planejamentos preparados para suprir deficiências e apoiar melhor os seus acadêmicos. As questões levantadas pelo questionário são tomadas desde a área pessoal do aluno como, por exemplo, trabalho, tempo, família, questões financeiras, etc. até algum possível conflito ou desapontamento com professores, notas, currículo do curso ou expectativa profissional.

Além disso, utiliza-se da comparação das opiniões daqueles alunos que desistiram do curso frente às opiniões dos que permaneceram nele. Assim, serão levantadas considerações positivas e negativas de

ambos pontos de vista, utilizando da perspectiva destes dois casos distintos. de desistências encontradas junto aos acadêmicos dos cursos de nível superior é algo que têm preocupado e sido alvo de pesquisas nos últimos anos para compreender o que leva tantos alunos a recorrer ao desligamento do curso. Em relação aos discentes de cursos de matemática, podemos perceber que esse alto índice de evasões é histórico, isso porque:

Estabelece-se assim um paradoxo é preciso ofertar cursos de forma emergencial, para formar professores, mas grande parte dos alunos que estão nas licenciaturas não está concluindo o curso e, além disso, não há garantias de que os poucos egressos assumam a educação básica como campo de trabalho profissional uma vez que a profissão é pouco atrativa. (BITTAR et al., 2012, p. 4)

Buscando entender o motivo da desistência de alunos que estavam cursando o primeiro ano de Licenciatura em Matemática na UNESPAR *campus de Paranaguá* em 2018, é que desenvolveu-se esta pesquisa.

No decorrer do trabalho buscou-se questionar esses alunos para estabelecer quais fatores influenciaram na decisão que tomaram e se estes, por sua vez, poderiam ser contornados por iniciativas e planejamentos preparados para suprir deficiências e apoiar melhor os seus acadêmicos. As questões levantadas pelo questionário são tomadas desde a área pessoal do aluno como, por exemplo, trabalho, tempo, família, questões financeiras, etc. até algum possível conflito ou desapontamento com professores, notas, currículo do curso ou expectativa profissional.

Além disso, utiliza-se da comparação das opiniões daqueles alunos que desistiram do curso frente às opiniões dos que permaneceram nele. Assim, serão levantadas considerações positivas e negativas de ambos pontos de vista, utilizando da perspectiva destes dois casos distintos.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa, em sua totalidade, avalia a situação dos alunos de forma qualitativa, como traz Triviños (1987). Contudo, existe a necessidade de trazer dados quantitativos a fim de estipular e apresentar ao leitor os dados estatísticos coletados, algo tratado aqui como instrumento de pesquisa.

Toda pesquisa pode ser, ao mesmo tempo, quantitativa e qualitativa. [...] Os investigadores pouco experientes, especialmente, que transformam a estatística num instrumento fundamental de sua busca, quando ela realmente deveria ser um elemento auxiliar do pesquisador, desperdiçam um material hipoteticamente importante. E terminam seu estudo onde, verdadeiramente, deveriam começar. (TRIVIÑOS, 1987, p.118)

Portanto, partindo das análises numéricas de dados socioeconômicos dos alunos em pauta, poderemos começar a estipular as diferenças de seus aspectos antropológicos, que inferem diretamente em seu progresso estudantil. Isso pois, os histórico econômicos e sociais individuais interferem de forma única em seu perfil estudantil.

Além disso, como estamos fazendo uma pesquisa de cunho qualitativo, os dados foram analisados de forma interpretativa por parte do pesquisador a fim de obter um panorama da situação estudada. Tal situação se caracteriza, inicialmente, pela situação individual dos participantes e como suas particularidades influenciam na iniciativa de evasão. Para que, em seguida, pudesse estabelecer uma perspectiva geral do grupo.

Dessa forma, o trabalho também se classifica como um estudo de caso, pois investiga o processo de evasão de uma determinada instituição, em um determinado período e local. Do mesmo modo ocorre com os trabalhos de Bittar (2012), Santos (2012) e Gilioli (2016), utilizados como exemplos de pesquisas semelhantes ao que foi que proposto.

A desistência encontrada nos cursos superiores no Brasil

Apesar das formas de ingressos ao ensino superior terem sofrido um aumento de opções com programas implantados pelo governo, como o Sistema de Seleção Unificada Sisu, Prouni e Fies, a evasão no cursos superiores no país tem crescido ao longo dos anos, o que evidencia que a facilidade de acesso à graduação não garante a permanência dos alunos em seus cursos.

Uma pesquisa feita na Universidade Estadual de Campinas, Unicamp - São Paulo, pelo professor Dr. Maurício Kleinke, coordenador executivo do vestibular da Unicamp, em março de 2012, mostrou que o índice de evasão em quatro anos em escolas públicas no Brasil, considerando todas as matrículas de graduação em cursos presenciais, com alunos ingressos por processos seletivos no ano de 2004 foi de 22% e em 2010 ultrapassou 40%” (ALKIMIN et al, p.5, 2013).

Portanto, se faz necessário que o número de pesquisas relacionadas às causas de tamanha desistência cresça nos próximos anos para buscar investigar e sanar as dificuldades encontradas por esses alunos que muitas vezes optam por tomar essa decisão. Isso fica claro na tese de doutorado de Santos, a qual tem um recorte de sua conclusão na citação a seguir:

Esse documento transformou-se em objeto de leitura e de análise no que se refere a definição e entendimentos do conceito de evasão. No entanto, por ter dados

desatualizados que não representam a realidade atual, principalmente pela expansão do ensino superior, tornam-se necessários novas comissões, novos estudos e novo relatório em âmbito oficial sobre a evasão discente, discutindo o acesso e a permanência dos estudantes no ensino superior. (SANTOS, p. 224, 2012).

Porém, deve se ter em mente que a responsabilidade de tal recorrente acontecimento não se escora somente no aluno. A própria palavra “evasão” oferece essa ideia equivocada, como diz Moura e Silva no seguinte trecho, “O termo evasão é muito carregado de um sentido que culpabiliza o indivíduo que, por várias razões, interrompeu definitivamente sua trajetória em uma determinada oferta educacional” (MOURA & SILVA, p. 6, 2007). Portanto, procura-se levantar aqui as possíveis causas, sem o intuito de apontar culpados, mas a fim de encontrar saídas que reduzam ou erradiquem o índice dessas recorrentes evasões.

A evasão nos cursos relacionados às ciências exatas e à licenciatura

As licenciaturas trazem um problema histórico que deve ser analisado e resolvido por políticas públicas juntamente com a preocupação em tratar dos problemas enfrentados pelos acadêmicos que as cursam, como aborda Gatti (2013) a seguir:

Há um acúmulo de impasses e problemas historicamente construídos e acumulados na formação de professores em nível superior no Brasil que precisa ser enfrentado. No foco das licenciaturas, esse enfrentamento não poderá ser feito apenas em nível de decretos e normas, o que também é importante, mas é processo que deve ser feito também no cotidiano da vida universitária. (GATTI, p. 36, 2014)

Para que essas iniciativas sejam arquitetadas precisa-se inicialmente ter claro quais são esses empecilhos, e isso só poderá ser feito em uma consulta direta com os participantes que passam ou já passaram por tal experiência, e então, buscar traçar estratégias que venham a minimizar tais desistências, fazendo com que o aluno permaneça no curso até seu término. Essas estratégias podem ser feitas pelos professores, pelo colegiado, pela universidade e até mesmo pelo governo.

Uma das iniciativas criadas pelo governo para garantir a permanência do aluno no curso é o oferecimento de bolsas ao participar de programas como: PIBIC (Programa de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica) financiado pela CAPES, pela FAPEMIG e também com recurso próprio da Universidade ou Faculdade; PIBITI (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação) financiado pela CAPES; PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a

Docência) também financiado pela CAPES e bolsas de Assistência Estudantil, além de bolsas auxílio permanência para os acadêmicos que comprovem baixa renda.

Destes programas citados acima, o curso de licenciatura em Matemática da Universidade Estadual do Paraná – campus Paranaguá que é objeto de estudo da presente pesquisa só dispõe de bolsas PIBIC. Isso porque, o projeto PIBID, que é direcionado exclusivamente aos cursos de licenciatura, foi cortado no ano de 2018 devido a baixa nota que o curso apresentou na avaliação do MEC.

Ainda com relação a minimização das desistências de alunos, algumas ações podem ser tomadas em um contexto mais local, ou seja, pelo próprio colegiado ou professores, mas para isso é necessário dar voz ao aluno desistente e buscar entender os motivos que fizeram com que ele desistisse já nos primeiros meses de aula.

É nessa busca do entendimento do porquê das desistências, que se pauta esse estudo, que a partir de questionamento junto a alunos desistentes e permanentes do Curso de Licenciatura em Matemática no primeiro ano, busca-se verificar os motivos e quais ações podem ser tomadas a fim de que esse fato venha a ser minimizado.

Elaboração e coleta dos dados

Inicialmente, foram selecionados os contatos dos alunos do primeiro ano (e-mail e número de telefone) que não tinham comparecido às aulas entre o início do ano letivo e o começo do segundo semestre de 2018, junto ao colegiado do curso.

Em seguida, através de telefonemas, mensagens de áudio e/ou de texto, foram feitas entrevistas utilizando um questionário previamente preparado em consenso com os orientadores. Os dados foram colhidos a partir dessas entrevistas acima citadas, e também pelo mesmo questionário disponibilizado *online* em uma plataforma digital, utilizando a ferramenta dos “Formulários Google”, e tendo o *link* sido enviado no e-mail daqueles cujo número de telefone estava desatualizado no cadastro de suas matrículas.

Já o contato feito com os alunos regulares do curso se deu de forma mais fácil, pessoalmente, em entrevistas realizadas na própria faculdade, utilizando um questionário extremamente semelhante ao utilizado com os desistentes.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Dados coletados com os questionários direcionados aos alunos desistentes

Com relação à turma que é objeto desta pesquisa, o primeiro ano de 2018 teve uma peculiaridade em sua formação, devido à mudança do currículo do curso implementada naquele ano. Em consequência a essa mudança, alguns dos alunos que cursaram o primeiro ano em 2017 preferiram migrar para a nova grade curricular estabelecida, cursando o primeiro ano novamente. Portanto, a turma de 2018 é formada por 49 alunos (40 calouros e 9 alunos da turma de 2017).

Após a conclusão do período investigativo junto aos alunos, que foi realizada do mês de agosto ao mês de novembro de 2018, por meio de telefonemas, e-mails e mensagens de Whatsapp, além do contato pessoalmente, os resultados da pesquisa foram organizados e tabulados abaixo.

Os aspectos socioeconômicos dos alunos analisados são, respectivamente: idade, instituição onde cursou o Ensino Médio, profissão e local de residência. Esses fatores serão tabulados, analisados e comentados adiante. Muitos desses comentários são falas dos próprios alunos, que durante suas entrevistas trazem pontos que relacionam aspectos de sua vida social com sua experiência acadêmica enquanto ainda frequentavam o curso. Tais trechos das entrevistas virão em forma de citação, com a identificação do aluno ao final dela. Porém, para preservar sua real identidade, iremos representá-los com letras do alfabeto. Segundo dados da secretaria acadêmica até o mês de agosto, dos 49 alunos da turma, 25 passaram a não frequentar mais as aulas, ou seja, houve uma taxa de evasão de aproximadamente 50% já no fim do primeiro semestre.

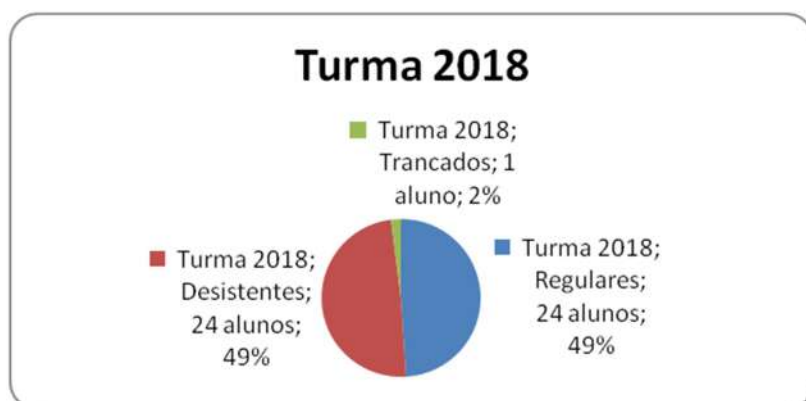


Gráfico 1 – Composição da turma 1º ano de Licenciatura em Matemática em 2018

Fonte: Secretaria acadêmica, 2018

Após tentativa de contato com estes, 9 alunos desistentes dos 25 alunos afastados do curso, aceitaram participar da pesquisa.

Quando questionados sobre a perspectiva geral e durante os primeiros dias do curso, a opinião da grande maioria não relaciona a grade ou o colegiado a uma visão negativa. Na verdade, a primeira impressão da maioria dos alunos foi realmente boa sobre a estrutura do curso em si. No entanto, em um primeiro momento, alguns dos desistentes alegam certa surpresa ao constatar que apesar do curso ser evidentemente voltado a Matemática, ele envolvia também matérias sobre a Educação, algo que alguns deles não esperavam estudar como é perceptível na fala desta acadêmica:

Sempre gostei de Matemática, eu vou fazer Matemática, mas eu cheguei lá e me deparei que tinha a área de licenciatura, então... Eu não tava preparada pra isso. Eu estava preparada talvez pra matemática. [...] Apesar de ser um curso bom, terem professores bons, a grade ser bem distribuída, não é aquilo que a gente espera. Então não tem, não aconteceu aquela experiência assim, tipo, de eu saber o que era aquele curso de verdade. Então, eu só entrei achando: 'Bom, eu vou estudar Matemática.' (Entrevista com a aluna A, 2018).

Além dos motivos pessoais, enquanto discorrem sobre as maiores dificuldades encontradas quando ainda frequentavam o curso, eles também apontam desapontamentos em relação ao cotidiano da vida de estudante. A falta de tempo para estudar e realizar os trabalhos requisitados pelos professores é um dos fatores comuns entre os fatores indicados por esses alunos. Isso se dá pelo fato da maioria trabalhar e/ou cuidar da família durante o dia e ir para a aula no período noturno, e, portanto lhes custaria noites de sono para realizar tais tarefas.

Quanto às disciplinas, aproximadamente 45% dos desistentes entrevistados citam Fundamentos da Matemática como a mais difícil e esta é, realmente, a matéria com o maior índice de reprovação do curso. Fato que levanta outra questão comentada durante a fala de vários deles: 'A Educação Básica prepara seus alunos para o Ensino Superior ou ainda há lacunas em sua formação inicial que explicam as dificuldades encontradas por estes acadêmicos?' Uma das alunas apresenta um comentário sobre essa questão contingente:

Porque, na verdade, pra mim que estava a muitos anos afastada, assim, do colégio, quando eu retornei eu achei que foi muito corrido, as matérias dadas, assim como... Não teve uma revisão... Foi um choque pra mim. (Entrevista com aluna A, 2018).

Assim tem-se acadêmicos vindos de cursos técnicos que não tinham a matemática no currículo, aqueles que se formaram por EJA ou supletivo, os que receberam o diploma do Ensino Médio fazendo o

Enem, alguns afastados a algum tempo do ambiente escolar ou até mesmo os que encontraram dificuldades na disciplina no Ensino Básico, etc. diversas são as situações que os alunos de licenciatura em matemática trazem em seu histórico estudantil e podem influenciar em suas notas e, nesses casos, até na decisão de evadirem-se do curso. Quanto a essa questão, devemos ressaltar sua gravidade, pois “[...] os problemas de aprendizagem dos estudantes que são provenientes da educação básica, reforçam que a Licenciatura em Matemática não está conseguindo cumprir o papel dela, o que cria um círculo vicioso.” (, , p. 147).

Além disso, falta de tempo e respaldo para realizar trabalhos e provas acarretou em problemas mais sérios na vida de alguns destes estudantes entrevistados, afetando até mesmo em suas relações pessoais e saúde psicológica, como se evidencia no seguinte comentário:

Mas eu não conseguia tá acompanhando bem, fazendo bem os trabalhos que me pediam. Daí isso foi gerando uma ansiedade em mim. Por causa que eu trabalhava, também sou casada, sou dona de casa, tenho outras atividades também... Daí como eu não consegui as vezes fazer tudo que era necessário fazer ou estudar, eu fui ficando ansiosa. E também conforme as notas foram... Algumas disciplinas foram boas, mas outras foram notas muito baixas, também. [...] Tem algumas aulas que parece que você fica com depressão. Invés de você aprender, você acaba ficando com depressão, porque é uma coisa que é dada assim, de um jeito que você... Parece que você... Não sei... Parece que você não é um aluno, parece que você não é ninguém. (Entrevista com a aluna B, 2018).

A falta de tempo também fez uma das alunas desistentes a optar por um caminho diferente para continuar seus estudos, ela ingressou em um curso de Pedagogia no formato EAD (Ensino a Distância) que, segundo a mesma, se tornou uma opção mais acessível. Esse recurso têm se tornado uma alternativa realmente muito recorrida por aqueles que desejam se graduar em licenciatura, pois

Na sequência temporal 2001-2011 há uma visível migração dos cursos de licenciatura para o regime a distância, o que não ocorre na mesma proporção com outros cursos de graduação. Por exemplo entre os cursos de bacharelado, 73% eram de oferta presencial em 2011, enquanto apenas 17% das licenciaturas assim se caracterizavam. As licenciaturas a distância oferecidas por instituições privadas detêm 78% das matrículas em cursos de formação de professores. Esse dado é notável, uma vez que, em 2001, havia apenas matrículas em licenciaturas a distância em instituições públicas, e, em 2002, a proporção era de 84% de matriculados em EAD nessas instituições, e 16% nas instituições privadas. (GATTI, 2014, p. 36).

Segundo a autora, isso se dá pelo crescimento da popularidade do formato EAD nos últimos anos, porém a qualidade dos projetos pedagógicos, a falta de convivência com a cultura acadêmica regular, a necessidade de proficiência em um volume grande de leitura e interpretação de textos, dentre outros fatores implicam em críticas a essa proposta de ensino e também a uma evasão média de 80%.

Tal falta de tempo pode também estar relacionada a uma dificuldade em administrar o trabalho e os estudos paralelamente, afinal é um dos pontos levantados pelos entrevistados C, F e G.

É... A questão de trabalho eu acho que é uma coisa que mais implica quando a pessoa vai fazer um curso superior. (Entrevista com o aluno C, 2018).

Tem o trabalho também, porque eu sair de outra cidade, então eu precisava sair mais cedo do trabalho. Então todo dia eu ficava devendo uma hora pra conseguir sair mais cedo e chegar na faculdade às sete, a tempo de começar a aula. (Entrevista com o aluno F, 2018).

Na verdade, o maior motivo da minha desistência foi uma troca de serviço né? Eu trabalhava num lugar e mudei pra outro. Aí isso acabou me tirando um pouco do foco. (Entrevista com o aluno G, 2018).

Por outro lado, devemos colocar em pauta a relação aluno-professor em nosso sistema de ensino superior, pois

[...] outro fator causador da evasão é a postura dos professores e dos demais responsáveis pelo ciclo básico dos cursos dessa área em habilitar o estudante no tempo previsto pelo projeto político pedagógico, para construção/apropriação dos conhecimentos mínimos necessários à continuidade dos estudos. (SANTOS, 2012, p.46).

Quando colocamos a opinião dos alunos sobre isso em foco, a entrevista com os desistentes também serviu como um instrumento crítico e aproveitou-se a oportunidade para questionar aos desistentes, se o colegiado poderia ter realizado alguma ação para que a situação pudesse ser contornada.

Entre as alternativas apontadas por eles, pode-se observar que muitos alunos se sentem deslocados, que não vem que são importantes para o curso, pois não tem nada direcionado exclusivamente para o primeiro ano, isso é visível, por exemplo, na fala dos alunos a seguir:

Poderia ter mais tempo para conversar, né. Ouvir o aluno. (Entrevista com aluna A).

Deveriam se preocupar um pouco mais com essas pessoas como eu, no meu caso, assim que ficam esse período tão longe do ensino médio pra entrar na faculdade. (Entrevista com o aluno C).

Parece que você... não sei... Parece que você não é um aluno, parece que você não é ninguém. (Entrevista com o aluno D).

São poucas coisas que tem pra turma de matemática e são coisas que realmente desanimam. (Entrevista com o aluno F).

Com relação ao trabalho com licenciandos Gatti alerta que

[...] é importante ter bons planejamentos curriculares e didáticos, com a criação de estímulos culturais e aproveitamento da motivação que esses segmentos portam. Para tanto, porém, é necessário não só um envolvimento pedagógico adequado com os licenciandos como também um projeto institucional para o acolhimento e formação desses alunos. (GATTI, 2014, p.49)

Acredita-se que outras ações podem também contribuir para a não evasão, tais como a implementação de programas de estágio e bolsas auxílio, iniciativas de reforço como grupos de estudo e monitorias logo no início do curso, auxiliar na busca do direito ao transporte público gratuito aos alunos que moram fora da cidade onde se encontra o campus e melhora na metodologia de alguns professores, procurando uma abordagem mais paciente e clara em suas aulas. Tais sugestões poderão auxiliar na abordagem dos professores, e para que busquem pensar em ações que correspondam a essas expectativas.

Todos os entrevistados afirmaram ter afinidade com a Matemática antes de entrar no curso, porém muitos alegam terem percebido que houve uma defasagem em seu ensino básico assim que entram na universidade como se percebe na seguinte fala:

Porém, quando veio as primeiras matérias fundamentais da matemática eu percebia que a matemática que eu tinha aprendido no Ensino Médio, em toda a minha vida escolar, não era bem a matemática que eu ia usar na faculdade. Aquilo era o básico do básico. Então, eu percebia que eu não sabia quase nada de matemática. Só que as cobranças era de que a gente tivesse aprendido. Então eu senti uma deficiência muito grande nessa parte, em entrar achando que eu sabia, eu chegar lá e não era bem isso. Eu tinha uma escassez de conteúdo muito grande. Então, a minha primeira impressão do curso foi essa, era o que eu queria e de repente eu percebi que tudo o que eu tinha aprendido não era nem 1% do que eu precisava saber realmente, pra chegar na faculdade e nesse curso, em especial. (Entrevista com a aluna A, 2018).

Por fim, uma abordagem profissional encerra a pesquisa. Os desistentes comentam sua visão sobre a docência e a Educação. Para muitos deles, a profissão do professor é considerada “uma das mais nobres” e 70% deles ainda pensam em seguir a carreira.

Muitos deles lamentam a desistência, afinal, sonhavam com o diploma, a possibilidade de participar de pesquisas de cunho científico, a ascensão profissional e social, etc. que são objetivos comuns, tendo em vista que

[...] os estudantes de graduação buscam uma formação profissional para a obtenção de emprego em primeiro lugar, seguida de obtenção de diploma, realização profissional, realização pessoal, crescimento pessoal, ampliação de conhecimentos, e melhores salários. (ALKIMIN et al, 2013, p. 4).

Contudo, alguns relatam que futuramente pretendem voltar a cursar o ensino superior, sendo na área da Educação, como a Pedagogia, ou cursos de bacharelado, como Administração e Ciências Contábeis para alcançar esses objetivos.

Dados coletados com as entrevistas direcionadas aos alunos frequentes

As entrevistas realizadas com os alunos que permaneceram no curso demonstraram um contraste inevitável em comparação aos resultados mostrados pelos desistentes. Foram entrevistados 7 dos 24 alunos frequentadores do curso.

Quanto a perspectiva geral do curso, os permanentes dizem ter se surpreendido com o mesmo, verificando muitos aspectos positivos em relação a ele, mas também confirmando a ideia de ser um curso difícil, como vemos nas falas a seguir:

É que o curso me surpreendeu positivamente porque eu comentava com amigos sobre o curso e alguns falavam que... Digamos que o nível do curso era relativamente baixo, o ensino dos professores e tal... E eu vim com essa ideia né? Que seria um curso não tão qualificado, entre aspas né? Eu também vim de uma instituição onde os professores eram muito bem qualificados, o Instituto Federal, eu tava esperando essa diferença. Mas eu cheguei aqui e vi professores muito qualificados, não sei ao certo a qualificação deles, mas pelo que eu vi eles são muito bons e me surpreendeu positivamente né, a qualidade do ensino. (Aluno entrevistado D1).

A princípio tem alguns pontos positivos, que tem alguns professores bem didáticos e interessantes e outros professores que não tem didática nenhuma, e torna uma aula maçante. (Aluno entrevistado E1).

Então, é um curso muito interessante que abre muitas portas, porém a permanência nele é bem, como eu posso explicar, difícil, por uma série de quesitos, mas é um curso bem interessante, é uma área bem interessante que faz ligação com todas as disciplinas. (Aluno entrevistado F1).

Eu acho um curso muito bom. Eu gostei. Eu não sei como era a grade antiga, mas eu acho que a grade nova, a qual eu já entrei, eu achei muito bem escolhida. Porque pegou bem os fundamentos, tudo mais. E eu acho um curso realmente muito bom. (Aluno entrevistado G1).

Os alunos discorrem em um segundo momento sobre as dificuldades encontradas como acadêmico do curso de licenciatura, diferentemente dos desistentes, poucos citam matérias e notas específicas do curso de exatas. Muitos deles, na verdade, apontam as matérias de humanas e pedagogia como as barreiras de dificuldade, além de cobrar a metodologia de certos professores, a falta de recursos pedagógicos e um laboratório matemático, a própria questão de infraestrutura do campus, a falta de estágios e grupos de pesquisa e também a pressão que causa problemas de cunho psicológico nos estudantes, como a ansiedade que um deles relata ter sofrido.

Outro fator que dificultou a permanência de um dos entrevistados que concluiu o Ensino Médio no Instituto Federal do Paraná de Paranaguá foi a falta de assistência por parte dos professores fora da sala de aula, algo mais comum em cursinhos e universidades particulares, e que poderia ser uma solução para,

além da evasão, o grande nível de reprovação encontrado em algumas matérias específicas. Ele explica de forma mais clara como isso se daria no trecho abaixo:

A primeira dificuldade foi de não ter horário de atendimento. Porque no IF, você tem as aulas, aí você tem o horário de atendimento do professor. Ele fica na sala dele disponibiliza duas horas. Você vai lá e tira todas as dúvidas. Eu cheguei aqui e falei: “Meu! E se eu tiver dúvida? Se eu tiver dúvida nesse exercício aqui? Eu só vou ter o tempo da aula né? Só que eu não vou ficar interrompendo a aula só pro professor tirar a minha dúvida. Aí como que eu vou tirar essa dúvida?” Aí eu ia chegar na prova e não ia saber. Essa foi a coisa que mais senti falta quando eu cheguei. (Aluno entrevistado B1, 2018).

Destaca-se que na Universidade em estudo, os professores têm horários de atendimento a alunos, inclusive em algumas disciplinas, existem programas de monitorias, onde os alunos do curso de Licenciatura em Matemática ou de outros cursos são auxiliados por alunos monitores no contraturno. Com relação ao atendimento aos alunos, devido às instalações físicas, os professores não tem salas individuais de atendimento.

Em outra questão os alunos são justamente solicitados a fazer sugestões de como o colegiado poderia facilitar a permanência dos alunos no curso. Além da ideia levantada no comentário acima, os entrevistados sugerem que além do apoio estrutural, com incentivos à criação de um laboratório de Educação Matemática, grupos de estudo, eventos, projetos extraclasse e confraternizações entre as turmas e entre campus, como os alunos citam abaixo em seus comentários:

A primeira coisa é elaborar mais projetos extra sala, porque, por exemplo, no IF existem muitas bolsas, projetos de iniciação científica e aqui eu vi que é muito pouco, bem escasso. Eu procurei saber se tinha algo ligado, mesmo sabendo que eu não poderia por conta do trabalho. E também eventos, pra unir a galera do campus, por exemplo no IF tinham festivais de música, de curta metragem, de dança.. Essas coisas são muito importantes numa instituição porque elas unem a galera, fazem a galera se conhecer, anima o astral e faz diferença. E aqui não tem nada disso. Por exemplo, jogos entre “as Unespars” os campus, campeonatos não têm também. Esses eventos são muito importantes, que não têm e devia ter. (Resposta do aluno D1, 2018).
Esse ano eu vi o colegiado de Pedagogia, Letras, História, todos eles fizeram feiras, palestras, um monte de coisas e a Matemática não tem palestras, não tem uma feira, não tem um incentivo de fora, dos professores para os alunos. (Resposta do aluno E1, 2018).

Outros dois alunos sugerem também um monitoramento no desempenho dos alunos e na metodologia dos professores, novamente vemos os alunos buscarem serem ouvidos devidamente para que participem do andamento do curso, seguem suas ideias de melhora mais detalhadamente:

Procurar saber como tem sido a metodologia e didática utilizada pelos professores mesmo. (Resposta do aluno G1, 2018)

Eu acho que um professor que muda bastante foi o professor de Desenho. Porque ele se mostrou ser totalmente ao contrário. Quando chega ele conversa, pergunta o que está bom e o que não está. Ele pergunta pra gente, porque na verdade é a gente que dá o feedback. Não são os professores que dizem: “Eu acho que isso aqui vai dar certo”. É a gente que tem que falar porque é a gente que tá vivendo o curso. Esse professor fez isso. Aí de certa forma ele viu que a gente não tava indo bem em prova, que não foi o melhor método pra galera tirar nota, então ele começou a desenvolver métodos diferentes, tipo, dinâmicos. Eu acho que isso seria uma alternativa. A cada semestre fazer uma entrevista com os alunos da turma. Tipo: “Galera o que vocês gostaram? Pode falar o professor, pode falar a disciplina, o que fez, o que não fez... O que dificultou vocês?” Pra daí tentar mudar e tentar ajudar. O coordenador do curso, com a autonomia dele, ir lá e conversar com o professor: “O aluno falou que você é assim, assado... A gente vai ter que mudar isso daí”. (Resposta do aluno B1, 2018).

Assim como os desistentes, uma das opiniões dos frequentes de iniciativa que o colegiado poderia tomar seria dar uma atenção a situação psicológica dos alunos que sofrem ou podem chegar a sofrer distúrbios devido a pressão submetida pela questão de notas, trabalhos não entregues, etc.

Primeiro de tudo, ter um acompanhamento psicológico, sei lá com um professor. Porque tem um monte de professor de pedagogia formado em Psicologia e eu acho que podia ter um acompanhamento por muitas pessoas desenvolverem problemas de saúde mental e dificulta muito a caminhada nos anos de faculdade. (Fragmento da entrevista do aluno F1, 2018).

Quanto às expectativas antes de entrar no curso e a afinidade com a matemática, os entrevistados afirmam ter encontrado facilidade no Ensino Médio e séries antecedentes, assim como os desistentes. Muitos relatam também ter esperado do curso mais matemática pura, admitindo novamente não ter tanta afinidade com a Pedagogia, como vemos a seguir:

Como eu disse, algo voltado mais pra matemática pura. Eu ia chegar e sair um gênio da matemática assim, sabe? Tem grupo estudando pra ganhar Fields aqui em Paranaguá, a gente vai entrar e vai começar a estudar uma matemática mais abstrata como Geometria não-Euclidiana, que eu gosto muito. A minha expectativa era essa, uma matemática mais obscura, mais *power*... (Resposta do aluno A1, 2018).

Eu gosto muito de Matemática, muito muito mesmo. Eu achei que eu ia ter bastante facilidade. Porque antes de entrar eu já passei pela disciplina de Cálculo, eu lembro de basicamente toda a Matemática do Ensino Médio, então eu acreditei que fosse bem fácil. Fácil na medida do possível né? Eu achei que ia ver mais coisas novas na verdade. Basicamente, esse primeiro ano, foi tudo que eu já vivi dentro da matemática hoje em dia. Então, acho que por enquanto tá ok. (Resposta do entrevistado B1, 2018).

Então foi bem diferente quando eu entrei, porque eu não entrei pelo fato de ser licenciatura, eu entrei pelo fato de ser matemática. Quando eu entrei na faculdade, eu tinha esquecido do fato de ser licenciatura e quando eu vi as matérias pedagógicas eu meio que fiquei: “Meu Deus, eu não gosto dessas coisas, eu não gosto dessas matérias.” Porém, eu passei a gostar depois do curso mesmo. (Resposta aluno G1, 2018).

A opinião desses alunos sobre a profissão docente é muito mais aprofundada que a relatada pelos desistentes, deixando difícil assim a tabulação destes dados, pelo fato das respostas apresentarem uma abrangência e relatividade muito grande. Provavelmente pelo fato de se verem exercendo a profissão ao se formarem, diferente dos desistentes, os alunos encaram a docência com uma visão esperançosa, sem deixar de fazer ressalvas a dificuldade que irão encontrar. Alguns dos comentários mais notáveis foram os dispostos abaixo:

Esse é um fato bem complicado né. Antes eu tinha uma visão totalmente diferente da que eu tô formulando agora. Antes eu via que os professores eram na verdade muito beneficiados pela sociedade. E hoje eu vejo totalmente diferente, a partir do momento que eu me coloquei como professor e percebi a limitação que eu tenho pra passar todo o meu conhecimento em um colégio pra um grupo de estudantes e o quão complexo é isso. (Entrevista do aluno A1, 2018).

Bom, eu realmente comecei a repensar que eu não ia exercer a minha profissão depois de formada, mas eu realmente vejo como há uma grande falta de profissionais da matemática e eu acho que posso ajudar nisso. (Resposta do aluno G1, 2018).

Por mais que a opinião sobre a docência seja unanimemente positiva, dois dos alunos frequentes afirmam não estar em seus planos praticá-la. Algo que evidencia o fato dos alunos, mesmo antes de entrar no curso, não terem afinidade com o mesmo e somente o concluem para possuir um diploma do Ensino Superior.

CONCLUSÕES

As questões sobre evasão escolar em todos os níveis de ensino despertam preocupações por parte dos envolvidos com a educação. Essa preocupação também está presente no ensino superior e na Unespar *campus* de Paranaguá. Desta forma, neste artigo, buscou-se mostrar os fatores que influenciaram na evasão de alunos do primeiro ano do Curso de Licenciatura em Matemática no ano de 2018.

Percebeu-se pela pesquisa, em algumas literaturas, que é grande o número de alunos que evadem os cursos superiores e essa realidade não é diferente no curso em estudo, que apresentou que cerca de cinquenta por cento dos alunos do primeiro ano se evadiram do curso no ano de 2018.

Durante a pesquisa realizada com os alunos da Unespar, quando surge a questão da razão da desistência, diversos fatores são citados como decisivos para que eles tenham se desligado do curso, entre os quais: transporte escolar muito caro, falta de programas de estágio ou bolsa auxílio, desemprego, falta de interesse em seguir na carreira docente, troca de emprego, necessidade de sair antes do serviço para

chegar na faculdade a tempo para a aula, distância (para aqueles que não moram na cidade do campus), falta de tempo para ficar com a família ou filhos, notas baixas nos primeiros bimestres, dificuldades em matérias específicas e mudança de aspiração profissional.

Comparando os alunos frequentes aos desistentes, poucas são as diferenças sociais contrariando assim um possível acesso excludente. A não ser pelo fato de um maior número de alunos residirem na cidade do campus, que facilitam a permanência dos frequentes. A motivação destes alunos na continuidade do curso é complexa de ser analisada, pois cada aluno exibe uma perspectiva e causa distinta para estar cursando.

Essa análise pode trazer uma democratização a permanência do curso, porém é difícil prever quando alunos necessitam se desconectar do mesmo por razões pessoais ou por falta de interesse. Entretanto, no estudo percebe-se que a responsabilidade da evasão não pertence somente ao aluno, pois a trajetória do curso é construída em conjunto, por acadêmicos, colegiado, instituição e políticas públicas. Com os dados catalogados aqui, espera-se que medidas possam ser tomadas para amenizar os problemas mais recorrentes apontados pelos estudantes entrevistados e fazer assim com que a taxa de evasão possa apresentar redução.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALKIMIN, Maria Eva Freire; AMARAL, Tatiane Reis do & LEITE, Neila M. Gualberto. **ABANDONO ESCOLAR NO CURSO DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA DO IFNMG – CAMPUS JANUÁRIA** – VI Congresso Internacional de Ensino da Matemática, Canoas, 2013.

BARDAGI, Marucia Patta; HUTZ, Cláudio Simon. **Não havia outra saída: percepções de alunos evadidos sobre o abandono do curso superior**. *Psico-USF (Impr.)* [online]. 2009, vol.14, n.1, p. 95-105, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psuf/v14n1/a10v14n1.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2018.

BITTAR, M. *et al.* **A EVASÃO EM UM CURSO DE MATEMÁTICA EM 30 ANOS**. EM TEIA – Revista de Educação Matemática e Tecnológica Iberoamericana, vol. 3, número 1, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/emteia/article/view/2168/1737>. Acesso em: 09 de mar. de 2019.

BRASIL. **SISU** – Sistema de Seleção Unificada. Disponível em: <http://sisu.mec.gov.br/tire-suas-duvidas>. Acesso em 18 de mar. 2019.

BRASIL. **FIES – Apresentação.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/fies-sp-1344319726>. Acesso em 08 de mar. 2019.

BRASIL. **O PROUNI.** Disponível em: http://siteprouni.mec.gov.br/o_prouni.php. Acesso em: 08 de mar. 2019.

GATTI, B. **Formação inicial de professores para a educação básica: pesquisas e políticas educacionais.** Estudos em Avaliação Educacional, v. 25, n. 57, p. 24-54, 2014. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1899/1899.pdf>. Acesso em: 18 de fev. 2019.

GATTI, B. **A formação inicial de professores para a educação básica: as licenciaturas.** Revista USP, São Paulo, n. 100,p. 33-46, 2014

GILIOLI, R.S.P. **EVASÃO EM INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: EXPANSÃO DA REDE, SISU E DESAFIOS.** Brasília: Câmara dos Deputados, p. 50, 2016. Disponível em: http://nupe.blumenau.ufsc.br/files/2017/05/evasao_institui%C3%A7%C3%B5es.pdf Acesso em: 20 de jul. 2019

MOURA, D. H.; SILVA, M. S. **A evasão no curso de Licenciatura em Geografia oferecido pelo CEFET-RN.** In: HOLOS, Rio Grande do Norte, v. 3, a. 23, p. 26-42. 2007.

SANTOS, F. A. dos. **Evasão discente no Ensino Superior:** estudo de caso de um curso de Licenciatura em Matemática. 2008. 246 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Metodista de Piracicaba Faculdade de Ciências Humanas, Piracicaba, 2012.

EXPLORANDO A GEOMETRIA NO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO DE PARANAGUÁ - UMA PRÁXIS INTERDISCIPLINAR

Stephany de Oliveira Theodoro (PIC)
Unespar/Paranaguá, stephany.oliveiratheo@gmail.com

Prof^a MS Cristienne do Rocio de Mello Maron (Orientadora)
Unespar/Paranaguá, cristienne.maron@unespar.edu.br

Palavras-chave: Educação Matemática. Educação Patrimonial. Interdisciplinaridade.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como objetivo discutir o tema interdisciplinaridade e propor uma possibilidade para a prática interdisciplinar na educação básica. Buscou-se uma aproximação de dois campos de conhecimento aparentemente distintos e desconexos, a Matemática e a História, usando como elo a arquitetura do Centro Histórico de Paranaguá, tendo como objetivo comum, neste caso, o conhecimento não fragmentado, considerando uma prática de educação patrimonial. Essa pesquisa propõe que a interdisciplinaridade não seja meramente um fim, mas um caminho possível não apenas para a Matemática, mas para todas as disciplinas, atentando-se às problemáticas e objetivos da formação do estudante como cidadão.

Considerando que a cidade de Paranaguá é de grande importância para a História do Paraná e a riqueza de seu patrimônio histórico, cultural e natural, surge o interesse de se propor práticas de educação patrimonial para a educação básica de ensino.

É importante também, ressaltar a importância de contribuir para práticas de ensino-aprendizagem que fogem à fragmentação do conhecimento, visando oportunidades de aprendizagem mais abrangentes, de forma interdisciplinar, que dinamizam o conhecimento e o tornam mais atrativo, contribuindo para práticas de ensino que refletem questões ligadas à realidade. Edgard Morin alerta para os problemas da descontextualização na perspectiva disciplinar e mais individualista:

Nestas condições, as mentes formadas pelas disciplinas perdem suas aptidões naturais para contextualizar os saberes, do mesmo modo que para integrá-los em seus conjuntos

naturais. O enfraquecimento da percepção do global conduz ao enfraquecimento da responsabilidade (cada qual tende a ser responsável apenas por sua tarefa especializada), assim como ao enfraquecimento da solidariedade (cada qual não mais sente os vínculos com seus concidadãos). (MORIN, 2000, pg.41)

Logo, há a necessidade de se tratar problemas advindos da realidade de forma mais global, considerando o contexto em que estão inseridos. Desta forma se desperta a percepção da realidade da nossa sociedade, que se apresentam de maneira mais complexa, levando problemas que exigem o raciocínio crítico e analítico para encontrar soluções adequadas. É necessário desenvolver a capacidade de enxergar o conhecimento de forma mais ampla.

Entendendo como necessária esta desfragmentação, se procura então utilizar a junção destas duas grandes áreas de conhecimento - Matemática e História – tentando trabalhar a interdisciplinaridade como caminho possível para a compreensão mais significativa de temas como: elementos geométricos presentes na arquitetura e no espaço urbano, a construção geométrica utilizada na arquitetura, educação patrimonial, memória e identidade. A proposta é despertar o interesse pela observação mais crítica e atenta aos elementos geométricos nas edificações e analisar a arquitetura do Centro Histórico de Paranaguá bem como examinar concepções históricas e sociais destas construções, o movimento arquitetônico e as relações da comunidade estudantil de Paranaguá com o patrimônio arquitetônico, para esta apropriar-se desta fonte de conhecimento.

Como a arquitetura vale-se de diversas concepções geométricas, não apenas se utiliza de suas formas e figuras - como se pode observar em qualquer construção, como por exemplo, um prédio com formato prismático, o telhado de um chalé em forma triangular, as janelas de edificações em arcos, suas colunas de sustentação como retas paralelas, e tantas outras formas desde as construções aparentemente com design mais simples até as grandes edificações com projetos mais modernos e apelativos – contudo também se utiliza de suas propriedades para desenvolver seus projetos e os conceitos de desenho técnico para o desenvolvimento dos *croquis*. Portanto entende-se que podemos criar uma via de mão dupla, utilizando-se desta como uma importante fonte no ensino da geometria e do desenho geométrico, visto que são tão presentes na arquitetura.

Imagem 1 – Museu do Louvre - Paris



Fonte: <<http://arquivosdoakasha.blogspot.com.br/2015/06/geometria-sagrada-e-busca-da-perfeicao.html>> Acesso em 14/03/2018.

Sabendo da necessidade de tornar o ensino da Matemática mais prático e evidente no cotidiano do nosso estudante, buscou-se através desta pesquisa a utilização desta ferramenta tão presente em qualquer lugar ou realidade, a arquitetura, para trazer o conteúdo trabalhado em sala para a realidade do discente através do conhecimento da arquitetura.

Podemos concluir que a Arquitetura e a História fornecem elementos interessantes para que o estudo da Geometria se torne mais atrativo e sua compreensão mais significativa.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este projeto foi desenvolvido para os alunos do 7^a ano do Colégio Estadual “Helena Viana Sundin”, no ensino das construções geométricas. Antes da prática pedagógica, analisou-se o manual de educação Patrimonial (Iphan, 2013), bem como o currículo da educação escolar neste nível (PARANÁ, 2008) seus objetivos e conteúdos contemplados nesta fase de ensino. Conclui-se, com o auxílio da professora responsável pela turma, que um conteúdo adequado a se trabalhar seria a construção e compreensão dos ângulos, assim como outros elementos da Geometria.

Após esta análise e escolha dos encaminhamentos metodológicos, iniciou-se com uma aula de campo analisando as edificações do centro histórico da cidade para examinar os elementos geométricos e as construções em que os elementos geométricos estão presentes, evidenciando também o contexto histórico e social destas edificações.

Predominantemente com características do neoclassicismo, estas edificações datam aproximadamente do século XVIII e XIX, quando as instalações do porto de Paranaguá ficavam à margem dos casarões da Rua da Praia e, a esta época, era chamado de Porto de Nossa Senhora do Rosário.

As edificações próximas ao porto eram caracterizadas por pertencerem a uma classe social mais abastada, sendo utilizadas como armazéns que estocavam produtos que chegavam pelo porto. Em sua parte superior, serviam de moradia para os proprietários. As ruas do Centro Histórico marcam os primeiros locais da Vila de Paranaguá que foram habitados nessas terras. A partir de uma observação mais detalhada dos locais do centro histórico, pôde-se orientar o trajeto de forma a ser proveitoso.

A primeira parte da atividade de campo foi uma visita orientada ao Centro Histórico, partindo com os alunos a pé até o destino almejado. Visitando alguns locais marcantes do ponto de vista histórico.

Praça Rosa Andrade

O primeiro local a ser visitado foi a Praça Rosa Andrade conhecida também como “Praça do Guincho”. Historicamente este local foi um ponto de encontro de mercadores que traziam seus produtos de terras além-mar para serem comercializados em Paranaguá.

Imagem 2 – Praça Rosa Andrade



Fonte: autora, 2018.

Rua da Praia

Essa rua abriga diversos casarões históricos que demonstram traços da colonização portuguesa e influência da arquitetura europeia, como os arcos da arquitetura romana. Um dos locais de arquitetura marcante e de um trabalho artístico interessante é o bonito mural de São Francisco das Chagas, do renomado artista paranaense Emir Roth.

Imagem 3 – Relevo de Emir Roth



Fonte: Autora, 2018.

Imagem 4 – Casarões na Rua da Praia



Fonte: Autora, 2018.

Palacete Matias Böhn

Construído no final do século XVIII, o local teve sua fachada reformada no estilo historicistas no final do século XIX, para se tornar Palácio Mathias Böhn, comerciante alemão que se estabeleceu em Paranaguá.

Imagem 5 – Palacete Matias Bohn



Fonte: <<http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=75759&tit=Restaurado-palacete-historico-sera-base-do-turismo-no-Litoral>> Acesso em 15/05/2019.

Mercado do Café

Construído em meados do século XIX, no estilo neoclássico, foi reformado no início do século XX e adaptado com tendências do classicismo. Era um ponto de degustação do café, servido com quitutes da região. Atualmente abriga um centro gastronômico que oferece refeições à base de frutos de mar e comida típica do litoral, além dos tradicionais bolinhos de camarão, de banana e pastéis. Em sua arquitetura observamos os arcos de uma volta inteira, ou como denominados na geometria, arcos de 180°.

Imagem 6 – Palácio do Café



Fonte: Autora, 2018.

Atividades em sala de aula

A partir disto, em sala e revendo através do datashow as fotos dos locais visitados, as fotos dos locais visitados foram analisadas juntamente com os alunos, observando os ângulos formados, as retas e linhas presentes nas paisagens, em alguns momentos retas paralelas ou perpendiculares, chamando a atenção para o objetivo de determinados elementos da Geometria estarem presentes nas construções, como no caso da importância de duas paredes formarem um ângulo de 90° . Importante também mencionar o fato de que os arcos, por exemplo, seriam necessários, além do sentido estético, para que trouxessem maior sustentação aos vãos nas construções, por isso a descoberta se propaga e traz notoriedade para a arquitetura romana. As chamadas chaves, pedras de sustentação centralizadas nos arcos, também caracterizam um reforço na sustentação daquele vão.

. Ao analisar as construções, observou-se que os símbolos presentes na arquitetura (os arcos, a simetria, as formas geométricas) podem ganhar sentido particular em cada uma delas.

Em seguida, como os arcos nas construções levaram destaque por seu papel funcional, além do estético, construímos juntamente com os alunos utilizando os instrumentos de construção geométrica (régua, compasso e esquadro) a construção técnica dos arcos observados, dando o nome a cada um deles como são denominados conforme o vocabulário utilizado na Arquitetura, trazendo noções deste conhecimento técnico. Como, por exemplo, os detalhes do arco em ogiva perfeita, característica da arquitetura gótica.

Imagem 7 - Exemplo de arco em ogiva perfeita presente em edificação do Centro Histórico de Paranaguá



Fonte: Autora, 2018.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa iniciou-se buscando aprofundamento em algumas direções, em relação à História das edificações, à História da cidade de Paranaguá, ao referencial teórico quanto à Educação patrimonial e ao currículo da Educação Matemática no Estado do Paraná, bem como as formas que se pode trabalhar a Geometria de forma significativa na educação básica. Percebeu-se na aula de campo que a contextualização histórico-cultural, levando a arquitetura do Centro Histórico como pano de fundo, trouxe maior interesse da parte dos alunos pela percepção dos detalhes das construções, pela observação dos elementos geométricos em seus espaços de vivência, pela História de sua cidade, trazendo também curiosidade em relação aos conteúdos trabalhados na sala de aula que podem estar presentes nos espaços de seu cotidiano. Neste momento, houve a oportunidade de trabalhar a educação patrimonial, levando a comunidade estudantil da Paranaguá a se apropriar de seu próprio espaço de forma mais significativa, observando a beleza e o valor que há nos espaços de sua vivência, melhorando sua relação de identidade como cidadão parnanguara, ou seja, melhorando a relação do indivíduo com o próprio lugar onde vive melhorando sua autoestima, e levando este discente a entender a importância de zelar pela conservação do patrimônio histórico, tornando este estudante um cidadão mais consciente em relação às ações de conservação do patrimônio cultural. Isso se deu através da observação dos espaços culturais e históricos de sua cidade, visto que em Paranaguá há muitos pontos de depredação, havendo a necessidade de mudança do comportamento da população neste sentido e este momento pode trazer resultados significativos para

isso. No segundo momento percebeu-se que foi estimulada a observação e criatividade dos alunos para atentar-se aos detalhes de seu cotidiano, levando-os a terem maior percepção aos espaços que estão à sua volta, como foi neste caso em que os alunos se atentaram aos elementos geométricos que não haviam percebido inicialmente na aula de campo. Por fim, nesta atividade pedagógica em sala de aula, foi constatado que existe uma dificuldade de se trabalhar a Geometria e construções geométricas nas aulas de Matemática, como já se percebeu através de pesquisas sobre o assunto e isto por diversos motivos, entre eles o volume de conteúdo a serem trabalhados e a dificuldade de se abranger todo o currículo, a falta de material apropriado, entre outras dificuldades que podem ser encontradas eventualmente. Desta forma, faz-se necessário que haja momentos em que os alunos possam desenvolver habilidades para o desenho geométrico. O fato de a pesquisa ser interdisciplinar e trabalhar áreas distintas como a História e a Matemática, causou em quem conheceu esta pesquisa através dos momentos de divulgação, uma motivação para usar o patrimônio cultural como elo para estas duas áreas e tornar possível mais trabalhos interdisciplinares envolvendo a Matemática e História, realizando práticas pedagógicas importantes para a educação patrimonial e para as áreas de conhecimento envolvidas.

CONCLUSÕES

Considera-se que a pesquisa foi válida para aliar assuntos ligados ao exercício da cidadania à educação matemática, chamando à responsabilidade de assuntos como a educação patrimonial docentes de todas as áreas, inclusive das Ciências Exatas. Esta práxis trouxe uma opção de prática interdisciplinar entre Matemática e História, contextualizando conteúdos e despertando nos estudantes interesse por assuntos ligados à cultura, cidadania e responsabilidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARGAN, Giulio Carlo. História da arte como história da cidade. Tradução Pier Luigi Cabra.- 5ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2005;
- BLOG DO ARQUITETO EDISON ELOY DE SOUZA. **Arquitetura e Geometria**. Não paginado. Disponível em: <<http://edisoneloy.blogspot.com/2014/11/arquitetura-e-geometria-jul-2011>>. Acesso em 13/10/2018;

- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais : terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998. 436 p;
- CHOAY, Françoise. A Alegoria do Patrimônio. Tradução de Luciano V. Machado. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2001;
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Educação Patrimonial: Manual de aplicação: Programa Mais Educação / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. – Brasília, DF : Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2013;
- Iphan Paranaguá. Disponível em: <<https://iphanparana.wordpress.com/2012/09/18/paranagua-recebe-o-palacete-mathias-bohn-totalmente-restaurado>> Acesso em 15/10/2018;
- História dos arcos. <<https://historiaartearquitetura.com/2017/02/15/o-arco-romano-e-as-abobadas>> Acesso em 15/10/2018;
- MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro** / Edgar Morin; tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya ; revisão técnica de Edgard de Assis Carvalho. – 2. ed. – São Paulo : Cortez ; Brasília, DF : UNESCO, 2000;
- OLIVEIRA, C. L. de. **Importância do desenho geométrico**. Trabalho de graduação (Licenciatura em Matemática). 8 f. Departamento de Ciências Exatas, Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2005;
- PARANÁ. Secretaria de Estado de Educação. **Diretrizes curriculares da educação básica**. Curitiba: Seed/ DEB-PR, 2008;
- PASSOS, C. L. B. Representações, interpretações e prática pedagógica: **A Geometria na sala de aula**. 348 f. Tese (Doutorado em Educação Matemática) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000;
- Secretaria de Cultura e Turismo - Prefeitura de Paranaguá. Disponível em: <<http://secultur.paranagua.pr.gov.br/loc/paranagua/page/2/>> Acesso em 10/05/2018;
- SILVA-THIESEN, Juarez da. A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo ensino-aprendizagem. Revista Brasileira de Educação, vol. 13, núm. 39, septiembrediciembre, 2008. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação Rio de Janeiro, Brasil.

CIÊNCIAS HUMANAS

O AMBIENTALISMO GUARANI NA ERA DO ANTROPOCENO

André da Silva Santos Voitechen
Unespar/Campus Paranaguá, andrevoitechen@gmail.com
Prof. Dr. José Ronaldo Mendonça Fassheber (orientador)
Unespar/Campus Paranaguá, zerf@uol.com.br

Palavras-chave: Antropoceno. Guarani. Política.

INTRODUÇÃO

O seguinte trabalho busca entender a nova era geológica, o Antropoceno, em que ações humanas interferem diretamente no ecossistema da Terra. Tal período nos coloca em um contexto de incertezas, no qual nos vemos obrigados a refletir sobre um novo mundo, um mundo onde somos responsáveis por seus caminhos e descaminhos.

Na era do Antropoceno, todos nós impactamos de alguma forma o ecossistema do planeta. No entanto, os povos originários parecem exprimir sua influência de maneira diferente, caso comparado a forma com que a sociedade industrial se comporta. Portanto, como objetivo principal buscamos justamente entender o *modus vivendi* indígena, em especial aos Guarani, e refletirmos sobre nossas ações e como podemos configurá-las para o benefício geral.

Pensando a contemporaneidade dessa problemática, também objetivamos entender o contexto político em relação ao meio ambiente. Assim, identificamos no novo governo brasileiro, um processo que já vinha demonstrando sinais desde a eleição de Trump. Nesse sentido, a visão dos povos indígenas como inimigos do “progresso” e o descaso com as questões ambientais, foram e estão sendo aspectos extremamente prejudiciais no contexto do Antropoceno.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para a feitura desse projeto, nos serviu como base de apoio para a pesquisa o levantamento bibliográfico qualitativo. Primeiramente, partimos do site do Instituto SocioAmbiental (ISA), que veicula notícias a respeito de questões ambientais e povos indígenas. Além dele, outros sites de noticiários foram usados, como El País e Instituto Humanitas Unisinos (IHU).

Outras bibliografias, como artigos e livros, também serviram como base para as discussões. Dentre essas, cabe destacar *A inconstância da alma selvagem* (2013) de Eduardo Viveiros de Castro, especialmente o capítulo *Perspectivismo e multinaturalismo na América indígena*, onde o antropólogo traça a ideia de que na cosmovisão ameríndia, pensa-se que cada animal possui um centro de consciência humana. Ainda em concordância com a tese do referido autor, a obra *Beyond nature and culture* (2013) de Philippe Descola, também traz uma ótica semelhante, no entanto adotando um pensamento para além da fauna e, portanto, entendendo a natureza como extensão das relações humanas e não um simples espaço selvagem.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O impacto das ações humanas sobre o meio ambiente, nunca ficou tão evidente quanto podemos observar hoje. Os tecnofósseis² estão espalhados por todo planeta, por vezes até se confundem com a biodiversidade de florestas e oceanos. Tal confusão, juntamente a exploração exarcebada de recursos naturais, traz por consequência um desequilíbrio ecossistêmico da Terra. Desse modo, a influência negativa do modo de vida moderno, fez-se surgir uma nova era geológica sucedendo o Holoceno, batizada então de Antropoceno³.

O termo foi cunhado após a publicação de uma newsletter, cujos autores foram Paul Crutzen e seu colega Eugene Stoermer. Na pesquisa em questão, destacava-se como a Terra poderia ser prejudicada através de ações antrópicas negativas. Portanto, a partir dessa constatação definiu-se assim uma nova era geológica, caracterizada pelo fator humano enquanto força geofísica (DANOWSKI; VIVEIROS DE CASTRO, 2014).

² Basicamente todos os objetos criados atropicamente, tais como o plástico, concreto, vidro, alumínio, e outros.

³ Há um extenso debate sobre qual seria o contexto de surgimento do Antropoceno. Mas geralmente, se vincula a Revolução Industrial como um dos principais fatores para o avanço da influência humana sobre o meio ambiente.

Dentro desse contexto, o Antropoceno marca não apenas o fim de uma época, mas também o possível fim da espécie humana⁴. Ainda que o processo de extinção seja algo normal, visto que já ocorrera outras cinco vezes, observamos que dentro desse novo período há o fator antrópico, que de certa maneira remove a naturalidade do processo. Então, podemos enxergar a partir disso um processo em si natural, mas ao mesmo tempo não natural. Nesse sentido, tal situação nos entrega um paradoxo (WOLFE, 2017).

Rose et al. (2017), explicam que a interferência humana no processo de extinção das espécies pode ocorrer tanto de modo violento e imediato, como na caça predatória, quanto de modo mais lento e progressivo, como a perda do habitat natural pela humanização do ambiente e implantação de indústrias extrativas. Ademais, quando uma determinada vida biológica chega a seu fim, isso significa igualmente o fim de toda uma cadeia evolutiva, de gerações que nunca mais se desenvolverão no planeta.

Para Danowski e Viveiros de Castro (2014), vivemos atualmente numa época de incertezas, onde mais e mais o clima se transforma. Existem picos maiores de calor e frio, onde tudo acontece mais rápido ou menos rápido, onde tudo fica mais úmido ou mais seco. Tudo isso afeta o tempo, as qualidades e quantidades. Assim como fenômenos e eventos extremos incidem em pontos diferentes do planeta, sem que exista a possibilidade de previsão e prevenção de suas consequências. Essa mudança temporal, está ligada justamente a passagem do homem de simples agente biológico para uma força geológica.

Harari (2015) defende que o impacto humano sobre a biodiversidade do planeta, iniciou-se com sua saída dos sapiens do continente Afro-asiático e chegada na Austrália. Dessa maneira, a primeira viagem intercontinental realizada há cerca de 45 mil anos, colocaria tal espécie como a mais mortífera do planeta. Após o estabelecimento humano no novo continente, estima-se que das 24 espécies de animais australianos pesando 50 quilos, 23 foram aniquilados.

De acordo com Latour (2017), a força geológica humana nos tempos atuais e sua capacidade de influência no ecossistema planetário, pode ser comparado com a energia de desastres como uma erupção vulcânica e um tsunami, e até mesmo das placas tectônicas. Diversas são as evidências que demonstram isso, como os níveis de acidez do oceano, aumento de dióxido de carbono (CO₂) na atmosfera, e muitos outros aspectos.

Para Latouche (2009), todo esse contexto é um resultado direto do pensamento ocidental industrial, o qual reflete apenas o lucro econômico nas suas ações. A ideia principal por trás de tal raciocínio, vem de um capitalismo desenfreado que direciona uma ideia de desenvolvimento infinito em

⁴ Op. Cit.

um mundo finito, ou seja, um crescimento, através da exploração de recursos naturais, pelo simples crescimento.

Ainda sob a análise do mesmo autor, observa-se que os problemas ambientais não estão, e talvez por muito tempo não estejam, totalmente globalizados. O peso do uso de recursos por parte dos países do Norte, recai sobre os ombros dos países do Sul. Nas palavras do autor, “[...] O crescimento, hoje, só é um negócio rentável se seu peso recair sobre a natureza, as gerações futuras, a saúde dos consumidores, as condições de trabalho dos assalariados e, mais ainda, sobre os países do Sul [...] (LATOUCHE, 2009, p. 39)”.

Sloterdijk (2018) também concorda com essa premissa. Segundo ele, sujeitos de países ricos geralmente são relutantes na mudança de hábito. Assim, se negam a todo custo a revogar suas premissas tecnológicas, já que afirmam serem direitos conquistados e resultado de uma evolução tecnológica. Nesse sentido, o modo de vida desses indivíduos, acontece indiscriminadamente como se houvesse mais de uma Terra para ser explorada.

Stengers (2015), afirma que o “ter cuidado” sempre foi um saber humano, uma intuição que sempre nos cerca dia a dia. No entanto, quando se trata de um ideal de progresso, de um desenvolvimento economicista, tal ideia de cuidado é perdida. E quando alguém demonstra esse cuidado, é erroneamente visto como inimigo do “progresso”.

Desse modo, de acordo com Latouche (2009), devemos decolonizar nosso pensamento, necessitamos repensar nossas ações em relação a esse ideal de desenvolvimento desvairado. Para isso, ele nos propõe que ponhemos em prática a economia chamada de decrescimento, abandonando a fé idólatra capitalista no crescimento pelo crescimento.

A ideia do decrescimento se baseia em oito postulados, ou como afirma o próprio autor, oito erros. Nesse sentido, os objetivos seriam o de Reavaliar (o pensamento ocidental e os valores modernos), Reconceituar (a construção da nossa realidade), Reestruturar (sair do capitalismo e adaptar-se a um modo de vida decrescente), Redistribuir, Relocalizar (produzir em escala local para necessidades locais) e Reduzir (o consumismo, o modo de produção e o impacto na biosfera)⁵.

Em outro texto, Latouche (2013) reflete sobre como a sociedade industrial pode ser ajudada pelos povos da África subsaariana. Através do princípio da reciprocidade, os indivíduos de uma determinada comunidade sobrevivem por meio de pequenas atividades populares. Dessa maneira, a economia desses

⁵ Op. Cit.

povos, a qual o autor se refere como *debrouille*, foge da ideia ocidental de crescimento. Ademais, o principal aspecto que garante o sucesso desse grupo, se encontra principalmente na lógica da doação e solidariedade.

Em relação ao princípio de reciprocidade, um teórico anarquista ainda no início do século XX, já havia apresentado uma perspectiva semelhante. Kropotkin (2009) desdobra sua problemática a partir do livro *A Origem das Espécies* (1859) de Darwin, porém analisando a obra por um viés pouco visto, onde se argumenta não a luta e sobrevivência dos seres mais fortes, mas dos seres que vivem em comunidade. Desse modo, o autor nos mostra desde uma comunidade de formigas que se unem pelo princípio do comunalismo, até um povoado aldeão de mesma característica, sempre destacando os aspectos comunitários e como eles ajudam no progresso humano.

Ambos os autores, Latouche e Kropotkin, fornecem as possíveis soluções para sairmos do impasse do Antropoceno⁶. Estamos em uma nova era, uma época de transformações que exigem mudanças de nossa parte (STENGER, 2015). Desse modo, vemos a necessidade da sociedade moderna industrial viver em um comunalismo, em que a sociabilidade tenha maior relevância que o crescimento econômico. Do mesmo modo, também se faz preciso decolonizar a noção capitalista de mundo e buscar um decrescimento. Assim, adotaria-se uma visão de mundo muito semelhante ao que indígenas abraçam há tempos.

Segundo Latour (2017), a denominação Antropoceno como uma nova era ainda não foi oficializada⁷, podendo demorar algum tempo até passar pela burocracia da Sociedade Internacional de Geologia. No entanto, o nome vem sendo usado como termo prático. Alguns pensadores, como Sloterdijk (2018), criticam-no por conta da culpabilização de todos os humanos, quando na verdade as ações nocivas tiveram origem na civilização europeia e sua elite tecnocrata. Desse modo, o autor propõe a substituição da

⁶ Segundo um editorial do *Le Monde*, o grupo GIEC (Groupe d'experts intergouvernemental sur l'évolution du climat) deixou claro que para prevenir os inúmeros desastres ambientais, basta respeitar o acordo de Paris e limitar o aquecimento global a 1.5 C°. Se pormos em prática as ideias dos referidos autores, conseguimos atingir essa meta facilmente. (CLIMAT: il n'est pas trop tard pour réagir. *Le Monde*. Disponível em: https://www.lemonde.fr/idees/article/2018/10/10/climat-il-n-est-pas-trop-tard-pour-reagir_5367291_3232.html Acesso em: 18 de dez. de 2018).

⁷ O pesquisador Eli da Veiga, aponta que essa oficialização possivelmente ocorrerá em Nova Deli na Índia, na ocasião do 36º Congresso Geológico Internacional em 2020. (MACHADO, Ricardo. **Antropoceno: a drástica virada na relação entre os seres humanos e a biosfera. Entrevista especial com José Eli da Veiga.** Disponível em < <http://www.ihu.unisinos.br/590284-a-dificil-e-necessaria-busca-pelo-equilibrio-do-antropoceno-entrevista-especial-com-jose-eli-da-veiga> > Acesso em: 12 de julho de 2019).

palavra por Euroceno⁸. Latour (2017) concordando com essa crítica, destaca que sujeitos como os indígenas da Amazônia e os moradores periféricos de Bombaim, na Índia, nada tem haver com o impacto que a industrialização do mundo moderno vem causando.

De fato populações de organização tribal, como os Guarani por exemplo, exercem um impacto diametralmente oposto em comparação a sociedade industrial. Muitas vezes, sujeitos urbanos os enxergam até mesmo de uma forma romantizada, como seres de pleno equilíbrio com a natureza, pois esses cidadãos possuem uma visão edênica do meio ambiente. Em contrapartida, quando esses mesmos cidadãos enxergam povos indígenas se utilizando de aparatos ocidentais, interpretam-no como um não-índio que perdeu suas características fundamentais e que, portanto, devem ser desapropriados de suas terras, ou seja, retirados do “Éden” (DANOWSKI; VIVEIROS DE CASTRO, 2014).

O antropólogo Viveiros de Castro (2013), através da ideia de um perspectivismo ameríndio, conseguiu demonstrar muito bem porque o impacto indígena sobre seu meio possui uma característica diferencial. O conceito por ele proposto, diz respeito a construção da cosmologia pan-ameríndia, que entende o mundo a partir de alicerces humanos.

Contrariando o pensamento evolucionista moderno, o qual enxerga o Homo sapiens a partir de um mundo animalesco, a cosmologia pan-ameríndia vê os animais a partir de um mundo humanizado. Em outras palavras, enquanto a visão ocidental interpreta os indivíduos quase como alheios ao meio ambiente e sua biodiversidade, indígenas interpretam todo seu universo como algo humano, vendo as diferentes espécies de animais como antropomorfos que se apropriam de roupagens animais. Assim, de acordo com a perspectiva de um salmão por exemplo, podemos afirmar que ele veria a si mesmo e aos outros de sua espécie como humano⁹.

Ainda de acordo com o autor supracitado, comumente temos receio quando alguém demonstra seu lado animal. A mesma coisa acontece na concepção cosmológica pan-ameríndia, onde há o medo de o animal revelar sua feição antropomorfa, sobretudo nos momentos em que os indígenas se alimentam de sua carne. Nesse sentido, esses povos originários normalmente possuem um maior respeito para com outras espécies.

⁸ Para uma discussão mais aprofundada sobre a crítica ao termo, ver: DEMOS, T. J. **Against the Anthropocene: Visual Culture and Environment Today**. Berlin: Sternberg Press, 2017.

⁹ Op. Cit.

Descola (2013) em contato com uma comunidade Achuar da Amazônia, obsevou que esses sujeitos mantinham um acordo com determinadas entidades, as quais assistem os destinos da fauna e flora local. Em certa ocasião, uma habitante chamada Metekash fora picada por uma cobra. Seu marido, Chumpi, interpretou o acontecido como uma vingança do espírito Jurijri. Essa concepção lhe aconteceu porque no dia anterior, durante uma caça, ele havia matado três macacos e ferido mais alguns com arma de fogo. Desse modo, tendo caçado animais mais que o necessário para o sustento, houve uma quebra de acordo com a divindade.

Os Achuar, ainda de acordo com Descola (2013), normalmente atribuem aos animais características e comportamentos humanos. Nesse sentido, as outras espécies também escutam e conversam entre si, e assim como há o momento de caça para os indígenas, há as vezes o desejo de matar desses animais, ou seja, esses seres também demonstram uma consciência e uma intencionalidade. A partir disso, como apontou Viveiros de Castro (2004), pode-se observar que a relação entre esses povos com seu cosmos nem sempre acontece de forma harmoniosa.

O aspecto humano, tanto dos animais quanto do próprio povo indígena, aproxima-os como parentes. Dentro dessas relações, observa-se que o homem se relaciona com sua caça como um cunhado, e que a mulher se relaciona com as plantas tal qual suas filhas. Nesse ponto, Descola (2013) afirma que toda essa biodiversidade que cerca os Achuar, nada mais é do que a extensão de sua cultura. Assim, torna-se evidente o contraste entre a visão pan-ameríndia e a visão ocidental de mundo, sendo que nessa última, normalmente os sujeitos se veem separados do meio ambiente.

Se tratando dos Guarani, povos que evidenciamos destacar nesse trabalho, podemos afirmar que sua cosmologia é muito semelhante a dos Achuar. Stumpf (2014), através de diversas entrevistas com esses povos em vários territórios do Rio Grande do Sul, destacou diversas falas que transmitem o perspectivismo ameríndio. Talvez a fala que mais exprima tal concepção de mundo, seja a do Cacique Cirilo:

A gente não vive sem a terra, o sol, a planta, a água, o peixe, a gente faz parte de tudo isso; nós não somos separados da terra. É tudo uma mesma família, são todos nossos parentes. Tudo tem significado: árvores, vento, chuva, trovão, tudo se trata como um só, não se separa. A mata tem sua organização, tem chefe, tem criança parece um ser humano. Precisa de parceria com o humano. (Cacique Cirilo, Aldeia da Lomba do Pinheiro, 2011 apud STUMPF, 2014, p. 47).

Sua fala, demonstra claramente a mesma ideia que os Achuar possuem, de que a biodiversidade ao seu redor nada mais é do que seus parentes, a extensão de sua cultura. Ademais, fica claro que o cacique não separa o ser humano do meio ambiente, mas afirma que ambos precisam de uma parceria para o funcionamento pleno.

Rego et al. (2010), também trazem uma visão semelhante através de um diálogo com os povos Kaiowá e Guarani da reserva Caarapó. Em seu trabalho, os pesquisadores entrevistaram diversos indígenas da região e constataram o enorme conhecimento da biodiversidade que muitos deles carregam, sobretudo os mais velhos. Em uma das entrevistas, a guarani Claudia Martinez relata:

Toda árvore tem um dono, então tem que rezar, tem que pedir na reza pra usar a árvore. O dono a gente não vê, é tipo um espírito. Eu fui uma vez cortar uma árvore com frutinhas e puxei as raízes da árvore que tinham crescido e senti um arranhão no meu pé, eu achei que era caraguatá, mas não era, então comecei a ficar doente, a carne do meu pé começou a inchar e a sair pra fora, aí fiquei de cama, aí veio o cacique, veio rezar pra mim e descobriu, falou que pra cortar tem que pedir pro dono da árvore. Quando eu saio pra qualquer parte, eu rezo pra não encontrar espírito, cobra, pra encontrar caça. (Claudia Martinez, 2010 apud REGO ET AL., 2010, p. 64).

Sua fala, assim como de cacique Cirilo, demonstra um respeito por seu ambiente, assim como imputa uma intencionalidade sobre a natureza, tal qual os Achuar relatado por Descola (2013).

Nesse caso, podemos observar que no contexto de uma nova era movida por ações humanas, nem todas essas ações são negativas. Balée (2008) demonstra que ações promovidas pelos antepassados de povos originários – aborígenes, pan-ameríndios, africanos – contribuíram com a biodiversidade de determinadas florestas. Nesse sentido, a terra preta da Amazônia possui em sua composição, elementos antropogênicos que contribuem na nutrição de determinadas espécies de plantas.

Smith (2016), também levanta dados concordantes a esse respeito. Em relação a terra preta amazônica, formada a partir de influências antrópicas, encontram-se em sua composição diversos nutrientes. Comparada a terras vizinhas, esse tipo se mostra muito mais rico, possibilitando o desenvolvimento de cultivo. Desse modo, vemos que não apenas as ações negativas influenciam o ecossistema do planeta, mas também as ações positivas.

Os dados arqueológicos apresentado pelos referidos autores, principalmente o que Balée (2008) traz, contradiz a visão pessimista que Harari (2015) expõe, pois para esse último, a chegada dos sapiens nas américas também trouxera um grande número de mortandade da biodiversidade. No entanto, como

demonstraram os dois outros autores, os antepassados indígenas que aqui estiveram, contribuíram para a variabilidade das formas de vida.

Com o contexto do Antropoceno em mente, podemos pensar no conceito de cidadania ecológica proposto por Dobson (2005). Segundo o autor, a influência das nossas ações sobre o meio ambiente gera uma pegada ecológica, uma marca que produzirá efeito em outros sujeitos, estejam eles no presente ou no futuro. De acordo com essa lógica, ações positivas geram bons frutos para outros cidadãos, e ações negativas justamente o oposto.

Levando em conta o mesmo raciocínio, aqueles indivíduos que deixam a pegada ecológica em seu ambiente, são responsáveis pelas consequências que atingem os demais sujeitos. Desse modo, o bom cidadão ecológico é aquele que pensa sua pegada ecológica de modo sustentável, que afirma um comprometimento com o presente e com o futuro.

A respeito dessas responsabilidades, a contemporaneidade vem nos mostrando que há um severo descaso com as questões ambientais por parte de líderes mundiais. Trump nos Estados Unidos, Bolsonaro no Brasil, o crescimento do partido AfD na Alemanha¹⁰, e tantos outros contextos, representam claramente os inimigos na era do Antropoceno, de acordo com o escrito de Latour (2014), pois negam questões de cunho científico.

O crescimento da extrema direita, por vezes rotulada de uma “nova direita” ou *far-right*, traz consigo a negação de consensos científicos, como o aquecimento global, e um discurso xenofóbico, que atinge a todos aqueles que não se enquadram em um esteriótipo nacionalista.

Uma das primeiras lideranças a se eleger dentro desse aspecto político, foi Donald Trump nos Estados Unidos. Tendo como pauta no seu discurso de candidatura, a construção de um muro nas fronteiras entre México e Estados Unidos, ele alegava que os estrangeiros estavam tomando empregos americanos e trazendo mais criminalidade a seu país. Segundo Paul Ehrlich, da Universidade de Stanford, a construção e manutenção de tal divisa fronteira seria um crime ambiental, pois poderia extinguir a vida de animais singulares que habitam a região, como o Lobo Mexicano, o Jaguar e a Antilocapra Americana, já que configuraria totalmente o habitat desses animais.

¹⁰ Karsten Hilse, um dos porta-vozes do AfD, já fez afirmações negando o aquecimento global, inclusive dizendo que a influência humana nesse processo é um hoax criado por jornalistas e políticos. (CHASE, Jefferson. **Far-right populists and climate policy: An attempt to move the goalposts**. Disponível em: < <https://p.dw.com/p/393Z7>> Acesso em: 03 de março de 2019).

Esse discurso também se mostrou crescente na América Latina. Primeiramente vemos no cone sul (Argentina e Chile) um forte discurso contrário as demarcações dos povos Mapuches, marcados como inimigos internos. Agora, no Brasil com a eleição de Bolsonaro vemos o mesmo tipo de discurso, tendo como inimigo interno e “atraso” ao progresso da nação os povos indígenas.

O mesmo, logo no início de seu mandato, já fizera diversas ameaças de revisão na demarcação de Terras Indígenas. Entre suas afirmações, disse que a demarcação da Raposa Serra do Sol, seria entrave a exploração mineral deste território, segundo ele a mais rica do país. No entanto, como bem disse Joenia Wapichana, primeira mulher indígena a ser eleita deputada federal no Brasil, em entrevista ao jornal Folha de São Paulo: “Para os povos indígenas, a riqueza é quando você tem saúde, terra para viver sem ameaças, estar num clima tranquilo, ter alimentação saudável para a família, ter terra demarcada, uma cultura preservada, uma coletividade respeitada (WAPICHANA, 2019)”.

As atitudes e afirmações de Bolsonaro, são um claro aceno as iniciativas privadas de exploração minéria. As afirmativas que garantem acabar com a “indústria da multa” e “tirar o Estado do cangote de quem produz”, deixa seu objetivo bem definido. A visita de Salles aos paresí do mato Grosso¹¹, e sua afirmativa de que os mesmo poderiam participar do agro, também foi um sinal disso.

Nos primeiros 100 dias de seu governo, como avaliado pelo editorial do Instituto Humanitas Unisinos, Bolsonaro demonstrou um enorme retrocesso nas questões ambientais. Desde sua entrada, a pasta do Ministério do Meio Ambiente vem sendo paulatinamente precarizada, perdendo força e capacidade de atuação. Posteriormente, o presidente transferiu a responsabilidade de demarcação de Terras Indígenas ao Ministério de Agricultura. Além disso, nesse interím foram autorizados 121 novos agrotóxicos, sendo 41% categorizados como altamente perigosos.

Segundo Roman (2019), as invasões que estão acontecendo em diversos territórios indígenas, e mais recentemente a morte do cacique Emyra Wajãpi¹², demonstram o resultado do discurso inflamado que Bolsonaro possui. O próprio Awapu Uru-Eu-Wau-Wau, liderança de seu povo, chegara a afirmar que “as falas contra os povos indígenas do novo governo estimulam as invasões”.

¹¹ Salles visitou a região na ocasião do 1º Encontro Nacional dos Agricultores Indígenas. (TAJRA, Alex. **Ministro do ambiente vai a Amazônia pela 1ª vez: ‘índios podem se integrar’**. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2019/02/14/salles-visita-amazonia-pela-1-vez-indios-podem-se-integrar-ao-agro.amp.htm> Acesso em: 12 de março de 2019).

¹² Wajãpi foi morto a facadas na floresta enquanto voltava para sua aldeia. (BETIM, Felipe. **Assassinato de liderança Wajãpi expõe acirramento da violência na floresta sob Bolsonaro**. Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/28/politica/1564324247_225765.html Acesso em: 02 de agosto de 2019).

Antes da entrada do novo governo, Krenak já havia afirmado que o processo de exploração minéria de terras indígenas, vinha de um contexto bem antigo. Seus antepassados, os botocudos, também enfrentaram as tentativas de Dom João VI e diversas invasões de colonos, sendo que esses povos resistiram bravamente. Na entrevista, ele afirmara que:

A população de indígenas daquela região no final do século XIX era estimada em cinco mil pessoas. Só chegaram 140 indivíduos ao século XX. Era como se caísse uma bomba na Europa e ficassem umas cem mil pessoas para contar a história. Fomos vítimas de um genocídio e não há contabilidade possível. Os krenak voltaram a reunir 120 famílias. Se considerarmos cinco pessoas por família, somos pouco mais de 500. Vivemos dentro de uma pequena reserva, segregados pelo governo brasileiro, num campinho de concentração que o Estado fez para os krenak sobreviverem. Durante o período da ditadura, se constituía num campo de reeducação, que na verdade era um centro de tortura. Já passamos por tanta ofensa que mais essa agora, não nos vai deixar fora do sério. Fico preocupado é se os brancos vão resistir. Nós estamos resistindo há 500 anos (KRENAK, 2018).

Em sua fala, podemos perceber um processo de violência que perdura até hoje, processo esse que se iniciou quando o primeiro europeu botou o pé na enseada da praia, trazendo com ele diversas doenças europeias. Assim, deu-se início a um projeto de colonização genocida. Diversas foram as etnias extintas, diversos foram os mundos que acabaram.

Desse modo, o Antropoceno se transforma numa preocupação muito mais ocidental, já que o mundo para aqueles que enfrentaram o processo de colonização, de certa forma já tiveram seu mundo perdido, aquele universo como antes conheciam. Dito isso, para repensarmos como nos comportarmos diante dessa nova era, podemos fazer como Latouche e questionarmos, como os Guarani podem contribuir para resolver a crise do ocidente? Nesse caso a resposta é simples, nessecitamos deconolizar nossa mentalidade industrial ocidentalizada.

Em relação ao novo governo, devemos aprender com os 500 anos de resistência indígena e seguir o exemplo. Não apenas resistindo, mas enfrentando e cobrando sempre que possível, assim como diversos povos vem fazendo atualmente¹³.

¹³ Recentemente Davi Kopenawa, principal representante Yanomami, juntamente a sete outros representantes indígenas, entregaram em Brasília dois documentos formulados por mais de cem indígenas em quatro anos, que diziam respeito a um plano de gestão da maior Terra Indígena do país e a autonomia desses povos na tomada de decisão. Em seu discurso Kopenawa disse: “Esse plano nós elaboramos para o branco ver. Branco gosta de ler no papel e está tudo escrito aqui. O povo da cidade não sabe falar a nossa língua yanomami, mas sabe falar, sabe destruir, sabe pilotar, sabe desmatar, sabe poluir rio, sabe estragar nossa terra mãe, mas proteger eles não sabem. Nós

CONCLUSÕES

Com o surgimento de uma nova era geológica, o Antropoceno, vemos a necessidade de mudarmos nossa relação como o meio ambiente. O individualismo moderno deve ser substituído pelo sentido de comunidade dos indígenas, o desenvolvimento do capitalismo desenfreado deve ser repensado e substituído por uma economia que não agrida o meio ambiente, como a economia decrescente proposta por Latouche (2009), que em essência são economias pan-ameríndias.

O cenário político atual, se mostra cada vez mais preocupante. No entanto, devemos seguir o exemplo dos povos nativos e não apenas resistir, mas enfrenta-lo, cobra-lo, exigir respostas. Como bem disse Krenak (2018), esses povos estão resistindo a mais de 500 anos, e por isso são séculos e mais séculos de ensinamentos que eles podem nos oferecer.

Em suma, temos muito o que aprender com os povos originários. Desde seu sentido de comunidade, até as relações de parentesco que os mesmos possuem com a biodiversidade ao seu redor. Seu modo de vida, ascentado em valores não ocidentais e não industriais, demonstram um respeito nas relações com o meio ambiente e um sistema de reciprocidade a ser adotado pela sociedade industrial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALÉE, William. Sobre a Indigeneidade das Paisagens. **Revista de Arqueologia**, 21, n. 2, p. 09-23, 2008.

DANOWSKI, Déborah; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Há mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fins**. Desterro (Florianópolis): Cultura e Barbárie; Instituto Socioambiental, 2014.

DESCOLA, Philippe. **Beyond Nature and Culture**. Chicago; Londres: The University of Chicago Press, 2013.

DOBSON, Andrew. Ciudadanía ecológica. **ISEGORÍA**, 32, p. 47-62, 2005.

GABBATISS, Josh. **Donald Trump's US-Mexico border wall is a major threat to wildlife, scientists warn**. Disponível em: <https://www.independent.co.uk/environment/donald-trump-mexico-wall-border-wildlife-nature-animals-stanford-university-a8462021.html> Acesso em: 22 de jan. De 2019.

sabemos”. (YANOMAMI e Ye'kwana entregam ao governo plano de gestão para garantir seu bem viver. **ISA**. Disponível em < <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/yanomami-e-yekwana-entregam-ao-governo-plano-de-gestao-para-garantir-seu-bem-viver>> Acesso em: 02 de agosto de 2019).

- HARARI, Yuval Noah. **Sapiens: Uma breve história da humanidade**. Porto Alegre: L&PM, 2015.
- KROPOTKIN, Piotr. **Ajuda mútua: um fator de evolução**. São Sebastião: A Senhora Editora, 2009.
- LATOUCHE, Serge. **Pequeno tratado do decrescimento sereno**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.
- _____. A África pode contribuir para resolver a crise do Ocidente? **Espaço Plural**, Ano XIV, Nº 28, 2013, p. 175-197.
- LATOUCHE, Bruno. **Facing Gaia: Eight Lectures on the New Climatic Regime**. United Kingdom: Polity, 2017.
- _____, Bruno. Para distinguir amigos e inimigos no tempo do Antropoceno. **Revista de Antropologia da USP**, São Paulo, v. 57, p. 11-31, 2014.
- MAGALHÃES, Marcos Pereira (org.). **Amazônia Antropogênica**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2016.
- MAISONNAVE, Fabiano. **Temos de mudar ideia de que impedimos o desenvolvimento, diz deputada indígena**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/temos-de-mudar-ideia-de-que-impedimos-desenvolvimento-diz-deputada-indigena.shtml> Acesso em: 15 de jan. de 2019.
- REGO, Flávio Luís Hilário; BRAND, Antonio Jacó; BRITO DA COSTA, Reginaldo. Recursos genéticos, biodiversidade, conhecimento tradicional Kaiowá e Guarani e o desenvolvimento local. **INTERAÇÕES**, Campo Grande, v. 11, n. 1, p. 55-69, 2010.
- RETROCESSOS ambientais marcam os 100 dias do governo Bolsonaro. **Instituto Humanitas Unisinos**. Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/588268-retrocessos-ambientais-marcam-os-100-dias-do-governo-bolsonaro> Acesso em: 20 de abril de 2019.
- ROMAN, Clara. **Centenas de invasores entram na Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau e preparam derrubada da floresta**. Disponível em <https://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-monitoramento/centenas-de-invasores-entram-na-terra-indigena-uru-eu-wau-wau-e-preparam-derrubada-da-floresta> Acesso em: 20 de Abril de 2019.
- ROSE, Deborah Bird; VAN DOOREN, Thom; CHRULEW, Matthew (Eds.). **Extinction Studies**. New York: Columbia University Press, 2017.
- SLOTEDIJK, Peter. **What Happened in the 20th Century?** Cambridge: Polity Press, 2018.
- STENGERS, Isabelle. **No Tempo das Catástrofes**. São Paulo: Cosac & Naify, 2015.
- STUMPF, Beatriz Osorio. **Educação Ambiental Indígena e Interculturalidade: Reflexões a Partir de Percepções Mbya Guarani**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, 2014.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **A inconstância da alma selvagem**. São Paulo: Cosac & Naify, 2013.

A PARTICIPAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E SUA RELAÇÃO COM A PROMOÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL NA ATUALIDADE

Angela Gabriela Nunes da Silva (PIC, Voluntário)
Unespar/Campus, Apucarana, e-mail: angelagabrielanunes@hotmail.com
Elson Alves de Lima (Orientador),
Unespar/Campus, Apucarana, e-mail: elson.lima@unespar.edu.br

Palavras-Chave: Marxismo. Movimentos Sociais e Políticas Sociais. Teoria das Classes.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho adentra o escopo dos movimentos sociais em sua ligação com o surgimento de novas políticas sociais. Para compreendê-la, resgatamos diversos temas que conglomeram tal discussão. Observa-se que a sociedade se estrutura sob duas classes sociais antagônicas, ou seja, a burguesia e o proletariado, gerando assim relações conflituosas, onde a Teoria das Classes tem grande peso na análise desse fenômeno social, pois o modelo capitalista gera esse mesmo conflito. Diante da temática proposta buscamos nos pautar por uma visão crítica e aprofundada sobre o tema em questão, na intenção de conhecer como os movimentos sociais têm influenciado na criação e promoção de novas políticas sociais no Brasil da atualidade. Através da técnica trazida pela pesquisa bibliográfica, entre livros, textos, obras de autores marxistas que tratam do tema abordado, por meio de fontes secundárias, por onde fomos guiados pelo método do Materialismo Histórico e Dialético de Karl Marx, justificam em conjunto a importância da temática estudada até aqui.

METODOLOGIA

Utilizamos da pesquisa bibliográfica para o levantamento de dados acerca dos movimentos sociais e sua promoção de novas políticas sociais a partir de material já elaborado por meio de

livros e artigos científicos, através de fontes secundárias. O método proposto por Karl Marx, o do Materialismo Histórico e Dialético, nos capacitou, sob condições objetivas, na identificação das inúmeras contradições que permeiam os fenômenos sociais investigados. A contribuição tanto das Ciências Sociais quanto a Ciência Política, junto com a teoria marxista crítica, nos mostrou o melhor caminho para compreensão da complexidade desse fenômeno. A dialética cumpre um papel fundamental na compreensão de totalidade dos fenômenos, afastando-se por completo do caráter positivista de análise dos fenômenos estudados (GIL, 1999).

DESENVOLVIMENTO

O surgimento da sociedade capitalista de classes auxilia-nos no aprofundamento sobre sua formação e constituição. No contexto da sociedade baseada no feudalismo e posteriormente à passagem dessa para a sociedade do capitalismo, num período bastante conturbado pode ser observado sob a atuação coercitiva do Estado, onde os monarcas, os senhores feudais e o clero atuavam direta e concomitantemente sobre o chamado Terceiro Estado (vassalos, suseranos, baixo clero e baixo escalão militar, servos, escravos e a incipiente burguesia). Os camponeses foram forçosamente obrigados a incorporarem as novas relações sociais, ou seja, as relações capitalistas. Essa alteração de modelo de uma sociedade à outra foi radical, muitos a chamaram de revolução, pois se observou a alteração completa de um modo de organização política, social e econômica para outro modo de produção completamente diferente, juntamente com a divisão social do trabalho e as relações sociais de novo tipo (MEKSENAS, 2002, *apud* OLIVEIRA 2002).

Diante da lógica da estruturação da sociedade dividida em classes sociais, surgem novos antagonismos de classe sob o modo de produção capitalista, pois a burguesia revoluciona o modo de produção e, o trabalhador, que antes dependia apenas da terra para se sustentar, é forçado a deixar o campo e passa a ser submetido a morar sem qualquer tipo de condições nas cidades, obrigado a aceitar as novas relações que lhe estão dadas. O trabalho antes ligado apenas à sua

subsistência agora tem de se moldar às novas demandas do sistema capitalista e, sob essa nova roupagem, o trabalhador não se reconhece como o proprietário do trabalho gerado e sim como uma extensão da máquina. Na medida em que o operário é aquele que mais trabalha e tem seu soldo cada vez menor (MARX e ENGELS, 1847).

Já no auge da segunda fase da Revolução Industrial, do século XIX, cria-se uma produção nunca vista antes, agora as máquinas produzem os serviços de diversos operários com uma rapidez sem precedentes, o trabalhador passa a perder o interesse pelo produto fabricado, o seu salário mal dá para mantê-lo vivo e o seu trabalho torna-se algo repetitivo e alienado, a divisão social do trabalho faz com que cada operário realize apenas uma pequena parte do produto, não se reconhecendo naquilo que faz ou produz. O trabalhador transforma-se numa mercadoria, este depende apenas da sua força de trabalho para sobreviver e só vive se encontra trabalho, onde o proletário passa a vender seu trabalho como é vendida qualquer outra mercadoria, trabalho esse constituído apenas para acumulação de capital, fazendo com que uma parcela da sociedade fique com a maior porcentagem do lucro obtido pelo trabalho realizado por esse trabalhador (MARX e ENGELS, 1847).

Na medida em que o modelo societário se altera completamente, o capitalismo se impõe e com ele surgem novas demandas que não eram questionadas anteriormente, fazendo com que o Estado interfira minimamente nesse processo para regularizar tal situação. No início dessa mudança, o avanço do capitalismo foi marcado pela corrente do liberalismo ao defender o indivíduo às últimas consequências, esgarçando o individualismo por meio do mercado como o grande regulador das relações sociais e da noção de um Estado mínimo para os trabalhadores e ampliado aos capitalistas. Tal corrente contribuiu decisivamente para a instauração e o pleno desenvolvimento do capitalismo enquanto um sistema social, político e econômico hegemônico. Entretanto, todo esse progresso foi à custa da exploração da força de trabalho do trabalhador e de sua expropriação dos meios de produção, resultado das relações sociais de produção desiguais entre o capital e o trabalho.

Precisamos considerar também como as políticas sociais podem ser identificadas, vistas e concebidas nesse processo de luta de classes e por meio do resgate da política social enquanto um instrumento criado pelo próprio modelo capitalista que é açambarcado pelo Estado para o atendimento mínimo aos interesses demandados pelo conjunto da classe trabalhadora, mas que ao mesmo tempo também atende aos próprios interesses do capital em seu processo de reprodução do valor (NETTO, 2001).

Nesse sentido, o Estado foi instituindo vários aparatos para “domesticar” esses indivíduos indóceis a se enquadrarem no ritmo do novo modelo social que surge, pois, a natureza do Estado burguês é a de legislar em prol do modo de produção capitalista. Diante disso, a relação entre Estado e políticas sociais deve ser contextualizada sob dois pontos de vista distintos, ou seja, a do Estado como promotor de um bem comum que atende às necessidades do conjunto da população, inspirada numa visão liberal, tendo como essência a neutralidade entre as classes sociais; e, de outro lado, o Estado sob a concepção marxista, que define uma crítica pungente sobre a reprodução da ordem social, política e econômica de quem está no comando do processo de dominação de classes.

Como sabemos, o Estado atende aos interesses do capital, disseminando e se colocando ideologicamente neutro, mas concretamente esse Estado, de acordo com Marx e Engels (1847), se apresenta enquanto um “comitê” da burguesia, onde as relações sociais estão dadas em um determinado período histórico. Assim, o Estado na visão marxista, tem por objetivo reproduzir a ordem capitalista. Estado esse que concede as políticas sociais à classe trabalhadora e com isso consegue um avanço em seu legado como classe, mas não que tais políticas sanem suas necessidades enquanto classe, pelo contrário, por serem de utilidade pública, configuram-se como propriedade do Estado que as usa para estabelecer as relações sociais e a reprodução intrínseca do capital, pois “não é o Estado que molda a sociedade, mas a sociedade que molda o Estado. A sociedade por sua vez, se molda pelo modo de produção e das relações de produções inerentes a esse modo” (CARNOY, 1988, p.65 *apud* MONTAÑO e DURIGUETTO, 2011, p. 35).

As primeiras formas de políticas sociais de cunho público foram formas de estabelecimento da ordem social, combatendo a mendicância que estava agudizada na Inglaterra do século XVI, porém foram medidas extremamente coercitivas e não uma política voltada para o bem-estar da população, assim como a criação da (*Poor Laws*) ou das Leis dos Pobres na Inglaterra desse mesmo século. Essa lei foi uma das primeiras formas de política social voltada para a população atingida pela questão social, tal lei procurava ajudar os pobres impotentes ou incapacitados ao trabalho pois nesse período o Estado tinha uma atuação mínima em relação à promoção dos direitos sociais, além da Igreja que ficava encarregada da realização da caridade aos desprovidos. As chamadas *Work Houses* - casas de trabalho destinadas a pobres -, ou seja, aos trabalhadores que não obtiveram “êxito” na lógica de inserção e reprodução do capital, mas que recebiam auxílio como forma de adaptação e modelagem dos mais pobres para o trabalho, venda e exploração de sua força de trabalho em larga medida. No entanto, a agudização do pauperismo num alarmante aumento da pobreza e mendicância começava a incomodar os detentores do sistema capitalista, fazendo com que o Estado começasse a pensar e propor formas de contenção da população, pois só a Igreja já não era mais capaz de fazê-lo. De qualquer forma, vale ressaltar que o Estado passa a auxiliar também nesse trabalho, mas a Igreja não perde ainda totalmente seu espaço na filantropia (PEREIRA, 2011).

As políticas sociais sob tais condições apontadas só podem ocorrer na sociedade capitalista. Portanto, elas têm sido um dos instrumentos que o sistema capitalista se utiliza para a contínua reprodução do seu modelo, afastada por completo do processo de construção de uma nova sociedade instituída por meio da revolução social (RODRIGUES, 2001).

Devemos lançar mão de duas concepções de autores com visões diferentes acerca do mesmo tema, ou seja, em termos de um debate entre José Paulo Netto (2001) e Rodrigo Souza Filho (2013). Na visão de Netto (2001), a política social é fruto do Estado. O Estado como sendo o comitê da burguesia ao oferecer um atendimento mínimo aos interesses e demandas da classe trabalhadora, interesses esses que são capturados dos trabalhadores ao mesmo tempo em que são consideradas importantes também à reprodução ininterrupta do capital. Na medida em que a

classe trabalhadora se organiza, se une e se articula, mostra-se resistente a esse modelo, o próprio modelo gera meios de apaziguar esses mesmos conflitos, cria-se assim a política social como forma de manutenção da sobrevivência da classe trabalhadora ofertando-lhes saúde, educação, assistência, garantia de direitos dentre outros, ou seja, visando minimizar as mazelas da chamada questão social trazida pelas reivindicações da classe trabalhadora (NETTO, 2001).

A política social se afirma, portanto, a partir do momento em que o capitalismo monopolista aparece como força hegemônica mundial. Esse é o momento em que políticas sociais se fundamentam, onde o Estado muda a sua funcionalidade, ou seja, se antes ele atuava no âmbito da repressão, agora ele é obrigado a trabalhar também no âmbito do consenso, já que a função política do Estado é a de não romper com os interesses hegemônicos do capital exigindo-lhe esse novo tipo de arranjo.

Nesse caso, a existência de políticas sociais junto à passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista, donde é importante ressaltar que a política social não se dá em uma data específica e sim num processo, através de contextos sociais e históricos que a fazem surgir. Nesse movimento de passagem do capitalismo concorrencial ao monopolista, é onde o Estado altera suas atribuições, modificando tanto suas funções econômicas como suas funções políticas (BEHRING e BOSCHETTI, 2011).

Netto (2001) salienta ainda que a política social serve de estratégia ao Estado burguês na utilização contra a classe trabalhadora para que a mesma continue viva, quieta e sazonal ao capitalismo conforme as suas necessidades. Esse autor ainda defende que há um embricamento entre as funções econômicas e políticas, nesse sentido, a política social resulta de uma ação do Estado para garantir a manutenção física da força de trabalho e para o uso dos interesses mais imediatos do capitalismo. Portanto, a política social tem função de moldar o pensamento da classe trabalhadora na aceitação das condições que estão dadas, obstruindo ou dificultando a reivindicação de seus direitos. Além dessa, o Estado também dispõe de outra função, ou seja, a econômica, de acordo ainda com Netto (2001), o Estado como uma instância da política

econômica, do monopólio do capital sobre o trabalho, é obrigado não só a assegurar continuamente a reprodução do capital, como também a manutenção da força de trabalho nessa reprodução.

Nesse debate, só que agora em direção oposta a Netto (2001), Rodrigo Souza Filho (2013), nos apresenta uma leitura diferenciada de política social. Se Netto (2001) interpreta as políticas sociais como uma instância de atendimento mínimo e superficial dos anseios da classe trabalhadora, mantendo-os vivos e em consonância com a lógica de exploração do trabalhador pelo capital, já para Rodrigo Souza Filho (2013), o entendimento acerca das políticas sociais é dado também pelos termos descritos por Netto. Entretanto, segundo Souza Filho (2013), apesar das políticas sociais favorecerem a classe trabalhadora em alguma medida, a diferença seria que essas políticas se tornam instrumentos para a radicalização de direitos sociais historicamente conquistados pelo conjunto da classe trabalhadora. Souza Filho (2013) destaca que:

“No capitalismo, a possibilidade de existência, de uma “gestão social” nessa perspectiva ético-finalista exige, no mínimo, uma estrutura que atenda à sociedade de forma global. Historicamente, o Estado moderno foi um dos mecanismos criados que possibilitou esse tipo de intervenção para o conjunto da população e, como instrumento do Estado, as políticas sociais apresentaram-se como o campo, por excelência, de viabilização dos interesses das classes trabalhadoras na ordem do capital” (SOUZA FILHO, 2013, p.01).

Dessa maneira, Souza Filho (2013) concebe as políticas sociais como formas de manutenção da ordem social capitalista sobre a classe trabalhadora. No entanto, ao lutar para se manterem vivos, por meio das políticas sociais, os trabalhadores conseguem radicalizar, ou seja, tornam essa política forte, legitimada, transformada em lei, fazendo com que sua luta, reivindicações e sua resistência se tornem uma política que se efetiva concretamente, criando expectativas favoráveis para as futuras gerações, favorecendo-a de alguma maneira (SOUZA FILHO, 2013).

O entendimento de Souza Filho (2013) é de que o papel do Estado, enquanto gestor das políticas sociais, não se transforma no centro das lutas de transformação social, mas está aberto e

é permeável à participação cidadã, onde a atuação de vários movimentos como o do movimento sindical organizado, os partidos políticos e os vários movimentos sociais, apesar de afastados do tensionamento da luta de classes em torno da transformação social, possa disponibilizar de suas diversas formas de resistência em prol da classe proletária (SOUZA FILHO, 2013).

Souza Filho (2013) acredita ainda que, conforme os direitos forem alcançados e legitimados, a classe trabalhadora vai transformando sua realidade, mudando as relações capitalistas, utilizando-se das políticas sociais para atendimento de suas mazelas. As legitimações dessas conquistas por meio de leis que garantam políticas sociais efetivas permitem à classe trabalhadora a mudança de sua situação de classe até chegar a outro patamar de sociedade.

Aproximamo-nos, sob tal entendimento acima, segundo Coutinho (1997), de uma espécie de “reformismo revolucionário”, que se utiliza da política social para alcançar conquistas num chamado processo de radicalização e legitimação de direitos sociais, referendando conquistas e direitos historicamente alcançados pela classe trabalhadora e, portanto, apresentando-se enquanto um fator de mudança do modelo social vigente (COUTINHO, 1997, *apud* SOUZA FILHO, 2013).

Deve-se ressaltar que no entendimento de Souza Filho (2013), a mudança pretendida pela classe trabalhadora contra a classe dominante e burguesa se dá pelo viés democrático, ou seja, pela chamada cidadania e por melhores condições de vida, e é esse o elemento novo que as classes trabalhadoras dispõem para o enfrentamento da luta de classes. Entretanto, podemos dizer que nenhum reformismo pode ser considerado revolucionário, pois o ato revolucionário é primazia da classe proletária, pois é ela, e somente ela, quem realmente tende a fazer ou realizar a revolução social; por outro lado, tal entendimento equivocado acerca da realidade complexa também contribui com o esfacelamento da atuação política, dividindo e fragmentando a luta de classes, além de particularizá-la como fim em si mesmo (SOUZA FILHO, 2013).

No contexto do capitalismo mundial, a problematização acerca do aparecimento do Estado e a sua natureza de classe têm relação direta com a forma de estruturação desigual da sociedade e

da dominação de uma classe sobre outra, bem como a forma de domínio da terra e a da propriedade privada. Sob tal dominação, a classe que detém o poder solicita um órgão que possa reproduzir esse processo de dominação, definindo-se, a partir daí o Estado como o ente direcionado a cumprir a demanda exigida pela classe dominante, num redirecionamento daquilo que deve ou não ser dado ou executado. Ou ainda, a quem ou em que medida atender, tornando as políticas sociais em meros produtos do modo de produção capitalista, via políticas públicas reguladas tanto por relações políticas quanto econômicas e sociais. Mas será por meio dessas políticas que o Estado vai se relacionar com a sociedade, só que mantendo sua natureza de classe que é a da defesa dos interesses da classe dominante. A esse aspecto podemos considerar o *Welfare State* enquanto uma dessas tentativas do Estado burguês em salvaguardar os interesses dominantes do contingenciamento das demandas sociais e da possibilidade de alteração da realidade social por parte da classe trabalhadora (LESSA, 2013).

Já no caso brasileiro, a constituição do Estado e de suas políticas passa pelo entendimento acerca do tipo de formação do capitalismo nacional que se dá de forma completamente diversa daquela ocorrida nos países do capitalismo central, mas mantendo seus atributos essenciais, ou seja, o da astúcia de oferecer um atendimento mínimo e pontual às demandas trazidas pelas classes trabalhadoras. A formação do capitalismo no Brasil deve ser problematizada a partir de nossa colonização que, de acordo com Caio Prado Jr. (1991), identifica aspectos da chamada acumulação originária de capital, onde tanto o período do Brasil Colônia (1500-1822) quanto do período do Brasil Império (1822-1889) marca definitivamente nossa formação, ao constituirmos numa sociedade de economia que se organiza para fora, sofrendo impactos das flutuações do mercado externo para dentro do país (BEHRING e BOSCHETTI, 2011).

Outro aspecto distinto de nossa formação foi o peso do escravismo na sociedade brasileira, que marca de forma profunda os valores culturais, políticos, morais e éticos dessa sociedade. Um exemplar dessa marca é a condição do trabalho no país, que carrega até os dias atuais um alto índice de desqualificação, algo definidor da relação entre o capital e o trabalho no país. Tivemos ainda um desenvolvimento e um crescimento também desiguais, por meio do chamado

capitalismo tardio, uma vez que o processo de transição para o capitalismo sofrerá os grandes impactos de sua fase tardia da periferia do capital em relação aos países de economias centrais (BEHRING e BOSCHETTI, 2011).

Essa adaptação brasileira ao capitalismo internacional se dá de forma lenta e em detrimento da substituição demorada do trabalho escravo pelo trabalho livre (assalariado). Tais marcas de nossa formação social brasileira e a consolidação do capitalismo no país se expandem com a criação do Estado Nacional e com a Independência de Portugal em 1822. Pois, ainda e de acordo com Behring e Boschetti (2011): “[...] alguns pilares do capitalismo ter sido introduzido no país no contexto do estatuto colonial, só é realmente impulsionados com a criação do Estado Nacional, e daí advém à importância da Independência em 1822” (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p.72 e 73).

Eis acima as bases de assento à fixação do modelo capitalista no país. Com a Independência do Brasil o poder deixa de ser exercido de fora para dentro, para ser elaborado a partir de dentro, mas junto a essa elaboração complexa surge um elemento conservador ainda mais, ou seja, aquele de se preservar uma ordem social arcaica (BEHRING e BOSCHETTI, 2011).

O Estado nascido no Brasil é visto como um meio de internalizar os centros de decisão política e de institucionalização do predomínio das elites nativas numa forte confusão entre o público e privado, cujo movimento é caracterizado pelo chamado patrimonialismo, capaz de aprofundar a crise de apropriação, fusão e confusão entre o público e privado, utilizado-se como instrumento da gestão pública a satisfação de suas necessidades em total desacordo com o não atendimento dos interesses em conjunto das reivindicações apresentadas pela sociedade brasileira. Esse movimento de apropriação do Estado para o atendimento privado foi marcado pela carência de compromissos com a defesa dos direitos do cidadão por parte das elites econômico-políticas do país (BEHRING e BOSCHETTI, 2011).

O liberalismo gestado no Brasil, diante da formação de um Estado nacional bastante autoritário, faz com que haja certas mudanças no horizonte cultural das elites, sobretudo em relação à organização moderna dos poderes. Uma das marcas da nossa formação social é, nesse sentido, a heteronomia e o acoplamento, características mais fortes e presentes até os dias atuais. Desde a passagem do Brasil - Colônia ao período imperial, essa característica demarca estruturalmente o capitalismo brasileiro até o seu processo de modernização conservadora, não alterando a lógica de pilhagem do Estado por parte das elites desse país com relação aos mais pobres. A economia nacional tem sido voltada para a exportação, traduzindo-se numa economia que produz para fora e consome de fora, onde a burguesia brasileira aceita com certa tranquilidade os controles externos e estrangeiros na vida econômica do país (BEHRING e BOSCHETTI, 2011).

A transição tardia do capitalismo no Brasil foi caracterizada por uma visão tacanha do dinamismo do mercado interno, anteparando o crescimento a partir de dentro, prevalecendo os interesses do setor agroexportador. A democracia que surge no Brasil não era uma condição geral de toda a sociedade, pois estava aprisionada sob o domínio majoritário da sociedade civil, da qual faziam parte apenas as classes dominantes, aos quais utilizavam-se do Estado nacional nascente para a promoção de seus interesses gerais contra o conjunto da classe trabalhadora desse país (BEHRING e BOSCHETTI, 2011).

Com o avanço no processo histórico das lutas sociais na sociedade burguesa, surgirão movimentos que vão ao encontro dos interesses do conjunto da classe trabalhadora, podemos chamá-los de movimentos sociais. De acordo com Elias (2014) tais movimentos fazem parte do processo de lutas e contradições das sociedades e, em especial, da sociedade capitalista, nas quais se constituíram tanto os movimentos sociais de caráter conservador, quanto os movimentos sociais de caráter popular e progressista, tais movimentos exercem um papel fundamental no processo da luta de classes advindas de uma concepção dialética de luta e de atuação nesse contexto classista.

RESULTADOS

Os Movimentos Sociais são aqueles que vão ao encontro dos setores marginalizados com atos coletivos transformadores, apresentando-se como presenças fundamentais em todas as sociedades humanas, estudados com afinco pelas Ciências Sociais enquanto objetos de estudo importantes devido à sua atuação direta no processo histórico na qual todos nos encontramos. Portanto, a sua trajetória deve ser buscada por intermédio do chamado movimento original, isto é, cuja demarcação se dá pela luta da classe proletária *versus* a da classe burguesa. Por meio da luta de classes que no decorrer da história observaram-se disputas, embates, contradições bastante conflituosas, inclusive num cenário aberto até os dias atuais, donde os conflitos antagônicos e classistas sequer foram solucionados. Tais movimentos sociais podem ser considerados fenômenos inerentes aos processos de mudança das instituições da sociedade, sendo que alguns autores sustentam que eles têm origem no conflito social (SILVA, 2001).

O movimento de luta dos trabalhadores contra a burguesia inspirará o surgimento dos demais movimentos sociais e esses movimentos também podem ser de grupos isolados. Atualmente encontramos diversos movimentos sociais que são de extrema importância para os que necessitam de voz, podendo ser a forma de expressão mais próxima daqueles que não estão representados pelos governantes, ou então, que podem contribuir para a abertura de espaços próprios de debates e diálogos para que a resistência esteja colocada diante da falta de representatividade social aos setores mais afastados do poder, ou seja, daqueles atores sociais excluídos do cenário de luta com pouca ou nenhuma representatividade. De fato, a luta trazida pelos movimentos sociais é uma luta muito significativa por ser capaz de promover mudanças na sociedade, entretanto a questão, a saber, é se a essência do problema será atacada ou combatida?

A luta dos movimentos sociais procura desnudar as questões sobre preconceito e escassez de oportunidades, questões racistas, sexistas, culturais, classistas, de gêneros, dentre tantas outras. Ao tentarmos separar os movimentos sociais de base classista daqueles chamados “novos”

movimentos sociais, devemos localizar a categoria da luta de classes, até então abandonada por completo por esses “novos” movimentos sociais, desconsiderando-se o elemento gerador de todo e qualquer tipo de exclusão na sociedade capitalista de classes, ou seja, a da própria luta de classes.

Nossa proposta aqui foi a de analisar como esses “novos” movimentos sociais impactaram no processo de promoção de novas políticas sociais, mesmo distantes da luta de classes.

Os movimentos sociais classistas, ou aqueles movimentos tributários da luta de classes, estão atrelados aos movimentos de luta empreendida pelos proletários, em resposta às mudanças da sociedade capitalista contraditória que passava pela alteração dos meios de produção, mudando não somente a esfera produtiva desses trabalhadores, mas também modificando as suas estruturas socioeconômicas. Esse fenômeno data da segunda metade do século XIX e da primeira metade do século XX. Sob o processo de alteração do sistema capitalista em crise, diante das recorrentes tentativas de recomposição de suas taxas de lucro, a desigualdade social vai refletir mais densamente junto à população mais carente, fruto da luta de grandes contingentes populacionais que resultaram na crítica ao modelo capitalista desigual e ao seu posicionamento contrário a essa mesma desigualdade. Toda essa luta foi traduzida em revoltas e em suas mais diversas formas e expressões, servindo de fonte inspiradora para aglutinação dessa luta junto aos movimentos políticos organizados, como os sindicatos, mais especificamente. Um desses fundamentais exemplos dos arranjos políticos de resistência gestados pelos operários, os sindicatos, empregarão a greve como sendo sua arma principal de luta e combate contra a opressão de classe burguesa. Nesse contexto, ainda que diante do avanço desigual da sociedade capitalista, surgirão os movimentos considerados clássicos, ou seja, aqueles movimentos cultivados como respostas às afrontas do capital em relação aos interesses demandados pelos trabalhadores urbanos e rurais, fundamentados em sua condição de classe. Por conseguinte, chamados também de movimentos classistas ou revolucionários.

De outro lado, teremos os chamados “novos” movimentos sociais, tais movimentos datam a partir da década de 1960, do século XX, por se diferenciarem dos movimentos sociais clássicos, onde suas reivindicações estão fundamentadas sob um conjunto de alterações engendrados pelo próprio sistema capitalista global – distanciados da luta de classes – chamados de “novos movimentos sociais”. Os movimentos sociais clássicos cedem espaço às novas questões que atingem alguns grupos da sociedade, já que os “novos” movimentos sociais vão se afastar em larga medida dos conflitos originários da luta de classes. A “opção” tomada por esses “novos” movimentos sociais, entretanto, enfraquece sua luta e se esfacela sob diversos particularismos, focando apenas em lutas privadas, esquecendo-se das lutas como sendo de toda uma classe, focando em apenas especificidades ou atos meramente espontaneístas.

Dessa forma, a partir de 1960, do século XX, afastados completamente da luta de classes, os “novos” movimentos sociais construirão suas várias lutas buscando reconhecimento de sua diversidade ou de direitos civis e de cidadania, tais como: os movimentos feministas, estudantis, negros, gays, sem-terras, indígenas, ambientalistas, pacifistas, novos trabalhadores, imigrantes, dentre tantos outros. Entretanto, a partir de 1990, última década do século XX, a humanidade caminha rumo à chamada globalização, trazendo densas e profundas transformações no sistema econômico mundial, impulsionadas pelas políticas de ajustes dos organismos internacionais através do neoliberalismo.

Sob tais transformações identificadas acima, os movimentos sociais também irão se transformar e se adaptar às novas demandas desse período, modificando as formas de lutas, numa clara resistência ao modelo. Devemos destacar, porém, que a resistência aqui não significa para esses “novos” movimentos sociais a alteração da ordem social capitalista injusta, apenas o seu “aperfeiçoamento”, ou ainda, uma atuação que se coloca no âmbito do caráter reformista do sistema como um todo.

Pautando-se pela linha teórica marxista de análise crítica da temática em questão, observamos que os “novos” movimentos sociais também atuam na promoção de novas políticas

sociais, entretanto a luta de classes sai de cena, entrando em seu local a questão social, tema de cunho bastante conservador, pois o seu resultado é da intensa alienação dos atores sociais que não conseguem identificar com clareza a essência classista do sistema capitalista, afastando-se completamente da luta de classes. O não reconhecimento da luta de classes contribui para a naturalização e o escamoteamento da raiz dos problemas gerados pelo próprio sistema capitalista. A questão social agora é destacada para ocupar o lugar da luta de classes (NETTO, 2001).

Os “novos” movimentos sociais assim como a “questão social” procuram substituir os movimentos sociais clássicos. No entanto, o resultado desse processo é o da desarticulação da classe proletária como um todo, diante do esvaziamento do debate e da ausência de profundidade nas análises tornadas particularizadas, indicando a direção oposta trazida por esses “novos” movimentos sociais se comparados aos movimentos de caráter classistas ou revolucionários. Segundo (SILVA 2001, p.100), os movimentos revolucionários possuem características distintas daquelas dos “novos” movimentos sociais, pois buscam alterar a “... totalidade do sistema existente, trocando-o por outro bem diferente...”.

CONCLUSÕES

Como já observado, os “novos” movimentos sociais são frutos dos recentes rearranjos do sistema capitalista, onde o motor da história, de acordo com Marx (2001), o capital, gestou um sistema antagônico e de classes sociais, explicitando a luta de classes, na exploração entre as classes e em prol do lucro e da reprodução do capital. Um sistema gerador acentuado de desigualdades e em escala ampliada, deixando de lado ou simplesmente abandonando a luta de classes.

Esses “novos” movimentos sociais abrangem uma infinidade de temas e pautas de lutas, ainda que longe e distantes da luta de classes, atuam em múltiplas frentes que enfraquecem o real problema cada vez mais particularizando suas bandeiras, desprezando-se o problema gerado pela desigualdade social, estrutural e inerente à sociedade capitalista de classes. Sociedade essa que

cria e reproduz valores e princípios conservadores, preconceituosos, históricos, machistas, homofóbicos, culturais dentre outros. A reafirmação do caráter particularista da luta política tem sido proporcional ao não atendimento das demandas trazidas pelo conjunto da classe trabalhadora brasileira.

Nos dias atuais novas lutas particularistas surgem cotidianamente, mas que enfraquecem esses movimentos devido ao caráter reducionista de suas lutas, impedindo o avanço da classe em franca e direta oposição ao caráter coletivo dessas mesmas lutas. Os “novos” movimentos sociais apresentam uma luta apaziguadora dos conflitos de classe, tornam a luta de classe enquanto um fim em si, esvaziado de sentido revolucionário e transformador. Criam espaços de debates que dão certa visibilidade às suas lutas, mesmo entre alguns resultados positivos ou meramente tangenciais.

Os “novos” movimentos sociais não são capazes de se aperceberem desse mecanismo contraditório do sistema capitalista de classes, pois tornam o problema a ser enfrentado ainda mais denso, isto é, afastados que estão do não reposicionamento da luta de classes e da (re) constituição dos movimentos sociais clássicos e revolucionários diante do caráter conservador trazido pela questão social do capitalismo complexo.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rosseti.; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social fundamentos e história**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2011. Biblioteca Básica de Serviço Social; v.2.

ELIAS, Michele Ferreira Monteiro. Os Movimentos Populares no Brasil: elementos sócio históricos e desafios atuais. **História e Cultura**, Franca, v. 3, n. 3 (Especial). p.225-247, dez. 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5.ed. São Paulo: Atlas 1999.

LESSA, Sergio, "**Capital e Estado de Bem-Estar Social - o caráter de classe das políticas públicas**". 1 ed. Instituto Luckács: São Paulo 2013.

LUIS, Antônio, **Movimentos Sociais clássicos e contemporâneos**. Disponível em: <https://cursoenemgratuito.com.br/movimentos-sociais-sociologia-enem/> Acesso em 14/01/2019.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. In: SANT' ANNA, São Paulo: Martin Claret, 2001.

MEKSENAS, Paulo. "A origem da sociedade capitalista". In: OLIVEIRA, Pécio Santos de. **Introdução à Sociologia**. São Paulo: Ática, 2002, 26 ed., p.115-116.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

RODRIGUES, Cleide Aparecida Faria, "Estado, Política e Sociedade", In: OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva (Org). et. all. **"SOCIOLOGIA: consensos e conflitos"**. Ponta Grossa: UEPG, 2001, p. 111-148.

SILVA, Eni Ferreira. " Movimentos Sociais". In: OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva, (Org).et. all. **SOCIOLOGIA: consensos e conflitos**. Ponta Grossa/PR: UEPG, 2001, p. 91-109.

SILVEIRA, R. J. " Unidade VI. Os Movimentos Sociais. Capítulo 15 " O que é Movimento Social" In: TOMAZI, N.D (Coord.). **Iniciação à Sociologia**. São Paulo: Atual, 2000. p.221-233.

SOUZA FILHO, Rodrigo de "**Gestão Pública e Democracia: a burocracia em questão**". 2 ed. Rio de Janeiro: Lúmen- Juris, 2013.

PEREIRA, Potyara, A. P, "**Política Social: temas e questões**". 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

OS FUNDAMENTOS DO PENSAMENTO EDUCACIONAL DE ANTONIO GRAMSCI

Bianca Finotti da Silva (PIC, Voluntário)
Unespar, *campus* de Apucarana
Orientadora: Adriana Salvaterra
Unespar, *campus* de Apucarana

1. Introdução

Para investigar a educação devemos compreender que esse fenômeno está ligado a vários aspectos, ou seja, devemos analisá-la no seu sentido mais amplo, que vai além dos muros da escola. Partindo desse entendimento, compreendemos que a educação é constituída por um processo cultural de construção humana, com suas particularidades, inerentes aos contextos econômico, cultural, social e político, portanto e fruto das determinações sociais.

Dessa forma, o processo educacional acontece em meio a vários conceitos filosóficos, sociológicos e pedagógicos que condizem com as intenções do meio no qual essa educação está sendo difundida. Foi esse o exercício que nos propusemos realizar por meio da presente pesquisa, cujo objetivo é analisar o pensamento educacional do revolucionário e filósofo Antonio Gramsci (1891-1937), buscando responder ao seguinte questionamento: Quais são as principais categorias de análise que fundamentam o pensamento educacional de Antonio Gramsci?

A análise investigativa e crítica das trajetórias e ideias dos intelectuais, se opõe à perspectiva “heroica” das biografias. Partimos do pressuposto de que os intelectuais são homens do seu tempo, inseridos num contexto social, político e econômico e, conseqüentemente, por eles influenciados. Consideramos ainda, que suas ideias e suas trajetórias testemunharam inúmeras disputas pelas mais diversas fontes de interesses e projetos que influenciaram no processo de formação da cultura da sociedade, influenciando as gerações futuras.

Nessa perspectiva, cumpre destacar que os fazeres que buscam explicar os acontecimentos produzidos pelos homens são construídos em sua multiplicidade pela ação desses homens e, no qual, aquele que pesquisa, é também sujeito do seu tempo, que vive e sofre as influências do

movimento e das contradições sociais. Assim é importante que o historiador tenha clareza de que a História não se resume ao estudo de fatos e supere o olhar comum sobre as relações do passado.

Partindo da problemática enunciada, realizamos uma pesquisa bibliográfica pautada no compromisso de analisar de modo crítico as fontes consultadas. A seleção de material para este estudo priorizou a consulta às obras no campo da historiografia da educação e está assim estruturada: após esta introdução apresentamos a biografia de Antonio Gramsci considerando sua trajetória política, por conseguinte, tecemos algumas considerações sobre textos escritos por Gramsci no período em que esteve preso, os cadernos do cárcere (*quaderni del carcere*), com ênfase nos escritos sobre os conceitos de Hegemonia e de Intelectuais e finalmente, discutimos a concepção de escola unitária.

2-Metodologia da pesquisa PIC 2018-2019

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica pautada no compromisso de analisar de modo crítico as fontes consultadas. A seleção de material para este estudo priorizou a consulta às obras no campo da historiografia da educação. Contudo, é importante destacar que, nenhuma fonte fala por si, por isso a análise de documentos requer do pesquisador uma apreciação atenta e cautelosa, uma vez que o documento traz consigo um conteúdo de não neutralidade, com especificidades que alude determinado período histórico.

3- Trajetória de vida de Antonio Gramsci

Ocupar-se da análise da vida de um intelectual, enquanto influenciador do processo educacional, comumente demanda, por parte do pesquisador, a utilização de um referencial teórico que o obriga e contribua para a superação de um mero relato biográfico.

Antonio Gramsci foi um dos intelectuais que marcou a história italiana. Nasceu em Sardenha, uma ilha localizada no mar mediterrâneo ocidental, sendo ela uma área autônoma da Itália, uma das áreas mais pobres do país. Essa ilha passou por muitas modificações econômicas e

culturais, no final do século XIX. Segundo Maestri e Candreva “ a Sardenha era uma região de economia rural e agrária atrasada, mesmo em relação à atrasada Itália” (2007, p.14), dessa forma, o local possuía seu próprio idioma, a sua cultura e também a sua história, que difere os seus habitantes dos habitantes de Piemonte, localizado em Turim que administravam a ilha.

A sociedade italiana possuía suas peculiaridades, mas no começo do século XX os setores financeiros e industriais se expandiram e tentaram se modernizar. Por um breve período se teve uma certa “paz”, isso acabou com a chegada da primeira guerra mundial. (MAESTRI; CANDERVA, 2007). Foi nesse cenário do primeiro desenvolvimento econômico e industrial da Itália que Gramsci viveu a sua infância e juventude. Gramsci nasceu na cidade de Ales no interior da Ilha de Sardenha, em 22 de janeiro de 1891, filho de Giuseppina Marcias e Francesco Gramsci, exercia a profissão de administrador do Registro de Imóveis em Ghilarza, uma cidade pequena mais sólida no quesito urbano industrial.

Nesta cidade o casal teve seu primeiro filho Gennaro, posteriormente Francesco foi transferido para a cidade de Ales onde desempenharia a mesma função no registro de imóveis local, é neste novo cenário que vieram mais três filhos, Grazietta, Emma e Antonio. Posteriormente, a família teve que se mudar novamente no ano de 1893 para a província de Nuro, onde o patriarca da família passou a gerenciar o registro de imóveis de Sogorno. Nesta cidade o casal teve mais 3 filhos, Mario, Teresina e Carlo (MAESTRI; CARDEVA, 2007). O ofício no cartório e a credencial de funcionário público proporcionou a Francesco Gramsci, uma boa remuneração e, conseqüentemente, uma vida financeira confortável para toda família.

Cumprir destacar que nesse período de prosperidade familiar, Antônio Gramsci contraiu uma doença chamada tuberculose óssea, comprometendo seu desenvolvimento físico com leve deformação na coluna razão pela qual Gramsci não ultrapassou 1 metro e 50 centímetros de altura. Porém, alguns fatos mudaram esse contexto, dentre elas a prisão do patriarca sob a acusação de “malversão dos fundos da repartição pública que dirigia” (MAESTRI; CANDERVA, 2007, p.21), sendo condenado a 4 anos 8 meses e 22 dias de reclusão, fato este que acarretou grandes mudanças na vida de toda a família.

Durante a permanência de seu pai no cárcere, Antonio Gramsci, sua mãe e seus irmãos foram acolhidos por Grazia, meia-irmã de sua mãe (MAESTRI; CANDERVA, 2007) A mudança brusca no estilo de vida, a decadência financeira e o julgamento da sociedade em relação ao destino de seu pai, eram causa de muito sofrimento para todos, diante desta situação Antonio Gramsci abandonou os estudos ginasial para se dedicar ao trabalho. Com o retorno do pai para casa, Gramsci voltou a estudar concluiu o ginásio e foi em busca dos estudos secundários em Cagliari, capital sarda e distante de sua casa “os estudos na capital sarda constituíam, certamente, esforço além das condições econômicas de sua família, empreendido devido as suas condições físicas que lhe impediam, certamente, um emprego que exigisse esforço físico.” (MAESTRI; CARDEVA, 2007, p. 31). Dessa forma, o intelectual foi em busca do ensino universitário, por meio de bolsas disponíveis a indivíduos que não possuem condições financeiras.

De acordo com Sopessoto e Lima (2016), no ano de 1910 Gramsci passou a frequentar o movimento socialista e a discutir os problemas econômicos e sociais manifestando interesse e orgulho regionalista., assim, alcançou o nono lugar dos concursos de bolsas, se inscrevendo na Faculdade de Letras da Universidade de Turim. Como não possuía recursos suficientes, durante as semanas de exames “teria desmaiado, duas ou três vezes talvez por falta de alimentação” (MAESTRI; CARDEVA, 2007, p. 39). Nesse cenário, o segundo colocado do concurso foi Palmiro Togliatti que se ligaria a vida de Gramsci de forma muito profunda. Os meses iniciais que passara na universidade foram muito difíceis pois ele vivia em um isolamento social, com dificuldades financeiras e esgotamento emocional.

Gramsci tinha muita afinidade com os textos, Letras e Direito foram as matérias as quais mais se dedicar. Porém, em razão da dificuldade financeira não conseguiu prestar nenhum exame, e abandonou a universidade em 1915. Nesse mesmo ano começou a participar das atividades do Partido Socialista Italiano (PSI), dois anos depois se torna o secretário da comissão executiva da secção Turinense do PSI, dedicando-se então a direção do *Il Grido del Popolo*,¹⁴ até 1918,

¹⁴ *Il Grido del Popolo* foi um semanário italiano fundado em 24 de julho de 1892, por um grupo de operários tipógrafos torineses na região do Piemonte, ao norte do país. apresenta uma ampla gama de possibilidades para o estudo das relações entre o tempo livre e a formação geral dos trabalhadores.

quando passou a publicar *Avanti!* o jornal oficial do PSI, notícias, e documentos sobre a renovação ideológica e cultural do movimento socialista. De acordo com Spessoto e Lima em 1919 Gramsci publica o seguinte texto:

“O nosso Marx”, para comemorar o centenário de Marx. No ano seguinte Gramsci, Tasca, Togliatti e Umberto Terracini decidem criar a revista *L'Ordine Nuovo* com o subtítulo Resenha semanal de cultura socialista. Ao lado do título, consta a seguinte palavra de ordem: "Instruí-vos, porque precisamos da vossa inteligência. Agitai-vos, porque precisamos do vosso entusiasmo. Organizai-vos, porque carecemos de toda a vossa força (SPESSOTO; LIMA, 2016, p. 107).

Gramsci escrevia combatendo o regime totalitário e facista de Mussoline, regime esse que era violento, ditatorial, com grande perseguição política e ampla censura, durante este governo, no ano 1919 viera a ser eleito para comissão executiva turinense do PSI, ficaria neste mesmo ano alguns dias preso, durante a greve política de solidariedade às repúblicas comunistas da Rússia e da Hungria (COUTINHO, 1999). No ano de 1921 se Antonio Gramsci se candidatou a deputado pelo PSI na província de Turim, não sendo eleito. Todavia, no ano de Gramsci elegeu-se deputado, mas é preso dois anos depois.

[Em 1922 participou do II Congresso do PCI em Roma, onde conheceu Julia Schut uma violinista que futuramente viria a ser a sua esposa, dessa união nasceram dois filhos, Delio (1924 - 1982) e Giuliano (1926 – 2007) o mais novo Gramsci não chegou a conhecer, pois fora preso no mesmo ano em que seu caçula nasceu. Após passar “por várias prisões, Gramsci chega a “quinto dos confinados políticos”, na Ústica. Gramsci organiza uma escola para os confinados, junto com seus companheiros. “(SPESSOTO; LIMA, 2016). Durante esse tempo se encontrava frequentemente com sua cunhada Tatiana e por ela ficou sabendo da doença nervosa de sua

esposa Julia, Gramsci tinha direito a oito livros por semana e recebia livros e revistas que vinham de fora, assim, podia também escrever duas cartas por semana.

Nessa perspectiva, em 1928 mais precisamente no dia 4 de junho foi condenado a 20 anos, 4 meses e 5 dias de reclusão em Turim. Seu irmão o ajudou conseguindo uma cela individual e o direito de escrever, ao longo do tempo passou por muitos problemas de saúde, mas, continuou escrevendo, traduzindo livros e redigindo notas, no ano de 1933 após outra crise de gota, lhe é retirado o direito de escrever, no próximo ano teve a liberdade condicional concedida, em sua saída é acompanhado por sua cunhada, teve duas novas crises em 1935 e 1936, retomou a comunicação com sua família nesse ano. Quando finalmente alcançou a sua plena liberdade no ano de 1937 sofreu um derrame cerebral no dia 27 de abril e veio a falecer.

4 – Os Cadernos do Cárcere: Hegemonia e os Intelectuais

Ao longo de sua trajetória Antonio Gramsci deixou inúmeras contribuições para a sociedade, nos propomos agora discorrer brevemente sobre uma das suas obras mais importantes os *Quaderni del Carcere* (QC), assim nomeados por terem sido escritos no período em que Gramsci permaneceu preso em razão da perseguição política pelo regime fascista de Benito Mussolini¹⁵. Como vimos anteriormente, Gramsci passou por várias prisões até sua condenação definitiva e ser conduzido a Casa Penal de Turi, é localizada na província de Bari, no sul da Itália, onde cumpriu o restante de sua pena. Durante estes anos de reclusão, Gramsci preencheu 33 cadernos escolares, dos quais 29 compõem a primeira edição de sua obra publicada na Itália, no período que correspondente a 1948 e 1951. O companheiro de Gramsci na luta contra o fascismo, Palmiro Togliatti foi o responsável por organizar a 1 edição dos CQ. O agrupamento se fez por

¹⁵ Benito Amilcre Andrea Mussolini, viveu de 1883 a 1945. Foi o líder máximo (o *dulce*) da Itália durante o período de 1922 a 1943 – quando foi preso por tropas aliadas durante a **Segunda Guerra**. Foi ele também quem criou o **movimento fascista**, que deu origem ao **Partido Nacional Fascista**, no fim da década de 1910. Mussolini foi o primeiro ideólogo totalitário da Europa a chegar ao poder máximo de uma nação da Europa Ocidental.

FERNANDES, Cláudio. **Benito Mussolini**. Disponível em: <<https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/benito-mussolini.htm>>. Acesso em: 26 jul. 2019

temas: *Il materialismo storico e la filosofia di Benedetto Croce; Gli intellettuali e l'organizzazione della cultura; Il Risorgimento; Note sul Machiavelli, sulla politica e sullo Stato moderno; Letteratura e vita nazionale e Passato e presente* (SIMIONATTO, 2002)

Conforme Gomes (2012), antes de sua transferência Gramsci enfrentava constantes mudanças que foram relatadas em suas cartas, na qual fazia referência às condições de vida no cárcere e a necessidade da dedicação aos estudos. A concretização dos estudos na penitenciária Gramsci alcançou com a obtenção de uma autorização para ter em sua cela o mínimo do que precisava para escrever. Cumpre destacar que, essa permissão não ocorreu nos primeiros anos de prisão (GOMES, 2012).

A partir de 1929 com a conquista da permissão de escrever, Gramsci inicia a redação dos QC, e no dia 9 de fevereiro do mesmo ano comunicou sua cunhada Tatiana da liberação para escrever na cela, conforme relata Gomes

Junto a algumas orientações de ordem prática, apresentou suas perspectivas pessoais de organização das suas atividades de reflexão, enfatizando o desejo de se dedicar sistematicamente à leitura com o objetivo de aprofundar suas reflexões sobre temáticas determinadas. (GOMES, 2012, p. 29)

Antonio Gramsci procurou pensar a sociedade de sua época para além dos conflitos reais que se apresentavam. Se propôs a estudar os intelectuais, a questão meridional, a dialética materialista, ampliando o conceito de Estado. As reflexões dos Cadernos do Cárcere aprofundam de modo significativo o conceito dos intelectuais ligados a classe trabalhadora (MAESTRI; CANDERVA, 2007). Devemos considerar as dificuldades que Gramsci enfrentava, com as constantes transferências de prisões, para manter o ritmo de escrita e suas leituras atualizadas do por meio de livros e revistas.

De acordo com Marzia Terenzi Vicentini, os escritos de Gramsci estão pautados em quatro pontos por ele elaborados:

Este plano se articula em quatro pontos, dos quais o primeiro parece mais significativo e de fato se tornará central no desenvolvimento dos Cadernos. Trata-se da pesquisa sobre a formação do espírito público na Itália do século XIX, isto é, "sobre os intelectuais italianos, suas origens, seus agrupamentos, conforme as correntes da cultura, seus diversos modos de pensar...". O segundo ponto é um projeto de linguística comparada; o terceiro e o quarto compreendem um estudo sobre o teatro de Pirandello e sobre o gosto popular na literatura, assuntos esses que refletem a experiência de Gramsci como crítico teatral entre 1915 e 1920. Campos de pesquisa tão diversos encontram uma homogeneidade quanto ao interesse fundamental que é, nas palavras de Gramsci, "o espírito popular criativo em suas diferentes fases e graus de desenvolvimento". (VICENTINI, 2012, p. 267)

Podemos observar alguns cadernos como o 11 que se dedica a filosofia, e o caderno 12 que aponta a concepção de instituição escolar como sementeira de intelectuais, tradicional e/ ou orgânicos esses que estão envolvidos na luta pela hegemonia política de uma ou outra classe social (MONASTA, 2010). Nessa perspectiva, o pensamento educativo do autor é um assunto bem amplo que está inserido em vários escritos do mesmo.

Além dos cadernos, Gramsci escrevia cartas para os familiares nas quais expos a sua opinião sobre a educação. Em relação ao contexto educacional italiano afirmava “não acreditar em educação profissional precoce, nem no espontaneísmo roussoniano. Defendia também, uma educação amorosa, mas disciplinada, de elevada cultura humanista” (MONASTA, 2010, p. 50). Era esse o desejo de Gramsci, que seus filhos e sobrinhos tivessem uma educação onde entendessem a evolução histórica dos processos de produção.

O desejo de Gramsci era que o princípio educativo universal do trabalho industrial transformasse também a tradicional instituição escolar. Porém, quando ele fala de escola, deve-se prestar atenção porque muitíssimas vezes ele refere-se a esse conceito como algo mais amplo (círculos culturais, Rotary Clubes, escolas de grandes jornais, das fábricas, do comércio etc.). Portanto, para Gramsci o dilatamento da idéia de escola é natural. (RODRIGUES; SILVA; NEVES, 2002, p. 06-07)

Dentro da análise de seus escritos, podemos encontrar o conceito de Hegemonia, um dos temas centrais de seus estudos, esse conceito se caracteriza por não ser estático e sim dinâmico,

no qual o autor expressa a necessidade da classe do proletariado se tornar dirigente, conquistando e dominando sem violência, por meio dos campos políticos, cultural, moral e linguístico, “os conceitos de hegemonia e bloco histórico são inseparáveis, pois para Gramsci é no interior do bloco histórico que se realiza a hegemonia.” (2016, p.) Hegemonia é o exercício do poder por um conjunto de indivíduos.

O fato da hegemonia pressupõe, indubitavelmente, que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia é exercida, que se forme certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa; mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica. (GRAMSCI, 2002, p. 48, v. 3).

A revolução de uma sociedade não se dá somente pela força, mas é preciso conquistar a consciência das pessoas, ou seja, ganhar a batalha das ideias, que seria a disputa pela hegemonia, na qual se pretende obter o consenso social em torno de suas concepções. Nesse processo os intelectuais possuem um papel muito importante, uma vez que organizam a cultura. Deste modo:

Na luta pela hegemonia, tanto as classes dominantes quanto as dominadas se organizam em blocos, e dada uma delas conta com seus próprios intelectuais, cujas ideias competem entre si na tentativa de organizar a cultura de uma dada época conforme seus interesses. (RODRIGUES, 2010, p. 77)

Os intelectuais que são classificados como intelectual orgânico e intelectual tradicional. Segundo Gramsci “cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica cria pra si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função.” (1985, p. 3). O intelectual orgânico é aquele que surge com a ligação específica aos interesses da classe dominante, ajuda na organização de suas ideias, a dar homogeneidade a concepção de mundo a respectiva classe, dando consciência a ela, a burguesia como classe dominante em geral, possui seus intelectuais, fazendo suas ideias prevalecerem até mesmo na consciência da classe dominada. Segundo Atilio Monasta

A mensagem central de Gramsci é que a organização da cultura é “organicamente” ligada ao poder dominante. Os intelectuais não podem ser definidos pelo trabalho que fazem, mas pelo papel que desempenham na sociedade; essa função, de forma mais ou menos consciente, é sempre uma função de “liderar” técnica e politicamente um grupo, quer o grupo dominante, quer o grupo que aspire a uma posição de dominação. (2010, p. 20)

Nessa perspectiva, a classe dominada a chamada “trabalhadora” também possui seus intelectuais para contrapor os pensamentos da dominante, a chamada contra-hegemonia. O segundo tipo de intelectual o tradicional, esses que já foram orgânicos da classe dominante e agora com o passar do tempo se tornaram os tradicionais, continuam agindo politicamente e isoladamente, apesar da classe que ele estava ligado ser extinta, sempre em uma perspectiva conservadora e se aliando as classes que estão no poder (RODRIGUES, 1985). Mas, se o objetivo deste estudo é analisar o pensamento educacional de Gramsci por que estamos falando dos intelectuais? É então que podemos compreender que esses indivíduos surgem da escola, pois é nela em que se forma todos os tipos de intelectuais.

Ao analisar o sistema educacional de sua época Gramsci percebeu que existia dois tipos de educação a “humanística” e a “clássica” e que os métodos e objetivos de ensino eram distintos. Ele via nesses sistemas educacionais um elitismo e a exclusão de classes, ou seja, o ensino profissionalizante que deixava de lado uma formação ampla para a formação do mercado de trabalho destinada a camada pobre da população, e o ensino completo e científico para as classes dominantes, modelo semelhante ao praticado no Brasil décadas atrás.

Diante dessa realidade, Gramsci apresenta sua própria proposta de política educacional, onde possuía uma visão muito clara de como a nova escola devia se organizar. Essa proposta vem de um resgate da percepção de Marx, mas um pouco mais ampliada, essa seria a Escola Unitária, em suma ela deveria ser uma escola de qualidade, de origem pública, com acesso garantido a todas as classes.

4 – A Escola Unitária

Com base na sociedade italiana de sua época, e percebendo um elitismo e a exclusão de classes trabalhadoras de uma formação de qualidade, a falta de organização da expansão do ensino, Gramsci propôs a sua própria política educacional, assim possuindo uma visão bem elaborada da organização escolar necessária. Dessa forma, contrapõe a concepção de educação idealista, por meio das proposições marxianas de prática produtiva como ponto de partida (CARMO, 2009). Analisando os QC percebemos que é evidente que o intelectual com as questões didáticos-pedagógicas sob uma política do trabalho.

Gramsci tinha grandes preocupações com as questões didático pedagógicas, sempre orientado pela sua concepção de vida, de cultura, de filosofia, de história, segundo o qual o ser humano deve se educar científica e culturalmente até os níveis mais complexos, sofisticados e modernos, partindo de uma forte e vital ligação com sua base popular e com seu senso comum. (RODRIGUES; SILVA; NEVES, 2002, p. 7)

Gramsci não foi um pedagogo mais sua contribuição para a área da educação é muito ampla, defendia uma Escola Unitária, básica para todos, uma proposta que deve estar centrada na ideia de liberdade concreta, universal e historicamente obtida. , denunciou a tendência em se excluir o proletariado da escola média e superior da cultura, oferecendo-lhe institutos técnicos e profissionais (RODRIGUES; SILVA; NEVES, 2002). Essa Escola Unitária pauta-se no princípio de igualdade para superar os conflitos sociais.

A escola desinteressada do trabalho, ou a Escola Única, não representa um saudosismo humanista tradicional nem um profissionalismo tecnicista. A proposta de Escola Única resgata o potencial educativo da escola humanista tradicional, em confronto com a necessidade de um novo tipo de escola mais interessada, propondo uma escola mais técnica e mais orgânica em relação ao mundo industrial moderno, baseada em princípios científicos e tecnológicos e que se constitua num espaço de síntese entre a prática e a teoria, entre o trabalho manual e o intelectual. (CARMO, 2009, p. 57)

Dessa forma, a partir de observações de vários aspectos fundamentais, se percebe que essa escola deverá ser de ordem pública, ocorrendo um aumento de orçamento estatal para tanto, a ser aplicado em materiais didáticos, prédios, estrutura física, docentes, ou seja, um sentido amplo de

investimentos (MANACORDA, 2008). A escola nesse sentido deve cumprir o papel de “inserir os jovens na atividade social, depois de tê-los levado a um certo grau de maturidade e capacidade, a criação intelectual e prática e a uma certa autonomia a orientação e na iniciativa” (GRAMSCI, 1985, p. 121) Assim, a educação se torna inteiramente pública, uma escola- colégio, que possuía refeitórios, dormitórios, bibliotecas, salas para seminários, uma estrutura completa e ampla.

Quando se trata da organização, Gramsci explicita que a Escola unitária pode ser considerada como as primarias e medias, e devem ser totalmente reestruturadas, o primeiro grau elementar não deve passar de três ou quatro anos, onde será ensinado as noções básicas de ler, escrever, fazer contas , geografia, história, direitos e deveres. Por conseguinte, o resto da escolarização não deve ultrapassar mais que seis anos, onde os alunos com quinze a dezesseis anos completassem todos os graus da escola unitária (GRAMSCI, 1985). Nessa proposta de escola, deve acontecer a execução de projetos que auxilie os que possuem menos contato com a literatura e a ideia de escolarização para que haja um real aprendizado, mesmo que antes da idade escolar propriamente dita.

Partindo do pressuposto de que há inúmeros apontamentos a serem feitos sobre a escola unitária, ressaltamos que é imprescindível ao ensino superar o dogmatismo, como ocorria nos conhecidos liceus ou na universidade, que se distancia da vida real a fim de que haja uma fase criadora ou de trabalho autônomo.

O advento da escola unitária significa o início de novas relações entre trabalho intelectual e trabalho industrial não apenas na escola, mas em toda a vida social, o princípio unitário, por isso, refletir-se-á em todos os organismos de cultura transformando-os e emprestando-lhes um novo conteúdo. (GRAMSCI, 1985, p. 125)

Por fim, as academias e as universidades deveriam se tornar a organização cultural, esses elementos que vem depois da escola unitária, deverá ser o lugar de encontro do trabalho profissional que não deve cair na passividade intelectual, dessa maneira deverá haver um convívio com o ambiente universitários.

Podemos dizer que a Escola Unitária seria nos dizeres de Gramsci o ideal de educação formal para a classe trabalhadora, uma vez que não dissocia conhecimento científico do contexto chamado profissionalizante, superando o dualismo educacional.

5- Considerações Finais

Os profissionais da educação devem estar sempre em contato com novas propostas de trabalho, maneiras de inovar suas práticas e metodologias, esse trabalho teve o propósito de analisar o conceito de Hegemonia e Intelectual enquanto categorias de análise do pensamento educacional de Antonio Gramsci. Diante disto, constatamos que a vida do autor proporcionou a ele um contato muito amplo com a realidade social e econômica de seu país, passando por muitas fases, quando preso ele escreveu seus cadernos do cárcere que contêm conteúdo de grande valia para entendermos a sociedade da época e atual.

Verificamos que ao analisar a sociedade italiana em toda sua complexidade, considerando sua estrutura hegemônica e o papel dos intelectuais Gramsci, propõe uma nova concepção de educação que emancipe a classe operária. É notório o quanto o autor se preocupava com a exclusão da classe trabalhadora, e entende que a educação pode auxiliar fato na superação dessa sociedade desigual, por meio de uma Escola Unitária.

Observamos que o atual modelo educacional é excludente. De um lado temos a escola do trabalho para a classe menos favorecida e a escola fundamentada no conhecimento científico para a classe dominante. Cumpre destacar que é papel dos educadores e da escola em geral, proporcionar as mesmas condições de aprendizagens para todos os indivíduos da sociedade, os escritos sobre a escola unitária e sua estrutura, são grandes aliados para repensarmos nossas práticas, e até mesmo a estrutura do sistema escolar oferecido a população hoje em dia.

Portanto, com essa pesquisa compreendemos que a diferença de classes e o fracasso escolar, são históricos e que com o conhecimento necessário para pensar criticamente e modificar esses cenários.

Dessa forma, é necessário que haja uma real modificação no sistema escolar, no sentido amplo e profundo, pois mesmo com a evolução de nossa sociedade, e com o passar do tempo os

problemas e fracassos apontados por Gramsci em seus escritos sobre a sua sociedade ainda nos assombra, e é preciso o empenho a busca por conhecimento para a emancipação do ser humano.

Concluimos certos de que Antonio Gramsci nos faz refletir sobre nossas práticas atuais e sobre a necessidade de implementarmos uma escola que forme integralmente seus alunos para termos uma sociedade mais justa, e supere a formação meramente profissionalizante.

REFERÊNCIAS

CARMO, Jefferson Carriello do. Notas sobre a escola unitária e trabalho no pensamento de Antonio Gramsci. **Cadernos Cemarx**, Sorocaba, v. 1, n. 5, p.53-63, jan./dez. 2009.

FERNANDES, Cláudio. **Benito Mussolini**. Disponível em:

<https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/benito-mussolini.htm>. Acesso em: 26 jul. 2019

GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985. p. 239 Tradução de: Carlos Nelson Coutinho.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 3, 2002.

GOMES, Jarbas Mauricio. **Religião, educação hegemonia nos *Quaderni del Carcere de Antonio Gramsci***. Maringá: Eduem, 2014. 237 p.

MAESTRI, Mário; CANDREVA, Luigi. **Antonio Gramsci: Vida e obra de um comunista revolucionário**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007. 304 p.

MANACORDA, Mario Alighiero. **O Princípio Educativo em Gramsci: Americanismo e Conformismo**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008. 302 p. ((Coleção educação em debate).

MONASTA, Attilio. **Antonio Gramsci**. Recife: Editora Massangana, 2010. 154 p. (Coleção educadores). Tradução e organização: Paolo Nosella.

OLIVEIRA, Marcus Aurelio Taborda de. A educação estética dos trabalhadores nas páginas do jornal Il Grido del Popolo (Piemonte, Itália, 1892-1905). **Educar em Revista**, [s.l.], v. 35, n. 73, p.67-85, 2 maio 2019. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.62763>.

RODRIGUES, Alberto Tosi. **Sociologia da educação**. 6. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011. 130 p.

RODRIGUES, Dra. Margarita Vctoria; SILVA, Cristina Beatriz Paranhos; NEVES, Mariza Helena S. Ribeiro. Gramsci e Educação. **Rpd- Revista Profissão Docente**, Uberaba, v. 2, n. 5, p.1-26, maio/ago. 2002. Mensal.

SIMIONATTO, Ivete. Cadernos de um revolucionário. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v.17, n. 48, p. 57-63, fev. 2002

SPESSOTO, Márcia Maria Ribera Lopes; LIMA, Simone Estigarribia de. Gramsci: Conceitos Básicos. **Perspectiva em Diálogo: Revista de educação e sociedade**, Naviraí, v. 3, n. 6, p.104-120, jul./dez. 2016. Mensal.

VICENTINI, Marzia Terenzi. Quaderni deL carcere Gramsci, Antonio. In: VICENTINI, Marzia Terenzi et al. **Artigos Reunidos**. Curitiba: Segesta, 2012.

DAI A CÉSAR OS QUE SÃO DE DEUS: CAMPANHA DOS CANDIDATOS EVANGÉLICOS À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ (2018)

Brandon Lopes dos Anjos (PIC, Fundação Araucária)
Unespar/Campus de Campo Mourão, brandon.njos@gmail.com
Frank Antonio Mezzomo (Orientador)
Unespar/Campus de Campo Mourão, frankmezzomo@gmail.com
Cristina Satiê de Oliveira Pátaro (Coorientadora)
Unespar/Campus de Campo Mourão, crispataro@gmail.com

Palavras-chave: Religião e política. Evangélicos. Assembleia Legislativa do Paraná.

Introdução

O presente trabalho analisa como os candidatos evangélicos empregaram elementos religiosos durante a campanha à Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP), em 2018. A partir da utilização da mídia social *Facebook* durante o pleito por esses agentes, nos debruçamos sobre aqueles que manifestaram a religião como elemento central da campanha e princípio direcionador para a criação de propostas eleitorais, além de instrumento formador da identidade do político. Seleccionamos os candidatos pertencentes às quatro denominações com inserção mais expressiva no meio político – Assembleia de Deus (AD), Igreja do Evangelho Quadrangular (IEQ), Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) e Igreja Batista (IB) – buscando compreender as imbricações, permeabilizações e porosidades entre os campos político e religioso, manifestadas nas estruturas das campanhas desses agentes. Os 14 políticos analisados obtiveram diferentes êxitos eleitorais, variando entre 241 e 49.565 votos, e estão distribuídos em nove partidos, dentre os quais destaca-se o Partido Social Cristão (PSC), ligado a AD, que registrou cinco dos agentes abordados. Entendemos que a participação política dos evangélicos é um dos meios – talvez o mais expressivo – de inserção e conquista de espaço pela religião na esfera pública, o que torna relevante seu estudo.

No Brasil, religião e política têm estado juntas oficialmente desde o período colonial até a Constituição de 1891, quando se adotou a separação entre os dois poderes. Mesmo assim, durante o século XX, a instituição eclesiástica continuou a influenciar consideravelmente nas decisões políticas e na sociedade (LACERDA; BRASILIENSE, 2018). Paralelo a esses acontecimentos, no século XIX, com a

relativa liberdade de expressão religiosa garantida pela Constituição de 1824, as primeiras missões protestantes conseguiram se estabelecer no território brasileiro, com a vinda de luteranos, metodistas, batistas e presbiterianos. Essas denominações foram de fundamental importância para a luta pela liberdade religiosa durante o século XX, embora não alcançaram êxito expressivo no crescimento do número de membros, tampouco tiveram visibilidade na arena política (GUADALUPE, 2018). Este quadro começa a se alterar com a chegada do pentecostalismo no Brasil, no início do século XX, com a fundação das Igrejas Assembleia de Deus e Congregação Cristã do Brasil, seguido de um aumento exponencial iniciado a partir da década de 1950, com a fundação da Igreja do Evangelho Quadrangular, Igreja Pentecostal Deus é Amor e Igreja Pentecostal o Brasil Para Cristo, e nas décadas de 1970 em diante, com a expansão das igrejas neopentecostais (LACERDA; BRASILIENSE, 2018; FAJARDO, 2015).

Assim, o número de evangélicos no Brasil vem crescendo, com 4% em 1960, 6,6% em 1980, 22,2% em 2010 e 26% em 2014 (PRC, 2014; IBGE, 2012). Esse crescimento, aliado à ampliação do “mercado religioso” brasileiro e as especificidades do sistema eleitoral, garantiu a inserção desses grupos no campo político. Outro fator importante está ligado à mobilização de igrejas pentecostais e neopentecostais em adotar um modelo de representação corporativa, com candidatos oficiais da denominação, a fim de conquistar cargos nos poderes legislativo municipais, estaduais e federais, como meio de barrar projetos contrários a seus posicionamentos e estratégia para granjear benefícios as suas igrejas com políticas particularistas (LACERDA; BRASILIENSE, 2018). Deste modo, cada vez mais estes grupos vêm se inserindo na cena política, com a eleição de pastores, bispos, apóstolos, membros, apoiados pelas instituições sacras e instrumentalizando elementos simbólicos da religião em campanha (SEXUGI; MEZZOMO; PÁTARO, 2018).

Diante disso, problematizamos as evocações da religião no pleito de 2018, apresentando as estruturas de campanhas dos candidatos por meio da análise de seus materiais e a intensidade da instrumentalização do capital religioso. Para a execução deste trabalho, realizamos a identificação, coleta e análise dos materiais de campanha publicados no *Facebook* dos candidatos considerados religiosos políticos¹⁶. A escolha desta mídia social é justificada por ser, segundo a Pesquisa Brasileira de Mídia 2015, a mais popular entre os brasileiros, utilizada por 83% dos usuários que possuem acesso às redes sociais

¹⁶ Os religiosos políticos, no entendimento de Carvalho Júnior e Oro (2017, p. 19), são caracterizados como “sujeitos detentores de um pertencimento religioso anterior a sua eleição, que se utilizam deste pertencimento como capital político, mesmo que de forma sutil, e que, uma vez eleitos, mantêm o seu vínculo religioso de forma explícita”.

*online*¹⁷. O *Facebook* possibilita uma oferta maior de informações, se comparado ao rádio e à televisão, já que candidatos, partidos e eleitores se tornam replicadores de conteúdo, além de que, por meio de comentários e curtidas, proporciona a interação entre os agentes políticos e seu eleitorado, sendo uma forma de atrair a reciprocidade deste último (MARQUES; SAMPAIO, 2013). Ainda, a ferramenta permite recrutar simpatizantes fora da arena de influência do candidato, gerando possíveis militantes e conquistando novos votantes por meio do compartilhamento de material (AGGIO; REIS, 2013). Por fim, o baixo custo de veiculação, somado ao alcance que a mídia social possui podem facilitar a conquista de diversos perfis de eleitores, que não fazem parte de um mesmo grupo, mas estão fragmentados em múltiplas telas (MIOLA; CARVALHO, 2017).

Para a escolha dos candidatos, observamos os materiais de campanha publicados em suas *fanpages*, entre os dias 20 de julho e 08 de agosto¹⁸, procurando identificar os usos de elementos religiosos como versículos bíblicos, linguajar religioso, apoio de denominações e líderes sacros, visita aos templos, pautas morais, entre outras recorrências ao sagrado. É importante ressaltar que neste período, que pode ser compreendido como tempo de política (PALMEIRA, 2002; CERVI, 2010), as relações entre religião e política se tornam mais acentuadas, com a realização de acordos, trincheiras e diálogos entre os dois campos, manifestando uma operacionalização mútua entre si (ORO; CARVALHO JUNIOR, 2015). Após selecioná-los, empreendemos a coleta de todas as publicações, objetivando perceber como esses políticos estruturaram suas campanhas, por vezes fundamentadas na religião como principal base eleitoral¹⁹. As quatro denominações aos quais os 14 religiosos políticos estão vinculados – AD, IEQ, IURD e IB – estão entre as cinco igrejas evangélicas que concentram maior número de membros no Paraná, como pode ser observado na Tabela 1.

Tabela 1 – Quantidade de membros nas cinco maiores denominações evangélicas do Paraná

Nome	Quantidade de membros	Porcentagem (em relação ao total de evangélicos no Paraná)
------	-----------------------	--

¹⁷ Informações disponíveis em: <<https://bit.ly/1FAvjZC>>. Acesso em: 18 jun. 2019.

¹⁸ A data inicial e final são referentes ao início das convenções partidárias e o fim do primeiro turno das eleições, respectivamente.

¹⁹ Todo processo de identificação, refinamento e coleta de materiais dos candidatos contou com o apoio dos membros do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações e Poder, em especial os mestrandos Lucas Alves da Silva e Lara Pazinato Nascimento (Mestrado Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento) e a graduanda Crislaine Pereira de Lima (bolsista de Iniciação Científica/CNPq). Todos os estudantes são orientandos dos professores Frank Antonio Mezzomo e Cristina Satiê de Oliveira Pátaro.

Assembleia de Deus	467.274	20,17%
Congregação Cristã no Brasil ²⁰	270.167	11,66%
Igreja do Evangelho Quadrangular	195.069	8,42%
Igreja Batista	117.630	5,08%
Igreja Universal do Reino de Deus	75.638	3,27%

Fonte: IBGE (2010).

Dos 14 candidatos evangélicos que acionaram a religião como elemento essencial de suas campanhas, constituindo suas identidades e fundamentando suas propostas e pautas, 11 pertencem à AD e os demais à IB, IEQ e IURD (Tabela 2). Ainda, é notória a existência de outros políticos que também são membros das denominações apontadas, porém recorreram à religião de forma esporádica, com poucas referências, o que os constitui, na definição de Carvalho Junior e Oro (2017, p. 19), como políticos religiosos²¹. Mesmo que não acionem esses elementos com frequência, suas manifestações não ocorrem ao acaso, afinal demarcam a religião como um dos fundamentos da sua imagem pública em campanha, embora não seja a central (MEZZOMO; PÁTARO, 2019).

Tabela 2 – Vinculação dos candidatos evangélicos à ALEP

Nome	Partido	Denominação	Título	Votação	Situação
Alexandre Amaro	PRB	IURD	Pastor	49.565	Eleito
Gilson de Souza	PSC	IEQ	Pastor	46.116	Reeleito
Cantora Mara Lima	PSC	AD – Missão	Cantora	33.866	Suplente ²²
Misael Junior	PSC	AD – Missão	Presbítero/Pregador	12.195	Suplente
Noemia Rocha	MDB	AD – Missão	Membra	10.442	Suplente
Carla Pimentel	PSC	AD – Missão	Missionária	8.495	Suplente
Pastor Luiz Alcioni	PSC	AD – Catedral Al. Tamandaré	Evangelista	5.210	Suplente

²⁰ Os fiéis da CCB não utilizam do capital simbólico da denominação em campanha, já que “é vedado aos membros, integrantes do Ministério e da Administração utilizar-se do nome da Congregação Cristã para fins políticos, eleitorais ou ideológicos”. Disponível em: <<http://bit.ly/2Oygu4Z>>. Acesso em: 18 jun. 2019.

²¹ Segundo os autores, político religioso ou político laico são aqueles “cujo pertencimento religioso não é explícito ou não interfere diretamente em sua atuação política”.

²² A suplente Mara Lima (PSC) assumiu, no dia 01 de fevereiro de 2019, o cargo de deputada estadual no lugar do eleito Guto Silva (PSD), que foi chamado pelo governador eleito, Ratinho Júnior, para assumir a Casa Civil do Paraná. Disponível em: <<http://bit.ly/2JKXxk>>. Acesso em: 31 jul. 2019.

Pastor Sandro Martins	PV	IB – Renovada	Pastor	5.148	Suplente
Bill Pastéis	PSL	AD – Madureira	Evangelista	3.596	Suplente
Denilson Caleran	PDT	AD – Missão	Membro	3.719	Suplente
Oziel Rodrigues	PPS	AD – Missão	Pregador/Cantor	1.020	Suplente
Damasceno Junior	DC	AD	Membro	937	Suplente
Apóstolo Gilmar Carvalho	PSL	AD – Catedral da Paz	Apóstolo	619	Suplente
Pastor Luciano Baruk	PODE	AD – Missão	Pastor/Pregador	241	Suplente

Fonte: Dados da pesquisa.

Materiais de campanha: categorias para análise

Após a seleção dos candidatos e a coleta de seus materiais de campanha, examinamos as fontes, objetivando encontrar semelhanças e divergências entre os acionamentos de elementos religiosos. Para isso, criamos categorias de análise, como um exercício que busca sistematizar as relações entre religião e política nas estratégias desses religiosos políticos, considerando que cada candidato manifesta os elementos da religião com intensidades diferentes, porém, com características em comum. É preciso destacar que um mesmo material não está limitado a apenas uma categoria, mas pode transitar em várias, a depender de seu conteúdo. Assim, foram construídas 10 categorias, a saber:

1) Divulgação de agenda de campanha: os materiais incluídos nesta categoria objetivam divulgar ações futuras dos candidatos, como a participação em eventos religiosos ou agendas de campanhas. Também abarca publicações de disseminação de cultos, vigílias, comícios, passeatas, entre outros, bem como a apresentação das redes sociais do político, como *Twitter*, *Youtube* e *sites*, e chamadas para participação dos seguidores da página em *lives*.

2) Homenagens e datas comemorativa: contém homenagens a personagens – geralmente pastores e líderes religiosos –, datas comemorativas e aniversários, notas de pesar por falecimento e divulgação dos meses de campanhas de conscientização, como o agosto azul (câncer de próstata), setembro amarelo (prevenção ao suicídio) e o outubro rosa (câncer de mama).

3) Propostas de campanha morais e de interesse da instituição religiosa: inclui propostas que estão ligadas à moral cristã e à manutenção de comportamentos incentivados pela doutrina da religião, como a criminalização do aborto, defesa da família patriarcal heteronormativa nuclear, combate às drogas,

manutenção dos denominados “bons costumes” e de atributos morais, bem como pautas que buscam beneficiar as denominações de alguma forma, como assistência financeira aos templos, ensino religioso e concessão de alvará para que trabalhem como entidades filantrópicas.

4) Propostas de campanha com outras temáticas: contém propostas não relacionadas à religião diretamente, geralmente voltadas a educação, saúde, segurança pública, transporte, ação social, meio ambiente, redução de impostos e valorização da mulher e do servidor público.

5) Campanha em ambiente e eventos religiosos: abrange as participações dos candidatos em alguma celebração religiosa, seja como ouvinte ou atuando em posições de destaques, como cantores e pregadores. Também estão inclusas imagens com lideranças religiosas, orando junto à igreja, recebendo oração de autoridades eclesiais, entre outras manifestações ligadas à religiosidade.

6) Campanha em espaços seculares: contém as participações dos candidatos em eventos não religiosos e visitas em espaços seculares, sem vínculo explícito com a religião, geralmente expressos em passeatas, comícios, visitas a políticos e/ou população, entre outros.

7) Interação: estão inclusos momentos de relacionamento entre o candidato e seus eleitores, a fim de responder dúvidas, agradecer a divulgação da campanha e pedir que multipliquem votos. Também estão presentes gracejos e brincadeiras com o eleitorado, “colinhas” e eleitores cantando o *jingle*.

8) Testemunhos autobiográficos: envolve relatos dos candidatos relacionados às suas histórias de vida, experiências religiosas, mandatos políticos anteriores, como também recorrências ao capital simbólico familiar.

9) Apoio institucional e lideranças: contém manifestações de apoio realizado por lideranças religiosas, cantores gospel, outros políticos e eleitores.

10) Materiais de campanha com elementos religiosos: abrange os materiais que apresentem elementos religiosos, expressos no linguajar, na escrita, no conteúdo, na forma, entre outras características ligadas ao sagrado.

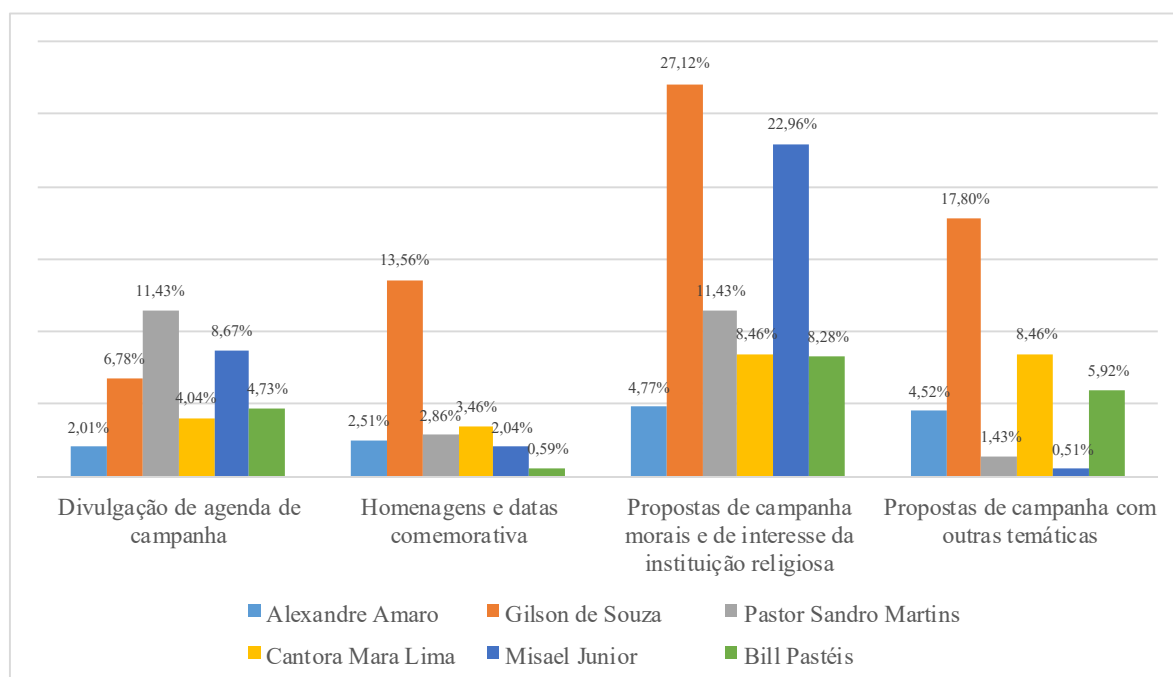
Com as categorias, procuramos analisar como e com qual intensidade os candidatos evangélicos utilizaram de elementos religiosos durante o pleito, a fim de fundamentar suas pautas e táticas, bem como atrair eleitores que compactuem com seus posicionamentos.

Acionamento da religião pelos candidatos oficiais: singularidades e semelhanças

A campanha de seis candidatos pode ser considerada como oficial: Alexandre Amaro (IURD), Gilson de Souza (IEQ), Pastor Sandro Martins (IB) e Cantora Mara Lima, Misael Junior e Bill Pastéis (AD). Tais campanhas apresentaram semelhanças e singularidades em suas estratégias e usos do religioso. É preciso ter em mente, ao se debruçar sobre os dados apresentados, que a religião não é o único fator que direciona os posicionamentos e táticas adotadas durante o pleito, embora, para esses casos, configura como uma das principais. Mesmo aqueles que fundamentam sua identidade, pautas e comportamentos no capital religioso, também constroem alianças com lideranças seculares e visitam espaços fora dos templos, a fim de se fazer conhecidos e ampliar seu eleitorado. Vale mencionar que o apoio institucional da denominação e o uso de elementos religiosos em campanha não é garantia, tampouco suficiente para êxito eleitoral do religioso político, embora disponibilize uma série de benefícios ao candidato. O acionamento da religião é realizado de diferentes formas e intensidades, a depender da estratégia adotada e do perfil do religioso político, o que procuramos sistematizar com as categorias de análise, aplicadas aos materiais de campanha.

No Gráfico 1, é possível perceber que os candidatos disponibilizaram entre 5% e 15% de suas campanhas para a publicização de *flyers* e vídeos com suas agendas de campanhas, sendo eles ligados à participação em templos ou em espaços seculares, e homenagens a aniversariantes e datas comemorativas. Além de ser um meio de divulgar a trajetória que o candidato tem trilhado para realizar sua campanha e angariar eleitores, esse tipo de material geralmente vem acompanhado do nome, número e imagem do político, apelando para recursos sensoriais, de dramatização e de memorização (MIOLA; CARAVALHO, 2017). Além disso, *flyers* de datas comemorativas, como “dia do amigo”, “dia dos pais” e “dia da independência”, podem ser compartilhados por seguidores da *fanpage* do candidato, sem a intenção explícita de realizar campanha política. Essa potencialidade permite alcançar outros nichos eleitorais que não estariam dentro da zona de influência do político (AGGIO; REIS, 2013). Esses tipos de publicações aumentam o volume de materiais postados, promovendo a imagem do candidato, que aparecerá com mais frequência no *feed* de notícias de seus seguidores.

Gráfico 1 – Agenda, homenagens e propostas de campanha dos candidatos oficiais



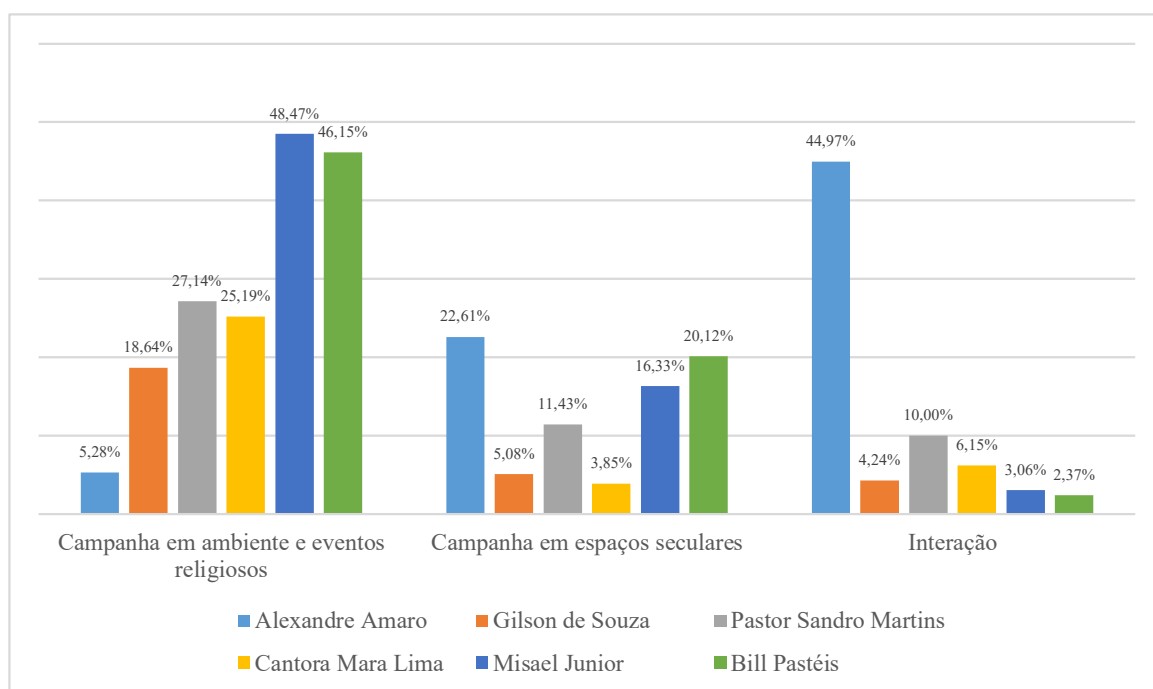
Fonte: Dados da pesquisa.

Ainda, é possível observar os números relacionados às propostas de campanha de cunho moral e de interesse das igrejas, e as voltadas para outras temáticas, como educação, saúde e segurança pública. Primeiramente, percebe-se que apenas o candidato Gilson de Souza dedicou mais de 25% de suas publicações para a realização de propostas de campanha. Diante dos dados, parece que os religiosos políticos investiram maior esforço em demonstrar suas participações em ambientes religiosos e interagir com o público com gracejos e discussões – como veremos mais adiante –, buscando garantir seu engajamento, do que apresentar seus projetos para um possível mandato. Contudo, quando comparamos as porcentagens entre os dois tipos de proposições, percebemos a predominância de pautas morais e de interesse das igrejas, principalmente nas campanhas de Misael Junior, Pastor Sandro Martins e Gilson de Souza, que apresentaram uma variação de 22,45%, 10% e 9,32%, respectivamente, entre as categorias. Assim, os candidatos apresentam um compromisso com a demanda religiosa, além de seus próprios posicionamentos, numa sintonia que pode ser mantida também nos mandatos, no caso dos eleitos, com proposições que articulam os interesses das instituições (MACHADO, 2006). Dos religiosos políticos aqui analisados, somente Alexandre Amaro e Cantora Mara Lima procuraram equilibrar suas propostas entre os meios secular e religioso. Em nenhum dos casos, as pautas com outras temáticas superaram as pautas

religiosas, o que aponta para o destaque que essas proposições recebem dos candidatos, em detrimento de outras como infraestrutura, saúde e educação, por exemplo.

Se as pautas não foram o eixo principal da campanha, as participações em eventos e as visitas aos espaços religiosos e seculares ganharam destaque nas *fanpages* dos candidatos (Gráfico 2). Todos os seis religiosos políticos aqui abordados dedicaram a essa categoria ao menos 23% de suas publicações, voltadas à divulgação de suas ações, tanto nos templos, quando recebiam oportunidade para se apresentarem ao público de fiéis, como também nas ruas, passeatas, comícios, visitas aos lares, entre outros. Outro dado relevante é a diferença entre as campanhas em que o candidato está envolvido com o espaço sacro e as com outros ambientes, sendo que, com exceção de Alexandre Amaro, todos estiveram “mais nos templos do que nas ruas”, com uma diferença entre 13,56% e 32,14% nas participações, a depender do candidato. Misael Junior foi o candidato que mais utilizou dessa forma de instrumentalização do capital religioso, voltando quase 50% de sua campanha para demonstrar sua inserção nas igrejas, geralmente publicando fotos nas quais encontra-se nos púlpitos, ministrando ou recebendo oração das lideranças evangélicas.

Gráfico 2 – Candidatos oficiais: Campanhas nos espaços religiosos e seculares, e as interações entre candidato e eleitor



Fonte: Dados da pesquisa.

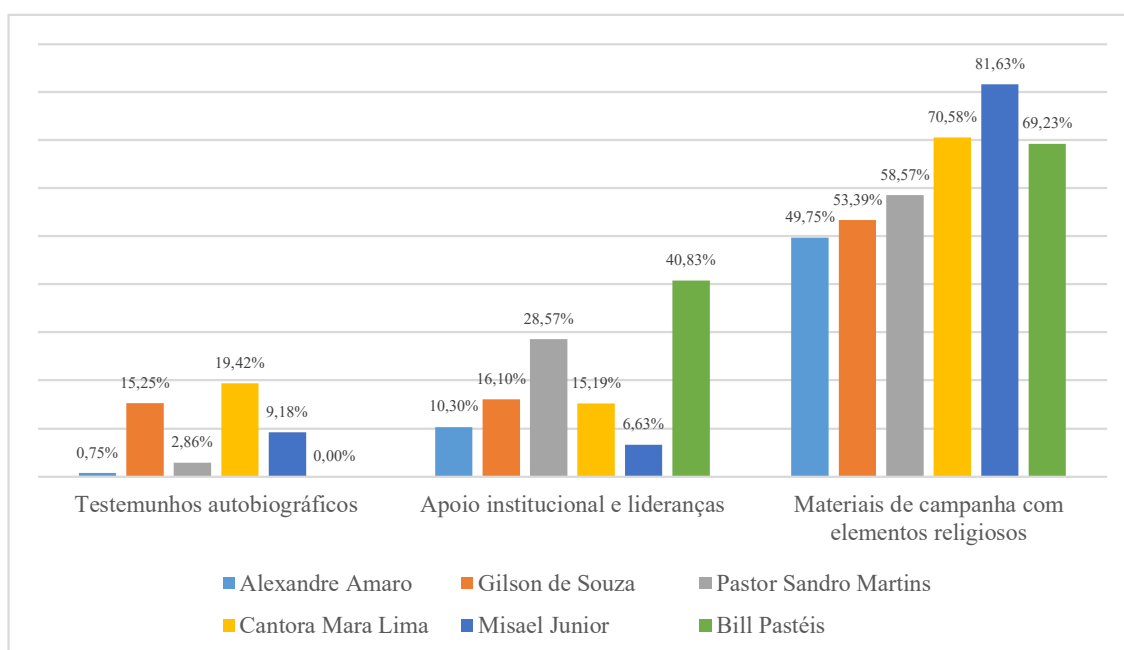
Uma exceção a essa regra foi Alexandre Amaro, que dedicou pouco mais de 5% de sua campanha para apresentar suas visitas aos templos da IURD. Paralelo a isso, 22,61% de seus materiais são voltados para passeatas, comícios e campanhas realizadas nas ruas, nas quais o candidato sempre aparentava estar muito alegre, cantando o *jingle*, conversando com eleitores, interagindo com o seu público. Vale a menção de que, durante todo o pleito, o religioso político publicizou os “70 dias de oração”, nos quais publicava todos os dias um vídeo em que realizava um minuto de oração com seus eleitores, pedindo a Deus para abençoar o dia, livrar de todo mal, proteger o estado, entre outras petições. Nos vídeos, ao lado de Alexandre Amaro, sempre estavam expostos o nome e o número de campanha. Desta forma, garantia a manutenção de sua imagem como cristão, interagia com os seguidores evangélicos por meio das orações, e dedicava maior espaço de tempo as campanhas nas ruas, granjeando eleitores de outros nichos, além do evangélico. Esta estratégia parece ter alcançado êxito, já que o candidato, mesmo estando em sua primeira eleição – aparentemente sem experiências eleitorais –, conseguiu quase 50 mil votos, alcançado uma das 54 vagas na ALEP. Além disso, nota-se uma certa dificuldade dos outros religiosos políticos em criar materiais para interagir com seus públicos, seja por meio de *lives*, *post* com pesquisas de opinião, entre outras publicações que incentivem o eleitor a participar das discussões, algo que foi explorado pelos políticos que não receberam apoio oficial das denominações, como Carla Pimentel e Oziel Rodrigues.

Ainda, os religiosos políticos recorreram a mais duas ferramentas de produção e manutenção de identidade: os testemunhos autobiográficos e endosso de líderes políticos e religiosos (Gráfico 3). Candidatos como Cantora Mara Lima e Gilson de Souza apresentaram, durante o pleito, as ações realizadas no mandato anterior, buscando produzir a ideia de que “o bom trabalho continua”²³. Cantora Mara Lima e Misael Junior expuseram seus testemunhos de vida e a ascensão ministerial dentro da AD, este último recorrendo ao capital religioso que sua família possui, graças ao trabalho realizado pelo Pastor José Pereira de Almeida, seu avô, nas ADs, no Paraná. Aqueles que não eram conhecidos ou que não possuíam *status* dentro do campo evangélico, como Bill Pastéis e Pastor Sandro Martins, recorreram com maior ênfase ao apoio de lideranças religiosas reconhecidas, a fim de endossar seu capital simbólico. A escolha desses patronos não ocorre ao acaso, mas é planejada e estruturada pelas instituições religiosas, a fim de utilizar de toda estrutura física e de suas lideranças, objetivando projetar e legitimar a campanha de

²³ Inclusive, esse é o *slogan* de campanha de Cantora Mara Lima.

seus candidatos e fazer uso do capital simbólico da instituição, alcançando os templos da denominação instalados em várias cidades do estado (MEZZOMO; PÁTARO, 2019). Misael Junior publicou poucos materiais de apoio de lideranças, o que foi substituído pela quantidade de postagens nos templos, já que essas participações permitem que o candidato crie vínculos de confiança com os fiéis e tenha acesso as redes de sociabilidade da instituição (PRANDI; SANTOS; BONATO, 2019; SANTOS, 2013).

Gráfico 3 – Testemunhos autobiográficos, apoios institucionais e materiais com elementos religiosos dos candidatos oficiais



Fonte: Dados da pesquisa.

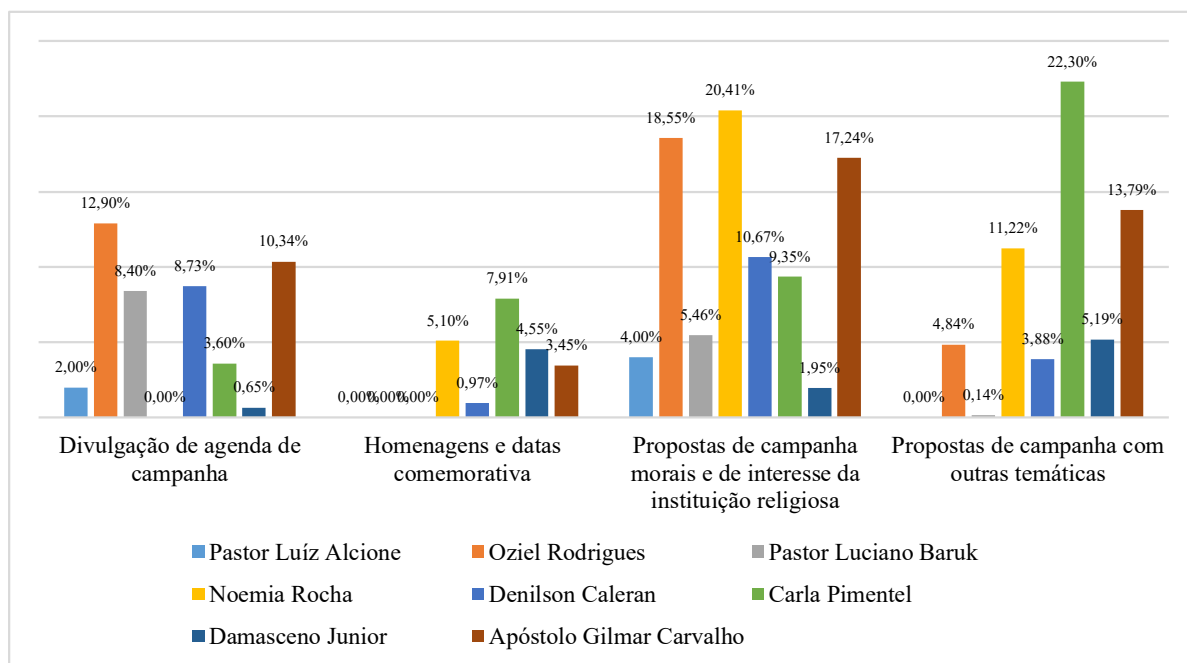
Os dados apresentados nas discussões indicam como esses candidatos utilizaram, com ênfase, elementos religiosos durante a campanha. Com exceção de Alexandre Amaro, todos os religiosos políticos apresentaram mais da metade de seus materiais contendo algum tipo referência às suas crenças, seja na participação em ambientes religiosos, nos apoios de líderes e de instituições sacras, no linguajar dos candidatos, nas orações, nos versículos e textos publicados, entre outros. Embora a instrumentalização de elementos religiosos em campanha seja um comportamento padrão de religiosos políticos, percebemos que há diferenças na organização das estratégias de ação entre os candidatos oficiais, assim como os não oficiais durante pleito, principalmente em relação à intensidade dos usos do sagrado. Assim, nos propomos

a compreender o comportamento de candidatos não oficiais e seus meios para granjear eleitores sem o apoio de uma instituição religiosa.

Acionamentos religiosos em campanha dos candidatos que não receberam apoio oficial das Igrejas

Dentre os 14 candidatos analisados, oito não receberam apoio oficial da instituição religiosa, todos eles vinculados às Assembleias de Deus. Embora não possuam acesso aos mesmos benefícios disponibilizados pela Igreja, também acionaram o capital religioso durante a campanha, recorrendo aos mesmos elementos que os oficiais, com menor intensidade em alguns aspectos. É preciso ter em mente algumas características determinantes que refletem o modo como as estratégias foram construídas durante o pleito, principalmente em relação ao *status* que cada candidato possui nas arenas religiosa e secular. Candidatos que participaram de uma eleição pela primeira vez, como no caso de Oziel Rodrigues, Pastor Luiz Alcione, Apóstolo Gilmar Carvalho e Pastor Luciano Baruk, apresentaram materiais com qualidade inferior aos de políticos que já possuíam alguma experiência, com vídeos gravados com a câmera do celular, fotos sem tratamento de imagem e postagens com diversos erros gramaticais. Além disso, os candidatos não oficiais precisam substituir as benesses com as quais não foram agraciados por outras fontes de capital, podendo recorrer às ações de mandatos anteriores ou as agendas como cantores ou pregadores, o que proporciona certa visibilidade a esses agentes, embora não disponibilizem o mesmo alcance que a instituição religiosa é capaz de ofertar. Outro dado relevante é a diferença quantitativa de materiais entre candidatos não oficiais e oficiais, com 935 e 1.471 publicações, respectivamente, um aumento de aproximadamente 57% do primeiro para o segundo.

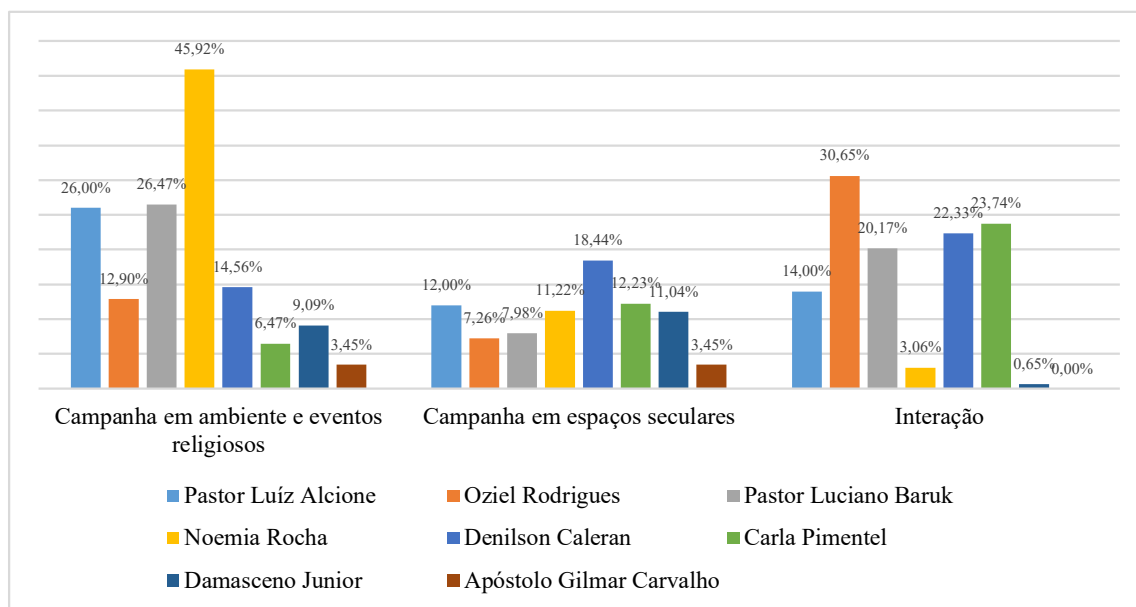
Gráfico 4 – Agenda, homenagens e propostas de campanha dos candidatos não oficiais



Fonte: Dados da pesquisa.

No Gráfico 4, é possível perceber que seis candidatos destinaram menos de 5% de seus materiais para a divulgação de homenagens e datas comemorativas, o que pode ser resultado da dificuldade desses agentes em produzir *flyers* com qualidade suficiente para chamar a atenção do eleitor e conquistar seu compartilhamento. As candidatas Noêmia Rocha e Carla Pimentel apresentaram materiais com designer superior, talvez possibilitado pela experiência de outros pleitos e pelo capital financeiro disponível. Quanto às propostas de campanha, é perceptível a semelhança entre oficiais e não oficiais, com uma média de 13,87% e 10,96%, respectivamente, nas proposições de cunho religioso, e 6,44% e 7,67% nas propostas com outras temáticas, apresentando um número baixo de postagens voltadas para sua divulgação, considerando que o período eleitoral deveria ser dedicado para que o eleitor conheça os planos de governo do candidato.

Gráfico 5 – Candidatos não oficiais: Campanhas nos espaços religiosos e seculares e as interações entre candidato e eleitor



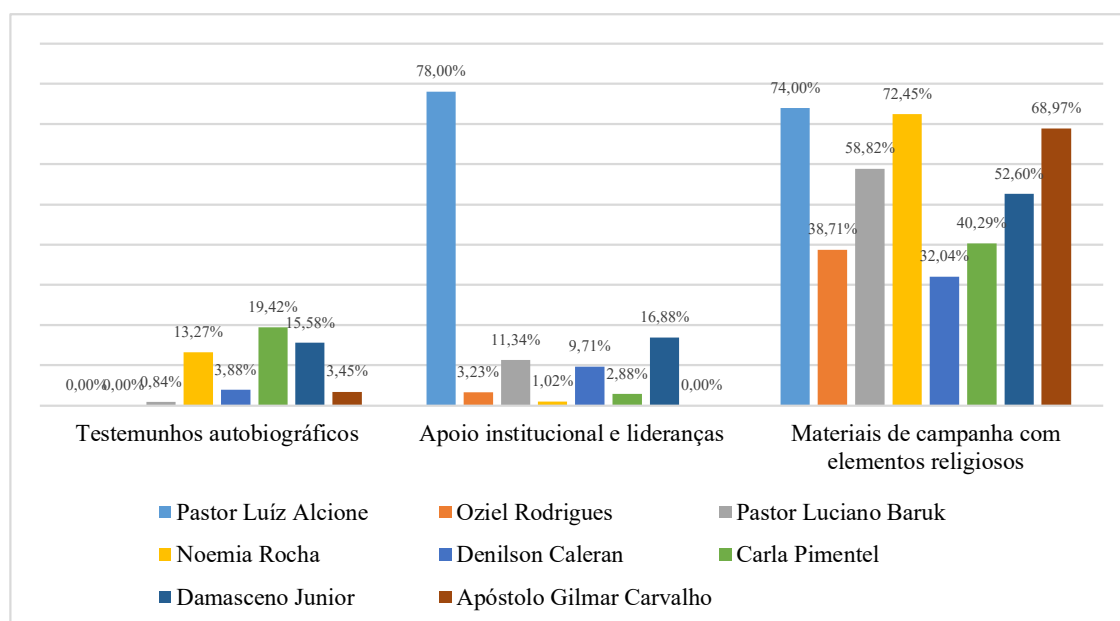
Fonte: Dados da pesquisa.

Nos materiais voltados à divulgação de participações e visitas, aquelas realizadas em ambientes religiosos são maioria, como aponta o Gráfico 5, embora apresente pouca diferença em relação à quantidade das publicadas em espaços seculares. Noemia Rocha é uma exceção, com uma diferença de 34,70% entre os dois tipos de publicações, talvez pelo fato de já ter recebido apoio oficial da Assembleia de Deus e apresentar um *modus operandi* similar ao dos candidatos oficiais. Contudo, suas participações em cultos estiveram restritas, em sua maioria, à condição de ouvinte, sem a abertura para discurso nos púlpitos. Também os Pastores Luiz Alcione e Luciano Baruk manifestaram mais de 20% de suas publicações em templos, geralmente em suas agendas religiosas, já que ambos são pregadores itinerantes e gozam de relativo *status* dentro de suas comunidades. Ainda, sobre as interações, Carla Pimentel, Pastor Luciano Baruk e Oziel Rodrigues publicizaram várias *lives* e vídeos para interagir com o público, na qual discutiam suas propostas e respondiam comentários de seus eleitores. Essa estratégia não parece ter sido apreciada por Noemia Rocha, similar ao comportamento de Cantora Mara Lima e Misael Junior, candidatos oficiais da mesma denominação religiosa.

Os candidatos não oficiais dedicaram pouco espaço aos seus testemunhos autobiográficos, com exceção de Carla Pimentel, que recorreu à sua experiência como missionária na África, assim como Noêmia Rocha e Damasceno Junior, que expuseram suas ações realizadas em mandatos anteriores. É

perceptível, no Gráfico 6, que os religiosos políticos receberam pouco apoio de lideranças religiosas ou de instituições, com exceção de Pastor Luiz Alcione, com 78% de seu material publicado voltado para esses endossos, geralmente publicizados em vídeos, gravados no final de suas agendas como pregador, junto à comunidade que o convidou para as ministrações. Deste modo, o candidato pareceu desejoso em mostrar um grande apoio dos evangélicos à sua eleição, em várias cidades do estado. Embora seja conhecido pelo testemunho de uma cura e recuperação milagrosa de um acidente, Pastor Luiz Alcione não recorreu a esse tema durante a campanha, dando maior ênfase às manifestações de apreço das comunidades religiosas. Outro dado relevante é a média de materiais com elementos religiosos, que alcança 54,74% para candidatos não oficiais e 63,86% para oficiais, com um aumento de quase 10%, além de que três candidatos apresentaram menos de 50% de suas publicações com elementos religiosos, dados que podem indicar um diálogo maior com as comunidades não religiosas por parte dos não oficiais, embora o grande nicho eleitoral ainda seja o evangélico.

Gráfico 6 – Testemunhos autobiográficos, apoios institucionais e materiais com elementos religiosos dos candidatos não oficiais



Fonte: Dados da pesquisa.

Diante dos dados apresentados, mesmo em um estado que se autodeclara laico, é perceptível que os religiosos políticos oficiais e não oficiais levam suas referências para a cena pública, publicizando suas

pautas e manifestando seu *ethos*, mesmo que com diferenças quanto a utilização desse capital, principalmente em relação a intensidade do uso. Mesmo aqueles que não alcançaram um cargo no legislativo estadual trabalharam como agentes na luta da religião em construir sua visibilidade na esfera pública e garantir suas demandas no campo político. Assim, por meio da inserção e atuação desses religiosos no espaço público, as arenas política e religiosa têm suas fronteiras cada vez menos definidas, com imbricações, porosidades e permeabilizações entre si.

Considerações finais

Na campanha a uma vaga à ALEP em 2018, identificamos 14 religiosos políticos cuja vinculação se deu com as quatro maiores denominações evangélicas do Paraná inseridas na política: Assembleia de Deus, Igreja do Evangelho Quadrangular, Igreja Universal do Reino de Deus e Igreja Batista. É evidente que as Igrejas têm se organizado para lançar candidatos oficiais, no intuito de eleger representantes à Assembleia Legislativa do Paraná. Diante dos dados apresentados e das discussões realizadas, é possível perceber como os religiosos políticos instrumentalizaram elementos sacros, a fim de criar e garantir a manutenção de sua imagem como um candidato cristão, que peleja pelas causas do Senhor. Além disso, ao participarem do pleito, trazem consigo seu *ethos*, publicizam seus posicionamentos e inserem a religião dentro do espaço público, como estratégia de manter e expandir sua influência dentro da arena política. Deste modo, se outrora Jesus responde aos fariseus que o que era de César deveria ser entregue a César, e o que era de Deus, à Deus, parece que o cenário político brasileiro, delineado nas últimas três décadas, aponta para uma reconfiguração dessa mensagem. Agora, os que são de Deus são enviados a César, a fim de conquistar espaço fora da arena religiosa, lutar pelos seus posicionamentos e manifestar sua cosmovisão. Assim, as fronteiras entre as duas arenas não estão definidas e, ao que os estudos na área indicam, as articulações continuarão visíveis entre os campos político e religioso, fato que não pode ser mais ignorado por aqueles que buscam compreender as relações de poder na sociedade contemporânea.

Referências

AGGIO, Camilo; REIS, Lucas. Campanha eleitoral no Facebook: usos, configurações e o papel atribuído a esse site por três candidatos eleitos nas eleições municipais de 2012. **Revista Compolítica**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 155-188, jul./dez. 2013.

CARVALHO JUNIOR, Erico Tavares de; ORO, Ari Pedro. Eleições municipais 2016: religião e política nas capitais brasileiras. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 18, n. 32, p. 15-68, jul./dez. 2017.

CERVI, Emerson Urizzi. O “Tempo da política” e a distribuição de recursos partidários: uma análise do HGPE. **Revista em debate**, Belo Horizonte, v. 2, n. 8, p. 12-17, 2010.

FAJARDO; Maxwell Pinheiro. “**Onde a luta se travar**”: a expansão das Assembleias de Deus no Brasil urbano (1946-1980). 2015. 358f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2015.

GUADALUPE, José Luis Pérez. ¿Políticos Evangélicos o Evangélicos Políticos? Los nuevos modelos de conquista política de los evangélicos. In: GUADALUPE, José Luis Pérez; GRUNDBERGER, Sebastian (Orgs.). **Evangélicos y poder en América Latina**. Lima: Instituto de Estudios Social Cristianos; Konrad Adenauer Stiftung, 2018, p. 11-106.

IBGE. **Censo demográfico 2010**: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

LACERDA, Fábio; BRASILIENSE, José Mario. Brasil: la incursión de los pentecostales em el poder legislativo brasileño. In: GUADALUPE, José Luis Pérez; GRUNDBERGER, Sebastian (Orgs.). **Evangélicos y poder en América Latina**. Lima: Instituto de Estudios Social Cristianos; Konrad Adenauer Stiftung, 2018, p. 141-179.

MACHADO, Maria das Dores Campos. **Política e religião**: a participação dos evangélicos nas eleições. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida. SAMPAIO, Rafael Cardoso. Internet e eleições 2010 no Brasil: rupturas e continuidades nos padrões mediáticos das campanhas políticas online. In: MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida; SAMPAIO, Rafael Cardoso; AGGIO, Camilo (Orgs.). **Do clique à urna**: internet, redes sociais e eleições no Brasil. Salvador: EDUFBA, 2013.

MEZZOMO, Frank Antonio; PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira. Religião católica, evangélica e afro-brasileira em disputa eleitoral: acionamento de elementos religiosos na campanha à Assembleia Legislativa do Paraná. **Tempo & Argumento**, Florianópolis, v. 11, n. 26, p. 456-485, jan./abr. 2019.

MIOLA, Edna; CARVALHO, Fernanda Cavassana de. Recursos persuasivos nas campanhas no Facebook: uma proposta metodológica a partir das eleições de 2016 em- Curitiba. **Agenda Política**, São Carlos, v. 5, n. 2, p. 254-290, set./dez. 2017.

ORO, Ari Pedro; CARVALHO JUNIOR, Erico Tavares. Eleições gerais de 2014: religião e política no Rio Grande do Sul. **Debates do NER**, Porto Alegre, v. 27, p. 145-171, 2015.

PALMEIRA, Moacir. Política e tempo: nota exploratória. In: PEIRANO, Mariza (Org.). **O dito e o feito**: ensaios de antropologia dos rituais. Rio de Janeiro: Ed. Relume Dumará, 2002. p. 171-177.

PEW RESEARCH CENTER. **Religião na América Latina**: mudança generalizada em uma região historicamente católica. Publicado em: 13 nov. 2014. Disponível em: <<https://pewrsr.ch/2YdqFeL>>. Acesso em: 23 jul. 2019.

PRANDI, Reginaldo; SANTOS, Renan William dos; BONATO, Massimo. Igrejas evangélicas como maquinas eleitorais no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 120, p. 43-60, jan./mar. 2019.

SANTOS, Livia Reis. Confiança ou cabresto? Considerações sobre o comportamento eleitoral de um grupo evangélico nas eleições municipais de 2012. **Intratextos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 73-92, 2013.

SEXUGI, Fábio; MEZZOMO, Frank Antonio; PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira. À imagem e semelhança: simulacro e hagiografia nas propagandas eleitorais de políticos religiosos. **Todas as letras**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 224-236, jan./abr. 2018.

MEMORIAS E PROCESSOS DO FAZER: COMIDAS PRESERVADAS EM RECEITAS NO LITORAL DO PARANÁ

Carla Ramos (PIC)

Unespar/Campus, carlaramosjoi@hotmail.com

Liliane Freitag (Orientadora), liliane.freitag@unespar.edu.br

Unespar/Paranaguá, liliane.freitag@unespar.edu.br

Palavras-chave: Alimentação. Cultura. Memória.

INTRODUÇÃO

Atualmente o tema da alimentação, começa a tomar espaço no campo historiográfico impulsionando pelo diálogo transdisciplinar, - que abrangem os processos e as ‘artes do fazer e do comer’. Nesse sentido, BARROS (2004) aponta que a sociologia, a história e a antropologia

têm muito a dialogar. Em meio a esse enredo, os alimentos, as práticas alimentares ou a cultura alimentar ‘falam’ sobre a sociedade e as identidades. A busca pela compreensão de certa cultura alimentar a partir da recuperação da memória gustativa, possibilita as articulações entre a História e outras disciplinas sobretudo quando a pesquisa contempla a culinária, a alimentação e seus rituais de comensalidade, bem como as práticas alimentares. Por outro lado, o estudo das preferências alimentares, a significação simbólica dos alimentos, as proibições dietéticas e religiosas, os hábitos culinários, a etiqueta e o comportamento à mesa, e, de maneira geral, as relações que a alimentação mantém em cada sociedade, com os mitos, a cultura e as estruturas sociais, ao sabor dos processos históricos.

Nesse sentido, a presente pesquisa pretendeu fazer da alimentação e, da arte de preparar o alimento um objeto de estudo com atenção as receitas e suas formas de transmissão como sendo um caminho para estudos acerca do imaginário, do simbólico, e das identidades de moradores residentes em algumas localidades do litoral do Paraná.

Entendemos que a comida desperta lembranças que permitem reconstruir a memória, expediente esse, que possibilita redefinir e reconstruir identidades. Em relação a isso, Roberto Da Matta (1987, p.22) em um importante texto chamado “Sobre o simbolismo da comida no Brasil”, afirma que a comida tem o

papel de destacar identidades. Essa compreensão levou a um estudo interdisciplinar que visou compreender hábitos e práticas alimentares, práticas estas distantes ou recentes se constituindo em tradições culinárias. Tais práticas foram analisadas sob o ponto de vista sociocultural, que outorga uma identidade, que se reafirma através da memória gustativa. Tais reflexões encontram guardidas explicativas na obra “A Invenção das Tradições”, organizada por E. Hobsbawm e E. Ranger com a 2ª. edição em português e publicada em 1997, que permite suporte teórico à questão das tradições culinárias.

A história da alimentação abrange vários aspectos da cultura humana. Necessidades biológicas, recursos econômicos e sentidos culturais que dão amplos significados a alimentação conforme nos aponta Henrique Carneiro (2003). Sendo assim, se diferencia a fome biológica dos apetites. Estes são traços dos desejos humanos onde a satisfação transcende a nutrição biológica, mas se materializam em hábitos, costumes, rituais e etiquetas. Por isso, o que se come se torna tão importante quanto e quando come, onde, com quem e como se come. Tais práticas, ao longo do tempo fomentam e resinnificam a memória coletiva e individual de um grupo social ou indivíduo formando a sua identidade. A alimentação revela a estrutura da vida cotidiana, do seu núcleo mais íntimo e mais compartilhado.

Sendo a alimentação uma necessidade fisiológica, sua história se confunde com a própria História. Da mesma maneira em que a vida humana foi se tornando complexa, também sua relação com o alimento ganhou significados sociais, culturais e econômicos. Segundo DA MATTA (1987) o alimento não é apenas um fornecedor de nutrientes e energia, mas transformou-se em comida. A comida se diferencia do alimento pois não é somente um fornecedor de nutrientes, mas é aquilo que é aceito socialmente e culturalmente por um determinado grupo, fazendo parte do seu *habitus* (Bourdieu, 1989). A comida é o alimento transformado pela cultura.

As práticas alimentares, os alimentos ou a cultura alimentar dizem muito sobre a sociedade, as identidades e as memórias que a engendram. A busca pela compreensão de certa cultura alimentar a partir da recuperação da memória gustativa, possibilita as articulações entre a História e outras disciplinas quando contempla a culinária, a alimentação e seus rituais de comensalidade, bem como as práticas alimentares. Por outro lado, o estudo das preferências alimentares, permite a significação simbólica dos alimentos, as proibições dietéticas e religiosas, os hábitos culinários, a etiqueta e o comportamento à mesa, e, de maneira geral, as relações que a alimentação mantém em cada sociedade, com os mitos, a cultura e as estruturas sociais, ao sabor dos processos históricos.

Em Carlos Roberto Antunes dos Santos reflete sobre o caráter regional das receitas:

“As cozinhas locais, regionais, nacionais e internacionais são produtos da miscigenação cultural, fazendo com que as culinárias revelem vestígios das trocas culturais. Hoje, os estudos sobre a comida e a alimentação invadem as Ciências Humanas a partir da premissa de que a formação do gosto alimentar não se dá, exclusivamente, pelo seu aspecto nutricional, biológico. O alimento constitui uma categoria histórica, pois os padrões de permanência e mudanças dos hábitos e práticas alimentares têm referências na própria dinâmica social. Os alimentos não são somente alimentos. Alimentar-se é um ato nutricional, comer é um ato social, pois constitui atitudes ligadas aos usos, costumes, protocolos, condutas e situações. Nenhum alimento que entra em nossas bocas é neutro. A historicidade da sensibilidade gastronômica explica e é explicada pelas manifestações culturais e sociais como espelho de uma época...”

Desta maneira, nesta pesquisa tratamos o alimento transfigurado em comida, como sendo uma categoria histórica, pois os padrões de permanência e mudanças dos hábitos e práticas alimentares tem referências na própria dinâmica social. Os alimentos não são somente alimentos. A comida é o alimento transformado pela cultura. ‘Comer, fazer comida, assim como criar receitas e até mesmo reunir receitas de comida’ são atos sociais, pois coloca em evidência atitudes, ligadas aos usos, costumes, protocolos, condutas.

Diante disto esta pesquisa fez da alimentação e, da ‘arte’ de preparar o alimento um objeto de estudo com atenção as identidades e as memórias. Tratou-se do mapeamento e análise de receitas com vistas ao estudo dos referencias alimentares presentes em alguns espaços do litoral paranaense. Buscou-se indícios das práticas alimentares nas localidades de Superagui, Ilha do Mel, Guaraqueçaba, Ilha Rasa, Mariana, Eufrasina, Amparo, Piaçaguera, Ilha das Peças, Ilha dos Valadares, Ilha da Gamela, Ponta do Uba e nas comunidades periféricas da localidade de Paranaguá, sobretudo aquelas que são locais de morada de pescadores e suas famílias nascidas na região. Um dos postulados da pesquisa passou pelo entendimento de que as preferencias alimentares carregam significações que nos permitem entender aspectos vinculados às identidades e, de maneira geral, o lugar e as relações que a alimentação mantém na sociedade e seu na demarcação das diferenças entre grupos sociais.

MATERIAIS E MÉTODOS

Uma questão importante na pesquisa foi a necessidade de relativizar as práticas alimentares. Partimos da premissa que o conjunto das receitas colhidas são frutos de uma seleção prévia por parte dos produtores dessa memória gustativa. Nessa direção, o caminho apontado por Certeau (1998) foi de extrema

relevância, pois destacou a importância do ‘lugar social’ na produção de saberes. Esse conceito associado às premissas de que a história é uma prática historiográfica que os sujeitos organizam a sua história de vida através de práticas cotidianas foi a chave para a compreensão dos saberes culinários produzidos na área de abrangência da pesquisa.

O mesmo autor nos fala ainda da história como uma ‘operação’. Ela deve ser entendida como relação de um lugar e a produção de um texto, uma literatura. Portanto, não pretendemos construir uma história “objetiva”, pois, a nossa interpretação depende de um horizonte de referência que nos remete a subjetividade. Dessa forma, nosso projeto relativiza a criação das práticas do cozinhar’ como atos que se reinventam no tempo, reinventando também seus agentes de criação.

Outra questão metodológica surgiu com a necessidade de estudarmos alguns conceitos referentes a memória, tendo em vista que a memória é a capacidade de guardar na mente as experiências que os seres humanos adquirem ao longo de suas vidas. Um ato de lembrar e recordar (receitas de família, por exemplo) foi entendido a partir da relação história, memória e identidade. O ato de lembrar (uma receita guardada na memória, a primeira vez que a produziu ou momentos em que dada receita produzida) reconstrói a memória, tanto como indivíduo, ou como participante de diversos grupos sociais.

Identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler. Uma tarefa desse tipo supõe vários caminhos. O primeiro diz respeito às classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real. Variáveis consoante às classes sociais ou os meios intelectuais são produzidas pelas disposições estáveis e partilhadas, próprias do grupo. São estes esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço a ser decifrado (CHARTIER, 1990: 17).

A crítica interna, a catalogação das receitas e sua organização foi fundamental para a sistematização dos dados. Recuperar a memória e organizá-la com a intenção de evidenciar algo que estava invisível. Nesse sentido, cada receita coletada foi vista a partir da particularidade do seu lugar de produção econômico social, político e cultural. Destarte, esse lugar social de escolhas culinárias que se manifesta nas receitas abriu a possibilidade de compreendermos o *habitus* social dos sujeitos envolvidos na coleta de dados. O *habitus* é, segundo Pierre Bourdieu, um esquema de classificação incorporado, que atua antes do plano do discurso. Portanto, se, por um lado, ele é estruturado pela cultura de classe, por outro, suas classificações produzem uma representação do mundo e uma disposição a agir no mundo que confirma

aquela cultura, tornando o plano simbólico-cultural o mais eficaz na determinação das posições de dominação. Assim sendo, foi também o gesto de historiador que ligou as práticas aos lugares.

Os postulados de Roger Chartier permitiram, nesse caso, o diálogo com a documentação, neste caso as receitas, como sendo produto de uma prática de seleção e exclusão que o historiador realiza quando faz a opção pelos documentos que vai utilizar. Por outro lado, a narrativa histórica que produzimos constitui mais uma fabricação de sentidos sobre suas experiências sociais.

O percurso da pesquisa, alimentado por essa visão de história nos levou a buscar artigos que abordassem o tema da alimentação na historiografia. A metodologia implementou trabalho de interpretação, compreensão, etapa essa, que consistiu na busca pelas fontes. Iniciamos a ‘busca’ por cozinheiras reconhecidas na região de abrangência da pesquisa para a coleta das receitas que serviram como base inicial de pesquisa. Concomitante a isso, seguimos um roteiro de leituras relacionadas ao tema a fim de sustentarmos as discussões de pesquisa. O objetivo foi identificar e analisar as ideias dos principais autores que nos balizaram os caminhos a seguir para a definição do referencial teórico e metodológico mais adequado para trabalhar com a pesquisa de receitas populares do litoral do Paraná.²⁴

A partir deste ponto, o caminho teórico nos apontou que a memória alimentar advinda dos receituários que estávamos buscando tratava-se de uma herança simbólica do passado. E, a despeito das possíveis inovações ou ingredientes inovadores que poderiam ser apresentados nas chamadas ‘receitas de família’, cada receita a seu modo e jeito (pois uma tradição não é algo cristalizado no tempo) carrega em si, identidades.

A coleta de receitas para a pesquisa fora proveniente de diversos espaços. Um deles foi na oficina sobre a “História da alimentação e memória” em novembro de 2018, destinada para o grupo da UNATI – Universidade da Terceira Idade da Unespar, Campus de Paranaguá. Nesta oficina chamada de “Sabores de minha infância” coletamos receitas de família. Muitas delas tratavam de preparos que os seus avós costumavam fazer. A memória afetiva foi amplamente acionada e nos permitiu um levantamento de hábitos locais, das receitas, dos ingredientes, dos preparos e gostos.²⁵

²⁴ Concomitante às leituras, foram realizadas reuniões de orientação em grupo, onde pude apresentar resumos das leituras concluídas. Outras leituras necessárias para a discussão e a compreensão do campo da memória também estiveram presentes nesse momento de aprofundamento teórico e historiográfico. As leituras foram debatidas nas reuniões coletivas semanais, mas também em horários destinados a orientação individual.

²⁵ Tais receitas foram o fio condutor que nos permitiu acessar a memória e os processos de fazer comida que contribuíram para a formação de uma identidade de grupo social e de indivíduo, revelando a fonte formadora de um

Outro caminho visando conhecer a arte de elaborar os alimentos e dar sabor e sentido as identidades dos sujeitos que as elaboram consistiu em ir a campo. Para isso, nos deslocamos para as localidades de Superagui, Ilha do Mel, Guaraqueçaba, Ilha Rasa, Mariana, Eufрасina, Amparo, Piaçaguera, Ilha das Peças, Ilha dos Valadares, Ilha da Gamela, Ponta do Uba e nas comunidades periféricas da localidade de Paranaguá.

Vale lembrar que em “A Operação Historiográfica” Certeau diz que todo trabalho histórico “[...] começa com o gesto de *separar*, de reunir, de transformar em “documentos” certos objetos distribuídos de outra maneira” (CERTEAU 1998, p. 81, grifo do autor). Nesse trabalho, a nossa *catança*, (gesto constitutivo da historiografia), procedeu a medida em que fomos pinçando elementos dispersos (uma receita aqui, outra acolá, uma informação aqui, outra lá) no plano da prática (experiência). A partir desse ato, passamos a organizar as receitas. Após essa separação continuamos a investigá-las, questioná-las, problematizá-las.

Esse trabalho ocorreu à medida que buscávamos cadernos de receitas, receitas ‘soltas’ perdidas em meio a armários, e aquelas contidas na memória. A busca se baseava em identificar a existência ou não de tradições alimentares na área litorânea do Paraná.

Para tanto, também contamos um guia local que também é barqueiro e profundo conhecedor da região que nos conduziu as localidades selecionadas. Nosso mediador nos indicou algumas pessoas reconhecidas como bons cozinheiros nas comunidades de abrangência da pesquisa (Superagui, Ilha do Mel, Guaraqueçaba, Ilha Rasa, Mariana, Eufрасina, Amparo, Piaçaguera, Ilha das Peças, Ilha dos Valadares, Ilha da Gamela, Ponta do Uba e nas comunidades periféricas da localidade de Paranaguá). O acaso também foi nosso guia, pois acabávamos ‘esbarrando’ com as receitas. Nas ruas das comunidades perguntávamos sobre quem poderia ter cadernos de receitas e anotações de receitas de família, passadas de geração em geração. Apenas um dos entrevistados possuía algo nesse sentido, fato que nos fez mudar de estratégia durante a realização desta pesquisa.

Ao abordar os sujeitos em busca do nosso objeto, percebemos a necessidade de realizar entrevistas abertas com vistas a conhecer um pouco das suas vidas a partir dos seus discursos. Segundo Certeau (1998) qualquer narrativa que relate o que se passa, ou que se passou, institui algo de real, na medida em que se considera como a representação de uma dada realidade. O que liga o discurso ao local e o define é o

patrimônio cultural do litoral deste estado. Receitas populares e locais, não exploradas massivamente, ou ainda que ficaram relegados ao esquecimento, são materiais da memória que mapeamos e passamos a ter contato na pesquisa de IC.

lugar institucional do sujeito. Para o autor o sujeito é um lugar construído na linguagem social e não apenas numa subjetividade isolada. Inicialmente tentamos uma entrevista estruturada, porém percebemos o desconforto sentido por parte dos entrevistados. Optamos então pela entrevista aberta que nos proporcionou um diálogo mais produtivo na medida em que uma conversa informal (conversa formal com roupagem informal) se apresentava de maneira mais familiar aquelas pessoas.

Essa trajetória da prática de pesquisa orientada pelo campo da História cultural buscou em Roger Chartier, a compreensão das relações entre práticas e representações.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao longo do processo de pesquisa, contatamos contatadas três cozinheiras nascidas e criadas na região litorânea onde em conversa informal foram apresentados este trabalho e seu objetivo. Algumas receitas são similares nos ingredientes e no preparo, com alguns segredos não revelados, pois faz parte daquilo que torna a receita única, além da mão da cozinheira. Tais senhoras possuem uma *representação* importante para as pessoas da comunidade onde estão inseridas, pois elas estão ligadas a cozinhas comunitárias, paroquiais e comércio local. Suas receitas procedem de sua memória afetiva ou cadernos de receitas de suas mães e avós, contando a história das suas famílias.

Outro resultado alcançado foi a coleta das fichas da Unati contendo as receitas de família. Nesta etapa foram distribuídas 70 fichas e recebemos de volta 19. Todos os participantes são residentes no Município de Paranaguá, ou seja, na parte urbanizada. Esperávamos encontrar muitos preparos com peixes e frutos do mar, das 19 fichas recebidas, 13 eram de Paranaguá e litoral, 2 do interior deste Estado, 1 da Bahia, 1 Vila da Madeira, 2 do interior paulista. Ao questionarmos o porquê do baixo consumo de pescados e frutos do mar, os participantes indicaram que o preço alto dos peixes e frutos do mar é fator determinante para o baixo consumo, além do difícil acesso ao produto fresco. Dessas 19 receitas 8 eram de pratos salgados, sendo: 2 com peixe, 2 com galinha caipira, 1 com carne seca, 3 com uso de carne vermelha. As receitas doces totalizaram 11. Dentre elas, foram listadas 5 pudins, 5 bolos (2 de fubá, 2 de bananas, 1 de fécula de batata).

Dessas receitas, todas serviam 5 ou mais pessoas, nos levando a concluir que comer é um ato social, pois nenhuma receita era individual. As referidas receitas eram 11 para ocasiões especiais e 8 para o dia a dia. Quando questionados o porquê selecionar tal receita e se ainda a prepara, 8 responderam que

ainda faziam pois são rápidas, simples e gostosas, 9 pois remete a lembranças da mãe, vó, tia e faz também para sua família, 1 respondeu que faz por ser rápida e também por lembrar a mãe, e a última por ser saudável. Como resultado da oficina está sendo elaborado um ebook com as receitas e com as conclusões²⁶.

Através de declarações feitas por participantes da oficina, podemos concluir que através desta abordagem conseguimos acessar a memória afetiva dos participantes, traduzindo práticas que constituem parte do cotidiano de tais pessoas. Foi uma troca de experiências muito boa. Ao final da oficina, em conversa informal, nos foram apresentadas duas receitas inéditas. Fizemos uma degustação de bolinho de camarão e banana encapada, servido com chá mate. Para nossa satisfação, algumas das receitas relatadas foram também trazidas para degustação, como o feijão com carne seca e bolo de fubá. Essas receitas são reconhecidas pelo senso comum como tradicionais e tem como base ingredientes locais.

As fichas confeccionadas para a oficina da Unati serviram como um balizador para pesquisa de campo para que na análise destas fontes fosse possível acessar as práticas culturais dessas comunidades pertencentes a Bahia de Paranaguá. Conforme nos indicam alguns dos artigos levantados, a farinha de mandioca e o pescado tinham importância fundamental na subsistência desta população litorânea. A alimentação diária em meados do século XIX era precária para a grande parte da população e espero encontrar nessas receitas a herança cultural para vislumbrar identidades deste litoral²⁷.

As receitas selecionadas a partir do segundo momento da pesquisa foram coletadas principalmente nas ilhas e pequenas comunidades, e na cidade de Paranaguá. Além de perguntar sobre receitas de família, passadas de geração em geração, mas principalmente que ainda fazem parte do seu cotidiano. Ao serem questionados sobre receitas, os sujeitos da nossa pesquisa entendiam por receitas algo elaborado, sofisticado. Não lhes ocorria que estávamos à procura do saber mais básico, suas práticas diárias.

O mais citado e comum da base alimentar é clássico arroz com feijão e uma “mistura”. Como essa mistura se entende alguma proteína como ovos, peixe, frango ou carne.

O pão tipo francês, substituto do biju, milho, inhame já pode ser comprado na mercearia ou no comércio local, assim como todos os itens de necessidade básica. O mais difícil de encontrar são as verduras e frutas frescas. O tomate, batata, cenoura, pepino e beterraba, que tem maior durabilidade, são os

²⁶ A Unati não conta com uma página na web onde possamos viabilizar o ebook.

²⁷ A farinha de mandioca, junto ao pescado foram a maior fonte de alimento da população do litoral até meados do XIX, conforme apontam uma vasta produção acadêmica.

mais acessíveis. A carne vermelha chega à venda com um valor alto e por isso é consumida em ocasiões especiais ou por famílias que apresentam maior poder aquisitivo. O frango vem ganhando espaço na alimentação dessas famílias, principalmente naquelas de aposentados que não podem mais sair para pescar. É comum encontrar algumas frutas para consumo próprio, tais como banana, laranja, mamão, maracujá, limão e araçá. Observamos que a mandioca já não tem a mesma importância, sendo utilizada como complemento. A farinha de mandioca não é produzida nas regiões visitadas. Na tabela abaixo segue as receitas catalogadas com referências de descrição e de consumo.

Tabela 1 – Receitas Salgadas

Receitas Salgadas	Descrição	Em qual ocasião
Peixe seco com banana verde	Peixe defumado com banana cozida no seu caldo	Dia a dia
Peixe recheado		Dia a dia
Peixe abafado	Como uma moqueca	Dia a dia
Peixe empanado		Dia a dia
Peixe ensopado		Dia a dia
Peixe ensopado com camarão		Dia a dia
Peixe assado na folha de bananeira		Dia a dia
Peixe filho da puta	Citado duas vezes, peixe recheado e “lanhado” (cortes) nas laterais com mais recheio. Amarrado com barbante e levado para assar.	Dia a dia
Peixe no caldo azul		Dia a dia
Peixe seco desfiado e refogado	Caldo feito a partir da banana verde e depois colocado o peixe para cozer	Dia a dia
Caldo de peixe		Dia a dia
Pirão do mesmo	Nome real, é um pirão do caldo de peixe.	Dia a dia
Arroz lambe lambe	Arroz cozido com mariscos e berbigão	Dia a dia

Siri desfiado e refogado	Siri descascado e refogado	Dia a dia
Caranguejo cozido		Dia a dia
Siri metido a besta	quebrado em partes, frito na frigideira com tempeiros	Dia a dia
Camarão empanado		Dia a dia
Camarão ensopado		Dia a dia
Camarão frito		Dia a dia
Camarão ensopado com abóbora	A abóbora é usada para engrossar o molho, no lugar do tomate	Dia a dia
Bolinho de camarão caíçara	Massa feita da farinha de mandioca, com camarão amassado e depois recheado com camarão. Frito na sequencia	Dia a dia
Ostra com palmito	Servido como uma salada	Dia a dia
Ostra com limão espremido	Ostra in natura	Dia a dia
Ostra na grelha	Assada	Dia a dia

Na tabela 1 encontramos diversas preparações citadas como para consumo diário, uma vez que os principais ingredientes são retirados do mar. Os temperos, com poucas variações, são, cebolinha verde, salsinha, alfavaca, cebola de cabeça e tomate. Grande maioria possui horta com algumas ervas. Encontramos também uma residência que faz seu próprio peixe defumado. Ocorrem variações para nominar o peixe defumado, como peixe seco, ou peixe fumaceado. Abaixo segue a tabela das receitas coletadas de preparações doces.

Tabela 2 – Receitas Doces

Receitas Doces	Descrição	Em que ocasião
Banana encapada	Banana envolvida numa massa de trigo e frito	lanche
Bolo de mandioca na folha da bananeira	Bolo assado na folha de bananeira	Lanche
Beiju	Nossa tapioca	Lanche ou acomp. Receitas

		salgadas
Doce de goma	Um biscoito/broa	Lanche
Cuscus	Farinha de milho em flocos cozida no vapor	Lanche ou acomp. Receitas salgadas
Bolinho de graxa	Bolinho de massa de trigo frito.	lanche com café
Jabacuí	Farinha de milho seco socado no pilão, e depois faz uma paçoca	lanche com café

Na tabela 2 sendo a banana encapada, doce de goma, beiju são produtos que podem ser encontrados na feira livre que ocorre aos sábados atrás da Catedral de Paranaguá. O bolinho de graxa é parecido com o bolinho de chuva, comum à nossa mesa. O bolo de mandioca na folha de bananeira é encontrado em Piaçaguera. O Cuscus e jabacuí são raros de encontrar.

Vale ressaltar que todas as receitas catalogadas são produzidas para consumo familiar, com no mínimo duas pessoas. Ou seja, o comer junto também é intrínseco a essas receitas.

CONCLUSÕES

Foi possível verificar que a prática das ‘artes’ do fazer pertence majoritariamente ao universo feminino. São práticas e modos de fazer que são transmitidos de geração em geração e estão em constantes transformações. São cozinheiras reconhecidas pela comunidade onde estão inseridas.

Na área pesquisada, a classe social não está definida pelos produtos consumidos, mas está marcada pela geografia. Comer carne nas ilhas é um luxo, enquanto no continente comer um peixe ou frutos do mar tem a mesma conotação. Está diretamente ligada ao acesso que se tem a determinado alimento, pelo valor agregado que os produtos atingem até chegar ao consumidor final.

Vale ressaltar que grande parte das receitas coletadas circulam apenas na esfera da vida privada e não são exploradas comercialmente tal qual o Barreado, tido como um prato típico. Além do que, suas receitas procedem de memórias afetivas e não são registradas em cadernos e livros conforme nossa hipótese inicial. Fato que demonstra a importância da organização dessa memória alimentar pois em meio as receitas estão também relatos de histórias de famílias e afetos.

Outro ponto é o entendimento dos sujeitos sobre o conceito de receitas. Para eles receitas são aquelas registradas em livros, para ocasiões especiais, sofisticadas, elaboradas. O fato de não assimilar suas ‘artes do fazer’, não considerar o que produzem e elaboram no seu cotidiano como receitas, mostra o quanto essas técnicas de preparo estão enraizadas na sua memória alimentar. Essa ‘aventura’ nos levou conhecer saberes alimentares que se transformaram com o tempo.

Assim buscamos transformar os vestígios de uma memória gustativa e alimentar em uma narrativa de história. Por outro lado, intencionamos tornar aparente uma memória que estava invisível, pois se tratou de dar existência a um universo culinário que está fora do circuito comercial e turístico do litoral do Paraná: não se trata de buscar no ‘barreado ou nos chamados pratos típicos paranaense, há muito transformados em mercadoria, mas naquelas receitas que, ao lado de pratos reconhecidos como patrimônio paranaense, também constituem o Paraná. A organização de um acervo de memória gustativa pretendeu, portanto, dar sentido as ‘artes do fazer’, conforme destacado por Certeau. Tornando os também conhecidos e (re) conhecidos, segundo Bourdieu.

Por fim, com esse amplo referencial teórico-metodológico, recuperou práticas e identidades tendo como pilares a sociologia da ação de Pierre Bourdieu, os postulados de Michel de Certeau em diálogo com Roger Chartier e o campo da História Cultural visando uma interface antropológica, pois abarca, conforme destacado ao longo do texto, as dimensões da cultura como um sistema de significados que o próprio homem tece ao longo de sua trajetória.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: EDUSP, 2007.
_____. **A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer**. São Paulo: EDUSP, 1996.
_____. BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.
- CARNEIRO, H. **Comida e Sociedade: Uma História da Alimentação**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.
- CASCUDO, L. da C. **História da Alimentação no Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1983.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do Cotidiano: 1. Artes de fazer**. Tradução: Ephraim C Ferreira Alves. 3. ed. Vozes: Petrópolis, 1998.
- CHARTIER, Roger. Verbete Imagens. In: Burguière, André. **Dicionário das ciências históricas**. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

_____ **A História Cultural: entre práticas e representações.** Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

DA MATTA, R. **Sobre o simbolismo da comida no Brasil.** In: O CORREIO, Rio de Janeiro, v. 15, nº 7, jul. 1987, p. 22.

SANTOS, C. R. A. dos. **A alimentação e seu lugar na História: 13 História.** In: Questões & Debates, Curitiba, n. 42, p. 11-31. Editora UFPR. 2005.

GEERTZ, C. **A Interpretação das Culturas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GIARD, L. **Cozinhar.** In: CERTEAU, M. de. A invenção do cotidiano - morar, cozinhar. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996, p.211-332.

POLLAK, M. **Memória, esquecimento, silêncio.** In: ESTUDOS HISTÓRICOS. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3 – 15

THOMPSON, P. **A transmissão cultural entre gerações dentro das famílias: uma abordagem centrada em histórias de vida.** In: CIÊNCIAS SOCIAIS HOJE, ANPOCS, 1993.

WESTPHALEN, Cecília M. As farinhas de Paranaguá. **A moderna história econômica.** Rio de Janeiro: Apec, 1976.

UTILIZAÇÃO DO FACEBOOK NAS ELEIÇÕES DE 2018 À ALEP: EXPERIÊNCIAS DOS CANDIDATOS EVANGÉLICOS

Crislaine Pereira de Lima (PIBIC - CNPq)

Unespar/Campo Mourão, criss0713@gmail.com

Cristina Satiê de Oliveira Pátaro (Orientador)

Unespar/Campo Mourão, crispataro@gmail.com

Frank Antonio Mezzomo (Coorientador)

Unespar/Campo Mourão, frankmezzomo@gmail.com

Palavras-chave: Religião. Política. Eleições 2018. ALEP.

INTRODUÇÃO

Na medida em que percebemos uma relação cada vez mais intensa entre religião e política, sobretudo nas eleições mais recentes no Brasil – em que os candidatos recebem apoio de membros e lideranças religiosas, que utilizam valores, signos e elementos ligados à religião –, entendemos ser pertinente a investigação do uso do imaginário religioso, principalmente em período de campanha eleitoral (ORO; JÚNIOR, 2015; BURITY, 2011; CAMURÇA, 2008).

Diante deste cenário, esta pesquisa visa compreender as articulações entre os campos da religião e da política, investigando as campanhas de agentes religiosos evangélicos nas eleições à Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP) no ano de 2018²⁸.

Considerando que nossa Constituição da República dispõe acerca da laicidade do Estado, religião e política não parecem fazer muita cerimônia para atuarem conjuntamente (MARIANO, 2011; GIUMBELLI, 2011). Com efeito, as relações entre religião e política na sociedade contemporânea colocam em questão alguns dos pilares da modernidade, especificamente em uma das noções acerca do fenômeno da secularização, especulava-se sobre o declínio da centralidade da religião enquanto instituição hegemônica da sociedade, mesmo que não a apagando enquanto

²⁸ Análogos a esta pesquisa, outros três projetos, também vinculados ao Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder, estudam a relação entre religião e política a partir da análise de outros candidatos evangélicos (Brandon Lopes dos Anjos, Iniciação Científica; e Lucas Alves da Silva, Mestrando PPGSeD); e também católicos (Lara Pazinato Nascimento, Iniciação Científica), todos orientados pelos professores Frank Antonio Mezzomo e Cristina Satiê de Oliveira Pátaro. Estas pesquisas fazem parte de investigação mais ampla intitulada: Agentes religiosos na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná: articulações entre religião e política na campanha eleitoral, coordenada por Frank Antonio Mezzomo e que conta com apoio da Fundação Araucária.

fenômeno social e enquanto opção e manifestação no nível da consciência individual (GIUMBELLI, 2015; ORTIZ, 2001; SANCHIS, 1995; BERGER, 2001). No entanto, o movimento da secularização não é uniforme e reforça-se com os avanços na adesão, institucionalização e pertencimento religioso, sendo possível especular sobre a dilatação e deslocamento das fronteiras dos campos religioso e político, assim como a desregulação institucional e a ressignificação de suas práticas (NOVAES, 2012; HERVIEU-LÉGER, 2008; BURITY, 2001).

Verificamos, assim, novas configurações do espaço público, mediante a participação de agentes de diferentes religiões na política partidária, acenando para novas relações de poder, dinâmicas e pautas reivindicatórias que passam a se constituir na esfera do poder público. Como consequência, discussões teóricas e investigações empíricas vêm sugerindo indagações acerca do caráter democrático e laico do estado brasileiro. Assim, se por um lado a participação de grupos religiosos – não mais restrita à religião católica – assegura uma maior representatividade de uma parcela da população, por outro, problematiza-se acerca das práticas clientelistas e corporativas que passam a se configurar com base nos interesses das instituições religiosas inseridas em dois poderes do Estado, o executivo e o legislativo (ORO, 2012; NOVAES, 2012; MACHADO, 2003).

O cenário político brasileiro dos últimos anos pode ser caracterizado pelo crescimento de uma onda conservadora, conferindo certa polaridade nos posicionamentos políticos, inclusive nas pautas de campanha, a partir da qual se constituem, por um lado, discursos e práticas fundamentados em valores morais e religiosos, que se baseiam em princípios cristãos, e, por outro lado, discursos que defendem a laicidade do Estado e outras pautas consideradas progressistas, primordialmente no que se refere aos direitos das minorias, como por exemplo o movimento feminista e a comunidade LGBTQ (TATAGIBA, 2018; BURITY, 2018).

Diante deste cenário, nas eleições de 2018 no Brasil, percebemos as imbricações entre os campos político e religioso nos diferentes níveis eleitorais, desde os candidatos à presidência até os deputados estaduais, que é o foco deste trabalho. Podemos citar como exemplo os casos dos candidatos Jair Bolsonaro (PSL), que, em sua campanha à presidência da República, utilizou o

slogan "Brasil acima de tudo, Deus acima de todos", além de visitar diferentes denominações religiosas e se aliar a alguns segmentos evangélicos durante a campanha; Ratinho Junior (PSD), que concorreu com êxito para Governador do estado do Paraná, e que, no lançamento de sua candidatura, na convenção partidária, citou passagens bíblicas e recebeu apoio de partidos ligados a igrejas evangélicas. Também é o caso de Aroldo Martins (PRB), candidato eleito ao cargo de Deputado Federal no Paraná, que é bispo licenciado da Igreja Universal do Reino de Deus, e que igualmente fez uso de elementos religiosos para legitimar sua campanha.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para a produção do corpus empírico, buscamos identificar, nas páginas e perfis pessoais na rede social *Facebook*, os materiais de campanha de candidatos evangélicos que fizeram uso de elementos religiosos em sua propaganda eleitoral para a ALEP em 2018, coletando os materiais publicados e compartilhados que se relacionavam, simultaneamente, à campanha política e à religião. O recorte temporal para tal verificação observou o período da oficialização das candidaturas (20/07/2018) até pós eleição (10/10/2018), observando as articulações desde o início da campanha até após a publicização dos resultados do pleito.

Para tanto, de posse da lista oficial de candidatos inscritos, realizamos, em um primeiro momento, a identificação daqueles que explicitassem alguma vinculação religiosa, seja por meio do nome de urna, da atividade exercida, dos apoios recebidos ou dos materiais divulgados. Assim, procedemos à coleta de materiais que demonstrassem esse pertencimento, por meio do rastreamento de conteúdos divulgados na internet, principalmente no *Facebook*, salvando fotos, imagens, vídeos, *lives*, postagens de texto, compreendendo tanto produções originais do candidato quanto materiais compartilhados.

Em seguida, de posse de um primeiro levantamento (que totalizou 139 agentes religiosos de diferentes vinculações religiosas), realizamos a filtragem destes candidatos, classificando por religião/denominação (evangélico, católico, religião afro-brasileira ou vinculação não identificada). Assim, o recorte dos candidatos investigados nesta pesquisa se deu após a coleta dos materiais de todos os pleiteantes que explicitassem, de alguma forma, os elementos religiosos

em sua campanha, obedecendo como critérios o uso de função religiosa como nome de urna (no caso de pastores e missionários) e a recorrência de postagens vinculadas ao universo religioso como igrejas, mensagens, pautas e apoio de líderes eclesiais, somando um total de 13 candidatos evangélicos.

A organização e tabulação dos materiais coletados na mídia eletrônica ocorreram em paralelo, facilitando a identificação dos pleiteantes e suas características. Os dados foram catalogados em planilhas distintas para cada candidato, contendo a data da postagem, link de acesso, tipo de material (imagem, foto, vídeo, *live*, texto) e breve descrição do material. O processo de sistematização dos resultados se deu a partir de descrições de cada candidato, para posterior organização de categorias de análise dos materiais, que orienta a interpretação e discussão dos dados apresentadas na sequência.

Vale destacar que a elaboração do instrumento de pesquisa, a coleta de dados e os momentos de estudos e discussões de textos, realizados ao longo de toda a pesquisa, contaram com a participação e apoio dos orientadores e dos membros do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder, conforme observado acima.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Estado do Paraná conta, segundo dados do Tribunal Regional Eleitoral, com 7.919.740 eleitores (dados referentes a 28/02/2018), que participaram do processo de escolha de 54 deputados para a Assembleia Legislativa Estadual do Paraná (ALEP) para a legislatura de 2019 a 2022. No total, foram homologadas as candidaturas de 767 pleiteantes, dentre os quais, a partir dos procedimentos metodológicos adotados, foram identificados 139 agentes religiosos, dos quais 65 são evangélicos, que utilizaram de elementos religiosos em suas campanhas. Como já mencionado, esta pesquisa analisa 13 dos candidatos evangélicos, na intenção de verificar de que modos a religião é acionada como estratégia de campanha eleitoral. Os quadros a seguir sistematizam algumas das informações de cada um deles.

Quadro 1: Pertencimento religioso dos candidatos a deputado estadual analisados na pesquisa

Nome de Urna	Vinculação Religiosa	Função religiosa
Dra. Andreza Albuquerque	Igreja Internacional da Graça de Deus	Membra
Ed Claudio Cruz – Claudinho	Igreja Só o Senhor é Deus	Membro
Ezequias Barros	Igreja O Brasil para Cristo – Pinheirinho	Pastor
Galo	Não foi possível identificar	Não identificado
Missionário Ricardo Arruda	Igreja Mundial do Poder de Deus	Missionário
Pastor Adão	Não foi possível identificar	Pastor
Pastor Alessio Violato	Igreja Pentecostal Só Jesus é a Verdade	Pastor
Pastor João dos Anjos	Igreja Evangélica Irmãos Menonitas	Pastor
Pastor Silvio Toshio	Não foi possível identificar	Pastor
Pastor Wellington Dias	Igreja Evangélica Assembleia da Fé	Pastor
Pastora Tatiane Galvão	Comunidade Evangélica Firme na Rocha	Pastora
Samuel Pinheiro	Igreja Vida Plena	Pastor
Soldado Fruet	Não foi possível identificar	Membro

Fonte: Dados da Pesquisa.

De acordo com os dados apresentados no Quadro 01, os candidatos identificados se vinculam a 09 diferentes denominações evangélicas, sendo que, na maioria dos casos (08 candidatos), os políticos exercem a função de pastor. Dentre os agentes religiosos analisados, não foi possível verificar a vinculação religiosa de 04 deles, uma vez que, nos materiais, recorriam à religião sem citar denominações.

Quadro 2: Dados dos candidatos evangélicos a deputado estadual analisados na pesquisa

Nome de Urna	Número	Partido	Quantidade de votos	Condição
Dra. Andreza Albuquerque	55300	PSD	11.166	Não eleita
Ed Claudio Cruz – Claudinho	17121	PSL	1.115	Não eleito
Ezequias Barros	44744	PRP	12.714	Não eleito
Galo	19222	PODE	26.210	Eleito
Missionário Ricardo Arruda	17123	PSL	27.574	Reeleito
Pastor Adão	28004	PRTB	301	Não eleito
Pastor Alessio Violato	17789	PSL	2.230	Não eleito
Pastor João dos Anjos	28880	PRTB	657	Não eleito
Pastor Silvio Toshio	28333	PRTB	2.985	Não eleito
Pastor Wellington Dias	28126	PRTB	109	Não eleito
Pastora Tatiane Galvão	10600	PRB	285	Não eleita
Samuel Pinheiro	10012	PRB	5.885	Não eleito
Soldado Fruet	90181	PROS	35.231	Eleito

Fonte: Dados da Pesquisa.

Com relação ao Quadro 02, em que se explicita o partido e quantidade de votos de cada candidato analisado, percebemos que os partidos que tiveram o maior número de candidatos foram: PRTB (Partido Renovador Trabalhista Brasileiro), com 04 candidatos, e PSL (Partido Social Liberal), com 03 candidatos. Especialmente no caso desse último partido, os agentes religiosos apoiaram suas campanhas, em grande parte, em sintonia com a dinâmica utilizada pelo então candidato a presidente Jair Messias Bolsonaro, principalmente no slogan: “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”.

Já no que diz respeito à quantidade de votos, ainda com base no Quadro 02, os treze candidatos somaram 126.462 votos, o que corresponde a 02% do total de votos válidos (5.696.515²⁹), sendo que três deles foram eleitos: Galo (26.210 votos), Soldado Fruet (35.231 votos), e Missionário Ricardo Arruda (27.574 votos) – este último, para exercer seu segundo mandato consecutivo junto à ALEP.

Dos candidatos citados nas tabelas anteriores, foram coletadas aproximadamente 1.570 postagens do *Facebook*, dentre imagens, vídeos, *lives*, textos, as quais evidenciavam a relação entre religião e política na campanha eleitoral. Os materiais foram tabulados, descritos e posteriormente selecionados³⁰, permanecendo, ao final, 525 postagens. Na sequência, os dados foram analisados e, a partir de seu conteúdo, construímos 6 categorias que explicitam as articulações existentes entre religião e política nas campanhas: Espaços religiosos, Líderes religiosos, Pautas religiosas, Bíblia, Mensagem religiosa e Vinculação. Na sequência, descrevemos cada uma delas, trazendo alguns dos materiais de campanha que permitem compreender os diferentes usos da religião no período eleitoral.

A categoria *espaços religiosos* contempla materiais em que os candidatos divulgam sua participação nas programações das próprias instituições religiosas, como cultos e reuniões, seja apenas como fiel, ou recebendo destaque, participando ativamente dos cultos, obtendo apoio de lideranças e orações, que relacionam os anseios políticos do candidato, da igreja e dos fiéis. No

²⁹ Dados retirados da apuração de votos disponíveis em:

<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/pr/apuracao/governador.ghtml>. Acesso em: 12 jul. 2019.

³⁰ A seleção dos materiais considerou as postagens que relacionassem simultaneamente religião e política, contabilizando apenas uma versão de cada material (desconsiderando re-postagens e duplicidade em páginas e perfis).

caso específico dos pastores, há a divulgação de momentos em que o candidato está no púlpito, dirigindo-se à igreja, como é o caso dos candidatos Ezequias Barros, Dra. Andreza Albuquerque, Pastor Adão e Pastor Wellington Dias, que, conforme as imagens a seguir, divulgam sua participação em igrejas, recebendo espaço para falas.

Imagem 01: Visita dos candidatos evangélicos às igrejas



Fonte: Dados da pesquisa.

Assim, durante as campanhas, a própria instituição religiosa se torna fundamental, funcionando como “máquina eleitoral”, na medida em que proporciona o contato direto entre o candidato e os fiéis, que neste momento são considerados como possíveis eleitores que, além de concederem seu voto, também criam uma rede de apoio, tanto na divulgação do político, quanto com prestações de serviços e até mesmo com arrecadação de recursos financeiros (PRANDI; SANTOS; BONATO, 2019).

Na categoria *Líderes religiosos*, destacamos a divulgação do apoio de importantes nomes ligados à religião, como pastores e missionários de diferentes denominações que declaram publicamente seu apoio a determinado candidato, inclusive pedindo aos membros de suas denominações que votassem naquele nome em defesa dos princípios religiosos, já que o pleiteante indicado seria um cristão que defenderia as pautas e valores religiosos.

A Imagem 02 evidencia os candidatos Ezequias Barros e Samuel Pinheiro, os quais recorreram com bastante intensidade ao apoio de líderes religiosos de diferentes denominações, divulgando vídeos curtos com falas de diferentes pastores declarando seu apoio às suas

candidaturas. Já Dra. Andreza Albuquerque e Soldado Fruet destacaram o apoio dos Missionário RR Soares e Marcia Araújo, respectivamente.

Imagem 02: Divulgação de apoio de figuras religiosas (pastores e missionários) pelos candidatos evangélicos



Fonte: Dados da pesquisa.

De modo geral, o apoio de figuras religiosas de diferentes denominações, bem como de missionários conhecidos no meio evangélico, afirma o compromisso entre o candidato e a religião, posto que o apoio é acompanhado de afirmações quanto à postura do candidato e suas pautas quando eleito, representando os cristãos e defendendo seus interesses (PIERUCCI, 1996).

Já em relação à categoria que aborda as *pautas religiosas*, destacamos a defesa e conservação de uma moral conservadora, que, segundo os religiosos políticos, estariam sendo atacados e destruídos por candidatos avessos ao ideário cristão (MARIANO, 2016).

Imagem 03: Pautas religiosas apresentadas pelos candidatos evangélicos



Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme Imagem 03, que explicita a defesa de valores cristão ao lado do número de urna dos candidatos, as principais pautas se concentram em torno da chamada defesa da vida – contrária ao aborto –, destacando ainda a luta contra as discussões de gênero, denominada incorretamente por estes grupos como “ideologia de gênero”, que, conforme afirmam alguns candidatos, estaria sendo ensinada nas escolas, influenciando e colocando em risco a integridade moral das crianças. O que se percebe, ainda, é um movimento em prol da preservação da “família tradicional”, dita cristã, composta por marido esposa e filhos, sendo este o único modelo de família legitimado por estes grupos religiosos.

Apesar de considerarmos neste trabalho candidatos evangélicos de diversas denominações, percebemos que as pautas estão relacionadas a um modelo conservador cristão, que, de acordo com os apontamentos de Neto (2017), "se unem em torno dos bons costumes, da moral sexual evangélica, da família cristã". Neste sentido, não identificamos propostas específicas por denominação, ao mesmo tempo em que não podemos afirmar que elas estão presentes na campanha de todos os candidatos evangélicos. Isso porque, os candidatos Galo, Pastor Adão, Pastor João dos Anjos, Pastor Wellington Dias, Pastora Tatiane Galvão e Soldado Fruet, não há menção a pautas religiosas dentre os materiais analisados.

Outra categoria identificada diz respeito ao *uso da Bíblia* como símbolo cristão que evidencia representações diretas entre o candidato e sua religiosidade. Conforme destaca Silva (2017), o uso desse símbolo tem por objetivo a legitimidade política perante os fiéis, na tentativa de demonstrar que suas ações são orientadas pelos ensinamentos cristãos. Como exemplos nesta categoria, pudemos identificar tanto a presença do livro sagrado em fotos, *lives* e vídeos, como também a citação de passagens e versículos bíblicos, relacionando-os com assuntos de campanha. A imagem a seguir explicita este tipo de utilização:

Imagem 04: Uso da Bíblia pelos candidatos evangélicos



Fonte: Dados da pesquisa.

Na Imagem 04, exemplificamos o uso da Bíblia pelo então candidato Galo, que, em alguns casos, utilizava sua presença em *lives* e, em outros casos, utilizava passagens bíblicas, fazendo a leitura de alguns trechos do livro sagrado. Os candidatos Dra. Andreza e Soldado Fruet também fizeram uso de versículos bíblicos em composição com suas fotos.

Na categoria *mensagens religiosas*, verificou-se a utilização de mensagens que ligassem diretamente a imagem do candidato à religião, delimitando características que constituem um sistema de representação com modelos de comportamento e organização próprias da cultura religiosa (RANQUETAT JR, 2012). Nos materiais expostos a seguir, é possível perceber que as mensagens fazem menção direta à candidatura, visto que aparecem juntamente com o número de urna do pleiteante, citando o nome de Deus ou a fé como meios ou finalidades da participação do candidato no pleito de 2018. Como exemplo, apresentamos as mensagens usadas por Ed Claudio – "Não é só o voto, é saber que vou apoiar alguém que conhece a palavra de Deus" – e pelo Pastor Silvio Toshio – que compartilhou imagem com a frase "Ó Deus, venha o teu governo sobre nós" – , podemos dizer que ambos explicitam a relação entre a religião e o papel do candidato na política, sendo que, no primeiro caso, o político seria alguém que conhece e segue a palavra de Deus e, no segundo, um candidato que representará e fará acontecer o governo de Deus para os homens.

Imagem 05: Uso da Mensagens Religiosas pelos candidatos evangélicos



Fonte: Dados da pesquisa.

Por fim, em relação à categoria *vinculação*, exemplificamos os casos de candidatos que explicitam sua vinculação religiosa (pastor, missionário, etc.) no próprio nome de urna utilizado. Neste caso, a religião já é evidenciada como fundamento da candidatura (MACHADO, 2006; GIUMBELLI, 2008), sendo que o registro no TRE já explicita a titulação religiosa, desencadeando o mesmo em seus materiais de campanha. Vejamos as Imagens 06 e 07:

Imagem 06: Uso de função religiosa em nome de urna pelos candidatos evangélicos



Fonte: Gazeta do Povo - Especiais Eleições.

Imagem 07: Uso de função religiosa nos materiais de campanha pelos candidatos evangélicos



Fonte: Dados da Pesquisa.

O uso da função religiosa nos materiais de campanha retrata a tentativa de ligar o nome do candidato à sua posição religiosa, como é o caso dos pastores e missionário citados na pesquisa, em que os pleiteantes registram no TSE sua vinculação e tornar isso público através de seus materiais de campanha. Assim, buscam evidenciar sua ligação direta com a religião, não apenas como membro de uma denominação, mas como alguém que faz parte da liderança, que está à frente e que por isso, de certa forma, conhece o povo de Deus e que, assim como os representa na religião, também poderá os representar na política, fortalecendo assim sua candidatura.

Conforme os exemplos apresentados, apesar das diferentes formas de acionar os elementos religiosos, todos os candidatos fazem com o mesmo objetivo: colocar-se como representante evangélico, que conhece e que faz da religião a base de sua campanha e, na maioria dos casos, prometendo usar desta mesma base durante o mandato, dialogando diretamente com seus potenciais eleitores também religiosos.

Tendo apresentado a descrição de cada categoria, o Quadro 3, a seguir, busca evidenciar o quantitativo de materiais de cada candidato conforme os eixos³¹ de análise identificados:

Quadro 03: Categorias de análise dos materiais de campanha

Nome de Urna	Espaços Religiosos	Líderes Religiosos	Pautas religiosas	Bíblia	Mensagem Religiosa	Vinculação	Total por Candidato
Dra. Andreza Albuquerque	37	09	12	05	04	00	67

³¹ Vale ressaltar a possibilidade de encaixar um material em diferentes categorias, como por exemplo: o candidato posta foto em uma igreja acompanhado de um líder religioso com a presença da bíblia. No entanto, a fim de padronizar a análise, optamos por classificar cada material em apenas uma categoria, em conformidade com a ênfase dada na imagem ou em sua legenda.

Ed Claudio Cruz	38	05	07	03	24	00	77
Ezequias Barros	24	22	04	00	04	01	55
Galo	01	00	00	66	06	00	73
Missionário Ricardo Arruda	05	00	21	00	00	05	31
Pastor Adão	05	00	00	00	00	10	15
Pastor Alessio Violato	06	00	09	01	09	25	50
Pastor João dos Anjos	02	02	00	00	09	01	14
Pastor Silvio Toshio	37	07	03	01	09	07	64
Pastor Wellington Dias	02	00	00	01	00	06	9
Pastora Tatiane Galvão	00	00	00	00	00	04	4
Samuel Pinheiro	04	23	22	00	00	02	51
Soldado Fruet	00	03	00	03	08	01	15
Total por Categoria	161	71	78	80	73	62	525

Fonte: Dados da pesquisa

Podemos dizer que os materiais de campanha analisados que circularam pela rede social *Facebook*, nos perfis pessoais e páginas oficiais dos candidatos, remetem a conteúdos mais informativos do que propriamente propositivos (MIOLA; CARVALHO, 2017). Assim, de modo geral, tais postagens tendem a divulgar os passos do candidato durante o período de campanha, ao passo que as pautas e projetos são divulgados de forma secundária. Isso porque, dentre o total de materiais analisados, somam-se 78 específicos sobre pautas religiosas, enquanto que os 447 restantes estão dispostos nas outras cinco categorias, de caráter informativo. A maior parte dos materiais, 161, se encaixa no eixo *espaços religiosos*, demonstrando a presença e a campanha dos candidatos nas instituições de diferentes denominações evangélicas.

Outro fator pertinente a ser considerado é o uso das redes sociais como maneira alternativa de campanha para aqueles candidatos que dispõem de baixo recurso financeiro, optando por utilizar a ferramenta digital para alcançar mais eleitores com menor investimento possível, e evitando, em muitos casos, o uso de materiais impressos, como folders e “santinhos”, e igualmente a mão de obra de cabos eleitorais. Neste caso, a visita em espaços e o apoio de líderes religiosos se torna ainda mais eficaz, fomentando uma rede de apoio ao político pleiteante baseada na premissa de que “irmão vota em irmão”, bem como na possibilidade de os membros das denominações apoiarem e divulgarem seu candidato (TREVISAN, 2013).

A partir da tabulação dos dados, é possível ainda evidenciar algumas das características individuais das campanhas de cada candidato. No caso de 08 dos 13 agentes religiosos,

identificamos materiais correspondentes a pelo menos 04 categorias diferentes, demonstrando a diversidade de materiais e recorrências à religião dos quais os políticos fizeram uso em suas propagandas eleitorais.

Nossa análise, assim, permite evidenciar estilos diferentes de campanha entre os religiosos políticos, possibilitando verificar os usos mais recorrentes entre os pleiteantes, como no caso dos candidatos Galo – que, do total de 73 materiais, 66 está na categoria Bíblia – e do Pastor Silvio Toshio – que, do total de 64 materiais, 37 se encaixam na categoria *espaços religiosos*.

Vale destacar, ainda, que a quantidade total de materiais de cada candidato está relacionada também à intensidade de utilização da rede social *Facebook* para fazer campanha. Por isso, os candidatos Pastora Tatiane Galvão (04), Pastor Wellington Dias (09), Pastor João dos Anjos (14) e Pastor Adão (15) possuem 15 ou menos materiais que evidenciam elementos religiosos, já que estes candidatos não utilizaram de forma recorrente seus perfis e páginas nesta rede social. Esta, no entanto, não pode ser considerada uma regra, pois Soldado Fruet, em sua campanha, fez uso intenso do *Facebook*, embora apenas 15 de suas postagens estiveram relacionadas à religião. Isso ocorreu porque identificamos uma recorrência majoritária nos materiais e pautas relacionadas à segurança pública, tendo em consideração que o candidato é policial militar.

É possível perceber que a intensidade da recorrência à religião parece não exercer influência direta no êxito eleitoral: se no caso de Galo há um uso relativamente frequente de conteúdos relacionados à religião (73 materiais, sendo o segundo maior quantitativo dentre os pleiteantes analisados), o mesmo parece não ocorrer com os demais políticos eleitos, Soldado Fruet (15 postagens) e Missionário Ricardo Arruda (31 postagens).

Neste sentido, a considerar o total de candidatos eleitos ou reeleitos destacados nesta pesquisa, acreditamos serem pertinentes as ponderações descritas por Mezzomo e Pátaro (2019, p. 473), que afirmam que “a utilização de elementos religiosos como estratégia de campanha, parece não ser suficiente para garantir o êxito eleitoral do candidato”. Neste sentido, são utilizados outros elementos, alheios ao imaginário religioso, como importantes meios para subsidiar e favorecer o sucesso eleitoral, como o uso de capital social e financeiro de candidatos que já pertenciam de

forma mais institucionalizada ao meio político, que de forma sistematizada passa a se aliar aos recursos religiosos no momento da campanha.

CONCLUSÕES

De posse da totalidade dos dados obtidos, foi possível perceber como cada candidato tem seu modo de acionar os elementos religiosos no decorrer da campanha. Podemos afirmar que não há um perfil único e homogêneo de fazer campanha dentre os pleiteantes investigados, sendo possível identificar diferentes intensidades e recorrências com que o fazem durante o período eleitoral³².

A atuação dos candidatos evangélicos junto ao campo político do Paraná, especificamente na campanha eleitoral de 2018, evidencia a dinâmica de articulação nas relações entre religião e política, exemplificado nas categorias de análise aqui destacadas, como espaço fértil de reconhecimento e visibilidade eleitoral, que permite cada vez mais a entrada de religioso no campo político.

A análise da totalidade dos materiais coletados permitiu identificar recorrências e categorias, no intuito de evidenciar a pluralidade e subjetividade do uso do imaginário religioso de cada candidato durante a campanha, demonstrando a crescente relação entre religião e política, bem como a tentativa dos candidatos evangélicos em fortalecer sua candidatura através de elementos religiosos.

REFERÊNCIAS

BERGER, Peter. A dessecularização do mundo: uma visão global. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 9-23, abr. 2001.

BURITY, Joanildo. **Fé na revolução**: Protestantismo e o discurso revolucionário brasileiro (1961-1964). Rio de Janeiro: Novos Diálogos, 2011.

³² Embora nossa pesquisa tenha focado diferentes denominações evangélicas, essa constatação também parece ser válida para as denominações que possuem tradicionalmente maior força/atuação política, como Igreja Universal do Reino de Deus, Assembleia de Deus, Igreja do Evangelho Quadrangular e Igreja Batista. É o que demonstrou a pesquisa de Iniciação Científica de Brandon Lopes dos Anjos, conduzida pelo Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder em paralelo a esta investigação, e a partir da qual verificou-se diferentes dinâmicas de articulação e recorrências entre religião e política.

BURITY, Joanildo. A onda conservadora na política brasileira traz o fundamentalismo ao poder? In: ALMEIDA, Ronaldo; TONIOL, Rodrigo (orgs). **Conservadorismo, fascismos e fundamentalismo: análises conjunturais**. Campinas: Editora da Unicamp, p. 117-142, 2018.

CAMURÇA, Marcelo Ayres. **Ciências Sociais e Ciências da Religião: polêmicas e interlocuções**. São Paulo: Paulinas, 2008.

CARVALHO JUNIOR, Erico Tavares de; ORO, Ari Pedro. Eleições municipais 2016: religião e política nas capitais brasileiras. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 18, n. 32, p. 15-68, jul./dez. 2017.

NETO, Ana Luíza Gouvêa. O uso político da religião e o uso religioso da política: como a defesa de pautas morais indica uma compreensão de gênero. **Interações**, Belo Horizonte, v. 12, n. 22, p. 323-342, dez. 2017.

GIUMBELLI, Emerson. O acordo Brasil-Santa Sé e as relações entre estado, sociedade e religião. **Ciencias Sociales y Religión**, v. 13, n. 14, p. 119-143, 2011.

GIUMBELLI, Emerson. **Símbolos religiosos em controvérsias**. São Paulo: Terceiro Nome, 2015.

GIUMBELLI, Emerson. A presença do religioso no espaço público: modalidades no Brasil. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 80-101, 2008.

HERVIEU-LÉGER, Danièle. **O peregrino e o convertido: a religião em movimento**. Petrópolis: Vozes, 2008.

MACHADO, Maria das Dores. Existe um estilo evangélico de fazer política? In: BIRMAN, Patrícia (Org.). **Religião e espaço público**. São Paulo: Attar, p. 283-307, 2003.

MACHADO, Maria das Dores. **Política e religião: a participação dos evangélicos nas eleições**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

MARIANO, Ricardo. Laicidade à brasileira: católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. **Civitas**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 238-258, 2011.

MARIANO, Ricardo. Expansão e ativismo político de grupos evangélicos conservadores: secularização e pluralismo em debate. **Civitas**, Porto Alegre, v. 16, n. 4, p. 710-728, 2016.

MEZZOMO, Frank Antonio; PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira. Religião católica, evangélica e afro-brasileira em disputa eleitoral: acionamento de elementos religiosos na campanha à Assembleia Legislativa do Paraná. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 11, n. 26, p. 456-485, jan./abr. 2019.

MIOLA, Edna; CARVALHO, Fernanda Cavassana de. Recursos persuasivos nas campanhas no Facebook: uma proposta metodológica a partir das eleições de 2016 em- Curitiba. **Agenda Política**, São Carlos, v. 5, n. 2, p. 254-290, set./dez. 2017.

NOVAES, Regina. Juventude, religião e espaço público: exemplos “bons para pensar” tempos e sinais. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p. 184-208, 2012.

ORO, Ari Pedro; JUNIOR, Erico Tavares de Carvalho. Eleições gerais de 2014: religião e política no Rio Grande do Sul. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 16, n. 27, p. 145-171, jan./jun. 2015.

ORO, Ari Pedro. Liberdade religiosa no Brasil: as percepções dos atores sociais. In: ORO, Ari Pedro; STEIL, Carlos Alberto; CIPRIANI, Roberto; GIUMBELLI, Emerson (orgs.). **A religião no espaço público: atores e objetos**. São Paulo: Terceiro Nome, p. 181-193, 2012.

ORTIZ, Renato. Anotações sobre religião e globalização. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 16, n. 47, p. 59-74, out. 2001.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na constituinte. In: PIERUCCI, Antônio Flávio; PRANDI, Reginaldo (orgs.) **A realidade social das religiões no Brasil: religião, sociedade e política**. 1.ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

PRANDI, Reginaldo; SANTOS, Renan William dos; BONATO, Massimo. Igrejas evangélicas como máquinas eleitorais no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 120, p. 43-60, jan./mar. 2019.

RANQUETAT JR, César Alberto. A presença da Bíblia e do crucifixo em espaços públicos no Brasil: religião, cultura e nação. In: ORO, Ari Pedro; STEIL, Carlos Alberto; CIPRIANI, Roberto; GIUMBELLI, Emerson (orgs.). **A religião no espaço público: atores e objetos**. São Paulo: Terceiro Nome, p. 61-80, 2012.

SANCHIS, Pierre. O campo religioso será ainda hoje o campo das religiões? In: HOORNAERT, Eduardo (Org.). **História da Igreja na América Latina e no Caribe (1945-1995): o debate metodológico**. Petrópolis: Vozes, 1995.

SILVA, Luis Gustavo Teixeira da. Religião e política no Brasil. **Latinoamérica**, México, n. 64, p. 223-256, jun. 2017.

TATAGIBA, Luciana. Os protestos e a crise brasileira. Um inventário inicial das direitas em movimento. In: ALMEIDA, Ronaldo; TONIOL, Rodrigo (orgs.). **Conservadorismo, fascismos e fundamentalismo**: análises conjunturais. Campinas: Editora da Unicamp, 2018, p. 117-142.

TREVISAN, Janine Bendorovicz. Evangélicos pentecostais na política partidária brasileira: de 1989 a 2010. **Revista Brasileira de História das Religiões**, Maringá, n. 15, p. 1-15, jan. 2013.

A MOBILIDADE DOS CONSUMIDORES E OS LUGARES DE INFLUÊNCIA DO COMÉRCIO CENTRAL DE PARANAÍ, PR (2018)

Débora Rodrigues, PIC-CNPq
Universidade Estadual do Paraná, Colegiado de Geografia
rodrdeborahotmail.com

Virgílio Manuel Pereira Bernardino
Universidade Estadual do Paraná, Colegiado de Geografia
virgilio.unespar@gmail.com

Palavras-chave: Consumidores; Globalização; Mobilidade.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda as relações de consumo na cidade de Paranaíba, PR e de outras cidades circunvizinhas, estabelecendo relação com a mobilidade do consumo da população paranaíbaense.

Com a realização da pesquisa ficou evidente que os moradores de Paranaíba estão inseridos na grande teia que abrange as tendências do mercado global. Desta maneira, a finalidade deste estudo será apresentar o viés econômico do local para o global fazendo relação entre ambas as escalas, evidenciando que o processo de globalização possibilitou este exacerbado comércio existente.

Observamos a relação que as pessoas possuem com o consumo, comprando muitas vezes não porque é necessário, mas porque os produtos consumidos possuem uma significação social e estão inseridos nas tendências globais, presentes na sociedade de consumo moderna. O desejo de consumir é constante, e as novas propostas do mercado mudam diariamente. Todo esse processo ocorre de modo desigual e as cidades periféricas ao sistema, não acompanham com a mesma velocidade e variedade de produtos como os grandes centros, o que acaba contribuindo para mobilidades de consumidores.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para a elaboração da pesquisa optou-se por uma metodologia que utilizou de revisões bibliográficas referentes ao assunto e aplicação de 49 questionários. Os dados obtidos tiveram análise estatística e a síntese gráfica tabular executada com o programa Sphink Plus Léxica (versão francesa).

Com os dados então coletados foi possível traçar um perfil e identificar a mobilidade dos entrevistados para o consumo.

CONSUMO E SUAS TENDÊNCIAS GLOBAIS

Nos dias contemporâneos o consumo é assunto discutido mundialmente. O que antes estava ligado a suprir as necessidades humanas para a sua sobrevivência, transformou-se em um grande palco de “exibições”. O consumo desenfreado se expandiu e ganhou mundo a fora com a globalização, processo no qual acarretou em um grande comércio.

Surge o que Bauman (2008), enfatiza na sua obra “vida para o consumo” que são as pessoas que vivem para consumir, não de uma maneira racional mais sim estimuladas pelas suas emoções visando de alguma forma preencher o que venha ser um vazio ou suas frustrações. Surge uma sociedade que o autor descreve como:

[...] Sociedade que promove, encoraja ou reforça a escolha do estilo de vida e uma estratégia existencial consumista, e rejeita todas as opções culturais alternativas. Uma sociedade em que se adaptar aos preceitos da cultura de consumo e segui-los estritamente é, para todos os fins e propósitos práticos, a única escolha aprovada de maneira incondicional. (BAUMAN, 2008, p.2)

Na sua obra “Felicidade paradoxal”, Lipovetsky (2007), coloca que o “consumo é interpretado como uma lógica de diferenciação social”, desta forma o objeto é uma maneira de hierarquização, status e integração social. Sendo assim, caracterizando o produto e o seu consumidor. Seguindo esta mesma linha de raciocínio Everardo Rocha (2004) pontua que:

Em primeiro lugar, o consumo é um sistema de significação e a necessidade primordial que supre é simbólica. Em segundo, o consumo é como um código e por meio dele são elaboradas nossas relações sociais. Em terceiro, este código, ao traduzir sentimentos e relações sociais, forma um sistema de classificação de coisas e pessoas, produtos e serviços, indivíduos e grupos [...] (ROCHA, 2004, p. 88).

Atualmente a internet e as redes sociais se tornaram importantes vitrines para o consumo. O instagram que é uma das plataformas digitais mais utilizadas pelos adolescentes, jovens e adultos é nitidamente um “padrão” sobre o que “ter” e “ser”. Isso porque as denominadas “digitais influencers” bombardeiam diariamente com produtos e estimulam o consumo. Dentro desta lógica Lipovetsky ressalta

que “Não se vende mais um produto, mas uma visão, um ‘conceito’, um estilo de vida associado à marca daí em diante, a construção da identidade da marca encontra-se no centro do trabalho da comunicação das empresas” (2007, p.47). Se cria um estilo de vida a ser seguido, um padrão que corresponde ao que venha ser exemplo de “felicidade”. E tudo aquilo que não corresponde a essa identidade fundada em *status* está fadada ao fracasso. Kellner (2001) coloca que:

[...] Uma cultura veiculada pela mídia cujas imagens, sons e espetáculos ajudam a urdir o tecido da vida cotidiana, dominando o tempo de lazer, modelando opiniões políticas e comportamentos sociais e fornecendo o material com que as pessoas forjam sua identidade. O rádio, a televisão, o cinema e os outros produtos da industrial cultural fornecem os modelos daquilo que significa ser homem ou mulher, bem-sucedido ou fracassado, poderoso ou impotente. (KELLNER, 2001, p.9)

Dentro desta perspectiva ocorre o que Matheus (2013, p.33) salienta: “o nosso mundo rapidamente se tornou um mundo onde habitam imaginários; o imaginário sendo outra forma de interpretar a realidade e produzir significado”, isso porque algumas pessoas vivem em busca de uma realidade que não o condiz, buscando a satisfação e a felicidade num estilo de vida baseado no consumo exorbitante e na extravagância.

A MOBILIDADE MOTIVADA PELO CONSUMO

Desde os primórdios da humanidade o homem tende a se deslocar, condicionado pela necessidade de sobrevivência. Podemos observar essa afirmativa durante o período em que eles viviam apenas da coleta, e migravam quando os alimentos se tornavam escassos.

Com as evoluções e novas técnicas e tecnologias o homem passou a fixar moradia, no entanto, a mobilidade em prol de suprir suas necessidades permanece até os dias atuais. Rocha define o termo mobilidade como:

‘a capacidade dos corpos se deslocarem’. Esta é uma das definições mais gerais dessa palavra. Está relacionado com os corpos físicos, onde, claro, estão incluídos os corpos humanos (...) A complexidade dos movimentos destes corpos se dá devido há inúmeras ‘mediações’ para o seu deslocamento, além das escalas diferenciadas de manifestação. O porquê de um indivíduo se deslocar está relacionado a vários aspectos: de ordem política, social, afetiva, etc. (ROCHA, 1998, p.58).

O homem tende a se deslocar conforme ocorra a necessidade, seja ela decorrentes de perseguições políticas ou religiosas, por melhores condições financeiras ou aquela direcionada ao consumo ou lazer. Esse deslocamento em busca de mercadorias ou até mesmo pela busca de lazer é argumentado por Ghizzo (2006), como:

Refere-se ao deslocamento que um indivíduo realiza de seu habitat até outro lugar com a intenção de comprar e/ ou consumir mercadorias. Trata-se de uma mobilidade não forçada, que parte de uma decisão subjetiva motivada por razões de diversas ordens, entre elas, espaciais, sociais, econômicas e culturais. (GHIZZO, 2006, p. 13).

A sociedade contemporânea não consome apenas o produto em si, consomem o ambiente. Ghizzo destaca essa articulação complexa em que a atual sociedade mantém uma relação de significados e de pertencimento com esses lugares de consumo. É uma mobilidade voltada para o supérfluo, onde está embutida apenas a necessidade de saciar o prazer e uma forma de “ser” mais, se destacar socialmente.

Os grandes centros comerciais são os mais atrativos para tal mobilidade, visto que a mesma possui diversas possibilidades seja ela para passeio ou mesmo para as compras. Carlos (2007) destaca que “A metrópole é vista como um símbolo do mundo moderno, um centro onde a vida flui com rapidez”. Os grandes shoppings e os ambientes de luxo tornaram-se um grande palco de exibições de poder e *status*. Em sua reflexão Ghizzo (2012), estabelece essa mobilidade voltada para o consumo como a busca por um diferencial, procurando mais do que apenas “possuir” o produto. Este autor, ao conceituar a “mobilidade do consumo” entende o consumo como processo e não como ato. Deste modo, existem uma série de questões envolvidas, como status, marcação social, diferenciação, emulação, narcisismo, etc. Assim, a “mobilidade do consumo” possui conceito mais amplo que mobilidade de consumidores. Deste modo,

A mobilidade do consumo é permeada por um perfil hedonista e narcísico, onde a prática se resume num consumo conspícuo que envolve não apenas mercadorias, mas trabalho materializado e simbologias sociais que os produtos e os lugares possuem. Ou seja, os próprios espaços de consumo ostentadores de poder e de prestígio sociais, normalmente localizados nos maiores centros urbanos e em centralidades comerciais, instigam e realizam este papel. (GHIZZO, 2012, P. 59).

Essa mobilidade também visa o lazer/divertimento visto que possibilita as pessoas a conhecer lugares diferentes, já que os mesmos vivem em um cotidiano incessante de casa para o trabalho. Esse consumo atribui às pessoas que frequentam esses locais de alguma forma uma maneira de ascensão social.

Quanto à mobilidade de consumo, se depreende ao deslocamento dos consumidores para o mercado em si, enquanto a “mobilidade do consumo” diz respeito a um processo de vida que ocorre com os indivíduos. Assim, em um mundo onde o que se consome muda todos os dias, este exemplo de consumo é mais sobre o que “ser” do que “ter”.

O CONSUMIDOR DE PARANAVÁI E SEUS LUGARES DE CONSUMO

O município de Paranavaí está localizado no Noroeste do Estado do Paraná e possui 81.590 habitantes (IBGE, 2010), em que a maior parte da população reside na área urbana (figura 1).

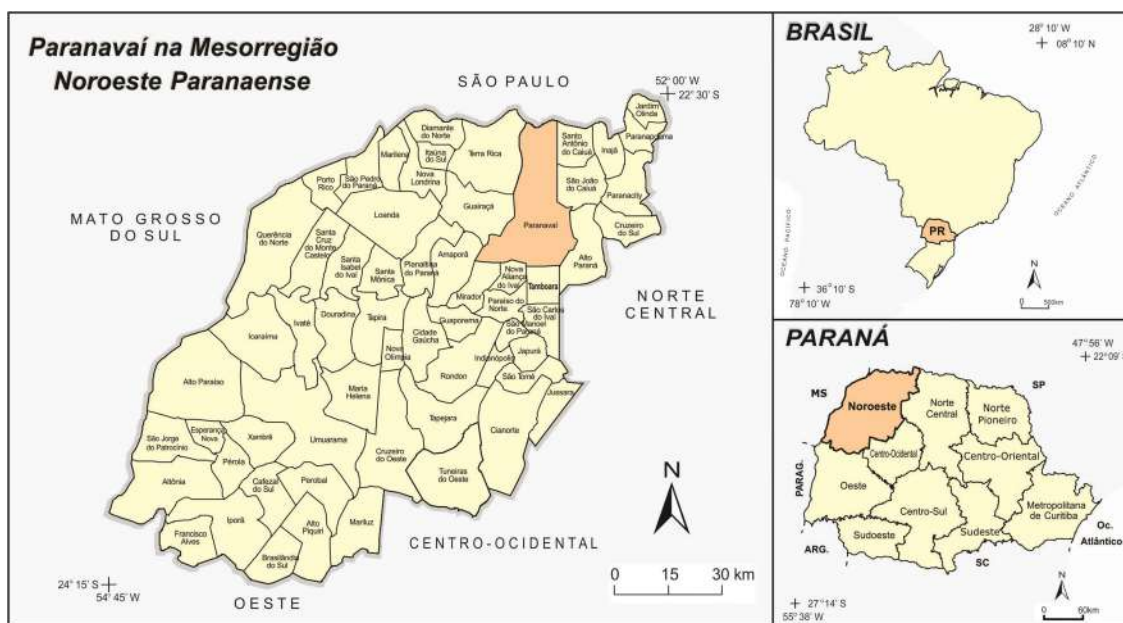
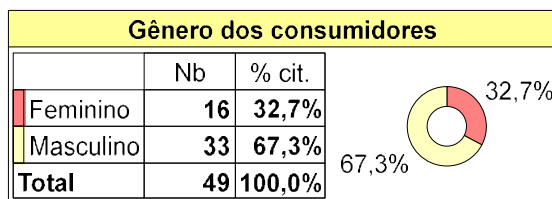


Figura 1: Localização da área de estudo

Almejando compreender a realidade do consumo em Paranavaí, se fez necessário a aplicação de questionários, numa perspectiva quanti-qualitativa, que pudessem identificar o perfil dos consumidores. Desta maneira, foi possível melhor entender a lógica do consumo da população acerca do modelo capitalista vigente. BERNARDINO (2015) assevera que:

A conduta do consumidor é também determinada pelo seu perfil socioeconômico, ou seja, gênero, estágio no ciclo da vida, nível de instrução, e o estilo de vida, entre outros, pois são características que assinalam as prioridades dos consumidores em um dado momento de suas vidas. (BERNARDINO, 2015, p. 168).

Observando a importância de se analisar o perfil podemos melhor compreender a realidade dos entrevistados, tomando em conta que foram aplicados questionários de maneira aleatória aos mais distintos grupos sociais. Dentre eles homens e mulheres, cujo ambos possuem desejos e hábitos diferentes, o que acarreta em mercados distintos. Assim como o gênero, a idade é um segmento a se ressaltar, isso porque interfere na compra de determinados produtos e também nas propostas do mercado atual. Deste modo, verificamos a maior presença de pessoas do gênero masculino (67,3%) e idade até 30 anos (44,9%), conforme representado a seguir (figura 2).



A) Os consumidores por gênero



B) Idade dos consumidores

Figura 2: Características de gênero e idade dos consumidores entrevistados no centro de Paranavaí (2019)
 Fonte: Pesquisa de campo. Org. por: RODRIGUES, D.

A simbiose entre o mercado atual e a *internet* no cotidiano é algo imprescindível na vida de grande parcela da população, através desta ferramenta é possível comprar determinados produtos sem nem mesmo sair de casa, podendo ser proveniente de qualquer parte do planeta. A *internet* tornou-se um campo abrangente onde se pode escolher uma gama de produtos e preços diferentes. Com a aplicação dos questionários como podemos observar na figura 3, identificou que a maioria dos entrevistados compra pela internet.

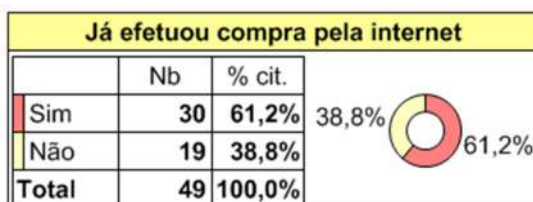


Figura 3: Percentual de entrevistados, em Paranavaí, que compram pela internet (2019)

Fonte: Pesquisa de campo. Org. por: RODRIGUES, D.

Uma das razões que contribuem para que o consumidor adquira produtos pela *internet* está relacionado aos baixos preços e infinita variedade dos produtos. Com os questionários averiguamos que, dos produtos comprados, 26,7% foram celulares; 10% foram roupas, foram livros, e 23,3% foram comprados outros produtos, conforme ilustra a figura 4.



Figura 4: Paranavaí - Produtos comprados pela internet (2019)

Fonte: Pesquisa de campo. Org. por: RODRIGUES, D.

Embora a *internet* hoje seja um grande intermediador entre produto e consumidor, há ainda grande receio por parte da população, principalmente pelos mais velhos. Quando perguntados sobre os motivos para não efetuarem a compra pela *internet*, os entrevistados resistentes a essa nova ferramenta, afirmaram que não confiam nessa nova proposta, que preferem ir até a loja e realizar a compra.

Toda essa resistência possuiu de certa forma uma ligação com o lugar, isso porque a nova ideia tende a impulsionar a população de uma maneira geral a fazer parte deste novo processo, no entanto ocorre que existem pessoas que possuem uma conexão com o lugar, o que Carlos (2007), menciona em sua obra como “O lugar é produto das relações humanas, [...] tecido por relações sociais que se realizam no plano

do vivido”, ainda há pessoas que tendem à necessidade de ir à loja onde compram há anos e pegar o produto em suas mãos antes de concretizarem a compra.

O perfil reconhecido entre os entrevistados aponta para o que Baudrillard destaca como “trabalhadores do consumo”, isso se explica porque 84,8 % possui emprego acarretando assim em pessoas que vendem sua força de trabalho em busca de remunerações, visando sobreviver e estar incluído nos anseios de consumo da vida social (figura 5). Os desempregados (44,4%), correspondem a aposentados (33,3%) e estudantes (22,3%).

Você trabalha		
	Nb	% cit.
Sim	39	84,8%
Não	7	15,2%
Total	46	100,0%



Figura 5: O consumidor e sua participação no trabalho
Fonte: Pesquisa de campo. Org. por: RODRIGUES, D.

O perfil demonstrou que 85,7 % dos entrevistados residem no município de Paranavaí, sendo oriundos de diferentes bairros. Na figura 6 podemos identificar os bairros onde os entrevistados moram.

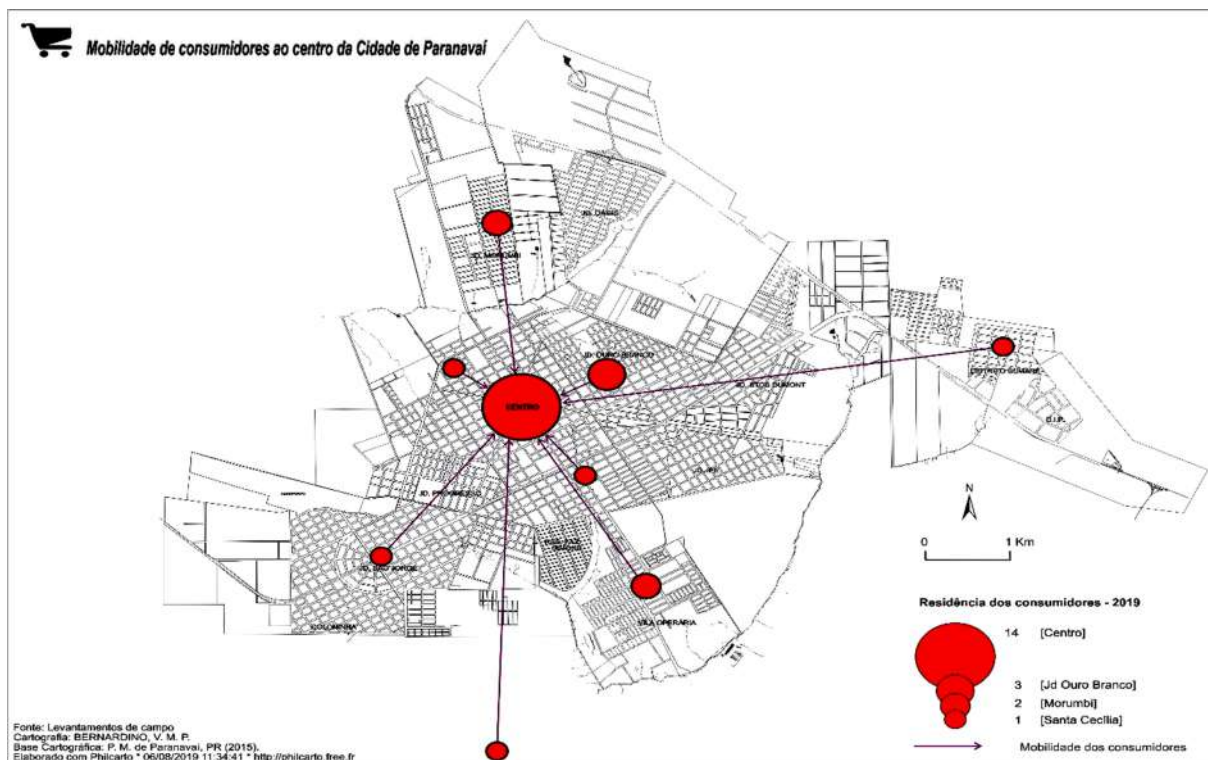


Figura 6: Residência dos consumidores encontrados consumindo, no centro da cidade de Paranavaí (2019)

Uma possível mobilidade dos consumidores está relacionada há alguns fatores, um exemplo é o seu padrão de consumo o que, por conseguinte, é concernente a sua renda, ou seja, quanto maior sua renda mais elevado será o seu padrão de consumo. O nível de instrução/qualificação é outro fator preponderante visto que na hora da aquisição do produto, influencia na construção de valores e gostos.

Com a aplicação dos questionários observou que os trabalhadores consumidores do município de Paranavaí, apresentam uma baixa renda estando geralmente relacionada à mão de obra pouco qualificada. Estes consumidores são pertencentes às classes menos favorecidas economicamente, onde predominam rendas familiares de dois a cinco salários mínimos³³.

Embora a população esteja sempre buscando por melhores empregos e salários, a atual conjuntura brasileira passa por sérios problemas relacionados com o desemprego, isso acaba afetando o poder de compra dos consumidores. Com uma melhor estabilidade financeira os consumidores podem gastar mais.

³³ O salário mínimo considerado (2019), corresponde a R\$ 998,00.

Verificou-se que no momento da escolha do produto o critério predominante é a qualidade (65,3 %), o preço (26,5 %), a marca (2,0 %) e o atendimento (6,1 %). A qualidade se sobressai pelo motivo dos entrevistados afirmarem que a qualidade é um critério essencial para aquisição do produto. Observou-se também que a forma de pagamento mais utilizada foi em dinheiro (53,1 %), cartão de crédito (30,6 %), cartão de débito (12,2 %), cheque (2,0 %), além de outras formas (2,0 %).

O perfil identificado demonstra que a maioria dos entrevistados realizam compras em supermercados (75,0%) e lojas de rua (18,8%); a seguir podemos observar uma tabela detalhando os locais que os entrevistados realizam suas compras.



Figura 7: Principais espaços de consumo frequentado pelos consumidores de Paranavá (2019)

Fonte: Pesquisa de campo. Org. por: RODRIGUES, D.

As lojas de ruas representam o segundo lugar (18,8%) entre os lugares onde a população mais compra, os supermercados estão em primeiro, para 75,0% dos entrevistados. Isso acontece porque as pessoas buscam por preços mais amenos enquanto os shoppings apresentam mercadorias com preços mais altos. Durante a aplicação dos questionários um dos entrevistados se referiu as feiras como um lugar de pertencimento e lazer, o mesmo alegou que vai às feiras aos domingos toda a semana com a esposa.

Nos dias contemporâneos as feiras foram de certa maneira “engolidas” pelos supermercados e outras grandes superfícies de comércio e consumo, isso por conta desses locais de consumo oferecerem numerosas variedades de produtos. A nova reorganização do espaço urbano que veio ocorrendo ao longo dos anos por imensos *shoppings* e suas praças de alimentação em substituição às feiras.

Essa nova inclinação de lugares de consumo como também lugares de lazer vão de encontro com as colocações de Lefebvre (2001): “[...] Nesses lugares privilegiados o consumidor também vem consumir

o espaço; o aglomerado dos objetos nas lojas, vitrinas, mostras. Torna-se razão e pretexto para a reunião das pessoas: elas veem, olham, falam, falam-se”.

Durante a entrevista foi observado que 27,7 % dos participantes na hora do lazer optam por irem aos *shoppings*, evidenciando o que Ghizzo (2012) ressalta como uma mobilidade direcionada ao lazer. Alguns dos entrevistados disseram irem até aos *shoppings* de Maringá simplesmente apenas para passeio.

Constatou-se que Paranavaí também é um atrativo de consumo para as populações de algumas cidades circunvizinhas, em que se deslocam para o município em busca de produtos e preços mais baratos, como pode ser verificado na figura 8. Cidades como Paraíso do Norte, São Tomé, Tamboara, Santo Antônio e Cidade Gaúcha.

Esse deslocamento é ocasionado devido às menores cidades não conseguirem acompanhar com a mesma velocidade as tendências globais, forçando assim um deslocamento dos consumidores.

O perfil apontou para consumidores que procuram em cidades como Maringá e Paraguai como opção de mobilidade de consumo, os entrevistados consideram o custo viável isso porque os mesmos adquirem mais do que apenas o produto, mas sim todo o trajeto percorrido para a sua aquisição.

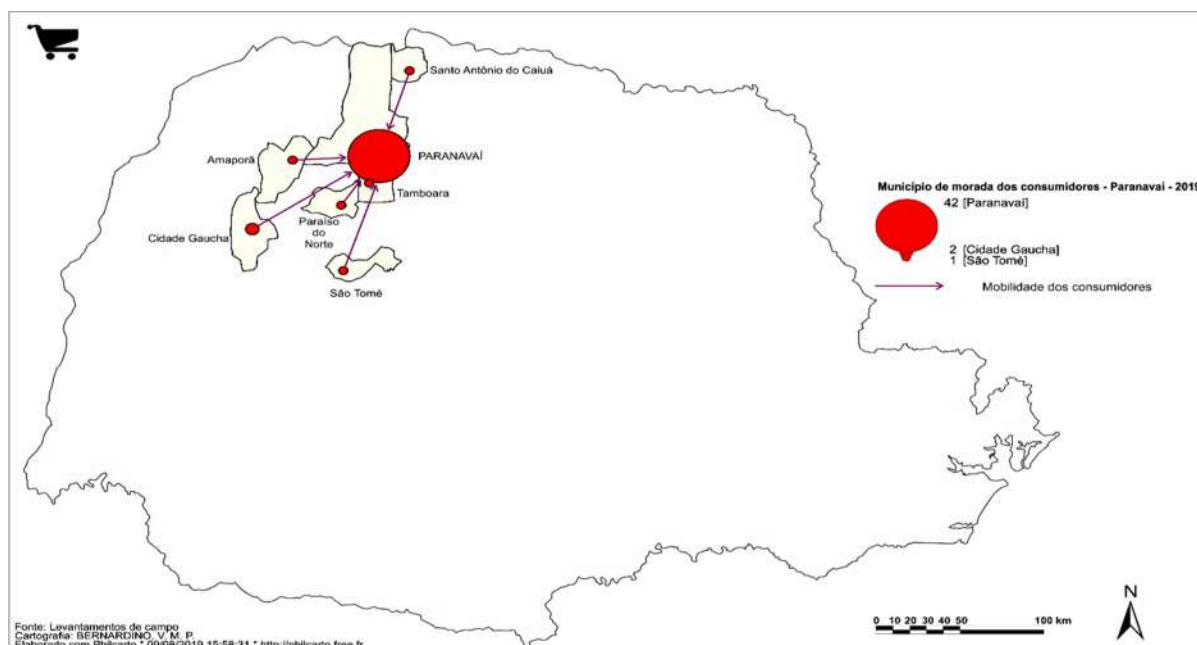


Figura 8: Deslocamento de consumidores das cidades circunvizinhas a Paranavaí (2019).

Gradativamente, e à medida em que o número de consumidores motorizados cresce nos espaços urbanos, os consumidores tem procurado novos locais em regiões mais competitivas, mas sempre bem servidas de estrutura viária de tempo rápido. Como lembra Ortigoza (2010, p. 26), “o comércio no que tange as suas estratégias locacionais, inova as acessibilidades, cria e recria a centralidade; enfim, a gestão da cidade ganha, cada vez mais, importância na manutenção e desenvolvimento dessa atividade econômica”. Na figura 9 podemos observar esses deslocamentos.

Para Villaça (2001), as mobilidades humanas também são responsáveis pela (re) estruturação do espaço urbano, colocando que o espaço intra-urbano, é

[...] estruturado fundamentalmente pelas condições de deslocamento do ser humano, seja enquanto portador da mercadoria força de trabalho – como no deslocamento casa/trabalho – , seja enquanto consumidor – reprodução da força de trabalho, deslocamento casa-compras, casa-lazer, escola, etc. Exatamente daí vem, por exemplo, o enorme poder estruturador intra-urbano das áreas comerciais e de serviços, a começar pelo próprio centro urbano. Tais áreas, mesmo nas cidades industriais, são as que geram e atraem a maior quantidade de deslocamentos (viagens), pois acumulam os deslocamentos de força de trabalho – os que ali trabalham – com os de consumidores – os que ali fazem compras e vão aos serviços (VILLAÇA, 2001, p. 20).

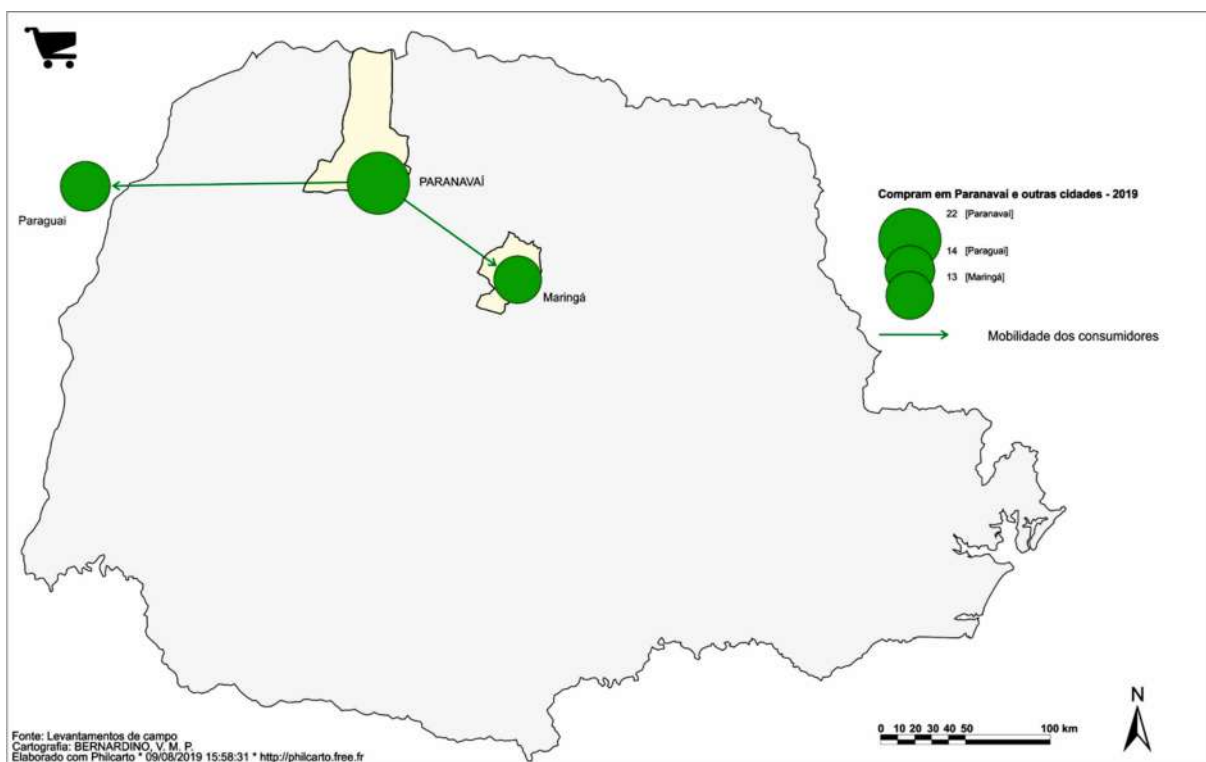


Figura 9: Deslocamento de consumidores a Paranavaí e outros lugares de consumo (2019).

Deste modo, as formas comerciais simbólicas da cidade de Paranavaí (supermercados, *shoppings*, feiras, etc), foram surgindo ao longo da sua história. A alteração se fez na forma, na função e no significado, como se verifica, de um lado, com a centralidade atribuída ao comércio na cidade de Paranavaí. “Mais do que isso, ao ser transformada em mercadoria e incorporada ao processo de acumulação capitalista, as formas simbólicas são redefinidas tanto em termos de formas e funções como de significados” (CORRÊA, 2003, p. 178). Portanto, a produção de espaços do capital como as lojas de rua, supermercados e *shoppings*, desempenham ativo papel como centralidades de transformação cultural, contribuindo para a classificação social, pelo consumo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização da pesquisa observamos que nos dias atuais o consumo ultrapassou o caráter de necessidade e passou a ser uma forma de estar inserida nos parâmetros da sociedade. Fazendo que os indivíduos que não possuam determinados produtos venham a ser excluídos ou não aceitos em determinado círculo social. O consumo se tornou um campo muito complexo, onde o “ter” está relacionado com um conjunto de significação em que o consumidor se estabelece.

Os grandes veículos de comunicação são sem dúvidas alguma os propulsores do consumismo exacerbado que a atual sociedade se encontra. A *internet* influencia o consumo, diariamente de uma absurda variedade de produtos, em que todos já possuem um prazo de validade estabelecido. As tendências globais mudam todos os dias, impulsionando os consumidores a acompanharem e adquirirem produtos sem nem mesmo precisarem. Este trabalho evidenciou que a tendência em escala global está presente nos hábitos de consumo dos lugares, como em Paranavaí.

Assim, os resultados obtidos demonstram que o comércio central de Paranavaí é pouco dinâmico havendo dificuldades de consumo devido ao baixo poder de compra da população. Se verificou que ocasionalmente, e em pequeno número, os paranavaenses se deslocam principalmente para Maringá e Paraguai em busca de produtos variados e menores preços. No entanto, é importante ressaltar que Paranavaí é lugar atrativo de consumo para as populações de algumas cidades próximas como Tamboara, Cidade Gaúcha, Paraíso do Norte, São Tomé, Santo Antônio e Cidade Gaúcha, entre outras. A mobilidade de consumidores foi algo visivelmente observado neste estudo; com os questionários identificamos que a

população da cidade de Paranavaí se desloca para outras cidades como Maringá e Paraguai. Os entrevistados encaram os custos deste deslocamento como um fator viável, isso porque o trajeto/passeio também é levado em consideração pelos consumidores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUDRILLARD, J. **A sociedade de consumo**. Lisboa: Edições 70, 2005.

BAUMAN, Z. **Vida para consumo: a transformação pessoas em mercadorias**. Zygmunt Bauman; tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

BERNARDINO, V. M. P. **A mobilidade da força de trabalho e de consumo nas feiras de Maringá (PR- Brasil) e de Leiria (Portugal): a resistência dos trabalhadores e consumidores do setor no contexto do capitalismo global**. Tese apresentada à Universidade Estadual de Maringá para a obtenção do grau de Doutor em Geografia, 2015.

CORRÊA, R. L. **Introdução à geografia cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CARLOS, A. F. A. **O lugar no/ do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007.

GHIZZO, M. R. **A mobilidade do consumo na cidade de Maringá: ensaio de uma noção**. 2006. 199p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de pós graduação em Geografia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2006.

GHIZZO, M. R. **A mobilidade do consumo e a produção do espaço no aglomerado urbano de Maringá**. Maringá: UEM, 2012. Tese de doutoramento apresentado ao Programa de Pós – Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá como requisito parcial para a obtenção do título de doutor em Geografia.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **IBGE – cidades**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/paranavai/panorama>>. Acesso em 20 de dezembro de 2018.

KELLNER, Douglas. **A Cultura da Mídia**. Bauru: Edusc, 2001.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. Trad: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LIPOVETSKY, G. **A Felicidade Paradoxal**. Ensaio sobre a sociedade do hiperconsumo. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. Tradução: Maria Lucia Machado.

MATHEUS, S. **O imaginal público: prolegômenos a uma abordagem comunicacional do imaginário**. In Comunicação, Mídia e Consumo / Escola Superior de Propaganda e Marketing. Ano 10. v. 10. n. 29 (Set./Dez., 2013). São Paulo: ESPM, 2013.

ORTIGOZA, S. A. G. **Paisagens do consumo**: São Paulo, Lisboa, Dubai e Seul. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. Disponível em: <file:///C:/Users/USER/Downloads/Paisagens-do-Consumo%20(1).pdf>. Acesso em: 20 out. 2018.

ROCHA, Everardo. **Representações do consumo**: estudos sobre a narrativa publicitária. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio/ Mauad, 2006.

ROCHA, M. M. **A espacialidade da mobilidade humana**: um olhar para o norte central paranaense. Tese (doutorado em geografia humana). Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

RECUPERANDO A VOZ DO ESCRAVO: ESCRAVIDÃO EM PARANAGUÁ ATRAVÉS DOS AUTOS CRIMINAIS (PARANÁ, SÉCULO XIX)

Diógenes Criswalther Gonçalves (PIC)
Unespar/Campus Paranaguá, diogenescriswalthergoncalves@gmail.com
Letícia Guterres (Orientadora), leticia.guterres@unespar.edu.br
Unespar/Campus Paranaguá, e-mail

Palavras-chave: Catálogo Seletivo. Escravidão. Paranaguá.

INTRODUÇÃO

O objetivo principal desta pesquisa é fazer uma discussão histórica através da documentação expedida e recebida entre o executivo provincial do Paraná e a cidade de Paranaguá, para melhor compreender a escravidão em dita localidade, a partir do Catálogo Seletivo de Documentos aos Africanos e Afrodescendentes Livres e Escravos. Tal catálogo reúne correspondências recebidas e expedidas pelo executivo provincial entre os anos 1853 e 1888 e, por seu caráter, a documentação descrita pelo catálogo permite ver em que situações o aparelho do Estado, neste caso, o governo provincial paranaense, lidava com a escravidão. A pesquisa terá como parâmetro o Catálogo, o qual irá contribuir de certa forma para uma construção da história da escravidão, não só da cidade de Paranaguá, como também do estado do Paraná.

O catálogo seletivo de documentos referentes aos africanos e afrodescendentes livres e escravos é resultado de uma parceria da Secretaria de Estado da Cultura e o projeto Paraná da gente, publicado em 2005, de livre acesso e que traz verbetes referentes ao período da escravidão, desde a emancipação do Paraná, em 1853 até a abolição da escravatura no Brasil, em 1888. Nesse sentido, os eventos listados nestas documentações descrevem aspectos que podem contribuir para melhor compreender a escravidão na cidade de Paranaguá, como também, uma história da escravidão do estado do Paraná.

O projeto original da pesquisa tinha como objetivo central a identificação (através da documentação informada no Catálogo) de processos judiciais, em especial os processos-crime envolvendo escravos ao longo do século XIX, em Paranaguá, no sentido de recuperar aspectos da voz e vida social desses sujeitos, em seus diferentes aspectos: conduta, valores e representações. Seguindo os passos previstos pelo cronograma de trabalho, nos envolvemos inicialmente com a identificação, catalogação,

formação de banco de dados para a posterior criação de temas centrais a que tal documentação estava dirigida. A seguir a este extenso trabalho que se realizou concomitante a leituras específicas envolvendo a temática em questão, partimos à seleção da documentação, cuja narrativa indicava a abertura de processo criminal. Portadores desta seleção, com cerca de doze (12) documentos, nos dirigimos ao Arquivo Público do Estado do Paraná que, depois de longa pesquisa, revelou não ter encontrado dita documentação. Não obstante, o fato não impediu a continuidade da pesquisa tampouco prejudicou o alcance ao seu objetivo original, em especial, no sentido de “recuperar” diferentes aspectos de conduta, valores e representações envolvendo escravizados de Paranaguá ao logo dos oitocentos. Ao contrário, o projeto tornou-se ainda mais abrangente na medida em que possibilitou o contato com diferentes facetas do universo escravista paranaense e permitiu uma análise do local em relação ao contexto mais amplo que vivia o Brasil do mesmo período.

MATERIAIS E MÉTODOS

A fim de tratarmos a temática escravidão relacionada ao município de Paranaguá, no estado do Paraná, nos utilizamos do catálogo de documentos referentes aos africanos e aos afrodescendentes livres e escravos, produzidos pelo Estado do Paraná e que estão disponíveis por meio eletrônico³⁴. Através deste catálogo, selecionamos aqueles referentes à região de Paranaguá e que tinham em seus autos sujeitos escravos tanto como depoentes ou como réus e/ou vítimas do verbete em questão. Após esse levantamento, iniciou-se a catalogação e organização dos verbetes de acordo com o ano de ocorrência e o tema a que estavam ligados (violência, fugas, tráfico, etc.).

Além disso, foram realizadas leituras permanentes de trabalhos acadêmicos englobando a temática da escravidão e da história de Paraná para auxiliar nas análises dos verbetes em questão, pois, como se sabe, a escravidão ocupou um grande período da História do Brasil, abrangendo mais de 380 anos. Durante todo esse tempo, como forma de trabalho, foi utilizada a mão de obra escrava indígena e africana, tendo como objetivo garantir o conforto e o sustento das famílias nobres e elitistas, como também para manter a produção e o lucro das grandes *plantations* em relação à metrópole.

Entretanto, sabemos que os escravos não eram utilizados somente no setor agrícola, mas sim, eram usados nos mais variados tipos de serviços. Desde os garimpos como nos mostram Carla Maria Carvalho

³⁴ Catálogo seletivo de documentos referentes aos africanos e afrodescendentes livres e escravos. Curitiba: Arquivo Público do Paraná. 2005.

de Almeida e Monica Ribeiro de Oliveira ³⁵ em a “*Conquista do Centro-Sul: fundação da Colônia de Sacramento e o achamento das Minas*” ³⁶ até cargos de muita confiança como, por exemplo, o cargo de feitor, onde o escravo tinha que zelar por outros escravos, além de ter de vigiá-los para que esses não fugissem ou parassem de trabalhar. Consequentemente, devido a essa hierarquia dos cargos, isso de alguma forma acabava causando desavenças entre os próprios escravos e é claro, entre os escravos e seus senhores, o que poderia ou não gerar um atrito físico e consequentemente, acabar num processo.

Podemos constatar diversos casos que envolveram escravos e seus senhores, sendo boa parte deles, considerado como uma forma de resistência ³⁷ a esse sistema escravocrata. Alguns desses casos se tornaram grandes levantes como, por exemplo, a Balaiada ³⁸ ou a Revolta dos Malês ³⁹, que ocorreram no nordeste brasileiro. Porém, nosso objetivo não é falar dos grandes movimentos de resistência que ocorreram no país no período imperial, mas sim, de mostrar as possibilidades de pesquisas que o Catálogo nos proporciona.

Por esse motivo, um exemplo que se pode encaixar melhor a nossa pesquisa estaria relacionado aos grandes centros urbanos no sudeste brasileiro, mais especificamente, nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo. Nesses locais, há uma grande quantidade de pesquisas relacionadas a escravidão, sendo elas produzidas através de processos criminais, cartas de alforria, inventários *post-mortem*, testamentos, registros de batismo e tantas outras fontes que podem nos dar vestígios para entender melhor como pode ter sido a vida de um escravo. Contudo, não foi somente nessas regiões que existiram escravos, mas sim em várias outras regiões do território brasileiro, onde por mais que fosse mínima, existiam de alguma maneira concentrações de escravos, como no caso da província do Paraná ⁴⁰.

O catálogo referente aos africanos e afrodescendentes livres e escravos é uma fonte que abrange uma imensa quantidade de documentações, que possibilitam as mais variadas linhas de pesquisa, pois,

³⁵ Professoras da Universidade Federal de Juiz de Fora.

³⁶ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; OLIVEIRA, Monica Ribeiro de. *Conquista do Centro-Sul: fundação da colônia de Sacramento e o achamento das Minas*. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs). *Coleção O Brasil Colonial Vol. 02 1580 – 1720*. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 2016.

³⁷ A resistência escrava poderia ser caracterizada de várias formas, desde fugas até os mais variados atos. Para isso, Reis, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: A Resistência Negra no Brasil Escravista*. Companhia das Letras. São Paulo. 2005.

³⁸ Revolta popular que ocorreu na Província do Maranhão entre 1838-1841.

³⁹ Grande levante de escravos e homens livres que ocorreu na Bahia em 1835.

⁴⁰ Antes de 1853, o Paraná fazia parte da província de São Paulo, sendo ela a 5ª comarca. No ano seguinte a lei nº1 de 26 de Julho de 1854, fez com que Curitiba se tornasse a capital da província. Cerca de 12 anos antes, Curitiba estava passando da categoria de vila para cidade.

como já dito anteriormente, nos mostra uma riquíssima variedade de casos que envolveram cativos, não só da cidade de Paranaguá, mas sim, de toda a província.

A fonte nos dá apontamentos e possibilidades de trabalhar com outros documentos além dos processos criminais. Não só isso, como também possibilita o trabalho com diversas temáticas, como por exemplo, a trajetória de escravos ou até mesmo de navios, tráfico interprovincial, estudos voltados ao fundo de emancipação, pesquisas voltadas as regiões da província do Paraná, lembrando que o Paraná era uma província recente, o que torna possível um estudo sobre como foi o processo de surgimento das vilas e suas transições para cidade, relacionando-os com o trabalho escravo, inventários *post-mortem* entre outros.

Em 1853, o Paraná provincial tinha cerca de 10.538 escravos, sendo esses, distribuídos entre cidades, vilas, freguesias, e capelas curadas. Nesse período, a província do Paraná era composta por 2 cidades, 6 vilas, 6 freguesias e 4 capelas curadas. Se repararmos bem é relativamente um número muito alto de escravos. Após o Paraná ter se tornado uma província, houve uma cobrança do ministério do império, para fazer um levantamento em relação à população negra. Segundo Sebastião Ferrarini,

“[...] através da delegacia de polícia mandavam realizar periodicamente um levantamento sobre a população negra. Exigiam que levasse em conta o sexo, estado civil, idade, residência e profissão do escravo”. (FERRARINI, 1971. p. 70).

Conseqüentemente, como já foi dito anteriormente, todas as regiões em que tiveram a base da economia forjada a partir do trabalho escravo, houve atos de resistência e na província do Paraná não foi diferente. Através de uma análise feita em cima do catálogo do arquivo público do Paraná⁴¹, foi possível constatar várias formas de revoltas dos escravos em relação aos senhores e em relação aos próprios escravos, como por exemplo, a fuga de um feitor e mais dois escravos da propriedade de Correia Junior.⁴² Entretanto, como nos mostra REIS (2005), a resistência escrava pode ser encontrada nas ações mais distintas. Lembrando que a resistência não ocorre somente por atos de violência, pois, pode ser encontrada nas ações mais sutis, como por exemplo, a formação de famílias, práticas culturais e religiosas, relações de compadrio, etc.

Devido a grande quantidade de casos, decidimos citar somente alguns deles, já que o objetivo desta pesquisa é de mostrar os casos que ocorreram a partir do escravo, ou seja, casos que envolveram de

⁴¹ O Catálogo do Arquivo Público do Paraná citado é o Catálogo Seletivo de Documentos Referentes aos Africanos e Afrodescendentes Livres e Escravos que faz parte da Coleção Pontos de Acesso, iniciada em 2002, com a edição do Guia de Fundos do Arquivo Público do Paraná.

⁴² Doc. 26. Carta de João Ladislau Japi-Assú de Figueiredo Mello, Juiz Municipal e de Órfãos para Zacarias de Goes e Vasconcellos, Presidente da província do Paraná. AP 0007, vol. 06, pág. 75. Paranaguá, 06 de setembro de 1854.

alguma forma a participação de um cativo. O catálogo do arquivo público do Paraná referente aos africanos e afrodescendentes livres e escravos traz mais de 1100 verbetes, onde constam diversos tipos de documentação como requerimentos, solicitações, circulares, processos judiciais entre tantos outros que tenham algum vínculo com o governo paranaense e que envolvam cativos e libertos.

Através de uma profunda análise, encontramos cerca de 165 verbetes relacionados a escravos entre os anos de 1853 até 1888, na cidade de Paranaguá, sendo que tais documentos variam desde pequenas infrações até casos mais graves como homicídios.

A variedade dos casos que encontramos no catálogo, nos fez optar por fazer um levantamento de todos que estão relacionados à cidade de Paranaguá e que envolveram de alguma maneira a participação de escravos. Após tal levantamento, optamos em separá-los por temáticas, sendo eles divididos em fugas e desaparecimentos; tráfico de escravos, sendo ele interprovincial e transatlântico; agressões e homicídios; alforrias, fundo de emancipações e dispensa para servir às forças armadas (Exército e Marinha); infrações e irregularidades; vendas e ressarcimentos; saúde e educação e outros (que são casos que aparentemente estão baseadas em denúncias ou suspeitas).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após o primeiro levantamento/organização das temáticas a que se referia dita documentação traçamos um gráfico para sabermos a porcentagem ligada a cada temática. A tabela abaixo irá nos mostrar como ficaram divididos os verbetes relacionados a cada temática.

Tabela 1 - Verbetes localizados no Catálogo de Referência aos Africanos Livres e Escravos do Arquivo Público do Paraná, relacionados a escravos no município de Paranaguá.

Temas	Quantidade de Verbetes	Porcentagem
Agressões e Homicídios	21	12,7%
Alforrias, Fundo de Emancipação e Dispensa para servir as Forças Armadas	84	50,9%
Fugas e Desaparecimentos	09	5,4%
Infrações e Irregularidades	15	9,1%
Outros	06	3,6%
Saúde e Educação	03	1,9%

Tráfico de Escravos (Interprovincial e Transatlântico)	20	12,1%
Vendas e Ressarcimento	07	4,3%
Total	165	100%

Fonte: “Catálogo Seletivo de documentos referentes aos africanos e afrodescendentes livres e escravos” do Arquivo Público do Paraná. Curitiba. 2005.

Colocando em dados quantitativos temos cerca de 12,1 % dos casos estavam relacionados ao tráfico de escravos, seja internacional ou interprovincial⁴³, o que é um número relativamente alto, em especial porque em 1850 já estava em vigor a lei que proibia o tráfico internacional de escravos. Mamigonian (2005)⁴⁴, nos mostra que nas décadas de 1830 e 1840, teve uma intensa movimentação de desembarque de africanos escravos na baía de Paranaguá, o que nos indica o motivo da preocupação das autoridades nas décadas seguintes com o tráfico de escravos no litoral paranaense, como o próprio catálogo mostra através das frequentes menções a navios que aportavam na baía de Paranaguá, como nos aponta o inspetor da alfândega de Paranaguá ao responder um ofício dizendo que será feito um empenho maior para evitar o desembarque de africanos no litoral⁴⁵. Além disso, o catálogo nos traz vários exemplos de suspeitas e denúncias realizadas ao governo provincial, de navios que poderiam ou não fazer parte do tráfico transatlântico, como por exemplo, o caso do navio Vapor Paraense, que foi denunciado sendo suspeito de estar transportando escravos africanos e de transportar criminosos⁴⁶.

Porém, o Catálogo vai além e não nos mostra apenas essa preocupação com o tráfico de escravos, mas também, em suas entrelinhas, aponta para a importância do tráfico interprovincial, pois há muitos casos de locomoções de escravos da província do Paraná para outras províncias ao longo dos oitocentos, principalmente para o sudeste, período no qual o setor cafeeiro estava em alta (Silva, 2007). Há vários casos de senhores que informam o envio de escravos ou a isenção de impostos como no caso do capitão

⁴³ O tráfico interprovincial foi uma prática de comércio de escravos entre as províncias do Brasil Imperial, pois, o tráfico transatlântico (internacional), já havia sido abolido pela Lei Eusébio de Queiroz em 1850. Esse foi um dos modos de os senhores de escravos burlarem a lei.

⁴⁴ MAMIGONIAN, Beatriz Galloti. *A Abolição do tráfico atlântico de escravos e os africanos livres no Paraná através das fontes disponíveis no Arquivo Público do Paraná*. Lançamento do “Catálogo Seletivo de documentos referentes aos africanos e afrodescendentes livres e escravos” do Arquivo Público do Paraná. Curitiba. 2005.

⁴⁵ Doc. 123. Carta de Antônio José Caetano da Silva, Inspetor Interino da Alfândega de Paranaguá para José Antônio Vaz de Carvalhaes, Vice-presidente da província do Paraná. AP 0043, vol. 06, pág. 14. Paranaguá, 06 de junho de 1857.

⁴⁶ Doc. 57. Carta de Victor S. Tiago Subrá, Capitão do porto de Paranaguá, para Theófilo Ribeiro de Rezende, Vice-presidente da província do Paraná. AP 0015, vol. 04, págs.371. Paranaguá, 30 de maio de 1855.

Bulhões Ribeiro, onde solicita a isenção da taxa para transportar uma escrava para o Rio de Janeiro⁴⁷. Para Silva (2007), era uma prática comum dos senhores de escravos para evitar despesas, alegando que os escravos estavam apenas acompanhando-os.

Segundo Mamigonian (2005), mesmo após as Leis de 1826 e 1831, que proibiam o tráfico atlântico de escravos, essas práticas ainda aconteciam.

(...) Não cabe me deter aqui nas flutuações do tráfico de escravos ao longo do século XIX, basta dizer que mesmo proibido, ele se manteve ilegal por mais duas décadas e atingiu picos de importação, até a passagem da lei Eusébio de Queirós, de setembro de 1850 (...). (MAMIGONIAN, 2005, p. 3).

O interessante disso é o fato desse tráfico ter atingido picos, ou seja, números que ultrapassaram qualquer quantia registrada antes. Para isso, Mamigonian (2010)⁴⁸ nos traz uma tabela da quantidade de escravos africanos que entraram nos país antes que a lei de 1826⁴⁹ entrasse em vigor. Segundo ela, a quantidade de importações de africanos após 1826 ultrapassou a casa dos 60 mil escravos por ano. Antes disso, o número estava em torno de 40 mil. O que nos permite compreender um pouco melhor o motivo da preocupação das autoridades provinciais do Paraná com relação ao tráfico transatlântico de escravos, sugerindo, além disso, que a região portuária de Paranaguá teve importante participação nesse movimento de entrada ilegal de africanos em território nacional conforme os relatos nos verbetes 95 e 96⁵⁰ apresentados no catálogo.

Em relação às fugas e desaparecimentos, temos cerca de 5,4 %. Esse é um dado muito relevante, pois, consideramos tais ações como atos de resistência à escravidão. Um dos autores que destacam muito bem isso é Chalhoub (1990)⁵¹ ao nos mostrar em sua obra, “Visões de Liberdade”, alguns casos de resistência, como também, muitos casos em que o escravo estava em busca de sua liberdade seja por meios

⁴⁷ Docs. 47 e 49. Carta de Joaquim Félix da Silva, Delegado suplente para Zacarias de Goes e Vasconcellos, Presidente da província do Paraná. AP 0014, vol. 03, págs. 155/156. Paranaguá, 21 e 22 de março de 1855.

⁴⁸ MAMIGONIAN, Beatriz Galloti. *A Proibição do Tráfico Atlântico e a Manutenção da Escravidão*. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs). *O Brasil Imperial Vol. 1: 1808 – 1831*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2010.

⁴⁹ A lei de 1826 foi um tratado feito entre o Império do Brasil e a Inglaterra com dois objetivos. O primeiro estava relacionado a abolição do tráfico e o segundo estava relacionado ao reconhecimento da Inglaterra de que o Brasil havia se tornado independente.

⁵⁰ Docs. 95 e 96. Carta de José Antônio Vaz de Carvalhaes, Chefe de Polícia da Secretaria de Polícia da província do Paraná para Vicente Pires da Motta, Presidente da província do Paraná. AP 0030, vol. 06, págs. 424, 426/443. Paranaguá, 21 e 22 de julho de 1856.

⁵¹ CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: Uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo. Companhia das Letras, 1990.

legais ou não. Um dos exemplos que o catálogo nos traz é o verbete de número 6⁵², onde consta a fuga de dois escravos de nome Joaquim e Quintino, da cidade de São Francisco, Santa Catarina e que teriam desembarcado no porto de Paranaguá, onde um deles teria conseguido embarcar para Santos, alegando ser livre e o outro acabou sendo preso após ter confessado que ambos eram escravos. Além deste, temos o caso dos escravos Estanislau e Gaspar, onde ambos fugiram da delegacia de Paranaguá⁵³. Existem outros casos que se relacionam com a temática e que em comunhão a outras fontes poderiam servir de caminhos para compreender movimentos e trajetórias de sujeitos escravizados, que fizeram da fuga uma estratégia de resistência à escravidão.

Dentre todos os processos analisados, cerca de 12,7 % dos casos, estão relacionados a agressões e homicídios, ou seja, casos que tiveram de alguma forma vítimas graves ou fatais sejam entre senhor e escravo ou até mesmo entre os próprios escravos. Um dos exemplos que o catálogo nos apresenta é o caso do escravo Manoel⁵⁴. Nele o cativo em questão foi condenado pelo seu senhor, Antônio Vieira de Miranda, a duzentos açoites e a andar com ferro no pescoço por um período de dois anos. Outro acontecimento seria o assassinato da escrava Christina, onde segundo a fonte, o senhor da cativa em questão, é o suspeito de ter cometido o homicídio⁵⁵. É um caso que envolve uma série de correspondências que se inicia em Paranaguá e termina no Rio de Janeiro, na qual o documento indica a espera do resultado do processo. Infelizmente não encontramos o processo em questão, pois, não estava no arquivo público do Paraná⁵⁶.

Chalhoub (1990) através de um processo criminal nos mostra o caso do mulato Bonifácio, que era um escravo que estava à venda assim como todos os outros escravos que estavam com ele, em um local denominado casa de comissões de propriedade (local de venda de escravos) que tinha como dono José Moreira Veludo. Em certa noite, devido aos ferimentos de um dos escravos do local, Veludo vai até o

⁵² Doc. 06. Carta de Antônio Francisco Nóbrega, proprietário dos escravos fugidos; José Antônio Pereira Maya, [ilegível]; Caetano de Souza Pinto, Inspetor da Alfândega de Paranaguá para Antônio Francisco Nóbrega, proprietário dos escravos fugidos; Zacarias de Goes e Vasconcellos, Presidente da província do Paraná. AP 0009, vol. 01, págs. 03/11. Paranaguá/ São Francisco, 14 de janeiro/25 de fevereiro de 1854.

⁵³ Doc. 239. Carta de Luiz Francisco da Câmara Leal, Chefe de Polícia da província do Paraná para Sebastião Gonçalves da Silva, Vice-presidente da província do Paraná. AP 0166, vol. 15, págs. 69/70. Paranaguá, 17 de julho de 1863.

⁵⁴ Doc. 253. Requerimento de Luiz Antônio Coelho da Silva, Juiz Municipal para José Joaquim do Carmo júnior, Presidente da província do Paraná. AP 0187, vol. 12, pág. 73. Paranaguá, 27 de junho de 1864.

⁵⁵ Docs. 466, 467, 469 e 474. Carta de Ernesto Frederico Laynes, Delegado de Polícia de Paranaguá para Adolpho Lamenha Lins, Presidente da província do Paraná. AP 0470, vol. 15, págs. 92, 254/257. AP 0472, vol. 17, pág. 30. AP 0473, vol. 18, pág. 56. Paranaguá/Curitiba/Rio de Janeiro, 19 de setembro – 26 de novembro de 1875.

⁵⁶ GRINBERG, Keila. Processos Criminais. *A História nos Porões dos Arquivos Judiciários*. IN: PINSKY, Carla Bessanezi/LUCA, Tania Regina de (Orgs). *O Historiador e Suas Fontes*. São Paulo. Contexto. 2011.

dormitório para tratar de tais ferimentos, contudo, acaba sendo atacado por vários escravos no momento em que ele entra nesse local. Porém, ele acaba sendo socorrido por dois ajudantes que antes de socorrê-lo, já haviam chamado às autoridades que logo conterão a situação.

No processo, o mulato Bonifácio diz que, através do diálogo conseguiu convencer outros escravos a participarem do ocorrido. Em depoimento, a grande maioria dos escravos alegavam que Veludo os maltratava além do comum e que era por esse motivo que ele estava cuidando do escravo que estava com ferimentos. Segundo Chalhoub,

[...] afirmaram que agiram movidos pela injustiça ou “excesso de castigo”. Não encontrei sequer vestígios de negros que colocassem em questão o castigo físico enquanto tal. Parecia ponto pacífico que o chicote e a palmatória eram instrumentos legítimos para a “correção” dos escravos recalcitrantes. (CHALHOUB, 1990. p. 151).

Dessa forma, o que podemos notar é que um dos motivos de o mulato Bonifácio ter se revoltado foi justamente devido ao castigo excessivo. É importante ressaltar que não havia uma lei que especificasse o quão pesado deveria ser o castigo, mas havia um código moral nessa sociedade sendo ele (não a lei), que determinava o que seria um castigo justo. Entretanto, com o desenrolar do processo, novas causas que deram origem à agressão foram descobertas, onde uma delas senão a principal, seria o fato de alguns daqueles escravos que estavam envolvidos no processo, terem sido vendidos para o proprietário de uma fazenda, onde estariam sujeitos a condições de trabalho muito mais severas. Não podemos deixar de lembrar que existem outras causas, além das condições de trabalho, que poderiam fazer com que os cativos se revoltassem, como por exemplo, a quebra dos laços familiares ou até mesmo de laços de amizade, ou seja, algum vínculo que o escravo tenha criado em determinado território.

Em relação as brigas que ocorriam entre os escravos, era algo muito comum existir atrito entre eles, por inúmeras razões, como por exemplo, o próprio status do escravo, isto é, a posição desse escravo na estrutura de hierarquia que estava implantada na sociedade, o que é uma informação bem interessante. Quem nos explica muito bem essa estrutura é Stuart Schwartz (1988)⁵⁷ em sua obra “Segredos Internos”, onde ele nos apresenta como era a organização social do Brasil, seus sistemas e estruturas de hierarquização que variavam desde a família real até os escravos. Schwartz nos explica que tais estruturas eram muito complexas e que havia diversos níveis de hierarquia (vertical e horizontal) e que tais níveis se construíam até chegarem ao topo, se tornando assim, uma imensa estrutura social hierárquica. E dentro

⁵⁷ SCHWARTZ, Stuart B – *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835 / Parte III, A sociedade do açúcar, uma sociedade escravista colonial* tradução Laura Teixeira Motta. – São Paulo. Companhia das Letras. 1988.

dessa imensa estrutura, os escravos não estavam excluídos, ou seja, entender as relações escravistas pressupõe reconhecer a existência de hierarquias entre os escravizados. E justamente por essa diferenciação entre os escravos, poderia facilmente ocorrer um desentendimento entre eles. Isso não só poderia acontecer como realmente acontece como nos mostra o Catálogo no verbete de número 22⁵⁸, onde um escravo acaba causando um ferimento fatal em outro escravo, sendo eles do mesmo senhor. Com isso, conseguimos ver um caso entre milhares que ocorreram durante o século XIX no período imperial, onde muitos escravos se rebelavam contra seus senhores por diversos motivos e contra eles mesmos devido a essa complexa organização social densamente hierarquizada. A tabela a seguir nos traz os casos encontrados no catálogo que de alguma forma levou a morte de um cativo.

Tabela 2 - Casos relacionados a morte de escravos ou de cativos que causaram a morte, em Paranaguá.

Ano	Descrição	Quantidade de Verbetes
1854	Comunica que, na noite do dia 03 do corrente mês, um escravo pertencente a José Pereira de Azevedo feriu outro escravo do mesmo senhor, causando-lhe a morte; encontraram e prenderam o criminoso, que estava escondido em um porão de uma embarcação atracada no porto de Paranaguá. (Ver verbetes 0022, 0023 e 0025)	03
1854	Prisão de Caetano José da Silva, na cadeia de Paranaguá, acusado de ter matado um escravo pertencente a Maria Francisca Xavier, e que o mesmo ainda não foi julgado no Tribunal do Júri porque o processo não está concluído	01
1855	Informa o sumiço da escrava Delfina, supondo que esta cometeu suicídio, atirando-se no rio da cidade, a fim de fugir dos castigos de sua senhora. (Ver verbetes 0045, 0051 e 0054)	03
1855	Envia a relação de criminosos da comarca de Paranaguá, na qual consta um escravo de nome Joaquim, pronunciado pelo crime de homicídio.	01
1856	Solicita o pagamento da quantia de 70 mil réis ao Delegado de Polícia suplente de Paranaguá, referente às despesas com o transporte do escravo Vicente, “criminoso de morte”, para a província de Santa Catarina.	01
1856	Envia informações sobre o requerimento feito por Manoel Monjolo, que foi escravo de dona Anna Gonçalves, em que pede perdão ao Imperador da pena de galés* perpétuas a que foi condenado. Manoel, junto com outros dois escravos, foi acusado de assassinar sua senhora em 1819.	01
1861	Informa que, no Juízo Municipal de Paranaguá, não consta registro de nenhum corpo de delito feito em dois escravos de propriedade do capitão Thiago Audes [?], mortos sem que se saiba o motivo.	01
1863	Corpo de delito no cadáver de Salvador, escravo de Joaquim Vieira de Belém, em Paranaguá.	01

⁵⁸ Docs. 22, 23 e 25. Carta de João Ladislau Japi-Assú de Figueiredo Mello, Juiz Municipal e de Órfãos para Zacarias de Goes e Vasconcellos, Presidente da província do Paraná. AP 0007, vol. 06, pág. 76/76^a. Paranaguá, 05 de Setembro de 1854.

1869	Solicita cópia do processo movido contra o escravo Luiz, condenado a galés* perpétuas pelo júri da cidade de Paranaguá havia mais de 25 anos, época em que essa cidade ainda pertencia à província de São Paulo; em anexo, requerimento feito pelo procurador do escravo solicitando a cópia do processo para que pudesse entrar com recurso de graça* ao Poder Moderador.	01
1875	Recebimento de telegrama que pede informações sobre o assassinato da parda Christina; informa que está realizando todas as diligências para conhecer a verdade sobre o crime. (Ver verbetes 0466, 0467, 0469 e 0474)	04
1884	Morte do liberto Adão, por envenenamento; acusa o Delegado de Polícia de Paranaguá de não ter feito o corpo de delito; constam os números 157 e 158 do jornal Futuro de Paranaguá, de nov./1884 (que comenta a morte do liberto Adão e a desavença entre o Juiz Municipal e o Delegado de Polícia) e cópias de ofícios referentes ao assunto e cópia de partes do processo.	01

Fonte: “Catálogo Seletivo de documentos referentes aos africanos e afrodescendentes livres e escravos” do Arquivo Público do Paraná. Curitiba. 2005

Em relação as alforrias⁵⁹, fundo de emancipação⁶⁰ e a dispensa para servir as forças armadas (Exército e Marinha), obtivemos uma porcentagem bem significativa, cerca de 50,9% dos casos. Esse é um número muito interessante, pois, não podemos deixar de lembrar que esses casos que estão sendo levantados são de 1853 – 1888, ou seja, depois da lei Eusébio de Queiroz, que voltava a proibir o tráfico de escravos em 1850. A dispensa é um dos meios que mais constam no catálogo relacionado às alforrias, como o caso do escravo José, que desejava servir como voluntário no serviço da armada.⁶¹ A lei do ventre livre na qual fazia com que toda criança que nascesse de mãe cativa após o ano de 1871 seria livre, como a libertação de três crianças filhas de mulheres escravas⁶², o fundo de emancipação também em 1871, onde o governo imperial pagaria para os senhores libertarem seus escravos, como o caso do escravo Ventura⁶³ e a lei dos sexagenários em 1885, que fazia com que qualquer escravo acima dos 65 anos fosse libertado. Porém, não encontramos casos de alforrias relacionadas a lei, devido aos escravos não se encontrarem

⁵⁹ A alforria é o ato no qual um proprietário de escravos por inúmeros motivos, decide libertar os seus próprios escravos.

⁶⁰ Foi um projeto implantado junto com a Lei do Ventre Livre em 1871, que tinha por objetivo, fazer com que ocorresse a libertação gradativa dos africanos que ainda estava sujeitos a escravidão.

⁶¹ Doc. 323. Carta de João Alves Carneiro, vigário para José Feliciano Horta de Araújo, Presidente da província do Paraná. AP 0275, vol. 02, pág. 158. Paranaguá, 12 de janeiro de 1868.

⁶² Doc. 383. Carta de Albino José da Cruz, vigário para Venâncio José de Oliveira Lisboa, Presidente da província do Paraná. AP 0373, vol. 01, pág. 67 Paranaguá, 05 de janeiro de 1871.

⁶³ Docs. 651, 656, 697, 698, 729 e 737. Carta de João da Silva Pires Ferreira, Juiz Municipal. para João José Pedrosa, Presidente da província do Paraná. AP 0610, vol. 22, pág. 14, AP 0611, vol. 23, págs. 102/103, AP 0637, vol. 18, pág. 24, AP 0636, vol. 17, págs. 119/120, AP 0647, vol. 01, págs. 25/26, AP 0649, vol. 03, págs. 82/83. Paranaguá/Curitiba, 03 de novembro de 1880 - 17 de fevereiro de 1882.

mais no município, como nos mostra o verbete 1006⁶⁴. Tais leis estavam circunscritas ao projeto imperial da abolição parcial da escravidão. Nesse sentido, a despeito da pressão inglesa para o fim da escravidão, “a defesa do tráfico e a manutenção da escravidão começaram a se delinear como políticas do Estado monárquico.” (MAMIGONIAN, 2010, p.210).

A despeito disso, todas essas leis acabaram influenciando no processo de libertação dos escravos, na medida que, em especial a Lei de 1871, abriu brechas para o primeiro movimento abolicionista nos tribunais de São Paulo e Rio de Janeiro. As tensões geradas pela Lei se inserem na legitimidade – legada pela Lei de 1871 – do poder do Estado como mediador das relações senhor/escravo, portanto, intervindo na relação até então autônoma mantida pelos senhores de escravos.⁶⁵ De certa forma, esses dados nos mostram que as leis estavam sendo cumpridas e respeitadas, porém, ao tirar da esfera senhorial o princípio norteador das relações escravistas, ou seja, o poder absoluto do senhor sobre a vida dos seus escravos, a Lei acabou por alimentar a rebeldia desses escravizados, que estavam cientes da perda progressiva da legitimidade da escravidão. Nisso refletiu-se o avanço de reivindicações na forma de revoltas, fugas, crimes, demandas por melhores condições de vida, autonomia e mesmo liberdade.

Dentro dessa perspectiva contextual, entende-se as infrações e irregularidades encontradas no Catálogo examinado neste estudo e que somam 9,1%. Tais casos sempre estão relacionados ao mau comportamento dos escravos, danos causados a um determinado senhor de escravo, reclamações e irregularidades em documentações que envolviam escravos como as irregularidades dos documentos relacionados a classificação de escravos para serem libertados⁶⁶. Isso nos remete aos verbetes que trazem a temática relacionada à vendas e ressarcimentos, que totalizam 4,3% do total de verbetes analisados. Basicamente, esses casos estão voltados à insatisfação e a reclamações dos senhores às autoridades por se sentirem de alguma forma lesados na hora da comercialização de um escravo. Um exemplo seria o

⁶⁴ Doc. 1006. Carta de Autor/cargo José [ilegível], Juiz de Órfãos para Joaquim de Almeida Faria Sobrinho, Presidente da província do Paraná. AP 0779, vol. 12, pág. 199. Paranaguá, 25 de junho de 1886.

⁶⁵ Sobre isso ver: MACHADO, Maria Helena P T. “*Teremos grandes desastres, se não houver providências enérgicas e imediatas*”: a rebeldia dos escravos e a abolição da escravidão. Cap. X – In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs). *O Brasil Imperial Vol. 3 1870 – 1889*. pp. 367-400. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2010.

⁶⁶ Doc. 881. Carta de Eugênio Machado Lima, Promotor Público para Luiz Alves Leite de Oliveira Bello, Presidente da província do Paraná. AP 0717, vol. 11, págs. 12 e 41/42. Paranaguá, 17 de março de 1884.

ressarcimento relacionado as despesas dos escravos Bernardinho, Pacífico, Pedro e Caetano, onde ambos haviam sido enviados para a capital ⁶⁷.

A categoria “outros” soma 3,6% dos casos listados. Dentro desse eixo “outros” há casos relacionados a situações bem diversificadas e que não se encaixam dentro de nenhuma temática abordada anteriormente, como por exemplo, o caso de uma esposa que reclama por seu marido ter vendido todos os seus bens, deixando-a numa situação precária, dentre os itens vendidos, um escravo estava incluso.⁶⁸ Por último, a temática Saúde e Educação, que traz cerca de 1,9% dos temas encontrados e que corresponde a três verbetes. Porém, são muito atraentes. Dois são voltados para a área da saúde, onde em um deles relaciona-se à vacinação dos filhos, agregados e dos escravos dos chefes de família e o outro a um cativo que está com lepra. Avançar neste tema pressupõe analisar e compreender a saúde dos escravizados no estado do Paraná.

Em relação ao verbete que traz o caso envolvendo o tema que caracterizamos “educação”, é algo bem peculiar. Nesse verbete, que é o de número 417⁶⁹, tem um pedido de um professor de Paranaguá para o inspetor geral da Instrução, solicitando uma permissão para que ele pudesse abrir uma escola noturna voltada para os escravos. Isso para o período era algo muito inovador, pois, até aquele ano, que era o ano de 1871, pelo menos através do catálogo, não havia ocorrido nenhum caso parecido com esse, além de que se tem atualmente, pouco conhecimento relacionado a escravos letrados aqui no Brasil.

Em síntese, conseguimos através do catálogo realizar levantamentos qualitativos e quantitativos de temas que tangenciaram aspectos da escravidão paranaense ao longo dos oitocentos, através das quais pudemos identificar, analisar e compreender melhor eventos particulares envolvendo escravizados em Paranaguá circunscritos no modelo escravista imperial brasileiro. Além disso, esperamos ter contribuído no sentido de que os dados aqui levantados sirvam de provocação para o desenvolvimento de novas pesquisas em relação a temática, contribuindo assim para a construção de uma historiografia da escravidão no Paraná.

⁶⁷ Doc. 343. Carta de João Pedro de Carvalho Rapozo, Capitão do porto de Paranaguá para José Feliciano Horta de Araújo, Presidente da província do Paraná. AP 0277, vol. 04, pág. 178. Paranaguá, 25 de fevereiro de 1868.

⁶⁸ Doc. 102. Carta de Roza Rocha do Espírito Santo, [Leandro José de Souza assina a seu rogo], suplicante para Vicente Pires da Motta, Presidente da província do Paraná. AP 0037, vol. 03, pág. 40. Paranaguá, 19 de setembro de 1856.

⁶⁹ Doc. 417. Carta enviada de José Cleto da Silva, Professor da Escola de 1ª cadeira de ensino primário de Paranaguá, destinado a João Franco de Oliveira e Souza, Inspetor Geral da Instrução Pública. AP 0385, vol. 13, pág. 123. Paranaguá, 10 de agosto de 1871.

CONCLUSÕES

Como podemos notar, existiram inúmeros eventos que ocorreram de diversas formas relacionadas a escravos no município de Paranaguá, entre os anos de 1853 – 1888, o que nos permite enxergar um vasto campo de possibilidades de pesquisas relacionadas a escravidão na segunda metade do século XIX em Paranaguá. Não só isso, o catálogo viabiliza ir, além disso, pois, ele nos fornece informações das correspondências recebidas e expedidas do executivo provincial de todas as cidades e vilas da província do Paraná.

Proporciona também a possibilidade de pesquisas mais específicas vinculadas à escravidão no município de Paranaguá como alforrias, agressões, homicídios, tráfico de escravos, fugas e etc. Ou seja, atitudes que os escravos tinham em meio as brechas da lei, buscando melhores condições de vida, num contexto onde a escravidão, através de um projeto do estado monárquico brasileiro foi postergada ao máximo, tanto que o Brasil Imperial foi o último país das Américas a abolir a escravidão. A pesquisa também proporcionou a possibilidade de estudos mais interessantes, como o tratamento de saúde relacionado à escravos e também em relação ao letramento de escravos, isto é, escravos que tinham o domínio da escrita e da leitura, temáticas essas que atualmente pouco se conhece.

Portanto, a pesquisa realizada é de extrema importância para a história da escravidão em Paranaguá, pois, através do catálogo seletivo de documentos dos africanos e afrodescendentes livres e escravos, conseguimos identificar diferentes aspectos relacionados aos cativos, permitindo assim, inúmeras probabilidades de pesquisas, relacionadas a escravidão, como também viabiliza pesquisas destinadas aos libertos, permitindo assim, um aprofundamento nos estudos relacionados ao tema da escravidão e contribuindo para uma construção da história da escravidão no estado do Paraná.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; OLIVEIRA, Monica Ribeiro de. Conquista do Centro-Sul: fundação da Colônia de Sacramento e o achamento das Minas. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs). **O Brasil Colonial Vol. 02 1580 – 1720**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, p. 267-334, 2016.

Catálogo seletivo de documentos referentes aos africanos e afrodescendentes livres e escravos. Curitiba. 2005.

CAMARGO, Isabel Camilo de. **Os processos civis como fontes históricas para a análise da escravidão em Sant’Ana de Parnaíba no século XIX**. Disponível em

<https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=http://www.encontro2014.sp.anpuh.org/resources/anais/29>. Acesso em 29, jun., 2019.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade**: Uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo. Companhia das Letras, 1990.

FERRARINI, Sebastião. **A Escravidão Negra na Província do Paraná**. Curitiba. Lítero-Técnica. 1971.

GRINBERG, Keila. Processos Criminais. A História nos Porões dos Arquivos Judiciários. In: PINSKY, Carla Bessanezi/LUCA, Tania Regina de (Orgs). **O Historiador e Suas Fontes**. São Paulo. Contexto, p. 119-139, 2011.

LIMA, Priscila de. **Direitos de Escravos**: maus-tratos e jusnaturalismo em petições de liberdade (América portuguesa, segunda metade do século XVIII e início do XIX). Disponível em <https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias>. Acesso em 26, jun., 2019.

MACEDO, Alexandre Medeiros de. A Escravidão no Seridó: um olhar sobre as fontes judiciais de Caicó e Acari. **Mneme**. Caicó, v.1 - n.1 - ago./set. de 2000.

MACHADO, Maria Helena P. T. “Teremos grandes desastres, se não houver providências enérgicas e imediatas”: a rebeldia dos escravos e a abolição da escravidão. Cap. X – In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs). **O Brasil Imperial Vol. 3 1870 – 1889**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, p. 367-400, 2010.

MAMIGONIAN, Beatriz Galloti. A proibição do tráfico atlântico e a manutenção da escravidão. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs). **O Brasil Imperial Vol. 01 1808 – 1831**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, p. 207-233, 2010.

_____. **A abolição do tráfico atlântico de escravos e os africanos livres no Paraná através das fontes disponíveis no Arquivo Público do Paraná**. Lançamento do “Catálogo Seletivo de documentos referentes aos africanos e afrodescendentes livres e escravos” do Arquivo Público do Paraná. Curitiba. 2005.

REIS, João José Reis. **Rebelião Escrava no Brasil**. A História do levante dos Malês em 1835. São Paulo. Brasiliense. 1986.

_____; SILVA, Eduardo. **Negociação e Conflito**: A resistência negra no Brasil escravista. São Paulo. Companhia das Letras. 2005.

SILVA, Luiz Geraldo. **Escravos e africanos no Paraná, 1853-1888**: uma história inscrita nas possibilidades de um catálogo. Disponível em https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/file/pdf/escravidao_liuz. Acesso em 29, jun., 2019.

SILVA, Ricardo Tadeu Caíres. **A participação da Bahia no tráfico interprovincial de escravos (1851-1881)**. Disponível em <https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=http://www.escravisaoliberalidade.com.br/site/images>. Acesso em 13, set., 2019.

SHWARTZ, Stuart B – **Segredos Internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835 / Parte III, A sociedade do açúcar, uma sociedade escravista colonial tradução Laura Teixeira Motta. – São Paulo. Companhia das Letras. 1988.

VOGT, Olgário Paulo; RADÜNZ, Roberto. Condenados à Força: a escravidão e os processos judiciais no Brasil. **MÉTIS: história & cultura**. Caxias do Sul, V. 11, nº. 21, p. 209-228, jan./jun.2012.

A HISTÓRIA E A MEMÓRIA DO ZICUNATI POR MEIO DOS PERIÓDICOS

Diogo P. Alves Gouvea (PIC, Fundação Araucária)
Unespar/Paranaguá, diogo_soad443@live.com
Liliane da Costa Freitag (Orientadora), liliane.freitag@unespar.edu.br
Unespar/Paranaguá, liliane.freitag@uol.com.br

Palavras-chave: Zicunati, História, Periódicos.

INTRODUÇÃO

As últimas décadas do século XIX e primeiras décadas do século XX foram momentos de transição crucial, um período em que o Brasil passou de uma sociedade rural para uma sociedade urbana, de uma sociedade agrícola para uma sociedade industrial, de uma sociedade escravista para uma sociedade de trabalho livre, de uma sociedade monárquica para uma sociedade republicana.

Aquele período, ademais, era tido como um período de busca pelo progresso. Modernização e progresso eram palavras de ordem no novo regime republicano. Nessa época inicial da república brasileira, muitas expedições científica-geográficas foram vistas como possibilidade de romper com as mazelas do passado imperial. Essas ações eram parte de um projeto que visava modernizar o país. As palavras de ordem eram civilizar a população tendo como escopo a integração e a civilização das populações indígenas através da educação.

O projeto de Brasil que nasceu impulsionado pelos pressupostos positivistas, propunha redescobrir o país. A dita redescoberta deveria acontecer também a partir da integração do território por meio da comunicação. A implementação de uma intensa rede de telégrafos foi um dos caminhos para se chegar ao tão sonhado progresso nacional. Desse amplo projeto de integração ocorreu o contato com tribos mais isoladas, que se localizavam em regiões a oeste do país, sobretudo nas áreas do Mato Grosso e Rondônia. Resultado dessa ação foi o encontro entre Mariano da Silva Rondon com os índios Paresi no início do século XX. A tribo praticava o futebol de cabeça denominado “Zicunati” e o contato ocorreu por ocasião das expedições

chefiadas pelo referido Marechal. Em 1914, quando acompanhava a Expedição Rondon, o ex-presidente estadunidense Theodore Roosevelt, cunhou o termo “headball” .

Essa autoridade passou a se declarar um estuasiasta dessa prática esportiva indígena. Publicado em 1915, Roosevelt falaria sobre o encontro no seu diário, publicado como livro, falando sobre o encontro e a prática esportiva. No entanto, a prática seria popularizado através das Conferências proferidas por Rondon de 1915 e também por meio das festividades do Centenário da Independência, no Rio de Janeiro.

Cabe ressaltar que as referidas Expedições científica-geográficas estiveram em sintonia com o movimento da *Béle Époque* pelo qual o país passava desde o final do Império. *Béle Époque*, conforme o termo sugere refere-se a um amplo momento em que surgem inovações tecnológicas tais como o automóvel, o telefone e o cinema¹. Cabe ressaltar que esse último foi usado pelo Estado brasileiro para construir uma imagem do país para a comunidade internacional durante a comemoração do Centenário de Independência. No país, este período tem início com a Proclamação da República, e se estende até 1922, momento de eclosão do Movimento Modernista e do centenário da Independência amplamente comemorado na capital do país.

As especificidades históricas do Brasil trataram de delinear a originalidade e os caminhos da *Béle Époque* Brasileira. Em termos genéricos podemos dizer que esse movimento avança até 1925, sendo aos poucos perfilhada por novos movimentos tecnológicos e culturais. Posteriormente, na década de 1920, a imprensa veiculou o Zicunati no contexto de uma suposta nacionalidade. Essa prática foi chamada por um articulista como “esporte genuinamente brasileiro”. O adjetivo foi mencionado por ocasião das comemorações do centenário de independência. Nessas festividades o Zicunati foi apresentado por um grupo de indígenas Paresi que foram especialmente mobilizados para a ocasião, na capital do Brasil, Rio de Janeiro, no ano de 1922. Esse grupo jogou o Zicunati no Estádio das Laranjeiras e foi agraciado pela imprensa muito mais pelo estranhamento causado do que pela originalidade da prática.

Dessa forma o dia 26 de novembro de 1922 o Jornal “O Imparcial” publicou em seu noticiário que “efetua-se hoje, no *Stadium* do Fluminense F. Club, a primeira partida do jogo indígena Zicunati, pelos índios Parecís”

O centenário é uma clara demonstração do enaltecimento do lugar de memória e legitimizar a república como verdadeira entidade representativa da sociedade e segundo Marly Silva da Motta, a cerimônia também foi usada como forma de “apagar” o “glorioso” grito de independência às margens do Impiranga, pelo Imperador Pedro I da Casa Bragança, que era visto com maus olhos pela Republica.

Nesse momento cabe um destaque para o trabalho da memória e sua função política naquele momento de comemoração. A memória como instrumento de poder para

¹Cabe ressaltar que o cinema foi usado pelo Estado brasileiro para construir uma imagem do país para a comunidade internacional durante a comemoração do Centenário de Independência. Morettin, Eduardo. (2011). **Cinema e Estado no Brasil: a Exposição Internacional do Centenário da Independência em 1922 e 1923.** *Novos estudos CEBRAP*, (89), p 137–148

legitimizar uma definição de realidade através da construção simbólica se usando de metáforas, simbolismo, tradição mostrando um intencional esquecimento de memórias, servindo como manipulador de memória coletiva. Para isso então foi preciso fazer uma análise sobre a trajetória dos veículos impressos, que previamente foram selecionados pela orientadora: Correio da Manhã, Gazeta de Notícias, A Noite, O Paíz e O Imparcial que publicaram sobre o Zicunati e sobre o Centenário de Independência. Esses jornais foram usados como fontes para resgatar a memória sobre a história do Zicunati.

Alguns desses materiais para crítica interna foram fornecidos pela própria Biblioteca Nacional, outros foram trabalhos e tese e/ou artigo sobre a História do Jornalismo no Brasil. Usando como base o historiador francês Jacques Le Goff, a História é a forma científica da memória, e o historiador seria o responsável por articular a memória e historicidade de indivíduos, grupos, Instituições e até mesmo nações.

MATERIAIS E MÉTODOS

A fim de dar cabo a pesquisa foi necessário implementar um caminho metodológico que iniciou com leituras e pesquisas sobre as primeiras expedições para expansão dos telégrafos ainda no período Imperial para compreender o processo de “incorporação, ocupação, modernização e povoamento” dos territórios tidos como “vazios” e lá fariam os primeiros contatos com as tribos mais isoladas. Também foi usado o diário de Theodore Roosevelt para entender e mapear a expedição científica geográfica Rondón-Roosevelt, que iniciaria em Cáceres no Paraguai, e iria até o Mato Grosso como parte da CLTEMA ou Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso. Foi necessário ainda conhecer o grupo indígena Paresi através de literatura especializada sobre a prática do Zicunati e posteriormente foi necessário um estudo metodológico para o tratamento das fontes. Dito isso, vale ressaltar que tivemos que conhecer aspectos do projeto de nação levado a cabo no Império e na República. A historiografia nos levou para o Império, onde foi necessário mapear as primeiras expedições para alcançar a região do interior do país desde a criação da Companhia Estrada de Ferro D. Pedro II em 1854. Criada com a finalidade de ligar as regiões Norte-Sul do Império também foi responsável pela construção de 10.969km de linhas telegráficas, e já em 1873 a capital do Rio

de Janeiro já estava interligada às províncias de Minas Gerais, Pernambuco, Bahia e Pará, sendo responsável também pela construção de 10.969km de linhas telegráficas.

Percebemos nesse momento que já havia a preocupação pela exploração, ocupação e integração dos territórios intocados ainda no Império. Para esse propósito, característico do movimento *Belle Époque* do final do século XIX e começo do XX, tanto o telégrafo como o trem foram considerados o maquinário de representação simbólica responsável de levar a modernidade para os lugares tidos como “selvagens” ou “primitivos” através do processo civilizador. Essa preocupação também se seguiu nos primeiros anos de República.

Nos seus primeiros anos, a recém-instituída República se caracterizou pelo esforço de dupla-via que em um primeiro momento se preocupou em apagar a memória do 7 de setembro como a festividade imperial de maior relevância nacional, assim como também remover monumentos alusórios ao império. Por outro lado também se preocupou em construir uma nova memória através de cerimônias que ano após ano, desde 1891, tentaria forjar uma nação moderna. Para esse propósito foi desempenhada através das frentes científica, literária e política a construção de uma identidade nacional tendo como base o modelo positivista e assim despertar o sentimento de ordem e progresso evocando símbolos, bandeiras, hinos e personagens que, como Tiradentes e Bonifácio, faziam alusão ao sentimento republicano, presente desde o Império. Foi no centenário que esse jogo de memória desempenhou seu papel com precisão.

Em meio as festividades do Centenário, em um lotado estádio da Laranjeiras se apresentou um grupo de índios Parecís que viajaram para apresentar o que a imprensa de época chamou de “jogo genuinamente nacional”, ou Zicunati, como forma de mostrar ao mundo a nova identidade republicana. Prática foi encontrada através Comissões de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso), e a figura de Cândido Mariano Rondon dentro daquilo que foi popularmente chamado de “Comissões Rondon” devido ao sucesso de suas expedições. Em uma de suas expedições encontrou a tribo dos índios Parecís. Essa tribo chamaria a atenção do ex-presidente estadunidense Theodore Roosevelt devido a prática esportiva tradicional de um esporte chamado Zicunati, e chamado pelo ex-presidente de *head-ball*.

Dessa forma para mostrar ao mundo que o Brasil republicano havia empreendido com sucesso o esforço de modernização e integração não só dos territórios nacionais, mas também das tribos indígenas tidas anteriormente como selvagens, os Parecís, acompanhados de Cândido

Mariano Rondon, viajaram até a capital da República onde o Zicunati foi apresentado em meio as festividades e cerimônias do Centenário de Independência em um lotado Estádio das Laranjeiras. Esse evento seria divulgado pelos principais periódicos de época, que introduziram através de discursos iconográficos e textuais o Zicunati aos leitores.

Portanto foi preciso empreender uma metodologia ativa onde foi necessário conhecer o contexto da época para então recuperar a memória do Zicunati através dos periódicos do Rio de Janeiro. O recorte temporal de 1920 a 1929 e levou em conta a metodologia proposta por Tânia Regina de Lucca que consiste em encontrar as fontes e constituir uma longa e representativa série, dar conta das características de ordem material, ou seja, a periodicidade, ausência e uso de iconografia e publicidade, dar conta da forma de organização interna do conteúdo, caracterizar o material iconográfico presente, identificar o grupo responsável pela publicação, identificar os colaboradores, o público a qual se destina, fontes de receita e por último analisar o material de acordo com a problemática estabelecida.

Na metodologia empregada, foi necessária a catalogação de um acervo que foi recuperado através da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Essa opção expressa uma íntima relação com os objetivos do projeto que foi compreender a criação de uma ideia de brasilidade através do futebol de cabeça implementado pelos Paresi como sendo esse grupo, o detentor de uma prática esportiva referenciada como “esporte genuinamente nacional”. A Biblioteca Nacional e a Hemeroteca digital forneceram através de fotos os periódicos alvos para a análise e catalogação do material em questão, nesse caso foram periódicos tais como revistas e jornais que veicularam o evento e o esporte em questão.

Esta ampla compreensão do tema, o qual, não se esgota aqui, somente foi possível através de periódicos de grande circulação nacional (A Noite, Correio da Manhã, Gazeta de Notícias, O Imparcial, O Jornal e O País, para mostrar como esses veículos apresentaram a memória do Zicunati em que grau de nacionalidade foram feitos. Alguns desses materiais para crítica interna foram fornecidos pela própria Biblioteca Nacional, outros foram trabalhos e tese e/ou artigo sobre a História do Jornalismo no Brasil.

Portanto, para o trabalho de reconstrução da memória do Zicunati através de periódicos que veicularam o termo Zicunati num recorte temporal de 1919 a 1929 no contexto do centenário, usamos seis periódicos que se encontram disponíveis pela Hemeroteca Digital da

Biblioteca Nacional. Foram eles: A Noite, Correio da Manhã, Gazeta de Notícias, O Imparcial, O Jornal, e O Paíz onde as análises desses periódicos.

foram feitas a partir do seu contexto de produção, considerando a crítica textual e iconográfica desses periódicos. A metodologia de análise procurou identificar marcas discursivas que representam a criação de identidade nacional em meio aos noticiários e artigos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para o propósito de pesquisa do acervo digital o primeiro periódico analisado foi o “A noite”, onde se identificou 18 exemplares que mencionam o termo Zicunati. O veículo foi fundado em 1911 no Rio de Janeiro por Irineu Marinho que também era secretário geral no jornal “Gazeta de Notícias”. Esse periódico foi, na época, de grande circulação diária e de grandes tiragens. O referido Jornal tratava questões de política nacional e da cidade do Rio de Janeiro, sendo esse o setor de maior destaque, mas que tratava também questões cotidianas e do grande público, dentre essas resultado de jogos e apostas e religiosidades. Tinha uso de material iconográfico como retratos, ambientes e pessoas noticiadas, usando cartuns e letreiros como forma de representar aquilo que se noticiava ou divulgava.

O segundo periódico analisado foi o Correio da manhã, que conta com um suporte de 26 exemplares, foi um dos periódicos de maior tiragem diária, chegando a 200 mil exemplares. É fundado em 15 de junho de 1901 no Rio de Janeiro como um pequeno jornal do jovem advogado Edmundo Bittencourt. Será considerado um dos jornais mais importantes do século XX devido a grande inovação textual e ética. Era um jornal de caráter liberal, legalista e posicionava opiniões contrárias a Velha República e suas oligarquias. Continha uma boa parte da página de anúncios sobre cinema com fotos, cartuns e letreiros, loteria do estado como anúncios em destaque e notícias esportivas separadas por blocos em vertical. A primeira edição trazia apenas 6 páginas com 3 de anúncios. Formato padrão e periodicidade diária, não trazia manchetes como os jornais da sua época. A primeira página trazia acontecimentos no Rio de Janeiro, críticas, editoriais, e troças com a política e a sociedade carioca. Na segunda página trazia notícias internacionais de conteúdo fornecido pela agência de notícias Havas. Apresentava editoriais do tipo, Seção de Comércio, Letras e Artes, Dia Social, Teatro e Dia da Caserna.

O terceiro periódico analisado foi o Gazeta de Notícias, que conta com 7 exemplares analisados, foi um periódico carioca diário fundado em 2 de agosto de 1875 por José Ferreira de Sousa Araújo. Introduziu uma série de inovações na imprensa brasileira, como o emprego do clichê, das caricaturas e das técnicas de entrevista, chegando a ser um dos principais jornais da capital federal durante a república velha. Em sua edição o periódico publica blocos destinados as áreas sociais, esportes, policiais, política, economia, direito, tendo também espaço para denúncias. Em um exemplar há uma parte dedicada a noticiar o mar, portos, pesca parte econômica. Esse periódico possuía ainda uma grande parte destinada a publicidade de loterias, produtos, remédios. O material detinha ainda, anúncios voltados a jogos de azar como palpite da sorte. Havia “parte comercial” onde relatava diversos dados sobre a economia e o mercado. Alguns exemplares possuíam grande parte dedicada a política dos ministérios.

O referido jornal possui iconografias como retratos de pessoas noticiadas, que fora do escopo de pesquisa haviam sido retratada, assim como fotos do ambiente e de grupo. Dentro do nosso interesse de pesquisa o jornal possui fotos onde se percebe o time liderado pelo Major Coloizorecê vestidos de uniformes esportivo . Em outra foto é possível olhar o preciso momento em que o líder adversário Zâmico faz uma defesa rasteira, nessa foto é possível observar o público ao fundo.

O quarto periódico analisado foi o Imparcial que conta com 42 exemplares que mencionam o Zicunati em vários segmentos esportivos ou da vida social urbana. Já existiram outros jornais com o nome “O Imparcial”, mas esse em específico adere ao jornal de mesmo nome fundado em 1919 por Macedo Soares e por esse fato acabava tendo ampla divulgação. Periódico com uso de publicidades variadas como produtos e serviços gerais, como médicos, cine teatros e manteiga. Continha blocos para divulgar dados quantitativos de apostas da loteria, investimentos na bolsa, finanças e mercado. Noticiava crimes e mortuários. Tinha uma área destinada a divulgação de resultados e comentários esportivos, chamada “vida desportiva”. O Jornal emitia comentários e se posicionava sobre a política, diplomacia, e administração publica internacional e nacional com comentários nos blocos. Continha uma parte dedicada somente a divulgação artístico cultural como pintura, cinema e teatro, que através de cartuns e fotografias fazia a publicidade, bem como trazia notícias de cinema.

Quanto ao quinto periódico “O Jornal” convém destacar que não conseguimos encontrar a trajetória do veículo, no entanto todo o restante da metodologia de De Lucca foi aplicada para efetuar a crítica interna documental. Esse periódico contém 12 impressos que fazem citações ao termo *Zicunati*.

Quanto ao trabalho iconográfico conta com fotos e cartuns do que se pretende noticiar ou anunciar. Grande parte das páginas destinadas a anúncios de produtos e serviços, assim como anúncios de vendas de imóveis, veículos. O periódico noticiava crimes, obituários, notícias sociais como eventos e festivais. Também divulgava resultados de apostas de loteria. O jornal faz diversos comentários sobre a política administrativa da cidade que pode ser observada em uma seção chamada “O direito e o Fôro”. Assim como também faz comentários sobre política interna dos estados. O periódico “O Jornal” destinava ainda alguns espaços relevantes para falar/divulgar de assuntos científicos como o “Congresso Brasileiro de Pharmacia”. Anúncios de cine teatros ocupam boa partes dos blocos de anúncios das páginas, contendo uma seção de nome “Theatro, música e cinema”, onde abre espaço para noticiar eventos, festivais e divulgação cinematográfica, de concertos musicais ou peça teatros. Destinava também, boa parte das páginas divulgação de assuntos desportivos numa seção chamada “Todos os *sports*” onde noticiava diversos esportes como futebol, hipismo yatismo, luta (box e romana) em um dos periódicos (do dia 25 de março de 1928) dedica uma sub seção inteira para esportes aquáticos como natação, water-polo etc. Havia ainda uma seção dedicada a noticiar “A vida dos campos”, onde mencionava a parte econômica, notícias sobre pragas e em um dos periódicos noticia até “A criação do gado Zebu” (periódico do dia 28 de novembro de 1922). Foi possível encontrar um anúncio do dia 25 de novembro de 1922 destinado a “Quer ganhar sempre na loteria” através do uso da astrologia, oferecido por um Guru.

O sexto e último periódico denominado analisado foi o “O Jornal”. Foi analisado 37 periódicos num recorte temporal de 1920 a 1929. O Paíz noticiava eventos e resultados desportivos como futebol, caiaque (rowing), e polo aquatico (water polo), natação, turf (hipismo) e tinha circulação por diversos estados brasileiros. O periódico fazia anúncios e resultados de jogos de azar como palpites de sorte (uma espécie de jogo do bicho de época) e loterias, assim como também fazia anúncios de produtos e serviços, como aluguel e venda imóveis e também trazia em alguns periódicos anúncios de leilões e penhores. Noticiava

acontecimentos sociais na seção “Vida social” com comentários diversos sobre os crimes, os obituários, a religião, eventos gerais como aniversários, conferências, bailes de pessoas famosas ou influentes. Assim também trazia comentários sobre a vida política. Noticiava assuntos da política interna nacional e do Rio de Janeiro e anúncios destinados a saúde pública. A página 10 inteira do periódico do dia 5 de dezembro de 1922 era destinada para a publicidade de cine teatros. Pouca iconografia, voltada mais para cartuns de anúncios diversos.

CONCLUSÕES

Nos seus primeiros anos a recém-instituída República, ficou caracterizada pelo esforço de dupla-via que em um primeiro momento se preocupou em apagar a memória do 7 de setembro como a festividade imperial de maior relevância nacional, assim como também remover monumentos alusórios ao império. Por outro lado também se preocupou em construir uma nova memória através de cerimônias que ano após ano, desde 1891, tentaria forjar uma nação moderna. Para esse propósito foi desempenhada através das frentes científica, literária e política a construção de uma identidade nacional tendo como base o modelo positivista e assim despertar o sentimento de ordem e progresso evocando símbolos, bandeiras, hinos e personagens que, como Tiradentes e Bonifácio, faziam alusão ao sentimento republicano, presente desde o Império. Foi no centenário que esse jogo de memória desempenhou seu papel com precisão.

A festividade do centenário teve como palco uma série de jogos e cerimônias republicanas, onde em um lotado estádio da Laranjeiras se apresentou um grupo de índios Parecís que viajaram para apresentar o que a imprensa de época chamou de “jogo genuinamente nacional”, ou Zicunati, como forma de mostrar ao mundo a nova identidade republicana nacionalista. Dessa forma para mostrar ao mundo que o Brasil republicano havia empreendido com sucesso o esforço de modernização e integração não só dos territórios nacionais, mas também das tribos.

Em todos os periódicos que foram analisados ficou evidente a construção de uma memória nacional republicana que fez o uso de elementos culturais Parecí, nesse caso o futebol de cabeça Zicunati, para a construção de uma identidade para o Brasil em que os diferentes povos estariam integrados a política de modernidade e republicanismo. Esse tipo de construção se deu por diversas vias, e os periódicos retrataram firmemente o jogo de memória através de elementos simbólicos como uniformes, hino e juramento a bandeira em evento público.

As tribos indígenas tidas anteriormente como selvagens, os Parecís, acompanhados de Cândido Mariano Rondon, viajaram até a capital da República onde o Zicunati foi apresentado em meio as festividades e cerimônias do Centenário de Independência em um lotado Estádio das Laranjeiras. Esse evento seria divulgado pelos principais periódicos de época, que introduziram através de discursos iconográficos e textuais o Zicunati aos leitores. No entanto, mesmo com a ampla divulgação sobre o Zicunati pelos periódicos e pelo governo através das cerimônias de centenário o esporte não conseguiu angariar um grande público mesmo após o termo Zicunati terse estabelecido na cultura carioca devido a grande fama que o futebol inglês já havia conquistado.

O Zicunati desaparece nos periódicos no começo da segunda guerra mundial, mas que antes disso consegue penetrar na cultura carioca, onde, evidenciado pelos periódicos as pessoas cunharam gírias baseadas no esporte, assim como também nomearam um time de futebol de Zicunati F.C.

Tendo isso em mente o projeto destacou quais eram os sentidos daquele Brasil apresentado nas comemorações de centenário e como foi feito uma criação de verdade através de discursos e fotografias e marcas discursivas nesses periódicos. A proposta de pesquisa, num modo geral, tratou de atribuir as semelhança entre o jogo tradicional Paresí, o Zicunati, reconstruindo as memórias narrativas jornalísticas através do acervo da Hemeroteca da Biblioteca Nacional, mostrando ao mesmo tempo, a viabilidade de acesso a documentação necessária a partir do mapeamento, recuperação, organização e construção dentro do contexto histórico republicano.

Para De Certeau (1998), a História desconstrói e constrói a memória através de uma operação científica literária. É a partir dessa operação historiográfica, usando nesse caso as memórias narrativas jornalísticas dos periódicos da primeira república e transformando a sua narrativa textual e iconográfica em uma narrativa científica.

Para isso, o recurso fotográfico, portanto, acabou sendo uma demanda nova da pesquisa, pois o discurso jornalístico e o iconográfico coadunam para a representação do Zicunati. Para o momento nossa opção é destacar que o conjunto dos artigos dos jornais que já analisamos anteriormente apresentaram 13 imagens retratando o Zicunati. Elas apresentam times com os Paresí vestidos como atletas e também de escoteiros para jurar a bandeira. Essas imagens

veiculadas na imprensa corroboraram para enaltecer a campanha e o projeto de incorporação dos povos indígenas a civilização, projeto esse que exaltava o pensamento de José Bonifácio, Rondon e Nilo Peçanha, o então presidente do país. As matérias, conforme destacado anteriormente tratavam de dar uma ótima impressão para esse projeto de nação.

Para esse relatório optamos em destacar questões mais genéricas da fotografia por dois motivos. Primeiramente as fotos não eram foco da pesquisa e sim os jornais. Por outro lado, as fotografias foram analisadas com profundidade no artigo denominado **Zicunatí X Football: a peleja por um esporte de identidade nacional no Brasil de 1922**, apresentado durante a **XIII RAM** – Reunião de Antropologia do Mercosul na cidade de Porto Alegre entre 22 a 25 de Julho o corrente ano. Esse trabalho foi escrito em co-autoria com os pesquisadores José Ronaldo Mendonça Fassheber, Liliane da Costa Freitag. O trabalho pode ser encontrado no link https://www.ram2019.sinteseeventos.com.br/simposio/view?ID_SIMPOSIO=42

Nesse caso dos periódicos aqui levantados inserimos textos metodológicos e historiográficos no contexto da pesquisa a fim de nos levar a uma compreensão mais aprofundada sobre o escopo da pesquisa (construção de uma memória através dos periódicos levando em conta que as fotografias também compuseram o enredo discursivo nos periódicos). Dessa forma, tais veículos de imprensa foram importantes espaços de difusão de uma verdade acerca de um Brasil, suposto país civilizado que nascia no início do século XX, notadamente na década de 1920.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FASSHEBER, José Ronaldo Mendonça; FREITAG, Liliane da Costa; GOUVEA, Diogo Pinheiro Alves; **Zicunatí X Football: a peleja por um esporte de identidade nacional no Brasil de 1922**. Disponível em:

<https://www.ram2019.sinteseeventos.com.br/simposio/view?ID_SIMPOSIO=42>. Acesso em 09 ago. 2019.

CANABARRO, Ivo. **Fotografia, história e cultura fotográfica: aproximações**. Estudos ibero-americanos. PUC-RS, V. XXXI, n2, dezembro de 2005.

CARDOSO, Ciro Flamarion e MAUAD, Ana Maria. História e Imagem: os exemplos da fotografia e do cinema. In: CARDOSO, Ciro Flamarion;

CERTEAU, M. de. **A invenção do Cotidiano**: 1. Artes de fazer. Tradução: Ephraim C Ferreira Alves. 3. ed. Vozes: Petrópolis, 1998.

VAINFAS, Ronaldo (orgs.) **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. 13. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e história**. 2. ed. rev. Ateliê Editorial, São Paulo, 2001. LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Ed. Unicamp. Campinas, 1994.

MAUAD, Ana Maria. **O olhar engajado: fotografia contemporânea e as dimensões políticas da cultura visual**, MAUAD, Ana Maria, Editora da UFF, 2008.

POLLAK, Michal. **Memória, esquecimento, silêncio**, Aprendendo a História. Estudos Históricos, Rio de Janeiro. 1989.

BELLOS, A. (2003) **Futebol: o Brasil em campo**. Rio de Janeiro: Zahar.

MOTTA, Marly Silva da. (1992). **A nação faz cem anos: o centenário da independência no Rio de Janeiro**: CPDOC.18f

MORETIN, Eduardo. (2011). **Cinema e Estado no Brasil: a Exposição Internacional do Centenário da Independência em 1922 e 1923**. *Novos estudos CEBRAP*, (89), 137-148

LUCA, Tânia Regina de - **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: **Fontes Históricas** (pp. 111-153). São Paulo. Contexto, 2005.

REFERÊNCIAS DAS FONTES

BRASIL, Bruno. **A Noite (RIO DE JANEIRO, 1911)**, 2014. Disponível em:

<<https://bndigital.bn.gov.br/artigos/a-noite/>>. Acesso em: 08 ago. 2019.

BRASIL, Bruno. **Correio da Manhã**, 2014. Disponível em:

<<https://bndigital.bn.gov.br/artigos/correio-da-manha/>>. Acesso em: 08 ago. 2019.

GUIMARÃES, Carlos Eduardo Leal. **Verbete. Gazeta de Notícias**. Disponível em:

<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/gazeta-de-noticias/>>. Acesso em: 08 ago. 2019.

PINHO, Adeílato Manoel. **Uma história da literatura de jornal: o imparcial da Bahia. 2008**.

PECHMAN, Robert. **SOARES, José Eduardo de Macedo**. Disponível em:

<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/soares-jose-eduardo-de-macedo>>. Acesso em 08 ago. 2019.

BRASIL, Bruno. **O Paíz**, 2015. Disponível em: < <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/o-paiz/>>.

Acesso em: 08 ago. 2019.

ROOSEVELT, Theodore. **Through Brazilian Wilderness**. 1914.

- 1: A Noite. **Índios atletas**. Rio de Janeiro, n. 3932, ano XII 11 de nov; 1922.
- 2: A Noite. **Grupo escoteiro Parecí**. Rio de Janeiro n. 3935, ano XII 14 de nov; 1922.
- 3: A noite. **Major Libanio Coloizorecê**. Rio de Janeiro n. 3935, ano XII 14 de nov; 1922.
- 4: A Noite. **Grupo de Parecís juntos da professora Higgins**. Rio de Janeiro. 23 de nov; 1922. p 7.
- 5: A Noite. **Times Parecís uniformizados**. Rio de Janeiro 27 de nov; 1922.
- 6: A Noite. **Índios Parecí e o compromisso republicano**. Rio de Janeiro 27 de nov; 1922. p 2.
- 7: Correio da Manhã. **Anúncio de cinema sobre o evento republicano**. Rio de Janeiro. 5 de dez; 1922. p 12.
- 8: Gazeta de Notícias. **Líder Zamicô defendendo a bola rasteira**. Rio de Janeiro. 28 de nov; 1922.
- 9: Gazeta de Notícias. **Times Parecís uniformizados 2**. Rio de Janeiro. 28 de nov; 1922.
- 10: O Imparcial. **Times Parecís uniformizados 3**. Rio de Janeiro. n. 1437, ano XI. 28 de nov; 1922.
- 11: O Imparcial. **Escoteiros Parecís**. Rio de Janeiro. n 1437, ano XI. 28 de nov; 1922.
- 12: O Imparcial. **O lugar da bandeira**. Rio de Janeiro. n 1437, ano XI. 28 de nov; 1922.
- 13: O Jornal. As festas do centenário. **O “Zicunati” dos índios Parecis**. Rio de Janeiro, 21 de out; 1922.

CATALOGAÇÃO, DIGITALIZAÇÃO E ANÁLISE DE FONTES HISTÓRICAS: O TRABALHO COM O JORNAL GAZETA DO CENTRO OESTE (2005-2007)

Drieli Fassioli Bortolo (PIC),
Unespar/Campo Mourão, drifassiolibortolo@gmail.com
Frank Antonio Mezzomo (Orientador),
Unespar/Campo Mourão, frankmezzomo@gmail.com
Cristina Satiê de Oliveira Pátaro (Coorientadora),
Unespar/Campo Mourão, crispataro@gmail.com

Palavras-chave: Imprensa. Manchete. Paraná.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa, vinculada ao Grupo Cultura e Relações de Poder⁷⁰, da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), Campus de Campo Mourão, teve como objetivo principal organizar, catalogar e digitalizar as edições do Jornal Gazeta do Centro Oeste⁷¹, no período de 2005 a 2007⁷², além de analisar os conteúdos publicados nas manchetes durante o período. Detalhadamente, os propósitos do trabalho são: preservar o acervo deste jornal, digitalizá-lo para que outros pesquisadores possam ter acesso para consulta e pesquisa, e identificar os temas recorrentes das manchetes do período investigado.

O Jornal Gazeta do Centro Oeste tem sua sede em Campo Mourão e os conteúdos divulgados, além de local, também abrangem o âmbito regional, estadual, nacional e internacional. Campo Mourão encontra-se na Mesorregião Centro Ocidental Paranaense, composta por 25 municípios. O jornal foi criado em 1982 e circulou até setembro de 2013, quando foram publicadas mais de 3 mil edições, tendo, em média, de 8 a 12 páginas, com frequência quinzenal, semanal ou diária, conforme o período, e esteve sob a direção de Aroldo Tissot e Sonia Sekscinski. Por meio de suas edições, verificamos que o periódico trazia conteúdos relativos ao cenário político (eleições, legislações, mandatos); à dimensão sociocultural (culinária, festivais, religião e datas comemorativas); à economia (agricultura, pecuária e infraestrutura); entre outros. Destarte, o uso do Jornal Gazeta do Centro Oeste como fonte histórica permite a investigação sobre as sociabilidades, subjetividades e relações de poder que são estabelecidas na região.

Nosso olhar para o jornal compreende o referido material como objeto e fonte para o estudo da história. Tal movimento se dá a partir das contribuições da terceira geração dos Annales, na década de 1970, quando ocorreu o interesse por novas fontes e o historiador deixou de almejar a imparcialidade e a objetividade em suas pesquisas (AGUIAR; KRENINSKI, 2011). Antes da Escola dos Annales, fundada em 1929, havia outra tradição historiográfica predominante, a Metódica, no século XIX, em que o entendimento era de que a história existia em si mesma, objetivamente, e era apresentada pelos

⁷⁰ O Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder conta com a participação dos professores Dr. Frank Antonio Mezzomo, líder do grupo, e da professora Dra. Cristina Satiê de Oliveira Pátaro, além de 14 membros efetivos, que realizam pesquisas de iniciação científica e de mestrados, ligados ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), ao Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA), e mais recentemente ao História Pública (PPGHP), todos vinculados à Universidade Estadual do Paraná (Unespar). As pesquisas desses participantes são voltadas para os temas acerca do tratamento arquivístico, juventude, religião e política.

⁷¹ O acervo completo do Jornal Gazeta do Centro Oeste foi concedido ao Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder no 2º semestre de 2016, que já tinha a guarda dos Processos da Vara Cível da Comarca de Campo Mourão, do Jornal Folha do Norte do Paraná e Jornal Tribuna do Interior. Para mais informações, consultar: <http://www.fecilcam.br/culturaepoder/>

⁷² Há uma outra pesquisa que foi realizada paralelamente a esta pelo estudante Caio Rodrigo Fier, analisando os anos de 2008 e 2009.

documentos escritos e oficiais de eventos políticos, sem que houvesse a necessidade de uma interpretação (REIS, 1996). Uma vez que os metódicos visavam tentar enxergar as regularidades humanas, em outras palavras, as leis gerais que comandariam o desenvolvimento das sociedades, os jornais não eram adequados para a recuperação do passado, por apresentarem registros fragmentados do presente, bem como imagens parciais e subjetivas (BARROS, 2017; LUCA, 2018). Mesmo com essa abertura das fontes a partir da década de 1930, pela primeira geração dos Annales, e da utilização dos periódicos sobretudo a partir de 1970, havia uma relutância em utilizá-los para a escrita da história, resquícios da tradição metódica (LUCA, 2018).

A inserção do jornal no meio brasileiro data de 1808, quando ocorreu a criação do Correio Braziliense, produzido em Londres, na Inglaterra, mas tratava de assuntos do Brasil e atravessava o oceano para circular nesse país. Com a chegada da Corte portuguesa na colônia, no mesmo ano, foi criada a Imprensa Régia, responsável pela produção de diversos periódicos nos domínios brasileiros, dentre eles, a Gazeta do Rio de Janeiro (LUCA; MARTINS, 2012; MOREL, 2012). Assim, podemos considerar que o Correio Braziliense é o primeiro periódico a tratar do Brasil, conhecido por suas críticas ao governo lusitano, e a Gazeta do Rio de Janeiro, jornal oficial da Coroa, como a primeira revista produzida em território nacional.

No período imperial (1882-1889), caracterizado pela presença da Coroa portuguesa, Martins (2012) afirma que a imprensa estava voltada, principalmente, para causas políticas e, em menor proporção, para manifestações literárias. Apesar disso, o quadro jornalístico é diversificado, pois há, por exemplo, periódicos de confronto, denúncias da sociedade e propostas de rupturas. Alguns dos impressos dessa época: O Brazil; Ação, reação, transição; Jornal do Commercio; O Brasileiro, e o Jornal do Timon.

Com a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, o Brasil passa a ser governado por um presidente, sendo o primeiro deles, Marechal Deodoro da Fonseca. Nesse momento da história brasileira, a imprensa passou por algumas inovações na sua produção, o que permitiu o uso de várias ilustrações (charge, fotografia e caricatura), aumento das tiragens, menor custo das edições e a melhor qualidade da impressão. Assim, a grande empresa editorial era sustentada pelas melhorias dos impressos, o aumento das pessoas alfabetizadas, que resultava em um público consumidor maior, e os incentivos à fabricação e aquisição do papel, perceptíveis na criação da Fábrica de Papel de Salto (1889) e da Cia. Melhoramentos (1990), ambas no Estado de São Paulo (ELEUTÉRIO, 2012; ANDRADE; HERNANDEZ; KLOCK, 2013). São exemplos de jornais desse período: O País (1884), criado antes do republicanismo, mas que permaneceu até a década de 1930; Jornal do Brasil (1891); Correio da Manhã (1901); O Estado de S. Paulo (1875), criado inicialmente com o nome de A Província de São Paulo, que permanece até os dias atuais em meio impresso e digital.

Esses apontamentos acerca da história da imprensa no Brasil ajudam a compreender como o jornal está presente no país há mais de 200 anos e que ele retrata as características de sua época. Assim, o jornal, de acordo com Wilhelm Bauer, é uma fonte de conhecimento, apresentando aspectos de sua própria história e das distintas situações, expressões de ideias e características culturais, além de dados sobre a sociedade e questões econômicas e políticas (BAUER apud CAPELATO, 1988). Destarte, o uso da mídia impressa como fonte de investigação histórica permite visualizar o cotidiano de diferentes épocas e lugares por meio de materiais diversificados da pesquisa, oportunizando uma análise de novas perspectivas e discursos, que agregam às interpretações baseadas nos relatos políticos e econômicos (CATANI; BASTOS, 2002; JUNQUEIRA, 2011; CRUZ; PEIXOTO, 2007).

Na esteira da importância do uso do jornal como fonte histórica, e a subjetividade de leitura de mundo que o mesmo divulga, temos o desafio da sua preservação física. Nesse sentido, faz-se necessário o tratamento arquivístico dos periódicos, um dos desafios empreendidos em nossa pesquisa, que visa organizar, catalogar e digitalizar parte do acervo do Jornal Gazeta do Centro Oeste (2005-2007). Com isso, contribuímos para a conservação do patrimônio histórico, que, segundo o art. 216 da Constituição Federal Brasileira (1988), é constituído por todos os bens naturais ou materiais, individuais ou comuns, portadores de identidade, ação e/ou memória de diferentes grupos da sociedade brasileira. Os documentos – incluindo o jornal impresso – são templos modernos, ou seja, templos de memória, servindo de monumento às pessoas que são lembradas e, também, àquelas que são rejeitadas ou anônimas, podendo mostrar, por meio do estudo, as relações de poder presentes nessa sociedade. Assim, a função do documento como instrumento de pesquisa é ajudar a sociedade a lembrar de seu passado, história e raízes (COOK, 1998).

A preservação documental é desenvolvida no Brasil por grupos de pesquisas e Centros de Documentação que investem em acondicionamento, microfilmagem e digitalização, permitindo a sua conservação material e possibilitando a acessibilidade dos pesquisadores a esses documentos.

Em sintonia com tais discussões, nossa pesquisa foi desenvolvida no decurso de um ano, promovendo ações de preservação do acervo impresso do Jornal Gazeta do Centro Oeste, disponibilizando o acesso eletrônico a essa fonte histórica, além do levantamento e identificação das temáticas priorizadas pelo periódico a partir da análise de suas matérias apresentadas como manchetes.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa foi desenvolvida em duas frentes. Na primeira, ocorreu a organização do Jornal Gazeta do Centro Oeste publicadas durante os anos de 2005 a 2007, quando fizemos três pilhas

distintas de jornal (uma para cada ano) e as edições foram dispostas em ordem cronológica (dia, mês e ano), sendo que as mais antigas de cada ano ficavam por cima (referente ao mês de janeiro) e a mais recente por baixo (corresponde ao mês de dezembro). Esse procedimento facilita ao interessado localizar o que deseja com eficiência e rapidez.

Logo após, efetuamos a catalogação do acervo, cujo objetivo consistiu em identificar, registrar e localizar os documentos (BAPTISTA, 2006), para facilitar o trabalho de quem pretende acessar esse registro. Para tanto, criamos uma planilha no Excel dividida em ano, mês, dia, edição e paginação, possibilitando o registro de cada edição do jornal. Posteriormente, outra etapa consistiu na digitalização do acervo, realizado por meio de scanner disponibilizado pelo Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder. Em virtude do tamanho do equipamento (40x30,1cm), que era menor do que o do jornal (58x64cm), foi necessário digitalizar uma mesma página em dois momentos e depois fazer a junção das imagens. Para tanto, utilizamos o Adobe Photoshop 5.0, que só realiza a junção de uma imagem por vez, sendo que cada edição tem 6 ou 8 páginas, assim o processo foi lento e trabalhoso. Diante de tudo isso, havia ainda aquelas imagens ou edições inteiras que estavam com erro, ou seja, foram digitalizadas muito tortas e isso não permitiu que a montagem fosse possível, assim, foi tivemos que refazê-las novamente.

Cumprida essa etapa de digitalização do acervo, procedeu-se a renomeação e organização das imagens em pastas, divididas em dia, edição, mês e ano, para possibilitar acesso online ao público e facilitar sua pesquisa. Esse processo demandou um trabalho lento, pois foi preciso abrir a primeira página de cada edição e depois movê-las para sua respectiva pasta. Além do mais, conferimos página por página e vimos se sua nomenclatura no computador estava correta.

Posteriormente, todas essas imagens foram convertidas para PDF, sendo que cada edição corresponde a um arquivo desse tipo. Para tanto, foi utilizado o site JPG2, em que as imagens de cada edição são enviadas para essa página, espera carregar e baixa os arquivos no formato desejado. Na sequência, é renomeado o arquivo com o nome desejado, como por exemplo, “Edição 1409” a fim de colocá-la em uma pasta específica.

Assim, essa primeira etapa da pesquisa foi, por assim dizer, mais técnica, afinal implicou em uma atividade intensa de organização do acervo do Jornal Gazeta do Centro Oeste. Finda essa etapa, iniciamos a segunda frente da pesquisa, que implicou no trabalho de identificação e tabulação das manchetes das edições publicadas no período analisado, incluindo a descrição do conteúdo dessas matérias: identificação da notícia principal presente na capa do jornal – trata-se da manchete –, lê-la na íntegra, para resumir e colocá-la na planilha. Por último, analisamos os dados tabulados, classificando as manchetes em recorte espacial (Municipal, Regional, Estadual, Nacional e Internacional) e

construímos eixos temáticos – Política; Economia; Eventos; Infraestrutura e Planejamento; Saúde e Bem-estar; Educação, Ciência e Cultura; e Segurança Pública e Violência – a fim de fazer um primeiro exercício de tabulação do acervo.

Com isso, ao final da catalogação e tabulação dos dados, a planilha da pesquisa apresenta as seguintes informações referentes a cada uma das edições publicadas entre 2005 e 2007: ano, mês, dia, número da edição, paginação, recorte espacial, recorte temático, manchete e resumo da manchete.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa compreendeu o processo de organização e catalogação das edições e, na sequência, na tabulação e análise das manchetes. Sendo assim, primeiramente organizamos os jornais em ordem cronológica e, posteriormente, catalogamos o acervo, onde criamos uma planilha extraindo o número do jornal, informações como ano da edição, mês, dia, edição e paginação, consecutivamente. Ao fazer isso, percebemos que uma característica do recorte analisado é que há muitas edições de compra e venda destinadas a anúncios, principalmente de veículos. A partir deste recorte e da planilha completa, observamos que 2005 e 2006 apresentam edições com cerca de oito páginas e periodicidade semanal, e 2007 em torno de seis páginas, sendo publicada semanalmente na metade do ano e diariamente no final. Ademais, constatamos que havia no total 216 edições, 141 cadernos de compra e venda de bens e 13 cadernos especiais.

Com a digitalização desses jornais, procuramos disponibilizar a documentação do acervo para a consulta pública, sem a necessidade de manusear os originais em versão física. Essa facilidade de acesso permite que eles sejam utilizados de maneira rápida e eficaz, sem se preocupar com a integridade física do mesmo (FREITAS; KNAUSS, 2009; MONTENEGRO; SILVA, 2005; SAMPAIO, 2005). Mas isso não significa que um documento, ao ser digitalizado, esteja preservado e que possa substituir legalmente o original, mas que ele pode deixar de ser manuseado, o que contribui para sua preservação material (FREITAS; KNAUSS, 2009).

No que tange à segunda frente da pesquisa, identificamos as manchetes de cada uma das edições que foram lidas, resumidas e colocadas na planilha, para na sequência ser classificadas de acordo com o recorte espacial e temático. Antes de adentrarmos em cada uma dessas etapas, é importante nos perguntarmos: o que é manchete? É a notícia que está em destaque na capa do jornal, elas podem revelar o estilo e normas do periódico, seu público alvo, o seu enfoque, as concepções de quem o escreveu e as informações consideradas “importantes” na época. Ademais, elas funcionam como um convite à leitura

da notícia que está nas páginas seguintes, servindo de primeira impressão para os fatos que serão apresentados posteriormente (CAMPOS, 2012).

Há vários critérios para a escolha dessa notícia principal, dentre eles, o tamanho da fonte, verificar se há ou não imagens, o tamanho das figuras, sua posição na folha, normalmente na parte superior da mesma. Abaixo podemos ver a capa de uma edição (Imagem 01):

Imagem 01 – Capa de uma edição do Jornal Gazeta do Centro Oeste

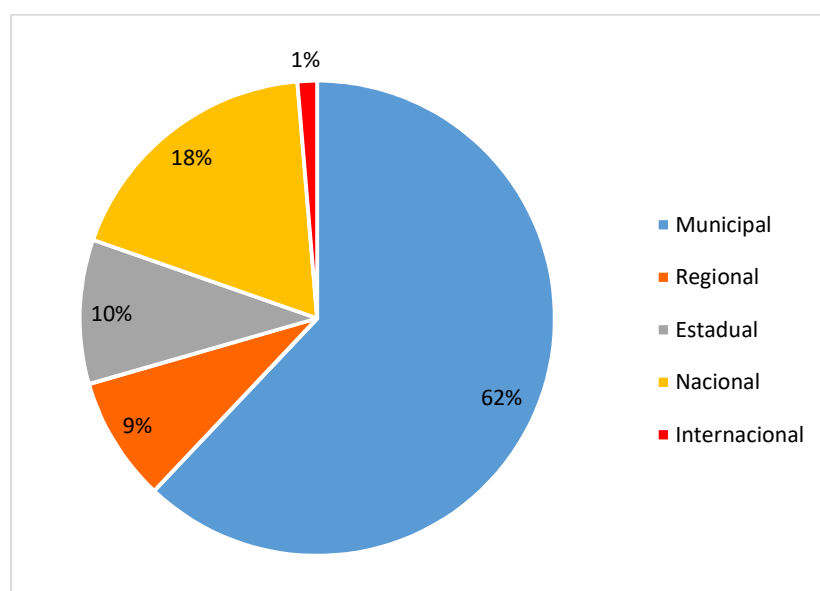


Fonte: Dados da pesquisa.

Como podemos observar na imagem, a notícia principal é a “Frangobras um ímã para atrair mais empregos”, isso porque essa matéria está com uma fonte maior e localizada na parte superior da página, além de conter, nesse caso, uma fotografia.

A fim de facilitar o trabalho de futuros pesquisadores e cumprir um dos objetivos da pesquisa, todas essas manchetes foram inseridas na planilha e, posteriormente, resumidas. Feito isso, foram classificadas de acordo com o recorte espacial, que pode ser: *Municipal*, diz respeito às notícias do município de Campo Mourão; *Regional*, enquadrando a Mesorregião Centro Ocidental Paranaense; *Estadual*, outras localidades do Estado do Paraná; *Nacional*, que abrange outras Unidades Federativas; e *Internacional*, englobando outros países. No Gráfico 01 podemos observar a porcentagem total do recorte espacial das manchetes de 2005-2007, a seguir:

Gráfico 01 – Recorte espacial das manchetes do Jornal Gazeta do Centro Oeste de 2005-2007



Fonte: Dados da pesquisa.

No que diz respeito ao gráfico acima, podemos ver que 62% das manchetes são de caráter Municipal, 9% Regional, 10% Estadual, 18% Nacional e 1% Internacional. Percebemos que a grande maioria está relacionada a Campo Mourão e seu entorno, além de haver uma grande parcela das manchetes enquadradas no âmbito Nacional. Ao compararmos com outros trabalhos acerca do mesmo periódico, sobre os recortes de 1982-1984 e 1992-2004, podemos perceber um número inicial de 2,06% no primeiro período, 5,88% no segundo e de 18% de 2005 a 2007 (ANJOS; MEZZOMO; PÁTARO, 2018; SILVA; MEZZOMO; PÁTARO, 2017). Esse aumento substancial deve-se à maior rapidez das informações, decorrentes da globalização e dos avanços dos meios de comunicação, e às inúmeras críticas e denúncias de corrupção que os líderes políticos eram alvos.

Após esse processo de enquadramento espacial, realizamos a classificação temática, para a qual foram criadas oito categorias, sendo a última intitulada “*Outros*” e destinada às manchetes que não se enquadravam em nenhuma das anteriores. A seguir, temos esses grupos e suas definições:

1) *Política*: categoria que engloba propostas, condutas, acontecimentos e decisões envolvendo vereadores, prefeitos, deputados, senadores, presidente e o judiciário. Além de notícias sobre o atual cenário político brasileiro, contexto eleitoral, regulamentação partidária, sindicatos e movimentos.

2) *Economia*: diz respeito a acordos entre empresas; campanhas, premiações ou eventos econômicos, como congressos e exposições; implantações e programas de empresas; protestos contra o aumento do dólar; problemas climáticos, que resultaram na elevação do custo de produção; piso salarial; inserção de

pedra pedras fundamentais de indústrias; pesquisas acerca de consumo da população; orçamento e verbas para os municípios e instituições; além de cobranças de impostos e outras tarifas tributárias.

3) *Eventos*: abrange festas de Campo Mourão e outros municípios, celebrações religiosas, eventos sociais, festivais gastronômicos e concessão de títulos honorários.

4) *Infraestrutura e planejamento*: corresponde às obras de ampliação, melhorias e inauguração de avenidas, ruas e estradas; reformas em órgãos e locais públicos; obtenção de equipamentos para a cidade, como, por exemplo, dragas; e implantação de sistemas de esgoto.

5) *Saúde e Bem-estar*: campanhas de vacinação e em oposição ao abuso do álcool; leis e precauções que visam o bem-estar da sociedade, como proibição de venda de bebidas alcoólicas após meia-noite e contra uso do narguilé; prevenção de doenças; obras e gerenciamento dos órgãos de saúde; apreensões de alimentos não inspecionados; e superfaturamento de medicamentos.

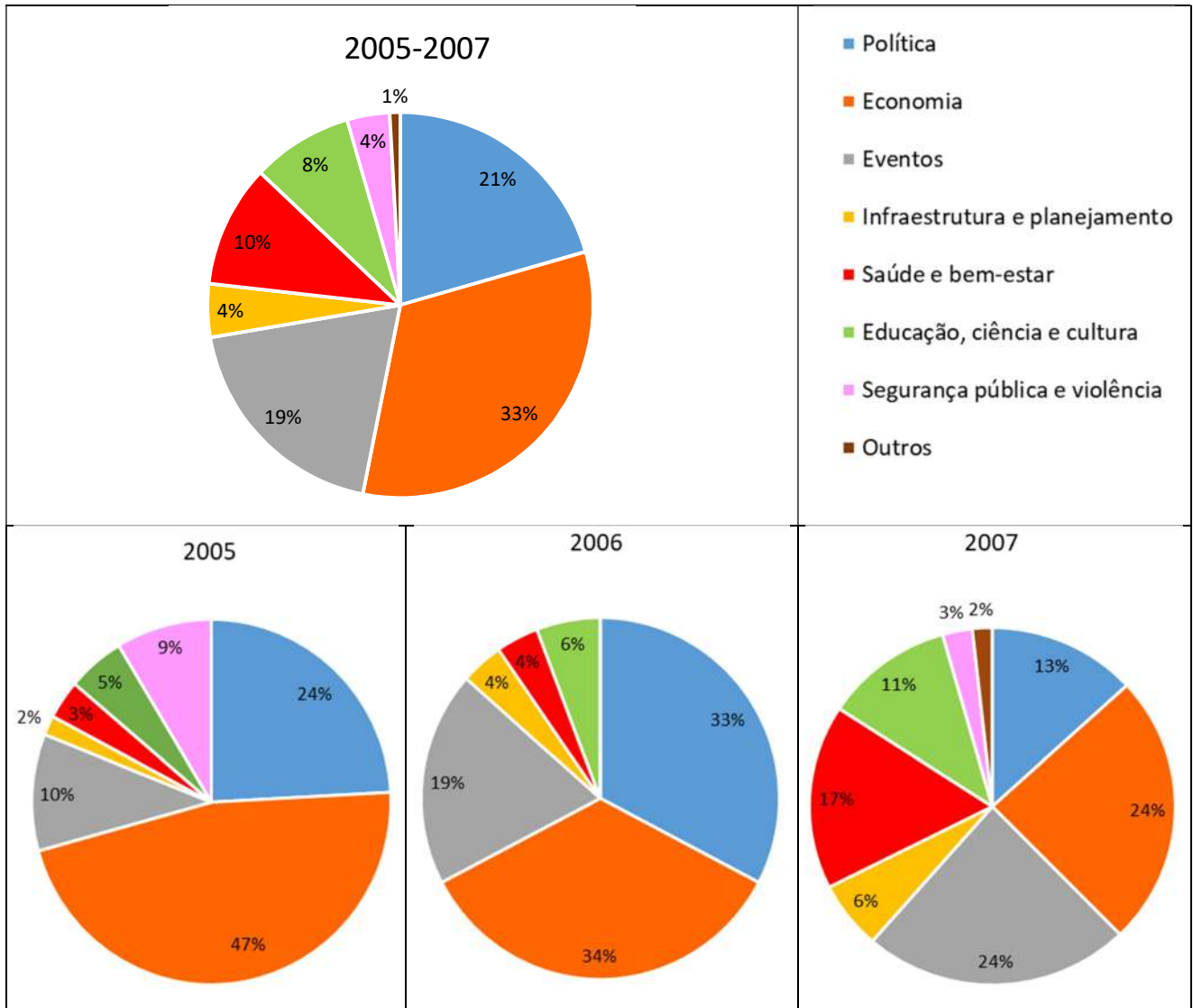
6) *Educação, Ciência e Cultura*: compreende aos históricos de Campo Mourão; palestras sobre educação e pesquisa; jogos e campeonatos; festivais de arte; informativos sobre a participação de mulheres no Jornal Gazeta do Centro Oeste; campanhas da Fraternidade; questões relacionadas à televisão; censos do IBGE; posse de novos conselhos, leis, criação e ampliação de instituições voltadas à educação; prestação de contas a professores; lançamentos de livros; e declaração de patrimônios culturais.

7) *Segurança Pública e Violência*: notícias voltadas a roubos, audiências sobre segurança pública, votação sobre porte de armas, acidentes aéreos, conscientização sobre acidentes no trânsito e orientações contra vândalos.

8) *Outros*: não se enquadram em nenhuma das categorias acima.

No Gráfico 02, localizado abaixo, podemos ver a porcentagem total de cada item de 2005-2007 e individual.

Gráfico 02 – Categorias do Jornal Gazeta do Centro Oeste de 2005-2007



Fonte: Dados da pesquisa.

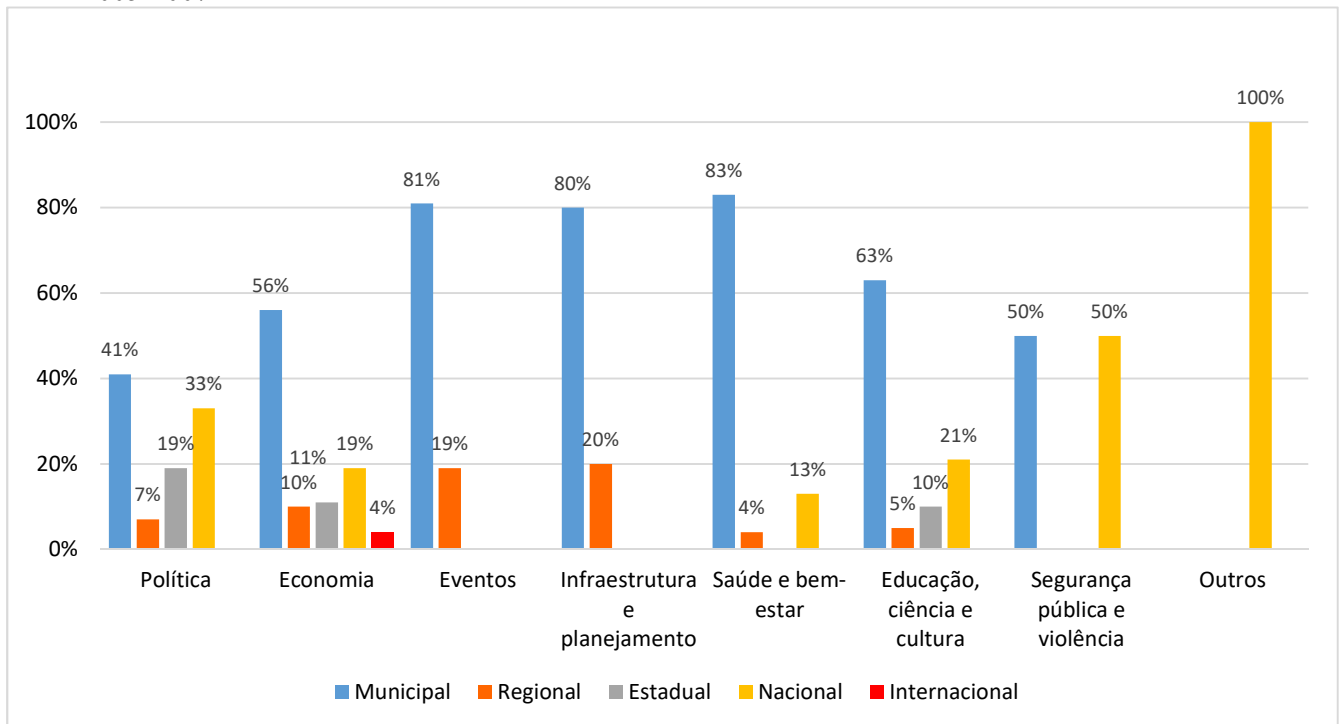
Percebemos que a maior porcentagem, 33%, diz respeito à “*Economia*”, ao analisarmos os gráficos no apêndice, podemos ver que esse fator se repete no ano de 2005 e 2006. Já em 2007, esta categoria fica empatada com “*Eventos*”, que em decorrência da periodicidade diária, acaba por ter um maior número de manchetes destinadas a notícias de festas e comemorações de aniversários das cidades vizinhas. Esse grande número de classificações enquadradas em “*Economia*” advém, principalmente, da instalação da “*Frangobras – Indústria e Comércio de Carnes e Derivados*” em Campo Mourão e de suas dificuldades enfrentadas nesse processo.

Diante do que foi exposto e dessa predominância do âmbito da economia, podemos ver que houve uma mudança em relação aos anos anteriores, onde o campo de maior destaque era a “*Política*” e,

depois, assuntos econômicos (ANJOS; MEZZOMO; PÁTARO, 2018; SILVA; MEZZOMO; PÁTARO, 2017). Esta mudança é resultado, como já mencionado, da construção da avícola no município de Campo Mourão.

Outro item a ser mencionado é a relação do recorte temático com o espacial, visível no Gráfico 03, disponibilizado abaixo:

Gráfico 03 – Recorte temático e espacial das manchetes do Jornal Gazeta do Centro Oeste de 2005-2007



Fonte: Dados da pesquisa.

Como é possível observar no gráfico, 41% da categoria “Política”, 56% de “Economia”, 81% de “Eventos”, 80% de “Infraestrutura e planejamento”, 83 de “Saúde e bem-estar” e 63 de “Educação, ciência e cultura” são do âmbito municipal. Em “Segurança pública e violência”, essa recorrência empata com notícias nacionais e as outras, sem categoria, são nacionais. Isso nos mostra que a maior parte das notícias dizem respeito sobre Campo Mourão no geral e que, mesmo analisando cada categoria isoladamente, ainda há a predominância local.

CONCLUINDO

Propomos como objetivo da pesquisa organizar, catalogar e digitalizar as edições do Jornal Gazeta do Centro Oeste de 2005 a 2007, bem como analisar os conteúdos publicados nas manchetes durante o período. Além disso, catalogamos todas 216 edições, 141 cadernos de compra e venda de bens e 13 cadernos especiais e foram digitalizadas. Esse procedimento ajuda na preservação do periódico impresso, que corresponde ao tratamento da fonte, um dos trabalhos a ser realizado pelo historiador, além de possibilitar o acesso a essas edições online, o que viabiliza o ato de fazer ciência de outros pesquisadores, além de democratizar a informação a qualquer pessoa interessada.

Além disso, retiramos todas as manchetes e as resumimos, assim como as classificamos de acordo com o recorte espacial (Municipal, Regional, Estadual, Nacional e Internacional) e temático (Política; Economia; Eventos; Infraestrutura e Planejamento; Saúde e bem-estar; Educação, ciência e cultura; Segurança pública e violência; e os que não se enquadram em nenhuma dessas categorias). Ao fazermos isso, pudemos perceber algumas características do Jornal Gazeta do Centro Oeste.

Constatamos que a maior parte das manchetes está relacionada à esfera municipal, tendo como principal fator contribuinte a instalação da Frangobras em Campo Mourão, suas implicações e geração de emprego. Além disso, há uma relativa porcentagem correspondente ao âmbito Nacional, o que se deve ao fato de as eleições para presidente terem ocorrido em 2006 e aos escândalos de corrupção em Brasília e críticas ao Partido dos Trabalhadores (PT), o que mostra um pouco acerca do perfil ideológico desse jornal. É necessário ressaltar que o termo “ideologia” – mencionado anteriormente – não está ligado a algo pejorativo, mas sim a uma postura política e subjetiva que todos os meios de comunicação e nós, seres humanos, somos dotados. Outra parcela de notícias é referente a eventos, que teve uma quantidade significativa de manchetes, em razão da mudança das edições semanais de 2005 e 2006, para diárias em 2007 – isso fez com que o jornal noticiasse mais sobre os municípios da Mesorregião Centro Ocidental Paranaense e suas festas.

Destarte, percebemos o perfil de notícias do Jornal Gazeta do Centro Oeste de 2005 a 2007, além dos recortes espaciais abordados, contribuindo, assim, para a conservação documental do acervo e da história de Campo Mourão e região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Maria do Carmo Pinto. KRENISKI, Gislania Carla. O jornal como fonte histórica: a representação e o imaginário sobre o “vagabundo” na imprensa brasileira (1989-1991). *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXVI, 2011, São Paulo. Anais [...] Anais **do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo: ANPUH/SP, 2011, p. 1-14.

ANDRADE, Alan Sulato. HERNANDEZ, José Anzaldo. KLOCK, Umberto. **Polpa e papel**. Disponível em: <http://www.madeira.ufpr.br/disciplinasklock/polpaepapel/manualpolpa2013.pdf>. Acesso em: 4, jul. 2019.

ANJOS, Brandon Lopes dos; MEZZOMO, Frank Antonio; PÁTARO, Cristina Satiê. Tratamento arquivístico e análise das manchetes do Jornal Gazeta do Centro Oeste (1992-2004). In: ENCONTRO ANUAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, IV, 2018, Paranaguá. **Anais [...] Anais do IV Encontro Anual de Iniciação Científica**. Paranaguá: Unespar, 2018, p. 887-903.

BAPTISTA, Dulce Maria. A catalogação como atividade profissional especializada e objeto de ensino universitário. **Informação & Informação**, Londrina, v. 11, n. 1, p. 1-12, jan./jun. 2006.

BARROS, José D'Assunção. **Teoria e formação do historiador**. Petrópolis: Vozes, 2017.

CAMPOS, Rodrigo da Silva. Marcas de subjetividade nas manchetes de um jornal popular: possíveis implicações para um perfil de leitor. In: SIMPÓSIO NACIONAL DISCURSO, IDENTIDADE E SOCIEDADE, III, 2012, Campinas. **Anais [...] Anais do III Simpósio Nacional Discurso, Identidade e Sociedade – SIDIS**. Campinas: UNICAMP, 2012, p. 1-10.

CAPELATO, Maria Helena. **A imprensa na história do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1988.

CATANI, Denise Bárbara. BASTOS, Maria Helena Câmara (Orgs.). **Educação em revista: a imprensa pedagógica e a história da educação**. São Paulo: Escrituras, 2002.

COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 129-149, 1998.

CRUZ, Heloisa de Faria. PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto história**, São Paulo, v. 35, p. 253-270, dez. 2007.

ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. Imprensa a serviço do progresso. In: LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza (Orgs.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, p. 83-102, 2012.

FREITAS, Carla Regina. KNAUSS, Paulo. Usos eletrônicos do passado: digitalização de documentos e política de arquivos. **Patrimônio e memória**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 3-16, jun. 2009.

JUNQUEIRA, Mary Anne. Elementos para uma discussão metodológica dos relatos de viagem como fonte para o historiador. In: FRANCO, Stella Maris Scatena. JUNQUEIRA, Mary Anne. **Cadernos de seminário de pesquisa**. São Paulo: Editora Humanitas, 2011, p. 44-61.

LEITE, Carlos Henrique Ferreira. Teoria, metodologia e possibilidades: os jornais como fonte e objeto de pesquisa histórica. **Escritas**, Tocantins, v. 7, n. 1, p. 3-17, jan./jul. 2015.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2018, p. 111-154.

LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza (Orgs.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

MARTINS, Ana Luiza. Imprensa em tempos de império. In: LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza (Orgs). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 45-80.

MONTENEGRO, Rosilene Dias. SILVA, Fábio Ronaldo da. **Por uma digitalização da memória jornalística**. Disponível em: www.bocc.ubi.pt/pag/rosilene-montenegro-fabio-silva-memoria-jornalistica.pdf. Acesso em: 4, jul. 2019.

MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In: LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza (Orgs). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 23-43.

REIS, José Carlos. O programa (paradigma?) dos *Annales* “face aos eventos” da história. In: _____. **A história entre a filosofia e a ciência**. São Paulo: Ática, 1996, p. 73-111.

SAMPAIO, Ana Martha. **A digitalização como forma de conservação e disseminação do acervo de jornais da biblioteca Monsenhor Galvão**. Disponível em: http://www.cinform-antiores.ufba.br/vi_anais/docs/AnaMarthaMSampaio.pdf. Acesso em: 4 jul. 2019.

SILVA, Lucas Alves da; MEZZOMO, Frank Antonio; PÁTARO, Cristina Satiê. Organização, catalogação e digitalização do Jornal Gazeta do Centro Oeste. In: ENCONTRO ANUAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, III, 2017, Apucarana. **Anais [...] Anais do III Encontro Anual de Iniciação Científica**. Apucarana: Unespar, 2017, p. 61-75.

FAMÍLIAS ESCRAVAS EM PARANAGUÁ (PARANÁ, SÉCULO XIX)

Emanoele Esteves Gonçalves
Unespar/ Paranaguá, emanoele.esteves@gmail.com
Leticia Guterres (Orientadora)
Unespar/ Paranaguá, leticia.guterres@unespar.edu.br

Palavras-chave: Escravidão, Casamentos, Século XIX

INTRODUÇÃO

Uma das cicatrizes que marcaram a criação do Brasil e a fundação do Estado Nacional foi a escravização de povos africanos ao longo de três séculos. Até hoje a sociedade brasileira convive com as mazelas desse processo. A escravização africana no Brasil não só incentivou as atividades econômicas do domínio português como também serviu como condução para a manutenção do status das elites escravistas. Para Slenes (1999) trata-se de um longo processo violento, excludente e doloroso para milhares de africanas e africanos cuja parte de sua história foi apresentada somente através das *plantations*, ignorando a contribuição desses sujeitos na formação da sociedade brasileira. Nas *plantations* encontrava-se o conceito que incorporava os elementos fundamentais à explicação da economia brasileira. Somente com o despontar de trabalhos mais regionalizados, o mercado interno brasileiro é redimensionado; assim como a escravidão, disseminada para muito além dos mercados agroexportadores, em sociedades que não estavam apenas divididas entre senhores e escravos. (SILVEIRA GUTERRES, 2013, p.23). Além disso, passou-se a compreender a necessidade da investigação do tema da escravidão não somente em função de seu aspecto econômico, mas também social e político a ele ligado. No reconhecimento da complexidade e variações regionais do fenômeno escravista, a historiografia mais recente tendeu a contribuir no sentido de reconstituir o fenômeno escravista em termos de sua dinâmica interna, particular (SILVEIRA GUTERRES, 2013). Estas perspectivas abriram caminho à investigação de temas até então não atentados por estudiosos que se dedicavam a pesquisar o escravismo, como era o caso da história da família escrava.

Laços familiares envolvendo escravos no Brasil, apesar de já apresentarem-se em um conjunto de obras desde o final do século XIX, foram marcados pela ideia de uma patologia social, que só mais tarde, na década de 1980, seria revista. Atualmente são significativos e diversificados os estudos envolvendo a temática da família escrava no Brasil, que vão desde as uniões conformadas através do

casamento religioso; os laços consensuais, até os laços estabelecidos através do parentesco fictício (compadrio e apadrinhamento). (SILVEIRA GUTERRES, 2013).

Nesse estudo optamos em compreender a composição e a dinâmica das famílias escravas através das tipologias de casamentos que envolviam escravos presentes nos registros de casamento ao longo das décadas de 1850, 1860 e 1870, em Paranaguá, Paraná.

A imagem de desestruturação familiar envolvendo a população escrava nas Américas era recorrente nas antigas bibliografias americanas e estavam conformadas com base em relatos de viajantes europeus e em outras testemunhas brancas encontradas no século XIX, cujos testemunhos eram carregados de observações racistas e pelo seu etnocentrismo (SLENES, 1999. p.18.). Em crítica a essa historiografia clássica, Miranda (2004) relata o surgimento nos EUA de obras como a de Herbert G. Gutman (1976), e no Brasil, Robert W. Slenes (1999), que enfatizaram a existência de núcleos familiares e redes de solidariedade a partir de estudos de censos populacionais, correspondências. Dessa forma, mostraram que, mesmo com a opressão ao cativo, esse consegue criar arranjos familiares e redes de parentesco que permitiram a manutenção de suas heranças culturais.

Com a mudança da visão em torno do tema das famílias escravas, Robert W. Slenes (1999) explica que a antiga visão clássica sobre a suposta ausência de laços familiares estáveis envolvendo os escravos estava fundamentada em relatos de viajantes e cronistas que estiveram no Brasil durante o período escravista e cujas concepções das sociabilidades escravas projetam um sentimento racista do qual estes dificilmente escapam (SLENES, 1999, p.145). Dessa forma, o sujeito escravizado passa a ser analisado a partir da premissa de que são ativos no processo histórico da formação do país. Essa foi a marca da historiografia do século XIX e o começo do século XX, ou seja, a ideia de que a promiscuidade sexual, as uniões conjugais instáveis e filhos crescendo sem a presença paterna seriam a regra dos laços afetivos entre a população cativa. Porém, o autor consegue demonstrar que os significados dos laços familiares desses sujeitos estavam associados à sua cultura africana, as suas “esperanças e recordações” (SLENES, 1999, p.29). Muitos dos escravos trazidos ao Brasil eram separados de suas famílias de origem, dessa forma, ainda detinham lembranças de sua cultura, gerando sua sociedade com práticas e costumes próprios. E ainda retira a ideia de promiscuidade, já que as famílias escravas conseguem demonstrar uma formação de laços familiares. Diante disso, a nova historiografia cujo trabalho do Slenes (1999) é referência, tenta compreender, a partir de estudos de cunho demográficos⁷³. As relações

⁷³ Trabalhos de cunho demográfico são trabalhos originários da demografia histórica, no caso desta pesquisa será acerca das dinâmicas do casamento envolvendo escravos.

encontradas internamente nas famílias escravas, como as dinâmicas internas existentes, buscando seus significados particulares.⁷⁴

O estudo da família escrava passou por inconstantes reafirmações sobre a existência de seus laços em virtude do padrão do tráfico de escravos ou a própria condição desse cativo.

De acordo com Castro:

[...] ao abordar o escravo enquanto pessoa, essa nova historiografia vislumbra outro tipo de atuação, em que a imagem do outro antropológico emerge com muita força, impondo um respeito que, até então, se restringia aos “zumbis” — a vida do escravo comum passou a ser vista a partir da herança cultural africana e das condições possíveis de organização social dentro do cativo. (CASTRO, 1997, p.375).

Dessa forma, Castro (1997) afirma que a nova historiografia acerca das famílias cativas visa analisar os aspectos mais internos, como a dinâmica da família, além disso, o escravo passa a ser visto como agente histórico. Essa nova historiografia utiliza-se da conjugação das fontes demográficas, especialmente os registros eclesiásticos, processos-crimes, inventários *post-mortem*, renovando o papel da família escrava na História.

Para entendermos a existência da presença do núcleo familiar e agregados na escravidão, devemos entender a ligação que ocorre nas famílias⁷⁵. Essa ligação pode ser estabelecida, uma vez que “Fixar-se numa região significa estabelecer laço. O casamento e mesmo a relação consensual [...] significava estabelecer relações com uma família da região. Significava deixar de ser estrangeiro ou estranho a comunidade.” (MATTOS, 1995, p.67). Além disso, Mattos (1995) também define que a família passaria a ser apenas um arranjo biológico, mas “relações de solidariedade horizontal e vertical como a vizinhança.”(MATTOS, 1995, p.68). Portanto, a família escrava estabelecia suas dinâmicas com a sociedade, mesmo com a constante mobilidade dos escravos, havia a existência de uma rede de ligações familiares.

Os arranjos familiares e suas práticas acerca dos cativos, como os casamentos, sempre levantaram questionamentos sobre sua existência.

Segundo Slenes (1999, p.124).

A família é importante para a transmissão e reinterpretação da cultura e experiência entre as gerações. O grupo subalterno que tem instituições familiares arraigadas no tempo com redes de parentesco real e fictício não está desprovido de “formas de união de solidariedade”, de muito menos de memória histórica própria; portanto, suas interpretações da experiência imediata nunca seriam idênticas às do grupo dominante nem poderão ser previstas a partir de um raciocínio funcionalista. (SLENES, 1999, p.124).

⁷⁴ Estamos considerando a “nova historiografia” aquela proveniente de uma renovação do olhar sobre o escravo, como agente social, ocorrente no Brasil a partir das obras das décadas de 1970 e 1980.

⁷⁵ Conforme Mattos, agregados seriam aqueles tidos como os dependentes livres, que, em sua maioria, habitavam em construções separadas das grandes propriedades dos senhores de engenho.

Com a análise de Slenes (1999) sobre o que poderia ser a família escrava, percebemos que, grande parte das ligações familiares são possíveis com o matrimônio. Então, para os escravos, as relações familiares eram possíveis sem ou com as uniões legais e, assim, eram de grande importância para perpetuação das práticas e costumes dos escravos no matrimônio.

A partir da nova visão relacionada a essa temática, daremos início ao trabalho com as famílias escravas em Paranaguá-PR. O suporte documental desta pesquisa consiste nos registros eclesiásticos, em especial, os registros de casamento, os quais encontram-se na diocese de Paranaguá nas décadas de 1850, 1860 e 1870⁷⁶. E nosso foco será nos laços de legitimidade a partir dos casamentos envolvendo escravos, com o objetivo de mostrar a dinâmica dessas famílias através das uniões legítimas.

MATERIAIS E MÉTODOS

Ao nos depararmos com os registros paroquiais de casamentos envolvendo escravos em Paranaguá há dezenas de informações encontradas que viabilizam o desenvolvimento da pesquisa. Como a utilização das coletas em serie, na qual, estes provêm de sequência de padrões como os nomes dos noivos, as testemunhas e o vigário que realizava a cerimônia. Após a coleta dos dados constatados nos registros de casamentos de Paranaguá, e a formação de bancos de dados em Excel, ocorre o surgimento de uma lista nominativa que oferece diversas informações, e a partir disso, será feita a elaboração de fichas com os respectivos dados. E com a ligação das descrições, se algum dos noivos for escravo, poderá ser analisada.

Em relação a esse rol documental, vale ressaltar algumas de suas características: geralmente, os registros começam com a data, a nacionalidade dos sujeitos, apenas para aqueles nascidos, frequentadores e moradores da cidade (fregueses da Paróquia). A seguir, o horário da realização da cerimônia, as testemunhas, assim como os noivos, também são dados constantes nesses registros. Após isso, é colocado os nomes dos pais dos noivos, em que muitos casos nem são citados. Os nomes dos noivos, sua condição jurídica - se são livres, libertos ou escravos - o nome do seu proprietário (para o caso dos escravos) e, finalmente, o nome do pároco que realizou a cerimônia. A partir das informações encontradas nos registros de casamentos será possível analisar as formas e dinâmicas das famílias, estabelecendo as características de suas tipologias ao longo das três décadas analisadas.

Os registros analisados aqui demonstram uma grande importância à construção da sociedade, pois não há indícios de pesquisas que abordam o tema das famílias escravas neste local e período a que

⁷⁶ Um grande agradecimento especial ao Professor Doutor Joacir Navarro por disponibilizar o acesso a essa documentação. Sem ela, a pesquisa nunca seria possível.

este trabalho se propõe, mesmo sendo reconhecida como uma cidade portuária. Diante disso, será importante analisar aspectos dessa sociedade, no caso desta pesquisa, vinculados às formas e dinâmicas familiares envolvendo os escravizados.

Depende de circunstâncias ditadas pela sociedade, que variam de época para época, de lugar para lugar. É função, por conseguinte, da idade, das condições ou nível de vida dos indivíduos ou de suas famílias, além de outros traços culturais da sociedade em questão. Para compreender isso, basta lembrar – citando só dois exemplos – que as sociedades têm valores diferentes no que se refere à procriação e às formas de união entre um homem e uma mulher. (NADALIN, 2004, p.31).

Com a análise desses registros, é possível reconstruir a trajetória das famílias, as relações legítimas, casamentos realizados na Igreja, relações fictícias. E como o autor esclarece, a partir da análise de listas nominativas, elas contribuem para uma análise de determinado comportamento de um grupo, como as famílias escravas, “ A experiência social de uma população, as relações estabelecidas pelos indivíduos e famílias que constituem a base demográfica de uma determinada sociedade, constitui a soma de comportamentos esperados em relação a uma determinada realidade. Mas, também, a adição de acasos, de acidentes...” (Nadalin, 2004, p.160).

Por esta forma da análise e construção demonstrará a existência as dinâmicas presentes nestes casamentos, além de dar a voz a aqueles esquecidos, propositalmente, por anos, pela própria sociedade.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O início de Paranaguá se dá por conta da ocupação portuguesa, e a partir desta ocupação ocorre o surgimento da Vila de Paranaguá. Antes de ser conhecida como a grande cidade portuária, Paranaguá vivenciou diversos acontecimentos. A começar com as minas de ouro, que, de acordo com Hartung (2005), a Baía de Paranaguá foi ocupada com o intuito de promover as missões jesuítas e traficar escravos, ainda mais que havia interesses nas buscas ao ouro e pela preação dos índios residentes. Além destes motivos, existia a preocupação dos portugueses para que os espanhóis não desenvolvessem qualquer atividade econômica nesta região. Por conta disso, o descobrimento de minas de ouro colaborou para a fundação da vila. E, de acordo com a autora, o período do ouro entrou em colapso no final do século XVII, pois o ouro era pouco e logo rareou a sua extração, por consequência disso,

milhares de famílias abandonaram a região, a deixando mais pobre. De acordo com Gutiérrez (2006) inicia a mudança para mais um aspecto em Paranaguá, a criação de fazendas para pecuária e agricultura.

De acordo com Hartung (2005), ao mesmo tempo que ocorria o aumento de fazendas no Paraná, com o início da produção pecuária, também o número de escravos aumentava, em comparação ao período do ouro. No entanto, Gutiérrez (2006) fala que no século XIX o número de escravos no Paraná é bem menor quando comparado a estados de Minas Gerais e São Paulo.

De acordo com Balhana (1996), ao tratar das migrações no Paraná, as numerosas tentativas de estabelecer migrações estrangeiras europeias no estado fracassaram, a exemplo do ano de 1828, quando o estado de São Paulo enviou à Paranaguá 20 famílias de colonos alemães. Em outra dessas tentativas, principalmente após a Lei de 1831, que proibia o tráfico marítimo de escravos, houve em 1841 a entrada de imigrantes portugueses, e mais tarde, em 1847, a entrada de imigrantes alemães⁷⁷. Relacionado a isso, a tabela abaixo demonstra o número de estrangeiros residentes em Paranaguá, sendo, dessa forma, possível analisar que o número da população vinda da África era menor que outros povos, como os portugueses, mesmo assim o número é expressivo quando comparado às demais nacionalidades informadas no censo.

Tabela 1. Nacionalidade estrangeira de Paranaguá em 1872.

Nacionalidade Estrangeira	Numero	Porcentagem
Africanos Livres	39	12%
Africanos Escravos	36	11%
Franceses	10	3%
Espanhóis	5	1,7%
Ingleses	7	2%
Italianos	20	6%
Orientais	2	0,9%
Paraguaios	1	0,3%
Portugueses	168	53%
Suecos	1	0,3%
Alemães	27	8%
Total	316	100%

⁷⁷ De acordo com Leandro (2002) isso não impedia o tráfico internacional de escravos, pois houve indícios de tráficos de escravos até o ano de 1849, mesmo com a vistorias verificadas por oficiais, e em muitas vezes, burlados ou não corretamente fiscalizados por demonstrarem interesse em relação a embarcação.

Fonte: Censo Geral de 1872 disponível em www.ibge.gov.br

Depois do significativo número de portugueses, que compõem 53% da população parnanguara em 1872, os africanos somam um número não menos expressivo de 23,7%, sugerindo a importância de se investigar a presença de africanos livres e escravos em Paranaguá neste período. Além disso, em Paranaguá é possível analisar que os números de escravos diminuam no decorrer das décadas, pois para Balhana (1996, p.5.), no início do século XIX ocorria uma mobilização escravista “a fim de atender a carência de braços na lavoura do café de São Paulo. ” E essa mobilização de alguma forma traria consequências à população de Paranaguá., porém, não é possível saber se essa mobilização seria apenas por demanda.

Tabela 1.2 Número da população escrava livre em Paranaguá através das décadas

Década	Número da população escrava	Número da População livre de Paranaguá
1854	1274	6353
1866	1101	8065
1872	709	8228

Fonte: Relatórios do governo do Paraná dos anos de 1854 e 1866

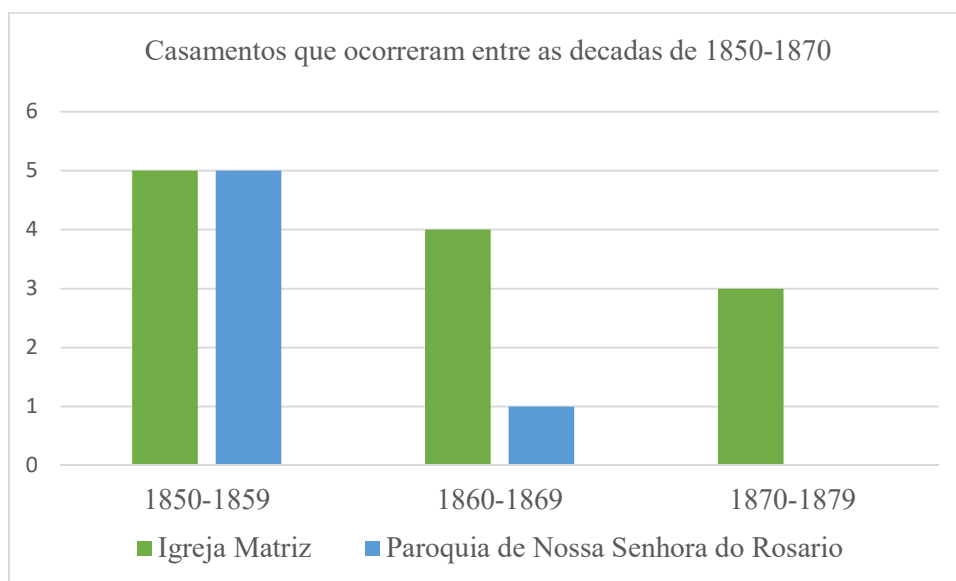
Fonte: Censo Geral de 1872 disponível em www.ibge.gov.br

Como a tabela acima mostra, mesmo com a diminuição da população escrava em Paranaguá, de 1274 para apenas 709 pessoas, ocorre um aumento populacional geral significativo. Principalmente entre as décadas de 1850 à metade da década de 1860. A diminuição da população escrava conforme demonstrado na tabela acima sugere a possível migração escrava via tráfico interprovincial, comum ao longo da segunda metade do século XIX. Na década de 1850, com o fim do tráfico internacional de escravos, o tráfico interprovincial vem a tentar suprimir as demandas por mão de obra escrava em diversas regiões, em especial, àquelas vinculadas ao setor agroexportador. De acordo com Scheffer (2006), com a busca da mão de obra mesmo com o fim do tráfico internacional e estabilização de um centro de lavouras, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, levou a transferência de diversos cativos de diversas regiões⁷⁸. Além do tráfico interprovincial, o censo de 1872 menciona haver 709 escravos, que estão divididos em 400 homens e 309 mulheres, o que sugere um possível desequilíbrio entre os sexos. A diminuição da população escrava ao longo da segunda metade dos oitocentos, conforme demonstrado no gráfico acima, não impediu que ocorressem casamentos envolvendo escravos.

⁷⁸ SCHEFFER, Rafael. Tráfico interprovincial e comerciantes de escravos em Desterro, 1849-1888. (Mestre em História junto ao Programa de Pós-graduação em História), da Universidade Federal Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

O gráfico abaixo mostra a localidade da realização dos casamentos envolvendo escravos em Paranaguá, ao longo das décadas de nossa análise. No total trata-se de 21 registros de casamento identificados, mas apenas 18 fizeram parte da catalogação conforme o demonstrado a seguir.⁷⁹

Gráfico 1. Movimento dos casamentos ocorridos entre as décadas de 1850-1870



Fonte. Registros de casamentos. 1850-1870. Paranaguá.

O gráfico acima demonstra o número de casamentos realizados em duas diferentes localidades de Paranaguá: a igreja Matriz e a Paróquia de Nossa Senhora do Rosário. O que é interessante salientar é a diminuição dos casamentos realizados na Paróquia de Nossa Senhora do Rosário ao longo dos anos. Inicialmente, na década de 1850, o número de matrimônios alcançou o total de dez uniões, diminuindo no decorrer das décadas seguintes.

Tabela 1.3. Local de origem dos nubentes por gênero em Paranaguá (casamentos envolvendo escravos)

Origem dos nubentes	Homens	Percentual	Mulheres	Percentual
Freguesia de Paranaguá	12	66%	11	61%
Bahia	1	6%	0	0
África	1	6%	1	6%
Não consta	4	22%	6	33%

⁷⁹ Na catalogação dos registros, foram computados no total de 21 registros, no entanto, devido às péssimas condições das fontes, são usados apenas 18 registros de casamentos.

Total	18	100%	100%	100%
-------	----	------	------	------

Fonte. Registros de casamentos. 1850-1870 Paranaguá.

O local de origem dos nubentes que foram encontradas nos registros é em sua maioria de Paranaguá. Isso significa que grande parte, 66%, dos contraentes teriam suas respectivas famílias entre nubentes originários/naturais da cidade. Como foi dito acima, o censo de 1872 traz uma baixa porcentagem em relação aos escravos originários de outras localidades. Principalmente a população africana, pois, acima, na tabela da nacionalidade estrangeira, cerca de 23%, se somarmos a população africana livre e escrava, são africanos. Mesmo com o número alto de africanos, não possibilitou que ocorresse mais casamentos. Talvez o fato que as sociedades africanas não estavam ligadas a ideia da união cristã ajude a explicar os números reduzidos do casamento escravo: “[...] as sociedades africanas tinham práticas familiares diversas às preconizadas pela Igreja católica. Além da poligamia não ser incomum, a ausência de casamentos também anuncia aspectos da ressonância cultural africana.” (SILVEIRA GUTERRES, 2013, p.252).

A partir dos estudos sobre as relações familiares envolvendo escravos no Paraná, Regina (1993), compreende que os casamentos apresentaram dificuldades na efetivação do evento, como a falta de apoio de seus senhores para realização dos casamentos envolvendo escravos, pois para esses senhores, os escravos que se casavam poderiam criar redes de solidariedade ou redes de estratégias. O outro fenômeno que estava presente na análise da autora, eram as dificuldades de obtenção de certidões de batismo para os casamentos e custos da cerimônia. Para os escravos, a obtenção desses documentos partiria da própria disponibilização da igreja, porém a dificuldade de acesso aos mesmos acabava contribuindo para a desistência da cerimônia dos casamentos envolvendo escravos. Além dos itens acima, havia outra dificuldade, o deslocamento até as igrejas para a realização da cerimônia. Na realidade, a autora demonstra que não só os escravos pouco casavam, mas significativa parte da população livre também não se casava, e assim, percebemos que os escravos não estavam sós.

Outro dado importante concernente a essas tipologias familiares refere-se às situações jurídicas dos nubentes. As categorias jurídicas mais frequentes entre os nubentes em Paranaguá são matrimônios mistos, somando 67% do total das uniões⁸⁰.

Tabela 1.4. Idade dos nubentes dos casamentos por gênero em Paranaguá entre as décadas de 1850-1870.

Idade	Homens	Porcentagem	Mulheres	Porcentagem
10-19	0	0	3	17%

⁸⁰ As uniões mistas são os casamentos conformados entre escravos e libertos ou livres.

20-29	3	17%	2	11%
30-39	6	33%	3	17%
40-49	2	11%	2	11%
50-59	1	6%	0	0
Não consta	6	33%	8	44%
Total	18	100%	18	100%

Fonte. Registros de casamentos. Paranaguá.

Conforme indicado na tabela acima, em parcela significativa dos casamentos analisados não consta a idade dos nubentes: dos noivos, 38,8% não tem sua idade mencionada nos registros de casamentos analisados. Em especial a partir de 1870, esses registros não constam tantas informações, como a idade, em comparação a outros anos. Dentre as idades registradas identificamos bastante diversidade entre os nubentes: as mulheres possuem um perfil mais abrangente para escolha do casamento, no que se diferenciam dos homens, estabelecidos entre faixas etárias mais rígidas. A maior porcentagem está dividida em duas faixas etárias: de 10 aos 19 anos, e a segunda é de 30 a 39 anos. Já os homens, com 33,3%, estão entre a idade de 30 à 39 anos. As idades das mulheres para escolha do casamento se diferenciam comparada ao dos homens. A maior porcentagem está dividida em duas faixas etárias, de 10 aos 19 anos, e a segunda é de 30 a 39 anos. Sobre a faixa etária preferencial entre nubentes, Florentino (2000), ao trabalhar com as tipologias parentais em três grandes planteis com cativos no século XIX, revela que normalmente com o tráfico internacional, o maior número de matrimônios ocorria entre os 15 e os 40 anos. Para Paranaguá, ao longo das décadas investigadas aqui, percebemos que a maioria dos casamentos envolvendo escravos ocorriam entre a faixa etária de 10-40 anos.

Tabela 1.5. Tabela com as tipologias dos casamentos por gêneros entre as décadas de 1850-1870.

Tipologias dos casamentos	Homens	Porcentagem	Mulheres	Porcentagem
Escravos	17	94%	8	44%
Libertos	1	6%	5	28%
Não constam	0	0	5	28%
Total	18	100%	18	18

Fonte. Registros de casamentos. 1850-1870 Paranaguá.

Na tabela acima podemos observar que grande parte das tipologias que envolviam os casamentos em Paranaguá eram mistos, com enorme ênfase ao tipo de condição que se cercava. Basicamente 94% dos homens que se casavam eram escravos, já o caso das mulheres era mais fragmentado; com as somas

de mulheres libertas e as condições que não constavam nos registros, somam no total de 56%. Abaixo são as tabelas com os respectivos casamentos mistos.

1.6. Tabela casamentos mistos em Paranaguá.

Noivo	Condição	Proprietário	Noiva	Condição	Proprietário
Benedito	Escravo	José Mariano Coutinho	Lourença do Carmo	Não consta	Não Consta
Victorio	Escravo	Ignacio Correa Fonseca	Rita luiza	Não consta	Não Consta
Antonio	Escravo	Manoel Cha Perreira	Joséfa	Liberta	Manoel Pereira
Bastião	Escravo	Dona Rosa Pinheiro	Sebastiana	liberta	Não Consta
Caetano	Escravo	Dona Angelica Maria das Dores	Sebastiana	Liberta	Não Consta
Gabriel	Escravo	Ignacio Barboza Pinto	Custodia Maria do Rosario	não consta	Não Consta
Antonio Manoel	Liberto	Não consta	Maria	escrava	José da Cunha Guimarães
Ygnacio	Escravo	Não consta	Maria Isabel	liberta	Não consta
Sebastião	Escravo	Dona Balbina Maria d' Assunção	Joaquina Maria de Assunção	Não consta	Incógnito
Antonio	Escravo	Não consta	Maria Lourença das Pares	Não consta	Não consta
Ignácio	Escravo	Jan Gonçalves de Miranda	Anna Gonçalves	Liberta	Não consta

Fonte. Registros de casamentos. 1850-1870. Paranaguá.

Como foi observado nas tabelas acima, o número de uniões mistas é alto e majoritário; nestas uniões o que se mostra é a ampla quantidade de homens escravos e mulheres livres. Para Santos (2009), ao analisar as relações entre famílias mistas, pode ser visto que parte destas uniões poderia estar atrelado

a Listas de Classificação para Emancipação de Curitiba e Palmeira⁸¹, a Lei 2.040. Além disso, ligado a lei, entraria o Fundo de Emancipação⁸².

O Fundo de Emancipação estaria diretamente ligado a Lei do Ventre livre⁸³. O seu objetivo era a libertação de escravos com os recursos disponíveis. Dessa forma o casamento poderia ser uma chave para a alforria desses escravos, já que na lista haveria algumas especificidades:

Seguindo as prioridades, em primeiro lugar estavam as famílias, depois os indivíduos. Além disso, havia uma sequência para libertar os membros destes dois grupos. Para as famílias, os cônjuges com filhos livres pela lei e menores de 8 anos, e os com filhos livres menores de 21 anos, estavam no topo da lista de prioridades, atrás somente dos cônjuges escravos de diferentes senhores, e seguidos pelas famílias escravas. (SANTOS, 2009, p.02)

Para Regina (1993) os casamentos seriam uma garantia das leis de emancipações, a exemplo da Lei de 1871, pois para a garantia da emancipação deveriam ocorrer alguns procedimentos, como a estabilidade da família, no caso, o casamento⁸⁴. É importante observar que na análise em torno dos laços legítimos envolvendo escravos é entender sua proveniência quanto ao local a que os nubentes pertenciam. A tabela a seguir apresenta esta informação.

1.7. Tabela casamentos entre escravos em Paranaguá.

Noivo	Condição	Proprietário	Noiva	Condição	Proprietário
Lacarias	Escravo	Francisco Gado?? ⁸⁵	Maria	Escrava	Francisco ??
Thomas	Escravo	Ricardo da Silva Pereira	Ignacia	Escrava	Francisco Correia da Costa Silva
Sebastião	Escravo	Tenente Manuel Lucardio d' Oliveira	Francisca	Escrava	Não consta
Joaquim	Escravo	Breuchy ??	Paulina	Escrava	Breuchy ??
Manuel	Escravo	Manuel Lecerdio	Yria	Escrava	Manuel Lecerdio d'

⁸¹ No caso da lista de classificação, ela serviria como uma forma de classificar qual deveria ser a ordem para alforria.

⁸² A Lei 2.040 é a conhecida Lei do Ventre Livre.

⁸⁴ A Lei do Ventre Livre foi decretada em 1871, determinando que a mulher escrava cujos filhos nascessem depois desta data estariam automaticamente livres.

⁸⁵ Alguns nomes presentes na documentação apresentaram alguma rasura que impediu de analisá-los corretamente. Por isso optamos por a utilização do ponto de interrogação

		d' Oliveira			Oliveira
Antonio	Escravo	Tenente Coronel Cypriano Custodio de Araujo	Melaldina	Escrava	Tenente Coronel Cypriano Custodio de Araujo
Adão	Escravo	Euristella ?? Cezariana	Juliana	Escrava	Euristella ?? Cezariana

Fonte. Registros de casamentos. 1850-1870. Paranaguá.

A tabela acima demonstra que haviam casamentos entre escravos, embora que quando comparados aos mistos, o número é bem menor. O que é importante salientar é que nessas uniões, majoritariamente os noivos pertencem ao mesmo proprietário.

Tabela 1.8. Testemunhas com a condição escrava

Noivos	Testemunha	Condição jurídica	Proprietário	Testemunha	Condição jurídica	Proprietário
Thomas e Ignacia	Francisco	Escravo	Joaquim Antônio Guimaraes	Jose	Escravo	Francisco Cristiano??
Caetano e Sebastiana	Sebastião	Escravo	Dona Rosa Pinheiro	Manoel	Escravo	Dona Ana Maria Espírito Santo
Ignacio e Anna Gonçalves	Sebastião	Escravo	Dona Rosa Maria de Saouza	Lujencio de Miranda	Não consta	Não consta
Adão e Julliana	Antonio	Escravo	Não consta	Jose	Escravo	Não consta
Antonio e Melaldina	Thomas	Escravo	Capitão Antonio Manuel Pereira	Fellipi	Escravo	Capitão Antonio Manuel Pereira

Fonte. Registros de casamentos. Paranaguá.

A tabela acima mostra a condição jurídica das testemunhas dos nubentes, pois, a existência de casamentos em que as testemunhas também eram cativas. Essas testemunhas poderiam ter algum vínculo com os noivos. São encontrados estes quatro casamentos cujo as testemunhas eram também escravas, e que demonstrou os seus proprietários. De acordo com Castelnau (2016), a existência de alguns escravos

que eram testemunhas de casamentos indica que eram possuidores de maior prestígio em relação aos seus. Além disso, o fato de as testemunhas serem originárias de proprietários diferentes dos nubentes revela a conformação de laços que transcendiam os limites do plantel a que ditos nubentes estariam ligados.

CONCLUSÕES

Durante todo o trabalho nosso objetivo foi estabelecer a existência de dinâmicas familiares presentes nos casamentos envolvendo escravos. Perante isso, vimos que o significado de família é mais abrangente, e, certamente esteve circunscrito ao percurso que o município de Paranaguá vivenciou ao longo da segunda metade do século XIX.

Ao analisarmos os registros de casamentos, vimos que os casamentos aconteciam em dois locais, A igreja Matriz e a Paroquia de Nossa Senhora do Rosário e percebemos que as tipologias que eram envolvidas entre homens escravos e mulheres livres ou libertas.

A faixa etária dos nubentes estava entre homens de 20-29 anos com 17% e 30-39 anos com 33%. E mulheres de 10-19 anos com 17% e 30-39 anos com 17%. Poderiam trazer diversas estratégias a partir da formação familiar pelo matrimônio.

Além desta predominância de casamentos mistos, a maioria são de pessoas nascidas/naturais de Paranaguá, mesmo que parte dominante dos escravos fossem originários da África, e de acordo com o censo de 1872 esses escravos africanos faziam parte de um número significativo de estrangeiros, somando o número de africanos livres e escravos, são em cerca de 13%. Entretanto, os poucos casamentos não estão ligados à ausência da família, mas a possível ressonância africana na concepção familiar desses sujeitos. Outro aspecto importante é a possível dinâmica familiar entre as testemunhas que eram escravas e os noivos. As testemunhas possuíram diferentes senhores e que possibilitaria laços com outras localidades além dos planteis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALHANA, *Altiva*. **Política imigratória do Paraná**, Rev. Paraná desenvolv., Curitiba, n. 87, jan/ abr., p. 39-50, 1996.

CARDOSO, Ciro e VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FLORENTINO, Manolo; MACHADO, Cacilda. **Famílias e mercado. tipologias parentais de acordo ao grau de afastamento do mercado de cativos (Século XIX)** Afro-Ásia, núm. 24, pp. 51-70, 2000.

GUTERRES, Leticia. **Escravidão, Família E Compadrio Ao Sul Do Império Do Brasil: Santa Maria (1844-1882)**. Tese (Doutorado em História Social), Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, Rio de Janeiro, 2013.

GUTIÉRREZ, Horacio. **Donos de terras e escravos no Paraná: padrões e hierarquias nas primeiras décadas do século XIX**. HISTÓRIA, SÃO PAULO, v. 25, n. 1, p. 100-122, 2006.

HARTUNG, Miriam. **Muito além do céu: Escravidão e estratégias de liberdade no Paraná do século XIX**. TOPOI, v. 6, n. 10, jan/jun., p. 143-191, 2005.

LEANDRO, José. A. **Em águas turvas: navios negreiros na baía de Paranaguá**. Dossiê Migrações v. 10, n. 10 2002.

MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil século XIX**. 3ª ed., Campinas- SP, Unicamp, 2013.

NADALIN, Sergio O. **História e demografia: elementos para um diálogo**. Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais-ABEP, 2004.

REGINA, Teresinha B. P. **Das Relações Familiares dos escravos no Paraná do século XIX. 1993**. Dissertação (Mestrado de História). - Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

ROCHA, Cristiany M. **Histórias de famílias escravas: Campinas, século XIX**. Campinas, Editora da Unicamp, 2004.

SANTOS, Maria Rosângela. **Entre a escravidão e a liberdade: famílias mistas no Paraná na segunda metade do século XIX**. In: Anais do 4 Encontro de Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Curitiba, maio de 2009

SLENES, Robert Wayne. **Na senzala, uma flor – esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX**. 2ª ed. corrigida. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

Fontes primárias:

Registros Paroquiais de casamento. Paranaguá. 1850-1879. Diocese de Paranaguá

Fontes Impressas:

Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. Vol.79. Brasília: Edições do Senado Federal, 2007.

EXPERIÊNCIAS DE DOCÊNCIA EM ESCOLAS RURAIS MULTISSERIADAS DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ (1955-1970)⁸⁶

Joabe da Silva Martins (PIC, Fundação Araucária)
Unespar/Campus – Paranavaí
E-mail: joabemartins1@gmail.com

Profa. Dra. Márcia Marlene Stentzler (Orientadora)
Unespar/Campus – Paranavaí
E-mail: marcia.stentzler@unespar.edu.br

Palavras-chave: Escolas rurais multisseriadas. Escola-comunidade. Paranavaí. História da educação.

INTRODUÇÃO

Este artigo foi escrito a partir de pesquisas desenvolvidas por meio do Projeto de Iniciação Científica intitulado “**Experiências de docência em escolas rurais multisseriadas do município de Paranavaí (1955-1970)**”, desenvolvido junto à Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) – campus Paranavaí. Ao investigar a história e memórias relacionadas a educação em um determinado tempo histórico foi possível compreender o papel da escola no desenvolvimento e organização da sociedade. A pesquisa permitiu conhecer e recuperar histórias e memórias socioeducacionais, ao resgatar documentos que revelam aspectos da história da educação em um determinado tempo.

Ao investigar sobre a educação, conhecemos também aspectos da história do município, a qual constatamos que é desconhecida por grande parte da sua população, inclusive quando falamos da população mais jovem, em particular os graduandos do curso de pedagogia. Por meio dessa pesquisa, foi possível apresentar para essa população um pouco da história da fundação do município ao qual residem, pois muitos desconhecem a origem do município, a história educacional, a base que fez com que o município crescesse, entre vários outros aspectos.

Quando falamos de crescimento de uma cidade, um dos aspectos a serem analisados é o educacional, pois nenhuma cidade se expande sem a educação. Por meio desse pensamento, a pesquisa foi direcionada para o âmbito educacional do município de Paranavaí. Na pesquisa de campo encontramos dados referente as escolas criadas desde o início do município, em 1953. Embora o projeto

⁸⁶ Em parte, este artigo foi publicado nos anais do I Colóquio Internacional de Direitos Humanos e Políticas de Memória da UEM, 2019.

de pesquisa tenha sido delimitado entre os anos de 1955 a 1970, serão apresentados os dados encontrados sobre as escolas, desde 1953. Em sua grande maioria, foram as escolas rurais multisseriadas que formaram a base educacional no município de Paranaíba, região norte do Paraná.

Os dados da pesquisa foram localizados em documentos históricos guardados na Secretaria Municipal de Educação do Município de Paranaíba. Há um relatório de 1976, com dados de todas as escolas existentes naquele ano, trazendo registros de estrutura material, relação entre comunidade e as escolas, a formação dos professores, quantidade de alunos matriculados, entre outras. A Câmara Municipal de Paranaíba disponibilizou planilha em Excel com todas as leis de criação das escolas no município, no período.

Esses dados foram muito importantes para compreender aspectos relacionados à educação no Estado do Paraná, entretanto muitas pessoas desconhecem aspectos relacionados a sua origem. Neste artigo buscamos mostrar aspectos sobre a origem da educação no Paraná, tendo como base o Município de Paranaíba. As escolas rurais multisseriadas são praticamente desconhecidas para as gerações atuais de estudantes. Em grande parte elas não existem mais. Esse artigo irá apresentar um pouco dessa realidade, contando a partir de fontes primárias e documentais, como era a educação e como ela funcionava no período deste estudo.

MATERIAIS E MÉTODOS

Um dos autores que permitem ao pesquisador compreender processos históricos originários de experiências socioeducacionais é Edward Palmer Thompson (1981). Para ele o processo sócio histórico é associado a capacidade que os sujeitos históricos tem em dar respostas a determinadas necessidades. Essas respostas são possíveis a partir de conhecimentos anteriores. Portanto é basilar a compreensão do papel de sujeitos sociais, os processos de trabalho e a organização socioeducacional nesta região, bem como o investimento público e das comunidades na oferta de escolas primárias. Consideradas as especificidades da pesquisa, Thompson (1981, p.58) afirma que:

[...] embora possamos, por processos comparativos, observar experimentos mais ou menos semelhantes em diferentes laboratórios nacionais (a emergência do Estado Nação, a industrialização) nunca poderemos retornar a esses laboratórios, impor nossas próprias condições, e repetir novamente o experimento.

Nesse sentido, compreendemos os sujeitos como portadores de concepções de sociedade e cultura. As informações coletadas por meio da pesquisa possibilitam “transformar incertezas da história

em espaços inteligíveis” considerando as “relações de força” que se estabelecem no cotidiano escolar e na sociedade, tornando possíveis isolar um sujeito de poder, circunscrevendo condições e possibilidades de se “gerir as relações com uma exterioridade”. Partimos do pressuposto de que as sociedades se organizam com base em elementos anteriores, dos quais, nutrem-se para existir.

Com esse pensamento, delimitamos a pesquisa para arquivos das décadas de 1950 a 1970. Esse recorte histórico permitiu elaborar planilhas no Google Drive, onde foram armazenados todos os dados encontrados nos documentos consultados. Durante a transcrição foi mantida a redação, observando a forma escrita no documento. Essas fontes primárias foram encontrados nos arquivos da Secretaria Municipal de Educação de Paranavaí. Antes da transcrição, esses documentos foram fotografados e as imagens permitiram uma melhor compreensão dos detalhes dos mesmos e a organização da pesquisa. O documento foi devidamente referenciado, respeitadas as normas da ABNT e a síntese da pesquisa está publicada neste artigo. A legislação municipal utilizada chegou até nós digitada, em planilha Excel. Não consultamos as leis originais.

A pesquisa em arquivos exige alguns procedimentos e cuidados específicos para a pesquisa e a preservação dos documentos. Par tal, faz-se necessário que pesquisadores utilizem luvas, máscaras, óculos de proteção e guarda-pó. Devido ao fato de serem documentos antigos, a presença de ácaros pode acarretar transtornos a saúde, então os documentos foram manejados em locais arejados e iluminados por luz natural, para evitar qualquer problema aos pesquisadores, mas sempre com o cuidado para não danificá-los.

DOS ASPECTOS LEGAIS À CRIAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS RURAIS MULTISSERIADAS

A região de Paranavaí é situada entre os rios Ivaí e Paranapanema. Até meados de 1920, a área que hoje pertence a Paranavaí fazia parte das comarcas de Tibagi, Londrina, Rolândia, Apucarana e Mandaguari. Em 1930, com a criação do Cartório de Registro Civil, Paranavaí tornou-se um distrito judicial. O início da estrutura do município foi a partir da Fazenda Velha Brasileira, antes chamada de Vila Montoya. O nome Paranavaí surgiu apenas em 1944, pela junção dos nomes dos dois grandes rios que banham a região: o rio Ivaí que corre em terras paranaenses e o Paranapanema, marco divisório da fronteira interestadual com o estado de São Paulo.

Neste local teve início o cultivo de cafezais, atraindo inúmeras famílias de migrantes e imigrantes à região. Espalhou-se o boato de que nessa região se rastelava ouro do chão. O ouro nada

mais era que o café. A carência de estradas foi encarada como um desafio para Getúlio Vargas e na década de 1930 foi aberta a Estrada Boiadeira⁸⁷.

A riqueza do solo e a possibilidade de cultivo de cafezais com o plantio de cerca de um milhão de pés de café foi marco nesse momento histórico. Investidores como a Companhia de Terras do Norte do Paraná⁸⁸ se interessaram nas terras para comercializá-las para a plantação de café. Inúmeras famílias de colonos viam nessa região a possibilidade de um futuro promissor. Entre as pesquisas publicadas sobre a companhia de terras do norte do Paraná, citamos as desenvolvidas por Serra (2001) e Rego et al (2004).

Esta pesquisa transita pelo período em que se instituem as Leis de Diretrizes e Bases (LDB) nº4024/61, instituída em 20 de dezembro, no governo democrático do Presidente João Goulart. Já a LDB 5692/71, foi instituída no período da ditadura militar (1964-1985), durante o governo do Presidente Emílio Garrastazu Médici, em 11 de agosto de 1971. (BRASIL, 1961; 1971).

Segundo Pacheco e Streck (2008) a LDB nº 4024/61 foi aprovada depois de longos treze anos de discussão. Entretanto, ela veio com um caráter elitista, conservador e privatista, o que causou sérios prejuízos quanto à distribuição dos recursos públicos. A educação rural tinha a função de educação dos filhos de colonos e ampliando a mão de obra agrícola. No art. 25 especifica que “O ensino primário tem por fim o desenvolvimento do raciocínio e das atividades de expressão da criança, e sua integração no meio físico e social”. (BRASIL, 1961). Uma das dificuldades para a manutenção dessas escolas nas áreas rurais era a falta de recursos humanos e financeiros. Esse fator pode ter contribuído para que o sistema formal de educação rural entrasse num processo de deterioração, na década de 1970, submetendo-se aos interesses do processo de urbanização e industrialização.

A mesma Lei, no Art. 105, estabelece que “Os Poderes públicos instituirão e ampararão serviços e entidades, que mantenham na zona escolas ou centros de educação, capazes de favorecer a adaptação do homem ao meio e o estímulo de vocações e atividades profissionais.” (BRASIL, 1961). Contudo, no Art. 32, a responsabilidade pela escolarização das crianças era dos empregadores ou proprietários de fazendas, os quais deveriam “manter escolas primárias para as crianças residentes em suas glebas”.

⁸⁷ Essa estrada tinha o intuito de ligar a Fazenda Brasileira atual Paranavaí, com as demais cidades do Paraná, estrada essa que possibilitaria a chegada de imigrantes, fazendo com que a cidade crescesse e também retirasse parte da influência Paulista da região. Foi aberta no governo do interventor federal Manoel Ribas. (ARIOCH, 2019).

⁸⁸ Iniciativa inglesa de desbravamento e colonização do Paraná, liderados pelo Lord Lovat, ao qual se encontrou com Arthur Thomas e o instruiu a respeito dos propósitos dos acionistas da Sudan Plantations de aplicar recursos no Brasil e convida-o para orientar o novo empreendimento, ao qual Arthur aceita e viaja a São Paulo em 1924, para encontrar João Sampaio, onde em 24 de setembro de 1925 funda a Companhia de Terras Norte do Paraná com o capital de 1.000 contos de réis. (CMNP, 2013).

Necessitariam “facilitar-lhes a frequência às escolas mais próximas, ou propiciar a instalação e funcionamento de escolas públicas em suas propriedades.” (BRASIL, 1961). A premissa de oferta do ensino de 1º. Grau gratuito, ou “contribuição do salário-educação, na forma estabelecida por Lei”, por empresas, também está presente na LDB 5692/71, nos Art. 47 e 49. (BRASIL, 1971). Contudo, a criação das escolas nem sempre foi acompanhada da garantia de que essas funcionassem com condições adequadas para receber os alunos. Embora a LDB 4024/61 (BRASIL, 1961) estabelecesse no Art. 16 que:

É da competência dos Estados e do Distrito Federal autorizar o funcionamento dos estabelecimentos de ensino primário e médio não pertencentes à União, bem como reconhecê-los e inspecioná-los. § 1º São condições para o reconhecimento: a) idoneidade moral e profissional do diretor e do corpo docente; b) instalações satisfatórias; c) escrituração escolar e arquivo que assegurem a verificação da identidade de cada aluno, e da regularidade e autenticidade de sua vida escolar; d) garantia de remuneração condigna aos professores; e) observância dos demais preceitos desta lei.

Os registros escritos e fotografias localizadas durante a pesquisa no arquivo revelam que havia escolas rurais que não apresentavam condições materiais adequadas, com madeiramento podre ou apodrecendo, vidros quebrados, sem forro, sem água encanada, sem eletricidade, sem professores formados, entre outros. (cf. DIAS e VIZALLI, 1976, s.p.).

As imagens ilustram aspectos das condições materiais dessas escolas. Não foi possível identificar se quando foi tirada a fotografia da escola abaixo (imagem 1) havia aulas neste prédio, mas tudo indica que não havia, pois tanto a parte externa da escola quanto o pátio em torno dela aparentam estar mal cuidados. Esta escola, criada em 1958, ficou inativa e foi demolida no ano de 1972, conforme anotação feita a lápis no documento. Foi transferida para outra localidade. Localizava-se a aproximadamente 45km da sede do município. (DIAS e VIZALLI, 1976, s.p.). O registro ainda mostra que havia 16 alunos estudando do 1º ao 3º ano do primário, sendo o maior número frequentando o 1º ano. (Imagem 2).

Imagem 1 – Escola Frei Rafael Mainka.



Fonte: DIAS e VIZALLI (1976, s.p.).

Imagem 2 – Escola Frei Rafael Mainka

PROFESSORES EM EXERCÍCIO NO ESTABELECIMENTO										
ANO	SUPERIOR		NORMAL		OUTRO CURSO		PRIMÁRIO		Incomp.	
	Comp.	Incomp.	Comp.	Incomp.	Comp.	Incomp.	Comp.	Incomp.		
								1		
ALUNOS										
MATRÍCULAS		INICIAL			FINAL			APROVADOS		
Série	N.º Classes	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total
1.ª		5	5	10						
2.ª		2	1	3						
3.ª		2	1	3						
4.ª										
TOTAL										

Fonte: DIAS e VIZALLI (1976, s.p.).

A escola Júlia Wanderley (imagem 3), apresenta estar em boas condições de uso e aparentemente à época da foto se encontrava em funcionamento, com o pátio limpo e área cercada. Ela foi criada em 1961. Nela lecionava apenas um professor, mas com formação superior, como mostra o quadro de professores. Ficava a 6 km da sede do município de Paranavaí, contendo apenas uma (01) sala de aula. Havia instalação sanitária, sendo um mictório simples. Sem iluminação elétrica. Possuía água encanada, mas era proveniente de um poço, cuja limpeza havia sido feita no ano de 1971. Os registros (imagem 4) mostram que no início do ano havia vinte e três (23) alunos e ao término do ano tinha quatorze (14) alunos, mas apenas dez (10) foram aprovados. Entretanto, nas observações consta que a escola foi

demolia e reconstruída, entre dezembro de 1973 e janeiro de 1974 em outro lugar, não mencionado. Contava com cantina, cerca, mictório e pintura em geral.

Imagem 3 – Escola Júlia Wanderley



Fonte: DIAS e VIZALLI (1976, s.p.).

Imagem 4 – Escola Júlia Wanderley

ANO	EXERCÍCIO NO ESTABELECIMENTO									
	SUPERIOR		NORMAL		OUTRO CURSO		PRIMÁRIO			
	Comp.	Incomp.	Comp.	Incomp.	Comp.	Incomp.	Comp.	Incomp.		
		1								
ALUNOS										
MATRÍCULAS		INICIAL			FINAL			APROVADOS		
Série	N.º Classes	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total
1. ^a		7	1	8	4	2	6	1	1	2
2. ^a		5	1	6	–	2	2		2	2
3. ^a		3	4	7	1	2	3	1	2	3
4. ^a		2		2	2	1	3	2	1	3
TOTAL										
Porcentagem: 71%										

Fonte: DIAS e VIZALLI (1976, s.p.).

Vale lembrar que todos os dados apresentados sobre as escolas foram retirados de documentos encontrados na Secretaria Municipal de Paranavaí, documento esse datado de 1976, o qual apresenta um levantamento acerca das escolas do município de Paranavaí. Algumas informações encontradas no arquivo estavam a lápis, mostrando que foram acrescentadas informações posteriormente a sua publicação. Entretanto ao questionar os responsáveis pela documentação, eles não sabiam dizer quem fez

essas marcações a lápis, quando elas foram feitas ou, se existem outros documentos respeito dessas mudanças. Por se tratar de documentos antigos, é normal encontrar essas marcações a lápis.

Por meio desses dados tivemos um panorama geral de como a municipalidade via a educação nesse período. No início do município houve uma grande onda de criação de escolas em diversos lugares, como fazendas, sítios, empresas, glebas, águas (rios), entre outras localizações. Essas escolas possuíam nomes de heróis nacionais, governantes, professores (as), santos ou nome da localidade em que se encontrava. Foram criadas um total de sessenta e oito (68) escolas multisseriadas sendo sessenta e três (63) rurais e cinco (05) urbanas entre 1953 até 1975).

Os decretos de criação de escolas, fornecidos pela Câmara Municipal de Paranaíba, são apresentados na Tabela 1, constando as escolas do tempo estipulado na pesquisa. Merece destaque o grande número de escolas criadas entre 1953 até 1966. Nessa tabela apresentamos o decreto de criação das escolas em ordem cronológica, com a sumula e autores das leis. Apesar de todos problemas e obstáculos que a educação no Brasil sempre enfrentou, os governantes da época faziam o possível pela educação do município.

Tabela 1 – Leis de criação de escolas municipais em Paranaíba (décadas 1950 a 1970).

Leis de criação de escolas municipais em Paranavaí (décadas 1950 a 1970).		
DECRETO	SÚMULA	AUTOR(es) vereador
Nº- 0018/53	Cria uma escola mixta rural na sede do distrito de Porto Rico	Loureiro Junior
Nº- 0021/53	Cria Escola Municipal em Cintra Pimentel, Distrito de Nova Londrina	Loureiro Junior
Nº- 0022/53	Cria Escola Municipal Colônia Suruguá, Distrito de Paraíso do Norte	Bernardo Brustein
Nº- 0024/53	Cria Escola Municipal na Fazenda Belo Horizonte, Distrito de Loanda	Loureiro Junior
Nº- 0025/53	Cria Escola Municipal na sede do Distrito de Santa Izabel do Ivaí	Loureiro Junior
Nº- 0031/53	Cria escola municipal, no local denominado Alto do Ivaí	Alcides F. de Godoy
Nº- 0033/53	Cria escola Municipal, na Barra do Rio Pavão, Distrito de Nova Londrina	Loureiro Junior
Nº- 0034/53	Cria Escola Municipal, na Fazenda Alcântara, Distrito de Nova Londrina	Loureiro Junior
Nº- 0035/53	Cria Escola Municipal na sede do Distrito do Porto São José	Loureiro Junior
Nº- 0036/53	Cria Escola Municipal na Fazenda Nossa Senhora das Aparecidas, Distrito de Guairacá	Loureiro Junior
Nº- 0037/53	Cria Escola Municipal na Fazenda Santa Hermínia, Distrito de Maringá	Loureiro Junior
Nº- 0038/53	Cria Escola Municipal no patrimônio São Pedro, Distrito do Porto São José	Loureiro Junior
Nº- 0041/53	Cria Escola Municipal no local denominado Venda do Lindolfo, Distrito de Paranavaí	Vivaldo de Oliveira
Nº- 0050/53	Cria escola municipal, no lote 50 da gleba Nova Londrina, Distrito Nova Londrina	Loureiro Junior
Nº- 0051/53	Cria escola municipal, na Fazenda Santo Antônio Distrito de Marilena	Loureiro Junior
Nº- 0052/53	Cria escola municipal, na sede do patrimônio Itaúna, Distrito de Nova Londrina	Loureiro Junior
Nº- 0054/53	Cria escola municipal, no lote do Sr. Francisco A. de Oliveira, no Distrito de Guairaçá	Otacílio Brandão
Nº- 0065/53	Cria escola municipal, no lugar denominado Água nova	Vivaldo de Oliveira
Nº- 0075/54	Cria escola municipal no lote 81 da gleba Nova Londrina, Distrito do mesmo nome	Loureiro Junior
Nº- 0076/54	Cria escola municipal na cidade de COMUR	Loureiro Junior
Nº- 0077/54	Cria escola municipal na cerâmica Monte Castelo	Loureiro Junior
Nº- 0078/54	Cria escola municipal no lugar denominado "RANCHÃO".	Loureiro Junior
Nº- 0079/54	Cria escola municipal na Fazenda Taquara	Loureiro Junior
Nº-0081/54	Cria escola municipal, na Fazenda Erechim	Loureiro Junior
Nº- 0082/54	Cria escola municipal, na Água do Tangará, Distrito de Paranavaí	Loureiro Junior
Nº- 0083/54	Cria escola municipal na Água Boa Esperança	Loureiro Junior
Nº- 0086/54	Cria escola municipal, no lote 105 gleba 1-4, na Água Nova Distrito de Paranavaí	José de Souza Leite

Nº- 0093/54	Cria escola municipal na Fazenda Santa Terezinha, Distrito de Loanda.	Loureiro Junior
Nº- 0094/54	Cria escola municipal no lote 11 D da gleba 16, Distrito de Loanda	Loureiro Junior
Nº- 0095/54	Cria escola municipal na Fazenda Fortaleza Distrito de Loanda	Loureiro Junior
Nº- 0096/54	Cria escola municipal na Fazenda Primavera Distrito de Loanda	Loureiro Junior
Nº- 0097/54	Cria escola municipal na Fazenda Fuchima Distrito de Loanda	Loureiro Junior
Nº- 0100/54	Cria escola municipal no lote denominado Água Esso, Distrito Nova Aliança do Ivaí	Domiciano M. Corrêa
Nº- 0101/54	Cria escola municipal no lote nº 75 na 2º gleba no Município	Otacílio Brandão
Nº- 0114/55	Cria escola municipal no local denominado Água Geanina	Vivaldo de Oliveira
Nº- 0115/55	Cria escola municipal no local denominado Água 26	Domiciano M. Corrêa
Nº- 0122/55	Cria escola municipal, no lugar denominado bairro dos Padilhas, Distrito de Guairaçá	Dario de Assis Machado
Nº- 0126/56	Cria escola municipal no lugar denominado Água do Cabrito, no Município	Ivo Carvalho Duarte
Nº- 0132/56	Cria escola municipal no lugar denominado Água do Quintino, neste Município	Joaquim Chacarosque
Nº- 0137/56	Cria escola municipal no lugar denominado “Piracema”.	José Gomes de Lima
Nº- 0142/56	Cria escola municipal, no patrimônio denominado cidade São Pedro de Paranavaí	José de Souza Leite
Nº- 0144/56	Cria escola municipal na Fazenda Maria Antonieta, neste Município.	Ivo Carvalho Duarte
Nº- 0145/56	Cria escola municipal, no lugar denominado Água da Tunica	José Gomes de Lima
Nº- 0154/56	Cria escola na Fazenda Maragogipe	Ivo Carvalho Duarte
Nº- 0167/57	Cria Escola Sítio Marabá	Vivaldo de Oliveira
Nº- 0168/57	Cria Escola em Suruquá	Vivaldo de Oliveira
Nº- 0169/57	Cria Escola Água do Lica	Gustavo Marques
Nº- 0187/57	Cria Escola em Michelão	José de Souza Leite
Nº- 0266/61	Cria escola rural L. 25GL. 1 Colônia Paranavaí	Geraldo Longo
Nº- 0267/61	Cria escola rural L.18GL.3-A Colônia Paranavaí	José V. Shuroff
Nº- 0278/61	Cria escola rural Lot. nº124 gleba 01-B	Vivaldo de Oliveira
Nº- 0281/62	Cria escola rural lote nº26 gleba 01 col. Pvaí	Sebastião de Oliveira
Nº- 0383/65	Cria escola no Distrito de Graciosa	José V. Shuroff
Nº- 0384/65	Cria escola no patrimônio de Mandiocaba	Hercílio Costa
Nº- 0402/66	Cria escola no Jardim Iguaçú	Francisco Luiz

Fonte: Câmara Municipal de Paranavaí, 2018

No ano de criação do município de Paranavaí (1953), a Câmara municipal criou 18 escolas primárias em fazendas, sede de distritos do município, patrimônios ou localidades estratégicas para reunir estudantes. No ano seguinte foram criadas mais 16 escolas dessa natureza. Em 1955 foram mais 3 escolas. No ano seguinte outras 7 escolas eram criadas e em 1957 eram mais 4 além das já existentes. No final da década de 1950, entre escolas urbanas e rurais, haviam passado pela câmara de vereadores e sido aprovadas 48 escolas primárias. Um número significativo e que revela a abrangência da educação no município. Os registros mostram que entre 1961 e 1966 foram criadas mais 7 escolas municipais. (CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, 2018).

O mesmo documento revela, ainda, a existência de outros níveis e modalidades de escolas no município. A Câmara Municipal, em ocasiões específicas, prestou auxílios ou reconhecimentos por meio de decretos conforme segue: no ano de 1953 aprovou subvenção e auxílio à Escola Paroquial de Paranavaí; em 1954 tornou de utilidade pública a Casa da Criança, Albergue Noturno Allan Kardec, Sociedade Beneficente Hospitalar e a Associação de Escoteiros Newton Guimarães; em 1955 destinou verbas da dotação orçamentária, para atender as despesas com o corpo docente do Ginásio Municipal de Paranavaí; em 1957 ofereceu ajuda de custos a professores do Colégio Estadual; em 1960 abriu crédito para o ensino primário e para pagamento de professor; em 1961 autorizou a construção Colégio Santa Terezinha; em 1962 concedeu subvenção Educandário São Vicente Paula e no mesmo ano reservou uma área sessenta alqueires para a Escola Agrícola; em 1964 extinguiu a Inspeção de Ensino e em 1965 instituiu o Fundo do Ensino Superior. (CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, 2018).

Na década de 1970, o mesmo órgão legislativo atuou na promoção de ações direcionadas para a educação municipal. Em 1973 denomina uma escola municipal de Hermeto Botelho; no mesmo ano aprova a doação de terras para o Lar Escola das meninas; em 1974 institui a Fundação Fafi; doa imóvel ao Lar Escola das Meninas e torna de utilidade pública o Educandário Nossa Senhora do Carmo; em 1975 institui em Paranavaí a Faculdade Municipal de Educação e Letras; no mesmo ano autoriza suplementar verba para a Associação dos Professores Municipais; no ano de 1977 o legislativo autoriza firmar convênio com a Rede Particular de Ensino; em 1979 foi autorizado convênio com Fundepar para ampliação de escolas e no mesmo ano Denomina Escola Neuza Pereira Braga no Jardim São Jorge. (CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio dos dados localizados na Secretaria Municipal de Educação do Município de Paranavaí e Câmara Municipal de Paranavaí foi possível conhecer e tornar conhecidos alguns aspectos da história da educação no município de Paranavaí. A compreensão história da educação local e regional é de suma importância para o desenvolvimento da região e, essa pesquisa oportunizou conhecer parte dessa realidade e compartilhar resultados da pesquisa com colegas do curso de pedagogia, bem como de outros cursos e instituições.

Chama a atenção particularidades identificadas por meio de documentos, como os aspectos de funcionamento das escolas, as instalações físicas, a relação da comunidade com as escolas, a importância que era dada a educação desde o início da municipalização. Esses detalhes eram desconhecidos por nós e ainda são pela grande maioria da população, principalmente quando se trata da juventude. Cada município do Brasil contém uma história rica em todos os sentidos e essas histórias precisam ser preservadas. Para tal, necessitam ser conhecidas e documentos guardados para a posteridade. A pesquisa em história da educação tem a função de preservar as memórias, pois a história será reescrita a partir do passado e das pesquisas ora elaboradas.

Além de eventos institucionais, nossa pesquisa foi apresentada em dois eventos de grande porte, um internacional, realizado na UEM e outro nacional, da Sociedade Brasileira de História da Educação, realizado em Belém, PA. E, na continuidade dos trabalhos de pesquisa vamos aprofundar as investigações por meio da história oral, com entrevistas a educadores aposentados e que lecionaram em escolas dessa natureza.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIOCH, David. **História de Paranavaí**. Disponível em:
<<https://paranavai.portaldacidade.com/historia-de-paranava%C3%AD-pr>>. Acesso em 03 jun. 2019.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases no. 4024 de 1961**. Disponível em
<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>> > Acesso em 03 jun. 2019.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases no. 5692 de 1971**. Disponível em
<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>> > Acesso em 03 jun. 2019

CAMARA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ. **Leis de criação de escolas municipais em Paranavaí**. Paranavaí: S/L, 2018. (Planilha digital disponibilizada para esta pesquisa)

CMNP. **Colonização e desenvolvimento do norte do Paraná**: depoimentos sobre a maior obra do gênero realizada por uma empresa privada. 3.ed. S/L: S/L, 2013.
<<http://www.cmnp.com.br/melhoramentos/50anos-cmnp/files/CMNP.pdf>> Acesso em 03 jun. 2019.

DIAS, P, Benedito; VIZALLI, A, José. Secretaria de Educação e Cultura. **Histórico das Escolas Municipais**. Paranavaí-PR, 1976. (Documento datilografado).

PACHECO, Luci Mary Duso; STRECK, Danilo Romeu. **A educação rural na legislação educacional brasileira**: Uma história de conflito e contradições. (c) Rev. Ciênc. Hum. Educ., Frederico Westphalen. v. 9, n. 12 (2008). Disponível em: <<http://revistas.fw.uri.br/index.php/revistadech/article/view/375/682>>. Acesso em 03 jun. 2019.

REGO, Leão Renato, et all. Reconstruindo a forma urbana: uma análise do desenho das principais cidades da Companhia de Terras Norte do principais cidades da Companhia de Terras Norte do Paraná. In: **Acta Scientiarum. Technology**. v. 26, no. 2. UEM, Maringá, 2004. p. 141-150. Disponível em: <http://eduem.uem.br/ojs/index.php/ActaSciTechnol/article/view/1513/871> Acesso em 03 jul. 2019.

SERRA, Elpídio. Reflexões sobre a origem da crise agrária no norte do Paraná. In: **Boletim de Geografia**. (19). UEM: Maringá, 2001. p.45-58. Disponível em: <http://ojs.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr/article/view/12861/7278> Acesso em 03 jul. 2019.

THOMPSON, E.P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. (Biblioteca de Ciências Sociais).

BOEMIA MELANCOLIA E LUTO NOS SAMBAS DE DOR DE COTOVELO: LUPICÍNIO RODRIGUES, NÉLSON CAVAQUINHO, CARTOLA E NOEL ROSA

John Lenon Carlos de Maria (PIC, Fundação Araucária)
Unespar/ União da Vitória, johnlenon.historia@gmail.com
Jefferson William Gohl⁸⁹ (Orientador)
Unespar/União da Vitória, jwgohl@yahoo.com.br

Palavras-chave: Morte. Samba. Vargas.

INTRODUÇÃO

A revolução de 1930 provoca uma ruptura de um sistema socioeconômico que já vinha de um processo de esgotamento que segundo Caio Prado Júnior correspondia ao ajustamento do país com relação as nações imperialistas. Tal processo se fez sem modificações profundas no caráter produtivo da nação, ou seja, o país ainda se manteve no caráter agroexportador, isso levou ao auge das contradições inerentes a esse sistema. A aristocracia agrária não conseguiu manter sua hegemonia em relação ao restante do conjunto populacional e nem mesmo de fazer frente a uma classe urbana proletária que surgia⁹⁰.

A consolidação e a ampliação dessa ideia de industrialização acelerada do país foi sustentada por uma forte interferência do Estado Vargasista, que além disso procurou “disciplinar” a população para as relações de trabalho, algo evidente desde a constituição de 1934 que estabelece em seu artigo 34 “A todos cabe o direito de provêr á propria subsistencia e á de sua familia, mediante trabalho honesto [...]”⁹¹. Isso se amplia na constituição de 1937, que no artigo 61 atribui ao Conselho da Economia Nacional “organizar, por iniciativa propria ou proposta do Governo, inqueritos sobre as condições do trabalho [...]” a disciplinarização da população fica evidente no artigo 131, que remete as atribuições da educação e da cultura e define “A educação physica, o ensino civico e o de trabalhos manuaes serão obrigatorios em todas as escolas primarias, normaes e secundarias” o trabalho é visto pelo artigo 136 como “[...] um dever social. O trabalho intellectual, tecnico e manual tem direito á protecção e solicidade especiaes do Estado”⁹².

As tensões políticas do período e a consequente instalação do Estado Novo evidenciou a intenção do Estado massificado na figura de Getúlio Vargas de influenciar todos os setores da vida nacional. Getúlio aparece dentro de uma narrativa mais tradicional como um estadista que se equilibra no poder se utilizando de certas “tendências” políticas, ora voltadas à esquerda ora a direita. O que nos importa desse período são dois eventos e seus objetivos: o primeiro se refere a tentativa por parte da esquerda de um golpe em 1935, acreditando que aquele era o momento ideal de uma revolução comunista, o movimento contava com uma participação significativa de

⁸⁹-Jefferson William Gohl é Doutor em história Cultural pela Universidade de Brasília-UnB, e docente no Campus de União da vitória da Universidade Estadual do Paraná/UNESPAR.

⁹⁰-JÚNIOR, Caio Prado. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

⁹¹-BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. BRASIL, 1934.

⁹²-BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. BRASIL, 1937.

membros de baixa patente do exército (tenentes) além da sociedade civil. Já a segunda investida vem por parte da direita em 1938, sendo uma resposta ao fechamento da AIB (Ação Integralista Brasileira) partido que havia ajudado Getúlio no estabelecimento do Estado Novo, com a disseminação do chamado Plano COHEN, os Integralistas romperam com Vargas atacando o Palácio do Catete, onde o presidente, sua filha e os guardas do palácio frustraram o golpe integralista.

Getúlio, com o revólver na mão, andando de um lado para outro, não se continha na retaguarda, rompendo o cordão de isolamento estabelecido pelos filhos. “Papai, pelo menos senta. Não vá por aí servindo de alvo, e logo em frente à janela!”, suplicou Alzira [...] “Presidente, o senhor pode subir que eu tenho homens suficientes para resistir. Como o tiroteio diminuiu, acredito que muitos já tenham fugido”, frisou o coronel. “É bom mesmo, porque estou cansado”, resumiu-se a comentar Getúlio, colocando o revólver na cintura e rumando para o quarto”⁹³

O que chama a atenção nesse período conturbado e movido a tentativas de golpe à esquerda e à direita é que dentro do debate político público brasileiro parece existir uma predominância de discursos autoritários, seja oriundo do então governo getulista com medidas de características ditatoriais, seja a esquerda objetivando o fim da ditadura Vargas e a substituição por uma ditadura do proletariado. E ainda há até mesmo manifestações de setores da direita com a vontade de formação de um estado fascista aos moldes italianos.

Há uma relação desse intenso debate público político e o sentimento comum cotidiano em populações nessa situação, Zygmunt Bauman nos demonstra esse sentimento através do dilema Liberdade X Segurança, ou seja, a balança entre segurança e liberdade nunca encontra um equilíbrio, já que quando uma tende para cima outra tende para baixo. O argumento de Bauman diz respeito a limitação e a não possibilidade dos indivíduos possuírem tanto liberdade quanto segurança ao mesmo tempo e na mesma quantidade. Desse modo quanto mais possuímos segurança ansiamos por liberdade e vice-versa, desse modo na sociedade varguista, narrativas que apresentem vozes dissonantes de tudo que é apresentado pelo Estado não seria algo raro⁹⁴.

O governo getulista também vai ter uma intrínseca relação com a música popular brasileira. O governo tinha como objetivo disciplinar a população em relação a uma cultura de valorização do trabalho, desse modo os agentes do poder estatal empreenderam diversas ações para “domesticar” os compositores populares (com destaque aos sambistas) buscando alinhar o conteúdo das músicas a ideologia varguista. Logicamente essa postura enfrentou complicações quando se deparou com a conhecida exaltação da boemia e da vadiagem muito presente no samba desse período. Segundo Paranhos “[...] objetivou liquidar de vez a relação visceral que unira historicamente o samba à malandragem. Essa ofensiva, como vimos, se conectava a reações existentes no próprio front da música popular brasileira ao longo dos anos 30”⁹⁵.

⁹³-NETO, Lira. *Getúlio (1930-1945)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. 266 p.

⁹⁴-BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. 144 p.

⁹⁵-PARANHOS, Adalberto. *Os Desafinados: Sambas e Bambas no “Estado Novo”*. São Paulo: Intermeios, 2015.115 p.

Mesmo com o esforço estatal de repressão de sambas que não fossem alinhados com o seu discurso e de divulgação dos alinhados, logicamente esse monopólio do discurso musical não fora de fato tão homogêneo, vários cancionistas escaparam e até mesmo extrapolaram os limites admitidos (embora os compositores tivessem a obrigação de encaminhar suas obras aos censores do DIP).

Um traço importante da política de Estado da época foi a construção de uma identidade nacional, que contou com a colaboração de intelectuais e da imprensa, além do próprio Estado que se posiciona como um agente mediador visando um certo afastamento de padrões europeus e uma concepção de um Brasil lídimo. Assim ele molda o gosto popular através de aparelhos de propaganda como o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que vem através do aperfeiçoamento de um órgão já posto, o DIP teria como função a disseminação da ideologia Getulista para as camadas mais populares, o objetivo viria através do controle e expansão dos setores de divulgação ainda insipientes no Brasil: radiodifusão, teatro, cinema, turismo e imprensa⁹⁶.

A gênese do nacionalismo não é brasileira, ela remonta a origem da própria noção de contemporaneidade, ou seja, durante a Revolução Francesa. Já na segunda metade do século XVIII o multiculturalismo e a multiracialidade francesa eram temas preocupantes para a monarquia, algo que só muda com os revolucionários de 1789 e com seus planos audaciosos em torno de uma educação que tinha como objetivo extinguir as diferenças regionais e linguísticas, buscando uma noção de coesão nacional⁹⁷.

Com suporte do “*Dicionário de conceitos Históricos*” pode-se definir a construção de uma nacionalidade sendo:

“A construção da nacionalidade, em sua artificialidade, frequentemente recorre a elementos de tradição, em que o passado é mitificado, criando heróis e momentos épicos que são apresentados como definitivos na formação do povo e da nação”.⁹⁸

Desse modo, podemos entender que a noção de identidade nacional é criada em diversos momentos da história e sua criação depende de elementos específicos e das visões que temos de nós e dos outros. Normalmente o “mito de origem” dessas nacionalidades seguem uma narrativa dos grupos dominantes, ou seja, de uma elite econômica, intelectual e política vigente nesse período específico, que utilizam dessa narrativa para a manutenção do status quo.⁹⁹

Isso fica evidente no contexto brasileiro: o Estado foi o protagonista na concepção de um nacionalismo tupiniquim, tendo ao seu lado uma elite intelectual, econômica e política que desenvolveu teorias nacionalistas que unissem o povo e ao mesmo tempo preservassem os interesses dessas elites anteriormente descritas. O movimento de Vargas se utilizou das conquistas modernistas da década de 1920, já que aqui já se verificava uma tentativa de construção de “uma coisa nossa”, uma valorização da nossa construção mestiça (que vai ser ainda mais trabalhada

⁹⁶-NETO, Lira. *Getúlio (1882-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. 241 p.

⁹⁷-BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Nacionalismo no Centro e na Periferia do Capitalismo*. São Paulo: Revista Estudos Avançados, 2008 pg 171-190, no dossiê Nação e Nacionalismo. Instituto de Estudos Avançados da USP.

⁹⁸-SILVA, Kalina Vanderlei; Silva, Maciel Henrique. *Dicionário de Conceitos Históricos*. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

⁹⁹-JUSTINO, David. *Território e Nação: dualismos múltiplos nas representações da identidade nacional*. Porto, 2011 pg 49-63. In: *Identidade Nacional Entre o discurso e a prática*.

com os trabalhos de Gilberto Freyre na década de 1930), o sonho de um Brasil moderno é capturado por Vargas e transformado num nacionalismo puro e simples.¹⁰⁰

O LUGAR E AS CANÇÕES

Eu sou o samba; A voz do morro sou eu mesmo sim senhor; Quero mostrar ao mundo que tenho valor; Eu sou o rei do terreiro; Eu sou o samba.

A Voz do Morro (Zé Ketti, 1955)¹⁰¹

A delimitação espacial ocorre de forma simples pois se relaciona com os sambistas, e dentre Lupicínio Rodrigues, Néelson Cavaquinho, Cartola e Noel Rosa, os três últimos são cariocas, algo que coloca o Rio de Janeiro como centro da abordagem. Mesmo o gaúcho Lupicínio, depende da indústria fonográfica avançada carioca para o desenvolvimento de seus trabalhos de gravação e distribuição. Porém se faz necessário a busca de uma maior fundamentação para definir de fato o Rio de Janeiro como sendo uma síntese da cultura popular brasileira.

E para tal fazemos uma abordagem histórica do estado carioca, usando o argumento de Hermano Vianna publicado em *O mistério do samba*, pode-se entender que aos poucos e com os projetos de modernização do Rio feita por diversos prefeitos foi necessário “civilizar” a capital federal, abandonar a face cabocla colonial, e acabar com os “batuques” de rua, os cortiços, as infecções e a sujeira generalizada. Era assim que pensava grande parte da elite carioca, e isso mostra uma política de governo e de projeto de cidade assustadoramente elitista, já que “modernizar” no início do século XX, era a retirada do centro da cidade todo o traço de africano e de pobreza, propelindo essa população para favelas e subúrbios, deixando-os a margem da criminalidade, da marginalização tanto da cidade como da história. A modernidade do Rio está estritamente ligada à exclusão social¹⁰².

Em alternativa, como resultado desse projeto de modernização carioca, diversos espaços de entretenimento surgiram. Sendo assim, surgiram novos teatros, salas de cinema e principalmente bares com música com a chegada da radiodifusão, por volta dos anos 1920. Todo esse choque cultural e essa conflagração entre etnias recebe destaque e voz, a musicalidade decorrente desse embate, com seus ritmos específicos, a modinha dos violeiros, o maxixe da Cidade Nova e o samba dos morros (ocupados recentemente em decorrência da modernização do Rio) vão ser difundidos para todo o país através do rádio, impulsionado por conta do governo varguista, durante a década de 30 o rádio foi amplamente difundido, os ouvintes acabaram ficando ligados a um certo padrão vindo da capital nacional, desse modo o samba começa a tomar corpo para se tornar um símbolo não só do Rio de Janeiro, mas também de nacionalidade.

Neste contexto, cancionistas como Noel Rosa se empenhavam na tarefa de profissionalizarem o trabalho do compositor de sambas, e materializavam nas gravações diferentes sensibilidades, quanto a cultura das classes

¹⁰⁰-NETO, Lira. *Getúlio (1930-1945)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. 100p.

¹⁰¹-SILVA, Roberto. *Descendo o Morro*. Rio de Janeiro: EMI, 1958.

¹⁰²-VIANNA, Hermano. *O Mistério do Samba*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

médias, e pobres do Rio de Janeiro. Canções como *Conversa de Botequim*, e *Feitiço da Vila* se transformavam em amalgama das tensões cotidianas, algumas vezes até humorada, outras nem tanto.¹⁰³

Conversa de botequim (Noel Rosa/ Vadico/ Osvaldo Gogliano, 1935)¹⁰⁴

Seu garçom, faça o favor de me trazer depressa
Uma boa média que não seja requentada
Um pão bem quente com manteiga à beça
Um guardanapo e um copo d'água bem gelada
Feche a porta da direita com muito cuidado
Que não estou disposto a ficar exposto ao sol
Vá perguntar ao seu freguês do lado
Qual foi o resultado do futebol
Se você ficar limpando a mesa
Não me levanto nem pago a despesa
Vá pedir ao seu patrão
Uma caneta, um tinteiro[...]
Vá dizer ao seu gerente
Que pendure essa despesa
No Cabide ali em frente.

O jovem Noel Rosa (1910-1937) foi um compositor, cantor e violonista brasileiro. Um dos mais importantes artistas da história da música popular brasileira. Em pouco tempo de vida compôs mais de 300 músicas, entre sambas, marchinhas e canções. A biografia de Noel, informa que ele nasceu em um berço de uma família de classe média, seu pai comerciante e sua mãe professora e dona de uma escola.¹⁰⁵

Embora não esteja ligado na origem a população marginalizada do ponto de vista material e cultural, Noel se aproxima dessa população por se dedicar a retratar o cotidiano popular. Isso é reforçado pela canção “Conversa de Botequim” anteriormente citada, onde o mesmo se dedica a narrar os acontecimentos de um café (local que o próprio Noel era frequentador assíduo). A canção tem como personagem principal um freguês “abusado” que ao troco de uma “Uma boa média que não seja requentada/ Um pão bem quente com manteiga à beça/ Um guardanapo e um copo d'água bem gelada”, se sente no direito de fazer várias exigências como “Vá perguntar ao seu freguês do lado” e “Vá pedir ao seu patrão/ Uma caneta, um tinteiro/ Um envelope e um cartão”, e ainda assim revela uma prática comum ao período o ato de “pendurar” a conta “Vá dizer ao seu gerente/ que pendure essa despesa/ no cabide ali em frente”.

Desse modo, o eu poético e ele próprio se apresentam como uma espécie de “turista boêmio”, ou seja, alguém que está ligado a essa população empobrecida, porém não de maneira tão intrínseca quanto Nelson Cavaquinho, já que não está ligado a essa população nem por capital econômico nem por capital cultural. Isso pode ser visto na canção “positivismo”.

Positivismo (Noel Rosa/ Orestes Barbosa, 1933)¹⁰⁶

A verdade, meu amor, mora num poço

¹⁰³-SANDRONI, C. *Feitiço decente. Transformações do samba no Rio de Janeiro (1917-1933)*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. 247 p.

¹⁰⁴-ROSA, Noel. *Noel Rosa e Sua Turma da Vila*. Rio de Janeiro: Imperial, 1968.

¹⁰⁵-PINTO, Mayra. *Noel Rosa: O Humor na Canção*. Rio de Janeiro Ateliê, 2012.

¹⁰⁶-ORESTES, Barbosa. *História da Música Popular Brasileira*. Rio de Janeiro: Abril Cultural, 1971.

É Pilatos lá na Bíblia quem nos diz
Que também faleceu por ter pescoço
O autor da guilhotina de Paris [..]
Vai, orgulhosa, querida
Mas aceita esta lição:
No câmbio incerto da vida
A libra sempre é o coração
O amor vem por princípio, a ordem por base
O progresso é que deve vir por fim
Desprezaste esta lei de Augusto Comte
E foste ser feliz longe de mim[...]
A intriga nasce num café pequeno
Que se toma pra ver quem vai pagar
Para não sentir mais o teu veneno
Foi que eu já resolvi me envenenar

O Positivismo é uma corrente filosófica, que teve o francês Augusto Comte (1798 – 1857) como seu principal idealizador e serviu de base para fundamentar a Proclamação da República, tendo como princípios e lemas: "O Amor por princípio; A Ordem por base; O Progresso por fim" (em francês *L'amour pour principe et l'ordre pour base; le progrès pour but.*)¹⁰⁷ Desses pontos o amor acaba ficando de lado como símbolo nacional, e Noel sabiamente não o exclui na canção, e compara as adversidades da economia brasileira com uma mulher, onde ambos desdenham dessa lei fundamental de Comte, e sendo assim ela vai curtir sua felicidade em outros ares. Nessa canção em específico, Noel nos revela ter um capital cultural distinto em relação a população marginalizada, e além disso traz um traço comum dos sambas do período a amargura em função do amor, onde o próprio "*Para não sentir mais o teu veneno*" decide tirar a própria vida "*Foi que eu já resolvi me envenenar*".

Mas a origem mais abastada de Noel não o impediu de escrever letras mais densas em meio a profusão de temas de sambas alegres como *Fita Amarela*, em que ele ilustra uma desejável morte de modo jocoso. As canções *Último desejo* e *Pela décima vez* constituem registros fonográficos de uma vida amargurada no contexto do regime varguista. Outros letristas e compositores de um mesmo círculo de convivências apontam para aspectos diferentes quando o sofrimento, ou a morte podem ser abordados como temas que despertam empatia pelas angústias do outro.

Nélson Cavaquinho, nome artístico de Nélson Antônio da Silva, (1911-1986) foi um importante músico brasileiro. Sambista carioca, compositor e cavaquinista na juventude, na maturidade optou pelo violão, desenvolvendo um estilo inimitável de tocá-lo, utilizando apenas dois dedos da mão direita. Suas canções são bastante intrínsecas no que diz respeito a sua correlação com as camadas mais populares cariocas, e parecem refletir um sentimento comum dessa população. Nélson Cavaquinho nos brinda com temas comumente negligenciados pela música popular: sua temática normalmente retrata a tristeza, a angústia, o pessimismo, a desilusão, a morte e a efemeridade da vida. Embora trabalhe com temas tão ásperos, preserva uma certa leveza na criação das canções, o que provavelmente facilitou sua disseminação dentro de um estado autoritário. Sua obra reflete de maneira dura e ao mesmo tempo poética o sofrimento de uma população marginalizada e sem esperanças.

¹⁰⁷-PEREIRA SOARES, Mozart. *O Positivismo no Brasil: 200 anos de Augusto Comte*. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

Rugas (Nelson Cavaquinho, 1946)¹⁰⁸

Se eu for pensar muito na vida
Morro cedo, amor.
Meu peito é forte,
Nele tenho acumulado tanta dor.
As rugas fizeram residência no meu rosto
Não choro pra ninguém
Me ver sofrer de desgosto.
Eu que sempre soube
Esconder a minha mágoa.
Nunca ninguém me viu
Com os olhos rasos d'água.
Finjo-me alegre
Pro meu pranto ninguém ver.
Feliz aquele que sabe sofrer.

Oposto a Noel, Néelson apresenta nas suas canções referências que advém somente da sua vida material, já que o mesmo não teve acesso a outro tipo de cultura que não fosse a música, mais precisamente o samba, tudo isso devido a sua baixa escolaridade. Segundo Novaes “[...] Saiu da escola para trabalhar, ajudando no sustento da família”¹⁰⁹. Desde modo, podemos reforçar e muito a ideia que Néelson além de retratar sua condição de vida, acaba por dar voz a uma população inteira de excluídos socialmente que não enxergam esperança no governo varguista e nem nas opções além de Vargas. Sua ligação com as camadas populares foi narrada por Adalberto Paranhos do seguinte modo:

O samba-canção – estilo particularmente adequado ao período de entre carnavais, e que fazia parte do conjunto das então denominadas músicas de meio-de-ano – de início deslancharia junto a compositores que sabiam ler música (como Ari Barroso), alguns inclusive com formação erudita. Posteriormente, num movimento de sentido contrário ao do samba, stricto sensu, ele expandiria seu alcance em direção às classes populares. Historicamente, Cartola e Nelson Cavaquinho são exemplos marcantes desses intercâmbios culturais, testemunhados por Roberto Martins e Waldemar Silva em “Favela”¹¹¹, de 1936, ao cantarem a “favela dos sonhos de amor/ e do samba-canção”¹¹⁰.

A já vista canção *Rugas* retrata e reforça o argumento, já que aqui o eu poético de Néelson não é o protagonista, ele cede esse espaço para a figura da vida, a dura vida que ele e seus semelhantes levam.

¹⁰⁸-ROSA, Noel. *Noel Rosa e Sua Turma da Vila*. Rio de Janeiro: Imperial, 1968.

¹⁰⁹-NOVAES, José. *Néelson Cavaquinho: Luto e Melancolia na Música Popular Brasileira*. Rio de Janeiro: Intertexto, 2003. 129 p.

¹¹⁰-PARANHOS, Adalberto. *Os Desafinados: Sambas e Bambas no “Estado Novo”*. São Paulo: Intermeios, 2015. 101p.

Não é só você (Nelson Cavaquinho, 1977)¹¹¹

Se você soubesse
Esconder a sua mágoa
Os seus olhos não
Estariam rasos d'água
Quando eu
Sinto vontade de chorar
Finjo me alegre
Pra ninguém me criticar
Não é só você
Que não tem felicidade
Eu também estou me acabando
E não volto à mocidade
Sempre me afastei
De quem nasceu pra reclamar
Não vem falar
Não vem chorar perto de mim
Escondo a minha dor
Pois eu não sei o mal que fiz
Eu gosto de fingir que estou feliz

A canção acima, expressa elementos de amargura, nas relações sentimentais interpessoais que os ouvintes podem significar. Extrapolam também uma sensibilidade difusa e existencial sobre a dor e as expectativas sociais do período.

Miragem (Nelson Cavaquinho, 1974)¹¹²

Mais uma vez
Venho a vocês
Pra confessar que nunca fui feliz
Sempre sorrindo
Eu vou fingindo
Pois afinal não sei o mal que fiz
Sou qual ave que não sabe chorar
Todos gostam de ouvir meu cantar
Com meu violão sempre colado
Ao meu peito tão amargurado
A minha vida é um livro aberto
Que conta histórias de um deserto
Minha alegria
Que não tem fim
É a miragem que existe em mim.

O que se pode ver nessas canções além do lamento da vida e dos amores malsucedidos é que ele trabalha se afirmando como uma espécie de “farsante sentimental”. Em outras palavras, descreve com suas canções um ato comum de uma população menos favorecida, o fingir alegria socialmente, escondendo seu real sentimento de infelicidade, indicando que essa atitude parece ser a mais correta e única que o eu poético de Néelson pode ter, algo que se relaciona e muito

¹¹¹-SANTOS, Jorge. *Quatro Grandes do Samba: Antônio Candeia, Elton Medeiros, Guilherme de Brito e Nelson Cavaquinho*. Rio de Janeiro: RCA/BMG, 1977.

¹¹²-BETH, Carvalho. *Pra seu Governo*. Rio de Janeiro: Tapeçar, 1974.

com a vida desse malandro. De sua história alguns narraram as condições cotidianas do compositor.

Aos 21 anos, case-se com Alice, mas continua o Boêmio que já era. Após o nascimento de seu terceiro filho, os amigos de seu pai arrumam-lhe um emprego.[...] Néelson (do) Cavaquinho, vai ser cavalarião da Força Pública.[...] Sua função era patrulhar os botecos dos morros, o que, é claro, unia o útil ao agradável, para ele. Deixava o cavalo amarrado diante dos bares, e entrava para puxar um samba[...].¹¹³

Apesar de começar a trabalhar jovem, inclusive largando a escola para ajudar no sustento da família, Néelson prontamente recusa o status que o trabalho carrega, essa atitude pode ser interpretada como uma manifestação de rebeldia, já que como já demonstrado durante o período getulista, o trabalho ganhou uma valorização ainda maior por parte de toda a máquina governamental, e mesmo assim Néelson se manteve inserido na Boêmia carioca sem pretensões além da sobrevivência, principalmente após a morte da sua mulher.

Depois de sete anos de casamento, sua mulher morre. Néelson desliga-se da Força Pública e vai viver de e para a música. Aí, solidifica-se uma história que começa a se construir bem antes, a do Néelson Cavaquinho, o boêmio, “irresponsável”, cantor da perda e da morte, da melancolia e da dor.¹¹⁴

Mais elementos que reforçam essa ideia de rebeldia vem da própria vida de Néelson narrada por José Novaes, que descreve que o compositor vive boa parte da sua vida de pequenos trabalhos e da venda de parcerias autorais (elemento que vai gerar o término da parceria com Cartola). Desse modo, Néelson está diretamente relacionado com a população que vive a margem dessa sociedade, outros elementos importantes são sua baixa escolaridade e sua frequente presença dentro da boêmia carioca, mais precisamente o morro da Mangueira.

Folhas Secas (Nelson Cavaquinho, 1973)¹¹⁵

Quando eu piso em folhas secas
Caídas de uma mangueira
Penso na minha escola
E nos poetas da minha estação primeira

¹¹³-NOVAES, José. *Néelson Cavaquinho: Luto e Melancolia na Música Popular Brasileira*. Rio de Janeiro: Intertexto, 2003. 129 p.

¹¹⁴-NOVAES, José. *Néelson Cavaquinho: Luto e Melancolia na Música Popular Brasileira*. Rio de Janeiro: Intertexto, 2003. 129/130p.

¹¹⁵-CAVAQUINHO, Nelson. *Nelson Cavaquinho*. Rio de Janeiro: Odeon/EMI, 1973.

Não sei quantas vezes
Subi o morro cantando
Sempre o sol me queimando
E assim vou me acabando.

Quando o tempo avisar
Que não posso mais cantar
Sei que vou sentir saudade
Ao lado do meu violão
Da minha mocidade

Estes elementos que enfatizam as dores sentimentais, e iminência do fim são recorrentes na obra deste letrista e compositor, e expressam um cantar que vai em direção do eu individual a comunidade mais ampla. Mas não só em Néelson Cavaquinho se pode esperar uma vivência da dor e do luto, outros também abordaram, estes temas e expressaram uma forma da coexistência no luto e nas perdas que os sambistas representavam no contexto da Era Vargas e inclusive para além dela. Vejamos:

Pranto de Poeta (Cartola, 1977)¹¹⁶
Em Mangueira
Quando morre um poeta
Todos choram
Vivo tranquilo em Mangueira porque
Sei que alguém há de chorar quando eu morrer
Mas o pranto em Mangueira é tão diferente
É um pranto sem lenço
Que alegra a gente
Hei de Ter um alguém
Pra chorar por mim
Através de um pandeiro e de um tamborim

Angenor de Oliveira, mais conhecido como Cartola, nascido no Rio de Janeiro, a 11 de outubro de 1908, e falecido em 30 de novembro de 1980, foi um cantor, compositor, poeta e violonista. Considerado como um dos maiores sambista da história da música brasileira, Cartola nasceu no bairro do Catete, mas passou a infância no bairro de Laranjeiras. Tomou gosto pela música e pelo samba ainda menino e aprendeu com o pai a tocar cavaquinho e violão.

A canção *Pranto de Poeta*, denota uma essencial angústia da morte levando em conta as formas convencionais do samba que esperam timbres específicos, maneiras comunitárias de

¹¹⁶-OLIVEIRA, Angenor. *Cartola*. Rio de Janeiro: RCA, 1977.

vivência da perda, e sobretudo a reversão da tristeza em alegria. Traço comum a vários destes compositores, seja pela farsa da angústia camuflada seja pela catarse que a própria música possa proporcionar na elaboração interna por meio dos eu poéticos enunciados.

Lupicínio Rodrigues apesar de haver nascido no Rio Grande do Sul circulou pelo ambiente boêmio do Rio de Janeiro dos anos 1940, e possuía proximidade com o presidente Getúlio Vargas, que era um de seus fãs, mas ficou conhecido pelas canções chamadas de “dor de cotovelo”, que versam sobre os ciúmes e abandonos amorosos¹¹⁷. No entanto, uma de suas canções escritas já na década de 1950 retratam o luto da comunidade que chora por seu malandro.

O morro está de luto (Lupicínio Rodrigues, 1954)¹¹⁸

O morro está de luto,
Por causa de um rapaz
Que depois de beber muito
Foi a um samba na cidade
E não voltou mais.

Entre o morro e a cidade
A batida é diferente
O morro é pra tirar samba
A cidade é pro batente.

Eu há muito minha gente
Avisava esse rapaz
Quem sobe ao morro não desce
Quem desce não sobe mais

A tensão sobre o tema da malandragem nesta canção é explorada, na personagem descrita que bebe e não reconhece seu lugar. Para Lupicínio, a morte não é vivenciada com alegria, ela é resultado das posições assimétricas da sociedade, que veem o morro como lugar da fruição das alegrias do samba e da vida livre, e a cidade é o lugar do trabalho, da tristeza e da eventual violência. Expresso no trecho “Entre o morro e a cidade/ a batida é diferente.” Mas o luto é o momento em que esta relação se inverte, o morro chora aqueles que perdeu e se entristece, e a cidade segue com seu caminho impessoal dos indivíduos.

¹¹⁷-MATOS, M.I.S. *Melodia e Sintonia Em Lupicínio Rodrigues*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

¹¹⁸-RODRIGUES, Lupicínio. *EU E O MEU CORAÇÃO*. Rio de Janeiro: Revivendo Discos, 1995.

Como se pode notar nas canções o morro acaba sendo um espaço central para a elaboração dos temas em que a morte pode ser abordada pelos sambistas. Vejamos em Noel Rosa:

Quando o samba acabou (Noel Rosa, 1933)¹¹⁹

Lá	no	morro	da	Mangueira
Bem	em	frente	a	ribanceira
Uma	cruz	a	gente	vê
Quem	fincou	foi	a	Rosinha
Que	é	cabrocha	de	alta
E	nos	olhos	têm	seu
Numa			não	sei
		linda		que
Ao		voltar	da	madrugada
Pra	dois	malandros	olhou	a
Ela		foi	se	sorrir
Os		dois		embora
E		depois	se	ficaram
Pra		conversar	e	encontraram
Lá		no		discutir
Uma		luz	somente	morro
Era	lua	que	tudo	havia
Mas	quando	acabava	o	assistia
Na		segunda	samba	se
Disputando		a		escondia
Foram		os	dois	batucada
E	como	em	toda	namorada
Sempre	um	perde	e	improvisar
Um	dos	dois	parou	façanha
E	perdendo	a	doce	ganha
Foi	fumar	na		versejar
Passando	horas	em		amada
Quando	o	sol		encruzilhada
Foi				meditação
Na		ribanceira		raiou
Com	um	punhal	no	encontrado
Lá	no	morro	uma	estirado
Era	Sol	quando	o	coração
De	noite	não	houve	havia
ninguém				acabou
				lua

Assim como nas canções de Néelson e Cartola, o morro da mangueira também se torna protagonista nas canções de Noel, já que o mesmo é um poeta que tem como temática esse

¹¹⁹-BATISTA, Marília. *HISTÓRIA MUSICAL DE NOEL ROSA POR MARÍLIA BATISTA*. Rio de Janeiro: Musidisc, 1963.

cotidiano popular. Desse modo o “espaço físico” onde essas relações acontecem não poderia ficar de lado, fazendo assim com que a morte encontre seus cenários.

Quando Eu Me Chamar Saudade (Nelson Cavaquinho/ Guilherme de Brito, 1955)¹²⁰

Sei que amanhã
Quando eu morrer
Os meus amigos vão dizer
Que eu tinha um bom coração
Alguns até hão de chorar
E querer me homenagear
Fazendo de ouro um violão
Mas depois que o tempo passar
Sei que ninguém vai se lembrar
Que eu fui embora
Por isso é que eu penso assim
Se alguém quiser fazer por mim
Que faça agora.
Me dê as flores em vida
O carinho, a mão amiga,
Para aliviar meus ais.
Depois que eu me chamar saudade
Não preciso de vaidade
Quero preces e nada mais

Além da vida a morte também é protagonista na obra de Nélson Cavaquinho, e provavelmente uma das protagonistas favoritas. Essa temática torna a obra de Nélson bastante singular, incitando discussões aprofundadas em direção a uma interpretação de certo existencialismo popular.

Essa definição de morte demonstrado por Nélson o aproxima da interpretação trazida por Epicuro (341-270 a. C), mostrando uma certa “insignificação” da morte já que ela não existe para os vivos, e os mortos já não podem explicá-la¹²¹. Considerando o fato que a morte é uma protagonista rotineira nas suas canções, sua aproximação ao filósofo grego também se dá em relação à crítica ao lamento e a fuga da morte feita e pregada por boa parte das pessoas, que tem a ideia de morte como se fosse um dos maiores males.

Eu e as flores (Nelson Cavaquinho, 1968)¹²²

Quando eu passo
perto das flores
quase elas dizem assim

¹²⁰-CAVAQUINHO, Nelson. *Nelson Cavaquinho*. Rio de Janeiro: Odeon/EMI, 1973.

¹²¹-SAMOS, Epicuro de. *Carta sobre a felicidade (A Meneceu)*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

¹²²-CAVAQUINHO, Nélson. *Cartola, Carlos Cachaça, Clementina de Jesus, Nelson Cavaquinho e Odete Amaral*. Rio de Janeiro: Odeon, 1968.

vai que amanhã enfeitaremos o seu fim
quando eu passo
perto das flores quase elas dizem assim
Vai que amanhã enfeitaremos o seu fim
a nossa vida é tão curta
estamos neste mundo de passagem
ó, meu grande deus
nosso criador
a minha vida pertence ao senhor

Esse longo exercício do pensar sobre a morte praticado por Nélson o aproxima do pensamento do filósofo francês Michel de Montaigne (1533-1592). Para ele meditar sobre a morte é meditar sobre a própria liberdade, porque nessa reflexão o indivíduo que refletisse sobre sua própria existência e conseqüente morte, jamais serviria ou submeteria a alguém¹²³. Por conseguinte, viver bem é a preparação para morrer bem. Mais um elemento que demonstra Nélson como indivíduo a margem e avesso ao sistema político nacional do período vigente.

O que pode explicar um visão de Nélson perante a sua vida (angústia, melancolia) pode se encontrar nas contribuições do filósofo alemão Martin Heidegger (1889-1976), onde o mesmo trabalha o ser como possibilidade, como projeto, nos incorporando dentro da temporalidade, desse modo o ser não teria apenas um passado e um futuro, cuja cronologia da vida se sucederia de forma passiva, mas sim que a nossa própria existência é o ato de se projetar no futuro, ao mesmo tempo que sobrepuja o passado. Ou melhor, o nosso existir reside numa espécie de “tiro no escuro” diante das possibilidades, entre as quais se destaca a morte como o caminho inevitável. Esse fato iniludível do “ser-para-a-morte” provoca angústia e melancolia, pelo fato de nos jogar diante do nada, do não sentido da existência¹²⁴.

O conceito de angústia não deve ser confundido com o medo de morrer, que concerne do sentimento de um ser que sabe existir para seu fim. A existência autêntica supõe o reconhecimento de sua finitude. É essa conduta que nos direciona e nos leva a assumir a construção da vida, em detrimento disso, a existência inautêntica se refere a fuga dessa angústia trazida com a morte, se esconde dentro de uma certa impersonalidade, busca a negação da transcendência e repete gestos de “todo o mundo” diante da representação da morte, a morte passa para em terceira pessoa, é a morte dos outros, desse modo o indivíduo estaria confortável em um universo sem indagações.

¹²³-MONTAIGNE, Michel de. *Os Ensaios*. São Paulo: Penguin,2010.

¹²⁴-ABDALA, Amir. *A Morte em Heidegger*. São Paulo: Paco e Littera, 2017.

Fita amarela (Noel Rosa, 1932)¹²⁵

Quando eu morrer, não quero choro nem vela
Quero uma fita amarela gravada com o nome dela
Se existe alma, se há outra encarnação
Eu queria que a mulata sapateasse no meu caixão
Não quero flores nem coroa com espinho
Só quero choro de flauta, violão e cavaquinho
Estou contente, consolado por saber
Que as morenas tão formosas a terra um dia vai comer.
Não tenho herdeiros, não possuo um só vintém
Eu vivi devendo a todos mas não paguei a ninguém
Meus inimigos que hoje falam mal de mim
Vão dizer que nunca viram uma pessoa tão boa assim

Oposto a isso, Noel apresenta uma representação diferente, onde percebemos uma certa naturalidade e/ou serenidade diante da morte, e isso o aproxima de uma perspectiva trazida por Platão no diálogo “*Fédon ou Da imortalidade da alma*”¹²⁶, segundo José Francisco Botelho “Platão estava doente no dia em que Sócrates bebeu a tigela com cicuta, portanto, não pôde acompanhá-lo nos momentos finais; mas a cena lhe foi relatada por vários amigos e assim descrita”¹²⁷. Platão exibe uma relação contrastante no ambiente, enquanto de um lado todos estão emocionados, o mestre parece estar extremamente sereno. Essa serenidade da vida e consequente morte de Sócrates rima com os versos trazidos por Noel onde o mesmo “Quando eu morrer, não quero choro nem vela/ Se existe alma, se há outra encarnação/ Eu queria que a mulata sapateasse no meu caixão/Não quero flores nem coroa com espinho/Só quero choro de flauta, violão e cavaquinho”.

Faz de conta que eu morri (Noel Rosa/ Henrique Gonçalves, 193?)¹²⁸

Faz de conta que eu não vivo
Faz de conta que eu morri
Que eu me encarrego de sumir
Faz de conta que a saudade
Essa dor que nos invade
Já deixou de existir
Amar para nós deve ser divertimento
E não o eterno ciúme que traz sofrimento
Desiste de me procurar
Não quero escutar declarações de amor
Pois de tanto chorar
Minha fisionomia já mudou de cor

¹²⁵-ALMEIDA, Aracy de. *CANÇÕES DE NOEL ROSA COM ARACY DE ALMEIDA*. Rio de Janeiro: Continental, 1955.

¹²⁶-PLATÃO. *Fédon ou Da imortalidade da alma*. São Paulo: Edipro, 2011.

¹²⁷-BOTELHO, José Francisco. *A Odisseia da Filosofia*. São Paulo: Abril, 2015. 70/71 p.

¹²⁸-ROSA, Noel. *Noel Pela Primeira Vez – Vol. 07. Rio de Janeiro: Velas/Funarte, 2000*.

Não quero lembrar esse mal que nos perseguiu
Nem quero lembrar uma jura que não se cumpriu
Não debes mais telefonar
Mandando me chamar
Porque não dou consulta
A quem escreve a carta
Sem botar o selo pra eu pagar a multa

Sua naturalidade perante um tema tão áspero o aconchega ao trabalho de Philippe Ariés, que trabalha a sua obra sob a ótica da sincronia e da diacronia, pois enquanto algumas práticas sobre a representação da morte permanecem praticamente inalteradas durante o curso da história das sociedades ocidentais, outras aparecem em determinados períodos e são características de um determinado período. A classificação da representação de morte trazida por Noel se enquadra na conceitualização da “Morte Domada” de Ariés, dentro dessa perspectiva a morte é vista de uma maneira mais natural, e é anteriorizada de uma certa “consciência de morte” por parte do moribundo. Se destaca nessa representação seu caráter simplista, sem dramatização e/ou comoção exorbitante, esse tipo de retratação da morte é comum em obras literárias que se iniciam no século XX e que de certo modo se reflete nas canções de Noel¹²⁹.

Considerações finais

No período de consolidação da hegemonia do modelo republicano autoritário sob Getúlio Vargas, como se pode entrever nas canções que tiveram ressonância da década de 1940, e um pouco além os temas das perdas, da angústia, luto e morte aconteceram com certa frequência em um círculo cotidiano de sambistas. A significação que estes temas adquiriam revelam uma determinada forma de se estilizar as tristezas da vida, angustias de perdas e a morte em si, ora individual, como em Noel Rosa, ora comunitário como em Cartola, Nélson Cavaquinho ou Lupicínio Rodrigues, mas em todo caso estavam pressionados pelo entorno social que impunha uma tonalidade política da realidade sócio cultural no Brasil. Agiram em suas canções como cronistas e filósofos da existência cotidiana e nos contam como seria viver as angústias de todo dia e as expectativas das eventuais alegrias que se avizinhavam da morte.

O samba ser o protagonista escolhido por Lupicínio Rodrigues, Nélson Cavaquinho, Cartola e Noel Rosa corrobora com a ideia inicial trazida por esse projeto, de demonstrar que esse gênero carregado pela obra e biografia de cada cancionista é uma lídima representação

¹²⁹-ARIÉS, Philippe. *História da Morte no Ocidente*, Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

simbólica de um espaço social ocupado pelas camadas cariocas urbanas mais marginalizadas na primeira metade do século XX. Esse mesmo gênero forjado nos morros cariocas mesmo após ser alçado a símbolo de nacionalidade, durante a primeira Era Vargas, nunca desatou seus laços com a cultura popular.

REFERÊNCIAS

- ARIÉS, Philippe. *História da Morte no Ocidente*, Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.
- BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. 144 p.
- BOTELHO, José Francisco. *A Odisseia da Filosofia*. São Paulo: Abril, 2015.
- BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. BRASIL, 1934. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-1934-16-julho-1934-365196-publicacaooriginal-1-pl.html> / Acesso em: 23 de abril de 2019.
- BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. BRASIL, 1937. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-35093-10-novembro-1937-532849-publicacaooriginal-15246-pl.html> / Acesso em: 18 de Abril de 2019.
- BRAZ, Marcelo. *Samba, cultura e sociedade: sambistas e trabalhadores entre a questão social e a questão cultural no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Nacionalismo no Centro e na Periferia do Capitalismo*. São Paulo: Revista Estudos Avançados, 2008 pg 171-190, no dossiê Nação e Nacionalismo. Instituto de Estudos Avançados da USP.
- GOHL, Jefferson William. *Esse tal de Roque Enrow!: a trajetória de Rita Lee de outsider ao mainstream (1967-1985)*. 2014. 355 f., il. Tese (Doutorado em História)—Universidade de Brasília, Brasília, 2014.
- JÚNIOR, Caio Prado. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.
- JUSTINO, David. *Território e Nação: dualismos múltiplos nas representações da identidade nacional*. Porto, 2011 pg 49-63. In: *Identidade Nacional Entre o discurso e a prática*.
- LIMA, Giuliana Souza de. *Almirante “a mais alta patente do rádio”*. São Paulo: Alameda, 2014.
- MATOS, M.I.S. *Melodia e Sintonia Em Lupicínio Rodrigues*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- MONTAIGNE, Michel de. *Os Ensaios*. São Paulo: Penguin, 2010.
- MORIN, Edgar. *O Homem e a Morte*. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1997.

- NAPOLITANO, Marcos. *História & Música*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- NETO, Lira. *Getúlio (1882-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- NETO, Lira. *Getúlio (1930-1945)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- NOVAES, José. *Nelson Cavaquinho: Luto e Melancolia na Música Popular Brasileira*. Rio de Janeiro: Intertexto, 2003
- PARANHOS, Adalberto. *Os Desafinados: Sambas e Bambas no “Estado Novo”*. São Paulo: Intermeios, 2015.
- PEREIRA SOARES, Mozart. *O Positivismo no Brasil: 200 anos de Augusto Comte*. Porto Alegre: UFRGS, 1998.
- Pinto, Mayra. *Noel Rosa: O Humor na Canção*. Rio de Janeiro Ateliê, 2012.
- PLATÃO. *Fédon ou Da imortalidade da alma*. São Paulo: Edipro, 2011.
- SAMOS, Epicuro de. Carta sobre a felicidade (A Meneceu). São Paulo: Editora UNESP, 1999.
- SILVA, Kalina Vanderlei; Silva, Maciel Henrique. *Dicionário de Conceitos Históricos*. São Paulo: Editora Contexto, 2009.
- VIANNA, Hermano. *O Mistério do Samba*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

DISCOGRAFIA

- BATISTA, Marília. *HISTÓRIA MUSICAL DE NOEL ROSA POR MARÍLIA BATISTA*. Rio de Janeiro: Musidisc, 1963. Disponível em: http://www.discodobrasil.com.br/discodobrasil/consulta/detalhe.php?Id_Disco=DI00637. Acesso em: 22 de Fevereiro de 2019.
- BETH, Carvalho. *Pra seu Governo*. Rio de Janeiro: Tapeçar, 1974. Disponível em: http://www.discodobrasil.com.br/discodobrasil/consulta/detalhe.php?Id_Disco=DI01067. Acesso em: 17 de Setembro de 2018.
- CAVAQUINHO, Nélon. *Cartola, Carlos Cachaca, Clementina de Jesus, Nelson Cavaquinho e Odete Amaral*. Rio de Janeiro: Odeon, 1968. Disponível em: <https://immub.org/album/fala-mangueira-cartola-carlos-cachaca-clementina-de-jesus-nelson-cavaquinho-e-odete-amaral> http://www.discodobrasil.com.br/discodobrasil/consulta/detalhe.php?Id_Disco=DI04296. Acesso em: 02 de Setembro de 2018.
- CAVAQUINHO, Nélon. *DEPOIMENTO DO POETA: MESTRES DA MPB*. Rio de Janeiro: Continental/WEA, 1974. disponível em:

http://www.discosdobrasil.com.br/discosdobrasil/consulta/detalhe.php?Id_Disco=DI01459.

Acesso em: 01 de Setembro de 2018.

CAVAQUINHO, Nelson. *Nelson Cavaquinho*. Rio de Janeiro: Odeon/EMI, 1973. Disponível em: http://www.discosdobrasil.com.br/discosdobrasil/consulta/detalhe.php?Id_Disco=DI04296.

Acesso em: 02 de Setembro de 2018.

OLIVEIRA, Angenor. *Cartola*. Rio de Janeiro: RCA, 1977. Disponível em: http://www.discosdobrasil.com.br/discosdobrasil/consulta/detalhe.php?Id_Disco=DI00733.

Acesso em: 02 de Junho de 2019.

ORESTES, Barbosa. *História da Música Popular Brasileira*. Rio de Janeiro: Abril Cultural, 1971. Disponível em:

http://www.discosdobrasil.com.br/discosdobrasil/consulta/detalhe.php?Id_Disco=DI03322.

Acesso em: 02 de Junho de 2019.

RODRIGUES, Lupicínio. *EU E O MEU CORAÇÃO*. Rio de Janeiro: Revivendo Discos, 1995. disponível em:

http://www.discosdobrasil.com.br/discosdobrasil/consulta/detalhe.php?Id_Disco=DI01393.

Acesso em: 10 de Abril de 2019.

ROSA, Noel. *Noel Pela Primeira Vez – Vol. 07. Rio de Janeiro: Velas/Funarte, 2000. Disponível em:*

http://www.discosdobrasil.com.br/discosdobrasil/consulta/detalhe.php?Id_Disco=DI02624.

Acesso em: 13 de Fevereiro de 2019.

ROSA, Noel. *Noel Rosa e Sua Turma da Vila*. Rio de Janeiro: Imperial, 1968. Disponível em: http://www.discosdobrasil.com.br/discosdobrasil/consulta/detalhe.php?Id_Disco=DI01468. Acesso em: 01 de Setembro de 2018.

SANTOS, Jorge. *Quatro Grandes do Samba: Antônio Candeia, Elton Medeiros, Guilherme de Brito e Nelson Cavaquinho*. Rio de Janeiro: RCA/BMG, 1977. Disponível em:

http://www.discosdobrasil.com.br/discosdobrasil/consulta/detalhe.php?Id_Disco=DI03221. Acesso em: 01 de Setembro de 2018.

CANDIDATOS CATÓLICOS EM CAMPANHA: ELEIÇÕES À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ EM 2018

Lara Pazinato Nascimento (PIC, Fundação Araucária)
Unespar/Campus de Campo Mourão, larapazinato@gmail.com
Frank Antonio Mezzomo (Orientador)
Unespar/Campus de Campo Mourão, frankmezzomo@gmail.com
Cristina Satiê de Oliveira Pátaro (Coorientadora)
Unespar/Campus de Campo Mourão, crispataro@gmail.com

Palavras-chave: Religião e política. Católicos. ALEP.

INTRODUÇÃO

Ao longo das últimas décadas, tem sido possível observar a cada vez mais frequente inserção de candidatos vinculados a instituições religiosas nas disputas eleitorais brasileiras, bem como o encorajamento da Igreja Católica à participação de seus fiéis na política. Diante disso, o objetivo deste trabalho¹³⁰ é investigar as articulações entre os campos da religião e da política a partir da participação de candidatos católicos nas eleições de 2018 à Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP), buscando compreender as representações, valores e crenças acionados por estes religiosos políticos¹³¹ durante o período eleitoral para o legislativo estadual paranaense.

De acordo com Danièle Hervieu-Léger (2008), são três os principais elementos que caracterizam a modernidade: a racionalidade, o indivíduo como detentor do controle de sua própria vida, e a diferenciação entre instituições. Com tal distinção entre os campos da sociedade, o religioso não mais se confunde com o político, e desta configuração desponta a laicidade, que pode referir-se, de modo geral, à emancipação do Estado da legitimação religiosa. Essa separação entre religião e Estado por vias jurídicas ocorre em sintonia, de alguma forma, com a secularização, entendida não apenas como o deslocamento da religião à esfera privada, mas também a perda de sua influência como ordenadora da vida em sua totalidade, onde até então conjuntos de regras religiosas ditavam as ações dos indivíduos (BERGER, 1985; HERVIEU-LÉGER, 2008). No entanto, para Oro e Camurça (2018, p. 8), “os processos de separação entre o secular e o religioso nas sociedades não levaram necessariamente a um retraimento do segundo e uma preeminência do primeiro, mas, antes, a formas de articulação entre os dois domínios”,

¹³⁰ Este trabalho foi desenvolvido em conjunto com outras pesquisas, cujo foco consiste em analisar o desempenho dos candidatos evangélicos no pleito de 2018. Todas as investigações estão vinculadas ao Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder, da Universidade Estadual do Paraná, Câmpus de Campo Mourão.

¹³¹ Consideramos religiosos políticos “os sujeitos detentores de um pertencimento religioso anterior a sua eleição, que se utilizam deste pertencimento como capital político, mesmo que de forma sutil, e que, uma vez eleitos, mantêm o seu vínculo religioso de forma explícita” (CARVALHO JUNIOR; ORO, 2017, p. 19).

não implicando a irreligiosidade do corpo social, mas uma reconfiguração das crenças, de acordo com as demandas da modernidade (HERVIEU-LÉGER, 2008).

No Brasil, com a constituição republicana de 1891, que traz a laicidade como um de seus princípios, a Igreja Católica se vê separada do Estado. Porém, apesar do afastamento oficial, a instituição religiosa continua a exercer sua influência sobre o Estado brasileiro (MACHADO, 2012), contribuindo até mesmo para que este seja fortalecido, “fazendo campanhas, propondo leis, planos de políticas sociais, participando de atividades partidárias e até mesmo da burocracia governamental” (MONTERO; ALMEIDA, 2000, p. 328). A posição de centralidade política da Igreja se mantém até o final do século XX, quando começa a sofrer significativo desgaste em um cenário em que, dentre outras questões, a instituição religiosa, “ao opor-se à ditadura militar e defender os direitos humanos a partir de 1968, perdeu, como ator religioso, a exclusividade na relação e no estabelecimento de diálogo e negociação com os dirigentes políticos e estatais” (MARIANO, 2009, p. 114). Deste modo, outras denominações religiosas se veem possibilitadas a ganhar maior visibilidade na esfera pública nacional, como é o caso dos evangélicos que, com destaque para os segmentos pentecostais, desde a década de 1980 passaram a demonstrar gradual interesse em participar da política brasileira (PIERUCCI, 2012).

É então a partir do período de redemocratização, em meados da década de 1980, em uma disputa por espaço com os evangélicos (MARIANO, 2011), que a Igreja Católica apresenta um novo comportamento no que diz respeito ao campo político, sendo possível observar a inserção de suas lideranças leigas (SEXUGI; MEZZOMO; PÁTARO, 2018) e até mesmo de membros do clero, dispensados temporariamente de suas atividades religiosas, nas disputas eleitorais, ainda que a Igreja não demonstre apoio oficial a estas candidaturas (ORO, 2003). Com isso, os católicos vêm buscando – e conquistando – espaço na política, por meio de estratégias de campanha que empregam símbolos, linguagem e valores da religião, de forma similar aos seus rivais evangélicos, que têm se mostrado ativamente participantes nas eleições ao longo das últimas três décadas por meio das candidaturas de pastores, bispos e fiéis, geralmente apoiados por suas denominações e constantemente acionando elementos cristãos para conquistar votos (SEXUGI; MEZZOMO; PÁTARO, 2018).

Desde o Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965), que pode ser considerado o marco da abertura da Igreja Católica ao diálogo com a modernidade (SANCHEZ, 2017), é possível perceber o incentivo da instituição à participação de seus seguidores na esfera pública, para que possam “atender ao bem comum e, ao mesmo tempo, abrir caminho ao Evangelho” (*Apostolicam Actuositatem*, 1965:14). Contribuindo com este chamado, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) tem construído uma tradição de orientação política que, entre outros modos, é expressa na forma de cartilhas publicadas

ao longo dos anos eleitorais, direcionadas à conscientização dos eleitores no que diz respeito ao voto e aos valores cristãos no meio político (ORO, 2003).

Além de buscar desenvolver a consciência política do eleitorado, a edição de 2018 da Cartilha de Orientação Política da CNBB é um exemplo do interesse da Igreja em uma maior participação do católico leigo na política. O texto, em meio a dicas sobre como escolher seu candidato, afirma que “a escassa atuação de católicos influentes na política é bastante sentida no âmbito da moralidade pública, da administração da justiça, no estatuto da família e na promoção do direito à vida, entre outros” (CNBB, 2018, p. 15). Ademais, traz frases dos papas Bento XVI e Francisco que corroboram com tal colocação, enfatiza o dever cristão de defender a vida e a família – temas que consistem em um debate de moralização dos direitos humanos que se intensificou nos últimos anos com o cenário de instabilidade política e econômica enfrentado pelo país (MACHADO, 2017; TATAGIBA, 2018) –, e diz, ainda, que “a Igreja espera do laicato esse salto de qualidade” (CNBB, 2018, p. 15).

Assim, tendo em mente o contexto rapidamente apresentado, percebemos o protagonismo das religiões no cenário político, e o interesse e incentivo da Igreja Católica para a inserção de seus fiéis na cena pública. Diante disto, considerando também a frequência com que crenças e valores religiosos são acionados em discussões acerca de temas relacionados à democracia e aos direitos humanos (CAMURÇA, 2017; MACHADO, 2013), é perceptível a necessidade de se buscar compreender as articulações existentes entre religião e política em um Estado constitucionalmente laico.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos da pesquisa envolveram etapas de identificação de candidatos que se enquadravam na categoria de religiosos políticos, coleta de seus materiais de campanha, e tabulação, descrição e análise do material coletado. Além disso, participamos de discussões de texto semanais realizadas pelo Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder, abordando a temática estudada, e reuniões de orientação, que foram fundamentais para o desenvolvimento do trabalho.

Em um primeiro momento, foram identificadas as 766 candidaturas ao cargo de deputado estadual do Estado do Paraná, divulgadas *online* pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE)¹³². Com isto, foi montada uma planilha no *Excel* com os dados de cada candidato, incluindo as seguintes informações: nome completo, nome de urna, número de urna, partido político, coligação, local de residência e

¹³² A divulgação realizada pelo TSE das candidaturas à ALEP nas eleições de 2018 está disponível em: <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/estados/2018/2022802018/PR/candidatos>. Acesso em: 18 ago. 2019.

vinculação religiosa. Para que fosse possível descobrir esta última, analisamos¹³³ as páginas dos candidatos nas redes sociais – com foco no *Facebook* –, bem como notícias em *blogs* e jornais *online*, em busca de elementos religiosos por eles acionados e/ou vinculação a determinada denominação. Os fatores levados em consideração para esta investigação envolveram a presença ou não, da parte dos candidatos, de uso de expressões religiosas, titulação – Padre, Pastor, Missionário, etc. – e discursos religiosos; compartilhamento de mensagens com alusão à religião; participação ou visitas a igrejas e demais ambientes ou eventos religiosos; pautas morais, como a defesa da vida e da família; apoios concedidos à candidatura por líderes religiosos ou fiéis; enfim, toda e qualquer forma de relação a um possível acionamento da religião/religiosidade realizado pelo candidato. Seguindo tal procedimento, verificamos a presença de 139 concorrentes que demonstravam alguma crença, apresentada em maior ou menor intensidade, sendo 34 destes identificados como católicos, 43 evangélicos, 2 de religiões de matriz africana e 60 de vinculação religiosa não determinada.

A partir dos 139 candidatos selecionados, realizamos uma segunda investigação para encontrar aqueles que acionaram elementos religiosos na campanha com maior intensidade, chegando ao resultado de 64 indivíduos, dos quais 16 foram observados como católicos, 32 evangélicos, 2 de matriz africana, e 14 de denominação religiosa não identificada. Neste momento, demos início à coleta de materiais de campanha postados ou compartilhados pelos candidatos em suas páginas do *Facebook*, recortando para o período de 20 de julho de 2018, data inicial das convenções para escolha das candidaturas, a 10 de outubro de 2018, três dias após as eleições¹³⁴, realizadas no dia 7 do mesmo mês, quando também foram realizadas postagens relacionadas ao assunto. Deste modo, foram coletados materiais de cunho político e religioso, dentre os quais constam *jingles*, *flyers*, “santinhos”, perfurades, cartazes, faixas, e publicações de textos, fotos, *lives* e vídeos que envolvem propostas de governo e posicionamentos relacionados a valores cristãos, visitas a ambientes e celebrações religiosas, concessão de apoio à campanha por parte de indivíduos envolvidos com a Igreja, e uso de símbolos religiosos.

Para cada candidato, os documentos foram tabulados e descritos em uma planilha do *Excel*, constituída das seguintes informações: identificação do material (nome do arquivo salvo), tipo de material (imagem, vídeo etc.), data da postagem da fonte, fonte (*link* da publicação), descrição do material, e observações (caso se fizessem necessárias). Com a planilha, torna-se possível visualizar e

¹³³ A análise dos 766 candidatos foi realizada em conjunto pelos quatro alunos envolvidos nas pesquisas de iniciação científica e do Mestrado Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD/Unespar) e que envolvem a campanha de religiosos políticos nas eleições de 2018 à ALEP.

¹³⁴ Consideramos como formas de divulgação da campanha mesmo aquelas publicações que não estavam relacionadas diretamente às eleições, mas foram apresentadas no espaço de tempo mencionado, visto que é possível supor uma visualização desses conteúdos por parte dos eleitores, podendo ou não contribuir para a sua decisão de voto.

organizar os conteúdos publicados pelos candidatos durante a campanha, bem como uma identificação e acesso mais preciso das fontes que foram salvas, tanto para o desenvolvimento desta pesquisa quanto para futuros pesquisadores que venham a utilizar o material.

Assim, verificamos quantos destes 64 candidatos de fato acionavam a religião de modo que tal ação pudesse ser vista como uma característica de suas campanhas, chegando ao resultado de 37 religiosos políticos, sendo 27 evangélicos, 2 de matriz africana e 8 pertencentes à Igreja Católica, cujas ações durante o pleito serão melhor exploradas a seguir.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As eleições de 2018, de modo geral, mostraram-se permeadas por elementos e valores religiosos. Talvez a demonstração mais evidente desta presença da religião na política tenha se dado na disputa à Presidência da República, em que foi possível observar o uso de discursos cristãos por parte de candidatos como Cabo Daciolo (Patriota), constantemente acompanhado da Bíblia nos debates, e Jair Bolsonaro (PSL), cujo *slogan* de campanha trouxe os dizeres “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. Este último, presidente eleito em segundo turno com 55,13% dos votos válidos, teve a candidatura apoiada por lideranças evangélicas, recebendo grande aceitação entre os eleitores do meio religioso em razão de suas pautas conservadoras (FUJITA, 2018). Também o candidato Geraldo Alckmin (PSDB) buscou apoio de igrejas evangélicas, Henrique Meirelles (MDB) firmou aliança com a Assembleia de Deus Belém, e Fernando Haddad (PT) realizou visita à sede da CNBB, em tentativa de aproximação aos católicos (MEGALE, 2018).

No Paraná, Ratinho Junior (PSD), que “tem um perfil conservador e historicamente é ligado a partidos que tem base em igrejas evangélicas” (BARAN, 2018), foi o candidato eleito ao cargo de governador no primeiro turno, com 59,9% dos votos válidos. Eleitos ao Senado pelo estado paranaense, ambos os candidatos Flávio Arns (REDE) e Professor Oriovisto Guimarães (PODE) declararam-se abertamente contra o aborto e em defesa da vida (ARNS, 2018; EUSTÁQUIO, 2018), posicionamento comumente fundamentado em valores cristãos. De forma similar, encontramos conexões e pautas morais e religiosas no que diz respeito às eleições de 2018 à ALEP, que contaram com 7.971.087 eleitores aptos, alcançando 6.145.689 votos válidos (92,83% do total), 308.785 nulos (4,66%) e 165.991 em branco (2,51%) (GAZETA DO POVO, 2018). Dentre os 776 candidatos que concorreram às 54 cadeiras disponíveis no legislativo estadual, 8 foram identificados nesta pesquisa como religiosos políticos católicos, dos quais foram eleitos Cobra Repórter (PSD) e Evandro Araújo (PSC).

Por meio dos materiais coletados nas páginas do *Facebook* dos candidatos, cujos dados estão expostos no Quadro 1 abaixo, foi possível observar quais as principais pautas por eles defendidas, bem

como de que maneira fizeram uso da religião durante as eleições¹³⁵. Dentre o material levantado, podemos destacar *jingles*, *flyers*, “santinhos”, publicações de fotos, vídeos, *lives* e textos que envolvem propostas de governo e posicionamentos associados a valores cristãos, como a defesa da vida e da família; comemorações de datas religiosas; participações e visitas a igrejas, eventos e demais ambientes religiosos; declaração de apoio à campanha por indivíduos vinculados à Igreja Católica, tais como padres, bispos e fiéis engajados; mensagens de cunho religioso; conteúdo com presença de símbolos religiosos, como crucifixos e imagens de santos católicos etc.

Quadro 1 – Religiosos políticos católicos nas eleições de 2018 à ALEP

Candidato	Partido	Votos	Situação
Cleusa Camargo	PPS	357	Suplente
Cobra Repórter	PSD	46.983	Reeleito
Evandro Araújo	PSC	64.767	Reeleito
Heico Silva	PPS	1.573	Suplente
Nelmo Cassiano	REDE	1.363	Suplente
Padre Roque	PR	4.934	Suplente
Pedro Scherer	PRTB	1.261	Suplente
Sérgio do Cristma	PV	13.445	Suplente

Fonte: Dados da pesquisa.

Com a análise dos materiais, observamos que os candidatos procuram deixar nítida a sua identidade enquanto católicos, enfatizando suas conexões com a religião. Cobra Repórter, em vídeo de campanha, é apresentado como alguém que “participa de diversas atividades da Igreja”, como a Pastoral da Liturgia, a Pastoral da Catequese e o Encontro de Casais com Cristo. Cleusa Camargo se apresenta como catequista e serva da Renovação Carismática Católica (RCC)¹³⁶, dizendo que entrou na política por meio de um chamado divino. Evandro Araújo se descreve como membro atuante da RCC, além de ter tido sua candidatura a deputado estadual acompanhada oficialmente pelo movimento em 2014 e em 2018, por meio do Ministério Fé e Política. Heico Silva afirma ser cantor católico, devoto de Nossa Senhora e São José, participante da Pastoral da Música e do Movimento de Irmãos da Arquidiocese de Curitiba. Nelmo Cassiano se declara “membro ativo da Igreja Católica Apostólica Romana” e, em notícia do Jornal Fatos do Iguçu compartilhada em seu *Facebook*, é descrito como alguém que “sempre teve

¹³⁵ É válido ressaltar que, apesar da utilização de elementos religiosos e de as bandeiras morais se apresentarem com frequência, todos os candidatos aqui analisados trouxeram também outras pautas – em alguns casos dedicando a estas até mesmo mais foco do que às de cunho religioso – como saúde, educação, proteção aos animais e segurança.

¹³⁶ A Renovação Carismática Católica é um movimento da Igreja Católica, originado nos Estados Unidos em 1967, que traz uma forma de adoração pautada na manifestação dos dons do Espírito Santo, influenciada pelo pentecostalismo evangélico (CARRANZA; MARIZ, 2009).

um envolvimento com os movimentos sociais e religiosos da Igreja Católica”. Padre Roque demonstra sua ligação ao catolicismo já no título eclesiástico em seu nome de urna, ainda que esteja em licença sacerdotal desde 2004. Pedro Scherer se coloca como “Liderança Cristã”, sem especificar a denominação, mas afirma em seu *flyer* que participou da Pastoral da Juventude e foi catequista, evidenciando sua atuação junto à Igreja Católica. Por fim, Sérgio do Cristma é apresentado como fundador do movimento Cristo Te Ama (Cristma), que busca a recuperação de dependentes químicos, Ministro da Eucaristia e cursilhista, além de ter sido coordenador diocesano da Pastoral Familiar.

Ainda no que diz respeito à construção da identidade de religioso político católico dos candidatos, identificamos conteúdos que empregam símbolos característicos ao catolicismo, o que demonstra como “os símbolos religiosos têm sido inseridos em todas as questões humanas e sempre aproveitados para fins políticos” (NOVAES, 2001, p. 61). Como exemplo, podemos citar Heico Silva, que postou vídeos em sua página pedindo apoio dos eleitores, onde se encontra posicionado em frente a imagens como crucifixos, um quadro com uma imagem de Jesus e uma estatueta de Nossa Senhora Aparecida, e Cobra Repórter, que publicou um vídeo sobre sua entrada na política após a influência da Igreja Católica, no qual vemos um retrato de Jesus ao fundo, além de ter realizado uma postagem sobre sua ação pela defesa dos animais no Dia de São Francisco de Assis, com uma imagem do santo ilustrando o conteúdo (Imagem 1). Com isso, o uso de símbolos católicos, mesmo em publicações que não dizem respeito ao assunto da religião, parece ser um indicativo de uma possível intenção dos candidatos de mostrar ao eleitor que seus valores cristãos estão sempre presentes em suas ações, não importando uma menor relação à crença que determinadas pautas aparentem ter.

Imagem 1 – Utilização de símbolos religiosos na campanha



Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder.

Observamos, por parte de alguns dos religiosos políticos, o que pode ser entendido como uma tentativa de justificar suas candidaturas e posicionamentos por meio de discursos de autoridade da própria Igreja Católica acerca da inserção de seus seguidores na vida pública. Pedro Scherer escreveu em postagem que, “por mais desacreditado que esteja o mundo da política, também aí devemos ser Sal da terra, Luz do Mundo e Fermento na Massa”, fazendo referência aos escritos bíblicos presentes em Mt 5: 13-14, lema do Ano Nacional do Laicato, que ocorreu de novembro de 2017 a novembro de 2018 – ao longo do ano de eleições no Brasil – em busca de motivar a atuação dos leigos em diversos setores da sociedade. Cleusa Camargo e Sérgio do Cristma compartilharam em suas páginas um vídeo da fala do Papa Francisco sobre o envolvimento na política ser uma obrigação do cristão leigo por tratar-se de uma das mais altas formas de caridade, citação também utilizada por Nelmo Cassiano, que fez postagens, ainda, sobre trechos da Cartilha de Orientação Política da CNBB.

De forma similar, a educação política oferecida pela Igreja foi acionada na campanha, como no caso de Cleusa Camargo, ao declarar que sua “formação para entrar na política” é o curso Educação Política e Fé, ofertado pela Faculdade Missioneira do Paraná em parceria com a Diocese de Palmas e Francisco Beltrão; Nelmo Cassiano, que participa da Escola de Fé e Política da RCC da Diocese de Guarapuava; e Pedro Scherer que, em seu *flyer*, traz a informação sobre ter frequentado a Escola Fé e Política da CNBB. Deste modo, podemos perceber como o incentivo da Igreja, seja por meio de discursos ou orientações, para que seus fiéis levem os valores da religião ao Estado, tem funcionado e, inclusive, sido empregado pelos próprios candidatos como fundamentação para tal trabalho político. Isto indica como, “na perspectiva de muitos políticos e partidos, a religião e os valores religiosos não podem ser desprezados e sua apropriação discursiva visa produzir efeitos de sentido junto aos eleitores portadores de mentalidade religiosa” (ORO, 2001, p. 64).

Integraram também as páginas de alguns dos candidatos os apoios concedidos às suas campanhas por indivíduos do meio religioso. Evandro Araújo divulgou diversos vídeos e imagens de coordenadores diocesanos paranaenses da RCC declarando apoio à sua candidatura, bem como de outros servos do movimento, alguns destes detentores de cargos políticos, como Silvio Santo, vereador do município de São José dos Pinhais e similarmente eleito por meio do Ministério Fé e Política. De forma análoga, Cobra Repórter recebeu declarações de voto de membros da Igreja, como Adilson de Freitas, diácono e fundador do Grupo de Oração Renascer, da Comunidade Católica Filhos da Luz, Padre José Agius, de Rolândia, e Padre Marinho, de Centenário do Sul. Diante disto, podemos inferir que tais demonstrações de apoio trazidas por participantes do catolicismo detentores de poder e influência em seus meios de

atuação, são passíveis de funcionar como uma forma de legitimar estes religiosos políticos como defensores dos interesses da Igreja no Estado e conquistar o eleitor, que pode incorporar ao voto “um sentido que não está restrito exclusivamente à motivação de cumprir o dever cívico, mas que se refere à defesa de princípios cristãos” (MEZZOMO; PÁTARO; BONINI, 2014, p. 284).

Além da concessão de apoios de origem religiosa, figuram dentre os materiais coletados as visitas de alguns candidatos a ambientes e eventos religiosos, como missas, celebrações de grupo de oração e festas católicas, além de fotos com membros da Igreja, como padres e bispos. Pedro Scherer, por exemplo, compartilhou uma foto com Dom Celso, bispo da Diocese de São José dos Pinhais, onde conta ter recebido dele uma bênção para atuar na política. Similarmente, Nelmo Cassiano publicou fotos de sua participação em festa da Paróquia Imaculada Conceição do município de Guarapuava, acompanhadas de seu número de urna na legenda. Embora não estabeleçam uma demonstração de apoio tão clara quanto as declarações de voto diretas, e nem sempre tragam referências à campanha nas postagens – apesar de terem sido publicadas durante o período eleitoral –, estas interações entre os candidatos e a esfera religiosa mostram ao eleitor como eles se encontram inseridos nesse meio como participantes ativos. Assim, os religiosos políticos validam seus posicionamentos como cristãos na política, o que lhes emprega uma imagem de confiabilidade, visto que votar em um candidato vinculado expressivamente a uma instituição religiosa “confere aos fiéis uma positividade que não encontramos naqueles que inscrevem o exercício do voto no campo da racionalidade política” (STEIL, 2001, p. 81).

No que tange às pautas morais defendidas pelos religiosos políticos católicos, observamos que o debate anti-aborto, que se mostra intimamente conectado a fundamentos e valores cristãos (MARIANO; BIROLI, 2017), é comum a todos os candidatos (Imagem 2). As menções ao assunto foram realizadas constantemente nas publicações no *Facebook*, em alguns casos sendo apresentadas nos *flyers* e “santinhos”, e em imagens voltadas a sensibilizar o público com representações do nascituro (MONTERO; SILVA; SALES, 2018). Também encontramos abordagens que tratam o aborto como assassinato ou condenação à morte, como, por exemplo, quando Evandro Araújo afirma que a questão “é uma pena de morte para pessoas inocentes”, e Padre Roque, ao se referir ao tema, coloca que “assassinar a vida de quem não tem defesa é ato de violência, é pecado que agride o coração de Deus, o criador da vida”. Além disso, foi perceptível a divulgação e participação em manifestações em defesa da vida, como foi o caso de Cleusa Camargo e Evandro Araújo, que postaram fotos na Manifestação pela Vida, em Curitiba, e na Marcha pela Vida, em Maringá, respectivamente. Deste modo, é possível inferir ser esta uma das principais pautas de praticamente todos estes religiosos políticos católicos, dentre os quais podemos citar como exceção Nelmo Cassiano, que identificamos ter realizado apenas uma postagem

falando diretamente sobre o assunto e ao qual aparentou empregar menos enfoque ao longo da campanha do que seus concorrentes católicos.

Imagem 2 – Publicações dos religiosos políticos católicos sobre a defesa da vida



Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder.

Também a defesa da família foi um assunto recorrente na campanha e comum aos candidatos, seja em maior ou menor intensidade, com exceção novamente de Nelmo Cassiano, que não falou diretamente sobre o tema. Este debate, tal qual a defesa da vida, a que se encontra atrelado, é reforçado de forma significativa pela Igreja Católica, e implica uma tentativa de contenção do espaço que tem sido conquistado na esfera pública brasileira por grupos progressistas, como o movimento feminista e LGBT+ (MACHADO, 2017; MARIANO; BIROLI, 2017). Aqui, podemos destacar o candidato Cobra Repórter, que se apresenta como “o deputado da família”, e utilizou a tag “#odeputadodafamilia” até mesmo em postagens não relacionadas ao assunto; Heico Silva, que em um vídeo postado em seu *Facebook* pede votos aos eleitores “em defesa dos interesses da família paranaense”; e Pedro Scherer, que traz as frases “Pátria e Família em primeiro lugar” e “Em defesa da vida e da família! Na política, na sociedade e na

igreja” (Imagem 3) em seu material de divulgação da campanha, parecendo fazer desse tema sua principal causa política.

Imagem 3 – Publicações dos religiosos políticos católicos sobre a defesa da família



Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder.

A discussão acerca da defesa da família traz, de forma implícita ou não, a ideia de manutenção de uma estrutura familiar “segundo o plano de Deus” – como coloca Sérgio do Cristma em seu *flyer* (Imagem 2) –, que pode ser compreendida como “entidade matrimonializada, patriarcal, patrimonializada, indissolúvel, hierarquizada e heterossexual” (DIAS, 2005, p. 5). No entanto, identificamos um posicionamento direto contra a chamada “ideologia de gênero”, questão constantemente inserida por grupos conservadores em “diversas discussões que giram em torno da saúde reprodutiva das mulheres, da educação sexual ou do reconhecimento de identidades não heterossexuais, entre outras questões” (MISKOLCI; CAMPANA, 2017, p. 724-725), ao menos durante o período eleitoral, apenas de Padre Roque. O candidato abordou a questão por meio de vídeos e imagens, com dizeres como “sou contra a ideologia de gênero porque querem passar a ideia para as crianças que não se nasce homem e nem mulher” e “o Papa Francisco foi terminante ao afirmar que a ideologia de gênero não pode ser aceita como algo normal e necessário”. Contudo, a ausência de publicações do *Facebook* sobre este tema nos materiais de campanha dos demais candidatos não indica, necessariamente, uma falta de interesse por parte destes com relação ao assunto, podendo apontar até mesmo que se espera que tal posicionamento esteja subtendido na compreensão do público quando a defesa da família é apresentada de forma menos detalhada.

Enfim, por meio da coleta e análise dos materiais publicados no *Facebook* pelos religiosos políticos católicos que participaram das eleições de 2018 à ALEP, observamos como esses candidatos fizeram uso de todo um conjunto de valores e símbolos do catolicismo em suas campanhas, em busca de

propagar seus posicionamentos estruturados na crença e conquistar o eleitorado. Assim, foi possível ter uma visão mais abrangente de como os campos da política e da religião têm se articulado no cenário brasileiro, particularmente no contexto paranaense, proporcionando reflexões acerca da laicidade do Estado e da atuação da Igreja Católica numa tentativa de maior poder de decisão em questões que dizem respeito à esfera pública por meio da inserção de seus fiéis na política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esta pesquisa, foi possível identificar a incidência da participação de religiosos políticos católicos nas eleições de 2018 à ALEP, bem como a maneira com que empregaram a religião em suas campanhas. Por meio da análise das 766 candidaturas ao legislativo paranaense, encontramos um total de 37 religiosos políticos, dentre os quais 27 são evangélicos, 2 pertencentes a religiões de matriz africana, e 8 católicos, sendo estes últimos os candidatos de interesse neste trabalho. A coleta, tabulação, descrição e análise dos materiais publicados nas páginas do *Facebook* desses candidatos ao longo do período eleitoral de 2018, permitiu uma visualização de como a religião foi por eles acionada durante o pleito.

Por meio da análise realizada, percebemos uma tentativa dos candidatos de enfatizar seu pertencimento religioso de modo a construir sua identidade política. Para tanto, deixaram claro nos materiais de campanha a sua atuação enquanto católicos praticantes, descrevendo as atividades que realizaram e realizam junto à Igreja, e fazendo também uso de elementos característicos ao catolicismo, como imagens de santos e crucifixos, em alguns casos até mesmo quando esses símbolos não estavam relacionados aos temas tratados nas postagens. A partir dessas estratégias, o eleitor poderia entender como nítida a ideia de que esses candidatos, caso eleitos, seriam representantes engajados dos valores e princípios da Igreja Católica na esfera pública, o que poderia contribuir para a decisão de voto.

O encorajamento da própria Igreja para que seus seguidores adentrem a esfera política, como falas do Papa Francisco e trechos da Cartilha de Orientação Política de 2018 da CNBB, foi acionado por alguns dos candidatos ao longo do pleito, o que pode ser entendido como uma forma de legitimar a participação desses religiosos políticos católicos nas disputas eleitorais. Também a educação política ofertada pela instituição religiosa foi mencionada, como a Escola de Fé e Política da CNBB, indicando ao eleitor uma imagem de formação dos candidatos voltada à atuação junto ao Estado fundamentada na fé cristã e nos princípios católicos. Além disso, tal ideia de preparo para atuação na política de acordo com os interesses da Igreja foi reforçada por meio de publicações do *Facebook* que mostram os candidatos em ambientes religiosos, e pela concessão de apoio às candidaturas por parte de indivíduos do meio católico, dentre os quais identificamos leigos e membros do clero.

Com relação às pautas de cunho moral fundamentadas em princípios cristãos, observamos a presença do debate anti-aborto, em maior ou menor intensidade, na campanha dos 8 religiosos políticos católicos. A defesa da família, que pode ser interpretada como a manutenção de uma configuração familiar heteronormativa, também se fez evidente nos materiais de campanha, com exceção daqueles relacionados a Nelmo Cassiano, que não identificamos ter mencionado o tema. Padre Roque foi o único dos candidatos analisados que observamos ter tratado da luta contra a dita “ideologia de gênero”, o que não indica, necessariamente, o desinteresse dos demais religiosos políticos acerca do assunto, que pode ficar subentendido na compreensão do eleitor em uma abordagem menos específica da defesa da família. Tais debates indicam que a moralidade cristã parece ser considerada por esses candidatos como a base dos interesses da sociedade em geral, e não de determinada parte da população (MACHADO, 2013), e apontam o acionamento da religião como mecanismo, intencional ou não, de contenção do espaço conquistado por minorias na cena pública.

Por fim, a utilização de elementos e valores cristãos por parte dos candidatos na defesa de suas pautas, e na construção de seus materiais de campanha e de sua identidade política, indicam que, conforme Oro e Carvalho Júnior (2015), há uma potencialização das interações entre o campo religioso e o campo político durante as disputas eleitorais, apontando para “a existência de uma instrumentalização mútua entre essas duas esferas sociais” (ORO; CARVALHO JÚNIOR, 2015, p. 146). A participação dos fiéis nas eleições, como visualizamos na campanha dos religiosos políticos católicos à ALEP no pleito de 2018, sinaliza a existência de uma busca para que os princípios e interesses da Igreja Católica sejam representados na esfera pública, e para o uso da religião como estratégia para alcançar determinado eleitorado. Assim, ao observarmos as articulações existentes entre religião e política, podemos perceber que essas esferas que não possuem fronteiras bem delimitadas e permeabilizam uma à outra no cenário brasileiro, em uma movimentação de aproximação que parece tender a continuar.

REFERÊNCIAS

ARNS, Flávio. **Contra o aborto**. 2018. Disponível em: <<http://bit.do/eQdvv>>. Acesso em: 18 ago. 2019.

BARAN, Katna. **Com chapa 'religiosa', Ratinho Junior é confirmado candidato ao governo do Paraná**. 2018. Disponível em: <<http://bit.do/eQdvF>>. Acesso em: 18 ago. 2019.

BERGER, Peter Ludwig. **O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião**. São Paulo: Paulus, 1985.

CAMURÇA, Marcelo Ayres. A questão da laicidade no Brasil: mosaico de configurações e arena de controvérsias. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 15, n. 47, p. 855-886, jul./set. 2017.

CARRANZA, Brenda; MARIZ, Cecília. Novas comunidades católicas: por que crescem? In: CARRANZA, Brenda; MARIZ, Cecília; CAMURÇA, Marcelo (Orgs.). **Novas comunidades católicas: em busca do espaço pós-moderno**. Aparecida: Ideias & letras, 2009, p. 139-170.

CARVALHO JUNIOR, Erico Tavares de; ORO, Ari Pedro. Eleições municipais 2016: religião e política nas capitais brasileiras. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 18, n. 32, p. 15-68, jul./dez. 2017.

CNBB – CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Cartilha de Orientação Política: Os cristãos e as Eleições 2018**. CNBB Regional Sul 2: Curitiba, 2018.

DIAS, Maria Berenice. **Homoafetividade e o direito à diferença**. 2005. Disponível em: <<https://bit.ly/2WyVwBY>>. Acesso em: 18 ago. 2019.

EUSTÁQUIO, Oswaldo. **ORIOVISTO GUIMARÃES SE POSICIONA CONTRA O ABORTO**. 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=oTRsUGauLKQ>>. Acesso em: 18 ago. 2019.

FUJITA, Gabriela. **Bolsonaro atraiu evangélicos com batismo e conservadorismo, diz antropólogo**. 2018. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2018/12/10/bolsonaro-voto-evangelico.htm>>. Acesso em: 18 ago. 2019.

GAZETA DO POVO. **Candidatos a Deputado Estadual – Paraná**. 2018. Disponível em: <<http://bit.do/eQdv5>>. Acesso em: 18 ago. 2019.

_____. **Ratinho Junior é eleito governador do Paraná em primeiro turno**. 2018. Disponível em: <<http://bit.do/eQdwc>>. Acesso em: 18 ago. 2019.

HERVIEU-LÉGER, Danièle. **O peregrino e o convertido: a religião em movimento**. Petrópolis: Vozes, 2008.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Religião, cultura e política. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, p. 29-56, 2012.

_____. Discursos pentecostais em torno do aborto e da homossexualidade na sociedade brasileira. **Revista Cultura y Religion**, Santiago, v. 7, n. 2, p. 48-68, jun./dez. 2013.

_____. Pentecostais, sexualidade e família no Congresso Nacional. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 23, n. 47, p. 351-380, jan./abr. 2017.

MARIANO, Rayani; BIROLI, Flávia. O debate sobre aborto na Câmara dos Deputados (1991-2014): posições e vozes das mulheres parlamentares. **Cadernos Pagu**, Campinas, s/v., n. 50, p. 1-38, set. 2017.

MARIANO, Ricardo. **Pentecostais e política no Brasil: do apolitismo ao ativismo corporativista**. In: SANTOS, Hermílio. Debates pertinentes: para entender a sociedade contemporânea. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009, p. 112-138.

_____. Laicidade à brasileira: católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. **Civitas**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 238-258, maio/ago. 2011.

MEGALE, Bela. **Haddad pede a lideranças católicas que façam alertas sobre notícias falsas a fiéis**. 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/haddad-pede-liderancas-catolicas-que-facam-alertas-sobre-noticias-falsas-fieis-23148582>>. Acesso em: 18 ago. 2019.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 725-747, set./dez. 2017.

MONIZ, Jorge Botelho. O secularismo hodierno à luz dos instrumentos de financiamento das igrejas e confissões religiosas europeias. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 23, maio/ago. 2017.
MONTERO, Paula; ALMEIDA, Ronaldo. O campo religioso brasileiro no limiar do século: problemas e perspectivas. In: RATTNER, Henrique. (Org.). **O Brasil no limiar do século XXI: alternativas para a construção de uma sociedade sustentável**. São Paulo: Edusp, 2000, p. 325-340.

MONTERO, Paula; SILVA, Aramis Luis; SALES, Lilian. Fazer religião em público: encenações religiosas e influência pública. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 24, n. 52, p. 131-164, set./dez. 2018.

NOVAES, Regina. A divina política. Notas sobre as relações delicadas entre religião e política. *Revista USP*, São Paulo, n. 49, p. 60-81, mar./maio 2001.

ORO, Ari Pedro. Religião e política nas eleições 2000 em Porto Alegre. **Debates do Ner**, Porto Alegre, v. 1, n. 3, 2001.

_____. A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 53, p. 53-69, out. 2003.

ORO, Ari Pedro; CARVALHO JUNIOR, Erico Tavares. Eleições gerais de 2014: religião e política no Rio Grande do Sul. **Debates do NER**, Porto Alegre, v. 27, p. 145-171, 2015.

ORO, Ari Pedro; CAMURÇA, Marcelo Ayres. Da secularização ao espaço público: meandros e mediações frente ao esquema de separação entre secular e religioso. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 24, n. 52, p. 7-20, set./dez. 2018.

SANCHEZ, Wagner Lopes. Igreja Católica e liberdade religiosa: a renovação desencadeada pelo Concílio Vaticano II. **Rever**, São Paulo, ano 17, n. 3, p. 123-138, set./dez. 2017.

SANTA SÉ. **Decreto Apostolicam Actuositatem sobre o Apostolado dos leigos**. 1965. Disponível em: <<http://bit.do/eQNZf>>. Acesso em: 18 ago. 2019.

SEXUGI, Fábio; MEZZOMO, Frank Antonio; PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira. À imagem e semelhança: simulacro e hagiografia nas propagandas eleitorais de políticos religiosos. **Revista Todas as Letras**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 1-12, 2018.

STEIL, Carlos Alberto. Eleições, voto e instituição religiosa. **Debates do NER**, Porto Alegre, v. 1, n. 3, set. 2001.

TATAGIBA, Luciana. Os protestos e a crise brasileira. Um inventário inicial das direitas em movimento (2011-2016). In: ALMEIDA, Ronaldo de; TONIOL, Rodrigo (Orgs). **Conservadorismo, fascismos e fundamentalismo: análises conjunturais**. Campinas: Editora da Unicamp, 2018, p. 87-116.

HISTÓRIA, MEMÓRIA E FOTOGRAFIA: RECOMPONDO TRAJETÓRIAS DO COLÉGIO ESTADUAL GABRIEL DE LARA

Lawrence Marcus Alves dos Santos Filho (PIC, Fundação Araucária)
Unespar/Paranaguá, Lawrence_marcus@outlook.com
Liliane da Costa Freitag (Orientadora), liliane.freitag@unespar.edu.br
Unespar/Paranaguá, liliane.freitag@unespar.edu.br

Palavras-chave: História. Memória. Fotografia.

INTRODUÇÃO

Para o historiador francês Jacques Le Goff (1994), a história é a forma científica da memória. Essa, ao mesmo tempo em que se elabora mediada pelo trabalho de historiador, reconstrói e redesenha a historicidade dos sujeitos, grupos, mas também de Instituições. Esse trabalho de mediação é o que transforma memória em história. Por sua vez, a História é, segundo De Certeau (2002), é uma escrita e uma operação. Foi, portanto, a partir de uma operação historiográfica que buscamos transformar vestígios de memória em realidade históricas. É disso que tratou essa proposta de pesquisa: transformamos as memórias contidas nas fotografias em uma narrativa de história.

Nesse sentido, a proposta de pesquisa objetivou organizar o acervo fotográfico do Colégio Estadual Gabriel de Lara, situada na localidade de Matinhos, no litoral paranaense. Desse trabalho de organização, pretendíamos tornar aparente uma memória que está invisível e assim, recompor algumas práticas escolares e a trajetória institucional ao longo do tempo.

Entendemos que a organização desse acervo de memória concorreu para dar sentido aos acontecimentos que foram de uma forma ou de outra conservada (em meio a caixas, gavetas, pastas ou outros espaços) e que, mesmo assim, preservam acontecimentos que possuem significados e alimentam a identidade daquele espaço de saber.

As experiências vividas, que organizamos, como descreve Le Goff (1994), uma espécie de patrimônio que tornamos visível e, portanto, reconhecido na, e pela coletividade envolvida, segundo Pierre Bourdieu. Um fator importante para a organização dessas recordações foi a fotografia. Esse suporte documental funcionou como uma espécie de memória social, pois tem a capacidade de criar representações dos momentos escolares, de pessoas envolvidas e dos eventos retratados pelas fotografias.

Mapear e dar existência as experiências escolares do Colégio Gabriel de Lara, por um lado, criou a sensação de uma realidade congelada no tempo, ato que se deu desde os anos trinta e quarenta, do

século XX, com o avanço das máquinas fotográficas, que permitiram uma fixação rápida e instantânea das cenas vividas pelos grupos sociais e dos próprios indivíduos, a fotografia passou a registrar imagens que nos servem de memória.

Assim sendo, a pesquisa, pretendeu recompor as memórias de uma Instituição de Ensino no litoral paranaense a partir da premissa de que se trata de uma importante porta de acesso ao seu passado a partir das representações contidas no enredo discursivo das fotografias.

A memória, conforme apontado por Le Goff foi vista como um lugar no “*qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens*” (LE GOFF, 2003, p. 471).

A pesquisa visou, nesse caso, uma discussão acerca de um patrimônio imaterial escolar que são suas memórias fotográficas. Mapear, recuperar, organizar e construir um saber acerca dessas lembranças foi o grande desafio dessa proposta de pesquisa, cujo viés, é o da história cultural.

Desse ponto de vista, teórico, a pesquisa propôs esboçar uma análise que coloca em comunicação patrimônio imaterial, saberes locais e memórias. A partir desse expediente descortinamos uma memória (in) visível, a qual passou a ter existência pela via da escrita da história, podendo assim, fazer parte da escrita de história do litoral paranaense.

MATERIAIS E MÉTODOS

É importante destacarmos que esse estudo foi marcado por uma metodologia que conduziu a pontos de congruência como o fato de que, quando selecionamos as imagens fotográficas que foram publicadas estávamos gerando uma memória específica. Dessa forma, fomos também produtores da memória do Colégio Estadual Gabriel de Lara, envolvido no projeto de IC. Estávamos, portanto fornecendo um modelo, uma memória cuidadosamente escolhida para servir a criação daquela identidade Escolar. Dito isso, a principal preocupação foi relativizar os discursos de memória contidos nas imagens fotográficas, entendendo-os como o fruto de uma seleção prévia da coletividade de seus produtores.

Nessa direção, as ponderações de Certeau (2002) foram relevantes junto a metodologia que empregamos. Esse autor nos ensinou que devemos ficar atentos aos três elementos que constituem a escrita do saber histórico, ou, a produção do historiador. Certeau acredita que um texto historiográfico condiz com um lugar social, consiste em uma prática do historiador e manifesta-se na escrita deste profissional. O encaminhamento portanto, não segue o viés de uma história “objetiva”, conforme proposto pelo século XIX. Toda a interpretação depende de nosso “modelo de referência”, o qual se

remete à subjetividade, ou seja, as escolhas de teoria e da subjetividade de nosso olhar de historiador. O caminho que propomos passa, portanto, pelo processo de relativizar o discurso da memória (fotográfica).

Outra questão metodológica refere-se à necessidade que tivemos que enfrentar foi o estudo de alguns conceitos referentes a fotografia, tendo em vista que a memória é a capacidade de guardar na mente as experiências que os seres humanos adquirem ao longo de suas vidas. O ato de lembrar e recordar foi entendido, nesse caso, a partir da relação história- memória e a fotografia. Visamos com isso, trazer para a atualidade lembranças do passado de forma organizada.

Convém destacarmos que a fotografia como recurso de memória vem sendo usada como forma de reconstrução da memória, tanto como indivíduo, ou como participante de diversos grupos sociais. Boris Kossoy coloca que: [...] *apesar de ser a fotografia a própria “memória cristalizada”, sua objetividade reside apenas nas aparências. Ocorre que essas imagens pouco ou nada informam ou emocionam aqueles que nada sabem do contexto histórico particular em que tais documentos se originaram.* (KOSSOY, 2001, p. 152). O pesquisador Ulpiano Bezerra de Meneses, comentando sobre o cenário da história e a fotografia comenta:

A diferenciação do ato fotográfico pelas categorias de fotógrafos e evidenciou, ao longo do século XX, uma significativa mudança no regime de visualidade, relacionado aos usos e funções da fotografia e ao seu circuito social, compreendendo os processos de produção, circulação, consumo e agenciamento da imagem fotográfica.¹³⁷

Algumas considerações acerca de aspectos do produto visual e seus norteamentos nas condições históricas em seu trabalho. Mauad (2008), trouxe importantes contribuições para este projeto, pois nos permitiu refletir o lugar político da fotografia no contexto da sociedade contemporânea e da cultura visual a qual nos inserimos.

A pesquisa compreendeu ainda que a fotografia é também, uma representação da realidade que não está dissociada ou descolada do real. Nessa direção, entendemos que real e representação criam verdades, histórias e memórias. O campo da História cultural, foi, portanto, o norteador da compreensão das memórias fotográficas em questão.

Identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler. Uma tarefa desse tipo supõe vários caminhos.

¹³⁷ MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Rumo a uma “História Visual”. In: MARTINS, José de Souza, ECKERT, Cornélia e NOVAES, Sylvia Caiuby Novaes (orgs.). O imaginário e o poético nas Ciências Sociais. Bauru: Edusc, 2005. cap. 2.

O primeiro diz respeito às classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real. Variáveis consoante às classes sociais ou os meios intelectuais são produzidas pelas disposições estáveis e partilhadas, próprias do grupo. São estes esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado (CHARTIER, 1990: 17).

De acordo com esse encaminhamento buscamos, através das fotografias relativas a eventos da Instituição Escolar Gabriel de Lara, como em diferentes lugares e momentos, a realidade foi construída. A pesquisa abriu a possibilidade de refletir sobre essa dada realidade. Essa tarefa foi realizada a partir dos caminhos pontados pelo mesmo autor. O primeiro consistiu em classificarmos, delimitarmos temas a partir dos eventos fotografados. Dessa forma organizamos categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real. Os temas retrataram momentos festivos partilhados pelo grupo fotografado. Construímos um grande álbum com essas imagens dando novos sentidos as fotos dispersas em caixas daquele espaço escolar.

Essa perspectiva abrangente de história cultural nos levou ao diálogo com Knauss (2008), sobre a cultura visual, quando o mesmo destaca que não devemos tomar a visão como dado natural e sim, questionar a universalidade da experiencial visual, refletindo aspectos da cultura visual em seu trabalho *Aproximações disciplinares: história, arte e imagem*¹³⁸. Cardoso (1997) e Mauad (1997), corroboram das mesmas opiniões no trato do material fotográfico. Ainda no que tange a metodologia de análise e leitura, convém destacar que as análises de Bourdieu (1996) contribuíram, para compreendermos a memória como sendo um lugar de discurso performativo, ou seja, um criador de verdades a medida que a memória passa a ser reconhecida como verdadeira e guardião de uma dada verdade histórica. A noção de campo, por seu turno, concorreu para a compreensão de que a Instituição, ‘colégio’, é parte de um campo, assim como a memória. O campo é, pois, um espaço social e simbólico de lutas e disputas por verdades e por identidades. A Escola é uma Instituição que pertence a um campo de saber e que se engendra nas referidas lutas. Da mesma forma a memória é um campo que se constrói na mesma dinâmica de lutas por conhecimento e re- conhecimento.

Assim, entendemos que a compreensão dessa memória da Instituição Escolar via entrecruzamento entre história, memória e sociologia como caminho para estudos de trajetórias sociais litorâneas vinculados a pesquisa de minha orientadora de IC.

¹³⁸ KNAUSS, Paulo. *Aproximações disciplinares: história, arte e imagem*. Anos 90, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 151-168, dez. 2008. p.155.

Neste contexto, cabe referendar que a organização da recordação (das práticas escolares) foi um processo que se deu através do trabalho ou do filtro da memória. A crítica interna, a catalogação das fotografias e a organização do acervo no Colégio foram fundamentais para a sistematização dos dados. Recuperar a memória e ordená-la a partir de uma lógica de recomposição de uma identidade foi o caminho tal para darmos conta da problemática da pesquisa. As leituras teóricas, enfim, concorreram para a elaboração das análises e das nossas conclusões.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As primeiras fotografias foram encontradas em posse de uma das pedagogas do Colégio, que tratou de separá-las em uma caixa para a pesquisa. Encontramos as fotografias dentro de sacos plásticos, alguns álbuns pequenos e um grande. Outras fotografias foram encontradas no arquivo do Colégio, juntamente com outros documentos do Projeto Vale- Saber. Separamos os álbuns das fotografias ensacadas e começamos o processo de formar as categorias, ou seja, juntar as fotografias que apresentavam características físicas parecidas e as que aparentavam tratar do mesmo acontecimento.

Por se tratar de um objeto que é caro ao campo da memória, as fotografias passam sempre pelos filtros humanos, que classificam o ambiente, o agente e o motivo da ação na hora de fotografar. Justamente por isso que outro resultado obtido foi a realização de que a maioria das fotografias foram feitas de forma orgânica e amadora, ou seja, os próprios agentes que participavam das atividades são aqueles que fotografavam. Professores, diretores, coordenadores, pais, alunos, todos estes fotografaram. Há pouca atuação de profissionais em fotografia aparente nos registros encontrados, o que pode ser evidenciado pela maneira pela qual são enquadrados os objetos, a qualidade das imagens e a notável falta de aperfeiçoamento e tratamento das fotografias. Foge do padrão o álbum de fotografias antigo, que provavelmente seja da/das primeiras turmas que se formaram no colégio.

Um trabalho interessante que fizemos foi a organização de fotografias de atividades vinculadas a projetos Institucionais. O Projeto Vale-Saber continha aspectos multidisciplinares e que valorizavam a qualidade de vida dos estudantes. A exemplo do “Projeto Vale-Saber: Valorizando a natureza e reestruturando hábitos alimentares”, que tinha como objetivos: recuperar a horta do colégio, incentivar o plantio de hortas caseiras, ajardinar o colégio, reestruturar hábitos alimentares entre os alunos e comunidade ressaltando o valor das hortaliças e ervas medicinais. Os alunos participantes, além de plantio de hortas e jardins, trabalharam com confecção de materiais informativos, teatro, música e dança. Ou seja, uma valorização completa do ensino, pesquisa e extensão.

Chegamos, então, a mais um resultado alcançado que foi a descoberta de atividades continuadas, a partir da análise iconológica, ou seja, analisando os elementos internos da fotografia. Estas atividades podem ser conceitualizadas como festivais, feiras e celebrações. A exemplo dos festivais temos como exemplo a festa junina (ou arraíás em geral). Não pudemos, ainda, precisar as datas de ocorrência destes festivais, mas a análise iconográfica, a saber a tecnologia, as vestimentas, as pessoas e outros aspectos, nos levam a contrastar as diferentes fotografias e chegamos na conclusão que sim elas aconteceram em diferentes anos, mas que possuem a mesma característica de repetição. Catalogamos também as fotografias das feiras de ciências, que são fato consolidado na instituição e exemplo de valorização do ensino. Estas feiras, da mesma forma como os festivais, foram classificadas como ocorrendo em diferentes épocas através da análise do material da fotografia e dos elementos internos da mesma.

Encontramos uma documentação valiosíssima para a história do Colégio, mas também para a história do município de Matinhos. As fotografias encontradas em álbum grande, bege e com capa florida, não precisamente datadas, mas muito antigas. Fotografias de outra época, com outros costumes e outras vestimentas. Imagens de uma possível formatura. Provavelmente acontecida na igreja central de Matinhos, e contando com figuras importantes da cidade.

Começamos então o processo de organização das fotografias em categorias que foram criadas pensando os procedimentos metodológicos de Boris Kossoy e Ana Maria Mauad. Foram realizadas as seguintes análises: a) análise iconográfica referente ao estudo físico da fotografia e seus elementos constitutivos, levaram em consideração também o contexto histórico da produção da fonte visando entender o caminho percorrido pela fotografia, o local onde foi encontrada pelo pesquisador; b) análise iconológica, voltada para o tratamento interno dos elementos que constituem a fotografia, ou seja, das figuras presentes, dos detalhes e contexto onde a fotografia foi tirada e da organização de cada um desses elementos como forma de constituir um olhar enviesado sobre a situação(ções) da fotografia.

Após esses procedimentos, construímos categorias, separando-as conforme os eventos retratados (que podiam ser interpretados dos elementos que constituíam as fotografias, seja pelos personagens, pelo ambiente, pela luminosidade), o material fotográfico utilizado (separando principalmente as fotografias digitais impressas por impressoras jato de tinta, ou fotografias de rolo de filme, bem como a idade do documento caracterizada pelo grau de deterioração), os locais onde estavam armazenadas (sejam caixas e álbuns) e construindo fichas catalográficas para cada categoria (a fim de guiar o pesquisador e o leitor sobre as referências que levaram à construção de determinada categoria) e legenda para as fotografias.

Criamos 29 categorias, a saber: 1o Concurso Rainha dos Estudantes do Colégio Estadual Gabriel de Lara; 1oC; Primeiras Turmas; Alunos em Aula; Arquitetura e Urbanismo; Atividade de Química; Confraternização; Construção da Horta; Corrida Academia Mar a Tona; Desfiles; Esportes; Eventos;

Fachada e Estrutura; Feira de Ciências (Antigas); Feira de Ciências (Novas); Feira de Literatura; Festa Junina (Antigas); Festa Junina (Novas); Formatura; Natal; Passeios e Viagens; Pessoas; Projeto Vale Saber (Jogando com a Matemática); Entrega de Medalhas; Reunião de Alunos; Reunião de Professores; Teatro. As fotografias organizadas totalizaram um montante de 488.

A fim de dar uma visibilidade maior à memória institucional do Colégio, nós criamos um acervo digital de todas estas fotografias. Ele está disponível no site: <https://sites.google.com/view/acervo-gabrieldeLara/p%C3%A1gina-inicial>.

CONCLUSÕES

Após o período de trabalho, constatamos a necessidade de implementar uma política de preservação da memória escolar do Colégio Estadual Gabriel de Lara. Nosso trabalho tentou dar os primeiros passos para suprir a falta de conservação das memórias dos alunos, professores, pais e funcionários do Colégio. A criação do acervo digitalizado serviu não apenas como uma garantia de preservação dos materiais, como também uma forma de divulgação e aprendizagem sobre a história da Instituição Escolar. O trabalho foi importante porque torna sujeitos da história aqueles presentes nas comemorações, festividades e diferentes atividades os alunos, pais, professores e funcionários. Existe um sentimento de pertencimento quando relembrem os acontecimentos através das fotografias.

Então, temos claro que a nossa escrita historiográfica possuiu a particularidade com o lugar no qual a produzimos, que é a ciência histórica. Assim sendo, foi o nosso gesto de historiador, que ligou as ideias aos lugares. Por outro lado, Michel de Certeau, nos fala da história como uma operação que deve ser entendida na relação entre lugar, produção e texto: uma literatura. Não pretendíamos, portanto, uma história “objetiva”, pois, toda a nossa interpretação dependeu de nosso “modelo de referência”, o qual remeteu-se à subjetividade, ou seja, as nossas escolhas que se revestiram de verdades. O caminho que propomos passou, portanto, pelo processo de relativizar o discurso da memória (fotográfica).

Os postulados de Roger Chartier permitiram alargar o diálogo com a documentação como sendo produto de uma prática de classificação e exclusão que o historiador realiza quando faz a opção pelos documentos que utiliza.

Em suma, acreditamos que foi possível estabelecer uma releitura da realidade da Instituição Escolar Gabriel de Lara, através da fotografia e sua inserção no campo da memória, fato que estabelece a correlação com a pesquisa Trajetórias (in)visíveis. Práticas sociais de identidades e memórias: diálogos entre história e ciências sociais”, trabalho coordenado pela Prof. Dra. Liliane da Costa Freitag.

Por fim, acreditamos ter recuperado, ainda que de forma lacunar, uma memória social, práticas e identidades através do recuso fotográfico que teve como pilares Pierre Bourdieu, Michel de Certeau e Roger Chartier. Ficamos satisfeitos com a visibilidade que demos à essas memórias e a possibilidade de continuar a construir uma narrativa histórica sobre o Colégio através das fotografias, documentos esses, valiosos para a memória da Instituição escolar e dos sujeitos nela envolvidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, José D' Assunção. Os Campos da História: uma introdução às especialidades da História. Petrópolis: Vozes, 2004.

BONNEWITZ, Patrice. Primeiras lições sobre a sociologia de P. Bourdieu/ Patrice Bonnewitz; tradução de Lucy Magalhães. –Vozes, Petrópolis, RJ., 2003.

CANABARRO, Ivo. Fotografia, história e cultura fotográfica: aproximações. Estudos ibero-americanos. PUC-RS, V. XXXI, n2, dezembro de 2005.

CARDOSO, Ciro Flamarion e MAUAD, Ana Maria. História e Imagem: os exemplos da fotografia e do cinema. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.) Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia. 13. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

CHARTIER, Roger. Verbete Imagens. In: Burguière, André. Dicionário das ciências históricas. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

_____ A História Cultural: entre práticas e representações. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

KOSSOY, Boris. Fotografia e história. 2. ed. rev. Ateliê Editorial, São Paulo, 2001.

_____ Realidades e ficções na trama fotográfica. 2 ed. Ateliê. São Paulo: 2001.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. Ed. Unicamp. Campinas, 1994.

MAUAD, Ana Maria. O olhar engajado: fotografia contemporânea e as dimensões políticas da cultura visual, MAUAD, Ana Maria, Editora da UFF, 2008.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Rumo a uma “História Visual”. In: MARTINS, José de Souza, ECKERT, Cornélia e NOVAES, Sylvia Caiuby Novaes (orgs.). O imaginário e o poético nas Ciências Sociais. Bauru: Edusc, cap. 2 - 2005.

MEYHY, José Carlos Sebe Bom. Manual de História Oral. 5a Edição, revista e ampliada. edições Loyola. São Paulo, 2005.

PESAVENTO, Sandra Jatahy, História e História Cultural. (Coleções Históricas e reflexões, 5), 2o ed. Belo Horizonte: 2004.

- POLLAK, Michal. Memória, esquecimento, silêncio, Aprendendo a História. Estudos Históricos, Rio de Janeiro. 1989.
- BARROS, José D' Assunção. Os Campos da História: uma introdução às especialidades da História. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BONNEWITZ, Patrice. Primeiras lições sobre a sociologia de P. Bourdieu/ Patrice Bonnewitz; tradução de Lucy Magalhães. –Vozes, Petrópolis, RJ., 2003.
- BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Lisboa: Difel, 1989.
- _____. A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer. São Paulo: EDUSP, 1996.
- _____. Os usos sociais da ciência. Por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.
- CANABARRO, Ivo. Fotografia, história e cultura fotográfica: aproximações. Estudos ibero-americanos. PUC-RS, V. XXXI, n2, dezembro de 2005.
- CARDOSO, Ciro Flamarion e MAUAD, Ana Maria. História e Imagem: os exemplos da fotografia e do cinema. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.) Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia. 13. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.
- CERTEAU, Michel de. A invenção do Cotidiano: 1. Artes de fazer. Tradução: Ephraim C Ferreira Alves. 3. ed. Vozes: Petrópolis, 1998.
- CHARTIER, Roger. Verbete Imagens. In: Burguière, André. Dicionário das ciências históricas. Rio de Janeiro: Imago, 1993.
- _____. A História Cultural: entre práticas e representações. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- KNAUSS, Paulo. Aproximações disciplinares: história, arte e imagem. Anos 90, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 151-168, dez. 2008. p.155.
- KOSSOY, Boris. Fotografia e história. 2. ed. rev. Ateliê Editorial, São Paulo, 2001.
- _____. Realidades e ficções na trama fotográfica. 2 ed. Ateliê. São Paulo: 2001.
- LE GOFF, Jacques. História e Memória. Ed. Unicamp. Campinas, 1994.
- MAUAD, Ana Maria. O olhar engajado: fotografia contemporânea e as dimensões políticas da cultura visual, MAUAD, Ana Maria, Editora da UFF, 2008.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Rumo a uma “História Visual”. In: MARTINS, José de Souza, ECKERT, Cornélia e NOVAES, Sylvia Caiuby Novaes (orgs.). O imaginário e o poético nas Ciências Sociais. Bauru: Edusc, cap. 2 - 2005.

PESAVENTO, Sandra Jatahy, História e História Cultural. (Coleções Históricas e reflexões, 5), 2o ed. Belo Horizonte: 2004.

POLLAK, Michal. Memória, esquecimento, silêncio, Aprendendo a História. Estudos Históricos, Rio de Janeiro. 1989.

CLASSES POBRES, CLASSES INSALUBRES: DISCURSO SANITARISTA E EPIDEMIAS NO ROMANCE O CORTIÇO DE ALUÍSIO AZEVEDO

Ligia Daniele Parra (PIC, Voluntário)
Unespar/União da Vitória, ligiadanieleparra@gmail.com

Orientadora: Kelly Cristina Benjamim Viana, crysvianna@hotmail.com
Unespar/União da Vitória

Palavras-chave: literatura; imprensa; cortiços.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa possui como principal objetivo analisar o romance “O Cortiço” de Aluísio Azevedo. Através desse romance, buscamos compreender a sociedade carioca dos fins do século XIX. Uma vez que, através dos personagens do romance desenrolam-se constantes tensões entre os moradores do cortiço e do sobrado, algumas discussões estão em torno da insalubridade dos moradores das habitações coletivas e sobre seus costumes, questões presentes na sociedade daquele período. A partir dessa representação de Azevedo as populações corticeiras, buscamos também na imprensa jornalística carioca do período discursos sobre a população das habitações coletivas.

Assim, procuramos captar relações entre a literatura ficcional do romance de Aluísio de Azevedo e o cotidiano exposto nas páginas dos jornais Gazeta de Notícias e Diário do Comércio. Julgamos que a presente pesquisa é de grande importância para compreender a sociedade carioca do século XIX e o discurso de insalubridade e a proposta de reforma da capital carioca que levou ao deslocamento de muitos sujeitos a locais periféricos.

Os cortiços por estarem localizados na parte central da cidade, causavam desconforto a elite local e a crescente burguesia, pois os costumes e hábitos dessa população pobre eram vistos como insalubres pela imprensa carioca do período, discurso que se repete no romance de Azevedo.

MATERIAIS E MÉTODOS

As fontes utilizadas na presente pesquisa encontram-se na Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional que digitalizou grande número de periódicos e disponibilizou para visualização na web. Buscamos coletar matérias nos periódicos de maior circulação do Rio de Janeiro no período de 1875 e 1899. Dessa

forma, procuramos matérias relacionadas a salubridade e questões sanitárias dos cortiços cariocas nos jornais Gazeta de Notícia e Diário do Comércio.

Para o embasamento teórico, foram de grande importância Chaloub (1996), discutindo em sua obra “Cidade Febril; cortiços e epidemias na Corte imperial” sobre as habitações coletivas e suas demolições ocasionadas pelas teorias contagionistas e infeccionistas do período, as quais acusavam os cortiços de serem locais transmissores da febre amarela.

Os estudos do geógrafo Maurício de Almeida Abreu presentes em sua obra “Da habitação ao habitat: a questão da habitação popular do Rio de Janeiro e sua evolução” foram de grande importância para compreender os efeitos da reforma Pereira Passos, a qual promoveu profundas mudanças tanto nas habitações coletivas quanto na formação cultural desses sujeitos que acabaram sendo expulsos da área central do Rio de Janeiro forjando novas habitações nos morros, proliferando as favelas, a solução para o problema da habitação do proletariado expulso do centro carioca (ABREU, 1986, p. 231).

O historiador Oswaldo Porto Rocha em sua obra “A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro 1870-1920 e a historiadora Lia de Aquino Carvalho em sua dissertação de mestrado “Contribuição ao estudo das habitações populares: Rio de Janeiro 1886-1906” foram fundamentais para a construção da presente pesquisa. Rocha discute sobre a influência do capitalismo na formação de grandes cidades como é o caso do Rio de Janeiro. Para esse autor, a localização de bairros, fabricas, áreas de lazer, estradas de ferro e habitações refletem os interesses e necessidades da burguesia e de forma mais abrangente ao capital (1995, p. 25).

Carvalho destaca que as transformações que aconteceram tanto na província quanto na cidade do Rio de Janeiro, como a abolição da escravidão e o processo de desenvolvimento da industrialização fez com que a cidade tivesse novas obrigações refletindo na formação social brasileira. As transformações que ocorreram na economia, relacionadas com vários fatores, dentre eles a ampliação do mercado consumidor, o desenvolvimento dos meios de transporte, a abolição da escravidão e a proximidade de fontes de matérias primas garantiram o desenvolvimento da industrialização da capital afetando as relações sociais, marcando principalmente as camadas menos favorecidas da população (CARVALHO, 1995, p. 113).

Após a leitura dessas importantes análises sobre a questão das habitações populares, as condições sanitárias e reformas urbanas do período da pesquisa presente, completamos a leitura com o romance “O Cortiço” de Aluísio Azevedo.

Passamos então a analisar o romance “O Cortiço” e as notícias dos jornais que faziam referência às questões sanitárias dos periódicos Gazeta de Notícia e Diário do Comércio, também ainda analisamos as

notícias sobre a salubridade e as mortes ligadas a essa questão, bem como de forma mais rápida analisamos os crimes nos cortiços do período.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Um estribilho obrigado, tanto salta ele aos olhos, em todos os trabalhos a que nos referimos é o grito de alarma contra os *cortiços*. Sabe-se que este ano ficou demonstrado que de um cortiço da rua Formosa partiram os primeiros casos da moléstia, o que importa quase dizer que foi nesse antro que se gerou o monstro. Mas não é só esse o mal; o cortiço não fornece só o maior número doentes, fornece também, e principalmente, o maior número de vítimas; (Gazeta de notícias, 12 out. 1876, p. 1)

Na edição de 12 de outubro de 1876, uma quinta-feira, os leitores do Jornal Gazeta de notícias do Rio de Janeiro deparam-se com um longo artigo com uma série de argumentos que corrompiam a imagem das habitações coletivas da futura cidade maravilhosa. De acordo com o historiador Sidney Chalhoub, os cortiços da cidade do Rio de Janeiro começaram a multiplicar-se a partir de 1850, quando houve o aumento do fluxo de imigrantes portugueses e o crescimento do número de alforriados, além dos cativos conseguirem mais autorizações para viverem “sobre si” (CHALHOUB, 1996, p. 26).

Com o crescimento do Rio de Janeiro, a demanda de habitações aumentou, entretanto não havia moradias em boas condições para as classes menos abastadas, ainda o preço dos aluguéis eram elevados, levando ao aumento da construção de habitações coletivas que se tornavam uma saída rápida e barata para abranger a população crescente no centro da capital. Dessa forma, os cortiços seriam definidos como habitações coletivas, as quais dentro de um mesmo terreno, ou em baixo do mesmo teto, abrigavam famílias distintas. Para a historiadora Lia Carvalho, os cortiços nos relatórios oficiais eram definidos como habitações constituídas por quartos pequenos de madeira ou de construção rápida, poderiam estar instalados nos fundos dos prédios ou uns sobre os outros, em alguns casos poderiam ter varandas e escadas com difícil acesso, não possuíam cozinha, os aparelhos sanitários e a lavanderia eram áreas em comum para os moradores (CARVALHO, 1995, p. 134).

A área central da cidade oferecia um número maior de oportunidades de emprego, sendo perto do porto, casas comerciais e mais tarde onde seriam instaladas as primeiras indústrias (CARVALHO, 1995, p. 130). As freguesias centrais atraíam um grande número de trabalhadores e devido aos grandes valores que os transportes cobravam no período, esses trabalhadores eram obrigados a viverem perto do seu sustento. Para o geógrafo Maurício Abreu, as companhias de carris puxadas a burro que foram instaladas em 1868 e a estrada de ferro D. Pedro II inaugurada em 1861, não eram opções viáveis a população mais pobre, como os trabalhadores livres, escravos de ganho e imigrantes (ABREU, 1986, p. 213). Então

ocorre a proliferação das habitações coletivas no centro da cidade independente das condições das habitações encontradas ali.

Enquanto proliferavam essas habitações insalubres, ocorreu no Rio de Janeiro entre 1840/50, uma grande epidemia de febre amarela, estimativas indicam que naquele verão mais de um terço dos 266 mil habitantes da cidade contraíram a moléstia, chegando o número oficial de mortos a 4160 pessoas, entretanto houve quem falasse de até 15 mil vítimas fatais como descreve o historiador Sidney Chalhoub (1996, p. 61). Alguns anos mais tarde, entre 1855 e 1856 ocorreu no Rio uma nova epidemia, dessa vez de cólera. Quando a febre amarela parecia ter desaparecido, em 1870 ela surge novamente.

Para a sociedade da época era necessário exterminar o que causava as epidemias. Os contagionistas defendiam que a doença era transmitida de pessoa a pessoa, pelo contato físico ou por contato com objetos contaminados pelo sujeito doente ou ainda pelo ar. Para esses médicos se desenvolvia um veneno, que após uma vez produzido se multiplicaria em outros indivíduos (CHALHOUB, 1996, p. 64).

Já os médicos higienistas acreditavam que o contágio era por meio da infecção, e julgavam que a culpa seriam dos miasmas mórbidos, a infecção seria resultado “da ação que substâncias animais e vegetais em putrefação exerciam no ar ambiente” como esclarece Chalhoub (1996, p. 64). A pessoa doente corrompia o ar e então propagava-se a doença. Em alguns casos as duas teorias eram combinadas, mas muitos médicos defendiam suas ideias de contágio ou infecção com fervor.

Cada teoria também possuía suas próprias formas de prevenção e tratamento, os contagionistas defendiam a quarentena de navios que aportavam no porto e o isolamento dos doentes em hospitais longe da cidade por exemplo. Os infeccionistas nada concordavam com essas medidas, acreditavam que eram ineficazes, argumentavam que as condições locais é que deviam ser transformadas (CHALHOUB, 1996, p.65).

Durante a epidemia de 1850 nasce a Comissão Central de Higiene, a qual cria em alguns meses a Junta Central de Higiene, órgão que estabelece políticas de atuação do Governo Imperial na área da saúde pública.

A teoria contagionista não era boa para a economia, comerciantes e industriais como afirma Chalhoub, sentiam-se descontentes com as quarentenas e possíveis restrições no comércio internacional impostas pelos médicos contagionistas (CHALHOUB, 1996, p. 169-170). Os doutores infeccionistas acusavam os pântanos malcheirosos e poças d'água imundas e paradas as causadoras dos tão terríveis miasmas, os quais causavam as epidemias que flagelavam vários pontos do país.

Durante o segundo Reinado, a salubridade da Capital é muito presente nas discussões técnicas e políticas, entretanto as freguesias centrais estavam cada vez mais superlotadas, agravando a questão

higiênica. Nesse cenário a Junta Central de Higiene passa a atuar mais rigorosamente, criando portarias, editais e relatórios como afirma Maurício Abreu (1986, p. 213).

Dessa forma, as habitações coletivas passam a serem sempre acusadas de insalubridade e de serem focos de infecção, como demonstra a matéria do jornal *Gazeta de Notícias*:

[...] As matérias fecais ali ficam estagnadas nos encanamentos, rompendo afinal a sua evaporação as camadas de terra e impregnando a atmosfera de miasmas deletérios, que viciam e corrompem. As epidemias, que já se tornaram entre nós endêmicas, acusam imediatamente o mal.

A limpeza domestica não sofre menos com a falta d'água. Cada casa tem um foco de infecção, e cada cortiço representa por si só uma epidemia. (*Gazeta de Notícias*, 16 jan. 1876, p.1).

Na citação do jornal o cortiço significa epidemia e focos de miasmas, ou seja, a origem de todos os males, além de abrigar a insalubridade, era um santuário de crimes e promiscuidade. Um monstro que deveria ser combatido.

Entre os anos de 1872-1880, o escritor Aluísio Azevedo visita essas habitações populares, com a intenção de escrever uma obra que se desenrolaria em um cortiço. Em 1890, Azevedo lança *O Cortiço* inspirado em suas visitas, o romance é a expressão viva dos acontecimentos cariocas do final do século XIX. Entre suas páginas é constante as críticas à população que habita em tais locais.

Durante dois anos o cortiço prosperou de dia para dia, ganhando forças, socando-se de gente. E ao lado o Miranda assustava-se, inquieto com aquela exuberância brutal de vida, aterrado defronte daquela floresta implacável que lhe crescia junto da casa [...].

À noite e aos domingos ainda mais recrudescia o seu azedume, quando ele, recolhendo-se fatigado do serviço, deixava-se ficar estendido numa preguiçosa, junto à mesa de jantar, e ouvia, a contragosto, o grosseiro rumor que vinha da estalagem numa exalação forte de animais cansados. Não podia chegar à janela sem receber no rosto aquele bafo, quente e sensual, que o embebedava com seu fartum de bestas no coito. (AZEVEDO, 2006, p.21-22)

No cortiço de Azevedo e em baixo das janelas do Miranda, João Romão inicia a construção de seu cortiço, explorando os miseráveis moradores enriquece e desperta no vizinho, o comerciante Miranda profunda inveja. Nas casinhas insalubres, João Romão vive amigado com a negra Bertoleza, responsável em boa parte pelo enriquecimento do amante,

Às quatro da madrugada estava já na faina de todos os dias, aviando café para os fregueses e depois preparando o almoço para os trabalhadores de uma pedreira que havia para além de um grande capinzal aos fundos da venda. Varria a casa, cozinhava vendia ao balcão na taverna, quando o amigo andava ocupado lá fora; fazia a sua quitanda durante o dia no intervalo de outros serviços, e à noite passava-se a porta da venda, e de frente a um fogareiro de barro, fritava figado e frigia sardinhas (AZEVEDO, 2006, p. 11),

Bertoleza ainda encontrava tempo para lavar e concertar as roupas do amante, entretanto, João Romão passou a sonhar com a ascensão social. Decide se livrar de Bertoleza e casar com a filha do Miranda, que nessas alturas possuía o título de Barão. Então João Romão tornar-se-ia visconde.

O cortiço em sua obra, é caracterizado como local insalubre, sujo que teve início com três casinhas feitas com materiais furtados de outras obras na penumbra da noite pelo seu dono, João Romão e sua amigada negra Bertoleza. O número de casinhas cresceu tanto que chegou a conter noventa e cinco casinhas que passaram a incomodar Miranda. Quando o comerciante viu o tamanho que a estalagem tomava praguejava: “-Um cortiço! Exclamava ele, possesso. Um cortiço debaixo das janelas! Estragou-me a casa, o malvado!” (AZEVEDO, 1913, p. 20)

Um cortiço ou estalagem era sinal de má vizinhança, dessa forma, quando construía-se um, aquele local seria estereotipado como insalubre e cercado de escândalos, brigas e bebedeiras. No dia 26 de fevereiro de 1877 é perceptível a indignação dos “pais de família” que contestavam a mudança de um colégio: “Pretendem mudar o colégio publico de meninas de um lugar sossegado para uma chácara onde no fundo existe um cortiço? Pedem providencias os pais de família” (GAZETA DE NOTICIAS, 26 abr. 1877, p 3).

As habitações coletivas estigmatizadas como lugares ínfimos, despertaram nos pais das alunas desconfianças, que procuravam nas páginas do jornal o retrocesso da decisão da mudança do colégio. A historiadora Lia Carvalho acrescenta que além dos cortiços serem baixos e escuros, possuem quartos pequenos e pouco arejados, existia uma maior promiscuidade entre seus habitantes (CARVALHO, 1995, p. 143). Provavelmente esse rótulo proporcionou preocupação entre os pais, a população do cortiço poderia tornar-se um mal exemplo para as alunas.

Indesejado era no romance de Azevedo, como na vida cotidiana do Rio de Janeiro o cortiço por inteiro, Miranda reclamava, que aos domingos, após os moradores terem mudado a roupa “depois de uma semana no corpo” (AZEVEDO, 1913, p. 53), principiavam-se os tragos de parati e cantorias. Na casa da sensual Rita Baiana, sempre aconteciam festas animadas pelo seu amante Firmo, um mulato capoeira, que quando ia visitar sua mulher levava consigo seu amigo Porfiro, o cavaquinho e o violão (AZEVEDO, 1913, p. 60). Logo então se iniciava o jantar regado a álcool, muqueca baiana, pimentas e cantorias

Meia hora depois vinha das duas casas uma algazarra infernal. Falavam e riam todos ao mesmo tempo; tilintavam os talheres e os copos. [...] Em casa de Rita Baiana a animação era ainda maior. Firmo e Porfiro faziam o diabo, cantando, tocando bestialógicos (AZEVEDO, 1913, p. 61)

Azevedo faz questão de mostrar em seu romance os conflitos existentes em se habitar nas proximidades de um cortiço, pois o morador do “lado dos festejos”, o recém nomeado Barão Miranda,

com sua família, representa o confronto de duas camadas sociais, com suas diferenças eminentes, como moradia, as práticas quotidianas, o trabalho e até mesmo o lazer. Enquanto os moradores do cortiço sentiam prazer em apenas beber e comer a farta (AZEVEDO, 1913, p. 61), Miranda apresentava-se furioso com as algazarras: “- Vão gritar para o inferno, com um milhão de raios! Berrou ele, ameaçando para baixo. Isto também já é demais! Se não se calam, vou daqui direito chamar a polícia! Súcia de brutos!” (AZEVEDO, 1913, p. 63).

O negociante português, completamente diferente do povo do cortiço, em suas horas vagas abria as portas de seu sobrado para ricas festas e jantares, Dona Estela, sua esposa, ocupava seu tempo com o piano e com o canto, ao contrário da Rita Baiana, que além dos seus quitutes sambava e era lavadeira.

E não só no romance de Aluísio os sambas geravam um certo desconforto para as famílias mais abastadas, podemos ver semelhantes reclamações nas páginas dos jornais cariocas. A denúncia do dia 29 de maio de 1880 é ardente, no Jornal Gazeta de Notícias os leitores do periódico se depararam com a seguinte publicação:

Os moradores adjacentes do cortiço n. 100 da rua da Larga de S. Joaquim pedem providencias a autoridade competente para a algazarra e barulho constante de todos os sábados e domingos, provenientes de um samba que nestas noites fazem vagabundos e escravos fugidos que ali se acoutam. Os vizinhos não só não podem dormir como vivem em continuo sobressalto. (Gazeta de notícias, 29 mai. 1880, p. 4).

A análise dessa notícia nos leva diretamente ao estereótipo do morador de cortiço ser vagabundo e negro, além de construir a ideia de que naquele local criminosos encontravam refúgio, como os escravos que fugiram de seus senhores. E ainda essa população constantemente vivia na promiscuidade de festas, estereotipando também o samba. Como lembra o historiador Oswaldo Porto Rocha, o samba era visto como contravenção (ROCHA, 1995, p. 82), ainda o historiador ressalta que as batucadas eram frequentes, entretanto proibidas, por gerarem confusão.

Na obra de Azevedo durante um samba no cortiço de São Romão, Jerônimo encanta-se com a mulata Rita Baiana, a mulher o assanhava os desejos (AZEVEDO, 1913, p. 70), “queria a mulata, porque a mulata era o prazer, era a volúpia, era o fruto dourado e acre destes sertões americanos” (AZEVEDO, 2006, p. 156). A personagem tinha seu poder de sedução baseado no estereótipo da mulata ser atraente e irresistível para os homens brancos. Rita Baiana além de dançar samba ganhava a vida sendo lavadeira na estalagem, aliás a maioria das mulheres que habitavam o São Romão tiravam o seu sustento na tina.

A roupa lavada, que ficara de véspera nos coradouros, umedecia o ar e punha-lhe um farto acre de sabão ordinário. As pedras do chão, esbranquiçadas no lugar da lavagem e

em alguns pontos azuladas pelo anil, mostravam uma palidez grisalha e triste, feita de acumulações de espumas secas. (AZEVEDO, 1913, p.30)

Assim amanhecia o cortiço do João Romão, com o chão esbranquiçado de sabão. No portão da estalagem, lia-se o seguinte, “Estalagem de São Romão. Alugam-se casinhas e tinas para lavadeiras” (AZEVEDO, 1913, p. 20), as tinas atraíam muitas lavadeiras que logo enchiam os quartos do cortiço. No dia-a-dia da sociedade carioca o trabalho dessas mulheres também era acusado nos jornais de insalubridade.

Exemplar nesse sentido é a reclamação dos moradores das ruas do Macaco e Visconde do Itamaraty, S. Francisco Xavier e D. Luiza reclamavam contra o desprezo que os guardas fiscais tratam aquele lugar. Os moradores denunciam a existência ali de um chiqueiro de porcos, reclamam que alguns moradores jogam “podridões” no rio do Maracanan, “e além das águas de sabão que as lavadeiras empoçam junto ao imundo cortiço” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 7 nov. 1877, p. 1).

Os cortiços eram acusados de possuírem pouca higiene, Azevedo descreveu isso em seu romance:

Naquela terra encharcada e fumegante, naquela umidade quente e lodosa, começou a minhocar, a esfervilhar, a crescer, um mundo, uma coisa viva, uma geração, que parecia brotar espontânea, ali mesmo, daquele lameiro, e multiplicar-se como larvas no esterco. (AZEVEDO, 1913, p. 21)

Azevedo caracteriza o solo do cortiço como encharcado e fumegante, de acordo com o historiador Sidney Chalhoub, os médicos intelectuais do século XIX, difundiam a teoria dos miasmas na putrefação, fonte de todas as epidemias, descreve Chalhoub:

Houve então o diagnóstico de que os hábitos de moradias dos pobres eram nocivos à sociedade, e isto porque as habitações coletivas seriam focos de irradiação de epidemias, além de naturalmente, terrenos férteis para a propagação de vícios de todos os tipos (CHALHOUB, 1996, p. 29).

A partir de 1850, a salubridade das habitações populares passaram a fazer parte das discussões da sociedade e autoridades cariocas, era necessário melhorar as suas condições higiênicas como afirma Sidney Chalhoub (1996, p. 33).

A postura da Câmara Municipal do Rio de Janeiro de 5 de dezembro de 1873 declara: “Não serão mais permitidas as construções chamadas ‘cortiços’, entre as praças de D. Pedro II e Onze de junho, e todo o espaço da cidade entre as ruas do Riachuelo e do Livramento”, em 1876, uma nova postura para reforçar o fim da construção de cortiços, iniciava então a guerra contra o extermínio de cortiços e estalagens de acordo com Sidney Chalhoub (1996, p. 34).

Nasce uma intensa campanha contra as habitações coletivas, a fiscalização torna-se mais rigorosa. Políticos e governantes passaram a desenvolver projetos para o melhoramento da cidade do Rio de Janeiro. De acordo com o geógrafo Maurício de Abreu, as ruas deveriam ser mais espaçosas, deveriam prezar pelo embelezamento da cidade com algumas mudanças e também melhoraria as comunicações internas e o policiamento da população (1986, p. 217).

No centro da cidade, estavam os comércios, os serviços e mais tarde as indústrias, com o aumento populacional e o desenvolvimento da industrialização, os espaços urbanos deveriam ser remodelados, dessa forma, os cortiços e estalagens precisavam ser extinguidos para ocupação mais moderna e saudável do coração da capital como acrescenta Lia Carvalho (1995, p. 128).

As habitações coletivas deveriam ser derrubadas em nome da higiene, entretanto, de acordo com o geógrafo Maurício de Abreu, os motivos eram mais complexos, pois, do modo que o espaço urbano estava construído, se acaso ocorresse um conflito social, seria difícil controlar. A área central era tipicamente colonial, dispoendo de ruas estreitas e sombrias, somadas a misturas de classes sociais (ABREU, 1986 p. 219).

O crescimento desordenado do Rio de Janeiro fazia com que as habitações coletivas brotassem por toda a parte devido a enorme demanda como acrescenta Chalhoub (1996, p. 44), ainda o historiador ressalta que os proprietários não usavam a designação “cortiço” para construir novas acomodações e sim casinhas, casas pequenas ou quartos. No domingo, dia 16 de setembro de 1877, o proprietário Francisco José Cardoso publica no jornal Gazeta de Notícias ao Sr. Presidente da Junta de higiene solicitando informações sobre o requerimento que efetuou: “Pedindo licença para construir 5 pequenas casas no interior de seu terreno á rua do Senado n. 159” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 16 set 1877, p. 4).

Chalhoub ainda analisa que para os sanitaristas do período, a higiene pública era um dos elementos definidores do grau de civilização da sociedade (1996, p. 44).

Cada casa tem um foco de infecção, e cada cortiço representa por si só uma epidemia. É preciso pois pensar seriamente nesta questão, porque dela depende a salubridade publica e o aceio de uma cidade cujo desenvolvimento de civilização exige que os seus habitantes possam lavar a cara duas ou três vezes por dia (GAZETA DE NOTICIAS, 16 jan 1876, p. 1)

Cortiços e estalagens passam a ser o alvo de acusações sobre o início das epidemias, frequentes são as denúncias de sua insalubridade. A partir do relatório da comissão sanitária do 2º distrito da freguesia do Engenho Velho para a Junta da higiene é perceptível as condições precárias que a população pobre sobrevivia:

[...] Em extremo acanhadas, sem ar, sem luz, húmidos, tendo a terra por assoalho, esses casebres, por sua péssima construção na qual não se atendeu ao preceito mais vulgar de higiene e comodidade, servem somente para provocar um brado de indignação contra aqueles que erguem tais habitações e as conservam em miserável estado, tendo apenas em mira o sórdido lucro, sem atenderem ao dano que causam a saúde e a própria vida da classe desvalida.

[...] são 22 casinhas, dispostas em duas fileiras, 11 de cada lado, separadas por uma parede de pedra e cal. Se duas fileiras são independentes uma da outra, o mesmo não acontece com os cubículos, que as constituem. Munido de porta e janela estreitíssima, cada cubículo se compõem de dois aposentos, havendo no primeiro um fogão, sem chaminé ou abertura alguma no teto, que conduza para o exterior a fumaça, a qual circula por todos os onze cubículos, visto serem separados uns dos outros por paredes de enegrecida e carcomida madeira, que apenas chegam até ao meio de sua altura.

A comissão intimou o arrendatário destas habitações a caí-las no prazo de 15 dias e a limpar o terreno que as cerca, cheio de lama, estrume, águas estagnadas e imundices de todo o gênero; [...]

Se a construção de alguns cortiços acima apontados é um atentado contra todos os preceitos da higiene, não há classificação possível para os que a comissão observou na rua do Barão de Mesquita, perto do Major Avila. São sete verdadeiras furnas, cobertas de palha de sapé, com o teto bastante inclinado, e composta cada uma de dois aposentos, onde a luz do dia mal penetra por uma abertura baixa e estreita que lhes serve de porta de entrada. Para estes a única medida a tomar seria o completo arrasamento (GAZETA DE NOTÍCIAS, 26 jun 1878, p. 1).

Úmidas, sem luz, cercadas de lama, estrume, imundices, águas paradas, com suas paredes e tetos com péssimas condições de construção, são alguns dos defeitos que a comissão sanitária havia encontrado naquelas habitações. Algumas ainda poderiam receber uma reforma e uma caiação, outras não possuíam outra solução se não a demolição como ocorreu com 1681 habitações, mais de 20 mil pessoas sendo obrigadas a encontrarem outras moradias de acordo com o historiador Oswaldo Rocha (1995, p. 69).

CONCLUSÕES

Os cortiços cariocas foram alvos de inúmeras acusações, como serem os culpados de disseminar epidemias de doenças, como por exemplo, a febre amarela. Eram acusados ainda de abrigar criminosos e escravos fugidos que geravam desconforto entre as classes mais abastadas. Entretanto, o crime das habitações populares era o de abrigar a classe menos favorecida.

A valorização do centro da cidade do Rio de Janeiro com o desenvolvimento da industrialização somada ao medo de ocorrer revoltas sociais entre as camadas baixas em ruas estreitas e mal iluminadas, condições que ofertavam dificuldades para o controle repressivo de revoltas, contribuíram também significativamente com campanhas para retirar os cortiços das áreas centrais da capital carioca.

A campanha contra os cortiço desenvolvia-se nos jornais cariocas. Os periódicos Diário do Comércio e Gazeta de Notícias, foram alguns dos jornais que buscavam denunciar crimes e locais com pouca salubridade, como as habitações populares. Dessa forma, os periódicos e também as obras literárias do período, como o romance “O Cortiço” de Aluísio Azevedo agiram como meios de influenciar a opinião da sociedade carioca sobre as habitações populares.

Em vários trechos do romance “O Cortiço”, Azevedo caracteriza a habitação popular de São Romão como local de promiscuidade e pouca higiene entre seus moradores, contribuindo com o discurso sobre as questões sanitárias das moradias populares. Discurso que atingiu a sociedade carioca dos fins do século XIX, auxiliando nas campanhas de retirada dessa população pobre da área central da capital carioca.

Essa população menos favorecida viu-se obrigada a procurar outros locais para estabelecer moradia, como os morros contribuindo com a ampliação das favelas e ainda parte desses sujeitos encontraram refúgio em bairros distantes da Baixada Fluminense deixando o centro da cidade do Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Aluísio. **O cortiço**. São Paulo: Escala Educacional, 2006.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

ROCHA, Oswaldo Porto. **A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro: 1870-1920. Contribuição ao estudo das habitações populares: Rio de Janeiro: 1866-1906**. Lia de Aquino Carvalho. Rio de Janeiro: secretaria municipal de cultura, Dep. Geral de Doc. e Inf. Cultural, Divisão de Editoração, 1995.

ABREU, Maurício de Almeida. **Da habitação ao habitat: a questão da habitação popular do Rio de Janeiro e sua evolução**. Revista Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, nº2, p. 47-58, 1986.

O ENSINO DA MATEMÁTICA NO CURSO DE HABILITAÇÃO DO MAGISTÉRIO NO COLÉGIO ESTADUAL GABRIEL DE LARA NA DÉCADA DE 1990

Maria Aline Ramos Batista (Bolsista Fundação Araucária)

Unespar/Campus Paranaguá, m.alinerb@gmail.com

Mariliza Simonete Portela (Orientador)

Unespar/Campus Paranaguá, mariliza.portela@unespar.edu.br

Palavras-chave: Educação. História da Educação Matemática. Formação de Professores.

INTRODUÇÃO

O trabalho de Iniciação Científica aqui descrito foi motivado pela participação no Grupo de Pesquisa em História da Educação Matemática (GPHEM) na Universidade Estadual do Paraná, Campus Paranaguá, no qual alunos e professores do Curso de Licenciatura em Matemática, buscam compreender, no âmbito histórico, a formação dos professores¹³⁹ que ensinavam a matemática no litoral paranaense na década de 1990, mais especificamente na cidade de Matinhos.

Até esse período, os professores que atuavam na referida cidade do litoral paranaense, não tinham formação específica¹⁴⁰ ou eram formados em outras cidades. Embora Matinhos tenha se emancipado em 1967, a primeira escola na cidade foi fundada no início da década de 1920. Os professores nomeados pelo estado, assim como em outras regiões distantes da capital assumiam as aulas sem a formação ideal para os anos iniciais. Em 1990, o Colégio Estadual Gabriel de Lara instituiu um curso de habilitação ao magistério.

Interessados em compreender as mudanças ocorridas na organização do ensino matemático escolar, estabelecemos como objetivo geral, conhecer as orientações oficiais para a formação dos professores para ensinar a matemática. Assim, nos intui saber como se constituiu esse curso. Que leis o amparavam? Quais as disciplinas o compunham? Que matemática era ensinada e como as práticas de ensino aconteciam? Os objetivos específicos decorrem de tais questões. São eles: desenvolver a pesquisa tendo como pano de fundo os estudos da história cultural porque entendemos que a leitura do contexto relativo ao espaço e ao tempo investigado se faz necessária; ampliar o conhecimento da pesquisa em documentos históricos, que neste caso se tornam fontes da pesquisa; e finalmente estudar as leis que orientavam a inserção da matemática no curso de formação em um tempo não tão distante. Esperamos

¹³⁹ Usamos esse termo “professores que ensinavam matemática” porque consideramos aqui os professores tanto dos anos iniciais (pedagogos) quanto dos anos finais (oriundo do Curso de Matemática, uma vez que ambos ensinavam matemática.

¹⁴⁰ Foram realizadas formações para professores “leigos” pela SEC – Secretaria de Educação e Cultura na década de 1960 (COSTA, 2013, p.39. Tese de doutoramento PUCPR).

que ao compreender o aspecto histórico possamos melhorar nossa relação com o ensino da disciplina como futuros professores.

Mesmo delimitando, após a contextualização, o curso com habilitação ao magistério no Colégio Estadual Gabriel de Lara, em Matinhos, e os saberes matemáticos que eram trabalhados na de formação de professores nos anos 1990, por meio de documentos oficiais, ao buscar a compreensão histórica da formação de professores na cidade de Matinhos, também olhamos para a história da Escola Normal no estado do Paraná já que a metodologia que utilizamos nos conduz na abordagem do problema por meio dos documentos prescritos e a sujeição do curso à eles, bem como a formação dos sujeitos dentro da realidade social e política e a própria constituição do espaço da pesquisa.

Por tratar-se de uma pesquisa com enfoque na formação de professores, cujo tema a ser desenvolvido busca a compreensão dos saberes matemáticos ensinado aos alunos habilitados ao magistério, na década de 90 no Colégio Estadual Gabriel de Lara na cidade de Matinhos, litoral do Paraná, entendeu-se como necessário conhecer um pouco da história da cidade de Matinhos, assim contextualizando a realidade dos habitantes daquela região e entender as suas necessidades, segundo Romanelli (1987, p.25):

A herança cultural, influenciando diretamente sobre a composição e os objetivos perseguidos pela demanda escolar, os rumos que toma a economia, criando novas necessidades de qualificação profissional, e a expansão da educação escolarizada obedecendo à pressão desses dois fatores, compõem o quadro situacional das relações existentes entre educação e desenvolvimento (ROMANELLI, 1987, p.25).

A importância desse estudo está também no sentido de entender um pouco mais sobre a formação de professores através da Escola Normal, segundo OLIVEIRA (et al., 2016, p.209) tendo que durante os anos entre 1920 e 1930 foi a escola oficial de formação de professores no Paraná. As Escolas Normais tinham como função a profissionalização da função do docente, pois nas regiões mais afastas os professores eram selecionados por testes seletivos ou até mesmo através da indicação por pessoas influentes. Tínhamos três tipos de professores os normalistas, os efetivos e os ambulantes.

METODOLOGIA DA PESQUISA

O princípio que norteia um projeto de pesquisa é a discussão entre professores e estudantes na busca de alternativas que possam ser operacionalizadas visando alcançar os objetivos propostos. Nos alerta Barros (2010) que ao pôr em prática um projeto “em qualquer campo do conhecimento humano é partir para uma viagem instigante e desafiadora [...] onde não se pode contar com um caminho preexistente que bastará ser percorrido após a decisão de partir”. A pesquisa embora tenha um projeto, é

construída ao longo do caminho. A história cultural trabalha com a possibilidade de, através da leitura cuidadosa, interpretar as ações dos sujeitos e tudo o que envolve tais ações no tempo histórico em questão. Em razão da amplitude propiciada pelo campo historiográfico da educação, assim faz-se necessário centrar o olhar num objeto, neste caso a disciplina matemática, e nas ações que para ele convirjam que vão desde a formação dos professores, passando pelas indicações oficiais e incluindo as práticas de ensino.

Os caminhos que percorremos se deram por meio da busca, leitura e discussão propiciada por meio de visitas a arquivos públicos físicos e virtuais, documentos oficiais do estado do Paraná, programas e regulamentos de ensino, documentos escolares, entre outras fontes, analisando sua relação com o contexto sócio educacional do período de 1980 e 1990 para maior compreensão das práticas pedagógicas matemáticas do período. A vivência no Grupo de Pesquisa em História da Educação Matemática ofertado no Campus, foi de fundamental importância uma vez que o ambiente suscitou leituras, discussões e socialização da compreensão sobre as leituras. Além disso, a troca de saberes com outros professores, pesquisadores de outros espaços institucionais puderam apontar novos caminhos e perspectivas de pesquisas.

A organização do espaço e seleção de material a ser utilizado se deu ao ser apropriado o hábito de leitura e organização do conhecimento. Esta ação ocorreu durante toda a execução do projeto, bem como a leitura de literatura pertinentes ao trabalho com documentos históricos e participação em oficina do conteúdo, visita à repositórios digitais e seleção de documentos, além das programadas no plano de trabalho. Organização de arquivos, virtual e físico para abastecimento durante a execução dos estudos. O acesso constante à arquivos virtuais com documentos do estado do Paraná, as visitas às instituições de ensino, arquivos públicos e privados, facilitou a produção dos relatórios parcial e final abordando o trabalho desenvolvido. Houve participação em encontros e seminários para entrosamento com outros pesquisadores.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao perceber que os tempos, ao que chamamos de escolha temporal, não estão desconexos percebeu-se a necessidade de conhecer um pouco mais do ambiente a ser investigado. Quais as características da cidade de Matinhos? Numa das visitas realizadas em bibliotecas nos deparamos com o livro de Bigarella e nos surpreendeu a forma com que o autor descreve a cidade. Sendo um historiador, foi Bigarella uma de nossas referências.

A cidade de Matinhos

Através dos estudos e investigações realizadas nos sambaquis encontrados entre a região ao norte da estrada do mar e a sede do município de Matinhos, foi possível conhecer um pouco mais dessa população, seus costumes, hábitos e tradições, era como se em cada pesquisa fosse virado uma nova página história desse povo que deixou seus vestígios nos amontoados de conchas. (Bigarella, 1999, p.29). Nas camadas do sambaqui foram encontrados vestígios de duas culturas, na parte inferior o grupo indígena e gê já as superiores a dos carijós. Os carijós ocupavam boa parte da Costa do Brasil, de Cananéia, São Paulo, até o Rio Grande do Sul.

Com a chegada dos portugueses no litoral paranaense através da atuação do capitão-mor povoador Gabriel de Lara, se dá início ao povoamento do litoral e com consequência de Matinhos, segundo Bigarella (1999, p. 39) é bem possível que já naquela época alguém tivesse fixado residência no territorial do atual município de Matinhos, do que, entretanto, não existe dados históricos. Além disso, também nada se sabe a respeito dos primeiros povoadores. Da miscigenação dos índios com os portugueses mais tarde, nos séculos XVII e XVIII, deram origem a diversas famílias de caboclos.

Com ligação de Paranaguá com Guaratuba forçou o povoamento do balneário de Caiobá, e com os assentamentos de colonos europeus, em questão os de origem italiana, que mais tarde influenciou a colonização do balneário de Matinhos com o abastecimento de produtos agrícolas e depois alguns se mudaram para o balneário para buscar melhores condições de vida. Com a abertura da estrada na Serra do Mar pessoas de nacionalidade brasileira e estrangeiros, como os alemães, vieram para o recém-criado balneário para explorar a pesca.

A população cabocla que vivia nos balneários estava praticamente isolada dos elementos de fora, com isso sua evolução foi espontânea. Uma comunidade com um grande senso de união, pois era necessário que superassem as adversidades entradas na região hostil e o que fazia com que possuíssem a habilidade de adaptação ao meio.

E as escolas? Como surgiram?

Primeira escola de Matinhos

Matinhos teve sua primeira escola primaria na década de 20, antes da chegada dos banhistas, através da população cabocla, localizada na chácara Mesquita. Vinda dos arredores de Guaratuba, Caetana Conceição da Rocha, “tia” Caetana, foi a primeira professora a lecionar na cidade, na época

ainda vila pertencente a cidade de Guaratuba. Caetana lecionou até 1934, quando se casou com Manoel Paranhos.

Figura 11 – A primeira escola de Matinhos



Fonte: Bigarella (1999)

A informação foi confirmada quando, nas visitas ao Repositório Digital da UFSC encontramos relatos sobre a escola. Consta no relatório apresentado ao Secretario Estadual pelo professor Cesar Prieto Martinez, inspetor geral de ensino em 1923 que visita as escolas em todo o Paraná durante 1922, incluindo as escolas isoladas. Nesse período Matinhos é apresentada por Martinez (1923, p.122) como uma vila pertencente a Guaratuba. Na Localidade de Matinhos, sendo a regente professora Caetana da Conceição Rocha, possui 34 alunos matriculados.

Contudo a escola foi transferida para a casa de Manoel Antônio Viana, localizada no centro de Matinhos, essa casa após um tempo passou por reformas de modo a obter melhores condições de funcionamento, isso já em 1931. Hoje nesse terreno encontrasse localizado a Câmara Municipal de Matinhos.

As professoras que lecionavam em Matinhos vinham de longe, como de Paranaguá e Curitiba, pois eram as cidades mais próximas que possuíam escolas normais, quais eram destinadas para a formação de professores dos anos iniciais. Entre elas se destacaram: Maria Kuruta Nascimento, Eunice Borges, Alaíde Nascimento, Hulda Zimmermann, Jacira Serafin Rocha e Haydée Ribeiro.

As Escolas Normais tinham por objetivo formar professores para ensinar nos anos iniciais, mas também formavam para ensinar na própria Escola Normal, ou seja, eram uma referência para o ensino primário.

Escola Normal no Brasil e no Paraná

O início das Escolas Normais se dá, segundo Tanuri (2000), no Brasil a partir de 1835. Em Niterói, sendo essa não sendo apenas a primeira Escola Normal no Brasil, mas sim na América Latina.

Desde a sua criação as escolas normais brasileiras fizeram parte dos sistemas provinciais. O modelo que se implantou foi o europeu, mais especificamente o francês, resultante de nossa tradição colonial e do fato de que o projeto nacional era emprestado às elites, de formação cultural europeia. Embora não haja como negar o caráter transplantado de nossas instituições – sobre o qual tanto se tem insistido – a historiografia mais recente tem procurado mostrar também sua articulação com o contexto nacional e com as contradições internas de nossa sociedade. Assim, as primeiras iniciativas pertinentes à criação de escolas normais coincidem com a hegemonia do grupo conservador, resultando das ações por ele desenvolvidas para consolidar sua supremacia e impor seu projeto político (TANURI, 2000).

As escolas normais têm seu maior desenvolvimento em no período republicano, chegando em 1949 com um total de 540 escolas espalhadas pelo país.

Durante as primeiras décadas do século XX, a partir dos ideais liberais, se acreditava que o motivo das crises que o país vivia era devido ao grande índice de analfabetos, com isso o governo teve a iniciativa de investir na formação dos professores do ensino primário criando diversas escolas normais.

Por mais que as escolas normais tenham sido algo que ocorreu no país inteiro suas Diretrizes Curriculares eram estabelecidas por seus estados e apenas em 1946 é estabelecida a Lei Orgânica do Ensino Normal junto com a Lei Orgânica do Ensino Primário através do decreto-lei 8530. Nele se oficializa as finalidades da Escola Normal:

1. Promover a formação do pessoal docente necessário as escolas primarias;
2. Habilitar administradores escolares destinados às mesmas escolas;
3. Desenvolver e propagar os conhecimentos e técnicas relativas à educação da infância.

Ainda no século XIX, o estado do Paraná recebe a primeira escola destinada à formação de professores primários.

No Paraná tem a criação da primeira escola normal em 1876 estabelecia na capital, Curitiba, só com então presidente do estado Caetano Munhoz da Rocha na época se tem a criação de duas novas escolas normais em 1924 em Ponta Grossa e em 1927 em Paranaguá. Essas escolas eram regidas no início do século XX pelo Regulamento da Instituição Pública do Estado do Paraná de 1901, porém ainda sua formação era similar ao dos anos de 1894, o regimento abrangia também as instituições do ensino primário, o ensino secundário além do ensino normal.

Segunda o decreto o curso teria como destino a formação de professor para o ensino primário no estado, além que esse curso teria 3 anos das quais teriam como matérias:

Portuguez, francez, arithmetica, elementos de geometria, geographia e cosmographia, chorographia do Brazil, especialmente do Estado do Paraná, Elementos de historia universal, historia do Brazil e especialmente do Paraná, elementos de physica e chimica, elementos de botânica, zoologia, agronomia e hygiene, pedagogia, noções de moral, de direito pátrio e de economia doméstica, desenho, gymnastica sob o ponto de vista hygienico, prendas doméstica (para o sexo feminino). (PARANÁ,1901, p.135)

Para a fazer parte do curso normal o aluno deveria ter no mínimo 15 anos e ter o certificado de conclusão do 2º grau, então os saberes matemáticos adquiridos por esses professores formado na escola normal não era apenas os adquiridos durante o curso, mas também os adquiridos durante a sua formação no 2º grau. As disciplinas cursadas no 2º grau referentes a matematica eram: arithmetica, geometria, álgebra, trigonometria.

Em 1909 ocorreu a tentativa de mudança no regulamento que regia a escola normal, porem foi revogado após 3 meses, voltando a regimento de 1901. Em 1914 com a Reforma Geral de Ensino, segundo esse novo regimento o tempo de curdo passa de três anos para quatro. Os conteúdos referentes a matemática estão distribuídos nos 4 anos da seguinte maneira: 1º ano, arithmetica. 2º ano, arithmetica e geometria plana. 3º ano geometria espacial. 4º ano, não possuía nenhuma disciplina.

Os programas de ensino deveriam obedecer às seguintes regras segundo o regimento de 1914, como a Aritmética será o mais completo possível seguindo constantemente de exercícios práticos e acrescido de noções de Álgebra até equações do 1º grau. Já o ensino da Geometria, atender-se-á a natureza especial do curso da Escola Normal, limitada a matéria às teorias essenciais, completadas pelas noções de Trigonometria Retilínea, tudo com exercícios práticos constantes.

Vale ressaltar como esse curso se tratava da formação de professores como o regimento determinava o ensino da pedagogia, nele os alunos teriam as noções da psicologia e da lógica aplica, porém mais no âmbito teórico do que prático, afim de introduzir no hábitos dos futuros professores a arte de ensinar com o menos esforço e com maior resultado, imprimindo à escola primaria caráter essencialmente educativo .

Habilitação Específica do Magistério em 1990

Através de documentos encontrados no arquivo morto do Colégio Estadual Gabriel de Lara podemos ter noção de como se deu o planejamento desse curso.

A partir do roteiro elaborado pelo Dr. João Luiz Gasparin foi formado pelo Colégio Estadual Gabriel de Lara no município de Matinhos, Paraná, o Plano para Implantação do Curso do Magistério.

Figura 12 - Capa do Plano para Implantação do Curso do Magistério



Fonte: Colégio Estadual Gabriel de Lara

Esse plano foi elaborado sob o regimento da Lei de Diretrizes e Base 5.692/71 para o ensino de 1º e 2º grau que tinha como foco a profissionalização de jovens no 2º grau, um reflexo do período em que o governo brasileiro tinha sido tomado pelos militares, gerando modificações no currículo de pedagogia e também segundo Tanuri (2000):

A Lei 5.692/71, que estabeleceu diretrizes e bases para o primeiro e o segundo graus, contemplou a escola normal e, no bojo da profissionalização obrigatória adotada para o segundo grau, transformou-a numa das habilitações desse nível de ensino, abolindo de vez a profissionalização antes ministrada em escola de nível ginásial. Assim, a já tradicional escola normal perdia o status de “escola” e, mesmo, de “curso”, diluindo-se numa das muitas habilitações profissionais do ensino de segundo grau, a chamada Habilitação Específica para o Magistério (HEM). Desapareciam os Institutos de Educação e a formação de especialistas e professores para o curso normal passou a ser feita exclusivamente nos cursos de Pedagogia. (TANURI, 2000)

Com essas mudanças temos o fim da Escola Normal e o início da Habilitação Específica do Magistério, onde ambos buscavam a formação de professores para os anos iniciais da educação básica.

Porém através da Lei nº 7.044, de 18 de outubro de 1982, correm algumas mudanças que na lei de 1971 referente a profissionalização no ensino de 2º grau. O ensino profissionalizante deixa de ser obrigatório e passa a ser opcional conforme a intuição de ensino conforme o artigo 4º parágrafo 2º, outro item importante é em relação ao currículo presente no artigo 5º que trata da organização das matérias,

como serão relacionadas, sua ordem e sequencia além da participação do estabelecimento de ensino, consta em seu parágrafo único:

Na estruturação dos currículos serão observadas as seguintes prescrições:

- a) as matérias relativas ao núcleo comum de cada grau de ensino serão fixadas pelo Conselho Federal de Educação;
- b) as matérias que compõem a parte diversificada do currículo de cada estabelecimento serão escolhidas com base em relação elaborada pelos Conselhos de Educação, para os respectivos sistemas de ensino;
- c) o estabelecimento de ensino poderá incluir estudos não decorrentes de matérias relacionadas de acordo com a alínea anterior;
- d) as normas para o tratamento a ser dado à preparação para o trabalho, referida no § 1º do artigo anterior, serão definidas, para cada grau, pelo Conselho de Educação de cada sistema de ensino;
- e) para oferta de habilitação, profissional são exigidos mínimos de conteúdo e duração a serem fixados pelo Conselho Federal de Educação;
- f) para atender às peculiaridades regionais, os estabelecimentos de ensino poderão oferecer, outras habilitações profissionais para as quais não haja mínimo de conteúdo e duração previamente estabelecidos na forma da alínea anterior. (BRASIL, 1982).

Notasse que a lei quando relacionada ao currículo determina que ele deva seguir as normas no Conselho Federal de Educação, porém ele possibilita a adaptação dele conforme a necessidade do aluno e do meio à onde vive, sem essas adaptações critério da instrução de ensino.

No plano consta a necessidade de se prever o conhecimento da realidade do aluno para adequar às necessidades de modo que funcionasse como veículo de estímulo na participação da aprendizagem, levando em conta aspectos naturais, culturais, sociais e econômicos. O plano tinha como objetivos gerais estimular a importância da psicologia na aprendizagem; incentivar a consciência grupal para que o aluno pudesse exteriorizar os seus conhecimentos.

O encaminhamento metodológico tinha por base a observação, a reflexão e a motivação, para que o aluno pudesse observar os comportamentos diversos da criança, refletir sobre os mesmos sabendo trabalhar com situação de desinteresse e desânimo e frente ao ensino aprendizagem. Aprender a psicologia de modo a auxiliar a criatividade de cada um, tratando individualmente e conhecendo o problema de cada criança de modo a estimular a aprendizagem

No que se refere a disciplina de matemática o documento apresenta a seguinte justificativa:

É de grande importância estudo da matemática assim como de qualquer outra matéria. Contudo, a matemática tem, mesmo que duvidoso, o privilégio de ser recomendada invariavelmente, por duas virtudes essenciais: utilidade na resolução de problemas práticos, como linguagem natural para a prospecção quantitativa da realidade e pelo seu efeito no desenvolvimento do raciocínio lógico em todos seus movimentos de análise, abstração, síntese, generalização etc. (PLANO DE IMPLANTAÇÃO DO MAGISTÉRIO, 1990)

Se observa a importância do estudo da matemática durante o curso não apenas pelos seus saberes, mas também pelo estímulo no processo do pensamento lógico qual ajudara o aluno em outras disciplinas e em tomadas de decisões.

Com a busca de harmonia como instrumento da matemática na busca por compreensão, investigação e interrelação com o ambiente justificada pelo parecer do Conselho Federal de Educação (1972) que traz:

Na Matemática dever-se-á enfatizar sua estrutura básica, conduzindo o professorado a realizar todo o encadeamento de ações para que possa, futuramente, levar o educando, "com apoio em situações concretas, a compreender as estruturas da realidade e suas relações, deixando em segundo plano a aquisição de mecanismos puramente utilitários para a solução de problemas práticos". (CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, 1972)

O encaminhamento metodológico do ensino da matemática no 2º grau visava o estudo da matemática em sua totalidade de forma a aplicar de forma contextualizada no exercício da cidadania, porém alguns assuntos possuem a necessidade de um estudo mais aprofundado, no caso são: conjuntos numéricos, relações e funções, trigonometria, exponencial e logaritmos, geometria, sistema linear, progressões, combinatória e probabilidade, recomendando-se que noções de lógica, por exemplo, uso de conectivos e quantificadores e suas negações, identificação da natureza necessária, ou suficiente de condições, sejam introduzidas ao longo do tratamento dos diversos conteúdos.

A grade da disciplina de matemática tinha seus conteúdos distribuídos durante os 4 anos do curso:

Tabela 1 - Divisão dos conteúdos matemáticos durante os 4 anos do curso.

1ª série:	2ª série:
1 - Números reais - Números racionais 2 - Relações - Produto cartesiano - Gráfico de uma relação 3 - Funções - Noções intuitivas da função - Noções matemática da Função - Determinação do domínio - Construção do gráfico. -Determinação gráfica do domínio/imagem.	1 - Trigonometria do triângulo retângulo - Noções fundamentais - Seno - Cosseno - Tangente - Relações trigonométricas 2 - Progressões - Aritmética (PA) - Geométrica (PG) 3 – Exponencial e Logaritmo - Definição

	<ul style="list-style-type: none"> - Propriedades - Potência c/ expoente racional - Potência c/ expoente irracional - Potência c/ expoente reais - Equações Exponenciais - Função exponencial - Inequação
3ª serie:	4ª serie:
<p>1 - Noções de estatística</p> <ul style="list-style-type: none"> - Noções gerais - Medias <p>2 – Análise combinatória</p> <ul style="list-style-type: none"> - Combinação - Arranjos - Permutações <p>3 – Probabilidades</p> <ul style="list-style-type: none"> - Introdução a teoria das probabilidades - Probabilidades de um Evento - Espaço amostral 	<p>1 - Trigonometria da 1ª volta</p> <ul style="list-style-type: none"> - Tópicos básicos p/ trigonometria - Triangulo retângulo - Teorema de Pitágoras - Razões trigonométricas - Trigonometria do círculo - Medidas de um arco - Relações derivadas / redução ao 1º quadrante - Equações trigonométricas <p>2 – Geometria espacial</p> <ul style="list-style-type: none"> - Introdução a geometria espacial - Perímetro de polígonos - Comprimento da circunferência - área de figuras planas <p>3 – Sistema linear</p> <ul style="list-style-type: none"> - Equações lineares - Sistema de equações lineares - Matrizes - Sistemas escalonados - Sistema equivalentes - Matrizes - Regra de Cramer / Regra de Sarrus - Teorema de Laplace - Matrizes inversas e determinantes

Fonte: Fonte: Colégio Estadual Gabriel de Lara

Nos que se referia a avaliação recomendava-se o tratamento que enfatizasse a visualização dos conceitos e das propriedades, na aplicação matemática na resolução dos problemas elementares. A utilização de materiais confeccionados pelos próprios alunos de modo que a avaliação fosse contínua e acumulativa através de uma reflexão crítica para o desenvolvimento integral do aluno, dando importância a capacidade de síntese e a elaboração do conhecimento científico.

Segundo o documento a disciplina didática visava nortear todas as disciplinas do currículo no sentido de coordenar a teoria e prática respeitando o caráter global do desenvolvimento da criança.

O Plano proposto para a didática da matemática defende que a matemática não é uma ciência estática, mas dinâmica e viva. Não é uma ciência acabada, mas em construção. Desenvolvi dada pelas necessidades criadas pelo homem para resolver problemas da existência diária. O objetivo geral da disciplina era estimular a curiosidade e interesse do aluno, desenvolvendo hábitos de estudo de rigor e precisão, ordem e clareza. Para que seu aprendizado em outra área fosse mais simples e rápido.

No encaminhamento metodológico, o visa o ensina da matemática o ensino através do método tradicional, por ser o processo mais usado e que obtém resultados. Ressalta que a formação do professor no magistério tem como área de atuação as series iniciais no 1º grau.

O conteúdo para as aulas de metodologia da matemática era dividido no 2º ano tendo:

Tabela 2 - Conteúdos das aulas de metodologia da matemática

Construção do número	<ul style="list-style-type: none"> a) Classificação das coleções b) Ideias de número c) Organização do sistema de numeração
Construção do espaço	<ul style="list-style-type: none"> a) Exploração das formas b) A quantidade de elementos do espaço
Construção da matemática	<ul style="list-style-type: none"> a) A ideia de número b) Os fundamentos da geometria.

Fonte: Colégio Estadual Gabriel de Lara

Durante o processo de avaliação da disciplina de didática da matemática se tinha como objetivo principal a observação da construção do conhecimento do aluno, de modo a não ser apenas uma

avaliação. As avaliações não ocorriam apenas através de provas bimestrais, mas de várias formas a fim de propiciar aos alunos múltiplas possibilidades de expressar e aprofundar sua visão do conteúdo trabalhado.

RESULTADOS – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos nos mostraram que as Escolas Normais tiveram um importante fundamental para a educação no Brasil, pois através dela foi possível formar professores a fim de que pudesse impulsionar o processo de alfabetização, além de qualificação desses profissionais que exerciam o magistério sem ter a titulação necessária, pois muitos professores eram apenas nomeados ao cargos, principalmente quando se tratava de regiões mais isoladas, como o caso da cidade de Matinhos.

Mesmo com desenvolvimento do litoral paranaense e o crescimento da cidade de Matinhos ainda em 1990 não possuía um curso de formação de professores na cidade, sendo que a primeira escola foi fundada pela população cabocla em 1920. Então para aqueles que gostariam de exercer o magistério era necessário se deslocar até as cidades vizinhas ou a capital para receber uma formação de qualidade.

Em 1990 não se existia mais as Escolas Normais para a formação desses professores dos anos iniciais, porém as instituições de ensino tinham a possibilidade de implantar cursos profissionalizantes no ensino de 2º grau de acordo com a lei 7044/82 e poderiam ter o curso de Habilitação Específica do Magistério, com isso o Colégio Estadual Gabriel de Lara elaborou o Plano de Implantação do Magistério.

Nas leituras do plano de implantação do magistério observa a preocupação que a escola tinha com o ensino da matemática, pois entendia-se que a disciplina de matemática não deveria ser apenas ensinar o conteúdo teórico, mas deveria se encontrar uma harmonia entre o teórico e as suas aplicações em problemas práticos sendo ligados ao cotidiano desse alunos, pois o ensino do 2º grau buscava proporcionar ao aluno além da formação profissional que pudesse se desenvolver seu potencial como pessoa e a consciência de cidadania.

Além das atividades práticas o desenvolvimento do raciocínio lógico se tinha como um item essencial dentro desse plano, de forma que o aluno possa estimular sua habilidade de abstração, síntese e generalização. Essa preocupação também se dá a vista que não se busca apenas o conhecimento técnico e acumulativo, mas que o que fosse estudado dentro da sala tivesse resultados fora dela.

Durante o curso se tinha a ideia que o estudo da matemática deveria ser analisado de forma integral, unir o aprendizado matemático que anteriormente foi estudado de forma fragmenta e transformar em um só corpo.

Os conteúdos trabalhados foram distribuídos ao longo dos 4 anos de graduação, para que houvesse uma construção do conhecimento significativo e que um conteúdo tivesse conexão com os próximos, voltando a ele e mostrando uma abordagem diferenciada. Um exemplo que podemos dar é o conteúdo sobre produto cartesiano e análise de gráficos que estão diretamente ligados ao próximo conteúdo que é o estudo das funções, já no primeiro ano, após os alunos realizarem o estudo algébrico das funções eles retornaria ao conteúdo anterior e realizariam a construção de gráficos no plano cartesiano das funções estudadas, retomando ao conteúdo e mostrando uma abordagem a ele sob um novo ponto de vista.

Para a avaliação desses conteúdos se busca explorar os conteúdos não apenas teóricos, mas também suas aplicações práticas e exploravam a construção de materiais confeccionados pelos próprios alunos. As avaliações ocorriam de diferentes formas, mas eram contínuas e acumulativas, a fim de se desenvolver a capacidade crítica do aluno.

Como falamos de um curso de formação de professores é muito importante para o ensino da matemática a disciplina de Didática Matemática. No plano mostra que esta disciplina não tinha relação apenas com os conteúdos matemáticos, mas com a postura desses futuros professor em sala de aula que estavam sendo formados. Fica claro no texto a importância da matemática como uma ciência que está sendo construída dia-a-dia, para resolver os problemas encontrados pelo homem.

A Didática Matemática buscava ainda o interesse do aluno, através de novas ideias, para além de encontrar novos caminhos com precisão se tenha uma linguagem clara, que vá além da matemática, que também refletisse nas outras áreas do conhecimento buscando tornar mais simples e fácil a aprendizagem.

O envolvimento com a pesquisa em história nos permitiu avaliar que houve aprendizado, entretanto temos a certeza de que há ainda muito a aprender. Somos gratos pela oportunidade de poder desenvolver projetos dessa natureza. A pesquisa é uma constante e uma vez que o gosto pela pesquisa foi apropriado, os alunos passam a olhar a história como parte do processo de formação sabendo que as ações do hoje são histórias do amanhã.

REFERÊNCIAS

BARROS, José D'Assunção. **Projeto de Pesquisa em história**. 6 ed. Petrópolis, RJ: Vozes. 2010.

BIGARELLA, João José. **Matinhos: Homem e Terra Reminiscências**. 2. ed. Matinhos: Prefeitura Municipal de Matinhos/ Fundação João José Bigarella Para Estudos e Conservação da Natureza., 1999.

BRASIL. Constituição (1982). Lei nº 7044, de 18 de agosto de 1982. **Legislação Informatizada**. v. 7, Seção 1. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7044-18-outubro-1982-357120-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 1 jul. 2019.

COLÉGIO ESTADUAL GABRIEL DE LARA. **Plano Proposto Para Implantação do Magistério**. Matinhos, PARANÁ, 1990.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. Parecer nº 346, de 06 de abril de 1972. **Exército do magistério em 1º grau, habilitação específica de 2º grau**. Brasil, 1972.

OLIVEIRA, Maria Cristina Araújo de et al. A Matemática na Formação de Normalista: Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Mato Grosso, Paraná e São Paulo, 1920-1945. In: PINTO, Neuza Bertoni;

VALENTE, Wagner Rodrigues (Org.). **Saberes Elementares Matemáticos em Circulação no Brasil: dos documentos oficiais às revistas pedagógicas 1890-1970**. São Paulo: Livraria da Física, 2016. Cap. 5. p. 187-243.

PARANÁ. **Regulamento da Instituição pública do Estado do Paraná, 1901**. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/123700/1901_REGULAMENTO%20INSTRUC%3%87%20%83O%20P%3%9aBLICA_PR.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 30 abr. 2019

PARANÁ. **Relatório do inspetor geral da instituição pública**. Cesar Prieto Martinez. Curitiba: Typ. dá Penitenciária do Estado, 1923. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/99957/1922_RELATORIO%20DO%20INSPECTOR%20GERAL%20DO%20ENSINO%20CESAR%20PRIETO%20MARTINEZ.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 30 abr. 2019.

ROMANELLI, Otaíza. **História da Educação no Brasil**. 33 ed. Petrópolis, RJ: Vozes. 2008.

TANURI, Leonor Maria. História da Formação de Professores. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, p.61-88, ago. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a05>>. Acesso em: 28 jun. 2019

A “QUESTÃO SOCIAL” E O ARREFECIMENTO DA LUTA DE CLASSES

Paulo Henrique Caetano Ferreira (PIC, Voluntário)
Unespar/Campus, Apucarana, e-mail: phpunks@gmail.com / phcferreira@outlook.com

Elson Alves de Lima (Orientador)
Unespar/Campus, Apucarana, e-mail: elson.lima@unespar.edu.br

INTRODUÇÃO

A decadência ideológica da “questão social”

As ruínas do Antigo Regime Feudal sob o ímpeto do progresso da reprodução da vida material, conduzido pelas transformações das relações econômicas, marcam de forma concreta um novo modo de sociabilidade humana. A priori essa noção de progresso apresenta certo grau de racionalidade e de desenvolvimento a datar dos desdobramentos e aperfeiçoamentos dos métodos produtivos. No entanto, buscaremos evidenciar os efeitos negativos desse “aperfeiçoamento”, efeitos estes constituídos justamente pelas transformações das relações econômicas estabelecidas pelo modelo de produção capitalista, entendendo que a busca para explicar - ou mistificar - essas objeções constituem justamente os elementos conceituais da chamada “questão social”. O uso da expressão “questão social” remonta da terceira década do século XIX. A despeito do conhecimento “comum”, a “questão social” começou a ser utilizada por pensadores de toda a gama do espectro político, para descrever o fenômeno do novo pauperismo em suas diversas manifestações, potencializado pela onda industrializante iniciada nas últimas décadas do século XVIII.

Ao analisarmos o contexto sócio-histórico de seu surgimento, identificamos que este se remete ao período da “decadência ideológica burguesa”, nesse sentido, buscamos explicar o significado desse cenário histórico e aproxima-lo ao surgimento da expressão “questão social”, colocando no centro de suas configurações as disputas formais e verbais com as doutrinas precedentes. Assim, concluímos que o conceito possibilita a completa retirada de qualquer categorização teórica de análise dos fundamentos da sociedade capitalista, tratando-se de um movimento conservador da classe dominante o qual transforma as afirmações presentes na vida da sociedade, em frases vazias. Ao camuflar a questão da classe trabalhadora em “questão

social” significa também mascarar o seu conteúdo econômico, fonte estrutural de grande parte os males presentes na modernidade.

METODOLOGIA

Para responder ao problema de investigação, utilizaremos da pesquisa bibliográfica enquanto técnica de pesquisa a partir do levantamento de produções sobre a “questão social”, Teoria das Classes, Luta de Classes e sobre o Pauperismo. Além da utilização das obras de Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895) e de outros autores que tratam dessa temática, por meio de documentação indireta encontrada a partir de revistas teses, dissertações livros entre outras fontes. Partimos do entendimento de que “o objeto das Ciências Sociais é histórico”, assim a nossa investigação pretendeu identificar o dinamismo presente na vida individual e coletiva, diversa em significados e subjetivismo.

Nesse sentido, optamos pela orientação teórica fundamentada no Materialismo Histórico Dialético do filósofo alemão Karl Marx, por consideramos o mais adequado para desvendar a realidade em sua totalidade, passando pelo singular, particular e universal, sendo que esse “é o método do desenvolvimento e da explicação dos fenômenos culturais partindo da atividade prática objetiva do homem histórico” (KOSIK, 1989, p. 32, *apud* SANTOS, 2012, p. 18).

O CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO DO SURGIMENTO DA “QUESTÃO SOCIAL”

Para que possamos analisar e problematizar a conceptualização da “questão social”, é preciso alocar seu surgimento no terreno sócio-histórico que lhe confere sentido, bem como examinar seus determinantes estruturais. Antes mesmo que possamos empreender este esforço, é importante salientar – até mesmo para conferir “utilidade social” à pesquisa teórica aqui proposta –, que a problemática da “questão social” não se trata de uma questão lexical, pois a expressão assume necessariamente significados diferentes para aqueles que o empregam, ainda que isto não esteja explícito de imediato. A discussão da temática torna-se ainda mais relevante ao pensarmos na relevância que o conceito assume principalmente a partir do estabelecimento do “novo” currículo mínimo, elaborados sob a coordenação da ABESS/CEDEPSS, à época,

com ampla participação e seguro apoio do conjunto CFESS/CRESS, da ENESSO e de uma equipe de consultores tendo elaborado um novo Currículo Mínimo, aprovado em 08/11/1996, em assembleia geral das unidades formadoras da graduação e pós-graduação, no qual é colocada como um dos eixos fundantes.

Netto (2001) expressou a problemática da imprecisão teórica em seu texto “Cinco notas a propósito da “questão social”, componente da edição da revista *Temporalis* que tratou exclusivamente da temática, agregando textos de autores renomados do Serviço Social, como Maria Carmelita Yazbek, Marilda Iamamoto e Potyara Pereira. Segundo o mesmo, “é fato que a expressão “questão social” não é semanticamente unívoca; ao contrário, registram-se em torno dela compreensões diferenciadas e atribuições de sentido muito diversas” (NETTO, 2001, p. 41). Essas compreensões diversas e, muitas vezes, vazias de sentido partem da apreensão abstrata do conceito, em detrimento da crítica materialista: eis aqui o pressuposto de um certo escamoteamento da luta de classes. Nesse sentido, concordamos com Netto que “ir à raiz da noção citada é “tomar a ‘questão social’ como problemática configuradora de uma totalidade processual específica, é remetê-la concretamente à relação capital/trabalho — o que significa, liminarmente, colocar em xeque a ordem burguesa” (Ibidem, p. 32).

Retomando a ideia inicial, é preciso que nos empenhemos em sintetizar os árduos esforços investigativos de alguns (limitados) autores que trataram sobre o contexto sócio-histórico do surgimento da “questão social” como expressão criada por ideólogos de uma determinada classe para descrever, analisar e lidar com determinados desdobramentos econômicos e políticos. É sabido que a expressão “questão social” remonta historicamente da terceira década do século XIX (CASTEL, 1998), e começa a ser empregada com frequência – em termos metodológicos – a partir da separação, no pensamento conservador, entre o *econômico* e o *social*, dissociando as questões tipicamente econômicas das “questões sociais” (cf. Netto, 2001). Essa separação encontra seus fundamentos históricos e ideológicos no processo da chamada decadência ideológica, exposta por Marx e Engels por meio de uma vasta e sistemática crítica de sua gênese, desenvolvimento e consequências, e interpretada por Lukács. Para este autor, a decadência ideológica “designa o estado espiritual da burguesia após 1848” (Lukács, 1968, p. 52 *apud* Lara, 2013, p. 94), sendo que caracteriza-se como um “período claramente marcado pela tentativa de os ideólogos burgueses produzirem conhecimentos que

têm como premissa a evasão da realidade social, com explícitas intencionalidades de conservação da ordem do capital” (ibidem, p. 93).

Em sua análise sobre a reviravolta no pensamento social exposta primeiramente por Marx, Lukács refere-se ao conjunto dos teóricos da “decadência ideológica” como “apologetas”, justamente por sua intencionalidade impressa nas teorias sociais, contrarrevolucionárias por excelência. Para o autor, o processo tem início com a “evasão da realidade, com a fuga no predomínio da ideologia pura, com a liquidação do materialismo e da dialética espontâneos próprios do “período heroico da revolução burguesa” (2010, p. 52) e marcado pelo revisionismo histórico.

O autor condensa as críticas marxianas de diversos ideólogos da época que transmutam suas teorias: exemplificando, François Guizot, o qual antes de 1848 era um “notável historiador francês”, reconhecido por descobrir cientificamente a função da luta de classes na história das origens da sociedade burguesa, e que após os eventos de 1848 parte para a mistificação – onde recorre a fraseologias religiosas – e o desprezo pelos fatos históricos, justificando o compromisso de classe entre a burguesia e resíduos do feudalismo (id., 1992, p. 112).

Marx (*apud* Lukács, 1992, p. 113) também julga Stuart Mill como adepto da decadência, na medida em que “sua matéria-prima não é mais a realidade [...]” e que o mesmo “busca demonstrar que suas contradições reais [do capitalismo] são apenas aparentes”; o veredito:

[...] trata-se, simplesmente, da tentativa de apresentar como sendo existente o que não o é, mas é por meio desta forma imediata que Mill procura resolver o problema. Portanto, não é possível aqui nenhuma solução real, mas tão-somente uma característica abolição das dificuldades através do raciocínio, ou seja, uma solução apenas escolástica.

Thomas Malthus, economista britânico “renomado” e que como os anteriores também desempenha defesa da sociedade capitalista, passa também pelo crivo da crítica materialista-dialética de Marx:

Malthus não tem interesse em encobrir as contradições da produção burguesa, mas antes em evidenciá-las, por um lado, para demonstrar como é necessária a miséria das classes trabalhadoras... por outro, para demonstrar aos capitalistas que um clero eclesiástico e estatal bem nutrido é indispensável a fim de lhes proporcionar uma demanda adequada.

Para Lukács (1992), Malthus é um “precursor da degradação máxima da ideologia burguesa” (ibid. p. 117), que, como previamente demonstrado, vem a se tornar dominante

durante e após os acontecimentos de 1848. A crítica não se encerra nesses autores: são analisadas as obras de diversos teóricos em suas mudanças de orientação, da filosofia até a ciência econômica: James Mill, Thomas Carlyle, Jeremy Bentham entre outros, todos com a característica da apologia romântica e/ou vulgar do capitalismo.

A tendência geral da decadência ideológica, segundo Lukács, pode ser entendida como uma espécie de fuga da compreensão das verdadeiras forças motrizes da sociedade – compreensão esta que não temia as contradições que pudessem vir a conhecimento – em uma consequente mistificação da história.

No *Dezoito Brumário*, Marx explica essa condição com o seguinte epigrama:

A burguesia tinha a noção correta de que todas as armas que havia forjado contra o feudalismo começavam a ser apontadas contra ela própria, que todos os recursos de formação que ela havia produzido se rebelavam contra a sua própria civilização, que todos os deuses que ela havia criado apostataram dela. Ela compreendeu que todas as assim chamadas liberdades civis e todos os órgãos progressistas atacavam e ameaçavam a sua *dominação classista* a um só tempo na base social e no topo político, ou seja, que haviam se tornado ‘socialistas’ (MARX, 2011, p. 10).

Para Lukács (2010), uma das características mais marcantes das ciências sociais burguesas apologéticas é o fato de que “os teóricos evitam cada vez mais entrar em contato diretamente com a própria realidade, colocando no centro de suas configurações, ao contrário, as disputas formais e verbais com as doutrinas precedentes” (Lukács, 2010, p. 54). É nesse período histórico que a Sociologia surge, com status de nova ciência, vindo a engrossar o caldo do “método geral da orientação apologética do pensamento burguês” (Ibid., p. 55). Ela surge como ciência independente porque os teóricos burgueses intencionavam, acima de tudo, analisar o desenvolvimento social de maneira dissociada da economia; isso se deve, em grande parte, ao fato de que após o surgimento da economia marxista, que tem como *a priori* a produção da vida material dos homens, seria impossível analisar o desenvolvimento social sem conceber a luta de classes como fator fundamental. Isto posto, Lukács (2010) afirma que a tendência apologética da sociologia é indubitável: “quanto mais ela [a sociologia] elaborou seu método, tão mais formalista se tornou, tanto mais substituiu a investigação das reais conexões causais na vida social por análises formalistas e por vazios raciocínios analógicos” (ibidem, p. 64). Para Netto (1978, p. 18), “a reflexão [no período da decadência] abandona as grandes temáticas sócio-

históricas para converter-se em “guarda-fronteiras” das ciências: o seu papel limita-se à vigilância para que ninguém ouse tirar das ciências econômicas e sociais conclusões que poderiam desacreditar o sistema”.

Desse modo, “o nascimento da sociologia como disciplina independente faz com que o tratamento do problema da sociedade deixe de lado a sua base econômica; a suposta independência entre as questões sociais e as questões econômicas constitui o ponto de partida metodológico da sociologia” (Idem, 1992, p. 132). Netto (1978) aponta o surgimento da sociologia concomitantemente com a dissolução da escola ricardiana na Inglaterra e do socialismo utópico na França, ou seja: no bojo da decadência ideológica explanada por Lukács. Nesse sentido, diz que:

[...] estas duas crises, e sobretudo a superação de ambas mediante a emergência do materialismo histórico e da economia política marxista, colocaram um ponto final na economia burguesa, concebida classicamente como a ciência fundamental para o conhecimento da sociedade. E assim surge, num pólo, a economia burguesa vulgar, e, mais tarde, a economia subjectiva... que renuncia de antemão a explicar os fenómenos sociais e se propõe como tarefa essencial retirar do campo da economia o problema de mais-valia e, no outro polo, nasce a sociologia como ciência do espírito à margem da economia (NETTO, 1978, p. 53).

O corolário da intencionalidade da burguesia no pós-1848 – no que se refere às ciências do espírito – foi a completa retirada de qualquer categorização teórica que analisasse os fundamentos da acumulação capitalista. Lara (2013, p. 94), interpretando a análise de Lukács, afirma que “a compreensão científica mais objetada foi a teoria do valor-trabalho”. Lembrando que este último aponta exaustivamente que, um dos pilares do pensamento social desta época, era justamente a fuga da expressão da realidade e o ocultamento desta fuga mediante o recurso ao “espírito científico objetivo” ou a ornamentos românticos” (Lukács, 2010, p. 61); ainda, afirma que “esse afastamento próprio da vida da sociedade, próprio da pseudociência eclética, transforma cada vez mais as afirmações da ciência em frases vazias” (ibidem, p. 54).

Em síntese, para Marx, o principal momento da “decadência ideológica” se dá concomitantemente “à conclusão dos esforços revolucionários da burguesia e o início de sua hegemonia” (PINASSI, 2009, p. 16 *apud* LARA, ano, p. 94). Com essa inflexão nas aspirações da burguesia, o vocábulo “social” tem seu sentido alterado e restringido gradativamente, “que

não mais se confunde com o que “concerne ao todo da sociedade”, passando a remeter apenas a um setor *particular* desta” (STRAZZERI, 2014, p. 515).

Conforme Castel (1998), o uso da expressão “questão social” remonta da terceira década do século XIX. Apesar do conhecimento “comum”, a “questão social” não começou a ser utilizada apenas por ideólogos burgueses conservadores, mas sim por pensadores de toda a gama do espectro político, para descrever o fenômeno do novo pauperismo em suas diversas manifestações, potencializado pela onda industrializante iniciada nas últimas décadas do século XVIII. Esse pauperismo, diferente daquele explícito pelas tensões de classe, apenas como gerador de motins e revoltas.

O que queremos expressar, com essa longa explanação sobre o período da decadência ideológica, é que a expressão “questão social” surge diretamente neste contexto histórico de ideias, e que como “questão”, pressupõe uma resposta às reverberações da luta de classes (MONTAÑO, 2012). Com a naturalização da ordem estabelecida com a instauração do pensamento social apologético, os desdobramentos do processo de acumulação capitalista – a pauperização da classe trabalhadora como um de seus principais produtos – são naturalizados na medida em que assume-se que estes não possuem fundamento estrutural; sendo assim, sua solução também não passaria pela transformação do sistema.

A “QUESTÃO SOCIAL” ENQUANTO DECORRÊNCIA DO PROCESSO DA DECADÊNCIA IDEOLÓGICA

Sendo o período da “decadência ideológica” burguesa o terreno sócio-histórico que nos forneceu as bases para a emergência conceitual da “questão social”. Buscaremos evidenciar que essa relação não se constituiu por mera coincidência, afinal, o conceito nada mais é que um dos resultados deste processo. Marx atribui o conceito a uma tendência de suprimir a autonomia da classe trabalhadora e a torná-la dependente do Estado. A “questão social” é analisada enquanto um conceito “vazio” de sentidos, o qual diz “muitas coisas sem dizer nada”, nesse sentido diz que:

O lugar da luta de classes existente é tomado por uma fraseologia de escrevinhador de jornal – “a questão social”, a cuja “solução” se “conduz”. A organização socialista do trabalho total, em vez de surgir do processo revolucionário de transformação da sociedade, surge da “subvenção estatal”, subvenção que o Estado concede às cooperativas de produção “criadas” por ele, e não pelos trabalhadores (MARX, 2012, p. 40, grifos nossos).

É a especificidade da estrutura social - lançada sob as bases materiais do modelo de produção capitalista - que impulsionava uma reflexão sobre esta, sobre suas transformações, suas crises e seus antagonismos. Ou seja, colocando-a enquanto uma questão a ser analisada, ora, os aspectos emergentes no plano real implicam numa questão. Sendo uma questão, pressupõe-se também que exista uma “solução” e, pensar essa resolutividade sob os marcos do sistema capitalista constitui, no mínimo, uma proposição paradoxal. Uma vez que, os problemas emergentes do modelo de produção, constituem uma questão de uma classe específica - a classe trabalhadora - cuja resolutividade pressupõe a dissolução do modelo de produção capitalista.

Para combater as pretensões da classe proletária – que a essa altura visualizava a si própria como *classe universal* – a burguesia reveste-se de uma roupagem conservadora, contrapondo todo o discurso emancipador de seu período revolucionário que envolvia abstratamente ambas as classes em torno de um objetivo, particularizando esses interesses e atribuindo-os a apenas uma parcela da sociedade, caracterizando as mazelas da ordem do capital como condições remediáveis sem alterar a estrutura social (STRAZZERI, 2014). Nesse sentido, Netto (1998, p. 19-20) diz que:

Em nível histórico-universal, a experiência de 1848 demonstrou os limites reais do projeto sociopolítico conduzido pela burguesia – a ‘liberdade’ deve restringir-se à liberdade de concorrer no mercado, a ‘igualdade’ esgota-se na formalidade jurídica e a ‘fraternidade’ se resolve na retórica e no moralismo. O ‘projeto de emancipação humana’, nestes limites, não desborda o terreno da ‘emancipação política’, tal como Marx mesmo o vislumbrou em 1844. A partir desse marco, o protagonismo burguês centra-se na conservação da ordem. [...] A burguesia, enquanto classe, perde o interesse e a capacidade de fazer avançar a socialidade para além dos limites da lógica de acumulação e valorização do capital, em razão da qual se operou a emancipação política e se estabeleceu originalmente a figura do ‘cidadão’. A dimensão essencial da emancipação humana só terá sentido para um outro sujeito histórico, cuja emersão primeira verifica-se em 1848: o proletariado. O significado de 1848 é precisamente este: com a derrota das aspirações democrático-populares, determinada pelo

comportamento de classe da burguesia, o proletariado se investe, em nível histórico-universal, como o herdeiro das tradições libertárias e humanistas da cultura ocidental, constituindo-se como o sujeito de um novo processo emancipador, cuja condição prévia, histórico-concreta, é a ruptura mais completa com a ordem do capital. Assim, no plano prático-político, a revolução de 1848 tem um significado inequívoco: trouxe à cena sociopolítica uma classe que, a partir daqueles confrontos, pode aceder à consciência dos seus interesses específicos – viabilizou a emergência de um projeto sociopolítico ‘autônomo’, próprio, do proletariado; mais exatamente: propiciou a auto percepção ‘classista’ do proletariado.

Neste contexto, grande parte dos esforços da burguesia concentrava-se em promover a fragilização da organização coletiva da classe trabalhadora, além de fragmentar e despolitizar a intervenção sobre a exploração capitalista; assim, a expressão “questão social” foi cunhada pelos ideólogos burgueses para condensar tais objetivos no plano ideológico (GRANEMANN, 1999, p. 164). Qualquer tipo de associação política do proletariado era combatida incisivamente, visto o temor da classe dominante frente à ameaça da ruína do “novo” sistema; esse combate não era dado apenas no plano material, mas também na dimensão espiritual, com a construção da nova superestrutura ideológica alinhada à conservação da ordem.

Ou seja: quando a classe burguesa conservadora começa a falar em “questão social”, imprime-se um sentido a esse discurso, que conforme a tendência ideológica mistifica e mascara as relações de produção, com o objetivo explícito de naturalizar o processo de exploração e suas consequências materiais e espirituais. Desse modo, “o “social” pode ser visto como “fato social”, como algo natural, a-histórico, desarticulado dos fundamentos econômicos e políticos da sociedade, portanto, dos interesses e conflitos sociais” (MONTAÑO, 2012, p. 271).

Segundo Castelo Branco (2010 p. 90),

[...] entre 1830 e 1840, surgiram diversos estudos patrocinados pelo Estado britânico sobre a “questão social”. A partir de 1845, as autoridades públicas fizeram inspeções rotineiras às fábricas. Segundo tais estudos, a “questão social” era estritamente relacionada à concentração populacional, imigração do campo para a cidade, urbanização, industrialização e baixa eficiência do Estado na área social a partir das leis dos pobres.

Desde seu surgimento, a conceituação da “questão social” - a qual se refere à um possível enigma da sociedade em geral, “referente ao conjunto da sociedade” - nunca foi, na verdade, a questão *da sociedade* ou “referente *ao conjunto da sociedade*”, mas sim, desde sua

eclosão, foi a questão de uma fração desta, que, por seu caráter essencialmente revolucionário, colocava em cheque o projeto de sociedade da classe dominante (STRAZZERI, 2014).

As consequências da rápida industrialização, especificamente no que diz respeito às cidades industriais, do ponto de vista teórico e prático, tornaram-se mais visíveis. De um lado tem-se o trabalhador ganhando um salário de subsistência, de outro, estas cidades passavam por um intenso crescimento demográfico, sem condicionar as mínimas estruturas de moradia, no que diz respeito aos aspectos sanitários, de saúde, para acolher toda a massa de trabalhadores que foi deslocada dos meios de subsistências.

A introdução das máquinas na reprodução da vida material transformou radicalmente toda a esfera social, contudo o fruto mais importante dessa revolução, tal qual nos informa Engels (2010), **é o desenvolvimento do proletariado**. As modificações da atividade artesanal em atividade industrial desencadearam uma forçada e espessa deslocação das massas do campo para a cidade, representou a “vitória do trabalho mecânico sobre o trabalho manual” na medida em que os trabalhadores manuais foram sucessivamente deslocados de suas posições pelas máquinas.

A exploração da força de trabalho, que mantinha sua renda em nível de subsistência, possibilitando à classe dominante acumular os lucros que financiavam a industrialização criava um conflito direto com o proletariado (HOBSBAWM, 1977). Os trabalhadores reagiram com diversas revoltas e manifestações que atravessaram diversas fases, desde a destruição das máquinas à formação de associações livres. Esses aspectos representam a passagem da luta dos “pobres” contra os ricos, para uma luta específica da classe operária, enquanto *classe para si*, contra os detentores dos meios de produção (MARTINS, 2004).

As relações presentes no *Ancien Régime* criaram as condições concretas para a emergência da burguesia, através dos meios de produção gerados e da circulação de mercadorias, uma vez que estes meios de produção atingiram certo grau de desenvolvimento, as relações feudais deixaram de ser compatíveis com as forças produtivas desenvolvidas, conseqüentemente, deixaram de ser interessantes ao desenvolvimento desta classe, que a esta altura já atingira a dominância econômica e política. Ou seja, as relações de produção feudais engendraram a força motriz de sua ruína: a classe burguesa (MARX & ENGELS, 2012).

Ora, criou-se o mesmo precedente pela classe burguesa e a vossa sociedade moderna: do desenvolvimento da manufatura à indústria trouxeram consigo, segundo Coutinho (1972), uma intensa generalização da socialização do trabalho, onde a nova organização pressupunha uma cooperação tanto no interior fabril quanto na integração dos diversos setores da produção, como consequência, tornou-se muito mais visível a natureza degradante dessa sociedade. Assim, o mesmo tom que o movimento contraditório entre capital trabalho se cria e se recria, produz-se também consciência.

A condição de classe, um dos mais importantes determinantes da consciência das pessoas e grupos sociais, aliada às condições de trabalho e de existência social, levava os operários a caminhar no processo de construção de sua identidade de classe, unindo-os em torno de fins comuns (MARTINELLI, ano p. 46).

Vale ressaltar que, embora explícitas diferenças em seu conteúdo, tanto a classe possuidora quanto a classe trabalhadora apresentam a mesma autoalienação,

Mas a primeira das classes se sente bem e aprovada nessa auto-alienação, sabe que a alienação é seu próprio poder e nela possui a aparência de uma existência humana; **a segunda, por sua vez, sente-se aniquilada nessa alienação, vislumbra nela sua impotência e a realidade de uma existência desumana.** Ela é, para fazer uso de uma expressão de Hegel, no interior da abjeção, **a revolta contra essa abjeção, uma revolta que se vê impulsionada necessariamente pela contradição entre sua natureza humana e sua situação de vida,** que é a negação franca e aberta, resoluta e ampla dessa mesma natureza (MARX & ENGELS, 2011 p. 48, grifos nossos).

Ainda de acordo com os autores acima, **essa equação imersa em uma dialética coloca o detentor dos meios de produção em posição conservadora e o proletário enquanto sujeito revolucionário.** Ora, a classe dominante deseja manter a sua antítese - o proletário -, por sua vez, a ação da antítese visa à dissolução da propriedade privada. Ou seja, em seu movimento político-econômico, a classe dominante impulsiona a si mesmo a sua própria destruição - condicionada pela própria natureza metabólica da coisa [modo de produção] – o que nessa direção

[...] apenas enquanto engendra o proletariado enquanto proletariado, enquanto engendra a miséria consciente de sua miséria espiritual e física, enquanto engendra a desumanização consciente – e, portanto, supressora – de sua própria desumanização. O proletariado executa a sentença que a propriedade privada pronuncia sobre si mesma ao engendrar o proletariado, do mesmo modo que executa a sentença que o trabalho assalariado pronuncia sobre si mesmo ao engendrar a riqueza alheia e a miséria própria. Se o proletariado vence, nem por isso se converte, de modo nenhum, no lado absoluto da sociedade, pois ele vence de fato apenas quando suprassuma a si mesmo e à sua antítese. Aí sim tanto o proletariado quanto sua antítese condicionante, a propriedade privada, terão desaparecido (Ibid. p. 48-49).

O proletário se desenvolve gradualmente, onde sua luta contra a burguesia começa com a sua própria existência (Id. 2012), mas com o desenvolvimento industrial o proletariado se multiplica, concentram-se em massa e se desenvolve enquanto classe política, num caráter de totalidade cujas numerosas lutas locais centralizam-se numa única luta, isto é, numa luta de classes.

A profundidade das transformações em curso colocava a sociedade num plano de análise, a nova sociabilidade provocada pela revolução industrial produziu fenômenos inteiramente novos que mereciam ser analisados. Contudo, vale salientar que, [eles] não desejavam produzir um mero conhecimento sobre as novas condições de vida gerada, mas buscavam extrair dele orientações para ação, seja para modificar, para reformar ou para manter a ordem social posta (COUTINHO, 1972). Nesse sentido, salientamos que indicar a realidade como algo contraditório significa fornecer armas teóricas ao movimento anticapitalista da classe trabalhadora, sendo assim, o pensamento burguês - a partir de sua ascensão e dominância - busca formas de mistificar as contradições presentes na nova ordem social.

É em razão das implicações específicas da **questão operária**, que requisitou à classe dominante negar seus ideais emancipadores, o pensamento conservador designará à “questão operária” uma fórmula aparentemente neutra de “questão social”,

[...] oculta sob o adjetivo “social” está a classe operária, sem a qual o termo deixa de fazer sentido, inclusive na maior parte dos usos contemporâneos da palavra. Se “social” e “operário” caminham juntos, e se, sem se confundir, estão intrinsecamente ligados, é possível compreender a razão pela qual “[c]uriosamente, a expressão ‘questão social’ emerge praticamente ao mesmo

tempo em que surge, no léxico político, a palavra *socialismo*” (NETTO, 2001, p. 152, grifos originais).

Strazzeri (2014) ao analisar essa passagem identifica o “socialismo” enquanto a formalização necessária no âmbito do discurso e ideias políticas das pretensões do “social” de moldar uma nova sociedade. Vamos adiante nesta análise por entender que o socialismo indica também uma oficialização no âmbito da ação política. Um reflexo das formas que organização da classe trabalhadora assume frente a organização econômica da sociedade capitalista.

CONCLUSÃO

[...] a sociedade pretende ‘eliminar todos os inconvenientes’ que a atormentam? Muito bem: basta-lhe eliminar os termos inconvenientes, alterar a linguagem e dirigir-se à Academia, encomendando-lhe uma nova edição do seu dicionário! (MARX, 1985, p. 61).

Esta passagem desenvolvida por Marx serve para representar o movimento da classe dominante de várias tentativas de negação das contradições inerentes ao seu modelo de sociedade, ressignificando questões inconvenientes, atribuindo-lhes sentidos que atenda a vossas ideias.

Em síntese, os dados identificados nessa pesquisa indicam que a expressão “questão social” remete-se a esse mesmo movimento. O contexto sócio-histórico de sua gênese marca a hegemonia da classe burguesa e de seu modelo de sociedade. Paralelamente a burguesia reveste-se de uma roupagem conservadora, contrapondo todo o discurso emancipador de seu período revolucionário que envolvia abstratamente ambas as classes: o chamado período da decadência ideológica burguesa. Isto é devido ao fato de a sociedade moderna trazer consigo a figura de outro sujeito revolucionário que coloca em xeque o desenvolvimento da burguesia: a classe trabalhadora.

Nesse sentido é colocado no centro das configurações da “questão social” as disputas formais e verbais com as doutrinas precedentes, acima de tudo, analisando-se o desenvolvimento social de maneira dissociada da economia. A “questão social” enquanto

resultado do processo da decadência ideológica burguesa marca a completa retirada de qualquer categorização teórica que analisasse os fundamentos da acumulação capitalista transformando-a cada vez mais em uma frase vazia. O “social” camufla a questão da classe trabalhadora, escamoteando, por conseguinte, o seu conteúdo econômico, raiz estrutural geradora de grande parte dos males presentes na sociedade moderna.

REFERÊNCIAS

- CASTEL, R. As metaformoses da questão social: uma crônica do salário. 4ª edição. Petrópolis: Vozes, 1998
- CASTELO BRANCO, R. A “questão social” nas obras de Marx e Engels. *In: Revista Praia Vermelha*, Rio de Janeiro. v. 20 nº 1, 2010.
- COUTINHO, C. N. O problema da razão na filosofia burguesa. *In: COUTINHO, C. N O Estruturalismo e a Miséria da Razão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.
- DECCA, E. de. **O nascimento das fábricas**. São Paulo: brasiliense, 2001.
- ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- GRANEMANN, S. Processos de trabalho e serviço social I. *In: Curso de capacitação em serviço social e política social*. Brasília: CEAD; UnB, 1999
- HOBBSBAWM, E. J. **A era das Revoluções**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1977.
- LARA, R. Notas lukacsianas sobre a decadência ideológica da burguesia. *In: Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 91-100, jan./jun. 2013
- LUKÁCS, G. “Marx e o problema da decadência ideológica”. *In: Marxismo e teoria da literatura*. Seleção, Apresentação e Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Expressão Popular, 2010,
- LUKÁCS, G. **Sociologia**. *In: NETTO, José Paulo (Org.). Grandes cientistas sociais*, São Paulo: Ática, n. 20, 1992.
- MARTINELLI, M. **Serviço Social: identidade e alienação**. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- MARTINS, C. B. **O que é sociologia**. São Paulo: brasiliense, 2004.

MARX, K. **A miséria da filosofia**. São Paulo: Global, 1985.

MARX, K. **Crítica ao Programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, K. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo : Boitempo, 2011.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

MARX, K.; ENGELS, F. **A sagrada família**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MONTAÑO, C. Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento. In: **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 110, p. 270-287, abr./jun. 2012.

NETTO, J. P. **Lukács e a crítica da filosofia burguesa**. Lisboa: Seara Nova, 1978. v. 1.

NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da questão social. In: **Revista Temporalis**. nº 3, Brasília: ABEPSS, 2001 (p. 41 a 49).

STRAZZERI, V. A trajetória histórica do “social”. In: **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 119, p. 508-530, jul./set. 2014.

O ENSINO DE HISTÓRIA, O “CUIDADO RELIGIOSO” E A VIOLÊNCIA: A VISITAÇÃO DO SANTO OFÍCIO DA INQUISIÇÃO NO GRÃO-PARA – (1763-1769)

Tainá Guanini de Oliveira (PIC)
Unespar/Campus de Paranavaí, tainaguanini@gmail.com

Eulália Maria Aparecida de Moraes (Orientadora)
Unespar/Campus de Paranavaí, eulaliamoraes@hotmail.com

Palavras-chave: Ensino de História. Fonte Documental. Inquisição no Estado do Grão-Pará.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa diz respeito à análise de alguns documentos contidos no *Livro da Visitação do Santo Ofício da inquisição ao estado do Grão-Pará (1761-1769)*, fonte impressa organizada pelo historiador José Roberto Amaral Lapa (1978). A obra é resultado de uma reunião de documentos produzidos no século XVIII quando a sociedade paraense se insere nos autos da Visitação. A obra trouxe a lume denúncias e confissões por práticas mágico-religiosas como o curandeirismo, aspectos que as outras Visitações na colônia não haviam enfatizado. Refletindo sobre a necessidade de conciliar a produção do conhecimento ao ensino de história, propomos a utilização de trechos documentais da obra nas aulas de história na Educação Básica. Por largo tempo a concepção de cultura foi elitista e de forma crescente uma noção de “civilização” assumiu espaço na sociedade. Herdamos modelos que se ajustam aos planos etnocêntricos do pensamento europeu; construiu-se imagens e imaginários a respeito da mulher, da religiosidade, da sexualidade e do corpo; instituiu-se métodos interrogatórios, perseguições e preconceitos a partir de conceitos e modelos de comportamentos sociais. Com o objetivo de desconstruir algumas práticas de preconceitos e violências, presente no comportamento de alguns alunos, analisamos algumas confissões que são reveladoras do “cuidado religioso” europeu com o “novo cristão da terra” – pretos, indígenas, mamelucos, mulatos, libertos ou escravos inquiridos segundo as denúncias, por superstição, curandeirismo e/ou benzimentos do “mao olhado”, do “quebranto”, dos “bixos” e “sevandijas”.

Nesta perspectiva, o tema da pesquisa foi instrumentalizado para a aplicabilidade na Educação Básica no ensino de história através de aulas realizadas junto aos alunos do 7º ano da Escola Estadual Curitiba do município de Paranavaí - PR. Neste sentido, com o objetivo de instrumentalizar a pesquisa para aplicação em sala de aula na Educação Básica, foi possível abordar em algumas das aulas um tema pouco corriqueiro nos livros didáticos: a presença do Santo Ofício em território colonial Português tendo

como alvo o “Novo Cristão da terra” - pretos, indígenas, mamelucos, escravos e libertos inquiridos segundo confissões e denúncias por práticas mágico-religiosas no século XVIII.

MATERIAIS E MÉTODOS

Esta última Visita do Santo Ofício à capitania do Grão-Pará e Maranhão foi o foco da pesquisa, estudo e trabalho junto aos alunos do 7º ano do Ensino Fundamental. O plano de aula das aulas referentes a temática proposta para a pesquisa apoiou-se em fragmentos do Livro da Visitação do Santo Ofício da Inquisição ao Estado do Grão-Pará (1763-1769), e contou com o arcabouço teórico-metodológico fundamentado na nova História Cultural. Alguns relatos contidos no Livro da Visitação foram selecionados para serem analisados em sala de aula, como o caso do denunciado Índio Antônio, acusado de práticas de curandeirismo a base de beberagens de rapas de cascas e raízes de árvores e rituais de origem; e da inquirida Domingas Gomes da Ressurreição, mameluca, ao qual confessou perante a mesa da Visitação ter aprendido orações com sua ex senhora Maria de Barros para a cura do “quebranto”, ‘Erizipela” e “ar nos olhos”.

O Embasamento teórico a partir de autores como Laura de Mello e Sousa e Ronaldo Vainfas mostrou-se fundamental para compreender as relações multiétnicas e conflituosas entre o europeu, o indígena e africano durante o processo de ocupação colonizadora e no contexto em que se insere os documentos de análise - século XVIII. Tais autores situam na História de nosso país o lugar de uma população indígena, negra, cafusa e mameluca, abordando anseios, angustias, ressentimentos, reflexos de submissão e as diversas formas de resistência e sobrevivência de uma população pobre da América portuguesa em processo de colonização e formação social.

As execuções das aulas recaíram sobre o capítulo 9 intitulado *Europa Moderna: Reformas Religiosas e absolutismo* do livro *Vontade de Saber História* (Pellegrini; Machado; Grinberg, 2016). A escolha do referido capítulo se deu justamente por abordar temas que ofereciam acesso e receptividade para os desdobramentos pretendidos na discussão da temática proposta da pesquisa, tais como o choque cultural entre os dois mundos, as transformações ocorridas na Europa moderna (principalmente no âmbito religioso) e a ação do tribunal da inquisição durante o movimento de contrarreforma. No entanto, no que tange a atuação do Santo Ofício na América portuguesa, o livro didático traz apenas uma ínfima abordagem.

A inquisição surge ainda na Idade Média com o objetivo de conter o avanço das Heresias, em especial a do catarismo no Sul da França. Mas foi na Época moderna que, segundo Vainfas (1997), a Inquisição e o estilo inquisitorial de justiça atingiram seu auge. Nas Palavras de Novinsky (1988, p.21):

“Foi na Espanha e Portugal, durante a época moderna, isto é, nos séculos XVI, XVII e XVIII que a inquisição alcançou seu apogeu”.

O avanço do protestantismo levou a igreja católica - em especial nos países ibéricos - a reafirmar os antigos dogmas católicos e a combater comportamentos tidos como heréticos: judaizantes, cristãos-novos, bígamos, sodomitas, mouriscos, luteranos e feiticeiros - um reordenamento moral, religioso e social ao qual a inquisição atuou como uma grande aliada. Na península Ibérica a inquisição surge ainda como um tribunal religioso, no entanto submetida à autoridade dos reis católicos. A inquisição no período moderno foi um mecanismo essencial para a consolidação dos aparelhos de poder. Em Portugal, a inquisição foi instaurada por D. João III em 1536. Vainfas (1997) aponta a perseguição aos Cristãos-novos - judeus convertidos ao catolicismo suspeitos de praticarem judaísmo em segredo - como um traço peculiar das inquisições ibéricas, respondendo pela as maiorias dos processos e execuções entre o último quartel do século XVI e segunda metade do século XVIII. Já em meados do século XVI a inquisição lusa entenderia seus braços à América portuguesa com o objetivo de investigar comportamentos tidos como heresias. “O Santo ofício tinha então menos de uma década de existência, mas já estendia seu braço comprido sobre a colônia brasileira, perseguindo desvios, heteroxias e vigiando a observância estrita da fé.” (SOUSA, 1993, p.47). Os cristãos-novos representavam em maior número as vítimas de perseguição da inquisição portuguesa, tanto no reino quanto na colônia. Mas além destes, a inquisição também perseguiu práticas tidas como mágico-religiosas, como adivinhações, feitiços, benzeduras e curandeirismo. O Santo Ofício na Conjuntura da Europa moderna também “empenhar-se-ia na depuração das mentalidades populares, na demonização dos sincretismos religiosos (...)”. (VAINFAS, 1997 p. 196).

A primeira Visita do Santo Ofício foi à capitania da Bahia (1542); depois a capitania de Pernambuco (1547); no século seguinte (XVII) na capitania do Rio de Janeiro e na capitania do sul. Somente em 1763, século XVIII é que se estabeleceu no Grão-Pará e Maranhão a visita dos funcionários da Inquisição; Visitação que permaneceu até 1773, com o objetivo de vigiar, punir, condenar indivíduos que manifestassem atitudes suspeitas contra a fé cristã; torná-los corpos “dóceis”. Para Lapa (1978), os costumes desregrados da população local paraense parecem ter sido um dos principais motivos da Visitação do Santo Ofício nesta região. As ações da Inquisição na colônia no século XVIII serviam de eficiente instrumento, tanto do Estado, quanto da igreja, em busca de disciplina e submissão.

Nas palavras de Foucault (2013, p.133):

(...) as disciplinas se tornaram no decorrer dos séculos XVII e XVIII fórmulas gerais de dominação. (...) O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. Forma-se então uma política de coerções que são um

trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. (...) A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”.

Povos indígenas e africanos tiveram que reformular suas culturas, seus mitos, suas crenças e ajustá-las à uma nova realidade imposta pelo colonialismo. “(...) uma vez contatadas e submetidas pelo europeu, as culturas ameríndias jamais seriam as mesmas”, diz Ronaldo Vainfas (1995) ao tratar a respeito dos impactos do colonialismo nos rituais tupis do século XVI. Durante o processo colonização, os africanos escravizados, assim como os indígenas, acabariam por assimilar elementos do cristianismo “conforme suas necessidades e conforme as regras de sua lógica”. (SOUSA, 1995, p. 155). No novo mundo, “africanos escravizados cultuavam santos católicos e orixás, reelaborando sua antiga religião ante a realidade da nova terra”. (SOUSA, 1995, p. 133). Era uma colônia “fadada ao sincretismo religioso”, diz a historiadora Laura de Mello e Sousa. Sincretismo este que se aguçava conforme se avançava os séculos de colonização (séculos XVII e XVIII). Nos oitenta primeiros anos de colonização, magia e religiosidade popular mostravam-se semelhantes tanto na metrópole portuguesa quanto na colônia. Mas logo cedo já se delinaria traços específicos devido a diversidade do meio ambiente e das estruturas econômicas e sociais. A população da colônia cultuaria uma religiosidade sincrética, mesclada de crenças europeias, ameríndias e africanas resultante da própria situação colonial.

(...) embora apresentando traços marcadamente europeus nas práticas mágicas e religiosa, a colônia brasileira, ao findar seu primeiro século de existência, já revelava face pluricultural, que se consolidaria durante o século XVII e se acirraría no século XVIII. As sucessivas ondas migratórias de colonos portugueses, os hereges e feiticeiros que a inquisição despejou sobre solo colonial com grande frequência durante todo o século XVII trabalhariam no sentido da manutenção das persistências. O tráfico negreiro cada vez mais intenso, o contato constante com as tribos indígenas, a invasão de holandeses calvinistas, a crescente consciência da condição colonial, por outro lado, tornariam sempre mais diverso o complexo mundo da religiosidade popular e das práticas mágicas no Brasil (SOUSA, 1993, p. 56).

Práticas mágicas que eram comuns na Europa, ganhariam contornos específicos na América portuguesa. Segundo Assis (2008), tais práticas não seriam apenas costumes herdados da tradição europeia medieval ibérica. Seriam, sobretudo, “o reflexo da mistura destes hábitos com as influências recebidas pelas tradições da religiosidade ameríndia e africana”. A miscigenação étnica tornar-se ia também miscigenação religiosa. A colônia portuguesa serviu de palco para o contato entre grupos de crenças diversas, palco de “circularidades culturais” (ASSIS, 2008, p. 2-4).

As práticas mágico-religiosas visavam a resolução de questões cotidianas. Adivinhações, magias com fins amorosos, cura de doenças, dentre outras, eram práticas difundidas no cotidiano colonial como forma encontrada pelos indivíduos de resolverem anseios pessoais e problemas cotidianos. Nas palavras

de Assis, “Não eram raros os oferecimentos e práticas mágicas para recuperar ou retirar a saúde de alguém, trazer riquezas, gerar ruína, amaldiçoar casais ou pessoas, conquistar e manter fiel o homem ou a mulher amada por toda a vida” (ASSIS, 2008, p. 5).

Mario de Sá (2011) aponta que as práticas de feitiçaria e magia eram praticadas no Brasil antes mesmo da chegada de europeus e africanos e tiveram continuidade com estes. As práticas de magia e feitiçaria serviam à diversos propósitos: “resistência e a resignação, a doença e a cura, o amor e o ódio, e, tantos outros fins, a feitiçaria se apresentava como explicadora, solucionadora ou lenitivo no cotidiano dessas sociedades” (SÁ, 2011, p. 56).

Laura de Mello e Sousa (1995) constatou que só na Visitação do Grão-Pará foram apurados, do total de 47 culpas, 21 casos de feitiçaria e nove de curas mágicas. Analisamos a fonte impressa e consideramos que na conjuntura da Visitação a capitania do Grão-Pará, dentre as práticas mágicas, aquelas ligadas à cura são umas das que mais se manifestaram na conjuntura da Visitação paraense do século XVIII, cujos os resquícios se fazem presentes ainda hoje com a presença das benzedeiros ainda no século XXI; exemplo significativo da perpetuação das práticas populares.

O rol de depoimentos ao visitador Giraldo José de Abranches relacionadas a práticas mágico-religiosas na capitania do Grão-Pará sugere com eloquência o quão essas práticas se achavam enraizadas na vida cotidiana das populações na colônia no século XVIII. Diante da diversidade de práticas mágicas recorrentes no cotidiano colonial, o objetivo foi focar as aulas nas práticas de curandeirismo, uma vez que acreditamos ser um tema que certamente se inseria no universo cultural de muitos alunos por ser práticas ainda recorrentes nos dias de hoje em muitas regiões do Brasil.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O desdobramento da temática da pesquisa em sala de aula se deu principalmente através do conteúdo concernente à Contrarreforma (século XVI), onde é apresentado as medidas resultantes do Concílio de Trento, entre elas o Restabelecimento do tribunal do Santo Ofício da Inquisição. Se tratando de um tema pouco abordado em sala de aula na Educação básica, falar sobre Inquisição gerou certo espanto por parte dos alunos e uma boa discussão em sala de aula. Houve uma satisfatória interação e diálogo com os alunos, onde estes interagiram de forma dinâmica com as atividades propostas. Sem dúvida o diálogo com os educandos proporcionou aprendizado para ambos os lados (educador/educando) e enriqueceu o trabalho proposto pela pesquisa. Dar espaço e fala aos alunos para exporem seus conhecimentos prévios, seus pontos de vista, foi fundamental nesse processo de ensino/aprendizado.

Para o educador-educando, diálogo, problematizador, o conteúdo programático da educação não é uma doação ou uma imposição – um conjunto de informes a

ser depositados nos educandos -, mas a devolução organizada, sistematizada e acrescentada ao povo daqueles elementos que este lhe entregou de forma desestruturada. A educação autêntica, repitamos, não se faz de A para B ou de B para A, mas de A com B, mediatizados pelo mundo. Mundo que impressiona e desafia a uns e outros, originando visões ou ponto de vista sobre ele. (FREIRE, 1987, p. 83-84)

Discutimos a respeito do imaginário europeu no que tange a religiosidade e a migração desse imaginário para a América Portuguesa eivado de preconceitos acerca das religiosidades ameríndias e africanas. Houve também uma boa discussão, principalmente pelas meninas da sala, a respeito do pensamento europeu e construção de imagens e imaginários acerca da mulher e sua associação com a feitiçaria e a bruxaria nos tempos medievais e modernos.

Na análise e reflexão a formação da sociedade brasileira, apresentamos sujeitos históricos marginalizados pelo Santo Ofício (em especial figura do curandeiro) e procuramos auxiliá-los em relação à desconstrução de ideias que divergem do respeito às diferenças. Buscamos demonstrar o papel das práticas de cura e de seus praticantes nas relações entre diversos segmentos da sociedade paraense do século XVIII como livres, forros e escravos, indígenas, europeus e seus descendentes. Sabendo que o ambiente escolar é responsável pela manutenção das desigualdades e discriminação, levamos o debate para as salas de aulas da Educação Básica sobre a formação da sociedade brasileira e o lugar sincrético que a religiosidade ocupa historicamente.

Através dos documentos e com o embasamento teórico de autores aqui citados e outros, foi possível através das aulas demonstrar aos alunos o papel social destes praticantes da magia da cura na conjuntura da Visitação do século XVIII à América portuguesa; a figura do curandeiro como sujeito histórico e sua relação entre os diversos segmentos da sociedade - livres, forros, escravos, indígenas e europeus -; a coexistência e as interações culturais entre práticas africanas, indígenas e europeias; o papel do negro, mulato, escravo ou “forro”; a interação do indígena com um ecossistema que tão bem conhecia e ainda, as superstições e os medos medievais que pra cá se transferem juntamente com o colonizador europeu. Todo esse processo de interação constitui como fatores decisivos que delineiam o perfil cultural da sociedade brasileira.

Perguntado sobre o porquê da importância dos curandeiros neste período, a respostas dos alunos foi praticamente unânime: “por que não havia médicos”. O historiador Mario Sá (2009) cita a escassez de profissionais da medicina e hospitais como um dos fatores contribuintes para a precariedade da saúde da população colonial. O historiador Pedro Pache de Campos (1995) também menciona a escassez de médicos e hospitais na colônia. Sendo assim, a importância do curandeiro durante o período colonial não é de se estranhar, pois a escassez de médicos e hospitais por si só já explicaria tamanha força das práticas

curativas que se apoiavam em saberes europeus, ameríndios e africanos. “Numa época em que as condições de vida não as da mais perfeita salubridade, e onde as expectativas de longevidade não eram das altas, as moléstias eram enquadradas como algo cuja a origem era sobrenatural”, mas com muita frequência recorriam-se as práticas e aos “praticantes de rituais mágicos, tais como benzedeiros, curandeiros” (CAMPOS, 1995, 133).

Perguntado sobre quem eram os curandeiros no período colonial, a maioria dos alunos responderam ser os índios, devido ao grande conhecimento que estes tinham sobre o caráter curatório das plantas. Laura de Mello e Sousa (1986) considerou os africanos, junto com os indígenas e mestiços os grandes curandeiros do Brasil colonial, dado a habilidade que tinham com a manipulação das misturas de ervas “e de procedimentos rituais específicos a seu universo cultural” atrelando - se “ao acervo europeu da medicina popular” (SOUSA, 1986, p. 122). A autora aponta que no início do século XVII, homens brancos já se valiam dos saberes de negros feiticeiros para obter a cura de familiares ou escravos.

A análise de fontes documentais presentes no Livro da Visitação do Santo Ofício da Inquisição ao Estado do Grão-Pará (1763-1769), quando a sociedade paraense se insere no nos Autos da Visitação no contexto escravista do século XVIII, traz à tona os sujeitos formadores de nossa sociedade e nos remete a sociedade atual, na qual encontramos reflexos do passado colonial em diversos comportamentos “sincréticos”. Abordado em sala de aula, foi possível salientar aos alunos a vigência de práticas como as de curandeirismo ainda no século XXI; práticas culturais ainda muito presentes em nossa sociedade atual.

Alguns alunos relataram ter presenciado ou conhecido pessoas que fizeram uso de certas práticas que no ambiente colonial seriam consideradas mágicas e objeto de perseguição por parte do Santo Ofício português.

A aluna “A” relatou: “minha mãe falou que quando a gente morava no Morumbi ela conhecia um senhor chamado Sebastião que era benzedor. Ele benzia as pessoas no fundo da casa dele. Minha mãe ia com nossa família e ele benzia com água benta e fazia orações”. A mesma disse ainda que quando alguém da sua família não podia comparecer a casa do senhor, sua mãe colocava o nome desta pessoa para ele orar por ela. A aluna também fez uma breve descrição acerca dos elementos que constavam no ambiente em que o senhor benzia: “tinha tipo um santuário com velas, santos e água benta”.

A aluna “L” relatou: “Eu nunca fui à uma benzedeira. A única coisa que eu sei é que meu pai já foi há quatro anos atrás para conseguir para de beber. Ele compareceu lá na casa dela várias vezes, e foi indo lá que meu pai conseguiu parar de beber”.

A aluna “B” disse: “Minha mãe disse que a sua bisavó era benzedeira e que o lugar era um chiqueiro e lá ela benzia sapinho, “cobreiro”, “vento-virado” e “mal olhado” em bebês e até em idosos. Ela também disse que conhecia outra benzedeira, uma senhora chamada Dona Maria que benzia em uma casa de somente de um cômodo atrás de sua casa de morada e lá tinha várias imagens e esculturas de santos. Ela benzia pessoas que tinham “espinhela caída”, “mal olhado”, “quebranto” entre outros. Minha mãe também disse que já havia me levado lá quando eu tinha dez meses e quando eu tinha quatro anos de idade por que eu estava com “quebranto”. A benzedeira mandava eu sentar em uma cadeira e ela começava a fazer umas orações meio estranhas de entender e depois ela pegava alguns ramos de folhas e fazia o sinal da cruz com os ramos’.

A aluna “G” também contribuiu com um relato: “minha mãe cuidava de uma menina que quando ela dormia acordava assustada e a patroa da minha mãe acreditava que era “mal olhado” e mandou minha mãe levar ela em uma benzedeira”.

CONCLUSÕES

Assim, pôde-se compreender e demonstrar aos alunos como essas práticas populares atravessaram a História do Brasil, da chegada dos colonizadores portugueses e africanos escravizados até a atualidade e que estas práticas e representações ligadas à cura têm caráter histórico e cultural em nosso País, fruto da convergência das culturas europeias com aquelas praticadas pelos nativos e pelos povos africanos escravizados. Tais práticas fazem parte de um conjunto de comportamentos, costumes, crenças e valores que foram enriquecidas pelas regionalidades geográficas do Brasil, ganhando transformações que hoje se constitui patrimônio cultural da sociedade brasileira: herança colonial. Do que se recorre ainda hoje, muitas pessoas buscam essas práticas com intuito de tirar “mal olhado” e até mesmo descobrir a solução para diversos males e cura.

O tema da pesquisa, instrumentalizado para a aplicabilidade na Educação Básica no ensino de História, permitiu uma discussão e reflexão para além do passado colonial; para ser refletido na atualidade, no perfil da sociedade brasileira, nos costumes, nas crenças e comportamentos culturais herdados e construídos a partir do encontro multiétnico, nas tradições e na persistência das práticas populares; uma discussão/reflexão acerca da diversidade cultural e respeito às diferenças.

REFERÊNCIAS:

Fonte Impressa:

AMARAL, José Roberto do. *Livro da Visitação do Santo Ofício da Inquisição ao Estado do Grão-Pará (1763-1769)*. Petrópolis: Editora Vozes, 1978 (Coleção História brasileira)

Referência bibliográfica:

- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: História da Violência nas prisões*. 41ª Edição: Editora Vozes, 2013.
- NOVINSKY, Anita. *A inquisição*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- PELLEGRINI, Marco Cesar; DIAS, Adriana Machado; GRINBERG, Keilla. *Vontade de Saber História. Ensino Fundamental, 7º Ano*. Londrina, Pr: Editora FTD Educação, 2016.
- SOUSA, Laura de Mello. *Inferno Atlântico: Demonologia e colonização séculos XVI-XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SOUSA, Laura de Mello. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- VAINFAS, Ronaldo. *A Heresia dos Índios: Catolicismo e rebeldia no Brasil Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997
- Teses e dissertações:**
- CAMPOS, Pedro Marcelo Pache de. *Inquisição, Magia e Sociedade: Belém (1763-1769)*. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro: UFF, 1995.
- Artigos Científicos:**
- ASSIS, Angelo Adriano Faria. *Feitiçarias da colônia. Magia e práticas de feitiçaria na América Portuguesa na documentação do Santo Ofício da Inquisição*. Mneme - Revista de Humanidade. UFRN. Caicó (RN) v.9 n° 24, set/out. 2008.
- SÁ, Mario. *Feitiçaria de ganho no Mato Grosso setentista*. Mneme – Revista de Humanidades, 11 (29), 2011 – jan/julho.
- SÁ, Mario. *O Universo Mágico das Curas: o papel das práticas mágicas e feitiçarias no universo do Mato Grosso setecentista*. REVISTA HISTÓRIA, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro. v.16, n.2, abr.-jun. 2009, p.325-344.
- VAINFAS, Ronaldo. *A problemática das mentalidades e a inquisição no Brasil Colônia. Estudos Avançados*. Rio de Janeiro, nº 1. 1988, p. 167-173.

CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

ANÁLISE DOS CONTEÚDOS DE ASTRONOMIA NOS LIVROS DIDÁTICOS DAS SÉRIES FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL I

Beatriz Silva Weberling (PIBIC, Fundação Araucária)
Unespar/Campus de Paranaíba, beatrizwerling@gmail.com
Shalimar Calegari Zanatta (Orientador)
Unespar/Campus de Paranaíba, shalicaza@yahoo.com.br

Palavras-chave: Astronomia, Livro Didático, Análise.

INTRODUÇÃO

A disciplina de Ciências no Ensino Fundamental tem como objetivo proporcionar ao aluno a compreensão do mundo e capacidade de se sentir integrado a ele, seja como indivíduo ou cidadão (PRAXEDES, KRAUSE, 2015).

Defendemos a idéia de que apenas um conhecimento integrado e relacionado pode formar cidadão críticos capazes de participar de discussões conscientes sobre os rumos da sociedade. E é o professor que deve deter este papel de promover o letramento científico dos seus alunos.

O letramento científico, foi definido pelo PISA entre 2000 e 2003, como “a capacidade de usar o conhecimento científico para identificar questões e tirar conclusões baseadas em evidências, a fim de compreender e ajudar a tomar decisões sobre o mundo natural e as mudanças feitas a ele”. (OCDE, 2015, p. 36). Em 2006, o conceito de ‘letramento científico’ desdobrou-se em dois componentes: “conhecimento de ciências” e “conhecimento sobre ciências”. Também reforçou-se a necessidade de relacionar a Ciência com a tecnologia, permanecendo esta definição até 2012. Em 2015 o componente definido como “conhecimento sobre ciências” foi dividido em: “conhecimento procedimental” e “conhecimento epistemológico”. Assim, de acordo com o PISA 2015, o ‘letramento científico’ composto pelo conhecimento e domínio das leis que descrevem os fenômenos, inseridos no desenvolvimento histórico, as aplicações tecnológicas destes conhecimentos, dos processos de construção a nível pessoal, local/nacional e global (OCDE, 2015).

Entendemos isto como o resultado de um conhecimento "multidimensional" o qual incorpora o conhecimento do conteúdo (vocabulário, fatos e conceitos), as habilidades de processo (de manipulação e intelectuais), as disposições (atitudes e comportamentos), as relações Ciência-Tecnologia-Sociedade, a história e a natureza da Ciência.

No entanto, Martins e Duarte (2010), apontam que vivemos num relativismo epistemológico e cultural ditado pelas pedagogias contemporâneas ou pedagogias de negação à pedagogia tradicional. Como resultado disto, presenciamos a fragmentação e esvaziamento do currículo. Estes autores afirmam que a escolha de qualquer conteúdo vinculado ao aluno, os chamados ‘conteúdos significativos’ pode reproduzir os paradigmas das desigualdades sociais afinal, eles são resultados do meio social, das vivências sociais e, portanto da própria definição de sua classe social.

Entre a problemática estabelecida pelas pedagogias da negação, a escassez de professores qualificados e as influências das políticas neoliberais na educação, fazem dos livros didáticos ou apostilas os protagonistas do processo ensino aprendizagem de Ciências. (GASPAR,1997).

Assim, eles deveriam apresentar os conteúdos de forma relacionada entre si, contextualizados e completos. Estamos propondo que não é o conteúdo que deve ser significativo, mas sim a aprendizagem.

A aprendizagem significativa, como apresentada por David Ausubel, defende que o aluno deve fazer conexões entre as informações recém adquiridas com as pré existentes na sua cognição, transformando-as. Este processo se diferencia da aprendizagem mecânica exatamente por este ligamento entre as informações e transformação do conhecimento pré existente. Na aprendizagem mecânica o aluno armazena a informação nova sem que esta seja ancorada a outra informação pré existente na sua estrutura cognitiva, que permanece inalterada (MOREIRA, MASINI, 2001).

Portanto, não é o conhecimento que deva ser significativo, mas sim a aprendizagem e um possível caminho é apresentar os conteúdos inseridos na complexidade que o envolve com relação a outros, sua história, seus métodos de descobertas, etc.

Diante do exposto, a motivação para nossa pesquisa se pauta no questionamento se os livros didáticos utilizados em escolas públicas da região satisfazem esta exigência de apresentação destes conteúdos. Escolhemos o tema ‘Astronomia’ exatamente por se tratar de um conteúdo que não faz parte da vivência do aluno, portanto considerado não significativo pelas pedagogias de negação.

MATERIAIS E MÉTODOS

O método de pesquisa utilizado é de natureza qualitativa e buscou verificar como os tópicos que envolvem a Astronomia, Lei da gravitacional universal, Leis de Kepler, estações do ano, marés, entre outros, são abordados pelos livros didáticos de Ciências Naturais dos anos finais do Ensino Fundamental I (6^o ao 9^o).

A pesquisa investigou 8 livros didáticos, ou seja, dois para cada série, adotados no intervalo de 2014-2019 nas escolas da região.

O quadro 1 identifica os livros utilizados. O quadro 2 mostra os temas relacionados a Astronomia que estes livros trazem.

Quadro 1- Livros utilizados na pesquisa.

Livro	TÍTULO	ANO*	AUTORES	EDITORES	SÉRIES
1	Tempo de Ciência- Coleção Tempo da Ciência da Natureza	2017-2019	Eduardo Passos e Angela Sillos	Editora Do Brasil	6º ANO
2	Ciências Naturais- Aprendendo com o Cotidiano	2014-2016	Eduardo Leite do Canto	Editora Moderna	6º ANO
3	JORNADAS. CIE- Ciências.	2012	Mairá Rosa Carnavelle	Editora Saraiva	7º ANO
4	Ciências Naturais- Aprendendo com o Cotidiano	2014-2016	Eduardo Leite do Canto	Editora Moderna	7º ANO
5	Ciências – Nosso Corpo	2014-2016	Fernando Gewandsznajder	Editora Ática	8º ANO
6	Tempo de Ciência- Coleção Tempo da Ciência da Natureza	2017-2019	Eduardo Passos E Angela Sillos	Editora Brasil	8º ANO
7	JORNADAS. CIE	2012	Mairá Rosa Carnavelle	Editora Saraiva	9º ANO
8	Ciências Naturais- Aprendendo com o Cotidiano	2014-2016	Eduardo Leite Canto	Editora Moderna	9º ANO

Fonte: Autoral.

*O dado se refere aos anos em que o livro pode ser utilizado.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como podemos observar do quadro 02, os temas são diversos e encontram-se espalhados ao longo dos 4 anos do ensino fundamental II.

Quadro 2- Temas relacionados à Astronomia e abordados pelos livros didáticos investigados.

TEMAS	LIVRO 1	LIVRO 2	LIVRO 3	LIVRO 4	LIVRO 5	LIVRO 6	LIVRO 7	LIVRO 8
MOVIMENTO DOS ASTROS	X			X			X	X
ESTAÇÕES DO ANO	X	X						X
MARÉS							X	
LEI DA GRAVITAÇÃO							X	X
LEIS DE KEPLER								

Fonte: Autoral.

Outros conteúdos como Ecologia, Geologia, Anatomia, Citologia, Zoologia, Evolução, Botânica, introdução à Física e Química também fazem parte destes livros.

A leitura e análise de eventuais desenhos esquemáticos, apresentados por estes livros no contexto da Astronomia, de modo geral, mostram que os conteúdos são apresentados de forma completamente fragmentada e esvaziada e com desenhos equivocados. Os autores não contextualizam o conteúdo apresentado entre si ou com a história e muito menos com suas aplicações no dia a dia da população.

De acordo com livros de história da Ciência, quando Newton desenvolveu a lei da Gravitação Universal teve a preocupação de mostrar matematicamente, que estava de acordo com as leis de Kepler, obtidas anteriormente (BRENANN, 1998). Os cientistas da época perceberam que seria importante mostrar as possíveis relações entre estas duas descobertas. De fato, Newton mostrou! Com algumas considerações do movimento circular, podemos partir da lei da Gravitação Universal e obter a 3ª lei de Kepler.

Estas duas equações matemáticas aparentemente distintas, anunciadas por cientistas e períodos distintos, descrevem o mesmo comportamento para os corpos celestes. Essa correlação mostra a harmonia na interpretação dos fenômenos celestes, reforçando a sua validade e impedindo a formação de concepções paralelas para o preenchimento de lacunas, como exemplo disto, o movimento Terraplanista, como podemos acompanhar em alguns *sites* da rede mundial de computadores.

Sem mencionar estas relações ou as preocupações que os cientistas mostraram com esta validade, descreveremos de forma sucinta o que cada livro didático traz sobre os temas que abordam.

Livro 1 - tema “Movimento dos Astros” - aborda conteúdos sobre o movimento da Terra, da Lua, Modelo Geocêntrico e Heliocêntrico e fases da Lua. Apesar destes tópicos todos estarem conectados entre si, o livro fornece uma enorme quantidade de dados sem explicações contextuais. Ou seja, as informações divulgadas são destituídas dos conceitos físicos que determinam o comportamento dos astros. A órbita da Lua, representada pelo desenho, não apresenta a inclinação de 5° que realmente tem, o que impossibilita do aluno compreender as eclipses.

No texto sobre as Estações do Ano o único parâmetro apontado é a posição da Terra no movimento de translação sem mencionar a durabilidade do tempo para cada estação que estaria conectada a conservação do momento angular e a segunda lei de Kepler. O livro informa que a linha do equador é o lugar mais quente devido a incidência direta dos raios solares. No entanto, queremos ressaltar que a capital Quito, localizada no país chamado Equador é fria. Fotos e imagens de Quito mostram pessoas vestidas com ponchos de lã de alpaca. Isto porque a cidade fica a 2.850m de altitude. Para uma criança que observa isto pela internet, terá o cuidado de separar o conhecimento da escola do conhecimento real.

O desenho que representa as estações do ano está inadequado, porque mostra o Sol no centro de uma circunferência, negando a primeira lei de Kepler e a Terra totalmente escura numa posição de equinócio.

LIVRO 2- “Estações do Ano” – define solstício e equinócio. O texto descreve a posição relativa do Sol, como vemos da Terra, determinando o nascente e poente. Porém, não apresenta nenhum conceito físico para a explicação dos fenômenos, como a 3ª lei de Kepler e ou a lei da Gravitação Universal.

LIVRO 4- “Movimento dos Astros” - mostra um desenho esquemático sobre as fases da Lua. Como nos livros anteriores, este livro também não traz uma explicação relevante sobre o tema exposto, apenas expõem informações.

LIVRO 7 – “Gravitação Universal” e “Marés”. O primeiro é explicado corretamente tanto textualmente quanto esquematicamente por meio de um desenho que representou o vetor da força gravitacional entre a Lua e a Terra. O efeito da Maré foi relacionado com a lei da Gravitação Universal de forma adequada. No entanto, o livro não apresentou as diferenças entre as marés altas e baixas. Sabemos que as marés apresentam amplitudes diferentes, mesmo quando ditas baixas ou altas. Para compreender as amplitudes das marés é preciso aceitar que a Lua e a Terra fazem parte de um mesmo sistema com centro de massa deslocado do centro de massa da Terra e o livro não mencionou nada a este respeito.

LIVRO 8 – Gravitação Universal, Movimentos dos astros, Fases da Lua, Eclipse Solar, Eclipse Lunar, Movimentos da Terra: Rotação e Translação. Os temas abordados não mencionam a 3ª Lei de Kepler,

nem a Gravitação Universal, mas faz uma menção ao trabalho de Kepler do ponto de vista histórico. A Representação sobre as fases da Lua está correta, mas, apresenta somente 8 fases das 28 que realmente são caracterizadas. A Eclipse Solar e Lunar estão representadas corretamente. O livro trata sobre as Estações do Ano sem considerar a forma eclíptica da trajetória da Terra.

CONCLUSÕES

Os resultados mostram que os livros tratam o assunto da Astronomia sem vínculos teóricos entre si e com excesso de simplicidade. O problema principal seria a ausência de elementos teóricos que justifiquem a harmonia do movimento dos astros ou a essência histórica da descoberta. Da maneira como os temas são apresentados é possível que os alunos pensem que as descobertas são façanhas que ocorrem de repente com os iluminados. É impossível compreender a complexidade da Ciência e sua epistemologia da forma como os conteúdos são dados. Os livros reforçam uma ciência empírica, mecanicista, criada por gênios. Os alunos se excluem desta vivência porque não a compreendem e os conteúdos se tornam insignificantes não porque não faz parte da sua vida, mas porque não faz sentido. O excesso de simplificação dos conteúdos não permite que os alunos percebam a beleza ou as dificuldades para a interpretação dos fenômenos descritos pela Ciência.

Defendemos a idéia de que não são os conteúdos que devem ter significado para o aluno, mas sim permitir que ele faça aprendizagem significativa. Os conteúdos devem fazer sentido para ele. O papel do professor é importante e não deve ser delegado a nenhum livro didático.

Como resultado geral, vimos que em nenhum livro do ensino fundamental I o aluno verá a beleza e as relações que justificam a adoção de uma teoria em detrimento de outra. A ciência é um caminho escuro que a humanidade tentar trilhar sem saber como. O que faz uma teoria (por exemplo, a teoria heliocêntrica) vencer outra (por exemplo, a teoria geocêntrica) são as relações que uma faz com as outras. A Ciência é como um tecido que está sendo confeccionado entre idas e vindas. Existe uma coerência entre as leis universais. Essa coerência é tão forte que leva físicos do mundo todo investigar e buscar a 'teoria do tudo'.

Se os livros simplificam as teorias por acreditarem que os alunos não possuem condições cognitivas para compreendê-las, o que dizer da apresentação destas teorias equivocadas ou incompletas? Fica claro que os livros trazem apenas informações e, além disso, equivocadas, fragmentadas e simplificadas.

Elencamos resumidamente os principais erros encontrados nos livros analisados, conforme dado abaixo:

A órbita da Lua, sem a inclinação devida;

Dados fornecidos sem explicações das leis que regem os fenômenos.

Clima como consequência direta das Estações do Ano e esta sem estar relacionada com a conservação do momento angular, impossibilitando de compreender a diferença entre os dias de verão e inverno.

Não aponta as consequências da inclinação do planeta Terra.

O desenho que representa as estações do ano mostra o Sol no centro de uma circunferência e a Terra totalmente escura numa posição de equinócio.

Não apresenta as diferenças entre as marés consideradas altas e baixas.

O objetivo da Ciência é promover a alfabetização científica e em vista dos aspectos analisados, percebemos que os livros didáticos precisam apresentar conteúdos mais completo e não apenas informações e que estes conteúdos estejam correlacionados entre si, principalmente os referentes à mesma área do conhecimento.

O professor precisa apresentar um olhar mais crítico em relação aos livros didáticos e perceber os equívocos de cada conteúdo. E, principalmente tomar para si o papel de protagonista no processo ensino aprendizagem. É eles o balizador que irá garantir que a nova informação seja entrelaçada com o conhecimento prévio do aluno de tal forma que modifique sua cognição.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL no PISA 2015: **análises e reflexões sobre o desempenho dos estudantes brasileiros / OCDE- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico**. — São Paulo: Fundação Santillana, 2016. 274p.

BRENNAN, Richard. **Gigantes da Física**. Editor Zahar. 1998.

CANTO, Eduardo Leite do. **Ciências Naturais: Aprendendo com o cotidiano**, 6º, 7º, 9º anos. 4ª ed. São Paulo: Moderna, 2012.

CARNAVELLE, Maria Rosa. **JORNADAS.cie: ciências**, 7º e 9º anos. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

GASPAR, ALBERTO. Cinquenta anos de Ensino de física: Muitos equívocos, alguns acertos e a necessidade do resgate do papel do professor. Artigo apresentado no XV Encontro de Físicos do norte e Nordeste. Página de 1 – 13, 1997. Disponível em:

<https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/351678/mod_resource/content/4/texto_5.pdf>. Acessado em 04 de abril de 2019.

GEWANDSZNAJDER, Fernando. **Ciências: Nosso corpo**. 8º ano. 1ª ed. São Paulo: Ática, 2012.

MARTINS, L.M. e DUARTE N., orgs. **Formação de professores: limites contemporâneos e alternativos necessários** [online]. São Paulo, Editor UNESP, SP: Cultura Acadêmica, 191p. 2010.

MOREIRA, M.A; MASINI, E.F.S. **Aprendizagem significativa: A teoria de David P. Ausbel**. São Paulo: Centauro, 2001.

PASSOS, Eduardo; SILLOS, Angela. **Tempo de Ciências**. 6º e 8º anos. 2ª ed. São Paulo: Editora Brasil, 2015.

PRAXEDES, J. M. de O.; KRAUSE, J. O Estudo Da Física No Ensino Fundamental: Iniciação Ao Conhecimento Científico E Dificuldades Enfrentadas Para Sua Inserção. In: **Congresso Nacional De Educação, II**, 2015, Campina Grande. Campina Grande: 2015. p. 1 - 12.

ESTUDO CROMOSSÔMICO DA ESPÉCIE TRACHYCEPHALUS DIBERNARDOI (ANURA, HYLIDAE)

Bianca Leandro Vicente (PIC, Fundação Araucária)
Unespar/Campus União da Vitória, bianca.leandro.vicente@gmail.com
Rafael Bueno Noleto (Orientador), rbnoletto@yahoo.com.br
Unespar/Campus União da Vitória

Palavras-chave: Anfíbio. Heterocromatina. Hylidae.

INTRODUÇÃO

A ordem Anura, pertencente à classe dos anfíbios, apresenta uma diversidade de 6778 espécies descritas, alocadas em 55 famílias, distribuídas por quase todos os continentes, exceto na Antártida (FROST, 2019). Têm sido constantes as alterações na classificação deste grupo como por exemplo, as realizadas por Faivovich et al. (2005), quando baseado em marcadores moleculares.

No Brasil, é registrada a ocorrência de 1039 espécies de anuros, segundo a lista de anfíbios brasileiros divulgada pela Sociedade Brasileira de Herpetologia (SBH, 2017). Segundo Gazoni (2011), estes números vêm aumentando nos últimos anos (15% na última década) e este fato, associado a grande similaridade morfológica que os anuros apresentam, faz com que sejam necessários mais estudos a fim de se esclarecer a taxonomia e sistemática do grupo. Representantes deste grupo são popularmente denominados como sapos, rãs e pererecas, sendo em geral diferenciados por meio das especializações morfológicas do seu sistema de locomoção (POUGH; JANIS; HEISER, 2008).

Os anfíbios constituem um grupo animal de alta importância ecológica, seja por sua posição central em redes tróficas, por serem caracterizados como um grupo de ligação entre sistemas, i.e. aquático e terrestre, ou até mesmo por sua vasta diversidade, abrangendo uma ampla gama de microhabitats dulcícolas e terrestres (GARCIA et al., 2009). Apesar disto, os anuros vêm enfrentando uma pungente ameaça à sua conservação, já que as populações estão sofrendo declínio elevado. É considerado o grupo animal mais ameaçado da atualidade, com aproximadamente 40% das espécies ameaçadas de extinção, incluindo diversos relatos de extinções recentes (GRANDINETTI; JACOBI, 2005). Adicionalmente, é também o grupo com mais espécies sem informação classificados na categoria de dados insuficientes ou *Data Deficient* (DD) na plataforma online da União Internacional para Conservação da Natureza (IUCN, 2018). Vários fatores têm sido apontados como causas para esse declínio, tais como a introdução de espécies exóticas, a poluição, a alteração do equilíbrio entre predador

e presa, o aumento da radiação ultravioleta B (UV-B), a exploração de espécies, as chuvas ácidas e principalmente a perda e fragmentação de habitats, que ganha lugar de destaque no declínio das populações de anfíbios (BLAUSTEIN; KATS, 2013).

Hylidae é um grupo monofilético de pererecas com distribuição quase mundial e uma das mais diversas famílias da ordem Anura, com 969 espécies reconhecidas (FROST, 2019). Seus representantes estão agrupados nas subfamílias Hyalinae (composta pelas tribos Cophomantini, Dendropsophini, Hylini e Lophohylini), Pelodyadinae e Phyllomedusinae (FAIVOVICH et al., 2005). Estudos filogenéticos em larga escala são bastante compatíveis em termos de relações de Hyalinae (DUELLMAN; MARION; HEDGES, 2016).

A família Hylidae tem passado nos últimos anos por uma progressiva reorganização filogenética. Segundo Frost (2019), esta família apresenta 969 espécies já descritas, agrupadas em três subfamílias: Phyllomedusinae (61 espécies), Pelodyadinae (211 espécies) e Hyalinae (697 espécies). Desde a revisão inicial feita por Faivovich et al. (2005), o conhecimento taxonômico e as hipóteses filogenéticas disponíveis de gêneros dentro do Cophomantini aumentaram bastante.

O gênero *Trachycephalus* Tschudi, 1838 da subfamília Hyalinae é representado por 18 espécies (FROST, 2019) que distribuem-se das terras baixas do México, América Central e do Sul a leste dos Andes, para o norte da Argentina e sul do Brasil. A espécie *Trachycephalus dibernardoi* Kwet & Solé, 2008, foi descoberta no planalto das Florestas de Araucária do norte do Rio Grande do Sul ao sul do Paraná, na região sul do Brasil, onde ocorrem florestas de 550 a 950 metros acima do nível do mar. Segundo Kwet e Solé (2008), a nova espécie foi previamente confundida com a espécie *T. imitatrix* e também pode ocorrer em regiões adjacentes ao Brasil como na província de Misiones, Argentina. Este anuro é uma rã arborícola pouco conhecida, que pode ser encontrada em florestas subtropicais primárias e secundárias e bordas de florestas, principalmente em Florestas de Araucária ou Floresta Ombrófila Mista (KWET; SOLÉ, 2008). O período de reprodução aparenta estar relacionado com as fortes precipitações nos meses quentes de verão, que correspondem aos meses de dezembro a fevereiro no hemisfério sul (KWET; SOLÉ, 2008).

Apesar dos esforços contínuos para esclarecer a sistemática de Hylidae, dados cariotípicos são limitados quando comparados aos de peixes e mamíferos. Por muitos anos, os anfíbios têm sido rotulados como um grupo de vertebrado caracterizado por cariótipos altamente conservados. No entanto, com a aplicação de métodos de bandamento cromossômico e citogenética molecular, uma notável variabilidade na microestrutura cromossômica tem sido revelada, o que permitiu melhor identificar espécies e suas variantes geográficas, servindo assim como uma ferramenta confiável para estudos taxonômicos (KASAHARA et al., 2003).

Os dados sobre a citogenética dos hilídeos, com cerca de 340 espécies cariotipadas, fazem com que seja um dos grupos mais estudados entre os anuros (CATROLI; KASAHARA, 2009). A maioria das pelodryadines e phyllomedusines compartilham o número básico de $2n = 26$ cromossomos, enquanto que em hilinos, cariótipos com $2n = 24$ são frequentemente observados (FAIVOVICH et al., 2005). A posição filogenética de Hylinae, clado irmão do composto por Pelodryadinae e Phyllomedusinae sugere uma possível sinapomorfia do $2n = 24$ cromossomos para a subfamília, mas como mencionado por Faivovich et al. (2005) a distribuição deste caráter nas linhagens mais divergentes das tribos de Hylinae requer estudo. Cromossomos sexuais são considerados raros em Hylidae, restritos exclusivamente a subfamília Hylinae. Eles foram descritos citogeneticamente em *Hyla femoralis*, *H. immaculata* (como *H. suweonensis*), *H. japonica*, *H. squirella* (YU; LEE, 1990), e em *Pseudis tocantins* (GATTO; BUSIN; LOURENÇO, 2016).

Os cariótipos consistem principalmente de cromossomos com dois braços (KING, 1990), e variações no número de cromossomos têm sido consideradas como apomorfias (CATROLI; KASAHARA, 2009). Uma exceção é o gênero *Dendropsophus*, separado do gênero *Boana* para compor espécies com 30 cromossomos, apesar de seu diagnóstico morfológico incipiente, o que mostra a importância da citogenética para a sistemática neste grupo (CHEK et al., 2001).

Devido à acelerada degradação da Mata Atlântica e aos poucos estudos cromossômicos de anfíbios que habitam esse ecossistema, é de suma importância estudos que promovam ao menos um rascunho sobre a diversidade genética das espécies desse bioma.

Análises citogenéticas são uma importante ferramenta, já que algumas espécies de anfíbios, como as do gênero *Trachycephalus*, podem estar sofrendo diferentes pressões ambientais, o que pode resultar a longo prazo em uma diferenciação dos táxons. Novos padrões citogenéticos tendem a emergir à medida que novas pesquisas são realizadas em hilídeos, principalmente envolvendo as diferentes regiões, trazendo possíveis entendimentos a respeito da evolução do grupo.

No presente trabalho, estudou-se a estrutura cariotípica da espécie *Trachycephalus dibernardoi*, sendo este seu primeiro estudo cromossômico. Para isto, determinou-se a microestrutura cariotípica baseada no padrão de distribuição da heterocromatina com a técnica de bandamento C, mapeou-se os genes ribossômicos 45S por meio de coloração por Nitrato de Prata e estabeleceu-se o número diploide ($2n$) e número fundamental (NF) para a espécie. Além disso, os dados da pesquisa foram comparados com os já disponíveis na literatura, buscando possíveis variações populacionais.

MATERIAIS E MÉTODOS

Foram coletados indivíduos da espécie *Trachycephalus dibernardoi* em fragmentos de Mata Atlântica no município de União da Vitória, Paraná. Possuímos Licença Permanente para atividades com finalidade científica concedida pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – SISBIO Nº 63336-1, as quais foram realizadas no laboratório Multidisciplinar de Pesquisa da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), campus de União da Vitória.

Os procedimentos usados neste trabalho estão de acordo com as normas do Comitê de Ética em Experimentação Animal da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Imediatamente serão protocolados com número, sexo e procedência sendo então tombados no acervo do laboratório como testemunho.

Obtenção de Metáfases Mitóticas (BALDISSERA et al. 1993 com modificações)

Injetou-se, intraperitonealmente, uma solução de levedura glicosilada na proporção aproximada de 0,1mL/10g de peso do animal, deixando agir por 48h e, após o prazo, introduziu-se uma solução de colchicina na concentração entre 0,01% a 0,1%, na proporção aproximada de 0,1mL/10g de peso do animal. Após 4 horas, submetemos o animal a uma overdose anestésica de lidocaína a 2%. A medula óssea foi retirada dos fêmures, os quais foram lavados sucessivas vezes com solução hipotônica de cloreto de potássio a 0,075M, até a retirada completa da medula óssea. O material foi transferido para um tubo e levado à centrífuga onde foi incubado durante 45 minutos a 37°C. Posteriormente, iniciou-se a pré-fixação com adição ao material cerca de 6 gotas do fixador Carnoy (metanol e ácido acético, na proporção 3:1) em baixa temperatura, a qual foi agitada levemente com pausa de 5 minutos. Foram adicionadas mais 6 gotas do mesmo fixador, pipetado levemente, deixando em descanso por mais 5 minutos. Após o tempo necessário de repouso, o material foi centrifugado entre 900 a 1000 rpm, durante 10 minutos, e o sobrenadante foi descartado. O sedimento foi desmanchado com uma pipeta Pasteur e foram adicionadas 3 mL de fixador na solução. Os últimos procedimentos foram repetidos por mais duas vezes, e posteriormente armazenado no freezer a -20°C.

Coloração Convencional – Giemsa

O tubo foi retirado do freezer e a solução foi gotejada sobre vapor de água em banho-maria a 60°C. Posteriormente, as preparações foram coradas com uma solução de Giemsa a 5% em tampão fosfato de pH 6,8 por aproximadamente 10 minutos, a temperatura ambiente. Utilizou-se a coloração convencional para análise do número, morfologia e fórmula cromossômica do cariograma da espécie estudada.

Deteção da Heterocromatina Constitutiva: Bandas-CBG (SUMNER 1972, com modificações)

As lâminas contendo o material foram tratadas em ácido clorídrico (HCl) em 0,2N a 37°C durante 10 minutos com água destilada. Em seguida, a preparação foi incubada em hidróxido de bário Ba(OH)₂ a 5%, recém preparada e filtrada, a 25°C durante 1 a 2 minutos. Posteriormente, a lâmina foi mergulhada em solução de ácido clorídrico 0,2N e lavada com água destilada, e imersa em solução salina 2xSSC a 50°C, durante 40 minutos. Após o período, a lâmina foi lavada com água destilada, secada ao ar e corada com solução de Giemsa a 2%, em tampão fosfato de pH 6,8 durante 15 minutos. Fluorocromos base preferenciais (DAPI e Iodeto de Propídio) foram empregados conforme (SCHWEIZER, 1980).

Deteção das Regiões Organizadoras de Nucléolos (HOWELL e BLACK, 1980)

Foram colocadas sobre as lâminas que continham as preparações cromossômicas 3 gotas de gelatina (1%) e 6 gotas de solução aquosa de nitrato de prata (50%), misturando levemente a mistura. Cobriu-se a lâmina com uma lamínula (60x20mm), mantendo-a na estufa a 60°C pelo tempo necessário para que os cromossomos e núcleos assumam uma coloração amarelada e os nucléolos e as RONS (regiões organizadoras de nucléolos) uma coloração mais escura. Após isso, a lamínula foi removida com um jato de água destilada e a lâmina secada ao ar. Finalmente, o material foi corado com solução de Giemsa a 1% durante 1 minuto.

Análises Cromossômicas

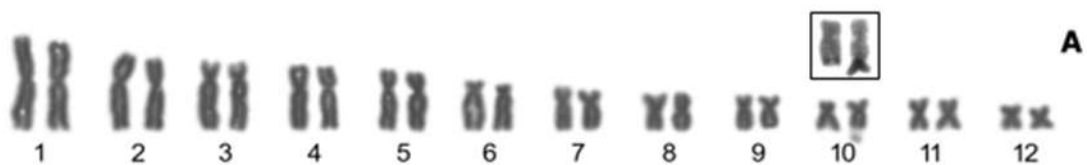
As preparações foram analisadas em microscópio óptico comum, e as contagens cromossômicas e observações mais detalhadas foram fotografadas em microscópio de campo claro e epifluorescência Carl Zeiss AxioLab A1 acoplado à câmera CCD AxioCam ICc 1 de 1.4 megapixels capturadas através do software ZEN. A montagem do cariótipo foi realizada através do software Photoshop[®] 7.0. A classificação cromossômica adotada foi a proposta por Green e Sessions (1991) baseada na relação de braços (RB): braço maior/braço menor.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A espécie *Trachycephalus dibernardoi* apresenta um número cromossômico diploide de $2n = 24$ cromossomos metacêntricos e submetacêntricos, portanto número fundamental (NF) igual a 48 (Figura. 1), seguindo o padrão cariotípico de grande parte das espécies da subfamília Hyliinae (RODRIGUES, 2015). A *T. dibernardoi* apresenta cromossomos metacêntricos, com exceção do par 3, o qual apresenta uma morfologia subteloentríca. A espécie *T. dibernardoi* foi anteriormente confundida com *T. imitatrix*

e, ainda que esta última não tenha sido cariotipada, o par 3 se mostra, portanto como um possível marcador para resolver a incerteza taxonômica. O $2n = 24$ predominante na subfamília Hyalinae, representa uma condição derivada de um ancestral com $2n = 26$ cromossomos que sofrera redução em seu $2n$ a partir de um evento de fusão.

Imagem 1 – Cariótipo de *Trachycephalus dibernardoi* em coloração convencional. Em destaque, o par portador do rDNA 45S (RONs).

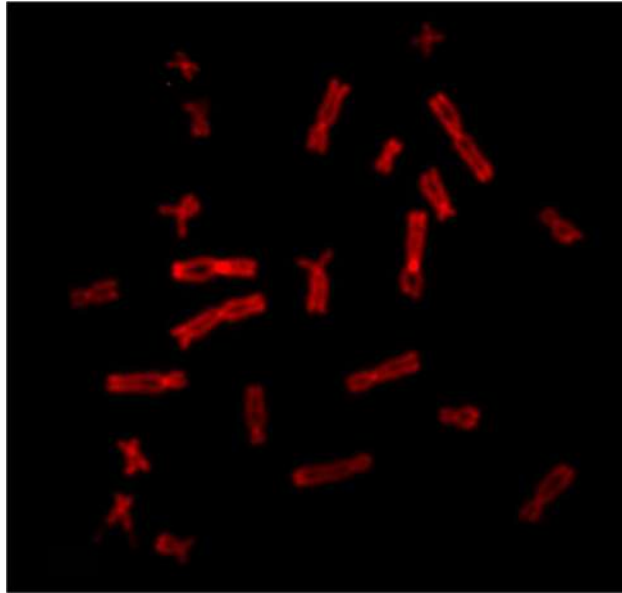


Fonte: Autoria própria.

Com relação às regiões organizadoras de nucléolos (RONs), foram encontradas em *T. dibernardoi* na região dos telômeros no cromossomo do par 10 (Imagem 1. Box), o qual demonstrou um proeminente heteromorfismo de tamanho. Tal localização ocorre também em outras espécies que possuem o cariótipo com $2n = 24$ cromossomos (GRUBER; HADDAH; KASAHARA, 2012), como em *T. mesophaeus* (Hensel, 1926) e *T. typhoni* (Linnaeus, 1758).

A técnica de bandamento C evidenciou regiões heterocromáticas distribuídas principalmente nos centrômeros dos cromossomos de *T. dibernardoi*, e também em telômeros de alguns pares (Imagem 2).

Imagem 2 – Padrão heterocromático dos cromossomos de *Trachycephalus dibernardoi* com iodeto de propídio.



Fonte: autoria própria.

A técnica de bandamento C não revelou nos cromossomos da espécie quantidade considerável de DNA repetitivo. Contudo, o mapeamento cromossômico de famílias desta classe de DNA são, atualmente, ferramentas promissoras para futuros estudos, principalmente em grupos em que há muitas incertezas taxonômicas e filogenéticas.

CONCLUSÕES

Este trabalho foi a primeira descrição cromossômica da espécie *Trachycephalus dibernardoi*, apresentando um cariótipo típico dos hilídeos, sendo um número diploide conservado de 24 cromossomos. Como diferença, destaca-se a morfologia do cromossomo do par 3, a qual pode ter sido causada por inversões pericêntricas ou um reposicionamento centromérico. Essa modificação morfológica no par 3 poderá ser considerada como um marcador cromossômico dentre as espécies do gênero, bem como o local onde são apresentadas as regiões organizadoras de nucléolos.

A técnica de bandamento C não revelou nos cromossomos de *T. dibernardoi* quantidade relevante de DNA repetitivo, entretanto a prospecção e mapeamento cromossômico de famílias desta

classe de DNA se mostram como ferramentas promissoras para abordagens futuras, especialmente neste grupo em que incertezas filogenéticas e taxonômicas ainda são presentes.

A espécie estudada tem como habitat a Mata de Araucárias, a qual distribui-se pela região sul do Brasil e província de Misiones, na Argentina. Por ser uma espécie rara em toda sua distribuição, é classificada como “deficiente em dados”. Logo, este trabalho contribui para a compreensão filogenética do grupo. À medida que novas pesquisas são realizadas em hílideos, novos padrões citogenéticos tendem a ocorrer, especialmente quando são envolvidas as diferentes regiões geográficas, buscando compreender a evolução desses organismos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BALDISSERA Jr., F. A.; OLIVEIRA, P. S. L.; KASAHARA, S. Cytogenetics of four Brazilian *Hyla* species (Amphibia-Anura) and description of a case with supernumerary chromosomes. **Revista Brasileira de Genética**, v. 16, p. 335-345, 1993.
- BLAUSTEIN, A.R, KATS, L.B. Amphibians in a very bad light. **Bioscience**, v. 11, p. 1028-1029, 2013.
- CATROLI, G. F.; KASAHARA, S. Cytogenetic data on species of the family Hylidae (Amphibia, Anura): results and perspectives. Publication UEPG: **Biological and Health Science Ponta Grossa**, v. 15, p. 67–86, 2009.
- CHEK, A. A.; LOUGHEED, S.; BOGART, J. P.; BOAG, P. T. Perception and history: molecular phylogeny of a diverse group of neotropical frogs, the 30-chromosome *Hyla* (Anura: Hylidae). **Molecular Phylogenetic Evolution**, v. 18, p. 370-385, 2001.
- DUELLMAN, W. E.; MARION, A. B.; HEDGES, S. B. Phylogenetics, classification, and biogeography of the treefrogs (Amphibia: Anura: Arboranae). **Zootaxa**, v. 4140, p. 001-109, 2016.
- FAIVOVICH, J.; HADDAD, C. F. B.; GARCIA, P. C. A.; FROST, D. R.; CAMPBELL, J. A.; WHEELER, W. C. Systematic review of the frog family Hylidae, with special reference to Hylinae: phylogenetic analysis and taxonomic revision. **Bulletin of the American Museum of Natural History**, v. 29, n.294, p. 1-240, 2005.
- FROST, Darrel R. **Amphibian Species of the World: An online reference**. Version 6.0. American Museum of Natural History, New York. Disponível em: <<http://research.amnh.org/vz/herpetology/amphibia/index.php/>>. Acesso em: 20 jul. 2019.
- GARCIA, P. C. A. et al. Anfíbios. **Fauna ameaçada de extinção no Estado de São Paulo: Vertebrados**. São Paulo: Fundação Parque Zoológico de São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente. 2009.
- GATTO, K. P.; BUSIN, C. S.; LOURENÇO, L. B. Unraveling the Sex Chromosome Heteromorphism of the Paradoxical Frog *Pseudis tocantins*. **PLoS ONE**, v. 11, p. 67-121, 2016.
- GAZONI, T. **Marcadores Citológicos no Cariótipo de Espécies de *Leptodactylus* (Amphibia, Anura, Leptodactylidae) Analisado com Técnicas de**

Citogenética Clássica e Molecular. Dissertação (Mestrado em Biologia Celular e Molecular) – Universidade Estadual Paulista – UNESP, Rio Claro, 2011.

GRANDINETTI, L.; JACOBI, C. M. Distribuição estacional e espacial de uma taxocenose de anuros (amphibia) em uma área antropizada em Rio Acima – MG. **Lundiana**, v. 6, p. 21-28, 2005.

GRUBER, Simone L; HADDAD, Célio F. B.; KASAHARA, Sanae. Karyotype analysis of seven species of the tribe Lophiohylini (Hylinae, Hylidae, Anura), with conventional and molecular cytogenetic techniques. **Comparative Cytogenetics**, [S.l.] v. 6, n. 4, p. 409-423, nov./dez. 2012.

HOWELL, W. M.; BLACK, D. A. Controlled silver-staining of nucleolus organizer regions with a protective colloidal developer: a 1-step method. **Experientia**, v. 36, n. 8, p. 1014-1015, 1980.

IUCN. **The IUCN Red List of Threatened Species**. Disponível em: <<http://iucnredlist.org>>. Acesso em: 28 jun. 2018.

KASAHARA, S.; ZAMPIERI SILVA, A. P.; GRUBER, S. L.; HADDAD, C. F. Comparative cytogenetic analysis on four tree frog species (Anura, Hylidae, Hylinae) from Brazil. **Cytogenetic Genome Research**, v. 103, p. 155-162, 2003.

KWET, Axel; SOLÉ, Mirco. A new species of *Trachycephalus* (Anura: Hylidae) from the Atlantic Rain Forest in Southern Brazil. **Zootaxa**, [S.l.], p. 53-67, out./dez. 2008.

NUNES, Rosana R. A.; FAGUNDES, Valéria. **Cariótipos de oito espécies de anfíbios das subfamílias Hylinae e Phyllomedusinae (Anura, Hylidae) do Espírito Santo, Brasil**. Boletim do Museu de Biologia Mello Leitão, [S.l.], n. 23, p. 21-36, jun. 2008.

POUGH, F. H.; JANIS, C. M; HEISER, J. B. Salamandras, Anuros e Cecílias. A vida dos vertebrados. **Atheneu Editora**, v. 8, p. 220-263, 2008.

RODRIGUES, Maria M. **Análise citogenética de espécies dos gêneros *Osteocephalus* e *Trachycephalus* (Anura, Hylidae)**. 2015, 45 f. Dissertação (Mestrado em Biologia Celular e Estrutural) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

SBH. Brazilian amphibians – **List of species**. **Sociedade Brasileira de Herpetologia**, 2017. Disponível em: <[www. http://sbhepatologia.org.br/](http://sbhepatologia.org.br/)>. Acesso em: 6 de setembro de 2017.

SUMNER, A. T. A simple technique for demonstrating centromeric heterochromatin. **Experimental Cell Research**, v. 75, p. 304-306, 1972.

YU, S. L.; LEE, H.Y. Comparative karyological analysis of the Korean tree frogs, *Hyla japonica* and *Hyla suweonensis* (Anura, Hylidae). **Korean Journal of Zoology**, v. 33, p. 1-5, 1990.

ESTUDO CITOGENÉTICO EM *Cyphocharax modestus* (CHARACIFORMES/CURIMATIDAE)

Karla Letícia Ferreira (PIC)
Unespar/Campus União da Vitória, karlaa.klf@gmail.com
Carla Andreia Lorscheider (Orientador), profcarlacb@gmail.com
Unespar/Campus União da Vitória
Thais Aparecida Dulz (Coorientador)
Unespar/Campus União da Vitória, thaisdulz@yahoo.com.br

Palavras-chave: Ictiofauna neotropical. Cromossomos. Cariótipo.

INTRODUÇÃO

A bacia do rio Iguaçu está localizada em sua maior parte no estado do Paraná, e encontra-se dividida em três regiões: alto Iguaçu, médio Iguaçu e baixo Iguaçu. O trecho entre as cidades de Porto Amazonas e União da Vitória compreende o médio Iguaçu, o qual pertence ao segundo planalto paranaense (BAUMGARTNER, 2012). Esta região é caracterizada por apresentar um pequeno número de espécies de peixes, entretanto com elevado grau de endemismo, possivelmente resultante do isolamento exercido pelas Cataratas do Iguaçu e principalmente pela construção de usinas hidrelétricas (BAUMGARTNER, 2012; ZAWADZKI; RENESTO; BINI, 1999).

Na ictiofauna do médio Iguaçu, destacam-se os Characiformes, que representam um dos maiores grupos de peixes de água doce do mundo (OLIVEIRA, 2010). Dentro deste grupo encontra-se a família Curimatidae, representados por número expressivo de indivíduos na região do médio Iguaçu, possibilitando os inúmeros registros de levantamento de espécies e a ocorrência de estudos citogenéticos com o gênero *Cyphocharax* nesta região.

As análises citogenéticas feitas em indivíduos da família Curimatidae, mostram que existe um alto grau de conservação cariotípica macroestrutural (OLIVEIRA, 2010), mas em alguns estudos mostram mudanças, sendo que cerca de 84% das espécies/populações estudadas possuem $2n=54$ cromossomos, caracterizando que alguns indivíduos não seguem este padrão. Além disso, estes indivíduos mostram ter cromossomos metacêntricos e submetacêntricos e número fundamental (NF) = 108 (NAVARRETE; JULIO Jr., 1997). Com padrões ocorrendo na maioria das espécies, diferenciam-se os indivíduos através de divergência de regiões organizadoras de nucléolos e regiões heterocromáticas (SAMPAIO et al., 2016).

A maioria dos estudos envolvendo análises citogenéticas na família Curimatidae mostra um número diplóide conservado de 54 cromossomos, inclusive para o gênero *Cyphocharax*, com isso é

importante identificar um marcador espécie específico para a população de *Cyphocharax modestus* provenientes do médio Iguaçu, o qual não apresenta nenhum registro de estudo com enfoque citogenético.

Outra característica considerada uma diversificação cromossômica dentro dos Curimatidae é a presença de cromossomos B em algumas espécies (VÊNERE et al., 2008). Este cromossomo, também chamado de supranumerário ou acessório, pode exibir uma morfologia similar à dos cromossomos do complemento A, ou uma que é claramente distinta (CAMACHO; SHARDE; BEUKEBOOM, 2000). Cromossomos B foram descritos em sete espécies de Curimatidae de diferentes populações entre elas *Cyphocharax modestus* (SAMPAIO et al., 2011; VÊNERE et al., 2008), foco do presente estudo.

Desta forma, esta pesquisa apresenta aspecto importante para o aumento de informações sobre a espécie, sendo possível denotar quais são as características que indicam as tendências evolutivas destes indivíduos dentro da família, bem como contribuir para uma melhor compreensão dos mecanismos subjacentes à evolução cromossômica deste interessante grupo de peixes, e ainda o acréscimo de informações a ictiofauna local.

Os objetivos desta pesquisa se concentraram em analisar citogeneticamente a espécie de *Cyphocharax modestus*, do Rio Iguaçu, na localidade de União da Vitória – PR. Além disso, verificar o número diploide e a fórmula cariotípica da espécie citada, detectar as Regiões Organizadoras de Nucléolos (RONs) dos cromossomos através da impregnação com nitrato de prata, realizar a caracterização dos padrões de heterocromatina constitutiva pela técnica de banda C, correlacionar os dados levantados aos já encontrados na literatura.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para realização deste estudo, fez-se uso de métodos qualitativa-quantitativa, onde os métodos mistos combinam os métodos predeterminados das pesquisas quantitativas com métodos emergentes das qualitativas (DAL-FARRA, 2013).

Sendo assim, neste trabalho uso de análises textuais, coleta de dados, possui aspecto experimental e se baseou na investigação dos indivíduos estudados.

A coleta dos indivíduos foi feita no rio Iguaçu região da calha principal localizada no distrito de São Cristóvão em União da Vitória/PR. Foram coletados indivíduos da espécie *Cyphocharax modestus*, com o auxílio de redes de mão e peneira, no rio Iguaçu, distrito de São Cristóvão em União da Vitória (PR). Foram transportados vivos, com auxílio de uma caixa de isopor contendo água do próprio rio, para

o laboratório da Universidade Estadual do Paraná, Campus União da Vitória, e mantidos em aquários aerados. Em seguida, houve a realização dos procedimentos de estimulação de metáfases mitóticas e técnicas decorrentes.

Coleta de Dados

Obtenção de cromossomos mitóticos (BERTOLLO; TAKAHASHI; MOREIRA-FILHO, 1978): Para estimular a divisão celular foi realizado um protocolo que consiste em injetar no animal, intra-abdominalmente, uma solução aquosa de colchicina 0,025% na proporção de 1 mL/100g de peso. Mantendo o peixe em aquário bem aerado entre 50 e 60 minutos. Anestesiá-lo colocando em um recipiente contendo benzocaína diluída a 0,01%, sacrificando-o em seguida. Retira-se uma pequena porção do rim anterior, transferindo para cerca de 10 mL de solução hipotônica (KCl 0,075M), dissociando as células com uma seringa desprovida de agulha. Incubar em estufa a 37°C durante 25-30 minutos. Resuspender o material com o auxílio de uma pipeta Pasteur, colocando-o em um tubo de centrífuga, descartando os fragmentos de tecidos não desfeitos. Acrescentar algumas gotas de fixador (3 partes de metanol para 1 de ácido acético glacial), recém preparado, resuspendendo o material repetidas vezes. Centrifugar durante 10 minutos, a 900 rpm. Descartar o material sobrenadante e adicionar quantidade suficiente de metanol para que se tenha uma suspensão celular moderadamente concentrada (geralmente de 0,5 a 1,0 mL) e resuspender bem o material. Acondicionar em tubos do tipo eppendorfs. Nesta etapa, o material fica armazenado em freezer, para utilização, sempre que necessário. Para o preparo das lâminas, primeiramente, estas foram devidamente limpas e incubadas em um béquer contendo água a uma temperatura de aproximadamente 60°C. Posteriormente, o material armazenado em eppendorfs foi retirado do freezer, ressuspenso e com o auxílio de um conta-gotas e foram pingadas duas gotas na lâmina.

Após as lâminas secas em temperatura ambiente, foram coradas com Giemsa diluída em tampão fosfato (pH 6,8) a 5%. O corante preparado foi colocado sobre as lâminas cobrindo toda a sua extensão, permanecendo por dez minutos. Em seguida, seu excesso foi retirado com água corrente e então após secar a lâmina, estas foram analisadas junto ao microscópio.

Impregnação por nitrato de prata (Howell;Black, 1980): Colocadas sobre uma lâmina com duas gotas do material armazenado no freezer 2-3 gotas de solução aquosa de gelatina (1g de gelatina incolor + 50 mL de H₂O + 0,5 mL de ácido fórmico). Adicionadas sobre cada gota de gelatina 1 gota de H₂O e 2 gotas de AgNO₃. Cobri-se com lamínula e colocadas em estufa a 60°C durante 3-6 minutos. Deixando a lamínula escorrer debaixo da água corrente. Seca-se a lâmina e observa-se ao microscópio.

Detecção de heterocromatina constitutiva (Summer, 1972): Tratada a lâmina já contendo as gotas do material para análise, com HCl em temperatura ambiente em Lestufa, por 15 minutos. Lavada a lâmina em água corrente e seca-se ao ar. Incuba-se em solução salina de 2xSSC, a 60°C em banho-maria por 15 minutos. Lava-se em água corrente e seca-se ao ar. Incubada a lâmina por 30 segundos em solução de hidróxido de bário Ba(OH)₂ em banho-maria a 42°C, com o Ba(OH)₂ sendo recém preparado e filtrado. Lava-se a lâmina rapidamente em solução HCl, e depois em água deionizável, deixas-e secar ao ar. Incubada a lâmina em solução salina de 2xSSC a 60°C, por 1 hora. Lava-se em água corrente e seca-se ao ar. Corada com Giemsa 5% durante 5-10 minutos. Lavada em água corrente.

Análise de Dados

Montagem dos cariótipos: As preparações cromossômicas convencionais foram analisadas em microscópios de campo claro Olympus Bx41. As imagens foram capturadas com utilização do software Image Pro Plus – CoolSNAP (Media Cybernetic) em Câmera de Captura Alympus DP71 12 mp. As fotografias dos cromossomos foram recortadas e em seguida os homólogos pareados e dispostos em grupos (metacêntrico, submetacêntrico, subtlocêntrico e acrocêntrico). A classificação cromossômica adotada foi proposta por LEVAN; FREDGA; SANDBERG (1964) e revista por GUERRA (1986) onde o limite de relação de braços (RB), braço maior/braço menor, estabelecido é o seguinte:

RB= 1,00 – 1,70 / metacêntrico (m);

RB= 1,71 – 3,00 / submetacêntrico (sm);

RB= 3,01 – 7,00 / subtlocêntrico (st);

RB= maior que 7,00 / acrocêntrico (a).

Na determinação do número fundamental (NF), os cromossomos metacêntricos, submetacêntricos e subtlocêntricos serão considerados com 2 braços cromossômicos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

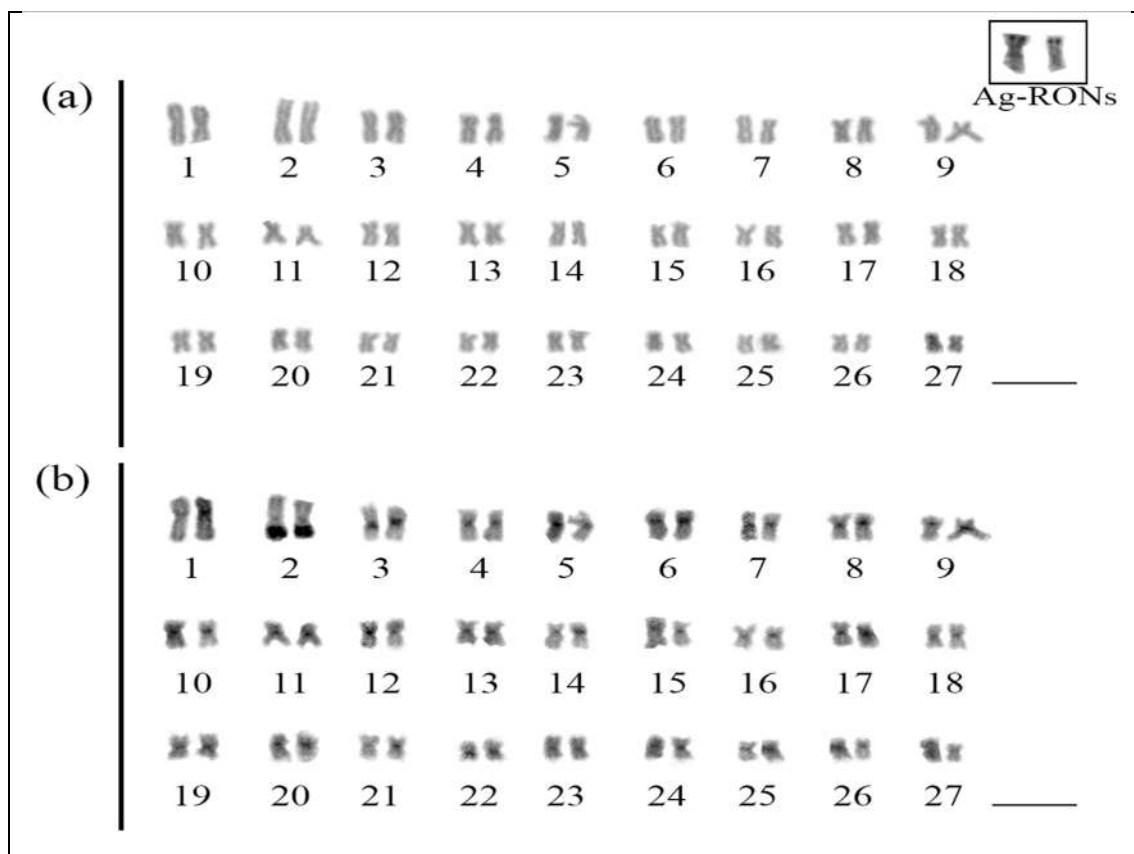
Os exemplares analisados apresentaram um número diplóide de 54 cromossomos, tipo metacêntrico e submetacêntrico (Imagem 1), com o número fundamental igual a 108.

A detecção de heterocromatina constitutiva levou a marcações pericentroméricas de todos os cromossomos. Além disso, ocorreram marcações adicionais nos indivíduos dessa população, localizadas na região telomérica do braço longo nos cromossomos do par 2. Informações sobre a quantidade de heterocromatina que possa desempenhar um papel significativo na evolução em cromossomos neste grupo de peixes são avaliados por pesquisadores, levando em consideração toda a família Curimatidae,

por possuírem grande conservação cariotípica, as pequenas variações podem representar a identidade de determinadas espécies de peixes, incluindo sua história evolutiva (SAMPAIO, et al., 2016).

Estudos mostram que a maioria das populações da família Curimatidae apresentam o número diploide igual a 54 cromossomos, todos com marcação pela Banda C metacêntricos e submetacêntricos, inclusive são informações confirmados através da técnica denominada Bandamento C e apresentados no presente trabalho (OLIVEIRA, 2010). Os resultados da população analisada nesta pesquisa são condizentes com os trabalhos realizados até o momento com espécie, indicando uma grande estabilidade cromossômica em Curimatidae, reforçando a ideia de que este grupo de peixes mantém o número diploide igual a 54 cromossomos e uma estrutura cromossômica forte um provável cariótipo ancestral. Em contrapartida, apesar desta grande conservação cariotípica da família, as espécies possuem seus marcadores individuais, a presença de um único sistema de RON é constantemente observada em seu complemento, representando um marcador citogenético específico (DE ROSA et al., 2007). A impregnação por nitrato de prata mostrou marcações em regiões teloméricas do braço curto do cromossomo 2, representando o único par cromossômico portador de Ag-RONs, denominadas as Regiões organizadoras de nucléolos (Imagem 1 – caixa em destaque).

Imagem 1 – Cariótipo da espécie *C. modestus*. a) coloração convencional com Giemsa. b) detecção de heterocromatina constitutiva (bandamento C). A barra corresponde a 10 μ m.



Fonte: A autora, 2019.

De acordo com a Tabela 1, para o gênero *Cyphocharax* foi possível representar 11 espécies e algumas características citogenéticas. Esta tabela apresenta a maioria das espécies com número de diploide igual a 54 cromossomos metacêntricos e submetacêntricos, aonde apenas a espécie *C. platanus* com 58 cromossomos metacêntricos, submetacêntricos e subtelo-cêntricos, indicando assim um grande percentual de populações conservadas cariotipicamente. Além disso, as espécies representadas apresentam a diferenciação na localização das Regiões Organizadoras de Nucleólos (RONs), indicando sua caracterização em nível de espécie, os RON podem servir como marcadores espécie-específico e até mesmo como marcadores populacionais intraespecíficos (OLIVEIRA, 2010).

Tabela 1 – Estudos citogenéticos realizados no gênero *Cyphocharax*.

Espécies	2n	FC	NF	Par de Ag-RON	Referência
<i>C. Gilbert</i>	54	44m+10sm	108	2	Gravena et al. (2007); Teribele et al. (2008)
<i>C. cf. gilii</i>	54	54m	108	1	Teribele et al. (2008)

<i>C. gouldingi</i>	54	54m + B	108	2	Teribele et al. (2008)
<i>C. modestus</i>	54	m + sm	108	2	A autora (2019)
<i>C. nagelii</i>	54	46m + 6sm	108	1,2,6,11,21,26	Venere et al. (2008)
<i>C. platanus</i>	58	48m + 4sm + 6 st	116	6	Venere et al. (2008)
<i>C. cf. spilurus</i>	54	54m	108	10	Venere;Galetti (1989)
<i>C. spilotus</i>	54	54m + B	108	2	Sampaio et al. (2016)
<i>C. vanderi</i>	54	54m	108	6	Venere;Galetti (1989)
<i>C. voga</i>	54	54m + B	108	5	Sampaio et al. (2016)
<i>C. saladensis</i>	54	54m + B	108	8	Sampaio et al. (2016)

Fonte: Sampaio, 2016 (modificado pela autora, 2018)

CONCLUSÕES

Os resultados apresentados permitiram alguns apontamentos como a conservação macroestrutural dos cromossomos na família Curimatidae e confirmada com a população analisada *C. modestus* provenientes do médio Rio Iguçu, União da Vitória/PR. A ausência dos cromossomos B nestes indivíduos indica uma possível diferença entre populações de outras regiões estudadas anteriormente. A caracterização interespecífica, com a espécie apresentando apenas um par cromossômico com a Região Organizadora de Nucléolo (RON), levando a concordância com estudos analisados nesta pesquisa. Concluo que esta pesquisa contribui com informações científicas sobre a espécie, população, gênero, família e a ictiofauna da região do sul do Paraná, atribuindo importância à pesquisa, pois se trata da pioneira sobre a população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMGARTNER, G., PAVANELLI, C. S., BAUMGARTNER, D., BIFI, A. G., DEBONA, T., FRANA, V. A. **Peixes do baixo rio iguaçu**. Maringá, EDUEM, 2012.

BERTOLLO, L.A.C.; TAKAHASHI, C.S.; MOREIRA-FILHO, O. Cytotaxonomic considerations of *Hoplias lacerdae* (Pisces, Erythrinidae). **Revista Brasileira de Genética**, v.1, n.2: p. 103-102, 1978.

CAMACHO, J. P.; SHARDEL, T. F.; BEUKEBOOM, L. W. B chromosome evolution. **Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences**, v. 355, n. 1394, p. 163-78, 2000

CARVALHO, R.A.; MARTINS-SANTOS, I. C.; DIAS, A. L. B chromossomes: na update about their occurrence in freshwater Neotropical fishes (Teleostei). **Journal of Fish Biology**, v.72, n.8, p.1907-1932, 2008.

DAL-FARRA, R.A.; LOPES, P.T. Mixed methods in education: theoretical assumptions. **Nuances: estudos sobre Educação**, v.24, n.3, p. 67-80, 2013.

DE ROSA, L.V.M; FORESTI, F.; MARTINS, C.; OLIVEIRA, C.; SOBRINHO, P.E.; WASKO, A.P. Cytogenetic analyses of two Curimatidae species (Pisces; Characiformes) from the Paranapanema and Tietê Rivers. **Brazilian Journal Biology**, v.67, n.2, p. 333-338, 2007.

GALETTI Jr, P.M.; BERTOLLO, L.A.C.; MOREIRA-FILHO, O. Trends in chromosome evolution of neotropical characiform fishes. **Caryologia**, v. 47, n. 3-4, p. 289–297, 1994.

GUERRA, M. S. Reviewing the chromosome nomenclature of Levan et al. **Revista Brasileira de Genética**, v. 9, p.741-743, 1986.

HOWELL, W. M.; BLACK, D. A. Controlled silver staining of nucleolus organizer regions with a protective colloidal developer: a 1-step method. **Experientia**, v. 36, p. 1014-1015, 1980.

LEVAN, A.; FREDGA, K.; SANDBERG, A.A. Nomenclatura for centromeric position on chromosomes. **Hereditas**, v. 52, p. 201-220, 1964.

NAVARRETE, M.C., JULIO J.R., F.H. Cytogenetic analysis of four Curimatidae from the Paraguay Basin, Brazil (Pisces, Charaxiformes, Curimatidae). **Cytologia**, v. 62, n. 3, p. 241-247, 1997.

OLIVEIRA, R. M. de. **Citogenética clássica e molecular de três espécies de Curimatídeos, com ênfase no cromossomo B de *Cyphocharax nagelii* (CHARACIFORMES, CURIMATIDAE)**. Tese (Doutorado em Genética de Evolução) – Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

SAMPAIO, T.R.; PIRES, L.B.; VENTURELLI, N.B.; USSO, M.C.; ROSA, R.; DIAS, A.L. Evolutionary trends in the Family *Curimatidae* (*Characiformes*): inferences from chromosome banding. **Comparative Cytogenetics**, v. 10, n. 1, p. 77-95, 2016.

SUMNER, A.T.A. Simple Technique for Demonstrating Centromeric Heterocromatin. **Experimental Cell Research**, v.75, n. 1, p. 304-306, 1972.

VENERE, P.C.; SOUZA, I.L.; SILVA, L.K.; DOS ANJOS, M.B.; DE OLIVEIRA, R.R.; GALETTI Jr, P.M. Recent chromosome diversification in the evolutionary radiation of the freshwater fish family *Curimatidae* (*Characiformes*). **Journal of Fish Biology**, v. 72, n. 8, p. 1976–1989, 2008.

ZAWADZKI, C.H.; RENESTO, E.; BINI, L.M. Genetic and morphometric analysis of three species of the genus *Hypostomus* Lacépède, 1803 (Osteichthyes: Loricariidae) from the Rio Iguçu basin (Brazil). **Revue Suisse de Zoologie**, v. 106, n. 1, p. 91-105, 1999.

PLANTAS MEDICINAIS CULTIVADAS EM UNIÃO DA VITÓRIA – PR: CONTRIBUIÇÃO AO ACERVO DO HERBÁRIO CACHOEIRAS VALE DO IGUAÇU

Paola Fernanda Nedopetalski (PIC, Fundação Araucária)
Unespar/Campus União da Vitória, paolanedope@gmail.com
Rogério Krupek ,rogeriokrupek@yahoo.com.br
Unespar/Campus União da Vitória, e-mail

Palavras-chave: Herbário. Taxonomia. Planta medicinal

INTRODUÇÃO

As plantas medicinais compreendem um dos grupos mais utilizados pela população de um modo geral, Chevallier (2017) afirma que não precisamos voltar muito no tempo para saber o valor dessas plantas, cerca de setenta anos atrás os humanos dependiam quase que totalmente das plantas para tratar todos os tipos de enfermidade. Hoje temos as plantas medicinais voltando a cena para complementar tratamentos a partir de fitofármacos e fitoterápicos. A prática de utilizar as plantas medicinais inteiras ainda é muito utilizada, mas agora como meio de prevenção e cura de várias doenças e enfermidades comuns ao nosso dia-a-dia.

Segundo Almeida (2011), muito se perdeu do saber acerca dos poderes dessas plantas, apesar disso, na atualidade, o estudo e pesquisa etnofarmacológica¹⁴¹ vem sendo vista como uma nova possibilidade de descoberta de novos medicamentos, de acordo com Brasil (1995 apud Argenta *et al*, 2011) é inegável que o uso popular e tradicional não são suficientes para validar as plantas medicinais como medicamentos seguros, é necessário portanto, que seus efeitos sejam validados a partir de evidências experimentais comprobatórias. Fernandes (2004) relata que a área de pesquisa científica com plantas medicinais é dada por divisões, que vai desde a identificação correta do vegetal, o reconhecimento e isolamento de substâncias e identificação da atividade dessa substância no organismo.

Mesmo com a medicina convencional estando cada vez mais atualizada e em alta, Brasil (2006 apud Argenta *et al*, 2011) argumenta que a procura por medicamentos fitoterápicos e tratamentos alternativos naturais tem aumentado, a partir disso a Organização Mundial de Saúde

¹⁴¹ Etnofarmacologia é o estudo de plantas medicinais através do conhecimento popular, agregando tal conhecimento a estudos farmacológicos.

(OMS), através do Sistema Único de Saúde (SUS) assumiu o compromisso em estimular o uso das plantas medicinais e fitoterápicos em tratamentos.

Embora, nas plantas, os princípios ativos indicados para tais enfermidades estejam, normalmente, em baixas concentrações nestas plantas, cuidados devem ser tomados, Mauad (2016) salienta a importância de saber o que se está consumindo e para qual finalidade, pois a ação de algumas plantas embora muito conhecidas e utilizadas ainda não estão cientificamente comprovadas e efeitos danosos não estão livres de acontecer pelo simples fato de se tratar de um produto natural. Sendo assim, sempre se recomenda, antes da utilização de qualquer planta medicinal, obter o diagnóstico de um especialista.

Neste sentido, dois problemas comuns podem ser apontados com relação ao uso de plantas medicinais e sua difusão na comunidade. O primeiro trata da enorme quantidade de nomes comuns utilizados. Nomes diferentes podem ser usados embora se tratem da mesma planta, a exemplo temos a melissa (*Melissa officinalis*), que é comumente chamada de erva cidreira. O segundo, refere-se a utilização de um mesmo nome comum a diferentes plantas, a exemplo temos a pulmonária, planta muito utilizada para tratar doenças respiratórias, tendo-se o conhecimento de duas espécies diferentes (*Stachys byzantina* e *Pulmonaria officinalis*), a primeira refere-se a planta comumente chamada de peixinho-da-horta ou falsa pulmonária, e a segunda chamada popularmente de pulmonária ou pulmonária verdadeira. Este tipo de conflito e informação quanto aos nomes populares, pode gerar certa confusão quanto a sua identificação e uso incorreto destas plantas.

As plantas sempre foram a base para tratar doenças, porém muito disso se perdeu no decorrer da história, devido principalmente à mudanças sociais, naturais e ao avanço da tecnologia, que está cada vez mais apurada e investigando novos tipos de medicamentos farmacêuticos. Com essa busca incessante por drogas farmacológicas - que acaba acontecendo muitas vezes por comodidade - a cultura de se cultivar em suas próprias casas ou obter em lojas de produtos naturais plantas que auxiliam em tratamentos médicos ou que até mesmo curam doenças, vem se perdendo, e cabe aqui, neste presente trabalho salientar a importância de desfrutar para fins benéficos esta infinidade de variedades de plantas que temos na flora do nosso país.

No princípio, o uso dessas plantas sempre foi de uso empírico, que muito se provou de sua eficácia na prática, porém, hoje com o avanço de meios tecnológicos podemos estudar essas

plantas cientificamente, tendo detalhes e provas de seus fins medicinais. Além de se investigar se o conhecimento popular sobre essas plantas condiz com o científico, procura-se também levar até a população informação correta. Sabendo-se da importância de que o conhecimento acadêmico científico não fique restrito somente a universidade, este trabalho também tem como objetivo abordar a linguagem científica aqui referida, mas também de fácil compreensão para a população em questão para que os mesmos tenham acesso.

Considerando isso, o principal objetivo deste trabalho é verificar se o conhecimento popular sobre a utilização de plantas medicinais condiz com o conhecimento científico até hoje descrito.

MATERIAIS E MÉTODOS

Os trabalhos de campo foram realizados junto a comunidade residente no perímetro urbano do município de União da Vitória, extremo sul do estado do Paraná. Os procedimentos amostrais seguiram os seguintes passos:

a) Coleta de informações e materiais: foram visitadas aleatoriamente um total de 36 residências localizadas no município. Foram selecionadas apenas as residências em que o morador possuía a planta medicinal informada. Para a coleta de informações, foi utilizado um questionário contendo as seguintes questões: a) idade; b) escolaridade; c) sexo; d) possui alguma planta medicinal em casa; e) que planta possui; f) utiliza para qual finalidade; g) como utiliza; h) como obteve informações sobre a propriedade medicinal da planta. O material botânico (uma amostra da planta citada pelo entrevistado) foi coletado, levado até o Herbário Cachoeiras Vale do Iguaçu (HCVI) onde o mesmo seguiu todos os procedimentos para a herborização. A identificação dos exemplares foi feita com base em literatura especializada. Todos os exemplares foram depositados no acervo do HCVI e armazenados sob forma exsicata (Figura 1 e 2), para que possam ser utilizados posteriormente para estudos.

b) Obtenção de informações de uso e recomendação das plantas: para a determinação do efeito medicinal cientificamente comprovado das plantas medicinais citadas nos trabalhos de campo, uma consulta bibliográfica foi realizada, através de diferentes fontes de pesquisa. Para tanto, foram apenas selecionados trabalhos efetivamente publicados em revistas científicas. Os dados foram então comparados com aqueles obtidos pela população avaliada.

c) *Análise dos dados*: todos os dados obtidos foram analisados qualitativamente buscando-se fazer um paralelo entre o conhecimento empírico da população e o conhecimento científico armazenado (taxonômico e medicinal). Todos os dados foram dispostos na forma de tabelas.

Figura 1. Exsicata da planta *Tanacetum vulgare*, depositada no HCVI.



Figura 2. Exsicata da planta *Bidens pilosa* L., depositada no HCVI.

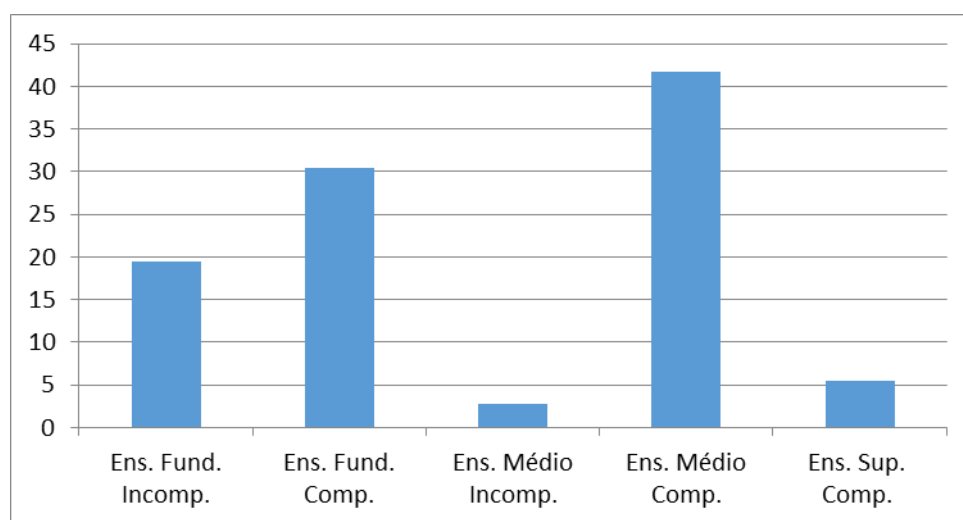


Caracterização da população amostrada: a população amostrada (n=36) apresentou uma imensa variação com relação à idade (15 a 77 anos), embora a maioria (55,5% do total) dos entrevistados possuía idade superior a 50 anos. Estes resultados denotam duas características importantes: a primeira, já relatada por Brasileiro *et al* (2008) é que o conhecimento popular sobre plantas medicinais é proveniente da tradição familiar, onde conhecimentos provenientes de gerações anteriores são repassados, sendo os detentores do conhecimento pessoas mais idosas, com margem superior a 60 anos, devido a questões históricas (tempo de vida e contato com antepassados cuja prática era muito mais comum), socio-econômicas ou simplesmente por apresentarem maior proximidade com o campo ou o ambiente natural. A segunda questão, mais contraditória, refere-se ao número de entrevistados considerados jovens neste estudo (19,4% do total apresentaram idade inferior a 30 anos). Tal situação é atual e comum, e, realmente, as populações mais jovens carecem de conhecimentos empíricos a respeito deste grupo de organismos. Entretanto, tais registros podem estar relacionados a grandes centros urbanos, onde, segundo Veiga Júnior; Pinto e Maciel (2005) a comercialização de plantas medicinais é feita em farmácias e lojas de produtos naturais, onde são rotuladas e vendidas de forma industrializada, onde muitas vezes a população não sabe a procedência de tal produto, que, em grande parte das vezes não possui certificado de qualidade e comprovações científicas; ou a populações com características específicas, onde de um lado temos as populações carentes que por muitas vezes não tem acesso a tratamentos da medicina convencional e acabam utilizando da tradição para tratar enfermidades a partir de plantas; e do outro temos o aumento pela procura de medicamentos a base de produtos naturais por populações com condições financeiras para custear tratamentos convencionais, mas optam por seguir uma linha mais natural, linha esta que vem crescendo entre os jovens. No caso da região em estudo, embora urbana, com uma influência rural muito forte e uma cobertura florestal nativa e bem preservada nos arredores, talvez possa contribuir com o interesse de populações mais jovens a respeito das plantas medicinais.

Com relação à escolaridade, 19,5% do total apresentam o ensino fundamental incompleto, 30,5% possuem o ensino fundamental completo, 2,8% tem ensino médio incompleto, 41,7% com ensino médio completo e 5,5% com ensino superior completo (Figura

3). A maioria dos entrevistados (52,7% do total) são do sexo feminino. Embora representem a maioria, os valores foram muito similares.

Figura 3. Demonstrativo do nível de escolaridade dos entrevistados.



Fonte: Do autor (NEDOPETALSKI, 2019).

Plantas medicinais de comum uso pela população: as informações referentes às plantas medicinais comumente utilizadas pela população amostrada são apresentadas na tabela 1.

Tabela 1. Plantas medicinais e seu uso indicado pela população de União da Vitória – PR. A linguagem utilizada para elaboração da tabela é a mesma usada pelos entrevistados.

Planta citada	Finalidade do uso	Forma do uso
Alecrim	Circulação/calmanete	Chá (infusão)
Boldinho	Dor de estômago	Chá (infusão)
Boldo	Dor de barriga/estômago	Chá (decoção)
Boldo do Brasil	Dor de estômago	Maceração (água fria)
Boldo do Chile*	Dor de estômago	Maceração (água fria)
Cânfora	Dor de estômago /cólica	Chá (infusão)
Capim limão	Calmanete	Chá (infusão)
Catinga-de-mulata	Dor de estômago/feridas/parasitas	Chá (água fria) /sumo na pele

Cidreirinha	Calmante/baixa pressão	Chimarrão
Confrei	Alergia da pele	Sumo (na pele)
Erva doce	Tratamento de feridas	Chá (infusão) /banho
Erva levante	Fortificante	Banho
Folha de amora	Menopausa	Chá (infusão)
Gengibre	Garganta	Chá (decoção)
Guiné	Infecção de garganta	Maceração (água fria)
Hortelã	Dor de Barriga	Chá (infusão)
Hortelã graúdo	Calmante	Chá (infusão)
Losna	Dor de estômago	Chá (infusão)
Malva	Dor de estômago/úlcera/anti-inflamatório	Chá (infusão)
Manjeriçõ	Bronquite/asma	Chá (infusão)
Manjerona	Dor de estômago/vômito	Chá (decoção)
Melissa	Calmante	Chá (infusão)
Menta	Digestão	Chá (infusão)
Ora-pro-nobis	Vitamina	Alimentação
Pariparoba/Jaborandi	Pressão alta	Chá (decoção)
Picão	Anemia	Chá (decoção)
Pulmonária	Problemas do pulmão	Chá (infusão)
Quebra-pedra	Rim	Chá (decoção)
Salsinha	Infecção da bexiga	Chá (infusão)
Salvinha	Tosse/bronquite	Chá (infusão)

* A planta citada popularmente por boldo do Chile não é encontrada *in natura* no Brasil, trata-se da espécie boldo brasileiro (*Plectranthus barbatus*).

O número de plantas citadas (n=28) é considerado alto, principalmente quando comparado ao número de entrevistados (n=36). Algumas plantas foram citadas para mais de um tipo de utilização, totalizando um total de 41 formas de indicação. Deste total, 30 foram indicados para males de pouca gravidade e/ou cotidianos (p. ex. dores de estômago, problemas

digestivos, feridas e alergias), onde, após pesquisa bibliográfica em fontes científicas chegou-se ao resultado de que 22 finalidades de uso citadas pela população foram comprovadas cientificamente, e o restante portanto, não tendo tais comprovações. Dentre as que obtiveram tais comprovações para males comuns estão o alecrim (*Rosmarinus officinalis*), utilizado pela população para melhorar a circulação; todos os boldos (*Plectranthus barbatus* e *Plectranthus ornatus*), utilizados para males do estômago; cânfora (*Artemisia camphorata*), que possui propriedades analgésicas e foi indicada para dores estomacais e cólicas; capim limão (*Cymbopogon citratus*), usado como calmante; catinga-de-mulata (*Tanacetum vulgare*), informada como algumas de suas utilizações para tratamento de vermes intestinais, sendo um potente vermífugo natural e usada externamente para tratar feridas; confrei (*Symphytum officinale*), indicado para tratar alergias da pele; gengibre (*Zingiber officinale*) e guiné (*Petiveria alliacea*), usados para tratar infecção de garganta; losna (*Artemisia absinthium*), indicada para dores de estômago; malva (*Malva sylvestris*), indicada para dores de estômago e antiinflamatório para enfermidades em geral; melissa (*Melissa officinalis*), utilizada como planta calmante; menta (*Mentha x piperita*), usada para melhorar a digestão; hortelã (*Mentha sp.*), utilizado para dores de barriga; ora-pró-nóbis (*Pereskia aculeata*) citada e utilizada como fonte de vitaminas; quebra pedra (*Phyllanthus niruri*), citada para tratar doenças renais e salsinha (*Petroselinum crispum*), usada para tratar infecção nas vias urinárias. As plantas citadas para tratar males comuns, que não obtiveram comprovação para tal ação mencionada, foram: alecrim (*Rosmarinus officinalis*) e cidreira (*Aloysia triphylla*), indicados como calmante; catinga-de-mulata (*Tanacetum vulgare*), utilizada para dor de estômago; pariparoba (*Piper umbellatum*), usada para tratamento de pressão alta; hortelã graúdo (*Mentha sp.*) usado como calmante; erva doce (*Foeniculum vulgare*) indicada para tratar feridas; erva levante (*Mentha sylvestris*), como fortificante para crianças e manjerona (*Origanum majorana*), utilizada para tratar dor de estômago e vômito. Embora sejam muito conhecidas popularmente e até mesmo em algumas literaturas, nada a respeito foi encontrado cientificamente.

Das 41 finalidades de uso mencionadas, 8 foram indicados para males mais graves (p. ex. bronquite, asma, úlcera e anemia) dentre as quais 4 foram comprovadas em literatura científica. As plantas que obtiveram comprovação científica foram: sálvia (*Salvia officinalis*), sendo indicada para tosse e bronquite; folha de amora (*Morus nigra L.*), indicada para problemas

relacionados a menopausa; e a malva (*Malva sylvestris*), utilizada para tratar úlcera. O manjericão (*Ocimum basilicum*), indicado para tratar bronquite e asma; o picão (*Bidens pilosa* L.), utilizado para tratar problemas relacionados a anemia; e a pulmonária (*Stachys byzantina*) indicada para problemas do pulmão, não obtiveram informações que comprovassem tal ação em bibliografia científica.

A maioria das espécies foram citadas apenas uma vez, embora algumas plantas tenham sido citadas recorrentemente. A forma de utilização das plantas medicinais mostrou um comum uso na forma de chá (69,4%), forma mais difundida entre as comunidades de um modo geral. Brasileiro *et al* (2008) enfatizam a importância da preparação correta das plantas para efeitos medicinais concretos e que não prejudiquem a saúde, pois as plantas preparadas sob a forma de chá para ingestão podem se tornar danosas, causando desta forma, reações adversas. No estudo em questão, algumas plantas apontadas pela população tem alto grau de toxicidade quando ingeridas, é o caso do confrei (*Symphytum officinale*), onde vários autores (IWANKO; ROSAS; MOLINARI, 1999; FERRARI *et al*, 2012; CHEVALLIER, 2017) tem relatado seus efeitos hepatotóxicos, não sendo indicado desta forma, seu uso interno. A catinga-de-mulata (*Tanacetum vulgare*) também é uma planta com alto grau de toxicidade, segundo Chevallier (2017) é uma planta que quando usada internamente deve-se ter muito cuidado com a dosagem, sendo muito conhecida por sua ação vermífuga, expelindo parasitas intestinais e estimular a menstruação, por isso, com deve ser evitada durante a gravidez e o período de amamentação. Outra planta citada, a cânfora (*Artemisia camphorata*) também possui certo grau de toxicidade e deve ser evitada em grandes doses, porém nada a respeito foi encontrado em literatura científica. A utilização de outras formas de uso estão como banho, maceração e sumo (para uso diretamente na pele para feridas e inecções). As duas espécimes de boldo citada pela população (*Plectranthus barbatus* e *Plectranthus ornatus*) foram citadas como forma de uso em chá e maceração em água fria, embora a maceração seja uma forma de uso bastante utilizada pela população de um modo geral, não encontra-se tal informação em literatura científica, segundo o Manual de Fitoterápicos da Farmacopeia Brasileira (2011), a orientação correta para o uso do boldo é sob a forma de chá infuso. Outra forma de uso citada foi através do sumo das plantas, de uso externo. As plantas citadas foram o confrei e a catinga-de-mulata, onde o sumo é aplicado sobre a pele para tratar enfermidades cutâneas, autores (FERRARI *et al*, 2012; CUNHA, 2018; IAMONI, 1997)

confirmam tal ação cicatrizante sobre feridas e a forma de uso, a catinga-de-mulata também atua como vermífugo natural. A erva levante e a erva doce foram citadas sob a forma de banhos, nada em literatura científica foi encontrado a respeito, mas sempre muito citado popularmente.

A única planta utilizada na alimentação e citada como fonte de vitaminas foi ora-pro-nobis (*Pereskia aculeata*), planta atualmente bastante em voga e descrita como PANC (Planta alimentícia não convencional), diversos autores (ALMEIDA *et al*, 2014; GIRÃO *et al*, 2003; MARTINEVSKI *et al*, 2013) confirmam tal uso, enaltecendo ser uma planta altamente proteica e vitamínica. Por fim, a utilização de plantas medicinais juntamente com o chimarrão, normalmente comum na região foi citada apenas por um dos entrevistados. Tal fato é devido ao não reconhecimento deste tipo de consumo como medicinal e apenas como aromatizante.

A relação saber popular vs conhecimento científico: a comparação entre as informações coletadas com os participantes do estudo e os dados obtidos em literatura são apresentados na tabela 2.

Tabela 2. Informações referentes às plantas medicinais identificadas.

Identificação botânica	Comprovação científica	Considerações
<i>Aloysiatriphylla</i>	Não	* Nada a respeito quanto ao uso indicado pela população foi encontrado em literatura científica
<i>Artemisiaabsinthium</i>	Sim	
<i>Artemisiacamphorata</i>	Sim	* Deve ser utilizada em doses recomendadas, devido a sua toxicidade
<i>Bidens pilosa L.</i>	Não	* Nada a respeito quanto ao uso indicado pela população foi encontrado em literatura científica
<i>Cymbopogon citratus</i>	Sim	
<i>Foeniculum vulgare</i>	Não	* Não há comprovação

		quanto ao seu uso no banho
<i>Malva sylvestris</i>	Sim	* Citada para tratar males do estômago; úlcera e como antiinflamatório; todas possuem comprovação
<i>Melissa officinalis</i>	Sim	
<i>Mentha x piperita</i>	Sim	
<i>Mentha sylvestris</i>	Não	*Não há comprovação quanto ao seu uso no banho
<i>Morus nigra L.</i>	Sim	
<i>Ocimum basilicum, L.</i>	Não	* Nada a respeito quanto ao uso indicado pela população foi encontrado em literatura científica
<i>Origanum majorana</i>	Não	* Nada a respeito quanto ao uso indicado pela população foi encontrado em literatura científica
<i>Petiveria alliacea L.</i>	Sim	
<i>Pereskia aculeata</i>	Sim	* Usada na alimentação
<i>Petroselinum crispum</i>	Sim	
<i>Piper umbellatum</i>	Não	* Nada a respeito quanto ao uso indicado pela população foi encontrado em literatura científica
<i>Plectranthus barbatus</i>	Sim	

<i>Plectranthus ornatus</i>	Sim	
<i>Phyllanthus niruri</i>	Sim	
<i>Stachys byzantina</i>	Não	* Nada a respeito quanto ao uso indicado pela população foi encontrado em literatura científica
<i>Rosmarinus officialis</i>	Sim/ Não	* Há comprovação quanto ao uso para tratar problemas de circulação * Não há comprovação quanto ao uso calmante
<i>Salvia officinalis</i>	Sim	
<i>Symphytum officinale</i>	Sim	* Deve ser utilizada preferencialmente somente externamente; em certas dosagens é tóxica
<i>Tanacetum vulgare</i>	Não/ Sim	* Não há comprovação quanto ao seu uso para dor de estômago * Há comprovação quanto a vermífugo e tratamento de feridas * Deve ser utilizada em doses recomendadas, devido a sua toxicidade
<i>Zingiber officinale</i>	Sim	

As plantas medicinais citadas foram agrupadas em um total de 12 famílias botânicas a saber: Apiaceae; Asteraceae; Boraginaceae; Cactáceae; Gramineae; Lamiaceae; Malvaceae; Moraceae; Phyllanthaceae; Phytolaccaceae; Verbenaceae; Zingiberaceae. Embora algumas

famílias sejam muito comuns e abundantes como representante medicinal (p.ex. Lamiaceae e Asteraceae), algumas são relativamente incomuns para este tipo de citação (p.ex. Cactaceae e Moraceae).

CONCLUSÕES

O uso de plantas medicinais ainda é muito difundido na área de estudo, mostrando que a maior parte dos entrevistados possui conhecimento adequado sobre quais plantas fazem uso e suas respectivas finalidades de uso. A partir das coletas na comunidade, chegou-se ao número de 28 diferentes espécimes de plantas, dentre as quais, apenas uma não coincidiu com informação taxonômica descrita em literatura, sendo de espécie diferente. Quanto ao uso de tais plantas, 41 finalidades e indicações de uso foram citadas pela população, das quais 26 obtiveram comprovações científicas em literatura, o que demonstra que a população em estudo tem conhecimento medicinal acerca destas plantas. Plantas que não obtiveram tais comprovações para o uso indicado pela população obtinham informações e comprovações acerca de outras propriedades, ou tais informações não foram encontradas, demonstrando também que ainda mais estudos devem ser efetivados na área.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, M. E. F.; *et al.* Caracterização química das hortaliças não-convencionais conhecidas como ora-pro-nobis. **Bioscience Journal**, v. 30, n. 3, 2014.

ALMEIDA, M. Z. **Plantas medicinais**. 3. ed. Salvador: EDUFBA, 2011.

ARGENTA, S. C.; *et al.* Plantas medicinais: cultura popular versus ciência. **Vivências**, v. 7, n. 12, 2011.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Formulário de Fitoterápicos da Farmacopéia Brasileira. Brasília: Anvisa, 2011.

BRASILEIRO, B. G.; *et al.* Plantas medicinais utilizadas pela população atendida no " Programa de Saúde da Família", Governador Valadares, MG, Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Farmacêuticas**, v. 44, n. 4, 2008.

CHEVALLIER, A. **O grande livro das plantas medicinais**. São Paulo: Publifolha, 2017.

- CUNHA, R. B. A. **Avaliação histopatológica de lesões cutâneas em ratos após o uso de *sthriphondentron barbatiman* e *tanacetum vulgare***. Uberlândia, 2018.
- FERNANDES, T. M. **Plantas medicinais: memória da ciência no Brasil**. Editora Fiocruz, 2004.
- FERRARI, R.; *et al.* CONFREI (SYMPHITUM OFFICINALE). Aspectos botânicos, fitoquímicos e terapêuticos. **Ensaio e Ciência: Ciências Biológicas, Agrárias e da Saúde**, v. 16, n. 6, p. 227-237, 2012.
- GIRÃO, L. V. C.; *et al.* Avaliação da Composição Bromatológica da Ora-Pro-Nóbis. **Anais CBO**, 2003.
- IAMONI, R. A cura pelos remédios caseiros. **Rio de Janeiro: Ediouro**, 1997.
- IWANKO, N. S.; ROSAS, S.; MOLINARI, S. L. VERIFICAÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE O CONFREI (SYMPHYTUM OFFICINALE L.), E SEU USO ENTRE PROFESSORES DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM CIÊNCIAS DE TELÊMACO BORBA-PR, 1997. **Arquivos do Museu Dinâmico Interdisciplinar**, v. 3, n. 1, 1999.
- JUNIOR, V. F. V.; PINTO, A. C.; MACIEL, M. A. M. Plantas medicinais: cura segura. **Química nova**, v. 28, n. 3, p. 519-528, 2005.
- MARTINEVSKI, C. S.; *et al.* Utilização de Bertalha (*Anredera cordifolia* (Ten.) Steenis) e Ora-Pro-Nobis (*Pereskia aculeata* Mill.) na elaboração de pães. **Alimentos e Nutrição Araraquara**, v. 24, n. 3, p. 272, 2013.
- MAUAD, T. Horta comunitária da faculdade de medicina universidade de são paulo. **Guia informativo sobre plantas medicinais**. São Paulo, 2016.

CIÊNCIAS DA SAÚDE

TRANSVERSALIDADE DE GÊNERO: POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE PARA MULHERES

Ana Cássia da Silva Francisco (PIC)

anuska_sorriso@hotmail.com

Sueli Godoi (Orientadora) sgodoi1964@gmail.com

Universidade Estadual do Paraná Campus Paranavaí

INTRODUÇÃO

De acordo com Blay (2003), a partir da metade do século XIX o panorama econômico e cultural do Brasil sofreu grandes mudanças devido à implantação da industrialização e urbanização que alteraram o estilo de vida, principalmente das mulheres, no entanto, foi necessário o desenvolvimento de programas voltados para este público feminino. Com o passar do tempo, houve diversos movimentos feministas visando melhorias por meio do desenvolvimento de programas, mas somente a Constituição de 1988 foi a que melhor refletiu e acolheu os anseios da população por meio de garantia dos direitos sociais, entre eles antigas demandas do movimento de mulheres.

Acontece que, no que se diz respeito sobre a incorporação da transversalidade de gênero, as Políticas Públicas devem ir além do reconhecimento da existência de mulheres e homens como sujeitos sociais, pois está relacionada ao reconhecimento da desigualdade de gênero. Isso faz com que, implicam não só a diferenciação dos processos de socialização entre o feminino e o masculino, mas também a natureza dos conflitos e das negociações que são produzidos nas relações interpessoais, que se estabelecem entre homens e mulheres e internamente entre homens ou entre mulheres. Também envolvem a dimensão da subjetividade feminina que passa pela construção da condição de sujeito (BANDEIRA, 2005).

Entende-se transversalidade de gênero nas políticas públicas uma nova visão de competências (políticas, institucionais e administrativas) e uma responsabilização dos agentes públicos em relação as distintas esferas do governo. Esta transversalidade pressupõe uma ação integrada e sustentável entre as diversas instâncias governamentais e, conseqüentemente, o aumento da eficácia das políticas públicas de forma democrática e inclusiva em relação às mulheres.

Para que uma política pública comprometida com a transformação das desigualdades a construção de uma sociedade mais igualitária e justa para as mulheres e homens, de todas as classes, raças e gerações, a inclusão da abordagem de gênero e da integridade se faz imprescindível. No Brasil, as

políticas públicas quando pensadas, são dirigidas às mulheres e não contemplam necessariamente a perspectiva de gênero. Políticas públicas de gênero são diferentes de políticas públicas para as mulheres. Relacionado às necessidades de saúde, as mulheres são as que mais frequentemente procuram agendar consultas para avaliação rotineira semestral ou anual. Os homens apresentam percentual inferior. Uma provável explicação para essa assiduidade do público feminino a esses serviços está atrelada a maior atenção sobre questões de saúde. Ainda existe tendência cultural que vincula mais vulnerabilidade às mulheres quanto aos problemas de saúde.

Em função da variedade de necessidades, essa busca periódica por atendimento na área da saúde exige uma boa qualificação dos profissionais para ofertar um apoio voltado para as reais especificidades desta população. Foi perceptível que algumas mulheres vivenciam este processo de visitas as Unidades Básicas de Saúde como uma forma de prevenção de doenças. Para outras, a unidade representa um ambiente para receber medicações de uso contínuo e fazer procedimentos diversos que estejam disponíveis para estas mulheres.

Em função das mudanças no perfil populacional e no padrão de saúde dos brasileiros que atingem idade avançada, faz-se necessária a reorganização dos serviços de saúde com foco na dimensão preventiva de atuação. Desta forma, é preciso incentivar esta prática de promoção e prevenção, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida destas usuárias. Apesar de os discursos, em geral, apontarem a prevenção como dimensão que incentiva a busca pelas instituições de saúde, a procura ainda acontece apenas em face da enfermidade.

Com esse estudo, pudemos identificar como o município de Paranaíba promove ações e serviços de saúde às mulheres nas UBS, bem como o entendimento e os desdobramentos da gestão da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher – PNAISM.

MATERIAIS E MÉTODOS

Referente à forma de abordagem do fenômeno pesquisado buscando torná-lo explícito optamos pela pesquisa qualitativa, pois é através desta abordagem que se busca a compreensão de forma mais aprofundada de “tudo que se refere ao ser humano, enquanto indivíduo ou membro de um grupo ou sociedade” (CANZONIERI, 2010, p. 38). No entanto, Minayo e Guerreiro (2014) salientam que.

(...) as pesquisas qualitativas estão fortemente conectadas com os desejos, as necessidades, os objetivos e as promessas de uma sociedade democrática, pois os pesquisadores que atuam nesses campos devem assumir compromissos de cidadania com as pessoas e os temas com os quais trabalham (MINAYO, GUERREIRO, 2014, p. 1105).

Isso porque, a abordagem qualitativa coloca o pesquisador em relação direta com o objeto de estudo o que possibilita a percepção de fatos abstratos proeminentes para a pesquisa. E desta forma,

pressupõe o envolvimento do pesquisador e sua relação de intersubjetividade com os grupos sociais. (CANZONIERI, 2010; MINAYO, GUERREIRO, 2014).

O paradigma qualitativo nos possibilita a percepção dos comportamentos e atitudes que se cruzam e inter-relacionam com as práticas dos sujeitos na vida cotidiana, revelando fenômenos sociais complexos e multidimensionais.

As técnicas de pesquisa utilizadas foram a pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica corresponde à busca de conhecimento prévio acerca de um problema em referências teóricas já tornadas públicas (CANZONIERI, 2010), tratam das contribuições de diversos autores sobre o assunto que se definiu na pesquisa, e, sua vantagem, “reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (GIL, 2008, p. 50).

Tendo em vista a multiplicidade de plataforma de pesquisas de dados, para o “estado da arte” utilizamos periódicos científicos, periódicos de indexação¹⁴² disponíveis em redes eletrônicas por meio de base de dados Scielo (www.Scielo.org), e periódicos da CAPES (www.periodicos.capes.gov.br), foi priorizados periódicos *qualis A* e *B*, através da identificação do ISSN na plataforma Sucupira¹⁴³. A seleção preliminar dos artigos¹⁴⁴ foi realizada através da leitura exploratória e crítica do título, resumo, palavras-chave e metodologia.

A segunda (pesquisa documental) é quando elaborada a partir de materiais que “não receberam tratamento analítico” (GIL, 2008) podendo fazer parte Legislações; Resoluções; Manuais e técnicas nacionais; Planos, Programas e Projetos, agendas; atas, entre outros. Nesse caso em questão utilizaremos a Política Nacional de Atenção a Saúde e o Plano Nacional de Políticas para Mulheres, enquanto documentos norteadores do estudo.

A pesquisa documental busca identificar as orientações sobre a implantação e implementação de ações e serviços de saúde pública com perspectiva de gênero, através de planos, programas e projetos no âmbito, nacional e estadual e municipal. A busca se dará pelo acesso de sites governamentais oficiais. No que diz respeito ao município campo de pesquisa, a identificação das ações e serviços de saúde pública com perspectiva de gênero se dará “in loco”, através da Secretaria Municipal de Saúde do município de Paranavaí e 14ª Regional de Saúde com sede em Paranavaí.

¹⁴² Serão selecionados somente os artigos completos.

¹⁴³ A Plataforma sucupira é uma ferramenta que possibilita a coleta de informações, realiza análises e avaliações e se constitui em base de referência para o Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG).

¹⁴⁴ Para a busca dos periódicos serão utilizados os seguintes descritores: Política públicas para mulheres, equidade de gênero, gênero, política de saúde na perspectiva de gênero, Determinantes sociais de saúde, Direito à Saúde, Cidadania, Necessidades de saúde, saúde da mulher.

Salientamos que por se tratar de uma pesquisa que não envolve diretamente seres humanos está pesquisa não necessitou de autorização do Comitê de Ética em pesquisa que envolve seres humanos, ficando assim, dispensada a utilização do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Segundo a Lei 8.080/1990, o SUS tem os seguintes princípios: equidade, integralidade, universalidade, descentralização e regionalização. A regionalização exerce um papel fundamental para o exercício da descentralização, pois tem o objetivo de garantir o acesso do usuário na perspectiva de ampliar a distribuição de ações e serviços no território. A descentralização tem como objetivo oferecer serviços de saúde com mais qualidade e dar a população a oportunidade de participar e acompanhar mais de perto a elaboração e a execução da política de saúde nos municípios.

A regionalização se efetiva especificamente no ano de 20^a proposta do Pacto pela Saúde definido através da Portaria Nº 399 de 22 de fevereiro. O pacto pela saúde é estabelecido por três dimensões: Pacto pela Vida, Pacto de Gestão e Pacto em Defesa do SUS desenvolvidos concomitantemente e em sintonia.

O Pacto pela Vida é justificado pela extensão territorial brasileira e pela diversidade social de cada região, fazendo-se necessário a regionalização das ações e serviços de saúde. O referido pacto, busca promover uma maior efetividade e qualidade, já que leva em consideração as necessidades e particularidades de cada região.

Desta forma, o Pacto de Gestão enfatiza especialmente à forma de gestão pactuada e solidária entre os gestores municipais. Destacando a relevância da regionalização da gestão, dos serviços, das ações e do financiamento proporcional por região e enfatizada a responsabilidade dos municípios com a atenção básica, da qual deve encarregar-se de maneira integral da rede pública de serviços, executando e gerenciando ações de prevenção e promoção da saúde.

Após estes esclarecimentos apresentamos o município de Paranavaí-Pr, foco da nossa pesquisa para se fazer entender melhor os resultados que aqui apresentamos. A cidade de Paranavaí está situada na Região Noroeste do Estado do Paraná conhecida como a região do Arenito Caiuá, seus limites territoriais são ao norte: Estado de São Paulo; sul: Mirador, Nova Aliança do Ivaí e Tamboara; leste: Santo Antônio do Caiuá, São João do Caiuá e Alto Paraná; oeste: Terra Rica, Guairaçá e Amaporã.

Paranavaí possui 05 distritos: Graciosa, Piracema, Mandiocaba, Deputado José Afonso e Sumaré. Paranavaí integra a categoria das chamadas cidades de porte médio. Está localizada a 493 km da Capital do Paraná (Curitiba). Fundada em 14/12/1952 a uma altitude de 470 metros, a cidade tem 1.202,151 km²

de área territorial, o que dá uma densidade demográfica de 68,60 hab/km², com grau de urbanização de 95,27%.

Segundo estimativas do Tribunal de Contas da União, o Município de Paranavaí possui uma população estimada de 87.316 habitantes até 2016. Conforme dados do Censo IBGE 2010, a população feminina corresponde a 51,85% da população total, representando 3,70% a mais que a população masculina, esta última ocupando 48,15% da população total do município.

No que se refere ao Plano Municipal de Saúde de Paranavaí 2018/2019, a Secretaria Municipal da Saúde e o Conselho Municipal da Saúde apresentam o documento norteador que irá conduzir as ações de saúde pública. Pois coube a gestão atual a missão de elaborar em seu primeiro ano de Governo o Plano Municipal de Saúde (orientado pelo Plano Regional de Desenvolvimento).

O Plano Municipal de Saúde (PMS) constitui-se no instrumento central de planejamento para o período de 2018 a 2021. Ele orienta a implementação de todas as iniciativas de gestão municipal no Sistema Único de Saúde (SUS), explicitando os compromissos setoriais de governo, além de refletir, a partir da análise situacional, as necessidades de saúde da população e a capacidade de oferta pública de ações, serviços e produtos para o seu atendimento.

Para responder a situação de saúde com prevalência de condições crônicas, reflexo do aumento da expectativa de vida e diminuição das taxas de fecundidade, além de mudanças no estilo de vida da população, fez-se necessária a reorganização dos serviços de saúde e do modelo de atenção (Paraná 2011). Diante disso, as RAS foram instituídas no âmbito Paranaense.

A organização das RAS funciona como estratégia para alcançar os objetivos do plano de governo do Paraná, sendo eles: promoção e proteção da vida, garantia e melhoria da vida, redução da mortalidade materna e infantil, melhora da assistência à saúde da gestante e da criança (SESA/PR 2011).

Sendo assim, a SESA/PR definiu como ação estratégica e implementação de um programa de apoio aos municípios: o Programa de Qualificação da Atenção Primária a Saúde – APSUS, que propõe a melhoria da APS em todo Paraná.

De acordo com Mendes (2009), para a implementação da RAS é necessário uma APS organizada em todos os municípios do Estado, com definição de sua área de abrangência, conhecendo o seu território e dos determinantes sociais da saúde, atuando com ações de promoção, prevenção e cuidados aos cidadãos em todo o ciclo de vida.

Foram implantadas as seguintes Redes de Atenção à Saúde no Estado do Paraná: Rede de Atenção a Urgência e Emergência, Rede de Saúde Mental, Rede da Pessoa com Deficiência, Rede de Atenção à Saúde do Idoso, Rede de Atenção à Pessoa com doença crônica, Rede de Saúde Bucal e a Rede Mae Paranaense.

No município de Paranavaí, foram identificadas as seguintes Redes Temáticas, Programas e seus objetivos, conforme quadro 1 abaixo.

Quadro 1 – Redes temáticas e objetivos implantados em Paranavaí

REDES	OBJETIVO
Rede Atenção Básica, desenvolvidas nas UBS com a estratégia saúde da família.	Promover e proteger a saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação, a redução de danos e a manutenção da saúde com o objetivo de desenvolver uma atenção integral que impacte na situação de saúde e autonomia das pessoas e nos determinantes e condicionantes de saúde das coletividades.
Rede Cegonha	É uma estratégia do Ministério da Saúde que visa implementar uma rede de cuidados para assegurar às mulheres o direito ao planejamento reprodutivo e a atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério, bem como assegurar às crianças o direito ao nascimento seguro e ao crescimento e desenvolvimento saudáveis.
Rede de Atenção as Urgências e Emergências (SAMU/ Santa Casa e UPA)	Tem a finalidade de articular e integrar todos os equipamentos de saúde com o objetivo de ampliar e qualificar o acesso humanizado e integral aos usuários em situação de urgência e emergência, de forma que o atendimento seja ágil e oportuno.
Rede de Atenção Psicossocial	Articular ações e serviços de saúde em diferentes níveis de complexidade.

Fonte: autoral, 2019

É importante salientar que embora o Estado elabore seu plano Estadual de Saúde, tendo em vista a prerrogativa dos princípios da regionalização, os municípios podem definir suas ações e serviços, através da pactuação estabelecida entre os municípios e o Estado. Assim, as ações e serviços são acordados entre os gestores municipais que compõem a região de saúde. Esta pactuação é acompanhada pelo Regional de Saúde que representa o governo estadual no processo de regionalização.

Quadro 2- Programas existentes nas UBS que envolve transversalidade de gênero

PROGRAMAS	OBJETIVOS
Tabagismo	O Programa tem como objetivo reduzir a prevalência de fumantes e a consequente morbimortalidade relacionada ao consumo de derivados do tabaco.

Saúde Mental	Acolher e atender as pessoas com transtornos mentais graves e persistentes, procurando preservar e fortalecer os laços sociais do usuário em seu território;
Saúde do Idoso	Tem por objetivo garantir a Atenção Integral à Saúde das pessoas com 60 anos ou mais, promovendo a manutenção da capacidade funcional e da autonomia, contribuindo para um envelhecimento ativo e saudável.
Saúde Bucal	É um Programa do governo Federal (Política Nacional de Saúde Bucal). O programa Brasil tem o objetivo de garantir ações de promoção, prevenção e recuperação da saúde bucal da população brasileira.

Fonte: autoral, 2019

O governo do Estado também elabora a proposta das redes temáticas, as quais devem ser implantadas e pactuadas nas regiões de saúde de acordo com as necessidades de cada região. Assim na região pesquisada foram identificadas as redes temáticas que são desenvolvidas através dos programas apresentados no quadro 2 acima.

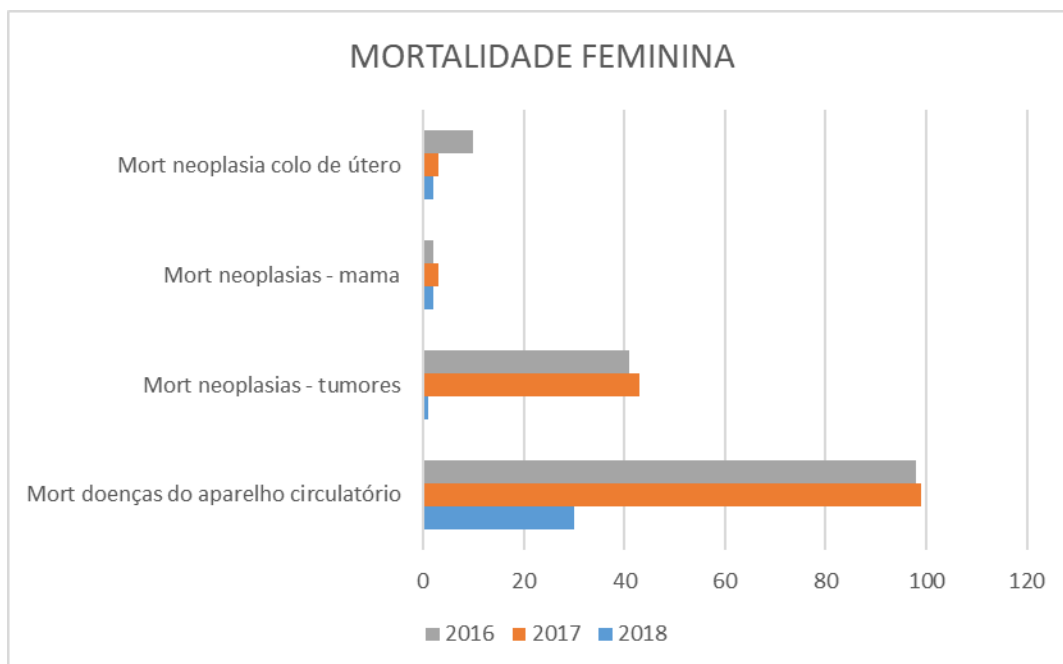
Ainda tendo a atenção básica como coordenadora da rede de atenção á saúde no município, identificamos que em Paranavaí ainda se desenvolvem ações específicas de responsabilidade da Estratégia Saúde da Família que envolve atividades como: academia da terceira idade (ATI) com destaque para uma única UBS, localizada no Jardim Maringá; Controle e monitoramento de gestantes pela planilha de gestante das 24 equipes de Estratégia Saúde da Família (ESF); Agendamento de exames e consultas prioritários para mulheres e gestantes (consultas para gestantes de alto risco em obstetrícia, consultas de ginecologia em pacientes com citopatológico alterado, consulta de mastologia para pacientes com mamografia e usg de mama alterado, agendamento de usg obstétrico, usg de mama e punção de mama); Visitas domiciliares para cadastro de doadoras de leite materno; Recebimento e controle de citopatológicos coletados pelas ESF; Controle e monitoramento dos laudos dos citopatológicos e mamografias realizados pelos SUS.

A organização da rede de saúde depende da capacidade dos serviços de saúde em dar respostas às demandas dos usuários. Para isso, é necessário fortalecer a “porta de entrada” no sistema, demarcando os fluxos dos atendimentos organizados a partir da demanda epidemiológica, sanitária e social e garantindo o atendimento nos diversos níveis de complexidade. Também é necessário facilitar o acesso dentro dos limites geográficos de cada território, integrando os serviços por meio da referência e contra referência na rede SUS (ASSIS, 2012).

Os sistemas de atenção à saúde são respostas sociais deliberadas às necessidades de saúde dos cidadãos e, como tal, devem operar em total coerência com a situação de saúde das pessoas usuárias. Ocorre que a situação de saúde brasileira vem mudando e, hoje, marca-se por uma transição demográfica acelerada e se expressa por uma situação de tripla carga de doenças: uma agenda não concluída de casos de infecções, desnutrição e problemas de saúde reprodutiva; o desafio das doenças crônicas e de seus fatores de risco (tabagismos, obesidade, estresse, alimentação inadequada) e o forte crescimento da violência e das causas externas (MENDES, 2010).

A partir dos dados obtidos, observamos através do quadro os serviços e ações oferecidos no município de Paranavaí, em específico a saúde da mulher. De acordo com o documento Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM), a maior parte da população brasileira é composta por mulheres, sendo as principais usuárias do Sistema Único de Saúde (SUS). Refere que são mais vulneráveis a certas doenças, relacionadas a fatores sociais e da espécie feminina. (BRASIL, 2004, p. 9).

Gráfico 1 – Causa de mortalidade em mulheres



Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)

Essa situação de saúde não poderá ser respondida, adequadamente, por um sistema de atenção à saúde, fragmentado, reativo, episódico e voltado, prioritariamente, para o enfrentamento das condições agudas e das agilizações das condições crônicas. Por isso, há que se restabelecer a coerência entre a situação de saúde e o SUS, o que envolverá a implantação das Redes de Atenção à Saúde (RAS), uma nova forma de organizar o sistema de atenção à saúde em sistemas integrados que permitam responder,

com efetividade, eficiência, segurança, qualidade e equidade, às condições de saúde da população brasileira (MENDES, 2011).

Portanto, a criação das Redes Temáticas expõe uma competência nos serviços da atenção básica, em diferentes níveis de atenção pelo indivíduo, na redução da fragmentação da precaução e uma máxima organização os serviços visando o atendimento às necessidades da população.

Neste sentido, estas redes temáticas são de grande importância para a população que necessita de atendimento, com enfoque a saúde da mulher, sendo assim, o acolhimento para este grupo é primordial e seus direitos precisam ser garantidos pelo RAS, através de suas diretrizes para busca de uma melhoria no atendimento.

CONCLUSÕES

No que se diz respeito a saúde da mulher, o trabalho deve ser voltado a integralidade para que a rede de atenção seja efetiva, além do olhar mais complexo que precisa ter direto com as mulheres de forma geral, tem que estar atento aos indicadores de saúde.

Um dos princípios do SUS, a integralidade está presente tanto nas discussões quanto nas práticas na área da saúde e está relacionada à condição integral, e não parcial, de compreensão do ser humano. Ou seja: o sistema de saúde deve estar preparado para ouvir o usuário, entendê-lo inserido em seu contexto social e, a partir daí, atender às demandas e necessidades desta pessoa.

Considera-se que dentro das políticas públicas em alguns momentos teve um enfoque grande na questão da vida reprodutiva da mulher, assistência mulher gestante, gestão da vida reprodutiva, foi assegurado em algumas políticas, mas recentemente a Política Nacional de Atenção Integral a Saúde da Mulher nos coloca de frente para outros perfis das mulheres, outros grupos de mulheres que precisam dessa atenção, ou seja, mulheres em várias fases da vida e entender as diversidades das mulheres.

O grande desafio é promover ações que atendam a diversidade das mulheres, de modo específico, por exemplo do envelhecimento, precisa-se entender demanda desse ciclo específico, que tenha haver com doenças degenerativas, as principais causas de mortalidade desse período, mas entender esse envelhecimento também, de modo mais amplo onde se tem ações não só focadas, mas entender o seu potencial reprodutivo, suas relações afetivas, fortalecendo seus laços familiares e suas próprias relações com a própria sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS MMA. **Acesso aos serviços de saúde:** uma possibilidade a ser construída na prática. *Cien Saude Colet* 2012.

BANDEIRA, Lourdes. **A transversalidade da perspectiva de gênero nas políticas públicas Lourdes Bandeira** - Docente do Departamento de Sociologia Universidade de Brasília – UnB. Brasília, 2005.

BLAY, E. A. **Violência contra a mulher e políticas públicas**. Estudos avançados. v.117, n.49, p.87-98, 2003.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política nacional de atenção integral à saúde da mulher: princípios e diretrizes** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília, 2004

CANZONIERI, A.N. **Metodologia da pesquisa qualitativa na saúde**. Petrópolis: Vozes, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MENDES, Eugênio Vilaça. **As redes de atenção à saúde**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 15, n.5, p. 2297-2305, 2009.

MENDES, Eugênio Vilaça. **A Modelagem das Redes de Atenção à Saúde**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza, GUERREIRO, Iara Coelho Zito. **Reflexividade como éthos da pesquisa qualitativa**. Ciência e Saúde Coletiva, V.19, n.4, p. 1103-1112, 2014.

TENDÊNCIA DA MORTALIDADE DAS LESÕES POR PRESSÃO NO ESTADO DO PARANÁ, 2008 A 2018

Gabriela Letícia da Silva Novaes (PIC, Fundação Araucária)
Unespar/Paranavaí, e-mail: gabrielanovaes@hotmail.com

Willian Augusto de Melo (Orientador)
Unespar/Paranavaí, e-mail: profewill@yahoo.com.br

Dandara Novakowski Spigolon (Coorientador)
Unespar/Paranavaí, e-mail: dandaraspigolon@gmail.com

Palavras-chave: Enfermagem. Lesão por Pressão. Registros de mortalidade.

INTRODUÇÃO

As afecções dermatológicas são caracterizadas como lesões elementares que sugerem sinais morfológicos e podem ser classificadas em seis grupos: alteração de cor, elevação edematosas, formações sólidas, coleções líquidas, alteração de espessura e perdas e reparações teciduais (RIVITTI, 2014).

No grupo de perdas e reparações teciduais encontra-se a lesão por pressão (LPP), que é classificada como uma lesão que se dá por meio de uma pressão prolongada sobre tecidos moles ou na superfície da pele, causando danos no tecido subjacente, principalmente nos locais com proeminências ósseas, considerada como um evento adverso por ser analisada como evitável, sua incidência nas instituições de saúde é indicador de qualidade de assistência e reflete na qualidade dos cuidados de enfermagem e multiprofissional, logo a sua diminuição é crucial. (ASCARI, et al, 2014; ZIMMERMANN, et al, 2018).

As LPP têm sua prevalência e incidência variando a nível internacional em pacientes hospitalizados de 6,3% a 18,5% e em nível nacional variam de 20% a 60%, porém os estudos brasileiros ainda não trazem uma estatística precisa quanto ao número de indivíduos com lesão por pressão. (SOUZA, et al, 2017).

Elas variam de acordo com o ambiente clínico e as características do paciente, sendo que elas acontecem com maior frequência em pacientes agudamente hospitalizados ou naqueles que necessitam de cuidados institucionais de longo prazo, podendo causar aos pacientes transtornos físicos e emocionais, como desconforto, dor e sofrimento, além de que pode aumentar o risco de complicações, implicando na morbidade e mortalidade (NPUAP, 2016; MORAES et al, 2016).

Segundo a National Pressure Ulcer Advisory Panel (NPUAP) (2016), o sistema de classificação das LPP inclui as seguintes definições: **Estágio 1 (Pele íntegra com eritema que não embranquece)** - pele íntegra com área localizada de eritema que não embranquece e que pode parecer diferente em pele

de cor escura. Presença de eritema que embranquece ou mudanças na sensibilidade, temperatura ou consistência (endurecimento) podem preceder as mudanças visuais. Mudanças na cor não incluem descoloração púrpura ou castanha; essas podem indicar dano tissular profundo; **Estágio 2 (Perda da pele em sua espessura parcial com exposição da derme)** - perda da pele em sua espessura parcial com exposição da derme. O leito da ferida é viável, de coloração rosa ou vermelha, úmido e pode também apresentar-se como uma bolha intacta (preenchida com exsudato seroso) ou rompida. O tecido adiposo e tecidos profundos não são visíveis. Tecido de granulação, esfacelo e escara não estão presentes; **Estágio 3 (Perda da pele em sua espessura total)**- perda de pele em sua espessura total, a gordura subcutânea pode estar visível, porém, sem exposição de osso, tendão ou músculo, esfacelo pode estar presente e pode incluir descolamento e túneis; **Estágio 4 (Perda da pele em sua espessura total e perda tissular)** - Perda da pele em sua espessura total e perda tissular com exposição ou palpação direta da fáscia, músculo, tendão, ligamento, cartilagem ou osso. Esfacelo e/ou escara pode estar visível. Epíbole (lesão com bordas enroladas), descolamento e/ou túneis ocorrem frequentemente. A profundidade varia, depende de sua localização anatômica, podendo apresentar-se rasa ou profunda; **Não Classificável (Perda da pele em sua espessura total e perda tissular não visível)** - perda da pele em sua espessura total e perda tissular na qual a extensão do dano não pode ser confirmada porque está encoberta pelo esfacelo ou escara; **Tissular Profunda (descoloração vermelho escura, marrom ou púrpura, persistente e que não embranquece)** – pele intacta ou não, com área localizada e persistente de descoloração vermelha escura, marrom ou púrpura que não embranquece ou separação epidérmica que mostra lesão com leito escurecido ou bolha com exsudato sanguinolento. Essa lesão resulta de pressão intensa e/ou prolongada e de cisalhamento na interface osso-músculo; Relacionada a Dispositivo Médico - resulta do uso de dispositivos criados e aplicados para fins diagnósticos e terapêuticos. A lesão por pressão resultante geralmente apresenta o padrão ou forma do dispositivo; Em Membranas Mucosas - quando há histórico de uso de dispositivos médicos no local do dano. Devido à anatomia do tecido, essas lesões não podem ser categorizadas (NPUAP, 2016).

Entre os múltiplos fatores relacionados à causa dessas LPP estão: hipertensão arterial sistêmica, diabetes, inconsciência, imobilização no leito, perda de função motora, perda de sensibilidade, presença de espasmos musculares, doenças circulatórias, doença arterial periférica, entre outros. A imobilização no leito pode ser resultado tanto da condição clínica do paciente quanto da terapêutica, por meio de usos de sedativos e analgésicos, ou seja, para os serviços de saúde as lesões por pressão apresentam um grande problema de saúde pública e envolve fatores como nutrição, hospitalização e adoecimento do paciente. (MORAES et al, 2016; ZIMMERMANN, et al, 2018).

Nesse cenário, compreender sobre quem são as pessoas mais suscetíveis para o desenvolvimento das lesões por pressão, as principais causas e as complicações, entre essas, a mortalidade, pode trazer melhores resultados de saúde e sobrevida para esses indivíduos. Por isso, esse estudo se justifica como importante para que o enfermeiro, os serviços de saúde e o próprio paciente tenha acesso aos riscos que essa afecção dermatológica traz para a vida. A prevenção é essencial para que diminua sua prevalência e melhore a qualidade de vida e sobrevida desses indivíduos acometidos por LPP. Contudo, o trabalho deve por objetivo verificar a análise de tendência de mortalidade das lesões por pressão no Estado do Paraná no período de 2008 a 2018.

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de um estudo epidemiológico de série temporal. Os dados foram coletados na plataforma digital do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS) por meio do Sistema de Informações de Mortalidade, selecionado o Código L89 referente à Classificação Internacional de Doenças (CID-10) correspondente a “Úlcera de Decúbito”. e no *site* do SESA (Secretaria Estadual de Saúde). Os passos sequenciais para coleta das informações foram: 1) “*Demográficas e Socioeconômicas*”, 2) “*População Residente*”, 3) “*Estimativas população: município, sexo e idade 2000-2015 RIPSA/IBGE*”, 4) “*Projeção da População das Unidades da Federação por sexo e grupos de idade: 2000-2030*”, 5) após selecionou-se o campo “*Mortalidade - 1996 a 2016, pelo CID-10, L89*”, e 6) “*Mortalidade geral*”. Na plataforma SESA selecionou o campo “Tabnet”, seguido do campo “SIM” (Sistema de Informações sobre Mortalidade).

Foram investigados dados relacionados à população e a mortalidade segundo gênero, faixas etárias, local e raça no Estado do Paraná, Brasil. Calculou-se anualmente a taxa de mortalidade pela razão entre o número absoluto de óbitos e da população multiplicado pela constante 100 mil. Para o coeficiente raça é utilizado o número absoluto, pois não foram encontrados a população que correspondesse a esse coeficiente.

Para realizar a análise de tendência foi utilizado o programa estatístico R versão 3.4.3 (R Core Team, 2014) e empregado o modelo de regressão polinomial, que tem por objetivo encontrar a curva que melhor se ajusta aos dados, no qual os coeficientes de mortalidade foram considerados como variáveis dependentes (Y) e os anos de estudo como variáveis independentes (X). A variável “ano” foi transformada na variável ano-centralizada ($x-2013$) e as séries foram suavizadas por meio de média móvel de três pontos. Foram testados os modelos de regressão polinomial linear ($y = \beta_0 + \beta_1x_1$), quadrático ($y = \beta_0 + \beta_1x_1 + \beta_2x_2$), e cúbico ($y = \beta_0 + \beta_1x_1 + \beta_2x_2 + \beta_3x_3$).

Para a escolha do melhor modelo foi considerada ainda a análise do diagrama de dispersão, do valor do coeficiente de determinação (R^2 quanto mais próximo de 1, mais ajustado encontra-se o modelo) e análise dos resíduos (suposição de homocedasticidade verdadeira) e optando pelo modelo mais simples. Considerou-se tendência significativa aquela cujo modelo estimado obteve valor de $p < 0,05$. Quando os critérios foram significativos para mais de um modelo e o coeficiente de determinação foi semelhante, optou pelo modelo mais simples.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No período estudado foram registrados 356 mortes por essa afecção, podendo observar que a tendência de mortalidade nos hospitais foi crescente com um coeficiente de mortalidade médio de 0,21 e aumento de 0,01 ao ano ($r^2=0,4815$).

Para os coeficientes sexo, faixa etária (20-49 anos; 50-79 anos e 80 e +) e raça, constatou-se tendência constante em todas. O local hospital, o sexo masculino e a raça branca apresentaram elevados coeficientes de determinação, respectivamente, $r^2=0,4815$; 0,3301; 0,2543.

Tabela 1: Análise de tendência dos coeficientes de mortalidade da lesão por pressão. Paraná- Brasil, 2008-2018.

Variáveis	Modelo	R^2	P	Tendência
Sexo				
Masculino	$y=0,2527 + 0,0214x$	0,3301	0,0645	Constante
Feminino	$y=0,268+0,012x+0,0067x^2$	0,1205	0,2956	Constante
Faixa Etária				
20-49 anos	$y=0,0284 + 0,0014x+0,0012x^2$	0,0987	0,3467	Constante
50-79 anos	$y=0,5547-0,0161x+0,0056x^2+0,0032x^3$	0,1869	0,1841	Constante
80 ou mais	$y=8,7081+0,3775x+0,1498x^2-0,0373x^3$	0,0953	0,3557	Constante
Local				
Hospital	$y=0,214+0,0171x$	0,4815	0,0179	Crescente
Não Hospital	$y=0,0661-0,0003x+0,0014x^2$	0,0005	0,9457	Constante

Raça

Branca	$y=22,5245+1,6909x+0,3566x^2$	0,2543	0,1137	Constante
Não Branca	$y=6,0117-0,8642x-0,0012x^2+0,0705x^3$	0,2212	0,1444	Constante

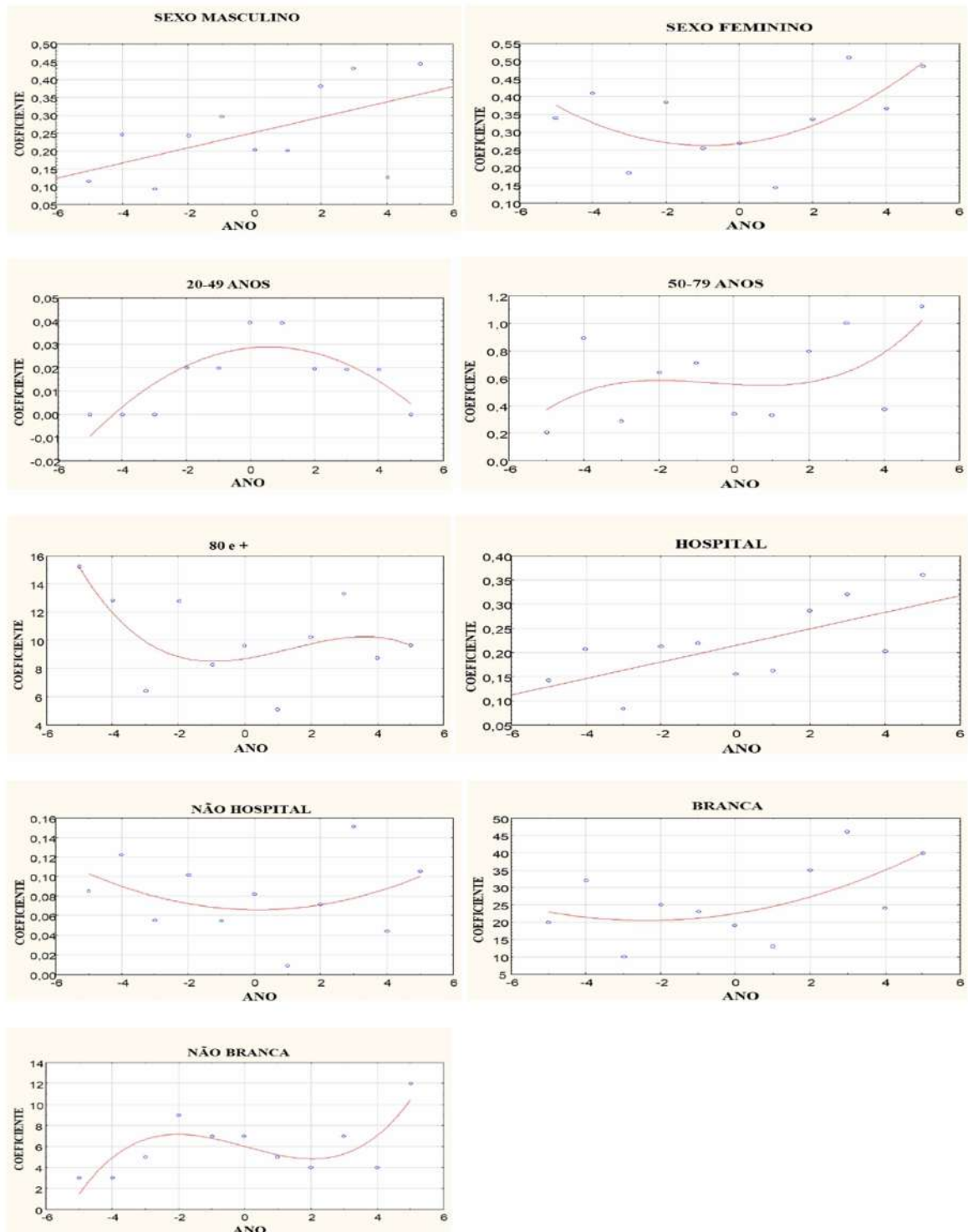


Figura 1: Diagramas de dispersão do coeficiente de mortalidade da lesão por pressão no Paraná, 2008 a 2018.

Em relação às taxas de mortalidade o gráfico 1 mostra que em 2008 a taxa de mortalidade foi maior em mulheres com 0,34 quando comparadas com o dos homens 0,11 e o ano de 2015 a taxa de mortalidade foi maior nos homens 0,38 quando comparadas com as mulheres com 0,34.

Relacionado à faixa etária podemos observar no gráfico 2 que o ano de 2008 apresentou o maior índice de mortalidade por essa afecção (15,24) entre as pessoas de 80 anos e/ou mais, já os anos de 2010 e 2014 apresentaram menor índice de mortalidade com 6,41 e 5,13 respectivamente.

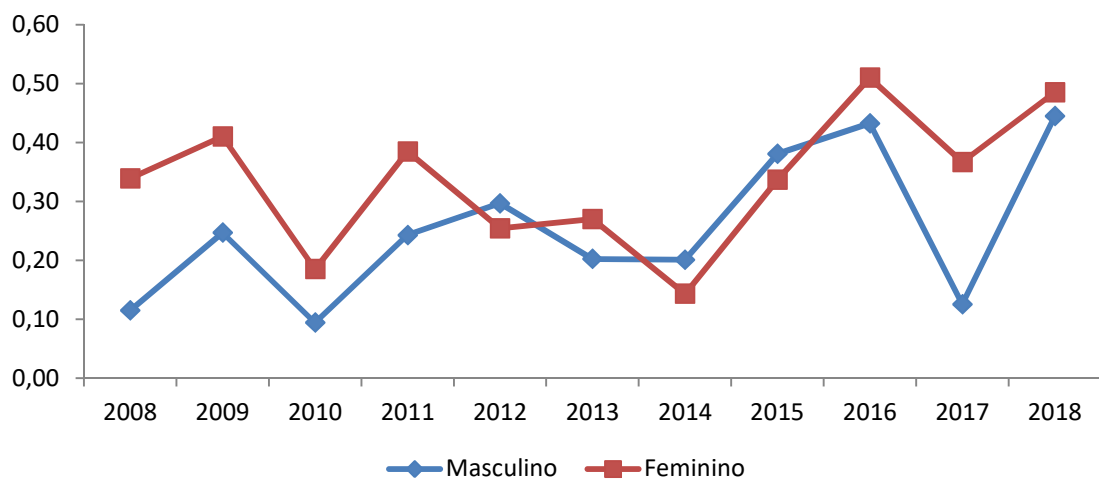


Gráfico 1. Taxa de mortalidade por lesão por pressão segundo sexo, no Estado do Paraná, entre os anos de 2008 a 2018.

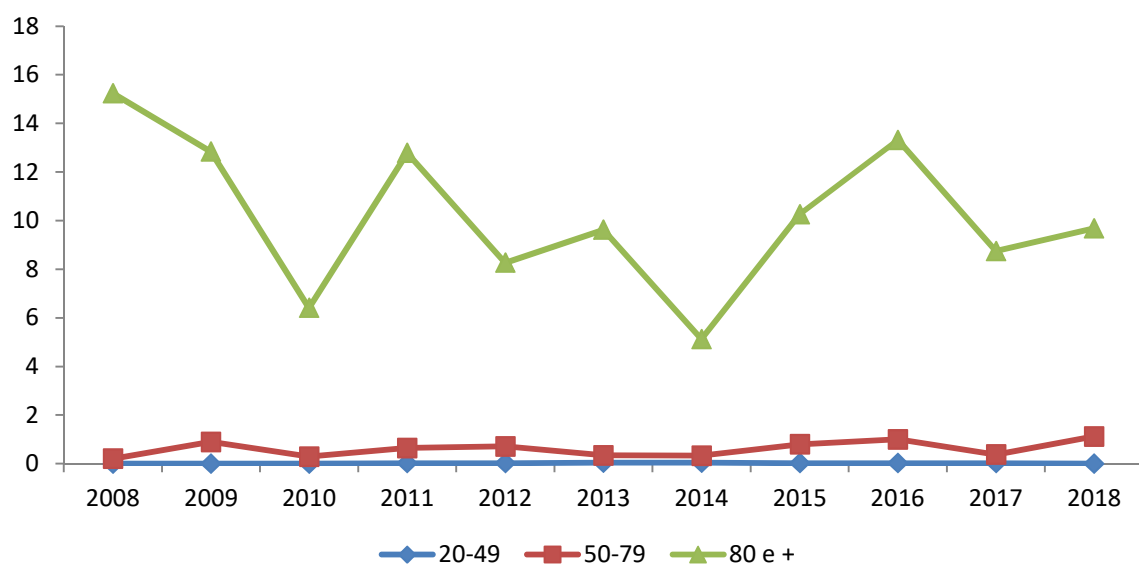


Gráfico 2. Taxa de mortalidade por lesão por pressão segundo faixa etária, no Estado do Paraná, entre os anos de 2008 a 2018.

No gráfico 3 pode-se observar que em 2010 a taxa de mortalidade houve uma diferença de 0,2 no local hospital (0,08) quando comparada com o local não hospital (0,06) e o ano de 2014 a taxa de mortalidade foi maior no hospital com 0,16 quando comparadas com o local não hospital com 0,01. O gráfico 4 mostra que o ano de 2016 apresentou o maior número de mortalidade por essa afecção 46 pessoas da raça branca, já os anos de 2008, 2009, 2015 e 2017 apresentaram menor número de mortalidade com 3 e 4 pessoas respectivamente nas pessoas de raça não branca.

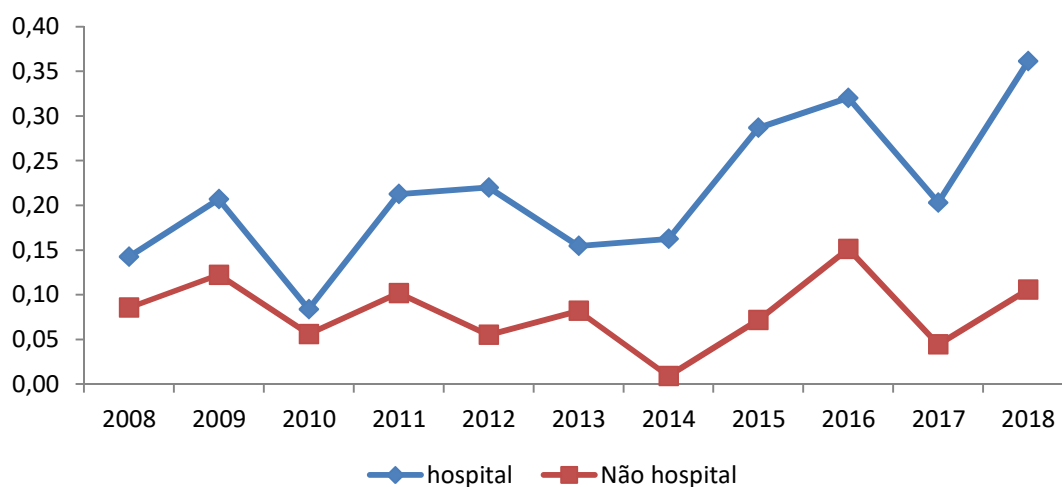


Gráfico 3. Taxa de mortalidade por lesão por pressão segundo local, no Estado do Paraná, entre os anos de 2008 a 2018.

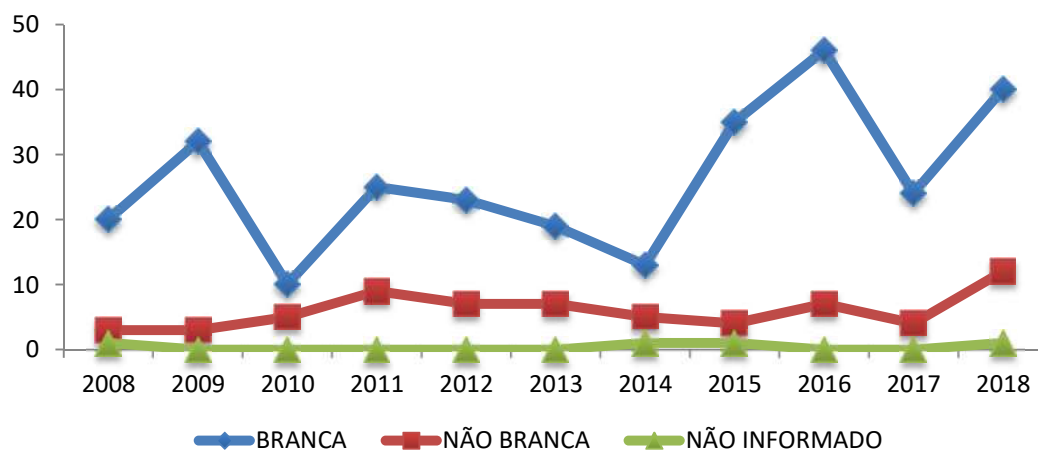


Gráfico 4. Número de mortalidade por lesão por pressão segundo raça, no Estado do Paraná, entre os anos de 2008 a 2018.

Estudos apontam que as lesões por pressão surgem em pessoas mais velhas devido ao processo de envelhecimento da pele como a diminuição do turgor e elasticidade da mesma, a atividade física diminuída e intercorrências o que resulta em um tecido mais frágil e suscetível a força mecânica, tais como fricção, cisalhamento e pressão (JÚNIOR, et al, 2017; BARBOSA, et al, 2019).

De acordo com a mortalidade por LPP serem maiores em hospitais, é explicado pelo fato do paciente apresentar uma gravidade clínica e instabilidade hemodinâmica dos sistemas orgânicos, essas condições muitas vezes requerem mecanismo de suporte como cateteres, drenos e sondas, por isso os pacientes estão mais expostos e vulneráveis a alterações no processo de manutenção da integridade da pele, favorecendo assim ao desenvolvimento da lesão e conseqüentemente a sua morte (OTTO, et al, 2018). Segundo Ascari (2014) apesar dos avanços nos cuidados em saúde ocorridos nos últimos anos, às lesões por pressão ainda continuam sendo uma importante causa de morbidade e mortalidade, com grandes impactos na qualidade de vida do paciente e de seus familiares além de gerar um problema social, econômico e de saúde pública.

O enfermeiro como responsável pela equipe de enfermagem e respaldado no conhecimento técnico científico é o que instrui as ações que visam minimizar os eventos adversos que o paciente esteja exposto, assim o mesmo se torna responsável por adotar medidas para reduzir o surgimento da LPP, podendo usar para ele a Escala de Braden que tem por finalidade avaliar os aspectos relevantes ao desenvolvimento da lesão.

CONCLUSÕES

No período estudado (2008 a 2018) foram registrados 356 mortes por essa afecção e a tendência de mortalidade da lesão por pressão foi constante em quase todas as variáveis somente na variável local hospital foi crescente com um coeficiente de mortalidade médio de 0,21 e aumento de 0,01 ao ano ($r^2=0,4815$) e o local hospital, o sexo masculino e a raça branca apresentaram elevados coeficientes de determinação, respectivamente, $r^2=0,4815$; 0,3301; 0,2543.

Compreender as conseqüências que influenciam no surgimento dessas lesões e que conseqüentemente resultam na morte de pacientes revela-se imprescindível contribuindo para o desenvolvimento de ações mais resolutivas acerca dos cuidados prestados as mesmas.

Portanto, estas informações evidenciaram a necessidade de uma assistência de maior e melhor qualidade por parte dos profissionais de saúde contribuindo para o não aparecimento dessas lesões, já quando houver o aparecimento, que haja um cuidado redobrado para evitar que esse agravo resulte na morte e em mais impactos para a saúde pública principalmente na vida do paciente e da família.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASCARI et al. Úlcera por pressão: um desafio para a enfermagem. **Braz. J. Surg. Clin. Res.** v.6,n.1,pp.11-16 (mar - mai 2014).

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde - Datasus. TABNET; **Mortalidade por local de residência**. Brasil. 2018. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sim/cnv/obt10uf.de>. Acesso em: 28 nov 2018

BARBOSA et al. Perfil clínico dos pacientes acometidos por lesão por pressão. **Revista Enfermagem Atual InDerme**, v. 88, n. 26, 12 ago. 2019.

JÚNIOR et al. Análise das Ações Preventivas de Úlceras por Pressão por Meio da Escala de Braden. **ESTIMA**, v.15 n.1, p. 10-18, 2017.

MORAES et al. Conceito e classificação de lesão por pressão: atualização do national pressure ulcer advisory panel. **Enferm. Cent. O. Min. 2016 mai/ago; 6(2):2292-2306**.

NATIONAL PRESSURE ULCER ADVISORY PANEL (NPUAP). **Classificação das lesões por pressão - consenso NPUAP 2016** - adaptada culturalmente para o Brasil. 2016. Disponível em: <http://www.sobest.org.br/textod/35> . Acesso em: 20 jan 2019

OTTO et al. Fatores de risco para o desenvolvimento de lesão por pressão em pacientes críticos **Enferm. Foco 2019; 10 (1): 07-11**.

RIVITTI, EVANDRO A. **Manual de dermatologia clínica de sampaio rivitti**. São Paulo. Artes Médicas, 2014.

SOUZA et al. Avaliação da incidência e prevalência de lesão por pressão em um hospital de urgência. **Vol.31, n.1,pp.24-28 (Jul-Set 2017)**.

ZIMMERMANN et al. Predição de risco de lesão por pressão em pacientes de unidade de terapia intensiva: revisão integrativa. **Texto Contexto Enferm, 2018; 27(3):e3250017**.

DISTRIBUIÇÃO DA MORTALIDADE POR ACIDENTES DE TRÂNSITO DOS MUNICÍPIOS MAIS POPULOSOS DA 14ª REGIONAL DE SAÚDE, 2014 A 2018

Gabriella de Souza Silva (PIBIC, Fundação Araucária)
Unespar/Campus Paranavaí, sgabriella064@gmail.com

Renan Soares dos Santos (coautor)
Unespar/Campus Paranavaí, renansoaresantoss@gmail.com

Willian Augusto de Melo (Orientador)
Unespar/Campus Paranavaí, profewill@yahoo.com.br

Palavras-chave: Acidentes de trânsito. Estatística espacial. Mortalidade.

INTRODUÇÃO

O acidente de trânsito (AT) é um evento que ocorre de forma não intencionada, um imprevisto, algo não planejado, que acontece entre veículos, veículos e pedestres, veículos e motociclistas ou qualquer obstáculo presente nas vias no momento do acidente. Essa situação gera danos ou ferimentos importantes na vítima, ou ocasiona a morte, transformando-se em fatalidade (WAISELFISZ, 2013).

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), os acidentes de trânsito são identificados como um grave problema de saúde pública devido ao índice elevado de morbimortalidade no mundo. Cerca de 1,2 milhões de mortes no mundo por ano, resulta dos acidentes de trânsito, dessa forma, 90% ocorrem em países de baixa e média complexidade (MENDONÇA et al., 2017).

Portanto, como há um grande impacto na sociedade devido as consequências e inúmeros danos causados entre a vítima e a família, torna-se um grave problema de saúde pública, pois envolve custos sociais, emocionais e econômicos que são indispensáveis no tratamento e recuperação da vítima. Dentre os ciclos de vida, a população jovem (20 a 39 anos) é a mais atingida pela mortalidade causada pelos acidentes de trânsito (SOUSA et al., 2016).

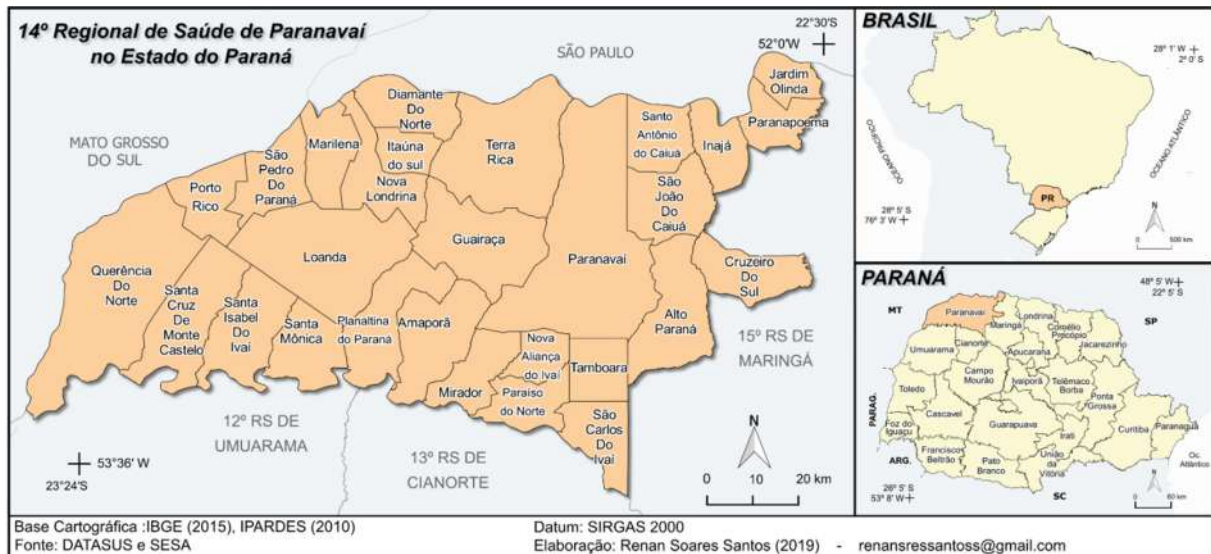
No Brasil, intensificou-se as mortes pelo grupo das causas externas, considerando a mortalidade por acidentes de trânsito (AT) a segunda causa que mais ocorre, perdendo apenas para os quadros de agressão. No Estado do Paraná, o município de Cianorte foi incluso entre os dez com maiores indícios de vítimas por 10.000 veículos, no período de 2005 a 2010. Manteve-se entre os dez em relação ao maior número de vítimas fatais por AT e em 49º no ranking do país, no ano de 2010 (LIMA et al., 2014).

Este estudo justifica-se pelo fato dos acidentes apresentarem repercussões muito amplas, não sendo restrita apenas às vítimas, mas também a toda sociedade. A partir dos dados poderão ser realizadas ações de prevenção e proteção a fim de reduzir a mortalidade por acidentes de trânsito.

Diante dos fatos apresentados, o objetivo da pesquisa é espacializar os acidentes de trânsito dentre os municípios mais populosos da 14ª RS, do Estado do Paraná, no período de 2014 a 2018.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este estudo refere-se à área que compreende a 14^o Regional de Paranaíba composta por 28 municípios, localizada no Estado do Paraná (figura 01).



Fonte: DATASUS e SESA (Renan, 2019, p.2).

Figura 01 – Localização da 14^o Regional de Saúde no Estado do Paraná

Trata-se de um estudo transversal, retrospectivo e com abordagem quantitativa. A fonte de dados foi a plataforma virtual do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), que contempla os indicadores de doenças e agravos em saúde do país. Está disponível pela internet com acesso livre, de domínio público pelo site www2.datasus.gov.br.

O site da Secretaria da Saúde do Estado do Paraná (SESA) também foi utilizado, do qual foram extraídas informações contidas no Sistema de Informações de Mortalidade (SIM), na opção TABNET. O período do estudo foi de 2014 a 2018, e as estimativas da população foram coletadas através do site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

As variáveis coletadas foram relacionadas ao ano de ocorrência, categoria e a taxa de mortalidade. No ambiente virtual do DATASUS, o Tabnet, foi selecionado a opção “Estatísticas Vitais”, seguida da opção “Óbitos por causas externas, no Estado do Paraná”.

Na linha, foi selecionado a opção “Município”, na coluna, “Ano do óbito”, no conteúdo, “Óbitos p/Residência”, na opção região de saúde (CIR) foi selecionado a 14^o Regional de Saúde (41014), no grande grupo CID10 foi selecionado a opção (V01 - V99) “Acidentes de transporte”, no grupo CID10 foi

selecionado as categorias, uma por vez, e por fim o período compreendido de janeiro de 2014 a dezembro de 2018.

As informações de todos os casos de mortalidade por acidentes de trânsito foram selecionadas conforme constam nos códigos de V01 a V99 da décima revisão da Classificação Internacional de Doença (CID-10), que são subdivididas em 12 categorias, para esse estudo foram utilizadas as 6 categorias mais frequentes: Pedestre (V01 - V09); Ciclista (V10 - V19); Motociclista (V20 - V29); Automóvel (V40 - V49); Caminhonete (V50 - V59); Transporte pesado (V60 - V69).

A 14º Regional de Saúde localiza-se no município de Paranavaí e abrange 28 municípios, porém foram selecionados os municípios que apresentavam população maior que 10.000 habitantes, uma vez que o número de óbitos era mais frequente do que comparado aos municípios com população inferior a 10.000 habitantes.

Tabela 1: Os municípios que formam a 14º Regional de Saúde e sua respectiva população.

Município	População	Município	População
Paranavaí	86.218	Diamante do Norte	5.498
Loanda	22.444	Tamboara	4.958
Terra Rica	16.200	Cruzeiro do Sul	4.650
Alto Paraná	14.430	Planaltina do Paraná	4.265
Nova Londrina	13.461	Santa Mônica	3.817
Paraíso do Norte	12.839	Itaúna do Sul	3.409
Querência do Norte	12.212	Inajá	3.109
Santa Isabel do Ivaí	8.916	Paranapoema	3.016
Santa Cruz de Monte Castelo	8.195	Santo Antônio do Caiuá	2.769
Marilena	7.113	Porto Rico	2.608
São Carlos do Ivaí	6.712	São Pedro do Paraná	2.490
Guairaçá	6.498	Mirador	2.345
São João do Caiuá	6.046	Nova Aliança do Ivaí	1.510
Amaporã	5.887	Jardim Olinda	1.416

Fonte: DATASUS (Gabriella, 2019, p.3).

A taxa de mortalidade calculada é descrita pela razão entre o número de óbitos de AT por categoria, dividido pelo número da população no período, e por fim, multiplicado por 100.000. Para análise dos dados foi utilizada a planilha eletrônica do Excel (gráfico e tabelas) e o software QGIS, versão 2.18.10 na elaboração dos mapas (nas modalidades por localização e graduado). O QGIS é um programa Open Source de Sistema de Informação Geográfica (SIG), de forma gratuita, que provê visualização, edição e análise de dados georreferenciados.

Na elaboração do mapeamento utiliza-se sempre uma base cartográfica atrelada a um banco de dados adotando-se um sistema de coordenadas específico. As bases cartográficas podem estar prontas e disponibilizadas nos mais diversos sites, sejam eles governamentais ou não governamentais. Contudo, quase sempre é necessário ajusta-los por meio de ferramentas específicas de acordo com o mapa que se pretende obter.

Para a elaboração dos mapas foram utilizadas bases cartográficas prontas extraídas do site do IBGE e do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), disponibilizadas em formato Shapefile. O sistema de coordenadas escolhido foi o SIRGAS 2000, pois segundo o IBGE, este é o mais completo e adequado para as Américas. Além do QGIS, foi utilizado o software Inkscape para realizar alguns ajustes finais de edição, software livre, gratuito e igualmente prático.

O mapa contendo o Paraná dividido em Regionais de Saúde (RS) só é disponibilizado pelo site da SESA no formato JPG, ou seja, sem a possibilidade de edição. Nesse sentido, foi utilizada a base de dados do IPARDES que já está associada à base cartográfica do Estado do Paraná. Com a base a disposição, foi feita a classificação dos 399 municípios paranaenses em “Regionais de Saúde” identificando sua respectiva “ordem” e “município cede” de cada Regional na planilha eletrônica do próprio QGIS.

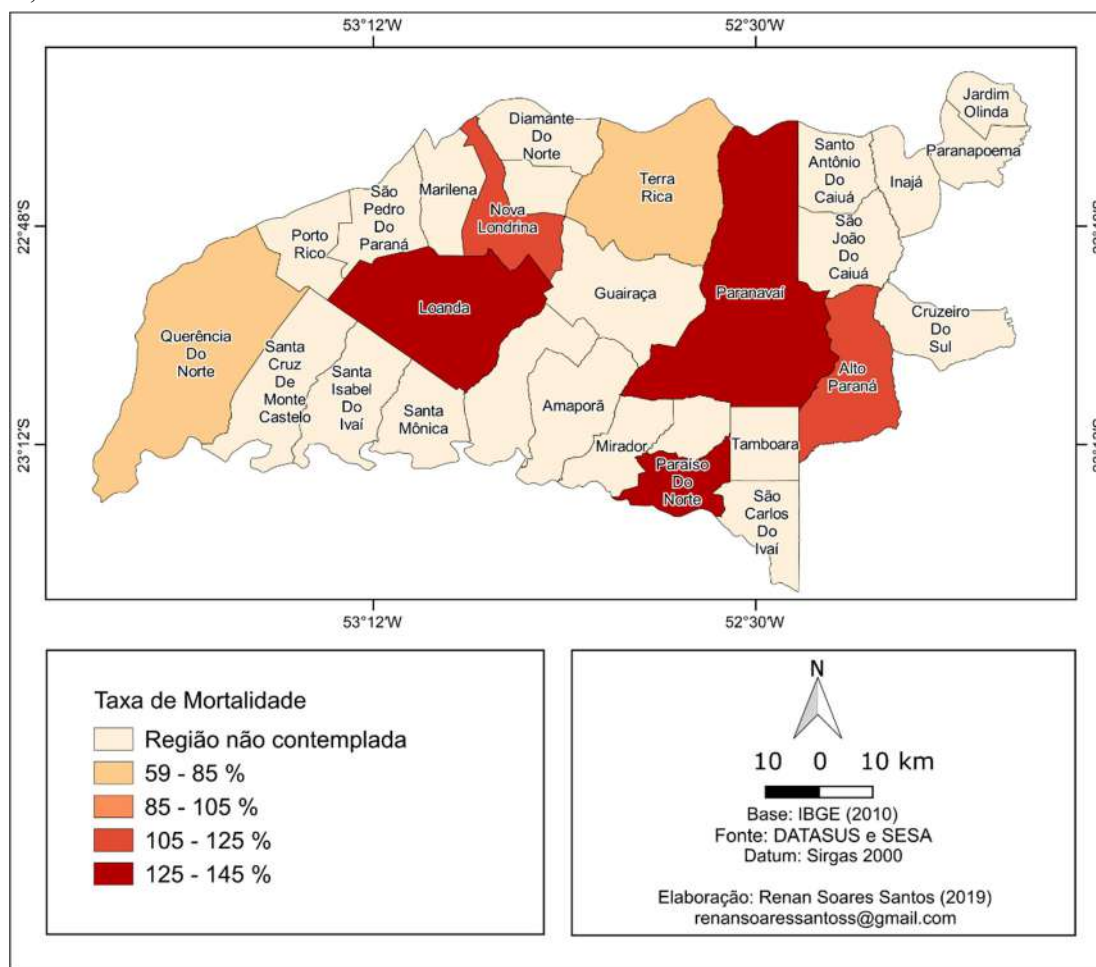
Na elaboração do mapa que indica a intensidade da taxa de mortalidade na 14ª Regional, o banco de dados contendo as informações dessa e das demais RS não estava unido à base cartográfica, pois o sistema DATASUS e SESA disponibilizam os dados apenas como planilha eletrônica, sendo, neste caso, necessário associá-la a base por meio da ferramenta “Uniões”. Com esta ferramenta não foi necessário refazer o banco de dados no QGIS, mas apenas anexá-la a base cartográfica, o que torna o software ainda mais versado. Neste processo, foi preciso somente selecionar a tabela de dados conforme o mapa que se pretendia elaborar e por fim obter a união.

A distribuição espacial permite a identificação de áreas com maior risco de ocorrência dos acidentes, com o objetivo de fornecer subsídios para o planejamento e para a execução de políticas públicas, aumentando sua eficácia e eficiência na redução e na prevenção desses agravos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Considerando em ordem decrescente as taxas de mortalidade por acidentes de trânsito dos municípios mais populosos da 14ª Regional de Saúde, no ano de 2014 a 2018: Loanda (142,87); Paraíso do Norte (134,26); Paranavaí (126,92); Alto Paraná (120,18); Nova Londrina (109,72); Querência do Norte (80,78); Terra Rica (60,38) (Tabelas 2 e 3)

O mapa graduado apresentado a seguir, destaca nas cores alaranjadas e vermelhas os municípios mais populosos da 14ª Regional de Saúde que apresentou maior taxa de mortalidade por acidentes de trânsito, no ano de 2014 a 2018.



Fonte: DATASUS e SESA (Renan, 2019, p.5).

Figura 02 – Mortalidade por acidentes de trânsito dos municípios mais populosos da 14ª Regional de Saúde (2014 a 2018)

Dentre o grupo das 6 categorias mais frequentes, as que obtiveram maior taxa de mortalidade por acidentes de trânsito, no período de 2014 a 2018 foram, respectivamente: Motociclista (13), Automóvel (12), Pedestre (3,3), Transporte pesado (1,5), Ciclista (1,3) e Caminhonete (0,1).

A maior taxa de mortalidade de acordo com as categorias mais frequentes desse estudo, foi verificada no município de Loanda no período de 2014 a 2018.

A taxa de mortalidade reduzida verificada nas categorias caminhonete e transporte pesado, podem estar associadas ao fato de que esses veículos apresentam maior proteção aos ocupantes, isso ocorre devido ao tamanho do veículo e a baixa velocidade exigida nas estradas, esta provocada pelas condições das vias públicas e pelo volume elevado de tráfego (PAPA et al., 2014).

No conjunto das causas externas de mortes por acidentes de trânsito, os municípios de Alto Paraná e Terra Rica apresentaram uma alta taxa de mortalidade nas categorias Pedestre, Ciclista, Motociclista, Automóvel, Caminhonete e Transporte Pesado, no ano de 2014 comparado aos outros anos (Tabela 3).

Tabela 2: Taxa de mortalidade e categorias dos Municípios mais populosos da 14ª Regional de Saúde, Estado do Paraná, 2014 a 2018.

MUNICÍPIOS E CATEGORIAS	2014	2015	2016	2017	2018
<i>Paranavaí</i>					
Pedestre	3,47	6,91	4,58	0	2,27
Ciclista	2,31	2,30	1,14	1,13	0
Motociclista	7,29	12,06	16	3,41	17,08
Automóvel	8,11	4,60	5,72	7,96	9,11
Caminhonete	0	1,15	2,29	0	0
Transporte pesado	3,47	0	2,29	2,27	0
<i>Alto Paraná</i>					
Pedestre	0	6,88	0	6,80	6,81
Ciclista	6,93	0	0	0	0
Motociclista	20,07	0	0	13,06	6,81
Automóvel	13,08	13,07	13,06	6,80	0
Caminhonete	0	0	0	0	0
Transporte pesado	0	0	0	0	6,81
<i>Loanda</i>					
Pedestre	0	8,84	0	0	4,36
Ciclista	0	4,42	0	0	0
Motociclista	22,02	13,02	0	4,36	8,72
Automóvel	13,03	22,01	21,09	13	8,72
Caminhonete	0	0	0	0	0
Transporte pesado	0	0	0	0	0
<i>Terra Rica</i>					

Pedestre	0	0	0	0	0
Ciclista	6,17	0	0	0	0
Motociclista	18,05	0	6,07	6,03	6
Automóvel	12,03	0	0	0	0
Caminhonete	0	0	0	0	0
Transporte pesado	0	0	0	6,03	0

Fonte: DATASUS e SESA (Gabriella, 2019, p.7).

Nas categorias ciclista, transporte pesado e caminhonete, houve uma redução do ano de 2014 para 2018 na taxa de mortalidade dos municípios. No município de Paranavaí, na categoria motociclista, houve um aumento de 13,67 da taxa de mortalidade do ano de 2017 para 2018.

Tabela 3: Taxa de mortalidade e categorias dos Municípios mais populosos da 14ª Regional de Saúde, Estado do Paraná, 2014 a 2018.

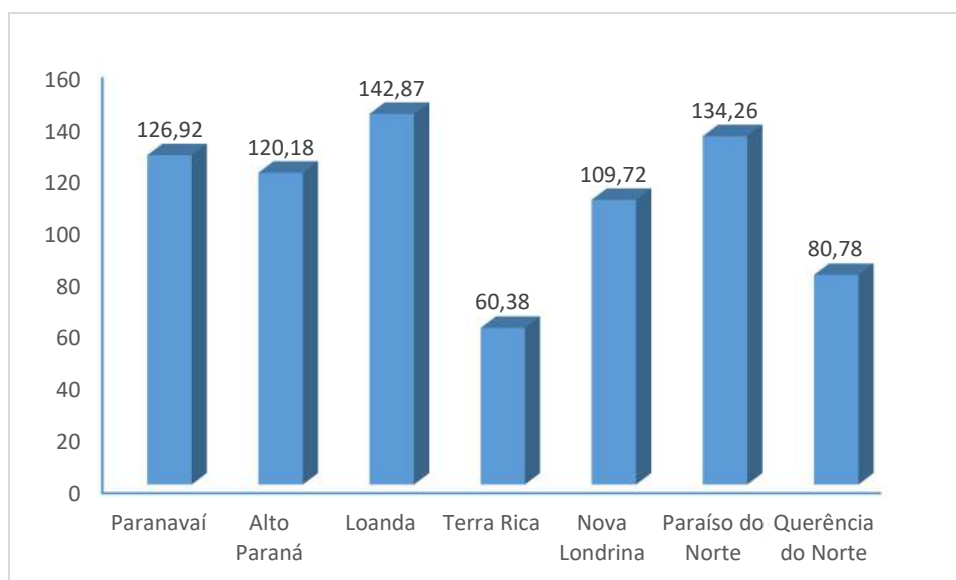
MUNICÍPIOS E CATEGORIAS	2014	2015	2016	2017	2018
<i>Nova Londrina</i>					
Pedestre	0	0	0	7,41	7,56
Ciclista	0	0	0	0	0
Motociclista	7,42	14,08	7,41	7,41	15,12
Automóvel	0	14,08	0	7,41	15,12
Caminhonete	0	0	0	0	0
Transporte pesado	7,42	0	0	0	0
<i>Paraíso do Norte</i>					
Pedestre	7,78	0	7,58	0	0
Ciclista	0	0	0	0	7,33
Motociclista	23,03	15,03	0	7,49	7,33
Automóvel	0	7,68	7,58	14,09	29,34
Caminhonete	0	0	0	0	0
Transporte pesado	0	0	0	0	0
<i>Querência do Norte</i>					
Pedestre	0	0	0	0	0
Ciclista	0	0	0	0	0
Motociclista	8,18	8,16	0	16,02	8,21
Automóvel	32,07	0	0	0	0
Caminhonete	0	0	0	0	0
Transporte pesado	0	0	8,14	0	0

Fonte: DATASUS e SESA (Gabriella, 2019, p.7).

Nos municípios de Nova Londrina, Paraíso do Norte e Querência do Norte não houveram vítimas fatais na categoria de transporte pesado. Em Paraíso do Norte, houve um aumento significativo na taxa de mortalidade em relação ao ano de 2017 (14,09) para 2018 (29,34) na categoria automóvel.

Houve redução na taxa de mortalidade no município de Querência do Norte relacionada a categoria motociclista no ano de 2018 (7,81).

O município de Terra Rica, apresentou a menor taxa de mortalidade causada pelos acidentes de trânsito em relação aos demais municípios estudados (60,38) (Gráfico 1).



Fonte: DATASUS e SESA (Gabriella, 2019, p.8).

Gráfico 1: Taxa de mortalidade total dos Municípios mais populosos da 14ª Regional de Saúde, Estado do Paraná, 2014 a 2018.

As motocicletas enfrentam maiores perigos nas estradas do que os automóveis devido à ausência de dispositivos de proteção para minimizar os danos decorrentes do impacto no momento do acidente, e a fragilidade existente na infraestrutura das vias de trânsito (buracos, animais mortos ou que trafegam nas vias, condições da pavimentação, irregularidades das pistas) e a presença de outros objetos inesperados na estrada, no qual podem causar um grande impacto na sociedade e na saúde pública (TAVARES et al., 2017, MELO, 2018).

De acordo com os dados do Ministério da Saúde, morrem cerca de 43 mil pessoas por ano em acidentes de trânsito no Brasil, sendo os usuários de motocicleta as maiores vítimas. No ano de 2014, observou-se que o município de Paranavaí apresentou maior taxa de mortalidade na categoria motociclista, 7,29/100 mil habitantes comparado ao Estado do Rio de Janeiro, 3,09/100 mil habitantes (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2018).

As taxas elevadas de mortalidade por essa causa podem ser explicadas por diversas situações. O Brasil vivenciou nas últimas décadas um período de progresso econômico com a preservação da economia, políticas que favoreceram a ampliação da capacidade produtiva desse setor e aumento da renda percapita, o que facilita na expansão da frota de veículos (MELO, 2016).

Na categoria pedestre, a média da taxa de mortalidade verificada no período de 2014 a 2018 foi de 3,3/100 mil habitantes, resultado inferior comparado ao Estado do Rio de Janeiro que no ano de 2014 apresentou uma taxa de 5,63/100 mil habitantes (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2018).

Verificou-se um declínio significativo da taxa de mortalidade na categoria pedestre no ano de 2015 para 2018 nos municípios de Paranavaí e Loanda respectivamente, em 2015 era de 6,91/100 mil habitantes e em 2018 2,27/100 mil habitantes, 2015 era de 8,84/100 mil habitantes e no ano de 2018 4,36/100 mil habitantes.

As condições socioeconômicas e a facilidade na compra dos veículos têm contribuído para que ocorresse uma substituição da categoria pedestre para condutor/passageiro de veículos motorizados, o que implica na redução da taxa de mortalidade por essa causa (MELO, 2016).

No Brasil a taxa de mortalidade por acidentes de trânsito foi de 21/100 mil habitantes no ano de 2014, e em 2015, 18,3/100 mil habitantes (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013). Dentre os municípios mais populosos da 14ª Regional de Saúde, a taxa de mortalidade variou entre 2,5 a 6,8/100 mil habitantes no ano de 2014.

Os municípios com populações pequenas apresentam maior taxa de mortalidade, principalmente nas categorias motociclista e automóvel. Segundo o Boletim epidemiológico (2018), isso ocorre devido a precariedade na fiscalização e a composição da frota desse tipo de veículo (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013).

A redução da mortalidade por AT necessita de uma série de políticas que precisam ser estabelecidas a fim de debilitar os fatores que contribuem na ocorrência desses eventos adversos, incluindo a educação no trânsito. O comportamento no trânsito está associado a várias causas de acidentes, como por exemplo, álcool e direção, desatenção ou direção perigosa no trânsito, a falta de uso dos equipamentos de segurança (IPEA, 2016).

CONCLUSÕES

Desse modo, foi identificado que o município de Loanda apresentou a maior taxa de mortalidade por acidente de trânsito dentre os municípios mais populosos da 14ª Regional de Saúde, do Estado do Paraná, e o município de Terra Rica apresentou a menor taxa de mortalidade.

A partir destes resultados, é possível afirmar que os acidentes automobilísticos constituem um grave problema de saúde pública e por isso é relevante a adoção de políticas públicas como a Lei Seca (11.705 de 19 de junho de 2008), que priorizem a aplicação de recursos financeiros e humanos na redução da taxa de mortalidade, principalmente nas categorias motociclista e automóvel.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS)**, 2019. Disponível em: <http://datasus.saude.gov.br/>. Acesso em março de 2019

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=downloads>. Acesso em abril de 2019.

IPEA. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)**. Mortes por acidentes de transporte terrestre no Brasil: Análise dos sistemas de informação do Ministério da Saúde, 2016. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_a2212.pdf

LIMA, M, V, N.; OLIVEIRA, R, Z.; LIMA, R, B.; OLIVEIRA, L, Z.; LIMA, A, P.; FUJII, F, N. **Óbitos por acidentes de transporte terrestre em município do noroeste do Paraná – Brasil**. Rev Bras Med Fam Comunidade; v. 9, n. 33, p. 350-357, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <https://www.rbmf.org.br/rbmfc/article/view/854/656>

MENDONÇA, M, F, S.; SILVA, A, P, S, C.; CASTRO, C, C, L. **Análise espacial dos acidentes de trânsito urbano atendidos pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência: um recorte no espaço e no tempo**. REV BRAS EPIDEMIOL; v. 20, n. 4, p. 727-741, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbepid/v20n4/1980-5497-rbepid-20-04-727.pdf>

MELO, W, A.; CARVALHO, M, D, B. **Análise da morbimortalidade de jovens vítimas de acidentes de trânsito**. Tese (Doutorado em Ciências da Saúde), Universidade Estadual de Maringá. Maringá-PR, p. 1-63. 2016. Disponível em: <http://nou-rau.uem.br/nou-rau/document/?code=vtls000225832>

MELO, A, M.; OLIVEIRA, R, R.; BRISCHILIARI, A.; PELLOSO, S, M.; CARVALHO, M, D, B. **Mortality trend due to traffic accident in young in the south of Brazil**. Cad. Saúde Colet; v. 26, n. 4, p. 360-368, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cadsc/v26n4/1414-462X-cadsc-1414-462X201800040192.pdf>.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Acidentes de transporte relacionados ao trabalho no Brasil, 2007-2016**. Secretaria de Vigilância em Saúde, Boletim Epidemiológico; v. 49, n. 26, p. 1-14, 2018. Disponível em: <http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2018/junho/20/2017-033-publicacao.pdf>

MINISTÉRIO DA SAÚDE, Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) e IBGE. **Taxa de mortalidade por acidentes de trânsito, 2013.** Disponível em: <https://indicadoresods.ibge.gov.br/objetivo3/indicador361>

PAPA, M, A, F.; WISNIEWSKI, D.; FERNANDES, C, A, M.; INOUE, K, C.; EVORA, Y, D, M.; MATSUDA, L, M. **Mortalidade por Acidentes de Trânsito Terrestre: análise comparativa.** Cogitare Enferm; v. 1, n. 19, p. 48-55, 2014. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/35934/22166>

Secretaria de Saúde do Estado do Paraná (SESA). Disponível em: <http://www.saude.pr.gov.br/>. Acesso em março de 2019

SOUSA, A, S, B.; SILVA, S, C.; CAVALCANTE, M, F, A. **Mortalidade por causas externas em adultos jovens em Teresina-PI no período de 2001-2011.** R. Interd; v. 9, n. 1, p. 57-65, 2016. Disponível em: https://revistainterdisciplinar.uninovafapi.edu.br/index.php/revinter/article/view/594/pdf_285

TAVARES, C, S, S.; ARAÚJO, D, C.; SANTOS, A, D.; VAEZ, A, C. **Distribuição espacial da mortalidade por acidentes de motocicleta no estado de Sergipe, Brasil.** Congresso Internacional de Enfermagem, p. 01-04, 2017. Disponível em: <https://eventos.set.edu.br/index.php/cie/article/view/6145/2237>

WAISELFISZ, J, J. **Mapa da violência 2013: Acidentes de trânsito e motocicletas,** p. 04-96, Rio de Janeiro (RJ), 2013. Disponível em: https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013/mapa2013_transito.pdf

ESTUDO COMPARATIVO DA PERCEÇÃO DE QUALIDADE DE VIDA E VOZ ENTRE ESTUDANTES DO CENTRO DE ARTES E DO CENTRO DE MÚSICA E MUSICOTERAPIA

Roberta Kindler Gonzalez (PIC, Fundação Araucária)
Unespar/Campus de Curitiba II - FAP, e-mail: roberta.kindler.gonzalez@gmail.com

Pierangela Nota Simões (Orientadora)
Unespar/Campus de Curitiba II - FAP, email: pierangela.simoed@unespar.edu.br

Palavras-chave: Voz. Estudantes. Qualidade de Vida.

INTRODUÇÃO

O som da voz é gerado na laringe a partir de uma emissão básica, denominada fonação, que consiste em uma expiração em que o ar vindo dos pulmões provoca a vibração das pregas vocais. Os órgãos e sistemas utilizados no processo da emissão vocal não têm como função primária a fonação, o conjunto de órgãos responsável pela emissão vocal *empresta* partes do aparelho respiratório e do aparelho digestório para sua realização.

Depois da vibração das pregas vocais, e da consequente emissão da voz, o som é articulado e transformado em fala, ou em canto, para dar lugar à expressão de ideias e sentimentos que constituem a comunicação humana, portanto, está totalmente atrelada à qualidade de vida dos indivíduos por desempenhar um papel fundamental dentro da sociedade.

Tendo em vista que qualidade de vida é um assunto que tem sido cada vez mais debatido, é importante que se busque compreender a dimensão de seus múltiplos significados e interpretações para que seja possível relacioná-los ao uso da voz.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define qualidade de vida como “a percepção do indivíduo de sua posição na vida, no contexto da cultura e sistema de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações” (The WHOQOL Group, 1995), ou seja, a sensação de pertencer a algum lugar e estar de acordo com seus desejos e valores, são questões relevantes relacionadas à qualidade de vida de um indivíduo.

A voz é um facilitador para que a pessoa crie laços e, por consequência, venha a se inserir em algum ambiente, seja qual for o contexto. Está totalmente relacionada à autoestima, pois também é parte da identidade pessoal de cada um, então assim como o corpo, cada voz tem suas características únicas, e usá-la acaba sendo uma forma de exposição. Além disso, a voz é também um notável instrumento de

trabalho para diversos profissionais, sendo que no contexto deste estudo destacam-se estudantes de graduação nas áreas da música, da musicoterapia do teatro e de artes visuais.

Por estar presente desde o choro até o último suspiro na vida de cada um, a voz parece uma manifestação automática do corpo humano e recebe poucos cuidados, fato que pode resultar num prejuízo à saúde vocal (BELHAU & PONTES. 2001).

Behlau e col. (2005) apontam que o impacto das alterações de voz na qualidade vocal é muito variável, podendo ser de grau discreto a severo. Os distúrbios da voz podem prejudicar a profissão de um indivíduo, como no caso do profissional da voz, que depende de uma produção vocal ou de uma qualidade vocal específica para sua sobrevivência profissional. Neste sentido, o comprometimento do estado físico pode levar a um desequilíbrio das dimensões psicológica e social do indivíduo e prejudicar sua qualidade de vida.

Uma pesquisa realizada com uma população de 2214 sujeitos brasileiros, entre 14 e 90 anos de idade, que responderam a versão, em português, do V-RQOL - *Voice-Related Quality of Life*, divididos em grupos com e sem queixa vocal, indicou que as piores autoavaliações vocais estavam relacionadas com escores mais baixos do questionário, com maior significância no grupo dos sujeitos com queixa vocal (BEHLAU e col, 2007).

Estudos recentes correlacionam qualidade de vida e voz ao gênero, qualidade de vida e voz a alterações funcionais ou orgânicas, qualidade de vida e voz ao impacto cultural, qualidade de vida à percepção da voz do paciente e percepção da comunidade (SPINA e col., 2009). Por outro lado, estes mesmos autores apontam que são escassos e controversos os estudos que correlacionam qualidade de vida e voz a atividade profissional por meio do protocolo V-RQOL - *Voice-Related Quality of Life* -, traduzido para o português como Qualidade de vida e voz (QVV), fato que chama a atenção por tratar especificamente dos sujeitos desta pesquisa, cuja formação acadêmica e futura atuação profissional está baseada no uso profissional ou no uso artístico da voz.

Dentre os sujeitos que fazem uso da voz de maneira profissional destacam-se os atores de teatro, cujo risco de desenvolver um problema vocal é bastante elevado, devido a condições de trabalho e características da profissão (FERREIRA et al, 2010 & CEBALLOS e col, 2011).

Ainda que atores profissionais tenham histórico de treinamento e orientação para a utilização da voz profissional, há um número significativo de queixas nesse meio, especialmente relacionadas a condições físicas no ambiente de trabalho (GOULART & VILANOVA, 2011).

Vilanova et al (2016) identificaram e compararam aspectos relacionados à prática vocal entre atores profissionais e estudantes de teatro e constaram que ambos os grupos nutrem hábitos prejudiciais e estão expostos a ambiente de trabalho inadequado para saúde vocal.

A saúde vocal de educadores musicais, por sua vez, mostra-se igualmente comprometida à de professores de outras áreas no que se refere à manutenção da saúde vocal, sendo alarmante o desconhecimento dos docentes sobre a própria voz (AMATO, 2008).

Convém registrar que a voz do professor é um objeto de estudo priorizado em Fonoaudiologia e pode ser ilustrado pelo levantamento do Comitê de Voz Profissional do Departamento de Voz da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia (SBFa) realizado para atualizar as publicações referentes a esse tema no período de 2008 a 2012, que indicou mais de 900 publicações voltadas para compreender as condições de produção da voz no contexto da sala de aula.

A respeito da relação entre a qualidade de vida e voz de estudantes dos cursos de Licenciatura em Música e Bacharelados em Musicoterapia e Música Popular, Simões e França (2017) destacaram a importância da voz tanto no período de graduação quanto na futura atuação profissional e apontaram que problemas relacionados à voz podem interferir nas atividades da vida diária e comprometer sua qualidade de vida dos estudantes.

No que se refere especificamente aos músicos, Pereira e col. (2010) argumentam sobre as características das atividades diárias executadas por estes profissionais, a exemplo da elevada carga horária da prática, dos ensaios, assim como das apresentações, e apontam sua vulnerabilidade a riscos ocupacionais que podem comprometer a capacidade laboral e a qualidade de vida.

Um estudo realizado com 48 sujeitos, sendo 41 mulheres e sete homens; com idades entre 18 e 63 anos; seis profissionais da voz e 42 não profissionais; 39 sujeitos com disfonia funcional, seis com disfonia orgânica e três com disfonia organofuncional, que responderam o QVV (Qualidade de Vida e Voz), revelou que os profissionais da voz apresentaram pior qualidade de vida (BASTILHA e col, 2014). A metodologia proposta foi a de correlacionar as respostas dos questionários de Qualidade de Vida em Voz e o Índice de Desvantagem vocal conforme parâmetros de idade, sexo, uso profissional ou não da voz e diagnóstico fonoaudiológico.

Putnoki e col (2010), por sua vez, concluíram em um estudo denominado *Qualidade de vida em voz: o impacto de uma disfonia de acordo com gênero, idade e uso vocal profissional*, a partir da análise de 1304 questionários QVV, que o impacto na qualidade de vida relacionado a uma alteração vocal foi percebido de maneira semelhante por homens e mulheres. E ainda, os profissionais com grande demanda de voz falada artística relataram sofrer o menor impacto de um problema de voz na qualidade de vida.

Quer seja na graduação dos cursos de licenciatura, quer seja na formação dos bacharéis, há considerações a serem feitas sobre a qualidade vocal, a qualidade de vida e o futuro desempenho profissional. Por meio deste estudo pesquisou-se a autopercepção dos alunos dos cursos do Centro de Música e Musicoterapia e do Centro de Artes e seu impacto na qualidade de vida dos futuros bacharéis

em Musicoterapia, Dança, Artes Cênicas e Música e licenciados em Artes Visuais, Dança, Teatro e Música, meio do Protocolo de Qualidade de Vida em Voz – QVV, tendo analisados os aspectos físicos e socioemocionais destes estudantes.

METODOLOGIA

O presente estudo foi submetido ao Comitê de ética CEP/FAP e aprovado conforme o parecer substanciado n. 2.550.674.

Trata-se de um estudo transversal, de caráter exploratório, desenvolvido com 226 estudantes dos Centros de Artes e de Música e Musicoterapia, de uma universidade do estado do Paraná, que se constituíram como sujeito de pesquisa.

A seleção da amostra foi probabilística e sistemática, tendo sido adotados como critérios de inclusão estar regularmente matriculado nos cursos de um dos Centros e assistir as aulas na sede central do *Campus*. Frequentar as aulas em outra sede foi considerado um critério de exclusão, tendo em vista a impossibilidade logística de aplicação do protocolo.

Todos os estudantes que concordaram em participar do estudo e assinaram o TCLE, responderam o *Voice Related Quality of Life Measure* (VRQOL) conhecido como protocolo de Qualidade de vida e Voz (QVV), proposto por Hogikyan & Sethuraman (1999), adaptado e traduzido para o português por Gasparini e Behlau (2007) e validado por Behlau (2009).

Kasama e Brasolotto destacaram que “o protocolo QVV é de simples aplicação, sensível à influência da disfonia na qualidade de vida e um bom método de avaliação de resultados dos tratamentos, entretanto, há poucos trabalhos na literatura que relatam seus resultados” (2007, p.25) sendo, portanto, um instrumento adequado para a aplicação neste estudo.

O protocolo é autoaplicável e consiste em dez perguntas para as quais os estudantes escolheram dentre cinco alternativas, considerando tanto a gravidade do problema como sua frequência de aparecimento: 1 = não é um problema 2 = é um problema pequeno 3 = é um problema moderado/médio 4 = é um grande problema 5 = é um problema muito grande. As perguntas exploram a condição vocal associada à condição de vida em três domínios ou escores: emocional (quatro perguntas), físico (seis perguntas) e escore total. O protocolo QVV apresenta como resultado notas que vão de 0 (zero) a 100, sendo 0 (zero) a pior indicação de qualidade de vida e 100 a melhor qualidade de vida.

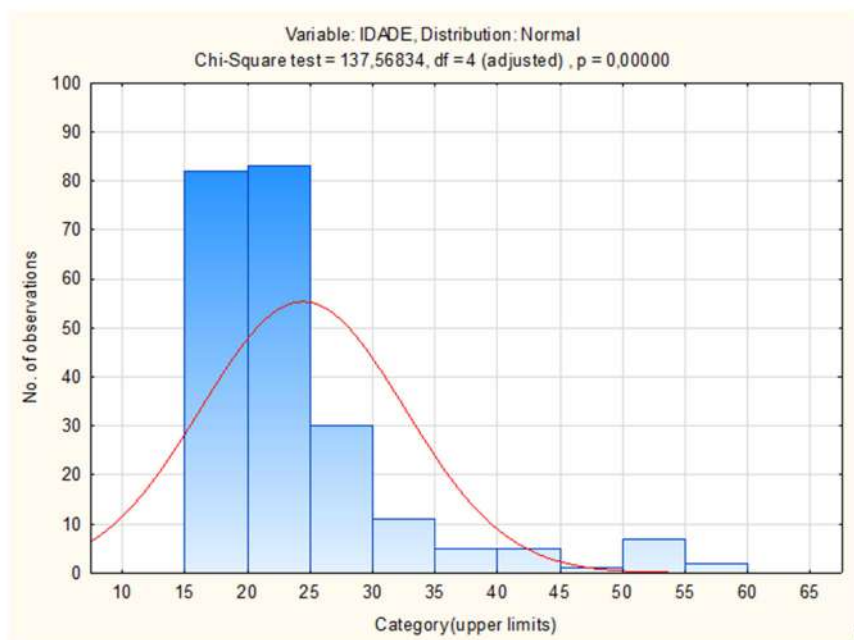
A abordagem das perguntas, por sua vez, é iniciada com a frase *por causa da minha voz o quanto isto é um problema* para os quais o sujeito deve responder dentre cinco alternativas:

nunca acontece, não é um problema;
acontece pouco, raramente é um problema;
acontece às vezes e é um problema moderado;
acontece muito e quase sempre é um problema;
acontece sempre e realmente é um problema ruim.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados dos escores do QVV, nos três domínios pesquisados, foram tabulados e tratados respectivamente nos programas *Microsoft Office Excel* versão 2016 e *Statistica*, versão 13.3.

Gráfico 1 – Distribuição da amostra conforme a idade n=226



Foram considerados válidos 226 protocolos respondidos integralmente, sendo que houve predomínio do gênero feminino (75,41%) na amostra do CA e maioria do gênero masculino (57,69)% dentre os sujeitos do CMM; a média da faixa etária foi de 24,42 anos, distribuída entre 17 e 59 anos, dado que indica a diversidade da população universitária dos Centros pesquisados, apresentada no gráfico 1.

A distribuição da amostra nos Centros pesquisados se deu conforme descrito na tabela 1, sendo o Centro de Artes denominado CA e o Centro de Música de Musicoterapia denominado CMM. A tabela 1

apresenta também os valores de média, mediana, moda, variância e desvio padrão para escores total (T), sócio emocional (SE) e funcionamento físico (FF) do QVV.

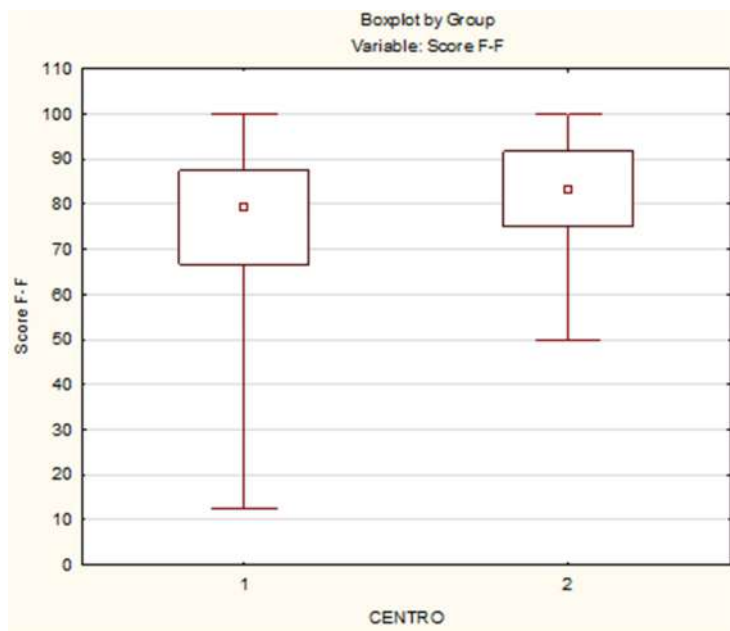
Tabela 1 – Distribuição da amostra, medidas de tendência central e de dispersão n=226

	n	Média	Mediana	Moda	Variância	Desv padrão
Escore T CA	122	80,92	83,75	Múltiplos	208,80	14,45
Escore SE CA	122	87,19	93,75	100,0	242,03	15,56
Escore FF CA	122	76,81	79,17	79,16	272,61	16,51
Escore T CMM	104	86,56	87,50	92,50	95,65	11,30
Escore SE CMM	104	92,55	93,75	100,0	94,11	10,48
Escore FF CMM	104	82,57	83,33	83,33	146,90	14,68

As medianas revelam que os estudantes apresentam altos índices de qualidade de vida em voz, sendo o escore SE melhor do que o escore T e este por sua vez, superior ao FF tanto no CA quanto no CMM. Convém destacar a ocorrência do índice máximo de qualidade de vida para o escore SE nos dois Centros. Há variância nos três escores pesquisados para os estudantes dos dois Centros de Área, sendo que o escore FF apresentou os índices mais significativos. A variabilidade dos resultados sugere que, apesar das médias apontarem baixo impacto da voz na qualidade de vida, a auto percepção da voz pode estar prejudicada. A falta de conhecimento do aparelho fonador, ou o desconhecimento de medidas para a manutenção da qualidade vocal, podem ser a razão para uma falta de regularidade em uma ou mais respostas relacionadas à dificuldade em falar alto, em ser ouvido em ambientes ruidosos, em manter o ar durante a fonação ou alusivas à insegurança em manter a fonação durante a comunicação e ser compreendido pelo seu interlocutor.

Há que se considerar, também, que a amplitude de variação dos dados de FF pode decorrer da presença de *outliers*, conforme exposto no gráfico 2, sem prejuízo à análise da autopercepção diminuída, posto que as médias mínimas estão relacionada a este domínio.

Gráfico 2 – *Box plot* FF; Group 1=CMM; group 2=CA



O teste de Mann-Whitney foi utilizado para a comparação entre os escores T, SE e FF dos Centros de Artes e Centro de Música e Musicoterapia, com os valores de p, para as variáveis pesquisadas, apresentados na seguinte tabela:

Tabela 2 - Resultado de Mann-Whitney; nível de significância para $p \leq 0,05$

	CA n=122	CMM n=104	Valor de p
Escore T	12471,00	13180,00	0,004991
Escore SE	12909,00	12742,00	0,055671
Escore FF	12597,00	13054,00	0,010759

Os resultados encontrados permitem concluir que há diferença significativa, entre os grupos estudados, no que se refere à percepção da voz e qualidade de vida. O domínio em que há mais de significância é o escore T, notoriamente influenciado pelas baixas medianas do escore FF dos dois Centros, efeito que pode ser confirmado pela alta variância das médias de FF.

Considerando que os dois grupos estudados estão sujeitos a rotinas exaustivas no que diz respeito ao uso da voz, seja em aulas práticas, ensaios ou estúdios, tanto nos cursos de licenciatura quanto de bacharelado ofertados pelos Centros de Artes e de Música e Musicoterapia, a diferença na percepção do funcionamento físico do aparelho físico pode estar relacionada à noção que os estudantes da área da Música desenvolveram para compreender a voz como um instrumento de estudo e trabalho.

Além disso, o foco nas disciplinas de práticas corporais, em detrimento das práticas vocais pode desfavorecer a consciência hábitos relacionados à percepção e preservação da voz nos estudantes que frequentam os cursos do Centro de Artes.

CONCLUSÃO

A partir dos resultados apresentados foi possível estabelecer que há diferença na percepção da voz e qualidade de vida entre os estudantes do Centro de Artes e do Centro de Música e Musicoterapia.

As especificidades relacionadas à formação acadêmica dos estudantes que frequentam os cursos dos dois Centros de Área podem explicar a variedade dos resultados obtidos. Ainda assim, há que se considerar a voz como um importante instrumento de trabalho para várias profissões e digna, portanto, de atenção especial desde o período de formação profissional, de modo a garantir a qualidade das emissões vocais e, futuramente, de uma boa atuação profissional.

O número de estudos sobre a saúde vocal de professores, músicos, musicoterapeutas e artistas em geral vem crescendo nos últimos anos e os dados trazem informações acerca de queixas e abusos vocais relacionado a estas categorias, assim como as consequências decorrentes da falta de cuidados com o aparelho fonador, que devem possuir maior relevância dentro das grades curriculares.

REFERÊNCIAS

AMATO, RCF. **A saúde vocal dos educadores musicais: um estudo comparativo com docentes atuantes na educação infantil e no ensino fundamental.** Música Hodie, Vol. 8 - Nº 2, p. 107, 2008

BASTILHA, G.R. e col. **Voz: desvantagem e qualidade de vida.** Revista CEFAC.2014. NOV-DEZ 16(6): 1900-1908

BEHLAU, M., PONTES, P. **Higiene Vocal.** Rio de Janeiro: Revinter, 2001.

BEHLAU, M. e col. **A. Validação no Brasil de protocolos de auto-avaliação do impacto de uma disfonia.** Pró-Fono Revista de Atualização Científica. 2009 out-dez;21(4):326-32

Ceballos AGC, Carvalho FM, Araújo TM, Reis EJFB. **Avaliação perceptivo-auditiva e fatores associados à alteração vocal em professores.** Rev Bras Epidemiol. 2011;14(2):285-95

Ferreira LP, Amaral VRP, Souza PH. **A Fonoaudiologia e o ator de cinema: relatos de profissionais do meio cinematográfico**. Distúrbios Comun. 2010;22(2):133-47.

Gasparini G, Behlau M. **Quality of Life: validation of the Brazilian version of the Voice-Related Quality of Life Measure (V-RQOL)**. J Voice, 2007, in print.

GOULART, BNG & VILANOVA, JR. **Atores profissionais de teatro: aspectos ambientais e sócio-ocupacionais do uso da voz**. J Soc Bras Fonoaudiol. 2011;23(3):271-6

Hogikyan ND, Sethuraman G. **Validation of an instrument to measure voice-related quality of life (V-RQOL)**. J Voice. 1999;13:557-69

KASAMA, S. T.& BRASOLOTTO, A. G. **Percepção vocal e qualidade de vida**. Pró-Fono Revista de Atualização Científica, Barueri (SP), v. 19, n. 1, p. 19-28, jan.abr. 2007

PEREIRA E.F. e col. **Percepção de qualidade do sono e da qualidade de vida de músicos de orquestra**. Revista de Psicologia Clínica. 37(2): 48-51, 2010.

Putnoki DS, Hara F, Oliveira G, Behlau M. **Qualidade de vida em voz: o impacto de uma disfonia de acordo com gênero, idade e uso vocal profissional**. Rev Soc Bras Fonoaudiol. 2010;15(4):485-90

SIMÕES, P. & FRANÇA, DM. **Percepção dos estudantes do centro de música e musicoterapia da unespar sobre sua qualidade de vida e qualidade vocal**. Livro do Colóquio da AFIRSE: p 207, Lisboa, 2018.

SBFa. https://www.sbfa.org.br/portal2017/departamentos/7_voz

SPINA, A. L. e col. **Correlação da qualidade de vida e voz com atividade profissional**. Revista Brasileira de Otorrinolaringologia. São Paulo, v. 75, n. 2, Apr. 2009

THE WHOQOL GROUP 1995. **The World Health Organization quality of life assessment (WHOQOL): position paper from the World Health Organization.** Soc. Sci. Med., Oxford, v. 41, n. 10, p. 1403-1409, 1995.

Vilanova JR, Marques JM, Ribeiro VV, Oliveira AG, Teles L, Silverio KCA. **Atores profissionais e estudantes de teatro: aspectos vocais relacionados à prática.** Rev. CEFAC. 2016 Jul-Ago; 18(4):897-907

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

TRIBUTAÇÃO BRASILEIRA E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Alan Henrique Martello Moreno (PIC, Fundação Araucária)
Unespar/Campo Mourão, alanhmoreno1@hotmail.com
Sérgio Luiz Maybuk (Orientador), sergio.maybuk@unespar.edu.br
Unespar/Campo Mourão, e-mail

Palavras-chave: Tributação. Progressividade. Regressividade.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi realizado com a intenção de explorar o debate acerca da tributação, com ênfase na prática brasileira, tanto no âmbito teórico, quanto com averiguações empíricas das práticas tributárias brasileira, tema que afeta direta e indiretamente todos os agentes econômicos do país, principalmente famílias com rendas baixas, e que em tese deveria ser constituída dentro dos princípios de justiça social e tributária, mesmo que na prática não se constata no caso brasileiro.

Segundo Riani (2013) os gastos do governo podem ser financiados basicamente por quatro fontes: emissão de papel moeda, vendas de títulos públicos, empréstimos bancários e recolhimento dos tributos, todas as atividades levarão ao financiamento do Estado, mas afetará de forma distinta a economia dele.

Ainda segundo o autor, as comprovações empíricas demonstram que a tributação é o meio mais eficiente para financiar os gastos de qualquer país e evidencia que a tributação, além de ser o meio mais utilizado para o financiamento do setor público, é um instrumento eficiente para alcançar a justiça social. Porém, tal tema gera muita controvérsia na sociedade, tanto pela delicadeza e complexidade do assunto quanto pelo fato da tributação impactar diretamente diversos setores de um país, e fica claro que o modelo empregado no Brasil deixa diversas parcelas da sociedade descontente, e favoráveis a mudanças.

Dado essas observações deve-se ser cauteloso na análise e discussão sobre a tributação, tendo que levar em conta tanto os princípios teóricos, quanto a mudança histórica sofrida pela mesma ao passar do tempo, para então ter-se maior clareza de como e por que a tributação brasileira é constituída de tal forma atualmente.

Para tanto, o atual artigo será dividido em quatro partes. Além dessa breve introdução, há um capítulo com a metodologia empregada. O capítulo destinado a fundamentação teórica do trabalho é dividida em 4 seções: a primeira com o intuito de explorar o debate acerca da teoria tributária

explorando mais a fundo os princípios de progressividade e regressividade, além dos princípios que o cerca; a segunda se atentará a comentar a evolução histórica dos tributos, em principal o período seguinte a promulgação da Constituição Federal de 1988, e focando nos aspectos de progressividade e regressividade dos tributos brasileiros; a terceira comparar a estrutura tributária brasileira com o método utilizado por países membros da OCDE; e a última uma breve análise da tributação brasileira nos aspectos de progressividade e regressividade e o impacto econômico e social na população. E finalmente as considerações finais.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para a realização da pesquisa, foi utilizado como referência na seção destinada a investigação sobre a teoria tributária os livros-textos dos autores Flavio Riani e Fernando Rezende, além de utilizar trabalhos científico disponíveis na internet. Como base da segunda seção, a evolução histórica da tributação brasileira, com destaque as mudanças ocorridas pelo advento da Constituição de 1988, fez-se uso de textos para discussões, alguns artigos e um livro sobre história dos tributos no Brasil do autor Ubaldo Cesar Balthazar.

A seção contendo as comparações internacionais foi realizada por meio de leitura de textos para discussão promovidos pelo IPEA. Já a última seção conta com o estudo sobre a carga tributária brasileira promovido pela Receita Federal.

Vale ressaltar que todos os dados que o presente trabalho traz, foram retirados dos trabalhos utilizados como base no mesmo. As tabelas foram feitas com base nos dados retirados do estudo da Receita Federal.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Princípios tributários

A tributação é um alvo de estudo de suma importância para a manutenção das atividades no país e na redução da desigualdade social, isso se feita seguindo certos pontos e princípios básicos. Riani (2013) evidencia alguns pontos básicos que é esperado que a tributação siga: a pessoa deve ser onerada de acordo com sua capacidade de contribuição; indivíduos que se encontram em situação similar devem ser taxados de forma similar; o sistema tributário não pode apresentar interferências no mercado, tornando ele menos eficiente.

Salvador (2006) traz tais pontos reunidos em dois princípios. Princípios da neutralidade e princípio de equidade, o primeiro princípio atenta-se a fazer com que os tributos não impactem nas decisões referente à destinação dos recursos pelos agentes privado, afetando a eficiência do mercado. O

segundo princípio declara que a tributação deve ser realizada de modo que não altere a estrutura de distribuição de renda, que é tida como ótima antes da tributação pelos teóricos neoclássicos.

Rezende (1980) aponta como fundamental o princípio de neutralidade, uma vez que a neutralidade é alcançada quando as decisões de oneração tributária do governo não afetem os preços de mercado.

A equidade pode ser analisada em dois modelos. “uma propõe que o ônus seja repartido entre os indivíduos, de acordo com o benefício que cada um deriva da produção governamental de bens e serviços” (REZENDE, 1980, pag. 164). “à outra sugere que a repartição seja feita com base na capacidade individual de contribuição” (REZENDE, 1980, pag. 164). Esses princípios são chamados de princípio do benefício e princípio da capacidade de pagamento.

“O princípio do benefício estabelece que cada indivíduo na sociedade pagará tributos de acordo com o montante de benefícios que recebe. Quanto maior o benefício, maior seria a contribuição e vice-versa.” (RIANI, 2013, pag. 102). Assim o ônus tributário será repartido levando por base a utilização individual do bem ou serviço público.

Então se houvesse a disponibilidade das preferências dos cidadãos por bens públicos, poderia, ao mesmo tempo, saber qual a quantidade que seria necessário ser produzida desse bem, o montante monetário necessário para tal produção, e como será repartido o ônus da tributação, segundo as preferências dos indivíduos (REZENDE, 1980).

Riani (2013) argumenta que tal princípio é considerado eficiente pois, uma pessoa não seria responsável por arcar indiretamente com o benefício de outra pessoa e que tal princípio funciona em uma espécie de livre mercado.

Porem os autores advertem de pontos negativos acerca do funcionamento de tal princípio, como “dificuldade de obtermos versões quantitativas de curvas de demanda individual por bens públicos para posterior identificação dos benefícios que cada indivíduo atribui ao consumo de diferentes bens em questão” (REZENDE, 1980, pag. 170).

Riane (2013) adverte que há falta de métodos para medir o grau individual de utilização de um bem público puro para poder repartir o ônus tributário, além de que pessoas sem condições de pagamento serão excluídas da utilização do bem ou serviço público.

Assim esse método se trata inviável para bens públicos, porem pode se tornar eficiente em bens privados onde o governo intervém. O uso desse critério, ao mesmo tempo, estipula o montante da arrecadação e a distribuição do ônus, sendo apontado como vantajoso tal característica por impor uma barreira ao aumento dos gastos do governo, em especial produtos que podem ter seus preços baseados no mercado (REZENDE, 1980).

Então, faz-se necessário o princípio da capacidade de pagamento para cobrir tais falhas. Assim há duas vantagens contidas nesse princípio em relação ao princípio anterior: a primeira é que ninguém ficaria excluído da utilização de nenhum bem ou serviço público por não ter uma renda para arcar com os custos; e segundo que esse princípio é mais justo por distribuir a conta pública de acordo com a capacidade individual do cidadão em arcar com parte dessa dívida. (RIANI, 2013).

Rezende (1980) afirma que o primeiro caso propõe a equidade de um ponto de preferência por bens e serviços oferecidos pelo governo. Já o segundo caso se dá pela capacidade individual de contribuição. O autor comenta que mesmo que casos demonstrem maior aplicação no princípio da capacidade de pagamento, há discussão do critério de benefício ser utilizado em produtos e serviços ofertados pelo governo, e que, também são ofertados pelo setor privado.

Para poder repartir o ônus tributário, necessita-se compreender a classificação dos tributos, tanto pela sua base de incidência quanto por quem será de fato onerado. Existem diversas bases de tributação. Mais comumente são utilizados como base “a renda dos indivíduos, as propriedades, a riqueza, os lucros empresariais, os salários e a produção e consumo de bens e serviços.” (RIANI, 2013, pag. 106).

Geralmente pode-se diferenciar esses tributos pela maneira que eles afetam as pessoas, uma vez que os tributos diretos afetam a renda e fortuna própria, os impostos indiretos são cobrados dos preços finais de bens e serviços (RIANI, 2013). Salvador (2006) explica que os tributos sobre bens e serviços são tidos como indiretos porque, uma vez taxado o produto ou serviço, o ônus do tributo é repartido no preço final e o consumidor acaba arcando com o custo, o autor traz tal prática como fetiche do imposto. O sistema de impostos que há predominância de impostos diretos é chamado de progressivo. Segundo Riani (2013), no sistema de impostos progressivos, as alíquotas são mais altas para as camadas de rendas maiores, e segundo o autor, esse sistema apresenta uma distribuição de renda mais ampla a favor das camadas de menor renda. O autor também comenta que “A magnitude das alterações na distribuição da renda após o imposto dependerá da diferenciação das alíquotas para as diversas classes de renda”. (RIANI, 2013, pag. 108). Riani (2013) segue afirmando que o sistema regressivo de tributação se caracteriza por onerar as parcelas de rendas mais baixas, onde há a predominância da tributação indireta. “a aplicação do sistema de tributação regressivo concentra mais renda nas classes de maior poder aquisitivo.” (RIANI, 2013, pag. 109).

Alvez (2012) afirma que para se chegar a uma tributação justa deve-se usar duas ferramentas, progressividade em sentido estrito, que é a tributação direta, que aumenta o ônus da tributação quanto maior for a riqueza ou a renda da pessoa. O autor adverte que até usando a seletividade na tributação indireta em função da essencialidade do produto não é alcançado uma tributação tão eficiente em relação

a tributação direta. Uma vez que famílias de renda menores gastam proporcionalmente uma porcentagem maior da renda em consumo que famílias de extratos superiores de renda.

Visto tudo isso fica claro a complexidade e a essencialidade de promover um Sistema Tributário Nacional o mais justo e eficiente possível.

Evolução histórica da tributação brasileira.

Para se entender a atual carga tributária deve-se atentar para sua história, principalmente após a promulgação da constituição de 1988, onde houve reformas nas estruturas tributárias do país.

Balthazar (2005) discorre comentando que a constituição de 1988 apresenta, em termos gerais, os princípios tributários de presentes nas anteriores, adicionando alguns outros, fazendo com que a parte que tange a limitação de impor tributos fosse amplamente aumentada. No art. 153 está a capacidade da União de instituir Impostos no que diz respeito a:

imposto sobre a importação, imposto sobre a exportação, imposto sobre renda provendo de qualquer natureza, imposto sobre operações financeiras, imposto sobre propriedade territorial rural, imposto sobre produtos industrializados e imposto sobre grande fortuna (BALTHAZAR, 2005, p. 181).

Segundo o autor, pela discussão sobre o que viria a ser grandes fortunas a União ainda não instituiu tributos sobre tal base. Segundo o art.155 da CF, os estados têm o poder para instituir:

imposto sobre a transmissão de causa mortis e doações, imposto sobre propriedade de veículos automotores, o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e prestação de serviço de transporte e de comunicações. (Balthazar, 2005, p. 181).

O autor segue afirmando que o mesmo artigo dispõe sobre o princípio de seletividade e não cumulatividade sobre o ICMS, além de um conjunto de normas buscando evitar disputas fiscais entre os estados. Nos termos do art.156 da CF, os municípios detêm o poder para:

instituir imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, imposto sobre serviço de qualquer natureza, imposto sobre a transmissão de bens imóveis, em sua incidência inter vivos, e o imposto sobre a venda a varejo de combustíveis e lubrificantes. (BALTHAZAR, 2005, p. 182).

Souza (2018) comenta que foi na constituição de 1988 que foi instituído o Imposto sobre Mercadorias e Circulação de Serviços, ICMS, que foi um acréscimo de serviços, transporte, energia e telecomunicação no seu antecessor ICM, continuando a ser um imposto recolhido em âmbito estadual.

Segundo Afonso, Lukic e Kleber (2018) em 1965 foi criado o Imposto de Circulação de Mercadorias, ICM, sendo pioneiro no que se diz sobre Imposto sobre Valor Adicionado, IVA. O ICM por sua vez foi o

substituto do Imposto sobre Vendas e Consignações, IVC, que era de competência estadual e cobrado sobre o faturamento bruto.

A Constituição de 1988 acabou com os impostos federais específicos que tinha como base tributável petróleo, energia, combustível e mineração. Além de aumentar as bases tributárias do imposto estadual para tributar todas as mercadorias e uma parte dos serviços de transporte e comunicação. Assim surgiu dando origem assim ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação ICMS (AFONSO, LUKIC E KLEBER 2018).

Segundo os autores, em 2017, somente 7,8% do montante recolhido pelo ICMS foi de incidência sobre comunicação, e 1,7% referente a transporte. Os autores afirmam que tal tributo já não é o de maior abrangência em sua base de tributação no que se refere a tributos indiretos, ele perdeu seu posto para as contribuições da união sobre receita e faturamento, COFINS e PIS/Pasep, que age sobre o setor terciário inteiro.

Introíne et al. (2018) discorre que em 1922 o Imposto de Renda foi aprovado pelo congresso e passando a ser cobrado no ano seguinte. O imposto foi ampliado no primeiro governo do ex-presidente Vargas que se deu entre 1930 a 1945. E, somente em 1979, o imposto de renda foi a maior receita tributária de responsabilidade da União. E em 1985 bateu o recorde de participação da receita tributária da União, sendo responsável por 57,3% do montante de tal receita.

O teto das alíquotas mais elevado se deu entre os anos de 1962 até 1964, onde a alíquota era de 65%. Até o final da década de 90 as alíquotas máximas estavam no entorno de 50%. Em 1988 era 45% e foi reduzida ao patamar de 25%. Des de 1998 a alíquota máxima está em 27,5%. Logo após a promulgação da constituição de 1988, começou um processo para diminuir o ônus dos rendimentos das camadas mais abastadas, começando com a aplicação de somente 2 faixas de IR e a diminuição da alíquota marginal, para uma de 10% e outra de 25%. Após o Impeachment do ex-presidente Collor, Itamar franco aumenta a alíquota marginal do IRPF para 35%, sendo válida somente entre 1994 e 1995 (INTRONE et al. 2018).

Durante o governo FHC foi instituído o tripé macroeconômico, que tinha como uma de suas bases era apresentar superávits fiscais primários, Salvador (2008) afirma que a estratégia do governo para alcançar tal ponto foi feita com aumentos de impostos, modificando a legislação infraconstitucional. Assim o plano foi dado basicamente com tributos indiretos como COFINS e CPMF, além do aumento do Imposto de Renda de Pessoa Física, e congelando a tabela e as deduções do Imposto de Renda.

A CPMF começou a ser cobrada a partir de 1997, sendo instituída como medida provisória e prorrogada por alguns governos, desde o seu início até 2005 apresentou um crescimento na sua arrecadação de

141,7% (SALVADOR, 2008). O tributo teve seu fim em 2007. Porém o atual governo Bolsonaro cogita a hipótese de voltar com o tributo.

Segundo Introíne et al. (2018) durante o governo FHC a alíquota sobre lucros de pessoas jurídicas, IRPJ mais CSLL, que já havia sido abaixada no começo da década, foi alterada novamente para 33% de pessoa jurídica comum, 43% para instituições financeiras.

Até o ano de 1995 a tabela do IRPF era corrigida todo ano, o congelamento absoluto da tabela se deu entre 1996 e 2001. De 1997 até 2002, o número de cidadãos que pagavam o imposto era saltou de 8 milhões para 16,8 milhões. O imposto sofreu correção parcial de 17,5% em 2002, em 2005 o número de contribuintes chegou a 21,8 milhões de pessoas. No período entre 2005 e 2015 foi retomada a política de atualização do IRPF, porém tal atualização é feito abaixo da inflação. (INTRONE et al., 2018).

Desde 1996 não é tributado pelo IR à distribuição de lucros e dividendos, utilizando o argumento de dupla tributação (Salvador, 2008). “De acordo com os dados do Banco Central, as remessas líquidas de lucros e dividendos de multinacionais bateram recorde em 2005, atingindo US\$ 12,7 bilhões, maior montante desde 1947” (SALVADOR, 2008, p.10). Hoje as alíquotas variam de 7,5% a 27,5%, em quatro faixas de renda.

Ao analisar a evolução do quadro tributário nacional fica nítido a consolidação de um sistema de tributação indireto, e a favor de renúncias fiscais em nome de grandes capitais. Isso além de reduzir a renda real da população, devido a alta dos níveis dos preços em função de uma tributação indireta crescente, aumenta a desigualdade social instalada no país.

Comparação da tributação brasileira com países da OCDE.

Pelo advento da crise de 2008, os membros do bloco econômico realizaram reformas para capitalizar mais recursos com a tributação, o método mais comum presente nos países que integram a OCDE consiste em imposto sobre propriedade e sobre renda como principal fonte de tributação, o contrário que é percebido na prática brasileira (GOBETTI e ORAIR 2009).

Segundo Gobetti e Orair (2016) dos 34 países membros da OCDE, apenas Estônia, México e Eslováquia apresentaram no passado o regime de isenção de dividendos de pessoa física após a tributar a pessoa jurídica, caso parecido com o que é verificado no Brasil. Porém em 2013 a Eslováquia introduziu uma contribuição social para o financiamento da saúde, e o México voltou com a tributação sobre dividendo em 2014. Restando apenas a Estônia praticando total desoneração sobre dividendos no bloco. Segundo Gobetti e Orair (2016) dos 34 países membros da OCDE, apenas Estônia, México e Eslováquia apresentaram no passado o regime de isenção de dividendos de pessoa física após a tributar a pessoa jurídica, caso parecido com o que é verificado no Brasil. Porém em 2013 a Eslováquia introduziu uma

contribuição social para o financiamento da saúde, e o México voltou com a tributação sobre dividendos em 2014. Restando apenas a Estônia praticando total desoneração sobre dividendos no bloco.

Segundo os autores os demais países membros praticam dupla tributação, “Todos os demais países da OCDE, embora adotem mecanismos para integrar a taxaço dos lucros na pessoa jurídica e na pessoa física e desonerar parcialmente os dividendos” (Gobtti e Orair, 2016, p.15).

Quando comparada a distribuição da carga tributária brasileira com os métodos mais comumente utilizados pelos países da OCDE, torna-se evidente a regressividade do ônus tributário brasileiro. Quando se analisa os dados e se observa que o Brasil tributa as rendas de capitais menos que os países da OCDE, e tributa em média mais o consumo que os países do bloco. (MINISTÉRIO DA FAZENDA e RECEITA FEDERAL, 2018).

Tabela 1-Composição da Carga tributária do Brasil e países da OCDE escolhidos (2016)

<i>países</i>	<i>Carga tributária</i>	<i>Carga Tributária sobre Renda, Lucro e ganho de capital</i>	<i>Carga Tributária Sobre Folha de Salário</i>	<i>Carga Tributária sobre propriedade</i>	<i>Carga Tributária Sobre Bens e Serviços</i>
<i>França</i>	45,3	10,6	18,3	4,1	11,1
<i>Bélgica</i>	44,2	15,7	13,7	3,5	10,8
<i>Finlândia</i>	44,1	15,3	12,8	1,4	14,5
<i>Suécia</i>	44,1	15,7	14,7	1,1	12,4
<i>Itália</i>	42,9	13,7	13	2,8	12,1
<i>Holanda</i>	38,8	10,6	14,8	1,5	11,5
<i>Grécia</i>	38,6	9,1	11	2,6	15,8
<i>Noruega</i>	38	14	10,6	1,2	12,1
<i>Alemanha</i>	37,6	12	14,1	1,1	10,2
<i>Luxemburgo</i>	37,1	13,7	10,6	3,5	9,1
<i>Eslovênia</i>	37	6,9	14,7	0,6	14,6
<i>Portugal</i>	34,4	9,9	9,2	1,3	13,6
<i>Espanha</i>	33,5	9,4	4,8	1,9	11,2
<i>Reino Unido</i>	33,2	11,9	11,4	2,6	9,8
<i>Brasil</i>	32,29	6,5	6,3	4,2	10,7
<i>Canadá</i>	31,7	15,1	8,5	1,5	15,41
<i>Suíça</i>	27,8	13	5,4	3,8	6
<i>Média OCDE</i>	34,3	11,4	6,8	1,9	11,2

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Receita Federal e Ministério da Fazenda, 2017.

Analisando o período histórico de 2007 a 2016, constata-se queda na carga tributária total. As bases demonstraram redução foram as de bens e serviços e outros, que incluía a CPMF, ao passo que nas bases folha de salário e propriedade apresentaram aumento. No mesmo período a média da carga apresentada por membros da OCDE demonstrou crescimento (MINISTÉRIO DA FAZENDA e RECEITA FEDERAL 2018).

A média da taxaço sobre lucros e dividendos dos membros da OCDE   43,1%, segundo as alíquotas vigentes em 2015. Variando entre 20%, no caso da Est nia e 64,4% na França. Porem os países membros da OCDE estão apresentando uma queda histórica na alíquota da tributa o, em 1981 a média das alíquotas sobre dividendo era de 75,2%. (GOBTTI e ORAIR, 2016).

Gobetti (2018) afirma que na década de 70 algumas na es europeias, como Alemanha, França e Reino Unido, começaram a testar um sistema de alíquota diferenciada para dividendos que tinha como inten o “integrar a tributa o dos lucros na pessoa jurídica e na pessoa física, eliminando total ou parcialmente a dupla tributa o e o diferencial de carga tributária em rela o às demais rendas de capital.” (Gobetti, 2018, p. 24).

Porém em tais países a alíquota do imposto de renda sobre a pessoa física era maior que a da pessoa jurídica, fazendo que detentores de rendas superiores e detentores de dividendos teriam um imposto maior a pagar. Durante as décadas de 80 e 90, os países apresentaram redu o na progressividade do imposto de renda e nos tributos sobre rendas provindas do capital por pressão de políticos conservadores. (GOBETTI, 2018). Porem vale ressaltar que mesmo com as redu es tais países não abandonaram a prática de tributar dividendos.

Exame da carga tributária brasileira.

Quando comparados os dados da tabela 2, percebe-se que a maior base de incidência dos tributos nacionais está nos bens e serviços, vindo logo após a folha de s lrio. A varia o de 0,87% dos bens e serviços na compara o de 2017 em rela o a 2016 foi motivado pelo desempenho do PIS/Cofins, boa parte causado pelo ramo de combustível. A varia o negativa da parcela renda foi motivada pela arrecada o do RERCT em 2016 (MINISTÉRIO DA FAZENDA e RECEITA FEDERAL, 2018).

Tabela 2-Comparativo da Carga tributária de 2016 e 2017 por base de incidência

<i>Tipo de Base</i>	<i>Arrecada�o 2016 (%)</i>	<i>Arrecada�o 2017 (%)</i>	<i>Varia�o (%)</i>
<i>Renda</i>	20,01	19,22	-0,78
<i>Folha de S�lrio</i>	26,23	26,12	-0,12
<i>Propriedade</i>	4,52	4,58	0,06
<i>Bens e Servi�os</i>	47,57	48,44	0,87
<i>Trans. Financeiras</i>	1,66	1,63	-0,03
<i>Outro</i>	0,01	0,01	0,00
<i>Total</i>	100,0	100,0	00,0

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Receita Federal e Ministério da Fazenda, 2017.

Por base dos dados presentes na tabela pode-se observar a regressividade tributária presente na predominância da tributa o indireta sobre bens e serviços, 48% da arrecada o total, seguido pela

incidência em folha de salário, e na baixa incidência em propriedades e transações financeiras, as quais se apresentam nas duas últimas não dão 5% da arrecadação total.

Introíne et al. (2018) afirma que em 2015, de todo o montante de arrecadação tributária, 60% foi obtido por imposto e contribuições sociais sobre bens e serviços, 24,6% de imposto sobre renda e 4,7% sobre patrimônio. Ainda há o problema levantado pelo autor de que “parte da tributação incidente sobre os lucros das pessoas jurídicas pode, em tese, ser repassada aos preços e tem-se uma carga ainda maior sobre o consumo de bens e serviços” (Introíne et al, 2018, p. 35).

Segundo os autores houve uma alta de 138% na arrecadação de tributos indiretos entre 1995 e 2002. Esse crescimento além de cobrir a renúncia fiscal a favor de grandes capitais, ajudou a rolagem da dívida pública, e pelo advento, em parte, do congelamento da tabela de IRPF, o número de contribuintes saltou de 8 milhões em 1997, para 16,8 milhões em 2002.

Os impostos sobre consumo podem ser diferenciados segundo a esfera governamental que são cobrados. Na esfera federal há o Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, que é cobrado sobre produto industrializados, Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins), e o Programa de Integração social (PIS), sendo os dois últimos cobrado sobre “faturamento das empresas (com destino específico para a Seguridade Social e para o Programa de Integração Social – PIS)” (SOUZA, 2018, p.9).

Na esfera estadual há o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS. E os municípios são responsáveis pelo Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS(QN) (SOUZA 2018). Segundo Balthazar (2005) houve uma certa guerra fiscal dada a grande quantidade de impostos indiretos e sua complicação tributária, o que fomentou uma guerra fiscal entre os Estados. O novo modelo tributário foi considerado injusto pela cumulatividade e complexidade de alguns tributos.

Ao analisar a carga tributária por ente federativo percebe-se queda na participação da União na arrecadação total dos tributos, mesmo continuando sendo a esfera que mais arrecada, apresentando 68,02% da arrecadação total. Em contra partida os Estados e Municípios apresentaram alta nas suas arrecadações (MINISTÉRIO DA FAZENDA e RECEITA FEDERAL, 2018).

Fica claro ao analisar os dados que o Brasil vem aumentando a regressividade tributária, Por exemplo, a Tabela 2 demonstra que a maior variação positiva da arrecadação tributária entre os anos de 2016 e 2017 foi no setor de bens e serviços. Ao passo que renda, folha de salário e transação financeira demonstraram variações negativas no mesmo período.

CONCLUSÕES

Ao analisar o escopo do trabalho é de essencial natureza ter em mente que o objetivo do presente artigo é trazer em linhas gerais o debate de um tema que merece ser tratado com a máxima profundidade

possível, dado a complexidade e a essencialidade do mesmo. Logo, a atenção aqui foi voltada para uma análise abrangente para trazer certa clareza ao debate do tema.

Quando observado a teoria tributária, mais especificamente a parte de progressividade e os princípios que o circunda, que foi o enfoque da primeira seção, fica mais que evidente o papel fundamental exercido pela tributação tanto para promover justiça social, quanto para diminuir a desigualdade. Além de é claro ser a principal fonte de arrecadação de um país.

Perante a análise histórica observa-se a tendência de aumento de impostos indiretos, ao passo que o governo promoveu renúncias fiscais em favor de grandes capitais, como a não taxação de dividendos e o congelamento da tabela de Imposto de renda, mesmo a própria constituição prever em suas normas a progressividade tributária para prover o estado de bem estar social.

Como observado na terceira seção, o Sistema Tributário Nacional é sustentado de forma contrária a tendência apresentada por membros da OCDE. Onde vários países desenvolvidos demonstram preocupações em promover uma tributação progressiva, com baixa incidência e bens e serviços e maior tributação sobre a renda.

Então, pode-se concluir utilizando o escopo da última seção a regressividade tributária nacional, uma vez que tal sistema apresenta em seu montante final a presença de tributos indiretos. A tabela 02 apresenta que a arrecadação tributária brasileira total obtém mais de quarenta por cento de seu montante derivado de impostos sobre bens e serviços, que como já visto, afeta proporcionalmente mais os detentores de rendas mais baixas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, José Roberto R.; LUKIC, Melina Rocha; CASTRO, Kleber Pacheco de. ICMS: Federative Crisis and Obsolescence. Revista Direito GV, v. 14, n. 3, p. 986-1018, 2018.

ALVES, Henrique Napoleão. Tributação e injustiça social no Brasil. Revista Espaço Acadêmico, v. 12, n. 133, p. 69-78, 2012.

BALTHAZAR, Ubaldo Cesar. História do Tributo no Brasil. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005.

INTROÍNI, Paulo Gil Hölck et al. TRIBUTAÇÃO SOBRE A RENDA DA PESSOA FÍSICA: ISONOMIA COMO PRINCÍPIO FUNDAMENTAL DE JUSTIÇA FISCAL1. ANFIP–Associação Nacional dos Auditores/Fiscais da Receita Federal do Brasil; FENAFISCO–Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital, 2018.

GOBETTI, Sérgio Wulff. Tributação do Capital no Brasil e no Mundo. Texto para Discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2018.

GOBETTI, Sérgio Wulff; ORAIR, Rodrigo Octávio. Progressividade tributária: a agenda negligenciada. Texto para Discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2016.

GOBETTI, Sérgio; ORAIR, Rodrigo. REFORMA TRIBUTÁRIA NO BRASIL: Princípios norteadores e propostas em debate. *Novos Estudos*, n. 111, p. 212-244, 2018.

RECEITA FEDERAL. *Carga Tributária no Brasil 2017*. Brasília: 2018.

RIANI, Flávio. *Economia Do Setor Público: Uma Abordagem Introdutória*. 5.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

SALVADOR, Evilásio. A distribuição da carga tributária: quem paga a conta. *Arrecadação*, p. 79-92, 2006.

DE SOUZA, João Marcos. Tributos sobre consumo: novo modelo para um Brasil mais justo. Disponível em http://sindifisco-pa.org.br/wp-content/uploads/2018/05/TD_24.pdf. Acesso em: 20 nov. 2018.

INFLUÊNCIA DO PLANO DE NEGÓCIOS NO CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO DAS EMPRESAS

Ana Paula Timoteo Braguetto (PIC)
Unespar/Campo Mourão, anapaulatbraguetto@hotmail.com
Adalberto Dias de Souza (Orientador)
Unespar/Campo Mourão, Adalberto.dia.unespar@gmail.com
Marcos Junio Ferreira De Jesus (Coorientador)
Unespar/Campo Mourão, marco_junio@hotmail.com

Palavras-chave: Plano de Negócios. Empreendedorismo. Crescimento das empresas.

INTRODUÇÃO

O momento atual pode ser caracterizado de a era do empreendedorismo, pois ao eliminar barreiras comerciais e culturais, globalizar e renovar os conceitos econômicos, os empreendedores criam novas relações de trabalho e novos empregos, assim quebram paradigmas e geram riquezas para a sociedade (DORNELAS, 2008). Ainda segundo Dornelas (2008), o empreendedor sempre teve um papel fundamental na sociedade, mudando a forma de se fazer negócios no mundo.

Diante de constantes mudanças, surgem inúmeras dificuldades e desafios para as empresas, e os empreendedores precisam estar preparados para enfrentarem esse mercado altamente competitivo (CRUZ et al, 2015, p.10). Deste modo surge a curiosidade de pesquisar sobre a influência do Plano de Negócios para o desenvolvimento e crescimento da empresa.

Sendo assim, a justificativa do tema é prática, pois irá contribuir para os desafios de começar e/ou continuar um negócio. Além de contribuir para o avanço do conhecimento a partir do ponto em que a pesquisa pode analisar a frequência que é feito o Plano de Negócios nas empresas, e mostrar informações que justifiquem que este plano pode auxiliar em diversos aspectos do negócio, até adquirir estabilidade no mercado.

MATERIAIS E MÉTODOS

Essa pesquisa se configura como sendo descritiva e de caráter qualitativo. Pois se pretende analisar o conteúdo das informações coletadas focalizando no caráter subjetivo, de acordo com particularidades e experiências individuais.

A coleta de dados será feita, após uma pesquisa bibliográfica, por meio de aplicação de entrevistas semi-estruturada em Micro e Pequenas Empresas de Campo Mourão, que já estão no mercado, a aproximadamente, desde 2012 passando pelas empresas mais recentes do ano de 2017. Esta técnica de pesquisa é a mais indicada para identificar opiniões sobre fenômenos, averiguar fatos, determinar condutas previsíveis em determinadas circunstâncias, descobrir fatores influenciadores de opiniões, sentimentos e condutas, além de comparar conduta no presente e no passado de uma pessoa (ANDRADE, 2010).

Dessa forma, será utilizada, sempre que for necessário, uma bibliografia de notável importância na área de metodologia, composta pelos autores Andrade (2010), Richardson (2008), Lakatos e Marconi (2003) e Gil (1999).

Empreendedorismo

O empreendedorismo é um termo que designa projetar novos negócios ou transformar algo já existente para melhorar a empresa. Em conformidade com Hisrich (1985, apud BRITO et al, 2013), o empreendedorismo, dedica tempo e esforços necessários, assume riscos financeiros, psicológicos e sociais e recebe recompensas econômicas e pessoais, sendo assim é o processo de criar algo diferente e com valor. Surgiu na língua portuguesa no século XV, com a tradução da palavra inglesa *entrepreneurship*, derivada do latim *imprehendere* (RAYOL; MOREIRA, 2007). Esta é uma forma de muitos indivíduos terem o seu próprio negócio.

O empreendedorismo está cada vez mais se tornando essencial nas atitudes diárias dentro de uma empresa. Em um período em que a duração dos empregos formais está menor e, os mais diversos setores industriais comerciais são caracterizados por expressiva volatilidade, o empreendedorismo ao ser aplicado diariamente, passa a ser um importante diferencial para fortalecer a capacidade de superar desafios (CUSTÓDIO, 2011, p.21).

Para Rayol e Moreira (2007), o empreendedor é aquele indivíduo que é inovador ao se dedicar às atividades de organização, administração, execução e na geração de riquezas, estabelecendo novos métodos com o seu próprio conhecimento. E, de acordo Bernardi (2003, apud Bourahlietal, 2009), a ideia de um empreendimento surge quando é observado, percebido e analisado as atividades, que tendem aos hábitos sociais e de consumo.

Os empreendedores são pessoas diferenciadas, que possuem motivação singular, apaixonadas pelo o que fazem, não se contentam em ser mais um na multidão, querem ser reconhecidas e admiradas, referenciadas e imitadas, querem deixar um legado (DORNELAS, 2008, p.07).

Várias pessoas desejam ter seu próprio negócio e, conseqüentemente, ser empreendedor, mas muitas não fazem um planejamento de suas ideias e falham antes de começar a fazer sucesso.

Planejamento do negócio

A inicialização do negócio, geralmente, não possui planejamento, seja por falta de conhecimento dos empreendedores ou pela rapidez que desejam para abrir o negócio, abrange também se o indivíduo deseja abrir a empresa por necessidade, geralmente quando estão desempregados, ou oportunidade, quando o indivíduo vê que sua ideia pode se tornar real. Esta falta de planejamento pode ser considerada como um dos principais motivos para as empresas fecharem. “Planejar é pensar antes, durante e depois agir. Envolve o raciocínio (a razão) e portanto, pode-se entender que o planejamento é um cálculo (racional) que precedem(antes) e preside (durante e depois) a ação” (RAYOL; MOREIRA, 2007, p. 03).

De acordo com Albuquerque (2013, p.37), o planejamento é definido como o “processo de definição de objetivos organizacionais, o estabelecimento de uma estratégia para alcançar esses objetivos e o desenvolvimento de uma hierarquia abrangente de planos para integrar e coordenar atividades”. Os tipos de planejamento segundo Oliveira (2001, apud Contarato, 2014, p.12) são:

estratégico; tático e operacional. O planejamento estratégico proporciona sustentação metodológica para se seguir a melhor direção e visa grau otimizado de interação com o ambiente competitivo para atuar de forma inovadora. Ele diz respeito à formulação de objetivos e a escolhas dos melhores caminhos a serem seguidos levando em consideração os fatores de risco internos e externos. No planejamento tático se procura desenvolver tudo que foi definido nas estratégias. O planejamento operacional é a ação em si do que foi planejado e definido nos dois tipos de planejamento anteriores.

No Brasil existem incentivos aos empreendedores, como programas e ações voltadas à capacitação do empreendedor, como o programa Brasil Empreendedor, do governo federal e a empresa de Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

Segundo dados do SEBRAE (2016), 23,4% das empresas nascidas em 2012, não sobreviveram ao mercado por mais de dois anos. A ausência de planejamento e conhecimento são fatores que influenciam no aumento deste índice. De acordo com Contarato (2014, p.10), “a falta de planejamento adequado por parte dos empresários é um dos fatores condicionantes para o fracasso de muitas empresas”, E se os empreendedores souberem da influência do Plano de Negócios e o quão importante ele é para o crescimento e desenvolvimento das empresas, então o número de negócios falidos seriam menores?

Nem sempre um produto aparentemente rentável sob a visão do empresário, será absorvido positivamente pelo mercado. Assim como planejar o negócio não garantirá efetivamente o sucesso do empreendimento, no entanto tal fator é imprescindível na medida em que avaliará e reduzirá os riscos (OLIVEIRA, 2007, p.02).

Ao falar de planejamento, deve-se citar o Plano de Negócios, que é uma ferramenta que auxiliará a gerenciar a empresa, ou seja, “é um documento preparado pelo empreendedor em que são descritos todos os elementos externos e internos relevantes para início de um novo empreendimento” (Hisrich, Peters e Shepherd, 2009, p.219 apud CONTARATO, 2014, p.14).

Plano de Negócios

O Plano de Negócios é uma ferramenta que contribui para o bom andamento da empresa e pode ser feito antes ou depois da empresa ser criada. No entanto, o mais aconselhado é fazê-lo antes. Pois, segundo Cruz et al (2015), é possível identificar erros que poderiam gerar custos indesejáveis, a partir de um bom planejamento antes da prática pode determinar se a empresa obterá sucesso ou não. Sendo assim, é preciso fazer um plano de negócios de qualidade, com o esforço dos envolvidos. Nesse contexto os autores ainda lembram que o Plano de Negócios também tem grande valor, porque pode ser exposta a ideia do empreendedor para potenciais investidores, instituições financeiras ou mesmo para a formação de parcerias. “Um plano de negócio pode ser visto como um cartão de visita da empresa, pois, é um documento que descreve tudo sobre o negócio” (CONTARATO, 2014, p.14).

Um plano de negócio é um documento que descreve (por escrito) quais os objetivos de um negócio e quais passos devem ser dados para que estes objetivos sejam alcançados, diminuindo os riscos e as incertezas. Um plano de negócio permite identificar e restringir seus erros no papel, ao invés de cometê-los no mercado (ROSA, 2004, p.10 apud CRUZ et al, 2015, p.04).

Segundo Oliveira (2007), a ausência de um Plano de Negócio é um fator influente no processo de continuidade das empresas, pois nem sempre é viável ter o simples desejo em compor uma empresa em relação à estrutura do mercado. O principal objetivo deste plano é orientar o empreendedor, para que ele tenha uma noção do funcionamento da empresa, tanto no ponto de vista mercadológico quanto financeiro e organizacional (RAYOL; MOREIRA, 2007).

O plano irá ajudá-lo a concluir se sua ideia é viável e a buscar informações mais detalhadas sobre o seu ramo, os produtos e serviços que irá oferecer, seus clientes, concorrentes, fornecedores e, principalmente, sobre os pontos fortes e fracos do seu negócio (ROSA, 2013, p.04).

Conforme Lopes (2016), o Plano de Negócios é, geralmente, elaborado por empreendedores e/ou administradores, que objetivam iniciar um negócio ou pretendam desenvolver e/ou aprimorar uma

estratégia de marketing ou de gestão, registrando como o negócio de fato é ou como ele deverá ser. Para Contarato (2014), um bom Plano de Negócios facilita a apresentação da idéia para um investidor, colabora para que a própria empresa tenha controle sobre os gastos e rendimentos e ajuda a analisar quais aspectos merecem melhorias para o bom andamento da empresa. O empreendedor deverá discorrer as ideias de maneira sucinta, clara e objetiva, para que seja possível explorar as potencialidades do negócio, riscos e viabilidade (Lopes, 2016).

Seguindo os preceitos de objetividade, o plano de negócio de uma organização deve estar focado em suas características e necessidades específicas devendo ser delimitadas de maneira que se possa entender como o negócio será implementado e os resultados atingidos. A clareza é necessária para que as etapas sigam uma sequência lógica, facilitando o entendimento do leitor. Para uma compreensão facilitada por parte de quem irá ler o projeto, é necessário que a linguagem seja simples sem muito uso de termos técnicos. [...] O plano de negócios é um instrumento que serve para facilitar a gestão dos planos a serem realizados de acordo com suas metas (CONTARATO, 2014, p. 15).

De acordo com BERNARDI (2008, apud CRUZ et al, 2015), o Plano de Negócio não garante lucro ou o sucesso da empresa, porém se o desenvolvimento deste for bom, aumenta as chances do empreendimento, pois cria bases sólidas para monitorar os negócios. “Abrir um negócio sem antes fazer um plano de negócio é como fazer uma viagem de avião sem mapa, sem plano de vôo e sem ter fixado antes o destino a que se quer chegar” (RAYOL; MOREIRA, 2007, p. 05). Sendo assim, observa-se que para que a empresa cresça, é necessário um bom Plano de Negócios.

Crescimento das empresas

O crescimento das empresas está associado ao planejamento. Com base no que Birley e Muzycza (2005, apud Bourahli et al, 2009) diz, o processo de crescimento da empresa é constituído de fases ou estágios, os quais a maioria das empresas passou, que são: concepção/existência, sobrevivência, lucratividade e estabilização, lucratividade e crescimento, decolagem, maturidade. “De certa forma, em algum ritmo, uma empresa já começa a crescer a partir do momento em que é fundada” (MOSCHELLA e VIDOTTO, 2013, p.13).

Para Farrell (1993, apud Bourahli et al, 2009), as práticas empreendedoras são combustíveis que aceleram o processo de crescimento das empresas. Desta forma, o plano de negócios será um meio que auxiliará no crescimento da empresa, pois a partir das hipóteses e desafios registrados neste, a empresa poderá evitar ou superar problemas que atrapalhariam o desenvolvimento e crescimento da mesma no presente e no futuro.

O crescimento da empresa depende de diversos fatores do meio em que ela está inserida. Moschella e Vidotto (2013) corroboram que o crescimento das empresas está relacionado com a adoção de novos processos, que implica em diversos estágios. Ainda sobre o pensamento desses autores, o empreendedor terá que identificar o nível de maturidade que a empresa se encontra, para ajudar a compreender e superar os desafios do crescimento da empresa. São quatro níveis: start-ups, empresas que estão no estágio inicial; emergentes, empresas que se encontram na fase de descobrir o negócio, sua viabilidade e realizar ações inovadoras; em expansão, empresas que conseguiram se estabelecerem em seus mercados; e Maduras, empresas que condizem com as líderes de mercado.

Segundo Bourahli et al (2009), as empresas possuem ciclos de vida, que podem ser considerados como estágios ou fases do desenvolvimento, estas, por sua vez, seguem o desenvolvimento do conhecimento e das habilidades do empreendedor. Qualquer empreendimento passa por estágios evolutivos e diferenciados, estes estágios de desenvolvimento são: nascimento, existência, maturidade e petrificação, manutenção ou conhecimento (BERNARDI, 2003, apud BOURAHLI et al, 2009). A empresa evolui a partir de uma série de etapas que devem ser superadas, a contar da criação até ser efetivamente consolidada (LEZANA, 2001 apud BOURAHLI et al, 2009), essa parte é compatível com o desenvolvimento da empresa.

Desenvolvimento das empresas

O desenvolvimento pode ser definido como um processo de superação de problemas da empresa. Ao encontrar a melhor solução para este, acontece o progresso nas funções até setores de uma organização, além do desenvolvimento para o país.

A abertura de um número considerável de empresas, notadamente, micro e pequenas, constitui um importante fator de desenvolvimento para o país. Elas ajudam, inclusive, a fortalecer o próprio Estado na medida em que contribuem com a geração de emprego e aumentam a arrecadação fiscal (ALVES et al, 2016, p.04).

De acordo com Alves et al (2016), o desenvolvimento lento de muitas empresas dá a percepção ser difícil administrar uma empresa sem qualificações e sem um mínimo conhecimento técnico. O Plano de Negócio surge para colaborar com o desenvolvimento, e crescimento, da empresa, pois, com ele é preciso ter alguns conhecimentos técnicos sobre como administrar uma empresa e estabilizá-la no mercado. Esses conhecimentos podem ser adquiridos a partir de qualificações, cursos e workshops, além de livros.

Optar pela utilização do plano de negócios na empresa é uma forma de buscar a otimização dos resultados, e conseqüentemente, buscando o desenvolvimento da

empresa, ela passa a estar mais preparada para o mercado competitivo. Os fatores para desenvolvimento vêm movimentando todo tipo de organização desde as grandes multinacionais até as micro e pequenas empresas (MPEs) para que as mesmas acompanhem as exigências do mercado (MAXIMILIANO, 1997, p.07).

Segundo uma pesquisa feita pelo SEBRAE (2008) na cidade de São Paulo, um dos fatores condicionantes para o fracasso das empresas, é a falta de planejamento por parte dos empresários. A pesquisa mostra ainda que houve uma evolução crescente em relação ao planejamento prévio do negócio, mas ainda precisa ser melhorado (CONTARATO, 2014). O desenvolvimento faz parte desse processo, principalmente às micro e pequenas empresas.

Micro e Pequenas Empresas

As micro e pequenas (MPEs) estão presentes no Brasil, com significativa quantidade, gerando muita importância para a Economia Brasileira, pois aumenta o número de ofertas de emprego, maior impacto econômico, desenvolve a massa salarial, impostos, além de bem estar social e maior distribuição de renda (Contarato, 2014).

As Micro e Pequenas Empresas, doravante MPEs, representam um dos principais motores da economia brasileira, tanto pela sua enorme capacidade geradora de emprego e renda, como pelo seu infindável número de estabelecimentos desconcentrados geograficamente, além de atuarem no combate à informalidade, pobreza e na promoção do empreendedorismo (SIVEIRA et AL, 2012, p.02).

No Brasil, há várias situações que contribuem para o surgimento das microempresas. A perda de atividade remunerada, é uma das situações mais comuns, faz com que o indivíduo procure uma solução de curto e médio prazo para equilibrar suas finanças pessoais e quando acontece o processo sucessório – de pai para filho, em pequenos negócios (Kuazaqui, 2015).

(As Micro e Pequenas empresas) Constituem uma alternativa de ocupação para uma pequena parcela da população que tem condição de desenvolver seu próprio negócio, e em uma alternativa de emprego formal ou informal, para uma grande parcela da força de trabalho excedente, em geral com pouca qualificação, que não encontra emprego nas empresas de maior porte. (SIVEIRA et AL, 2012, p.02).

Para diferenciar as micro e pequenas empresas das pequenas empresas, há a Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006, que definiu pela receita bruta anual, ou seja, consideram-se microempresas as que têm receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e pequena empresa a receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais) ao ano (Contarato, 2014). Há também a classificação do SEBRAE pelo número de empregados e setor econômico, conforme observa-se no Quadro 1 abaixo:

Quadro 1 - Classificação pelo número de empregados

Setor/Porte	Comércio e Serviços	Indústria
Número de Empregados		
Microempresa	Até 09	Até 19
Pequeno porte	De 10 a 49	De 20 a 99
Médio porte	De 50 a 99	De 100 a 499
Grande porte	Mais de 99	Mais de 499

Fonte: SEBRAE-NA (2012) e SEBRAE-SP (2012b) apud Contarato (2014).

Entretanto, “o segmento de micro e pequenas empresas no Brasil, apesar de toda a sua importância para a sociedade brasileira, convive historicamente com um ambiente de negócios bastante desfavorável a sua sobrevivência, sustentabilidade e crescimento “(SIVEIRA et AL, 2012, p.15). O ciclo de vida das micro e pequenas empresas são, geralmente, interrompidos prematuramente. Esse fenômeno não é exclusivamente brasileiro. “A cada ano, nos Estados Unidos, 500 mil empresas iniciam suas atividades; 2/3 sobrevivem pelo menos dois anos e 50% chegam aos quatro anos” (ALBUQUERQUE, 2013, p 23).

As pequenas e médias empresas têm um papel importante na economia e no desenvolvimento do País, uma vez que produzem uma parte substancial do total de bens e serviços; empregam o maior contingente de pessoas; contribuem com a arrecadação de impostos; além de estimular a inovação e a competição. O contraponto é que o fenômeno da mortalidade das empresas persiste, embora em menor escala. Isso se atribui a diversos fatores, que, quando combinados, podem ampliar ou reduzir o risco de fechamento (Machado, Torres e Abreu, 2009, p.04, apud CONTARATO, 2014, p. 09).

Cada estágio do tamanho de uma empresa exige estrutura administrativa específica e apresenta problemas diferentes e deficiências específicas (Drucker, 1981, apud Albuquerque, 2013).

É importante para as micros e pequenas empresas o conhecimento de técnicas de administração que as auxiliem no planejamento de metas e na busca por resultados, para que dessa forma possam trabalhar na melhoria e no aperfeiçoamento dos seus sistemas e, também, no desenvolvimento do seu capital humano, isso no ambiente interno. (ALVES et al, 2016, p.05).

Então, esta pesquisa tem o objetivo de apresentar a influência do Plano de Negócios, para que as Micro e Pequenas empresas cresçam e melhorem seu desenvolvimento no município de Campo Mourão.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após levantamento realizado por meio de entrevistas com 5 empreendedor de Micro e Pequenas Empresas da cidade de Campo Mourão, de diferentes ramos de atuação, constatou-se que, no panorama geral, a elaboração do Plano de Negócio não é uma prioridade. A preocupação maior é de iniciar as atividades da empresa e o Plano detém-se nos objetivos secundários e em longo prazo.

Para melhor compreensão das entrevistas e não exposição do nome das empresas e dos entrevistados, optou-se em denominá-los pela ordem que foram feitas as entrevistas, sendo o Empreendedor 1, o primeiro que foi entrevistado e o Empreendedor 5, o último a ser entrevistado.

No quadro 2, se vê os ramos de atividades das empresas de cada entrevistado. Observa-se que são ramos diferentes, para justamente fazer uma pesquisa com o foco de analisar, assim, a relação do Plano de Negócios com o desenvolvimento e crescimento das empresas e não dar enfoque à competitividade.

Quadro 2 – Ramo de atividades das empresas dos entrevistados

Empreendedor	Tipo de atividade
1	Serviços de arquitetura e engenharia
2	Roupa
3	Alimentação
4	Saúde (anaeróbico)
5	Saúde (aeróbico)

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Ao serem questionados sobre a estruturação da empresa antes de abri-la, através desse assunto, foi constatado que nenhum dos entrevistados fez o Plano de Negócios formalmente, com todas as etapas, que são: sumário executivo, análise de mercado, plano de marketing, plano operacional e plano financeiro. Porém, todos fizeram uma estruturação básica do negócio, tais como definição do foco ou nicho da empresa, valor do investimento, o tipo de público, definição dos preços e estudo de mercado.

Os entrevistados reponderam, ainda, se o nome “Plano de Negócios” era familiar para eles e foram obtidas respostas positivas, dois empresários responderam ainda que já ouviram o termo e explicações sobre o assunto em cursos. Com isso, quando foram questionados a cerca da justificativa de

não elaborarem o Plano de Negócios completo na empresa, as respostas advêm da dificuldade e complexidade do plano. O Empresário 2 e o Empresário 4, ainda completaram suas respostas, argumentando que não eram da área de formação deles. Entretanto, todos os entrevistados concordam que é de extrema importância o planejamento adequado do negócio e que o Plano de Negócio auxilia no desenvolvimento e crescimento da empresa, como confirma o Empresário 1, que caracteriza o planejamento como “essencial e sem ele a empresa não irá a nenhum lugar”.

Quando questionado sobre as dificuldades do empreendimento, foram informados obstáculos como aumento de despesas, encontrar o local correto e com custos cabíveis ao orçamento, contornar a crise, definição do público-alvo e até o gerenciamento do próprio negócio. Para algumas dessas dificuldades, o Plano de Negócios completo teria auxiliado, previsto e encontrado soluções mais rápidas para as situações.

Em relação ao desenvolvimento da empresa, as respostas se deram a partir do controle das finanças, apenas um dos entrevistados ainda controla com um caderno, o restante usufrui de planilhas. Quando os empreendedores optam pela elaboração e utilização do Plano de Negócios almejam a otimização dos resultados, e conseqüentemente, buscam o desenvolvimento da empresa. Dessa maneira a empresa estará mais preparada para o mercado competitivo (CONTARATO, 2014).

Sobre o futuro da empresa, ou seja, o crescimento da empresa, não foram analisados dados quantitativos da empresa, fez-se a análise a partir da perspectiva dos empreendedores. Sendo assim, os entrevistados demonstraram objetivos e metas pré-estabelecidas, definindo até meios de alcançá-los. Por exemplo, o Empresário 2 pretende reformar o estabelecimento no início de 2020, para isso há um pequeno planejamento de guardar determinada quantia a partir de julho de 2019.

Entretanto, o avanço no crescimento da empresa desde entrada no mercado se dá de forma lenta, ou seja, em relação aos custos, lucros e vendas, não foi algo significativo, apenas está em uma linha tênue de acordo com a economia brasileira. E em relação à estrutura da empresa, todos estão satisfeitos e não pretendem aumentar as instalações em curto prazo.

CONCLUSÕES

O Plano de Negócio é uma ferramenta da Administração para estruturar qualquer tipo de empresa. É recomendável redigi-lo antes de abrir a empresa e dar início às atividades, ou seja, quando se

tem a ideia do negócio. Porém, caso não seja feito na criação do novo negócio, ele pode ser elaborado para desenvolver e crescer o empreendimento.

A partir de informações coletadas por entrevistas a empresas de Micro e Pequenas empresas de Campo Mourão, constatou-se que mesmo que o termo Plano de Negócios esteja mais disseminado, os empreendedores ainda não adquiriram o hábito de fazê-lo, porém o consideram como um item importante para melhorar o desempenho da empresa frente ao mercado. Além disso, o desenvolvimento e crescimento das empresas entrevistadas foram relativamente lentos e, ainda, reconhecem que os itens do Plano de Negócio ajudariam e alavancariam as empresas, tais como a análise de mercado e o plano de marketing.

Além disso, as dificuldades enfrentadas, ou que ainda enfrentam as empresas entrevistadas, conclui-se que o Plano de Negócios teria amenizado estas situações de risco, fazendo previsões e elaborando possíveis soluções.

Portanto, o Plano de Negócios é importante para o desenvolvimento e crescimento da empresa e sua influência se dá no processo de formulação de hipóteses/problemas e possíveis soluções. Deste modo, é possível nomear possíveis fragilidades do negócio, o que fazer para preveni-las e definir rotas estratégicas (CRUZ et al, 2015). Em vista disso, essa pesquisa buscou mostrar esta interferência, para que os negócios que virão ou que já estão no mercado possam constatar que para obter sucesso é preciso elaborar um Plano de Negócio, que satisfaça todas as áreas da empresa e sempre mantê-lo atualizado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, A. F. **Fatores de mortalidade de pequenas empresas:** análise de empresas do setor varejista a partir do ciclo de vida organizacional. Tese (doutorado) – Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção e Área de Concentração em Economia, Organizações e Gestão do Conhecimento. Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, 2013.

ALVES, F. F.; SANTOS FILHO, G. E. dos; SANTOS, S. dos. **A Inovação e Tecnologia nas Micro e Pequenas Empresas.** Centro de Ensino CESMAC, 2016. Disponível em: <<https://revistas.cesmac.edu.br/index.php/administracao/article/view/523>>. Acesso em 20 dez 2018.

BRITO, A. M.; PEREIRA, P. S. LINARD, Â. P. **Empreendedorismo.** Rede e-Tec Brasil. Juazeiro do Norte: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, 2013. Disponível em: <<https://efivest.com.br/wp-content/uploads/2018/09/empreendedorismo.pdf>>. Acesso em: 01 abril 2018.

BOURAHILI, A.; DUTRA, M. L. da S.; SOARES, J. R. N. PEREIRA, S. E.; BARREIRO, J. H. L. C. **D. A influência do perfil do empresário no desenvolvimento das micro e pequenas empresas: o caso**

das Lan Houses do DF. XV SEGET – SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 2009, Resende, RJ. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: AEDB, 2009. DISPONÍVEL EM: < https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos09/392_Perfil_do_empresario_e_desenvolvimento_do_emprego_endimento-SEGET_2009.pdf Acesso em: 02 abril 2018.

CONTARATO, G. F. **A importância do plano de negócios para o sucesso das micro e pequenas empresas** – pesquisa levantada em Cacoal/RO. 2014. Disponível em:< <http://www.ri.unir.br/jspui/bitstream/123456789/1170/1/Artigo%20Vers%C3%A3o%20final%20-%20Contarato%2C%20Glauciani%20Fiorezi.pdf>>. Acesso em 15 jan 2019.

CUSTÓDIO, T. P. **A importância do empreendedorismo como estratégia de negócio**. 2001. 62 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração)- Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium, Lins, 2011.

CRUZ, B.C; SILVA, R.V.O; VENDRAME, F.C. **Plano de negócios e planejamento: sua importância para o empreendimento**. In: V ENCONTRO CIENTIFICO E SIMPÓSIO DE EDUCAÇÃO UNISALESIANO, 2015, Lins. **Anais eletrônicos...** São Paulo: Unisalesiano, 2015. Disponível em: < <http://www.unisalesiano.edu.br/simposio2015/publicado/artigo0127.pdf>>. Acesso em: 29 março 2018.

DORNELAS, J, C. A. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. p. 07 a 45.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

KUAZAQUI, E. **As micro e pequenas empresas exportadoras brasileiras na ótica do marketing internacional**. 2015. Disponível em: < <http://academiadetalentos.com.br/docs/Micro-pequenas-empresas.pdf> >. Acesso em 15 jan 2019.

LAKATOS, E. M. MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. Ed. 5. São Paulo. Editora Atlas, 2003.

LOPES, M. G. T. **Efetividade e aplicabilidade do plano de negócios na abertura de empresas virtuais**. 2016. Disponível em: < <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/158630> >. Acesso em 15 dez 2018.

MAXIMILIANO, A. C. A. **Administração de projetos: Como transformar ideias em resultados**. São Paulo: Atlas, 1997

MOSCHELLA, A. VIDOTTO, H. **Como crescer: estratégia, gestão e recursos para sua empresa**. São Paulo: Ernst & Young Terco, 2013. Disponível em: < <https://www.abvcap.com.br/Download/Guias/1862.pdf>>. Acesso em: 2 abril 2018.

OLIVEIRA, C. A. N. de. **A importância do plano de negócios na geração de resultados positivos no âmbito organizacional**. 2007. Disponível em: < <http://peritocontador.com.br/wp-content/uploads/2015/04/Carla-Almeida-Neves-A-Import%C3%A2ncia-do-Plano-de-Neg%C3%B3cios-na-Gera%C3%A7%C3%A3o-de-Resultados-Positivos-no-%C3%82mbito-Organizacional.pdf> >. Acesso em 01 abril 2018.

RAYOL, M. K. B; MOREIRA, H. L .**A importância do plano de negócio para o sucesso do empreendimento**. 2007, Belém, PA. Pará: UFPA, 2007. Disponível em: < <http://peritocontador.com.br/wp-content/uploads/2015/05/Marcus-Kleber-Bentes-Rayol-A-Import%C3%A2ncia-do-Plano-de-Neg%C3%B3cio-para-o-Sucesso-do-Empreendimento.pdf> >. Acesso em: 30 março 2018.

RICHARDSON, Roberto Jarry, **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

ROSA, C. A. **Como elaborar um plano de negócio**. Brasília: SEBRAE/MG, 2013.

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Sobrevivência das empresas no Brasil**. Brasília: 2016. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/sobrevivencia-das-empresas-no-brasil-relatorio-2016.pdf>> Acesso: 23 dez. 2018

SILVEIRA, M. H. F.; MASSULA, R.G.; MOTA, L. F.; SILVA, A. S. B. da. **O Impacto das Micro e Pequenas Empresas no Mercado de Trabalho: uma análise da Região Sul/Sudoeste de Minas Gerais**. X Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia (SGEeT). Resende/RJ, 2012. Disponível em: < <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos12/37416602.pdf> >. Acesso em 20 dez 2018.

ATIVO IMOBILIZADO: ESTUDO DA RELAÇÃO ENTRE A EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL E A GOVERNANÇA CORPORATIVA DE EMPRESAS COM AÇÕES NEGOCIADAS NA B3

Beatriz Outi (PIC)
Unespar/Campus de Paranaguá, beatriz.outi@outlook.com
Raphael Vinicius Weigert Camargo (Orientador)
Unespar/Campus de Paranaguá, raphael.camargo@unespar.edu.br

Palavras-chave: Evidenciação Contábil. Ativo Imobilizado. Governança Corporativa.

INTRODUÇÃO

A CVM (2002) define Governança Corporativa como uma série de práticas cujos objetivos são melhorar o desempenho de uma empresa, ao facilitar o acesso ao capital e também ao proteger os interessados como investidores, empregados e credores. Tais práticas, aplicadas ao mercado de capitais, englobam principalmente a transparência, a prestação de contas e ainda a equidade de tratamento aos acionistas. “As dimensões e fatores que compreendem a estrutura de Governança Corporativa são representados pela estrutura de propriedade, pelo conselho de administração, pela gestão, pela evidenciação e *accountability*, pela auditoria e pelos *stakeholders*” (CAMARGO, 2018, p. 61).

Os mecanismos de Governança Corporativa procuram resolver os conflitos oriundos da separação entre propriedade e controle (gestão/administração) postulada pela Teoria da Agência, que possui relevante contribuição de Jensen e Meckling (1976), em que o agente (administração) deve atuar em prol do principal (gestão), mas nem sempre isso acontece, o que gera conflitos denominados problemas de agência (BUENO et al., 2018). A adoção de práticas de Governança Corporativa tende a minimizar conflitos de interesse, objetivando monitorar a tomada de decisão da gestão em relação ao uso dos recursos da empresa e em termos de resultado (CATAPAN; COLAUTO; BARROS, 2013).

A classificação do nível de Governança Corporativa é realizada pela B3, e divide-se na seguinte ordem: Mercado Tradicional, Bovespa Mais, Bovespa Mais Nível 2, Nível 1 de Governança Corporativa, Nível 2 de Governança Corporativa e Novo Mercado, sendo o Mercado Tradicional o nível mais básico, com escassa implementação de medidas de Governança Corporativa e Novo Mercado o nível máximo na escala de Governança. As empresas pertencentes ao Novo Mercado necessitam atender a um maior e mais complexo conjunto de requisitos de Governança Corporativa. Essa classificação objetiva diferenciar as empresas com mais elementos de Governança Corporativa, e consequentemente, com mais

transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa, das empresas que expressam precariedade nesse quesito, auxiliando na tomada de decisão dos investidores.

Rover e Santos (2014) destacam que a contabilidade deixou de ser restrita apenas ao fornecimento de informações econômicas e obrigatórias, adquirindo cada vez mais transparência na evidenciação das empresas. Assim, a evidenciação contábil é uma das formas mais importantes de comunicação entre os gestores, os investidores e o mercado (CUNHA; RIBEIRO, 2006). Verrecchia (2001) destaca que ela engloba três grandes áreas: economia, finanças e contabilidade. Também conhecida como *disclosure*, ela se caracteriza pela “divulgação das informações contábeis de uma entidade, com o objetivo de apresentar a composição do seu patrimônio, bem como, os fluxos financeiros de suas atividades e as decisões dos seus gestores [...]” (SUZART, 2016, p. 3). Portanto, há uma relação evidente entre a divulgação de informações e o comportamento dos acionistas e *stakeholders*, pois é através da evidenciação contábil que eles conseguem acompanhar a situação da empresa. Afinal, a principal função da informação contábil é ser útil aos seus usuários, já que o processo de tomada de decisão é feito com base no que as empresas divulgam (LOPES; BEUREN, 2018).

Assis e Nascimento (2000) apontam que é no ativo imobilizado que organização aplica parte do capital obtido através da produção. É nessa classe de ativos que se encontram itens essenciais para manutenção da atividade da empresa, uma vez que o ativo imobilizado compreende bens e direitos que são utilizados na produção de outros bens ou até mesmo serviços. Portanto, o ativo imobilizado é essencial na constituição e na continuidade operacional de uma empresa, motivo pelo qual a divulgação de informações contábeis sobre o estado e a movimentação dessa classe de ativos é extremamente importante, já que essas informações auxiliam os investidores na tomada de decisão (SILVA; KUTIANSKI; SCHERER, 2018).

O tratamento contábil para o ativo imobilizado foi estabelecido em 2009 pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As principais informações que devem ser consideradas quando se trata de ativo imobilizado são “o reconhecimento dos ativos, a determinação dos seus valores contábeis e os valores de depreciação e perdas por desvalorização a serem reconhecidas em relação aos mesmos” (CPC, 2009, p. 1-2).

No que tange ao ativo imobilizado, de acordo com o CPC 27, as demonstrações contábeis devem divulgar, principalmente, o valor contábil bruto e a depreciação acumulada, bem como os critérios utilizados para determinar esses valores, além dos métodos e taxas de depreciação adotados (CPC, 2009). Uma ampla divulgação dessa classe de ativos aumenta a transparência da empresa e aprimora seus aspectos de Governança Corporativa.

Silveira (2015) salienta que problemas de Governança Corporativa, como a falta de transparência e as falhas do conselho de administração no monitoramento de riscos, foram responsáveis pelo colapso de várias instituições financeiras. Pouca transparência em empresas de capital aberto também pode acabar afastando os acionistas minoritários, tornando o mercado acionário mais inviável (CARVALHO, 2002).

Há também um aumento na possibilidade de existir gerenciamento de resultados em empresas com uma Governança Corporativa considerada ruim (BEDARD; JOHNSTONE, 2004).

De acordo com Silva, Takamatsu e Avelino (2017, p. 90) “quando as informações estão dispostas de maneira desigual, a informação contábil oferece meios para que os principais monitorem os agentes, evitando assim, sua expropriação”. Ainda para estes autores, a governança corporativa é quem responde à essas possíveis expropriações de riqueza realizadas pelos agentes.

Contudo, de acordo com Campanário et al. (2014), a Governança Corporativa se mostrou ineficaz após a implementação do código de Governança Corporativa do IBGC e alguns itens que correspondiam a melhores práticas deixaram de ser implementados.

Assim, o presente estudo visa responder a seguinte questão de pesquisa: **Qual a relação entre o nível de evidenciação contábil do ativo imobilizado e os níveis de Governança Corporativa de empresas industriais com ações negociadas na B3?**

O objetivo deste estudo é verificar a relação entre o nível de evidenciação contábil do ativo imobilizado e os níveis de Governança Corporativa de empresas industriais com ações negociadas na B3. Esse estudo se justifica porque é através da evidenciação contábil que a contabilidade atinge o seu maior objetivo: reduzir a assimetria informacional ao fornecer informações úteis aos usuários externos (MURCIA, 2009). As informações econômicas e financeiras são fundamentais para auxiliar os *stakeholders* na tomada de decisões (TAVARES, 2015), portanto, a evidenciação contábil é uma peça chave no funcionamento dos mercados (LOPES; BEUREN, 2018).

Viviani et al. (2014) afirmaram que o ativo imobilizado é um item de extrema importância na composição das demonstrações contábeis das empresas. Além disso, ele auxilia a entidade não só na manutenção das suas atividades, como também na conservação das mesmas. Souza, Silva e Rech (2015) destacaram que as informações contábeis relativas ao ativo imobilizado são de extrema relevância para avaliar o patrimônio de uma empresa e para a tomada de decisão, uma vez que essa classe de ativos representa a produtividade da entidade.

Amaral et al. (2008) afirma que existem poucas informações sobre a governança corporativa. Além disso, levando em conta que a aderência das empresas aos níveis diferenciados de governança corporativa está relacionada com a transparência (MOTA; PINTO, 2017), pode-se dizer que este estudo

apresenta um diferencial ao relacionar a governança corporativa com o nível de atendimento ao CPC 27, sobre ativos imobilizados, considerando a escassez de pesquisas nesse modelo e a sua crescente necessidade no âmbito contábil.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para este estudo, foram feitas inicialmente pesquisas bibliográficas, para melhor compreensão dos conceitos relativos aos tópicos estudados. Em seguida, procedeu-se à escolha da população, que é formada por empresas de capital aberto, cujas ações são negociadas na B3 (antiga BM&FBOVESPA), pertencentes ao setor de bens industriais e localizadas em níveis variados de Governança Corporativa. A amostra é composta por 20 empresas que estejam enquadradas nas características supracitadas, selecionadas aleatoriamente entre os níveis de Governança Corporativa.

Em relação ao enquadramento metodológico, esta pesquisa pode ser classificada como teórico-empírica quanto à sua natureza. Quanto aos objetivos, enquadra-se como descritiva, por relacionar variáveis sem explicar sua relação. Referente à abordagem ao problema, a pesquisa é classificada como quantitativa ou positivista, por apurar dados em amostragem abundante. Ainda, quanto às técnicas de pesquisa, o estudo caracteriza-se como documental, por utilizar como material as demonstrações financeiras das empresas com ações negociadas na B3.

Foram verificadas as exigências estabelecidas pelo CPC para a evidenciação de ativos imobilizados, e, com base nesses requisitos de evidenciação, procedeu-se à criação de um *checklist* (Quadro 1), que foi responsável por atribuir o nível de evidenciação contábil de cada empresa analisada.

Quadro 1 – Checklist de divulgação do Ativo Imobilizado de acordo com o CPC 27

ITEM	DESCRIÇÃO	FUNDAMENTAÇÃO
O CUSTO DE UM ITEM DE ATIVO IMOBILIZADO DEVE SER RECONHECIDO COMO ATIVO SE, E APENAS SE:		
1	For provável que futuros benefícios econômicos associados ao item fluirão para a entidade	7a
2	O custo do item puder ser mensurado confiavelmente	7b
MENSURAÇÃO NO RECONHECIMENTO		
3	Um item do ativo imobilizado que seja classificado para reconhecimento como ativo deve ser mensurado pelo seu custo	15
REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS		
4	A entidade deve revisar o valor contábil de seus ativos, determinar o seu valor recuperável e quando reconhecer ou reverter perda por redução ao valor recuperável de acordo com a NBC TG 01	63
O VALOR CONTÁBIL DE UM ITEM DO ATIVO IMOBILIZADO DEVE SER BAIXADO:		
5	Por ocasião de sua alienação	67a
6	Quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros com a sua utilização ou alienação	67b
AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DEVEM DIVULGAR, PARA CADA CLASSE DE ATIVO		

IMOBILIZADO:		
7	Os critérios de mensuração utilizados para determinar o valor contábil bruto	73a
8	Os métodos de depreciação utilizados	73b
9	As vidas úteis ou as taxas de depreciação utilizadas	73c
10	O valor contábil bruto no início do período	73d
11	O valor contábil bruto no final do período	
12	A depreciação acumulada (mais as perdas por redução ao valor recuperável acumuladas) no início do período	
13	A depreciação acumulada (mais as perdas por redução ao valor recuperável acumuladas) no final do período	
A CONCILIAÇÃO DO VALOR CONTÁBIL NO INÍCIO E NO FINAL DO PERÍODO DEMONSTRANDO:		
14	Adições	73e (i)
15	Ativos classificados como mantidos para venda ou incluídos em um grupo classificados como mantidos para venda de acordo com a NBC TG 31 e outras baixas	73e (ii)
16	Aquisições por meio de combinações de negócios	73e (iii)
17	Aumentos ou reduções decorrentes de reavaliações	73e (iv)
18	Perdas por redução ao valor recuperável de ativos reconhecidas ou revertidas diretamente no patrimônio líquido de acordo com a NBC TG 01	
19	Provisões para perdas de ativos, reconhecidas no resultado, de acordo com a NBC TG 01	73e (v)
20	Reversão de perda por redução ao valor recuperável de ativos, apropriada no resultado, de acordo com a NBC TG 01	73e (vi)
21	Depreciações	73e (vii)
22	Variações cambiais líquidas geradas pela conversão das demonstrações contábeis da moeda funcional para a moeda de apresentação, incluindo a conversão de uma operação estrangeira para a moeda de apresentação da entidade	73e (viii)
23	Outras alterações	73e (ix)
AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS TAMBÉM DEVEM DIVULGAR:		
24	A existência e os valores contábeis de ativos cuja titularidade é restrita, como os ativos imobilizados formalmente ou na essência oferecidos como garantia de obrigações e os adquiridos mediante operação de leasing conforme a NBC TG 06	74a
24		74a
25	O valor dos gastos reconhecidos no valor contábil de um item do ativo imobilizado durante a sua construção	74b
26	O valor dos compromissos contratuais advindos da aquisição de ativos imobilizados	74c
27	O valor das indenizações de terceiros por itens do ativo imobilizado que tenham sido desvalorizados, perdidos ou abandonados, incluído no resultado	74d
28	A depreciação, quer reconhecida no resultado, quer como parte do custo de outros ativos, durante o período	75a
29	A depreciação acumulada no final do período	75b
A ENTIDADE DEVE DIVULGAR A NATUREZA E O EFEITO DE MUDANÇAS DE ESTIMATIVAS CONTÁBEIS RELATIVAS A:		
30	Valores residuais	76a
31	Custos estimados de desmontagem, remoção ou restauração de itens do ativo imobilizado	76b
32	Vidas úteis	76c
33	Métodos de depreciação	76d
CASO OS ITENS DO ATIVO IMOBILIZADO SEJAM CONTABILIZADOS A VALORES		

REAVALIADOS, A ENTIDADE DEVE DIVULGAR:		
34	A data efetiva da reavaliação	77a
35	Se foi ou não utilizado avaliador independente	77b
36	Para cada classe de ativo imobilizado reavaliado, o valor contábil que teria sido reconhecido se os ativos tivessem sido contabilizados de acordo com o método de custo	77e
37	A reserva de reavaliação, indicando a mudança do período e quaisquer restrições na distribuição do saldo aos acionistas	77f
A ENTIDADE DEVE DIVULGAR TAMBÉM:		
38	Informações sobre ativos imobilizados que perderam o seu valor, além das informações exigidas no item 73	78
39	O valor contábil do ativo imobilizado que esteja temporariamente ocioso	79a
40	O valor contábil bruto de qualquer ativo imobilizado totalmente depreciado que ainda esteja em operação	79b
41	O valor contábil de ativos imobilizados retirados de uso ativo e não classificados como mantidos para venda de acordo com a NBC TG 31	79c
42	O valor justo do ativo imobilizado quando este for materialmente diferente do valor contábil apurado pelo método do custo	79d

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Após a elaboração do *checklist* de verificação, foi iniciado o procedimento de coleta e tratamento dos dados. Os dados utilizados nessa pesquisa foram retirados das Notas Explicativas das empresas que compõem a amostra, disponíveis no site da B3. Depois de realizada a coleta, os dados foram tabulados através de planilhas com auxílio do *software Microsoft Office Excel*®. Se a empresa evidenciou adequadamente a informação exigida pelo CPC nas Notas Explicativas, atribuiu-se, na tabulação dos dados, um ponto pelo item cumprido. Se a informação não foi evidenciada ou foi evidenciada incompletamente, não foi atribuído nenhum ponto pelo item. Nos casos em que o item não se aplica à empresa, não foi atribuído nenhum ponto pelo item e ele foi desconsiderado em todos os cálculos realizados para avaliação do nível de evidenciação da empresa.

Em seguida, com base na quantidade de itens atendidos de cada empresa e desconsiderando aqueles que não se aplica à realidade da empresa, foram calculadas a média de atendimento e o percentual de atendimento aos requisitos de evidenciação do CPC 27 para cada empresa. Esse percentual foi comparado com o Nível de Governança Corporativa da empresa, a fim de descobrir se percentuais mais elevados de evidenciação estão relacionados com níveis mais altos de Governança Corporativa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com os dados tabulados, foi possível calcular a média e os percentuais de evidenciação de cada empresa, de acordo com seus Níveis de Governança Corporativa, conforme a Tabela 3.

Tabela 3 – Média e percentual de evidenciação das empresas por Nível de Governança Corporativa

Média e Percentual de Evidenciação das empresas do Nível Mercado Tradicional (MT)			
Empresa	Média de Itens Atendidos	Itens Considerados	Percentual de Atendimento
Aço Altona	8	23	25,81%
Ecovia	17	27	62,96%
Haga	15	30	50,00%
Rodovias das Colinas	2	25	8,00%
Sondotécnica	4	24	16,67%
Wetzel	21	34	61,76%
Média e Percentual de Evidenciação das empresas do Nível Bovespa Mais (BM)			
Empresa	Média de Itens Atendidos	Itens Considerados	Percentual de Atendimento
BBM	24	36	66,67%
Flex	21	32	65,63%
Priner	21	33	63,64%
Stara	15	26	57,69%
Média e Percentual de Evidenciação das empresas do Nível 1 (N1)			
Empresa	Média de Itens Atendidos	Itens Considerados	Percentual de Atendimento
Fras-Le	26	39	66,67%
Randon	27	37	72,97%
Média e Percentual de Evidenciação das empresas do Nível 2 (N2)			
Empresa	Média de Itens Atendidos	Itens Considerados	Percentual de Atendimento
Azul	21	30	70,00%
Gol	24	34	70,59%
Marcopolo	22	35	62,86%
Taurus	24	37	64,86%
Média e Percentual de Evidenciação das empresas do Nível Novo Mercado (NM)			
Empresa	Média de Itens Atendidos	Itens Considerados	Percentual de Atendimento
Ecorodovias	19	27	70,37%
Eternit	22	33	66,67%
Log-In	18	27	66,67%
Weg	17	27	62,96%

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Também foram atribuídos um percentual e uma média de itens atendidos para cada Nível de Governança Corporativa, considerando a média aritmética das empresas de cada nível, apresentados na Tabela 4.

Tabela 4 - Média e Percentual de Evidenciação de cada Nível de Governança Corporativa

Nível de Governança Corporativa	Número de Empresas Analisadas	Média de Itens Atendidos	Percentual de Atendimento
Mercado Tradicional (MT)	6	11,17	37,53%
Bovespa Mais (BM)	4	20,25	63,41%
Nível 1 (N1)	2	26,50	69,82%
Nível 2 (N2)	4	22,75	67,08%
Novo Mercado (NM)	4	19	66,67%

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Assim, pôde-se verificar que as empresas do Nível Mercado Tradicional (sem práticas diferenciadas de Governança Corporativa) apresentam o percentual mais baixo de atendimento aos requisitos de evidenciação do CPC 27, tendo atendido apenas por volta de um quarto dos itens do *checklist* de verificação. Contudo, se esperava que as empresas de Novo Mercado, que possuem as práticas mais diferenciadas de Governança Corporativa, apresentassem as porcentagens e as médias mais altas, o que não ocorreu, uma vez que elas detêm a 4ª média mais alta (na frente apenas das empresas do Mercado Tradicional). E, o 3º percentual mais alto, ficando atrás das empresas do Nível 1 e do Nível 2. Em seguida, foi feita uma análise com base em cada item do *checklist*, a fim de verificar quais itens são mais evidenciados e se possuem relação com o Nível de Governança Corporativa da empresa, conforme a Tabela 5.

Tabela 5 – Média e Percentual de Evidenciação de cada item do *checklist*

Item	Empresas consideradas	Número de empresas que atendeu ao item						Percentual de atendimento ao item (%)					
		Total	MT	BM	N1	N2	NM	Total	MT	BM	N1	N2	NM
1	20	13	1	4	2	4	2	65	16,67	100	100	100	50
2	20	18	4	4	2	4	4	90,00	66,67	100	100	100	100
3	20	19	5	4	2	4	4	95,00	66,67	100	100	100	100
4	20	13	2	3	2	3	3	65,00	33,34	75	100	75	75
5	20	10	1	3	1	4	1	50,00	16,67	75	50	100	25
6	20	10	1	3	1	4	1	50,00	16,67	75	50	100	25
7	20	11	3	1	2	1	4	55,00	50	25	100	25	100
8	20	17	3	4	2	4	4	85,00	50	100	100	100	100
9	20	17	3	4	2	4	4	85,00	50	100	100	100	100
10	20	18	4	4	2	4	4	90,00	66,67	100	100	100	100
11	20	18	4	4	2	4	4	90,00	66,67	100	100	100	100
12	20	17	3	4	2	4	4	85,00	50	100	100	100	100
13	20	17	3	4	2	4	4	85,00	50	100	100	100	100
14	20	16	4	4	1	3	4	80,00	66,67	100	50	75	100
15	13	8	1	1	1	3	2	61,54	100	33,34	50	75	66,67
16	9	6	0	3	2	0	1	66,67	-	100	100	0	50
17	4	0	0	0	0	0	0	0,00	0	-	0	0	-
18	12	5	1	0	2	1	1	41,67	33,34	-	100	50	100
19	13	4	1	0	1	1	1	30,77	50	-	50	50	100
20	6	1	0	0	1	0	0	16,67	0	-	50	0	0
21	20	18	4	4	2	4	4	90,00	66,67	100	100	100	100
22	10	5	0	0	2	2	1	50,00	-	0	100	50	100
23	11	9	4	2	0	0	3	81,82	80	100	0	-	100
24	20	10	3	1	1	3	2	50,00	50	25	50	75	50
25	20	7	0	1	1	4	1	35,00	0	25	50	100	25
26	12	0	0	0	0	0	0	0,00	0	0	0	0	0
27	1	1	0	0	0	0	1	100,00	-	-	-	-	100

28	20	18	4	4	2	4	4	90,00	66,67	100	100	100	100
29	20	18	4	4	2	4	4	90,00	66,67	100	100	100	100
30	11	9	0	2	2	4	1	81,82	0	66,67	100	100	100
31	10	5	0	0	2	3	0	50,00	0	0	100	100	0
32	11	9	0	3	2	3	1	81,82	0	100	100	75	100
33	11	9	0	2	2	4	1	81,82	0	66,67	100	100	100
34	5	3	2	1	0	0	0	60,00	100	100	0	0	-
35	5	1	0	1	0	0	0	20,00	0	100	0	0	-
36	5	0	0	0	0	0	0	0,00	0	0	0	0	-
37	5	3	1	1	1	0	0	60,00	50	100	100	0	-
38	20	0	0	0	0	0	0	0,00	0	0	0	0	0
39	20	0	0	0	0	0	0	0,00	0	0	0	0	0
40	20	1	0	1	0	0	0	5,00	0	25	0	0	0
41	20	2	1	0	0	0	1	10,00	16,67	0	0	0	25
42	20	2	0	0	2	0	0	10,00	0	0	100	0	0

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

O item mais evidenciado pelas empresas foi o item 3, que determina a mensuração dos ativos imobilizados pelo custo. 19 das 20 empresas evidenciaram esse item. O item 27, que trata dos valores de indenização a terceiros, foi evidenciado pela única empresa em que o item foi aplicado, obtendo assim o percentual de evidenciação de 100%. Não foram evidenciados por nenhuma empresa: o item 17, sobre perdas ou reduções decorrentes de reavaliações; o item 26, referente ao valor dos compromissos contratuais advindos da aquisição de ativos imobilizados; o item 36, sobre o valor de ativos reavaliados caso fossem reconhecidos com base no custo; o item 38, relativo a ativos imobilizados que perderam seu valor; e, o item 39, sobre o valor contábil de ativos ociosos.

Os percentuais de atendimento separados por item também não estavam relacionados com os Níveis de Governança Corporativa das empresas, uma vez que, ao observar a tabela, é possível perceber que alguns itens foram completamente evidenciados pelas empresas do Mercado Tradicional, mas não pelas empresas dos outros níveis. As empresas do Nível 1 detêm uma quantidade maior de itens 100% evidenciados, enquanto que as de Novo Mercado possuem uma quantidade expressiva de itens que não foram evidenciados por nenhuma de suas empresas.

Em sequência, as empresas foram classificadas de acordo com o percentual de evidenciação, do mais alto percentual para o mais baixo, na Tabela 6.

Tabela 6 – Classificação das empresas com base nos maiores percentuais de evidenciação

Classificação	Empresa	Média de Itens Atendidos	Itens Considerados	Nível de Governança Corporativa	Percentual de Atendimento
1º	Randon	27	37	N1	72,97%
2º	Gol	24	34	N2	70,59%
3º	Ecorodovias	19	27	NM	70,37%

4º	Azul	21	30	N2	70,00%
5º	BBM	24	36	BM	66,67%
6º	Fras-Le	26	39	N1	66,67%
7º	Eternit	22	33	NM	66,67%
8º	Log-In	18	27	NM	66,67%
9º	Flex	21	32	BM	65,63%
10º	Taurus	24	37	N2	64,86%
11º	Priner	21	33	BM	63,64%
12º	Ecovia	17	27	MT	62,96%
13º	Weg	17	27	NM	62,96%
14º	Marcopolo	22	35	N2	62,86%
15º	Wetzel	21	34	MT	61,76%
16º	Stara	15	26	BM	57,69%
17º	Haga	15	30	MT	50,00%
18º	Aço Altona	8	23	MT	25,81%
19º	Sondotécnica	4	24	MT	16,67%
20º	Rodovias das Colinas	2	25	MT	8,00%

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Analisando as empresas individualmente, também foi observado que a relação entre evidenciação do ativo imobilizado e Níveis de Governança Corporativa não se aplica, tanto positivamente (maiores níveis garantem maiores percentuais de atendimento) quanto negativamente (maiores níveis apresentam percentuais menores de atendimento), uma vez que ao classificar as empresas, de acordo com o percentual de atendimento, os Níveis de Governança Corporativa não são progressivos nem regressivos na Tabela 4, o que está em conformidade com os resultados encontrados por Silva, Kutianski e Scherer (2018). Estes autores, ao analisar os fatores determinantes do nível de evidenciação do ativo imobilizado em empresas do setor de bens industriais da B3, encontraram a Governança Corporativa como uma variável que não exerce influência no nível de evidenciação de ativos imobilizados.

CONCLUSÕES

Essa pesquisa teve como objetivo verificar a relação entre o nível de evidenciação contábil do ativo imobilizado e os níveis de Governança Corporativa de empresas industriais com ações negociadas na B3. Embora a Governança Corporativa esteja associada com a transparência, a prestação de contas e, conseqüentemente, com melhores práticas de evidenciação contábil, os Níveis Diferenciados de Governança Corporativa não estão relacionados com níveis de evidenciação mais altos do ativo imobilizado. As empresas com melhores práticas de Governança Corporativa não possuem os maiores níveis de evidenciação de ativos imobilizados, sendo superadas, em algumas vezes, pelas empresas com poucas ou quase nenhuma prática de Governança Corporativa implantada. Porém, a adesão às práticas diferenciadas de Governança Corporativa também não impacta negativamente a evidenciação de ativos

imobilizados, uma vez que as empresas com as melhores práticas não possuem níveis baixos de evidenciação de ativos imobilizados.

Contudo, os resultados dessa pesquisa não devem ser generalizados. Sugere-se, para futuros estudos, que esse modelo de pesquisa seja aplicado em uma amostra maior; em uma população diferente (empresas em outros setores de atuação); ou ainda que sejam analisadas outras classes de ativos, a fim de verificar se a inexistência de relação entre o nível de evidenciação contábil e os Níveis Diferenciados de Governança Corporativa se aplica somente à classe de ativos imobilizados.

Ademais, os resultados aqui encontrados indicam caminhos para o aprimoramento das práticas de evidenciação contábil e de Governança Corporativa. Contribui com as Ciências Contábeis, em especial com as áreas de Contabilidade e Finanças, tendo em vista que fornece conhecimentos acerca da evidenciação dos Ativos Imobilizados. Apontam itens de evidenciação que ainda precisam ser mais bem apresentados pela Contabilidade das empresas. Estes itens consistem em oportunidades de melhoria no provimento de informações e podem auxiliar aos profissionais de Contabilidade a conseguirem fornecer informações mais úteis e relevantes aos diferentes *stakeholders*.

REFERÊNCIAS

AMARAL, H. F. et al. Governança Corporativa e divulgação de relatórios financeiros anuais. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 19, n. 1, p. 61-82, 2008.

ASSIS, J. L. F.; NASCIMENTO, S. A. Os bens do imobilizado. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 11, n. 2, p. 52-67, 2000.

B3. **Empresas Listadas com Ações Negociadas**. Disponível em:

<http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/empresas-listadas.htm>.

Acesso em: 19 out. 2018.

BEDARD, J. C.; JOHNSTONE, K. M. Earnings manipulation risk, corporate governance risk, and auditors' planning and pricing decisions. **The Accounting Review**, v. 79, n. 2, p. 277-304, 2004.

BUENO, G. et al. Mecanismos Externos de Governança Corporativa no Brasil. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 21, n. 1, p. 120-141, 2018.

CAMARGO, R. V. W. **Determinantes dos níveis de Governança Corporativa de empresas com ações negociadas na B3**. 2018. 250 p. Tese (Doutorado em Contabilidade) - Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/190085>>. Acesso em: 22 set. 2018..

CAMPANÁRIO, M. A. et al. Governança corporativa em empresas públicas. **RACE: Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, v. 13, n. 2, p. 689-718, 2014.

CARVALHO, A. G. Governança corporativa no Brasil em perspectiva. **Revista de Administração**, v. 37, n. 3, p. 19-32, 2002.

CATAPAN, A.; COLAUTO, R. D.; BARROS, C. M. E. A relação entre a Governança Corporativa e o desempenho econômico-financeiro de empresas de capital aberto do Brasil. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 16, n. 2, p. 16-30, 2013.

CPC - COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento técnico CPC 27**. 2009. 18 p. Disponível em: <http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/316_CPC_27_rev%2012.pdf>. Acesso em: 19 out. 2018.

CUNHA, J. V. A.; RIBEIRO, M. S. Divulgação voluntária de informações de natureza social: um estudo nas empresas brasileiras. **Revista de Administração Eletrônica**, São Paulo, v.1, n.1, art.6, jan./jun. 2008.

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Recomendações da CVM sobre Governança Corporativa**. 2002. 11 p. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/export/sites/cvm/decisoes/anexos/0001/3935.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2018.

JENSEN, M. C.; MECKLING, W. H. Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure. **Journal of Financial Economics**. v. 3, n. 4, p. 305-360, 1976.

LOPES, I. F.; BEUREN, I. M. Evidenciação da Informação Contábil: Uma Retrospectiva das Pesquisas Socializadas no Congresso Anpcont. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, v. 6, n. 2, p. 58-80, 2018.

MOTA, S. L.; PINTO, S. K. M. A Utilização do Twitter na Análise do Disclosure Voluntário das Empresas Brasileiras com Níveis Diferenciados de Governança Corporativa. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, v. 5, n. 1, p. 22-38, 2017.

MURCIA, F. D. R. **Fatores determinantes do nível de disclosure voluntário de companhias abertas no Brasil**. 2009. 182 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

ROVER, S.; SANTOS, A. Revisitando os determinantes do disclosure voluntário socioambiental no Brasil: em busca de robustez na mensuração da variável socioambiental. **Contabilometria - Brazilian Journal of Quantitative Methods Applied to Accounting**, Monte Carmelo, v. 1, n. 2, p. 15-35, 2014.
Disponível em:
<<http://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/contabilometria/article/download/433/337>>. Acesso em: 19. out. 2018.

SILVA, G. C.; TAKAMATSU, R. T.; AVELINO, B. C. Adesão aos Níveis Diferenciados de Governança Corporativa e Qualidade das Informações Contábeis. **Contexto - Revista do Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade da UFRGS**, v. 17, n. 35, p. 89-104, 2017.

SILVA, M. C.; KUTIANSKI, S.; SCHERER, L. M. Fatores Explicativos do Nível de Evidenciação de Informações sobre o Ativo Imobilizado: Um Estudo nas Empresas do Setor de Bens Industriais Listadas na BM&FBOVESPA. **Revista de Finanças Aplicadas**, v. 9, n. 1, p. 1-27, 2018.

SILVEIRA, A. M. **Governança corporativa no Brasil e no mundo: Teoria e prática**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

SOUZA, F. Ê. A.; SILVA, M. H.; RECH, I. J. O impacto das escolhas contábeis na comparabilidade dos ativos imobilizados de companhias abertas no Brasil. **Revista Capital Científico - Eletrônica**, v. 13, n. 3, p. 93-110, 2015.

SUZART, J. A. S. Índices de evidenciação: quando um mais zero não é igual a um. **Contabilometria - Brazilian Journal of Quantitative Methods Applied to Accounting**, v. 3, n. 1, p. 52-70. 2016

TAVARES, E. C. **Disclosure obrigatório e voluntário em empresas com ativos biológicos: estudo de caso na JBS SA**. 2015. 34 f. Monografia (Bacharelado em Ciências Contábeis) - Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais. Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

VERRECCHIA, R. E. Essays on disclosure. **Jornal of Accounting and Economics**, v. 32, p. 97-180, 2001.

VIVIANI, S. et al. Evidenciação do ativo imobilizado nas empresas do setor de bens industriais da BM&FBovespa. **Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 33, n. 3, p. 21-34, 2014.

CRISE ECONÔMICA BRASILEIRA NO PERÍODO DE 2014 – 2017: REFLEXOS PARA EMPRESAS E POPULAÇÃO

Débora Depicoli (PIC Voluntário)
Unespar/Campus de Campo Mourão, deboradepicoli@hotmail.com
Sérgio Luiz Maybuk (Orientador)
Unespar/Campus de Campo Mourão, sergio.maybuk@unespar.edu.br
Adalberto Dias de Souza (Coorientador)
Unespar/Campus de Campo Mourão, adalberto.dias@unespar.edu.br

Palavras-chave: Crise Econômica. Macroeconomia. Matriz Econômica.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento do presente artigo será para responder à pergunta de pesquisa que desencadeou todo o estudo apresentado nesse artigo, ou seja, quais os aspectos principais que afetaram a economia brasileira no período de 2014-2017 e quais foram os seus reflexos para empresas e população?

E como objetivo geral será por meio do presente estudo, identificar e analisar quais os aspectos principais da economia brasileira no período de 2014-2017 e quais foram os seus reflexos para empresas e população.

Na primeira seção se terá uma síntese a respeito da metodologia utilizada ao decorrer deste artigo. A segunda seção trará o período anterior à crise, também conhecido como processo histórico, para que se possa fazer compreendido os agentes causadores da crise, se a essa é resultado de fatos anteriores a ela, ou foi o período em si dela que acabou enfraquecendo ainda mais o cenário o futuro. Ainda a segunda seção se discorrerá através de dados, os quais permitirá analisar os fatos ocorridos, e partir de então se observar os reflexos deixados pela crise. Para finalizar a terceira seção trará as conclusões deste artigo.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este artigo consistiu em uma pesquisa qualitativa, cujo caráter é exploratório, o qual se obteve dados a partir de levantamentos em pesquisa, por meio de fontes secundárias, fazendo assim, a base metodológica sustentada através de leituras de artigos em geral, especialmente científicos, textos de discussão, revistas, entre outras fontes.

Para a busca dos dados, cujo objetivo se fez em buscar os reflexos causados para empresas e população, ao decorrer a crise, utilizou-se dados de fontes como IPEA-data (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), SPC Brasil (Serviço de Proteção ao Crédito), além de outras fontes, as quais se fizeram indispensáveis para se obter os dados bibliográficos e assim se observar os reflexos da crise (2014 – 2017). Ainda neste artigo se obteve dados como o consumo do governo, consumo das famílias, consumo final, o PIB e a arrecadação das receitas federais deflacionados pelo IPCA¹⁴⁵.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Período pré-crise, agentes causadores da crise 2014 – 2017 e os reflexos da crise para empresas e população

Antes mesmo de chegar aos agentes causadores de uma crise, é preciso entender o que se passa naquele cenário, quais são as raízes do problema. Ao longo desta seção primeiramente se terá o período pré-crise, dando uma breve busca no governo Lula (2003-2011), em seguida governo Dilma (2011-2016), cujo governo já se refere ao período da crise (2014-2017), cuja seção seguirá trazendo os agentes causadores da crise, divididos em vertente heterodoxa e ortodoxa.

Serrano e Summa (2012) observou que na segunda metade dos anos 2000 a economia brasileira experimentou um período de crescimento mais rápido, inflação controlada e uma melhora na distribuição de renda e redução da pobreza, e tudo isso se deu, porque houve uma grande mudança nas condições externas aliada a uma mudança pequena, mas muito importante, na orientação da política macroeconômica interna. Obviamente que não se pode desconsiderar o período da crise financeira mundial, cujo início se deu em setembro de 2008, Roque (2015) inteirou que “[...] para combater os efeitos da crise, o governo brasileiro dá uma guinada na política econômica e passa a utilizar os bancos estatais — principalmente o BNDES — como a principal ferramenta de expansão do crédito [...]”. Para entender-se melhor o governo Lula, segundo Giambiagi (2011), citado por Roberta P. Fonteles Cabral (2015, p. 57), segue um breve resumo do que foi o período desse governo.

¹⁴⁵ “O Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor – SNIPC produz contínua e sistematicamente o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA que tem por objetivo medir a inflação de um conjunto de produtos e serviços comercializados no varejo, referentes ao consumo pessoal das famílias. Esta faixa de renda foi criada com o objetivo de garantir uma cobertura de 90% das famílias pertencentes às áreas urbanas de cobertura do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor - SNIPC.” (IBGE).

Em resumo, o Governo Lula, beneficiado por uma combinação excepcional de fatores externos – abundância de liquidez internacional, forte ciclo de expansão da economia mundial, preços das commodities historicamente elevados e taxas de juros externas baixas –, trouxe uma série de melhoras importantes no campo macroeconômico, com uma sensível redução da dependência externa; uma queda consistente da inflação; e uma redução, suave mas persistente, do endividamento público expresso como proporção do PIB. (APUD GIAMBIAGI, ALÉM, 2011)

No entanto de acordo com Serrano e Summa (2012), Barbosa Filho (2017) e Mário Mesquita (2014) a desaceleração começou em 2011. Mas como que isso seria possível, sendo que o País havia permanecido regular, e até cresceu, em plena crise financeira mundial? Para se ter uma melhor compreensão, procurou-se entender e conhecer os principais acontecimentos entre os anos de 2011 até 2014, quando se iniciou a crise econômica brasileira. Primeiramente se tem em janeiro de 2011 a tomada de posse da presidente Dilma Rousseff, no entanto o Brasil encontrava-se com de ótimos indicadores macroeconômicos, como já citado anteriormente, do governo Lula. A princípio a equipe econômica da presidente manteve a política de crédito dos bancos estatais, e ainda adicionou elementos heterodoxos, conforme Roque (2015). Entretanto a partir do segundo semestre de 2011 houve uma virada econômica, onde ocorreu um afrouxamento da política monetária, onde notou-se sucessivas quedas na taxa de juros até o outubro de 2012, segundo Cabral (2015).

De acordo com Cabral (2015) observou-se vários descasos com o tripé macroeconômico, como intervenção estatal na política cambial, a inflação alcançou o centro da meta, elevações de gastos sem contrapartida tendo em vista o cenário de decrescimento econômico e oriundo desses descasos foi possível notar o surgimento de um novo modelo de condução política econômica, chamada e Nova Matriz Econômica (NME).

Essa "nova matriz" se baseia em cinco pilares: política fiscal expansionista, juros baixos, crédito barato fornecido por bancos estatais, câmbio desvalorizado e aumento das tarifas de importação para "estimular" a indústria nacional. A crença do governo passa a ser a de que "um pouco mais de inflação gera mais crescimento econômico. (ROQUE, 2015)

Para Barbosa Filho (2017) o problema foram as políticas adotadas a partir de 2011/2012, quando o governo adotou essa NME. O que não se pode deixar de questionar já que o cenário político da época já era mais satisfatório, observou-se Cabral (2015, p.59) “a alta taxa de crescimento chegou ao fim em 2011, quando a expansão do PIB foi de apenas 2,7%. Nos anos que se seguiram, o cenário só piorou: em 2012, 2013 e 2014, o crescimento foi de 0,9%, 2,3% e 0,1%, respectivamente” como pode-se ver, só houve recessões até 2014, o qual possuiu o pior índice do PIB, o ano cuja crise se iniciou.

Após o início do governo Dilma, simultâneo a novas mudanças, se deu origem a um cenário de incertezas e questionamentos, tanto políticos quanto econômicos, todavia diante de uma crise é possível observar várias visões e vertentes para identificar os agentes causadores dessa, e por isso não se pode desprezar tanto vertentes heterodoxas quanto ortodoxas. Sendo assim, autores que possuem uma visão heterodoxa são aqueles que prezam a o papel do Estado na economia, pois o mercado não é capaz de se autorregular, dispôs Cabral (2015). Já a economia ortodoxa é aquela que defende o livre mercado e ainda Cabral (2015) afirma que estes não aceitam a intervenção do Estado na economia.

Dando início a primeira vertente, a qual se domina heterodoxa, é notável argumentos opostos aos da vertente liberal e dos novos-desenvolvimentistas, quando Dweck e Teixeira (2017) citam Serrano e Summa (2015), onde para eles a causa da desaceleração econômica, entre 2011 e 2014, foi a alta contração dos investimentos públicos, todavia a recessão de 2015 atribuiu-se ao grande ajuste fiscal, e também a taxa de juros elevadas pelo Banco Central. Seguindo a mesma vertente, Dweck e Teixeira (2017), citam além de Serrano e Summa, os autores Gobetti e Orair (2015), os quais concordam em alguns aspectos com as ideias de Serrano e Summa (2015), no entanto Gobetti e Orair (2015), se baseiam que a explicação está na mudança da composição dos gastos públicos, onde no governo Dilma teria ocorrido uma queda dos investimentos e um aumento dos subsídios e desonerações fiscais, mudanças estas que não causariam um efeito multiplicador significativo quanto investimentos e gastos sociais. Sendo assim, se tem uma pequena visão dessa vertente e quais são os agentes causadores da crise, de acordo com seus princípios.

Já na segunda vertente, observa-se autores que de acordo com Dweck e Teixeira (2017, p.6) são “economistas de orientação liberal ou ortodoxa, como Barbosa Filho e Pessoa (2014), Barbosa Filho (2015), Mesquita (2014), Biasoto e Afonso (2014)” e ainda segundo Dweck e Teixeira (2017) esses autores ortodoxos citados anteriormente, são os quais aderem a ideia de um crescimento político econômico após a crise de 2008, no entanto o que prevaleceu no governo Dilma até o momento em que houve uma nova conduta do Estado e a política fiscal expansionista. Dweck e Teixeira (2017), citam Babosa Filho (2015) para uma explicação desta vertente.

Associa-se a este argumento da elevação de gastos a adoção de diversas outras medidas da chamada “nova matriz econômica” – controles de preços, controles cambiais, subsídios, maior tolerância com a inflação, etc. – que teriam conduzido a um excesso de intervencionismo estatal e ao progressivo desmonte do chamado tripé da política macroeconômica: o regime de metas de inflação, a meta fiscal de superávit primário e o regime de câmbio flutuante (APUD BARBOSA FILHO, 2015).

Permanecendo na vertente ortodoxa, dentro dela ainda há outra maneira interpretativa, o novo-desenvolvimentismo, caracterizada por autores como Bresser- Pereira, Oreiro e Marconi, segundo Dweck e Teixeira (2017, p.6) esses autores citados anteriormente, usam o novo-desenvolvimento para

explicar a queda no crescimento no governo Dilma , eles argumentam que “além da questão fiscal, destaca outros elementos, sendo o principal de caráter estrutural, que é a regressão da estrutura produtiva, caracterizada pela desindustrialização e reprimarização da pauta exportadora”. Além disso, em Dweck e Teixeira (2017), é possível observar os principais problemas desta regressão, a qual se deu início a crise, que são a taxa de juros elevada e a apreciação da taxa real de câmbio.

Os dados analisados a seguir, têm o intuito de clarear a visão dos reflexos da crise e até mesmo possibilitar uma visão sobre as causas da crise. No entanto, esta parte da seção trará dados como consumo final, consumo das famílias e do governo, rendimento real médio de todos os trabalhos, expectativa do consumidor em relação ao endividamento, taxa de inadimplência (Pessoa Física), arrecadação das receitas federais, taxa de desocupação, taxa de investimento nominal, produção industrial (bens de consumo) e o Produto Interno Bruto (PIB).

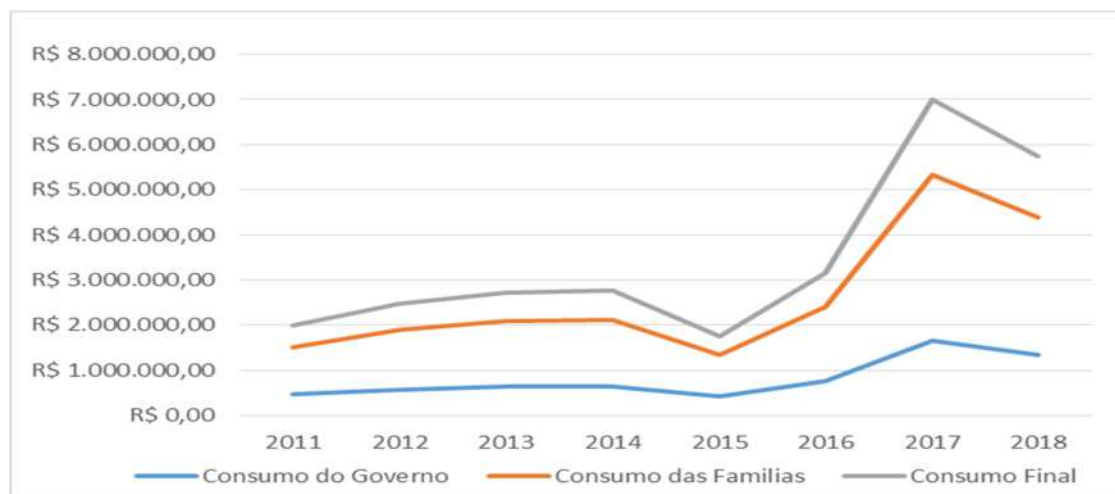
Dando início tem-se o gráfico 1, o qual é composto por consumo final¹⁴⁶ (PIB), consumo final das famílias¹⁴⁷ (PIB) e por fim o consumo final do governo¹⁴⁸ (PIB) os três fazem parte do PIB, e este se refere ao total dos bens e serviços produzidos pelas unidades produtoras. Além disso, o gráfico 1 teve como deflator o IPCA, como citado anteriormente.

Gráfico 1 – Consumo Real

¹⁴⁶ [...] O componente consumo final refere-se ao cálculo do PIB pela ótica contábil da demanda e representa o valor dos bens e serviços utilizados para satisfação direta das necessidades humanas (individuais e coletivas) e pode ser desagregado em: despesa de consumo das famílias, das administrações públicas e das instituições sem fins de lucro a serviço das famílias [...] (IBGE/SCN Anual).

¹⁴⁷ [...] O componente consumo das famílias refere-se ao cálculo do PIB pela ótica contábil da demanda e representa as despesas de consumo das famílias mais o consumo realizado por transferências sociais em espécie das unidades das administrações públicas ou das instituições sem fins lucrativos a serviço das famílias. Inclui os valores de produção das atividades das Instituições sem fins de lucro a serviço das famílias (ISFLSF) [...] (IBGE/SCN Trimestral).

¹⁴⁸ “[...] componente consumo do governo faz parte do componente consumo final e refere-se ao cálculo do PIB pela ótica contábil da demanda e representa as despesas efetuadas pelo governo com serviços de caráter coletivo [...]” (IBGE/SCN Anual).



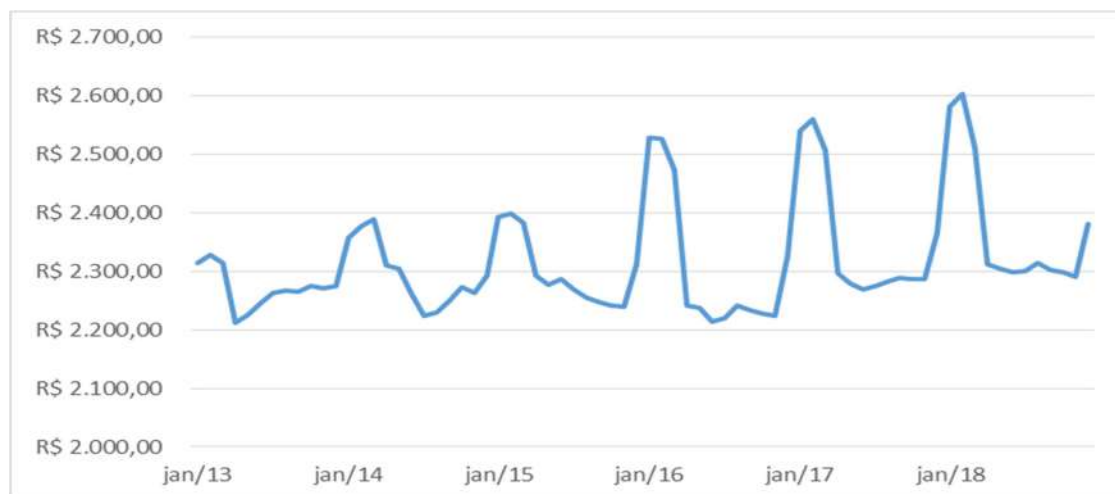
Fonte: IBGE/SCN Anual e Trimestral – Ipeadata. Acessado em: 02 jul. 2019

Portanto se nota a importância em analisar o consumo, no gráfico 1. Se observa que a uma queda brusca da taxa de consumo em 2015, com o menor consumo desde de 2011, já o ano de 2017, foi o ano com maior índice de consumo. O consumo final teve uma variação de 187,91% de 2011 a 2018, um grande aumento, todavia não se deve esquecer que nem sempre uma economia com um consumo muito alto significa que está boa, já que o maior crescimento do consumo se deu entre 2016 e 2017.

Já com o rendimento real médio de todos os trabalhos efetivamente mensal¹⁴⁹ evidenciado no gráfico 2, é possível observar que no primeiro trimestre de 2018, houve uma melhora no rendimento real médio de todos os trabalhos efetivos. Se nota também uma oscilação, onde nos primeiros trimestres o rendimento real dos trabalhos tende a aumentar, todavia ao longo do ano esse rendimento cai. De janeiro de 2013 a janeiro de 2018 aumentou em 11,49% o rendimento.

Gráfico 2 - Rendimento real médio de todos os trabalhos efetivamente mensal

¹⁴⁹ “Rendimento bruto real médio efetivamente recebido em todos os trabalhos que as pessoas ocupadas com rendimento tinham na semana referência, a preços médios do trimestre mais recente que está sendo divulgado. Deflator: IPCA [...]” (IBGE/PNAD Contínua), o qual irá mostrar o “[...] rendimento real médio de todos os trabalhos, efetivamente recebido por mês, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade [...]” (IBGE/PNAD Contínua).



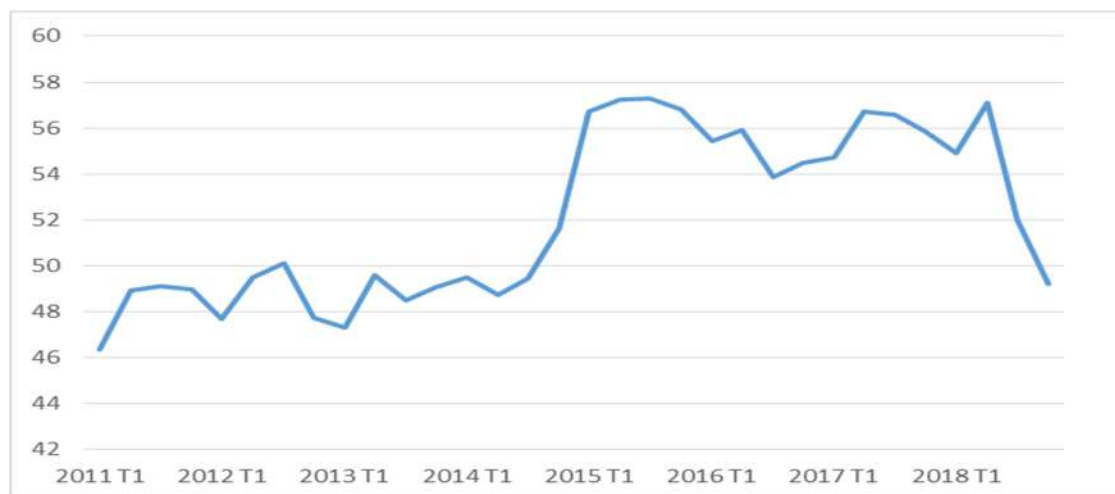
Fonte: IBGE/PNAD Contínua – Ipeadata. Acessado em: 02 jul. 2019.

A seguir, se tem o índice nacional de expectativa do consumidor¹⁵⁰ (INEC): endividamento – índice de difusão, explicitado no gráfico 3. Sua importância é mostrar, como um cenário instável, afeta o grau de expectativa de endividamento do consumidor. Como pode-se observar de acordo com os dados do gráfico 3, que em uma economia estável, sem crises, a população empregada, possui capital, portanto a expectativa em relação ao endividamento é baixa, todavia, observa-se quem 2014, quando se deu início a crise essa expectativa do endividamento chegou a um dos pontos mais altos, desde 2011, e em 2015 apresentou um dos piores índices.

No terceiro trimestre de 2015 houve o maior índice em 57,3%, sendo o ano que em média foi o que obteve o maior percentual. O menor índice no primeiro trimestre de 2011, em 46,35%. Houve um aumento de 15% do primeiro trimestre de 2013 ao primeiro trimestre de 2018.

Gráfico 3 - Expectativa do consumidor (INEC) - Endividamento - Índice de difusão

¹⁵⁰ “Síntetiza a opinião dos brasileiros, capturada em pesquisa de opinião pública, sobre alguns aspectos capazes de afetar as suas decisões de consumo” (Confederação Nacional da Indústria).



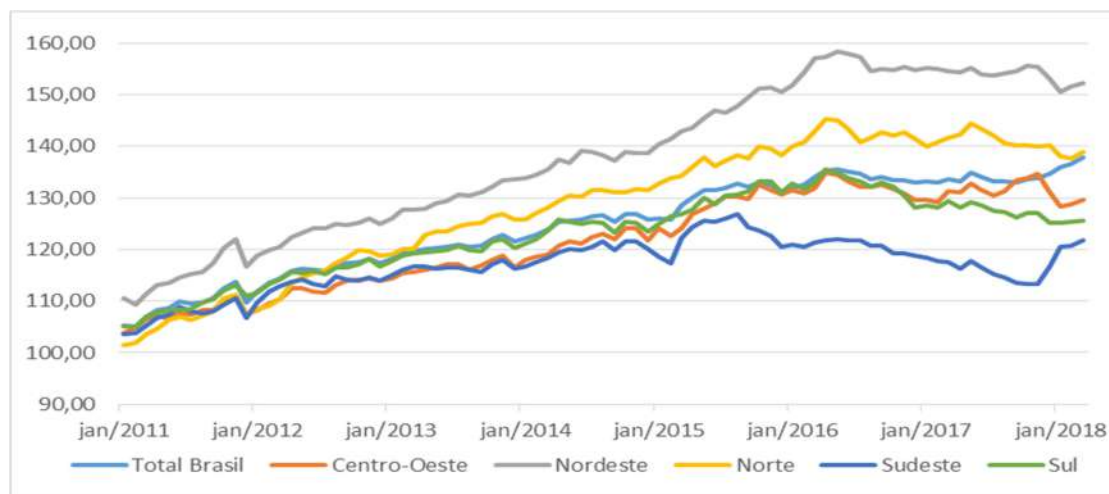
Fonte: Confederação Nacional da Indústria – Ipeadata. Acessado em: 04 jul. 2019.

Entretanto, como pode-se observar, os índices para a expectativa do consumidor, em relação ao endividamento vêm caindo, há várias maneiras de se interpretar esta queda, uma delas pode ser em relação ao um novo governo, e este pode acabar com incerteza nos investimentos.

A inadimplência apresentada no gráfico 4, diferente do endividamento passa a existir quando um consumidor, que possuía uma dívida, seja um parcelamento no cartão de crédito, ou uma compra parcelada em uma loja e deixa de pagar esse título, e a partir de então o consumidor passa a ser inadimplente, então este ato passa a ser registrado no SPC Brasil, após o vencimento da parcela, que pode acarretar a 30 dias ou mesmo após o vencimento da parcela (CNDL e SPC Brasil, 2018). A importância de se identificar a inadimplência da pessoa física é mostrar o quanto a população está devendo, e que não só a população fica endividada, assim como, lojas e indústrias acabam perdendo com isso também, porque como foi visto no gráfico 1, o consumo aumentou, todavia, a inadimplência também vem aumentando desde 2014, e se verá os reflexos disso para a produção e investimento.

Neste gráfico é possível observar a inadimplência da pessoa física separado por regiões, através de números índices. Se nota que a região nordeste é a que possui o maior índice de inadimplência, seguida da região norte, pode-se observar, que é mais comum, que ocorra maior inadimplência em regiões menos desenvolvidas.

Gráfico 4 – Inadimplência (Pessoa Física)



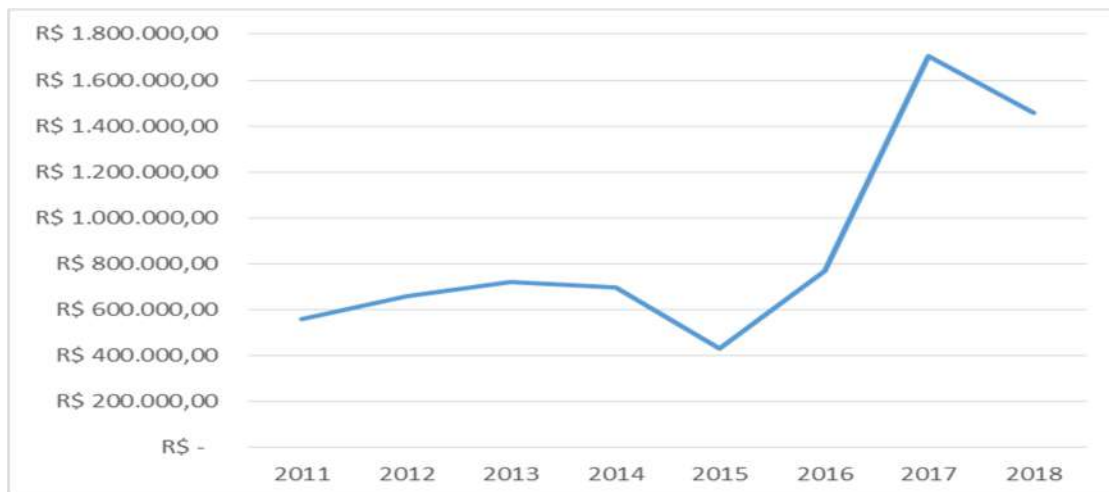
Fonte: SPC Brasil. Acessado em: 01 jul. 2019.

Ainda se levando em conta as regiões, é perceptível que até janeiro de 2015, as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste caminham paralelamente, até janeiro de 2016, sudeste apresenta uma queda em seu índice de inadimplência e as demais regiões continuaram a aumentar esse índice. De janeiro de 2011 a janeiro de 2018, houve um aumento de 29,21%. De janeiro de 2013 a janeiro de 2018, houve um aumento de 15,67%.

Dando continuidade se tem a arrecadação das receitas federais, evidenciado no gráfico 5, que engloba os impostos federais recebidos pelo governo, como seus dados estão em milhões, seu valor foi deflacionado pelo IPCA. Por meio da arrecadação dos impostos se pode relacionar, uma diminuição no consumo, acarreta a uma diminuição da arrecadação da receita, assim como pode se analisar a desocupação (desemprego), de acordo com o quanto aumenta a arrecadação. Se destaca 2015 como o ano com menor arrecadação da receita. O ano com maior arrecadação foi o de 2017.

Junto com essa queda de 2015, também houve uma queda no consumo (gráfico 1) neste mesmo ano. De janeiro de 2013 a janeiro de 2018 ocorreu um aumento de 101,74% na arrecadação das receitas federais. Levando em consideração a oscilação do rendimento real médio (gráfico 2), se pode relacionar o aumento da arrecadação das receitas em decorrência ao aumento do consumo (gráfico 1), o que se pode implica em um aumento no recebimento dos impostos indiretos, especialmente. Para finalizar a queda da arrecadação a partir de 2017, também vem acompanhada com queda do consumo (gráfico 1).

Gráfico 5 – Arrecadação das receitas federais – Valor Real



Fonte: Min. Fazenda/SRF – Ipeadata. Acessado em: 03 jul. 2019.

A taxa de desocupação¹⁵¹, apresentado no gráfico 6, das pessoas de 14 anos ou mais de idade, vem para substituir a taxa de desemprego, que por sua vez não é boa em níveis elevados para uma economia, pois desocupadas as pessoas tendem a consumir menos, o governo arrecada menos receitas, e as indústrias produzem menos, porém caso ocorra um aumento do consumo, por exemplo, como pôde-se observar anteriormente, tal qual a taxa de inadimplência, tende a cada vez ficar maior.

Gráfico 6 – Taxa de desocupação



Fonte: IBGE/PNAD Contínua – Ipeadata. Acessado em: 01 jul. 2019.

¹⁵¹ “Percentual de pessoas desocupadas em relação às pessoas na força de trabalho na semana de referência” (IBGE/PNAD Contínua).

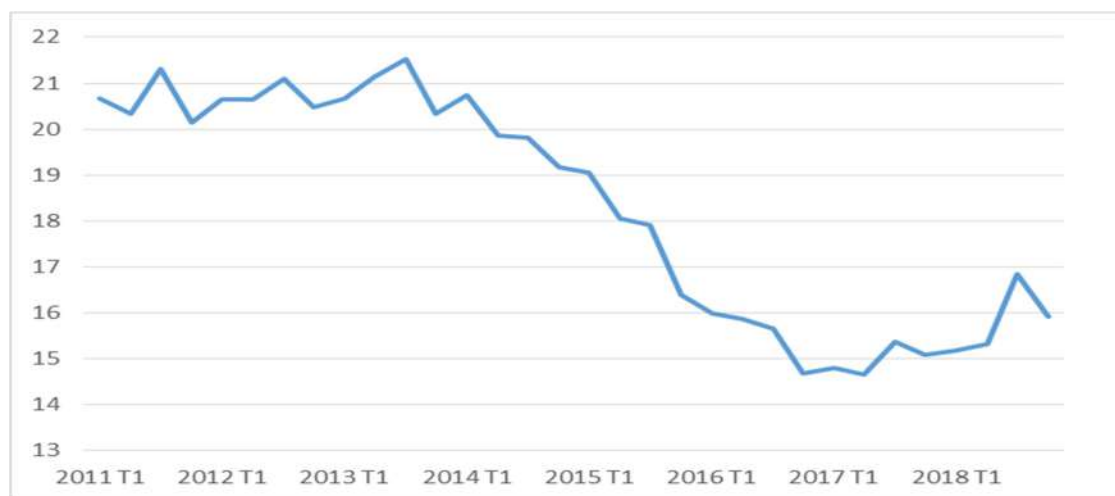
A partir do gráfico 6 é possível observar o aumento na taxa de desocupação desde o primeiro trimestre de 2015, onde começam a surtir os efeitos da crise de 2014, onde a menor taxa foi em dezembro de 2013, com 6,2%. Já a maior taxa, já em período de crise, foi em março de 2017, chegou a 13,7%. De janeiro de 2013 a janeiro de 2018 a taxa de desocupação aumentou 69,4%.

Se nota que as taxas vêm crescendo, tendo seu ápice no primeiro semestre de 2017, porém mesmo com algumas reduções poucos significativas, elas ainda se mantem acima da média obtida nos anos antes do período da crise (2014 – 2017). Ainda é provável que esta taxa de desocupação, se mantenha relativamente alta até o final de 2019, de acordo com os reflexos causados.

Observa-se que a taxa de investimento nominal¹⁵², evidenciado no gráfico 7, devido ao início da crise em 2014, vem com o cenário de incertezas e instabilidade, se observa uma queda brusca na taxa de investimento nominal, de fato, em um ambiente de incertezas e riscos torna-se um risco o investimento. E desde então no período de crise a taxa de investimento só vem apresentando queda, um pequeno aumento no terceiro trimestre de 2018, porém apresentou queda novamente.

As menores taxas de investimento nominal foram em 2017, a média chegou a 14,94%. Sendo que no terceiro trimestre de 2013 houve a maior taxa de investimento nominal, entre os anos de 2011 e 2018. Resultado disso foi uma queda de 26,48% primeiro trimestre de 2011 ao primeiro trimestre de 2018. Se for observar o ano de 2013 e comparar com 2018, a queda não fica muito distante, do primeiro trimestre de 2013 ao primeiro trimestre de 2018 houve uma queda de 26,51%.

Gráfico 7 – Taxa de Investimento Nominal

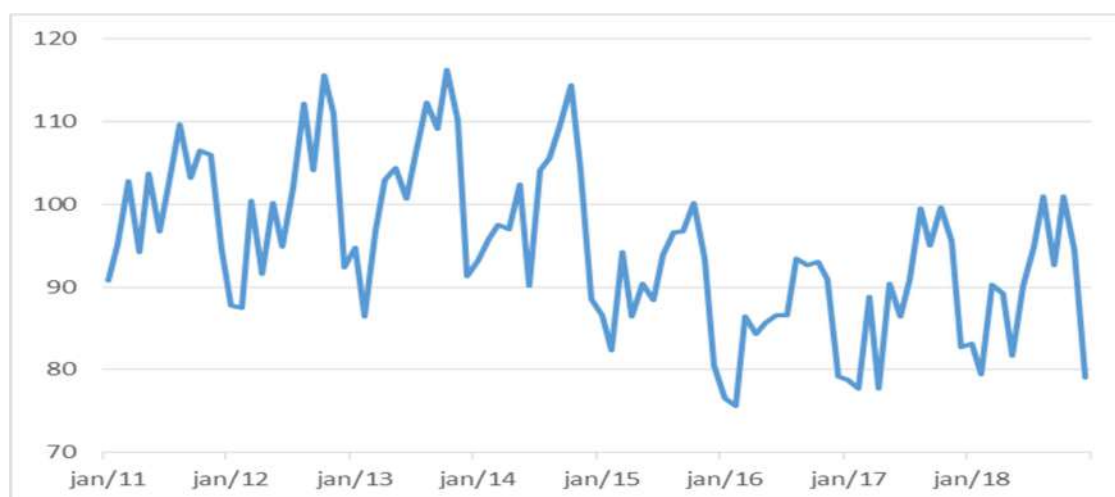


Fonte: IPEA. Acessado em: 02 jul. 2019.

¹⁵² “Taxa de investimento a preços correntes, obtida a partir da relação entre a Formação bruta de capital fixo e o Produto interno bruto trimestral nominal (IBGE)” (IPEA).

O gráfico 8, a seguir, mostra a produção industrial¹⁵³ – bens de consumo: índice de quantum (média 2012 = 100). Analisar a produção de bens e consumo se faz importante para se observar as empresas, pois se há queda na produção, significa que não está tendo consumo, e nesse caso se mostrou que era o que realmente estava ocorrendo, como foi possível analisar no gráfico 1, agora se tem o gráfico 8, onde mostra uma queda na produção industrial desde o primeiro semestre de 2015, onde já foi visto que o consumo já não estava mais favorável.

Gráfico 8 - Produção industrial - bens de consumo



Fonte: IBGE/PIM-PF – Ipeadata. Acessado em: 03 jul. 2019.

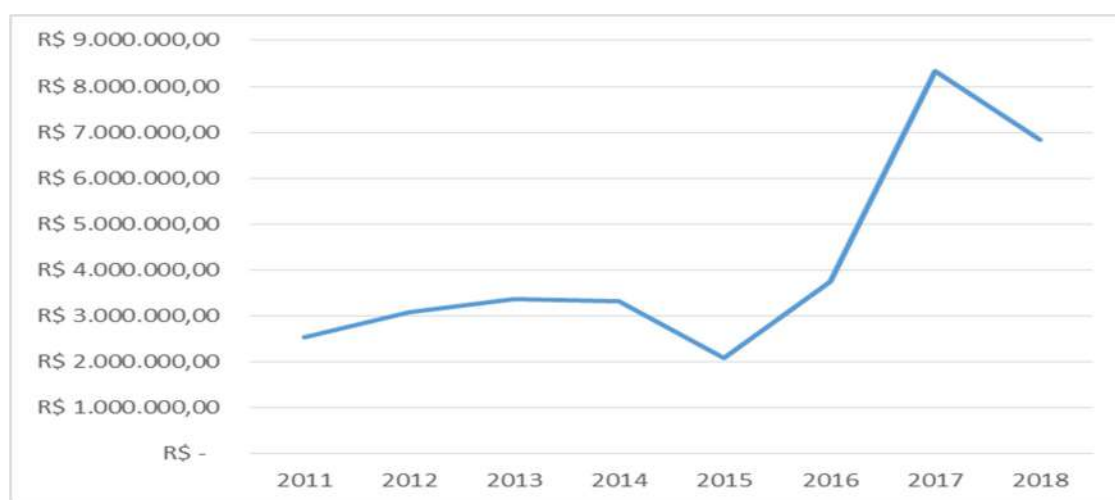
A menor taxa foi em fevereiro de 2016 (75,6%). A maior foi em outubro de 2013 (116,3%). De janeiro de 2011 a janeiro de 2018 houve uma queda de 8,48%, e de janeiro de 2013 a janeiro de 2018 de 12,34%, uma queda relativamente maior em meados a crise. Junto com a queda da produção industrial, além do baixo consumo se observa também um aumento na taxa de desocupação, pois se as empresas não estão produzindo, não se faz necessário mais empregados na empresa.

Para se finalizar os gráficos se tem o PIB (gráfico 9), que se encontra deflacionado pelo IPCA. O PIB é importante, pois com ele vem todo o produto interno bruto do País em um ano, o que faz possível analisar se está havendo aumento de produção ou não, no entanto como o PIB engloba vários fatores, por isso não se pode fazer uma análise conclusiva, pois pode aparentar aumento, todavia o País pode possuir uma má distribuição de renda, o que já influenciaria a uma outra análise.

¹⁵³ “A partir de maio de 2014, tem início a divulgação da nova série de índices mensais da produção industrial, elaborados com base na Pesquisa Industrial Mensal de Produção Física (PIM-PF) reformulada” (IBGE/PIM-PF).

O ano com o PIB maior é o de 2017 e o com menor PIB foi no ano de 2015. Ainda assim com toda essa recessão de 2011 a 2018 houve um aumento de 170,58%, já de 2013 a 2018 houve um aumento de 102,39%. Todavia, a partir de 2017 o PIB tem se apresentado em declínio, o que pode se prolongar até o 2019.

Gráfico 9 – PIB



Fonte: Banco Central do Brasil, Boletim, Seção Atividade Econômica (Bacen / Boletim / Ativ. Ec.) – Ipeadata. Acessado em: 01 jul. 2019.

Após a apresentação dos gráficos presentes neste artigo, se faz necessário uma breve análise fazendo relação com a Nova Matriz Econômica (NME), evidenciada na parte de fundamentação teórica. Percebe-se que ao analisar o crédito barato fornecido pelos bancos estatais, é possível fazer um parâmetro com o aumento da inadimplência, levando em consideração que com crédito fácil, a população tende a gastar mais. Os juros baixos ajudam a incentivar a produção e o consumo, todavia pode vir a acarretar uma crise na produção, como pode ver, no gráfico 1, em 2015 o consumo caiu muito, o que ajudou a elevar foi a queda do IPCA. Outra característica da NME é a intervenção em preços, e a intervenção de preços afetou, por exemplo a Petrobras, que segundo Barbosa Filho (2017) ela vendia gasolina no mercado doméstico a um preço inferior ao que comprava no mercado internacional e isso resultou em perdas. Além disso, a NME vinha acompanhada de câmbio desvalorizado e aumento das tarifas de importação. A seguir um breve resumo de alguns acontecimentos após a implementação da NME.

A redução da taxa de crescimento do PIB foi acompanhada de redução da taxa de investimento em 4,8% e a menor taxa de crescimento do consumo nos

últimos anos, com crescimento de somente 2,3% no ano. No entanto, somente após a disparada do risco país em 2015 [...] se observa a forte contração de consumo e investimento em nossa economia. A forte queda desses dois componentes parece estar relacionada com a crise de sustentabilidade da dívida pública brasileira que elevou os juros e a incerteza. O investimento se reduziu em 13,9% em 2015 e 10,6% em 2016, enquanto o consumo caiu 3,9% e 4,5%, respectivamente (BARBOSA FILHO, 2017).

Com isso, se tem a análise dos dados referentes a crise de 2014-2017, finalizado com uma breve análise em relação a NME.

CONCLUSÕES

Nas conclusões, vale destacar, que a pergunta de pesquisa foi, quais os aspectos principais que afetaram a economia brasileira no período de 2014-2017 e quais foram os seus reflexos para empresas e população? Onde o objetivo geral foi identificar e analisar quais os aspectos principais da economia brasileira no período de 2014-2017 e quais foram os seus reflexos para empresas e população. Sendo assim, considerando os resultados apresentados nos gráficos, evidencia-se alguns pontos em destaque, como por exemplo, notou-se que houve um aumento, entre os anos de 2016 e 2017, da arrecadação das receitas, o que pode ser explicado em decorrência ao aumento do consumo, nos mesmos anos, o que pode implicar em um aumento no recebimento dos impostos indiretos, especialmente. Todavia, tem-se um aumento na taxa de inadimplência de pessoa física em 15% de janeiro de 2013, até janeiro de 2018. Ao contrário disso, no terceiro trimestre de 2013, onde encontra-se umas das maiores taxas de investimento nominal, comparado ao primeiro trimestre de 2018, obteve-se uma queda de 29,4%.

Em virtude dos fatos mencionados, é possível compreender que o período pré-crise estava bom até o momento da implantação da NME, é claro, como foi visto na segunda seção há várias vertentes para se seguir e assim se chegar ao que poderia ter causado a crise. No entanto, haja vista os dados e suas análises, se viu que mesmo com a mudança no cenário econômico, após a NME, um cenário cheio de incertezas, gera instabilidade e investidores vêem isso como um risco, e um país sem investimento, a produção cai, a taxa de desocupação aumenta.

Por isso os reflexos estão tão evidentes, pois a população está cada vez mais inadimplente, e com a taxa de desocupação aumentando já se espera que a recessão continue, já que a população não terá dinheiro para honrar seus compromissos e assim as empresas acabam não produzindo, o que acarreta uma “bola de neve”, acreditando-se que com os dados evidenciados foi possível responder ao problema de pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Fernando de H. **Crises econômicas e política de 2015: origens e consequências.**

Biblioteca digital FGV, 2015. Disponível em:

<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rce/article/view/57758/64999>. Acessado em: 27 mai. 2019

BARBOSA FILHO, Fernando de H. **A crise econômica de 2014/2017.** Scielo, Estud. av. vol.31 no.89 São Paulo Jan./Apr. 2017, p. 51-60. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142017000100051. Acessado em: 8 abr. 2018

BARBOSA FILHO, Fernando de H; PESSOA, Samuel. **Desaceleração recente da economia.** Coletânea de Capítulos “Sob a Luz do Sol, uma agenda para o Brasil”. Centro de Debate de Políticas Públicas, 2014, p. 15-30. Disponível em: http://cdpp.org.br/novo/wp-content/uploads/2014/09/Coletanea-Sob-a-Luz-do-Sol_v0909.pdf . Acessado em: 17 abr. 2018

CABRAL, Roberta Pesce Fonteles. **Tripé macroeconômico e nova matriz econômica: o contraste das políticas econômicas e ideologias adotadas nos últimos governos.** 2015. 65 f., il. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas) -Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <http://bdm.unb.br/handle/10483/11826> . Acessado em: 12 abr. 2018

CAGNIN, Rafael F.; PRATES, Daniela M.; FREITAS, Maria Cristina P.; NOVAIS, Luis F. **A gestão macroeconômica do governo Dilma (2011 e 2012)*.** Scielo, Novos estud. - CEBRAP no.97 São Paulo Nov. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002013000300011 . Acessado em: 02 fev. 2019

DWECK, Esther; TEIXEIRA, Rodrigo Alves. **A política fiscal do governo Dilma e a crise econômica.** Texto para discussão. Unicamp. IE, Campinas, n.303, jun. 2017. Disponível em:

<http://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3532/TD303.pdf> . Acessado em: 12 abr. 2018

IBGE - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html?t=o-que-e>. Acessado em: 30, jul, 2019.

IPEADATA – Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br>

MESQUITA, Mário. **A política econômica do governo Dilma: a volta do experimentalismo.**

Coletânea de Capítulos “Sob a Luz do Sol, uma agenda para o Brasil”. Centro de Debate de Políticas Públicas, 2014, p. 03-14. Disponível em: http://cdpp.org.br/novo/wp-content/uploads/2014/09/Coletanea-Sob-a-Luz-do-Sol_v0909.pdf. Acessado em: 17 abr. 2018

OREIRO, José L.; MARCONI, Nelson. **O novo-desenvolvimentismo e seus críticos.** CADERNOS do DESENVOLVIMENTO, Rio de Janeiro, v. 11, n. 19, pp.167-179, jul.-dez. 2016. Disponível em:

http://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/ojs-2.4.8/index.php/cdes/article/view/10/pdf_1 . Acessado em: 20 jan. 2019

PAIM, Bruno; LARA, Fernando M. **Crédito e gasto privado no Brasil: da recessão à lenta recuperação**. Indicadores Econômicos FEE, Porto Alegre v. 45, n. 3, p. 9-28, 2018. Disponível em: <https://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/4034/3973> . Acessado em: 07 jun. 2019

ROQUE, Leandro. **O trágico legado da "Nova Matriz Econômica" - um resumo cronológico**. Mises Brasil, 2015. Disponível em: <https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=2120>. Acessado em: 19 mai. 2019

SERRANO, Franklin; SUMMA, Ricardo. **A desaceleração rudimentar da economia brasileira desde 2011¹**. OIKOS, Rio de Janeiro, Volume 11, n. 2 - 2012, pgs 166-202. Disponível em: <http://www.revistaioikos.org/seer/index.php/oikos/article/view/311/174>. Acessado em: 18 jan. 2019

SERRANO, Franklin; SUMMA, Ricardo. **Demanda Agregada e a desaceleração do crescimento econômico brasileiro de 2011 a 2014**. Center for Economic and Policy Research, 2015. Disponível em: <http://cepr.net/em-portugues/relatorios/demanda-agregada-e-a-desaceleracao-do-crescimento-economico-brasileiro-de-2011-a-2014>. Acessado em: 10 jan. 2019

SOUZA, Luciana Rosa de; NASCIMENTO, Fernanda Silva. **Nova Matriz Econômica e queda nas taxas de lucros: a política econômica e economia política entre 2011-2016**. Anais do XXIV Encontro Nacional De Economia Política, 2019. Disponível em: https://sep.org.br/anais/2019/Sessoes-Ordinarias/Sessao3.Mesas21_30/Mesa29/293.pdf. Acessado em: 26 mai. 2019.

A GESTÃO DO CONHECIMENTO COMO DIFERENCIAL COMPETITIVO EM EMPRESAS FAMILIARES BRASILEIRAS EM ARTIGOS PUBLICADOS NO PERÍODO DE 2011-2018

Franciane Botelho da Silva (PIC)
Unespar/ Campus Paranaguá, francianebotelhodasilva@hotmail.com

Cleverson Molinari Mello (Orientador)
Unespar/Campus Paranaguá, cleveson.mello@unespar.edu.br

Palavras-chave: Gestão do Conhecimento. Empresas Familiares. Diferencial Competitivo.

INTRODUÇÃO

O grande desafio das empresas nas últimas décadas, com o advento do desenvolvimento informacional, tem sido, sem dúvida, a gestão da grande quantidade de informações, que cresce não somente em quantidade, mas em complexidade. (MELLO e LOPES, 2017, p. 23).

Diante desse cenário e tendo em vista que ao se fundar uma empresa, espera-se que esta se desenvolva, Osmar Ponchiroli (2005, p.17) afirma que: “Na era do conhecimento, as organizações buscam soluções para diversos desafios dentro desse novo contexto. São vários os temas desafiadores. Um dos temas mais desafiadores e que suscita discussões, é o da Gestão do Conhecimento”.

Partindo disso e tendo em vista que as empresas familiares, sob o panorama nacional, representam mais de 90% da economia nacional (dados IBGE e SEBRAE (MELLO e LOPES, 2017, p.29)), nota-se as importâncias em averiguar como esse modelo peculiar de organização está administrando as informações internas e externas para obter conhecimento e conseqüentemente, diferencial competitivo.

Nesse contexto, considerando a relevância das empresas familiares para o desenvolvimento da economia do Brasil, apresenta-se como a seguinte problemática de pesquisa: por que é fundamental que as empresas familiares busquem investir esforços para a gestão do conhecimento e como as EF'S estão gerindo suas informações e seu capital intelectual.

Como forma de aprofundamento da pesquisa, e com o intuito de responder o problema anteriormente citado, na próxima seção, tem-se o referencial teórico que foi utilizado para a realização da presente pesquisa, o qual é dividido em 3 etapas: 1) Gestão do Conhecimento, 2) Empresa Familiar, 3) Diferencial Competitivo

GESTÃO DO CONHECIMENTO

De acordo com a temática da presente pesquisa, faz-se necessário a introdução do tema da Gestão do Conhecimento. Segundo Peter Druker, citado por Ponchirolli (2005): “o conhecimento não é apenas mais um recurso, ao lado dos tradicionais fatores de produção, trabalho, capital e terra, mas sim o único recurso significativo atualmente”

Partindo do princípio acima, aliado as observações e constatações do cenário em que as empresas encontram-se, nota-se que o conhecimento é o fator que permite com que as organizações desenvolvam-se. Analisando também os artigos que embasaram e serviram como fonte de consulta para a elaboração da presente obra, constata-se que nas organizações o conhecimento é o ativo mais importante, uma vez que é por meio dele que se administra estrategicamente o capital intelectual, as informações trocadas com o ambiente interno e externo, e como isso está relacionado ao sucesso nos resultados organizacionais. Para isso é preciso que a Gestão do Conhecimento (GC) esteja de fato relacionada e de acordo com a cultura, perfil e objetivos empresariais.

Dessa maneira, as empresas possuem diversos tipos de conhecimento, os quais nem sempre são devidamente organizados, armazenados e geridos, propriamente ditos. A gestão do conhecimento então, neste contexto, serve como maneira de oferecer um diferencial competitivo para a empresa, como forma de que esta se sobressaia as demais de seu mercado.

Gerir o conhecimento faz-se fundamental para que a empresa não apenas sobreviva, mas que obtenha condições de evoluir e superar potenciais concorrentes. Conforme afirma Ponchirolli, (2007, p.72) “é somente através do conhecimento que as empresas podem se inovar, mantendo-se vivas, ativas e competitivas”. Destarte, fica clara a importância da gestão do conhecimento para que as empresas mantenham-se competitivas.

EMPRESA FAMILIAR

Seguindo na introdução às temáticas do presente artigo, temos também o tema das empresas familiares. Uma vez entendido como funciona a Gestão do Conhecimento, necessita-se também elaborar uma conexão com o tema de pesquisa, as Empresas Familiares.

Por meio das leituras para a construção do presente artigo, averiguou-se que ainda não existe um consenso entre os estudiosos dessa área acerca de um significado definitivo para definir a empresa familiar. Este fato deve-se a inúmeras questões e pontos de vistas sobre o que seria uma empresa familiar e quais as características que as diferenciaria dos demais modelos organizacionais.

Nesse contexto, uma das definições é dada por Lodi (1993,p.03) citado por MELLO e LOPES (2017, p.26) na qual se afirma que as empresas familiares podem ser entendidas como sendo “aquela em

que o atendimento da sucessão da diretoria está unida ao fator hereditário e onde os valores institucionais da empresa se identificam com um sobrenome de família ou com a figura de um fundador”.

Por sua vez, MELLO e LOPES (2017, p.27) enfatizam também o pensamento de GALLO (2011) acerca do significado de empresa familiar, e este entende que a empresa é familiar quando a gestão do negócio (tanto propriedade quanto o gerenciamento) é desempenhada ininterruptamente pelas gerações da família.

Apesar das inúmeras definições e pontos de vista sobre a definição de empresa familiar, o foco desse estudo é demonstrar como estas são importantes para a economia nacional, conforme abordado na introdução, e como a gestão do conhecimento na empresa familiar contribuirá para esta ter diferencial competitivo frente às demais.

DIFERENCIAL COMPETITIVO

Ainda, o presente artigo trata também sobre o tema de diferencial competitivo. Para que as empresas familiares consigam gerir seus conhecimentos, e que os utilizem como vantagem de mercado em suas atuações, as empresas devem conseguir realizar a conversão de todo o seu “estoque” ou o conjunto de seus conhecimentos em diferenciais competitivos. Em outras palavras, as empresas devem transformar seus conhecimentos, dos mais diversos tipos, em práticas e ações que a alavanquem em seus mercados.

Seguindo este raciocínio, Segundo afirma Porter (1990) in Leitão, Ferreira & Azevedo (2008), citado por Silva e Saraiva (2012, p.3) apresentam o fato de que a competitividade tem origem em fatores como a diferenciação, ou seja, as organizações tornam-se mais competitivas e tem mais sucesso se conseguirem diferenciar da concorrência.

Sendo assim, o presente estudo deseja investigar a contribuição da gestão do conhecimento nos diferentes estudos e trazer esse conteúdo para perto da gestão familiar.

MATERIAIS E MÉTODOS

Quanto aos fins, a presente pesquisa classifica-se como exploratória, uma vez que tratou da gestão do conhecimento como diferencial competitivo em empresas familiares, sendo este assunto considerado uma recente temática no universo dos pesquisadores. Em relação aos meios de investigação,

este estudo é definido como sendo de caráter bibliográfico e da natureza qualitativa, uma vez que se utilizaram trabalhos, obras literárias e aplicação de questionário para construção deste.

Esta pesquisa foi realizada com base em 53 trabalhos nacionais publicados e disponibilizados em pesquisas de artigos na base Scielo entre o período de 2011-2018, além de 8 artigos publicados nos anos de 2010 e 2019, os quais abordaram questões correlacionadas, de forma central ou periférica, aos temas Gestão do Conhecimento, Gestão da Informação e Empresa Familiar.

Adjunto a isso, utilizou-se de 4 obras literárias na qual seus autores abordaram assuntos diretamente relacionados ao tema desta pesquisa, tais como: dados, informação, conhecimento, empresa familiar, capital humano, capital intelectual, tecnologia da informação e sistemas de informação gerenciais.

Ainda como apoio para a realização deste estudo, foi feita uma entrevista semiestruturada na qual se teve como público-alvo gestores de empresas familiares, totalizando em uma quantidade de 4 respondentes. Por meio do questionário estruturado e disponibilizado aos respondentes, buscou-se realizar um levantamento sobre como as empresas familiares, EF'S, administram as informações internas, externas, bem como seu capital intelectual.

Mediante as fontes de apoio citadas acima, a presente pesquisa estabeleceu a seguinte ordem em relação ao planejamento para desenvolvimento desta pesquisa: a) inicialmente, para compreensão do tema proposto, foi feita uma minuciosa leitura das 4 obras literárias; b) posteriormente, realizou-se a leitura de 8 artigos diretamente relacionados ao tema de pesquisa; c) em seguida, realizou-se a pesquisa na plataforma da base scielo de trabalhos nacionais compreendidos entre o período 2011-2018 com as seguintes palavras chaves – em português – gestão do conhecimento, empresa familiar e gestão da informação, após observação de títulos de pesquisa e palavras chaves relacionadas foi feito um filtro para obter-se apenas artigos que pudessem contribuir para a então pesquisa; d) após isso, foram feitas as leituras dos trabalhos selecionados; e) mediante à etapa anterior, foi construída um planilha (tabela) contendo as seguintes informações: título, autor/autores, ano, temas abordados e conclusão; e) posteriormente, após análise dos artigos, foi desenvolvido um questionário direcionado a gestores de EF'S, Empresas Familiares, para verificar, na prática, o comportamento desse modelo peculiar de organização no que tange à gestão do conhecimento e assuntos relacionados; f) posteriormente, após aplicação do questionário e coleta das informações, construiu-se uma tabela contendo os resultados da entrevista; e por fim a etapa g) mediante às informações obtidas nos procedimentos anteriores, o presente artigo foi elaborado.

O problema para qual se busca uma solução é identificar como as empresas familiares administram as informações internas e externas para transforma-las em conhecimento e assim, obter diferencial competitivo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com base no levantamento dos dados dos trabalhos nacionais, construiu-se a seguinte tabela: Ano de publicação *versus* quantidade de trabalhos utilizados como fonte de apoio para a presente pesquisa:

Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Quantidade	1	5	6	6	5	5	11	9	6	7	61

Fonte: elaborado pelos autores

Conforme tabela acima, observa-se que o presente trabalho foi constituído com base na leitura de 61 artigos para reflexão e compreensão do tema. Entretanto, para fins de análise em relação a tema de pesquisa, a importância da gestão do conhecimento nas empresas familiares, foi escolhido um trabalho vinculado a cada ano que pudesse contribuir diretamente com a presente pesquisa, totalizando em 10 trabalhos nacionais. A leitura dos demais trabalhos restantes teve como função auxiliar no esclarecimento do tema e realização do questionário.

Em relação aos principais resultados relacionados à gestão do conhecimento como diferencial competitivo em empresas familiares, obtiverem-se as seguintes considerações:

➤ “a estrutura familiar contribui com a gestão do conhecimento uma vez que valoriza um ambiente de compartilhamento de conhecimento e informações, além da criatividade e inovação” (RAMOS e HELAL, 2010)

Apesar do trecho acima referir-se a uma empresa específica, esse fato indica uma importante característica que permite com que as empresas familiares trabalhem: a confiabilidade entre os membros da família.

Entretanto, apesar do resultado da pesquisa citada acima ter demonstrado a vantagem de uma característica das empresas familiar, no trecho, de outra pesquisa abaixo se observa outro comportamento:

➤ “No que concerne aos desafios enfrentados no processo de profissionalização da gestão do tipo familiar, pode-se afirmar que o grande desafio se concentra na área de comunicação interna, principalmente o compartilhamento do conhecimento” (FREIRE *et al.*, 2011)

Em relação à gestão do conhecimento em uma empresa do setor público, notou-se que a transmissão do conhecimento torna-se mais difícil tendo em vista que esse modelo organizacional ainda se baseia em um modelo antigo, conforme apontam os trechos abaixo:

➤ “E, por ter uma estrutura hierarquizada, na instituição, o conhecimento tende a ficar concentrado em poucas pessoas, em feudos dos conhecimentos.” (BRITO, OLIVEIRA e CASTRO, 2012),e

➤ “A instituição não reconhece aqueles que disseminam o conhecimento e não dispõe de formas pecuniárias de recompensas e de incentivos.” (BRITO, OLIVEIRA e CASTRO, 2012)

Partindo da ideia central que a gestão do conhecimento contribui com as organizações, notou-se que a eficácia nos resultados, só é obtida mediante ao alinhamento com os objetivos empresariais:

➤ “a eficácia da gestão do conhecimento está diretamente relacionada ao seu alinhamento sistêmico com os objetivos estratégicos, ao contrário da simples adoção de iniciativas isoladas nesse sentido”. (FERRARESI *et al.*, 2014)

Ainda sobre a contribuição da GC para com as empresas, foi constatado, em um estudo, a seguinte conclusão:

➤ “é positivo haver compartilhamento de conhecimento, pois além de evitar gastos com retrabalho e refazer treinamentos, evita-se também a repetição de erros, pois os funcionários mais experientes repassam seus conhecimentos e vivências para os demais.” (OSINSKI, ROMAN e SELIG, 2015)

PRINCIPAIS RESULTADOS DA ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS APLICADOS

Para efeitos de análise de análise do questionário aplicado, os respondentes foram classificados como R1, respondente 1, R2, respondente 2, R3, respondente 3 e R4, respondente 4.

Os principais resultados obtidos foram:

- Há desconhecimento dos gestores sobre práticas de gestão do conhecimento;
- Falta de interesse dos familiares em aprenderem e se envolverem com a empresa familiar;
- Dificuldade em separar as informações pessoais com as da empresa;

➤ Mas apesar dos resultados acima parecerem inicialmente desmotivadores, notou-se que há um interesse dos gestores fundadores em aprender mais sobre como aplicar a gestão do conhecimento em seus negócios.

CONCLUSÕES

Dessa forma, podem-se constatar, mediante a análise e articulação dos resultados obtidos nos trabalhos nacionais, livros e entrevistas com gestores de empresas familiares, que diante da atual e tão presente era do conhecimento há uma concordância unânime entre os autores e gestores investigados que a gestão do conhecimento, se bem administrada, contribui para com o desenvolvimento, enriquecimento e sucesso das empresas, independentemente do ramo que esta possuir e seguir.

Para tanto, é preciso que a gestão do conhecimento apoie-se em ferramentas de disseminação e compartilhamento do conhecimento, além de buscar atender a cultura da empresa e motivar os colaboradores.

Com base nisso e nos levantamentos feitos com gestores de empresas familiares, EF'S, observou-se que estas - responsáveis por constituir e contribuir com grande parte da economia nacional – têm a necessidade de voltarem sua gestão ao desenvolvimento de práticas que valorizem o conhecimento, buscando motivar seus colaboradores a compartilhar e disseminar o conhecimento. Pois por mais que os gestores reconheçam a importância do conhecimento, notou-se que há dificuldade em transformar o que se sabe em métodos de compartilhamento. A presente pesquisa apresenta como novo o fato de ter buscado uma intersecção entre a gestão do conhecimento e a empresa familiar, onde constatou se que a gestão do conhecimento permite com que as EF'S tenham diferencial competitivo.

Por fim, recomenda-se como proposta que novos estudos busquem aplicar ferramentas estratégica em empresas familiares de diferentes segmentos a fim de constatar a evolução que a gestão do conhecimento, aliado ao foco em resultados, traz às empresas.

REFERÊNCIAS

BRITO, Lydia Maria Pinto; OLIVEIRA, Patrícia Webber Souza de; CASTRO, AHIRAM BRUNNI **Cartaxo de. Gestão do conhecimento numa instituição pública de assistência técnica e extensão rural do Nordeste do Brasil.** Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro , v. 46, n. 5, p. 1341-1366, Oct. 2012 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122012000500008](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122012000500008&lng=en&nrm=iso)>. access on 20 Sept. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122012000500008>.

FERRARESI, Alex Antonio et al . **Os impactos da gestão do conhecimento na orientação estratégica, na inovatividade e nos resultados organizacionais: uma survey com empresas instaladas no Brasil.** RAM, Rev. Adm. Mackenzie, São Paulo , v. 15, n. 2, p. 199-231, Apr. 2014 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-

69712014000200008&lng=en&nrm=iso>. access on 20 Sept. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1678-69712014000200008>.

FREIRE, Patricia de S.; *et al.* **Sistema de gestão do conhecimento em empresas familiares brasileiras: Revisão sistemática da literatura.** VII Congresso nacional de excelência em gestão. ISSN 1984-9354. 2011.

GALLO, M. BERNHOEFT, R. **Governança na empresa familiar.** São Paulo: Elsevier, 2011.

LAUDON, Kenneth; LAUDON, Jane. **Sistemas de informação gerenciais.** 9ªed São Paulo- SP – Pearson Prentice Hall. 2010.

MELLO, Cleverson M; LOPES, Elaine C. **Informação e conhecimento: Múltiplos olhares no ambiente científico.** 1ªed. São Paulo- SP – Canal 6 Editora. 2017.

OSINSKI, Marilei; ROMAN, Darlan José; SELIG, Paulo Mauricio. **Compartilhamento de conhecimento: estudo bibliométrico das publicações acadêmicas realizadas de 1994 a 2014.** *Perspect. ciênc. inf.*, Belo Horizonte , v. 20, n. 4, p. 149-162, Dec. 2015 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141399362015000400149&lng=en&nrm=iso>. access on 20 Sept. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/1981-5344/2512>

PONCHIROLLI, Osmar. **Capital Humano: Sua importância na Gestão Estratégica do Conhecimento.** 1ªed Curitiba- PR – Juruá Editora. 2005.

RAMOS, Érica N. P; HELAL, Diogo H. **A prática da gestão do conhecimento em uma empresa familiar do ramo varejista em minas gerais (MG): um estudo de caso.** *JISTEM Revista de Gestão da Tecnologia e Sistemas de Informação.* Vol. 7, No. 2, p. 433-452. 2010.

SANTOS, Ana C. B.; *et al.* **Empresa Familiar: Desvendando competências, racionalidades e afetos.** 1ªed São Paulo- SP – Editora Atlas S.A. 2010.

SILVA, Sonia; SARAIVA, Margarida. **A Gestão da Qualidade como diferencial competitivo na Satisfação e Fidelização de clientes.** III Encontro de Tróia – Qualidade, Investigação e Desenvolvimento. 2012. Disponível em: https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/5430/1/A%20Gest%C3%A3o%20da%20Qualidade%20como%20diferencial%20competitivo%20na%20Satisfa%C3%A7%C3%A3o%20e%20Fideliza%C3%A7%C3%A3o%20de%20clientes_Silva.Saraiva.pdf. Acesso em: 24 de setembro de 2019

O EMPREENDEDORISMO SOCIAL E SUA POSSÍVEL RELAÇÃO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: UMA ANÁLISE DO PROJETO “CAMINHOS DE PEABIRU”

Geisibel Maria Pinheiro (PIC),
geisibelpinheiro3@gmail.com
Unespar/Campus de Campo Mourão

Adalberto Dias de Souza (Orientador), adalbertodias.unespar@gmail.com
Unespar/Campus de Campo Mourão

Marco Junior Ferreira de Jesus (Coorientador), marcos_junio@hotmail.com
Unespar/Campus de Campo Mourão

Palavras-chave: Empreendedorismo social. Caminhos de Peabiru.

INTRODUÇÃO

A introdução deve apresentar os elementos constitutivos do problema e da problemática de pesquisa, além dos objetivos a serem trabalhados no decorrer do artigo. Pode ainda conter o recorte teórico e temporal do objeto de investigação além da fundamentação teórica que embasou a pesquisa de Iniciação Científica. Os parágrafos serão redigidos em Times New Roman, tamanho 11, alinhamento justificado com recuo de um TAB (1,25) na primeira linha.

O empreendedorismo social pode ser entendido como a mais abrangente dentre as terminologias apresentadas neste estudo, isso porque seu conceito compreende um contexto de atuação em diversos tipos de organização. Austin, Stevenson e Wei-Skillern (2006) afirmam que, em uma concepção mais ampla, empreendedorismo social refere-se a uma atividade inovadora com um objetivo social, podendo ocorrer no setor privado, no terceiro setor ou em organizações híbridas (ROSOLEM, 2014).

Assim, o conceito de empreendedorismo social está pautado na criação de valor social e na introdução de inovações de metodologia, serviços ou produtos, as quais gerariam uma transformação social. A inserção da dimensão econômica e da lógica de mercado abriu novas possibilidades para a atuação das organizações que até então contemplavam uma única dimensão (social ou econômica). Nesse sentido, surgem novos termos para caracterizar iniciativas que operam na lógica de mercado, porém com objetivos de geração de valor social: empresas sociais, negócios sociais e negócios inclusivos (IDEM).

Saffu (2003) relata que desde o início da era do empreendedorismo esperava-se que o contexto cultural tivesse um impacto considerável no desenvolvimento do empreendedorismo. A tendência para o empreendedorismo difere entre as sociedades, porque a cultura que modera as características dos

empreendedores difere de lugar para lugar. Conforme o entendimento de Emmendoerfer (2000), o ser humano não nasce empreendedor, ele desenvolve essa característica no meio em que vive, e o ambiente, tanto a época quanto o lugar, é um influenciador positivo ou negativo dessa tendência.

Neste contexto, surgem projetos como o “Caminhos de Peabiru”, resultado de uma iniciativa do geógrafo e historiador Arléto Rocha de recuperar a memória histórica e a cultura local de Peabiru.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este trabalho tem caráter reflexivo e expositório, procurando demonstrar o relacionamento entre o empreendedorismo e o poder público, através de fontes de dados primárias e secundárias. Para tanto sempre que necessário, utilizaremos a bibliografia de TRIVIÑOS (1987), LAKATOS (2003) e RICHARDSON (1985), a julgar pela grande importância de tais autores na área de Metodologia. A pesquisa será realizada no município de Peabiru, haja vista que o projeto analisado tem por base este município.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Segundo as informações disponibilizadas pela prefeitura de Peabiru, a história de Peabiru está intensamente ligada à história do famoso “Caminho de Peabiru”, rota indígena utilizada pelos Guarani e Kaingang, entre outros povos nativos, o qual se estendia por mais de 3.000 km da costa de São Vicente ao Rio Paraná, atravessando os Rios Tibagi, Ivaí e Piquiri pelo qual passou a expedição do Capitão mor Afonso Botelho de San Payo e Souza, em 1769. Acredita-se que um de seus muitos ramais se situava à margem oeste do Rio Mourão, cruzando o Município de Peabiru.

Peabiru emancipou-se durante o mandato do então governador do Paraná Bento Munhoz da Rocha Neto, no dia 14 de dezembro de 1951, quando foi elevado à categoria de Município autônomo. Contava na época com uma população de 10.376 habitantes, enquanto que Maringá nesta mesma época continha 8.898 habitantes (cd. IBGE, 1950). O município era o maior do Paraná, em extensão territorial com 14.556 km² (cd. IBGE, 1950). Com avenidas largas, estudos indicam que, Peabiru foi projetada para ser uma grande metrópole.

Herdando a tradição do caminho de história milenar, o antigo povoado de Peabiru tornou-se um município acolhedor, recebendo imigrantes de todas as partes do mundo: primeiro os europeus e os árabes. Mais tarde os asiáticos, gente de todas as partes do mundo que, ao lado de trabalhadores provenientes de várias regiões do Brasil, construíram aqui uma sociedade de muitos sotaques e um exemplo de convivência pacífica. Com sua história e vocação, Peabiru deu ao Brasil e ao mundo grandes

expressões da literatura, das artes, da política e da fé. Peabiru exhibe nas arquiteturas das casas, nas suas tradições, na multiplicidade das religiões, nas cores e no rosto de sua gente, a marca desta extraordinária diversidade étnica e cultural.

A grande importância histórica do caminho de Peabiru foi, primeiramente, guiar as migrações indígenas, mas também serviu para facilitar a circulação de mercadorias, o comércio e as missões religiosas. A trilha foi, também, o principal acesso à região Sul do Brasil. Apesar de existirem diversas teorias sobre seus fundadores, a mais aceita é de que foram os Incas que construíram Peabiru.

Atualmente, restam apenas alguns vestígios do que foi o grande trajeto que ligava o Brasil ao Peru. Uma curiosidade é que, os Guaranis plantavam uma gramínea chamada puxa-tripa pela trilha, isso evitava que a mata encobrisse o caminho. E não é só isso, em seus trechos mais complicados, a rota chegou a ser encoberta com pedras. Em outras partes havia sinalização demarcada por inscrições rupestres, símbolos e mapas de origem indígena.

Muitas cidades foram fundadas nas cercanias da trilha, como a própria Peabiru, que existe até hoje no norte do Paraná. Surgido em 1903, o município foi criado pelos inúmeros colonizadores que, acompanhados de suas famílias, construíram casas e se dedicaram à agricultura, o que levou mais pessoas aos arredores do Caminho de Peabiru, formando assim, vilas e povoados adjacentes.

Figura 1: Mapa dos Caminhos de Peabiru



Fonte: Info Escola, 2018.

A trilha histórica dos caminhos de Peabiru tem despertado o interesse de muitos arqueólogos, geógrafos e historiadores. Um desses historiadores foi Arleto Rocha, que iniciou suas pesquisas sobre o assunto enquanto ainda estava na graduação. Nascido em Peabiru, o poeta e historiador, sempre demonstrou muito amor por sua cidade, o que levou a desenvolver durante seu mestrado, o projeto caminhos de Peabiru.

Durante os primeiros meses do projeto, Rocha percorreu o trajeto histórico que corta a cidade, em busca de evidências arqueológicas que comprovassem o trajeto original da trilha indígena, porém seu objetivo não era somente acadêmico ou profissional, mas também social.

Segundo Drayton (2003), o trabalho do empreendedor social é ver onde a sociedade está estagnada e encontrar uma nova maneira de resolver o problema. Essa definição se encaixa bem na vida de Arleto Rocha, fundador e idealizador do projeto “Caminhos de Peabiru”, pois ele pretendia com o projeto despertar os vínculos afetivos dos peabiruenses com sua cidade, já que percebia que muitos habitantes não consideravam seu município importante, tanto que, muitos deles tinham até mesmo vergonha de dizer que residiam em Peabiru quando questionados sobre o lugar onde moravam e respondiam que eram de Campo Mourão. Desta forma, Rocha não criou somente um projeto, mas iniciou um empreendimento social.

Nos dias de hoje, quando perguntamos o que caracteriza um empreendedor a resposta da sociedade é de que ele é uma pessoa com “Iniciativa, visão estratégica, capacidade de liderança e capacitação constante são algumas das competências de um bom empreendedor.” (SEBRAE). Ao primeiro olhar, não vemos nada de espantoso na resposta, no entanto se formos analisar profundamente, veremos que estas qualificações quase que personificam a imagem de um herói, e em nosso país estamos acostumados a tratar empreendedores de sucesso como heróis. Assim, quando o projeto idealizado por Rocha, passou a ter visibilidade ele passou a ser tratado quase que como herói em sua cidade.

Bem, todo grande talento carrega consigo uma grande responsabilidade, sendo assim, a responsabilidade pela transformação da realidade, pela melhoria do país e pela mudança de vida, tem sido descarregada sobre os ombros dos empreendedores, principalmente os empreendedores sociais, que ao abrir ONG's, negócios e projetos sociais tomam para si a responsabilidade sobre a educação, a inclusão e a proteção dos direitos primários que deveria ser do governo. Sendo assim, ao se tornar um empreendedor social, Rocha assumiu a responsabilidade resgatar e proteger a identidade histórica do município, através do turismo e de ações socioeducativas, como visitar as escolas e colégios municipais, levando oficinas sobre a memória histórica da cidade.

No entanto, essa história conta com um elemento surpresa muito interessante. Rocha é um funcionário público que há muitos anos trabalhava na prefeitura de Peabiru no setor contábil, mas quando nas eleições de 2016 seu colega de prefeitura ganhou para prefeito iniciou uma revolução no município nomeando-o como diretor de cultura. O atual prefeito do município Júlio Frare, conhecia bem o carinho e a dedicação que Rocha tinha para com a cidade e para com o projeto que estava desenvolvendo sobre os Caminhos de Peabiru, fator que o levou a embarcar junto com o amigo no projeto de transformar Peabiru em uma cidade turística e fortalecer os laços culturais do povo para com a cidade, já que a memória histórica do município parecia estar se perdendo no tempo, pois poucos cidadãos a conheciam.

Partindo da premissa que o espaço e seus eventos são determinantes para compor a memória, fica evidente que ela está diretamente ligada a interesses sociais de um determinado espaço e tempo. Contudo, é notório que a memória histórica é usada como ferramenta para moldar a identidade da sociedade de acordo com a conjuntura social, política e econômica na qual seu uso está ou estará inserido. Por isso, sua análise encontra-se em evidência para variadas áreas de conhecimento, e para Turismologia se apresenta como um grande campo de estudo, visto que a atividade turística produz realidade e consome espaço (PEREIRA, 2010), o que é muito importante economicamente, já que o turismo pode gerar muitas riquezas para o município se o mesmo souber explorar esta atividade, como por exemplo, uma criação de rede de hotelarias, restaurantes e resorts.

Assim, a gestão 2017-2020 do prefeito Júlio Frare têm sido marcada pelos fortes investimentos em cultura e turismo, uma vez que o desenvolvimento do projeto Caminhos de Peabiru passou a ser uma meta para a gestão municipal. Um casamento que deu certo, o sonho e a paixão de um empreendedor social e o apoio e a infraestrutura que a gestão municipal podem oferecer, e essa união já têm gerado bons frutos rendendo a cidade o Prêmio de Gestor Público Paraná 2017, já no primeiro ano de execução do projeto.

“PROJETO CAMINHOS DE PEABIRU GANHA PREMIO ESTADUAL

A cidade de Peabiru foi premiada pelo “PROJETO CAMINHOS DE PEABIRU: HISTÓRIA, CULTURA E TURISMO” com o Prêmio GESTOR PÚBLICO PARANÁ 2017.

O Prêmio é uma iniciativa do Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita do Estado do Paraná (SINDAFEP), detentor da marca Prêmio Gestor Público Paraná e objetiva de valorizar projetos de administração pública que sejam inovadores, criativos e que tragam desenvolvimento para a sociedade e que estão ajudando a melhorar a vida dos paranaenses.

Por meio da valorização da capacidade administrativa dos gestores que elaboraram os projetos e implantaram ações em favor do desenvolvimento local, o PGP-PR também pretende incentivar os municípios do estado a adotar metodologias de planejamento, execução e controle de projetos em seus programas governamentais. Além do

reconhecimento dos serviços públicos de qualidade, o PGP-PR proporciona a possibilidade de outras cidades se inspirarem nas boas práticas e as experiências exitosas, gerando processo virtuoso. Segundo Arlêto Rocha, coordenador do Projeto Caminhos de Peabiru ‘este prêmio ajudara ainda mais na ideia de agregar emprego e renda por meio do turismo a Peabiru e a região, além de cada vez mais solidificar o sentimento de pertencimento de nossa gente com nossa terra.’”(TRIBUNA DO INTERIOR, pág. 3, 2017)

Figura 2: Peabiru ganha reconhecimento nacional.



Fonte: Cidade em Revista, 2017.

Jim Brown, discutindo problemas e soluções para o empreendedorismo social, afirma que, em vez de procurarmos empreendedores sociais para criar empreendimentos sociais completamente novos, devíamos formar “intraempreendedores sociais”, pois estes seriam capazes de transformar as organizações. Assim como Rocha transformou a gestão municipal de Peabiru.

“... o empreendedor social tem o papel de agente de mudança no setor social, por: a) Adotar a missão de gerar e manter valor social (não apenas valor privado); b) Reconhecer e buscar implacavelmente novas oportunidades para servir a tal missão; c) Engajar-se num processo de inovação, adaptação e aprendizado contínuo; d) Agir

arrojadamente sem se limitar pelos recursos disponíveis; e) Exibir um elevado senso de transparência para com seus parceiros e público e pelos resultados gerados. (CORDELLA, pág. 21, 2000)

Mas, prática intraempreendedora pode ser dividida em vários níveis. Aqui, propomos cinco níveis: vegetativo, bondoso, comprometido, inovador e visionário. No nível vegetativo, estão os empregados e gerentes cujo compromisso é mínimo. Para ser intraempreendedoras, as pessoas têm que ter um alto nível de compromisso com o que fazem e devem ser capazes, pelo menos, de sustentar a continuidade da execução da ação que iniciam. O efeito disso é a redução da resistência à mudança. Enquanto dirigentes e empregados bondosos pensam em coisas para fazê-las melhor, indivíduos comprometidos as interiorizam para realizá-las com perfeição. Assim consegue se obter um alto nível de qualidade como o do projeto Caminhos de Peabiru. Atualmente, o projeto tem conquistado reconhecimento nacional e colocado o município de Peabiru nas manchetes de revistas e jornais.

Nem mesmo o tempo nublado e a previsão de chuvas impediu os cerca de 600 participantes de várias cidades da região e de outros estados de realizarem o Acqua Trekking pelos Caminhos de Peabiru, nesse domingo (28). O evento, organizado pelo diretor de Cultura da cidade, e coordenador do projeto “Caminhos de Peabiru”, Arlêto Rocha, teve um percurso de cerca de 9 quilômetros entre terra e rios. A saída aconteceu às 8 horas da praça central da cidade com retorno por volta do meio dia. “O Acqua Trekking foi um sucesso”, definiu Rocha. Segundo ele, a organização contou com cerca de 30 voluntários. (TRIBUNA DO INTERIOR, pág. 03, 2018)

Participaram da aventura caravanas de Maringá, Apucarana, Umuarama, Cianorte, Paiçandu, Jandaia do Sul, Ubiratã, Engenheiro Beltrão, Araruna, Fênix, entre outras. “Teve um pequeno chuveiro pela manhã, porém nada que atrapalhasse o percurso”, comentou Rocha. Durante o trajeto, os participantes passaram por sete cachoeiras e lugares onde os indígenas passavam antigamente entre Peabiru e o Rio Mourão.

De acordo com Rocha, a cada ano aumenta o número de inscritos neste tipo de evento. Ele disse acreditar que as caminhadas sejam uma válvula de escape para a correria e o estresse do dia a dia. “Além disso, o Acqua Trekking faz o resgate histórico-cultural da região e fomenta ainda a economia da cidade, já que muitos participantes são de fora e gastam no comércio local”, frisou.

O diretor de Cultura ressaltou que o evento fez parte do calendário de caminhadas lançado pelo município na semana passada. “Esta foi a primeira caminhada do calendário”, ressaltou. A programação conta com 26 caminhadas temáticas durante todo o ano. O calendário será encerrado no dia 26 de dezembro com o IV Encontro da Família Caminhos de Peabiru.

Rocha ressaltou que o objetivo é transformar Peabiru na Capital Estadual das Caminhadas, atraindo turistas de várias partes do Estado e País, fomentando a geração de emprego e renda através do

turismo ecológico e de aventura. “As caminhadas atraem muitos participantes de fora que gatam na cidade movimentando a economia local”, observou.

As próximas caminhadas serão realizadas no mês de fevereiro: dia 13 a Caminhada Espiritual no Carnaval e dia 27 será uma caminhada em comemoração ao Dia do Idoso. No mês de março pelo menos mais 5 também serão promovidas.

Quadro 1: Calendário de Caminhadas 2018

28 JANEIRO	ACQUA TREKKING PELOS CAMINHOS DE PEABIRU Dia de Combate à Poluição da Terra por Agrotóxicos
13 FEVEREIRO	CAMINHADA ESPIRITUAL NO CARNAVAL
27 FEVEREIRO	DIA DO IDOSO
04 MARÇO	CAMINHADA INTERNACIONAL DAS MULHERES PROJETO CAMINHAR e PROSEAR
08 MARÇO	DIA INTERNACIONAL DAS MULHERES MARÇO LARANJA CONTRA HEPATITE "B" E "C"
11 MARÇO	DESAFIO DE BIKE E CAMINHADA PERCURSO PEABIRU CAMPO MOURÃO
22 MARÇO	CAMINHADA ECOLOGICA PELO DIA MUNDIAL DA AGUA "Mata Giliar, hora de preservar"
25 MARÇO	II ENCONTRO DA FAMILIA CAMINHOS DE PEABIRU
ABRIL	ABRIL VERDE-MÊS DE SENSIBILIZAÇÃO NA SEGURANÇA DO TRABALHO
07 ABRIL	DIA MUNDIAL DA SAUDE
21 ABRIL	CAMINHADA DO DESCOBRIMENTO DO BRASIL DIA DA TERRA-
26 DE ABRIL	DIA INTERNACIONAL DE COMBATE A HIPERTENSÃO
20 MAIO	CAMINHADA PELA NEGRITUDE E IGUALDADE ENTRE RAÇAS - LIBERTAÇÃO DOS ESCRAVOS
31 DE MAIO	DIA MUNDIAL SEM TABACO
05 JUNHO	DIA MUNDIAL DO MEIO AMBIENTE
08 DE JULHO	CORRIDA DE INVERNO SAÚDE PEABIRU
01 AGOSTO	MOVIMENTAÇÃO PELA SAUDE DO HOMEM ABERTURA DO MÊS GINCANA AZUL NOS COLEGIOS ESTADUAIS
05 AGOSTO	CAMINHADA AGOSTO AZUL PELA SAUDE DO HOMEM
02 SETEMBRO	CAMINHADA PROJETO CAMINHAR E PROSEAR NOS CAMINHOS DE PEABIRU
07 SETEMBRO	DESFILE DA FAMÍLIA CAMINHOS DE PEABIRU E O III ENCONTRO DA FAMILIA CAMINHOS DE PEABIRU
16 SETEMBRO	CAMINHADA SETEMBRO AMARELO CONTRA O SUICIDIO
03 DE OUTUBRO	MOVIMENTO OUTUBRO ROSA GINCANA ROSA NOS COLEGIOS ESTADUAIS
21 OUTUBRO	CAMINHADA ROSA
15 NOVEMBRO	CAMINHADA INTERNACIONAL PELOS POVOS AFRICANOS
09 DEZEMBRO	CAMINHADA PELO DIA INTERNACIONAL DOS POVOS INDIGENAS
16 DEZEMBRO	IV ENCONTRO DA FAMILIA CAMINHOS DE PEABIRU

Fonte: Tribuna do Interior, 2018.

CONCLUSÕES

A partir das premissas apresentadas anteriormente, podemos concluir que o projeto caminhos de Peabiru é um exemplo de empreendimento social, que atende ao seu objetivo e não fica preso apenas no plano discursivo. O que nos mostra a importância de empreendimentos sociais e principalmente de intraempreendimentos sociais vindos do setor público.

O projeto coordenado por Arleto Rocha já trouxe muitos benefícios para o município de Peabiru, como desenvolvimento de rotas turísticas de trilhas e caminhadas, projetos sociais como apresentações

de dança e teatro sobre a cultura local (espetáculo Caminhos de Peabiru) que são apresentados nas feiras e festas da cidade e de outros municípios, além de oficinas com as crianças e adolescentes sobre a importância de preservar a identidade histórica de Peabiru.

Figura 3: Cartaz do espetáculo Caminhos de Peabiru.



Fonte: Bocasanta, 2018.

Esperamos com este artigo mostrar os benefícios que um projeto de empreendimento social vindo do setor público pode trazer para um município e desta forma estimular os funcionários, gestores e colaboradores do governo a praticarem o intraempreendedorismo dentro das organizações na qual estão inseridos para assim, ajudarem a transformar o seu bairro, sua cidade em um lugar no qual se orgulhe, no qual não tenha vergonha de dizer que é nascido e criado, num lugar que não seja um lugar, mas sim um lar.

O projeto que aqui apresentamos foi desenvolvido em parceria com a Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR Campus de Campo Mourão, que será fundamental na segunda fase do projeto que será desenvolvida neste ano de 2018. Importante ressaltar também que Arleto Rocha é egresso dos cursos de História e Geografia da Unespar, e este motivo é mais uma inspiração para os atuais acadêmicos se empenharem na elaboração e desenvolvimento de projetos de extensão que sirvam a sua realidade, seja transformando o local ou o pensamento dos moradores. Também gostaríamos de enfatizar a força de transformação gerada pela parceria entre empreendedores, universidade e poder público. Esperamos que o exemplo de Peabiru se multiplique pelo Brasil e muitos outros projetos surjam destas parcerias.

Figura 4: Selo Caminhos de Peabiru.



Fonte: Tribuna do Interior, 2018.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACKERMANN, F.; EBNER, H.; KLEIN, H. **Block triangulation with independent models.** *Photogrammetric Engineering*, V. 39, p. 967-981, 1973.

COLAVITE, Ana Paula. **Contribuição de geoprocessamento para criação de roteiros turísticos nos caminhos de Peabiru-PR.** Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/GEOGRAFIA/Teses/Colavite_Ana_P_Me_2006.pdf.part Acesso em: 18 janeiro 2018.

ELZABETH, E. **Empreendedorismo social: perspectivas para o desenvolvimento social das organizações.** (2004) Disponível em:
<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/86712/204302.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
Acesso em: 18 janeiro 2018.

GEMAEL, C. **Introdução ao ajustamento de observações: aplicações geodésicas.** Curitiba: Editora da UFPR, 1994. 319p.

IBGE. SIRGAS – **Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas.** Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geodesia/default_sirgas_int.shtm>. Acesso em: 18 janeiro 2018.

JACQUES, Louis. **Entendendo os empreendedores como visionistas,** 2004. Disponível em:
<http://gorila.furb.br/ojs/index.php/rn/article/view/288/275> Acesso em: 18 janeiro 2018.

LAKATOS, E. M. MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica.** Ed. 5. São Paulo. Editora Atlas, 2003.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 2003.

MARQUES, E. **Empreendedorismo social no brasil: atual configuração, perspectivas e desafios.** Disponível em:
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1143900/mod_resource/content/1/Empreendedorismo%20social%20no%20Brasil%20_%20atual%20configura%C3%A7%C3%A3o.pdf Acesso em: 18 janeiro 2018.

PEABIRU, PREFEITURA. **Projeto Caminhos de Peabiru ganha prêmio estadual.** Disponível em:
<http://peabiru.pr.gov.br/index.php?sessao=b054603368vfb0&id=1342908>.

PEREIRA, D. A. **As contribuições do estudo do caminho de peabiru como objeto de desenvolvimento do turismo.** Disponível em:
<shttp://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewFile/2524/2048>

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas.** São Paulo. Editora Atlas, 1985.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo. Editora Atlas, 1987.

TRIBUNA DO INTERIOR. **Acqua Trekking reuniu cerca de 600 pessoas e movimentou Peabiru.** Disponível em: <https://www.tribunadointerior.com.br/noticia/acqua-trekking-reuniu-cera-de-600-pessoas-e-movimentou-peabiru>.

SIMULACROS E DISCURSOS CONTEMPORANEOS DA ESTÉTICA KITSCH NA DANÇA/CORPO

Gabriel de Paula
Unespar/Campus Curitiba II, gabrieel.gdp@gmail.com
Gisele Onuki (Orientador),
Unespar/Campus Curitiba II, gionuki@gmail.com

INTRODUÇÃO

Conectado em minha conta do *Facebook*, eis que no meu *feed* de notícias, aparece um vídeo da página da revista *ELLE*, intitulado “*The It Girls Of The 1950s*”, com 51 segundos de duração, trazia as musas do cinema norte americano da década dos anos 1950. Entre as beldades estavam Audrey Hepburn¹⁵⁴, Grace Kelly¹⁵⁵, Dorothy Dandridge¹⁵⁶ e enfim, Jayne Mansfield¹⁵⁷, mas devo sublinhar que o que me acometeu foi o instante da aparição da última artista citada, em específico o “flagra” onde seu cabelo era escovado. Eu não a conhecia, muito menos sobre o que se tratava aquele vídeo e o por que dele ter me causou frisson. Ali iniciou tudo, eu estava no segundo ano da minha graduação em Dança, e pensei: como eu posso aproximar, vincular aquele vídeo da artista estadunidense Jayne Mansfield nas minhas abordagens e lógicas em Dança?

Para contextualizar, o ano é 1957, e a então “*sex simbol* do momento”, a artista estadunidense Jayne Mansfield, está de passagem por Washington DC. O vídeo em questão se trata de uma aparição pública com sua equipe, onde a artista aparece com seu cabelo sendo escovado em uma escadaria, rodeada por inúmeras pessoas, sendo fãs, curiosos e jornalistas, com a duração de 16 segundos. A artista é considerada um dos principais ícones da cultura pop dos anos 50 e 60 nos EUA¹⁵⁸, o que me chama a atenção sobre a personalidade de Jayne Mansfield vai além dos seus feitos artísticos como atriz e musicista, ou seja, do corpo que ali se apresenta, do involucro criado em torno da artista, a qual claramente se identifica como o corpo glorificado (SANTAELLA, 2004).

Ao longo do século XX, por meio das tecnologias da propaganda e do *marketing*, tem sido desenvolvido aparatos psi para compreender e agir sobre as relações entre pessoas e produtos em termos de imagens do eu, de seu mundo interior, de seu estio de vida e, sobretudo, do seu involucro corporal. (SANTAELLA, 2004, p.126)

E continua,

¹⁵⁴ Audrey Hepburn (1929-1993) foi uma atriz belga.

¹⁵⁵ Grace Kelly (1929-1982) foi uma atriz norte-americana.

¹⁵⁶ Dorothy Dandridge (1922-1965) foi uma atriz norte-americana.

¹⁵⁷ Jayne Mansfield (1933-1967) foi uma atriz norte-americana.

¹⁵⁸ <https://filmow.com/jayne-mansfield-a174235/>

São de fato, as representações nas mídias e publicidade que tem o mais profundo efeito sobre as experiências do corpo. São elas que nos levam a imaginar, a diagramar, a fantasiar determinadas existências corporais, nas formas de sonhar e de desejar que propõem. (idem)

É esse o contexto que localizo o vídeo, pois temos a presença desse corpo das mídias, que atende à lógicas midiáticas¹⁵⁹, que é o que me fascina e me possibilitou criar um vínculo com o vídeo e a artista, por meio de uma mediação simbólica entre o eu artista com o corpo da artista. Com isso, numa busca em guiar uma discussão sobre tais elementos (“corpo midiático” e características da estética Kitsch – exagero, cópia, perda da função original e o uso do espaço errado pelo objeto) aplicados em Dança, cheguei à estética Kitsch, sob a hipótese articulada de que, quando a Experiência Estética (GUMBRECHT, 2010) confere, sob propósito, valor dramático ao contexto de sua ocorrência, tratando a mediação simbólica entre o eu artista e a artista do vídeo, ampliam-se as chances de se produzir uma potente fonte para criação de um processo metodológico de análise em dança sobre o como a estética Kitsch é aplicada, mesmo que inconscientemente, nos trabalhos artísticos na contemporaneidade e no desenvolvimento de meus trabalhos artísticos/dramáticos.

Dessa forma, fica instaurada a problematização da experiência do corpo na mediação simbólica entre o eu artista com o vídeo e a compreensão da Dança como um modo possível de desencadear novos arranjos da organização dessa experiência. Para tanto, a pesquisa tem como objetivo o aprofundamento teórico sobre a estética Kitsch e seus processos de reverberação em termos de experiência estética. Este fragmento de um “flagra” de um momento da atriz, faz me questionar sobre como este momento filmográfico reverbera em meu processo de escrita e criação em Dança. O vídeo em si não é considerado Kitsch, porém carrega em si algumas características que permitem que o analisem sob vieses da estética que determinam o Kitsch.

Segundo pesquisa realizada no Banco de Teses da Capes¹⁶⁰ e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, com os termos “Estética kitsch” e “Dança”, certificou-se a inexistência de trabalhos acadêmicos que abarquem a temática Estética Kitsch na Dança, com filtro entre 2009 a 2018, na área de conhecimento Artes, com área de concentração Dança, gerou nenhum registro.

¹⁵⁹ A mídia constitui-se num dos principais meios de difusão e capitalização do culto ao corpo como tendência de comportamento (CASTRO 2003: 31). De um lado, a mídia, de outro lado, a indústria da beleza são aspectos estruturantes da prática do culto ao corpo. O culto ao corpo, é segundo Castro (2003, p.15), um “tipo de relação dos indivíduos com seus corpos que tem como preocupação básica seu modelamento a fim de aproximá-lo, o mais possível do padrão de beleza estabelecido”. A palavra de ordem está no corpo forte, belo, jovem, veloz, preciso, perfeito, incredivelmente perfeito.

¹⁶⁰ Banco de Teses: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/> e Biblioteca Digital Brasileira <http://bdtd.ibict.br/vufind/Search/Results?lookfor=%22Est%C3%A9tica+Kitsch%22+%22Dan%C3%A7a%22&type=AllFields>

Em pesquisa realizada na plataforma Google Acadêmico¹⁶¹, apresentamos o quantitativo de pesquisas publicadas entre 2009 a 2019, relacionadas com as palavras-chaves que seguem:

- Estética Kitsch – 426
- Dança Kitsch – 0

Perante esses dados, a presente pesquisa, se apresenta com caráter pioneiro ao pretender-se guiar uma discussão sobre a estética Kitsch no Corpo, suportado por autores como Cristina Segâ (2008) na questão da estética Kitsch e comunicação; Hans Ulrich Gumbrecht (2004) para aportar sobre experiência estética; Jean Baudrillard (1981) e Sylvia Demetresco (2014) para conferir embasamento sobre simulacro e vitrina. Tais autores são centrais para gerar pontes que possam conectar o entendimento e possibilidades de abordagens e lógicas de criação acerca da estética Kitsch na contemporaneidade na Dança.

O QUE É KITSCH?

Podemos começar com um questionamento: você já ouviu ou se referiu sobre algo sendo apontado como Kitsch? Se sua resposta for sim, peço que revise esse momento e reflita sobre qual foi o objeto ou a situação que desencadeou a evocação do Kitsch, caso nunca tenha ouvido falar sobre, gostaria que soubesse que o Kitsch em si não é uma coisa – são várias coisas; e que há todo um universo Kitsch bem ao nosso redor, sendo este um dispositivo que capta, orienta, determina e modela - gestos, opiniões, modos e discursos de nós, seres vivos. Também podem ser objetos, situações, modos de ser e agir, entre outros, tal como argumenta Moles¹⁶² (1975, p. 28-9): “há algo de kitsch no fundo de cada um de nós”. Bom, para iniciar, saibamos que a palavra “Kitsch” tem sua origem no vocabulário alemão, do verbo *kitschen/verkitschen* (trapacear, vender alguma coisa em lugar de outra) e o termo kitsch adquiriu o significado de "falsificação" a partir de 1860. Com mais de um século de existência, há muita confusão ainda ao se referir sobre o que vem a ser ou é Kitsch.

O que se sobressai comumente é a sua interpretação/vinculação a algo *brega*, ou seja, algo relacionado ao mau gosto. Porém, mesmo que haja essa atribuição do conceito de mau gosto ao Kitsch, esse mau gosto nem sempre é evidente aos olhos de quem o consome ou faz uso do Kitsch. Afinal, quem não gostaria de possuir o último lançamento de *smartphone* da marca *Apple*, o iPhone? O mesmo pode-se considerar uma manifestação Kitsch, afinal, o produto, em especial na América¹⁶³, carrega em si (além de suas funcionalidade encontradas facilmente em outros produtos similares e mais baratos) uma simbologia

¹⁶¹ Disponível em <http://scholar.google.com>

¹⁶² Abraham Moles (1920-1992), foi um francês, doutor em Física e Filosofia, autor do livro - O kitsch: A arte da felicidade.

¹⁶³ <https://www.fluentco.com/resources/can-apple-justify-hiking-up-the-iphone-8-price/>

muito forte vinculada ao ser “exclusivo” mesmo esse sendo fabricado/vendido a larga escala para as massas, porém, ao ser vendido por um valor e tendo uma maior valorização no mercado, faz com que diversos consumidores o deseje incansavelmente, pois o produto tem uma alta carga de sedução. Seria este o ponto de pensarmos e confirmarmos que o produto imputa um sentimento de exclusividade ao invés de ser vendido como “exclusivo”? Talvez o ponto seja o contrário, mais ligado aos afetos/efeitos do que pela “exclusividade/qualidade”.

Perpassamos assim *os efeitos e afetos* presentes nas manifestações kitsch que esses objetos/attitudes carregam em si, esses efeitos e afetos estão presentes fortemente em manifestações Kitsch, assim sendo, pensemos que o que está em jogo é a mediação simbólica entre o usuário/sujeito e o objeto/atitude em questão. De certa forma, pode-se considerar um objeto kitsch se ele apresentar uma ou mais das seguintes características, conforme elencadas pela autora brasileira Christina Segal¹⁶⁴, em seu livro *O kitsch e suas dimensões*: 1) imitação - de uma obra de arte ou de um outro objeto; 2) exagero - na linguagem visual ou na linguagem verbal; 3) ocupação do espaço errado, não convencional; 4) perda da função original. Interessante pontuar que o *Kitsch* é uma expressão essencialmente figurativa, sendo difícil detectá-lo nas artes abstratas, pois este depende de um conteúdo narrativo para exercer seu efeito. Do ponto de vista da produção artística, além da tipologia apresentada, haveria uma diferença de intencionalidade e de especificidade do processo de criação entre o objeto kitsch e a obra de arte. Uma obra artística pode apresentar elementos que configurem uma manifestação/uso Kitsch, porém o que canaliza se poderemos considerar ou não essa obra Kitsch será o conteúdo narrativo apresentado dessa obra. A escolha do Kitsch por um artista como forma de expressão de sua Arte, pode ser utilizado por razões contestatórias ou mesmo por simples deboche, isso acontece quando o artista o usa em sua consciência.

O conceito de kitsch ganhou uma dimensão que extrapolou o próprio conceito de arte, fazendo outros percursos e se infiltrando em diversos seguimentos de manifestações artísticas. A grande responsável por sua propagação foi a indústria cultural, que reproduzia em série as obras de arte para agradar ao gosto da classe média burguesa, perdendo com isso o grau de autenticidade dessas obras. (SEGA, 2008, p. 16)

Pode-se considerar que o kitsch não se encontra apenas na esfera artística, religiosa e afins, mas sim em qualquer expressão ou manifestação popular, que faz gerar um certo desejo “fugaz” por algum objeto, seja ele concreto ou simbólico/abstrato.

O KITSCH ENQUANTO EXPERIÊNCIA ESTÉTICA

¹⁶⁴ Docente da Faculdade de Comunicação (Publicidade e Propaganda) na Universidade de Brasília(UnB). Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade Nova de Lisboa-PT.

Ao considerar a experiência estética como uma interrupção do cotidiano, Hans Ulrich Gumbrecht (2006) acredita que esses momentos de experiência acontecem na modalidade de pequenas crises, estranhamentos da experiência comum, ou seja, desvios das normas em que o indivíduo está acostumado a viver. O Kitsch vem como uma possível resposta às demandas do cotidiano, sejam artísticas ou não, desde o uso de uma garrafa como suporte para uma vela porque acabou a luz, ou como Gumbrecht (2006) em seu artigo intitulado ‘pequenas crises, experiência estética nos mundos cotidianos’ apresenta como exemplo desse tipo de pequena crise os ornamentos realizados na ponta dos rolos de papel higiênico pela equipe da limpeza dos hotéis, que esse hábito teria surgido sob a influência do origami japonês, enquanto uma interpretação mais pragmática defende a posição de tais ornamentos ajudarem (função) o pessoal de limpeza a prever a troca dos rolos de papel higiênico, os quais quebram o fluxo habitual da rotina. Além disso, a experiência estética depende da oscilação entre efeitos de sentido (significação) e de efeitos de presença (sentidos) (GUMBRECHT, 2006). Sobre funcionalidade, o Kitsch se apresenta como criativo e pragmático, conforme SEGÂ (2008):

A maioria diz que o kitsch não é funcional; mas ele é sim. Sua característica universal de funcionalidade é inerente a ele, já associada ao seu valor de uso. O que ocorre é que ele muda da função original para uma segunda função totalmente diferente da primeira e seu uso vai depender do grau de utilidade que ele possa ter em determinada situação (SEGÂ, 2008, p.10)

Pensemos o uso do carrinho de pedreiro, que deixa de ter sua função de objeto de trabalho e passa a ser um objeto de decoração num jardim de uma casa (Imagem 01), ele não deixa de ter uma função, apenas assume uma diferente da sua primeira, e que por vezes faz com que o passante, ao se deparar com o objeto, evoque uma experiência estética que por vezes, dificilmente haveria se o indivíduo passasse por alguma construção civil (imagem 02), que seria o lugar/função de origem desse objeto.



Imagem 01



Imagem 02

Fonte: Banco de imagens do autor

Gumbrecht pontua quatro momentos para refletir sobre a experiência estética que nos rodeia em ocasiões do cotidiano, que esses tipos de "experiência estética na vida cotidiana" compartilham é sua

condição de “excepcionais” dentro de um contexto maior, talvez em sua grande maioria, nada mais além do que manifestações Kitsch. Seriam, portanto, esses quatro momentos:

- 1) o conteúdo da experiência estética: Caracterizado como sendo os “sentimentos íntimos, as impressões e as imagens produzidas pela nossa consciência” (GUMBRECHT, 2006, p.54), em relação ao vídeo da artista Jayne Mansfield (objeto) a experiência estética despertou em mim *insights* para a busca pelo entendimento desse “desvelamento”, “conceito” e sua “aparência”, características essas que desvinculado do seu contexto, encontram-se presente como poética no meu discurso performático em Dança.
- 2) os objetos da experiência estética: Compreendido como as “coisas suscetíveis de desencadear tais sentimentos, impressões e imagens” (idem, p.54). Quanto a esta pesquisa, refere-se aos elementos presentes nas narrativa, tais como os simulacros da figura humana (manequins) as vitrinas, os elementos dramáticos de minha dança (vestimenta, luz, elementos cênicos, logicas de movimentação e etc...) e a própria estética kitsch e suas configurações tratadas no âmbito do corpo/atitude, as coisas suscetíveis desse desencadear de sentimentos, afetos e efeitos.
- 3) as condições da experiência estética: Aqui, Gumbrecht refere-se aos estados, aspectos necessários ou não, importantes para que a experiência estética ocorra, onde pontua o “desinteresse” como exemplo, a distância de “propósitos práticos” daquela “coisa” “objeto” em si, que irá causar um deleite/fruição ou mesmo certo “repudio” “afastamento” de ou para nós.
- 4) efeitos da experiência estética: Aqui literalmente as “consequências”, efeitos/afetos que ficam ou surgem para além dessa experiência estética, que nesse caso, se é a presente pesquisa, a configuração/fala dramática do meu corpo em Dança, o que vem se formulando e atualizando além da fruição estética (apreensão de sentidos e significados).

As consequências e as transformações decorrentes da experiência estética, que permanecem válidos além do momento exato em que ocorrem.” (GUMBRECHT, 2006, p. 54)

Considero toda a presente pesquisa como exemplo do que Gumbrecht nos fala sobre efeito da experiência estética, que nesse caso desencadeada pela fruição do vídeo da artista Jayne Mansfield. Com isso, em síntese, Gumbrecht formula uma questão paradoxal: é possível uma experiência estética no cotidiano? E eu complemento, seria a estética Kitsch, as experiências Kitsch, tão familiar e recorrente a nós que nem a reconhecemos conscientemente, devido nosso excesso de intimidade? E o quanto ela está presente e manifesta em inúmeras possibilidades, concretas e abstratas da nossa vida, e em específico na presente discussão, nas abordagens e lógicas de criação e dramaturgia em Dança?

SIMULACRO E DISCURSOS CONTEMPORÂNEOS DA ESTÉTICA KITSCH NA DANÇA/CORPO.

Um passeio agradável numa tarde calorosa, em um shopping ou uma rua comercial, com lojas, lojas essas que apresentam universos próprios, universos paralelos ao nosso, porém é esse universo que buscamos e somos atravessados, o da vitrina! Vitrinas essas que expõe um corpo, um corpo que não é o meu corpo ou seu corpo, um corpo que não tem uma identificação, mas ele carrega, apresenta e encena em si todo um universo que nos sensibiliza e seduz, esse é o simulacro da figura humana representado pelo manequim.

O simulacro da figura humana representado pelo manequim complementa a identificação do passante diante da vitrina e faz-se pela imagem apresentada na encenação, ou por seu reflexo no vidro. Dois momentos de ver-se ou do querer ser visto apresentam-se no cenário da vitrina, tornando-se uma constante esta modalidade do ser/parecer. (DEMERESCO, 2014, p. 33)

Essa modalidade do ser/parecer faz com que se crie uma percepção do corpo humano de uma forma expressiva sensível de identificação, porque num discurso como esse, existem várias articulações presentes, sejam elas comunicativas, expressivas, figurativas, fetichistas ou lúdicas. E há muito de kitsch presente nesses cenários e o corpo manequim, na construção desses discursos. Como já vimos, nas manifestações kitsch, tem como uma de suas características mais explícitas, a busca pelo efeito da “coisa” maior que a própria “coisa” em si, quando o sujeito ao não poder possuir tal objeto/coisa faz uso de algo “similar” para atender ao que se deseja, sem muita preocupação com o como isso se dá, atendendo ao princípio do conforto, esse que se apresenta nas manifestações kitsch, ao não requerer muito de seu usuário/sujeito.

O que está em jogo é o efeito e a solução da demanda do momento, e isso não é diferente no universo da vitrina e com o próprio corpo simulacro do manequim, que tem por missão representar/vender o que se é proposto sem pestanejar, onde no seu corpo, por vezes sem um gênero, liso que está a serviço de uma representação é utilizado e moldado a bel prazer de quem o faz. A exemplo, trago essa vitrina da loja da marca de luxo HERMÈS¹⁶⁵ (imagem 3), em Lisboa - Portugal, que teve como temática o “tropical”.

¹⁶⁵ **Hermès** é uma empresa francesa fundada em 1837 por Thierry Hermès como produtora de arreios para cavalos. Ao longo do tempo passou a produzir diversos produtos de luxo. A marca é uma das marcas de roupas e acessórios mais valiosas do mundo, segundo o ranking Brandz, avaliada em 19,8 milhões de dólares.



Imagem 03

Fonte: Banco de imagens do autor – vitrina da loja Hermès em Portugal (2013)

A proposta da vitrina e do simulacro ali presente é o de representar e causar efeito de um universo tropical, com frutas, folhagens, que remete a coleção que a marca está vendendo. Facilmente observamos características kitsch no espaço ali representado pelo manequim na vitrina, a cópia dos elementos ali presentes, que não são frutas e nem representam com exatidão as características dos mesmos (abacaxi e melancia) como tamanho real e formatos, tão pouco o simulacro da figura humana ali representado por um corpo branco, sendo que predominantemente em países tropicais sua população é bronzeada e com a pele escura.

O que se busca é a sofisticação de uma temática predominantemente identificável como popular, sem a necessidade de um rigor e ou requinte, mas sim a leveza e simplicidade. O uso do espaço errado, também pode ser apontado, pois há um deslocamento do espaço das frutas para exercer uma função/efeito diferente daquele primário que seria o de alimentação, mas sim para o simples uso a bel prazer de uma coleção de uma marca de luxo com a temática “tropical”, os elementos das frutas, afinal mais sentido se daria encontra-las em quermesses, mercados e feiras destinadas a alimentação do homem. Ou seja, outra característica do kitsch - a perda da função primária/original do objeto¹⁶⁶, que seria a alimentação, para exercer uma segunda função que aqui é a de ser objeto de adorno para complementar o discurso da vitrina e ser apreciada pelos passantes, que precisam junto ao simulacro seduzir esse passante para ele se sensibilizar, deixar-se seduzir e consumir o produto da marca.

Os manequins estão presentes exatamente para transformar um conjunto no qual eles são um dos suportes que visam sensibilizar o observador e fisgar o olhar, por todas essas pequenas facetadas que estão presentes no consciente e no inconsciente humano. (DEMETRESCO, 2014, p. 34)

¹⁶⁶ Objeto aqui tratado no sentido de tudo aquilo que nos relacionamos.

A experiência estética aqui também se manifesta de forma curiosa, afinal você encontrar um abacaxi, melancia na feira do seu bairro, provavelmente não causará a mesma percepção e sintetização ao encontra-lo na vitrina da loja Hermes, em Lisboa.

A presença dessa parte pelo todo (metonímia) faz com que o observador entre em conjunção comunicativa com o discurso da vitrina e sensibilize-se. Isso confirma que a percepção do corpo humano em relação a outro corpo humano, aqui do manequim, cria uma forma expressiva sensível de identificação, porque, num discurso como esse, existem várias articulações presentes, sejam elas comunicativas, expressivas, figurativas, fetichistas ou lúdicas. (idem, p. 33)

O que acontece nesse caso, realmente é uma apropriação de elementos comuns que deixam de exercer aquilo que foram criados e passam a ser elementos importantes na construção de um discurso que visa o consumo, são estetizados e assumem um outro lugar, lugar esse que agora não está no dia-a-dia, como alimento e/ou ambiente que é o lugar nativo de uma população (função primária), mas sim num universo paralelo, o da vitrina (função secundária). A problemática lançada aqui é refletirmos, que corpo/espaco é esse, o que esse corpo/espaco comunica e aonde se encontra esse corpo/espaco? Será que ele está limitado ao inanimado corpo “assexuado” do “maneco” ou ele já saiu, libertou-se da vitrina e assumiu as ruas, e se encontra aos nossos próprios simulacros, afinal nós somos nossos próprios simulacros?

Em *Simulacros e Simulação* (1981), conceito formulado por Jean Baudrillard, trata das noções de realidade na contemporaneidade, sobre o sistema hegemônico que transforma os valores: impõe a cultura do simulacro, em que o sentido da existência é irreal, é simulado, em que o real é perdido, os significados são acabados pela saturação dos signos. No sistema hegemônico, devemos todos, sob pena de repressão social, ter uma posição; no trabalho como na praia, na sociedade como em frente à TV. O sistema nos adestrrou para entendermos que o trabalho, a tecnologia, a cultura da informação, o lazer, são cobiçáveis. Fomos retribalizados (Baudrillard, 1981) segundo o que consumimos. As pessoas são cópias de outras pessoas e, no tempo, uma cópia de si mesmo. Somos todos replicantes.

O autor define o simulacro como algo “nunca mais passível de ser trocado por real, mas trocando-se em si mesmo, num circuito ininterrupto cujas referência e circunstância se encontram em lado nenhum.”(BAUDRILLARD, 1981, p.13) Desse modo, o simulacro não é algo que está fora da realidade ou que constitui uma outra realidade, mas faz parte do real e é embasado nele que pode ser classificado como simulacro. Em suas análises, Baudrillard sempre dá destaque à televisão através da qual há a produção e reprodução exagerada de imagens, signos e mensagens que criam uma sucessão infinita de simulacros e simulação, o que acaba descaracterizando os significantes com a realidade estetizada e causando a perda da noção de uma realidade concreta.

Sylvia Demetresco nos traz que seria o manequim o simulacro da figura humana, esse que “complementa a identificação do passante diante da vitrina e faz-se pela imagem apresentada na encenação, ou por seu reflexo no vidro.” (DEMETRESCO, 2014, p. 33). É esse corpo que estou me aproximando ao discorrer dessa pesquisa, para trata-lo no âmbito da construção dramatúrgica do meu corpo kitsch, da atitude kitsch, que está também aos elementos visuais, musicais, cinestésicos, entre outros, numa espécie de “encorporamento” onde esses elementos serão em parte incorporados simbioticamente pelo corpo, tornando-se ao todo um único corpo, que é propriamente o corpo, resultado dessas ressignificações e deslocamentos que transitamos ao decorrer de nossas vidas. A potência do corpo kitsch na/que dança se encontra justamente na atitude kitsch, que se refere a essa estética que faz o uso, mas ao mesmo tempo se desprende do objeto (visual, sonoro, e etc.) e passa a estar impregnado, tatuado no corpo, com e pelo corpo, pois o próprio corpo faz o uso e assume esse uso, em seu andar, se portar e se fazer presente.

O kitsch é uma mistura divertida de vários elementos, geralmente com o único propósito de ornamentação. Sobrepõe materiais, estilos artísticos, cores e estampas de uma forma harmônica e irreverente. Nessa combinação, não existem regras. Vale misturar, no mesmo ambiente, anjinhos barrocos, cópias de quadros de Picasso, imagens de santos, bonequinhos de plástico e mais o que der na cabeça. É a idéia do “so-bad-it’s-good” que faz do kitsch a arte da alegria e da embriaguez dos sentidos. (BELTRÃO; WAECHTER, 2008, p. 02)

Assim como pontua Moles (1971), que diz que o kitsch é uma atitude. Atitude de uma sociedade diante dos seus objetos de consumo. Com certeza, esse corpo/atitude kitsch está muito próximo e presente da realidade das formas/performers/trabalhos em Dança, e contribui para a configuração lúdica, sedutora e por vezes original da presença e efeito do discurso poético desses corpos.

ESTÉTICAS E ATITUDES KITSCH NA DANÇA

A Dança é uma comunicação inteligente do/com o corpo, ela é um comunicar-se que entra em ação, fazendo o uso por inteiro e completo ao expelir/expressar o que se pretende comunicar, repleto de elementos visuais, orais, auditivos, táteis e cinestésicos. Então, tratando-se de uma forma de comunicar-se, façamos uso dessa comunicação para expressarmos o que queremos expressar, comunicar-se com o corpo, manifestar-se com o corpo, assumir-se com o seu corpo. E eu escolho comunicar-me com a estética Kitsch, com todas suas características (cópia, exagero, perda da função original e uso errado do espaço), implícitas e/ou explícitas nos movimentos do corpo, no figurino desse corpo e/ou no espaço/cenário que esse corpo se encontra, afinal há toda uma construção dramatúrgica ao se fazer

Dança, e é nessa construção que me apporto para desbravar as possibilidades que a estética Kitsch nos oferece.

Junto a escolha de dois¹⁶⁷ trabalhos artísticos “Promenade” e “Tá com dólar tá com Deus”, ambos trabalhos presentes no Festival Vídeo Dance, do qual recebe e premeia os melhores vídeos dança. Promenade (imagem 04) trata-se de um videodança realizado na “*Curutchet House*”, que localizada na Argentina, foi construída no ano de 1955, a pedido do médico argentino Pedro Domingo Curutchet, que a construiu com a finalidade de residência para sua família e atuar com seu consultório médico, porem o que a fez se tornar famosa foi a escolha do proprietário que decidiu contratar Le Corbusier¹⁶⁸ como arquiteto da casa. Le Corbusier foi considerado um dos mais importantes arquitetos do século XX, a Casa Curutchet é a única obra de Le Corbusier construída na América Latina, apesar de suas muitas tentativas, projetos, e visitas a diversos países da América Latina. A residência reúne ainda os cinco pontos da arquitetura formulados pelo arquiteto franco-suíço: planta livre, fachada livre, janela em fita, construção sobre pilotis, teto jardim. No ano de 1987 foi declarada monumento nacional e atualmente é a sede do CAPBA¹⁶⁹.



Imagem 04



Imagem 05 – 6:00 min

Fonte: Screenshot do vídeo “PROMENADE”

Rever o contexto da obra é um caminho para percebermos elementos intrínsecos da presença do Kitsch no trabalho, sendo um espaço criado originalmente para servir como uma residência familiar e um consultório médico, e sendo atualmente sede de uma escola de arquitetos, ao nos depararmos como cenário de uma performance/intervenção artística, percebemos a característica da *perda da função original*, isto é, quando um objeto/espaço deixa de exercer sua função primária e adota uma segunda função, essa que no trabalho é a de cenário e dispositivo para o desencadear do videodança e o mover dos corpos das artistas, que é uma ressignificação momentânea e existe durante o acontecimento da obra

¹⁶⁷ “Promenade” e “Tá com dólar tá com Deus”, disponíveis em: youtube.com.br/videodancefestival.

¹⁶⁸ Charles-Edouard Jeanneret-Gris, mais conhecido pelo pseudônimo de Le Corbusier, foi um arquiteto, urbanista, escultor e pintor de origem suíça e naturalizado francês em 1930.

¹⁶⁹ Colégio de Arquitetos da Província de Buenos Aires desde 1992.

artística. A exemplo, temos esse momento do trabalho (06:00 min – Imagem 5) onde a ação das performers transpassa em um corredor da casa, o corredor tem como função e é um espaço de passagem, não de permanência, e justamente temos a permanência sendo explorada pelas performes, num espaço onde se é de caminho.



Imagem 06. (04:14 - 04:30)
Fonte: Screenshot do vídeo “PROMENADE”

Nesse momento as performers literalmente se aproximam da ação do abrir e fechar da madeira (imagem 06), incorporando a ação/função do objeto em seus corpos, as manifestações Kitsch tendem a acontecer na esfera do inconsciente, e não percebida (por vezes) pelo usuário/sujeito, dado ao seu imenso grau de familiaridade com a coisa/objeto/situação nesse caso a ação/atitude. Há uma resignificação naquele momento na função desse espaço da casa, que perpassa desde o seu contexto inicial, onde deixa de ser um lugar que foi para moradia e ou como atualmente uma escola de arquitetos e esse torna-se um espaço para uma manifestação artística de corpos dançantes que problematizam o espaço como bem colocam, assumem e buscam novas leituras para o espaço arquitetônico da casa, nas dimensões funcionais, simbólicas e poéticas da arquitetura.

‘Tá com dólar, tá com Deus’ é um audiovisual que aborda de maneira performática, reflexões sobre o cotidiano contemporâneo a partir de uma experimentação estética que reproduz a descartabilidade dos personagens. A obra recria um universo típico dos anos 1950, com um misto de Dança e Teatro, e esse universo mostra-se um dos responsáveis pelo Kitsch do trabalho, onde encontramos máquinas de escrever, vestimenta dos personagens e até mesmo a música/letra que trata com ironia nos seus versos sua temática. Se pensarmos que foi justamente nos anos de 1950 que o dólar obteve sua ascensão cambial se tornando uma das principais e mais valiosas moedas até os dias de hoje, e o reavivamento desses elementos dessa época que hoje estão em desuso, nos dá esse gostinho de nostalgia de uma época não tão distante com ironia.



Imagem 07 – 00:11 min



Imagem 08 – 02:30/02:45 min

Fonte: Screenshot do vídeo ‘TÁ COM DÓLAR, TÁ COM DEUS’ (2019)

Durante todo seu enredo, há um elemento excessivamente presente (que coerentemente) faz sentido ao percurso performático do trabalho, onde temos um “personagem”, onde se é abordado como “descartável”, que está a todo o tempo sorrindo (Imagem 07). Sutilmente podemos indicar que há um exagero presente nesse elemento (sorriso), que flerta com essa característica (exagero) em quase todo desenrolar dos personagens/performes do trabalho, há esse princípio de acumulação ou frenesi ao observarmos a rotina que busca acidamente criticar a “descartabilidade” do homem contemporâneo, o mesmo deboche dessa “vida contemporânea civilizada”, que acaba por induzir o personagem a um estado de exaltação, atividade intensa da rotina que o leva ao “colapso”, que podemos perceber que foge a um objeto em si e **incorporasse** numa **atitude kitsch** que está atrelado ao corpo do personagem em sua gestualidade/presença. Aos 02:30 min podemos perceber o elemento presente do cenário/espço da vitrina, a vitrina é um universo que nasce da necessidade humana em se fazer atrair, ou seja, da comunicação visual, dois momentos permeiam o cenário da vitrina, de ver-se ou do querer ser visto, tornando-se uma constante esta modalidade do ser/parecer. Assim notamos um olhar exteriorizado e um olhar interiorizado (imagem 08), dois olhares diferentes: num primeiro momento, o de quem olha de fora para dentro da vitrina, procurando por alguma coisa, e num segundo momento, o de quem olha de dentro da vitrina para fora, observando como o mundo reage ao olhar para dentro.



Imagem 09 - 02:30/02:45 min

Fonte: Screenshot do vídeo ‘TÁ COM DÓLAR, TÁ COM DEUS’ (2019)

Os performes assumem uma estética que podemos chamar de “bonecos” “manequins”, que são em nossa realidade, seres inanimados que são moldados a bel prazer de quem os controla (Imagem 09), e por mais que sejam ‘inanimados’ eles têm imenso poder de sedução e exercem um papel fundamental no cenário da vitrina como bem coloca a autora Demetresco (2014).

Os manequins colocados no cenário da vitrina, ao aproximarem o ser humano de seu simulacro, carregam consigo um universo inteiro de sentido. A encenação só é produtiva porque tem o propósito de fazer com que a percepção cognitiva e a percepção sensível do observador se cruzem para criar uma identificação; essa é a razão de ser utilizado o simulacro do corpo humano para indicar, significar e traduzir modos do ser. (DEMETRESCO, 2014, p 35)

Com isso sutilmente instaura-se a presença do Kitsch nesses (e tantos outros) trabalhos, que por vezes, ao buscarem os elementos, formas, objetos e efeitos de seus discursos, suas proposições artísticas, acabam por fazer inconscientemente o uso das regalias do imediatismo e do Afeto/Efeito que o Kitsch nos oferece tão magistralmente. Com isso, chegou-se ao momento de desenvolver e o refletir desses elementos/configurações reunidos, com a seguinte questão norteadora: Como estas lógicas se configuram em meu trabalho corporal/artístico? Pois bem, percebeu-se que se organizam e configuram-se como um “corpus de informação”, em uma relação simbólica de troca/trocadas, com respostas simultâneas, onde difícil se é identificar por vezes um emissor/receptor de um lado e de outra da mensagem, contudo em busca de decifrar de maneira unívoca e em articulação com um discurso comunicativo, expressivo, figurativo, fetichista e lúdico!

A ideia de que a partir da fruição de um vídeo conectado em uma rede social, pudesse reverberar em uma experiência estética que ressoaria numa junção discursiva/performativa contemplando uma estética kitsch em Dança, me faz perceber o quão potente e presente se é essas manifestações em torno de criações e configurações dramáticas, perceber e aproximar antes de tudo a minha personalidade no tecer desses conectores de pensamentos, conceitos em corpo/dança, tornou toda discussão próxima. Ao compreender o modo como se constituem e manifestam-se a estética kitsch, os simulacros e as experiências estéticas enquanto comunicação, foi possível estabelecer a dança como um importante elemento/artifício da área. Isso porque é possível conferir que os trabalhos dramáticos de dança (ênfase aos citados na pesquisa) se estabelecem como produções de sentido e presença, ao constituírem-se a partir de interações entre sujeitos (corpos propositores, coreógrafos, público e espectadores) e configurados por objetos/elementos (por vezes “saturados”, “copiados” que dão conta dos afetos/efeitos que se buscam em seus discursos/poéticas) e ressoam num apreender e interpretar as situações do mundo, relacionando-as às nossas experiências de vida, em um contexto sobre o qual atuam e do qual recebem reflexos.

CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Apesar do estudo aqui realizado ter dado importantes contribuições para a comunicação, em especial ao guiar-se uma discussão acerca da estética kitsch na dança/corpo, se é necessário enfatizar que vários outros aspectos poderiam ser analisados na discussão e dos trabalhos aqui expostos. No entanto, pelo fato de este ser apenas uma pesquisa de iniciação científica, deixo aqui apenas algumas reflexões com a intenção de mover/inspirar outros trabalhos sobre a estética, e, principalmente, trabalhos que ampliem o campo comunicacional que é a Dança para uma visão que vá além dos vieses por vezes “tradicionais” de perspectivas que já estão presentes e por vezes “sacramentadas”. A presente pesquisa irá se desdobrar em meu trabalho de conclusão de curso (TCC), como um “além/pós” de toda a discussão teórica, buscando-se pôr em corpo/movimento e configuração dramatúrgica todos esses elementos, e além, pensando o que disso tudo ressoa e (possivelmente) surge, enquanto percepção minha, dos elementos constituintes da estética kitsch e simulacros observados, analisados, lidos por mim. O desdobrar dessa pesquisa irá buscar configurar-se em uma “instalação performativa” que irá explorar três momentos em três espaços diferentes. O primeiro será com a exposição de fotos de um ensaio fotográfico na temática da estética kitsch em conjunção ao do simulacro da figura humana (manequim). O segundo será a exposição de uma projeção de um vídeo dança, do qual será produzido/performado por mim, com audiovisual, dentro da temática da pesquisa. O terceiro será do meu corpo físico presente, em uma performance. Ambos os momentos ocorreram de forma simultânea e sem uma ordem pré-estabelecida, mas sim ressoando em constância e oscilação, ficando ao critério do público/consumidor decidir o que fruir. Buscando-se flertar com a onipresença desse corpo contemporâneo. Assim convido-os para fruírem o trabalho "Tira Meu Fôlego", de Elisa Ohtake¹⁷⁰, onde para mim é um trabalho que aborda e presentifica/aponta a presença e discussão dos elementos apresentados e estudados nessa pesquisa. Xoxo¹⁷¹.

REFERENCIAS:

BAUDRILLARD, Jean. **Simulacros e Simulação**. Tradutora Maria João da Costa Pereira. Lisboa: Relógio D'água, 1981.

BELTRÃO, Hallina; WAECHTER, Hans. **Eu <3 kitsch: uma análise da atitude kitsch na obra de Pedro Almodóvar**. InfoDesign Revista Brasileira de Design da Informação, [S. l.], 2008, p. 36-44.

¹⁷⁰ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QK1mdGj7dXo>.

¹⁷¹ XOXO (pronuncia "eks ou eks ou") é uma gíria do idioma inglês e significa *Hugs and Kisses* ("Abraços e Beijos", em português). Costuma ser usado no final de mensagens informais, como uma forma de se despedir carinhosamente.

B/W 1957 **hairstylist brushing Jayne Mansfield's hair outdoors on promotional tour**. Intérpretes: Jayne Mansfield. Washington Dc: Gettyimages, 1957. P&B. Disponível em: <https://www.gettyimages.com/detail/video/news-footage/2035-100>. Acessado em: 24/05/2017.

CASTRO, Ana. Lúcia. de. **Culto ao corpo e sociedade: mídia, estilos de vida e cultura de consumo**. São Paulo: Annablume, 2003.

DEMETRESCO, Sylvia. **Vitrinas e Exposições: Arte e Técnica do Visual Merchandising- Série Eixos**. Editora Érica, 2014.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Produção de Presença: o que o sentido não consegue transmitir**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.

_____. **Graciosidade e estagnação: ensaios escolhidos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

_____. **Pequenas crises: experiência estética nos mundos cotidianos**. In: GUIMARÃES, C.; LEAL, B. S.; MENDONÇA, C. C. (Orgs.) *Comunicação e experiência estética*. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 50-63, 2006.

MOLES. Abraham. **O Kitsch – A arte da felicidade**. São Paulo: Perspectiva, 1971.

SANTAELLA, Lucia. **Corpo e comunicação: sintoma da cultura**. São Paulo: Paulus, 2004.

SEGA, Christina. **O Kitsch e suas dimensões**. Brasília: Casa das Musas, 2008.

IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA: UMA ANÁLISE DAS IMPLICAÇÕES NO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO/PR

Hanydriely Repula Borges
Adalberto Dias De Souza – Orientador
Marcos J. F. De Jesus – Co-Orientador

Palavras chaves: Tributo. Imposto. Município.

INTRODUÇÃO

O objetivo do artigo estudo, consiste em estudar as origens dos tributos no Brasil e esmiuçar acerca do Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) geral e suas implicações dentro do município de Campo Mourão/PR.

Sendo assim, estudar-se-á sobre as espécies tributárias, as particularidades do imposto sobre o IPTU, descrevendo ainda, para quais projetos são destinados e aplicados os recursos advindos deste importante mecanismo de arrecadação de pecúnia para o município, avaliando, ao final as circunstâncias que justificaram e autorizaram a majoração deste imposto, que ocorreu no final do ano de 2017 e as prováveis consequências benéficas e/ou maléficas para a população Mourãoense.

O grande celeuma que ocorreu com esta majoração, é que a população entende que seja indevida, visto que muitos acham que o aumento foi abusivo, no entanto, por não saberem a sistemática do IPTU, acabam tirando conclusões precipitadas, portanto o presente estudo procura analisar o Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana e suas implicações no município de Campo Mourão/PR, uma vez que a Universidade, seus colaboradores e os responsáveis pelo projeto residem neste município, e há uma extrema necessidade de mostrar para a sociedade para onde é repassado os valores arrecadados, possibilitando o combate de possíveis focos de corrupção e desvio de verbas pelos representantes políticos, deste município.

METODOLOGIA

Primeiramente realizou-se o levantamento teórico em livros, dissertações a respeito do tema proposto, razão pela qual o estudo efetuado pode ser classificado como explicativo, pois a pesquisa foi feita através de pesquisas bibliográficas, que trata de uma investigação científica e um trabalho minucioso, que requer tempo, dedicação e atenção por parte do responsável pelo estudo.

Por sua vez, a metodologia utilizada será através do método indutivo, pois este método permite partir de uma premissa chegando a uma conclusão real e importante para os cidadãos, conforme prediz Lakatos e Marconi (2003, p.25):

Indução é um processo mental por intermédio do qual, partindo de dados particulares, suficientemente constatados, infere-se uma verdade geral ou universal, não contida nas partes examinadas. Portanto, o objetivo dos argumentos indutivos é levar a conclusões cujo conteúdo é muito mais amplo do que o das premissas nas quais se basearam.

O referido artigo, conforme já explicado, consistirá em uma construção bibliográfica embasada em um estudo de campo, para o qual possa ser angariados dados e instruções acerca do tema proposto.

Assim, segundo Fauze Najib Mattar (1995), o projeto é classificado como estudo de campo, haja vista que se realizará uma profunda análise sobre o tema. Também é considerado descritivo, que nas palavras de Liani Carly Hermes Zanella (2007), consiste em averiguar a realidade dos fatos, bem como suas características e problemas, podendo, portanto, deduzir, ao final, que a pesquisa é qualitativa, pois utiliza meios indutivos, visando à identificação e exposição detalhada, fundamentada e aprofundada do assunto ora estudado.

A partir de todo o levantamento teórico foi realizado uma pesquisa de campo com a aplicação de um questionário aos munícipes de Campo Mourão/PR.

Após a aplicação do questionário a 200 (duzentos) munícipes, foi possível fazer uma tabulação com as respostas e chegar aos resultados esperados, juntamente da entrevista que foi realizada na sede da Prefeitura de Campo Mourão/PR a qual já foi coletado os dados em valores que são arrecadados deste imposto e quais as suas áreas e repasses destinados.

A HISTÓRIA DA TRIBUTAÇÃO NO BRASIL

A história da tributação no Brasil relaciona-se de modo direto com a história da coroa portuguesa, a qual cobrava os tributos nas regiões em que mantinha o poder, onde havia uma organização jurídica que obrigava as pessoas a pagar impostos (SARAIVA, 1999).

Por volta do ano de 1530 surgiu o primeiro ônus fiscal suportado pelo Brasil pago pela indústria extrativista do Pau-Brasil, este tributo era pago diretamente para a coroa portuguesa *in natura*, isto é, a coroa portuguesa levava 20% do material extraído. Tal imposto era cobrado pelas figuras dos “rendeiros”, que eram os responsáveis por separar a quantia que competia a coroa, tais figuras agiam em nome da coroa e detinham total poder, até para prender quem atrasasse ou se negasse a pagar o que fosse estipulado (ALMEIDA, 1969). Então houve-se uma necessidade de criar novos instrumentos de

tributação, razão pela qual foi instituído novos sobre produtos como o ouro, o algodão, o açúcar e a aguardente (ALMEIDA, 1969).

Com a chegada da família Real por volta de 1807, a forma de cobrar tributos (que antes era *in natura*) precisou ser mudada, passando a ser aceito o pagamento de tributos em dinheiro para custeio das despesas da família Real (AMED, 2000).

Em 07 de setembro de 1822, o Brasil deixou de ser colônia de Portugal e passou a ser um país independente, então em 1824 foi outorgada a primeira Constituição do Império, a qual atribuía em seu texto a competência ao Poder Legislativo para estabelecer montantes para despesas públicas e sua distribuição entre a Câmara dos Deputados e o Senado, conferia também a estas casas a competência para criação de impostos (AMED, 2000).

A partir de 1830 ocorreram mudanças na cobrança de tributos, em 1831 o Tesouro Nacional foi reorganizado e foram criadas as tesourarias provinciais (HINRICHS, 1972). Com a Proclamação da República em 15 de novembro de 1889, foi escolhido o regime de Estado Federativo, mas não houve muitas mudanças na forma como eram cobrados e distribuídos os impostos no Brasil. Entretanto, em 1934 através da nova Constituição e do decreto nº 24.036, ocorreu uma nova reforma do Tesouro Nacional, em especial na forma de distribuição das competências tributárias, levando a separar os tributos, dividindo-os entre tributos da União, dos Estados e dos Municípios (HINRICHS, 1972). Já na Constituição de 1937, que optou por concentrar os poderes no Executivo, em especial nas mãos do Presidente da República, somente ele, estava apto a sancionar, promulgar e fazer publicar toda e qualquer lei (AMED, 2000).

Com a promulgação da Constituição de 1946, nasceu uma nova forma de discriminação das rendas tributárias, a qual estruturou-se a coexistência de um sistema tributário autônomo para cada ente da federação e a aceitação legal de uma classificação jurídica dos impostos. Consagrou-se o princípio da capacidade contributiva, no entanto por conta de problemas econômicos decorrentes da guerra e a sobrecarga dos custos e despesas para a manutenção da administração o Estado elevou consideravelmente a carga tributária (ALMEIDA, 1969). A Emenda Constitucional nº 18 reorganizou e classificou as rendas tributárias, o que permitiu que cada Unidade Federativa da União legislasse sobre seus interesses tributários (AMED, 2000).

Então, em 1966 foi promulgado o Código Tributário Nacional (CTN), sob a Lei nº 5.172, que está vigente até os dias atuais e dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direitos tributários aplicáveis a União, Estados e Municípios.

Com a promulgação da Constituição de 1988, conhecida como Constituição cidadã trouxe um arcabouço tributário invejável, com princípios, regras, vedações e imunidades, distribuindo a

competência de instituir e cobrar tributos para todos os entes, nesse sentido vaticina o jurista Yoshiaki Ichihara (1994) que:

[...] o sistema, em sua totalidade, é formado por regras e princípios próprios, não havendo relevância alguma na forma pela qual se encontram distribuídos dentro do texto da Carta Magna. Princípios tais como da Isonomia Tributária, da Uniformidade Tributária e da Vedação de Diferenciação Tributária e demais, podem ser percebidos nos textos que estruturam o sistema tributário nacional. (1994).

Com as mudanças trazidas pelo CTN e pela Constituição Federal de 1988, sobre as atribuições do Estado, ficou garantido a sociedade, ou seja, aos pagantes de tributos a garantia de que não será criado nenhum tributo que não esteja definido em lei, assim obedecendo os princípios presentes como da legalidade, igualdade, irretroatividade.

A partir desse histórico apresentado sobre os tributos fica visível a importância da cobrança dos tributos para a sustentabilidade do estado, e sempre visando criar sempre sistema racional que seja capaz de planejar os custos e despesas.

CONCEITUAÇÃO DE IMPOSTO

Tendo em vista a grande importância dos tributos, no Brasil existe um ramo específico no direito para estudá-lo, bem como a legislação própria, consubstanciada na Constituição Federal de 1988 e o Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172/1966). Salienta-se que é importante saber o conceito e para que servem os tributos; pois bem os tributos consistem em gênero, do qual decorrem as seguintes espécies: taxas, impostos, contribuições de melhoria, empréstimos compulsórios e contribuições, sendo assim é possível conceituar tributo como sendo toda e qualquer prestação pecuniária paga compulsoriamente, nesse diapasão Luciano Amaro (2017, p. 44.) conceitua-o como **a prestação pecuniária não sancionatória de ato ilícito, instituída em lei e devida ao Estado ou a entidades não estatais de fins de interesse público.**

O intuito do presente artigo é analisar detidamente sobre uma das espécies tributárias, qual seja, os impostos, visto que é o tributo de maior complexidade e grau de importância para a população num geral.

Nesse sentido, o doutrinador Kiyoshi Harada (2017, p. 237) em seu livro Direito financeiro e tributário conceitua imposto como sendo:

Impostos (art. 145, I, da CF) são exações desvinculadas de qualquer atuação estatal, decretadas exclusivamente em função do jus império do Estado. Seu fato gerador é sempre uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte. O imposto sempre representa uma retirada da parcela de riqueza do particular, respeitada a capacidade contributiva deste.

Portanto, os impostos são uma espécie de tributo vinculado, instituído através da Constituição Federal de 1988, a qual atribui a competência de cobrar, majorar e minorar os impostos a cada um dos entes federativos, que compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

O estudo focará especificamente no Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, o qual foi criado pela Constituição Federal, em seu artigo 156, inciso I, que outorgou aos municípios a competência para cobrar, aumentar ou reduzir a sua alíquota ou base de cálculo. Assim, comporta definir o significado de prédio, propriedade e zona urbana, os quais juntos forma o fato gerador do IPTU, portanto Leandro Paulsen (2017, p. 231) prediz que:

Propriedade é o direito real mais amplo, envolvendo as faculdades de usar, de gozar e de dispor.

Prédio é toda porção de terra ou de solo, constituída em propriedade de alguém, haja nele, ou não, construções. A combinação com “territorial”, no entanto, leva ao entendimento de que o constituinte quis ressaltar a possibilidade de tributação da riqueza revelada não apenas pela propriedade da terra (territorial) como desta com as construções nela edificadas (predial).

A zona urbana, por sua vez, parece constar na Constituição em oposição à área rural, pelo critério da localização. A zona urbana é definida por lei municipal, devendo observar os critérios constantes dos §§ 1º e 2º do art. 32¹⁷² do CTN.

Todo imposto deve ter um fato gerador, que consiste no fato jurídico-tributário, isto é, o fato que faz gerar a cobrança do tributo, assim o responsável pelo pagamento do IPTU deve ser qualquer pessoa

¹⁷² **Art. 32.** O imposto, de competência dos Municípios, sobre a propriedade predial e territorial urbana tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana do Município. § 1º Para os efeitos deste imposto, entende-se como zona urbana a definida em lei municipal; observado o requisito mínimo da existência de melhoramentos indicados em pelo menos 2 (dois) dos incisos seguintes, construídos ou mantidos pelo Poder Público:

I - meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluvial;

II - abastecimento de água;

III - sistema de esgotos sanitários;

IV - rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar; V - escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado. § 2º A lei municipal pode considerar urbanas as áreas urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio, mesmo que localizados fora das zonas definidas nos termos do parágrafo anterior.

que detenha propriedade, domínio útil ou posse de imóvel urbano, (SABBAG, 2016, p.2180), (art. 32, CTN).

Ressaltasse que os impostos devem respeitar além de outros princípios, o da anterioridade tributaria ou princípio da eficácia diferida, pelo qual determina que alguns impostos quando majorados, só podem ser cobrados após determinado lapso temporal. O citado princípio possui duas espécies: princípio da anterioridade anual e nonagesimal ou noventena, (SABBAG, 2016, p.159).

O princípio da anterioridade anual, vem disposto no artigo 150, inciso III, alínea b, da Constituição Federal e determina que o imposto só poderá ser cobrado no exercício financeiro posterior ao que foi majorado, já o da nonagesimal, disposto no artigo 150, inciso III, alínea c, CFRFB/88 e dispõe que o imposto majorado só pode ser cobrado após noventa dias do seu aumento (SABBAG, 2016 P. 156). O imposto ora estudado, o IPTU respeita apenas a anterioridade nonagesimal, desde que a majoração seja sob sua base de cálculo mediante lei formal, conforme artigo 150, § 1º, *in fine*.¹⁷³

Portanto, se o governo municipal aumentar a base de cálculo deverá cobrar o aludido imposto apenas no exercício financeiro seguinte, pouco importa se o aumento se deu em 31 de dezembro, ele poderá ser cobrado dia 1º de janeiro do ano seguinte. Por sua vez se a majoração ocorre sob a alíquota, deverá ser respeitar as duas espécies de anterioridade, isto é, instituído a majoração da alíquota em um ano, só poderá ser cobrado no ano seguinte, desde que o lapso temporal entre a majoração e o exercício financeiro seguinte não seja inferior a 90 dias (anterioridade nonagesimal), isto é, se o aumento se der em 31 de dezembro, só poderá ser cobrado após 90 dias, ou seja, no dia 31 de março do seguinte ano.

Outrossim, é importante instruir os cidadãos para onde é repassado o valor arrecadado do IPTU e como é sabido, no ano de 2017 este imposto sofreu uma grande majoração no município de Campo Mourão/PR, que gerou um grande aumento no valor a ser pago pela população.

O grande celeuma com esta majoração, é que a população entende que a mesma é indevida, visto que muitos acham que o aumento foi abusivo, entretanto, por não saberem a sistemática do IPTU, acabam tirando conclusões precipitadas, então o artigo visa realizar uma análise do Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana e suas implicações no município de Campo Mourão/PR, uma vez que a Universidade, seus colaboradores e os responsáveis pelo projeto residem neste município, e há uma extrema necessidade de mostrar a sociedade mouroense para onde é repassado os valores arrecadados

¹⁷³ **Art. 150.** Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

§ 1º A vedação do inciso III, *b*, não se aplica aos tributos previstos nos arts. 148, I, 153, I, II, IV e V; e 154, II; e a vedação do inciso III, *c*, não se aplica aos tributos previstos nos arts. 148, I, 153, I, II, III e V; e 154, II, nem à fixação da base de cálculo dos impostos previstos nos arts. 155, III, e 156, I. ([Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003](#))

com o IPTU pago por estes, a fim de combater possíveis focos de corrupção e desvio de verbas pelos representantes políticos.

IPTU E SUAS FINALIDADE AO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO/PR

Primeiramente, deve-se analisar o que é considerado zona urbana e zona rural, pois para essas propriedades serão cobrados impostos diferentes, para a primeira será cobrada o IPTU, já a segunda será cobrada ITR, e para saber distinguir quando será um ou outro a legislação define alguns critérios. Segundo o art. 32, § 1º, do Código Tributário Nacional (CTN), considera-se zona urbana como aquela que possui certas melhorias, veja-se:

§ 1º Para os efeitos deste imposto, entende-se como zona urbana a definida em lei municipal; observado o requisito mínimo da existência de melhoramentos indicados em pelo menos 2 (dois) dos incisos seguintes, construídos ou mantidos pelo Poder Público:

- I – meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;
- II – Abastecimento de água;
- III – sistema de esgotos sanitários;
- IV – Rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar;
- V – Escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado.

Já zona rural segundo o autor Kiyoshi Harada (2006, p.413).

[...] propriedade rural é aquela zona situada na zona rural que, por exclusão, é aquela sítio fora da zona urbana do Município, cujo conceito acha-se estabelecido no § 1º do artigo 32 do CTN.

A partir desta conceituação e diferenciação de zona rural e zona urbana fica claro, qual imposto vai ser devidamente cobrado dos municípios, facilitando também o entendimento da cobrança e onde é aplicado o dinheiro arrecadado e seus cálculos para cobrança. O qual o citado imposto é calculado sobre o valor venal do imóvel levando sempre em consideração quatro fatores utilizados nos cálculos, sendo eles o tamanho do terreno, localização, área construída e por fim o tipo do acabamento do imóvel, a partir disso é calculado junto com a alíquota definida em Lei municipal.

Segundo a Constituição Federal de 1988, é obrigatório a destinação de boa parte da arrecadação do IPTU recebida pelos municípios, assim determina que o destino obrigatório do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) será de 25% (vinte e cinco por cento) do total arrecadado devem ser aplicados na Educação e outros 15% (quinze por cento) diretamente na Saúde, porém vale ressaltar que essa

porcentagem é um valor mínimo, ficará a critério da administração pública municipal aplicar valores maiores do que os mencionados em cada área.

Conforme dados coletados da Receita Federal o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU é tipicamente fiscal, embora também possua função social. Sua finalidade principal é a obtenção de recursos financeiros para os municípios.¹⁷⁴

Mediante essas informações chega-se ao foco principal do artigo, que é para onde vai o valor arrecado cobrado pelo IPTU na cidade de Campo Mourão/PR, segundo algumas entrevistas coletadas na cidade ao aumento totalizam hoje 14% do IPTU, e o valor arrecadado destina-se para o caixa do Tesouro Municipal, para cobrir as despesas do município, como salários de funcionários, obras e manutenção de programas. A aplicação dessa verba visa atender às prioridades da Prefeitura, estabelecidas conforme o orçamento municipal, sendo destinada a saúde, educação e despesas publicas, segundo os dados coletados chega-se aos valores que foram repassados para as destinadas áreas nos anos de 2017 e 2018, como mostra a Tabela 1 a baixo:

Tabela 1 – Valores repassados a destinadas áreas de 2017 e 2018.

	2017	2018
Valor arrecadado	R\$ 15.269.845,77	R\$ 18.396.460,97
Repasse a educação	R\$ 4.485.032,93	R\$ 4.599.115,98
Repasse a saúde	R\$ 2.901.270,73	R\$ 3.495.327,53
Despesas publicas	R\$ 7.883.542,11	R\$ 10.302.017,46

Fonte: Prefeitura de Campo Mourão.

É possível a partir dos dados coletados fazer uma análise e comparação com os valores arrecados deste imposto na cidade de Campo Mourão/PR, é visível que os valores aumentaram de um ano para o outro com um aumento de R\$ 3.126.615,20 do ano de 2017 para 2018, em relação aos repasses houve poucas mudanças no valor de cada área, na educação a diferença de repasse foi pouca e na área da saúde ocorreu um aumento mais significativo em relação à educação. O que se pode perceber que por mais que os valores arrecados foram maiores os gastos com despesas publicas também aumentaram, e esse aumento foi quase o valor de aumento de um ano para o outro.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

¹⁷⁴ Receita Federal, disponível em: <http://receita.economia.gov.br> acessado em 23/05/2019.

Os resultados adquiridos com a pesquisa de campo foram além do esperado e satisfatório, pois se percebe que a população está buscando entender a sistemática tributária brasileira, como foi coletado nos 200 (duzentos) questionários. Foram tabeladas as respostas dos questionários e foi possível ver que destes a média de idade foi de 37 (trinta e sete) anos, das pessoas que responderam atualmente mais da metade (84%), trabalha no município com carteira assinada.

Ao serem questionados sobre o real significado da sigla IPTU obteve-se que 72,5% tem este conhecimento e 27,5% desconhecem o significado da sigla. Em seguida, fora perguntado sobre a aplicação do valor arrecadado de um modo geral, 91,5% sabem o destino, assim deixando claro que a população está buscando cada vez mais extrair por dentro dos impostos que pagam ao município.

A pergunta seguinte teve o intuito de indagar a respeito se os questionados tinham conhecimento de que houve reajuste do imposto já citado. Assim, obteve 92,5% das respostas positivas. Embora estejam indignadas com o aumento e o pouco retorno disso, mas ainda assim entende a importância desta arrecadação para o município. Também tem ciência do quantum foi valorado este tributo na cidade.

De acordo com objetivo da pesquisa, foi possível analisar através do questionário como está o nível de conhecimento dos munícipes em relação ao imposto e suas majorações, conforme se pode ver através do gráfico abaixo muitos estão cientes do aumento que ocorreu e conforme maioria das respostas houve um acréscimo de 10% a 30%, a partir disso mostra que a população está por dentro do que está ocorrendo no ambiente de tributação da cidade, já que o aumento que ocorreu deste imposto no ano de 2017 para 2018 foi de 14%, estando na margem em que foi respondido.

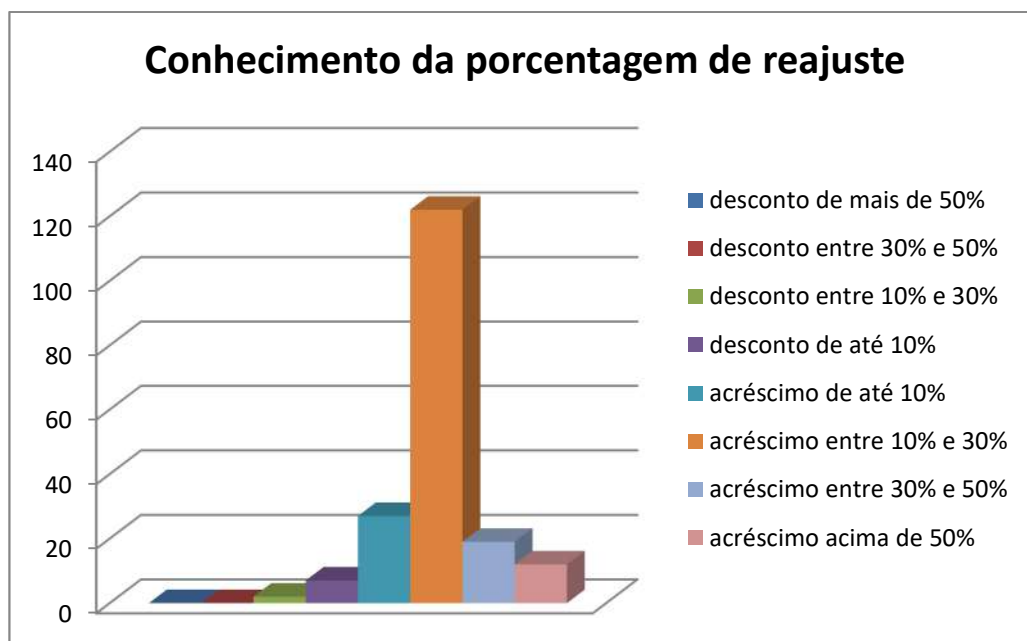


Gráfico 1: Conhecimento da porcentagem de reajuste.

Fonte: O autor (2019).

Outro foco da pesquisa era saber como estava a satisfação dos questionados em relação ao valor da cobrança, após o aumento que ocorreu de um ano para o outro. Muitos responderam que estavam insatisfeito com o valor que estava sendo cobrado em seu imóvel, muitos alegaram que o aumento foi indevido por conta das condições de seus imóveis. Porém foi possível ver que em relação á nivel de satisfação com o valor cobrado muitas das pessoas ficaram indiferente, ou seja, não sentem tanto o valor que é pago.

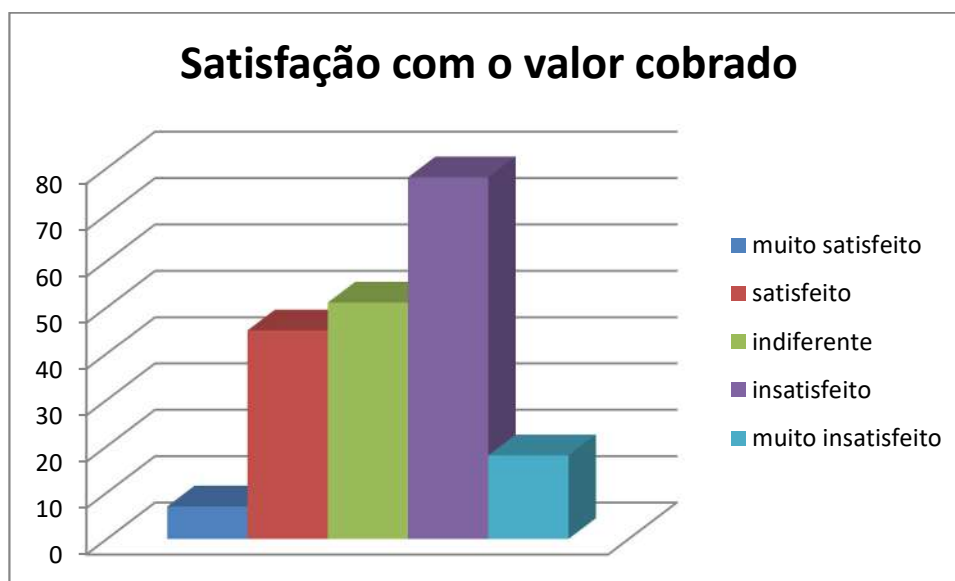


Gráfico 2: Satisfação com valor cobrado.

Fonte: O autor (2019).

Como já foi mencionado, a um grande nível de insatisfação com o valor cobrado do IPTU sobre seus imóveis e como se é esperado muitos reclamam e enfatizam sua insatisfação com o retorno dessa tributação, ou seja, que estão pagando valores altos, mas não estão vendo retorno de aplicação e as melhorias nas áreas específicas que são destinadas o valor arrecadado pelo imposto.

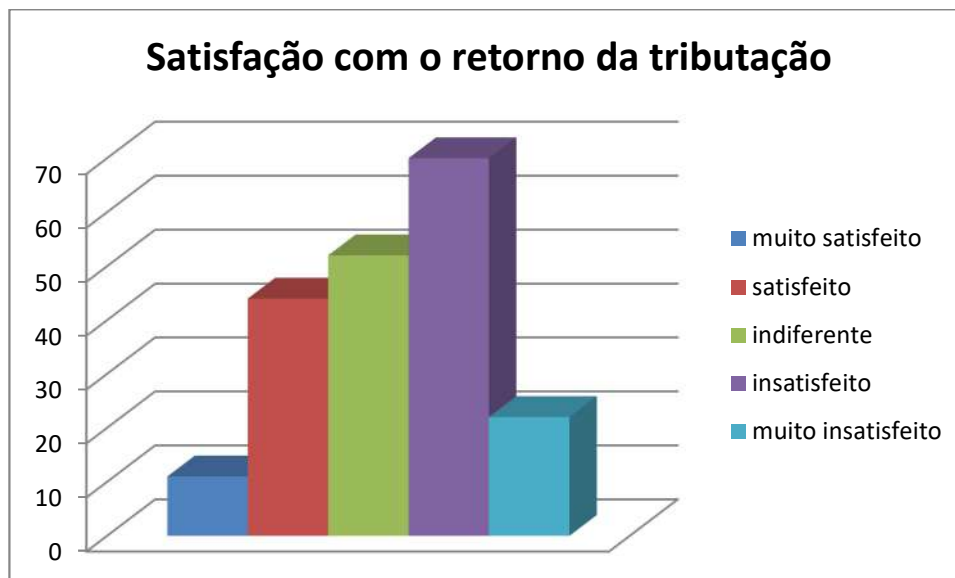


Gráfico 3: Satisfação com o retorno da tributação
Fonte: O autor (2019)

A partir das informações coletadas dos mourãoenses, foi possível fazer uma análise chegando à conclusão de que cada vez mais a população está buscando estar por dentro do que acontece no ambiente tributário da sua cidade. Entretanto, ainda existem muitas pessoas que não se importam em buscar informações sobre o tributo municipal, mas que esse número não se torna tão relevante ao número de pessoas que estão cientes da majoração que ocorreu e da real aplicação.

Foi possível ver que os questionados estão totalmente insatisfeitos em relação ao tributo cobrado, e que os mesmos estão buscando saber para onde está indo o valor arrecado pelo município, ou seja, se está sendo aplicado corretamente.

CONCLUSÃO

Conforme foi estudado no artigo os Impostos são de suma importância para os cobres públicos. Foi estudado a história dos tributos desde a coroa portuguesa até os dias atuais, e estudando em específico o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana e suas implicações no município de Campo Mourão/PR. Com a atual conjuntura em que o Brasil se encontra, onde constantemente a um novo escândalo envolvendo políticos, corrupção e lavagem de dinheiro, deixando toda a população estarecida, crescendo dentre todos um sentimento de mudança, de buscar entender o que acontece com as contas públicas, o projeto visou auxiliar a população mourãoense a aprender e consequentemente cobrar a correta aplicação dos recursos angariados através de qualquer tributo.

Assim, buscou-se conscientizar a população para buscar saber onde é empregado os tributos em nosso município, pois sabendo disso há facilidade na fiscalização, reduzindo a possibilidade de corrupção e lavagem de dinheiro.

Foi realizada uma pesquisa de campo para saber o que realmente os munícipes de Campo Mourão sabe a respeito deste imposto cobrado, mediante a tabulação da pesquisa pode-se ver que maioria das pessoas tem conhecimento sobre o que é o IPTU e para onde ele é destinado, porém é claro a insatisfação das pessoas com a cobrança e o retorno do dinheiro para a cidade.

O artigo foi escrito com o intuito de alertar e orientar as pessoas sobre a cobrança deste imposto citado a cima, para que fiquem por dentro de todos os destinos corretos do dinheiro. Mediante todas as informações passadas no decorrer do artigo fica claro a população entender sobre o IPTU.

REFERÊNCIAS

AMARO, Luciano apud Ricardo Alexandre, Direito Tributário, 11ª ed., Salvador: Juspodivm, p. 44, ano 2017.

ALEXANDRE, Ricardo. Direito tributário, 11ª ed., Salvador: Juspodivm, p. 740, ano 2017.

AMED, F.J.; NEGREIROS, Plinio J.L.de Campos. História dos tributos no Brasil. 2000.

ALMEIDA, Antonio da Rocha. Dicionário de história do Brasil. 1969.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 05 de outubro de 1988. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 13/04/2018.

_____. **Código Tributário Nacional, Lei n.º 5.172 de 1966. Disponível em:** http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5172Compilado.htm> Acesso em 13/04/2018.

FAZENDA PÚBLICA MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO/PR. Fique por dentro do IPTU. Disponível em:

<https://campomourao.atende.net/atende.php?rot=1&aca=119&ajax=t&processo=viewFile&ajaxPrevent=1523296729084&file=F2DEA576FFA55E4E8B9174B0629CF1BB63D96BFE&sistema=WPO&classe=UploadMidia>> Acesso em 14 de abril de 2018.

HARADA, Kiyoshi, **Direito Financeiro e Tributário**, 26ª ed., São Paulo: Atlas, p. 237, ano 2017.

HARADA, Kiyoshi. **Direito financeiro e tributário**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2006

ICHIHARA, Y. **Princípio da legalidade tributária na Constituição de 1988**. 1994.

¹ HINRICHS, H.H. **Teoria geral da mudança na estrutura tributária durante o desenvolvimento econômico**. 1972.

¹ _____. **Teoria geral da mudança na estrutura tributária durante o desenvolvimento econômico**. 1972.

MARCONI, Marina de Andrade e Eva Maria Lakatos. **FUNDAMENTOS DE METODOLOGIA CIENTÍFICA**, 5ª ed., São Paulo: Atlas, 2003.

MATTAR, Fauze N. **Pesquisa de Marketing: Metodologia, Planejamento, Execução e Análise**. São Paulo: Atlas, ano 1995.

PAULSEN, Leandro. **Curso de Direito Tributário completo**, 8ª ed., São Paulo: Saraiva, p. 231, ano 2017. Receita Federal, disponível em: <http://receita.economia.gov.br> acessado em 23/05/2019.

PRODANOV, Cleber Cristiano e Ernani Cesar de Freitas. **METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO: MÉTODOS E TÉCNICAS DA PESQUISA E DO TRABALHO ACADÊMICO**, 2ª ed., Rio Grande do Sul: Universidade Feevale, 2013.

SABBAG, Eduardo. **Manual de Direito Tributário**, 8ª ed., São Paulo: Saraiva, p. 150, ano 2016.

SARAIVA, José Hermano. **História concisa de Portugal**. 1999

ZANELLA, L. C. H. **Metodologia de pesquisa**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, ano 2007.

LEVANTAMENTO DO PERFIL DA DEMANDA DAS “CAMINHADAS NA NATUREZA” E DA DEMANDA POTENCIAL PARA IMPLANTAÇÃO DE ROTEIRO DE TURISMO RURAL NO MUNICÍPIO DE CIANORTE – PR

Idaliana Ferreira Motta Alves (PIC, Fundação Araucária)
Unespar/Campus de Campo Mourão, idalianaalves@gmail.com

Juliana Carolina Teixeira (Orientador)
Unespar/Campus de Campo Mourão, julianatma@gmail.com

Palavras-chave: Demanda turística. Caminhada na natureza. Roteiro de Turismo Rural.

INTRODUÇÃO

O presente projeto teve como finalidade analisar a demanda turística na segunda edição das Caminhadas na Natureza do distrito de Vidigal no município de Cianorte, estado do Paraná, por meio da aplicação de questionários. Para a elaboração do projeto procurou-se entender, portanto, o perfil do caminhante das Caminhadas na Natureza de Cianorte, pois, observou-se que, no município de Cianorte não há um controle geral dos turistas/visitantes que vêm à cidade. Sabe-se que, a maioria dos indivíduos que visitam o município faz parte do segmento de compras devido à existência das diversas lojas no setor de vestuário e não se tem o conhecimento da demanda real e potencial dos turistas para fomentar algum outro segmento. Assim, formulou-se a pesquisa de demanda turística para o evento Caminhadas na Natureza analisando a possibilidade em desenvolver roteiro fixo de turismo rural na região por meio das caminhadas.

As Caminhadas na Natureza em Cianorte ocorrem no distrito de Vidigal, localizado a 13 km de distância da cidade. Segundo o censo de 2010 do IBGE, a população do distrito é de aproximadamente de 1.974 habitantes. De acordo com as fontes do site da Prefeitura Municipal de Cianorte, sua origem deu-se a partir de 1950, quando uma equipe de Rede Viação Paraná Santa Catarina chegou, e ali fundou uma estação. Já em 1951, foram enviados os primeiros funcionários de topografia e fiscalização da Companhia, entre eles o primeiro prefeito do município de Cianorte, Wilson Ferreira Varella e em 1952 houve a primeira população em Vidigal, com moradias no meio rural. Vidigal foi fundada no dia 01 de dezembro de 1954, por meio de um alvará de licença da Prefeitura de Peabiru, a qual Cianorte pertencia (MARQUES 2013).

O problema levantado na pesquisa foi: Qual o perfil da demanda real e potencial dos caminhantes do evento “Caminhadas na Natureza” em Cianorte? Essa demanda potencial apresenta

condições para a implementação de um possível roteiro fixo de turismo rural no local? Para isso objetivou-se em investigar o perfil da demanda potencial das Caminhadas na Natureza no município de Cianorte para compreender se realmente é viável implementar um roteiro fixo de turismo rural no distrito de Vidigal. Foi necessário traçar ações para a construção do projeto como desenvolver questionários de demanda turística; aplicar estes questionários durante o fim do evento; analisar os resultados após a tabulação de dados e por último apresentar os resultados obtidos.

MATERIAIS E MÉTODOS

O estudo sobre este projeto é voltado ao levantamento do perfil da demanda turística das “Caminhadas na Natureza” no município de Cianorte, PR, para compreender a viabilidade de implementação de um Roteiro de Turismo Rural fixo na localidade. Para tanto, este projeto foi elaborado por meio de técnicas de pesquisa como levantamentos em gabinete, levantamentos exploratórios, pesquisa de campo, e outras.

Os trabalhos iniciaram com levantamentos gerais em gabinete sobre o município de Cianorte e seu distrito Vidigal bem como do evento das “Caminhadas na Natureza” que ali ocorrem. Após esses trabalhos foram realizadas outras ações exploratórias em campo e na literatura sobre tais objetos. Com as informações básicas coletadas iniciou-se o levantamento da literatura sobre os temas abordados nessa pesquisa como: Turismo de Base Comunitária; Turismo Rural; Demanda turística e Caminhadas na Natureza.

Após a organização da literatura foram realizadas as pesquisas em campo. Para isso algumas ações foram necessárias, tais como:

- Desenvolvimento do questionário sobre o perfil da demanda real e demanda potencial. Essa primeira ação foi fundamental para encontrar os resultados do projeto de pesquisa. O seu desenvolvimento consistiu na construção de questionário a ser aplicado com os caminhantes durante o evento das Caminhadas na Natureza em Cianorte.
- Aplicação dos questionários durante o evento. Para essa ação foi necessária ajuda de cinco acadêmicos do curso de Turismo e Meio Ambiente da UNESPAR, os quais foram capacitados um dia antes para poder aplicar a pesquisa junto aos caminhantes. Os caminhantes foram abordados durante o final do evento (30/09/2018), momento em que tinham tempo para responder os questionários.
- Análise de resultados obtidos por meio dos questionários. Para essa ação foi necessário tabular todos os resultados obtidos durante a aplicação dos questionários no evento para identificar os dados coletados.

- Após a tabulação os dados foram analisados para compreensão e análise das informações coletadas.
- Apresentação dos resultados aos envolvidos do evento “Caminhadas na Natureza”. Com o resultado das análises a pesquisa foi apresentada aos parceiros como forma de ressaltar os pontos fortes e fracos do evento e o perfil da sua demanda para as discussões sobre a possibilidade em implantar um Roteiro de Turismo Rural fixo no local.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As “Caminhadas na Natureza” é um projeto da Emater e a Anda Brasil, no qual é realizado em um circuito totalmente rural. Seu intuito é envolver a comunidade rural com os caminhantes, fazendo com que haja uma troca de experiências por parte de quem participa das caminhadas, ou seja:

A metodologia das caminhadas produz resultados que aliam vários fatores importantes, como a interação do público urbano com o rural, a educação dos envolvidos e a interatividade entre os agricultores familiares e a realização de novos negócios (EMATER, 2010, p. 167).

Por isso, é comum que no planejamento do evento trabalhe-se o turismo rural. Esse segmento, fortifica-se como uma prática social de interação do homem ao manuseio da agricultura e outros meios de serviços que o campo rural pode oferecer. Segundo o Ministério do Turismo (MTur), esse segmento é uma modalidade econômica e social, que atrai moradores urbanos para o campo com o intuito de conhecer os hábitos das comunidades/famílias rurais, e afirma que, o desenvolvimento do turismo rural é benéfico para incentivar as comunidades rurais a ofertarem seus bens e serviços para o turista. De acordo com Tulik (2003), o turismo rural refere-se ao conjunto de atividades turísticas, que são realizadas dentro do espaço rural e é muitas vezes uma alternativa de renda para os proprietários/famílias rurais.

Encontra-se também no planejamento das caminhadas o Turismo de Base Comunitária (TBC), que é uma modalidade que se encontra dentro de diversos segmentos turísticos, como os mais comuns: Turismo Rural e Ecoturismo e no qual, é trabalhada a integração entre a população local, as famílias rurais, a gestão municipal e os caminhantes. Para a compreensão do TBC, é necessário compreender o conceito de comunidade, no qual em geral, entendem-se como um conjunto de pessoas que compartilham dos mesmos interesses, etnias, territórios, culturas, tradições, entre outros aspectos. A comunidade percorrida por Mocellim (2011) é o lugar em que se pode compartilhar valores e visões sobre o mundo e que significa segurança e afirma: “a comunidade é um conceito que evoca algo “positivo”. (MOCELLIM, 2011, p. 106).

De acordo com Alves (2018), a comunidade é envolvente para a sociedade e torna a globalização uma ferramenta para expor os seus valores. Sendo assim, entende-se que, a globalização é um meio útil e necessário para gerar informações sobre diversas comunidades ao redor do mundo, que, no entanto, inicia-se o processo para o TBC em comunidades que precisam de uma ajuda/auxílio para fomentar seus bens e serviços. E segundo Irving (2009), o TBC para o mercado turístico tende a contribuir para a coesão e o laço social, no qual instiga a sociedade para valorização de culturas locais.

Os questionários de demanda turística são ferramentas essenciais para verificar os pontos fortes e fracos de um local, em geral a demanda é formada por pessoas que são identificadas por vários fatores como faixa etária, sexo, localidade, etc. Estes questionários elaborados fazem entender o perfil da demanda e o que essa demanda busca em um determinado local/evento, facilitando futuras ações para melhorar o empenho da gestão, comunidade e dos recursos e atrativos turísticos.

O Município de Cianorte fica localizado no Estado do Paraná, a 510 km da Capital (Curitiba). De acordo com a Prefeitura Municipal de Cianorte, a cidade foi fundada pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP) no dia 26 de julho de 1953 por pioneiros, principalmente dos estados de Minas Gerais e São Paulo. Sua população é de 81.393 habitantes (IBGE, 2018), possuindo dois distritos, São Loureço e Vidigal, cuja população, está inserida neste total mencionado.

Vidigal foi escolhida para ser a rota do projeto das Caminhadas na Natureza pelo Fotógrafo Anderson Theodoro, quando a Secretária de Indústria, Comércio, Vestuário, Turismo e Serviços junto com a associação AFLOTUR – Associação de Produtores de Flores e Turismo Rural, procurava por um roteiro totalmente rural, Anderson então sugeriu Vidigal, devido a uma cachoeira e uma pedreira desativada que se encontra em uma área rural que fica longe do perímetro urbano (ALVES, 2018 p. 657). O evento possuiu como objetivo receber diversos caminhantes, sendo eles uma demanda geral que vem de todas as regiões, entretanto a maior parte é de Cianorte e cidades circunvizinhas, no qual constatei na tabulação dos questionários.

Após a organização do evento, no dia 30 de setembro de 2018, foi realizada as Caminhadas na Natureza edição de número 2. Nesta data, portanto, foram aplicados os questionários da presente pesquisa. Em razão do número de caminhantes, foram elaborados 150 questionários a respeito da demanda turística, em que 108 foram respondidos. Os questionários foram aplicados pela pesquisadora e mais 04 acadêmicos do curso de Turismo e Meio Ambiente da UNESPAR ao final do evento. Após a coleta dos dados o material foi tabulado e analisado para compreensão dos resultados finais que foram apresentados para a Prefeitura Municipal de Cianorte, Emater e Comunidade de Vidigal.

Com o levantamento dos dados foi constatado que a maioria dos entrevistados correspondiam a 53% do gênero masculino e 47% do gênero feminino apresentando certo equilíbrio entre a demanda de

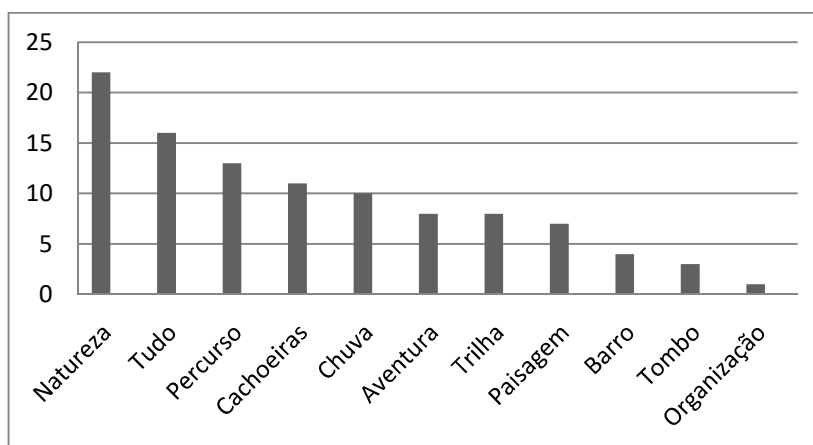
gênero. Com relação a idade a maioria dos caminhantes possui entre 42 à 61 anos representando 36% do total dos entrevistados seguido pela faixa etária entre 29 à 41 que representou 35% da totalidade. Somadas as categorias observa-se que mais de 70% dos caminhantes faz parte do público adulto e idoso.

A respeito da origem a maioria dos caminhantes é proveniente de Cianorte correspondendo a 70% dos respondentes. Outras origens foram do próprio distrito de Vidigal com 3%; Peabiru 5%; Maringá 3%; São Tomé 3%; Campo Mourão 3%; Jussara 3% e demais localidades como Londrina, Altonia, Goioerê, Cruzeiro do Oeste dentre outros municípios relativamente próximos a Cianorte.

Além dessas informações, foi observado que cerca de 56% dos participantes ficaram sabendo do evento por meio de divulgação da internet, 26% por meio de amigos e 10% por meio de parentes. Dentre estas informações, foi questionado o meio de transporte que foi utilizado pelos participantes até o local inicial das caminhadas, cerca de 92% utilizaram o carro para chegar ao local.

Os respondentes puderam opinar sobre o que mais os agradou no evento conforme ilustra o Gráfico 1.

Gráfico 1 – O que mais agradou os caminhantes



Fonte: A autora, 2018.

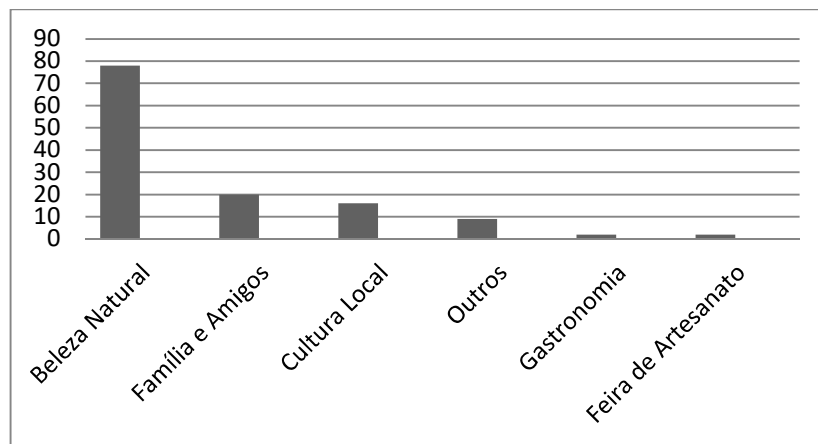
Segundo eles (caminhantes) o que mais agradou foi a natureza, pois durante a aplicação dos questionários pode-se perceber que para eles ter o contato com a natureza foi importante para esquecer o estresse do cotidiano, e de acordo com a MTUR (2010 p. 14),

Muitos moradores urbanos viajam com o intuito de reencontrar suas raízes, interagir com a comunidade local, participar de suas festas tradicionais, desfrutar da hospitalidade e do aconchego nas propriedades, conhecer o patrimônio histórico e natural no meio rural, conviver com os modos de vida, tradições, costumes e com as formas de produção das populações do interior, vivenciar novas experiências,

buscar novos conhecimentos, saberes, descansar física e mentalmente, fugir da rotina da vida urbana e adquirir produtos típicos.

E para salientar a resposta do Gráfico 01, podemos observar no Gráfico 2 o que mais motivou o caminhante a participar deste evento que foi a beleza natural do roteiro seguido pela motivação de estar no evento com a família e amigos e pela cultura local.

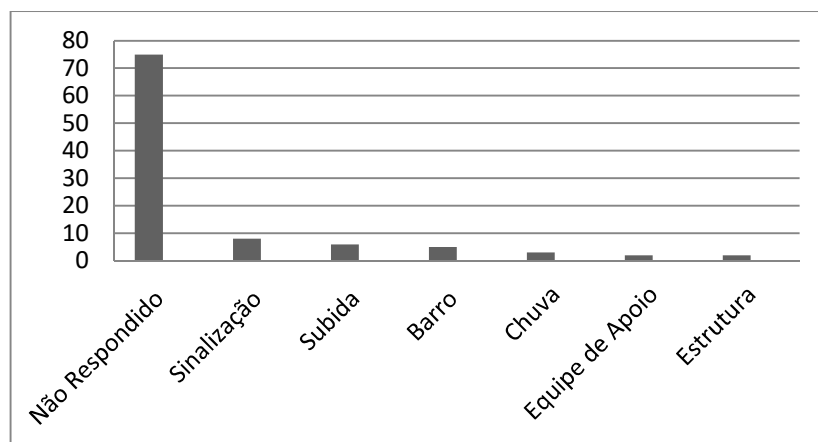
Gráfico 2 – O que motivou a participar do evento



Fonte: A autora, 2018.

Registrou-se também o que menos agradou aos caminhantes, conforme mostra o Gráfico 3.

Gráfico 3 – O que menos agradou os caminhantes

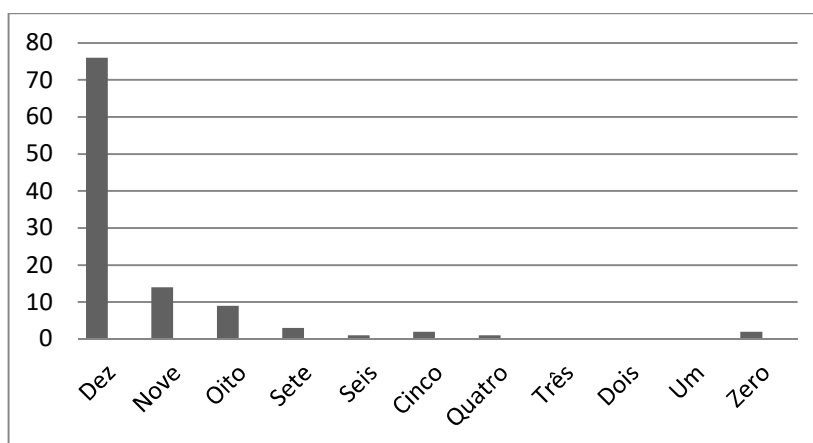


Fonte: A autora, 2018.

A maioria dos respondentes não ter respondido essa questão demonstra grande satisfação com o evento, os caminhantes que responderam indicaram a sinalização como fator negativo seguido da subida e barro como ilustrado no Gráfico 3.

Para compreender se os caminhantes têm interesse em participar do roteiro fixo ao longo do ano foi aplicada a seguinte questão: “Se as caminhadas ocorressem o ano todo você tem interesse em participar de um roteiro de turismo rural em Cianorte?” E como resposta os caminhantes podiam atribuir uma nota de 0 a 10 como indicado no Gráfico 4.

Gráfico 4 – Interesse em roteiro fixo de turismo rural em Vidigal



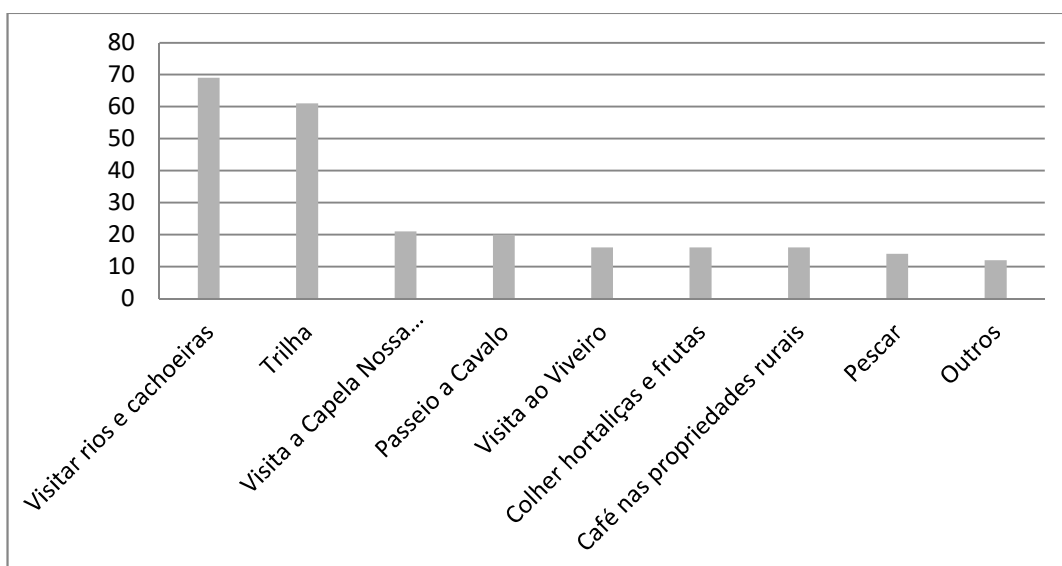
Fonte: A autora, 2018.

Observou-se que 70% dos respondentes atribuíram nota dez ao seu interesse na existência de um roteiro fixo de Turismo Rural como ocorre nas Caminhadas na Natureza no distrito de Vidigal e quando questionados sobre “Recomendaria o evento à alguém?”, todos os 108 questionários foram respondidos com sim, o que mostra algo positivo para um possível roteiro de Turismo Rural na rota das Caminhadas na Natureza. E ainda, foi mencionado em que período os participantes gostariam de participar desse roteiro, a maioria respondeu que nos finais de semana representando cerca de 85%, seguido dos feriados com cerca de 13%, o que significa que os finais de semana, resultariam em períodos mais propícios para receber os caminhantes.

Também houve uma pergunta sobre quais atividades não poderiam faltar no possível roteiro. Para auxiliar os respondentes, foi mencionado no questionário sugestões destas atividades como: pesca; visitar rios e cachoeiras; café nas propriedades rurais; visitar o viveiro; visitar a capela Nossa Senhora

das Dores; passeio à cavalo; colher hortaliças e frutas e outros. Podendo os caminhantes responder mais que uma atividade. Observe o Gráfico 5:

Gráfico 5 – Atividades que não pode faltar no roteiro fixo de turismo rural em Vidigal

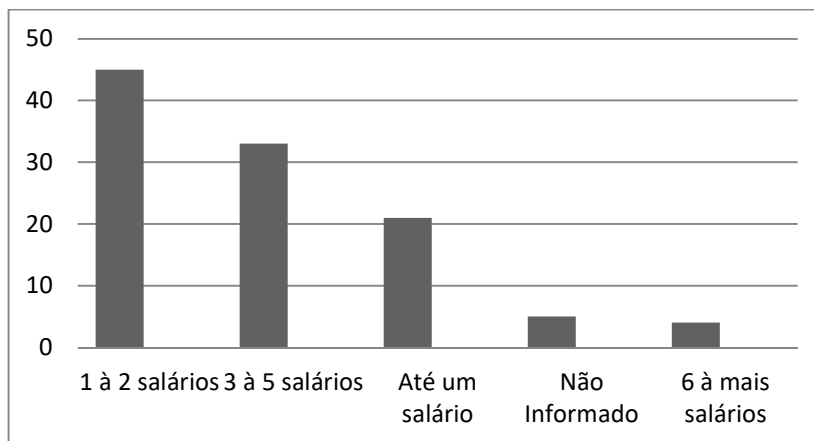


Fonte: A autora, 2018.

Pode-se observar que como principal atividade turística que o caminhante respondeu foi visitar rios e cachoeiras com um total de 28%, seguido da atividade de trilha que corresponde a 25% entre as demais. O que pode se perceber, que as atividades que mais foram apontadas como as principais para se ter no roteiro fixo são atividades ligadas a recursos naturais onde não ocorre a ação antrópica, viáveis para alternativas de ecoturismo e atividades de turismo rural.

Além disso, o questionário conteve uma questão sobre renda mensal dos caminhantes. Observou-se que a maioria dos respondentes tem uma renda mensal igual a dois salários mínimos como consta no Gráfico 6:

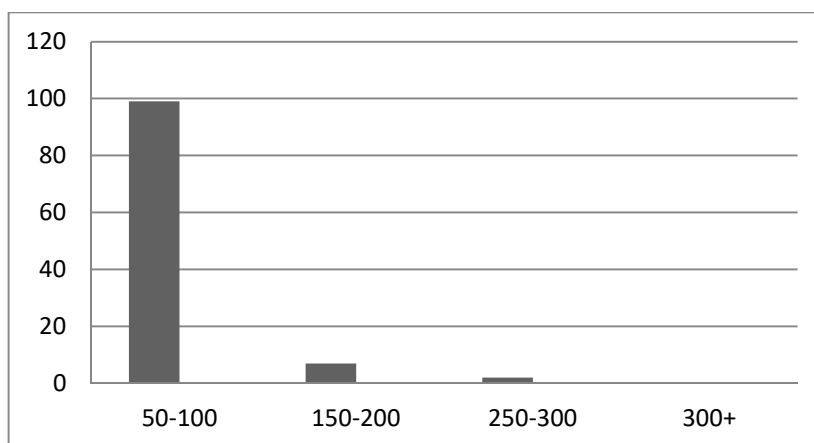
Gráfico 6 – Renda mensal



Fonte: A autora, 2018.

Observa-se, portanto, que cerca de 42% dos caminhantes ganham até dois salários mínimos, vemos também que cerca de 30% ganham de 3 à 5 salários mínimos, entretanto, percebe-se que em outra pergunta foi questionado à estas mesmas pessoas, qual valor elas estariam dispostas a gastar em um possível roteiro fixo no distrito de Vidigal, observe o Gráfico 7:

Gráfico 7 – Quanto estaria disposto a gastar no roteiro



Fonte: A autora, 2018.

Entende-se que, a renda dos participantes entre dois salários mínimos e três à cinco salários mínimos, é baixa para contribuir com os possíveis bens e serviços turísticos que podem futuramente estarem disponíveis no distrito de Vidigal (meios de hospedagens, restaurantes, atrativos, etc). Entretanto se o roteiro for desenvolvido por apenas um dia, os turistas conseguem ter poucos gastos.

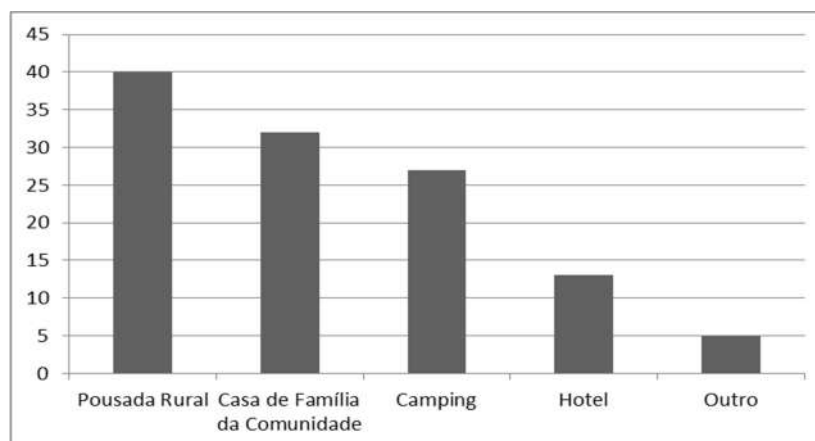
Como observado no Gráfico 7, os participantes responderam o quanto gostariam de gastar nesse possível roteiro, e 92% dos questionários respondidos era entre 50 à 100, no qual se percebe, que é um gasto razoável para o roteiro de um dia nas propriedades rurais.

Os caminhantes também responderam “como viriam?” se viriam, sozinhos, com amigos, família ou excursão. Essa também foi uma das perguntas que o caminhante pode escolher mais que uma alternativa, aproximadamente cerca de 48% responderam que viriam com a família seguido com 45% respondidos que viriam com os amigos, 6% viriam sozinhos e 1% viriam de excursão.

Sobre o tempo de permanência no distrito de Vidigal, no qual foi perguntado aos respondentes, a maioria respondeu que gostariam de ficar no máximo um dia inteiro sem pernoite no qual corresponde à 38%, seguido por entre ficar mais ou menos cerca de duas horas representando 36%.

O distrito de Vidigal não apresenta meios de hospedagens, pois, as pessoas que visitam Vidigal geralmente se hospedam no município de Cianorte, quando estas não ficam na casa de parentes que vivem no distrito. Com isso, perguntamos, sobre onde eles gostariam de se hospedar, se houvessem possíveis meios de hospedagens para um roteiro fixo de turismo rural, como mostrado no Gráfico 8:

Gráfico 8 – Possíveis meios de hospedagens para um roteiro fixo de turismo rural



Fonte: A autora, 2018.

Observa-se que, conforme o Gráfico 8, 34% dos respondentes gostaria de se hospedar em uma pousada rural e 28% em casa de família da comunidade, no qual podemos perceber que, os respondentes, mesmo não querendo pagar um valor alto para gastar no local conforme mostrado no Gráfico 07, e mesmo não demonstrando interesse de pernoitar no distrito, talvez, ter um local para se hospedar que tenha um valor razoável, possa mudar a opinião deles. Observa-se um grande interesse dos caminhantes em se hospedar em equipamentos de hospedagem de pequeno porte ou porte médio como as pousadas

rurais e, ainda, em casas de famílias da comunidade, o que destaca grande possibilidade em trabalhar o potencial comunitário do roteiro. Nota-se que o distrito de Vidigal por possuir um percurso rural e natural, pode atrair outras pessoas, tornando então coerente articular um roteiro fixo de turismo rural.

CONCLUSÕES

Conclui-se que, o distrito de Vidigal tem potencial para implementar Roteiro de Turismo Rural tomando como base a demanda potencial. Os caminhantes acharam interessante a ideia de implementação desse roteiro na localidade, pois, Vidigal possui muitas áreas rurais e apresenta uma paisagem cativante na zona rural.

No que se observa nos resultados obtidos através da tabulação dos questionários é que a demanda dos caminhantes representam uma idade entre 40 á 60, ou seja, é uma faixa etária que demonstram ser mais família, no qual observado no gráfico 2, temos uma resposta: “ família e amigos” na pergunta de motivação de participar do evento, em que ficou no segundo lugar, e outra resposta de afirmação do questionário “como viriam?” a alternativa mais escolhida foi com a família, sendo assim, podemos afirmar que a demanda específica das caminhadas na natureza é uma demanda mais família.

Os participantes também puderam opinar o que mais agradou e o que menos agradou, como mostrado nos gráficos 1 e 3. Como esperado, a natureza é o que mais agradou no evento, mas, em uma pequena porcentagem como mostra o gráfico 3, vemos que, a sinalização foi algo que não agradou muito os participantes, e para justificar essa resposta, alega-se por observação, a aglomeração de pessoas correndo em grandes partes dos trechos para chegarem ao final do percurso, pois no dia/momento estava chovendo.

Em geral, o evento caminhadas na natureza, teve uma avaliação muito boa. Conclui-se essa afirmação devido ás alternativas que questiona-se o caminhante sobre: “interesse em um roteiro fixo de turismo rural em Vidigal” e “recomendaria o evento á alguém?”. Todas essas respostas foram positivas, contribuindo para o possível desenvolvimento de um roteiro fixo de turismo rural no distrito de Vidigal, Cianorte.

Para a implementação de um roteiro fixo de turismo rural deve-se comunicar a gestão pública municipal de Cianorte sobre a viabilidade que esse roteiro pode apresentar em aspectos sociais, econômicos e ambientais para o Distrito de Vidigal. O parecer do projeto científico consistiu em analisar a demanda turística de Cianorte em meio do evento Caminhadas Internacionais na Natureza para disponibilizar ao município um novo meio estratégico implementando um roteiro rural que será fixo e irá trazer benefícios para o distrito de Vidigal.

Ainda sobre a conclusão do projeto científico, avaliam-se as ações como primordial para o alcance dos resultados. A pesquisa de demanda turística, foi o foco deste projeto, trazendo resultados positivos para o município de Cianorte e para o distrito de Vidigal, como a valorização do local através das Caminhadas na Natureza e a implementação de um possível roteiro fixo de turismo rural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Idaliana Ferreira Motta. O Turismo de Base Comunitária: O Caso das Caminhadas na Natureza no Município de Cianorte. IV Encontro Anual de Iniciação Científica da UNESPAR (EAIC), 2018, Paranaguá. **Anais do IV Encontro Anual de Iniciação Científica da UNESPAR (EAIC)**. Universidade Estadual do Paraná, 2018, p. 649-661.

IRVING; Marte de Azevedo. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? In: BARTHOLO, Roberto; SAN SOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan (Orgs). **Turismo de Base Comunitária. Diversidade de Olhares e Experiências Brasileiras**. Letra e Imagem, Rio de Janeiro RJ, 2009.

BRASIL, Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. **Turismo Rural: Orientações Básicas**. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

EMATER. **Estratégias Metodológicas da Extensão Rural do Paraná**. EMATER Curitiba, PR, 2010.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/index.php>> Acesso em: 10/2018.

MARQUES, Wagner Luiz. **História de Cianorte – Sua Evolução**. 2 V. 1 Ed. Clube de Autores, Cianorte PR, 2013.

MOCELLIM, Alan Delazeri. A Comunidade: da Sociologia Clássica à Sociologia Contemporânea. **PLURAL, Revista de Ciências Sociais**, 2011, vol. 17, n. 2, p. 105-125.

Prefeitura Municipal de Cianorte. Disponível em: < <http://www.cianorte.pr.gov.br/> > Acesso em: 02/08/2018.

TULIK, Olga. **Turismo Rural**. 2 Ed. São Paulo: Aleph, 2003. – (Coleção ABC, do Turismo)

AS CONTRADIÇÕES DO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA BRASILEIRO: O PENSAMENTO CEPALINO E A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA

Jackson de Andrade dos Reis (PIC, Fundação Araucária)
Unespar/Campus de Campo Mourão - jackson.contato1@outlook.com

Sérgio Luiz Maybuk (Orientador), Unespar campus de Campo Mourão - sergio.maybuk@unespar.edu.br

Palavras-Chave: Dependência. Desenvolvimento. Subdesenvolvimento.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa centra-se no estudo do subdesenvolvimento brasileiro, buscando interpretá-lo de acordo com diferentes correntes do pensamento. Entendida como uma condição histórica-estrutural, na qual forma-se uma estrutura econômica híbrida, a conceituação e compreensão das particularidades do subdesenvolvimento tornam-se necessárias enquanto ponto de partida para elaboração de programas e planos de desenvolvimento socioeconômico. Destarte, objetiva-se sintetizar as principais hipóteses a respeito das particularidades estruturais da economia brasileira, que perpassam pelos arcabouços teóricos desenvolvidos por economistas vinculados à Comissão Econômica Para a América Latina e Caribe (CEPAL) e pela Teoria Marxista da Dependência. Para tal, fez-se o resgate de ensaios de pensadores de tais correntes, por meio de livros e revistas publicadas. Salientamos, ainda, que as perspectivas teóricas aqui expostas foram elaboradas em contextos específicos da histórica econômica brasileira e latino-americana. Entende-se, assim, que a compreensão das particularidades do subdesenvolvimento e das tentativas de superá-lo num determinado contexto histórico, se faz necessária como base de norteio à compreensão do desenvolvimento econômico e como alcançá-lo.

MATERIAIS E MÉTODOS

Na **primeira seção**, utilizou-se: o relatório “*O Desenvolvimento Econômico da América Latina e alguns de seus Principais Problemas*”, escrito por Raúl Prebisch, em 1949; os capítulos 1 e 2 do livro “*Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*”, de Ricardo Bielschowsky e o capítulo 4 de “*Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*”, de Celso Furtado. Na **segunda seção**: o artigo “*Auge e declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil*”, de Maria da Conceição Tavares; os capítulos 4 e 11 do livro “*A Ordem do Progresso: dois séculos de política econômica no Brasil*”, do organizador Marcelo de Paiva Abreu; o capítulo 6 de “*Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*”, de Celso Furtado; o capítulo 10 de “*Economia Brasileira: uma introdução crítica*” de Bresser-Pereira; o capítulo 24 de “*Economia Industrial: Fundamentos*

Teóricos e Práticos no Brasil”, dos organizadores David Kupfer e Lia Hasenclever; bem como o livro “*Estatísticas Históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988*”, do IBGE. Na **terceira seção**: o ensaio “*Dialética da Dependência*” e uma seção de “*Subdesenvolvimento e Revolução*”, ambos de Ruy Mauro Marini. A metodologia baseou-se na descrição bibliográfica dos referidos estudos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Desenvolvimento e subdesenvolvimento na CEPAL: a economia política latino-americana e os problemas do desenvolvimento econômico

Vinculado à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) - que surge com o objetivo de diagnosticar os principais problemas do desenvolvimento econômico latino-americano, captar a dinâmica de seu funcionamento e elaborar propostas aos *policymakers* -, Raúl Prebisch inaugura seus trabalhos em 1949, lançando as bases que viriam a nortear outras diversas pesquisas de economistas vinculados à referida comissão.

Introdutoriamente, Prebisch lança sua crítica à *teoria das vantagens comparativas*, base teórica que sustentara, até então, a defesa do livre intercâmbio entre países como um meio de desenvolver, de forma global, suas economias, especializando-os em determinadas atividades, que se complementariam pela divisão internacional do trabalho. Para Prebisch, na organização mundial produtiva que vigorava à sua época, os países latino-americanos encontravam-se em posições acanhadas, como produtores de matérias-primas e alimentos, enquanto a produção industrial sofisticada era atividade de especialidade dos países europeus. Isto não seria um problema se, contudo, não ocorresse um fenômeno de caráter problemático que o economista argentino chama a atenção: a distribuição não-equitativa do progresso técnico entre os países industrializados e primários. Enquanto determinados países auferiram benefícios deste progresso, outros não o fizeram e, ao contrário, transferiram-no ao conjunto dos primeiros. É neste sentido que Prebisch conceitua o grupo que compõe os primeiros países como *Centro*, e os segundos como *Periferia*, deixando nítida, destarte, a sua crítica ao método hipotético-dedutivo que impusera um caráter teórico universal a economias de estruturas produtivas particulares. Desta maneira, Prebisch afirma:

Se por coletividade entende-se tão-somente o conjunto dos grandes países industrializados, é verdade que o fruto do progresso técnico distribui-se gradativamente entre todos os grupos e classes sociais. Todavia, se o conceito de coletividade também é estendido à periferia da economia mundial, essa generalização passa a carregar em si um grave erro. Os imensos benefícios do desenvolvimento da produtividade não

chegaram à periferia numa medida comparável àquela de que logrou desfrutar a população desses grandes países. Daí as acentuadíssimas diferenças nos padrões de vida das massas destes e daquela, assim como as notórias discrepâncias entre as suas respectivas forças de capitalização, uma vez que a massa de poupança depende primordialmente do aumento da produtividade. (PREBISCH, 1999, p. 72).

As críticas proferidas ao método analítico em vigor faria com que se inaugurasse, na América Latina, a corrente de pensamento econômico, que aqui trata este trabalho, conhecida como *estruturalista-desenvolvimentista* ou *cepalina*. Os pensadores desta corrente compreendiam que a formação da organização social-produtiva teria sido efetuada por um processo histórico diferente da formação das economias do Centro – e é a esta diferença, ao nosso entender, que se trata a conceituação destas em Centro e Periferia.

Para demonstrar que o progresso técnico não havia sido auferido entre as economias de maneira equitativa, o economista argentino analisa a capacidade de importar de um mesmo *quantum* de bens primários exportados, entre 1870 a 1930, e conclui que, no fim da série, os bens primários conseguiam importar uma quantidade menor de bens manufaturados, em relação à quantidade importada no início da série, indicando, *coeteris paribus*, que o preço dos bens exportados havia caído enquanto os preços dos bens manufaturados mantiveram-se constantes. De acordo com o economista cepalino, esta constatação permite considerar que os preços não declinaram conforme o progresso técnico auferido, pois, não obstante à queda do custo devida ao aumento da produtividade, a renda dos empresários e dos fatores produtivos elevou-se. Por outro lado, se a elevação da renda, nas estruturas periféricas e centrais, houvesse ocorrido proporcionalmente com suas produtividades, a relação de preços entre os produtos primários e manufaturados teria favorecido os primeiros. Como a referida relação de preços se deteriorou para os primeiros, evidencia-se que a renda dos fatores produtivos cresceu, no centro industrializado, em magnitude maior do que a produtividade, e, na periferia, em magnitude menor que a produtividade correspondente. (PREBISCH, 1999, p. 83). De acordo com Bielschowsky (2016, p. 17), a consequência destas condições se daria que “a disparidade [entre Centro-Periferia] se acirraria, ainda, pelo fato de que o centro tende a reduzir a taxa de expansão das importações de produtos primários à medida que prossegue o progresso técnico poupador de insumos primários, de modo que as taxas de crescimento da periferia tendem a ser menores do que as já modestas taxas do centro”.

Afirmando a limitação da posição auferida pela América Latina na então divisão internacional do trabalho, Prebisch invoca a necessidade de um processo de industrialização, que, segundo ele, seria o único meio de que os países latinos têm de lançar mão para captar uma parte do fruto do progresso técnico e elevar gradativamente o consumo das massas. (PREBISCH, 1999, p. 72). Em síntese, nesta relação histórica, os centros mantiveram de maneira integral o fruto do progresso técnico advindo de suas

indústrias, ao passo que os países periféricos transferiram a eles uma fração do fruto do seu próprio progresso técnico; o que Prebisch invoca é, portanto, uma mudança estrutural que permita a distribuição equitativa do progresso técnico, sem romper, necessariamente, com o mercado internacional, mas, sim, mudando qualitativamente a pauta de produção-exportação.

A perspectiva cepalina-desenvolvimentista de Celso Furtado quanto ao subdesenvolvimento

A análise de Furtado parte da constatação de que o núcleo industrial europeu do séc. XVIII condicionou o desenvolvimento econômico mundial ao gerar uma ruptura na economia global. O pensador afirma que a ação desse núcleo dinâmico passou a incidir-se sobre três direções distintas.

A primeira marca a linha de desenvolvimento, dentro da própria Europa ocidental, no quadro das divisões políticas que se haviam cristalizado na etapa mercantilista anterior. Esse desenvolvimento [...] caracterizou-se pela desorganização da economia artesanal pré-capitalista e pela progressiva absorção dos fatores liberados em nível mais alto de produtividade. (FURTADO, 2016, p. 160).

Deste o ponto de vista que nos interessa, a terceira linha de expansão dera-se em direção a terras já ocupadas, onde a organização produtiva prevalecida articulava-se de maneira pré-capitalista em relação à economia industrial europeia. Segundo o pensador, o impacto do contato de uma vigorosa economia capitalista com economias arcaicas se dera de maneira diferente em cada região, de acordo com as circunstâncias locais, indo desde o interesse de abrir linhas de comércio ao de fomentar a produção de matérias-primas demandadas nos centros industriais em expansão. O resultado disto foi

[...] a criação de **estruturas híbridas**, uma parte das quais tendia a comportar-se como um sistema capitalista, a outra, a manter-se dentro da estrutura preexistente. Esse tipo de **economia dualista** constitui, especificamente, o fenômeno do subdesenvolvimento contemporâneo. (FURTADO, 2016, p. 161, grifo nosso).

Pode-se afirmar, assim, que a conceituação de Furtado a respeito do subdesenvolvimento é dada segundo a sua compreensão de um processo histórico autônomo, decorrente da expansão capitalista do núcleo industrial europeu, cujo próprio subdesenvolvimento é um subproduto – sendo, destarte, o resultado do desenvolvimento econômico do centro e não um processo pelo qual os países centrais necessariamente passaram. Pode-se entender como “*estruturas híbridas*” ou “*economia dualista*” a forma com que se apresenta a organização produtiva subdesenvolvida, cuja expressão é a *heterogeneidade* produtiva do sistema. Nesta, a tecnologia produtiva tende a concentrar-se nos setores capitalistas, geralmente exportadores, que são incapazes de difundir as técnicas modernas para toda a economia, de tal maneira que se obstrui a absorção completa de mão de obra e o pleno uso da capacidade instalada –

neste sentido, pode-se configurar o fenômeno do desemprego involuntário como característico de uma economia subdesenvolvida.

Destarte, Furtado reforça a tese estruturalista de Prebisch de que a expansão do comércio internacional do séc. XIX não conduziu a uma propagação homogênea do modo de produção capitalista. Reforça, assim, a sua perspectiva estruturalista, ao afirmar que a definição de subdesenvolvimento perpassa pela compreensão de uma estrutura produtiva, em que a plena utilização do estoque de capital disponível não é uma condição suficiente para a completa absorção da força de trabalho. Isto seria devido ao fato de que o crescimento de economias subdesenvolvidas ocorre por meio da assimilação de técnicas já criadas no centro; ou seja, o progresso técnico é exógeno à economia subdesenvolvida, de tal maneira que as técnicas que o caracterizam são replicadas por meio de um processo de externo entre as duas estruturas (desenvolvidas e arcaicas), e não criadas pelas próprias condições particulares que se encontra a economia de caráter pré-capitalista.

Traços gerais do desenvolvimentismo proposto por Prebisch e CEPAL: teses em defesa da industrialização como superação do subdesenvolvimento.

Ao identificar o subdesenvolvimento como uma condição da periferia, que se expressa numa estrutura produtiva heterogênea e dualista, a perspectiva estruturalista reivindicou um processo de industrialização que, ao absorver as técnicas produtivas modernas, acreditavam ser necessário para as economias latino-americanas superarem o subdesenvolvimento. Para estes pensadores, no entanto, tal processo não ocorreria através do *laissez-faire*, *laissez-passer*, justamente porque fora a livre movimentação de fatores, por meio dos mecanismos do livre mercado, que condicionara à América Latina a condição de subdesenvolvida. Transposta ao caso brasileiro, concorda-se com Bielschowsky (2016, p. 7) quando este autor define o desenvolvimentismo como a ideologia de transformação da sociedade brasileira delineada pelo projeto econômico que se compõe do seguinte ponto fundamental: a industrialização é o meio de superação do subdesenvolvimento brasileiro. Não há, contudo, formas de lograr uma industrialização eficiente e racional no país por meio da espontaneidade de mercado; por isso, é necessário o planejamento estatal. Este tem de definir a ampliação desejada dos setores econômicos e os instrumentos de atuação dessa ampliação. Para tal, o Estado tem de ordenar a execução da expansão, obtendo e direcionando recursos financeiros, e promovendo investimentos diretos nos setores em que a iniciativa privada seja insuficiente.

Neste sentido, o planejamento e o protecionismo foram dogmas defendidos pelos economistas provenientes do pensamento cepalino-estruturalista. Em um de seus relatórios, a CEPAL afirma que o

planejamento deve começar pelas projeções gerais da economia (de taxas de investimentos, da relação produto-capital, de demanda interna e externa), continuar por meio do estudo dos diversos setores e confrontar as primeiras com os resultados parciais obtidos nos estudos dos diferentes ramos. Assim, mais do que controlar as variáveis macroeconômicas para fazer a atividade econômica alcançar a plena capacidade produtiva e assim se manter, o planejamento na perspectiva estruturalista tinha como objetivo primordial o processo de industrialização, de tal forma que a política econômica deveria estar submetida ao objetivo da mudança estrutural que decorre de tal processo.

Dadas as limitações, não se alongará muito neste sentido. Cabe afirmar que, identificando a industrialização como maneira de superar as estruturas subdesenvolvidas, os economistas de vertente desenvolvimentista atuaram no sentido de defender a utilização do Estado, por meio da técnica de planejamento e do protecionismo, para a promoção do desenvolvimento. A política econômica, destarte, deveria estar direcionada à promoção-fortalecimento da capacidade produtiva industrial local, de tal maneira que o excedente de trabalho fosse absorvido por atividades de maior valor adicionado *per capita*.

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA

A industrialização brasileira assumiu, em termos gerais, o caráter de um processo de substituição de importações, que despontara no horizonte da economia nacional com a crise mundial em 1929. Se bem que já existissem algumas unidades industriais em décadas anteriores, o fato é que a estrutura produtiva brasileira se levantou e se reproduziu sobre um modelo primário-exportador, isto é, um modelo cujo crescimento econômico estava ditado “para fora”. Assim, o setor exportador constituía o centro dinâmico da economia, cabendo-lhe a responsabilidade do crescimento econômico, enquanto que as importações satisfaziam a demanda proveniente da renda gerada pelos possuidores de fatores utilizados neste setor. De acordo com Tavares (2000, p. 218):

De modo geral, o desenvolvimento do setor exportador deu lugar a um processo de urbanização mais ou menos intenso ao longo do qual se iam estabelecendo as chamadas indústrias de bens de consumo interno, tais como as de tecido, calçado, vestuário, móveis etc. Estas, como se sabe, são indústrias tradicionais, de baixo nível de produtividade, presentes em quase toda a América Latina, que surgiram no bojo do próprio modelo exportador.

Este modelo de crescimento, cuja diversificação produtiva estava limitada à produção de um a dois tipos de bens primários, encontraria seu ponto crítico a partir da crise da década de 30. Ao irromper a crise, o setor Cafeeiro (que constituía o centro dinâmico da atividade econômica brasileira até então) encontrava-se substancialmente debilitado.

A partir das restrições, o governo brasileiro à época passou a tomar medidas de defesa do emprego, mantendo o nível de renda interna, como forma de defender-se do desequilíbrio externo. A principal medida de defesa foi baseada em políticas fiscais expansionistas, em especial à aquisição de café. Dada a substancial queda da capacidade de importar, a demanda sustentada por tais políticas passou a pressionar o mercado interno, no sentido de estimular a utilização da capacidade produtiva industrial instalada a produzir bens que antes eram adquiridos por meio de importações. Celso Furtado (2016, p. 208) aponta que a desvalorização cambial, proveniente deste cenário de queda do preço das exportações do café, contribuiu para gerar uma industrialização nascente de forma “espontânea”, no sentido de que pelas próprias contradições da então divisão internacional do trabalho, fazia-se nascer a necessidade de um novo centro dinâmico para a América Latina. Nas palavras de Furtado (2016, p. 208):

O incipiente setor industrial encontrou-se, assim, em face de significativa ampliação relativa do mercado interno, do qual os produtos importados eram excluídos por uma grande elevação de preços relativos. Em toda a década de 1930, a produção industrial cresceu fortemente, através de uma utilização intensiva do equipamento já instalado, da importação de equipamentos de segunda mão e de outros expedientes.

Assistiu-se, no Brasil, o deslocamento para um novo centro dinâmico, cuja maior expressão era a inicial e pujante atividade industrial voltada a atender a demanda interna. Desta forma, houve uma perda relativa do setor externo na geração de crescimento da renda nacional e um aumento da participação da atividade interna neste. Isto não significou, contudo, que o setor externo deixou de exercer um papel para a dinamização da atividade:

[...] apenas houve uma mudança significativa nas suas funções. Em vez de ser o fator diretamente responsável pelo crescimento da renda, através do aumento das exportações, sua contribuição passou a ser decisiva no processo de diversificação da estrutura produtiva, mediante importações de equipamentos e bens intermediários. (TAVARES, 2000, p. 224).

Assim, isso demonstra que a industrialização brasileira via substituição de importações tomou um caráter dependente, no sentido de que o setor industrial necessitava de um *quantum* de divisas necessário para realizar sua formação de capital, o que dependeu do desempenho das atividades exportadoras e da capacidade de financiamento externo.

É a partir da segunda metade da década de 1940, quando a economia brasileira é atingida por desequilíbrios externos e tendências inflacionárias, que o referido processo de substituição de importações ganha um determinado corpo efetivo. Ao buscar superar os problemas causados pelo estrangulamento externo por meio do controle de importações, o governo acabou por promover as bases para sustentar o processo de substituição de importações. Mesmo que não tenha sido sua prioridade, ao estabelecer limites discriminatórios à importação de bens de consumo não essenciais, o governo acabou por estimular à instalação de indústrias dispostas a substituir esses bens.

É com o limiar da década de 1950, contudo, que a ideologia desenvolvimentista se expressou de maneira mais significativa, com a eleição de Vargas assumindo nitidamente o compromisso de aprofundar a industrialização brasileira. A partir de então, visando aprofundar o processo de substituição de importações de bens duráveis de consumo, o país assumia, mesmo que sob as oscilações macroeconômicas típicas de curto prazo, o caráter desenvolvimentista, elaborando planos, programas e políticas voltadas ao estabelecimento e à ampliação da capacidade produtiva industrial. Já nas décadas de 70-80, sustentado pelo crédito do IPI sobre equipamentos, isenções do imposto de importação, crédito subsidiado etc., o processo de substituição aprofunda-se para os bens intermediários e de capital.

Dados os limites, fugiria do escopo deste trabalho analisar minuciosamente os planos elaborados e executados no período considerado. Salienta-se, assim, que o desenvolvimentismo brasileiro vigorou entre 1930-1980, e se expressou por meio de políticas industriais, cujas características gerais foram: a atuação do Estado como empresário, em que se verificou o surgimento de empresas estatais nos setores de infraestrutura, bem como no setor de indústria de transformação como forma de lograr um *pig push* que pudesse tirar o país da armadilha do subdesenvolvimento; o protecionismo sobre a indústria nascente, baseado em uma política comercial com barreiras não tarifárias; o investimento estrangeiro como fonte de financiamento e, também, de homogeneização produtiva, atraindo empresas transnacionais para instalarem filiais no país; e incentivos fiscais setoriais e regionais direcionados a setores considerados prioritários. (KUPFER, 2013, p. 321).

No período considerado, a indústria de transformação, no Brasil, cresceu substancialmente. Baseando-se nos valores apresentados pelo IBGE (1990, p.125) nas Contas Nacionais, a participação da indústria de transformação no PIB a custo de fatores salta, em 1947, de 19,9% para 33,5% em 1980. Não obstante, os problemas sociais pareciam não terem sido superados: enquanto o PIB brasileiro cresceu a uma taxa média anual de 11,2% entre 1968-1973, o salário mínimo, em São Paulo, indicou uma perda de poder aquisitivo de 42%, de 1964 a 1974; a distribuição de renda apontou, também, em direção à concentração: o índice de Gini salta de 0,497 em 1960 para 0,622 em 1972 (LAGO, 2014, p. 236-7). Assistia-se, assim, um considerável esforço de modernização produtiva que, não obstante, foi incapaz de superar uma das características fundamentais do subdesenvolvimento: a desigualdade social. Este modelo, que combinava uma moderna capacidade industrial com a pobreza, fora classificado por Bresser-Pereira (1997, p. 72) como *subdesenvolvimento industrializado*, em que:

Sua característica fundamental é aliar altas taxas de crescimento econômico a um forte processo de concentração da renda, sem que isso represente um aumento significativo da taxa de acumulação de capital: o excedente adicional é basicamente utilizado para a compra de bens de consumo de luxo por capitalistas e tecnoburocratas.

Como, em geral, as apostas de superação do subdesenvolvimento dos cepalinos-desenvolvimentistas estavam voltadas à sustentação da industrialização, e tendo em vista que esta não havia superado o subdesenvolvimento, fez-se necessária uma interpretação do conflito distributivo gerado pelas particularidades da estrutura capitalista brasileira, que pudesse explicar as insuficiências dos esforços desenvolvimentistas.

A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA: CRÍTICA À ECONOMIA POLÍTICA CEPALINA

Segundo Marini, o processo de industrialização no centro do capitalismo, que se efetiva no século XIX, exigiu uma divisão internacional do trabalho, a partir de então, em que países se especializam em setores de produção que atendem à demanda dos demais países que estão mais avançados neste processo. A integração ao mercado mundial é, assim, subordinada à lógica de acumulação de capital do centro. A esta subordinação de nações formalmente independentes, este autor denomina de *dependência*, de tal forma que as relações de produção que compõem as nações subordinadas são modificadas e recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. (MARINI, 2011, p. 135). Assim, num primeiro momento, a necessidade da passagem da acumulação de capital através do mais-valor absoluto para o mais-valor relativo, no centro do sistema, é o motivo pelo qual a América Latina se integra firmemente ao mercado mundial. A materialização disto se dá numa relação de produção/distribuição mundial de riqueza, denominada de divisão internacional do trabalho, em que:

[...] a participação da América Latina no mercado mundial contribuirá para que o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valor absoluto para a de mais-valor relativo, ou seja, que acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do que simplesmente da exploração do trabalhador. (MARINI, 2011, p. 138).

Dessa forma, a função que a América Latina desempenhou, ao integrar-se no mercado mundial, foi a de produzir e ofertar bens de subsistência que compuseram a cesta de mercadorias que forma o valor da força de trabalho dos assalariados das economias do centro.

Mas, não somente a isso se restringiu a sua função. Com a ampliação da capacidade produtiva, permitida pelo processo de acumulação de capital, houve, também, o crescimento da demanda por matérias-primas. Disto decorre que, em consequência à função de baixar o valor real da força de trabalho do centro, a América Latina teve de reorganizar a sua economia, visando atender às necessidades de acumulação do centro. Mas, enquanto a economia capitalista no centro voltou-se à acumulação via aumento da capacidade produtiva do trabalho e mais-valor relativo, a economia capitalista que se forma na periferia, e sustenta a estrutura do centro, volta-se à acumulação via um aumento da utilização das forças físicas do trabalhador aplicadas à produção de bens primários.

A contrapartida da participação da América Latina na desvalorização real da força de trabalho do Centro foi o aumento da composição orgânica dos capitais desta esfera; este aumento tendeu a diluir a massa de mais-valor gerada, reduzindo, assim, a taxa de lucro. A maneira pela qual as economias centrais buscaram frear tal queda foi reorganizando as economias latino-americanas, de tal forma que fosse possível a produção de matérias-primas mais baratadas, com o objetivo de reduzir o valor do capital constante (c) e retornar a um crescimento da taxa de lucro – lembra-se, aqui, que a taxa de lucro particular de um capital é formalizada por Marx como: mais-valor (m) / capital variável (v) + capital constante (c).

Neste processo, observou-se que o aumento da oferta de matérias-primas no mercado mundial foi acompanhado pela respectiva queda do preço desses bens. A exposição Cepalina de Prebisch a respeito deste problema foi exposta na **primeira seção** do presente trabalho. Marini chama a atenção ao fato de que, devido à baixa composição orgânica do capital que caracterizava a América Latina, as quedas dos preços dos produtos primários exportados por estas economias não correspondiam a desvalorizações “reais”, haja vista que é justamente nestes setores que a massa de valor é gerada com maior intensidade e volume. Assim, a proposta teórica do cientista social é explicar este fenômeno por meio do arcabouço teórico de Marx, a respeito do processo global de produção do capital.

Entende-se que Marini baseia-se nas reflexões da seção II do livro III de O Capital, onde Karl Marx trata de explicar como agem os capitais no plano da circulação; de maneira sucinta, ao escrever sobre a transformação dos *Valores em Preços De Produção*, Marx lança luz ao desenvolvimento de uma *Taxa Média de Lucro*. Buscando investigar a realização do mais-valor durante a concorrência entre os capitais, na circulação, o economista político demonstra que Capitais de mesma grandeza, em diferentes setores, possuem preços de custo diferentes e taxas de lucros também diferentes – isso se deve, sobretudo, às diferentes composições orgânicas dos capitais. Assim seguindo, não obstante ao valor das mercadorias, dadas as concorrências entre os capitais de diversas composições, tende-se a gerar uma Taxa Média de Lucro. Será esta, e não a Taxa de Lucro particular, que, multiplicada pelo Capital Global, gerará o Lucro Médio e que, por sua vez, somado ao Preço de Custo, resultará naquilo que Marx denominou de Preço de Produção:

O preço de uma mercadoria, o qual equivale a seu preço de custo *mais* a parte do lucro médio anual, na proporção de suas condições de rotação, corresponde ao capital empregado para produzi-la (e não meramente ao capital consumido em sua produção), é seu preço de produção. (MARX, 2017, p. 192)

Marini utiliza desta análise para inferir que, no comércio mundial, as economias latino-americanas são organizadas e reorganizadas para produzir mercadorias de maior valor; entretanto, e justamente por isto, por meio do mecanismo de mercado, em que é desenvolvida uma Taxa Média de

Lucro, as mercadorias de menor composição orgânica transferem parte de seu valor gerado às de maior composição. Isto significa que, ao se inserirem no comércio internacional ofertando bens primários, os capitais latino-americanos realizam uma massa de valor menor do que a gerada, auferindo conseqüentemente uma taxa de lucro menor do que a particularmente gerada.

O autor aponta dois mecanismos com os quais os capitais considerados no âmbito internacional conseguem driblar a lei do valor. O primeiro ocorre quando, dentro de uma mesma esfera de produção, um capital particular alcança um progresso técnico capaz de reduzir o seu preço de produção abaixo dos concorrentes, sem alterar o preço de mercado. Isso permite vendê-las ao valor socialmente estabelecido, que será maior que o seu, realizando um mais-valor extraordinário. O segundo refere-se à exclusividade da técnica produtiva de determinados produtos, o que confere um poder de mercado aos capitais atuantes nessas esferas. De acordo com Marini, neste mecanismo, o mero fato de que:

[...] algumas (nações) produzam bens que outras não produzem, ou não o fazem com a mesma facilidade, permite que as primeiras iludam a lei do valor, isto é, vendam seus produtos a preços superiores a seu valor, configurando, assim, uma troca desigual. Isso implica que as nações desfavorecidas devem ceder gratuitamente parte do valor que produzem e que essa cessão ou transferência seja acentuada em favor daquele país que lhes venda mercadorias a um preço de produção mais baixo, em virtude de sua maior produtividade. (MARINI, 2011, p.145).

Implica-se, assim, que as economias latino-americanas desenvolvem-se no sentido de criar contra-arrestas à queda da taxa de lucro no centro; o fazem, no entanto, transferindo parte de seu valor a elas, por meio dos referidos mecanismos de mercado. Neste sentido, o subdesenvolvimento não somente coexiste com o desenvolvimento, mas é um subproduto necessário para que o segundo se aprofunde, refletindo, assim, o resultado histórico da dialética do desenvolvimento do capitalismo em âmbito global. Isto porque, devido ao desenvolvimento da capacidade produtiva do centro, com alta composição orgânica do capital, a Taxa de Lucro do capitalismo central tende a cair. É necessário, portanto, uma integração de economias que mantenham sua composição orgânica do capital relativamente baixa, com uma taxa de mais-valor alta, que permita uma alta Taxa de Lucro destes países, para que estes possam transferir uma parte de seu valor produzido às economias centrais.

Como, no modo de produção capitalista, o objetivo é valorizar o valor, a consecução parcial deste ciclo tende a interromper a atividade econômica dos países latino-americanos com menor dificuldade do que a atividade econômica dos países centrais. Marini busca, entretanto, descobrir os motivos pelos quais os capitais que perdem valor no processo concorrencial não são desestimulados a tão ponto de paralisar as suas atividades. O sociólogo volta, assim, sua análise à origem do valor, isto é, ao processo de produção.

Participando ativamente no comércio internacional, as economias latino-americanas que, devido à monopolização dos avanços técnicos da produção, abrem mão das tentativas de contornar a violação da lei do valor no plano da circulação, acabam por desenvolver mecanismos de compensação dentro da esfera do processo de produção. Sendo a transferência de valor, para o capital, uma perda da massa de mais-valor gerada, e sendo o trabalho abstrato a substância social do valor, o meio pelo qual os capitais periféricos encontram para compensar as perdas com comércio internacional passa pela maior utilização da mercadoria criadora de valor, isto é, a força de trabalho.

Marini nos aponta três mecanismos que, juntos, configuram uma relação com a força de trabalho muito particular. O primeiro mecanismo refere-se à forma clássica de extração de mais-valor, denominada, por Marx, de mais-valor absoluto; esta forma de acumulação tem como base a prolongação da jornada de trabalho para além do tempo de trabalho necessário (aquele em que o trabalhador repõe o valor de sua força de trabalho), criando e aumentando, portanto, o tempo de trabalho excedente, em que o trabalhador continua criando uma massa de valor que comporá, por fim, o fundo pelo qual se dá a acumulação de capital. O segundo, ao aumento da intensidade do uso da força de trabalho. Isso significa, primeiramente, que o trabalhador latino-americano despende uma maior força vital no mesmo tempo (ou, jornada) de trabalho, desgastando-se mais além do padrão médio culturalmente determinado. Destarte, com o uso intensivo da capacidade de trabalho, os capitais periféricos obtêm tanto uma massa maior de valor no mesmo tempo (ou jornada) de trabalho, tanto uma quantidade maior de mercadorias. A combinação desses dois mecanismos resulta, endogenamente – isto é, desconsiderando a incidência institucional sobre as relações de mercado –, em um terceiro. Considerando que o valor da força de trabalho é composto pelo tempo de trabalho necessário à produção dos bens que tornam o portador desta força capaz de trabalhar, o uso intensivo dessa capacidade tende a elevar a quantidade dos meios de subsistência necessários e, por consequência, o próprio valor da força de trabalho. Tendo em vista que, de acordo com a definição de subdesenvolvimento apresentada na primeira **seção**, a estrutura produtiva é insuficiente para absorver toda a mão de obra disponível no mercado, a oferta excedente tende a pressionar o preço da força de trabalho abaixo de seu valor. Encontra-se, aqui, o terceiro mecanismo, que é resultado dos dois primeiros, e pode ser compreendido como uma tendência à remuneração insuficiente da força de trabalho de acordo com as necessidades de reprodução material e sociocultural da classe possuidora deste fator produtivo. Nas palavras de Marini, foi importante:

[...] nesse processo, a ruptura da relação entre a remuneração do trabalho e seu valor real, isto é, entre o que se considera como tempo de trabalho necessário e as efetivas necessidades de subsistência do trabalhador. Em outros termos, o aumento do tempo de trabalho excedente tende a se realizar sem alterar o tempo de trabalho necessário, **deixando de restituir o trabalhador o equivalente ao valor criado durante o tempo de trabalho necessário.** (MARINI, 2017, p. 173, grifo nosso).

Ocorre, assim, a transformação do fundo de consumo do trabalhador, expresso no capital variável (v), em fundo de acumulação de capital, isto é, de mais-valor (m). Assim prosseguindo, o capital da economia periférica consegue produzir contra-arrestas à sua queda da taxa de lucro. O faz, entretanto, criando uma tendência à compressão da capacidade de absorção da economia por parte dos assalariados. A implicação desta relação produtiva específica, que caracteriza as economias subdesenvolvidas, se expressa em condições típicas da condição periférica, como baixa propensão marginal a poupar, concentração de renda e riqueza, faixas populacionais que se relacionam mercadologicamente com bens de consumo não-duráveis de baixo valor agregado, subempregos, empregos informais, atividades de subsistência e insuficiência de demanda efetiva. Entende-se que a superexploração é, assim, a expressão do conflito distributivo do valor entre os agentes econômicos em determinados espaços geográficos e históricos, e torna-se o fundamento que permite a reprodução das economias capitalistas dependentes.

A economia exportadora demarca-se, na perspectiva de Marini, pela separação das duas fases do ciclo do capital, isto é, a produção e a circulação: se bem que produzidos internamente, o capital exportador não depende da capacidade de absorção dos assalariados para realizar-se. Destarte, as perdas auferidas no comércio internacional, por meio da transferência de valor, podem ser compensadas com a superexploração, sem que o próprio ciclo seja afetado, desde que tenha sua realização voltada para o exterior. Paralelamente,

A separação entre o consumo individual fundado no salário e o consumo individual engendrado pelo mais-valor não acumulado dá origem, portanto, a uma estratificação do mercado interno, que também é uma diferenciação de esferas de circulação: enquanto a esfera “baixa”, onde se encontram os trabalhadores, se baseia na produção interna, a esfera “alta” de circulação se relaciona com a produção externa. (MARINI, 2011, p. 158-9).

Trata-se, destarte, das características próprias da economia primário-exportadora que foi vista nas **seções** anteriores. Aparentemente superada esta estrutura, o sociólogo afirma que o processo de substituição de importações, mesmo que tenha mudado o eixo de acumulação para uma estrutura produtiva mais elevada, ocorreu com uma capacidade de absorção pré-estabelecida, que antes girava em torno das importações. A obviedade do fenômeno tende a esconder o fato de que, não obstante a esta mudança, os bens produzidos pelos núcleos industriais que substituíam as importações não entravam na cesta de mercadorias que constituíam o valor da força de trabalho brasileira, fazendo com que a demanda por parte da classe assalariada não fosse necessária à realização do capital. Ocorre, assim, uma ampliação da capacidade produtiva e do progresso técnico, típicos da industrialização e, contudo, as condições subdesenvolvidas permanecem pujantes na economia brasileira. A este respeito, afirma Marini:

Partindo então do modo de circulação que caracterizara a economia exportadora, a economia industrial dependente reproduz, de forma específica, a acumulação de capital baseada na superexploração do trabalhador. Em consequência, reproduz também o

modo de circulação que corresponde a esse tipo de acumulação, ainda que de maneira modificada: já não é a dissociação entre a produção e a circulação de mercadorias em função do mercado mundial o que opera, mas a separação entre a esfera alta e a esfera baixa da circulação no interior mesmo da economia. (MARINI, 2011, p. 164).

Sobre esta base, a produção industrial teve que encontrar nas camadas altas e médias da sociedade meios para realizar o capital e reproduzir seu ciclo. Tendo em vista que a capacidade de absorção dos capitalistas depende, *coeteris paribus*, do mais-valor e de sua repartição entre consumo e acumulação, a ampliação do mercado de bens manufaturados substituídos só poderia ser efetuada mediante o aumento da superexploração da força de trabalho mediante a incorporação exógena de técnicas produtivas – esta última, ao criar obrigações de remuneração ao capital externo, tendeu a aprofundar o conflito distributivo. As implicações deste processo resultaram, como visto em seções anteriores, numa modernização produtiva acompanhada pela concentração de renda, o que fez, ao final do esgotamento da substituição de importações na década de 60, a economia brasileira retornar a apresentar tendências ao exterior, devido à insuficiência da capacidade de absorção interna.

CONCLUSÕES

Na **primeira seção**, apresentou-se as definições de subdesenvolvimento na perspectiva cepalina, bem como os traços gerais de como superá-lo. Na **segunda**, discorreu-se sobre as características da economia primário-exportadora e sua superação pela industrialização iniciada pelo processo de substituição de importações. Viu-se, também, que, ao final do processo, a economia brasileira havia se modernizado em termos técnicos e produtivos, e, não obstante, seus problemas haviam se perpetuado. Complementando-as com a análise da **terceira seção**, compreendeu-se como foi possível a sustentação tanto da acumulação de capital, quanto do padrão de consumo dos portadores de capitais. As economias que se integram ao comércio mundial da forma como expusemos, o fazem sacrificando o consumo assalariado, vinculando-o à circulação de subsistência. Quando chegada a superação da estrutura primário-exportadora, a industrialização que se levantara sobre as bases da superexploração foi incapaz de superar os problemas do subdesenvolvimento, contrariando as expectativas cepalinas.

Com as reflexões trazidas por ambas as correntes de pensamento, há de se compreender que, mais do que o desenvolvimento das técnicas produtivas em si, torna-se necessária a análise das relações de produção sobre as quais elas são engendradas. Não tendo sido superado, o conflito distributivo perpetuado pelo processo de industrialização tendeu a criar modernizações autoritárias, caracterizando, no final do processo, uma estrutura de subdesenvolvimento industrializado. Neste sentido, a compreensão do subdesenvolvimento por esta via traz à luz, aos formuladores de programas e planos de

desenvolvimento, que encarando os problemas fundamentais do subdesenvolvimento somente pelo prisma da técnica produtiva e da conseqüente modernização, esquece-se que a abundância material engendrada pelo progresso técnico pode conviver com o pauperismo de uma camada da sociedade. Destarte, compreendeu-se que, caso desenhe-se no sentido desenvolver suas condições socioeconômicas, a atuação institucional do Estado tem de efetuar uma profunda captação teórica das condições que engendram a dependência, o conflito distributivo do valor, o subdesenvolvimento e as relações de produção que os engendra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BIELSCHOWSKY, Ricardo. Introdução Geral. *In*: BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Contraponto, p. 5-29, 2016.
- FERRAZ, João Carlos et al. Experiências Nacionais: os países da OCDE e o Brasil. *In*: KUPFER, David(org.). **Economia Industrial: fundamentos teóricos e práticos no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, p. 321-322, 2013.
- FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Cidade: Rio de Janeiro, Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, p. 160-213, 2016.
- IBGE. Sistema de Contas Nacionais, Quadro sete. *In*: IBGE. **Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988**. Rio de Janeiro: IBGE, p. 125-128, 1990.
- KARL, Marx. Formação de uma taxa geral de lucro (taxa média de lucro) e transformação dos valores das mercadorias em preços de produção. *In*: MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política: livro III: o processo global da produção capitalista**. São Paulo: Editora Boitempo, p. 189-207, 2017.
- LAGO, Luiz Aranha Correa. Política salarial, distribuição de renda e emprego. *In*: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). **A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, p. 234-237, 2014.
- MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. *In*: TRASPADINI, R.; STEDILE, J.P. (org.). **Ruy Mauro Marini: Vida e obra**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, p. 131-173, 2011.
- MARINI, Ruy Mauro. O Movimento Revolucionário Brasileiro. *In*: MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e Revolução**. Florianópolis: Insular, p. 171-177, 2017.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. O modelo de subdesenvolvimento industrializado. *In*: PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Economia brasileira: uma introdução crítica**. São Paulo: Editora 34, p. 71-75, 1998.
- PREBISCH, Raúl. O Desenvolvimento Econômico da América latina e Alguns de seus Problemas Principais. *In*: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). **50 anos de pensamento na CEPAL**. São Paulo: Editora Record, p. 69-137, 2000.

TAVARES, Maria da Conceição. Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil. *In*: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). **50 anos de pensamento na CEPAL**. São Paulo: Record, p. 217-239, 2000.

PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES: ESTUDO DA RELAÇÃO ENTRE A EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL E A GOVERNANÇA CORPORATIVA DE EMPRESAS COM AÇÕES NEGOCIADAS NA B3

Kaoane Ziemmer (PIC)

Unespar/Campus de Paranaguá, kaoane.ziemmers@gmail.com

Raphael Vinicius Weigert Camargo (Orientador)

Unespar/Campus de Paranaguá, raphael.camargo@unespar.edu.br

Palavras-chave: Evidenciação Contábil. Contingências. Governança Corporativa.

INTRODUÇÃO

De acordo com Farias (2006), a Contabilidade tem o objetivo de gerar informações que demonstrem a posição financeira e econômica em períodos específicos de tempo, auxiliando nas tomadas de decisões dos usuários em geral. Dessa maneira, não se deve esperar a ocorrência de um evento futuro para o reconhecimento de obrigações decorrentes de fatos passados.

Assim, mesmo que as provisões, passivos contingentes ou ativos contingentes não sejam tópicos frequentemente discutidos na área da Contabilidade, quando se trata da gestão de riscos operacionais e administrativos de uma empresa há uma necessidade relevante sobre a contabilização e a divulgação de contingências, que conseqüentemente prevê potenciais perdas e ganhos.

Considerando as bases para o reconhecimento de contingências e o papel da Governança Corporativa no provimento de informações úteis e relevantes (transparência), é preciso que sejam verificadas as notas explicativas das empresas e que se avaliem as práticas de governança corporativa no momento de evidenciação de contingências, de acordo com a NBC TG 25 (R2), norma contábil que trata especificamente de provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. Diante deste contexto, surge a seguinte questão de pesquisa: Qual a relação entre o grau de evidenciação contábil das contingências e o nível de Governança Corporativa de empresas com ações negociadas na B3?

A B3 é a Bolsa de Valores Oficial do Brasil, resultante da fusão entre a BM&FBovespa e a CETIP (B3, 2018). O objetivo deste trabalho é analisar a relação entre o grau de evidenciação contábil das contingências e o nível de Governança Corporativa de empresas com ações negociadas na B3. Além disso, é preciso verificar os itens menos evidenciados pelas empresas e a exposição das principais falhas na divulgação nas notas explicativas. Isto porque, para que se tenha uma melhoria da qualidade da informação prestada pela Contabilidade é preciso saber quais os pontos de aprimoramento da evidenciação contábil.

A análise teórica dos conceitos se deu através da NBC TG 25 (R2) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25 / IAS37), que estabelece os critérios de reconhecimento e as bases para a mensuração apropriadas às provisões, passivos e ativos contingentes e como devem ser divulgadas tais informações nas notas explicativas que permitam a compreensão dos usuários sobre sua natureza, oportunidade e valor (CFC, 2017).

A NBC TG 25, nos itens 10 e 14, define os termos provisão como um passivo de prazo ou valores incertos, devendo ser reconhecida apenas quando a entidade possui uma obrigação presente de evento passado resultando em uma provável saída de recursos para sua liquidação e com estimativa confiável do valor da obrigação (CFC, 2017). Passivo contingente é definido como uma obrigação possível ou presente, resultado de eventos passados cuja existência será confirmada apenas com ocorrência de um ou mais eventos futuros, não deve ser reconhecida quando não for provável uma saída de recursos para sua liquidação ou o valor da obrigação não for mensurada com confiabilidade (CFC, 2017). Por fim, ativo contingente é tido como um ativo possível, resultado de eventos passados, cuja existência será confirmada apenas após a ocorrência de um ou mais eventos futuros (CFC, 2017).

Os segmentos de listagem formulados pela B3 dão base para o nível de Governança Corporativa das empresas. Foram estudados os segmentos: i) Bovespa Mais, que objetiva incentivar o crescimento de pequenas e médias empresas, possibilitando sua preparação para aderir elevados padrões de governança corporativa e transparência com o mercado; ii) Bovespa Mais Nível 2, que é bastante similar ao Bovespa Mais, com o acréscimo de algumas exigências normativas que não são exigidas no anterior; iii) Nível 1, que exige que as empresas adotem práticas que favoreçam a transparência e o acesso às informações pelos usuários externos, divulgando informações, além das exigidas em lei; iv) Nível 2, que possui exigências normativas superiores ao Nível 1; e, v) Novo Mercado, que conduz as empresas ao mais elevado padrão de governança corporativa (B3, 2018).

Este estudo contribui com a aferição dos benefícios da Governança Corporativa em termos de transparência na prestação de informações pelas empresas sobre provisões, ativos e passivos contingentes. Busca avaliar a relação entre a Evidenciação Contábil e a Governança Corporativa. Relação que apresenta resultados divergentes na literatura. Por exemplo, enquanto Carneiro et al. (2013) e Colauto et al. (2009) encontraram que há uma melhora na Evidenciação Contábil das empresas que possuem práticas diferenciadas de Governança Corporativa, isto não pôde ser confirmado nas pesquisas de Murcia e Wuerges (2011) e Erfurth e Bezerra (2013).

Além desta introdução, o trabalho compreenderá outros três capítulos. No segundo capítulo serão tratados os materiais e métodos adotados para realização do estudo. Os resultados e discussões

acerca dos achados da pesquisa serão apresentados no terceiro capítulo. E, por fim, no quarto capítulo serão apresentadas as conclusões obtidas com a realização do estudo.

MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia utilizada foi teórico-empírica envolvendo uma pesquisa exploratória e descritiva a partir da qual foi feita a análise teórico-empírica dos conceitos, das demonstrações contábeis e das notas explicativas das empresas selecionadas. Assim, foram levantados os dados de 20 empresas enquadradas entre os cinco principais segmentos de listagens de Governança Corporativa estabelecidos pela B3.

A pesquisa teve como objetivo principal avaliar a relação entre a Governança Corporativa e o nível de evidenciação das contingências das empresas listadas na B3, quanto à sua conduta em relação à NBC TG 25. Desta maneira, se caracteriza como descritiva, pois busca identificar e relatar o nível de evidenciação das contingências nas empresas visando facilitar o entendimento sobre os processos referentes a elas (BEUREN, 2006).

A base de análise para a realização desta pesquisa foi obtida por meio de demonstrações contábeis, especificamente das notas explicativas apresentadas pelas próprias empresas nas demonstrações financeiras de padronizadas – DFP do ano de 2018 (no portal da B3). Como o material utilizado não havia recebido tratamento anteriormente, o procedimento técnico aplicado foi o documental (BEUREN, 2006). E, quanto à abordagem, se caracteriza como qualitativa, pois visa identificar e analisar os dados de um determinado grupo de indivíduos em relação ao um problema específico que se pretende compreender (NEVES, 1996).

O objeto de estudo desta pesquisa constitui-se em empresas listadas e enquadradas nos cinco principais segmentos da B3 (Bovespa Mais, Bovespa Mais Nível 2, Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado). A amostra das empresas listadas para a realização desta pesquisa é apresentada no Quadro 1.

Quadro 1 - Levantamento das Empresas por Segmento

Segmento	Empresa selecionada	Demonstrações Financeiras Padronizadas 2018 - Versão
NÍVEL 1 DE GOVERNANÇA CORPORATIVA	CIA FIACAO TECIDOS CEDRO CACHOEIRA	2.0
	CENTRAIS ELET BRAS S.A. – ELETROBRAS	1.0
	EUCATEX S.A. INDUSTRIA E COMERCIO	1.0
	METALURGICA GERDAU S.A.	2.0
NÍVEL 2 DE GOVERNANÇA CORPORATIVA	LOJAS AMERICANAS S.A.	1.0
	KLABIN S.A.	2.0
	PETROLEO BRASILEIRO S.A. PETROBRAS	1.0
	RENOVA ENERGIA S.A.	1.0
NOVO MERCADO	CSU CARDSYSTEM S.A.	1.0

	ENEVA S.A.	1.0
	FLEURY S.A.	1.0
	OMEGA GERAÇÃO S.A.	2.0
	SANTOS BRASIL PARTICIPACOES S.A.	1.0
	TERRA SANTA AGRO S.A.	1.0
BOVESPA MAIS NÍVEL 2	SMARTFIT ESCOLA DE GINÁSTICA E DANÇA S.A.	1.0
	PRATICA KLIMAQUIP INDUSTRIA E COMERCIO AS	2.0
BOVESPA MAIS	BAHEMA S.A.	1.0
	NORTEC QUÍMICA S.A.	1.0
	CINESYSTEM S.A.	1.0
	FLEX GESTÃO DE RELACIONAMENTOS S.A.	2.0

Fonte: Elaborado pelos Autores (2019).

Inicialmente, para a realização desta pesquisa foram coletados dados referentes às contingências apresentadas nas notas explicativas de cada empresa selecionada, sendo as notas explicativas integrantes dos documentos obrigatórios que formam as Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) exigidas pela Lei 6.404/76, art. 176 e auditados para as companhias Sociedades Anônimas de capital aberto.

Os critérios de divulgação estabelecidos pela NBC TG 25 (R2) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes foram utilizados como base para a mensuração do nível de evidenciação das contingências das empresas. Assim, a mensuração de evidenciação sobre as provisões baseia-se no item 84, da NBC TG 25 (R2), que estabelece à empresa para cada classe de provisão o dever de divulgar (CFC, 2017):

- (a) o valor contábil no início e no fim do período;
- (b) provisões adicionais feitas no período, incluindo aumentos nas provisões existentes;
- (c) valores utilizados (ou seja, incorridos e baixados contra a provisão) durante o período;
- (d) valores não utilizados revertidos durante o período; e
- (e) o aumento durante o período no valor descontado a valor presente proveniente da passagem do tempo e o efeito de qualquer mudança na taxa de desconto.

E, também, no item 85, da NBC TG 25 (R2), que estabelece à empresa o dever de divulgar para cada classe de provisão (CFC, 2017):

- (a) uma breve descrição da natureza da obrigação e o cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicos resultantes;
- (b) uma indicação das incertezas sobre o valor ou o cronograma dessas saídas. Sempre que necessário para fornecer informações adequadas, a entidade deve divulgar as principais premissas adotadas em relação a eventos futuros, conforme tratado no item 48; e
- (c) o valor de qualquer reembolso esperado, declarando o valor de qualquer ativo que tenha sido reconhecido por conta desse reembolso esperado.

A mensuração da evidenciação sobre os passivos contingentes baseia-se no item 86, da NBC TG 25 (R2), que estabelece à empresa o dever de divulgar, para cada classe de passivo contingente na data do balanço, uma breve descrição da natureza do passivo contingente e, quando praticável (CFC, 2017):

- (a) a estimativa do seu efeito financeiro, mensurada conforme os itens 36 a 52;
- (b) a indicação das incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de qualquer saída; e
- (c) a possibilidade de qualquer reembolso.

E, por fim, a mensuração da evidenciação sobre os ativos contingentes baseia-se no item 89, da NBC TG 25 (R2), que quando for provável a entrada de benefícios econômicos, a empresa tem o dever de divulgar uma breve descrição da natureza dos ativos contingentes na data do balanço e, quando praticável, e uma estimativa dos seus efeitos financeiros, mensurada usando os princípios estabelecidos para as provisões nos itens 36 a 52 (CFC, 2017).

Com base nestes critérios, se estabeleceu um método de mensuração para avaliar a quantidade de itens atendidos que irá compor o nível de evidenciação, ou seja, caso a empresa atendesse à exigência expressa no referido item de evidenciação, lhe será conferido um ponto, caso contrário nenhum ponto será atribuído. Esta quantidade será avaliada para composição da análise que será tratada também por meio de percentuais e médias de evidenciação, comparando-as ao nível de Governança Corporativa das empresas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As notas explicativas foram analisadas verificando se estavam de acordo com as normas sobre reconhecimento, mensuração e divulgação descritas na NBC TG 25 (R2) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Assim, neste capítulo são apresentados os resultados e discussões acerca desta análise.

Nível de divulgação das empresas de acordo com a NBC TG 25 (R2)

A análise dos itens que compõem o nível de divulgação das empresas, de acordo com a NBC TG 25, é apresentada na Tabela 1.

Tabela 1 - Levantamento sobre nível de divulgação das provisões dentro das empresas de acordo com a NBC TG 25

Item (Fundamento NBC TG 25 (R2))	Itens atendidos por empresa	
	Quantidade	Percentual
84. (a) O valor contábil no início e no fim do período	19	95%
84. (b) Adições no período	12	60%
84. (c) Baixas no período	16	65%

84. (d) Reversão de valores não usados	12	60%
84. (e) Indicação do valor presente	11	55%
85. (a) Descrição	13	65%
85. (b) Indicação de incertezas	4	20%
85. (c) Indicação de reembolso	20	100%

Fonte: Elaborado pelos Autores (2019).

Os itens com maior percentual de atendimento foram em relação ao valor contábil no início do período (2017) e no fim do período (2018) e sobre a indicação do reembolso, proporcionando ao usuário o conhecimento sobre as provisões existentes e a quantidade de recursos necessários para a liquidação das dívidas. Entretanto, o item menos atendido se refere à indicação de incertezas sobre o valor e o cronograma das provisões. Além disso, praticamente, apenas a metade dos demais itens foi atendida, podendo comprometer significativamente o grau de confiança atribuído aos itens mais atendidos.

Na Tabela 2 é apresentado o levantamento sobre o nível de divulgação dos passivos contingentes dentro das empresas, de acordo com a NBC TG 25 (R2).

Tabela 2 - Levantamento sobre o nível de divulgação dos passivos contingentes dentro das empresas de acordo com a NBC TG 25 (R2)

Item (Fundamento NBC TG 25 (R2))	Itens atendidos por empresa	
	Quantidade	Percentual
86. (a) Efeito financeiro	18	90%
86. (b) Indicação de incertezas	14	70%
86. (c) Indicação de reembolso	18	90%

Fonte: Elaborado pelos Autores (2019).

O levantamento sobre o nível de evidenciação dos passivos contingentes demonstra que as empresas têm mais facilidade em indicar a existência de reembolso e valor do desembolso possível, do que na indicação das incertezas em relação à ocorrência e o efeito financeiro de seus passivos contingentes. Contudo, algumas empresas, 10% delas, não possuem o cuidado de demonstrar ou não realizam a estimativa do efeito financeiro, de acordo com os critérios de mensuração estabelecidos pela NBC TG 25 (R2), itens 36 a 52. Isto é, em conformidade com a afirmação de Farias (2006), os passivos contingentes são “um dos elementos patrimoniais de maior dificuldade para a Contabilidade, principalmente no que se refere à atribuição de valor.”.

Na Tabela 3 é apresentado o levantamento sobre o nível de divulgação dos ativos contingentes dentro das empresas, de acordo com a NBC TG 25 (R2).

Tabela 3 - Levantamento sobre o nível de divulgação dos ativos contingentes dentro das empresas de acordo com a NBC TG 25 (R2)

Item (Fundamento NBC TG 25 (R2))	Itens atendidos por empresa	
	Quantidade	Percentual
89. Descrição	7	35%
89. Base de mensuração	4	20%

Fonte: Elaborado pelos Autores (2019).

Segundo Schiff, J., Schiff, A. e Rozen (2012), as empresas possuem uma política conservadora em relação aos ativos contingentes, dificilmente reconhecendo-os, e apenas reconhecem aqueles relacionados à recuperação de impostos pagos com mais de 50% de certeza sobre seu ganho. Essa seria uma das explicações para o motivo de poucas empresas divulgarem informações sobre ativos contingentes, visto que, apenas sete empresas descreveram sobre o possível ganho, mas apenas quatro entre essas, divulgaram corretamente a base de mensuração para uma possível entrada de recursos, ou seja, geralmente, quando há a possibilidade de ganho, mais da metade das empresas buscam confiabilidade sobre o valor da entrada de recursos antes de divulgar aos usuários.

Nível de divulgação dentro dos segmentos de acordo com a NBC TG 25 (R2)

Cada segmento estabelecido pela B3 está relacionado a um nível de Governança Corporativa, dessa forma, acredita-se que quanto maior o nível de Governança Corporativa maior o nível de evidenciação das empresas.

Assim, para verificar esta condição, na Tabela 4 é apresentado o levantamento sobre o nível de divulgação das provisões, dentro dos segmentos da B3, de acordo com a NBC TG 25 (R2).

Tabela 4 - Levantamento sobre nível de divulgação das provisões dentro dos segmentos de acordo com a NBC TG 25 (R2)

Item (Fundamento NBC TG 25 (R2))	Itens atendidos por segmento									
	Nível 1		Nível 2		Novo Mercado		Bovespa Mais - Nível 2		Bovespa Mais	
	Quant	%	Quant	%	Quant	%	Quant	%	Quant	%
84. (a) O valor contábil no início e no fim do período	4	100%	4	100%	5	83%	2	100%	4	100%
84. (b) Adições no período	0	0%	3	75%	4	67%	2	100%	3	75%
84. (c) Baixas no período	1	25%	4	100%	5	83%	2	100%	4	100%
84. (d) Reversão de valores	0	0%	4	100%	5	83%	1	50%	2	50%

não usados										
84. (e) Indicação do valor presente	0	0%	3	75%	5	83%	2	100%	1	25%
85. (a) Descrição	3	75%	3	75%	5	83%	1	50%	1	25%
85. (b) Indicação de incertezas	0	0%	2	50%	2	33%	0	0%	0	0%
85. (c) Indicação de reembolso	4	100%	4	100%	6	100%	2	100%	4	100%
TOTAL	10	37,5%	27	84,4%	37	77%	12	75%	15	59,4%

Fonte: Elaborado pelos Autores (2019).

O Nível 2 de Governança Corporativa e Novo Mercado foram os segmentos que obtiveram maior índice de evidência, o que pode indicar que as empresas pertencentes a estes segmentos demonstram preocupações com todos os itens analisados. Buscam evidenciar a maior quantidade de informações, falhando apenas com as indicações de incertezas, mas com um percentual de atendimento de cerca de 18% e 10%, respectivamente, maior do que a média de atendimento geral.

Ademais, o segmento Bovespa Mais – Nível 2 obteve um resultado satisfatório próximo aos segmentos anteriores, entretanto não evidenciou nenhuma incerteza. Similar a isto, o segmento Bovespa Mais que também não evidenciou incertezas, teve um índice um pouco abaixo da média geral, pois não apresentou itens importantes para a veracidade de suas informações sobre natureza e valor presente do reembolso. Resultado similar ao Nível 1 de Governança Corporativa, que evidenciou apenas os valores de reembolso e, conseqüentemente, forneceram aos seus usuários informações incompletas.

Na Tabela 5 é apresentado o levantamento sobre o nível de divulgação dos passivos contingentes dentro dos segmentos, de acordo com a NBC TG 25 (R2).

Tabela 5 - Levantamento sobre o nível de divulgação dos passivos contingentes dentro dos segmentos de acordo com a NBC TG 25 (R2)

Item (Fundamento NBC TG 25 (R2))	Itens atendidos por segmento									
	Nível 1		Nível 2		Novo Mercado		Bovespa Mais - Nível 2		Bovespa Mais	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
86. (a) Base de mensuração	3	75%	4	100%	0	0%	2	100%	3	75%
86. (b) Indicação de incertezas	3	75%	4	100%	6	100%	1	50%	0	0%
86. (c) Indicação de reembolso	3	75%	4	100%	6	100%	2	100%	3	75%
TOTAL	9	75%	12	100%	18	100%	5	100%	3	47%

Fonte: Elaborado pelos Autores (2019).

As empresas apresentaram maiores dificuldades em indicar as incertezas em relação aos seus passivos contingentes, como nas provisões. Entretanto, as empresas enquadradas nos segmentos de Governança corporativa Bovespa Mais – Nível 2, Nível 2 e Novo Mercado não seguiram este padrão. Logo, todas as empresas apresentaram informações relevantes a respeito deste item.

Além disso, duas empresas, uma de Nível 1 de Governança Corporativa e uma de Bovespa Mais, informaram não apresentar passivos contingentes.

Na Tabela 6 é apresentado o levantamento sobre o nível de divulgação dos ativos contingentes dentro dos segmentos, de acordo com a NBC TG 25 (R2).

Tabela 6 - Levantamento sobre o nível de divulgação dos ativos contingentes dentro dos segmentos de acordo com a NBC TG 25 (R2)

Item (Fundamento NBC TG 25 (R2))	Itens atendidos por segmento									
	Nível 1		Nível 2		Novo Mercado		Bovespa Mais - N 2		Bovespa Mais	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
89. Descrição	3	75%	2	50%	2	33%	0	0%	0	0%
89. Base de mensuração	2	50%	2	50%	0	0%	0	0%	0	0%
TOTAL	5	63%	4	50%	2	17%	0	0%	0	0%

Fonte: Elaborado pelos Autores (2019).

Apesar da evidenciação nas provisões e passivos contingentes, o Nível 1 foi o que mais teve empresas que evidenciaram os ativos contingentes, enquanto as empresas enquadradas nos segmentos Bovespa Mais e Bovespa Mais – Nível 2 não apresentaram nenhuma informação sobre os ativos contingentes.

Apenas 59,24% (em média) dos critérios estabelecidos pela NBC TG 25 (R2) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes foram atendidos pelas empresas listadas na B3, dificultando o conhecimento dos usuários sobre futuros eventos possíveis. A seguir, a Tabela 7 apresenta o percentual de itens atendidos em cada segmento.

Tabela 7 - Ranking do nível de evidenciação dos segmentos

Segmento	Classificação	%
NÍVEL 2	1	78,13%
NOVO MERCADO	2	64,58%
NÍVEL 1	3	58,33%
BOVESPA MAIS – NÍVEL 2	4	52,78%
BOVESPA MAIS	5	36,46%

Fonte: Elaborado pelos Autores (2019).

Ressalta-se que, de acordo com a B3, as empresas enquadradas no segmento Novo Mercado possuem as melhores práticas de Governança Corporativa. Contudo, quando o tema é a evidenciação de contingências as empresas com melhores índices são as de Nível 2, com um percentual de 78,13% atendimento dos itens estabelecidos pela NBC TG 25 (R2). Isto contraria a ideia de que empresas de Novo Mercado deveriam possuir maior nível de evidenciação. Ademais, as empresas de outros segmentos de Governança Corporativa apresentaram níveis de evidenciação progressivos, assim como o esperado.

Nível de divulgação - Geral

A avaliação do nível de divulgação geral por empresa é apresentada na Tabela 8.

Tabela 8 - Ranking do nível de evidenciação das empresas

Segmento	Empresa selecionada	Classificação	%
NÍVEL 2	PETROLEO BRASILEIRO S.A. PETROBRAS	1	100,0%
NÍVEL 2	KLABIN S.A.	2	84,6%
NÍVEL 2	RENOVA ENERGIA S.A.	3	84,6%
NOVO MERCADO	ENEVA S.A.	4	84,6%
NOVO MERCADO	FLEURY S.A.	5	84,6%
NOVO MERCADO	SANTOS BRASIL PARTICIPACOES S.A.	6	84,6%
NOVO MERCADO	TERRA SANTA AGRO S.A.	7	84,6%
BOVESPA MAIS N 2	SMARTFIT ESCOLA DE GINÁSTICA E DANÇA S.A.	8	69,2%
NÍVEL 1	CENTRAIS ELET BRAS S.A. - ELETROBRAS	9	61,5%
NÍVEL 1	METALURGICA GERDAU S.A.	10	61,5%
NÍVEL 2	LOJAS AMERICANAS S.A.	11	61,5%
NOVO MERCADO	CSU CARDSYSTEM S.A.	12	61,5%
BOVESPA MAIS N 2	PRATICA KLIMAQUIP INDUSTRIA E COMERCIO S.A.	13	61,5%
BOVESPA MAIS	FLEX GESTÃO DE RELACIONAMENTOS S.A.	14	53,8%
NÍVEL 1	CIA FIACAO TECIDOS CEDRO CACHOEIRA	15	46,2%
BOVESPA MAIS	BAHEMA S.A.	16	46,2%
BOVESPA MAIS	BIOMM S.A.	17	46,2%
BOVESPA MAIS	CINESYSTEM S.A.	18	46,2%
NOVO MERCADO	OMEGA GERAÇÃO S.A.	19	38,5%
NÍVEL 1	EUCATEX S.A. INDUSTRIA E COMERCIO	20	30,8%

Fonte: Elaborado pelos Autores (2019).

A Petróleo Brasileiro S.A., conhecida como Petrobras, enquadrada no Nível 2 de Governança Corporativa, é a empresa com maior nível de evidenciação sobre contingências com um percentual de evidenciação de 100%. Em seguida, seis empresas apresentaram o mesmo índice de evidenciação, ou seja, de 84,6%. Foram a Klabin S.A. e a Renova Energia S.A., ambas de Nível 2 de Governança Corporativa, assim como a Petrobras. Junto à elas, também as empresas Eneva S.A, Fleury S.A., Santos Brasil Participações S.A. e Terra Santa Agro S.A. enquadradas no segmento Novo Mercado. E, por fim, a Smartfit Escola De Ginástica e Dança S.A. com 69,2% de evidenciação, pertencente ao segmento Bovespa Mais 2.

CONCLUSÕES

As contingências são elementos patrimoniais de difícil reconhecimento e, principalmente, mensuração para os agentes internos das empresas (gestores e contadores), pois sua efetiva realização depende de eventos futuros. Devido ao conservadorismo presente nas bases fundamentais da contabilidade, as contingências menos evidenciadas são os ativos contingentes, entretanto, geralmente,

quando realizada sua evidenciação deve ser efetuada de modo prudente e completo, pois eles são ganhos adicionais que podem gerar tanto falsas expectativas de boas notícias, quanto desconfiança aos *stakeholders*.

Por outro lado, as provisões são muito utilizadas pelas entidades para antever futuras perdas relevantes em ações judiciais. Entretanto, algumas empresas ainda falham na evidenciação das mudanças possíveis em sua composição ou na atualização dos valores utilizados no decorrer dos períodos, gerando dúvidas nos usuários quanto à credibilidade das outras informações apresentadas. Isto porque, se não foi realizada a verificação de todas as incertezas sobre os valores e datas de reembolso, as informações apresentadas pela empresa no fim do exercício podem estar comprometidas.

Por consequência, a base de mensuração dos passivos contingentes também é comprometida, visto que, nenhuma empresa realizou a divulgação adequada, seguindo os critérios estabelecidos pela NBC TG 25 (R2). Logo, nota-se que os agentes internos devem aprimorar e desenvolver técnicas de Governança Corporativa em relação, principalmente, à mensuração e evidenciação de suas contingências. Desta forma, conseguiriam montar um planejamento mais adequado para futuros reembolsos, mas também, para possíveis ganhos em relação a ativos contingentes e reversão de provisões.

Além disso, os resultados encontrados especificamente entre as empresas dos segmentos Nível 2 e Novo Mercado denotam a necessidade de compreensão sobre os efetivos motivos que levam uma empresa com menores níveis de Governança Corporativa a apresentar maior nível de evidenciação deste tópico contábil. Isto porque, o Nível 2 de Governança Corporativa se situa entre o “Nível 1” (nível inferior) e o “Novo Mercado” (nível mais elevado).

Os resultados também apontam que é preciso maior atenção por parte dos profissionais de Contabilidade na evidenciação de contingências passivas e dos ativos contingentes das empresas, visto que os níveis de evidenciação sugerem que as empresas podem ampliar a divulgação de informações acerca de critérios e características de suas provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

Os achados aqui apresentados contribuem para que se busquem avanços no desenvolvimento das Ciências Contábeis, bem como o aprimoramento na prestação de informações aos diferentes *stakeholders*.

REFERÊNCIAS

BRASIL BOLSA BALCÃO – B3. Informações do portal B3. Disponível em:

<http://www.b3.com.br/pt_br/>. Acesso em: 05/02/2018.

CARNEIRO, A.R.A.; MAPURUNGA, P.V.R.; PONTE, V.M.R.; MORAIS, C.R.F. Governança corporativa em empresas brasileiras como determinante da evidenciação de benefícios a empregados. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v.10, n.19, p.157-178, jan./abr., 2013.

CFC – CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC TG 25 (R2) – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes**. 2017. Disponível em:
<[http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2017/NBCTG25\(R2\)&arquivo=NBCTG25\(R2\).doc](http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2017/NBCTG25(R2)&arquivo=NBCTG25(R2).doc)>.

COLAUTO, R.D.; NASCIMENTO, P.S.; AVELINO, B.C.; BISPO, O.N.A. Evidenciação de ativos intangíveis não adquiridos nos relatórios da administração das companhias listadas nos níveis de governança corporativa da BOVESPA. **Contabilidade Vista e Revista**, v. 20, n. 1, p. 142-169, jan./mar., 2009.

ERFURTH, A.E.; BEZERRA, F.A. Gerenciamento de resultados nos diferentes níveis de governança corporativa. **BASE – Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**, n. 10, v. 1, p. 32-42, jan./mar., 2013.

FARIAS, M. R. S. **Bases conceituais e normativas para reconhecimento e divulgação do passivo contingente: um estudo empírico no setor químico e petroquímico brasileiro**. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 6, 2006, São Paulo, Anais... São Paulo: CCC-USP, 2006.

MURCIA, F.D.R.; WUERGES, A. Escolhas contábeis no mercado brasileiro: divulgação voluntária de informações versus gerenciamento de resultados. **Revista Universo Contábil**, v. 7, n. 2, p. 28-44, abr./jun., 2011.

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa – características, uso e possibilidades. **Cadernos de pesquisa em administração**, São Paulo. v. 1, n. 3, 2º sem. 1996

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. **Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais**. In: BEUREN, Ilse Maria (Org). Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SCHIFF, J.; SCHIFF, A.; ROZEN, H. Accounting for contingencies: Disclosure of future business risks. **Management Accounting Quarterly**, v. 13, n. 3, p. 1, 2012.

A DIVULGAÇÃO DOS ATRATIVOS E PRODUTOS TURÍSTICOS DAS REGIÕES TURÍSTICAS DO PARANÁ E SEU POSICIONAMENTO NA INTERNET

Rita Matielle Ast da Silva (PIC, Fundação Araucária)
Unespar/ Campus de Campo Mourão, rita.turismo@outlook.com

Juliana Carolina Teixeira (Orientador)
Unespar/Campus de Campo Mourão, julianatma@gmail.com

Palavras-chave: Divulgação em meio digital. Região Turística. Produtos e Atrativos Turísticos.

INTRODUÇÃO

O programa de regionalização turística é um programa que tem o objetivo de envolver todos os municípios, com os atrativos e serviços que podem oferecer, mesmo aqueles que não tenham potencial turístico, pois podem se beneficiar no sentido de que o turismo necessita de mão-de-obra e produtos para os turistas (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2015). O Ministério do turismo também explica que

O programa de regionalização do turismo é um programa estruturante do ministério, que trabalha a convergência e a interação de todas as ações desempenhadas pelo Mtur com estados e municípios brasileiros. Seu objetivo principal é o de apoiar a estruturação dos destinos, a gestão e a promoção do turismo no país [...] (2013, s/p).

Desta forma o programa tem como objetivo central o desenvolvimento do turismo nos municípios presentes nas regiões turísticas. Sendo assim cada região turística apresenta uma instância de governança responsável pelo fomento do setor de turismo.

Seguindo os caminhos do governo federal o Estado do Paraná, portanto, se subdivide em regiões turísticas que ao longo dos anos foram se reorganizando e culminando no ano de 2019 em 14 regiões turísticas que são: Campos Gerais; Cataratas do Iguaçu e Caminhos ao Lago de Itaipu; Corredores das Águas; Ecoaventuras, histórias e sabores; Entre Matas Morros e rios; Lagos e Colinas; Litoral do Paraná; Norte do Paraná; Norte Pioneiro; Riquezas do Oeste; Rotas do Pinhão; Terra dos Pinheirais; Vale do Ivaí e Vales do Iguaçu.

Durante investigação exploratória realizada de maneira espontânea, fruto do estágio realizado pela pesquisadora em uma das regiões turísticas, observou-se que algumas delas possuíam páginas na internet com informações apresentadas de maneira confusa, insuficiente e não atualizada de seus atrativos e produtos turísticos. Compreendendo que atualmente a internet é ferramenta indispensável e crescente na comunicação a presente pesquisa levantou o seguinte questionamento: Como as regiões

turísticas paranaenses estão organizando a divulgação de seus produtos e atrativos turísticos? E como, nesse sentido, se encontra o posicionamento dessa divulgação na internet dessas regiões?

Baseada nessas questões o objetivo geral da pesquisa foi compreender como as regiões turísticas paranaenses estão promovendo e divulgando seus produtos e serviços turísticos na internet. A pesquisa se limitou ao ano de 2019 para compreensão desse cenário e delineou como objetivos específicos: Levantar literatura sobre recursos, atrativos, produtos e regionalização turística; Compreender as características básicas do marketing digital; Entender como ocorre a organização da divulgação dos atrativos e produtos turísticos das regiões paranaenses; Identificar as informações das páginas na internet de cada região; Analisar o posicionamento das regiões na internet.

MATERIAIS E MÉTODOS

O desenvolvimento desta pesquisa foi dividido em dois grandes momentos. A primeira etapa da pesquisa concentrou-se no levantamento da literatura e organização do material para a construção de seu marco teórico. Os temas levantados trataram sobre recursos, atrativos e produtos turísticos e sobre as regiões turísticas. Trabalhou-se em pesquisa documental para levantar os dados das 14 regiões turísticas que foram objeto dessa pesquisa. Gil define pesquisa documental como aquela que “[...] vale-se de materiais que não receberam ainda nenhum tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa.” (1991, p.51).

Na segunda etapa ocorreu o levantamento de dados em campo que se caracterizou pela aplicação de questionários com as 14 regiões turísticas existentes no Paraná. O objetivo dessa ação foi compreender de quais maneiras elas organizam a divulgação de seus atrativos e produtos turísticos. O questionário continha 13 perguntas que versavam sobre o tema e foram aplicados, em sua maioria, pessoalmente com os responsáveis pelas regiões turísticas. Os dados obtidos com os questionários foram tabulados e posteriormente analisados.

Após o levantamento desses dados em campo a pesquisa buscou levantar todas as páginas na internet de cada região turística para avaliar como elas se posicionam nessas páginas para levar as informações necessárias ao público interessado. Cada página foi acessada avaliando itens como: site exclusivo dedicado ao turismo da região; informações básicas e gerais sobre a região; as opções para outros idiomas além do português; apresentação de fotos e vídeos; apresentação dos atrativos e produtos; informações básicas de hospedagem e alimentação; contatos com receptivos; contatos para maiores informações; recursos de interatividade; entre outros.

O instrumento utilizado para orientar a coleta e posterior análise dos resultados foi o material revisado e elaborado por Sampaio, Coutinho e Thomaz (2015) ao analisarem os sites sobre as experiências de Turismo de base comunitário no Brasil. O material dos autores foi elaborado com base no Modelo de Questionário de Análise dos Portais Turísticos (Biz, 2009), em que foram incluídos os indicadores apontados pela Organização Mundial do Turismo – OMT (2003) e Thomaz (2011). Após análise desses materiais compreendeu-se a compatibilidade de informações de interesse da presente pesquisa e iniciou-se trabalho de adequação e inclusão de informações para que a ferramenta fosse adequada para o levantamento relativo ao tema do presente trabalho.

A organização dos dados nessa ferramenta propiciou que posteriormente eles fossem analisados individualmente e em conjunto apresentando os dados gerais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A atividade turística é desenvolvida a partir de recursos locais, que se tornam atrativos e para estes serem comercializados é necessário à sua formatação como produtos turísticos. Desta forma Gunn (1988 *apud* LOHMANN; NETTO, 2008) conceitua atração turística ou atrativo turístico como um produto, assim há três zonas em relação à estrutura espacial, sendo o núcleo (a parte central do atrativo), a zona de fechamento (serviços como estacionamento, alimentação) e o cinturão inviolável (área que protege o atrativo).

Portanto o atrativo turístico é o que leva o turista a querer conhecer as localidades e está baseado no recurso turístico que pode ser compreendido como “[...] qualquer manifestação da natureza ou da cultura que tenha capacidade de atrair turistas e possam servir de “matéria-prima” para a formação de um atrativo turístico (negócio)” (SEBRAE, S/A, p. 12). Assim o recurso turístico é

[...] de origem natural ou cultural e estar localizado em propriedades públicas e/ou privadas. Sua capacidade de atrair turistas, em nível regional, nacional, e/ou internacional, determinará a possibilidade de se constituir em negócio, ou seja, de ser formatado em atrativo turístico (SEBRAE, S/A, p.12).

Sabendo-se que a matéria-prima do atrativo turístico é o recurso turístico compreende-se que para sua comercialização plena o atrativo precisa ser formatado em nível de produto turístico. O produto turístico pode ser definido como um conjunto de serviços que tem a finalidade de satisfazer os turistas e este deve “[...] ser visto como a solução para o problema dos clientes, e esta solução pode vir por meio de bens físicos, serviços, experiências, eventos, pessoas, organizações, informações ou ideias” (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010, p. 21). Ou seja, os produtos são aqueles que são ofertados de

forma a contemplar um conjunto de serviços para se chegar ao objetivo final de satisfazer as necessidades e desejos dos turistas.

Desta forma compreende-se que para existir o atrativo turístico é necessário que haja um recurso primeiramente e, a partir deste que se desenvolverá um produto consolidado e completo com todas as características do mesmo.

A qualidade dos produtos turísticos influencia diretamente na consolidação do mesmo no mercado, sendo que a estrutura física, profissional e a sua divulgação nos meios de comunicação fazem parte do conjunto de especificações do formato de produto turístico.

Os produtos turísticos estão presentes em uma determinada região turística. Região turística é definida como “[...] a política pública de turismo que traduz o olhar além do município, para fins de planejamento, gestão, promoção e comercialização integrada e compartilhada. Propõe-se olhar a região, e não mais o município de forma isolada. [...]” (PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO, 2019, p.4). Desta forma a regionalização une e fortifica um grupo de municípios para que um apoie o outro, levando todos a se desenvolverem juntos cada qual sanando a sua necessidade.

A regionalização também pode ser explicada como “[...] um modelo de estruturação do turismo de forma regionalizada, com base nos princípios da flexibilidade, articulação, mobilização, cooperação intersetorial, cooperação institucional, e sinergia de decisões. [...]” (SEBRAE, 2011, p.23). Contemplando assim um conjunto de instituições públicas e privadas.

Sobre a regionalização é relevante destacar que inicialmente foi criado o Plano Nacional de Municipalização do turismo em 1994, sendo que este evoluiu para o Programa de Regionalização do Turismo como uma forma de unificar e fortalecer os municípios. Este programa foi lançado em 2004 e oficializado como uma política pública no Plano de Turismo 2003-2007. O programa foi elaborado por atores públicos, privados e do terceiro setor a partir de reuniões e oficinas, tendo como resultado final o mapa da regionalização turística, onde está a divisão dos municípios que compreendem cada região. O Salão de Turismo é uma das ações realizadas para fortalecer as regiões, compreendendo que há a participação de empresas privadas, entidades públicas e atores do terceiro setor, conseqüentemente há uma unificação de todos. De 2010 a 2013 foi realizada uma avaliação do programa que apresentou um desenvolvimento positivo dos municípios e aumentou a participação da sociedade nas decisões das políticas públicas de turismo nas localidades (PARANÁ TURISMO, S/A, S/P).

No Paraná a regionalização inicia-se com a Política Estadual de Turismo 2003-2007 e realmente se efetivou com o Plano de desenvolvimento do Paraná 2008-2011. Sendo criado a partir de incentivos a câmara de regionalização do turismo que tem a participação de diversos atores públicos e do terceiro setor. Esta câmara juntamente com os secretários de turismo municipais iniciaram estudos sobre a

regionalização no Estado do Paraná. Em 2003 foi realizado uma análise e conclusão de 09 regiões turísticas, e em 2005 ocorreram oficinas em todas as regiões presentes no Paraná. Posteriormente as regiões turísticas aumentaram para 10 e em 2013 foram ampliadas para 14, estas mudanças foram ocorrendo com o decorrer das adaptações dos municípios e das regiões, além das novas diretrizes do Programa de Regionalização do Turismo que foram sendo criadas (PARANÁ TURISMO, S/A, S/P).

O Paraná é dividido em 14 regiões turísticas. A região Campos Gerais está localizada no leste do Estado, sendo que a mesma apresenta características de atividades turísticas ligadas a natureza, com sua colonização marcada por imigrantes Europeus, além do turismo religioso, de negócio e eventos que também é uma fonte de renda para os municípios da região. Na região Cataratas do Iguaçu, Caminhos ao Lago de Itaipu há como principal atrativo e produto o Parque Nacional do Iguaçu, além da riqueza cultural alemã e italiana que a cidade apresenta, também existem inúmeras culturas nesta região que recebem muitos turistas internacionais. E esta região se localiza no oeste do Paraná (PARANÁ TURISMO, S/A, S/P).

A região Corredores das Águas está no noroeste do estado e nela existem muitas indústrias/cooperativas. Também existem quatro grandes rios e muitas áreas verdes, conseqüentemente é forte a presença do turismo na natureza, porém o que mais gera renda para a região é o turismo de negócio e eventos em geral. A região Ecoaventuras, Histórias e Sabores está situada no noroeste do Estado e apresenta um diversificado mercado turístico, além de ser multicultural, sendo que há o desenvolvimento do turismo na natureza, religioso e gastronômico. A Entre Matas, Morros e Rios que se localiza no sul do Paraná, a mesma apresenta características culturais dos tropeiros havendo, portanto, estradas e caminhos históricos na região turística. A região Lagos e Colinas está localizado no sudoeste do estado, e apresenta muitas riquezas naturais e atividades náuticas, além de haver reservas indígenas. A região Litoral do Paraná está a leste do Estado e nesta região há forte presença de cidades históricas, aspectos naturais e também a realização de esportes náuticos (PARANÁ TURISMO, S/A, S/P).

O Norte do Paraná teve uma colonização impulsionada pela cafeicultura e agropecuária realizada por diversos imigrantes, também há a forte presença de universidades e a realização de turismo rural e de negócio. A região Norte Pioneiro está no nordeste do Paraná, foi um dos pontos onde iniciou a colonização do Estado, além de apresentar forte realização de atividades ligadas ao turismo náutico e há inúmeras edificações históricas e religiosas. Na Riquezas do Oeste há um grande desenvolvimento do agronegócio, além de realizar muitos eventos automobilísticos e também há a realização do turismo náutico. A região Rotas do Pinhão está no sudoeste do estado, apresenta características tanto naturais, urbanas, quanto culturais, sendo que há presença de inúmeras etnias nesta região e as atividades turísticas que se destacam são aquelas ligadas a natureza e o turismo rural. A Terra dos Pinheirais está no Sul do

estado e apresenta a forte presença de elementos naturais e culturais, que caracterizam a região (PARANÁ TURISMO, S/A, S/P).

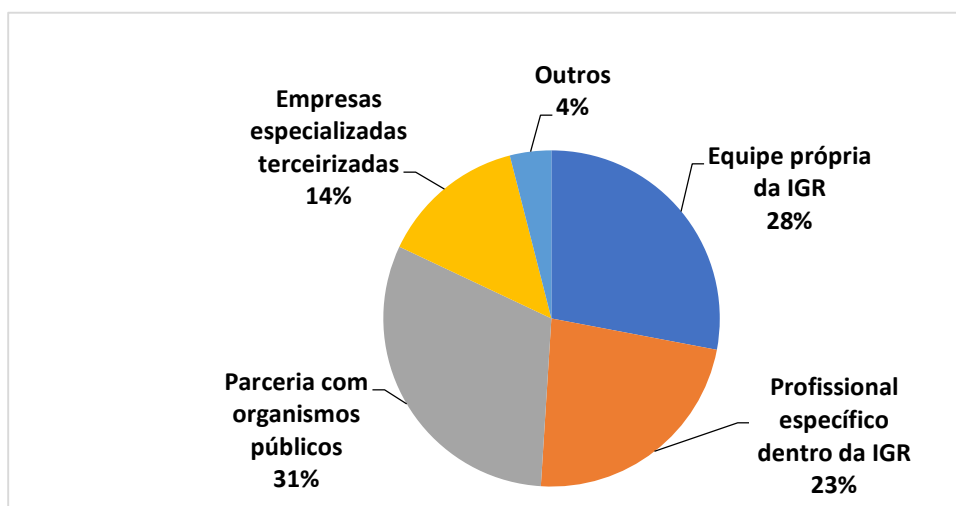
O vale do Ivaí está no norte do Paraná e na região há importantes santuários religiosos, além das características naturais que apresenta, conseqüentemente a maior parte das atividades turísticas está ligada a natureza. A região Vales do Iguaçu está localizada a sudoeste no estado, e na região há a presença da cultura alemã e italiana com mais relevância, há inúmeras vinícolas e também atividades turísticas ligadas ao meio rural e ao de aventura. É uma região com variedade gastronômica e cultural (PARANÁ TURISMO, S/A, S/P).

Dentro desse contexto das 14 regiões turísticas existentes no Paraná e a oferta em cada uma delas de atrativos e produtos turísticos buscou-se compreender o cenário de divulgação dessas regiões observando em pesquisa exploratória a grande dificuldade que estas regiões enfrentam para se comunicar virtualmente.

Para isso, durante o 25° Salão Paranaense de Turismo, realizado em Curitiba durante os dias 3 e 4 de Maio de 2019, foram aplicados questionários com os responsáveis de 13 das 14 regiões turísticas do Paraná, sendo que a região Entre Matas, Morros e Rios foi a única a não responder o questionário. O questionário possuía 13 questões que buscavam registrar como as regiões turísticas estão organizando a promoção e divulgação de seus produtos turísticos bem como as dificuldades enfrentadas para a execução de tal tarefa. Posteriormente essas informações foram cruzadas com as condições atuais das páginas na internet dessas regiões para compreender se as respostas fornecidas durante a aplicação do questionário refletem a realidade das páginas demonstrando se as regiões estão aplicando nessa ferramenta seu planejamento relativo à organização da promoção e divulgação de seus produtos.

A primeira questão buscou registrar quem trabalha com as ações de divulgação dos atrativos/produtos turísticos na região conforme ilustrado no Gráfico 01:

Gráfico 01: Quem trabalha com a divulgação e promoção dos Atrativos / Produtos Turísticos na região



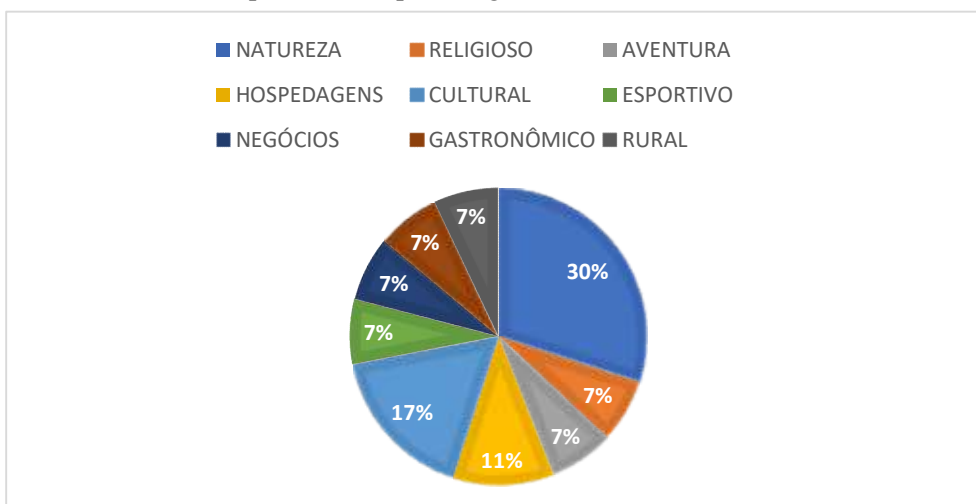
Fonte: As Autoras.

Verificou-se, portanto, que 31% das regiões dependem de parcerias com organismos públicos para trabalhar na divulgação/promoção; 28% possui uma equipe em um setor específico designado especialmente para trabalhar com a divulgação da região e 23% possui um profissional designado para trabalhar com essa tarefa.

Na questão sobre se as mesmas possuem Plano de Marketing ou outro Plano de ação que os oriente na promoção/divulgação dos produtos/atrativos 84% responderam que sim e apenas 16% não. Dos grupos que confirmaram possuir um Plano de Ação 16% disseram possuir Plano de Marketing e as demais não especificaram qual Plano orienta essa tarefa. Portanto as regiões demonstram que sabem que é necessário haver um Plano para orientar suas ações de divulgação dos produtos/atrativos da região turística.

Sobre os cinco principais produtos/atrativos que são divulgados/promovidos pela região, todos responderam segmentos e não produtos em si, demonstrando certa confusão em compreender a diferença entre segmento turístico e produto turístico. Essa questão se ilustra pois 30% das respostas apontaram como principal produto/atrativo divulgado como o turismo na natureza; 17% turismo cultural; 7% religioso; 7% de aventura; 7% esportivo; 7% de negócios; 7% gastronômico; 7% rural sendo todos eles segmentos e não produtos específicos de cada região. Ainda 15% responderam que são seus meios de hospedagem como indicado no Gráfico 02.

Gráfico 02: Produtos promovidos pelas regiões.



Fonte: As Autoras.

Quando questionadas sobre os produtos/segmentos selecionados 69% das regiões responderam que selecionaram baseadas em pesquisas de fluxo e análise de mercado (A); e 31% com base em suas próprias escolhas, sem suporte de pesquisas de mercado (B). Assim é possível entender que as regiões turísticas estão buscando analisar a potencialidade de sua região, porém não estão sabendo utilizar as informações que obtém para o desenvolvimento da mesma.

Sobre a comercialização dos atrativos/produtos por meio de agências ou operadoras 23% responderam que não estão comercializando seus produtos por meio dessas agências; 23% disseram comercializar alguns e 54% dos entrevistados responderam que sim. Os entrevistados que pertencem a esta porcentagem estão localizados em cidades litorâneas, metrópoles e apenas uma parcela pequena são regiões menos desenvolvidas no turismo.

Quando questionados sobre a existência de estudos ou pesquisas contratadas ou desenvolvidas sobre os produtos/atrativos e sobre a demanda turística destes apenas 23% responderam que desenvolvem pesquisas e 77% não. Isso demonstra que há uma falha no investimento na região turística, pois os estudos científicos e de mercado são uma das bases que asseguram o conhecimento sobre o setor de turismo da região e possibilitam a definição dos passos e caminhos desejados, pela região, que se pretendem seguir.

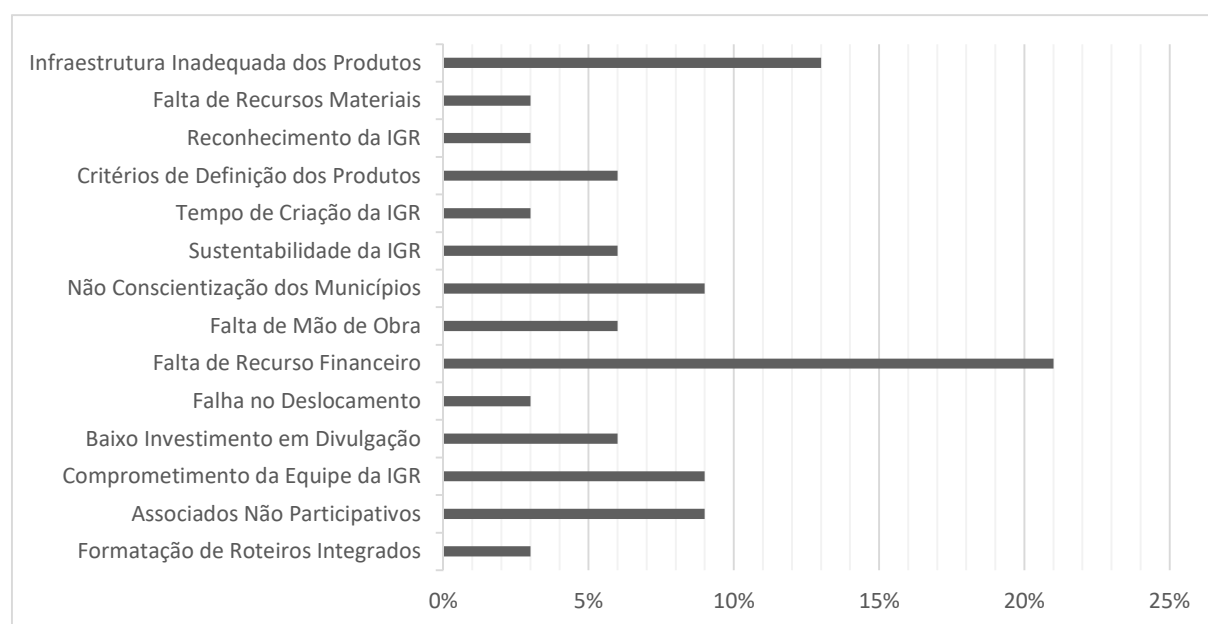
Quando questionadas sobre a existência de um banco de imagens com fotos e vídeos 23% das regiões responderam que não possuem e 77% sim. Esse fator demonstra que as regiões turísticas tem consciência do que possuem de produtos/ atrativos para divulgarem e organizam registros. Já no questionamento se as informações turísticas são atualizadas 92% afirmaram que sim e 8% não. Desta forma é possível compreender que mesmo as regiões turísticas sabem do seu potencial, porém quando

procuradas estas informações nas mídias, a maior parte encontra-se desatualizada, o que acarreta o desinteresse do turista, uma vez que ele não encontra informações mais sobre a região.

No questionamento sobre qual ação de promoção/ divulgação que as regiões tem mais utilizado 54% responderam que participam de eventos da área; 38% atuam na divulgação pela internet e 8% responderam outras ações, porém não especificaram. Demonstra-se, assim, que as redes sociais tem tido um papel importante na divulgação das regiões turísticas, além dos eventos que são a principal forma de divulgação devido ao crescimento da ocorrência dos mesmos e também a abrangência de empresas e pessoas influentes no mercado. Porém mesmo as redes sociais sendo uma ferramenta indicada para a divulgação da região turística existem dificuldades encontradas nessa ferramenta como indicado posteriormente nessa pesquisa.

Quando as regiões foram questionadas sobre as dificuldades que enfrentam, o recurso financeiro foi o mais elencado, representando 31%, porém, 13% indicou a infraestrutura dos produtos/atrativos turísticos inadequadas; 9% comprometimento dos membros da região; 9% participação dos associados; 9% conscientização dos municípios das regiões turísticas; 6% insuficiência dos critérios para definição dos produtos; 6% sustentabilidade das regiões; 6% falta de mão de obra; 3% de dificuldade no deslocamento até os produtos/atrativos; 3% no curto período de tempo de criação das Instâncias de Governança que fazem a gestão das regiões turísticas e 3% da insuficiência de recursos materiais.

Gráfico 03: Dificuldades enfrentadas pelas regiões.



Fonte: As autoras.

Portanto as regiões turísticas apresentam inúmeras deficiências, que conseqüentemente ocasionam as falhas na divulgação/promoção dos produtos/atrativos turísticos.

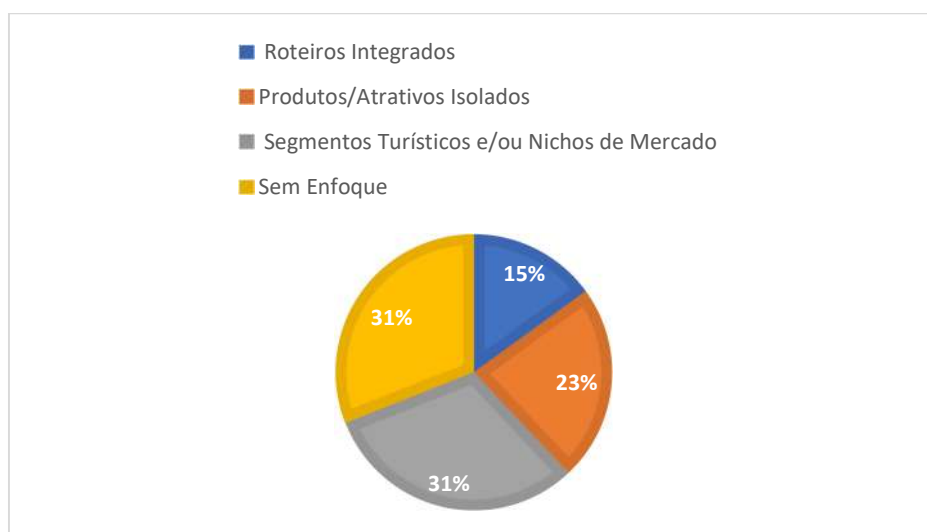
Associado a todas estas dificuldades está a participação deficitária dos municípios/associados das regiões turísticas, afinal, 47% dos respondentes avaliaram o envolvimento dos mesmos como insatisfatório, 38% acreditam que a participação é boa e 15% muito bom. Esse fator mostra que muitas das dificuldades podem ser causadas devido a participação insuficiente dos associados/municípios sendo que algumas das dificuldades elencadas podem ser sanadas com o envolvimento destes.

Sobre as mídias digitais 62% das regiões acreditam que a própria região deve gerenciar uma página para região turística como um todo. Sobre esse tema 38% respondeu que deve existir uma página gerenciada pela região para toda a região turística, porém, isso não dispensa que cada município também deve ter a sua página.

Estes dados demonstram que os municípios e os produto/atrativos existentes nos mesmo, nomeiam apenas como responsáveis por sua promoção/divulgação as regiões, porém é relevante destacar que as regiões tem o papel de promover e divulgar a região, mas sem o apoio dos municípios não é possível ajudá-los a se desenvolver para se estruturarem perante o mercado turístico.

E quando questionados a partir de qual enfoque é realizada a promoção/divulgação dos produtos/atrativos da região 15% respondeu Roteiros integrados; 23% Produtos e ou atrativos isolados; 31% Segmentos turísticos e/ou nichos de mercado e 31% respondeu que a região ainda não possui enfoque definido.

Gráfico 04: Enfoque da região



Fonte: As Autoras.

Assim os dados demonstram que em geral as regiões não tem um objetivo específico claro sobre o que vão divulgar, e que características estes produtos divulgados devem apresentar. Ainda sobre isso, observa-se que muitos dos ditos produtos, apenas apresentam características de atrativos potenciais para a criação de um produto formatado como tal deve ser. Além de que as regiões apresentam muitas características distintas uma das outras e há uma infinidade de atividades/ segmentos turísticos no estado do Paraná, porém são divulgados em todas com maior enfoque as atividades ligadas aos segmentos de natureza, gastronomia, religiosidade e a cultura, não há uma diversificação entre as regiões, o que consequentemente leva a uma uniformidade de produtos/atrativos.

Sobre o levantamento realizado nas páginas da internet das regiões turísticas os seguintes dados foram coletados relativos às informações gerais constantes nas páginas:

Quadro 01: Resultados para as “Informações gerais”

INFORMAÇÕES GERAIS	SIM	NÃO
Possui site e/ou perfil em rede social dedicado exclusivamente ao turismo	11	03
O site ou perfil está atualizado	09	03
Possui apenas perfil em rede social	09	03
Possui site e perfil em rede social	03	09
O site ou o perfil em rede social é o mesmo para a Agência de Desenvolvimento do Turismo e para a divulgação do turismo na região	12	-
Possui opções para outros idiomas	-	12
Possui fotos da experiência	11	01
Possui vídeos da experiência	09	03
Possui site com recursos de interatividade (apenas para regiões que possuem site)		03
Possui ícones e presença em mídias e redes sociais (apenas para regiões que possuem site)	01	02
Possui informações para contato (email e/ou telefone)	11	01

Fonte: As autoras.

E também foram coletados dados relacionados especificamente às informações de interesse turístico:

Quadro 02: Resultados para as “Informações de interesse turístico”

INFORMAÇÕES DE INTERESSE TURÍSTICO	SIM	NÃO
Apresenta informações gerais sobre a região	09	02
Apresenta informações sobre cada município e/ou link de acesso para suas páginas	02	09
Apresenta mapa de localização	01	10
Apresenta opções de hospedagem	03	09
Apresenta opções de alimentação	03	09
Apresenta os atrativos e produtos turísticos	10	01
Detalhamento dos produtos e serviços ofertados	02	09
Contatos com organismos públicos e/ou privados como hospedagens, restaurantes, agências de viagem, guias/condutores locais que prestam serviços ao usuário.	02	09

Fonte: As autoras.

Na totalidade foram buscadas as 14 páginas das regiões turísticas entre sites e o perfil social delas no *facebook*. Não foram localizadas as páginas das regiões Vales do Iguaçu; Campos Gerais e Norte do Paraná e nem seus perfis no *facebook*. Se essas regiões possuem páginas para o turismo da região e as mesmas não foram localizadas facilmente durante o campo dessa pesquisa, ou realmente não possuem essas páginas, isso demonstra grande urgência na mobilização para a abertura dessas páginas sabendo-se sobre a grande importância na atualidade na comunicação virtual para o turismo.

Foram acessadas as demais 11 páginas e perfis das demais regiões. Vale ressaltar que a Paraná Turismo possui áreas específicas em seu site da internet exclusivas para apresentar as regiões turísticas de maneira geral e individualmente. Porém, observou-se que não é espaço adequado para apresentar e interagir de maneira satisfatória com o público, pois, as informações apresentadas são insuficientes, dentre outras questões.

Das 11 regiões que se posicionam na internet apenas três delas apresentam site exclusivo para tratar da região turística que são a Cataratas do Iguaçu e Caminhos ao Lago de Itaipu; Corredores das Águas e Litoral do Paraná. Porém o site da região Litoral do Paraná não está atualizado diferente de seu perfil no *facebook* que está ativo. Os sites das regiões Cataratas do Iguaçu e Caminhos ao Lago de Itaipu e dos Corredores das águas apresentam-se aparentemente atualizados assim como seus perfis no *facebook*. Vale destacar que o ponto de reflexão sobre os três sites dessas regiões que possuem essa ferramenta é a não separação do site institucional da Agência de Desenvolvimento do Turismo e da comunicação dos atrativos e produtos turísticos da região o que pode causar certa confusão do interessado que está navegando na página para compreender a organização do site e encontrar o que está procurando.

Observa-se que a comunicação, no caso da não separação da Agência e da região turística, pode prejudicar a promoção dessas regiões como marcas turísticas, afinal, no site encontra-se em destaque o nome da Agência e da região turística. Acredita-se que o destaque deve ser dado a marca da região turística e não da Agência de Desenvolvimento.

Exemplifica-se essa questão quando a região Corredores das Águas apresenta no site o nome RETUR ou REDE DE TURISMO REGIONAL em que a marca da região que é **Corredores das Águas** não é mencionado. Caso o internauta pesquise nos sites de busca o nome Corredores das Águas ele não encontrará a marca em sua busca, mas sim o nome TURISMO REGIONAL. Situações similares ocorrem com o Litoral do Paraná e Cataratas e Caminhos quando associam seus nomes a ADETUR LITORAL (Agência do Litoral) e ADETUR CATARATAS E CAMINHOS (Agência da região Cataratas e Caminhos). Ressalta-se inclusive que os nomes das Agências são similares (ADETUR) o que não colabora na fixação de uma marca única e diferenciada tão importante para o setor do turismo.

A região Corredores das Águas ainda possui alguns equívocos de comunicação, pois, em seu site apresenta hospedagens em municípios que não fazem parte da região como Foz do Iguaçu. Inclui, ainda, em sua página empreendimentos turísticos que não fazem parte da região ou oferta apenas restaurantes na cidade de Maringá sem apresentar as possibilidades de toda a região.

Vale destacar que a região Terra dos Pinheirais possui parte do site da Agência de Desenvolvimento a ADCSUL dedicado ao turismo. Compreende-se que isso otimiza os recursos, porém, dificulta ao turista o acesso às informações.

As demais regiões não possuem sites na internet, mas apenas perfis no *facebook*¹⁷⁵. Esse levantamento causa preocupação, pois, a ferramenta da citada rede social não possui condições adequadas para apresentar informações que devem ser fixadas na página de maneiras específicas, como por exemplo, a apresentação dos atrativos e produtos turísticos. Esse ponto dificulta a procura pelo internauta de informações de interesse que são mais facilmente encontradas em sites que possuem menu mais claro e definido de busca.

Onze das quatorze regiões, portanto, possuem sites e/ou perfil em rede social o que demonstra preocupação sobre o posicionamento delas na internet. A maioria delas (09) está atualizando suas páginas, publicando periodicamente, ao menos em seus perfis em rede social. A maioria das regiões (09) possui apenas perfil em rede social, fator que, como já mencionado, dificulta a apresentação na totalidade da região e a pesquisa do internauta pelos seus produtos. Fator que preocupa é a comunicação das regiões apenas em língua portuguesa. Nenhuma das regiões que possui site apresenta opções em espanhol ou inglês o que dificulta seu posicionamento para o público estrangeiro.

Quando se trata das informações de interesse turístico os problemas são ainda mais preocupantes. Isso se exemplifica quando observa-se que nove das onze regiões não apresenta informações de cada município e/ou link de acesso para suas páginas. Dez das onze regiões não apresenta mapa da região. Nove das onze regiões não apresenta adequadamente opções de hospedagem e alimentação e, ainda, nove das onze regiões não detalham de maneira satisfatória seus produtos e serviços e contatos com organismos públicos e privados como hospedagens, restaurantes ou guias locais e agências receptoras. Esses fatores podem ser explicados pelo fator de a maioria possuir apenas perfis no *facebook* que dificultam a promoção dos produtos e serviços.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

¹⁷⁵ Não foram levados em consideração, nesse trabalho, a existência de perfis em outras redes como *instagram* ou *twitter*, pois, o *facebook* ainda é a rede mais utilizada pelos internautas.

Observou-se que as regiões turísticas de todo o Paraná apresenta problemas em sua comunicação na internet. Das 14 regiões apenas duas possuem site exclusivamente para divulgar seus produtos e serviços e, mesmos esses, possuem alguns problemas. A maioria das regiões está se comunicando em perfis do *facebook* que não é a ferramenta mais indicada para o acesso de internautas interessados em organizar sua viagem.

As respostas do questionário apresentaram que a maioria das regiões possui um profissional, setor ou estabelece parcerias para trabalhar em ações voltadas para divulgação dos seus produtos, mas tais ações não se refletem em suas páginas na internet quando se referem a construção adequada e manutenção desses sites. A maioria das regiões demonstrou certa confusão sobre a diferenciação de produto e segmento turístico, fator esse, que impede sua comunicação adequada na internet, afinal, o desconhecimento de seu produto ou de suas características marcantes dificulta atingir seu público alvo. Sobre esse fator as regiões afirmaram desenvolver pesquisas sobre seus produtos e sobre a demanda desses produtos, mas na internet fica claro que elas não se posicionam adequadamente para atingir um público em específico e, portanto, tais pesquisas não são utilizadas para a comunicação virtual.

Grande parte das regiões afirma utilizar a internet como ferramenta de divulgação e que ela deve ser feita por meio de página da internet da região turística, mas o que se observou no trabalho é que essa questão ainda apresenta muitas dificuldades. As regiões por mais que compreendam a importância dessa ferramenta de divulgação não conseguem trabalhar de maneira adequada e integrada com os municípios que a compõem. Dentre os fatores que dificultam esse trabalho estão o de possuir maior esclarecimento sobre sua própria marca; seu público alvo; recursos e trabalho integrado com os municípios.

REFERÊNCIAS

- BIZ, Alexandre Augusto. Avaliação dos portais turísticos governamentais quanto ao suporte à gestão do conhecimento. *Tese (Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Gestão do Conhecimento)*. Florianópolis: UFSC. 2019.
- BRASIL, Ministério do Turismo. Segmentação do turismo e o mercado. Brasília, Ministério do turismo. 2010, 170p. Disponível em:<<https://docplayer.com.br/4071531-1a-edicao-segmentacao-do-turismo-e-o-mercado.htm>>. Acesso em 10 de ou setembro de 2018.
- BRASIL, Ministério do Turismo. Programa de Regionalização do turismo- Roteiros do Brasil: Módulo Operacional 7 Roteirização Turística. Brasília, 2007.51p.:il. Disponível em:<http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/roteiros_brasil/roteirizacao_turistica.pdf>. Acesso em 20 de julho de 2018
- GIL, Antônio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 3º ed. São Paulo, Atlas. 1991.

LOHMANN, Guilherme; NETTO, Alexandre Panosso. Teoria do turismo: Conceitos, Modelos e Sistemas. São Paulo. Aleph. 2008.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Programa de Regionalização do Turismo. 2015. Disponível em:<<http://www.turismo.gov.br/acesso-a-informacao/63-acoes-e-programas/4882-programa-de-regionalizacao-do-turismo.html>>. Acesso em 10 de setembro de 2018.

MINISTÉRIO DO TURISMO. O que é o Programa de Regionalização do turismo. 2013. Disponível em:<http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=26&Itemid=124>. Acesso em 10 de setembro de 2018.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Programa de Regionalização do Turismo: Diretrizes. 2013. Disponível em:<http://www.turismo.gov.br/images/programas_acoes_home/PROGRAMA_DE_REGIONALIZACAO_DO_TURISMO_-_DIRETRIZES.pdf>. Acesso em 16 de Julho de 2019.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. *E-business para o turismo*. Porto Alegre: Bookman. 2003.

PARANÁ TURISMO. Orientações Práticas às Instâncias De Governança de Turismo do Paraná. 2009. Disponível em:<<http://www.turismo.pr.gov.br/arquivos/File/CartilhaInstanciasdeGov.pdf>>. Acesso em 10 de setembro de 2018.

PARANÁ TURISMO. Instâncias de Governança. 2018. Disponível em:<<http://www.turismo.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=866>>. Acesso em 10 de setembro de 2018.

PARANÁ TURISMO. Programa de Regionalização do Turismo no Paraná. 2019. Disponível em:<<http://www.turismo.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=865>>. Acesso em 16 de Julho de 2019.

PARANÁ TURISMO. Regiões Turísticas do Estado. 2019. Disponível em:<<http://www.turismo.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=946>>. Acesso em 02 de Julho de 2019.

PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO. Regionalização, Sensibilização e Mobilização. 2019. Disponível em:<<http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/mtur-cartilha-promocional-final.pdf>>. Acesso em 02 de abril de 2019.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; COUTINHO, Gabriel Chagas Teodózio Prudêncio; THOMAZ, Guilherme Mendes. Turismo comunitário e internet: análises dos sites das experiências no Brasil. *Caderno Virtual de Turismo*, pp. 35-51. 2015.

SEBRAE, SP. Caderno de Atrativos Turísticos: Entendendo o Atrativo turísticos. S/A. Disponível em:<[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/e6ab735ac11e71802d2e44cbce6d63f4/\\$File/SP_cadernodeatravosturisticoscompleto.16.pdf.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/e6ab735ac11e71802d2e44cbce6d63f4/$File/SP_cadernodeatravosturisticoscompleto.16.pdf.pdf)>. Acesso em 10 de setembro de 2018.

SEBRAE, DF. Estudo de Competitividade de Produtos Turísticos. Brasília, DF. 2011. Disponível em:<http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Estudo_de_Competitividade_de_Produtos_Turxsticos.pdf>. Acesso em 10 de setembro de 2018.

THOMAZ, Guilherme Mendes. Inovação na promoção turística online do Estado do Paraná através das mídias e redes sociais. *Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Curso de Turismo, Departamento de Turismo.*, 228f. Curitiba: UFPR. 2011.

LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES

estudo de duas coleções de livros didáticos de arte do pnld 2017: questões da forma

Auriane Stremel dos Santos (PIC)
Unespar/Campus Curitiba II, Stremel.auriane@gmail.com
Mauren Teuber (Orientador)
Unespar/Campus Campus Curitiba II, maurenteuber@gmail.com

Palavras-chave: Livro didático de Arte. PNLD2017. Projeto Gráfico.

INTRODUÇÃO

O livro didático de Arte está presente na escola pública desde 2015, quando a disciplina foi inserida no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Este programa do governo foi renomeado em 2017 para Programa Nacional do Livro e do Material Didático ampliando assim, o seu espectro, com a possibilidade de inclusão de outros materiais de apoio à prática educativa para além das obras didáticas e literárias como: obras pedagógicas, softwares e jogos educacionais, materiais de reforço e correção de fluxo, materiais de formação e materiais destinados à gestão escolar, entre outros.

A denominação, PNLD está presente desde 1985, entretanto, sabe-se que a partir da primeira metade do século XX já existiam políticas e programas de incentivo à produção de livros didáticos no Brasil.

Nessa direção, destaca-se a necessidade da ampliação dos conhecimentos sobre o livro didático de Arte, em particular, os livros do PNLD, visto que, segundo Teuber (2016, p.40), as investigações no conjunto de pesquisas educacionais que identificam ou verificam as funções de materiais didáticos produzidos para o Ensino de Arte ainda são escassas ou pouco frequentes.

Outro aspecto considerado relevante a ser destacado é a questão da forma gráfica que está diretamente atrelada ao estudo da eficácia da estrutura editorial gráfico visual do livro didático, critério contemplado nos Editais de seleção dos livros no PNLD.

Como dito, a primeira edição do PNLD que distribuiu livros didáticos destinados à disciplina de Arte - Ensino Médio, foi o edital de 2015. O ensino de Arte é obrigatório em toda a educação básica e a contemplação pelo PNLD é uma conquista importante para a educação brasileira. Pelo fato da disciplina de Arte ter figurado nas edições anuais do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM - é possível supor que tenha existido algum tipo de efeito retroativo de influência desse exame contribuindo para a contemplação da Arte no PNLD.

O MEC publica anualmente Guias para os livros didáticos do PNLD nos quais são apresentados cada coleção aprovada no processo avaliativo. Cada Guia, específico para cada componente curricular, apresenta resenhas que informam aos professores e às professoras da rede pública de ensino as características pedagógicas de cada obra, seus pontos fortes e suas limitações. No Guia de Livros Didáticos componente Arte constam as obras aprovadas pelo MEC e os Princípios e Critérios de Avaliação.

Na edição do PNLD 2017, foram contempladas duas coleções de livros didáticos de Arte de natureza reutilizável, acompanhados de CD em áudio, para alunos das séries finais do ensino fundamental. Cada coleção é composta por quatro livros, um volume para cada ano, do 6º ano ao 9º ano. Foram distribuídos a quantidade de 6.112.637 exemplares da coleção Por toda parte e 4.547.073 da coleção Projeto Mosaico - Arte, totalizando 10.659.710 livros distribuídos para a disciplina de Arte - ou seja, quase 10,5 milhões de livros. Os dados sobre os livros destinados ao PNLD 2017 demonstram que 117.690 escolas foram beneficiadas, totalizando 29.416.511 alunos beneficiados.

Nessa perspectiva, desenvolveu-se a pesquisa voltada a análise das coleções de livros didáticos de Arte selecionados para o Programa Nacional de Livro Didático - PNLD 2017, Ensino Fundamental II, anos finais e buscando compreender as questões da forma que dizem respeito ao projeto gráfico editorial, conforme os requisitos que constam no Edital. Neste contexto, evidenciou-se: aspecto visual, qualidade da impressão, diagramação, harmonia de fontes e cores, curadoria de imagens; relação entre conteúdos e imagens, multimídias e textos.

Na edição do PNLD 2017 Arte, objeto de estudo deste trabalho, foram contempladas duas coleções de livros didáticos de Arte de natureza reutilizável, acompanhados de CD em áudio, para alunos das séries finais do ensino fundamental, denominadas **Por toda parte** - Ensino Fundamental Anos finais - Arte, da editora FTD (2015) e a coleção **Projeto Mosaico** - Ensino Fundamental Anos finais - Arte, da editora Scipione (2015).

MATERIAIS E MÉTODOS

Optou-se metodologicamente pela revisão de literatura e a análise documental das obras e do Edital. Os documentos analisados envolvem o Edital de convocação 02/2015 para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas para o PNLD 2017; o Guia de Livros Didáticos PNLD 2017 - Arte; e os livros do 9º ano das duas coleções contempladas.

A análise foi realizada numa primeira etapa, por meio de uma tabela elaborada (figura 1), a partir de um modelo (figura 2) apresentado por Martínez-Valcárcel (2018).

	A	B	R	S	T	U	V	W	X	Y	Z	AA	AB	AC	AD	AE	AF	AG	AH	AI	AJ
1	pag	TEMA PAL	Bloque	TEMA LIBRO	Autor	insígnias	Doc	Mapas	Glosario	gráficos	Tablas	ejes	actividades	esquemas	otros	suma	estruc	cat1	cat2		
6	5		0	0												0	d_Metodo	d_Metodo	d_Metodologia		
7	6		0	0												0	e_Present	e_Present	e_Presentación		
8	7		1	1		1	1									2	l.Bloque	Presentaci	Presentación		
9	8		1	1		1	1									2	01.Tema	Desarrollo	Desarrollo		
10	9		1	1	1	1		1								2	01.Tema	Desarrollo	Desarrollo		
11	10		1	1	1	1		1								2	01.Tema	Desarrollo	Desarrollo		
12	11		1	1	1	1				1						3	01.Tema	Desarrollo	Desarrollo		
13	12		1	1	1	1										2	01.Tema	Desarrollo	Desarrollo		
14	13		1	1	1	1		1								2	01.Tema	Desarrollo	Desarrollo		
15	14		1	1	1	1	1									2	01.Tema	Desarrollo	Desarrollo		
16	15		1	1	1	1	1									2	01.Tema	Desarrollo	Desarrollo		
17	16		1	1	1	1	1									2	01.Tema	Desarrollo	Desarrollo		
18	17		2	2		1	1									2	il.Bloque	Presentaci	Presentación		
19	18		2	2	1	1			1							3	02.Tema	Presentaci	Presentación		
20	19		2	2	1			1								2	02.Tema	Introducció	Introducción		
21	20		2	2	1	1	2									3	02.Tema	Desarrollo	Desarrollo		
22	21		2	2	1	1			1							3	02.Tema	Desarrollo	Desarrollo		
23	22		2	2	1	1										2	02.Tema	Desarrollo	Desarrollo		
24	23		2	2	1	1										2	02.Tema	Desarrollo	Desarrollo		
25	24		2	2	1	1		1								3	02.Tema	Desarrollo	Desarrollo		
26	25		2	2	1	1		1								3	02.Tema	Desarrollo	Desarrollo		
27	26		2	2			1							1		2	02.Tema	Actividade	Documentos		
28	27		2	2		1					1			1		3	02.Tema	Actividade	Consolida y ampli		

FONTE: VALCÁRCEL (2019)

No seminário “El estudio de un manual para la interpretación del uso que se hace en las aulas a través de las huellas dejadas por los alumnos” Valcárcel apresentou a fundamentação e os resultados de suas pesquisas em que analisa materiais didáticos por meio de tabelas desenvolvidas no Excel descrevendo a estrutura da obra e os recursos que fazem parte do livro, entre eles: recursos textuais (textos do autor, documentos, páginas da internet, etc.); recursos icônicos (mapas, gráficos, linhas de tempo, imagens, tabelas) e atividades (possíveis tipos de atividades).

Numa segunda etapa, para a análise do projeto gráfico das obras, outra tabela foi elaborada (figura 3 e figura 4) para demonstrar os recursos gráficos, tais como: tipografia, referente ao desenho, tamanho e legibilidade das letras; os recursos visuais como quadros de textos, tabelas e gráficos; questões de localização, contrastes e composição das páginas; iconografia, referente a imagem e sua qualidade; conforme o Edital PNLD 2017 estabelece como critério.

Figura 3: TABELA LEVANTAMENTO DE DADOS – PROJETO GRÁFICO

Coleção Mosakó – Livro do Aluno 9º ano														
Seção do item		IMAGEM			TEXTO:								Elemento gráfico	Elemento iconográfico
		Definição	Atratividade	Coerentes com o texto	Legibilidade gráfica considerando o nível de escolaridade visado:					Títulos e subtítulos claramente hierarquizados				
					Texto principal com fonte regular; legendas, títulos e subtítulos em fonte semitonsurada	Formato dos textos	Dimensões dos textos na página	Disposição dos textos na página	Texto principal em preto					
Descrição das imagens	Tamanho das letras	Espaçamento entre letras, palavras e linhas	Formato dos textos	Dimensões dos textos na página	Disposição dos textos na página	Texto principal em preto	Títulos e subtítulos claramente hierarquizados	Elemento gráfico	Elemento iconográfico					
Capa	Título da coleção Ano Weel Componente curricular Nome da instituição Logo da editora	Bom	Sim	Sim	Bom para título e ano Na página Arte a letra não tem um bom desenho	Bom para cada item	Bom para todos os itens	Colunas únicas	Bom	Bom equilibrados Letra comprimecida no texto em branco sobre a textura de mosaico amarelo	Sim	Sim	Textura de mosaico	Logo da editora
Folha de rosto	Título da coleção Ano Weel Componente curricular Logo da editora Autores e breve currículo Ano Edição	Não há			Bom para título, ano e demais textos Na página Arte a letra não tem um bom desenho	Bom para cada item	Bom para todos os itens	Colunas únicas	Bom	Bem equilibrados	Sim (breve currículo dos autores)	Sim	Textura de mosaico	Logo da editora
Ficha catalográfica	Sim	Não há			Texto corrido com dados catalográficos; EB3 em uma coluna e indiférentes a estas questões						Sim	Sim	Não	Logo da editora e do ARDE
Apresentação	Título e carta ao aluno	Bom	Sim	Sim	Bom	Bom	Bom	Em uma coluna	Ocupa a página	Uma coluna a direita	Sim	Sim	Fundo amarelo abaxo do título e do texto principal	Não
Por dentro da obra	Mapeamento da obra	Razível	Sim	Sim	Bom	Bom	Bom	Colunas únicas	Pequenos blocos de texto	Legendas com íconos para as imagens das páginas	Sim	Sim	Cinco cores com texto branco	Não
Somário	Clareza na organização Sua abertura e cada capítulo em colunas abaxo da imagem em preto e branco com o título em amarelo sobre a mesma	Razível	Razível	Sim	Bom	Bom	Bom	Em colunas abaxo dos títulos e das imagens	Bom	4 colunas abaxo das imagens dos capítulos	Sim	Sim Amarelo	Tarja amarela vertical na página esquerda Quadro contendo preto com as seções especiais	Não
Introdução ao volume	Seção de 10 páginas, onde as duas iniciais são de texto introdutória e a última tem uma proposta de atividade	Sim	Sim	Sim	Bom	Bom Variável	Bom Variável	Variável em colunas únicas ou de meia página Texto introdutório e blocos de: título e texto em uma lateral de cada imagem	Bom Variável Texto introdutório em coluna de largura de página Blocos em coluna de meia página	Bom Variável Texto principal (parágrafo) de chamada Imagem com texto do lado direito ou lado esquerdo Legendas abaxo das imagens	Sim Texto introdutório em amarelo	Sim branco - amarelo - verde	Tarja amarela para título branco Fundo preto para texto em amarelo Fundo amarelo abaxo dos blocos de texto e fundo preto abaxo de texto branco	Não
Abertura de capítulo	Dois páginas com texto, títulos e imagens	Sim	Sim	Sim	Bom	Bom Variável	Bom Variável	Indicação de capítulo e título no canto superior esquerdo Blocs de atividades na base inferior da página esquerda	Bom Variável Títulos maiores Legendas menores	Associação iconográfica associada em quadro branco para sistemas reais Texto principal em quadro branco e atividades reais em quadro amarelo	Sim	Sim preto branco	Fundo verde nas duas páginas	Não
Consequência por vida	Seção de uma página centrada na abertura do capítulo	Sim	Sim	Sim	Bom Início do enunciado das atividades finais	Bom Variável	Bom Variável	Texto principal em coluna verticalizada com imagens inseridas a área Blocs de atividades na base inferior da página direita Os demais textos em blocos menores	Bom Variável Subtítulos maiores Legendas menores	Texto principal em quadro branco e atividades reais em quadro amarelo	Sim	Sim preto	Quadro grande branco Quadro amarelo na página	Sim

Panel	Identificada com este ícone: Seção ocupa 8 páginas	Boa	Sim	Sim	Bom	Bom Variável	Bom	Colunas de página Inteira	Texto principal de uma coluna Blocos de texto com legendas e glossário	Imagem de coluna Íntegra intercalam o texto principal	Sim	Sim Título de seção em corpo maior e em verde Subtítulos em preto	Efeito de lupa nas imagens Trago verde identi- ficando legendas Trago verde identi- ficando glossário Boa amarelo com atividades	Sim	
Fala o artista	Identificada com este ícone: Seção ocupa 1 página	Razoável	Sim	Sim	Bom	Bom Variável	Bom Variável	Uma coluna	Texto principal de uma coluna Bloco de texto com legenda Atividades em uma coluna	Imagem intercala- da em uma coluna	Sim	Sim Título de seção em corpo maior e em verde Subtítulos em preto	Alças em corpo maior e em verde destacando texto de citação Trago verde identi- ficando legendas Boa amarelo com atividades	Sim	
Pensando com a história	Identificada com este ícone: Seção ocupa 1 página	Boa	Sim	Sim	Bom	Bom Variável	Bom Variável	Uma coluna	Texto principal de uma coluna	Imagem após o texto em uma coluna	Sim	Sim Título de seção em corpo maior e em verde Subtítulos em preto	Trago verde identificado legendas	Sim	
Hora da técnica	Identificada com este ícone: Seção ocupa 2 páginas	Boa	Sim	Sim	Bom	Bom Variável	Bom Variável	Uma coluna Bloco de texto com informação extra	Texto principal de uma coluna	Imagem após o texto em uma coluna Bloco de texto localizado a esquerda superior da imagem Atividades na final da seção	Sim	Sim Título de seção em corpo maior e em verde Subtítulos em preto	Trago verde identificado legendas Boa verde para texto informativo Boa amarelo para atividades	Sim	
Debate	Identificada com este ícone: Seção ocupa 3 páginas	Boa	Sim	Sim	Bom	Bom Variável	Bom Variável	Uma coluna Blocos com legenda Bloco com glossário	Texto principal de uma coluna Legendas em meia coluna	Imagem após o texto em meia coluna cada	Sim	Sim Título de seção em corpo maior e em verde Subtítulos em preto	Trago verde identificado legendas	Sim	
Teoria e técnica	Identificada com este ícone: Seção ocupa 2 páginas	Boa	Sim	Sim	Bom	Bom Variável	Bom Variável	Uma coluna Blocos com legenda Bloco com glossário	Texto principal de uma coluna Legendas em meia coluna	Textos de legendas em duas colunas com as respectivas imagens	Sim	Sim Título de seção em corpo maior e em verde Subtítulos em preto	Alças em corpo maior e em verde destacando texto de citação	Sim	
Atividades	Identificada com este ícone: Seção ocupa 2 páginas	Boa	Sim	Sim	Bom	Bom Variável	Bom Variável	Uma coluna	Texto principal de uma coluna	Tudo o texto e atividades em uma coluna	Sim	Sim Título de seção em corpo maior e em verde Subtítulos em preto	Boa amarelo para atividades Boa roxo para autoavaliação	Sim	
Caderno de projetos	Abertara em duas páginas Título da seção Cada projeto tem a mesma estrutura dos capítulos	Boa	Sim	Sim	Bom	Bom Variável	Bom Variável	Uma coluna	Texto varia em uma coluna e em duas colunas	Textos de uma coluna e de duas colunas Blocos de legendas Blocos de glossário	Sim	Sim Título de seção em corpo maior e em amarelo Subtítulos em preto e em verde	Fundo verde para aberturas de projetos Quadro branco para atividades iniciais Boa amarelo para atividades Boa amarelo para textos extras	Não	
Jogos de estudar o mundo	Seção ocupa 3 páginas	Razoável	Sim	Sim	Bom	Bom Variável	Bom Variável	Uma coluna	Textos de meia página	Textos intercalados com as imagens e com subtítulos	Sim	Sim Título de seção em corpo maior e em branco Subtítulos em preto	2 quadros em laranja e 1 em verde. Finalizada com um quadro roxo para as atividades que são coletivas	Sim	
Explore também	Ocupa duas páginas	Sim	Sim	Sim	Bom Variável	Bom Variável	Bom Variável	Blocos de texto	Blocos arranjados em três colunas	Em três colunas	Sim	Sim	Traja amarelo Boa amarelo Linhas tracejadas	Sim 7 cores: laranja, verde, laranja, amarelo, roxo, branco, cinza	
Reflexões bibliográficas	Uma página	Boa	—	—	Bom	Bom	Razoável	Colunas de texto	Texto arranjado em três colunas	Em três colunas	Sim	Sim Título de seção em amarelo Subtítulos em amarelo	Traja amarelo	Não	
Indicação de leituras complementares	Inseridas na seção Explore também	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Glossário - facultativo	Sim! Aparecem nas páginas onde ocorrem	—	—	—	Bom	Bom	Bom	Blocos de texto	Coluna pequena	Blocos pequenos na margem externa da página	Sim	Palavra em roxo	Marcedor roxo	Não	
Índice remissivo - facultativo	Não	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—

FONTE: A autora (2019)

Figura 4: TABELA LEVANTAMENTO DE DADOS – PROJETO GRÁFICO

Coleção por Toda Parte – Livro do Aluno 9º ano															
Seção do livro		IMAGEM			TEXTO							Elemento gráfico	Elemento iconográfica		
		Definição	Atividade	Coerentes com o texto	Legibilidade gráfica considerando o nível de escolaridade usado					Texto principal em preto	Títulos e subtítulos claramente hierarquizados				
					Desenho das letras	Tamanho das letras	Espaçamento entre letras, palavras e linhas	Formato dos textos	Dimensões dos textos na página					Disposição dos textos na página	
Capa	Título da coleção Ano Nível Componente curricular Nome do autor Logotipo editora	—	—	—	Bom	Variável	Variável	Coluna única	Variável	Título centralizado	Não	Sim	Faixas de cor abaixo do texto	Não	
Folha de rosto	Título da coleção Ano Nível Componente curricular Logotipo editora Autores e livro curricular Estado Ano Edição	—	—	—	Bom	Variável	Variável	Coluna única	Em uma coluna	Ocupando a página toda	Sim	Sim	Taça vermelha abaixo do título	Não	
Ficha catalográfica	Sim	—	—	—	Bom	Bom	Bom	Uma coluna centralizada	Ocupa	Coluna centralizada	Sim	—	Não	Não	
Apresentação	Título e texto	—	—	—	Bom	Bom	Bom	Uma coluna	Uma página	Ocupa a coluna toda	Sim	Sim Em branco	Não	Não	
Carta-afreite, ...	Alinhamento da obra	Razível	Razível	Sim	Bom	Bom	Bom	Dois colunas	Bloco menor	Bloco de texto ao lado das imagens	Sim	Sim Em vermelho	Fundo cinza Sombra nas imagens Setas de direção no texto	Não	
Sumário	Clareza na organização	Rápida localização	Sim	Razível	Sim	Bom	Bom	Bom	Dois colunas	Colunas verticais	Título de seção Títulos de unidades Subtítulos, sobretítulos e páginas Quadro cinza com setas finais	Sim	Sim Em vermelho	Taça em vermelho, cinza e preto em cada título de unidade Quadro cinza	Não
	Sim														
Abertura de unidade	Dois páginas	Sim	Sim	Sim	Bom	Bom	Bom	Coluna única	Bloco centralizado na página	Título de seção Títulos de unidades Subtítulos, sobretítulos e páginas Quadro cinza com setas finais	Sim	Sim Em preto	Bloco vermelho para indicar a unidade Bloco preto para título Geometria colorida Bloco Amarelo com os títulos dos capítulos	Não	
Abertura de capítulo	Dois páginas	Sim	Sim	Sim	Bom	Bom	Bom	Bloco de texto	Bloco de texto centralizado em meia página	Título Bloco com tópicos do capítulo Legenda	Sim	Sim Em branco	Taça preta Bloco amarelo Bloco branco com transparência	Não	
Veni ...	Páginas variáveis	Sim	Sim	Sim	Bom	Bom	Bom	Em coluna única	variável	Título Imagem Texto	Sim	Sim Em branco	Taça azul e branco para títulos Fundo alaranjado	Não	
tema ...	Páginas variáveis A primeira página é sempre com fundo amarelo com o recurso gráfico da etiqueta branca com o número do tema	Sim	Sim	Sim	Bom	Bom	Bom	Em coluna única	variável	Título Imagem Texto	Sim	Sim Em preto Subtítulos em vermelho	Fundo amarelo Taça branca	Não	
Mundo conectado	Páginas variáveis	Sim	Sim	Sim	Bom	Bom	Bom	Em coluna única	variável	Título Imagem Texto	Sim	Sim Em branco Subtítulos em preto	Quadro cinza e quadrados Taça vermelha e quadrados	Não	
Mão de perto	Variável	Sim	Sim	Sim	Bom	Bom	Bom	Em coluna única	variável	Título Imagem Texto	Sim	Sim Em branco Subtítulos em preto	Taça vermelha Fundo rosa	Não	
Palavra de artista	Variável	Sim	Sim	Sim	Bom	Bom	Bom	Em coluna única	variável	Título Imagem Texto	Sim	Sim Em branco Subtítulos em vermelho	Balão de fala Linha sinuosa Linha pontilhada	Não	
Linguagem ...	Variável	Sim	Sim	Sim	Bom	Bom	Bom	Em coluna única	variável	Título Imagem Texto	Sim	Sim Em branco e amarelo Subtítulos em branco	Taça preta Fundo azul	Não	
Ação e situação	Variável	Sim	Sim	Sim	Bom	Bom	Bom	Em coluna única	variável	Título Imagem Texto	Sim	Sim Em branco e preto Subtítulos em preto	Taça laranja	Não	
Procedimentos artísticos	Variável	Sim	Sim	Sim	Bom	Bom	Bom	Em coluna única	variável	Título Texto	Sim	Sim Em branco e preto	Taça azul Contorno azul	Não	
Misturando tudo	1/2 página	—	—	—	Bom	Bom	Bom	Em coluna única	1/2 página	Título Texto	Sim	Sim Em verde	Fundo verde Gráfico em cinza	Não	
Experiência Cultural	1/2 página	—	—	—	Bom	Bom	Bom	Em coluna única	1/2 página	Título Texto	Sim	Sim Em azul	Fundo rosa Quadro branco Linha tracejada	Sim	
Diário do artista	1/2 página	Sim	Sim	Sim	Bom	Bom	Bom	Em coluna única	1/2 página	Título Texto	Sim	Sim Em azul	Fundo rosa Quadro branco Linha sinuosa	Sim	
Conexão Arte	Uma página	—	—	—	Bom	Bom	Bom	Em coluna única	Página inteira	Título Texto Subtítulo Texto	Sim	Sim Em azul	Fundo rosa Quadro branco Linha sinuosa	Sim	
Linhas do tempo	Dois páginas	Sim	Sim	Sim	Bom	Bom	Bom	Em boxes	Um parágrafo	legendas abaixo das imagens	Sim	Sim	Variável	Não	
Referências bibliográficas	Uma página	—	—	—	Bom	Bom	Bom	Em duas colunas	Coluna de página inteira	Título Subtítulo Texto	Sim	Sim Em preto e vermelho	Fundo cinza Quadro branco	Não	
Indicação de leituras complementares	Inserido na seção Conexão Arte	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Glossário – facultativo	Não	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Ampliado Índice temático – facultativo	Uma página	—	—	—	Bom	Bom	Bom	Em duas colunas	Coluna de página inteira	Título Palavra Número da página	Sim	Sim	Fundo azul quadro branco Linha branca Taça azul	Não	

FONTE: A autora (2019)

A análise das questões gráficas foram sustentadas nas ideias de designers gráficos, estudiosos do meio editorial e professores da área, como: Jan V. White (2005), Jan Tschichold (2007) e Andrew Haslam (2006).

Entre os estudos apresentados por estes autores, alguns pontos foram mais relevantes para a análise aqui descrita. Segundo White, verificamos que a capa é parte essencial de um livro pois algo nela nos desperta a curiosidade, e só assim, a partir dela podemos ir adiante e examinar o sumário para saber o que contém o material que temos em mãos.

O autor ainda explica que desenhar a capa de um livro não é um processo artístico, pois esta dá identidade para a obra em meio a tantas outras, ou seja é uma espécie de vitrine e segundo ele deve ser:

- Reconhecível de uma edição para outra (isto é a marca)
- Emocionalmente irresistível (pelo apelo da imagem)
- Magnética e capaz de despertar curiosidade (para puxar o leitor para dentro)
- Intelectualmente estimulante (prometendo benefícios)
- Eficiente, rápida, fácil de varrer com o olhar (apresentando seu "serviço")
- Lógica (fazendo sentido como investimento) (WHITE, 2006, p.185)

O MEC estabelece regras quanto a legibilidade gráfica da obra para que esta, possua organização clara dos conteúdos, texto com espaçamento adequado entre as palavras e linhas, que a hierarquização de títulos seja compatível, etc.

O designer de comunicação Jan White explica que o texto é a alma de um design de livro. Segundo ele, quando uma “fonte”, ou seja, um certo desenho de letra é criado, já é previsto uma relação entre este desenho e o espaçamento adequado entre as letras.

Um dos primeiros cuidados que se deve ter é respeitar isso ao editar um texto para que não haja “buracos” ou palavras muito juntas, pois segundo White pode deixar o texto desagradável para a leitura, além de “destruir sua elegância”.

É interessante pensarmos que estes dados são subjetivos, pois estão ligados à nossa percepção, e assim o autor afirma que deve-se tomar o devido cuidado com este item principalmente em se tratando de títulos e subtítulos, e sobretudo no que diz respeito a questão da hierarquização destes nas obras didáticas.

O tamanho de um subtítulo obviamente é maior que o texto e deve ter uma entrelinha maior facilitando uma leitura rápida. Quanto ao desenho de letra, pode ser diferente do título, dependendo da

publicação mas lembrando que está subordinado ao título e não ao texto. De qualquer forma, a recomendação é a padronização para manter a identidade da obra.

White (2005, p.114) ensina que devemos relacionar o tamanho da coluna do texto com a quantidade de palavras que podemos inserir para que um título caiba harmonicamente nesta coluna. Outra questão que ele destaca é quanto a “caixa” da letra, que no meio gráfico chamamos caixa alta para as letras maiúsculas e caixa baixa para as minúsculas. Sendo assim, os títulos já se destacam por serem em “corpo” (tamanho) maior que o texto, e por isso, aconselha evitar o uso de títulos em caixa alta somente, pois assim “quando tudo está em caixa alta, as maiúsculas perdem seu valor e viram um padrão destrutivo e sem sentido”, e, também é aconselhável evitar caixa alta e baixa misturado, pois a leitura fica mais difícil, além de confundir quando se utiliza de nomes próprios, ou siglas nos textos.

O espaçamento entre as letras e palavras do título, também deve ser feito com cuidado, pois se for grande demais dificulta a leitura, e também deve-se dar especial atenção ao espaço dado entre o título e o texto que vem a seguir. Como o título introduz o assunto que vem em seguida, o espaço entre eles deve ser menor do que o espaço que está acima do título, isto afirma o pertencimento de ambos.

Segundo o designer (2005, p.117), a quebra arbitrária de palavras é como quebrar um pensamento e por isso a leitura é imprescindível para fazer a divisão lógica das frases que compõe o título. Outro detalhe que o autor nos chama a atenção é quanto a usar pontuação em títulos, jamais usar ponto final ou exclamação, pois parece sugerir um fim de conversa.

Quanto as áreas brancas, ou espaços sem texto nos livros, as quais podemos nomeá-las de respiro, são elemento que devem ser explorados pelo designer considerando-se a função do livro e, para Tschichold (2007, p. 68) estas áreas devem estar em harmonia na proporção da página do livro. O livro didático é um livro usado para estudo e, segundo o autor, é utilizado geralmente sobre uma mesa ligeiramente inclinada para conforto do leitor. Todos estes detalhes são postos diante do designer durante a elaboração de um projeto gráfico de um livro didático e considerando-se essas questões o MEC estabelece características físicas a serem seguidas.

White também traz informações valiosas sobre o uso do espaço em branco nas publicações, dizendo que são “parte integrante do objeto material, físico que criamos ao produzir um livro”. Segundo ele a rapidez e a clareza de uma informação depende se conseguimos acessá-la com facilidade e sem esforço (2005, p.15). O termo “descanso visual” é bastante utilizado na área da editoração. O autor afirma que o espaço só é percebido quando bem empregado, e que o texto impresso deve saltar aos olhos do leitor já na primeira passada de olhos, convidando-o à leitura.

Quanto a questão do peso White diz que fazer caber muita coisa num espaço que ninguém vai querer ler é uma falsa economia. O que importa não é o que se coloca numa página, mas o que salta dessa página para a mente do leitor. Um pouco de espaço vazio ajuda.

O espaço não é estático, mas cinético, plástico, fluente, corre da esquerda para a direita e depois para a página seguinte. O verbal e o visual devem trabalhar em harmonia, um reforçando o outro e levando você a olhar de um lado do papel para o outro lado (WHITE, 2006, p. 15).

Jan White dedica um capítulo inteiro para falar sobre o sumário de um livro e começa pelo título, o qual não deve desperdiçar espaço com um corpo de letra muito grande. O fato de usar duas páginas em ambas as coleções, são para ele de grande utilidade, pois criam impacto e trazem mais informação. Listar os títulos mostra os conteúdos e aspectos abordados na obra, e devem ser dominantes na página para que o olhar do leitor faça uma varredura rápida e o fato de estarem hierarquizadas, facilita a recuperação das informações (2005, p.194).

White diz que o sumário não é parte isolada do livro, ele deve conversar com a capa para continuar prendendo a atenção do leitor e o uso de imagens é bem-vindo em proporções menores e por vezes um mero detalhe do que aparecerá por inteiro dentro da obra.

O tipógrafo e designer gráfico Jan Tschichold, relaciona as proporções da página com o número de colunas adequado para acomodar o texto e a imagem. Segundo ele (2007, p. 173) há dois tipos de livros com ilustrações: aqueles em que as estampas se espalham por todo o texto, e o outro tipo, em que texto e imagens formam duas partes do mesmo livro.

Considerando o livro didático de Arte onde as imagens são de grande importância na forma como se apresentam, em consonância com o texto, apoiamo-nos no primeiro tipo. O formato aproximado é o A4 (21 x 29,7 cm) o que Tschichold (2007, p. 174) sustenta como sendo o formato adequado para este tipo de livro, pois segundo ele as imagens de boa qualidade já apresentam tamanhos proporcionais, e sendo assim, aplicáveis ao conjunto de proporções da página, das colunas e margens organizadas no espaço em questão.

Haslam busca os estudos de proporções usados na História da Arte criar páginas agradáveis de leitura, organizando palavras, imagens, espaços, etc. Proporção áurea, série de Fibonacci e até o sistema Modulor de Le Corbusier são fontes de pesquisa para auxiliar nesse trabalho segundo o autor (2006, p.33).

Ainda segundo o mesmo autor, o conceito de retângulos racionais que podem ser subdivididos em quadrados e os irracionais podem ser subdivididos somente em unidades retangulares e baseado nisso faz estudos de proporção para formatos utilizando uma grade para analisar o espaço da página.

O formato do livro define as proporções externas da página; a grade determina suas divisões internas; o layout estabelece a posição a ser ocupada pelos elementos. O uso da grade proporciona consistência ao livro, tornando coerente toda a sua forma. Os designers que usam grades partem da premissa que tal coerência visual permite que o leitor concentre-se no conteúdo, em detrimento da forma. Cada um dos elementos da página -texto ou imagem- tem uma relação visual com todos os outros elementos: a grade fornece um mecanismo pelo qual essas relações podem ser formalizadas. (HASLAM, 2006, p. 42)

Na questão da tipologia utilizada em uma obra, no que diz respeito a quantidade de fontes utilizadas em um projeto gráfico, White afirma que:

Defina a personalidade limitando os tipos ao menor número possível. Você (mas ninguém mais!) vai ficar logo entediado com a tipologia, mas continue com ela - ela acabará representando-o e sua voz ganhará valor como um símbolo identificável. (WHITE, 2005, p. 113)

White quando fala em contraste faz uma comparação interessante a um desfile que vai passando a nossa frente e da forma como foi organizada a sequência vez ou outra temos uma “surpresa”, ao que ele explica que o contraste faz o ritmo ficar mais claro ao nosso olhar, e menciona a importância do designer fazer um mapeamento de informações importantes para utilizar este elemento, e nesse caso a comparação visual do material é quem vai auxiliar.

Tamanho de corpo e colunas variáveis criam "variedade" funcional que leva o observador à compreensão. Quanto maior o texto parece ser, mais importante o leitor supõe que é. Quanto menor, menos importante. Corpo pequeno em colunas estreitas é adequado para coisas informais. A comunicação inteligente joga com esse contraste. (WHITE, 2005, p. 45)

Ícone é um elemento muito explorado no livro didático, pois no quesito que facilita comunicar algo de forma eficiente e é imprescindível no material de estudo, portanto, buscou-se algumas definições. Segundo o glossário de termos e verbetes utilizados no design gráfico (ABC da ADG, 2000, p.59), ícone é um signo visual que apresenta características de semelhança formal ou de equivalência conceitual com o objeto que representa.

Nas teorias da semiótica, de modo geral, o ícone é tido como um signo que tem relação de semelhança com seu objeto, independente do objeto que lhe deu origem, quer se trate de coisa real ou inexistente. É de grande uso no meio editorial para as vinhetas que são separadores de seção no livro, auxiliando a rápida identificação da área.

Vinheta de seção: Nos tempos da linotipia, a vinheta ou lingote era uma palavra ou símbolo frequentemente usado que já estava pré-fundido e pronto para ser inserido. A vinheta de seção é o nome de uma seção da publicação, geralmente num estilo que é parte do design geral da publicação, disposto na sua posição normal na página.

Vinhetas: Termo técnico para símbolos tipográficos como flores e outros ornamentos (excetuando os símbolos de pontuação) (WHITE, 2005, p.244)

O ícone no livro didático indicará ao aluno onde ele se encontra, a seção do livro, e ainda o que fazer nela. Como White explica, o observador faz conexões entre os ícones, eles substituem palavras ocupando menos espaço podendo inclusive comunicar em outros idiomas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após a leitura das duas coleções de livros didáticos de Arte contempladas no PNLD 2017, denominadas Por toda parte da editora FTD (2015) e Projeto Mosaico, da editora Scipione (2015); da elaboração das categorias de análise diante dos requisitos que constam no Edital que selecionou estas obras; do que diz a literatura específica da área, conforme revisto na seção anterior; da realização do levantamento de dados por meio do preenchimento das tabelas; demonstrou-se que ler e reler o livro de modo aprofundado permite um entendimento mais crítico de sua organização e de seus elementos gráficos constituidores.

Assim estão descritos a seguir os resultados que ficaram evidenciados na aferição dos dados fornecidos.

As capas da coleção Mosaico, apresentam uma imagem diferente para cada volume, e todas referenciam as diversas linguagens artísticas. O livro do 9 ano apresenta a imagem de uma dançarina balinesa, tratando do tema ancestralidade e diversidade cultural.

Já na capa da coleção Por toda a parte, há uma composição marcada por um conjunto de faixas horizontais irregulares coloridas, sem imagens figurativas. Nessa coleção todos os volumes apresentam a mesma solução gráfica.

A folha de rosto, na coleção Mosaico possui desenho de letra moderno nos títulos e subtítulos e no texto principal usa letra fina, trazendo leveza ao livro. A coleção Por Toda Parte, utiliza letra com linhas curvas e espessa, o que traz peso maior ao texto.

A ficha catalográfica na coleção Mosaico possui leveza pelo tipo de letra e pela área em branco na lateral proporcionando respiro à página. Utiliza-se também do fundo de cor com peso reduzido, e a inserção de uma ilustração quebrando a seriedade da página.

O “mapa da obra” da coleção Por toda parte, usa fundo cinza, está mais organizado porque tem menos seções, assim, menos informações deixando a leitura clara e rápida, já na coleção Mosaico há exagero de informações.

O sumário da coleção Mosaico foi elaborado com letra leve porém a cor do número da página não tem contraste. Áreas de descanso visual, imagens claras e número reduzido de cores, são mais agradáveis nesta coleção, promovendo interesse visual. Em Por toda parte, as informações são claras, pois estão hierarquizadas com o uso de cores diferentes no texto.

A abertura geral da obra na coleção Mosaico explora uma grande imagem em preto e branco de boa resolução. Nas demais páginas desta seção apresenta imagens e textos acomodados em duas colunas e não há padrão de tamanho destes elementos, causando desequilíbrio. Quadros pretos com texto em amarelo ou branco e legendas em cinza dentro de tarjas pretas, traz peso maior para as páginas causando desconforto.

Em Por toda Parte, cada unidade possui uma abertura em que utilizou-se várias imagens e frases com referência ao conteúdo e há texto também. Foi utilizado 4 tipos de letras diferentes e o título foi inserido com corpo de letra grande e em branco dentro de uma tarja preta. As informações estão sobre um grafismo que representa o desdobramento do assunto, interligando textos e imagens utilizando-se 6 cores diferentes, o que tira a personalidade da obra.

As aberturas de capítulo da coleção Mosaico exploram uma grande imagem em ocupa uma página e Por toda parte utiliza duas páginas. Imagens grandes requerem maior resolução para que a leitura da mesma não seja prejudicada. O box de texto sobre a imagem é prejudicial. A primeira coleção, deixa sobressair o número do capítulo, colocando o título em branco sobre um fundo verde, proporcionando contraste. A segunda, deixa o título do capítulo em caixa alta e corpo bem maior.

O conteúdo da coleção Mosaico apresenta ritmo no projeto gráfico, as seções são separadas utilizando-se do recurso de ícones diferentes para cada uma delas. O ícone é um elemento muito explorado no livro didático sendo um signo visual que apresenta características de semelhança com o objeto que representa. O nome da seção está destacado por letra de corpo maior, cor e efeito diferentes das demais. A letra utilizada nos títulos e subtítulos é bem diferente do texto principal e além disso, as legendas, em corpo menor estão em tipo de letra diferente.

Em Por toda parte o conteúdo se desenvolve em projeto gráfico que utiliza letras em corpo grande para separar as partes do livro e páginas com fundo colorido que trazem textos em branco com tipo de letra diferente. A legibilidade da obra não é prejudicada porém o tipo de letra traz um peso maior às páginas e aliado às cores dos fundos pode deixar a leitura mais cansativa.

Na coleção Por toda Parte há no final dos capítulos duas propostas de atividades: a Expedição Cultural e o Diário de Artista, porém com outro padrão, onde se utilizam ícones para separar as seções e vários tipos de letra, pois nesta parte do livro foram adicionadas as indicações de leituras

complementares da unidade em questão, o que na coleção Mosaico elas são sugeridas ao final do livro. Esta seção, Explore também, mantém unidade com o projeto gráfico.

A linha do tempo que se encontra no final de cada unidade de Por toda parte tem unidade com o projeto gráfico.

No final do livro da coleção Mosaico há a seção Jeitos de mudar o mundo que segue o padrão da abertura do livro e dos temas de projetos já mencionados. O ícone utilizado é com desenho diferente dos demais. Aparece aqui uma quinta cor: o rosa.

Outra diferenciação da coleção Por toda a parte, são os quadros de contorno e tarja azul iguais aos das atividades, intitulados Ampliando que aparecem ao longo da obra e que ao final do livro formam o Índice remissivo inserido em uma página de fundo azul, facilmente de se conectarem.

No final e ambos os livros, existe a Bibliografia (Mosaico) ou Referências (Por toda a parte). Na primeira são separadas pelas linguagens artísticas, mantendo o padrão de títulos, cor e tipografia. Na segunda, estão por sites e livros no padrão de cor da seção Mundo Conectado, não estando diretamente ligadas.

Na coleção Por toda parte, existe ritmo no projeto gráfico, porém entre as partes que o compõe existe uma quebra de unidade e por vezes uma quantidade de informações visuais maior que o necessário. As cores e a tipografia usadas nas obras também são uma diferenciação entre elas, pois em Por toda Parte há um peso muito maior causando cansaço visual.

CONCLUSÕES

As obras são organizadas de forma diferente, ambas tem suas particularidades positivas. Visualmente a coleção Mosaico pode ser apontada com um projeto gráfico mais leve, ou seja, com mais respiros de leitura, imagens de melhor definição e com isso maior clareza, além do projeto gráfico manter unidade.

As análises evidenciaram, entre outros resultados, que: as obras satisfazem completamente os critérios estipulados; destacou-se diferenças marcantes entre uma coleção e outra; e o mapeamento destes recursos possibilita uma ampla visão da estrutura gráfica da obra.

Por fim, verifica-se que este instrumento de pesquisa pode fornecer ao designer a possibilidade de um planejamento gráfico mais eficaz, ressaltando-se que o projeto gráfico deve potencializar a proposta pedagógica, ou ainda, o projeto gráfico ensina tanto quanto os conteúdos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABC da ADG. **Glossário de termos e verbetes utilizados no Design Gráfico**. São Paulo: Melhoramentos, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. **PNLD 2017: guia de livros didáticos** - ensino fundamental anos finais / Ministério da Educação – Secretária de Educação Básica SEB – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Brasília, DF: 2015.

_____. **Edital de convocação 02/2015** – CGPLI. Brasília: Ministério da Educação, 30 jan. 2015. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/publicacoes/category/165-editais> Acesso em 02 jun. 2019.

HASLAM, Andrew. **O livro e o designer II**. Como criar e produzir livros. São Paulo: Rosari Editora, 2006

MEIRA, Beá. et al. **Projeto Mosaico: Arte. Ensino Fundamental**. 1. ed. São Paulo: Scipione, 2015.

TEUBER, Mauren. **Relações entre Ensino, Práticas Artísticas e Pesquisa: Princípios Didáticos para a Formação do Professor de Artes Visuais**. 2016. 140f. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

TSCHICHOLD, Jan. **A Forma do Livro** – Ensaios sobre Tipografia e Estética do Livro. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.

UTUARI, Solange et al. **Por toda parte**. Ensino Fundamental. 1. ed. São Paulo: FTD, 2015.

VALCÁRCEL, Nicolás Martínez. **Voz de los alumnos como testimonio: el uso de los manuales de Historia**. Seminário realizado em Curitiba de 3 a 5 de outubro de 2018.

WHITE, Jan V. **Edição e Design**. São Paulo: JNS Editora Ltda, 2005.

LIVROS DIDÁTICOS DE ARTE DO PNLD 2017: UM ESTUDO SOBRE A COLEÇÃO PROJETO MOSAICO

Betina de Moura Alencar (PIC, Fundação Araucária)
Unespar/Campus Curitiba II, betina.m.alencar@gmail.com
Mauren Teuber (Orientador)
Unespar/Campus Curitiba II, maurenteuber@gmail.com

Palavras-chave: Livro Didático. PNLD. Ensino de Arte.

INTRODUÇÃO

Ao longo da história do ensino das artes no Brasil é possível notar transições no que se diz respeito a quem aprendia, quem ensinava, por quê se aprendia e, o mais relevante para esse estudo, o que se aprendia. A ideia de um impresso com conteúdo didático não é nova no ensino das artes, Abílio Cezar Borges, o conhecido Barão de Macaúbas, teve diversas edições impressas de seu livro “Geometria Prática Popular” em tempos em que ensinar arte se direcionava ao tecnicismo industrial, útil ao trabalho operário exaltado pelos ideais liberais que eclodiram pelo mundo ao fim do século XIX.

Desde então o ensino da arte passou por diversas discussões e tomou para si diversas novas metodologias e significados, abrangendo discussões muito mais complexas e profundas, lutando constantemente pela sua valorização e espaço dentro da educação brasileira.

Embora antigo, o conceito de livro didático no Brasil se renova a cada ano, assim como sua produção promovida pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, através do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que todos os anos movimentam o mercado editorial brasileiro com editais para seleção das coleções que adentrarão em escolas públicas de todo o país. Assim, destaca-se a relevância da pesquisa que se dá pela importância do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), uma vez que este programa avalia, compra e distribui livros, gratuitamente, para todos os alunos das escolas públicas brasileiras. Apesar do tempo e proporção do programa, a disciplina de Arte somente passou a ser contemplada recentemente (2015).

No PNLD 2017, foram contempladas duas coleções de livros didáticos de Arte de natureza reutilizável, acompanhados de CD em áudio, para alunos das séries finais do ensino fundamental, denominadas Por toda parte - Ensino Fundamental Anos finais - Arte, da editora FTD (2015) e a coleção Projeto Mosaico: Arte Ensino Fundamental Anos finais, da editora Scipione (2015).

Este estudo tem como objetivo investigar o conteúdo de uma destas coleções, mais especificamente para série do nono ano do ensino fundamental, do Projeto Mosaico: Arte, editora

Scipione, aprovada no edital de 2017 do PNLD na disciplina de Arte para o triênio de 2017, 2018 e 2019. O objetivo principal é o de fazer um levantamento de dados correspondente aos recursos didáticos que obra oferece baseado em um método de análise e classificação integral dos recursos textuais, icônicos e atividades.

MATERIAIS E MÉTODOS

O PNLD, Programa Nacional do Livro Didático, tem como objetivo oferecer material didático para as escolas que optam por aderir o programa, para todas os estudantes da educação básica brasileira, tendo como única exceção os alunos da educação infantil. Com origem em 1920 com o Instituto Nacional do Livro, visava apenas legislar sobre a produção didática no país, após quase cem anos e diversas adaptações e evoluções;

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), órgão responsável pela execução de políticas educacionais do Ministério da Educação (MEC), em 2017 chegou a distribuir 152.351.763 livros, atendendo a 117.690 escolas públicas e beneficiando 33.611.125 alunos; números que tornam o PNLD o maior programa de distribuição governamental superando inclusive a distribuição de vacinas segundo IBGE, no ano de 2017.

O PNLD teve seu espectro ampliado recentemente tendo a possibilidade de inclusão de outros materiais de apoio à prática educativa para além das obras didáticas e literárias: obras pedagógicas, softwares e jogos educacionais, materiais de reforço e correção de fluxo, materiais de formação e materiais destinados à gestão escolar, entre outros.

Por trás de tamanha abrangência movimentou-se o mercado editorial, onde as maiores editoras nacionais entram na disputa para aprovar suas coleções; a seleção ocorre mediante rigoroso edital que prevê critérios como a interdisciplinaridade, propostas político-pedagógicas, bem como questões pertinentes a materialidade do livro, visto que esses devem ser confeccionados de forma resistente para seus 3 anos de uso.

As escolas federais e os sistemas de ensino estaduais, municipais e do Distrito Federal de ensino fundamental, educação de jovens e adultos e do ensino médio que desejarem participar do PNLD devem manifestar este interesse mediante adesão formal. Assim, passado pelo processo de análise e seleção, cabe aos professores optarem entre as coleção escolhidas pelo PNLD qual desejam utilizar em suas aulas.

A Secretaria de Educação Básica (SEB), do Ministério da Educação, faz a coordena a avaliação pedagógica dos livros didáticos. Esse processo consiste em uma análise ampla e criteriosa dos aspectos didático-pedagógicos e metodológicos das obras. A SEB define as instituições e os especialistas para

analisar as obras, conforme critérios divulgados em edital. Os especialistas elaboram as resenhas dos livros aprovados, que passam a compor o guia de livros didáticos.

Apesar de sua longa trajetória e aperfeiçoamento de seleção, o PNLD passou a ofertar livros didáticos para a disciplina de Arte somente a partir de 2015, sendo essa portanto uma categoria muito recente a ser avaliada. Os primeiros livros didáticos de Arte, do PNLD, fizeram parte do edital de 2015, destinados aos estudantes e professores do Ensino Médio das escolas públicas.

No PNLD 2017, como dito anteriormente, foram contempladas duas coleções de livros didáticos de Arte de natureza reutilizável, acompanhados de CD em áudio, para alunos das séries finais do ensino fundamental.

Publicada pela editora Scipione, a coleção Projeto Mosaico: Arte, objeto deste estudo, foi selecionada pelo PNLD 2017 e teve o total de 10.659.710 livros adquiridos e distribuídos para a disciplina de Arte. A coleção foi escrita por 4 autores, sendo eles: Beá Meira, formada em arquitetura pela FAU-USP; Rafael Presto, formado em artes cênicas pela ECA-USP; Ricardo Elia, formado em cinema pela PUC-RJ; e Silvia Soter, graduada em artes pela PUC-RJ e em dança pela universidade de Paris 8. A coleção conta com 4 livros que compreendem as séries de sexto a nono ano do ensino fundamental dois.

Conforme prevê o Edital do PNLD 2017, os livros possuem o máximo de 400 páginas, confeccionados em brochura e com resistência para o reaproveitamento de 3 anos, além do material escrito conta também material educacional digital e um CD, cada livro possui a edição para aluno e a edição para professor.

Esse estudo faz a análise quantitativa dos recursos didáticos ofertados no livro do aluno para o nono ano, com o intuito de analisar quantitativa dos elementos textuais, visuais e de atividades que o livro dispõe. De qualquer forma, para compreender melhor uma coleção vinculada ao PNLD, se faz necessário olhar para o Manual do Professor, presente na versão impressa do livro didático para o professor.

De acordo com o Edital PNLD 2017 o Manual do Professor é um tipo de texto que se propõe a orientar o professor para o uso adequado do livro, nele é possível entender os pressupostos teórico metodológicos que fundamentam sua proposta didático-pedagógica da obra, bem como seu a organização geral da coleção e a estrutura interna de cada um dos volumes da coleção e sua estrutura gráfica.

Além disso, o Guia de Livros Didáticos PNLD 2017 - Arte é uma publicação que acompanha a escolha dos livros didáticos. Com base nesse Guia elaborado com resenhas das coleções selecionadas, apresenta informações necessárias para apoiar o processo de escolha realizado pelo conjunto de professores de cada escola.

Cada volume da coleção Projeto Mosaico: Arte conta com a ênfase em uma das quatro linguagens artísticas, dessa forma o livro do sexto ano tem como linguagem principal a dança, seu tema transversal identidade e seu objetivo refletir sobre identidade e diferenças. O do sétimo ano artes visuais, tema transversal cidadania e objetivo estimular práticas coletivas em espaços públicos, o oitavo música, com tema transversal “meio ambiente” e objetivo de questionar o consumo e desperdício de recursos, e o nono, objeto desse estudo, teatro, com tema transversal “diversidade cultural” com objetivo de reconhecer e valorizar a diversidade cultural da humanidade.

Segundo seus autores a proposta da coleção Projeto Mosaico Arte, ano a ano, tem linha predominante, a abordagem de um tema e uma linguagem: “O livro do corpo explora a dança, o livro da cidade trata das artes visuais e audiovisuais, o livro do planeta conecta-se com a música e o livro da ancestralidade mergulha no teatro” (MEIRA, 2015, p. 3). Os autores explicam que a transdisciplinaridade proposta se dá no âmbito da articulação entre um tema geral que perpassara os seis capítulos (e dois projetos) de cada livro da coleção e entre linguagens, conforme destacadas.

Todos os volumes são divididos em 6 capítulos e seus 2 cadernos de projetos, sendo que um dos projetos busca interdisciplinaridade e coletividade enquanto outro direciona-se a modalidade artística e tema abordados no volume.

Na primeira etapa deste estudo, foi possível indicar algumas considerações preliminares, da coleção Projeto Mosaico: Arte, após o detalhamento realizado sobre o Edital PNLD 2017 e as Orientações para o Professor do Livro. A obra se apresenta como interdisciplinar, transdisciplinar, diversa e não cronológica, isto é, não se baseia na cronologia histórica para apresentar seu conteúdo, de forma que cada atividade e assunto possam ser tratados à escolha do professor, além disso, mesmo que cada livro tenha ênfase em uma das linguagens artísticas, a ideia é que as outras não sejam deixadas de lado.

Destaca-se a relevância desse tipo de abordagem teórico-metodológica explicitada nos livros da coleção Projeto Mosaico: Arte se conecta a discussão da polivalência dos professores de arte, ou seja, como a formação docente no ensino de arte se apresenta atualmente. A disciplina Arte traz a herança da formação polivalente desde os primeiros cursos de Licenciatura em Educação Artística, e que habilitavam o profissional a atuar com as quatro linguagens e ainda hoje ocorre de maneira específica, sendo ela Licenciatura em Artes Visuais, Licenciatura em Dança, Licenciatura em Teatro ou Licenciatura em Música.

O Plano Curricular Nacional para o ensino de arte exige que as quatro linguagens sejam abordadas nas aulas de arte, o que parece coerente na teoria se torna inalcançável na prática visto que

docentes se deparam com a necessidade de aplicar conteúdos que extrapolam sua formação. A polivalência é uma questão central no debate sobre as dificuldades enfrentadas pela disciplina.

Não se pode negar que a LDB 5692/71 foi um avanço, pois estabeleceu a Educação Artística como atividade obrigatória no currículo escolar para o ensino de 1º e 2º graus. Porém, na prática, a pretensão de habilitar um profissional para atuar no ensino das quatro linguagens abrigadas sob a denominação Educação Artística, inviabilizou-se desde o início (SCHLICHTA; SILVA, 2016).

No livro, ao longo do manual do professor, a coleção tenta mostrar que seu posicionamento não é a favor da polivalência, o que justifica sua estratégia de organização de conteúdo voltada com maior ênfase para uma linguagem artística a cada volume, entretanto, a coleção porém não poderia negar que o sistema educacional da educação básica nas escolas públicas, de modo geral, força os docentes de Arte a trabalharem com conteúdos não pertencentes a sua formação. .

Na leitura do Guia de Livros Didáticos PNLD 2017 - Arte, detecta-se um posicionamento em relação a polivalência. O texto esclarece que não se espera que, a partir das propostas que abrangem as diferentes modalidades artísticas, haja um retorno à tão combatida "polivalência" ligada à expectativa de que uma professora ou um professor seja capaz de atuar com a mesma competência com Artes Audiovisuais e Visuais, Dança, Música e Teatro. O texto apresentado no Guia sugere que o professor maneje as propostas dos livros a partir da sua área de formação e de maior conhecimento, com uma visão interdisciplinar, atento também às características regionais e culturais da sua escola e da sua comunidade escolar.

Metodologia da pesquisa

A opção metodológica feita foi pela revisão bibliográfica e análise documental da obra. Para tanto, o caminho escolhido foi a realização de uma análise quantitativa dos recursos didáticos - elementos textuais, visuais e de atividades - que o livro dispõe, através de uma tabela utilizada como ferramenta de pesquisa proposta no estudo de livros didáticos pelo Dr. Nicolás Martínez-Valcárcel, Professor Titular da Universidade de Murcia, Espanha (2018).

Nos dias 3, 4 e 5 de outubro de 2018, o Professor Dr. Nicolás Martínez-Valcárcel, esteve em Curitiba, realizando um seminário intitulado “El estudio de un manual para la interpretación (cuando sea posible) del uso que se hace en las aulas a través de las huellas dejadas por los alumnos (y de los documentos que elaboran, hasta donde sea posible)”, No Núcleo de Pesquisas e Produções Didáticas da Universidade Federal do Paraná (NPPD- UFPR) a respeito de sua pesquisa sobre o uso do material didático na Espanha.

Para embasar o seminário, Nicolás apresentou o artigo intitulado “O uso do livro de texto de história da Espanha no bacharelado: entre a aula e a casa”¹⁷⁶, onde busca compreender o ponto de vista do aluno ao redor do uso do livro didático, levando em consideração as interferências como sublinhados, anotações, e resumos feito pelo o estudante em seu material sendo assim um “testemunho vivo”.

Apesar de sua pesquisa se referir o uso e esse estudo abordar a análise do conteúdo, e das evidentes diferenças entre o contexto do material didático espanhol de história e o material didático brasileiro da disciplina de arte, Valcárcel teve grande importância para o desenvolvimento desse estudo pois sua metodologia se mostrou pertinente e eficiente para o entendimento do objeto.

Trata-se do desenvolvimento de uma tabela excel em que a partir de critérios pré-definidos auxiliará na análise quantitativa dos recursos didáticos presente no livro para nono ano da disciplina de arte da coleção Projeto Mosaico: Arte.

Dessa forma a tabela foi elaborada e divide-se a partir das seguintes categorias:

Uma grande categoria foi denominada **Recursos Textuais** (Figura 1), em que se avalia primeiramente a autoria, podendo ser dos próprios autores do livro ou de fontes externas como artistas, internet, periódicos ou documentos; em caso de existência de texto artístico a classificação entre letra de música, partitura, texto teatral, texto coreográfico ou poesia. Em seguida classifica-se sua finalidade, podendo ela ser, narrativa, indagativa, motivacional, explicativa, informativa ou recurso de ampliação “para saber mais”. Nesse quesito é importante ressaltar a hibridez dos recursos textuais, onde pode ocorrer, por exemplo, um mesmo texto que se mostra motivacional, ou seja, busca despertar o interesse do aluno, possa ser também indagativo de forma que busque a interação e reflexão do aluno, fazendo-o relacionar o tema com sua própria realidade, recurso este muito utilizado e discutido em abordagens do ensino das artes visuais .

FIGURA 1 - TABELA DA CATEGORIA RECURSOS TEXTUAIS

¹⁷⁶ VALCARCEL, Nicolás Martínez. El uso del libro de texto de historia de España en bachillerato: entre el aula y la casa. **Hist. Educ.**, Santa Maria, v. 20, n. 50, p. 69-93, Dec. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-34592016000300069&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 29 Jul. 2019.

RECURSOS TEXTUAIS													
Interno - Autor(es) o livro		Textual				Finalidade				Natureza			
Autoria		Texto artístico											
Externo													
Artista	Internet	Letra de música	Partitura	Texto teatral	Poesia	Narrativo	Indagativo	Motivacional	Explicativo	Informativo	Ampliação (Ex. 'Para saber mais')	Escrito	Oral
Livros/periódicos	Documentos												

FONTE: A autora (2019)

A segunda grande categoria trata dos **Recursos Iconográficos** (Figura 2) podendo esses serem “reprodução de obras de arte” como pintura, escultura, gravura, desenho, arquitetura, instalação, história em quadrinhos e arte digital; “imagens representativas de arte” que engloba paisagismo, moda, dança, teatro, performance, cinema, vídeo, circo, apresentação musical ou instrumento musical; “imagens técnicas” que abrangem materiais artísticos, sequência de procedimentos, figuras geométricas e gráficos; e, por final, a “finalidade” desses recursos, podendo ela ser motivacional, ilustrativa ou objeto de estudo.

FIGURA 2 - TABELA DA CATEGORIA RECURSOS ICONOGRÁFICOS

RECURSOS ICONOGRÁFICOS																									
Reprodução de obras de arte								Imagens representativas de arte				Imagens técnicas		Finalidade											
Pintura	Escultura	Gravura	Desenho	Fotografia	Instalação	Arquitetura	Hist. Quadrinho	Digital	Paisagismo	Moda	Dança	Teatro	Performance	Cinema	Vídeo	Circo	Apresentação musical	Instrumentos musicais	Materiais artísticos	Sequências de procedimentos	Geométricas	Gráficos	Motivacional	Ilustrativo	Objeto de estudo

FONTE: A autora (2019)

A terceira grande categoria, **Recursos Audiovisuais** (Figura 3) leva em conta a possível “natureza” audiovisual do que está indicado no livro didático, como, por exemplo, fonograma e imagem em movimento e o possível “suporte” desse recurso audiovisual, tais como mídias, arquivos digitais ou indexadores.

FIGURA 3 - TABELA DA CATEGORIA RECURSOS AUDIOVISUAIS

RECURSOS AUDIOVISUAIS	Natureza	Fonograma
		Imagem em movimento
	Suporte	Mídias (CD ou DVD)
		Arquivos digitais (<i>links</i>)
		Indicações (indexadores)

FONTE: A autora (2019)

A categoria das **Atividades** (Figura 4) classifica as finalidades das atividades que estão no livro como propositiva, indagativa, reflexiva, investigativa, avaliativa, produção artística ou visita de campo, e destaca ainda o “protagonismo” dos alunos, classificando entre individual ou coletivo.

FIGURA 4 - TABELA DA CATEGORIA ATIVIDADES

ATIVIDADES	Finalidade	Propositiva
		Indagativa
		Reflexiva
		Investigativa
		Avaliativa
		Visita a campo
	Protagonismo	Individual
		Coletivo

FONTE: A autora (2019)

A última categoria diz respeito às **Articulações** (Figura 5), ou seja, quando o conteúdo faz articulações entre diversas linguagens artísticas, outras disciplinas, temas transversais e o cotidiano.

FIGURA 5 - TABELA DA CATEGORIA ARTICULAÇÕES

ARTICULAÇÕES	Entre linguagens artísticas
	Entre outras disciplinas
	Temas transversais

	Cotidiano
--	-----------

FONTE: A autora (2019)

Todo o processo de preenchimento da planilha contou com a leitura cuidadosa e detalhada de página por página do livro, tarefa que demandou bastante tempo e dedicação. Ao longo do processo dúvidas surgiram em relação a classificação de certos itens, essas dúvidas foram sanadas e solucionadas através de reuniões com a orientadora e colegas que fazem uso da mesma metodologia em suas pesquisas.

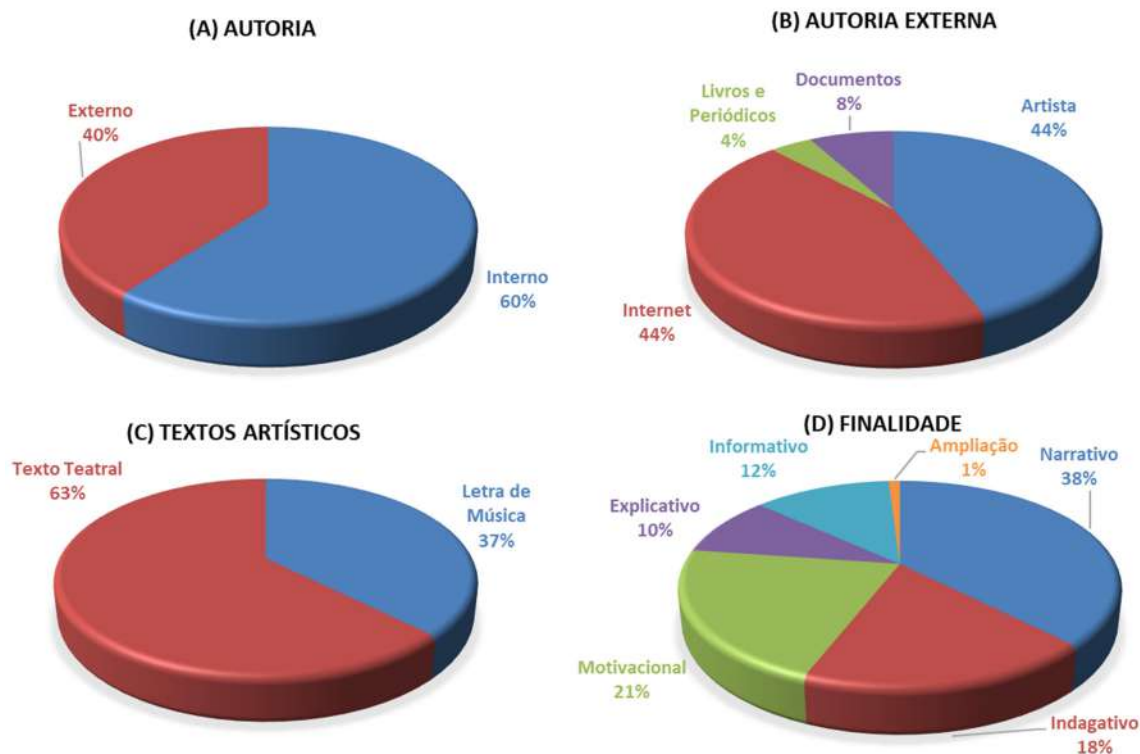
RESULTADOS E DISCUSSÕES

O livro do nono ano, cuja temática é a Ancestralidade e explora mais diretamente a linguagem do Teatro, é composto de 135 páginas, sendo as primeiras nove páginas utilizadas para apresentação; uma seção chamada por dentro da obra que mostra como é estruturado o livro, indicando cada seção dentro dos capítulos e projetos; e algumas páginas de sumário.

Em relação aos **Recursos Textuais** foram analisados a partir do gráfico 1 (A), (B), (C) e (D), abaixo indicados.

GRÁFICO 1 - RECURSOS TEXTUAIS

(A)AUTORIA; (B)AUTORIA EXTERNA; (C)TEXTOS ARTÍSTICOS; (D)FINALIDADE



FONTE: A autora (2019)

A categoria mais extensa a ser classificada, devido a natureza do objeto de estudo, ou seja um, um livro didático, é a categoria dos **Recursos Textuais**. A partir da análise das páginas 10 a 135 englobando os 6 capítulos com suas introduções e atividade, 40% de sua autoria é externa (gráfico 1-A). É possível observar que essa autoria externa é composta por textos produzidos em sua maioria por artistas (44%) e de textos de referência à internet (44%). Textos considerados documentos ocupam 8% da totalidade e livros e periódicos 4% (gráfico 1-B). Desse modo se destaca a porcentagem de textos originários da internet, considerado um percentual alto.

Em outra subcategoria relativo as recursos textuais que o livro oferece, destacou-se a texto artístico, uma particularidade da arte, já que inclui outros códigos como a partitura musical ou a representação codificada de coreografias. Nesse critério, do total quantificado, como era de se esperar através da proposta da coleção, 63% correspondem a textos teatrais e verificou-se 37% de letras de música (gráfico 1-C).

Há ainda que se considerar a finalidades (gráfico 1-D) dos texto. Considerando-se os 60% dos textos de autoria interna (gráfico A), como já exposto anteriormente, observou-se a hibridez dos recursos textuais nesse quesito. Em sua finalidade nos mostram que 38% correspondem a texto narrativo e 21%

motivacional, entretanto muitos dos textos tinham ambas características. Os textos de modo geral contavam com o recurso indagativo com o intuito de provocar reflexões por meio de perguntas e inclusive buscando a aproximação do tema a possíveis realidade do estudante.

Quanto aos textos informativos, ou seja, aqueles que apresentam um conceito, frequentemente presentes nos cantos das páginas, em letras menores como uma espécie de glossário, constatou-se que eles constituem 12% dos recursos textuais (gráfico 1-D). Neles frequentemente são encontrados termos pertinentes a outras disciplinas citadas nos textos motivacionais e narrativos. Nesse aspecto, em especial, aponta para a interdisciplinaridade da obra, entre os textos informativos frequentemente encontramos também termos como “barroco” ou “cubismo” que apesar de, como movimentos e vanguardas artísticas constituírem vasto conhecimento em arte, não são abordados com maior detalhe e profundidade ao longo da obra, o que pode ser visto como uma “deficiência”. Do mesmo modo, demonstra outro aspecto do livro, o não seguimento histórico cronológico do conteúdo, tornando seus temas independentes, abertos a discussões propostas pelo professor e sua autonomia em sala de aula de acordo com os conhecimentos de sua área.

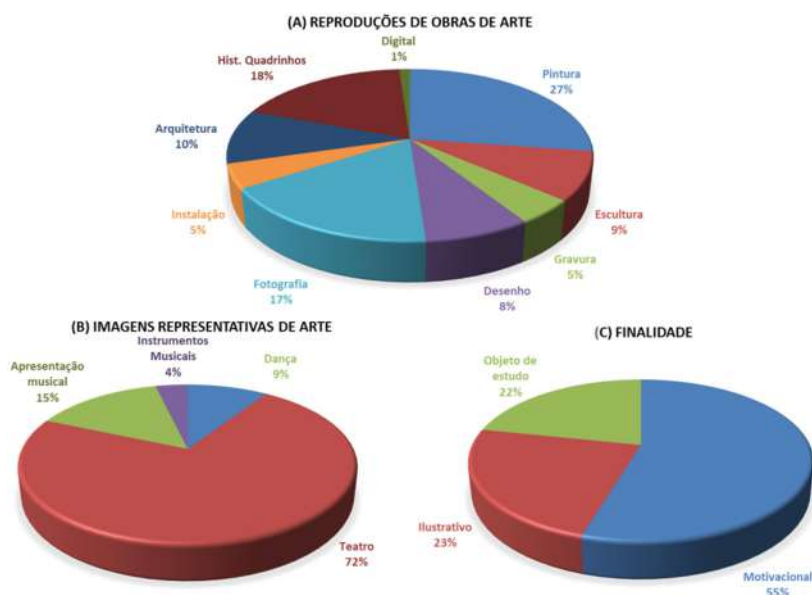
Segundo Schlichta et al (2018) os moldes do ensino da História da Arte, até bem pouco tempo, vigoravam uma dimensão cronológica e linear dos acontecimentos com uma apresentação de uma História da Arte seguindo um processo evolutivo, sequencial e homogêneo em consonância com o eixo espaço-temporal eurocêntrico. Por outro lado, os autores apontam as mudanças nos métodos de ensinar História da Arte observada nos livros didáticos hoje e apontam algumas críticas à História da Arte temática ou por eixos temáticos indicando, ainda que inicialmente em suas pesquisas, que essa mudanças podem levar a uma possível pulverização de temas e de conteúdos, e a necessidade de maior protagonismo do professor para que consiga avançar além do presente, estabelecendo relações, em diferentes temporalidades, entre as funções da arte e da cultura na sociedade.

A discussão entre “autonomia” ou a "falta de autonomia" do professor frente aos conteúdos remete à questão da função do livro didático, que conforme Antônio Batista, “com pequena autonomia em relação ao contexto de sala de aula e a sucessão de graus, ciclos, bimestres e unidades escolares, sua utilização está indissolúvelmente ligada aos intervalos de tempo escolar e à ocupação dos papéis de professor e aluno” (BATISTA,1999, p.529).

Nesse sentido, não deve caber ao escrito didático ser um manual de instruções seguido à risca pelo professor, sobrepujando os métodos e conhecimentos do docente e o contexto da sala de aula. A coleção Projeto Mosaico: Arte favorece e exige um maior protagonismo do professor. Contudo isso nos leva a outra questão: qual é o limite do livro didático diante da formação dos professores para o trabalho com essa proposta polivalente, transdisciplinar e com uma História da Arte por temas?

Seguindo a análise dos dados obtidos através do preenchimento da tabela, a categoria de **Recursos Iconográficos**, uma das características dos livros de arte já que as imagens são muitas vezes o próprio objeto de estudo. Observou-se que no que se refere aos Recursos Iconográficos a obra se mostra como um prato cheio para as Artes Visuais.

GRÁFICO 2 - RECURSOS ICONOGRÁFICOS - (A) REPRODUÇÃO DE OBRA DE ARTE; (B) IMAGENS REPRESENTATIVAS DA ARTE; (C) FINALIDADE



FONTE: A autora (2019)

De forma bastante dinâmica e interessante, o livro usa as reproduções de obras de arte (gráfico 2-A), como, por exemplo, a pintura (27%) e a história em quadrinhos (18%) para propor debates, atividades de produção artística e observações, e, assim, seja possível que se entendam alguns elementos do teatro como o diálogo e as expressões teatrais ao longo da história. As imagens representativas de arte (gráfico 2-B), são constituídas por 72% de imagens de apresentações teatrais; 15% de imagens de apresentações musicais; 9% de imagens de apresentações de dança; e de 4% de imagens de instrumentos musicais.

Em relação a finalidade dos recursos iconográficos (gráfico 2-C), a análise indicou que a maior parte das imagens tem um caráter motivacional (55%); 23% das imagens são ilustrativas, e somente 22% referem-se às imagens que são de fato objetos de estudo.

GRÁFICO 3 - ATIVIDADES

(A) FINALIDADE; (B) PROTAGONISMO

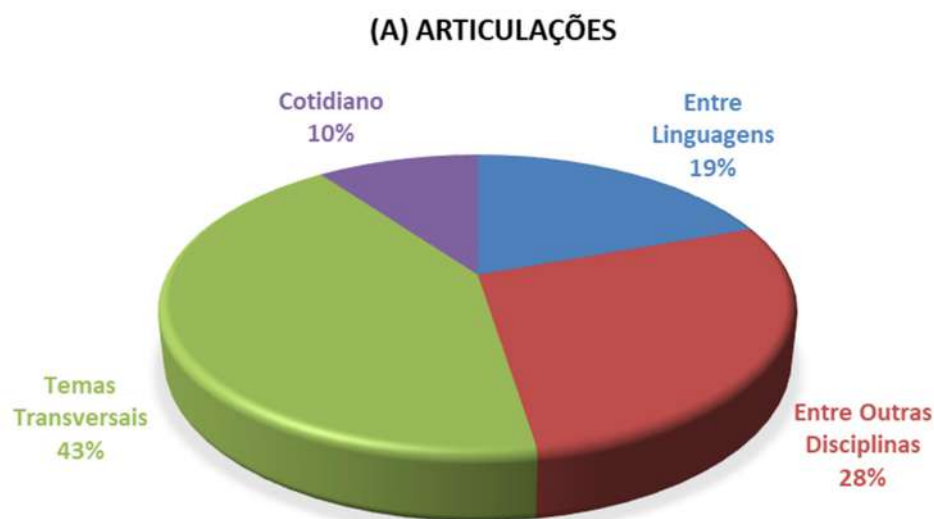


FONTE: A autora (2019)

A categoria das Atividades leva em consideração as atividades presentes entre as páginas 10 e 135, ou seja, atividades que se encontram dentro dos capítulos, sem incluir os dois projetos finais proposto em cada livro da coleção. Nota-se uma abordagem diversa, que não privilegia apenas o fazer artístico, em particular, em questões técnicas ou de produção material. Há uma prioridade nas atividades indagativas (25%) e reflexivas (22%), que alinhadas a inserção dos temas transversais, enfatizam o entendimento da arte por meio do estudo de contextos em que está inserida, corroborando com a prática do pensamento crítico.

Pode-se dizer que por meio principalmente dos recursos iconográficos, a coleção faz as articulações entre as linguagens artísticas em 19% de suas páginas e entre disciplinas em 28%. O cotidiano é mencionado em 10% do total de páginas e, deve-se destacar, o espaço concedido aos temas transversais, que ocupam 43% (gráfico 4) que buscam valorizar o contexto artístico multicultural e enfatiza os vínculos entre a arte e o meio em que está inserida.

GRÁFICO 4 - ARTICULAÇÕES



FONTE: A autora (2019)

Pode-se dizer que por meio principalmente dos recursos iconográficos, a coleção faz as articulações entre as linguagens artísticas em 19% de suas páginas e entre disciplinas em 28%. O cotidiano é mencionado em 10% do total de páginas e, deve-se destacar, o espaço concedido aos temas transversais, que ocupam 43% (gráfico 4) que buscam valorizar o contexto artístico multicultural e enfatiza os vínculos entre a arte e o meio em que está inserida.

CONCLUSÕES

Analisar o conteúdo de uma obra de forma alguma se apresenta como uma tarefa fácil, abrir um livro didático selecionado pelo PNLD após entender a história e funcionamento do programa é entender que abre-se também um universo de contextos e decisões que precisaram ser tomadas levando em consideração complexas questões. Decisões que vão de políticas educacionais a escolhas editoriais, questões como a diversidade de contextos de escolas públicas de norte a sul de um país tão vasto em tamanho e cultura como o nosso e, ao mesmo tempo, tão desigual em oportunidades e acesso a informação. Além disso, outro aspecto se destaca, como possibilitar que alguma forma múltiplas formações docentes e concepções de ensino e de ensino da arte usufruam de um mesmo recurso didático em suas salas de aula? Como propor um livro transdisciplinar, interdisciplinar e para todas as linguagens artísticas sem levar em conta o modelo para o qual o professor é formado?

Para além da complexidade existente nesse tema de estudo, reconhecendo os limites, problemas e

inadequações, o fato é que o livro didático de Arte está presente, em quase todas as escolas do país por meio desse programa, o que deveria mobilizar debates sobre ele, principalmente na formação de futuros professores de Arte.

Nesse estudo, em particular, foi possível entender que, no que diz respeito ao livro do estudante do nono ano da Coleção Projeto Mosaico: Arte, abrem-se múltiplas possibilidades de diálogos entre as linguagens artísticas e os temas propostos. Nesse mosaico, cabe ao professor encontrar as soluções didáticas para trabalhar com essa trama de territórios, uma tarefa em nada simples.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Antônio Augusto Gomes. Um objeto variável e instável: Textos impressos e livros didáticos. In: ABREU, Marcia (Org.). **Leitura, histórias e história da leitura**. São Paulo: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil, 1999. p. 529-575.

BRASIL. **Lei nº 5692**, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. MEC. Ensino de 1º e 2º grau. Acesso em: 20 Set. 2018.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **PNLD 2017: arte – Ensino fundamental anos finais** / Ministério da Educação – Secretária de Educação Básica – SEB – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Brasília, DF: 1, 2016. 68 p. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/guia-do-livro-didatico/item/8813-guia-pnld-2017>. Acesso em: 29 Jan. 2019.

MEIRA, Beá et al. **Projeto Mosaico: Arte e Ensino Fundamental**. 1. ed. São Paulo: Scipione, 2015.

SCHLICHTA, Consuelo Duarte. e SILVA, Cintia Ribeiro Veloso. Formação do professor de arte e políticas públicas: entre o proposto na lei e a realidade, enquanto campos em permanente confronto. In: FONSECA da SILVA, Maria Cristina da R.; SANTOS, Vera Márcia Marques. (Orgs.). **Formação docente e políticas públicas: cenários e desafios**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2016, p. 79-98

SCHLICHTA, Consuelo Duarte; ROMANELLI, Guilherme Ballande; TEUBER, Mauren. **Livros didáticos para o ensino da arte: não peça a eles o que eles não podem te dar**. Revista GEARTE, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 312-325, maio/ago. 2018. <http://dx.doi.org/10.22456/2357-9854.83949>

VALCARCEL, Nicolás Martínez. El uso del libro de texto de historia de España en bachillerato: entre el aula y la casa. **Hist. Educ.** Santa Maria, v.20, n.50, p.69-93, Dec.2016. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S223634592016000300069&lng=en&nrm=iso.
Acesso em: 08 Nov. 2018.

A ESCRITA NO ENSINO FUNDAMENTAL I: CONCEPÇÕES E PRÁTICAS

Catarina Margarido Irikura (PIC, Fundação Araucária)
Unespar, Campo Mourão, cairikura@gmail.com
Adriana Beloti (Orientador)
Unespar, Campo Mourão, adriana.beloti@unespar.edu.br

Palavras-Chave: Ensino Fundamental I. Livro Didático. Escrita.

INTRODUÇÃO

O Ensino Fundamental I é a fase escolar em que nossos sujeitos começam a descobrirem-se como pertencentes e atuantes na sociedade. É por meio desse nível de formação que se desenvolve as capacidades linguísticas, as quais auxiliam no processo de formação enquanto sujeitos, tomados pela concepção discursiva, isto é, sociais, históricos e ideologicamente determinados que se constituem na/pela linguagem. Desenvolver tais capacidades no início dessa formação escolar, poderá levar a sujeitos com melhores condições de enxergar o mundo de maneira mais crítica, especialmente, no que se refere aos aspectos do mundo letrado – leitura e escrita.

O ensino da linguagem como prática social possibilita a compreensão dessa ideia de sujeito, percebendo suas determinações, por meio da linguagem e sabendo distinguir formas de usá-la de acordo com as situações de interação verbal social. Desse modo, o ensino da escrita e da leitura no Ensino Fundamental I deve pautar-se em tal concepção da linguagem, pensando tais práticas como sociais, como o próprio lugar da interação cujos discursos resvalam sentidos e ideologias (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006). Contudo, no Brasil, o ensino de escrita e leitura no Fundamental I caracteriza-se como processo da alfabetização, olhando para a língua apenas como signos linguísticos isolados de qualquer interação, deixando de lado as significações e as valorizações materializadas na linguagem, pois, em geral, o ensino nesse nível acontece por meio de profissionais da Educação e não da Linguagem¹⁷⁷.

Mostra-se tardio trabalhar a escrita e a leitura, de maneira discursiva, apenas a partir do 6º ano, quando os estudantes já têm sua formação em relação ao que é escrita e leitura, de certa forma, estabelecida. Ambas as capacidades devem ser trabalhadas discursivamente e desenvolvidas desde o período de alfabetização para que, no Fundamental II, não haja resistência e dificuldade com o processo de leitura e produção textual.

¹⁷⁷ No Ensino Fundamental I, a maioria dos professores são formados em Pedagogia ou têm formação em Magistério, cursos que, em geral, não possuem em suas grades curriculares o estudo aprofundado da linguagem. É a partir do Ensino Fundamental II, com a disciplina de Língua Portuguesa e de professores licenciados pelo curso de Letras, que há o trabalho com a linguagem, especificamente, conforme documentos oficiais norteadores e propostas teórico-metodológicas de vertente, especialmente, discursiva.

Nesse sentido, passamos a refletir acerca do instrumento de trabalho dos professores em sala de aula: o livro didático - LD. É a partir, especialmente, do livro que se dá a interação em sala de aula. É por meio desse material que os professores pautam suas aulas e estabelecem aos estudantes as propostas e perspectivas de estudo. Desse modo, o livro didático deve auxiliar os professores a ensinar a língua de maneira dialógica, por meio da concepção de linguagem como processo de interação (PERFEITO, 2005), concebendo a escrita e a leitura como processos, conforme propõem os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (BRASIL, 1998) e a Base Nacional Comum Curricular - BNCC (BRASIL, 2017), documentos que pautam a Educação no Brasil.

Baseando-nos nos PCN e na BNCC, voltando-nos mais diretamente à escrita, nosso objeto de estudo, observamos que para um desenvolvimento maior das capacidades linguísticas e discursivas dos estudantes deve-se trabalhá-la como um processo, de modo a não vê-la como um produto pronto e acabado, consoante o proposto por Fiad e Mayrink-Sabinson (1991). De tal maneira, a escrita é resultado de um trabalho, o qual se dá a partir de etapas: planejamento, execução, revisão e reescrita, conforme a situação enunciativa apresentada, considerando a finalidade do dizer, os interlocutores, o gênero a ser utilizado, o espaço de circulação e suporte do texto a ser produzido, além da posição de sujeito demarcada para a enunciação (MENEGASSI, 2016).

Dessa forma, a escrita é vista como algo a ser lapidado, revisado e reescrito, a fim de melhor atender às suas condições de produção estabelecidas (MENEGASSI, 2011). Quando trabalhamos a escrita, adequando-a à situação enunciativa, considerando as condições de produção, desde os anos iniciais de formação escolar, desenvolvemos as capacidades linguístico-discursivas e expandimos os níveis de consciência ideológica de cada sujeito estudante, promovendo uma maior capacidade discursiva e crítica de atuação na sociedade. Trabalhar tal prática discursiva e suas etapas a partir do 4º e 5º anos do Ensino Fundamental I, quando os estudantes já estão alfabetizados, pode tornar o planejamento, a revisão e a reescrita práticas sempre presentes em situações de produção de textos, desenvolvendo e constituindo a escrita cada vez mais, e tendo a consciência de que é uma prática social, que envolve discursos e ideologias materializadas por meio da linguagem.

Diante desse contexto teórico-metodológico que perpassa o trabalho com a linguagem e o ensino de escrita na Educação Básica, analisamos os livros didáticos da coleção *SM, Mundo Amigo* – de Língua Portuguesa, do 4º e 5º anos, utilizados entre os anos de 2016-2018, e os livros *Ápis - Língua Portuguesa* 4º ano, da editora *Ática*, e *Buriti mais Português* 5º ano, da editora *Moderna*, utilizados a partir de 2019, por uma escola municipal da cidade de Campo Mourão/PR, no Ensino Fundamental I, a fim de avaliar a perspectiva na qual se apresenta o material e, especificamente, em relação aos conteúdos, as concepções

e propostas, tomando como parâmetro as orientações dos documentos oficiais, investigando o trabalho com a linguagem, desde as atividades de leitura ao encaminhamento de produção textual.

PERCURSOS DA PESQUISA

Para a conclusão de nossos objetivos e a obtenção de resultados, analisamos quatro livros didáticos, sendo dois do 4º ano e dois do 5º ano¹⁷⁸. A análise deu-se em dois momentos: no primeiro, foram investigados os livros utilizados entre os anos de 2016 e 2018 e, no segundo, os LD iniciados no ano de 2019, a serem utilizados até 2021. Desse modo, os primeiros materiais do 4º e 5º anos em estudo foram os da coleção *SM*, livros *Mundo Amigo – Língua Portuguesa*, seguidos pelos *Buriti mais Português* 5º ano e *Ápis- Língua Portuguesa* 4º ano.

Investigamos todas as unidades dos quatro materiais didáticos, observando sua organização e conteúdos. Apesar de focarmos no encaminhamento de produção textual, todo o conteúdo trabalhado previamente determina a concepção de escrita da qual parte o material. Portanto, foram analisadas, também, cada seção das unidades, nas quais observamos: a) a concepção de linguagem abordada e b) a concepção de escrita empregada.

Para este trabalho, apresentamos os resultados gerais dos livros e focamos nas unidades dos materiais do 4º ano. Sendo um livro já utilizado e outro em uso, atualmente, buscamos mostrar as diferenças e semelhanças entre eles, observando os aspectos que os diferem ou os assemelham em relação ao encaminhamento teórico-metodológico das atividades. Abaixo, apresentamos o Quadro 1, com as informações gerais dos LD avaliados:

Quadro 1: dados gerais dos *corpora*: organização e principais concepções reveladas

Livro Didático	Série	Editora	Ano de Utilização	Organização do livro	Concepção de linguagem proposta	de	Concepção de escrita proposta ¹⁷⁹
Mundo Amigo	4º	SM	2016 –2018	8 unidades	Processo de Interação	de	Escrita como trabalho
Mundo Amigo	5º	SM	2016 –2018	8 unidades	Processo de Interação	de	Escrita como trabalho
Ápis	4º	Ática	2019 –2021	8 unidades	Processo de Interação	de	Escrita como trabalho
Buriti	5º	Moderna	2019 –2021	8 unidades	Processo de Interação	de	Escrita como trabalho

¹⁷⁸ Devido à impossibilidade de trabalharmos, na prática, com os materiais e observarmos as aulas dos professores da escola que nos cedeu o material didático, delineamos analisar o livro didático, por ser, ainda, o principal instrumento usado no processo de ensino e aprendizagem no país.

¹⁷⁹ Especificamos que no Quadro constam as concepções de linguagem e de escrita demarcadas pelo LD como as norteadoras de sua proposta, o que, na análise, evidencia-se que não é, de fato, aquela que pauta as atividades.

Fonte: Os pesquisadores, 2019.

Os LD analisados seguem, de modo geral, a mesma estrutura e possuem os mesmos gêneros e conteúdo, como exposto no Quadro 1. Em relação ao aporte teórico-metodológico apresentado, os materiais mostram pautarem-se nas mesmas perspectivas teóricas e basearem-se nos pressupostos dos PCN e BNCC. Contudo, apesar de serem marcadas nos encaminhamentos didáticos dos livros, tais perspectivas não são, de fato, o fundamento de base em todas as práticas e propostas de atividades, aspecto detectado pela investigação específica de todas as atividades, considerando o conteúdo e as formas de encaminhamento.

Os livros apresentam atividades de leitura estruturais e tradicionais (PERFEITO, 2005), voltadas para localização de elementos no texto e para a opinião do autor e do próprio leitor. Em poucos momentos, os LD abordam questões de reflexão sobre o tema ou de análise linguística, o que poderia provocar a formação leitora de maneira crítica, trabalhando com elementos linguísticos em viés discursivo. Para Bakhtin, em seu texto *Gêneros do Discurso* (1992), “[...] cada campo de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, os quais denominamos *gêneros discursivos*.” (p. 261, grifos do autor). Diferentes das tipologias, as quais são modos de organização do texto, os gêneros discursivos dizem respeito às finalidades e funções sociais e comunicativas que os textos cumprem em cada enunciação. Tendo como base o exposto, os textos literários são trabalhados, pelo material, em sua maior parte por meio de tipologias, buscando sempre as características da narrativa e não as funções do gênero apresentado e, portanto, em vertente mais tradicional que discursiva, considerando apenas o aspecto formal do texto.

As atividades de conteúdo gramatical apresentam sempre textos descontextualizados e utilizados como pretextos para trabalhar os itens linguísticos e gramaticais propostos, além de trabalhar a língua apenas como um signo, por meio de atividades metalinguísticas. Poucas são as atividades epilinguísticas apresentadas no conjunto dos quatro livros. Esse fator interfere, diretamente, tanto no estudo da língua e sua gramática, quanto nas práticas discursivas de leitura e de escrita.

São abordadas produções textuais escritas e orais, mostrando um caráter, em certa medida, mais interacionista perpassando o material. Os encaminhamentos para os textos orais apresentam, de forma geral, produção de debates, encenação e apresentação do texto para a turma. Já as produções textuais escritas, apesar de considerarem a escrita como trabalho, conforme proposto por Fiad e Mayrink-Sabinson (1991), organizando em etapas o processo de escrita, foca nos elementos tipológicos e nas marcações gramaticais, além de não apresentarem condições de produção suficientes para a produção de texto que cumpre finalidades e funções sociais e comunicativas específicas, de acordo com a situação de interação verbal social. O projeto de dizer e a autoria dos estudantes são limitadas pelo próprio livro, o

qual pré-determina os elementos linguísticos, gramaticais e de conteúdo a serem utilizados no texto. Segundo Bakhtin/Volochínov (2006), um autor é aquele que escreve refletindo e refratando uma posição axiológica. Dessa forma, limitar os estudantes é tirar-lhes o direito de autoria e impor-lhes um projeto discursivo pronto.

Podemos perceber que o trabalho com a língua não mudou muito das práticas de ensino e aprendizagem predominantes nas décadas de 60 e 70, até os anos 80. Apesar de considerarem as novas perspectivas teóricas, debatidas e apresentadas a partir dos anos 80, mas vigentes, mais especificamente, a partir da década de 90, os LD ainda estão enraizados a metodologias tradicionais e estruturais, as quais não desenvolvem de maneira crítica, considerando o meio social e a formação discursiva dos sujeitos, as capacidades linguístico-discursivas dos estudantes.

OS LIVROS DIDÁTICOS E AS CONCEPÇÕES REVELADAS

Com a finalidade de exemplificar nossos resultados, apresentamos as análises de dois encaminhamentos de produção constantes em duas unidades, sendo um da primeira unidade do livro *Mundo Amigo – Língua Portuguesa 4º ano* e outro da sétima unidade do livro *Ápis – Língua Portuguesa 4º ano*.

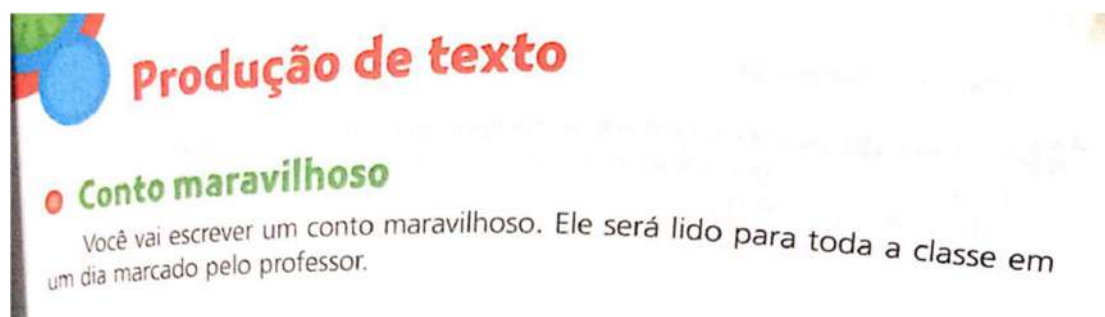
Objeto de Análise 1: Livro Didático *Mundo Amigo*

No livro *Mundo Amigo*, utilizado na escola municipal de 2016 a 2018, a primeira unidade trabalha os Contos Maravilhosos, apresentando contos como os de *Sharezade*, *Aladim* e *As doze Princesas*. Assim como já exposto, as atividades de leitura e de gramática são de localização de informações e por meio de práticas metalinguísticas. Durante toda a unidade, é trabalhada a estrutura da tipologia, dando maior enfoque à narrativa que aos aspectos discursivos do gênero Conto. Tais práticas denotam à concepção de linguagem como Instrumento de Comunicação (PERFEITO, 2005), a qual vê a língua com a única finalidade de promover a comunicação entre seus usuários, a partir de estruturas pré-estabelecidas e leituras guiadas pelo professor. Portanto, observamos que a unidade não dá condições suficientes para a produção textual, no que concerne ao aspecto discursivo, impossibilitando o aluno de expandir sua consciência, ideologicamente, acerca do tema tratado, o que impacta, também, na própria formação relativa ao conteúdo linguístico e gramatical.

A seção de produção textual é fragmentada em tópicos, nomeados: Hora de Planejar, Hora de Escrever, Hora de Avaliar, Hora de Reescrever e Hora de Socializar, correspondendo às etapas de escrita, conforme a perspectiva processual (FIAD; MAYRINK-SABINSON, 1991). O encaminhamento para a produção encontra-se no início da página, orientando: “Você vai escrever um conto maravilhoso. Ele será

lido para toda a classe em um dia marcado pelo professor.” (RAMOS, 2019, p. 33), como apresentado na Figura 1:

Figura 1: reprodução parcial da proposta de produção de texto



Fonte: Livro Didático Mundo Amigo, 2016, p. 33

Observamos que o encaminhamento do livro marca algumas condições de produção, como os interlocutores (“será lido para toda a classe” – a turma), o gênero (Conto Maravilhoso) e circulação (sala de aula). O suporte, a posição de sujeito e a finalidade não são estabelecidos no comando, o que dificulta o processo de escrita do estudante, pois, conforme Geraldi (1997), é preciso que tenhamos algo para dizer, alguém para quem dizer, uma razão para dizer e que o sujeito autor se coloque como autor do dizer. Desse modo, o encaminhamento, por não considerar as condições discursivas necessárias à adequada escrita em determinada situação enunciativa, não se encontra adequado, de acordo com o viés teórico-metodológico da concepção de escrita como trabalho (FIAD; MAYRINK-SABINSON, 1991).

No tópico *Hora de Planejar*, constam algumas questões para auxiliar os estudantes a pensarem na estrutura e elementos da narrativa. Notamos que não há o trabalho com o gênero em si, tratando das finalidades e funções sociais e comunicativas que os textos, de acordo com os gêneros específicos, cumprem, mas sim com a tipologia e o foco único na estrutura. Para além desse aspecto, há a pré-determinação dos elementos que farão parte do Conto, delimitando e determinando a capacidade de autoria dos estudantes.

Figura 2: reprodução da seção *Hora de Planejar*

Hora de planejar


1 Defina cada elemento da narrativa.

- Em que lugar a história acontece?
- Qual é o tempo de duração da narrativa?
- Quem são as personagens do conto? Que características elas têm?
- Que obstáculo a personagem principal vai enfrentar?
- Como esse obstáculo será superado?

2 Qual destes seres mágicos vai atender aos pedidos da personagem principal?

Um mago ou feiticeiro. Um animal encantado. Um gênio.

3 Escolha um ou mais destes elementos para aparecer em seu conto maravilhoso. Torne-os mágicos, atribuindo a eles algum poder especial.



4 Os desejos da personagem principal geralmente estão relacionados a ganhos materiais, como riquezas. O que sua personagem vai conquistar?

5 Escreva no caderno o que vai acontecer em cada parte do seu conto.

- Qual será a situação inicial?
- Que conflito surgirá?
- Como será o desfecho, o final da história?

33

Fonte: Livro Didático Mundo Amigo, 2014, p. 33.


Em *Hora de Escrever*, o livro didático apresenta um lembrete aos estudantes sobre a repetição de palavras, novamente, demonstrando o foco às estruturas linguísticas e gramaticais. Percebemos que o material, até o momento, não trabalhou com discurso e axiologias, há apenas o foco nos elementos narrativos, o que indica uma concepção tradicional e estrutural de concepção da língua e de seu ensino (PERFEITO, 2005). Nos encaminhamentos 2 e 3, retoma-se a estrutura, lembrando o estudante o que deve haver no Conto. No tópico 4, notamos o trabalho com a autoria, mas não na escrita, tal capacidade é destinada aos textos não-verbais, aos desenhos, mostrando o caráter rígido e normativo da língua.

Figura 3: reprodução da seção *Hora de Escrever*

Hora de escrever

- 1 Na hora de escrever, lembre-se de que repetições de palavras só devem ser usadas se for para reforçar uma ideia no texto. Caso contrário, use outras palavras ou expressões para substituir o termo já citado na frase. Veja um exemplo retirado da *Leitura 2*.

"Ao se aproximar da floresta que rodeava o palácio, o soldado encontrou uma velha senhora a quem cumprimentou educadamente. A camponesa também o saudou e perguntou o que estava fazendo pela região."



- 2 Escreva uma primeira versão de seu conto. Não se esqueça de que o objetivo do herói deve ser alcançado de maneira mágica.
- 3 Dê um título para seu conto maravilhoso.
- 4 Se desejar, ilustre sua história.

Fonte: Livro Didático Mundo Amigo, 2014, p. 34.

Abaixo, conforme a sequência constante no LD, apresentamos a Figura 4:

Figura 4: reprodução da seção *Hora de Avaliar*

Hora de avaliar

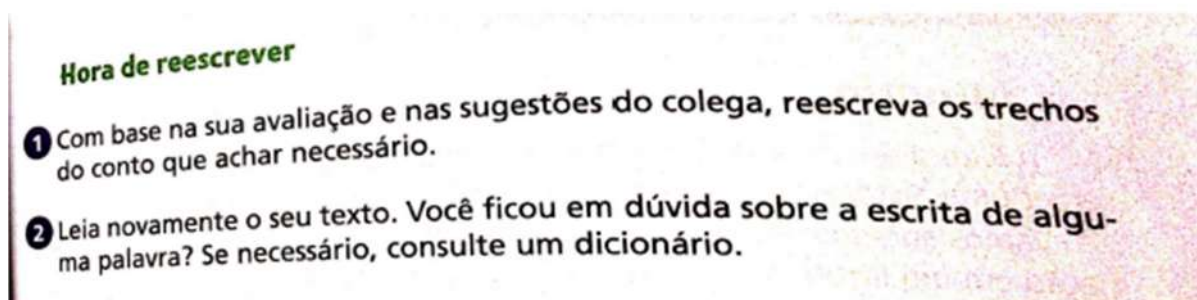
- 1 Troque seu texto com um colega. Cada um deve avaliar o trabalho do outro.
- 2 No caderno, responda às questões a seguir a respeito do texto de seu colega.
 - a) O tempo e o lugar em que a história acontece estão definidos?
 - b) A situação inicial está clara?
 - c) Há seres e objetos mágicos na história?
 - d) O conflito foi bem apresentado?
 - e) O objetivo do herói está relacionado a um ganho material?
 - f) Foi apresentada a resolução do conflito?
 - g) O desfecho foi interessante?
 - h) O título da história tem relação com o texto?
 - i) Há repetições desnecessárias de palavras?
 - j) As repetições de palavras foram utilizadas para reforçar uma ideia?
 - k) A linguagem utilizada ajuda a envolver o leitor na história?
 - l) A grafia das palavras está adequada à intenção comunicativa?
- 3 Releia seu texto e as observações feitas por seu colega.

Fonte: Livro Didático Mundo Amigo, 2014, p. 34.

Hora de Avaliar é o momento destinado à revisão do texto. No livro em análise, a revisão será feita pelo colega de sala, o qual deverá utilizar as perguntas do item 2 para revisar o texto do outro. Observando as questões elencadas, percebemos que se tratam de elementos narrativos e estruturais do texto, deixando, novamente, os aspectos discursivos de lado.

Por analisarmos, exclusivamente, o LD, trabalhando apenas com a materialidade que temos, parece inadequado deixar a revisão do texto, somente, para o colega. É importante que, para que haja uma revisão completa e efetiva, o professor participe do processo de escrita, como coprodutor do texto (BELOTI, 2016), revisando-o a partir de um olhar mais crítico do que o do colega de sala, o qual pode corrigir de forma superficial, por se tratar de uma criança.

Figura 5: reprodução da seção *Hora de Reescrever*



Fonte: Livro Didático Mundo Amigo, 2014, p. 35.

No item 1, de *Hora de Reescrever*, o livro dá liberdade aos estudantes permitindo que não reescrevam o texto conforme a revisão feita, dando-lhes a autonomia de escolha, podendo optar em realizar ou não a reescrita do texto das partes que achar necessário. Assim, o processo de desenvolvimento e constituição da escrita, por meio do processo de revisão e de reescrita, não é considerado e marcado pelo LD. Por fim, apresenta-se o tópico *Hora de Socializar*, referente ao momento da apresentação do trabalho.

Com a análise da seção de produção textual percebemos que o foco é o trabalho com estruturas textuais e elementos linguísticos e gramaticais, desconsiderando o fator discursivo, a linguagem como prática, como interação entre sujeitos constituídos social, histórica e ideologicamente na e pela linguagem. Os impactos de tal viés, constante em um material didático que é considerado o principal instrumento do processo de ensino e aprendizagem, é a indicação de limitação no desenvolvimento e constituição das habilidades de leitura e de escrita e das capacidades linguístico-discursivas dos estudantes.

O livro didático *Ápis* analisado é um material de divulgação distribuído às escolas/professores no processo de avaliação e escolha do LD a ser adotado, o que nos possibilitou observar as indicações feitas aos professores, considerando com maior amplitude os encaminhamentos metodológicos da produção textual. A unidade investigada e apresentada aqui, como exemplo de toda a pesquisa, aborda o gênero Conto Popular, por meio do Conto *O Jabuti e a fruta*, com atividades de interpretação, as quais são de localização de informações e elementos estruturais do texto e da narrativa, convergindo com o que foi apontado na seção anterior, quanto ao outro material em estudo.

Diferente do livro analisado anteriormente, o *Ápis* apresenta questões epilinguísticas acerca do conteúdo linguístico e gramatical, contudo, a partir de textos descontextualizados, sem relação com o tema e o gênero da unidade. No material, também consta produção de textos orais e seções para conhecer mais sobre o tema. A seção de produção textual apresenta as etapas de produção, porém marca apenas as seções de encaminhamento, planejamento e revisão.

Figura 6: reprodução da seção *Encaminhamento de produção*

Produção de texto

Reconto de conto popular

- Você lerá com a professora um conto sobre um sapo e um coelho. O que esses dois bichos podem ter aprontado?

O sapo e o coelho

O coelho vivia zombando do sapo. Achava-o preguiçoso e lerdo, incapaz de qualquer agilidade. O sapo ficou zangado:

— Quer apostar **carreira** comigo?

— Com você? — assombrou-se o coelho.

— Justamente! Vamos correr amanhã, você na estrada e eu pelo mato, até a beira do rio...

O coelho riu muito e aceitou o desafio. O sapo reuniu todos os seus parentes e distribuiu-os na margem do caminho, com ordem de responder aos gritos do coelho.

Na manhã seguinte os dois enfileiraram-se e o coelho disparou como um raio, perdendo de vista o sapo que saíra aos pulos. O coelho correu, correu, correu, parou e perguntou:

— Camarada sapo?

Outro sapo respondia de dentro do mato:

— Oi?

O coelho recomeçou a correr. Quando julgou que seu adversário estivesse bem longe, gritou:

— Camarada sapo?

— Oi? — coaxava um sapo.

Debalde, o coelho corria e perguntava, sempre ouvindo o sinal dos sapos escondidos. Chegou à margem do rio exausto, mas já encontrou o sapo, sossegado e sereno, esperando-o. O coelho declarou-se vencido.

Henrique Torres de Almeida Souza. O sapo e o coelho. In: Luís da Câmara Cascudo. **Contos tradicionais do Brasil**. 12. ed. São Paulo: Global, 2003. p. 203.



• **carreira:**
corrida.
• **debalde:**
em vão,
inutilmente.

Agora, você vai recontar essa história por escrito e expor seu texto e o dos colegas. Você verá formas diferentes de recontar a mesma história.

Fonte: Livro Didático Ápis, 2017, p. 227

No início da seção de produção textual, o livro apresenta o texto a ser recontado, o qual será trabalhado em sala a partir de questões estruturais (Figura 7), buscando auxiliar os alunos na reescrita do texto. O comando em si, o qual encaminha o que será feito, aparece no final da página: “Agora, você vai recontar essa história por escrito e expor seu texto e dos colegas. Você verá formas diferentes de recontar a mesma história.” (TRICONI; BERTIN; MARCHEZI, 2016, p. 227).

Percebemos que há apenas três elementos das condições de produção delimitados, assim como no livro *Mundo Amigo*: interlocutores (colegas), gênero (Conto) e a circulação (sala de aula), que fica implícita. A posição de sujeito e o suporte não aparecem demarcados. Já a finalidade é trabalhada

previamente durante o início da unidade, por meio de caixas de texto que explicam a finalidade do gênero.

Figura 7: reprodução de *questões de interpretação acerca do texto de apoio*

Exploração do conto "O sapo e o coelho"

1. **Quem** são os personagens principais? O sapo e o coelho.
2. **Quando** os fatos acontecem? Há um tempo definido?
Não há tempo definido.
3. **Onde** acontecem os fatos?
Há marcas de espaço: estrada, mato, beira do rio.
4. **Narrador.** Quem narra os fatos: os próprios personagens ou um narrador?
Um narrador.
5. **Enredo.** Abaixo há títulos para as partes do enredo.
 - A vitória do sapo
 - O desafio feito pelo sapo
 - A zombaria do coelho
 - A estratégia para enganar o coelho

Complete o esquema a seguir, colocando o título das partes do enredo para planejar sua escrita.

```
graph TD; A[Situação inicial  
A zombaria do coelho] --- B[Complicação ou conflito  
O desafio feito pelo sapo]; B --- C[Clímax  
A estratégia para enganar o coelho]; C --- D[Desfecho  
A vitória do sapo];
```

Fonte: Livro Didático Ápis, 2017, p. 228.

Na Figura 7, observamos as questões de interpretação propostas para trabalhar o texto a ser recontado. Tratam-se de questões referentes à estrutura e elementos da narrativa, assim como há no livro *Mundo Amigo*. Da mesma forma, segue o item *Planejamento*, focando, unicamente, nos aspectos estruturais do texto:

Figura 8: reprodução da seção *Planejamento*

Planejamento

1. Atente para os elementos do enredo que não podem ser deixados de lado.
2. Observe o esquema preenchido para planejar a ordem que dará a seu texto.
3. Não se esqueça de que você será apenas narrador, isto é, não participará da história como personagem.
4. Marque as falas com travessões ou aspas se houver diálogos na história.

Fonte: Livro Didático Ápis, 2017, p. 228

Figura 9: reprodução da seção *Revisão*

Revisão

1. Releia seu texto atentando para a escrita das palavras, a pontuação, a organização dos parágrafos e dos diálogos, se houver.
2. Verifique também se dados importantes para a compreensão do leitor (personagem, tempo, espaço, partes do enredo) não foram deixados de lado. Imagine que seu leitor não conhece o texto e precisa que tudo fique claro.
3. Depois, reescreva o que for necessário e passe seu texto a limpo.

Fonte: Livro Didático Ápis, 2017, p. 229.

O item *Revisão* também foca em aspectos linguísticos e gramaticais, despertando a atenção do estudante e revisor do texto para pontuação, organização de parágrafos, uso de travessões e das características da narrativa. Assim como anterior detectado e apresentado anteriormente quanto ao material utilizado nos anos anteriores, a revisão não é, marcadamente, a ser feita pelo professor, destinando-se apenas ao próprio estudante.

A análise dos livros mostra que não há o trabalho com a linguagem, no 4º e 5º anos, de forma interacionista (PERFEITO, 2005), como propõem os documentos oficiais, tratando a leitura e a escrita como práticas discursivas e a língua como prática social, que existe e funciona conforme as várias situações de interação verbal social. De tal modo, podemos afirmar que a escrita no Ensino Fundamental I é vista de maneira “cirúrgica”, apenas como um modo de expressão ou comunicação por meio de códigos isolados de seu contexto, desvinculados de uma sociedade formada por sujeitos sócio, histórico e ideologicamente constituídos, que se marcam em seus vários textos. Nos livros, portanto, a escrita é vista como um produto, pronto e acabado, sem considerar as situações sociais e discursivas para a produção do

texto, tendo-o apenas como um resultado do subjetivo, o que não age sobre o aluno e não o desenvolve enquanto sujeito social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos estudos realizados durante a pesquisa e exemplificados neste trabalho por meio da análise de dois encaminhamentos de produção textual escrita, notamos que, tanto as atividades prévias à prática de escrita, quanto as seções de produção textual, focam unicamente na estrutura dos textos. Ambos os livros propõem na seção teórica, de introdução e apresentação do material ao professor, o trabalho com a linguagem de forma discursiva, mas são constituídos por atividades estruturais e tradicionais, as quais não levam ao desenvolvimento linguístico-discursivo dos estudantes.

É importante ressaltar que o trabalho com a linguagem em sala de aula, apesar de *guiado* pelo LD, pode ser modificado e reestruturado pelo professor, pois é ele quem aplica e, dessa forma, pode trabalhar com perguntas orais e/ou escritas e comandos de produção diferentes dos propostos pelo material, buscando um ensino e aprendizagem voltados para o viés da linguagem como processo de interação. Apesar de tal constatação, nosso objeto de estudo foi o LD, tomado como enunciado específico de determinada enunciação (BAKHTIN, 1992), ou seja, é o produto e instrumento do processo de ensino e aprendizagem em sala de aula.

Trabalhar a linguagem, desenvolver e constituir as capacidades linguístico-discursivas dos estudantes, desde essa fase da formação escolar, pode possibilitar aos estudantes melhores condições para o desenvolvimento das habilidades de escrita e de leitura. Um trabalho com a linguagem em tal perspectiva atende ao proposto pelos documentos oficiais e teorias norteadoras.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. Os Gêneros do Discurso. In: **Estética da Criação Verbal**. 2ed. São Paulo, 1992, p. 261 - 306.

BAKHTIN, M.; VOLOCHINOV, V.M. **Marxismo e filosofia da Linguagem**. 12 ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

BELOTI, A. **A formação teórico, metodológica e prática dos conceitos de revisão e reescrita no PIBID de língua portuguesa**. 2016. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2016.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclo do Ensino Fundamental I: Língua Portuguesa**. Brasília: MEC/SEF. 1998.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular de Língua Portuguesa. Brasília: MEC/CONSED/UNDIME. 2017.

FIAD, R.S., MAYRINK-SABINSON, M.L.T. A escrita como trabalho. In: MARTINS, M.H. (Org.). **Questões de linguagem**. São Paulo: Contexto, 1991, p. 54-63

GERALDI, J. W. **Portos de Passagem**. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MENEGASSI, R. O processo de produção textual. In: SANTOS, A. R. dos; GRECO, E. A.; GUIMARÃES, T. B. (Org.) **A produção textual e o ensino**. Maringá: Eduem, 2011. p. 75-101.

MENEGASSI, R. A escrita como trabalho na sala de aula. In: JORDÃO, C. M. (Org.). **Linguística Aplicada no Brasil: rumos e passagens**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2016. p. 193-230.

PERFEITO, A. M. Concepções de Linguagem, teorias subjacentes e ensino de Língua Portuguesa. In: SANTOS, A. R. S., RITTER, L. C. B. **Concepções de Linguagem e Ensino de Língua Portuguesa**. Maringá: EDUEM, 2005, p. 27-79.

RAMOS, R.A. **Mundo Amigo: Língua Portuguesa, 4º ano: ensino fundamental: anos iniciais**. Obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida por Edições SM; Editor Rogério de Araujo Ramos. 3 ed. São Paulo: Edições SM, 2014.

RAMOS, R.A. **Mundo Amigo: Língua Portuguesa, 5º ano: ensino fundamental: anos iniciais**. Obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida por Edições SM; Editor Rogério de Araujo Ramos. São Paulo: Edições SM, ed 3, 2014.

SANCHEZ, M.M. **Buriti: português: manual do professor**. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2017.

TRICONI, A.; BERTIN, T.; MARCHEZI, Vera. **Ápis Língua Portuguesa, 4º ano: Ensino Fundamental, anos iniciais**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2017.

DIRETRIZES CURRICULARES E LIVRO DIDÁTICO: A ESCRITA EM DISCIPLINAS DO ENSINO MÉDIO

Cleber da Silva Luz, (PIC, Voluntário)
Unespar, Campo Mourão, clebersiluz@gmail.com
Adriana Beloti (Orientadora)
Unespar, Campo Mourão, adriana.beloti@unespar.edu.br

Considerações iniciais

Atribui-se, social e pedagogicamente, à disciplina e ao professor de Língua Portuguesa - LP, única e exclusivamente, a responsabilidade de realizar o trabalho de ensino e aprendizagem com a prática discursiva de escrita. Esse pensamento é demasiado inadequado, a partir do momento em que as demais disciplinas trabalham, também, com a linguagem, que é inerente a toda situação de interação verbal social e, portanto, está presente em todo o processo de ensino e aprendizagem, por exemplo, por meio das produções textuais escritas, como, as respostas de provas, os resumos, os relatórios, os trabalhos, entre outras formas.

Partir dessa compreensão permite-nos reconhecer que as práticas de linguagem nas escolas deveriam partir do que preconizam os estudos da linguagem, ou seja, fundamentar-se no que propõem os documentos oficiais, como os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (BRASIL, 1998) e a Base Nacional Comum Curricular - BNCC (BRASIL, 2016), para que haja um trabalho pautado na perspectiva discursiva de linguagem, assim como apresentam as teorias que balizam o trabalho com a linguagem, atualmente. Estas teorias, quanto ao ensino nas escolas, têm como norte as concepções de linguagem que operam como conceito maior, por meio do qual se derivam conceitos outros que orientam o trato com a linguagem em situação de ensino e aprendizagem objetivando a realização da *práxis*.

Há, se observarmos momentos anteriores e atual, três concepções de linguagem que fundamentaram e fundamentam o trabalho com a linguagem nas escolas. Por volta dos anos 60, há a concepção de linguagem como expressão do pensamento, na qual se prioriza a centralização dos estudos tradicionais com foco na gramática normativa (PERFEITO, 2005). Atendendo à necessidade de rever essa primeira concepção e o modo como a linguagem era concebida, há, por volta dos anos 70, a segunda concepção de linguagem. Nela, a linguagem é concebida como instrumento de comunicação (DORETTO; BELOTI, 2011), assumindo a função de estabelecer relações comunicativas entre emissores e receptores.

A partir dos anos 80, em termos de propostas teóricas, e dos anos 90, em relação aos documentos norteadores, há a terceira concepção de linguagem, a qual fundamenta os documentos e teorias norteadoras do trabalho com o ensino e aprendizagem de Língua Portuguesa nas escolas até o presente momento. Nessa vertente, a linguagem é concebida como processo de interação verbal social (BAKHTI/VOLOCHINOV, 1992), considerando seu caráter social, histórico e ideológico de constituição (DORETTO; BELOTI, 2011).

Diante de tais aspectos em relação às três concepções de linguagem e, no tocante à escrita, Menegassi (2010) afirma que tal conceito passou por diferentes perspectivas ao longo da história da educação no Brasil, sendo estabelecidas em função das concepções de linguagem e da vertente de ensino instaurada em cada momento. Assim, o autor (2010) apresenta quatro concepções de escrita: com foco na língua, como dom ou inspiração divina, como consequência e como trabalho.

Compreende-se, aqui, que as concepções de escrita com foco na língua (KOCH; ELIAS, 2009) e como dom ou inspiração (SERCUNDES, 2004) atendem aos pressupostos da concepção de linguagem como expressão do pensamento; a concepção de escrita como consequência (SERCUNDES, 2004), atende à concepção de linguagem como instrumento de comunicação; e a escrita como trabalho (FIAD; MAYRINK-SABINSON, 1991), à perspectiva de linguagem que concebe o texto como lugar de interação, a partir do qual tem-se o discurso materializado em gêneros discursivos (BAKHTIN, 2003).

Ao tratar-se do trabalho com a linguagem nas escolas, pode-se retomar as palavras de Benveniste (1976), por meio das quais pode-se afirmar que “É na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como *sujeito* [...]” (1976, p. 286, grifos do autor), pois só é possível que realize seus “[...] vários modos de dizer [...]” (BAKHTIN, 2003) por meio de possibilidades que a língua oferece em diversos contextos de enunciação em que sujeitos, ao interagir com um ou mais interlocutores, estão suscetíveis em seu cotidiano.

Compreender assim a produção de discursos significa, também, considerar as condições em que a produção de textos, materializados em gêneros, mobilizadores de discurso acontecem. Nesse sentido, faz-se necessária a compreensão de que para que se produza um texto, de qualquer gênero, na perspectiva discursiva de linguagem, o produtor deverá ter, previamente estabelecidas, suas condições de produção. Segundo Menegassi (2016), são seis os elementos

que as compõem: 1) finalidade; 2) interlocutor; 3) gênero discursivo; 4) circulação social; 5) suporte; 6) posicionamento social do autor.

De acordo com Geraldi (1997), para que um texto seja produzido, em qualquer modalidade, é necessário que:

- a) se tenha o que dizer;
- b) se tenha uma razão para dizer o que se tem a dizer;
- c) se tenha para quem dizer o que se tem a dizer;
- d) o locutor se constitua como tal, enquanto sujeito que diz o que diz para quem diz;
- e) se escolham as estratégias para realizar (a), (b), (c) e (d). (GERALDI, 1997, p. 137).

Se observados os pontos (*a, b, c, d, e*) mencionados pelo autor (1997), esses são alcançados se estabelecidos os elementos (*1, 2, 3, 4, 5 e 6*) das condições de produção tratadas por Menegassi (2016), de modo que o produtor do texto terá condições de realizar a produção escrita de seu texto adequadamente a determinada situação.

Para tanto, a produção do texto deve, ainda, considerar as etapas de planejamento, execução, revisão e reescrita, conforme tratou Menegassi (2010), pois produções textuais que passam por todas essas etapas e contemplam todos os elementos das condições de produção, dando aos produtores possibilidades de realizar suas produções escritas, caracterizam a escrita como trabalho (FIAD; MAYRINK-SABINSON, 1994), ou seja, um trabalho com a escrita de modo “[...] consciente, deliberado, planejado, repensado [...]” (MENEGASSI, 2010, p. 78).

Considerando tais prerrogativas, esta pesquisa debruça-se sobre os documentos oficiais, como as Diretrizes Curriculares Estaduais – DCE - e os Cadernos de expectativas de aprendizagem, tencionando compreender se propõem o trabalho com a escrita, uma vez que são os documentos norteadores do processo de ensino nas escolas do Paraná. E, assim, analisar os livros didáticos das disciplinas de Biologia, Filosofia, Física, Geografia, História, Matemática, Química e Sociologia para o Ensino Médio, a fim de compreender se apresentam encaminhamentos de produção textual e, se sim, como são estabelecidas as condições necessárias à produção dos textos.

Práticas de escrita: para além da disciplina de Língua Portuguesa

As análises desta pesquisa dividem-se em duas etapas. Primeiramente, foram investigados dois documentos oficiais que orientam o ensino na Rede Básica no estado do

Paraná: as DCE e os Cadernos de expectativas de aprendizagem das disciplinas de Biologia, Filosofia, Física, Geografia, História, Matemática, Química e Sociologia.

Em tais análises buscou-se observar se há propostas para trabalho com a produção textual entre as práticas das disciplinas e, em caso afirmativo, avaliar em qual concepção teórico-metodológica cada documento revela pautar-se. No que concerne às DCE, tomou-se como ponto de partida as seguintes indagações: a) o documento apresenta proposta de trabalho com a escrita?; b) se sim, em qual seção do documento essa prática é mencionada?; c) por meio da menção, qual concepção de escrita pode ser depreendida?; d) menciona algum gênero do discurso?.

O documento divide-se nas seguintes seções: a) a Educação Básica e a opção pelo currículo disciplinar; a.1) os sujeitos da Educação Básica; a.2) fundamentos teóricos; a.3) dimensões do conhecimento; a.3.1) o conhecimento e as disciplinas curriculares; a.3. 2) a interdisciplinaridade; a.3.3) a contextualização sócio-histórica; a.4) avaliação; b) diretrizes curriculares da disciplina; b.1) dimensão histórica do ensino da disciplina; b.2) fundamentos teórico-metodológicos; b.3) conteúdo estruturante; b.4) encaminhamentos metodológicos; b.5) avaliação.

Já para as análises dos Cadernos de expectativas de aprendizagem, os questionamentos norteadores foram apenas (a), (c) e (d), uma vez que o documento tem uma seção única.

No segundo momento, tomaram-se como *corpora* de análise os livros didáticos de um Colégio Estadual da cidade de Campo Mourão-PR, da rede pública de Ensino Básico, do primeiro ano do Ensino Médio das disciplinas de Biologia, Física, Geografia, História, Matemática e Química e volumes únicos, correspondentes aos primeiro, segundo e terceiro anos do Ensino Médio, das disciplinas de Filosofia e Sociologia.

Para os estudos, estabeleceram-se os seguintes critérios de análise: a) o livro apresenta encaminhamentos para produção textual?; b) se sim, os encaminhamentos dispõem aos estudantes as condições necessárias ao processo de escrita dos textos?.

As análises realizadas nestas duas etapas foram sistematizadas em quadros-síntese, com o objetivo de elucidar e quantificar cada ocorrência observada nos objetos estudados ao longo da pesquisa, seguidos das análises analítico-interpretativas.

Diretrizes Curriculares Estaduais e Caderno de expectativas de aprendizagem: orientações e pressupostos

As práticas pedagógicas de professores nas redes de ensino público no Brasil têm como base documentos oficiais que as orientam, objetivando uma formação mais homogênea frente às necessidades que o estudante terá, quando no agir socialmente, cabendo a cada disciplina o papel que lhe compete no que diz respeito ao seu conteúdo específico.

No estado do Paraná, têm-se, a partir de 2008, as DCE, das quais, consoante consta em seção introdutória do documento, é esperado que “[...] fundamentem o trabalho pedagógico e contribuam de maneira decisiva para o fortalecimento da Educação pública estadual do Paraná.” (PARANÁ, 2008, p. 9)¹⁸⁰.

No ano de 2012, o Governo do Estado lançou um novo documento intitulado Caderno de expectativas de aprendizagem, cujo objetivo é expressar “[...] aquilo que é essencial ao aluno conhecer ao final de cada ano do Ensino Fundamental e ao final do Ensino Médio, dentro de cada conteúdo básico definido nas Diretrizes.” (PARANÁ, 2012, p. 5). Nesse sentido, nesses cadernos consta o que se espera que cada estudante possua de conhecimento ao final de cada ano, considerando o que as DCE preveem e orientam que cada professor apresente como conteúdo de suas aulas.

Considerando a relação de complementação de um documento ao que o outro estabelece, procedeu-se com a análise de ambos, a fim de identificar se há proposta de trabalho com a escrita e, por consequência, quais concepções de escrita revelam. Observou-se, conforme Quadro 1, na sequência, as seguintes recorrências:

Quadro 1: Análise das DCE e dos Cadernos de expectativas de aprendizagem¹⁸¹

Disciplina	DCE			Caderno de expectativas de aprendizagem	
	Seção do documento	Concepção de escrita	Gênero discursivo	Concepção de escrita	Gênero discursivo
Biologia	Conteúdos estruturantes	Não marcada	Não menciona	-	-
Filosofia	Encaminhamentos metodológicos	Escrita como processo	Não menciona	Escrita como processo	Menciona o termo esfera

¹⁸⁰ Esta informação foi extraída das DCE para a disciplina de Língua Portuguesa, contudo é comum ao texto do documento para as demais disciplinas.

¹⁸¹ Os campos que estão preenchidos com / - / correspondem ao fato de que os documentos não mencionam a produção de textos.

					e gênero
Física	-	-	-	-	-
Geografia	Encaminhamentos metodológicos	Escrita como consequência	Não menciona	-	-
História	Encaminhamentos metodológicos	Escrita como dom/inspiração divina	Não menciona	-	-
Matemática	-	-	-	-	-
Química	-	-	-	-	-
Sociologia	Encaminhamentos metodológicos	Não marcada	Não menciona	-	-
	Encaminhamentos metodológicos	Escrita como consequência	Não menciona	-	-

Fonte: Os pesquisadores.

Observando-se o Quadro 1, pode-se compreender que as DCE das disciplinas de Física, Matemática e Química não apresentam em seu conteúdo propostas para o trabalho com a escrita, a despeito dessas disciplinas, os documentos para Biologia, Filosofia, Geografia, História e Sociologia mencionam a escrita em seus conteúdos. Refletindo de maneira mais sistemática sobre cada ocorrência, toma-se, aqui, alguns excertos dos documentos como exemplo para as reflexões.

Exemplo 1: DCE para a disciplina de Biologia

“Estratégias de ensino como a aula dialogada, a leitura, a escrita, a atividade experimental, o estudo do meio, os jogos didáticos, entre tantas outras, devem favorecer a expressão dos alunos, seus pensamentos, suas percepções, significações, interpretações [...]” (PARANÁ, 2009a, p. 66, grifo nosso).

“Práticas tão comuns em sala de aula, a leitura e a escrita merecem atenção, porque por um lado são repletas de significações e por outro podem levar a interpretações equivocadas do conhecimento científico.” (PARANÁ, 2008a, p. 66, grifos nossos).

Os trechos acima estão dispostos na seção “Conteúdos estruturantes” do documento, fato que leva a compreender que os conteúdos aqui mencionados compõem os objetos de ensino da disciplina, de maneira substancial. Contudo, pode-se observar que, com base nos trechos, a escrita está para a disciplina como mera estratégia de ensino, que pode, de alguma maneira, contribuir para o andamento dos conteúdos específicos trabalhados na disciplina.

Ainda assim, o documento afirma ser a escrita, junto à prática de leitura, comum em sala de aula, no que diz respeito à prática pedagógica docente. Em todo caso, as menções no

documento não tratam da escrita de maneira que a conceba como uma prática também a ser desenvolvida em outras disciplinas, mas apenas como aparato para o ensino de biologia.

Com base nos trechos que mencionam a prática de escrita, identifica-se tal prática sem viés teórico-metodológico marcado, de modo que não é possível depreender a qual concepção corresponde. E ainda que se trate de escrita e produção de textos, os gêneros do discurso também não são mencionados.

Exemplo 2: DCE para a disciplina de Filosofia

“Ao final desse processo, o estudante, via de regra, encontrar-se-á apto a elaborar um texto, no qual terá condições de discutir, comparar e socializar ideias e conceitos.” (PARANÁ, 2008b, p. 66, grifos nossos).

O documento para a disciplina de Filosofia já apresenta uma concepção de escrita a partir da qual pode-se compreender que acontece como um processo. Em um primeiro momento, o documento propõe discussões e leituras sobre determinados conteúdos e é só após esses momentos de discussão e apreensão de conteúdos específicos que acontecerá a produção do texto.

Embora os gêneros do discurso não sejam mencionados, a metodologia explicitada pode ser compreendida como parte das atividades prévias de produção do texto, sobretudo pelo fato de o trecho mencionado estar presente na seção “Encaminhamentos metodológicos” das DCE. Ainda que não fique marcado que a escrita faz parte do conteúdo de ensino da disciplina, o modo como ela é concebida contempla o que é proposto para a produção textual na disciplina de Língua Portuguesa: que seja produzida, levando em conta o processo em que acontece (MENEGASSI, 2016).

Exemplo 3: DCE para a disciplina de Geografia

*“No percurso, sugerem-se alguns passos a serem seguidos, tais como: observação sistemática orientada; **descrição**, seleção, ordenação e organização de informações; **registro das informações** de forma criativa (croquis, maquetes, desenho, **produção de texto**, fotos, figuras, etc.)”* (PARANÁ, 2008c, p. 81, grifos nossos).

Também apresentada na seção de “Encaminhamentos metodológicos” das DCE para a disciplina de Geografia, a proposta é que ao longo de uma atividade, apontada como possível aula de campo, os estudantes observem o trajeto, para descrevê-la depois, de modo que o

registro das informações possa ser feito de diferentes maneiras, sendo uma delas a produção de texto.

Tal prática insere-se na concepção de escrita como consequência (SERCUNDES, 2004), uma vez que acontece em decorrência de uma atividade diferente da rotina escolar e o texto não cumpre outra função além da de registrar a atividade que aconteceu (MENEGASSI, 2010), ou seja, a produção do texto foi proposta apenas para cumprir a uma demanda externa, não delimitando ou mencionando também um gênero discursivo possível para a materialização do texto.

Exemplo 4: DCE para a disciplina de História

“Para o aluno compreender como se dá a **construção** do conhecimento histórico, o professor deve organizar seu trabalho pedagógico por meio:

- do trabalho com vestígios e fontes históricas diversos;
- da fundamentação na historiografia;
- da problematização do conteúdo;
- essa organização deve ser **estruturada por narrativas** históricas produzidas pelos sujeitos.” (PARANÁ, 2008d, p. 69, grifos nossos).

[...]

“Para fazer análise e comentários dos documentos, Bittencourt (2004) estabeleceu a seguinte metodologia:

- **descrever** o documento, ou seja, destacar e indicar as informações que ele contém [...].” (PARANÁ, 2008d, p. 69, grifo nosso).

[...]

“Para Ivo Mattozzi (2004), depois de selecionado o tema, o professor adotará três formas para **construir uma narrativa** histórica:

- **narração**: é uma forma de discurso em que se ordenam os fatos históricos de um período. Essa reconstrução representa o processo histórico relativo às mudanças e transformações por meio de acontecimentos que levem de um contexto inicial a um final;
- **descrição**: é a forma de representar um contexto histórico. É um recurso para representar as permanências que ocorrem entre diferentes contextos. A descrição permite, também, o uso de narrações como exemplos ou provas do contexto histórico abordado;
- **argumentação, explicação e problematização**: a problematização fundamenta a explicação e a argumentação histórica. A narrativa histórica é a construção de uma resposta para a problemática focalizada. A explicação é a reconstrução de determinadas ações e relações humanas, e a argumentação é a resposta à problemática, a qual é construída pela narração e descrição.” (PARANÁ, 2008d, p77, grifos nossos).

Assim como o que propõem as DCE das demais disciplinas, o documento para História não menciona gêneros do discurso no que é apresentado sobre a escrita, conforme o Exemplo 4, que está presente na seção “Encaminhamentos metodológicos”.

Os excertos apresentados acima permitem identificar a concepção de escrita como dom ou inspiração divina (MENEGASSI, 2010), pois, ao apresentar a produção textual, enfatiza o foco na estrutura quando recorre às palavras “construção”, “estrutura”, “descrição”, entre outras. Comumente, esses termos têm relação com concepções estruturais de linguagem, que, no que diz respeito à escrita, priorizam os modelos que possam ser seguidos. Além disso, a proposta do

documento também contempla a escrita como consequência (SERCUNDES, 2004), ao orientar que a atividade de produção de narrativas possa acontecer como forma de registrar e sintetizar a compreensão sobre a construção do conhecimento, quando do uso da prática de investigar fontes históricas diversas.

Nessas concepções, produzir um texto significa reproduzir modelos já estabelecidos e fixados (DORETTO; BELOTI, 2011), para tanto, costuma-se recorrer às tipologias textuais da narração, descrição e dissertação (MARCUSCHI, 2008). A tais produções, mais importa o *como* está sendo dito, em decorrência de *o que* está sendo dito, *por que* e *para quem*. Tais aspectos evidenciam-se ao tomarmos os trechos em estudo, se observados que, o segundo trecho, por exemplo, propõe uma produção textual que, embora não marcada, pode ser compreendida como a proposta de um resumo, considerando o modo como esse gênero foi concebido socialmente ao longo do tempo, indicando que seja produzido a partir do recorte e destaque de informações importantes do texto.

Neste caso, a produção do texto opera como mero exercício de recortar informações, na qual o estudante não precisa refletir sobre o que o texto diz, mas apenas extrair informações da superfície textual. Em consonância com a proposta do documento, o trecho três reforça a ideia de construção do texto a partir de modelos, já assinalada nos trechos um e dois, ao passo que apresenta um resumo da estrutura de cada uma das principais sequências tipológicas.

Exemplo 5: DCE para a disciplina de Sociologia

“*Exercícios escritos e oralmente apresentados e discutidos [...]*” (PARANÁ, 2008e, p. 95, grifos nossos).

[...]

“*[...] a sistematização das análises a partir do filme e/ou vídeo, pode ser feita por meio da produção de um texto.*” (PARANÁ, 2008e, p. 96).

No que diz respeito à disciplina de Sociologia, as DCE apresentam dois trechos na seção “Encaminhamentos metodológicos”, que revelam a escrita em diferentes acepções. Pelo primeiro, pode-se observar uma proposta de escrita sem concepção marcada, pois apenas menciona que pode haver exercícios escritos e orais. Ainda assim, destaca-se, aqui, o fato de que a prática aparece como um exercício, fato que reforça e consolida a percepção das demais disciplinas da prática escrita como mero artefato para o ensino do conteúdo específico de cada

disciplina, não sendo compreendida como prática a ser também desenvolvida e constituída, em termos de ensino.

Já no trecho dois, a prática de escrita atende ao que se propõe quando concebida como consequência, pois, conforme já tratado anteriormente, a atividade acontece como consequência de algo extemporâneo e extraclasse. Especificamente no trecho em análise, a escrita terá a função de sistematização do assistido em filme ou vídeo.

Considerando a assertiva de que os Cadernos de expectativas de aprendizagem cumprem o papel de apresentar quais as expectativas do aprendido pelos estudantes, quanto ao que propõem as DCE, são aqui tomados, após refletir sobre o proposto pelas diretrizes, para investigação. Embora funcionem como documento suplementar, são discrepantes, uma vez que, das disciplinas que mencionam a escrita como prática em seus conteúdos, apenas Filosofia cita a escrita como expectativa de aprendizagem, conforme o exemplo que segue:

Exemplo 6: Caderno de expectativas de aprendizagem para a disciplina de Filosofia

*“Leia e interprete, de forma filosófica, textos específicos de Filosofia, assim como **textos de outras esferas e gêneros**. [...] Elabore registros textuais que demonstrem capacidade argumentativa e encadeamento lógico em relação às questões filosóficas.”* (PARANÁ, 2012, p. 8, grifo nosso).

O excerto tomado como exemplo evidencia o fato de que, além de marcar a escrita conforme propõem as DCE correspondentes, atende ao concernente à escrita como processo, ao considerar a produção de textos como variante a depender das esferas de circulação, que demandam diferentes gêneros discursivos.

Nesse sentido, observou-se que, no que diz respeito aos documentos norteadores do ensino público na Rede Básica do Paraná, são discrepantes ao apresentarem uma proposta para as práticas pedagógicas docentes que não contemplam as expectativas de aprendizagem dos estudantes ao final de cada ciclo educacional.

Encaminhamentos e condições de produção textual em livros didáticos de disciplinas diversas do Ensino Médio

Para a produção de textos em qualquer modalidade, é necessária a disponibilização de condições de produção para que o texto atenda ao proposto em situações de ensino, assim trata Geraldi, em *Portos de passagem* (1997), do processo de produção textual. Partindo desse

pressuposto e considerando o fato de que o estudo prévio sobre as propostas de escrita nos documentos para disciplinas diversas da de Língua Portuguesa revelaram ser a escrita um conteúdo comum a várias delas, toma-se como *corpora* de análise os livros didáticos em uso no ano de 2019, a fim de identificar se apresentam encaminhamentos de produção textual e, em caso afirmativo, avaliar como são dispostas as condições para a produção do texto.

O quadro 2 apresenta, sistematicamente, os dados resultantes das análises:

Quadro 2: Condições de produção nos Encaminhamentos de produção textual

Disciplina	Quantidade de Comandos	Elementos das condições de produção em encaminhamentos dos livros					
		Finalidade	Interlocutor virtual ¹⁸²	GD	Suporte	Circulação Social	Posicionamento Social
Biologia	12	8	8	8	2	3	-
Filosofia	24	3	16	20	10	1	-
Física	1	-	-	1	1	-	-
Geografia	12	1	1	4	-	-	-
História	19	8	6	18	-	-	-
Matemática	10	2	5	3	-	-	4
Química	4	3	-	3	-	-	1
Sociologia	13	9	6	14	1	1	1
Total Geral	95	34	42	71	13	5	6

Fonte: Os pesquisadores.

Ao todo foram localizados 95 encaminhamentos de produção textual distribuídos da seguinte maneira, por livro didático: 12 em Biologia, 24 em Filosofia, 1 em Física e em Geografia, 19 em História, 10 em Matemática, 4 em Química e 13 em Sociologia. Assim, identificou-se que todos os materiais didáticos analisados apresentam propostas de produção textual, independentemente dos documentos oficiais estabelecerem que esta prática deve ser presente em cada disciplina.

Após estas análises, encaminhou-se a análise de tais encaminhamentos, a fim de identificar se estabelecem as condições necessárias à produção dos textos. Conforme o Quadro 2 elucidada, pode-se observar que, dos 95 encaminhamentos de produção: 34 marcam a finalidade, correspondendo a 35,7%; 42, que correspondem a 44,2%, estabelecem o interlocutor virtual; 74,2%, totalizando 71 encaminhamentos de produção, estabelecem o gênero discursivo da

¹⁸² Considera-se, aqui, apenas o interlocutor virtual, pois os demais não são tomados como objeto de análise, devido ao fato de que, geralmente, se apresentam de maneira já delimitada pela situação enunciativa pré-determinada pelo contexto escolar.

produção; 13, que totaliza 13,6%, marcam o suporte da produção; 5, correspondendo a 5,2%, estipulam a circulação social; enquanto apenas 6, totalizando 6, 3%, marcam o posicionamento social que o estudante deve assumir ao produzir seu texto.

Dos 34 encaminhamentos que marcam a finalidade, excetuando-se a disciplina de Física que não marca no encaminhamento apresentado, 8, 3, 1, 8, 2, 3 e 9 são os números de marcações das disciplinas de Biologia, Filosofia, Geografia, História, Matemática, Química e Sociologia, respectivamente. Quanto ao interlocutor virtual definido, as disciplinas de Física e Química não o marcam, a despeito de Biologia, Filosofia, Geografia, História, Matemática e Sociologia que apresentam, nesta ordem, 8, 16, 1, 6, 5 e 6 marcações.

No que concerne ao gênero discursivo, todas as disciplinas marcam em 8, 20, 1, 4, 18, 3, 3, e 14, nos encaminhamentos de Biologia, Filosofia, Física, Geografia, História, Matemática, Química e Sociologia, nesta mesma ordem. Quanto ao suporte da produção, apenas as disciplinas de Biologia, Filosofia, Física e Sociologia, marcam em 2, 10, 1 e 1 de seus encaminhamentos de produção textual. Já a circulação social, a disciplina de Biologia marca em 3, Filosofia e Sociologia em 1 encaminhamento. Tomemos, agora, o Exemplo 7 com o objetivo de discutir de maneira mais pontual alguns aspectos em relação às condições de produção.

Exemplo 7: Encaminhamento de produção da disciplina de Biologia

“Em grupo, selecionem cinco notícias de jornais e revistas impressos ou de sites confiáveis na internet que, para serem compreendidos, requeiram conhecimentos básicos de Biologia. Se possível, peçam orientação ao professor de Língua Portuguesa com relação a grandes jornais e revistas que geralmente publicam matérias com conteúdo científico.

Depois, apresentem um resumo de uma dessas notícias para a classe, argumentando porque esse tipo de conhecimento é importante.” (LINHARES, 2016, p. 24).

O encaminhamento em análise apresenta uma proposta de produção em que os estudantes realizarão uma pesquisa em grupo e, em seguida, deverão apresentar à turma, oralmente, uma das notícias encontradas na pesquisa. Se observadas as condições de produção, pode-se identificar que a finalidade não fica marcada, sendo reconhecido apenas o objetivo da produção se considerado o fato de que apresentarão a pesquisa em sala, assim, pode pressupor-se que esse é “apresentar o resultado da pesquisa à turma”. O comando não marca um interlocutor virtual, considerando, sobretudo o fato de que os interlocutores reais e superiores,

nessa situação, serão o professor e colegas, e a instituição, respectivamente, marcados pela situação de ensino.

Sobre o gênero que materializará a produção dos estudantes, não fica marcado qual gênero oral será produzido, uma vez que pode pressupor-se que será uma apresentação oral, considerando o fato de que o comando estabelece que será em grupo e “apresentada” aos colegas. Em contrapartida, o encaminhamento ainda marca o gênero resumo, contudo, observa-se que, em alguma medida, o uso da expressão “resumo” está ligado ao papel do estudante ao ter que resumir as informações pesquisadas para apresentar, e não, especificamente, da produção de um resumo. Essa compreensão também ancora-se no fato de que, na sequência do uso do termo, o encaminhamento pede que os estudantes argumentem, e essa não compõe as marcas típicas do gênero resumo.

Quanto aos suporte, circulação e posicionamento do autor, pode-se observar que, quanto ao primeiro, não fica delimitado, podendo estar assim marcado pelo fato de a produção ser pensada para a oralidade; quanto ao segundo, também não marcado, entende-se que pode vir a ser compreendida, também, pela situação enunciativa que envolve a própria sala de aula do estudante; o posicionamento social do autor, também não é delimitado no encaminhamento social, mas poderá ser inferido, se pensarmos que o estudantes assumirá tal posição para produzir seu texto.

Ainda que o comando, mesmo que de maneira inferida, possibilite a recuperação de alguns elementos das condições de produção, chama-nos atenção algumas especificidades que podem tornar a produção do estudante mais difícil de ser realizada. Em um primeiro momento, o encaminhamento solicita ao estudante que procure um professor de Língua Portuguesa para pedir ajuda. Em alguma medida, estimula a interdisciplinaridade entre as disciplinas, contudo, ainda mantém o foco no professor de português acerca de referências quanto a informações válidas para momentos de produção textual. Assim, o estudante não vincula o produzir textos às outras disciplinas, mas sempre a de Língua Portuguesa.

No que concerne ao gênero que encaminha a produção, notadamente, há uma confusão entre o que se propõe e o modo como é encaminhado. Os estudantes devem realizar uma pesquisa sobre notícias e, dessas, escolherem uma para resumir e apresentar, argumentando sobre determinado tema. Esse emaranhado de gêneros e de atividades pode, em certa medida,

não ser atendido pelos estudantes, uma vez que a pesquisa orientaria a apresentação, mas antes dessa, os estudantes devem utilizar um gênero (resumo), para preparar outro (a apresentação), sobre um terceiro (a notícia), argumentando sobre um tema definido.

Dessa maneira, ratificam-se que as condições de produção são fundamentais às produções textuais que os estudantes realizam e, nesse sentido, ao não estabelecerem todas as condições aos estudantes, as outras disciplinas não estão trabalhando a prática de escrita conforme a perspectiva discursiva de linguagem orientada, mas sim, em outras concepções que sustentam uma tradição de preocupação com a estrutura do texto, em detrimento do discurso a ser produzido.

Considerações finais

As análises realizadas ao longo deste trabalho possibilitaram identificar que as Diretrizes Curriculares Estaduais para as disciplinas em estudo priorizam as práticas de escrita com foco na estrutura e sem condições prévias, podendo ser identificadas como dom ou inspiração divina e como consequência. Ao tratarmos dos Cadernos de expectativas de aprendizagem, nota-se que, embora os documentos sejam complementares, há discrepância entre o proposto e esperado para a escrita, uma vez que as Diretrizes de cinco disciplinas apresentam-na e apenas o Caderno de uma a tem como esperado para a aprendizagem dos estudantes.

Outrossim, a análise dos livros didáticos também revela algumas incongruências, se relacionados aos documentos, uma vez que, embora três documentos não mencionem a escrita, estas mesmas três disciplinas apresentam atividades de produção textual. Em alguma medida, isso pode revelar que os aparatos para a prática pedagógica docente não estão em consonância com os documentos norteadores desse processo de ensino.

Quanto aos encaminhamentos de produção textual, identificou-se que não estabelecem todas as condições de produção, tendo apenas o gênero com um pouco mais de 70% de ocorrência nos encaminhamentos, contudo, propor um gênero sem finalidade marcada, interlocutores definidos e as demais condições de escrita estabelecidas, podem não possibilitar aos estudantes o desenvolvimento das capacidades linguístico-discursivas e o conhecimento acerca da prática de escrita como um processo.

Assim compreendidas estas práticas, observam-se que as oito disciplinas têm estas práticas de escrita instauradas em suas aulas, pois acredita-se que o livro didático é o principal aparato de professores, visto que não têm formação específica, é extremamente divergente ao que é proposto para a escrita na disciplina de Língua Portuguesa, fator que pode gerar impactos negativos às práticas dessa disciplina, uma vez que a maior recorrência de produções de textos dos estudantes acontece sem considerar as etapas que prevê o processo de escrita.

Referências

BAKHTIN, M. M. **Estética da criação verbal**. 4. ed. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAKHTIN, M. M./ VOLOCHINOV, V. N. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. 6. ed. Tradução de M. Lahud e Y. F. Vieira. São Paulo: Hucitec, 1992.

BENVENISTE, E. **Problemas de linguística geral I**. (Maria da Glória Novak; Luiza Neri Trad.). São Paulo: Ed. Nacional; Ed da Universidade de São Paulo, 1976.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Língua Portuguesa, área de linguagens, códigos e suas tecnologias. Brasília: MEC/ SEF. 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. 2016. Acesso em: 03 ago. 2019.

DORETTO, S. A.; BELOTI, A. Concepções de linguagem e conceitos correlatos: a influência no trato da língua e da linguagem. **Revista Encontros de vista**. 8. ed. 2011, p. 89-103.

FIAD, R. S.; MAYRINK-SABINSON, M. L. T. A escrita como trabalho. In: MARTINS, M. H. (Org.). **Questões de linguagem**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1991. p. 54-63.

GERALDI, João Wanderley. **Portos de passagem**. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Interação e escrita. In: **Ler e escrever**: estratégias de produção textual. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009. p. 31-52.

LINHARES, S. **Biologia hoje**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2016.

MARCUSCHI, L. A. **Produção textual**: análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MENEGASSI, R. J. O processo de produção textual. In: SANTOS, A. R. dos; GRACO, E. A.; GUIMARÃES, T. B (Org.). **A produção textual e o ensino**. Maringá: Eduem, 2010. p. 75-102.

_____. A escrita como trabalho em sala de aula. In: JORDÃO, C. M. (Org.). **A linguística aplicada no Brasil: rumos e passagens**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2016, p. 193-230.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica: Língua Portuguesa**. Curitiba: SEED, 2008.

_____. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica: Biologia**. Curitiba: SEED, 2008a.

_____. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica: Filosofia**. Curitiba: SEED, 2008b.

_____. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica: Geografia**. Curitiba: SEED, 2008c.

_____. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica: História**. Curitiba: SEED, 2008d.

_____. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica: Sociologia**. Curitiba: SEED, 2008e.

_____. Secretaria de Estado da Educação. **Caderno de expectativas de aprendizagem. Filosofia**. Curitiba: SEED, 2012.

PERFEITO, A. M. Concepções de linguagem, teorias subjacentes e ensino de língua portuguesa. In: (Vários autores). **Concepções de linguagem e ensino de língua portuguesa** (Formação de professores EAD 18), v. 1., ed. 1. Maringá: EDUEM, 2005. p. 27-75.

SERCUNDES, M.M.I. Ensinando a escrever. In: GERALDI, J.W.; CITELLI, B. (Orgs.) **Aprender e ensinar com textos de alunos**. Vol. 1. São Paulo: Cortez, 2004, p. 75-96.

LIVROS DIDÁTICOS DE ARTE DO PLANO NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO (PNLD) 2017: UM ESTUDO SOBRE A COLEÇÃO POR TODA PARTE

Eleonora Machado Ferrari (PIC)
UNESPAR/Campus Curitiba II, eleonoramferrari@yahoo.com.br
Mauren Teuber (Orientadora)
UNESPAR/Campus Campus Curitiba II, maurentauber@gmail.com

Palavras-chave: Livro didático de Arte. PNLD 2017. Ensino de Arte.

INTRODUÇÃO

Este trabalho está relacionado ao estudo sobre livros didáticos para o Ensino da Arte, um tema recente de pesquisa, entretanto é preciso considerar a presença desses livros nas escolas e a necessidade do debate sobre essa temática na formação inicial de professores(as) de Arte.

A relevância da pesquisa se dá pela importância do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), uma vez que este programa avalia, compra e distribui livros, gratuitamente, para todos os alunos das escolas públicas brasileiras, exceto em sistemas municipais ou estaduais que optem por não participar do programa e proponham oferecer outros livros aos alunos.

Devido à abrangência e os recursos que movimenta, pode-se afirmar que o livro didático, no caso brasileiro, em particular, no caso do PNLD, é uma ferramenta de ensino presente na grande maioria das escolas públicas e que gera entre as editoras uma grande disputa.

Assim sendo, uma justificativa relevante para a proposição deste estudo, é a necessidade da ampliação dos conhecimentos sobre o livro didático de Arte que vem aceleradamente sendo produzidos e disponibilizados por todo o país. Na última década, desde 2009, o PNLD completou a distribuição gratuita de livros nas escolas públicas para os componentes tradicionais curriculares, e somente em 2015, a Arte passou a fazer parte do programa.

Outro argumento está relacionado à pequena presença no conjunto das pesquisas educacionais de estudos sobre o livro didático. Ele é pouco discutido pelos estudiosos do campo do Ensino da Arte e das Artes Visuais, e, ainda, na formação inicial dos professores(as) a análise e avaliação desta ferramenta de ensino inexistem ou não ocupam um lugar relevante. Diante do apresentado, observou-se que há espaço para estudos no campo teórico e empírico que contribuam para a compreensão da presença dos livros didáticos nas aulas do Ensino da Arte de escolas públicas.

Este trabalho tem como objetivo investigar o conteúdo da coleção Por toda parte, Ensino Fundamental Anos finais-Arte, da editora FTD (2015), para o 9º ano. Essa coleção é uma entre as duas

coleções de livros didáticos selecionados para o Programa Nacional de Livro didático - PNLD 2017, com o intuito de fazer um levantamento de dados correspondente aos recursos didáticos que obra oferece baseado em um método de análise e classificação integral dos recursos textuais, icônicos e atividades.

MATERIAIS E MÉTODOS

Metodologicamente optou-se inicialmente pela revisão bibliográfica e análise documental da obra. Para tanto, o caminho escolhido foi a realização de uma análise quantitativa dos recursos didáticos - elementos textuais, visuais e de atividades - que o livro dispõe, através de uma tabela utilizada como ferramenta de pesquisa proposta no estudo de livros didáticos pelo Dr. Nicolás Martínez-Valcárcel, Professor Titular da Universidade de Murcia, Espanha (2018).

Esta indicação da elaboração de uma tabela Excel para categorização e levantamento de dados foi apresentada no Seminário “El estudio de un manual para la interpretación del uso que se hace en las aulas a través de las huellas dejadas por los alumnos, realizado na Universidade Federal do Paraná, com a presença do Dr. Nicolás Martínez-Valcárcel, Professor Titular da Universidade de Murcia, Espanha, em 3 a 5 de outubro de 2018, Curitiba, e indicações baseadas em artigo do mesmo autor intitulado "El uso del libro de texto de historia de España en Bachillerato: entre el aula y la casa".

Para a elaboração da tabela foram criados os seguintes itens de análise, assim distribuídos:

1. Recursos Textuais: Categorização de tudo que é escrito em forma verbal;

1.1 Autoria: Quem escreveu o texto que está sendo referenciado;

1.1.1 Interno: Quando o texto é de quem escreveu o livro;

1.1.2 Externo: Qualquer outro autor que não seja o(s) autor(es) do livro); a) Artista: Textos ou citações de um artista; b) Internet: Textos retirados de modos de circulação típicos da internet: sites, blogs, chats etc.; c) Livros e Periódicos: Textos retirados de suporte impresso: livros, revistas e jornais; d) Documentos: Os que não se enquadram na categoria anterior.

1.2 Texto Artístico: Particularidade das artes, cujo objeto pode ser considerado um 'texto artístico'. Baseia-se no texto como parte ou totalidade de uma obra de arte. Ele supera a ideia da linguagem verbal escrita, já que também inclui outros códigos, como a partitura musical, ou a representação codificada de coreografias;

a) Letra de Música: Baseado na linguagem verbal escrita; b) Partitura: Em princípio baseado no sistema de notação da tradição ocidental europeia. Considerar também outras formas de notação: oriente, grafismos, música contemporânea; c) Texto Teatral: Baseado na linguagem verbal escrita; d) Texto

Coreográfico: Imagens sistematizadas que representam passos, posições, deslocamentos, etc.; e) Poesia: Baseado na linguagem verbal escrita;

1.3 Finalidade: Identificar a razão pela qual o texto foi colocado naquela página;

a) Narrativo/Informativo/Explicativo: Apresentação de uma ideia, fato, situação. Segue, de forma ampla, uma narrativa; b) Indagativo: Se fundamenta em uma pergunta; c) Motivacional: Texto que induz o estudante a se interessar pelo assunto. Pode também ser visto com um texto introdutório; d) legenda - Fonte: Quando a legenda indica a fonte da imagem; e) legenda - Informativa: Quando a legenda apresenta um texto que informa ou explica a imagem; f) Índice/Sumário: Texto estruturação que sinaliza o que vai acontecer e não apresenta conteúdos; g) Ampliação: Textos que sugerem a continuidade do percurso de aprendizagem, a partir de outras fontes e sítios;

1.4 Natureza

a) Escrito: A natureza segundo a ideia de que a linguagem verbal pode ser oral ou escrita; b) Oral: gravado e disponibilizado de alguma forma (mídia). Em suporte fonográfico, site, etc.;

2. Recursos Iconográficos: A presença das imagens nos livros. Essa é uma particularidade dos livros de Arte, já que as imagens frequentemente são o próprio objeto de estudo;

2.1 Reproduções de obra de Arte: a) Pintura; b) Escultura; c) Gravura; d) Desenho; e) Fotografia; f) Instalação; g) Arquitetura; h) Hist. Quadrinhos; i) Digital;

2.2 Imagens Representativas de Arte: a) Artes Gráficas; b) Cenários; c) Rituais; d) Artesanato; e) Body Art; f) Ilustração; g) Documentos; h) Paisagismo; i) Moda; j) Dança; k) Teatro; l) Performance; m) Cinema; n) Vídeo; o) Circo; p) Apresentação musical; q) Instrumentos Musicais;

2.3 Imagens Técnicas: a) Materiais Artísticos; b) Sequências de Procedimentos; c) Fotografia Ilustrativa; d) Gráficos/Tabelas;

2.4 Finalidade

3. Recursos:

3.1 Natureza: a) Fonograma; b) Imagens em movimento;

3.2 Suporte: a) Mídias (CD ou DVD); b) Arquivos Digitais (links); c) Indicações (indexadores);

4. Atividades:

4.1 Finalidade: a) Propositiva; b) Indagativa; c) Reflexiva; d) Investigativa; e) Avaliativa; f) Produção Artística; g) Visita a Campo;

4.2 Protagonismo: a) Individual; b) Coletivo;

5. Articulações: a) Entre Linguagens; b) Entre Outras Disciplinas; c) Temas Transversais; d) Cotidiano;

O Livro do Estudante do 9º ano, objeto deste estudo, foi analisado e quantificado página por página, de acordo com os itens de análise descritos acima e os resultados tabulados utilizando o programa EXCELL.(Imagem 1).

IMAGEM 1- TABELA LEVANTAMENTO DE DADOS - EXCELL

Página	RECURSOS TEXTUAIS										RECURSOS ICONOGRÁFICOS									
	Autoria		Texto artístico		Finalidade		Natureza		Reprodução de obras de arte					Iniciativas representativas de arte						
	Interno - Autor(es) e livro	Externa																		
1																				
2																				
3	1					1														
4																				
5																				
6																				
7																				
8	1																			
9	1					1														
10	1																			
11	1					1														
12	1																			
13	1					1														

FONTE: O autor (2019)

Revisão de Literatura

Educar é dar a alguém todos os cuidados necessários ao pleno desenvolvimento de sua personalidade. Nesse processo educativo os materiais didáticos são ferramentas utilizadas para a aprendizagem. O livro didático é dentre esses materiais uma ferramenta fundamental, pois ele organiza os conteúdos a serem ensinados na escola e indicam a forma como o(a) professor(a) pode planejar e tratar os conteúdos em sala de aula, além de ser fonte de consulta dos professores e dos alunos.

O livro didático no Ensino da Arte não é diferente, pois este componente curricular está formalizado e consta como uma disciplina obrigatória e há assuntos a serem devidamente ensinados pelo(a) professor(a) em sala de aula.

No Brasil, conforme o decreto nº 9.099, de 18 de julho de 2017, o Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD, executado no âmbito do Ministério da Educação, é destinado a avaliação e

a disponibilização de obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita, às escolas públicas de educação básica das redes federal, estaduais, municipais e distrital e às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público.

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) é o mais antigo dos programas voltados à distribuição de obras didáticas aos estudantes da rede pública de ensino brasileira e iniciou-se com a Criação do Instituto Nacional do Livro em 1937. Já em 1938, por meio do decreto de Lei nº 1.006, de 30/12/1938, é instituída a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), estabelecendo sua primeira política de legislação e controle de produção e circulação do livro didático no País. Ao longo desses 80 anos, o programa foi aperfeiçoado e teve diferentes nomes e formas de execução.

Atualmente, o PNLD é voltado à educação básica brasileira, tendo como única exceção os alunos da educação infantil. Todos os alunos do ensino fundamental, educação de jovens e adultos e do ensino médio das escolas públicas cadastradas no Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) têm direito a receber esses livros didáticos.

As escolas federais e os sistemas de ensino estaduais, municipais e do Distrito Federal, dentro das modalidades de Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos e do Ensino Médio, podem participar dos programas de material didático por meio de manifestação de interesse mediante adesão formal.

A escolha dos livros didáticos, que serão utilizadas pelos alunos, passa por um processo democrático de escolha por diretores e professores das escolas, com base no guia de livros didáticos que contem resenhas e informações das obras destinadas aos estudantes e professores.

A Secretaria de Educação Básica (SEB), do Ministério da Educação, faz a coordenação e a avaliação pedagógica dos livros didáticos a serem ofertados. Esse processo consiste em uma análise ampla e criteriosa dos aspectos didático-pedagógicos e metodológicos das obras. A SEB define as instituições e os especialistas para analisar as obras, conforme critérios divulgados em edital. Os especialistas elaboram as resenhas dos livros aprovados, que passam a compor o guia de livros didáticos.

Os livros didáticos distribuídos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) são confeccionados com uma estrutura física resistente para que possam ser utilizados por três anos consecutivos, beneficiando mais de um aluno.

No ensino fundamental, cada aluno tem direito a um exemplar dos seguintes componentes: língua portuguesa, matemática, ciências, história, geografia e língua estrangeira (inglês ou espanhol, do 6º ao 9º ano). Os livros de língua portuguesa, matemática, ciências, história, geografia e artes são reutilizáveis, ou seja, devem ser devolvidos ao final do ano, para serem utilizados por outros alunos. A

exceção são os livros consumíveis, que são os de alfabetização matemática e de alfabetização linguística (1º e 2º anos) e os de língua estrangeira.

O critério de reutilização dos livros é mantido no ensino médio. Os livros de língua portuguesa, matemática, geografia, história, biologia, física, química e artes são reutilizáveis, devendo ser devolvidos ao final do ano letivo. Já os livros de língua estrangeira (inglês e espanhol), filosofia e sociologia são consumíveis. O aluno receberá livros de língua estrangeira a cada ano, não tendo que devolvê-los. No caso da sociologia e da filosofia, os alunos receberão um livro em volume único, ou seja, este será utilizado durante os três anos do ensino médio.

No PNLD 2017 a previsão foi de 29.416.511 alunos beneficiados, em 117.690 escolas com 152.351.763 exemplares distribuídos.

Historicamente, o componente curricular Arte integra a Educação Básica, desde os primórdios de sua organização no Brasil, sob diferentes denominações e a partir de diversas concepções de ensino e de aprendizagem. Desde 1996, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDB nº 9.394/96, Arte passa a ser considerada como área de conhecimento e como componente curricular obrigatório na Educação Básica, em todos os seus níveis. A Lei nº 13.278/2016, de 02/05/2016, que altera o § 6º do Art. 26 da LDB, define que fazem parte desse componente curricular obrigatório as linguagens artísticas Artes Visuais, Dança, Música e Teatro.

A inclusão do componente curricular Arte iniciou-se em 2015 para o Ensino Médio. A novidade do PNLD 2017, é a inclusão do componente curricular Arte para Anos Finais do Ensino Fundamental dentre os componentes já contemplados anteriormente pelo Programa: Ciências, História, Geografia, Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Moderna e Matemática.

Conforme a introdução do PNLD (2017):

O componente curricular Arte contempla as modalidades Artes Audiovisuais e Visuais, Dança, Música e Teatro. É importante que este componente, enquanto área de conhecimento, esteja presente em todos os anos do ensino fundamental, colaborando na formação cultural dos alunos e proporcionando o reconhecimento e o respeito à diversidade de formas de expressão (BRASIL, 2017).

Na edição do PNLD 2017 duas coleções de livros didáticos de Arte foram contempladas, acompanhados de CD em áudio, denominadas Por toda parte - Ensino Fundamental Anos finais - Arte, da editora FTD (2015) e a coleção Projeto Mosaico - Ensino Fundamental Anos finais - Arte, da editora Scipione (2015). A utilização dos livros está prevista para os anos de 2017, 2018 e 2019.

A coleção Por toda parte, objeto deste estudo, trata-se de coleção composta por quatro Livros do Estudante e quatro Manuais do Professor, correspondente aos anos finais do Ensino Fundamental, ou

seja, 6º, 7º, 8º e 9º anos. Cada volume impresso possui, em anexo, um CD de áudio, para ensino de música.

A estrutura de cada livro é constituída pelos seguintes itens:

Apresentação, intitulada: Caro aluno, conheça o seu livro de estudo da Arte! Trata-se de um mapeamento dos tópicos, o qual apresenta ao estudante a organização e cada tópico do livro em tom de conversa com o estudante, convidando-o a estudar Arte.

Sumário, no qual há a apresentação da estrutura do livro, que se compõe de unidades, capítulos e temas e a seção Misturando tudo, seção esta localizada ao final de cada capítulo, e que traz questões específicas de cada modalidade em relação aos temas, obras e atividades apresentados.

Ao final das Unidades há três tópicos onde há sugestões de sites, livros, músicas, filmes, animações e documentários: Expedição cultural, Diário de artista e Conexão arte.

Ao final do livro, há as seções: 1) Ampliando em que é apresentado o índice remissivo com uma lista de palavras e assuntos que foram tratados ao longo do livro; 2) Referências em que são apresentadas as referências bibliográficas utilizadas na elaboração do Livro do Estudante. Assim como, há, também, uma linha de tempo sucinta referente aos tópicos tratados em cada unidade.

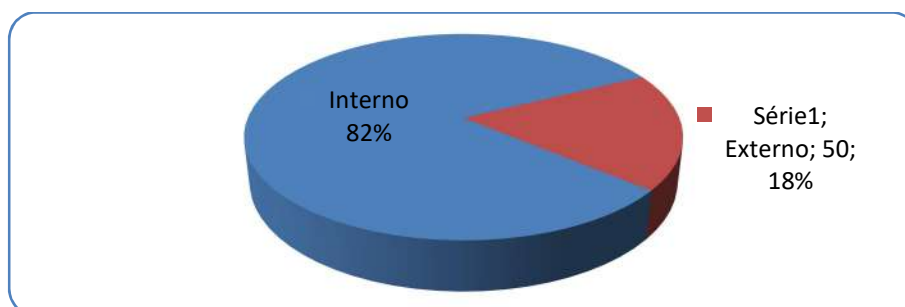
O título das seções será digitado em negrito, com letras maiúsculas, sem recuo e sem numeração. As subseções serão digitadas em negrito. Entre o final de uma seção ou subseção e a parte subsequente, deixa-se uma linha em branco.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O livro é composto de 221 páginas, sendo as primeiras cinco páginas utilizadas para apresentação, assim como, existem 9 páginas onde constam apenas índices.

Em relação a autoria do texto, conforme podemos verificar no gráfico 1, o texto de autoria dos autores prevalece, com 82%.

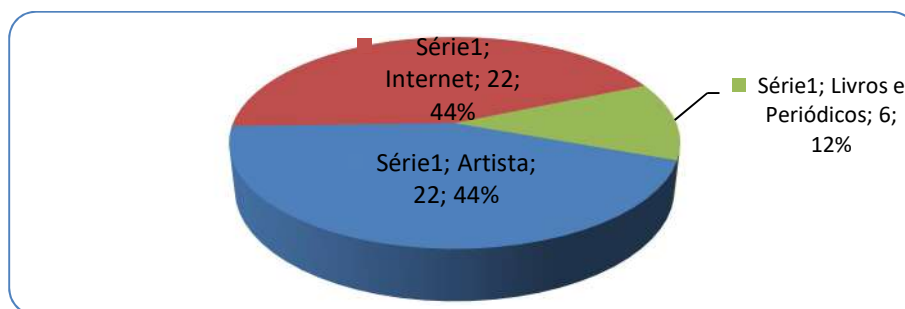
GRÁFICO 1 - RECURSOS TEXTUAIS - AUTORIA



FONTE: O autor (2019)

Em relação ao texto externo podemos observar no gráfico 2, textos de artista e internet (88%) são a maioria dos recursos utilizados.

GRÁFICO 2 - RECURSOS TEXTUAIS - EXTERNOS

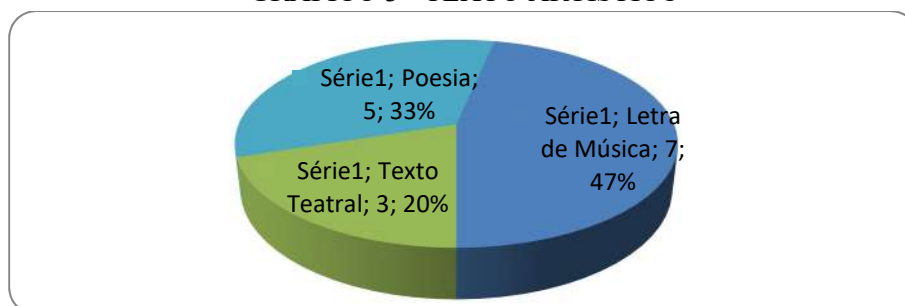


FONTE: O autor (2019)

Baseado nos resultados acima analisados, podemos considerar o livro do 9º ano da Coleção **Por Toda Parte**: um livro com poucos recursos textuais externos, e ainda quase metade dos textos externos com referência na internet, o que nos leva a questionar se as fontes foram devidamente validadas para uso como referência fidedigna do original.

No levantamento do texto artístico (Gráfico 3) que somaram apenas 15 itens, quase metade são letras de música e o restante dividido entre poesia e texto teatral (3 itens).

GRÁFICO 3 - TEXTO ARTÍSTICO

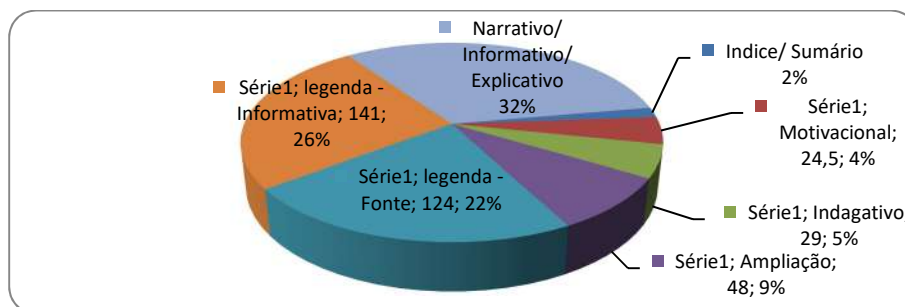


FONTE: O autor (2019)

Em relação ao texto artístico, que é muito reduzido (15 itens), há apenas 3 textos teatrais no livro inteiro, o que pode ser considerada pouco já que a linguagem do Teatro é uma das quatro linguagens a serem abordadas. Assim como, as 7 letras de músicas e as 8 poesias estão colocadas no livro apenas como ferramenta motivacional.

Na finalidade do texto apresentado foi levantado que 67% do texto há conteúdo informativo (32% narrativo/informativo/explicativo + 9% ampliação + 26% de legenda informativa), isso se for considerado conteúdo uma legenda de imagem com informação. (Gráfico 4)

GRÁFICO 4 - FINALIDADE



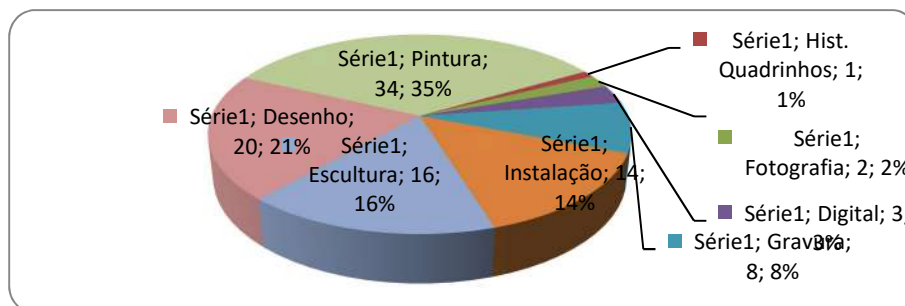
FONTE: O autor (2019)

Analisando a finalidade do texto verificou-se grande quantidade de informação atrelada à Legenda das imagens (26%). Observamos também que o tem ampliação tem apenas 9% e é onde se encontram muito sucintamente alguns movimentos artísticos, ou seja, pode-se evidenciar que o livro apresenta pouca informação sobre a História da Arte. Não sendo, portanto, objeto de estudo, apenas complementação de informação.

No levantamento iconográfico encontramos 98 reproduções de obras de arte e 119 imagens representativas de arte, o que pode ser consideradas divididas as imagens entre estes dois recursos.

No gráfico 5, pode ser observada a diversidade de tipos de reprodução de obras de arte apresentadas no livro.

GRÁFICO 5 - REPRODUÇÃO DE OBRAS DE ARTE

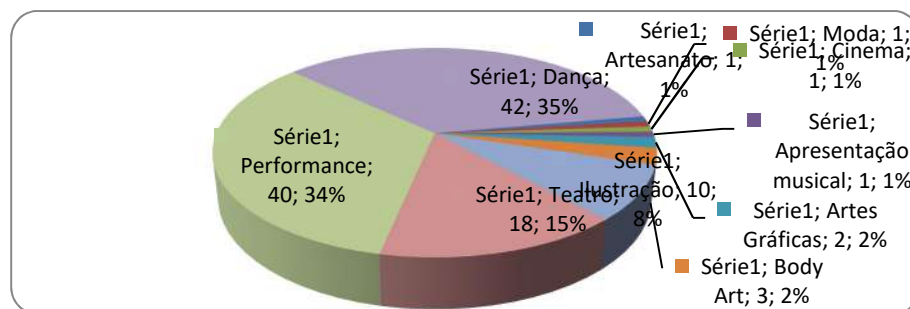


FONTE: O autor (2019)

Em reprodução de obras de arte há coerência na distribuição de obras de desenho pintura e gravura que são conteúdo do Capítulo 1, da Unidade 3.

Na distribuição de imagens representativas de Arte tem destaque a quantidade de imagens em performance que chega a ser o dobro de imagens de teatro e também há apenas 1% de imagem com representação musical. (Gráfico 6)

GRÁFICO 6 - IMAGENS REPRESENTATIVAS DE ARTE

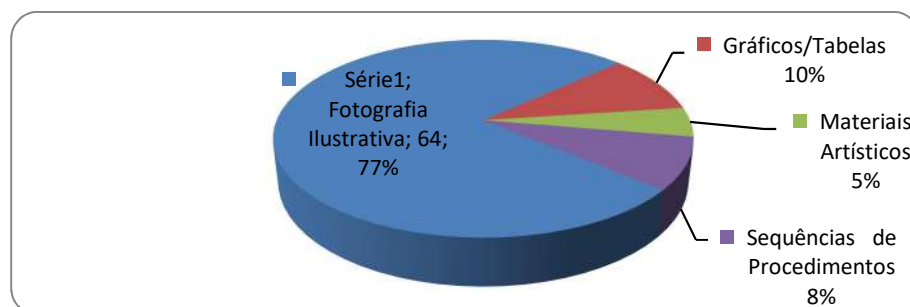


FONTE: O autor (2019)

Nas imagens representativas de Arte, há muito enfoque para performance e nenhuma para representação de música.

Na quantificação das 83 imagens consideradas técnicas, verificamos que há a predominância da fotografia ilustrativa (77%). (Gráfico 7)

GRÁFICO 7 - IMAGENS TÉCNICAS



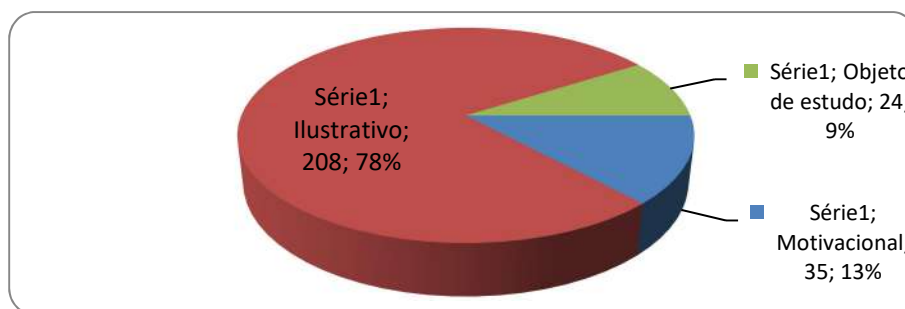
FONTE: O autor (2019)

Do total de 300 imagens apresentadas (21%), ou seja, 64 imagens são fotografias ilustrativas, o que pode se considerar que o livro não tem enfoque em técnicas artísticas e seus materiais.

Como há no livro 221 páginas, e 300 imagens é possível verificar que a média de imagens por página é de 1,36. Portanto, trata-se de um livro bem ilustrado.

No Gráfico 8, pode-se notar que, em relação ao recurso iconográfico no aspecto da finalidade de utilização, as imagens tiveram uso meramente ilustrativo (78%).

GRÁFICO 8 - Finalidade do Recurso Iconográfico

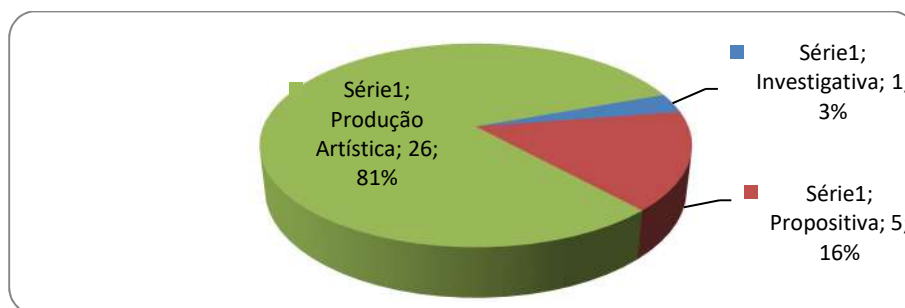


FONTE: O autor (2019)

Ficou claro que no livro há pouco ou quase nenhum exercício de leitura de imagem, pois o recurso iconográfico foi usando de maneira meramente ilustrativa.

No livro foram propostas 32 atividades, sendo, conforme Gráfico 9, na maioria com ênfase na produção artística.

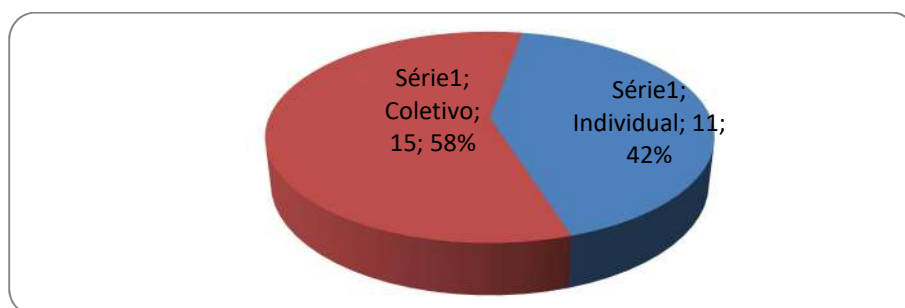
GRÁFICO 9 - ATIVIDADES - FINALIDADE



FONTE: O autor (2019)

O livro apresenta um equilíbrio entre protagonismo tanto individual como em grupo, no que se refere as propostas de atividades (Gráfico 10).

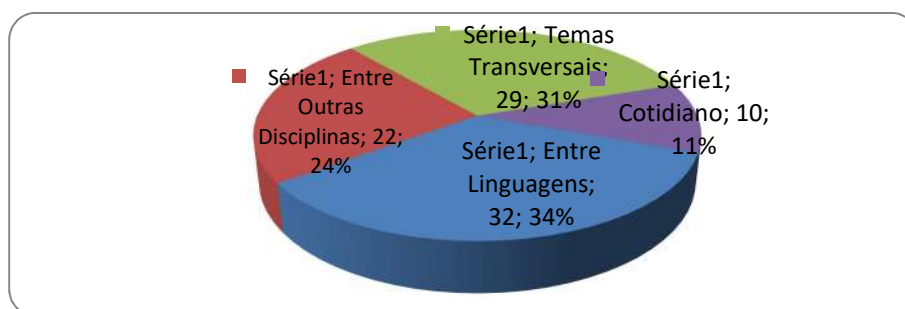
GRÁFICO 10 - ATIVIDADES - PROTAGONISMO



FONTE: O autor (2019)

Em relação às articulações relacionadas a outras disciplinas, temas transversais, questões do cotidiano e, entre as linguagens artísticas, pode-se observar uma diversidade equilibrada entre os itens, sendo cotidiano um pouco menor (11%).

GRÁFICO 11 - ARTICULAÇÕES



FONTE: O autor (2019)

CONCLUSÕES

A metodologia utilizada para levantamento de dados foi um instrumento de análise quantitativa do Livro que se mostrou eficaz, pois apenas folheando o livro não há como perceber os recursos didáticos que o livro oferece e volume de informações que contem de forma objetiva.

Elaborar as categorias de análise, realizar o levantamento de dados por meio do preenchimento da tabela e realizar e analisar os gráficos obtidos demonstrou que ler e reler o livro de modo aprofundado permite um entendimento mais crítico de sua organização e de seus elementos constituintes. Sendo, portanto, uma ferramenta útil como meio de investigação e estudo.

O livro apresenta em quase sua totalidade texto autoria própria dos autores com pouco texto de outros autores para complementação do conteúdo.

A quantidade de textos teatrais apresentados é pequena e as letras de música apresentadas tiveram apenas caráter motivacional, em nenhum momento foram utilizadas para o estudo com componente música. Inclusive, observa-se ausência de conteúdo dedicado a linguagem de música, indicando a preferência para o ensino do componente das artes visuais.

Ficou evidenciado pelas análises feitas, que o livro não é focado em História da Arte, nem no estudo de obras de arte mesmo apresentado 95 imagens de obras de arte. Não tem foco inclusive em desenvolvimento de técnicas artísticas, mas sim em fazer articulações da Arte com temas transversais, entre linguagens e outras disciplinas.

Em relação às atividades, poucas foram as proposições apesar de bem distribuída entre individual e coletivo.

Diante das análises feitas, esse livro seria indicado ao professor que tem interesse em assuntos do cotidiano, em traçar paralelos da arte com o dia a dia do aluno e articular com temas e disciplinas transversais, sem foco em técnicas específicas vinculadas a produção artística e o estudo de obras de arte e os seus períodos, sem aprofundamento nos temas de teatro e principalmente música.

Finaliza-se este estudo entendendo-se que a avaliação do livro didático demanda um processo de análise criteriosa por parte do professor. Neste estudo, por meio de leituras, seja das regulamentações do PNLD, de seus Editais, do Guia, de algumas referências sobre os livros didáticos para o ensino da Arte, além do próprio livro escolhido para análise, foi possível realizar descrições e análises, verificando a estrutura e os recursos que o livro dispõe.

Por fim, destaca-se a necessidade da ampliação dos conhecimentos sobre o livro didático de Arte e sobre como os professores de Arte escolhem os livros oriundos do PNLD.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Ministério da Educação. **FNDE Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: < <http://www.fnde.gov.br/programas/programas-do-livro> > Acesso em março de 2018.

BRASIL, Ministério da Educação. **Guia digital PNLD 2017**. Brasília: MEC, 2014

Disponível em: < <http://www.fnde.gov.br/pnld-2017/>> Acesso em março de 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **PNLD 2017: guia de livros didáticos - ensino fundamental anos finais** / Ministério da Educação – Secretária de Educação Básica SEB – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Brasília, DF: 2015.

FERRARI, S. S. U. et al. **Por toda parte**. Ensino Fundamental. São Paulo: FTD, 2015.

MARIO DE ANDRADE E O PAPEL SOCIAL DA EDUCAÇÃO MUSICAL EM SEUS TEXTOS PARA O JORNAL DIÁRIO NACIONAL

Erica Santana dos Passos (PIC, Fundação Araucária)
Unespar/Campus de Curitiba II, lelpastos@yahoo.com.br
André Acastro Egg (Orientador)
Unespar/Campus de Curitiba II, andreegg@gmail.com

Mario de Andrade. Crítica musical. Educação musical.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho foi estudar os textos de Mário de Andrade no jornal *Diário Nacional*, compreendendo os textos publicados pelo autor no ano de 1931 na cidade de São Paulo.

A importância deste tema se insere nos estudos sobre o pensamento de Mário de Andrade em relação à música, no que diz respeito a obras de importantes compositores, estética da época, apresentações de orquestras sinfônicas de São Paulo, música na educação e seu papel na sociedade de maneira geral, por meio das críticas publicadas no jornal e estudos de autores com maior conhecimento sobre sua vida e obra.

O projeto fez parte de um conjunto de pesquisas sobre o tema, desenvolvidas pelo Prof. André Egg em orientação a vários projetos de Iniciação Científica. Outros estudantes fizeram, em edições anteriores do PIC, pesquisas com os textos publicados no jornal em 1927, 1928, 1929 e 1930.

O problema que motivou a pesquisa foi dar continuidade a mais descobertas sobre o pensamento musical do autor através das suas críticas musicais encontradas em textos do jornal *Diário Nacional* no ano de 1931. Por meio de um mapeamento detalhado do jornal do ano inteiro e seleção de todos os textos publicados e assinados por ele, seguido de estudos e análise dos mesmos, permitindo assim, mais documentos que possibilitaram uma diversidade de temas relevantes para serem desenvolvidos e trabalhados na pesquisa.

No decorrer da pesquisa com os textos, chamou à atenção alguns textos sobre a música em São Paulo, as apresentações de Orquestras Sinfônicas, compositores e músicos daquele período, a estética e diversidade musical presente no país, a valorização da cultura regional e folclore, a partir da viagem para pesquisas no norte e nordeste, a música em conservatório e educação musical na sociedade da época. Com base neste interesse, foi desenvolvido este trabalho.

METODOLOGIA DESENVOLVIDA

A pesquisa foi desenvolvida inicialmente em duas frentes. Foram feitas leituras teóricas sobre o pensamento musical de Mário de Andrade ou temas correlatos. Além dos textos de Mário de Andrade, foram usados como referência textos de autores como o professor orientador André Egg, Eduardo Jardim, André Botelho, Jorge Sydney Coli Jr, Oneyda Alvarenga, Achille Guido Picchi, Renan D'Ávila, Arnaldo Daraya Contier e Caion Meneguello Natal. Todos estes autores tanto de livros, artigos publicados em revistas, com estudos aprofundados sobre o autor, contribuíram para novas descobertas e interpretações a respeito do seu pensamento musical.

Outra parte da pesquisa consistiu na leitura dos jornais, disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, para identificação dos textos de autoria de Mário de Andrade. No decorrer da pesquisa foram lidos todos os números de publicações que compreendem o ano de 1931, as críticas publicadas encontradas foram selecionadas para estudo mais detalhado.

Foram identificados 91 textos de autoria de Mário de Andrade, dos quais apenas 40 foram confirmados como de interesse da pesquisa, por reunir características como: textos assinados por Mário de Andrade (normalmente com as iniciais M. de A.) que versaram sobre música. Outros textos foram desconsiderados no escopo da pesquisa por não terem autoria identificada, ou por serem de Mário de Andrade mas versarem sobre assuntos como artes visuais, arquitetura, teatro ou literatura.

Os textos identificados foram usados para preencher uma ficha onde foram anotadas as seguintes características: a data em que foi publicado o texto, a página do jornal onde se encontrava e o link da Hemeroteca Digital. Era necessário também anotar o título da coluna, a assinatura, a categoria geral e subcategorias, como por exemplo, música de concerto, música de câmara ou sinfônica. Os personagens mencionados e qualificativos, compositores e obras e ainda um pequeno resumo geral completavam este fichamento, que foi realizado para cada recorte dos textos encontrados.

A visão do conjunto dos textos foi importante para entender e relacionar com o pensamento do autor, seus comentários sobre os temas que considerou importantes. Entre os temas tratados pelo crítico, encontramos menção a: obras e compositores da época; os acontecimentos na Sociedade Rádio Educadora em um período no qual já iniciava a publicidade na rádio; o funcionamento da Sociedade de Concertos Sinfônicos de São Paulo; questões sobre o cenário musical da sua cidade de São Paulo; situações políticas e econômicas; valorização da música, de compositores e estudantes que faziam parte daquele meio; exposição de sua indignação com injustiças em relação a cargos obtidos. Isso foi algo que ficou bem evidente em suas críticas, além da preocupação com a música e cultura nacional. Todo esse material coletado, foi fundamental para entender a realidade do período em que estava vivendo, alguns

dos seus objetivos e sonhos, o que prezava por valores musicais, não somente na parte técnica, artística e estética, mas também no sentido histórico, humano e educacional, abrangendo outras áreas e possibilitando um maior entendimento do seu pensamento musical.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

À luz dos autores usados como referência sobre o pensamento musical de Mário de Andrade, pode-se entender a importância de cada carta, cada crítica, ou cada pequeno escrito do autor. Ainda que tenham opiniões diferentes a respeito da vida e obra do mesmo, todos entram em concordância na questão do papel que Mário de Andrade exerceu para o Brasil, como escritor, poeta, crítico literário, folclorista, musicólogo, professor de música, enfim, concluindo que ele está entre os intelectuais brasileiros mais importantes, principalmente no sentido musical.

Além dos textos do jornal, outros textos de Mário de Andrade foram importantes para a pesquisa, como o livro *Ensaio sobre a música brasileira*. Publicado em 1928, o livro é considerado um dos mais importantes do autor, com uma proposta fundamentada em pesquisas sobre a música brasileira, no que dizia respeito a melodia, harmonização, contraponto, forma musical, ritmos, instrumentação, mas principalmente com uma ideia de mostrar o caráter da música nacional, inclusive se referindo ao folclore. Uma análise não somente na parte teórica e técnica, mas trazendo uma compreensão da música popular e nacional ligada a uma função social e cultural, buscando uma identidade nacional brasileira em relação à cultura internacional. Seu pensamento fica muito evidente em relação à função da música no meio social.

Outro autor que utilizamos como referência foi Jorge Sidney Coli Jr (1972), com um artigo na *Revista do IEB* – “Mario de Andrade: introdução ao pensamento musical”. Um texto documental, baseado em pequenos escritos de música, cartas, pesquisas e estudos do autor, de maneira que ele mesmo declara: “cada pequeno escrito sobre a música, cada crítica corriqueira de concerto, pode trazer um elemento importante, uma noção nova” (p. 111). Destaca em seu artigo a preocupação nacional de Mário de Andrade, entendendo a música com uma linguagem própria, como dentre todas as artes a mais atuante como poderoso agente emocional e coletivizador, como agente político-social, ou seja, a música como elemento funcional e de ação social.

De olho em Mário de Andrade – uma descoberta intelectual e sentimental do Brasil é o livro de André Botelho (2012), um sociólogo que apresenta a biografia de Mário de Andrade, com fatos importantes da sua vida pessoal e destaque para suas obras, seu pensamento musical e envolvimento com a cultura brasileira e interesse pelo nacional, inclusive devido a suas viagens para o norte e nordeste, quando passou a conhecer melhor o Brasil tanto de forma estética como socialmente. Mesmo

conhecendo mais a região sudeste e valorizando alguns costumes paulistas, passou a ter uma empatia pelo popular (povo), e por outras regiões do Brasil com respeito pelas suas manifestações, costumes e diferenças culturais sem ignorar a desigualdade social e situação de extrema penúria, como o que presenciou nessas viagens.

André Egg contribuiu com o capítulo “Embates modernistas na crítica musical de Mário de Andrade nos anos 30” (2014), destacando sua fase inicial como crítico musical no *Diário Nacional*, suas publicações, vitórias, conflitos e desafios encontrados nesta fase. Outro material importante foi o livro *Música, cultura e sociedade*, do qual foi organizador e contribuiu com um capítulo intitulado “A necessidade faz o crítico: Mário de Andrade na música brasileira e a importância do estudo em sua coluna no *Diário Nacional*”. Este texto permitiu um conhecimento mais detalhado da vida de Mário de Andrade, baseado em suas pesquisas no sentido pessoal e profissional, ressaltando que “a carreira de professor de música foi seu principal emprego fixo durante praticamente toda a vida, exceção para os períodos em que exerceu cargos no Departamento de Cultura de São Paulo (1935-38) e que trabalhou para o Ministério da Educação morando no Rio de Janeiro (1939-1941)” (EGG, 2016, p. 196).

Segundo o historiador Arnaldo Contier, no artigo “Mário de Andrade e a Música Brasileira” (1994), Mário de Andrade defendia a pesquisa do folclore para uma criação de uma música nacional brasileira. Inclusive quando ele estava no cargo de diretor do Departamento Municipal de Cultura em São Paulo, iniciou a “pesquisa científica” do folclore no Brasil e lutava pela criação de um órgão competente para investir técnica e financeiramente para o crescimento da mesma. Defendia a ideia de pesquisar para escrever, traduzindo a cultura de uma forma que representasse a cultura popular. Seu desejo era resgatar diversos tipos de saberes populares, além das três bases étnicas do Brasil, desejava descobrir riquezas nos seus ritmos, dissonâncias, danças, cantos e costumes, buscando uma autonomia, independência cultural e libertação na arte e na música brasileira.

Com base no Trabalho de Conclusão de Curso de Renan D’Ávila, do curso de Bacharelado de Música Popular da UNESPAR, sobre textos de Mário de Andrade para o jornal *Diário Nacional*, principalmente em seu terceiro capítulo “Música e Sociedade” (D’AVILA, 2017, p. 47 a 60), pode-se desenvolver uma compreensão maior da insatisfação do escritor em relação às autoridades responsáveis e à classe alta, de não se mobilizarem para o bem da vida musical em São Paulo, além da falta de apoio aos músicos das orquestras.

Caion Meneguello Natal, no artigo “Da vanguarda ao folclore – o moderno e o popular em Mario de Andrade” (2019), apresentou relações entre a vanguarda e o folclore, segundo o pensamento de Mário de Andrade. Este autor também comenta sobre as viagens do escritor ao norte e nordeste do Brasil nos anos de 1927 e 1929, trazendo reflexões sobre música e poesia e por meio de seus manifestos

buscando articular a unidade entre lirismos e técnica, entre o individual e o coletivo, entendendo que importaria ao artista vasculhar todo o aspecto das relações humanas, fazendo da vida uma obra de arte perceptível por todos. A obra individual teria uma função social somente na medida em que representasse experiências adquiridas coletivamente.

Eu sou trezentos – Mário de Andrade vida e obra de Eduardo Jardim (2015), é a biografia mais completa, contendo fotografias, carta e trechos de poesia do autor, possibilitando uma visão da sua vida e obra mais detalhada. O livro trata desde sua infância e juventude em São Paulo, o relacionamento com sua família, a perda trágica do seu irmão mais novo em virtude de uma queda, sua vida profissional, a atividade de professor de música no Conservatório, além de escritor, crítico e musicólogo. O livro também aborda seus desafios, conquistas, frustrações, seus relacionamentos, fazendo uma trajetória até o final de sua vida. O próprio título reflete a diversidade de papéis que ele desempenhou no decorrer da sua existência. Logo de início Jardim apresenta Mário de Andrade como “figura central da vida intelectual” do Brasil no século XX, de modo que “nenhum escritor teve como ele tanta importância como artista, como formulador de interpretação do Brasil e como animador cultural”. No período em que foi diretor do Departamento de Cultura, órgão que tinha como principal objetivo promover desenvolvimento cultural e artístico da cidade, Eduardo Jardim considera que Mário de Andrade defende “o tema da função social da arte” (2015, p. 115) adquirindo enorme importância para ele, passando a ver nas artes um componente formador da vida social.

O livro *Mário de Andrade, um pouco*, de Oneyda Alvarenga, também é referência para a pesquisa como um acréscimo para o tema desenvolvido. Este exemplar reúne documentos como cartas, objetos, lembranças e relíquias, documentos literários, marcados por uma escrita de si mesma de caráter autógrafa com a potencialidade de lembrar da relação de educação, trabalho e amizade que uniram a jovem de 19 anos de Minas Gerais, com o artista intelectual de 38 anos, já consagrado no cenário nacional, em 1931. A amizade entre Mário e Oneyda nasceu como uma relação mestre-aluna. De acordo com suas lembranças, a autora, que também era católica, declara que o início do relacionamento foi como uma “ajuda celestial” que a fez escolher Mário em vez de Agostinho Cantu, como professor de música no Conservatório Dramático e musical de São Paulo, uma relação de amizade, intimidade e proximidade que foi construída ao longo de catorze anos de companheirismo, rompida apenas com a morte do escritor em 1945.

Uma declaração de desabafo da autora:

Continue-se a luta começada por Mário de Andrade, trabalhe-se em defesa da cultura, da liberdade e da dignidade do homem. Façam-se pelo menos algumas das muitas coisas que ele quis fazer e não consentiam: amplie-se e dê-se plena eficiência ao

Departamento Municipal de Cultura; criem-se as Casas de Cultura projetadas por ele e destinadas à melhoria do nível intelectual dos trabalhadores; criem-se escolas superiores de Música nas Universidades Brasileiras, para ensino das disciplinas intelectuais da música, necessária à formação da consciência cultural dos nossos músicos; incentivem-se por todo país as pesquisas e estudos de folclore, sob o patrocínio de instituições públicas, únicas capazes de realiza-los a contento, pelos gastos exigidos por trabalhos científicos. (ALVARENGA, 1974, p. 10).

Por fim, o último material estudado foi a dissertação do professor universitário Achille Guido Picchi, intitulada *Mário Metaprofessor de Andrade* (1996). O autor é atuante nas áreas de composição, história da música, musicologia, teoria e análise musical, sendo pianista de carreira nacional e internacional, regente e compositor, permitindo uma bagagem relevante para compreender mais sobre o pensamento musical de Mário de Andrade, principalmente a respeito da educação e o papel que exerceu como professor para a sociedade brasileira. Achille Picchi apresenta um pequeno histórico da vida de Mário de Andrade, desde quando entrou para o Conservatório com 18 anos em 1911. No ano seguinte foi nomeado para ensinar teoria musical e solfejo como aluno praticante, e após como professor substituto de História da Música. Em 1916 nomeado auxiliar de piano e em 1922, antes da semana da Arte Moderna, foi nomeado catedrático de História da Música, conservando-se professor pelo resto da vida com algumas interrupções. O autor apresenta não só a carreira musical de Mário de Andrade, mas ressalta a vocação de “ensinar”, quando manifestava sua preocupação com a pesquisa, sendo um defensor do conhecimento, para discutir, corrigir e orientar, através de suas cartas para amigos ou em suas publicações, passando sua vida inteira como um professor, principalmente de música, entendendo como um propósito e missão de vida.

“Fazia do ensino a profissão da sabença como uma missão auto imposta, que se manifestava, também no caso da música, em inúmeros artigos em revistas e jornais e em sua vasta e fundamental epistolografia. Em ambas as manifestações sobressaía o professor, sempre direcionando os artigos e as cartas para uma função utilitária: contribuir para o “abrasileiramento” da música”. (PICCHI, 1996, p. 80).

Entre os textos de Mário de Andrade coletados no jornal *Diário Nacional* e selecionados para fichamento, foi possível encontrar na maioria de suas críticas os temas da educação musical e da importância do ensino e conhecimento da cultura nacional. Quatro textos foram mais diretos quanto ao papel social da educação musical.

O primeiro deles, “Radio”, publicado em 07/01/1931, expõe sua indignação com a nova diretoria artística da Radio Educadora que vinha se envolvendo em fatos que demonstravam irresponsabilidade e desmoralização pública. Neste mesmo texto ele faz menção de pessoas que estavam há mais tempo na instituição e eram mais qualificadas musicalmente que deveriam receber cargo na diretoria, demonstra

sua insatisfação diante das injustiças, não medindo palavras para falar o que estava percebendo. Por fim, afirmou que eles eram incapazes de compreender “a missão social” para a qual eram designados, demonstrando sua preocupação com a educação musical.

Outro texto “Músicas do Dia de São Paulo” publicado em 27/01/1931, comenta a respeito das comemorações de aniversário da cidade, elogiando o prefeito da época por oferecer à população música de qualidade, com a apresentação de dois concertos e da excelente Orquestra da Sociedade Sinfônica de São Paulo. Elogia também maestros, compositores, músicos e as obras, sugerindo que esses concertos deveriam ser mais frequentes e públicos, e não somente por convites, inclusive destaca Paris como exemplo a ser seguido porque lá os teatros eram subvencionados.

“Livros escolares”, publicado em 02/04/1931, também foi um texto bastante relevante, principalmente por mencionar a conquista do professor Fabiano Lozano, que foi criador e animador do Orfeão Piracibano, ao ser chamado para trabalhar com o canto coral das escolas pernambucanas, com um material organizado por ele “Programa de Ensino da Música nas Escolas Primárias de Pernambuco” e um volume “Alegria das Escolas”, adotado pela diretoria técnica de Educação do Estado de Pernambuco. Mário elogia o professor e o conteúdo do seu material por incluir conhecimento de teoria, base harmônica, acordes tonais e cadências, sem excluir as melodias populares. Demonstra satisfação pela conquista do professor e da educação musical de qualidade fazendo parte da escola primária.

Por último, no texto “Instrução Artística” publicado em 03/09/1931, o autor escreve com satisfação sobre a inauguração do órgão chamado “Instrução Artística do Brasil” patrocinada pela Diretoria Geral do Ensino, com o objetivo de difundir a instrução artística e empresariar artistas. Tendo como propósito principal levar as artes para as escolas, como citado no texto, seu desejo era “colocar o menino, a menina, a criança para escutar e ver arte”. Os programas de concerto já não seriam somente para seus sócios diretos, mas destinados exclusivamente à população escolar de São Paulo e das cidades do interior do Estado, com o intuito de expandir para os demais Estados do Brasil. Defendia a ideia de que a criança é um ser gratuito, e que ou a instrução ou a vida valorizariam mais tarde e que seria importante trabalhar a educação musical com as crianças por ainda não estarem viciadas na epidermidade da vida prática. No próprio texto ele declara que “não é possível se ignorar o que pode realizar”, estava entusiasmado e confiante de que esta instituição, teria condições de cumprir o seu dever, de instruir a população musicalmente. Termina fazendo uma comparação, que assim como os Mestres Cantores antes da Renascença musicalizaram um povo, assim também a Instrução Artística do Brasil poderia fazer.

Diante de todo material pesquisado, as leituras de livros e artigos dos autores analisados, além dos escritos e críticas de Mário de Andrade para o jornal Diário Nacional, é possível perceber que cada

autor em suas pesquisas e descobertas, entra em comum acordo no que diz respeito ao pensamento musical de Mário de Andrade, no sentido educacional.

Mesmo sendo um homem de tantas faces, escritor, poeta, músico, jornalista e crítico musical, musicólogo, tendo como sua principal profissão professor de música, manifestava uma preocupação com a educação musical no país. Suas críticas musicais transparecem indignação com situações políticas, econômicas e sociais. Existia um desejo de ensinar e alertar as autoridades e população para um Brasil que ainda deveria ser explorado e valorizado na sua cultura diversificada, buscando a nacionalização principalmente no sentido musical. Mário de Andrade queria dividir e estender todo seu conhecimento e suas descobertas para a população, acreditando na música com um papel social e instrumento de interpretação do Brasil.

A valorização da função educativa da música por Mário de Andrade é reforçada pelo fato de que, além de fazer parte da Sociedade Rádio Educadora que também possuía uma função educativa, quando exerceu cargos no Departamento de Cultura e Ministério da Educação promoveu serviços de qualidade e reconhecimento. Entre suas iniciativas estiveram a criação de cursos populares, radio-escola, parques infantis, bibliotecas, acervos musicais (discoteca), concertos gratuitos para o público em geral. Mário de Andrade também criou um coral brasileiro, tentou criar uma orquestra e ainda organizou uma missão de pesquisas folclóricas.

Segundo os comentários dos autores é evidente que Mário de Andrade buscava uma conscientização de nacionalidade que se expandisse por todo o país, fosse através da linguagem, das críticas, da poesia, de toda ação artística e cultural e principalmente através da música. Existia um desejo de criação de novos projetos educacionais relacionados às artes, tendo como principal a música, inclusive para que houvessem academias com altos estudos musicais, com finalidade de contribuir decisivamente para as transformações sociais tão necessárias para o país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme os autores analisados neste trabalho, a crítica das artes fazia parte do modernismo e durante quase toda vida de Mário de Andrade, ele esteve envolvido com a divulgação dos ideais do movimento, aprofundando suas ideias em poesia, artigos, revistas, jornais e livros, com uma função crítica que inclusive contrastava com a dos demais escritores, pela sua linguagem com português coloquial e críticas duras, mas que não o desligava da função de professor-educador.

Assim como o professor-educador tem como base uma visão construtivista pautada em valores éticos, existia uma preocupação em Mário de Andrade também de educador, através dos seus escritos, instigando a reflexão, a discussão, a correção, orientando no que dizia respeito à identidade nacional, à falta de conhecimento do povo da sua própria nação, à busca por uma unidade cultural brasileira, respeitando as diferenças regionais. O escritor lutava por uma renovação cultural que envolvesse trabalho individual e coletivo que fizesse interlocução entre gerações diferentes, acreditando na música como uma missão, com este papel social, sendo um instrumento capaz promover educação, conhecimento e proximidade entre as culturas brasileiras.

É interessante continuar refletindo e discutindo seu pensamento sobre educação musical, por ser pouco conhecido e considerando que a música exerce um papel na sociedade de aproximação ao humano e ainda como uma aliada na educação. Como o próprio Mario de Andrade cita em um dos seus textos para o jornal que “não é possível se ignorar o que pode realizar”, pensando a educação musical com o papel de produzir raiz, difundir, normalizar e tornar constante a música para o povo. É pertinente pensar que a música pode mudar realidades em vários segmentos da sociedade, sendo relevante nos dias de hoje e principalmente para o professor-educador musical refletir que se podemos realizar o que é possível, proporciona motivação para dar continuidade em ser aquele que irá “gerar” na educação musical e não ser somente alguém que foi gerado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVARENGA, Oneyda. **Mario de Andrade, um pouco**. Rio de Janeiro/São Paulo: José Olympio/Conselho Estadual de Cultura, 1974.

ANDRADE, Mário de. **Ensaio sobre a música brasileira**. São Paulo/Brasília: Livraria Martins Editora/INL, 1972.

BOTELHO, André. **De olho em Mario de Andrade: uma descoberta intelectual e sentimental do Brasil**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

CONTIER, Arnaldo. “Mario de Andrade e a música brasileira”. **Revista Música**, São Paulo, v.5, n.1, maio de 1994. p. 33-47.

COLI, Jorge. “Mario de Andrade: introdução ao pensamento musical”. **Revista do IEB**, nº12, 1972. p. 111-136.

D’AVILA, Renan. **Crítica musical de Mário de Andrade no Diário Nacional, 1927-1928-1929**. TCC do Curso de Bacharelado em Música Popular, UNESPAR – Campus de Curitiba II, 2017.

EGG, André. “Embates modernistas na crítica musical de Mário de Andrade nos anos 30”. In: CASCUDO, Tereza; GAN, German (eds.). **Palabra de crítico: estudios sobre música, prensa e ideologia**. Aracena, Espanha: Doble J, 2014. p. 83-103.

_____. “A necessidade faz o crítico: Mario de Andrade na música brasileira e a importância do estudo de sua coluna no Diário Nacional”. In **Música, cultura e sociedade: dilemas do moderno**. Curitiba: CRV, 2016. p. 71-100.

JARDIM, Eduardo. **Eu sou trezentos: Mario de Andrade, vida e obra**. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2015.

NATAL. Caion Meneguello. “Da vanguarda ao folclore: o moderno e o popular em Mario de Andrade”. **Revista Vórtex**, v.7, n.1, 2019. p. 1-23.

PICCHI, Achille. **Mário Metaprofessor de Andrade**. Dissertação de Mestrado, FE-USP, 1996.

A LITERATURA DIGITAL E A FORMAÇÃO DE NOVOS LEITORES

Fabício Santos (PIC)
Unespar/Campus Apucarana , fabricio.vernaculars@gmail.com
Rosimeire Darc (Orientador),
Unespar/Campus Apucarana, e-mail rosidarc@gmail.com

Palavras-chave : Literatura digital. Leitor contemporâneo. Tecnologia.

INTRODUÇÃO

Ao longo dos tempos, as novas tecnologias de informação e comunicação colaboraram com a formação de uma rede de produção e difusão dos produtos culturais, tornando-os presentes em todos os lugares do mundo. Tem-se como pressuposto que os jovens deste século não fazem mais qualquer distinção entre socialização, tecnologia, cultura de massa e comunicação.

Assim sendo, cabe destacar que a leitura literária na atualidade exige um estudo sobre as relações que são estabelecidas entre leitores digitais e a própria literatura. Por essa razão, torna-se importante compreender os processos de produção das obras em meio digital, visto

que as inovações na produção literária bem como as práticas leitoras precisam ser compreendidas em relação aos elementos de ruptura, que instigam a criatividade e a inventividade, mas também devem ser compreendidas nos aspectos de continuidade do texto, no comprometimento com os processos históricos (SALDANHA, 2006).

Considerando o exposto acima, entende-se que o estudo da literatura no ambiente virtual, para o momento, é de fundamental importância, uma vez que o ciberespaço oferece oportunidades com as quais o público juvenil tem familiaridade. Aliada à familiaridade do leitor ao ambiente, o estudo do consumo cultural dos adolescentes é fundamental para subsidiar um trabalho que tenha em vista a formação de leitores de literatura, não só como entretenimento, mas, sobretudo, como forma de conhecimento do homem e do mundo.

Assim, delineamos a presente pesquisa como um estudo de cunho qualitativo e exploratório em relação à temática da literatura digital no ambiente escolar aproximando o pesquisador e o objeto de estudo através da pesquisa de campo e da descrição dos dados. E da mesma forma pode ser considerada exploratória e descritiva na medida em que envolve pesquisas bibliográficas acerca da temática, buscando fundamentação teórica em autores que discutem a evolução do registro da escrita, do texto e do seu suporte, perpassando desde a escrita nas paredes das cavernas até o texto interativo proporcionado pela evolução das tecnologias da comunicação e informação. Lakatos e Marconi (1987, p. 66) definem

pesquisa de campo como “aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles”.

De acordo com os objetivos propostos para a realização desta pesquisa, o desenvolvimento do trabalho foi organizado em três seções: a primeira denominada “Do jornal impresso até a navegação na internet” trata da evolução não do texto propriamente dito, mas da forma como a escrita tem sido registrada e preservada nos diferentes tempos históricos. A segunda seção, intitulada “Mas afinal, o que é hipertexto?”, busca caracterizar os delineamentos que o texto assumiu nas plataformas digitais. Por fim, a terceira seção se configura a partir da pesquisa *in loco* Colégio Estadual Alberto Santos Dumont, da cidade de Apucarana, por meio da aplicação do questionário semiestruturado direcionado a 17 alunos do 9º Ano do Ensino Fundamental, no mês de maio de 2019, apresentando a interpretação, análise e transposição das informações obtidas.

Esperamos que a produção de conhecimento obtida sobre a temática possa contribuir para subsidiar outros debates sobre o desenvolvimento da literatura digital com foco no perfil de seus leitores..

MATERIAIS E MÉTODOS

DO JORNAL IMPRESSO ATÉ A NAVEGAÇÃO NA INTERNET

Segundo o dicionário Aurélio (2009), texto é o “conjunto organizado de palavras, expressões, frases de uma língua, que, escrito por um autor, compõe uma obra, livro, documento etc.”. Considerando a perspectiva da semiótica, o texto não se limita apenas ao que está escrito, mas abarca aquilo que atualmente é denominado hipermídia, ou seja, é o conjunto de várias mídias na composição de uma linguagem. Assim, integram o texto escrito outros elementos como imagens estancas e dinâmicas, música e som.

O leitor contemporâneo transita entre o meio virtual e o impresso, tendo acesso aos recursos disponibilizados por esses dois meios, entretanto, essa mesclagem é relativamente nova, pois o livro digital, tal qual o conhecemos hoje, foi criado no ano de 1971 por Michael Har.

Se considerarmos que os primeiros registros encontrados na história datam de 4.000 a. C, podemos afirmar que durante seis mil anos o material concreto predominava enquanto material de escrita e leitura. Esses registros iniciais eram realizados nas paredes das cavernas e produzidos com pedra, argila ou madeira. Conde e Mesquita (2008, p.1) afirmam que estes eram basicamente “pictográficos, relativos

a desenhos, e/ou escultóricos, relativos a esculturas, como manifestações de uma mensagem sem referência a sua forma linguística propriamente dita”.

Por volta de um milênio e meio depois, o papiro começa a ser utilizado primeiramente no Egito e posteriormente em todo o Ocidente como suporte para a escrita. No século seguinte, o pergaminho ganha espaço e substitui o papiro. Nessa época, surgem os primeiros livros, cujas “folhas de pergaminho passam a ser agrupadas em páginas sequenciadas, costuradas e amarradas a tábuas de madeira, que funcionavam como capa - e que por vezes eram ornamentadas” (CONDE; MESQUITA, 2008, p.2).

Nishizawa (2013, p. 23) afirma que o livro propiciou a preservação do texto e esse é o principal motivo deste perdurar até os dias atuais, pois o “objeto composto por folhas presas de um lado protegidas por uma capa foi o melhor produto final encontrado” e só será substituído “quando uma nova forma, segura, leve ou de melhor qualidade, surgir”, fato que ainda não aconteceu, considerando as comparações existentes entre os novos formatos e o livro impresso.

O papel surgiu no século XII na China, criado por T’sai Lun. Essa invenção possibilitou a popularização da escrita, uma vez que a produção de livros tornou-se mais fácil e econômica. Acrescenta-se a invenção da impressora no ano de 1448 por Johannes Gutenberg:

Letras de chumbo, uma a uma, eram montadas em palavras, linhas e páginas podendo ser substituídas quantas vezes fosse necessário - o que possibilitou a correção de erros e o reuso dos tipos. A velocidade de produção dos registros torna-se superior a dos manuscritos e de melhor qualidade (CONDE; MESQUITA, 2008, p.2).

A invenção de Gutenberg possibilitou uma maior agilidade no processo de confecção do livro. Estes, que antes eram manuscritos, passaram a ser impressos e ganharam outro aspecto, que conhecemos atualmente, com maior qualidade e uniformização da produção, propiciando a industrialização gráfica.

Houaiss e Villar (2001) definem livro enquanto um “grupo de folhas de pergaminho manuscritas, unidas, numa espécie de livro, por cadarços e/ou cosedura e encadernação”. Já o dicionário Aurélio (2009) o apresenta como o “conjunto organizado de palavras, expressões, frases de uma língua, que, escrito por um autor, compõe uma obra, livro, documento etc.”. Dessa forma, enquanto o entendimento sobre o que o livro é relaciona-se à sua apresentação física, o dicionário Aurélio o abrange de forma mais global, sendo possível abarcar as variações tecnológicas ou morfológicas.

A respeito, Mandel (2006, p.97) destaca que “a invenção da impressão e da tipografia deu uma orientação à função livresca e revolucionou a difusão dos escritos”, principalmente devido à criação dos

livros de bolsos. Nishizawa (2013) atribui à mobilidade e à acessibilidade possibilitada pelo formato o sucesso dos livros de bolso.

Como visto, na história do livro houve uma evolução técnica e material de sua estrutura atrelada também ao mercado – o gráfico – que impulsionou a criação do livro de bolso e contribuiu para a popularização do livro. Além do mais, o aperfeiçoamento do suporte permitiu a preservação e a transmissão da informação. Nishizawa (2013) aponta que, apesar da evolução do suporte, a informação permanece, salvo a forma que cada suporte possibilita a apresentação dessa informação. É sobre esse assunto que discorreremos na seção seguinte.

3. A EVOLUÇÃO DO LIVRO DIANTE DAS NOVAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

O livro de bolso resolveu algumas dificuldades que os livros maiores traziam, principalmente em relação à locomoção e ao armazenamento. Destaca-se este último fator, pois algumas iniciativas surgiram no sentido de preservação do livro, como a criação da Biblioteca de Alexandria. Sua criação foi inspirada no desejo de reunir em um único lugar todo o conhecimento que o ser humano produziu. Entretanto, esse desejo é praticamente impossível de se concretizar, dada a enorme produção científica e literária realizada cotidianamente por todos nós.

Por conseguinte, mesmo se fosse possível, surgiria outro problema que centrar-se-ia na questão da manutenção desses livros, ou seja, como se garantiria a qualidade do suporte. Nessa direção, o ambiente virtual apareceu enquanto solução para essa problemática, uma vez que este permite a condensação de uma grande quantidade de documentos.

Isso se deu diante da Revolução Digital ocorrida nos anos de 1980, marcada pela rápida expansão dos computadores. Estes equipamentos permitiam o armazenamento eficaz de dados, potencializado posteriormente com o surgimento da internet veiculando as informações. Ainda em relação aos computadores, Santos (2010) acrescenta a facilidade de escrita pelo teclado e a correção de palavras no texto enquanto é produzido.

O meio digital configura-se como suporte eletrônico por ser “um componente físico capaz de reproduzir informações virtuais/digitais através do processamento de dados (informática)” (SANTOS, 2010, p.23). Esse suporte viabilizou o surgimento de livros em cassete, disquete, microfimes, cds, pendrives e outros formatos, como o e-book. Sobre essas mudanças Mitgang (apud MARTINS, 2002, p. 262) discorre:

[...] Já existe até um novo vocabulário para o material de referência: banco de dados (depósito de informações obtidas para leitura num visor), informática (fornecimento de informações por meios eletrônicos), microficha (cartão ou microfilme que pode ser ampliado e lido na tela); dados visuais (termo genérico para os serviços de informação). [...] A indústria de vídeo está se expandindo para os livros. É possível armazenar 54.000 páginas de informação num único disco com fácil acesso a qualquer página.

Os livros em formato digital surgiram nos anos de 1970 a partir de um projeto denominado "Projeto Gutenberg", desenvolvido pelo americano Michael S. Hart. No entanto, a criação de um software que realizasse a leitura de livros digitais ocorreu no ano de 1993. Nesse ano, foi publicado o primeiro eBook (livro digital). Como o próprio nome já diz, traz – em termos de conteúdo – as mesmas informações que o livro impresso traria, mas em formato digital podendo ser lido em computadores, celulares e tablets.

No início, os eBooks eram produzidos para públicos específicos abordando assuntos mais relacionados com a área da informática. Posteriormente, ao passo que avançava a tecnologia, estes foram propagando-se e destinando-se a públicos cada vez mais abrangentes, paralelamente, a produção literária aumentou. Ferreira (2010) atribui o ocorrido ao fato de que antigamente muitos autores não conseguiam lançar suas produções em grandes editoras e o formato eBook deu-lhes essa oportunidade. Em relação ao mercado econômico, algumas editoras, vendo-se pressionadas diante da explosão do formato também começaram a disponibilizar seus livros nesse formato.

Ainda em referência ao avanço da tecnologia e suas possibilidades de armazenamento podemos ilustrar bem esse fato mencionando a criação do “Google livros”, uma plataforma virtual estadunidense que consiste basicamente na busca de conteúdos de livros e apresenta-os digitalizados para os usuários. Obras de domínio público podem ser carregadas pelo usuário em formato Portable Document Format (PDF) e podem ser visualizadas por outros usuários que acessam o serviço. No último comunicado realizado pela empresa, em 9 de outubro de 2009, havia mais de 10 milhões de livros digitalizados (GOOGLE, 2018).

Embora esse trabalho contribua para a expansão do acesso ao conhecimento a muitas pessoas, a empresa esbarra na questão de autoria, ofertando uma série de restrições ao seu usuário, dentre elas a limitação do número de páginas visualizáveis.

Nishizawa (2013, p. 40) faz uma analogia entre os problemas futuros a serem enfrentados pela empresa com os já enfrentados pelo livro impresso, tais como:

Assim, vai haver problema com o texto escaneado, páginas serão puladas, imagens cujas cores não estarão fielmente reproduzidas e outros problemas de rotinas de trabalho. Em segundo lugar, após a digitalização, este mesmo conteúdo precisará ser copiado em backup para que não se corra o risco de, havendo uma catástrofe, perder-se tudo. Entende-se, portanto, que o conteúdo digital precisa ser duplicado, o que cria novamente um problema de espaço, afinal é necessário mais disco para gravações. Por fim, existe uma questão que se liga ao livro impresso novamente. No caso de haver cinco edições diferentes de uma mesma obra – revisada, comentada, ampliada, corrigida etc. – o Google digitalizará todas elas? Se decidir por não digitalizar 100% das edições, qual critério será usado para a escolha? Qual o custo social de não se digitalizar todas?

[...]

Há ainda obras que simplesmente não podem ser digitalizadas, pois se tratam de livros infantis que são, em muitos casos, livros tridimensionais com recursos não escaneáveis. No presente, muitos livros digitais são concebidos como aplicativos e não podem ser apenas lidos por um leitor digital ou em qualquer computador. Nesses casos, é necessário muitas vezes um dispositivo próprio, que trabalhe com o mesmo sistema operacional e na mesma versão de sistema – uma atualização de software pode tornar o livro inacessível (NISHIZAWA, 2013, p. 40).

Deste modo, a preocupação em relação ao armazenamento é necessária, bem como com o suporte que essa informação deverá ser preservada. Nesse caso, a própria internet constitui-se enquanto suporte ao propiciar o arquivamento digital e divulgação global de toda informação. “Desta forma, o suporte eletrônico é o instrumento físico capaz de reproduzir a imagem das palavras, através do monitor do computador, do display do celular ou smartphone e, mais recentemente, dos e-readers que propiciam a visualização da escrita” (SANTOS, 2010, p.24).

Paralelamente, emerge a discussão acerca do futuro do livro impresso. Alguns autores, como Niederauer (apud FONTÃO e HAUSSER, s.d.), afirmam que o seu fim é certo devido ao fato de que as novas gerações não lhe atribuíram a importância que a geração passada lhe dava. Já Beiguelman (2003) pontua que a internet não oferece necessariamente uma ameaça para os livros impressos, pois formatos como o eBook caracteriza-se enquanto ferramenta para a leitura. Para ele, a ameaça real está nos hipertextos dada a interatividade proporcionada pelo formato. Dessa forma, a discussão que faremos de agora em diante centrar-se-á não mais no aspecto estrutural do livro, mas sim nesse novo gênero digital que é o hipertexto.

4. MAS, AFINAL, O QUE É O HIPERTEXTO?

Segundo Dias (1999), os primeiros delineamentos do hipertexto surgem na paginação, no índice, nas citações, biografias, glossários entre outros criados quando o livro impresso foi inventado. Para ela, essa “nova forma de interação com o conteúdo da obra já mostrava uma certa tendência à não linearidade”, portanto, vemos que o seu conceito não é recente.

Bolter (1991) afirma que o avanço e a tecnologia propiciada pela internet permitiram tanto a sua propagação a diversos leitores quanto à consolidação de seu formato, constituído pela não linearidade, interação e virtualidade. São várias as suas definições, no entanto, todas convergem em relação à dinamicidade e interatividade presentes nesse formato de texto.

De acordo com Lévy (1996), o texto na internet é um texto sem fronteiras, sem barreiras, e por si só já é dinâmico, pois demanda do leitor a associação, a contextualização e a seleção das informações que apresenta. A respeito, Koch (2002, p. 61) destaca que “todo texto constitui uma proposta de sentidos múltiplos e não de um único sentido e todo texto é plurilinear na sua construção, [...] então, [...] poder-se-ia afirmar que — pelo menos do ponto de vista da recepção — todo texto é um hipertexto”.

A partir dessa assertiva, temos a discussão sobre o que é um texto e o que é um hipertexto. Marcushi (1999) aponta que o que diferencia um do outro é forma que o hipertexto se concretiza no virtual, o modo como esse texto permite uma ruptura com a materialidade e estimula o leitor a construir e desconstruir sentidos. Nesse processo:

O leitor dessa escrita constrói um percurso na rede, atualiza textos, marca trechos importantes, associa o conhecimento novo dos textos atualizados com o seu conhecimento prévio e produz sentidos, não se constituindo como um leitor superior ou inferior, melhor ou pior, mas um leitor diferente, do ponto de vista das habilidades para tratar o texto e produzir sentido em um espaço marcado pela imaterialidade (ELIAS, 2005, p. 16).

Nesse sentido, esse formato exige não mais a passividade do leitor, mas sim certa postura ativa ao propor que este conduza a construção do sentido do texto. Essa escrita aberta impulsiona a formação do leitor-escritor, pois a organização do texto não é linear e ao começar a ler de um determinado ponto ele terá que estabelecer relações, associar ideias, informações ou então buscá-las em outras fontes. O sentido do texto é determinado pelo percurso que o leitor realizou em seu processo de leitura (ELIAS, 2005).

Como visto, esse formato de texto demanda uma nova prática de leitura, que, conseqüentemente, é realizada por esse novo leitor, o leitor da escrita digital, caracterizada por Koch (2002, p. 72) como aquele leitor que:

[...] faz de seus interesses e objetivos o fio organizador das escolhas e ligações, procedendo por associações de idéias que o impelem a realizar sucessivas opções e produzindo, assim, uma textualidade cuja coerência acaba sendo uma construção pessoal, pois não haverá efetivamente dois textos exatamente iguais na escritura hipertextual.

Nessa direção, o caminho é de colaboratividade na construção do texto, logo, todos tornam-se leitores e autores. Assis (2017) cita que na literatura digital o leitor é convidado a fazer parte da obra não apenas sob o papel de espectador, mas com parte dessa obra, demandando desse sujeito diferentes formas de se posicionar diante dela. Destaca ainda que em longo prazo vai-se interiorizando alguns aspectos do meio digital que chega a tal ponto de naturalizarmos as configurações dessa obra e, finalmente, incorporarmos as novas formas de ler que os meios de comunicação e informação nos proporcionam.

De fato, as ferramentas digitais ainda não foram totalmente incorporadas por todos nós e isso se dá por inúmeros motivos, dentre eles fatores econômicos, sociais e culturais. Mas, as gerações que estão vindo estão cada dia mais habituadas com a presença da tecnologia em seu a dia a dia, de forma que as suas práticas sociais e culturais estão intrinsecamente relacionadas à presença das ferramentas digitais. É nesse ponto que nossa pesquisa se centra: buscamos na seção seguinte identificar as experiências que os jovens leitores têm com a literatura digital e o efeito que ela produz em seu leitor.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

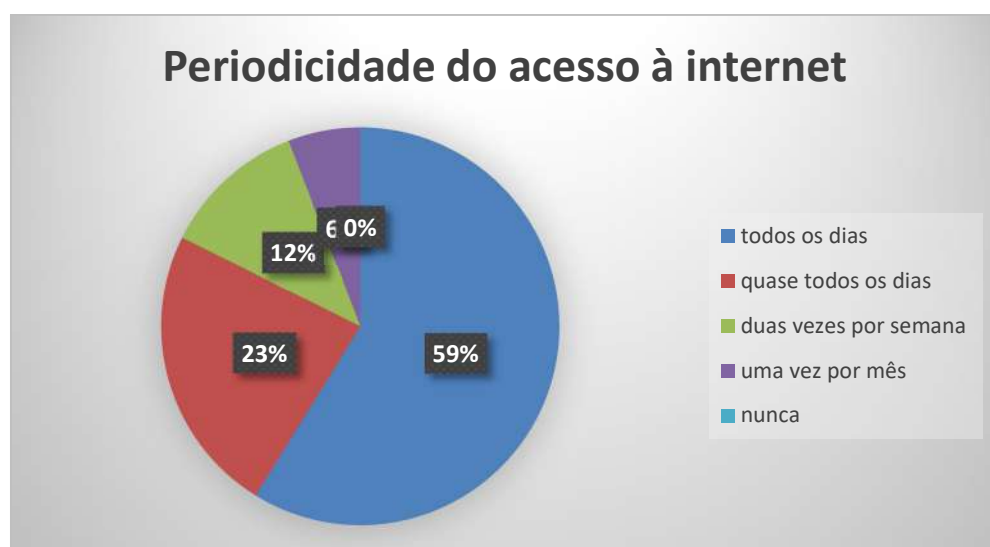
O estudo foi realizado no ano de 2019, com 17 alunos do 9º Ano do Ensino Fundamental, do Colégio Estadual Alberto Santos Dumont, situado na rua Professor Erasto Gaertner, nº 64 na área central da cidade de Apucarana – Paraná. A pesquisa foi desenvolvida por meio de questionário semiestruturado, disponibilizado aos alunos durante uma das visitas realizadas ao colégio. O questionário continha 16 questões abertas e fechadas, estabelecidas de acordo com o objetivo específico da pesquisa. As questões presentes no questionário foram dirigidas para identificação das formas de interação dos alunos com a literatura digital em espaços escolares e não escolares. Os dados obtidos foram analisados e apresentados de acordo com os indicadores estabelecidos.

As questões de 1 a 3 procuraram identificar o perfil dos respondentes. Assim, dos 17 participantes 9 eram do gênero masculino e 8 do gênero feminino. Destes, 8 alunos possuem 13 anos, 6 possuem 14 anos e 3 alunos possuem 15 anos. Todos sempre estudaram em escola pública e possuem renda média mensal de três a cinco salários mínimos.

As questões 4 e 5 buscaram informações sobre a periodicidade do acesso à internet e as atividades realizadas nas plataformas digitais. Sobre o primeiro item a maior parte dos alunos (59%)

possuem acesso à internet diariamente, 35% navegam entre 2 a 5 vezes por semana e uma pequena amostra (6%) tem acesso apenas uma vez por mês, conforme é demonstrado no gráfico a seguir.

Gráfico 1 – Periodicidade do acesso à internet



Fonte: O autor, 2019.

Sobre as atividades realizadas nas plataformas digitais, verificou-se que o comportamento dos adolescentes perpassa por diferentes esferas. As redes sociais e os jogos online representam maior parte do tempo dispensado com 39 e 33% respectivamente, seguidos por notícias jornalísticas e leitura de textos literários, ambos com 14% da amostra. De acordo com Assis (2017), essa geração já nasceu em um mundo tecnológico e o acesso à informação acaba sendo incorporado ao cotidiano desse público, no entanto, a pesquisa demonstra que são poucos os adolescentes que realizam a leitura de textos literários.

Gráfico 2 – Atividades realizadas nas plataformas digitais



Fonte: O autor, 2019.

As questões 6 a 10 buscaram apurar a compreensão e a relação dos entrevistados com a literatura digital. Quando questionados sobre o que compreendem por literatura digital, quase 50% dos alunos demonstram entender que os livros em PDF, os e-books, os livros veiculados em redes sociais, audiolivros e textos literários disponíveis em aplicativos fazem parte da literatura digital e todos afirmaram já terem lido pelo menos três desses itens. Quanto à iniciativa de leitura e procura pelos conteúdos, cerca de 80% dos alunos citaram que somente a realizaram fora das redes sociais devido a solicitações de professores ou familiares, 20% para complementar alguma informação veiculada no jornal ou redes sociais e nenhum aluno a realizou por iniciativa própria.

Sobre a interação da família com a literatura digital, 72% dos alunos afirmaram que seus pais ou irmãos não utilizam o celular ou computador para esses fins, somente para contatos via rede sociais e ligações telefônicas.

Observou-se que os participantes não têm uma compreensão exata do que seja a literatura digital, pois consideraram que o simples fato de um texto estar na internet configura-se como literatura digital. Para Assis (2017, p. 145), há pelo menos duas formas de produção literária no meio digital: aquela que conserva as características da versão impressa e a única mudança é a apresentação do texto que deixa de ter o papel como suporte e passa a ser exibida em uma tela; e há aquela que “não só é fruto de um conjunto de procedimentos telemáticos, mas, também, não encontra modos de ser fora do ambiente virtual”, ou seja, suas experiências somente podem ser vivenciadas por meio do suporte digital.

As questões 11 a 13 averiguaram a necessidade de interação com outros meios de forma complementar as experiências com a literatura digital e quase todos os alunos, 92%, informaram que não buscam outras informações em fontes diferentes daquelas já utilizadas para a leitura, seja ela virtual ou

física. Somente 8% dos entrevistados realizam essa ação e utilizam a própria internet. Todos confirmaram também que a maioria das informações obtidas em meios eletrônicos contribuem, de uma forma ou de outra, para sua formação crítica, seja para ampliar sua visão de mundo, seja para ter conhecimento sobre o que acontece no dia a dia.

As questões 14 a 16 buscaram apurar as preferências e opiniões sobre a literatura digital. A maioria dos alunos ainda prefere o livro impresso, 73% dos entrevistados. Manguel (1997) destaca que o livro impresso possibilita ao leitor estabelecer uma relação física com a leitura, perpassando a esfera visual, de assimilação e compreensão das informações que são adquiridas durante a leitura, numa relação

[...] da qual todos os sentidos participam: os olhos colhendo as palavras na página, os ouvidos ecoando os sons que estão sendo lidos, o nariz inalando o cheiro familiar de papel, cola, tinta, papelão ou couro, o tato acariciando a página áspera ou suave, a encadernação macia ou dura, às vezes até mesmo o paladar, quando os dedos do leitor são umedecidos na língua (MANGUEL, 1997, p. 277).

Em relação às vantagens e desvantagens apresentadas pelo livro impresso e pela literatura digital, há praticamente uma unanimidade no que se refere ao manuseio e até um sentimento de carinho, de pertencimento, que o livro impresso proporciona ao seu leitor. Relataram que a leitura na tela do computador, tablet ou celular é cansativa e muitas vezes tediosa. Por outro lado, mencionam a comodidade e praticidade que a literatura digital fornece, tais como o baixo custo, a facilidade em baixar e compartilhar arquivos, bem como a sustentabilidade que o formato permite, pois não consome papel.

As ilustrações (quadros, figuras, fotos, gráficos, etc.) devem localizar-se o mais próximo possível do texto a que se referem e apresentar uma numeração sequencial em algarismos arábicos de acordo com a ordem de ocorrência no texto.

CONCLUSÕES

Devido à aceleração do desenvolvimento das tecnologias de comunicação e informação e sua impregnação na vida cotidiana moderna, o estudo acerca das experiências que a literatura digital e o efeito que ela produz em seu leitor permitem é fundamental para que possamos compreender como se dá o processo de construção e assimilação de conhecimentos na época atual. Nesse sentido, esse trabalho, embora tenha realizado a pesquisa em um pequeno grupo de estudantes, trouxe informações interessantes a respeito das interações que os adolescentes vêm estabelecendo com as plataformas digitais.

A pesquisa revela que todos os alunos possuem alguma experiência com a literatura digital, no entanto, revela que isso não é um hábito, uma vez que essa experiência não foi espontânea, sendo solicitada por professores ou familiares por todos os alunos. Mostra também que embora essa experiência tenha sido intermediada por terceiros, todos os alunos compreendem o que é literatura digital e navegam ou navegaram pela maioria dos estilos.

No que se refere à preferência, os dados apresentam que embora a geração estudada já tenha nascido em um ambiente altamente tecnológico, ainda prevalece o apego ao livro impresso, à materialidade que o formato proporciona. Aí se levanta outro questionamento: será que em algum dia o livro impresso estará ultrapassado?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS, Emanuel Pires de. **Leitura de literatura em meio digital: a mediação pelo corpo.** Rev. Texto Digital, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 141-156, jan./jun. 2017.

AURELIO, **O mini dicionário da língua portuguesa.** 4a edição revista e ampliada do mini dicionário Aurélio. 7a impressão – Rio de Janeiro, 2009.

BEIGUELMAN, Giselle. **O livro depois do livro.** São Paulo: Peirópolis, 2003.

BELLEI, Sérgio Luiz Prado. **O livro, a literatura e o computador.** São Paulo: Educ, 2002.

BOLTER, Jay David. 1991. **Writing space. The computer, hypertext and the history of writing.** Hillsdale, Lawrence Erlbaum Associates, 253 p.

CONDE, Mariana Guedes; MESQUITA, Isabel Chaves Araújo. **A evolução gráfica do livro e o surgimento dos e-books.** 2008. Disponível em <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2008/resumos/R12-0645-1.pdf>> Acesso em 14 mai. 2019.

DIAS, Cláudia Augusto. **Hipertexto: evolução histórica e efeitos sociais.** Ci. Inf., Brasília, v. 28, n. 3, p. 269-277, Dec. 1999. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19651999000300004&lng=en&nrm=iso> Acesso em 21 jun. 2019.

ELIAS, Vanda Maria da Silva. **Hipertexto, leitura e sentido.** Revista Calidoscópico Vol. 3, n.1, p. 13-19. jan/abr 2005.

FERREIRA, Maria Thaizza Rafaelly da Silva. **Evolução do Livro: do papiro ao ipad.** Universidade Federal do Rio Grande do Norte: Natal, 2010. Disponível em <

https://docplayer.com.br/30481283-A-evolucao-do-livro-do-papiro-ao-ipad.html#show_full_text> Acesso em 10 jun. 2019.

FONTÃO, Layla; HAUSSER, Fernando. **A vez dos livros sem papel**. S. d. Disponível em: <<http://www.metodista.br/cidadania/numero-30/a-vez-dos-livros-sem-papel/>>. Acesso em: 11 jun. 2019.

GOOGLE BOOKS. **Sobre a pesquisa de livros do Google**. Disponível em: <<http://books.google.com/intl/pt-BR/googlebooks/history.html>>. Acesso em: 10 de jun. 2019.

HOUAISS, ANTONIO. Antônio; VILLAR, Mauro Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

KOCH, Igedore Villaça. 2002. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo, Cortez, 168 p.

LÉVY, Pierre. 1996. **O que é virtual**. Rio de Janeiro, Ed.34.

MANDEL, Leonard. **Escritas, espelho dos homens e das sociedades**. Trad. Constâncias Egrejas. Apres. de Dorotheé de Bruchard. São Paulo: Edições Rosari, 2006.

MANGUEL, Alberto. **Uma história da leitura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca**. 3 ed. São Paulo: Ática, 2002.

MARCUSCHI, Luis Antônio. 1999. **Linearização, cognição e referência: o desafio do hipertexto**. Línguas e Instrumentos Linguísticos, 3:21-45.

NISHIZAWA, André Junior. **A evolução do livro: como o desenvolvimento de três aspectos tem modificado a história do livro**. USP: São Paulo, 2013.

SALDANHA, L. C. D. Literatura e semiformação no ciberespaço. **Texto Digital**, Florianópolis, ano 2, n. 2, Dezembro 2006.

O SATÃ MILTON NAS ILUSTRAÇÕES DE WILLIAM BLAKE

Patrícia Ribeiro Dantas de Melo e Bertin (PIC – voluntário)
Unespar/Campus I – Escola de Música e Belas Artes do Paraná, patibertin@hotmail.com

Prof. Dr. Fabricio Vaz Nunes (Orientador)
Unespar/Campus I – Escola de Música e Belas Artes do Paraná, fvaznunes@hotmail.com

Palavras-chave: Ilustração de livros. William Blake (1757-1827). *Paraíso Perdido*.

INTRODUÇÃO

Essa pesquisa aborda a representação de Satã nas ilustrações do gravador, pintor, poeta e ilustrador William Blake para o poema épico *Paraíso Perdido*, escrito pelo poeta inglês John Milton, buscando estabelecer relações entre o texto e a imagem e analisar a interpretação de Blake, considerando o conceito de *mal* presente em suas outras obras. Publicado originalmente em 1667 e dividido em 12 livros em 1674, o *Paraíso Perdido* tem como tema primordial a queda de Satã após insurgir-se contra Deus, assim como a queda de Adão e Eva, expulsos do Paraíso após cederem à tentação do Diabo e comerem o fruto proibido. Para o poema, Blake produziu três séries de ilustrações em aquarela: duas séries completas produzidas em 1807 e 1808, primeira a pedido do reverendo Joseph Thomas; a segunda, encomendada por Thomas Butts, além de uma terceira série incompleta, para John Linnell. Dentre as ilustrações das primeiras duas séries, foram selecionadas algumas imagens para a análise proposta na presente pesquisa.

Blake, como já mencionado, além de gravador era poeta e produzia poemas iluminados, ou seja, poemas que eram impressos a partir de matrizes de metal em que o texto e a imagem conviviam de forma análoga aos manuscritos medievais, com sua associação muitas vezes íntima e direta entre a escrita e a iluminura. Através da associação entre o texto e a imagem, Blake expressava as suas visões políticas e sociais. Munido de uma iconografia e ideologia próprias, ele acabava por trazer referências de seus trabalhos ao produzir ilustrações para obras de outros artistas, como é o caso de sua representação do Satã para o poema de Milton.

O destaque dado a esse personagem se justifica, conforme evidenciado por Allyson Knirk, em seu artigo “The image of Satan in the 1688 edition of John Milton’s *Paradise Lost*”, porque na narrativa de Milton Satã se sobressai por ser a figura mais complexa e rica, cheia de ambiguidades, contradições e características humanas, com as quais o leitor pode se identificar (KNIRK, 2013, p. 127). No início do

texto, Satã é um anjo caído, com emoções de remorso, empatia e orgulho, porém ao longo da narrativa sofre uma degradação de caráter, confirmando-se no mal.

Ao longo de *Paradise Lost*, Satã é exposto como um anjo vaidoso, incapaz verdadeiramente de frustrar os desígnios divinos, e cujas ações são toleradas por Deus somente para serem punidas quando bem lhe aprouver [...]. Satã é progressivamente degradado [...], ou (o que seria mais ao gosto de Milton) se degrada a si mesmo (FERNANDES, 2012, p.129).

Nas ilustrações realizadas anteriormente à interpretação visual de Blake, “Satã era geralmente representado de três formas: como monstro demoníaco, como a serpente, ou como outra forma híbrida. Raramente era visto semelhante a um humano ou anjo” (KNIRK, 2013, p. 129 [T.L.])¹⁸³. Essa degradação do caráter de Satã, conforme menciona Pamela Dunbar em seu livro *William Blake’s Illustrations to the Poetry of Milton*, era visualmente representada pela incorporação gradativa de elementos típicos das representações góticas do diabo, como “[...] chifres, cascos, cauda, orelhas pontudas, asas com espigões” (1980, p. 40 [T.L.])¹⁸⁴. Assim, nas ilustrações da edição de 1688, por exemplo, Satã é retratado em alguns momentos com formas humanas, como um anjo, para depois adquirir determinadas características demoníacas, como se pode observar na ilustração de John Baptist Medina (Imagem 1).

Segundo James Treadwell, em seu artigo “Blake, John Martin, and the illustration of *Paradise Lost*”, o poema de Milton nega os recursos visuais ao leitor, limitando suas possibilidades imaginativas, pois trata-se de uma história divina que transcende a compreensão humana através dos sentidos, os quais estariam ligados ao pecado. Essa ausência de recursos visuais possivelmente fez com que alguns ilustradores se voltassem para essas iconografias bíblicas tradicionais na criação de suas

Imagem 1 - *The Fall*



John Baptist Medina, 1688

¹⁸³ “[...] Satan was generally depicted in one of three forms: a demonic monster, as the serpent, or as some other hybrid form. Rarely was Satan seen resembling a human or angel!”. No corpo do texto, em tradução livre da autora, doravante indicada por [T.L.].

¹⁸⁴ “[...] Horns, hooves, tail, pointed ears, spiked wings.”

representações do poema (TREADWELL, 2012, p. 365-367), enquanto que a interpretação de Blake diverge dessa tendência, principalmente em se tratando do personagem do anjo caído.

Fala-se em interpretação porque a ilustração literária gera uma relação intermidiática em que a imagem é produzida a partir do texto; não, porém, como uma tradução, mas sim como uma transposição, ou seja, uma interpretação na qual o ilustrador seleciona momentos da obra para representá-los de acordo com suas referências. Segundo Irina Rajeswky (2012, p. 23), em seu texto “Intermedialidade, intertextualidade e ‘remediação’ – uma perspectiva literária sobre a intermedialidade”, os casos de intermedialidade podem ser divididos em três categorias: a transposição intermidiática, também chamada de tradução intersemiótica, quando há o transporte de uma mídia para outra (da literatura para o cinema, por exemplo); a combinação de mídias, quando uma mesma obra é formada por diferentes mídias (como no uso do texto combinado com a imagem nas histórias em quadrinhos); e a referência intermidiática, quando uma mídia faz referências a um produto realizado em outra mídia (uma pintura com o título de uma poesia, por exemplo). O que ocorre na ilustração literária é que ela pode ser enquadrada nestas três categorias, pois o ilustrador, interpretando visualmente o texto, realiza uma transposição intermidiática que, no livro ilustrado, se configura como uma combinação de mídias e que pode também fazer referência a outras obras, como pinturas, por exemplo.

O professor Joseph H. Schwarcz, citado por Nikolajevna e Scott (2011, p. 23), por sua vez, esclarece que dentre as várias modalidades de relações entre o texto e a imagem, a mais rica é a de *contraponto*, noção que permite compreender aproximações e afastamentos entre a obra literária e a obra criada pelo ilustrador, incluindo assim os casos em que a ilustração traz uma interpretação diferente do texto que pode, inclusive, ser contrária à intenção original do autor literário. Essas questões relativas à transposição, referência a outras mídias e relação de contraponto podem ser verificadas nas ilustrações de Blake para o *Paraíso Perdido*, quando analisada a representação singular que ele faz do personagem Satã, o qual não sofre alteração corporal, mantendo-se a figura de um homem heroico e assim relacionando-se não apenas com o texto, mas também com o conceito de mal apresentado por Blake em seu próprio universo artístico.

O SATÃ DE WILLIAM BLAKE PARA O *PARAÍSO PERDIDO*

A riqueza nas produções imagéticas de Blake para a obra de Milton deve muito ao fato de que elas carregam todo um arcabouço de referências artísticas e estilísticas e também de seu próprio trabalho. Através de seus poemas iluminados, Blake construiu toda uma mitologia que representava suas ideologias sobre o homem e a sociedade em que vivia. Suas iluminuras não apenas complementavam

aquilo que o artista queria transmitir com seus poemas, como também funcionavam de forma independente, desenvolvendo uma narrativa própria, o que também acontece com suas ilustrações para os trabalhos de outros artistas (DUNBAR, 1980, p. 8).

Dentre as referências artísticas de Blake, Alcides Cardoso dos Santos, em seu livro *Visões de William Blake*, destaca “[...] a arquitetura e a pintura góticas, a representação pictórica do corpo na Renascença e a tradição medieval das iluminuras” e também o apreço pelo trabalho de Michelangelo e Rafael (SANTOS, 2009, p. 57).

O enfoque desta pesquisa se dá sobre a representação que o ilustrador faz do personagem de Satã, por ele ser retratado “como uma figura humana ao longo de todo o poema, exceto nos últimos dois Livros em que ele é a serpente. Não há degradação visual do personagem de Satã” (KNIRK, 2013 p. 156 [T.L.])¹⁸⁵. Isso pode ser identificado na análise das imagens com relação ao texto.

A primeira ilustração a ser analisada representa o momento, narrado no Livro I, em que Satã conclama suas hostes de anjos após a queda no Estige, o lago de fogo do inferno, para que continuem lutando contra a tirania divina. Milton menciona que o inferno é curvo de cantos como um forno, escuro, seco, desolado e com chamas que não emitem luz. Um ambiente sufocante e

cheio de fumaça, condizente com a representação feita por Blake. O próprio recorte da composição confere esse caráter claustrofóbico ao ambiente. Outros elementos mencionados ao longo do Livro I também estão representados, como a lança e escudo de Satã, os grilhões adamantinos que prendem os anjos caídos e suas faces de dor e sofrimento que refletem à descrição de Milton do inferno. A referência textual para a ilustração é o seguinte trecho:

Contudo persistia, e na praia
Desse fervente mar chamou seus anjos,
Legiões em transe, bastos como folhas
De outono que percorrem cursos de água
[...]
Cobriam a maré, e rebaixados

Imagem 2 - *Satan arousing the rebel angels*



William Blake, 1808.

¹⁸⁵ “[...] Satan as a human figure throughout the entirety of the poem, except for the last two Books in which he is the serpent. There is no visible degradation of Satan’s character.”

Sob o assombro de tão dura mudança.
Chamou num grito e o fundo infernal
Ressoou (MILTON, 2016, p. 57).

Essa primeira imagem já demonstra a singularidade na representação do personagem. O Satã de Blake apresenta-se como uma figura altiva, de braços estendidos e com um corpo musculoso que inspira vitalidade, saúde e força. A própria composição da imagem, com a figura de Satã centralizada e em escala maior que os demais anjos caídos, confere essa dimensão heroica ao personagem segundo a interpretação do ilustrador. Tal representação pode gerar um estranhamento inicial levando em consideração a ideia comum de que o Diabo seria o representante do *mal*, e, por sua vez, não poderia ser um herói.

Pode-se dizer que Blake não apenas representa um herói épico, mas também um símbolo, um ideal. A representação extrapola a forma humana, mesmo que idealizada, para também expressar algo além do visual, uma ideia revolucionária, uma força que não pode ser negada e um modelo a ser seguido. A presença de uma figura que representa um símbolo é corroborada pela mitologia de Blake, rica em simbolismos. Essa figura será repetida por diversas vezes na série feita por Blake preservando essas mesmas características, o que evidencia a particularidade da sua interpretação.

Blake provavelmente teve contato com as ilustrações feitas anteriormente por John Baptist Medina, Henry Aldrich e Bernard Lens, pois é perceptível uma referência com relação à composição destas. Outra influência decisiva, já mencionada e que se estende por toda sua obra, é a de Michelangelo Buonarroti:

Para Blake, o modelo do artista “sublime”, quase um demiurgo entre céu e terra, é Michelangelo: com seu michelangelismo rigoroso, ele se opõe ao classicismo eclético, rafaelesco e correggiano, de Reynolds. Na verdade, é de Michelangelo que ele capta a profunda tendência anticlássica, isto é, o antinaturalismo e a inclinação ao simbolismo (ARGAN, 2006, p. 36).

A pose de Satã, bem como seu físico antinatural são similares à escultura de *David* (Imagem 3) feita pelo artista italiano e ao ideal estético característico do Renascimento, derivado do naturalismo greco-romano. É uma estética que permanece na atualidade e que por diversas vezes se faz presente

Imagem 3 – *David*



Michelangelo Buonarroti, 1501-1504.

quando são retratadas figuras heroicas nas diferentes mídias. Essa anatomia perfeita é uma forma de representar um ser ideal, superior ao humano, como os heróis da própria mitologia greco-romana ou figuras divinas.

Assim como nessa primeira ilustração, Dunbar (1980, p. 36) evidencia que metade das ilustrações para o *Paraíso Perdido* concordava com cenas específicas da narrativa, enquanto que nas demais Blake trazia elementos diversos presentes no texto, compondo imagens que buscavam refletir a complexidade de referências cruzadas presentes nele. A autora esclarece que o objetivo de retratar um único incidente seria conferir maior dramaticidade à imagem, como no caso do clamor de Satã aos seus pares, ou ainda do confronto entre Satã, Morte e Pecado, quando o Diabo decide sair do inferno e se depara com essas duas figuras guardando os portões.

Imagem 4: *Satan, sin and Death: Satan comes to the gates of hell*



William Blake, 1808.

A segunda ilustração, referente ao Livro II (Imagem 4), representa, então, o exato trecho desse confronto, em que Satã e Morte miram suas lanças um na cabeça do outro na iminência de uma tragédia, quando Pecado intervém gritando, conforme pode-se verificar no trecho abaixo:

À cabeça
Ambos visam o alvo, e as mãos frias
Tinham um golpe só
[...]
Tanto franziam testas os maus púgeis
Que o inferno fechou de tão renhidos;
Pois nenhuma vez mais a não ser uma
Veriam tal rival. E grandes atos
Repercutidos no orco se dariam,
Não fosse a serpente bruxa assente
Junto aos portões, que a chave fatal guarda,
Se erguer, e interpor gritos terríveis (MILTON, 2016, p. 161).

A dramaticidade da cena é corroborada pelo recorte que Blake faz, ao focalizar a cena no embate entre os personagens. É perceptível a tensão do momento pela iminência de um confronto entre Satã e Morte, as duas figuras nas extremidades da imagem e pelo desespero de Pecado, colocando-se entre os dois, para impedi-los. Tanto pelos elementos que compõem o ambiente da cena, como o Portão atrás de Morte e o fogo infernal atrás de Satã, quanto pela concepção corporal dos personagens, a fidelidade da representação fica evidente.

Morte é descrito por Milton como uma existência sem forma, com uma coroa na cabeça, brandindo um dardo negro e Blake o representa como o espectro da figura de um homem, descartando a

tradicional representação da Morte como um esqueleto. Segundo Dunbar, “A intenção é claramente transmitir não os horrores da morte, mas sua relevância para a condição humana e o fato de que no momento do encontro com Satã ela ainda era inapreensível, e inconcebível para o homem” (1980, p. 51, [T.L.])¹⁸⁶. Trata-se de uma referência para o fato de que a morte, até aquele momento, não era algo presente para a existência humana.

Interessante notar a atenção aos detalhes dada pelo ilustrador, uma vez que ele representa a chave do portão do inferno acorrentada junto ao ventre de Pecado, cuja imagem também é muito próxima da descrição de Milton, conforme consta no trecho a seguir:

E portentosas
Formas de ambos os lados as velavam:
Uma, mulher até a cinta grácil,
Porém era no mais grosseira, escâmea,
Convoluta, vultosa, serpe armada
Com cúspide mortal; cingido ao ventre,
Um ninho de infernais mastins ladrando
Com suas cavernais goelas de Cérbero
Tetro repique davam; mas, reptantes,
Se estranhos ecos soassem, regressavam
À casota do ventre a uivar
No seio cego. (MILTON, 2016, p. 155)

A figura de Satã mantém-se inalterada, como um homem heroico, altivo, com traços bem definidos. Essa imagem remete a vários artistas contemporâneos de Blake que fizeram composições muito semelhantes, como por exemplo William Hogarth. No entanto, possivelmente, a imagem que teria sido usada como referência para o trabalho do gravador seria a composição feita por Henry Fuseli (Imagem 5), amigo de Blake e com o qual mantinha uma reconhecida relação de mútua influência (DUNBAR, 1980, p. 7).

Outro exemplo da inalterabilidade da

Imagem 5 - *Satan and Death with Sin Intervening*



John Henry Fuseli, 1799-1800

¹⁸⁶ “The intention is clearly to convey not the horrors of death but its relevance to the human condition and the fact that at the time of the encounter with Satan it was still unrealized, and inconceivable to man.”

imagem de Satã nas ilustrações de Blake é a representação do momento em que Satã observa Adão e Eva trocando carícias (Imagem 6), que faz menção ao seguinte trecho do Livro IV:

Falou a nossa mãe, e com olhar
De atração conjugal sem repreensão,

Imagem 6 - *Satan watching the endearments of Adam and Eve*

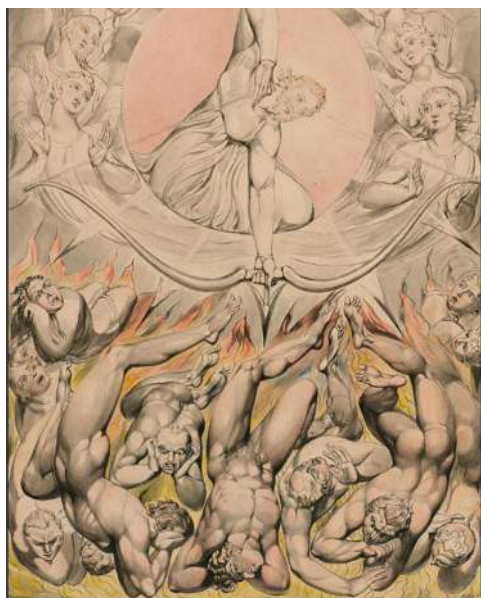


William Blake, 1808.

Com mansa submissão, meio abraçada
Tombou no nosso pai, e em parte o túrgido
Peito o seu peito achou, sob o ouro fluído
Das suas tranças soltas clandestino.
Ele da sua beldade e encantos dóceis
Cheio sorriu de amor celso, qual Júpiter
Que a Juno sorri, quando impregna as nuvens
Que efundem flores de Maio; e atou o lábio
Da mulher a alvos beijos. (MILTON, 2016, p. 293).

Essa imagem traz elementos de diferentes momentos do Livro IV. Mais especificamente, é possível mencionar duas cenas mescladas como fontes textuais para a ilustração: a cena em que Satã se encanta ao ver pela primeira vez Adão e Eva e a cena em que ele, transformado em onça, vê Adão e Eva se beijando.

O texto menciona que Adão e Eva estariam sentados numa cama de rosas; também descreve a vegetação e a passagem do tempo, com a noite caindo e do sol se pondo, elementos que são incorporados na imagem e que novamente demonstram o diferencial do ilustrador: sua atenção aos detalhes textuais mais discretos, que escapariam a outros ilustradores (DUNBAR, 1980, p. 37). Interessante também é pontuar que a cobra – que envolve Satã – é reproduzida de maneira antecipada, como uma prolepse ao que ocorrerá no futuro da narrativa. Percebe-se uma certa semelhança entre a figura de Adão e de Satã, que se diferenciam apenas pelas asas e pela cobra, o que pode ser um recurso utilizado pelo artista justamente para estabelecer a diferenciação entre os personagens.



William Blake, 1808.

Em outra ilustração da mesma série, referente ao

Livro VI, em que o anjo Rafael conta sobre a guerra no céu, Blake escolhe representar o momento em que Cristo usa suas flechas para expulsar os anjos caídos (Imagem 7):

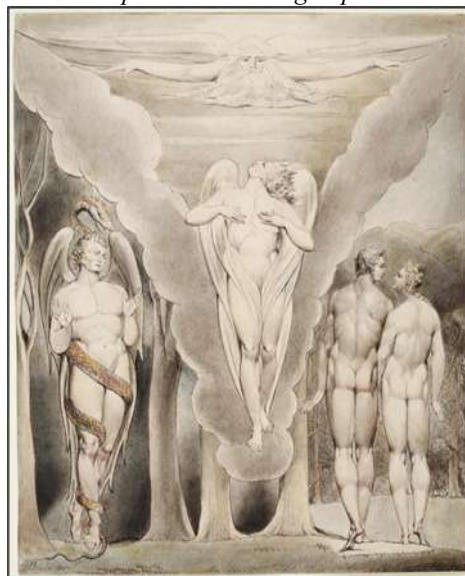
Porém não avançou metade à força,
Mas restringiu o tiro a meia salva,
Pois não queria abatê-los, mas do Céu
Extirpá-los. Levantou-os, e qual fato
De cabras ou rebanho em tropel trêmulo
Levou-os fulminados, perseguidos
Com fúrias e terrores 'té às raias
E ao muro de cristal do Céu, que abrindo,
A viseira arrolou, e extensa fenda
Destapou p'ra o abismo; a visonha
Fê-los recuar de medo, mas de trás
Pior os impeliu; precipitaram-se
Orla do Céu abaixo (MILTON, 2016, p. 467).

Novamente o personagem de Satã se mantém inalterado, no centro inferior da imagem, a qual possivelmente traça uma referência à composição barroca, podendo ser dividida em duas partes: acima o divino, limpo e claro; e abaixo o inferno caótico e obscuro. Da mesma forma as poses acabam por evidenciar essa representação musculosa do Diabo e seus seguidores.

Na ilustração de Blake (Imagem 8) referente ao Livro V, são colocadas duas cenas: a cena em que Rafael desce ao paraíso a pedido de Deus, para alertar Adão e Eva sobre a presença de Satã, e a cena em que Satã espiona Adão e Eva. A imagem apresenta simetria, com duas figuras centrais destacadas pelo conjunto de nuvens que se abrem em “V” e duas figuras tanto do lado direito quanto do lado esquerdo: à direita Adão e Eva, e à esquerda Satã e a serpente.

Segundo Dunbar (1980, p. 38), provavelmente Blake faz a figura de Adão muito semelhante a Satã de forma proposital, porque Satã é o alter-ego de Adão em sua mitologia. Esses dois personagens seriam duplos. Na imagem, Adão se relaciona com Eva, aquela que se origina a partir de sua costela, ou seja, de seu interior; e Satã se relaciona com a serpente que também viria de seu interior, considerando-se que ela representaria essa confirmação psicológica de Satã no mal.

Imagem 8 - *Satan spying on Adam and Eve and Raphael descending to paradise*



William Blake, 1807.

Um aspecto curioso apontado por Pamela Dunbar (1980, p. 62) é que a paisagem em que os personagens das laterais estão situados identifica-se com sua dimensão psicológica. Satã é situado numa paisagem inóspita com a serpente, refletindo os pensamentos tortuosos de sua mente; e Adão e Eva são colocados numa paisagem de natureza, representando sua pureza e inocência. Satã se assemelha à figura de Adão para possivelmente evidenciar uma relação que o ilustrador quer estabelecer, em que Satã faria parte de Adão, podendo equivaler a um aspecto da personalidade do homem.

Através desses elementos de representação percebe-se uma possível intenção do ilustrador em representar algo para além do poema, no caso, a sua interpretação do que o *mal* presente em Satã representaria. Então, além do artista ilustrar o personagem de Milton, ele também faz uma figura imbuída do seu conceito de *mal* e da sua mitologia. Dentre os livros iluminados que o gravador fez, aquele que mais evidencia esse conceito de mal defendido por ele é *O Casamento do Céu e do Inferno*:

Sem contrários não há progresso. Atração e Repulsão, Razão e Energia, Amor e Ódio, são necessários à existência humana.

Desses contrários decorre o que os religiosos chamam de o Bem e o Mal. Bem o passivo que obedece à Razão. Mal o ativo que emana da Energia.

O Bem é o céu. O Mal, o inferno.

[...]

Nota: A razão pela qual Milton estava agrilhoado quando escreveu sobre os Anjos e Deus, e em liberdade quando sobre os Demônios e o Inferno, é que era um verdadeiro Poeta e do partido do Demônio sem saber (BLAKE, 2008, p. 23-27).

O mal, para Blake, diverge do conceito convencionado pela Igreja; trata-se não de algo negativo, mas sim de um *agir*, de uma energia revolucionária dirigida contra as opressões. Seria um ataque à moralidade e religiosidade ortodoxa que destrói a liberdade sexual, artística e política. A nomenclatura de “mal” com que essas entidades opressoras caracterizam aquilo que ameaça seu poderio, é subvertido por Blake como algo a ser usado contra elas (DUNBAR, 1980, p. 40).

Tanto o *mal* quanto o *bem*, seriam, portanto, elementos que fazem parte do ser humano, e que devem estar em equilíbrio para uma plenitude de vivência, sem a ameaça de repressão por outros homens ou instituições sociais. Segundo Blake (2008, p. 25) “A Energia é a única vida e emana do Corpo, e a Razão é o limite ou círculo exterior da Energia”, ou seja, para uma vivência plena é necessária essa existência equilibrada da energia vital limitada pela razão.

Blake era um crítico do que ele chamava de religião oficial, um sistema criado pela religião cristã, que, ao pregar a separação de Deus e do homem, criava um ser místico a ser alcançado e um indivíduo que deveria obedecer às suas leis sem questionar. E esse sistema se valia da dualidade entre bem e mal – o bem como algo a ser alcançado pelo homem, para se aproximar de Deus, e o mal como a prática de atos reprováveis – para manter a dominação do homem sobre seus semelhantes (SANTOS,

2009, p. 41). Então, para Blake, o mal seria o *agir* que vem da energia, e o bem a passividade que vem da razão. Possivelmente por esse motivo, as suas representações visuais do Satã trazem uma figura heroica, que não se altera. Trata-se do representante da energia revolucionária, capaz de se contrapor a essas estruturas de opressão que se valem da passividade. É nesse sentido, assim, que se estabelece a relação de contraponto entre a obra de Milton e a imagem produzida por Blake.

Em seu poema épico intitulado *Milton*, Blake constrói uma narrativa na qual ele se apresenta como um personagem, dentre vários outros presentes em sua mitologia, assim como Satã. O poema conta a jornada de Milton, guiado por Blake, para corrigir seus erros. O autor estabelece que para redimir os contrários, possivelmente referindo-se à dualidade entre bem e mal, seria necessário destruir a negação, relacionada à racionalidade:

Há uma Negação, & há um Contrário
A Negação deve ser destruída para redimir os Contrários
A Negação é o Espectro; o Poder Raciocinador no Homem
Este é um Corpo falso: uma Incrustação sobre o meu Espírito
Imortal: um Ego, que deve ser despido & aniquilado para sempre
Limpar o Rosto do meu Espírito em Exame de Consciência (BLAKE, 2014, p. 217).

No *Casamento do céu e do inferno*, Blake explicita que quando o indivíduo permite que a razão cresça ao ponto de restringir sua liberdade, ele passa a ser governado por opressores (BLAKE, 2008, p. 27). Blake via seu tempo como de exacerbada razão, sendo necessário um equilíbrio, o qual apenas poderia ser alcançado com uma força enérgica que enfrentasse a passividade predominante.

CONCLUSÃO

A figura de Satã, como representante do mal de acordo com os conceitos de Blake, simbolizaria um dos elementos que compõem essa dualidade presente no homem, que engloba a passividade e o agir, *bem* e *mal*. Satã seria, conforme a visão de Blake, o herói, representante do *agir*, que vem libertar o homem da sua condição de opressão das instituições dominantes, proporcionando-lhe a energia necessária para que ele se apodere da razão e não seja dominado por ela.

Isso justifica a representação singular dada pelo artista a esse personagem, o qual se mantém como a figura de um homem, altivo, imponente, heroico e semelhante a Adão. Ele seria um reflexo da energia necessária para eliminar o excesso de passividade presente na sociedade. Seria o representante do ideal revolucionário que ressignifica o conceito de mal adotado pela Igreja para dominar os homens, transformando-o numa força contrária à opressão e que busca reestabelecer o equilíbrio. Em um cenário

de exacerbada racionalidade, o representante da energia, capaz de restaurar o equilíbrio e conferir autonomia ao homem, seria visto como um grande herói.

Portanto, é possível perceber que a representação de Blake diverge das demais e confere um novo espírito ao personagem de Satã, pois ele não é, nestas imagens, apenas o personagem criado por Milton e por este motivo não haveria representação visual da sua degradação. Através da representação heroica e ideal feita por Blake, Satã é ressignificado para se torna também um símbolo da energia revolucionária, representante do conceito de *mal* defendido por ele.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARGAN, Giulio Carlo. **Arte moderna**. Trad. Denise Bottmann e Federico Carotti. 3. ed.. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

BLAKE, William. **Milton**. Trad. Manuel Portela. São Paulo: Nova Alexandria, 2014.

_____. **O Casamento do Céu e do Inferno**. Trad. Ivo Barroso. São Paulo: Hedra, 2008.

DUNBAR, Pamela. **William Blake's Illustrations to the Poetry of Milton**. New York: Oxford University Press, 1980.

FERNANDES, Fabiano Seixas. O Satã de John Milton. In: MAGALHÃES, Antonio Carlos de Melo et al. (orgs.). **O Demoníaco na Literatura**. Campina Grande: EDUEPB, p. 125-137, 2012.

KNIRK, Allyson. The image of Satan in the 1688 edition of John Milton's *Paradise Lost*. **Oakland Journal**, Rochester, Michigan, No. 24, p. 126-159, inverno de 2013. Disponível em: http://www2.oakland.edu/oujournal/files/24_the_image_of_satan.pdf. Acesso em: 18, jun., 2019.

MILTON, John. **Paraíso perdido**. Trad. Daniel Jonas. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2016.

NIKOLAJEVNA, Maria; SCOTT, Carole. **Livro ilustrado: palavras e imagens**. Trad. Cid Knipel. São Paulo: Cosac & Naify, 2011.

RAJEWSKY, Irina O. Intermedialidade, intertextualidade e “remediação”: uma perspectiva literária sobre intermedialidade. Trad. Thaïs Flores Nogueira Diniz e Eliana Lourenço de Lima Reis. In: DINIZ, Thaïs Flores Nogueira (org.). **Intermedialidades e estudos interartes: desafios da arte contemporânea**. Belo Horizonte: UFMG, p. 14-44, 2012.

SANTOS, Alcides Cardoso dos. **Visões de William Blake: imagens e palavras em Jerusalém a emanação do gigante Albion**. Campinas: Unicamp, 2009.

TREADWELL, James. Blake, John Martin, and the illustration of *Paradise Lost*. **Word & Image: A Journal of Verbal/Visual Enquiry**, Londres, vol. 9, n° 4, p. 363-382, 2012.

Fontes das imagens

Imagem 1: MEDINA, John Baptist. **The Fall**. 1688. 1 ilustração. Disponível em: <http://www.pixelsandpedagogy.com/pedagogy/category/assignments/3>. Acesso em: 18, jun., 2019.

Imagem 2: BLAKE, William. **Satan arousing the rebel angels**. 1808. 1 ilustração. Disponível em: <http://www.bl.uk/collection-items/william-blakes-illustrations-for-paradise-lost-1808>. Acesso em: 18, jun., 2019.

Imagem 3: BUONARROTI, Michelangelo. **David**. 1501-1504. 1 fotografia. Disponível em: <http://www.culturagenial.com/davi-de-michelangelo/>. Acesso em: 18, jun., 2019.

Imagem 4: BLAKE, William. **Satan, Sin and Death: Satan comes to the gates of hell**. 1808. 1 ilustração. Disponível em: <http://www.bl.uk/collection-items/william-blakes-illustrations-for-paradise-lost-1808>. Acesso em: 18, jun., 2019.

Imagem 5: FUSELI, John Henry. **Satan and Death with Sin Intervening**. 1799-1800. 1 pintura. Disponível em: <http://gallerix.org/album/Lacma/pic/glrx-1670604>. Acesso em: 18, jun., 2019.

Imagem 6: BLAKE, William. **Satan watching the enderments of Adam and Eve**. 1808. 1 ilustração. Disponível em: <http://www.bl.uk/collection-items/william-blakes-illustrations-for-paradise-lost-1808>. Acesso em: 18, jun., 2019.

Imagem 7: BLAKE, William. **The rout of the rebel angels**. 1808. 1 ilustração. Disponível em: <http://www.bl.uk/collection-items/william-blakes-illustrations-for-paradise-lost-1808>. Acesso em: 18, jun., 2019.

Imagem 8: BLAKE, William. **Satan spying on Adam and Eve and Raphael descending to paradise**. 1807. 1 ilustração. Disponível em: <http://www.blakearchive.org/copy/but529.1?descId=but529.1.wc.04>. Acesso em: 18, jun., 2019.

PRÁTICA MUSICAL COLETIVA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE MUSICOTERAPIA EM GRUPO

Fernanda Soares Pasqual (PIC, Fundação Araucária)
Unespar/Campus Curitiba II, fernandapasqual@hotmail.com

Rosemyriam Ribeiro dos Santos Cunha (Orientador)
Unespar/Campus Curitiba II, rose05@uol.com.br

Palavras-chave: Musicoterapia. Grupos. Intervenções em grupo. Revisão sistemática.

INTRODUÇÃO

Com potencial de proporcionar conexão e integração, a música é considerada uma arte socializante. Atividades musicais são atividades sociais (SLOBODA, 2008). Há registros da reunião de pessoas interessadas em acompanhar ou executar música desde os tempos remotos na história da humanidade. Os grupos que se reúnem para tocar, dançar e cantar mais do que reafirmam essa prática milenar (STEHMAN, 1964), e buscam pelo engajamento uma ação em comum. A prática musical em grupo é uma atividade humana que envolve aspectos valorizados pelas pessoas como a estimulação cognitiva, as trocas emocionais e as próprias interações entre os participantes. Todos esses aspectos promovem retornos relacionados ao desenvolvimento das relações interpessoais.

A atividade musical em grupo, seja de cunho pedagógico ou terapêutico, mais do que desenvolver habilidades musicais proporciona o estímulo às trocas sociais. A prática musical coletiva, por ser atividade essencialmente humana, repercute nas dimensões afetivas, cognitivas e físico-corporais de seus participantes (CUNHA, 2017). Por esse ponto de vista, a prática musical coletiva sugere a elevação de gradientes do desenvolvimento pessoal e contribui na promoção de saúde. Esse fenômeno é de interesse para o campo teórico prático da musicoterapia pois abrange aspectos do bem-estar físico e emocional das pessoas envolvidas na ação musical em grupo.

As modalidades de intervenção em grupo têm sido cada vez mais utilizadas da atualidade, conforme Zimmerman (1997). A contextualização histórica do desenvolvimento dessa prática feita por Bechelli e Santos (2004), mostra que as práticas grupais, na área da saúde, tiveram início com reuniões entre médicos e seus pacientes, para conversar sobre a doença. Esse modelo de trabalho com grupos se expandiu para o psicodrama, para as intervenções na saúde mental, para as intervenções em transtornos

mentais e sociais para intervenções com grupos específicos que representam minorias populacionais, até a sistematização dessa prática em contextos das terapêuticas coletivas e da dinâmica de grupo.

A partir do crescente número de profissionais atuando na área da saúde durante a segunda guerra mundial, houve a ampliação de intervenções com grupos e a alta demanda populacional passou a ser atendida por mais profissionais no contexto grupal. Segundo Baranow (1999), a utilização científica da Musicoterapia consolidou-se nesse contexto histórico. As abordagens grupais no campo da Musicoterapia já são relatadas em obras seminais como Gaston, 1968; Leinig, 1977; Costa, 1989. Atualmente, a realização da Musicoterapia em grupo cresce em instituições e tem acompanhado as mudanças e tendências da contemporaneidade. Na direção da promoção de saúde, os grupos sonoros, de perspectiva musicoterapêutica se direcionam para o eixo da vida, da realidade social e nas relações interpessoais dos indivíduos (CHAGAS, 2005; DREHER, 2011), sendo o musicoterapeuta um profissional atento a questões relacionadas ao grupo, sua dinâmica e seus processos internos (CRAVEIRO DE SÁ E ESPERIDIÃO, 2004).

Embora a prática grupal seja recorrente no campo da musicoterapia e cada vez mais solicitada por profissionais de outras áreas, não existem ainda trabalhos que mostrem o conjunto da produção sobre grupos musicoterapêuticos produzido nos últimos anos. O presente artigo tem por objetivo apresentar uma revisão sistemática de publicações sobre grupo e musicoterapia, dos últimos dez anos. Espera-se contribuir com a pesquisa na temática grupal e fortalecer a produção de textos que direcionam o espaço de intervenção musicoterapêutica na expressão coletiva.

MATERIAIS E MÉTODOS

As revisões sistemáticas devem ser abrangentes e seguem os seguintes passos: 1) busca na literatura, 2) seleção de artigos, 3) extração de dados e 4) redação e publicação dos resultados (GALVÃO, PEREIRA, 2014).

Para a busca dos artigos desta revisão foi considerado o período entre os anos de 2008 a 2018. Foram pesquisadas as bases de dados eletrônicas, Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs), Pubmed/Medline, Education Resources Information Center (Eric), Scientific Electronic Library Online (Scielo), e as revistas *Journal of Music Therapy*, *Perspectives of Music Therapy*, *Nordic Journal of Music Therapy*, *Voices*, *Revista Brasileira de Musicoterapia*, *In Cantare*, *Revista Música Hodie* e na *Revista Cuadernos de Música, Artes Visuales y Artes Escénicas*. Os descritores “Musicoterapia” e “Grupo”, verificados no Descritores em Ciências da Saúde (DeCS), foram escolhidos para a busca de artigos online. Combinações entre os descritores com o

uso dos operadores booleanos “AND” e “OR” foram realizadas. A extração de dados foi realizada a partir da leitura dos artigos e a construção de tabelas contendo as principais informações: ano de pesquisa, objetivo, amostra, intervenções, instrumentos e resultados.

Critérios de Inclusão

Foram considerados os seguintes critérios de inclusão: (1) conter pelo menos um dos descritores no título do artigo publicado (2) estudos publicados entre janeiro de 2008 e outubro de 2018; (3) artigos completos, disponíveis para consulta; (4) artigos publicados nos idiomas português e inglês.

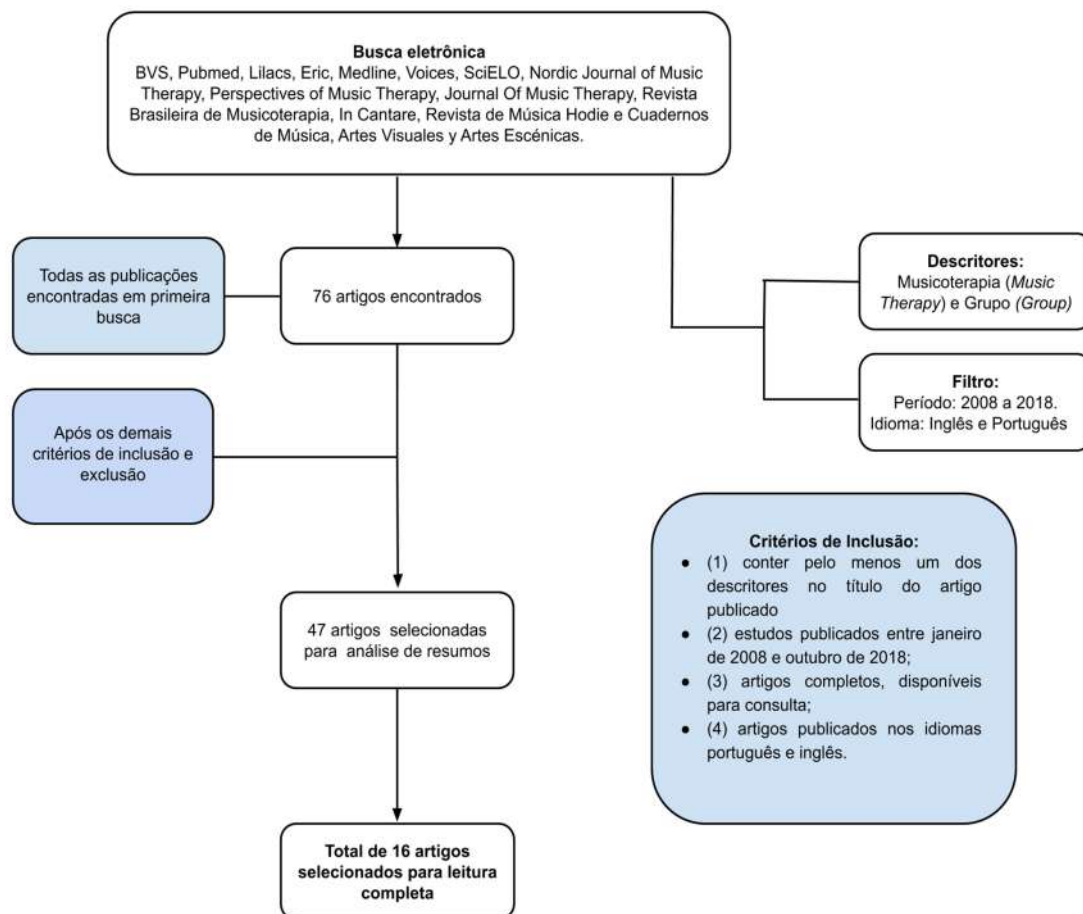
Critérios de Exclusão

Foram considerados os seguintes critérios de exclusão: (1) teses, dissertações e monografias; (2) publicações relacionadas a temática, mas que apresentassem os termos “Musicoterapêutico”, “Musicoterapeutas”, “Experiência Musical”, “Funções Terapêuticas da Música” “Processos Grupais” e “Grupais” nos títulos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A busca inicial foi feita com base nos títulos dos manuscritos. Foram identificados 76 artigos relevantes para a revisão. Após verificação dos critérios de inclusão, foram eliminados 29 artigos. A segunda etapa da seleção, foi realizada sobre os 47 artigos restantes, dos quais 31 disponibilizavam apenas a consulta aos resumos e 16 artigos disponibilizavam acesso completo ao texto. Esses foram considerados para a análise desta revisão. A seguir encontra-se um organograma (Figura 1) que mostra o processo de busca e seleção dos artigos encontrados nas bases de dados e as etapas e seleção.

Figura 1. Organograma da busca e seleção de artigos para a revisão sistemática



A pesquisa relacionada a Musicoterapia e Grupo indicou publicações em diversos países sendo: sete do Brasil, três do Reino Unido, duas dos Estados Unidos da América, duas do Canadá, uma da Alemanha e uma da Austrália

As intervenções musicoterapêuticas encontradas no contexto grupal ocorreram na área social, educacional, clínica e de saúde mental. As intervenções descritas foram realizadas em residências terapêuticas, centro de atenção psicossocial, hospitais psiquiátricos, escolas, universidades e espaços abertos em centros comunitários.

Os grupos apresentaram diversos segmentos de faixa etária separados por gêneros ou mistos. Os participantes incluíram crianças, adolescentes, adultos e idosos. Os grupos foram formados por familiares, pessoas refugiadas, pessoas em situação de deslocamento social, pacientes com transtornos mentais, em tratamento de dependência química, com transtornos do neurodesenvolvimento (TEA),

déficits de aprendizagem, demência, e grupos comunitários interessados na produção musical e grupos intergeracionais.

As relações de grupo, trocas afetivas, dinâmicas grupais; aspectos sonoro-musicais dos participantes em conjunto, eficácia de práticas multidisciplinares são as temáticas das publicações encontradas.

As publicações encontradas foram de caráter qualitativa e qualitativa-quantitativa. Foram identificadas sete pesquisas de campo; três estudos de caso, dois relatos de casos, dois estudos experimentais, um ensaio clínico e uma pesquisa-ação.

O tempo de duração das sessões em grupo foi de no mínimo 30 minutos até 3 horas, entre um a dois atendimentos semanais. Em todos os trabalhos pesquisados foram citadas, pelo menos uma natureza das experiências musicais de Improvisação, Composição, Recriação e Audição (BRUSCIA, 2016). A maioria das intervenções utilizaram duas experiências ou mais. Doze trabalhos foram realizados com a Técnica de Recriação Musical, dez com a Técnica de Improvisação Musical, seis trabalhos com a Técnica de Composição Musical e cinco trabalhos com a Técnica de Audição Musical. Sete de 16 trabalhos relataram intervenções com a mediação de mais de um Musicoterapeuta, profissionais de outra área como Assistentes Sociais, Fisioterapeutas, Instrutores de Yoga e estudantes de graduação em Musicoterapia.

Os resultados das pesquisas relacionados a mudanças nas condições dos participantes dos grupos de musicoterapia foram divididos neste tópico em domínios físicos, cognitivos, emocionais, sociais e culturais para melhor compreensão. Foi constatado maior equilíbrio corporal (HESSENBERG E SCHMID, 2013; FRAGNANI et al., 2016), melhora na respiração, no bem-estar de pacientes (VAILLANCOURT et al., 2018) e na qualidade de vida (GROCKE et al., 2014). Houve ainda, resultados significativos no aumento da expressão corporal, mobilidade e independência funcional em grupo de pacientes com doença de Parkinson que participaram de sessões integradas de musicoterapia, fisioterapia e yoga (FRAGNANI et al., 2016).

Foram encontrados resultados nos domínios cognitivos na elaboração e processamento de acontecimentos, atenção e concentração durante as produções musicais, ativação da memória e capacidade lógica na resolução de problemas grupais (HESSENBERG E SCHMID, 2013; CUNHA 2016; FRAGNANI et al., 2016).

Dentre os estudos selecionados, a intervenção grupal com musicoterapia gerou mudanças proporcionando aos pacientes apoio emocional (WHITE, 2009) auto expressão, reflexão de sentimentos, aumento dos sentimentos de motivação, realização e valorização pessoal (WHITE, 2009; CLARKSON E KILLICK, 2016; CUNHA, 2017; VAILLANCOURT et al., 2018), solidariedade, canalização de tensões

(CARDOSO E CUNHA, 2011), enfrentamento emocional e da realidade social (GARDSTROM E DIESTELKAMP, 2013; CUNHA 2016), diminuição dos níveis de estresse, redução de inibição e solidão. Foi gerado um espaço de diálogo, aumento da sensibilidade, afetividade (CUNHA, 2015), autoestima (GROCKE et al., 2014; GARDSTROM E HILLER, 2016), espontaneidade (CUNHA, 2017), diminuição no comportamento resistente durante intervenções em grupos de pacientes com transtornos aditivos (GARDSTROM E HILLER, 2016;) e aumento da confiança (CLARKSON E KILLICK, 2016; GARDSTROM E HILLER, 2016; VAILLANCOURT et al., 2018). Houve redução da ansiedade de pacientes em grupo intergeracional (HESSENBERG E SCHMID, 2013) e de 84,6% de mulheres com transtornos aditivos durante uma pesquisa experimental (GARDSTROM E DIESTELKAMP, 2013).

Em uma investigação sobre o impacto da musicoterapia analítica em grupo de mulheres refugiadas, Ahonen e Desideri (2014) descreveram as possibilidades de expressão de sentimentos como dor, solidão, culpa, medo, tristeza, trauma e perdas de pacientes em processo de emigração a partir das intervenções na musicoterapia.

As intervenções proporcionaram benefícios nos aspectos sociais e culturais descritos nas publicações como acolhimento grupal (WHITE, 2009), construção de novas relações sociais (CARDOSO E CUNHA, 2011; VAILLANCOURT et al., 2018), identificação social em papéis, bem estar e fruição grupal (CARDOSO E CUNHA, 2011). Houve também o aumento de trocas entre participantes durante a performance e interação sonoro-musical (ALMEIDA et al., 2012; CUNHA, 2017) sentimento de pertencimento a um grupo (HESSENBERG E SCHMID, 2013), interação social (HESSENBERG E SCHMID, 2013; CUNHA, 2017) compartilhamento de histórias (AHONEN E DESIDERI, 2014), ampliação das redes de convivência comunitárias (CUNHA, 2016), criatividade, segurança, conforto e inclusão para a liberdade de expressão do grupo (VAILLANCOURT et al., 2018).

A música produzida durante as experiências demonstrou um papel importante na ampliação do conhecimento musical (CUNHA, 2015) nas conexões sociais através do canto e da composição de canções (CARDOSO E CUNHA, 2011; GROCKE et al., 2014) durante as trocas afetivas e psicossociais de membros de grupos com transtornos mentais e dependência química na área da saúde mental. Vaillancourt et al., (2018) evidenciaram o canto como principal motivação da participação dos membros de um grupo intergeracional.

Desde a formação de um grupo ao desenvolvimento do fazer musical coletivo existem obstáculos no trabalho a serem enfrentados para o bom funcionamento do processo em grupo. Barbosa, Estanislau e Freire (2017) levantaram três hipóteses como resultados para a não adesão de um grupo de musicoterapia para pais de crianças com TEA, sendo elas, a alta demanda de terapias dos filhos ocasionando a falta de tempo para cuidados dos pais, as dificuldades no deslocamento e a falta de informação sobre o que

ocorreria no processo musicoterapêutico. Gardstrom e Hiller (2014) descreveram os tipos de resistências terapêuticas encontradas em um grupo de tratamento por uso de transtornos aditivos. O trabalho oferece possíveis estratégias para os profissionais musicoterapeutas no manejo com a clientela na área de dependência química através de exemplos abordando experiências de improvisação, composição, recriação e audição na redução de comportamentos resistentes. Em intervenções grupais, Vaillancourt et al. (2018) afirmou a dificuldade de os membros cantarem canções em idiomas diferentes como francês e inglês dentro de um mesmo grupo e a geração de conflitos a partir das diferenças de estilo e gênero musical preferido dos participantes quando não convergente.

A identidade profissional e o manejo grupal a partir de abordagens musicoterapêuticas são aspectos fundamentais para o desenvolvimento do trabalho competente. As reflexões da perspectiva sócio comunitária na prática profissional possibilitaram o aprofundamento da compreensão e reflexão de processos em grupo (CUNHA, 2016) e perspectivas ecológicas (CLARKSON E KILLICK, 2016) em espaços abertos de convivência. Em relato de caso, White (2012) concluiu que a aquisição de habilidades musicais, de escuta e reflexão de significados de contextos musicoterapêuticos gerados pela prática em grupo foram fatores contribuintes para sua formação profissional como musicoterapeuta.

A relação entre paciente, contexto musical e musicoterapeuta são elementos relevantes na dinâmica grupal, analisados pelo musicoterapeuta atuante em grupos para a construção e potencialização da experiência musical em benefício da saúde de pacientes. A utilização de instrumentos próprios da área da musicoterapia demonstra a necessidade de ferramentas apropriadas e específicas da prática para a aplicação e análise do trabalho em grupo. No trabalho de Almeida et al. (2012) foi verificada a relação entre indivíduos em grupo e interação com elementos sonoro-musicais nas intervenções, a partir da utilização de um protocolo de observação de grupos em musicoterapia, ferramenta que auxiliou na análise do processo musicoterapêutico.

CONCLUSÕES

As intervenções de Musicoterapia dos últimos anos se expandem em clínicas, hospitais, universidades, escolas, centros de atenção psicossocial (CAPS), residências terapêuticas, organizações não governamentais (ONGS), centros comunitários e espaços públicos abertos à comunidade. A alta demanda populacional a ser atendida e o ingresso das intervenções musicoterapêuticas nos contextos médicos, educacionais e sociais têm fortalecido e oferecido visibilidade à profissão.

As publicações revisadas mostraram a ênfase da pesquisa de caráter qualitativo, evidenciando a reflexão aprofundada nos aspectos subjetivos durante o ambiente terapêutico grupal. Quanto à

intervenção, a técnica de Recriação Musical se destacou como a mais utilizada em trabalhos grupais da última década. A especificação das técnicas não foi feita em todos os trabalhos, porém a natureza das experiências musicoterapêuticas ficou clara em expressões como “cantar canções conhecidas” ou “escutar músicas”, que remetem às técnicas de recriação e audição, respectivamente.

A respeito da mediação dos grupos, foi constatada a presença de mais de um musicoterapeuta e de estudantes graduandos da área atuando no manejo dos grupos. Essa composição múltipla de moderadores remete à complexidade da observação e atuação grupal com diversos pacientes, e os possíveis benefícios de uma ação conjunta no processo.

Os trabalhos revisados utilizaram instrumentos e técnicas específicas para a obtenção dos dados como entrevistas, escalas, fichas, questionários e protocolos tanto da área da musicoterapia como de outras áreas. Essas estratégias metodológicas podem contribuir para a confiabilidade da pesquisa musicoterapêutica na medida em que promovem a validação de resultados e o avanço científico do campo.

A revisão aqui apresentada revelou aspectos e fundamentos da pesquisa e da prática da musicoterapia em grupo. Os resultados indicados nos textos mostraram que profissionais em países diversos usam abordagens e fundamentos teóricos próprios da teoria da musicoterapia. As técnicas de intervenções utilizadas nos processos grupais resultaram na melhora de aspectos físicos, cognitivos, emocionais, afetivos, sociais e culturais dos membros de grupos. Embora os resultados aqui listados revelem modificações positivas nas relações intragrupo, mais pesquisas tornam-se necessárias para a expansão e desenvolvimento do tema.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AHONEN, Heidi; DESIDERI, Antonietta Mongillo. Heroines' journey: emerging story by refugee women during group analytic music therapy. *Voices: A World Forum for Music Therapy*, v. 14, n. 1, 2014.

ALMEIDA, Talita Faria; ZANINI, Cláudia Regina de Oliveira; SILVA, Ludmila de Castro; SANTOS, Roberta Borges. A relação entre os aspectos sonoro-musicais e a dinâmica do grupo em musicoterapia. *Revista Brasileira de Musicoterapia*, v. XIV n.12 p. 39-52, 2012.

BARANOW, Ana V. M. **Musicoterapia: uma visão geral**. Rio de Janeiro: Enelivros, 1999.

BARBOSA, Abner. D.; ESTANISLAU, Gabriel.; FREIRE, Marina. H. Grupo de musicoterapia para pais de crianças com transtorno do espectro do autismo: hipóteses para a não adesão. *Revista Brasileira de Musicoterapia*, v. XIX p. 185-192, 2017.

BECHELLI, Luiz P.; SANTOS, Manoel A. Psicoterapia de grupo: como surgiu e evoluiu. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**. (En Línea) 2, n.12, 2004: Disponível em: <http://www.eerp.usp.br/rlaenf>. Acesso: 28 de março de 2018.

BRUSCIA, Kenneth. **Definindo Musicoterapia**. 3. Ed. Dallas: Barcelona Publishers, 2016.

CARDOSO, Leonardo Nascimento; CUNHA, Rosemyriam Ribeiro dos Santos. Trocas Afetivas e Psicossociais em Musicoterapia: Grupos no Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas. **Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares em Musicoterapia/Incantare**, Curitiba, v.2, p. 74 – 94, 2011.

CUNHA, Rosemyriam. Performance musical em grupo: musicoterapia, coro e banda. **Revista Música Hodie**, Goiânia, v.15, n.2, p. 273, 2015.

CUNHA, Rosemyriam. Uma perspectiva da atividade musical em grupo: musicoterapia social e comunitária. **Cuadernos de Música, Artes Visuales y Artes Escénicas**, v. 11, n. 2, 2016.

CUNHA, Rosemyriam. Musicking together: affective, cognitive and physical aspects of a music therapy group work. **Voices: A World Forum for Music Therapy**, v. 17 n.2, 2017.

CHAGAS, Marli. Reflexiones sobre sociedad, riesgo e salud. Que será que me dá. In: Salud, Escucha y Creatividade. **Musicoterapia Preventiva e psicossocial**. Pellizari, Patricia; Rodrigues, Ricardo (Org.). Buenos Aires: Ediciones Universidad del Salvador, 151-158, 2005.

CLARKSON, Robert A.; KILLICK, Meta. A bigger picture: community music therapy groups in residential settings for people with learning disabilities. **Voices: A World Forum for Music Therapy**, [v. 16, n. 3, 2016](#).

COSTA, Clarice Moura. **O despertar para o outro**: Musicoterapia. São Paulo: Summus, 1989.

CUNHA, Rosemyriam. **A prática musical coletiva**. Revista Brasileira de Música. Rio de Janeiro, Escola de Música da UFRJ/Programa de Pós-Graduação em Música, v.26, n.2, p. 345-365, Jul/Dez 2013.

CRAVEIRO DE SÁ, Leomara.; ESPERIDIÃO, Elizabeth C. **Dinâmica do Relacionamento Humano: uma experiência interdisciplinar na formação do musicoterapeuta**. Seminário Nacional de Pesquisa em Música da UFG, IV, 2004, Goiânia. Anais Online. Goiânia: UFG, 2004. Disponível em: <http://www.anppom.com.br/anais_banco.php>. Acesso em: 17 de maio de 2019.

DREHER, Sofia C. **A musicoterapia e sua inserção nas políticas públicas—análise de uma experiência**. Revista Brasileira de Musicoterapia. Curitiba, nº11-36, 2011.

FRAGNANI, Samuel G.; SOUSA, Ana S. K.; LOPES, Karolini L.; NERY, Tatyana.; WENER, Emílio.; BEZERRA, Poliana P. Proposta de um programa de prática em grupo composto por fisioterapia, yoga e musicoterapia para pacientes com doença de Parkinson. **Revista Brasileira de Neurologia**, v. 52 n. 3, 2016.

GALVÃO, Taís F.; PEREIRA, Maurício G. Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, 23(1): p. 183-184, 2014.

GASTON, Thayer E. **Tratado de Musicoterapia**. Buenos Aires: Editorial Paidós: 1968.

GARDSTROM, Susan C.; DIESTELKAMP, Wiebke S. Women with Addictions Report Reduced Anxiety After Group Music Therapy: A Quasi-Experimental Study. *Voices: A World Forum for Music Therapy*, v. 13, n. 2, 2013.

GARDSTROM, Susan C.; HILLER, James. Resistances in group music therapy with women and men with substance use disorders. *Voices: A World Forum for Music Therapy*, v. 16, n. 3, 2016.

GROCKE, Denise; BLOCH, Sidney.; CASTLE, David.; THOMPSON, Grace.; NEWTON, Richard.; STEWART, Sandra Elisabeth.; GOLD, Christian. **Group music therapy for severe mental illness: a randomized embedded-experimental mixed methods study.** *Acta Psychiatr Scand* 130: p. 144–153, 2014.

HESSENBERG, Cornelia; SCHMID, Wolfgang. Sounding Bridges: An Intergenerational Music Therapy Group With Persons With Dementia and Children and Adolescents in Psychiatric Care. *Voices: A World Forum for Music Therapy*, v. 13, n. 2, 2013.

LEINIG, Clotilde. **Tratado de Musicoterapia.** São Paulo: Sobral, 1977.

SLOBODA, J. A. **A mente musical: psicologia cognitiva da música.** tradução de Beatriz Ilari e Rodolfo Ilari. Londrina: Eduel, 2008.

STEHMAN, Jacques. **História da música européia.** Lisboa: Livraria Bertrand, 1964.

VAILLANCOURT, Guylaine.; DA COSTA, Danna.; HAN, Evie Y.; LIPSKI, Gloria. An intergenerational singing group: a community music therapy qualitative research project and graduate student mentoring initiative. *Voices: A World Forum for Music Therapy*, v. 18 n. 1, 2018.

WHITE, Becky. Hello Music Lady: Have You Brought a New Instrument today? A Music Therapy Group for Children of Families in the UK Armed Forces. *Voices: A World Forum for Music Therapy*, v 9, n 3, 2009.

WHITE, Becky. Personal Reflections on working as a Music Therapist, Music Therapy Groups and Music Making. *Voices: A World Forum for Music Therapy*, v 12, n 2, 2012.

ZIMERMAN, David. **Como trabalhamos com grupos.** Porto Alegre: Artmed, 1997.

UMA LEITURA DISCURSIVA SOBRE O SILENCIAMENTO EM RELAÇÃO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA A MULHER

Francisco Miguel Pryjmak (PIC, Fundação Araucária)
Unespar/Apucarana, fpryjmak23@gmail.com
Ana Paula Peron (Orientadora)
Unespar/Apucarana, anapaulaperon@gmail.com

Palavras-chave: Violência sexual contra a mulher. Relatos. Silenciamento.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

É comum dizer que há muitos anos as mulheres tem sido alvo de alvo de assédio, tanto moral quanto sexual, e que tais costumes, por inúmeros motivos, persistem vivos em nossa sociedade, muito embora devam ser eles considerados inadmissíveis.

Desde tempos passados, falar acerca de sexo mostra-se um tabu: por vezes, quando o tema se faz presente nas rodas de conversa, muitos tendem a não comentá-lo. Sendo assim, quando se trata de crimes sexuais, tal hábito tende a manter-se, apesar de a maioria das pessoas ter ciência de sua existência e de boa parte da população brasileira saber (vez que a mídia tem divulgado mais os dados referentes à violência sexual) que cerca de 164 casos de estupro são registrados por dia no país. Considerando esses fatos, surge a questão: “se tais crimes ocorrem com tanta frequência, por que ainda são pouco falados e denunciados?”.

Partindo dessa inquietação, e sob a base teórica da Análise de Discurso de vertente materialista, estabelecida por Michel Pêcheux, realizamos, nesta pesquisa, um gesto de leitura sobre o silenciamento acerca das práticas de violência sexual contra a mulher (independentemente da presença ou ausência de vínculos afetivos entre mulher e agressor).

Para empreender esse gesto, nosso material foi construído a partir de alguns relatos, postados no *blog* da Revista Superinteressante¹⁸⁷, nos quais as mulheres narram suas experiências com a violência sexual sofrida por elas. Escolhemos um *blog* para coletar nosso *corpus* analítico porque, atualmente, o ambiente digital/virtual é amplamente utilizado inclusive para falar de si, para relatar fatos que, em outros espaços e ambientes, talvez não fossem ditos. Nesse sentido, compartilhamos o posicionamento

¹⁸⁷ O material de análise foi coletado junto ao *blog* da Revista Superinteressante, disponível em: <http://super.abril.com.br/comportamento/chegadasilenciomais154relatosdeleitoresquesoferamabusossexualeouestupro> e <http://super.abril.com.br/blogs/superblog/chegadasilencio104historiasdeleitoresquesoferamassedioeouabusossexual/>, ambos acessado em: 19 ago. 2015.

de Dias (2004, p. 18) quando a autora afirma que, “com o ciberespaço, o mundo desdobra-se em seu funcionamento (discursivo) e, assim, novas relações de sentidos são tecidas”.

Mas, mesmo diante da relativa facilidade que seria utilizar a rede para publicizar e denunciar práticas abusivas, questionamo-nos: por que há tanto silenciamento acerca dessas experiências dolorosas? Que motivos levam a pessoa a silenciar (sobre) a violência sexual? Que discursos sustentam o estupro e o abuso sexual como os crimes mais silenciados?

Considerando essas questões, que constituem o cerne de nossa pesquisa, nesse material, analisamos os discursos que se mostram como decisivos para que as mulheres (não) denunciem e/ou (não) compartilhem o abuso sofrido e observamos como tais discursos são retomados para “justificar” possíveis práticas de silenciamento acerca da violência sexual perpetrada contra a mulher, de modo que cheguemos aos *efeitos de silenciamento* (ORLANDI, 1992) produzidos a respeito da violência sexual perpetrada contra a mulher.

A partir dos pressupostos teóricos da Análise de Discurso de vertente pecheuxiana, as significações construídas sobre os sujeitos e os sentidos são sempre construções simbólicas (de linguagem), produzidas ideologicamente em nossa sociedade. Por essa via teórica, o material de análise é sempre tomado enquanto discurso, em sua materialidade linguística e histórica. Portanto, para procedermos à análise, os enunciados são sempre observados em seus aspectos linguísticos ao mesmo tempo em que são remetidos às condições de produção que permitem seu aparecimento e sua constituição, bem como – especificamente nesta pesquisa – a construção de sentidos sobre os efeitos de silenciamento acerca das práticas de violência sexual contra a mulher.

A MULHER DIANTE DA VIOLÊNCIA SEXUAL

No país em que vivemos, no dia 7 de agosto de 2006, foi sancionada pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a Lei 11.340/2006, entrando em vigor no dia 22 de setembro do mesmo ano. Criada com o intuito de aumentar o rigor das penas de crimes de violência contra a mulher, a Lei recebeu o nome de Maria da Penha, devido à história de luta da mulher de mesmo nome que, por 23 anos, sofreu com os abusos de seu marido, o qual tentou assassiná-la por duas vezes, e atualmente é paraplégica por consequência de uma das agressões de seu ex-marido. Maria da Penha Maia Rodrigues travou uma batalha judicial de 12 anos até que seu ex-marido fosse punido.

A Lei 11.340, ou simplesmente, Lei Maria da Penha, prevê a detenção de suspeitos de violência contra a mulher. Após entrar em vigor essa Lei, violência doméstica passou a ser agravante de pena e punições leves, tais como doação de sexta básica, pagamento de multa e serviço comunitário, passaram a

ser proibidas para esse tipo de transgressão da lei, de modo que o acusado deve ser obrigado a se afastar da vítima e dos familiares da mesma, entre outras condutas. Após a Lei entrar em exercício no país, inúmeras pesquisas indicam aumento considerável em condenações por crimes contra a mulher.

A Lei Maria da Penha, em seu artigo 7º, traz a compreensão jurídica de violência doméstica e familiar contra a mulher, distinguindo-a e definindo-a em suas formas física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. Destacamos aqui a definição de violência sexual, por ser esta o objeto de nosso trabalho:

Art. 7º. III - A violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos (BRASIL, 2006).

Há, na Lei, portanto, uma definição jurídica para o crime de violência sexual. Entretanto, apesar de o texto legal apresentar uma longa lista de condutas que caracterizem o crime, ou seja, de procurar explicitar quais são as situações/circunstâncias desse crime, muitas mulheres o relegam ao silêncio, preferindo não denunciar esse crime.

Em relação ao ato da denúncia – em termos discursivos e não jurídicos ou legislativos – Payer (2006) diz que (d)enunciar é uma ação na qual aquele que (d)enuncia põe-se como alguém certo do que diz, alguém que profere um fato que o outro ainda desconhece, buscando gerar efeitos de certeza. E é essa ideia de denunciar explicitada por Payer (2006) que direciona nossa análise. Assim, não trataremos aqui de um gesto jurídico de procurar os meios jurídicos para proceder à denúncia, mas nos posicionaremos levando em conta essa definição discursiva do que é (d)enunciar.

Contudo, nesse sentido discursivo – em que (d)enunciar é falar algo do qual o sujeito tenha certeza para alguém que não conhece esse fato –, no tocante à denúncia de abusos sexuais, precisamos considerar que é extremamente comum a vítima encontrar-se em uma posição em que seja muito difícil produzir efeitos de certeza em seu interlocutor, em virtude daquilo que se convencionou nomear por “cultura do estupro”, a qual faz com que aquele que deveria estar certo do que diz veja surgir a sua frente obstáculos para seu ato de (d)enunciar.

Algumas das questões que envolvem a (não) denúncia da violência sexual contra a mulher podem ser respondidas observando a maneira pela qual as mulheres foram e são tratadas na sociedade. Apenas para termos um exemplo, retornando ao período colonial, é possível ver o modo com que as pessoas do sexo feminino eram vista pela população portuguesa por meio das cartas escritas naquele

momento, nas quais os viajantes falam explicitamente que as nativas eram entregues à barbárie e à selvageria, não só por sua nudez, mas também por desempenharem atividades, que segundo os mesmos, iam “contra a natureza feminina”. Na sociedade do século XV e também das que a sucederiam, temia-se que a liberdade da mulher prejudicasse a dinâmica social vigente; existia o medo de que, por ser livre social e sexualmente, a mulher perdesse seu instinto maternal e sua capacidade de cuidar do lar. Enfim, muitas vezes, no decorrer da história, as relações sociais entre homens e mulheres foram construídas de modo que a mulher se sentisse menos do que realmente é e por vezes se envergonhasse de si mesma.

Nas últimas décadas, as relações entre homens e mulheres sofreram muitas alterações. Saímos de um período, não muito distante, em que o marido tinha o direito de tratar sua mulher com violência extrema, caso ele achasse necessário, para uma época em que todo tipo de abuso contra a mulher, seja ele em um contexto matrimonial ou não, é crime.

Olhando para nosso material, em princípio, o que nos chama a atenção é que na internet há centenas de relatos de vítimas de abuso sexual e em sua grande maioria constituído por pessoas que jamais procuraram as autoridades responsáveis para falar acerca do que lhes ocorreu (muitos não contam, sequer, para a família ou para pessoas próximas!), o que nos leva a perguntar por quais motivos essas pessoas que nunca se sentiram seguras para realizar uma denúncia falam de maneira que parece tão despreocupada sobre um fato que as incomoda tanto. No entanto, as próprias produtoras dos relatos falam a respeito disso: nos relatos é muito recorrente vê-las dizer que se sentem seguras por não terem que revelar seus nomes nem seus rostos, mas, sobretudo, que sentem liberdade para relatar pelo fato de estarem em um ambiente no qual muitas outras pessoas que passaram por situações semelhantes também expõem seus segredos; e isso produz um efeito de que essas vítimas não estão sozinhas em sua dor, como podemos observar nos recortes abaixo:

SD1 - Lendo os relatos que vocês publicaram, eu gostaria de dar o meu [...] lendo os relatos, hoje eu sei que isso foi um abuso.

SD2 - Obrigado por se preocuparem com a gente ninguém mais liga.

Mulheres vítimas de crime sexual tem sido silenciadas pelas próprias condições em que vivem socialmente. “O estupro acaba silenciado pela vergonha, uma arma eficientíssima. E vergonha é a palavra-chave nesses casos” (HUECK, 2015).

OS (NÃO) DIZERES SOBRE A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA A MULHER

O estupro é silenciado pela vergonha, pelas condições socioculturais que nos constituem. Mas, discursivamente falando, em que consiste esse silenciamento?

De acordo com Orlandi (1992), o silêncio é constitutivo do discurso e se apresenta sob as formas do silêncio fundador (aquele que existe nas palavras) e das políticas de silenciamento (práticas que produzem o silenciamento). Destas últimas é que nos ocuparemos neste trabalho.

As políticas do silenciamento são divididas pela autora em duas formas: a primeira, que ela nomeia de silêncio constitutivo, e a segunda que ela chama de silêncio local. O silêncio constitutivo é o que nos indica o que é necessário não-dizer (refere-se ao fato de uma palavra automaticamente excluir outra) e o local trata-se da censura (aquilo que é proibido dizer) (ORLANDI, 1992, p. 24). Podemos considerar que a presente análise lida com a segunda definição, pois, apesar de não lidar com a censura propriamente dita, o sujeito na posição que silencia o dizer sobre a violência sexual se sente na obrigação de permanecer calado, ou seja: não é nenhuma autoridade que o silencia, mas o contexto sócio-histórico e ideológico que o constitui.

Ao realizar essa reflexão acerca do silenciamento local de Orlandi, vê-se o quão amplo é esse conceito, dado que a todo momento “escolhemos”¹⁸⁸ – por um mecanismo de identificação a uma formação discursiva (PÊCHEUX, 1975) – o que dizer: em uma simples conversa a cada palavra que dizemos, há muitas outras que poderiam ser proferidas e, entretanto, não são citadas; assim se dá o silenciamento constitutivo. Por outro lado, quando não dizemos algo por influência externa e cremos que simplesmente não devemos e/ou não podemos dizer aquilo, as condições em que estamos inseridos (e que nos constituem, portanto) atuam como dispositivo de censura, ou seja um silenciamento local, realidade essa que faz com que muitas mulheres que sofreram com a violência sexual não dividam com ninguém o que ocorrera com elas.

Funciona como um consenso o fato de que apenas se sente no direito de fala aquele “que não deve nada a ninguém”, ou seja, aquele “que não é culpado de nada”; o indivíduo que comete alguma infração, por sua vez, é que, de acordo com esse consenso, com essa memória discursiva, deve temer as consequências de seus atos e, por isso, seria levado a não falar.

No que se refere às mulheres que sofreram abusos sexuais, é muito comum ouvi-las dizer que sentem culpa pelo ocorrido. Entre os relatos, cerca de 70% deles contém explicitamente a palavra “culpa”, ou seja, essas pessoas, que na verdade são vítimas daquele crime, não se sentem seguras para dizer a alguém o que passaram, tal como as internautas dizem em:

¹⁸⁸ Na Análise de Discurso, o sujeito é sempre tomado como inconsciente, clivado, interpelado pela ideologia, ou seja: é um sujeito discursivo e não empírico. Sendo assim, colocamos o verbo *escolher* entre aspas para marcar esse posicionamento teórico que demanda a compreensão do sujeito fora de qualquer acepção psicológica que possa colocá-lo como “senhor e centro” do dizer. (ORLANDI, 2002).

Senti culpa, vergonha, nojo... (Relato 1).

Eu não tive culpa e minha mãe também não é eu ainda digo isso pra mim todos os dias. (Relato 2).

Na verdade, sempre me senti culpada, suja, errada... (Relato 3).

Na época eu disse que a culpa era minha, que eu fiz porque quis. (Relato 4).

Esses discursos que explicitam o sentimento de culpa da vítima se repetem em muitos outros casos, sempre tendo papel crucial para que a pessoa não compartilhe com ninguém o que aconteceu, temendo as reações alheias e/ou retaliações.

Em um dos relatos analisados, uma das vítimas proferiu a seguinte frase: “Parece estranho, mas falar alivia”. O que mais intriga nesse enunciado é que o adjetivo “estranho” foi aplicado ao ato de relatar o que ela sofreu, uma vez que (d)enunciar um crime deveria ser uma atitude simples e natural; no entanto, infelizmente não é. No Brasil, pessoas que sofreram violência sexual negam-se a relatar isso, seja para as autoridades, seja para seus familiares, amigos ou conhecidos. Por inúmeros fatores, nessa posição de vítima de abuso sexual, o sujeito tende a não comentar o ocorrido com ninguém. Algumas das mulheres que produziram os relatos sob análise tecem comentários acerca dessa dificuldade:

Não tive coragem de denunciar, porque eu gostava dos pais dele e sentia pena da esposa. (Relato 1).

Minha mãe pediu para não fazer nenhum boletim porque ela não queria que ninguém soubesse. (Relato 2).

Nunca tive coragem de contar a ninguém. (Relato 6).

Refletindo acerca das causas da persistência desse comportamento sexualmente violento contra a mulher, a mais provável, como afere Sousa (2017), é a cultura do machismo e da misoginia que, para a autora, é a grande responsável pela perpetuação desse tipo de violência contra a mulher. Esses conceitos estão tão enraizados na sociedade, ao ponto de gerarem o que se costuma chamar de “cultura do estupro”, expressão utilizada pela primeira vez por ativistas feministas norte-americanas durante a década de 70, com o intuito de criticar comportamentos e ações que toleram a violência sexual contra a mulher. Esse termo, contudo, não implica dizer que o estupro seja uma prática cultural, assim como tantas outras, mas sinaliza que crimes sexuais se diferem de outros por certos aspectos culturais dos brasileiros.

Sousa (2017), ainda em sua discussão acerca da cultura do estupro, dá ênfase ao que ela chama de imagem da “vítima perfeita” – um conceito que tem sido um obstáculo no processo de denúncia e também no diálogo com as vítimas de abuso, dado que esse ideal tem levado à contestação da condição

de vítima daquela que sofre o atentado. De acordo com a autora, a “vítima perfeita” é aquela que, segundo grande parte da população brasileira, não possui culpa alguma da violência sexual que sofreu; essa vítima define-se como aquela mulher que é vista por todos a sua volta como íntegra, casta, que não sai de sua casa com o intuito de divertir-se, veste-se da maneira como ditam as regras conservadoras, defende a todo custo sua virgindade, mesmo que isso retire dela sua própria vida. No mesmo momento dessa discussão, Sousa também compara a “vítima perfeita” com a imagem do que se chama de “mulher para casar”. No momento em que a vítima foge de uma dessas regras, boa parte das pessoas começa a vê-la com maus olhos, gerando comentários que soam muito cruéis para as vítimas, tal como o que está presente em um dos relatos:

Ele me disse que eu chamava a atenção para isso e que deveria mudar. (Relato 6).

Ainda no contexto de ideal de vítima, existem aquelas que experienciaram a violência sexual enquanto ainda eram crianças, as quais, como explicita Sousa (2017), estariam em uma situação em que se enquadrariam ainda mais como vítimas perfeitas, dado que são completamente frágeis e vulneráveis; contudo, na prática, o desenrolar dos eventos não se dá bem assim: em todas as vezes que uma criança afirma que sofreu algum tipo de abuso, ela sempre é questionada acerca da veracidade da informação que ela está transmitindo, mais ainda se o suposto criminoso for algum integrante da família; nessas circunstâncias, a criança é muitas vezes descreditada, levando a uma falta de investigação por parte dos pais e das autoridades, como surpreendentemente é o que acontece na maioria dos casos, como sinaliza o relato em que uma mulher conta o que se passou depois que seu avô a violentou quando ela tinha cinco anos de idade:

Ninguém, nem meu próprio pai acreditou em mim. (Relato 10).

No site da Revista Super interessante, Karin Hueck (2015) produziu uma reportagem acerca da impunidade de estupros no decorrer da história. Nela, a autora conta a história de Luci, uma adolescente de 13 anos que foi violentada e não teve seus direitos atendidos – assim como essa mulher que foi violentada enquanto ainda era criança (Relato 10), não tendo tido apoio nem de sua família, amigos ou autoridades, ficando em silêncio por muitos anos.

Segundo o Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, todos os anos cerca de 50 mil pessoas são estupradas no Brasil. Esses são os números oficiais, obtidos a partir da papelada formal. Mas eles não correspondem à realidade. O estupro é um dos crimes mais subnotificados que existem e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada estima que os dados oficiais representem apenas 10% dos casos ocorridos. Ou seja, o verdadeiro número de pessoas estupradas todos os anos no Brasil é mais de meio milhão. [...] Os casos registrados são baixos porque existe um comportamento

persistente que cerca o estupro: o silêncio. Vítimas não denunciam seus agressores, policiais não investigam as acusações, famílias ignoram os pedidos de ajuda, instituições não entregam seus criminosos – esses mecanismos invisíveis fazem com que 90% da violência sexual jamais seja conhecida por ninguém. E isso, sim, é um crime ainda maior do que a soma de cada caso. (HUECK, 2015).

Essa falta de confiança no que a vítima diz, infelizmente não é uma característica exclusiva de casos que envolvem crianças, mas pode-se observar isso até mesmo em pessoas que se enquadram na imagem de “vítima perfeita” que o imaginário social criou. Nos relatos, podemos perceber que, apesar de todos os fatos mostrarem que a vítima não teve culpa alguma na ocasião, ela sente da mesma maneira medo e vergonha de (d)enunciar, visto que, imaginariamente, se tem uma ideia de que, no momento em que a mulher é estuprada, ela perde sua honra, fazendo com que até mesmo uma “vítima perfeita” tenha o mesmo receio que uma vítima que não se encaixe nesse perfil.

Em uma das situações relatadas, em que uma mãe e sua filha são surpreendidas por criminoso, que as rouba e estupra a jovem, nenhuma das duas sentiu-se à vontade para dizer o que aconteceu a alguém, como é visto quando ela diz:

Nenhuma palavra foi dita nem de consolo era como se aquilo nunca tivesse existido. [...] Minha mãe pediu para não fazer nenhum boletim porque ela não queria que ninguém soubesse. (Relato 2).

Essas imposições revelam toda sua crueldade em outro dos relatos coletados, em que a vítima diz que apenas foi capaz de escrever no site, uma vez que na *web* sente-se mais confortável para falar acerca do ocorrido, pois o ambiente oferece relativo sigilo e distância dos julgamentos por parte de quem lê, além do fato de outras mulheres também, juntamente com ela, exporem o que sofreram:

Queria compartilhar a minha. Parece estranho, mas falar alivia e ajuda noutras mulheres. (Relato 1).

Para ela, abrir-se fora desse ambiente digital é uma tarefa árdua, pois, a partir do momento em que a mulher diz “ele foi o homem que mais amei na minha vida” (Relato 1) ela já se torna alvo de desconfiança por parte de quem ouve ou lê seus relatos e passa, em casos mais graves, a ser vista como aquela que buscou o que lhe ocorreu, o que, na verdade trata-se de uma herança de tempos mais antigos da história: na Idade Média e alguns períodos posteriores, quando uma mulher casava-se com um homem, ele detinha do poder de fazer o que desejasse com ela, principalmente no que tangenciasse à sexualidade do casal; esse costume se estendeu por séculos, criando uma ideologia que ainda hoje ressoa e produz sentidos, fazendo com que a mulher sinta que ela é (também) culpada na situação.

No que tange aos casos de assédio no ambiente de trabalho, as justificativas para a não denúncia são variadas: vão desde a vergonha ao simples medo de perder o emprego. O abuso pode ser realizado por colegas de trabalho ou por superiores, sendo esses mais graves, uma vez que possuem diversas ferramentas de ameaça, algumas delas extremamente eficazes para o silenciamento da vítima, tal como a demissão. Em um dos depoimentos postados no *site*, a mulher diz:

Em um dado momento precisei de um emprego e pude contar com ele, que em empregou e me deu muito apoio. [...] Ele era meu chefe. Foi aí que começou meu inferno. (Relato 1).

Em meio a muitos outros relatos, a pior parte desse tipo de abuso sexual, o da esfera trabalhista, é que se vive uma grande crise empregatícia no Brasil, como afirmou a última pesquisa do IBGE, divulgada no Jornal *El País* (31 de maio de 2019), o desemprego no Brasil atualmente chega a 12,4%, mostrando que conseguir um emprego nos últimos tempos tem sido algo muito difícil. Em vista disso as pessoas sentem muito medo de perderem o que já possuem. Também em face dessa cruel realidade, muitas mulheres que sofrem abusos não (d)enunciam, visto que correm risco de serem desligadas do trabalho, assim perdendo seu meio de sustento. O agressor usa esse fato como arma de ameaça implícita para que a vítima não o (d)enuncie a ninguém. Novamente, quando olhamos para o conceito de política de silenciamento local (ORLANDI, 1992), vemos que, em casos como esse, o criminoso cala a mulher, causando-lhe ainda outros danos:

Ele começou a se irritar e me agredir física e moralmente. [...]. Me diminuía na frente de outros funcionários e clientes. (Relato 1).

No que se refere aos obstáculos encontrados pelas vítimas no ato da denúncia jurídica especificamente, está a impunidade que insiste em se fazer presente no sistema judicial brasileiro.

Em um dos relatos, a vítima afirma que o homem que a violentou fora preso (Relato 3). Entretanto, ainda que, ao menos por um momento, o criminoso tenha recebido sua merecida punição – o que contradiz as estatísticas –, se continuamos a leitura do relato, veremos que:

Descobri que fiquei grávida e depois de muito sofrimento resolvi abortar. [...] Em seguida a juíza que julgou o caso decidiu soltar o estuprador, sugerindo que eu vou incriminei para poder abortar. (Relato 3).

Desse modo, notamos que essa mulher, além de ter sido vítima de seu agressor, também foi vítima das condições nas quais estava inserida: o frágil sistema judiciário dessa vez agiu como dispositivo de silenciamento, pois, a partir do momento que as mulheres testemunharem uma situação como essa, em que a vítima viu seu agressor sair livre e ela ser considerada culpada, o desejo de

denunciar será cada vez menor. Assim, a ausência de punição não só é um evento que gera um sentimento de insegurança, mas também é um agente do silenciamento de vítimas de abuso sexual, pois, como se pode observar nos relatos, a vítima já se sente culpada pelo que lhe ocorreu por motivos particulares que variam de caso para caso, presentes todos nessa memória discursiva que constitui a “cultura do estupro”. Se, além dessa culpa, ela tiver que carregar ainda o fardo de ser considerada culpada pelo aparato jurídico, isso se torna um motivo a mais para que sintam que ficarem caladas não é uma opção, mas sim uma obrigação. Outro exemplo da culpa que as mulheres sentem está em outro dos relatos:

Passei vários dias tentando me convencer que eu quis aquilo. [...]. A culpa era minha. (Relato 1).

Minha mãe pediu para não fazer nenhum boletim porque ela não queria que ninguém soubesse. [...]. Engravidei, mas abortei. [...]. Eu não tive culpa [...] e eu ainda digo isso pra mim todos os dias. (Relato 2).

Aquilo que se convencionou chamar de “cultura do estupro” está tão presente em nossa sociedade, constituindo os sujeitos, que até mesmo o amigo de uma das vítimas foi incapaz de auxiliar sua amiga nesse momento delicado, como ela mesma conta:

Ele [o amigo] falou que [eu] “sabia que eu queria” que a “forma como eu conversava e me vestida de jeans era chamativo. [...]. Conte para ele o ocorrido e ele me disse que eu chamava a atenção para isso e que deveria mudar. (Relato 6).

Nesse trecho vê-se explicitamente a “censura”, ou seja, o silenciamento local (ORLANDI, 1992) que foi empreendido pelo amigo da vítima e, apesar de não ter sido feito por algum órgão público, teve a mesma capacidade de fazer com que aquela mulher sentisse a obrigação de se calar.

Apesar de todo esse tempo ainda odeio os meses de agosto ainda lembro com detalhes e muito nojo tudo que aconteceu, não desabafei com ninguém, sei que existem milhares de mulheres que como eu sofri o maior trauma de suas vidas, hoje eu tenho depressão, eu sei exatamente da onde veio isso eu não tive culpa minha mãe também não eu ainda digo isso pra mim todos os dias. (Relato 2).

Esse trecho dos relatos é um pouco mais extenso, dado que acreditamos sintetizar bem tudo o que foi posto até aqui. A autora do relato explicita para os leitores que o crime sofrido por ela ainda a faz sofrer muito, mesmo após muitos anos terem se passado; contudo ela jamais procurou alguém, seja para denunciar judicialmente o criminoso, ou para simplesmente aliviar a dor que sentia. Em virtude das condições de produção que constituem hoje o sujeito mulher que sofre abuso sexual, para a mulher era (é) um processo muito complexo deixar que todos soubessem desse fato, pois tais sobredeterminações

históricas a “censuraram”, fazendo com que, em uma situação em que seria completamente normal que ela buscasse ajuda, a mulher optasse por ficar em silêncio. E aqui vemos funcionar a política do silenciamento local (ORLANDI, 1992), a censura implícita nas relações entre as vítimas de abuso sexual com aqueles que estão ao seu redor, fazendo com que exista uma prática de silenciamento sobre essa prática de violência perpetrada à mulher.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na presente pesquisa, analisamos discursos de vítimas de abuso sexual, esses que acabaram por mostrar o quanto elas tem dificuldade para denunciar, assim (não) contatando as autoridades responsáveis e/ou (nem) compartilhando o abuso sofrido, observou-se que tais discursos são retomados para “justificar” possíveis práticas de silenciamento acerca da violência sexual perpetrada contra a mulher.

Olhando discursivamente para o processo de narrar essa violência, nossa pesquisa apontou para a existência de um grande sofrimento por parte das mulheres que foram vítimas de abuso sexual, dor essa derivada da extrema dificuldade encontrada por elas em expor para outras pessoas o que lhes ocorrera – seja por vergonha, preconceito, medo ou outros sentimentos –, acima de tudo, parece ser causado pelo que se convencionou chamar socialmente de “cultura do estupro”.

Desse modo, notamos que a prática de silenciamento acerca da violência sexual ocorre em decorrência dessa tal “cultura” que põe a vítima do abuso como também culpada; logo, faz as mulheres silenciarem-se perante a violência sexual e o sofrimento por ela causado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DIAS, Cristiane. *A discursividade da rede (de sentidos): a sala de bate-papo HIV*. 2004. Tese (Doutorado em Linguística) Universidade Estadual de Campinas – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Campinas-SP, 2004.

HUECK, Karin. Como silenciamos o estupro. In: **Superinteressante**, 17 set. 2015. Disponível em: <https://super.abril.com.br/comportamento/como-silenciamos-o-estupro/>. Acesso em: 10 ago. 2019.

KOMESU, Fabiana. *Blogs e as práticas de escrita sobre si na internet*. In: Marcuschi, Luiz Antonio e Xavier, Antonio Carlos (orgs.). *Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção do sentido*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004. p. 110-119.

ORLANDI, Eni L. P. Do sujeito na história e no simbólico. In: _____. *Língua e conhecimento lingüístico: para uma história das idéias no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002, p. 65-73.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* [1975]. Trad.: Eni Pulcinelli Orlandi [et al.]. 4. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

SOUSA, Renata Floriano de. Cultura do estupro: prática e incitação à violência sexual contra mulheres. **studos Feministas**, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 9-29, Abr. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2017000100009&lng=en&nrm=iso. Acesso em 15 jul. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n1p9>.

ESTUDO SEMIÓTICO SOBRE AS RELAÇÕES DE SENTIDO ENTRE A OBRA DOM QUIXOTE, AS ILUSTRAÇÕES DE GUSTAVE DORÉ E AS GRAVURAS DE CANDIDO PORTINARI

Gabriele Eduarda de Oliveira (PIC, Fundação Araucária)
Unespar/Apucarana, gabriele_eduarda@hotmail.com
Ana Paula de Ferreira Mendonça (Orientador), anapuella@gmail.com
Unespar/Apucarana

Palavras-chave: Semiótica; percurso gerativo do sentido; Dom Quixote de la Mancha; Gustave Doré; Portinari; ilustração.

INTRODUÇÃO

A obra Dom Quixote de la Mancha de Miguel de Cervantes (1541-1616), que norteia o presente estudo, possui um caráter tão universal que mantém a obra viva até a atualidade. Sendo considerada uma das obras mais importantes produzidas, não só na Espanha, mas no mundo todo, a história do Cavaleiro da Triste Figura, continua causando fascínio mesmo depois de mais de 400 anos de sua primeira publicação, fazendo-se presente em inúmeras representações nas mais diferentes artes, tais como o teatro, a poesia, a música, o cinema e pintura.

O herói construído por Cervantes, diferentemente dos que eram comumente retratados por outras narrativas contemporâneas a de Dom Quixote, possuía uma peculiaridade, quer seja uma aparente ‘loucura’, adquirida após a leitura de inúmeros romances de cavalaria, e nem por isso deixando de ser tão honrado e valoroso quanto os inúmeros Reis Arthur e Amadises de Gaula.

Dom Quixote é um velho fidalgo que se envolve intensamente com romances de cavalaria, a ponto de desejar se tornar um, como lia nos livros. Quixote decide, então, partir numa aventura, buscando ‘fazer o bem’ e encontrar sua amada donzela, igual à de seus heróis. O herói convence Sancho Pança a ser seu escudeiro em troca de terras e riquezas. A narrativa se desenrola com atos impensáveis de Dom Quixote até o momento em que recobra a sua lucidez.

Como dito anteriormente, a narrativa única de Cervantes perdura até os dias atuais e, ao longo do tempo, serviu de inspiração para outros artistas que tomaram o Cavaleiro da Triste Figura como referência para a produção de novas obras. Entre esses artistas, dois se destacam neste estudo, e suas obras serão conjuntamente analisadas.

Trabalharemos com dois artistas, Candido Portinari (1903-1962) e Gustave Doré (1832-1883). Portinari foi um dos maiores pintores brasileiros do século XX. Conhecido internacionalmente até os dias de hoje, recebeu diversos prêmios durante a vida, chegando a ser convidado para pintar os painéis Guerra

e Paz que estão na sede da ONU em Nova Iorque. Em 1956, criou uma série de desenhos a lápis sobre cartão, a pedido da Editora José Olympio, para ilustrar uma possível edição brasileira de D. Quixote, mas infelizmente o projeto foi abandonado.

Gustave Doré, por sua vez, foi um dos mestres da litogravura e, em sua vida, ilustrou mais de 120 obras, entre elas *Dom Quixote de la Mancha*, cuja tradução, pela Editora Nova Fronteira, será trabalhada neste projeto. Doré também ilustrou *Contos jocosos* de Honoré de Balzac, *O Paraíso Perdido* de Milton, *Gargântua e Pantagrue* de Rabelais, *O Corvo* de Edgar Allan Poe e também a *Bíblia*.

Este trabalho será feito com base na Semiótica estruturada por Algirdas Julien Greimas. Essa teoria destaca-se pela ênfase dada ao texto como objeto de significação, sendo possível destacar em sua formulação a contribuição de Louis Hjelmslev, que mostrou ser possível analisar o plano do conteúdo separadamente do plano da expressão. Utilizaremos como referência neste artigo duas obras de Antônio Vicente Pietroforte, com o auxílio também de textos de Diana Luz Pessoa de Barros e de José Luiz Fiorin, autores que, a partir dos ensinamentos de Greimas, servem-se da semiótica para explicar o que o texto diz e como faz para dizer o que diz.

A razão para escolhermos essa teoria semiótica de origem greimasiana baseia-se na sua capacidade de leitura estrutural e imanente, possibilitando assim um método de análise capaz de revelar os mecanismos de produção do sentido através do estudo do *percurso gerativo de sentido*. É possível dividir o percurso em três patamares, sendo cada um dos patamares apresentando um componente sintático e um componente semântico. Os três níveis podem ser divididos em profundo ou fundamental, narrativo e discursivo. Na primeira etapa (nível profundo) do percurso é onde encontramos a significação numa oposição semântica base da construção do texto. Trata-se do nível onde delimitamos os valores apresentados no texto, com as categorias fundamentais determinadas como eufóricas e disfóricas. A segunda etapa (nível narrativo) organiza a narrativa, do ponto de vista do sujeito. Nesse nível não se trata mais da afirmação ou negação de conteúdo, mas da transformação pela ação do sujeito. Na terceira e última etapa (nível discursivo), examinamos como as formas abstratas são revestidas por elementos que dão concretude e as relações de enunciação entre os sujeitos narrativos.

MATERIAIS E MÉTODOS

Greimas define o plano do conteúdo como significado do texto, sendo o plano de expressão a manifestação desse conteúdo. Notamos, então, que os planos de conteúdo e de expressão estão interligados. O plano de conteúdo trabalharia o que o texto diz, enquanto o plano de expressão se refere como é expresso o conteúdo do texto. Pietroforte assim se pronuncia sobre os dois planos:

O plano da expressão passa a ser tomado como objeto de estudo quando uma categoria do significante se relaciona com uma categoria do significado, ou seja, quando há uma relação entre uma forma de expressão e uma forma de conteúdo. (PIETROFORTE, 2012. p. 8).

Pietroforte, a partir das contribuições de Jean-Marie Floch, destaca também a importância do conceito de semissimbolismo. Segundo esses autores, denomina-se semissimbólica a relação entre categorias do conteúdo e da expressão. Essa relação é arbitrária, porque está fixada em um contexto, mas ainda é motivada pela relação que se estabelece entre os dois planos da linguagem.

Além da base teórica previamente apresentada, abordaremos, para teorizar sobre as imagens, a obra de Eduardo Neiva Jr. *A Imagem. Para o autor*:

A imagem é basicamente uma síntese que oferece traços, cores e outros elementos visuais em simultaneidade. Após contemplar a síntese é possível explorá-la aos poucos; só então emerge novamente a totalidade da imagem. (NEIVA JÚNIOR, 2002, p.5)

Neiva Júnior nos fala que a imagem, apesar de o parecer à primeira vista, não é formada pela semelhança com o objeto representado. Essa semelhança não é igual à representatividade. “A imagem, enquanto tal, dispensa a semelhança. O que se chama de semelhança talvez seja mera familiaridade” (NEIVA JÚNIOR, 2002, p.11).

É possível afirmar que a imagem representa algo, por ser semelhante ao objeto. Apesar dessa afirmativa, a imagem não se define como representação, ainda que possua uma capacidade de referenciação. Essa capacidade é uma propriedade linguística.

De acordo com Jakobson¹⁸⁹ (apud NEIVA JR., 2002 p.11), os signos visuais e auditivos são autônomos, independentes um do outro. Sendo assim, eles podem se atrair ou se repelir. Completando seus pensamentos, Jakobson questiona acerca da concepção de que a imagem só faria sentido quando relacionada aos objetos representados.

A obrigatoriedade de referência na imagem é fruto do imperialismo da língua, mas esse conceito é uma das funções essenciais dos signos linguísticos, apesar de não ser a única.

Neiva Jr comenta que a percepção do mundo visível depende de um processo seletivo e racional e o motivo para a imagem nos parecer autônoma é porque se confunde com o real e não existe nada ao qual se subordine. Ao não depender de convenção, a imagem cria existência e, para que se tenha

¹⁸⁹ JAKOBSON, Roman. Visual and auditory signs. In: JAKOBSON, Roman. **Selected Critings**: Word and Language. Hague/Paris: Mouton, 1971. v. 2.

imagem, é preciso de algo além de cores, formas e volumes: é necessário consciência. Em suma, a imagem é o resultado de um julgamento.

Indo além, Neiva Jr nos afirma que a distinção da imagem seria a presença e essa presença autoriza que o mundo sensível seja representado com maior diversidade devido à pluralidade de pontos de vista. Sendo essencialmente presença, nunca uma imagem é impossível, independente se o objeto representado tenha como ser construído materialmente ou não.

Plínio e Platão são reportados pelo autor para ilustrar a questão da imagem como imitação da realidade, que seria uma questão visual e filosófica. Plínio expressa um fascínio extremado pela imitação como um critério de habilidade e valor na produção de imagens, em sua obra *Naturalis historia*. Para Neiva Jr, quando se escolhe fazer uma imitação por representação e semelhança, ocorre uma perda: “a imagem deixa de ser uma presença atemporal e passa a procurar o eterno no transitório” (NEIVA JÚNIOR, 2002, p. 27), ou seja, a imagem, buscando evocar o que é efêmero, muda constantemente de aparência.

Já Platão via no mundo a nossa volta uma imagem, apesar de distorcida, da ordem divina e verdadeira, uma imitação do que é verdadeiramente perfeito. Para o filósofo, ainda a imagem seria um grau do processo de conhecimento; existiria o objeto, o nome, a definição, a representação e, por último, o conhecimento e o entendimento. Quando a representação é imitativa, o que temos como verdade passa a ser um padrão lógico que julga as imagens, permitindo uma seleção, exclusão ou até a condenação.

Tendo em vista esses conceitos apresentados, a imagem autônoma e a imagem como imitação, não há dúvidas sobre qual perspectiva trabalharemos. Cada representação visual é única e produz sentidos próprios. Apesar de as imagens representarem *Dom Quixote*, elas poderão durante as análises mostrar diferentes processos de significação.

Este trabalho propõe observar e analisar os diferentes processos de geração de sentido, na obra literária e nas imagens relacionadas, através da perspectiva semiótica greimasiana. Partindo do concreto ao mais abstrato, busca-se compreender as maneiras como o texto está desenhado para fazer produção de sentido. Observa-se, também, como se dão as transformações presentes nos textos, de seus estados iniciais até os finais.

A sintaxe narrativa caracteriza-se principalmente pela relação de transitividade entre dois actantes, o sujeito e o objeto. Existem duas diferentes funções transitivas, a *junção* e a *transformação*, que estabelecem, no texto, a distinção entre estado e transformação. Esses dois tipos de enunciados fazem parte do programa narrativo, componente fundamental da análise semiótica. Trata-se, aqui, de observar como essa sequência de dados enunciativos, com sua complexidade e suas hierarquias, valores e relações de elementos constituintes, se dá no texto. Dentro da organização colocada por Barros (2012)

sobre a semiótica greimasiana, destacamos a importância de cada personagem, cada ato, desdobramento, ambiente e toda sucessão de acontecimentos presentes na obra.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Agora colocaremos em execução o percurso gerativo de sentido, em busca de compreender os níveis de leitura do texto verbal e dos textos imagéticos, contemplando todos os níveis, do mais profundo ao mais superficial.

Estruturas profundas

O nível das estruturas profundas ou fundamentais é o mais abstrato de todos, em que se concebe uma oposição semântica mínima. Em *Dom Quixote* a euforia é apresentada como efeito de status de cavaleiro andante, desejada e idealizada pela personagem principal. Dom Quixote, a princípio, mostra-se apenas como um velho fidalgo que “com o muito ler e o pouco dormir se lhe secou de tal maneira o cérebro, que perdeu o juízo” (CERVANTES, 2016, p.88), até que demonstra interesse em se tornar um cavaleiro andante, como é possível notar no trecho abaixo:

Já fraco da razão, ocorreu-lhe o mais estranho pensamento que jamais nutrira outro louco nesse mundo: pareceu-lhe conveniente e necessário, tanto para acréscimo de sua honra como para serviço da república, fazer-se cavaleiro andante, e ir-se por todo mundo com suas armas e seu cavalo, em busca de aventuras e a exercitar-se em tudo que havia lido sobre cavaleiros andantes, desfazendo todo gênero de agravos, enfrentando oportunidades e perigos, onde, vencedor pudesse granejar fama e nomes eternos. (CERVANTES, 2016, p. 89)

Dom Quixote passa de um simples fidalgo para um cavaleiro andante, através de sua ordenação á ordem cavalaria por um vendeiro, a quem Dom Quixote em seus delírios tomou por castelão. Pode-se depreender daí a oposição semântica mínima de realidade(disforia) vs. fantasia(euforia), passível de representação pelo seguinte quadrado semiótico:



Estrutura intermediária

Barros (2005) define o programa narrativo como um enunciado de fazer que rege um enunciado de estado. Fiorin (1989) exemplifica esses dois enunciados elementares, apontando que o enunciado de estado estabelece relações de junção (disjunção e conjunção) entre um sujeito e um objeto, enquanto que o enunciado de fazer mostra a passagem de um estado para outro. Nesse nível encontraremos em primeira instância a vontade de Dom Quixote de se tornar cavaleiro, em seguida a Manipulação de Dom Quixote para que Sancho Pança se torne seu escudeiro, e suas aventuras a partir desse ponto. A manipulação por tentação é notada na seguinte citação:

Entrementes, Dom Quixote mandou chamar um lavrador seu vizinho, homem de bem (se é que pode dar tal título ao que é pobre), mas de muito pouco sal na moleira. Para encurtar razões, tanto lhe falou, tanto o persuadiu e lhe prometeu, que o pobre vilão decidiu sair com ele e servir-lhe de escudeiro. Dizia-lhe Dom Quixote, entre outras coisas, que se dispusesse a segui-lo de bom grado, porque talvez lhe sucedessem aventuras onde, por dá cá aquela palha, ganhasse alguma ilha, em que pudesse deixar seu escudeiro como governador. Por essas e outras promessas, Sancho Pança (assim se chamava o lavrador) abandonou mulher e filhos e se empregou de escudeiro do vizinho. (CERVANTES, 2016, p. 130-131)

Dom Quixote utiliza-se de diversas promessas para convencer Sancho a se unir a ele, como escudeiro. A promessa de ilhas e riquezas que pudesse governar tenta Sancho Pança a ponto de deixar sua família para seguir o Cavaleiro da Triste Figura.

Em sua segunda tentativa, Dom Quixote, ao se deparar com um campo com vários moinhos de vento, afirma que os mesmos são gigantes. Apesar dos protestos de Sancho, ele arremete em direção aos moinhos e é derrubado pelas pás. Realiza, assim, uma série de performances, a fim de conseguir ser um verdadeiro cavaleiro.

Nisto, descobriram trinta ou quarentas moinhos de vento, que há naquele campo. Mal os viu, disse Dom Quixote ao escudeiro:
- A ventura nos vai guiando melhor as coisas do que pudéramos desejar; ali estão, amigo Sancho Pança, trinta desaforados gigantes, ou pouco mais, a quem penso em combater e tirar-lhes, a todos as vidas, e com cujos despojos começaremos a enriquecer; será boa guerra, pois é grande serviço prestado a Deus o de extirpar tão má semente da face da Terra. (CERVANTES, 2016, p. 135)

Avançando a narrativa, uma aventura de destaque é quando Dom Quixote arremete contra dois rebanhos de ovelhas e carneiros, acreditando que eram exércitos de dois inimigos mortais, formados por cavaleiros de renome, cujos nomes citava, explicando o porquê de os dois exércitos estarem prestes a se combater.

Voltou-se para ali Dom Quixote e viu que era verdade. Alegrou-se sobremaneira, pois julgou que eram, sem dúvida, dois exércitos, que vinham encontrar-se e pelejar, em meio daquela espaçosa planície. A todas as horas e momentos tinha ele a imaginação cheia daquelas fantasias de batalhas, encantamentos, sucessos, desastros, amores, desafios, que se contam nos livros de cavalarias, e tudo quanto falava, pensava ou fazia era encaminhado a coisas semelhantes. A poeirada, que visto, provinha de dois grandes rebanhos de ovelhas e carneiros, que por aquele mesmo caminho avançavam, vindos de duas partes diferentes. A poeira os mantinha invisíveis, até que se aproximaram mais. (CERVANTES, 2016, p. 219)

Apesar de todas as performances realizadas por Dom Quixote no primeiro volume, a sanção só é realizada no segundo volume da edição quando, ao encontrarem o Duque e a Duquesa, Dom Quixote toma conhecimento de que suas aventuras estão sendo contadas em um livro que circula pela região, e Sancho é nomeado Governador de um povoado, apesar de ficar com o cargo apenas uma semana.

É interessante notar que, ao longo de toda a narrativa, o par *realidade x fantasia* está sempre presente, e temos acesso através do narrador à realidade percebida por Sancho e à ‘fantasia’ percebida por Dom Quixote.

O plano de expressão investigado se faz por meio da identificação de formantes plásticos, de sintagmas, ou contrastes plásticos, e composição de níveis constituintes. Os sintagmas ou contrastes plásticos se distribuem segundo as dimensões presentes no nível da expressão de cada texto. Assim podemos trabalhar com o semissimbolismo presente nas imagens, caso em que a significação se dá pela correspondência de categorias, e não de elementos isolados, ou seja, as relações presentes entre os dois planos, o de conteúdo e o de expressão.

Observamos também que Portinari faz uso desse recurso de dualidade em suas ilustrações, quando destaca o rosto de Dom Quixote com um quadrado azul, contrastando com o fundo predominantemente amarelo de quase todas as ilustrações. Partindo para os textos imagéticos, os devaneios iniciais de Dom Quixote foram retratados das seguintes formas por Doré e Portinari.



D. Quixote na sua biblioteca de Gustave Doré, 1863.

Gustave Doré apresenta a personagem centralizada sentada em uma poltrona, com um livro e espada em mãos, sendo rodeado por diversas criaturas imaginadas, provenientes das mais diversas leituras de Dom Quixote. A única fonte de luz da gravura provém da janela, iluminando parcialmente o local, passando a sensação de um ambiente mais sombrio e assim tornando as criaturas presentes mais ameaçadoras por estarem na penumbra. Apesar de Dom Quixote estar no centro da imagem, não ocupa todo o espaço, sendo emoldurado por seus delírios.



Dom Quixote de cócoras com idéias delirantes de Cândido Portinari, 1956

Já Portinari, nos traz a personagem de cócoras, num fundo amarelo, as mãos pousadas em sua cabeça, com olhos delirantes e barba desalinhada. As cores predominantes na ilustração são o amarelo

presente no fundo e o azul utilizado nas roupas de Dom Quixote, essas cores são complementares no círculo cromático, e podem ter sido usadas para ressaltar a personagem, tendo em vista que ela ocupa quase toda a totalidade espacial da imagem.

A complementaridade azul/amarelo do plano de expressão pode se corresponder analogicamente com a complementaridade sanidade/loucura presente ao longo da narrativa e das ilustrações de Portinari. Podemos traçar uma relação entre o azul que cerca o rosto de Quixote, com a sua fantasia particular, onde o mundo se molda de acordo com sua imaginação, enquanto que o amarelo presente ao fundo seria uma representação da realidade como ela é de verdade, a que é vista por Sancho Pança e as outras personagens do romance.



Dom Quixote investe contra um gigante (moinho de vento) de Gustave Doré, 1863

Novamente Doré centraliza a imagem de Dom Quixote, mas não ocupa todo o espaço, sendo possível ver Sancho Pança ao fundo parecendo desesperado com as atitudes do amo, juntamente com vários outros moinhos. A luz presente na cena fica em segundo plano, atrás de Dom Quixote. A luz presente está atrelada à realidade, assim com a escuridão se liga à fantasia. A pouca presença de luz e sua predominância apenas em segundo plano enfatizam esse aspecto ainda mais, Dom Quixote fica encoberto pelas sombras da sua fantasia, enquanto o mundo ao redor se mantém real.



Dom Quixote arremetendo contra o moinho de vento de Cândido Portinari, 1956

Portinari focaliza sua ilustração na figura de Dom Quixote. Sancho Pança não aparece na imagem e a única parte do moinho visível é a pá que Dom Quixote acerta. O fundo em amarelo claro contrasta novamente com o azul de Quixote, e o quadrado azul continua emoldurando a face do Cavaleiro.



Dom Quixote acomete um dos exércitos (rebanho de ovelhas) de Gustave Doré, 1863

Essa gravura de Doré, diferentemente das outras, é mais clara e iluminada. Dom Quixote é centralizado, juntamente com as ovelhas do rebanho. Os pastores e Sancho Pança aparecem ao fundo, e é possível notar que há a presença das nuvens de poeira levantadas pelos dois rebanhos.



Dom Quixote atacando um rebanho de ovelhas de Cândido Portinari, 1956

Essa imagem apresenta um plano de fundo maior dos que foram apresentados anteriormente por Portinari. A cor base de fundo, o amarelo, permanece e é possível observar um número grande de ovelhas vindas do plano de fundo até a frente, juntamente com Dom Quixote. Um dos pastores corre atrás do cavaleiro enquanto o outro permanece sentado com expressão desolada, Sancho mais ao fundo também vem em direção a Dom Quixote, que assim como em outras ilustrações de Portinari, tem o rosto circundado pelo mesmo quadrado azul. Nessa imagem Portinari leva nosso olhar para além de Dom Quixote, mostrando como as ações de Quixote estão tendo reações no mundo real, muitas vezes tendo consequências caóticas para a sociedade. Isso se faz presente na ação dos pastores, ao irem atrás de Dom Quixote, assim como Sancho Pança, que tenta ao máximo evitar que as ações do cavaleiro tenham proporções maiores.

Programa narrativo

Podemos sintetizar a obra em programas narrativos, nos quais os sujeitos do fazer realizam transformações sobre os sujeitos de estado, em conjunção ou disjunção com o objeto-valor. Os programas narrativos conseguem mostrar todas as ações e os sujeitos nelas envolvidos. BARROS (2003) assim representa os programas narrativos:

$$PN = F [S1 \rightarrow (S2 \cap Ov)]$$

F = função; \rightarrow = transformação; S1 = sujeito do fazer; S2 = sujeito do estado; \cap = conjunção; U = disjunção; Ov = objeto-valor.

Seguindo esse modelo, podemos destacar no texto de Cervantes:

PN1 = F (Dom Quixote, tomado por suas ideias provindas dos seus romances de cavalaria, decide tornar-se também um Cavaleiro andante)

[S1 (Dom Quixote) → S2 (Dom Quixote) ∩ Ov (Cavalaria, liberdade)]

Enunciado de estado – F junção (S,O)

O estado de Dom Quixote em relação à cavalaria

“Cumpre saber que, nos momentos de ócio (que eram os mais numerosos do ano), o sobre dito fidalgo se punha a ler livros de cavalaria com tanto empenho e gosto, que quase por completo se esquecia do exercício da caça e da administração da fazenda; e a tanto chegaram sua curiosidade e seu desatino, que vendeu muitas jeiras de terras férteis para comprar livros de cavalaria, levando para casa todos os que pôde obter.” P.88

Enunciado de fazer – F transformações (S, O)

A transformação de Dom Quixote para se tornar cavaleiro

“Já fraco da razão, ocorreu-lhe o mais estranho pensamento que jamais nutrira outro louco nesse mundo: pareceu-lhe conveniente e necessário, (...) fazer-se cavaleiro andante, e ir-se por todo mundo com suas armas e seu cavalo.” P.98

PN1 = F (Dom Quixote, tomado por suas ideias provindas dos seus romances de cavalaria, decide tornar-se também um Cavaleiro andante)

[S1 (Dom Quixote) → S2 (Dom Quixote) Ov (Cavalaria, liberdade)]



Ilustração 1



Ilustração 2

Através das ilustrações 1¹⁹⁰, de Gustave Doré e 2¹⁹¹, de Candido Portinari podemos ver que cada um dos dois artistas nos apresenta uma ideia distinta de Dom Quixote, Doré nos passa a sensação de um Dom Quixote mais sério e sombrio, devido ao estilo e a escolha do preto; já Portinari traz uma versão mais fantasiosa. É interessante notar que apesar de serem baseados no mesmo trecho da obra, suas manifestações no plano de expressão são muito diferentes.

PN2 = F (Dom Quixote convence o dono da venda a nomeá-lo cavaleiro após passar a noite na venda, acreditando que era um castelo)

[S1 (Dom Quixote) → S2 (Dono da venda) ∩ Ov (Nomeação, Cavalaria)]

PN3 = F (O barbeiro e o cura queimam a biblioteca de Dom Quixote a fim de ajudá-lo a parar com os devaneios de cavalaria)

[S1 (Barbeiro e cura) → S2 (Dom Quixote) U Ov (Biblioteca, Inspiração)]

PN4 = F (Dom Quixote convence Sancho Pança a ser tornar seu escudeiro em troca de nomeá-lo Governador de uma ilha)

[S1 (Dom Quixote) → S2 (Sancho Pança) ∩ Ov (Escudeiro)]

PN5 = F (Dom Quixote ataca os moinhos de vento, acreditando que os mesmos eram gigantes)

[S1 (Dom Quixote) → S2 (Dom Quixote) ∩ Ov (Cavalaria, Honra)]



Ilustração 3



Ilustração 4

¹⁹⁰ D. *Quixote na sua biblioteca* de Gustave Doré, 1863.

¹⁹¹ *Dom Quixote de cócoras com idéias delirantes* de Cândido Portinari, 1956.

Ao comparar a ilustração 3¹⁹² e a ilustração 4¹⁹³ é possível notar que a dimensão espacial das obras é diferente. Enquanto Doré nos mostra ao fundo toda uma profundidade cheia de detalhes, Portinari foca toda nossa atenção sobre Dom Quixote, colocando a figura do herói em quase toda totalidade espacial da imagem. Apesar disso, ambas possuem muito contraste luz/sombra, Portinari através das cores e Doré através do plano de fundo mais claro.

PN6 = F (Dom Quixote e Sancho se envolvem em uma briga com os donos da venda onde estavam hospedados e são expulsos do local)

[S1 (Donos da venda) → S2 (Dom Quixote e Sancho) U Ov (Abrigo, repouso)]

PN7 = F (Sancho é arremessado ao alto através de um lençol por homens que viram a briga com o vendeiro)

[S1 (Homens) → S2 (Sancho Pança) U Ov (Diversão, Zomba)]

PN8 = F (Dom Quixote vê os dois rebanhos de ovelhas indo um em direção ao outro, acreditando que são dois exércitos, entra no combate)

[S1 (Dom Quixote) → S2 (Ovelhas) ∩ Ov (Combate, Honra, Cavalaria)]



Ilustração 5



Ilustração 6

As ilustrações 5¹⁹⁴ e 6¹⁹⁵ são as mais semelhantes dentre todas, em questão de composição, pois Portinari vai além e mostra um plano maior, que é mais característico de Doré. A posição de Dom

¹⁹² *Dom Quixote investe contra um gigante (moinho de vento)* de Gustave Doré, 1863

¹⁹³ *Dom Quixote arremetendo contra o moinho de vento* de Cândido Portinari, 1956

¹⁹⁴ *Dom Quixote acomete um dos exércitos (rebanho de ovelhas)* de Gustave Doré, 1863

Quixote em relação às ovelhas é similar, assim como a preocupação de Sancho ao fundo e a reação dos pastores. Um ponto interessante são os detalhes escolhidos pelos autores: Portinari coloca em sua ilustração um sol, que não estava presente em nenhuma das obras até então, e Doré ressalta a poeira levantada pelas ovelhas. Esses dois detalhes estão presentes na narrativa, o sol representando o começo do dia, quando Sancho e Dom Quixote avistam os dois rebanhos e a poeira levantada, e isso demonstra que cada autor quis enfatizar aquilo que lhe era mais importante.

PN9 = F (Dom Quixote recupera o Elmo de Mambrino, na verdade uma bacia, de um Cavaleiro, na realidade um barbeiro)

[S1 (Dom Quixote) → S2 (Barbeiro) U Ov (Elmo)]

PN10 = F (Dom Quixote liberta prisioneiros que iriam para as galés, condenados a trabalho forçado)

[S1 (Dom Quixote) → S2 (Prisioneiros) ∩ Ov (Liberdade)]

PN11 = F (Os prisioneiros recém libertados assaltam Dom Quixote e Sancho Pança)

[S1 (Prisioneiros) → S2 (Dom Quixote e Sancho Pança) U Ov (Suprimentos, Dinheiro, Asno, Roupas)]

PN12 = F (Dom Quixote e Sancho acham em Serra Morena uma bolsa com roupas e dinheiro)

[S1 (Dom Quixote e Sancho) → S2 (Dom Quixote e Sancho) ∩ Ov (Dinheiro, Roupas)]

PN13 = F (Dom Quixote e Sancho Pança descobrem um cavaleiro chamado Cardênio, que vive na Serra Morena, ele conta sua história e passa a acompanhar os dois)

[S1 (Dom Quixote e Sancho Pança) → S2 (Cardênio) ∩ Ov (Companheirismo)]

PN14 = F (Dom Quixote pede a Sancho levar uma carta de amor para sua senhora Dulcineia)

[S1 (Sancho) → S2 (Dulcineia) ∩ Ov (Carta, Devoção)]

PN15 = F (Sancho perde a carta que deveria entregar a Dulcineia)

[S1 (Sancho) → S2 (Dulcineia) U Ov (Carta, Devoção)]

PN16 = F (O cura e o barbeiro convencem Sancho a levá-los até Dom Quixote, para que o tragam pra casa)

[S1 (Cura e barbeiro) → S2 (Sancho Pança) U Ov (Dom Quixote, Valores, Juramento)]

PN17 = F (O cura e o barbeiro se disfarçam para tentar convencer Dom Quixote a voltar para casa)

[S1 (Cura e o barbeiro) → S2 (Cura e o barbeiro) ∩ Ov (Disfarce, Ilusão)]

¹⁹⁵ *Dom Quixote atacando um rebanho de ovelhas* de Cândido Portinari, 1956

PN18 = F (Doroteia ajuda o cura e o barbeiro, pedindo ajuda a Dom Quixote)

[S1 (Doroteia) → (Dom Quixote) ∩ Ov (Ajuda, Dever)]

PN19 = F (Dom Quixote, Sancho e as pessoas que o acompanhavam, retornam a venda, onde tiveram sua primeira aventura.)

[S1 (Dom Quixote, Sancho e os outros) → S2 (Dom Quixote, Sancho e os outros) ∩ Ov (Abrigo, Repouso, Suprimentos)]

PN20 = F (O barbeiro de quem Dom Quixote havia recuperado o elmo de Mambrino, aparece na venda para cobrar o cavaleiro)

[S1 (Barbeiro) → S2 (Dom Quixote) U Ov (Elmo)]

PN21 = F (Quadrilheiros aparecem na venda com uma ordem de prisão para Dom Quixote e o colocam numa cela)

[S1 (Quadrilheiros) → S2 (Dom Quixote) U Ov (Liberdade)]

PN22 = F (Dom Quixote é levado preso, mas em seguida consegue se libertar)

[S1 (Dom Quixote) → S2 (Dom Quixote) ∩ Ov (Liberdade)]

PN23 = F (Dom Quixote e Sancho Pança voltam para casa, depois de todas as aventuras e desventuras, porém Quixote está muito doente)

[S1 (Dom Quixote e Sancho Pança) → S2 (Dom Quixote e Sancho Pança) ∩ Ov (Casa, Descanso)]

Estrutura discursiva

Podemos então fazer a tematização da obra analisada, pois pode ser considerada uma representação do real por meio de simulacros projetados em enunciados no texto. De acordo com Fiorin, as formas abstratas do nível narrativo são *revestidas* de termos que lhe dão concretude (2011, p.29). O principal tema aparente é o da Fantasia, mas ainda poderiam surgir outras leituras temáticas, como:

- a) tema da busca da liberdade do indivíduo de agir, pensar e viver, da forma que desejar.
- b) tema da desigualdade social, de divisões de classes muito discrepantes.
- c) tema do menosprezo a doenças mentais, taxadas como insanidade ou loucura.

As personagens da obra são pessoas que vivem na Espanha do século XVII, que buscam aventuras dignas dos romances de cavalaria, sendo essa a obsessão de Dom Quixote. Durante as aventuras, nos são mostradas as contrastantes realidades da época, pessoas que enganam e necessitam roubar para sobreviver, contrapondo-se às características comuns dos heróis de cavalaria.

Dom Quixote alçou os olhos e viu que, pelo caminho que palmilhava, se aproximavam uns 12 homens a pé, enfiados como contas de rosário numa

grande cadeia de ferro que lhes passava pelo pescoço, e todos algemados. (CERVANTES, 2016, p. 261)

A busca incansável de Dom Quixote pela cavalaria, sua paixão por Dulcineia e sua visão única da realidade contrapõe-se à visão realista de Sancho Pança, que funciona muitas vezes como voz da razão para seu amo, apesar de não ser ouvido.

- Veja bem vosmecê – observou Sancho – que aquilo que ali está não são gigantes, mas moinhos de vento; e o que neles parecem braços são as asas, que, impelidas pelo vento, fazem andar a pedra do moinho. (CERVANTES, 2016, p. 134)

No lado oposto ao da fantasia, afirmando o termo da realidade, destacam-se as tentativas por parte do cura e do barbeiro, com a ajuda da sobrinha do velho fidalgo, de fazer com que Dom Quixote desista de suas aventuras, por preocupação com a personagem e seu bem-estar, pois acreditavam que os livros eram o maior mal.

Riu-se o licenciado da simplicidade da ama e pediu ao barbeiro que lhe fosse passando os livros, um por um, para ver do que de tratavam, pois era possível que alguns não merecessem o castigo do fogo. (CERVANTES, 2016, p. 121)

Apesar de todas as tentativas dos dois, Dom Quixote não desistiu de seguir o caminho da cavalaria andante.

CONCLUSÕES

Em suma, este artigo procurou, através de uma observação estrutural, identificar como se articulam os sentidos ao longo do texto, tendo como suporte a oposição semântica básica, notada nos termos contrários *realidade x fantasia*. Durante o percurso narrativo, em certos pontos os termos se afirmam e em outros se negam.

É notado no decorrer dos extratos do texto que, apesar de só um personagem criar fantasias em sua mente, todos os outros personagens ao redor, com exceção de um, se convencem de que as fantasias, ou atos heroicos, são reais.

Na obra, em um primeiro momento o narrador nos diz que a obra é na verdade uma tradução, e em seguida nos apresenta o senhor fidalgo Quixana, que viria a ser Dom Quixote, cujo maior sonho era se tornar um cavaleiro, igual aos que lia em seus romances de cavalaria, e acaba levando Sancho Pança em sua jornada. Podemos entender que a princípio o cavaleiro manipula seu escudeiro para que o siga,

mas, ao longo da narrativa, percebemos que há uma mudança no comportamento de Sancho em relação a Dom Quixote.

As diversas ações de Dom Quixote ao longo da narrativa nos mostram que, apesar das loucuras fantasiosas, o cavaleiro tenta, da melhor forma possível, sempre fazer o que acredita, embora nem sempre de maneira convencional. Isso é perceptível nos episódios da venda, onde ficam hospedados Dom Quixote e Sancho Pança, e no episódio no qual Dom Quixote liberta os prisioneiros, por achar que seus crimes não mereciam a punição que lhes foi dada.

A narrativa se mostra tão complexa e elaborada quanto seus personagens e suas jornadas, tendo em vista as diversas pessoas que Dom Quixote encontra em suas aventuras até seu regresso a casa, quando se torna impossível continuar sua andança.

O autor da obra dá um tom de crítica ao sistema de governo absolutista e expansionista da época. Os valores que Dom Quixote possui, o apreço pela liberdade, por vezes vão de encontro aos valores da época, valores esses que não passam despercebidos aos olhos de outras personagens que o cavaleiro encontra na jornada. Alguns entram em sintonia com esses valores e outros não. Os que têm valores afins acabam entendendo a situação de Dom Quixote e o auxiliam na jornada, como é o caso de Cardênio, Dom Fernando e das damas Lucinda e Doroteia.

Tanto a narrativa verbal quanto as obras plásticas são meios de representação da realidade, sob três pontos de vista diferentes. As situações nas quais Dom Quixote e Sancho mergulham, raramente são exatamente como esperam, cada uma delas traz resultados inesperados, tanto para o herói quanto para o leitor. A análise de toda a obra pode nos levar a diferentes temas e figurações. Embora interligadas, o olhar particular de cada artista torna cada uma das três produções uma obra única, e cada uma delas produz seu próprio sentido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Teoria Semiótica do Texto**. 4. ed. São Paulo: Editora Ática, 2005. 88 p.

CERVANTES, Miguel de. **O engenhoso fidalgo Dom Quixote de la Mancha**: Volume 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016. 623 p. Ilustração Gustave Doré.

FIORIN, José Luiz. **Elementos de análise do discurso**. São Paulo; Contexto/EDUSP, 1989.

FONSECA, Maria Gabriella Flores Severo. **Lendo o Quixote nas ilustrações de Gustave Doré e Candido Portinari**. Scripta Alumni, Curitiba, n. 14, p. 1-17, jan. 2015

GREIMAS, Algirdas Julien. *Semiótica figurativa e semiótica plástica*. Tradução de Assis Silva. In OLIVEIRA, Ana Cláudia de (org.). **Semiótica plástica**. São Paulo: Hacker Editores, 2004.

GREIMAS, Algirdas Julien; COURTÈS, Joseph. **Dicionário de semiótica**. São Paulo: Contexto, 2008.

HELLER, Eva. **A psicologia das cores: como as cores afetam a emoção e a razão**. São Paulo: Gustavo Gili, 2013.

MARTHA, A. A. P. **Drummond e Portinari: Leituras do Quixote**. Espéculo (Madrid), UNIVERSIDADE COMPL. DE MADRI, v. 23, 2003. Disponível em:
<http://webs.ucm.es/info/especulo/numero23/drummond.html>

NEIVA JR., Eduardo. **A Imagem**. 2. ed. São Paulo: Ática, 2002. 96 p.

PIETROFORTE, A. V. S. **Análise do Texto Visual: a construção da imagem**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2007. v. 1. 110p

_____. **Semiótica Visual - os percursos do olhar**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2007. v. 1. 164p.

PORTINARI, Candido. *Quixote e Sancho Pança* (desenhos).

A ORTHOGRAPHIA DE ALCUÍNO DE YORK: ESTUDO DE UM MANUAL DO SÉCULO VIII

Gabrielly Cecília Geisler (PIC, CNPq)
Unespar/Campus de União da Vitória, gabriellygeisler@hotmail.com
Everton Grein (orientador)
Unespar/Campus de União da Vitória, evgrein@gmail.com

INTRODUÇÃO

O estudo de um manual do século VIII apresenta algumas dificuldades bastante significantes. Dentre essas dificuldades, destaque-se nesse sentido o material para as fontes bibliográficas usadas durante a pesquisa serem bastante escassos, tendo poucos autores discutindo sobre; há também a dificuldade que estes pesquisadores publicam em outros idiomas diferente do português como, inglês, francês e até mesmo o latim, pois não há uma tradução do *De Orthographia*. Dentre essas dificuldades, para elaborar a pesquisa há também alguns questionamentos que fizeram parte da problemática do projeto, para tentar entender a importância de enfrentar tais desafios para análise deste material. Talvez, o principal problema, do qual com grande êxito conseguimos responder ao longo da pesquisa foi: por que o estudo desses manuais ainda são muito importantes nos dias de hoje? Além de tentar entender o porquê destes estudos atualmente, a pesquisa também tentou sanar outros questionamentos, sendo eles: Qual foi o papel de Alcuíno de York no Renascimento Carolíngio? Ou seja, sabe-se que este período não teve grandes eventos históricos, porém este monge teve um papel fundamental na língua latina, logo, outro questionamento foi guiado através desta informação, qual a importância do estudo dos elementos da ortografia desde o período Medieval através da obra de Alcuíno de York? Pois, o estudo do *De Orthographia*, serviu de base para outros estudos do latim medieval e inclusive alguns artificios que Alcuíno usou para a padronização da língua que foi um grande sucesso na época, influenciando inclusive as línguas que surgiram após o latim.

A Pesquisa teve como objetivo geral fazer uma análise sobre a composição, estrutura e abrangência deste manual através dos estudos de gramática histórica. E para poder responder os questionamentos acima, a análise do *De Orthographia* de Alcuíno de York foi um trabalho dividido de três partes, seguindo os objetivos específicos propostos no Projeto de Iniciação Científica (PIC), dos quais se tratavam em: 1. Demonstrar o papel de Alcuíno de York no contexto das transformações do Renascimento Carolíngio; 2. Analisar a composição de sua obra *De Orthographia*; 3. Discutir o método empreendido pelo autor em relação ao Latim de seu tempo; 4. Verificar o processo formativo do Latim na Idade Média; e por fim, 5. Inferir sobre a influência e a contribuição de sua obra na Idade Média. Sendo guiada por esses cinco objetivos (que a exceção do primeiro foram divididos em dois grupos de dois objetivos), foi possível iniciar a pesquisa por quem foi Alcuíno de York e o seu contexto em relação

a corte Carolíngia, delimitando e se aprofundando na vida do monge, para assim construir uma introdução para o trabalho e depois elaborar um aprofundamento do manual ortográfico, o *De Orthographia*.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa teve como metodologia, seguir os objetivos descritos na introdução acima, ou seja, em um primeiro momento seguindo o primeiro objetivo foi elaborado uma pesquisa de quem foi Alcuíno de York e seus principais feitos até a escrita do manual, após isto, foram unidos os objetivos 2 e 3 e os objetivos 4 e 5. Nos objetivos 2 e 3, foi o momento da pesquisa que mais se aprofundou no *De Orthographia*, para a análise do tratado foi usado a versão de Sandra Bruni (1997), nesta edição, a escritora dividiu a gramática entre sessões, exemplo, <LITTERA A>, inicia-se no número [2] e vai até o [47], esses números foram deixados nesta sequência pela autora como referência aos versos bíblicos. Outro ponto a se ressaltar é que, apesar dessa edição possuir uma introdução em italiano, o texto do *De Orthographia* está em latim, o idioma original que foi escrito por Alcuíno, por isso neste capítulo há algumas passagens do idioma latino, como por exemplo, quando cita-se a regra que se aplica em palavras seguidas de A e C, “**Accusso per duo c et per duo s scribi debet, accedo per duo c.**”¹⁹⁶, (YORK, 1997, p.3) essas citações foram usadas nas explicações de muitas das regras que Alcuíno de York atribuiu ao latim, que ao longo do texto é perceptível que não se trata mais de um latim clássico, mas sim de um latim medieval que foi reformulado e adaptado pelo autor.

Ao mesmo tempo, que utilizamos muitas das citações para explicar regras atribuídas ao idioma por Alcuíno, também usamos neste momento, passagens para comparar o *De Orthographia*, com outros tratados ortográficos que foram fontes de inspiração para o autor, como por exemplo, Cassiodoro e Prisciano, estudiosos antecessores que foram fundamentais para Alcuíno e seu sucesso, pois este reformulou muito do que esses autores elaboraram. Porém, o que ele fez foi uma adaptação para um inovar em seu tratado, analisando erros e acertos dessas fontes e tentando adaptar para o seu tempo, um método que fosse eficaz para a padronização do latim, deste jeito o “ler em voz alta”, ou a fonética, foram artificios cruciais para esta reformulação da língua.

Para finalizar, através dos objetivos 4 e 5 houve uma análise da importância do tratado para o seu tempo e assim responder às problemáticas da pesquisa relatadas na introdução. Foi salientado, neste momento que uma das características da corte Carolíngia, foi que muitos autores surgiram neste período e muito deles produziram tratados ortográficos, mas o sucesso que Alcuíno obteve, serviu de base para

¹⁹⁶ Eu acuso, deve ser escrito com dois c's e dois s, e concordo com dois c'c.

outros trabalhos posteriores, que deram ao latim na Idade Média um caráter único e diferente daquele latim clássico, usado tempos atrás, pois muitos dos vícios de linguagem usados pelas pessoas, considerados errados, deixaram de ser erros, sendo assim adicionados por Alcuíno em sua gramática.

Foi utilizado como fonte bibliográfica para a análise da ortografia, autores como Ryder Patzuk-Russel, Ernesto Faria, Martin Irvine, Dag Norberg e Roger Wright, com mais ênfase na obra *Sociophilological Study of Late Latin* de Wright (2002), na qual o pesquisador trabalha com o que ele chama de *sociofilologia*, este texto foi crucial para a elaboração da análise, servindo de embasamento para grande parte do trabalho. Wright é uma das poucas fontes bibliográficas que discute profundamente sobre o *De Orthographia*, além disso, para entender alguns aspectos como a eufonia e entre outros problemas que Alcuíno discute em alguns momentos de sua gramática, Roger Wright foi citado: **“quantus er tantus per n euphoniae causa, venit enim a quantus er tantus”** (YORK, 1997, p.27), isto é, “devemos escrever com *N* porque o resultado da pronúncia [*kwantus*] é esteticamente preferível do que [*kwamtus*]”.¹⁹⁷ (WRIGHT, 2002, p.133).

Para o levantamento bibliográfico sobre a vida de Alcuíno e do período Carolíngio, foi utilizado autores como, Mary Garrison e Donald A Bullough, que trabalham mais especificamente a vida de Alcuíno, e Michel Banniard que discute sobre a Renascença Carolíngia, Priscila Sibim, Terezinha Oliveira, foram usadas como fonte sobre Alcuíno de York e o espelho de príncipe, obra que o monge escreve para um conde, pois este além de ter sido um grande estudioso também foi conselheiro do rei e produziu esses manuais de como se portar.

Nessa perspectiva, Alcuíno escreveu sobre as virtudes e os vícios no Livro a respeito das virtudes e dos vícios para o conde Guido. Considerado um “espelho de príncipe” da época, Alcuíno propunha-se a educar um conde com base nos princípios morais defendidos pela fé cristã, perspectiva diferente do ideal de governante em períodos anteriores. (OLIVEIRA, T.; SIBIM, P., 2013, p.20).

Utilizamos autores como Maria Rita Sefrian de Souza Peinado e Mário Alighiero Manacorda, como embasamento sobre o papel de Alcuíno na educação porque este, dedicou-se grande parte de sua carreira como diretor (*reitor*) e professor, produzindo o material didático das escolas da corte de Carlos Magno atribuindo como, por exemplo, o *Trivium* e o *Quadrivium* tática.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

¹⁹⁷ That is, that we should write it with an *N* because the resulting pronunciation [*kwantus*] is aesthetically preferable to [*kwamtus*].

A presente pesquisa é de natureza bibliográfica, numa perspectiva qualitativa. Através do estudo das fontes utilizadas durante o trabalho, foi possível encontrar resultados como, as estratégias que Alcuíno utilizou para a padronização do latim, respondendo assim um dos primeiros problemas que era “Qual foi o papel de Alcuíno de York no Renascimento Carolíngio?”, este além de elaborar vários projetos educacionais como dito anteriormente, foi responsável por grande parte do estudo fonético da língua latina, do qual serviu como base para outros trabalhos que vieram em sucessão ao *De Orthographia*. Um exemplo de sua influência, foi o *Concilio de Tours* (813 d.C.). Neste conselho foi reunido cinco regiões que naquela época cobriam em extensão territorial do Império, sendo elas, Arles, Chalon, Mainz, Reims, e Tours, este conselho teve o principal objetivo de discutir alguns dos progressos promovidos pela comunidade cristã. Um dos tópicos levantados durante essa reunião foi a questão da linguística, no qual escreveram alguns cânones e alguns desses traziam as ideias de Alcuíno, essas ideias foram discutidas por intermédio da comunidade de Tours que trouxe para a discussão o ler em voz alta e manter uma pronúncia que fosse clara e de fácil entendimento, construindo assim uma ortografia baseada em sons.

Este trabalho fonético produzido por Alcuíno teve algumas influências como a epístola *Litteris Colendis*, da qual era muito utilizada pelo clero para a melhora da compreensão e da leitura de textos litúrgicos. Houve também inspiração, vindo da *litterae* de Prisciano que foi inserida por Alcuíno como algo novo no contexto dos carolíngios, Prisciano associou sons particulares para cada letra, e assim Alcuíno utilizou-se dizendo, “*litterae est pars minima vocis articulatae*”¹⁹⁸, Cassiodoro (séc. VI d.C.) também influenciou Alcuíno e o mesmo, recebeu o apelido de “O Cassiodoro na corte de Carlos Magno”. Cassiodoro escreveu um *De Orthographia* (século VI), quase ao fim de sua vida, a obra nada mais foi do que um tratado elementar, feita a pedido dos escribas, pois estes pediam que o autor produzisse algo mais prático para o trabalho cotidiano do que seus escritos anteriores. Neste tratado de Cassiodoro há várias metodologias e ferramentas pedagógicas, mas entre elas estão instruções simples de ortografia, “mas entre elas estão as instruções simples de ortografia: observando onde os erros tendem a ocorrer em certas palavras, como quando *aggero* é escrito com um d e um g, não a *geminate*”¹⁹⁹ g. (PATZUK-RUSSELL, 2016, p.13). No *De Orthographia* do Alcuíno há uma semelhança de composição, se compararmos palavras parecidas *agger*, Alcuíno escreve como: “[37] *Agger per duo g scribendum est quando stratam significat, si autem campum ubi seminari potest per unum g.*” (ALCUÍNO DE YORK, 1993, p. 6) Há alguns autores que dizem, que esse trabalho de Alcuíno foi paralelo a desses autores, porém os efeitos históricos foram muito maiores, já que Alcuíno deixou muito pupilos e tinha muita influência por causa

¹⁹⁸ As letras possuem mínimas partes articuladas pela voz.

¹⁹⁹ but among them are simple instructions for spelling: noting where errors tend to taking place in certain words, such as when *aggero* is written with a d and a g, not a geminate.

de Tours, escola administrada pelo monge, esse centro de saber teve grandes referências durante o período.

Para a padronização do idioma, o ler em voz alta nos dias hoje soa um tanto quanto estranho, por isso, para entender melhor esse artifício Roger Wright faz uma analogia com livros infantis, “é o caso de todos os livros para criança, por exemplo. Crianças não sabem como ler sozinhas esses livros, sendo assim eles pedem para que alguém leia em voz alta para que possam entender”²⁰⁰ (WRIGHT, 2016, p.18). As pessoas precisavam estar cientes do que o documento dizia para então torná-lo legal. Alcuíno, sabendo disso, ou mais precisamente, vivendo essa época e costume, construiu uma gramática que possuía recursos para a padronização da pronúncia, o que parece que York quis fazer foi uma pronúncia artificial das letras, e para isso, ele usou um artifício fonético trabalhando em cima das letras, cada letra deveria ser pronunciada conforme Alcuíno estipulou podendo ter algumas variações. É possível elaborar um modelo exemplificando como essa pronúncia artificial era usada, seguindo o alfabeto: $A \rightarrow$ ser lido como [a], as descrições eram feitas de modo que o lado esquerdo deveria conter a letra, e o lado direito como descrito, ser lido em voz alta como, o som, em sucessão o: $ae \rightarrow$ [e], seguindo a ordem alfabética, este modelo de pronúncia vai se desenvolvendo, e ao longo dele também há algumas letras que são pronunciadas em circunstâncias específicas, como: $i \rightarrow$ [i] em alguns casos específicos pode ser pronunciada de outra forma, e o $k \rightarrow$ [k] pronunciado como [k], este quando for encontrado, e assim por diante.

A partir do momento que Alcuíno utilizou-se deste artifício que foi um sucesso, uma grande revolução aconteceu, pessoas que já sabiam ler iniciaram uma realfabetização aos moldes do *De Orthographia*. Na literatura, por exemplo, com essa nova imposição de palavras e reformas, os poetas deixaram de rimar *e i, o e u*. Seguindo agora a língua falada, distinguindo as letras através do que estava sendo estipulado, como por exemplo, o *e* fechado e *e* aberto. Todavia, alguns apontamentos que Alcuíno de York fez, não conseguiu mudar alguns dos hábitos das pessoas que estavam a falar o idioma, como por exemplo, quando no *De Orthographia*, encontra-se: “[178] *Hi et his pronomina per unum i scribenda sunt.*” (ALCUÍNO DE YORK, 1997, p.17) ou seja, *hi* e *his*, devem ser apenas usados com *i*, segundo Norberg (2007), os maus hábitos continuaram, as pessoas mantiveram a escrita de *Hii* e *hiis*, “se bem que no século XIII um outro gramático, Alexandre de Villedieu (Villedieu = Cidade de Deus), que recomenda a pronúncia com um só *i*, se vê obrigado a admitir a ortografia *hii* e *hiis*” (NORBERG, 2007, p 65). Se ele sentiu-se obrigado a introduzir isso na ortografia, lembrando que, provavelmente o que Alcuíno propôs fazia algum sentido, apesar das pessoas não usarem como foi apontado por Norberg.

²⁰⁰ as is the case with all books for young children, for exemplo. Not knowing how to read is in itself no bar to understanding something when it is read aloud.

Sendo assim, para que não houvesse mais enganos, o monge analisou quais foram as maiores dificuldades da época e trouxe como solução dentro da linguagem o que era mais usado, sendo, a fala, o ler em voz alta, foi a maior ferramenta de comunicação utilizada nessa nova língua artificial, e é importante comentar que possui esse nome: Linguagem artificial, porque o que Alcuíno de York propôs não era uma linguagem que voltava as normas antigas, ou seja, não era latim clássico, mas sim uma nova língua, que Ernesto Faria (1957) diz como, ‘um latim clássico mal falado’ (FARIA, 1957, p. 126), para um latim que se moldou de acordo com as necessidades que o autor achou apropriado para as pessoas que estavam a viver durante aquele período. Além disso, o sistema adotado por Alcuíno serviu como empréstimo linguístico para outras línguas que derivaram do latim, como é o caso principalmente do francês.

Na dinastia Merovíngia que foi a antecessora da Carolíngia, era difícil escolher, por exemplo, entre as letras *e* e *i*, *o* e *u*, porque, em sílaba acentuada, *i* breve se confundia com *e* fechado e *u* breve se confundia com *o* fechado na pronúncia cotidiana. (NORBERG, 2007, p.64).

Algo que Alcuíno abominava eram essas confusões que poderiam atrapalhar o leitor. Deste modo, com as reformas que foram propostas durante o Império Carolíngio, acabou-se essa confusão, pois, foram retiradas muitas dessas letras que causavam variações, e quando houve essa migração dentro da língua é possível encontrar vestígios dessas transformações dentro das línguas vulgares, como o antigo francês e o português. Norberg, 2007 diz que:

Os vocábulos *eruditos titulus* e *dignus* foram pronunciados com um *i*, *diluvium* e *studium* com um *u*, e complementa dizendo, sendo no francês antigo, *titele*, *digne* e *diluvie*, *estudie*, e do português *título*, *digno* e *dilúvio*, *estúdio* tomados do latim depois da reforma (NORBERG, 2007, p. 64).

Com este breve resgate fonético feito acima utilizando Ernesto Faria (1957) e Norberg (2007), e com a análise elaborada ao longo de toda a pesquisa, a importância do estudo dos elementos da ortografia desde o período Medieval através da obra de Alcuíno de York (um problema apresentado acima), fica evidente que a língua se moldou através do *De Orthographia*, padronizando através de como o latim estava se correspondendo com os falantes. Mesmo a língua se perdendo ao longo dos anos, a padronização que ele aplicou influenciou muitas palavras em suas derivações que surgiram através do latim, e não só essas derivações, mas Alcuíno de York serviu de embasamento para uma nova perspectiva de idioma que surgiu após sua morte, sendo ele o principal responsável pela reconstrução fonética do idioma, não através de moldes clássicos mas trazendo muito do que já era falado entre as

peçoas, e dentro de sua gramática conseguiu sistematizar essas variações que se juntaram a língua latina, fazendo no *De Orthographia* uma reconstituição, como maneira de salvar o idioma.

Por conseguinte, a importância de estudar figuras como Alcuíno de York atualmente é não só dar visibilidade a esse tipo de pesquisa e trabalho que já vem sendo feito no campo linguístico desde muito tempo, como também valorizar a importância que ele teve para o latim, pois, tratando-se da fonética Alcuíno de York teve um papel revolucionário. Em a fonética histórica do latim de Ernesto Faria, cita Alcuíno como um dos mais eruditos do período, “em seu tratado ortográfico discute Alcuíno numerosas palavras latinas... e seu emprego em conexão com a pronúncia do Latim” (FARIA, 1957, p 126). E continua explicando, que o monge faz no trabalho fonético é pegar os hábitos adquiridos dentro da língua, pelos falantes e logo após rompe esses hábitos entre a língua culta e vulgar trabalhando na reconstrução do idioma. Ou seja, Alcuíno fez uma análise de como as pessoas estavam falando, e como estava caminhando o idioma. Ele, não fez exatamente um resgate da linguagem clássica trazendo talvez algo mais arcaico, mas sim, ele foi extremamente moderno em olhar de fora a “matéria que iria trabalhar” e trazer no texto novas argumentações sobre o idioma, como, tirar aquilo que atrapalhava os falantes trazendo a facilidade e clareza para que todos os falantes conseguissem entender e falar de forma clara. Até mesmo, no texto de Faria (1957), diz que, Alcuíno ignorava a verdadeira pronúncia do latim clássico. E ainda o autor complementa tal afirmação seguindo com, “O latim era pronunciado de uma forma que não era popular nem clássica” (FARIA, 1957, p 126) .. Logo, podemos afirmar inclusive que essa nova estrutura que transformou a fonética do latim não só rompendo com a língua clássica. Deste modo, fica evidente para nós os motivos de classificar esse período, como o restaurador do latim medieval.

CONCLUSÕES

Para a finalização do processo de pesquisa, o qual possuiu grande embasamento teórico e uma análise minuciosa das bibliografias e da ortografia de Alcuíno de York, é perceptível a importância do autor para seu período, já que muitos estudiosos chamam a época Carolíngia como, *renascença* Carolíngia, pois essa foi responsável por uma transformação cultural e linguística. Porém, como dito na introdução, as fontes bibliográficas foram escassas para a produção do trabalho, sendo utilizado como maior referência sobre o *De Orthographia* textos publicados em outros idiomas, e não apenas as análises do tratado são em outras línguas, como também, o próprio *De orthographia* não possui uma tradução, logo o texto está em latim, Sandra Bruni como dito anteriormente escreveu a introdução da ortografia em

italiano, porém o texto da gramática se manteve no original tendo apenas algumas modificações na sua organização.

Como apontado na pesquisa o *De Orthographia* foi usado como referência para outros autores posteriores a Alcuíno, isto comprova a nós, o quão promissora é essa área e quanto ainda se tem a estudar, pois ao comparar o tratado com outros acordos que surgiram anos depois, fica perceptível o quanto de material sobre o latim medieval precisa ainda ser estudado, um exemplo disso, é quando cito Alexandre de Villa Dei, este teve seus dois tratados de gramática medievais publicados pela última vez em 1504 e 1509, respectivamente, e neste período ele ainda estava usando como referência Alcuíno de York tendo que inclusive adaptar a sua análise ao que o monge propôs, percebam que o manual ortográfico do monge foi produzido no séc. VIII, desta maneira comprova a necessidade de mais pesquisas dentro desta área.

Uma das circunstâncias durante a pesquisa para entender o sucesso de Alcuíno, foi perceber que em seu tratado tem a seleção de muitas palavras filtrando o modo como as pessoas utilizavam elas para a construção de um manual prático, esse olhar revolucionário dentro da fonética serviu para a transformação do latim que um dia foi um idioma clássico falada em tempos mais remotos, para outro latim falado na era medieval, já que neste momento havia uma grande influência de povos que foram conquistados por Carlos Magno, esses inseriram muitos dialetos que ao passar dos anos deu origem às línguas vulgares. Esse estudo feito por Alcuíno de York serviu como documento tanto quanto histórico e gramatical para mostrar como se encontrava aquele período, e também serviu para uma nova visão nos estudos de latim medieval.

Entendendo assim a metodologia usada por Alcuíno como maneira de padronização do idioma comprova a nós, a importância de Alcuíno em diversos aspectos para o idioma, mudando inclusive como dito acima, a maneira como os poetas rimaram as palavras, e até trazendo um trabalho linguístico muito antes de se ter base do que é a linguística, a gramática de York antes de apontar erros, foi uma proposta para manter a língua viva e recuperá-la não através de normas técnicas que provavelmente ninguém usaria, mas sim dentro de um trabalho minucioso e fonético, que trouxe facilidades para os erros básicos que as pessoas cometiam. Um exemplo disso é quando na análise do *De Orthographia*, citamos alguns fenômenos como a eufonia, mas não só ela é discutida no acordo, Alcuíno de York também foi contra as letras mudas, e o que pudesse causar dúvidas de pronúncia, pois essas dificuldades levaram as pessoas aos erros. Para que não houvesse mais esses tipos de enganos, o monge analisou quais foram as maiores dificuldades da época e trouxe como solução dentro da linguagem artificial.

Portanto, é indiscutível a importância do monge para o latim, pois ele foi responsável por uma nova perspectiva de estudo da língua na Idade Média, e inclusive pela reconstrução fonética do latim que

foi explanada e argumentada dentro do *De Orthographia*, como a solução que Alcuíno utilizou para virar o jogo, como falado várias vezes dentro do trabalho a língua já estava em transição, ele se apropriou de uma das partes da língua que era muito esquecida no período, para moldar o latim de acordo com as necessidades que o autor achou apropriado para as pessoas que estavam a viver durante aquele período.

BIBLIOGRAFIA:

ALCUÍNO DE YORK. *De orthographia*. Edição de BRUNNI, S. Firenze: SISMEL, 1997.

BANNIARD, Michel. **Gênese Cultural da Europa: Século V - VIII**. Liboa: Terramar, 1989.

BULLOUGH, Donald A.. **Alcuin: Achievement and Reputation::** Being Part of the Ford Lectures Delivered in Oxford in Hilary Term 1980. Países Baixos: Brill, 2004.

FARIA, Ernesto. **Fonética Histórica do Latim**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1957.

GARRISON, Mary. The Emergence of Carolingian Latin Literature and the Court of Charlemagne. In: MCKITTERICK, Rosamond. **Carolingian Culture: Emulation and Innovation**. Cambridge: Cambridge University Press, p. 111-140, 1994.

IRVINE, Martin. **The Making of Textual Culture: 'Grammatica' and Literary Theory 350–1100**. Inglaterra: Cambridge Studies In Medieval Literature, 2006.

MANACORDA, Mário Alighiero. **História da Educação: Da antiguidade aos nossos dias**. São Paulo: Cortez, 2002.

NORBERG, Dag. **Manual prático de Latim Medieval: (I – Breve história do Latim Medieval)**. Rio de Janeiro: Cifefil, 2007.

OLIVEIRA, Terezinha; SIBIM, Priscila. Mestre Alcuino e a formação da liderança carolíngia: uma análise de “Espelho de Príncipe”. **Imagens da Educação**, Maringá, v. 3, n. 1, p.19-29, 14 mar. 2013. Universidade Estadual de Maringá. <http://dx.doi.org/10.4025/imagenseduc.v3i1.19558>.

PATZUK-RUSSELL, Ryder. Ideologies and Rhetoric of Language in the Icelandic Grammatical Treatises. **Quaestio Insularis**, Cambridge, p.60-89, 2016.

PEINADO, Maria Rita Sefrian de Souza. O ensino do Trivium e do Quadrivium, a linguagem e a história na proposta de educação agostiniana. **Imagens da Educação**, [s.l.], v. 2, n. 1, p.1-10, 8 fev. 2012. Universidade Estadual de Maringá. <http://dx.doi.org/10.4025/imagenseduc.v2i1.15808>.

WRIGHT, Roger. Latin and Romance in the medieval period. **The Oxford Guide To The Romance Languages**, [s.l.], p.14-23, 30 jun. 2016. Oxford University Press. <http://dx.doi.org/10.1093/acprof:oso/9780199677108.003.0002>.

WRIGHT, Roger. **Sociophilological Study of Late Latin:** (Utrecht Studies in Medieval Literacy).
Turnhout, Belgium: Brepols, 2002.

O SILENCIAMENTO EM PRÁTICAS DE VIOLÊNCIA CONJUGAL CONTRA A MULHER: POR QUE É TÃO DIFÍCIL DENUNCIAR A VIOLÊNCIA FÍSICA?

Geovana Lopes Jordão (PIC)
Unespar/ Apucarana, geovana.lopes31@hotmail.com
Ana Paula Peron (Orientadora)
Unespar/Apucarana, anapaulaperon@gmail.com

Palavras-chave: Violência conjugal contra a mulher. Memória discursiva. Silenciamento.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

“*Homem, na praça; mulher, em casa*”. Essa e outras tantas frases proverbiais que temos em nosso imaginário social foram e são propagados de geração em geração como verdades, adaptando-se à linguagem de cada tempo, mas sempre carregando consigo valores culturais e ideológicos de um determinado grupo social. Especificamente em relação ao provérbio que abre estas considerações, seu conteúdo tem passado a ideia das posições sociais que a figura feminina e a figura masculina devem ocupar. Ao lermos “*homem, na praça*” a ideia de liberdade se mostra como algo evidente para o masculino, que deve ocupar um local público e social; porém tem-se uma ideia oposta ao lermos “*mulher, em casa*”, produzindo sentidos de que mulheres devem estar em um lugar específico, restrito, doméstico e que teoricamente deveria ser seguro. Entretanto, ao inclinarmos nosso olhar para as estatísticas de violência contra a mulher, podemos afirmar que há inconsistências nessa ideia de segurança dentro de casa²⁰¹.

Entretanto, em que medida esses fatores ideológicos perceptíveis a partir desse ditado popular tornam-se relevantes para esta pesquisa? Nosso ponto de partida são as práticas de violência conjugal contra a mulher; no entanto, a violência de modo geral contra as mulheres constitui a expressão e a tradução das desigualdades que foram historicamente institucionalizadas, consolidando-se nos âmbitos culturais, políticos e econômicos das mais diversas sociedades. É, pois, nesse contexto de discussão sobre

²⁰¹ Segundo um levantamento feito pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e Datafolha e apresentada na pesquisa “Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil” (BRASIL, 2019), a própria casa ainda é o lugar onde as mulheres mais sofrem violência. 42% das entrevistadas apontam a casa como local onde aconteceu a agressão, seguida de 29% que alegaram ter sofrido violência na rua. Tais números retratam o cenário da violência conjugal contra as mulheres brasileiras, indicando também a banalização dos direitos humanos quando o agressor assume um papel (o qual já lhe fora “dado”) de condições superiores (físicas e morais) para com sua vítima.

a violência doméstica e familiar contra a mulher, e mais especificamente no que tange à violência conjugal, que situamos nosso trabalho.

Sob a base teórica da Análise de Discurso de vertente materialista, estabelecida por Michel Pêcheux, e fortemente praticada no Brasil a partir dos estudos de Eni Orlandi, a proposta desta pesquisa é realizar um gesto de leitura sobre o silenciamento acerca das práticas de violência conjugal contra a mulher, no que se refere especificamente à violência física.

Para empreender esse gesto, nosso material foi construído a partir de relatos de mulheres que experimentaram a violência física na conjugalidade, e que foram postados em *blogs* relativos ao fim da violência contra as mulheres²⁰². Para esta pesquisa, buscamos por *blogs* que têm como finalidade denunciar e conscientizar o fim da violência doméstica recorrente contra as mulheres. Neles, procuramos por relatos em primeira pessoa, redigidos por mulheres, nos quais elas descrevem e compartilham experiências com a violência doméstica e abordam também a dificuldade, por parte da vítima, em tomar o passo de denunciar legalmente (com boletins de ocorrência) seu agressor. Optamos pelos relatos narrados em primeira pessoa pelas vítimas submetidas à condição de violência conjugal, pela razão de acreditarmos que tais relatos nos poderiam deixar observar latentes cargas emocionais, além de sinalizarem também para fatores ideológicos a respeito de uma cultura machista que tenha constituído esses sujeitos.

O recorte para a constituição do *corpus* foi direcionado pelo seguinte questionamento: “O que está sendo materializado, no eixo intradiscursivo dos relatos, a respeito da violência física e dos motivos que levam as mulheres a não denunciar e/ou a demorarem para denunciar tal violência? Desse modo, olhando para essas narrativas, perguntamo-nos sobre a violência física na conjugalidade e os motivos da (não) denúncia. Assim, nesses relatos, analisamos enunciados que discursivamente produzem o efeito de “justificar” a causa dessa dificuldade em denunciar a violência física, produzindo, a respeito dessa prática, efeitos de *silenciamento* (ORLANDI, 1992).

VIOLÊNCIA CONTRA MULHER, ANÁLISE DE DISCURSO E DISCURSO DIGITAL

Mesmo diante de uma condição social que limita a mulher no processo de tornar pública a violência, atualmente existem espaços virtuais nos quais as vítimas encontram uma possibilidade de falar e de compartilhar suas experiências traumáticas com a violência. Um desses espaços virtuais utilizados também com essa finalidade são os *blogs* – uma abreviação do vocábulo estrangeiro *weblogs*. Nossa

²⁰² Utilizamos, para esta pesquisa, relatos disponíveis nos blogs: www.falesemmedo.com.br; <http://violenciacontraamulher2011.blogspot.com/p/historias-reais.html> e <http://acaofeminina.blogspot.com/2010/06/depoimentos-reais-de-vitimas-de.html>. acessados em 28 abr. 2019.

escolha pelos *blogs* se deu devido à presença marcante da tecnologia e do universo digital em nosso cotidiano e também pela facilidade de acesso às mais diversas informações que são veiculadas, na maioria das vezes, de modo simples, nos *blogs*. No que tange à prática de violência contra a mulher, é compreensível que os *blogueiros* registrem em suas páginas esse assunto, já que o mesmo infelizmente se faz presente na cultura brasileira como um membro inconveniente nos lares, que exerce uma conduta regida pela falta de tolerância.

De acordo com Komesu (2004), os *blogs* surgiram em agosto de 1999, na empresa do norte-americano Evan Williams, que utilizava o *software blogger*, que fora desenvolvido com intuito de realizar publicações de textos *on-line*, já que a utilização desse *software* não requeria nenhum conhecimento qualificado em computação e proporcionava acesso gratuito, o que possivelmente justificou a popularidade da ferramenta, diz a autora. E é exatamente essa característica que confere ao *blog* seu caráter popular, tornando-se um fator expressivo para a prática de escrita, abrangendo diversos temas, vestindo um estilo simples referente à composição léxica e sintática do discurso, estabelece uma afinidade para com o leitor, na medida em que a diversidade de temas convoca a diversidade de culturas. Nos *blogs*, essa diversidade temática pode ser tratada por meio de textos, imagens e sons, graças aos atributos de fácil edição e manutenção, resultando e, um conteúdo sempre atual e ágil, atendendo às necessidades dos internautas em relação ao tempo, com uma leitura dinâmica, por sua maioria objetiva e instigante (KOMESU, 2004).

Avançando um pouco no quadro teórico que nos embasa, é necessário aludir ao fato de que a linguagem – em qualquer de seus âmbitos de utilização – produz efeitos de sentido, uma vez que ela se constitui pelo simbólico e pelo ideológico. De acordo com Pêcheux (1975, p. 146),

O sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe em si mesmo (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas).

Podemos concluir então, que os sentidos que a língua produz não consistem somente naquilo que pode ser aferido do âmbito sintático-linguístico, pois a significação se constrói a partir de aspectos determinados pela história e pela ideologia. Nesse sentido, Orlandi (2002) afirma que a existência da língua harmoniza-se com a existência interventora da história, contanto que trataremos o sentido como efeito de sentido. Segundo a autora, “Se, de um lado, a linguagem tem sua parte na injunção a significar, de outro, o mundo exerce sua força inexorável. Ao real da língua corresponde o real da história.” (ORLANDI, 2002, p. 68); essa “força inexorável” deve ser entendida como condições constitutivas para as significações, as quais nos remetem ao conceito de ideologia.

Na perspectiva da Análise de Discurso, a ideologia se materializa nos discursos (materializados, por sua vez, na língua). Nessa vertente teórica, a ideologia não é tomada como ocultação da realidade, mas se constitui enquanto elemento interno no discurso, como constitutiva dele, portanto. De acordo com Ferreira (2001), a ideologia é um

Elemento determinante do sentido que está presente no interior do discurso e que, ao mesmo tempo, se reflete na exterioridade; a ideologia não é algo exterior ao discurso, mas sim constitutiva da prática discursiva. Entendida como efeito da relação entre sujeito e linguagem, a ideologia não é consciente, mas está presente em toda manifestação do sujeito, permitindo sua identificação com a formação discursiva que o domina. Tanto a crença do sujeito de que possui o domínio de seu discurso, quanto à ilusão de que o sentido já existe como tal, são efeitos ideológicos.

Por conseguinte, na via teórica que nos embasa, o sujeito não é visto enquanto indivíduo particular, mas sim como uma posição, ou seja, não importa a pessoa física (a mulher em particular) que produz o relato, mas a posição que esse sujeito representa – a de mulher que sofreu violência física na conjugalidade. Desse modo, na Análise de Discurso, o sujeito é suporte das significações de uma posição e não se constitui como senhor e centro de seu discurso, uma vez que é afetado (interpelado) pela ideologia (PÊCHEUX, 1975; ORLANDI, 2002).

Por essa via teórica, para produzir gestos de leitura sobre um material, faz-se necessário, portanto, descrever e interpretar a materialidade linguística e histórica que constituem os discursos. Assim, os relatos são sempre analisados em suas particularidades linguísticas em paralelo com as condições de produção que tornaram possível seu aparecimento. Podemos compreender o conceito de condições de produção como a situação no tempo e espaço que o sujeito ocupa para produzir seu discurso, mas também como as condições sócio-históricas de produção do discurso (ORLANDI, 2002). São as condições de produção que nos possibilitam pensar o sentido como um processo histórico (LAGAZZI, 2015).

Nesse sentido, vale pensarmos sobre as condições sócio-históricas que produzem um discurso sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher – especificamente aqui em sua forma física ocorrida na conjugalidade –, o que faremos na seção seguinte.

MULHER, VIOLÊNCIAS E SILENCIAMENTO

Não é a violência que cria a cultura, mas é a cultura que define o que é violência. Ela é que vai aceitar violências em maior ou menor grau a depender do ponto em que nós estejamos enquanto sociedade humana, do ponto de compreensão do que seja a prática violenta ou não. (Luiza Bairro)²⁰³.

É quase senso comum dizer que a noção de poder é profundamente desigual entre homens e mulheres e isso devemos ao sistema patriarcal no qual nossa sociedade brasileira foi construída. Esse poder desigual gera violências de todos os tipos contra os que se encontram em grupos vulneráveis. No caso das mulheres, em relação aos homens, elas ainda se constituem em um grupo vulnerável, apesar de todos os avanços sociais que assistimos nas últimas décadas.

Quando se fala de violência conjugal e, mais especificamente, de violência física na conjugalidade²⁰⁴, encontramos certa resistência por parte das mulheres em denunciar (juridicamente) ou sequer de publicizar a violência sofrida, seja por medo de que algo “pior” possa acontecer, seja pela falta de condições de sustentar os filhos, seja por dependência afetiva ou outros fatores (PERON, 2007; 2016).

No Brasil, temos uma legislação específica para tratar de violência doméstica e familiar contra a mulher. É a Lei 11.340/2006, conhecida por Lei Maria da Penha, promulgada em 7 de agosto de 2006. Esse nome foi uma homenagem à Maria da Penha Maia Fernandes, uma farmacêutica-bioquímica que ficou paraplégica por conta da violência conjugal, e cuja trajetória em busca de justiça durante 19 anos e 6 meses faz dela um símbolo de luta em prol das mulheres por uma vida livre de violências.

Depois de lutar pela própria vida e pela de suas filhas, Maria da Penha é subestimada pelo poder jurídico e, contra esse, iniciou a segunda parte de sua luta – não só a dela, mas também a de inúmeras outras mulheres brasileiras, uma vez que seu caso trouxe à tona a posição que, desde então, o Brasil assumia referente aos agressores, ou seja, a não punição dos mesmos. A luta empreendida por Maria da Penha chamou a atenção da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que repreendeu o estado brasileiro em uma carta de recomendações. Posteriormente, depois de muitos debates, reuniões e uniões de ONGs feministas, e como resultado da condenação do Brasil pela negligência em relação aos crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher, criou-se a legislação específica para combater esses crimes.

Nesta Lei, a violência doméstica e familiar contra a mulher é assim definida:

Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

²⁰³ In: Dossiê digital “Cultura e raízes da violência contra as mulheres”. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/violencias/cultura-e-raizes-da-violencia/>. Acesso em: 12 ago. 2019.

²⁰⁴ A relação de conjugalidade “é compreendida aqui como “qualquer relação íntima de afeto” (Lei 11.340/06, art. 5º), independentemente de os envolvidos morarem juntos ou não, e em qualquer que seja a espécie de normalização de seu vínculo de relacionamento íntimo-afetivo” (PERON, 2016, p. 35).

I – a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II– a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause danos emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III – a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV– a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V– a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria. (BRASIL, 2006).

Mesmo que legalmente existam definições legais sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher – em suas formas física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral –, muitas das vítimas permanecem caladas diante esse cenário caótico. E isso intriga.

No caso da violência física, essa é pontualmente definida na lei como “qualquer conduta que ofenda [a] integridade ou saúde corporal” da mulher. Logo, se prejudica a saúde do corpo, é violência física. Parece simples a definição. Entretanto, a publicização dessa violência no âmbito da conjugalidade não é tão simples, ocasionando sobre a prática uma condição de *silenciamento* (ORLANDI, 1992).

De acordo com Orlandi (1992), o processo de silenciamento se refere à impossibilidade de dizer, pois, “como o sentido é sempre produzido de um lugar, a partir de uma posição do sujeito – ao dizer, ele [sujeito] estará, necessariamente, não dizendo “outros sentidos”. Isso produz um recorte necessário no sentido. Dizer e silenciar andam juntos” (ORLANDI, 1992, p. 53). Para a autora, “[...]O estudo do silenciamento (que já não é silêncio mas “pôr em silêncio”) nos mostra que há um processo de produção que nos faz entender uma dimensão do não-dito absolutamente distinta do que se tem estudado sob rubrica do “implícito” [...]”, pois no implícito existe uma relação necessária com o dizer, ao passo que o silêncio não é “um complemento da palavra” (ORLANDI, 1992, p. 12). Deste modo, como explica Peron (2016, p. 114), pelo silenciamento, acontece a exclusão de sentidos que necessariamente devem ser evitados naquelas condições de produção.

Nas condições de produção de violência física na conjugalidade, socialmente há um estigma de que muito precisa ser silenciado, não (d)enunciado, pois pertence à intimidade do casal.

Antes de prosseguirmos, é preciso delimitar o que estamos compreendendo por denúncia e explicitar que não se trata da denúncia jurídica, de fazer um boletim de ocorrência, de instaurar um processo criminal. Tomamos a denúncia aqui no sentido proposto por Payer, para quem o gesto de *(d)enunciar* consiste em enunciar verdades que são conhecidas pelo sujeito e desconhecidas pelo outro, para quem se enunciar: no “gesto de denunciar, o sujeito denuncia a sua relação com a verdade e com o outro” (PAYER, 2006, p. 59).

Nesse sentido discursivo, a conduta de (não) (d)enunciar diz muito sobre o modo de constituição do sujeito mulher vítima de violência doméstica em nossa sociedade. Não é fácil para as vítimas denunciarem e publicizarem uma história de abusos, vez que essas mulheres possuem relações íntimas e afetivas com o agressor. Fica ainda mais difícil a denúncia/publicização quando as mulheres agredidas levam em consideração toda a rotina que possuem com aquele homem. Rotina essa que estabelece dependências tanto emocionais, como econômicas, uma vez que a realidade de muitas é a não condição financeira de sustentarem sozinhas a si e/ou a seus filhos, além de existir até mesmo a falta de coragem para romper a barreira do preconceito, tanto no âmbito social, quanto pessoal.

“O primeiro obstáculo com o qual a mulher vítima de violência se depara diz respeito a ela mesma, que deve enfrentar a cultura patriarcal em que vive e que preconiza a superioridade do homem e a passividade e obediência da mulher e que, em muitos casos, ainda está introjetada na vítima, limitando sua reação” diz Jacqueline Pitanguy, coordenadora executiva da ONG Cepia (Cidadania, Estado, Pesquisa, Informação e Ação)²⁰⁵.

Em casos de se ter filhos, diante da chance de faltarem recursos para a criação deles ou quando sua vida e a vida dos seus filhos correm risco, quando a mulher sofre ameaças de morte se caso tomar a decisão de romper, cria-se um dilema que nutre ainda mais a dificuldade para a efetivação da denúncia, como afirma Márcia Teixeira (promotora de Justiça do Ministério Público da Bahia):

Olha o dilema que aparece na percepção da população: se denunciar, morre, mas se continuar também morre. Para nós, que temos a experiência no atendimento e acolhimento de casos de violência doméstica, o risco maior – sem dúvida – é viver com o agressor, por conta do ciclo da violência. É preciso acreditar na possibilidade de interrupção da violência e de divulgar o que existe de apoio, para que a mulher encontre solidariedade na sua rede pessoal e também para que busque os equipamentos e serviços do Estado.²⁰⁶

²⁰⁵ Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/rota-critica-o-caminho-fragmentado-que-a-mulher-em-situacao-de-violencia-percorre-buscando-o-atendimento-do-estado/>. Acesso em: 8 ago. 2019.

²⁰⁶ INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. **Dossiê Femicídio**. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/femicidio/capitulos/qual-a-dimensao-do-problema-no-brasil/>. Acesso em: 8 ago. 2019.

Desse modo, superar a violência doméstica e produzir denúncias (não apenas jurídicas, como nos referimos anteriormente) ainda é urgente em nossa sociedade, mesmo diante de tantos avanços das mulheres nas mais diversas esferas.

UM OLHAR PARA OS DEPOIMENTOS: POR QUE AS MULHERES VÍTIMAS DA VIOLÊNCIA SE CALAM?

“Em briga de marido e mulher (não) se mete a colher (?)”.

Dilma Rousseff, ainda em seu mandato, no ano 2015, sancionou a lei que condena e configura em crime o homicídio de mulheres consecutivo de violência doméstica e/ou discriminação de gênero, a Lei do Feminicídio. Na ocasião, a ex-presidente citou o ditado popular “em briga de marido e mulher não se mete a colher”, reprovando-o e dizendo: “Em briga de marido e mulher, nós achamos que se mete a colher, sim, principalmente se resultar em assassinato. Meter a colher nesse caso não é invadir a privacidade, é garantir padrões morais, éticos e democráticos. E o estado brasileiro deve meter sim, a colher, a sociedade brasileira idem, deve meter a colher”, pronunciando-se, dessa forma, contra a discriminação de gênero, fator que resulta em numerosos casos de homicídio contra as mulheres²⁰⁷.

Esse fato retrata o estado brasileiro assumindo um avanço, pois ao sancionarem a Lei n. 13.104/2015, fica reforçada a Lei Maria da Penha com a distinção desse crime de homicídio de mulheres em virtude do gênero. Logo, um novo cenário é redigido, uma vez que o combate ao feminicídio é também uma forma de combate à sua raiz, a violência doméstica e familiar contra a mulher.

Retomando nossos conceitos teóricos, existe um fator exponencial para a Análise de Discurso, que Pêcheux define como memória discursiva, ou seja, “aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os implícitos (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível” (PÊCHEUX, 1999, p. 52). Para Pêcheux (1999), a definição de memória deve ser entendida com o sentido de mítica, social e construção do historiador. Não é, portanto, lembrança ou recordação, mas fato de discurso.

Sendo assim, nos relatos, podemos relacionar as práticas de violência/agressões com fatores externos, que constituem os discursos das vítimas e elas próprias, enquanto sujeitos: a cultura que imprime determinados papéis a homens e mulheres dentro da sociedade, os “protocolos” a serem seguidos; mesmo diante das conquistas que as mulheres vêm assumindo ao longo dos anos, como a independência financeira, por exemplo, o discurso sobre a condição da mulher ainda permanece

²⁰⁷ Disponível em: <http://www.secretariadegoverno.gov.br/relacoes-institucionais/conteudo/noticias/201cem-briga-de-marido-e-mulher-se-mete-a-colher-principalmente-se-resultar-em-assassinato201d> Acesso em: 10 ago. 2019.

articulado por práticas patriarcais que atuam como condições de produção (PÊCHEUX 1969) que condicionam vítimas e agressores a reproduzem esses conceitos.

Como vemos no relato abaixo, esses discursos patriarcais mostram-se pela dependência financeira (certamente emocional também) que a mulher possuía para com seu agressor:

Meu depoimento é um de tantos outros que existem a cada dia. Fui casada durante sete anos e nos últimos dois anos apanhei muito, eram murros, chutes, pontapés, beliscões, até murros no rosto, fui estuprada por meu esposo diversas vezes, era horrível! Então decidi abandoná-lo, sai de casa e comecei a trabalhar, arranjei um namorado (hoje marido) e vivo feliz, ao invés de apanhar sou amada, foi difícil, mas DEUS nos fez para sermos amadas. Pensem nisso. (Fonte: www.falesemmedo.com.br).

Por esse relato, podemos ter a ideia de que uma das condições que submeteu a mulher a esse cenário de violência esteve ligada a questões financeiras, logo que, quando fala da decisão de abandonar o agressor, a mulher afirma ter começado a trabalhar, saindo, assim, do lugar restrito e palco de agressões (casa), o que lhe impusera o silenciamento acerca da violência física durante sete anos. O que se repete nesse outro relato:

Eu tinha só 14 anos quando a gente se conheceu e ele sempre teve muito ciúme. É até engraçado, porque o famoso e bonitão era ele. Mas o fato é que desde o início do meu casamento volta e meia os desentendimentos terminavam em violência física. A gente se separava e depois voltava. Passei muito tempo evitando enxergar, acreditando no amor, tentando preservar a família. O Kadu é um ótimo pai, do tipo que acorda cedo para fazer vitamina para as crianças, ajuda a fazer o dever de casa. Eu não queria privar os meninos dessa convivência, mas hoje consigo enxergar que isso foi um erro. Numa situação de violência a autoestima fica lá embaixo, você não consegue produzir nada, só uma fantasia de que aquilo tenha algum futuro. Acabar se prejudicando e também prejudicando a família. No Carnaval, quando ele me bateu, acabei explodindo e expondo todo mundo exatamente da maneira que sempre lutei para evitar. (Fonte: www.falesemmedo.com.br).

Nesse caso, a vítima demonstra idealizações do casamento, apresenta o agressor inicialmente como “*ciumento, famoso e bonitão*” e logo depois o mesmo é retratado como um “*ótimo pai*”; portanto, ela suportava as crises de ciúmes do marido na tentativa de preservar a família. Fato recorrente que também aparece em outro relato:

Casei com 19 anos e não imaginava que existisse nada parecido com o que aconteceu comigo. A primeira atitude de violência foi um mês depois, por causa de um armário que comprei sem avisar, para fazer uma surpresa. Ele me deu um soco no queixo que me deixou com problema no maxilar para o resto da vida. Passei fiascos em público com cena de ciúme. Aguentei esse tipo de coisa seis anos. Ele me batia, me esgoelava, me punha arma na cabeça. Eu continuava achando que ele precisava de ajuda e que eu era a única pessoa que podia ajudá-lo. Não tinha medo. No dia em que tive medo, saí de casa. Saí também da minha cidade, e só consegui voltar quase vinte anos depois. Foi tamanho o bloqueio que não conseguia lembrar das coisas ligadas ao casamento. A

violência soterra lembranças, doçura, meiguice. Mas é possível se restaurar, juntar os cacos, sem ficar dura e empedernida para sempre. (Fonte: acaofeminina.blogspot.com/2010/06).

Nota-se, aqui, que a vítima apresenta a ideia de suportar as agressões durante seis anos, pois ela acreditava na mudança de comportamento do agressor e acredita também que essa mudança seria responsabilidade dela: “Eu continuava achando que ele precisava de ajuda e que eu era a única pessoa que podia ajudá-lo. Não tinha medo.” E seu posicionamento certamente é um reflexo do que foi ensinado ou presenciado, ou seja, a ideia de que a mulher pode/deve suportar comportamentos inadequados do parceiro, fato que a fez silenciar durante seis anos. A responsabilidade e a culpa que são atribuídas à mulher estão na cultura e funcionam enquanto memória discursiva, constituindo o dizer a partir dessa posição-sujeito.

Ao analisarmos os relatos, foi possível constatar que a uma grande relutância das vítimas em (d)enunciar sua verdade para familiares e amigos e ainda mais denunciar judicialmente, valendo-se de aparatos legislativos, visto que, em alguns casos, as vítimas assumem a responsabilidade por estarem naquela situação, projetando-se como responsáveis por cuidar e transformar o marido; outras não aceitam a violência e querem sair daquele cenário, no entanto não possuem condições financeiras e até mesmo psicológicas para desfazerem os laços com o agressor; além disso, quando há filhos no relacionamento, a renúncia da felicidade própria em prol da vida dos filhos também fala alto, pois os mesmos também são ameaçados e violentados, seja ao presenciarem essas práticas, seja por serem fisicamente atingidos por elas também.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conhecimento que a realização desse artigo proporcionou veio como soma tanto para o âmbito acadêmico quanto social, pois aborda questões presentes na nossa sociedade. Sabemos que a violência contra a mulher não é assunto novo, mas, mesmo assim, cada vez vem ganhando espaço para ser discutido, conscientizando homens e mulheres que essa prática lamentável tem demandas históricas, sociais e ideológicas que, no entanto, precisam acabar. Isso nos mostra a urgência de se falar sobre a violência contra a mulher.

Em nossa análise, olhamos para enunciados que remetem aos motivos apresentados pelas mulheres como decisivos para que a denúncia de violência física seja ou não efetivada e focalizamos os discursos que são retomados para “justificar” as possíveis práticas de silenciamento acerca da violência física perpetrada contra a mulher na conjugalidade.

A reflexão sobre esse material sinalizou para nós que, na constituição desses discursos e desse silenciamento sobre a violência física, entram em cena memórias relativas à não possibilidade de sustento dos filhos, e, sobretudo, memórias que retomam os discursos de uma sociedade patriarcal, em que a mulher está posta na posição submissa de quem “deve” suportar até mesmo a violência do outro no relacionamento para manter a conjugalidade e a harmonia do lar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

KOMESU, Fabiana. Blogs e as práticas de escrita sobre si na internet. In: Marcuschi, Luiz Antonio e Xavier, Antonio Carlos (orgs.). *Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção do sentido*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004. p. 110-119.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro (org.). **Glossário de termos do discurso**. Porto Alegre, Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.

LAGAZZI, Suzy. Em torno da prática discursiva materialista. **Organon**. Porto Alegre, v. 30, n. 59, p. 85-100, jul. - dez., 2015.

ORLANDI, Eni L. P. Do sujeito na história e no simbólico. In: _____ *Língua e conhecimento lingüístico: para uma história das idéias no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002, p. 65-73.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.

PAYER, Maria Onice. Escrever, (d)enunciar a verdade, sugerir sentidos. In: MARIANI, Bethania (org.). **A escrita e os escritos: reflexões em análise do discurso e psicanálise**. São Carlos: Claraluz, 2006. p. 59-70.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD - 69) [1969]. In: GADET, Françoise e HAK, Tony (orgs.). **Por uma análise automática do discurso**. Trad.: Bethânia S. C. Mariani [et al]. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2010. p. 59-158.

PÊCHEUX, Michel. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio [1975]. Trad.: Eni Pulcinelli Orlandi [et al.]. 4. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre [et al.] *Papel da Memória*. Trad. e Introd. de José Horta Nunes. Campinas – SP: Pontes, 1999. p. 49-58.

PERON, Ana Paula. **Ser mulher, sentir a violência, enunciar os sentimentos: um olhar discursivo sobre a humilhação na condição de violência conjugal**. 2016. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Estadual de Campinas – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Campinas-SP, 2016.

PERON, Ana Paula. **Entre relatos e registros: a discursivização da violência conjugal na Delegacia da Mulher de Maringá**. 2007. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Estadual de Maringá – Programa de Pós-Graduação em Letras, Maringá-PR, 2007.

O HISTORICISMO ALEGÓRICO EM TERRA SONÂMBULA, DE MIA COUTO

Gustavo Ribeiro Lima (PIC – Fundação Araucária)
UNESPAR/Campus de Paranavaí, gustavoribeirolima72@gmail.com
Gersonita Elpídio dos Santos (Orientadora)
UNESPAR/ Paranavaí, gersonitaelpidio@hotmail.com
Carlos da Silva (Coorientador)
UNESPAR, Paranavaí, carlosilva9@oi.com.br

Palavras-chave: Historicismo. Transfiguração. Identidade.

INTRODUÇÃO

Terra Sonâmbula foi publicado em 1992 pelo escritor moçambicano Mia Couto, o romance contrapõe realidade e ficção, neste sentido podemos encontrar a fantasia do imaginário africano, em uma construção alegórica, misturando-se com a realidade sócio-histórica de uma Moçambique marcada pelas guerras: de libertação e a Guerra Civil.

O livro de Mia Couto, desta forma, tem como plano de fundo os dois conflitos armados que aconteceram em Moçambique: o primeiro seria a Luta Armada de Libertação Nacional, iniciado em 1964, com o objetivo de buscar a independência de Portugal, teve seu término em 1975 com uma independência negociada; o segundo conflito seria a Guerra Civil Moçambicana que inicia-se dois anos após a guerra de independência em 1977, onde a FRELIMO (Frente de Libertação Moçambicana) e a RENAMO (Resistência Nacional Moçambicana) se opõem gerando uma disputa que tem seu fim em 1992.

Temos, então, no romance a compreensão do autor sobre o processo de colonização portuguesa em África, dos conflitos armados que antecederam a proclamação da independência de Moçambique e das demais colônias africanas que culminam na eclosão de uma guerra civil, pós-independência, que terminará em 1992.

Logo, buscou-se uma abordagem bibliográfica das condições históricas do contexto ao qual o autor esteve inserido, suas relações humanas, sócio-históricas e culturais. Podemos entender que *Terra Sonâmbula* é um livro de ficção que recebeu as coordenadas históricas que nos remete para um tempo *insone* de Moçambique colonial, sendo esta uma de suas particularidades, é assim um texto que tem sua determinação na busca pela sua origem, de Moçambique, tanto mítica como histórica.

Mia Couto manipulará os elementos à sua disposição para possibilitar ao leitor a intensificação do entendimento a cerca da realidade ficcionada no romance, conferindo sentido e ressignificando o cenário real de seu país. Tendo em vista o ponto de vista literário, este texto serve como auxílio para

compreensão do momento presente na narrativa, além de possibilitar a reflexão que cabe às funções possíveis de um texto ficcional.

No decorrer da narrativa, à livre escolha do autor, permitirá que seu olhar crítico sobre a realidade de seu país, e como podemos notar durante a pesquisa sua crítica foi presente tanto no momento histórico de Moçambique pós-guerras como está presente na realidade atual do país, usará dos elementos culturais de que dispõe para elaboração do romance, que ganhou sentido em uma sociedade que precisa se autoafirmar-se em sua história e na busca de uma recuperação cultural de seus antepassados. Importa-se, assim, às literaturas africanas de língua portuguesa o reconhecimento de sua importância espacial, sendo interessante o confronto entre história e literatura, objetivando-se deste modo, com o projeto de Iniciação Científica, demonstrar o grau de significância das literaturas de língua portuguesa em África, em particular a literatura produzida em Moçambique por Mia Couto, especificamente *Terra Sonâmbula*.

Como objetivo, desta forma, o presente estudo procurou investigar a influência das condições históricas em que Mia Couto baseou-se para construir o romance *Terra Sonâmbula*. Desta forma, pretende-se como objetivo: Conhecer uma literatura do macrossistema literário de língua portuguesa que sua especificidade se assenta na exploração do espaço colonial e sua dimensão histórico-mítica; identificar os elementos externos e internos que fundamentaram a relação entre história e literatura que estão associados aos fatos históricos para constituir o historicismo alegórico e por fim, reconhecer a importância do texto africano em língua portuguesa, que se afirma como produção literária autônoma, independente da orientação estética da metrópole, por sua especificidade temática e narrativa.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este estudo foi desenvolvido com base na pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica, com fundamento teórico em autores da literatura africana em língua portuguesa. Para atingir os objetivos propostos, foram necessários: Antes de tudo, o levantamento da literatura produzida sobre a relação entre história e literatura, fundamentando-se nas referências à disposição do pesquisador; leitura atenta da obra em sua dimensão histórica e alegórica, pelo confronto dos eventos temporais com os de natureza ficcional; a participação em eventos científicos e de Iniciação Científica, objetivando a apresentação de resultados parcial ou final da pesquisa. Com isso, foi possível estabelecer a reflexão necessária para uma leitura mais atenta do romance *Terra Sonâmbula*, em sua dimensão histórico-mítico-alegórica.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Terra Sonâmbula, livro do escritor moçambicano Mia Couto, publicado em 1992 ano em que é assinado o tratado de paz que dá fim a Guerra Civil Moçambicana, traz em sua história uma gama de tradições e culturas e um esforço/apelo do autor para trazer um cuidado à história oral e uma tentativa de história escrita pelos cadernos de Kindzu, através de duas narrativas, ambas sob o cenário da Guerra Civil, aparentemente distantes e que fundem-se em dado momento do livro, busca transformar em literatura os momentos históricos vividos pelo autor e pelo país. Assim:

Terra Sonâmbula apresenta duas narrativas, e no interior delas o leitor vai encontrar personagens que estão viajando a procura de algo. (OLIVEIRA, 2014)

As duas narrativas trabalhadas por Mia Couto, são a busca dos personagens por algo, sendo assim, são duas viagens. Interessante notarmos os cenários onde estes personagens vão passar, é uma paisagem onde há apenas as marcas do conflito, sempre veem os destroços, as paredes furadas pelas armas de fogo, porém estes personagens nunca se deparam diretamente com a guerra.

Tendo como fundo de sua História a guerra, inevitavelmente, terra sonâmbula traz consigo a morte. E essa aparece no texto em vários momentos e de várias formas, os personagens dos capítulos passam por vários corpos abandonados pelo chão durante o caminho que eles percorrem e eles sabem que está acontecendo uma guerra, e junto com ela, uma matança enorme de jovens que lutam para defender os seus direitos. (OLIVEIRA, 2014)

Esta Guerra está sempre um passo à frente dos personagens, estes vão encontrar durante seu percurso inúmeros corpos, Pedro Sasse da Silva vai dizer que a guerra aparece através “e tão somente” dos sentimentos dos personagens. Sasse vai adjetivar a guerra como “Guerra-Fantasma”:

(...) a guerra em si nunca chega a ser exposta. (...) [deixa] seu rastro, (...) é uma guerra-fantasma, que assombra o povo, mas nunca chega a mostrar sua verdadeira face, uma guerra que não pode ser enfrentada e combatida, apenas está presente, efêmera e destrutiva. (SASSE DA SILVA, 2011 apud OLIVEIRA, 2014)

O velho Tuahir, personagem responsável pela primeira viagem descrita no livro, recolhe um menino muindinga em um campo de refugiados, este menino perdeu sua memória e está à procura de sua identidade.

O jovem Junhito, segunda linha narrativa de Mia Couto, sofre uma transformação física e se desumaniza tornando-se um galináceo, esta mudança se dá devido ao medo dos seus pais, que para

defendê-lo do conflito armado o recolhe em um galinheiro. Nesta passagem da história o autor trabalhará com o fantástico na construção do seu texto, e parte de uma metáfora para desenhar a busca pela criação de identidade do país recém “liberto” dos domínios coloniais portugueses. Percebe-se este artifício nas duas narrativas, tanto no personagem Junhito quanto no menino Muidinga.

Provavelmente, a transformação inicial de Junhito em galináceo após um curto tempo de “mansas lentidões”, o seu desaparecimento no meio do bestiário da Guerra Civil e a sua humanização no final parecem adquirir o valor simbólico de representar as etapas históricos-conjunturais de Moçambique entre o processo independentista de 1975, a guerra civil da segunda metade da década de 1970 ao início dos anos 90 e a restauração paulatina da paz. (LOPES, 2014)

Dada a transformação de Junhito e as perdas familiares, o personagem Kindzu perde sua dependência a terra e parte em uma viagem em busca da paz, que para ele estaria com os naparamas, guerreiros imunes às armas da guerra. Este personagem ganha um potencial expressivo no livro, uma vez que ele faz a troca de tipo de fonte de conhecimento, ele passa a criar fontes escritas, e novamente o escritor faz a troca entre moderno e tradicional, quando no personagem Tuahir há a presença da história oral, tão importante como fonte histórica no continente africano. Sobre isto vemos a preocupação de Mia Couto em criar a história de Moçambique, ainda que ele a apresente fantasticamente e subjetivamente em sua obra.

Esta busca por identidade, na verdade revela uma confusão pelas condições da Guerra Civil, onde mal tinha-se resolvido o problema da independência, uma vez que mesmo independentes de Portugal as relações coloniais ainda eram as mesmas, sendo assim:

Era imperioso destribalizar o campo, erradicar credences religiosas, planificar o conjunto da economia e urbanizar rapidamente a população. (...) Num quadro geopolítico dominado pela Guerra Fria, pela hostilidade de potências vizinhas como a África do Sul e a Rodésia [atual Zimbábue], e o descontentamento das comunidades aldeãs (...) depressa [os problemas] redundaram em ações de guerrilha levadas a cabo pela RENAMO, (...) a desorientação de Kindzu pode resultar daí e a animalização de Junhito também. (LOPES, 2014)

Kindzu compara a situação da sua pátria à “doença da baleia”, onde encontrada na beira da praia, a baleia ainda viva é cortada em pedaços, “a morte nem o sucedera e já as facas lhe roubavam pedaços, cada um tentando o mais para si” (COUTO, 2007, P.23). Esta história tirada do primeiro caderno de Kindzu representa as comunidades que foram devastadas pela guerra, mas que ainda suspiram pela sobrevivência, onde corpos de mortos na guerra dividem espaço com os sobreviventes que buscam permanecerem vivos.

Assim como a baleia que é encontrada na praia e perde suas partes antes mesmo de morrer, o mesmo acontecia com a própria vila, que permanecia viva, mesmo passando por uma devastadora guerra, que destruía suas partes e seus moradores, era possível ver sua resistência através de seus destroços e das marcas que ficavam registradas na paisagem. (OLIVEIRA, 2014)

Novamente fica evidente como este conflito está sempre à frente dos personagens e da estória. Porém, um fato sobre a escrita do livro se torna irônico quando posto lado a lado com a distância dos personagens quanto a guerra, se pensarmos que Mia Couto começa escrever seu texto ainda em tempos de guerra, mas que em seu livro os personagens não presenciam esta guerra, apenas a sente, posteriormente aos ataques.

Terra Sonâmbula, a terra que nunca descansa, está sempre alerta. O título escolhido pelo autor ganha grande significância, O país passou por dois grandes conflitos, o primeiro entre 1964 e 1975 que buscava sua independência de Portugal, e o segundo de 1977 a 1992, que se faz sobre a disputa ideológica entre partidos internos culminando em guerra armada, somando assim 28 anos de incansáveis lutas.

A narrativa de Mia Couto adquire consistência temática e dimensão histórico-mítica quando, um discurso estabelece como parâmetros o interior de Moçambique colônia de Portugal, que Bhabha em sua escrita vai chamar de *Estrutura da simbolização*, num processo de *différance*, e continua:

[...] Isto [o lugar do enunciado e a *différance*] tem menos a ver com o que os antropólogos poderiam descrever como atitudes variáveis diante de sistemas simbólicos no interior de diferentes culturas do que com a estrutura mesma da representação simbólica – não o conteúdo do símbolo ou sua função social, mas a estrutura da simbolização. É essa diferença no processo da linguagem que é crucial para a produção do sentido e que, ao mesmo tempo, assegura que o sentido nunca é simplesmente mimético e transparente (BHABHA, 1998, p. 65. Grifos do autor).

Foi possível perceber que a relação de história e literatura na narrativa do escritor Mia Couto é um dos pontos que dão significado a sua escrita, uma vez que toda a narrativa é marcada por referências históricas. Desta forma, sua literatura, mesmo percorrendo a linha ficcional, tem sua importância quando imprime uma contraposição entre realidade e ficção que, desse modo, lhe confere sentido.

Através da narrativa do romance, foi possível compreender o cenário colonial em que o país africano Moçambique no século XX estava inserido, é possível pela dimensão histórico-mítica perceber processos internos que sustentaram a guerra civil que acontece após a guerra de libertação. Estas observações só foram possíveis graças à possibilidade de conhecer uma literatura do macrossistema literário de língua portuguesa.

O olhar crítico de Mia Couto sobre Moçambique está presente em toda sua produção literária, durante a pesquisa foi analisado um de seus contos que mantêm a mesma preocupação social apresentada no romance estudado. Durante a leitura do conto “o menino que escrevia versos” podemos perceber sua preocupação com a confrontação do antigo e do moderno em seu país, sendo assim o autor propõe um debate sobre a importância do texto escrito para a sociedade moçambicana, assim como a importância da oralidade para a história de Moçambique.

O conto de Mia Couto trata de uma família composta por três pessoas, o “pai mecânico”, o “filho que escrevia versos” e a mãe Dona Serafina, este último personagem é o único a receber um nome durante o conto todo, aparentemente devido à sensibilidade da mãe para com o menino. Além destes três personagens existe um quarto e último, o médico. O texto é narrado em 3ª pessoa, a estória inicia-se com o pai acusando o menino de escrever versos, isto acontece em uma clínica, percebe-se que o fato do filho escrever versos é considerado uma anomalia pelo pai, e isto, para ele, fogia dos padrões dos meninos de sua idade. O personagem pai é descrito como um mecânico, ele seria o dominante na família, conseguimos notar que este personagem não consegue compreender os sentimentos complexos do filho, todo o universo que ele compreende é apenas o que lhe refere ao seu ofício, nota-se isto no trecho em que pede para o médico que “afinasse o sangue”, “calibrasse os pulmões” e “espreitassem o nível do óleo na fígadeira” do filho.

A personagem Dona Serafina, ao que parece, mantêm-se subordinada ao mecânico, mesmo assim podemos perceber seu carinho pelo filho, uma vez que ela se preocupa com a “saúde” de menino. Também é desta personagem a atitude de defender o filho e seus estudos, assim Dona Serafina consegue acalmar o “pai mecânico” que vai ordenar que o menino seja examinado por um profissional.

Quando o menino está sob as análises do médico, vemos que a atitude do filho em escrever versos é causada pela dor da vida, o menino não vê sentido em sua existência, neste momento retornamos aos versos iniciais que Mia Couto apresenta como “Versos do menino que fazia versos”, neles percebemos que o menino sentia que sua vida seria inválida, se seus sonhos são maiores do que a vida que ele vive.

O desfecho do conto é surpreendente, após a análise do médico, o garoto é submetido ao tratamento e acaba por ser internado na clínica, porém os custos das despesas ficariam por conta do próprio doutor, isto acontece após o profissional ler os versos do garoto. Por fim o médico acaba por querer ouvir os versos do menino, podemos entender esta atitude de duas formas: livrar o garoto do ambiente familiar onde o pai o proibiria de estudar e escrever mais de seus versos ou por puro prazer e egoísmo de ouvir os “versos do coração” do garoto só para si.

Em uma entrevista de Mia Couto publicada pela revista eletrônica “Por dentro da África” em 2013, o autor propôs dialogar sobre o futuro de seu país, e da África como um todo, abordando a questão da modernidade frente à cultura ancestral do continente. Sendo assim o moçambicano apresenta *os sete sapatos sujos* que os africanos precisariam desçalar para “entrar na modernidade”. Mia Couto chama estes “sapatos sujos” de “atual fardo de preconceitos”, sendo eles: a ideia de que a África é a vítima e a culpa é dos “outros”; a ideia de que o trabalho não garante o sucesso; acreditar que quem faz críticas é inimigo; acreditar que trocar palavras e termos pode mudar a realidade; a vergonha presente nesta sociedade em ser pobre e cultuar em exagero a aparência; a passividade perante as injustiças e, por fim, a crença de que a modernidade está na imitação dos “outros”.

Podemos compreender o nível de comprometimento do autor para com seu país, quando analisamos o grau de criticidade apresentado nesta entrevista.

A fantasia quase nunca é *pura*. Ela se refere constantemente a alguma realidade: fenômeno natural, paisagem, sentimento, fato, desejo de explicação, costumes, problemas humanos etc. Eis por que surge a indagação sobre o vínculo entre fantasia e realidade, que pode servir de entrada para pensar na função da literatura. Sabemos que um grande número de mitos, lendas e contos são etiológicos, isto é, são um modo figurado ou fictício de explicar o aparecimento e a razão de ser do mundo físico e da sociedade. Por isso há uma relação curiosa entre a imaginação explicativa, que é a do cientista, e a imaginação fantástica, ou ficcional, ou poética, que é a do artista e do escritor. Haveria pontos de contacto entre ambas? A resposta pode ser uma especulação lateral no problema da função, que nos ocupa (CANDIDO, 2012, p. 83. Grifo do autor).

Podemos entender, seguindo o sentido da análise de Antônio Cândido, que Mia Couto ao importar-se, como intelectual da literatura, em manipular os elementos espaciais à sua disposição, conduz sua produção literária na direção da configuração de realidades capazes de intensificar, não somente o entendimento humano, como interagir com ela, o que lhe confere sentido e significado. Em *Terra Sonâmbula* o autor atenta para a “desumanização” dos moçambicanos diante do processo histórico das duas guerras, assim como chama-nos atenção para a oralidade e a escrita desta história trazendo a busca de um povo por sua identidade e sua formação nacional, fazendo assim reverberar os questionamentos e críticas que o autor mantém sobre esta sociedade em questão.

Não *sendo mimético e transparente*, portanto, o processo de construção do texto narrativo do romance *Terra Sonâmbula* absorve os elementos espaciais e temporais que compõem as condições de que Mia Couto se utiliza, particularmente sua compreensão do processo de colonização portuguesa em África, dos conflitos armados que antecederam a proclamação da independência de Moçambique e das demais colônias africanas, consubstanciando tudo isso a eclosão de uma guerra civil, pós-independência, que só terminará em 1992, ano da publicação de *Terra Sonâmbula*.

CONCLUSÕES

Durante o período de pesquisa, ocorreram resultados satisfatórios, e grande parte destes estava de acordo com o previsto no projeto. Após a leitura do romance *Terra Sonâmbula*, foi possível perceber que a relação de história e literatura na narrativa do escritor Mia Couto é um dos pontos que dão significado a sua escrita, uma vez que toda a narrativa é marcada por referências históricas. Desta forma, sua literatura, mesmo percorrendo a linha ficcional, tem sua importância quando imprime uma contraposição entre realidade e ficção que, desse modo, lhe confere sentido.

Durante a leitura do romance, percebeu-se que todo o texto é construído envolto do imaginário africano, onde são apresentados as credices e o misticismo de lendas da região do continente africano em que se encontra Moçambique. Em várias passagens da narrativa, o ficcional ganha tamanha força que a função histórica do livro recai sobre o entendimento alegórico.

Através da narrativa do romance, foi possível compreender o cenário colonial em que o país africano Moçambique no século XX estava inserido, é possível pela dimensão Histórico-mítica perceber processos internos que sustentaram a guerra civil que acontece após a guerra de libertação. Estas observações só foram possíveis graças à possibilidade de conhecer uma literatura do macrossistema literário de língua portuguesa.

Foi possível encontrar os fatores externos que fundamentaram o romance, foram retirados vários trechos onde as referências aos acontecimentos históricos de Moçambique estão presentes, sendo possível, assim, identificar as preocupações que o escritor tem em seu livro, alia-se isso à análise biográfica da vida do Mia Couto, onde se pode perceber que sua visão e sua percepção dos fatos não se desvincilham da escrita da narrativa, desta forma compreende-se, então, como foi o processo de construção do 'historicismo alegórico' na obra.

No processo de compreensão dos fatores externos, através da leitura de textos teóricos, pode-se identificar a relação entre história e literatura, assim, os movimentos de Libertação (FRELIMO e RENAMO), que lutaram juntos contra as Forças Armadas de Portugal, no processo de independência da colônia Moçambique, e que na guerra pós-independência lutaram um contra o outro pelo domínio do país, estarão presentes no livro de forma metafórica, demonstrando a sensibilidade do escritor no momento dos acontecimentos, algo que um historiador não poderia fazer, uma vez que para a análise de um objeto é preciso que haja certo distanciamento do mesmo, afastamento necessário para melhor compreender os significados e os sentidos dos eventos históricos.

Como resultado do período trabalhado no projeto de pesquisa, pode-se identificar a importância de um texto africano que apresenta novas estéticas, e que se afirma como uma produção literária autônoma, ou seja, que não se preocupa em manter a estética da metrópole, mas que através da leitura de seu próprio espaço se torna independente. A narrativa de Mia Couto se apresenta como uma literatura de resistência, o seu sentido é alcançado quando no confronto entre história e literatura se permitem novos aspectos quanto aos significados dos fatores históricos das duas guerras em Moçambique. O olhar crítico de Mia Couto sobre a realidade histórica de seu país tem seu sentido quando, em uma sociedade que busca se auto afirmar em sua história, uma literatura de língua portuguesa recebe seu reconhecimento e sua importância.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABDALA JUNIOR, Benjamin. *Literatura* – história e política. São Paulo: Ática, 1989. _____. **De vôos e ilhas** – Literatura e Comunitarismos. São Paulo: Ateliê Editorial, 1998.
- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Trad. Myriam Ávila e outros. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- BONNICI, Thomas. **O pós-colonialismo e a literatura** – estratégias de leitura. Maringá: Eduem, 2000.
- BRANDÃO, Luís Alberto. **Teorias do espaço literário**. São Paulo: Perspectiva; Belo Horizonte: Editora FAPEMIG, 2013.
- CANDIDO, Antonio. *A literatura e a formação do homem*. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/remate/article/download/8635992/3701>. Acesso em 21 de abril de 2018.
- COUTO, Mia. **O fio das missangas: o menino que escrevia versos**. Beira: Cia. das Letras, 2004.
- COUTO, Mia. **Terra sonâmbula**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GAMA-KHALIL, Marisa Martins. *O lugar teórico do espaço ficcional nos estudos literários*. In: Revista da Anpoll, v.1, n.28.(2010). P.213-235. Disponível em <https://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/article/viewFi/166/179> Acesso em 28 novembro 2016.

LARANJEIRA, Pires. *De letra em riste* – Identidade, autonomia e outras questões nas literaturas de Angola, Cabo Verde, Moçambique e S. Tomé e Príncipe. Porto: Afrontamento, 1992.

LOPES, João Marques. Junhito ou a estória de Moçambique Independente: contribuição para uma leitura de terra sonambula, de Mia Couto. *Miscelânea*, Assis, p.187-200, jan. 2014.

MIA COUTO: **À porta da modernidade, há sete sapatos sujos que necessitamos descalçar**. Marilena: Por Dentro da África, 28 ago. 2013. Disponível em: <<http://www.pordentrodaafrica.com/cultura/mia-couto-a-porta-da-modernidade-ha-sete-sapatos-sujos-que-necessitamos-descalcar>>. Acesso em: 28 ago. 2013.

SECCO, Carmen Lúcia Tindó. **A magia das letras africanas** – Ensaios sobre as literaturas de Angola e Moçambique e outros diálogos. 2.ed. Rio de Janeiro: Quartet, 2008.

OLIVEIRA, Rocielle de Lócio. A representação da Guerra em Terra Sonambula de Mia Couto. **II Congresso Nacional de Africanidades e Brasilidades**, Espírito Santo, p.1-11, 4 ago. 2014.

**NARRATIVA E TRANSCRIÇÃO: LEITURA COMPARATIVA ENTRE O ROMANCE
MADAME BOVARY DE GUSTAVE FLAUBERT E A ADAPTAÇÃO CINEMATOGRAFICA
DE CLAUDE CHABROL (1991).**

João Gabriel Serafim Mota (PIC, CNPQ),
Unespar/Campus de Paranaguá, gabrielserafim@zoho.com
Beatriz Avila Vasconcelos (Orientadora),
Unespar/Campus de Curitiba II, beavila.vasconcelos@gmail.com

Palavras-chave: Adaptação Cinematográfica. Transcrição. *Madame Bovary*.

INTRODUÇÃO

O amplo campo de estudos no qual o presente estudo se insere abrange o universo de reflexões que se debruçam sobre processos de adaptação, tradução, recriação ou transcrição que estão na base do encontro do cinema com a literatura. Através de um exame centrado em passagens do romance *Madame Bovary* que se referem especialmente à descrição da cena e da ambientação da narrativa, buscaremos traçar pontos de intersecção da obra fílmica de Chabrol com a narrativa de Flaubert, estabelecendo discussões que reafirmem os elos existentes entre o Cinema e a Literatura.

Desde sua origem, a arte cinematográfica procura o universo literário como fonte de narrativas para criação de suas obras. Todavia, ainda que o Cinema seja uma manifestação artística historicamente recente em relação à Literatura, é mais do que evidente a evolução considerável no conjunto de recursos narrativos que foram se desenvolvendo com as produções cinematográficas, aprofundamento em termos de expressão que afirma a existência de uma linguagem com propriedades autônomas, ou seja, uma forma de arte que proporciona uma leitura tanto partindo da materialidade de suas obras isoladas quanto mediante o diálogo com outras formas de arte.

Nesse estudo, interpretamos o fato de que a filmagem de um roteiro baseado em uma obra literária não comporta a mesma extensão que o livro apresenta, algo inexequível na maioria dos casos, como sendo apenas uma das diversas justificativas para legitimar o trabalho de adaptação do diretor/roteirista. O universo da filmagem, tal qual o da composição literária, é abundante em escolhas estéticas (citando algumas: direção de câmera, *mise-en-scène*, sonoplastia, efeitos gráficos e visuais, montagem, etc.) e se considerarmos o processo de filmagem para roteiros baseados em obras literárias, veremos que o esforço do diretor/roteirista se bifurca entre selecionar de modo coerente as partes do texto literário e realizá-las dentro das múltiplas capacidades de expressão da arte cinematográfica: adaptar, recriar, transcriar.

Ainda que a prática da adaptação cinematográfica remonte à origem do cinema de ficção, sua receptividade por parte do grande público e até mesmo da crítica ainda repousa sob o imaginário da fidelidade à obra literária de origem, ignorando uma série de eventos supranarrativos que fazem parte da composição fílmica, subordinando o Cinema à Literatura, lançando mão de um olhar para a potencialidade que os seus aspectos de linguagem têm de representar e ressignificar outras formas de arte. Segundo o *Dicionário Teórico e Crítico do Cinema*, de Aumont-Marie, o fenômeno da adaptação

[...] é uma noção difusa, pouco teórica, cujo principal objetivo é avaliar ou, nos melhores dos casos, descrever e analisar os processos de transposição de um romance para um argumento e depois para um filme: transposição das personagens, dos locais, das estruturas temporais, da época em que se situa a ação, da sequência dos acontecimentos narrados, etc. Esta descrição frequentemente avaliativa permite apreciar o grau de fidelidade da adaptação, ou seja, recensar o número de elementos da obra inicial conservados no filme (AUMONT; MARIE, 2009, p.16).

Como já adiantamos, o sentido de "apreciar o grau de fidelidade da adaptação" que Aumont-Marie dizem acima já está ultrapassado nos estudos de cinema, todavia, a dificuldade em teorizar os estudos da adaptação ainda perdura, o que se dá devido à complexidade que envolve os processos de transposição do universo literário para o fílmico. A crítica ou opinião que parte deste critério de fidelidade do filme normalmente incorre no grave erro de ignorar a autonomia das diferentes artes em relação umas às outras, na medida em que neutralizam, como observa Corseuil (2009), "os elementos cinematográficos que diferenciam a linguagem literária, verbal, da cinematográfica, predominantemente visual" (p. 296). Assim, sublinha a autora:

[...] é necessário que se ressalte a importância de uma perspectiva crítica que leve em conta os elementos específicos da linguagem cinematográfica, incluindo elementos como montagem, fotografia, som, cenografia, ponto de vista narrativo, responsáveis pela construção de significados no sistema semiótico compreendido pelo cinema." (CORSEUIL, 2009, p. 296)

Nesta perspectiva, é importante sublinhar que o cinema é uma arte autônoma, com uma linguagem própria, diferente do romance. Assim, ao se propor a análise de um filme com roteiro adaptado, tal como se propõe neste trabalho, não há sentido em analisá-lo sob a ótica de sua fidelidade à obra literária, pois não há de fato uma relação de fidelidade de uma arte a outra, mas sim, um diálogo entre ambas que possibilita uma recriação. Os filmes podem estabelecer uma relação com a obra literária que pode expandi-la, criticá-la ou reatualizá-la, mas jamais reproduzi-la (ANDREW, 1984; CORSEUIL 2009).

Tomando estas reflexões como ponto de partida, é que o presente estudo se propõe a compreender as relações que se estabelecem entre literatura e cinema a partir da análise do filme

Madame Bovary, de Claude Chabrol (1991), uma das mais conceituadas adaptações da obra magna de Gustave Flaubert. *Madame Bovary* foi uma obra bastante privilegiada no cinema, contando com diversas adaptações, que serviram inclusive ao crítico André Bazin para lançar as bases de suas problematizações em torno das relações entre literatura e cinema em seu ensaio “Por um cinema impuro: Defesa da adaptação” (1991). Seguindo a senda de Bazin, na abordagem da *Madame Bovary* de Chabrol que aqui se irá realizar, evitaremos qualquer juízo de valor fundado sobre a ideia de fidelidade do filme ao texto literário. Ao invés disso, o esforço de análise será o de identificar alguns dos recursos de linguagem de que o cineasta se valeu para incorporar, expandir e atualizar os significados do romance de Flaubert, segundo as exigências da arte cinematográfica, gerando uma obra inteiramente nova, ainda que baseada em uma narrativa literária já existente. Neste sentido, não seria nem mesmo possível falar de adaptação em sentido próprio. Como bem observa o crítico francês Alexander Astruc:

[...] saber, que não existe nada, mas absolutamente nada que poderia ser chamado de uma adaptação... Nada a não ser a passagem de uma linguagem, que tem as suas leis, para outra linguagem, cujas leis, por mais paradoxal que possa parecer, integram-se às primeiras. (ASTRUC, 2012 [1948], p.25)

Ora, a passagem de uma linguagem a outra linguagem não é nada além do que um processo de tradução, envolvendo todas as transformações necessárias para transportar sentidos de uma língua a outra, de uma arte a outra, operando assim uma tradução entre dois sistemas semióticos, o que Júlio Plaza (1987) chamou de tradução intersemiótica.

MATERIAIS E MÉTODOS

Conforme Walter Benjamin (1923) discorre em "*A tarefa do tradutor*", quando a tradução é pautada por um critério de fidelidade ou obediência entre a língua-fonte e a língua-origem, o processo tradutório se torna mera passagem semântico-sintática de uma obra para outra, o que esse autor condena de modo veemente. Se pensarmos o cineasta como um tradutor, durante o processo de transposição da obra literária, sua maior tarefa não repousa na simples reprodução de uma narrativa, pois isso seria fazer teatro filmado, mas sim na habilidade em valer-se dos recursos da língua cinematográfica para traduzir os sentidos criados na língua literária; tarefa de tradução que Benjamin resume como a capacidade de "[...] encontrar na língua para a qual se traduz a intenção, a partir da qual o eco do original é nela despertado" (BENJAMIN, 1993, p.75).

No contexto deste estudo, nos ocuparemos de descrever esses "processos de transposição" que constituem uma operação de linguagem que compartilha dos mesmos princípios do fazer tradutório e por estarmos tratando de duas grandes artes que se realizam através de dispositivos de linguagem, formas de expressão e semioses que lhes são característicos, evocamos a teoria da tradução intersemiótica de Plaza

(1987) como subsídio teórico de parte de nossas discussões e para sustentar a metodologia de análise nesta pesquisa.

Em *Tradução Intersemiótica* (1987), Plaza fala sobre a “transcrição de formas” como sendo uma das diretrizes que norteiam a tradução intersemiótica:

Na Tradução Intersemiótica como transcrição de formas o que se visa é penetrar pelas entranhas dos diferentes signos, buscando iluminar suas relações estruturais, pois são essas relações que mais interessam quando se trata de focalizar os procedimentos que regem a tradução (PLAZA, 1987, p.71).

Tratando-se do processo de adaptação cinematográfica, que envolve um procedimento de tradução entre dois sistemas semióticos como explicamos anteriormente, relacionamos a atividade da transcrição de formas à composição da *mise-en-scène* cinematográfica, a qual o diretor deverá explorar de modo a potencializar os sentidos empregados na obra literária por intermédio dos próprios dispositivos de criação cinematográfica, nos moldes de uma "tradução poética". Transpõe-se, desse modo, outro olhar para a obra, que passa a ser ressignificada e não apenas reproduzida sob outra forma, o que Plaza chama de “descoberta de novas realidades”, que se firmam na equivalência de qualidades específicas entre formas da obra e da recriação. E para que isso ocorra, o autor, sintetizando Haroldo de Campos, apresenta-nos a ideia de que “[...] a tradução poética deve vazar sapiências meramente linguísticas para que tenha como critério fundamental traduzir a forma. Transcriar, portanto” (PLAZA, 1987, p. 29).

Haroldo de Campos (2006) nomeia “transcrição” o processo imanente da tradução criativa. Trata-se de uma atividade que coloca o tradutor na situação de experienciador de sensações. Ele vivenciará o mundo e a atmosfera presentes na obra que analisa e envolvido por *intellecto d’amore*, devoção e amor, investindo esforços para transpor os elementos estéticos da peça traduzida sob a forma de obra recriada.

Campos reitera a necessidade de fazer prevalecer um “olhar criativo” por parte do artista durante a empresa recriadora, para que o resultado de sua execução se manifeste como obra recriada:

[...] em outra língua, uma outra informação estética, autônoma, mas ambas estarão ligadas entre si por uma relação de isomorfia: serão diferentes enquanto linguagem, mas como os corpos isomorfos, cristalizar-se-ão dentro de um mesmo sistema (CAMPOS, 2006, p.34).

A transposição dos elementos materiais da literatura para o cinema observa o conjunto de fatores que formam a atmosfera, o clima, o espírito da obra: o seu ritmo. É o espectro desse ritmo presente na obra literária que deve pairar sob a composição fílmica, em uma metamorfose da linguagem literária para a cinematográfica “fiel à sequência poética de imagens do original, aos seus ritmos ou ao efeito

produzido pelos seus ritmos ou ao efeito de seus ritmos" (Kenner *apud* Campos, 2006, p. 37), e não uma sequência de fatos da narrativa literária recontados sob a forma filmica.

Por meio do conceito de transcrição, Haroldo de Campos (2006) liberta a atividade tradutória de sua relação servil com relação ao texto dito original, fazendo dela uma atividade criativa. Ao transcriar, o tradutor/transcriador, livre das artificialidades impostas pelo compromisso com a fidelidade ao original, conecta-se com a significação mais ampla do texto-fonte a fim de transcriá-la em um novo contexto, em uma nova língua, criando também novos significados para ela. Compreendendo a “adaptação” cinematográfica nestes termos, todo o trabalho de análise consistirá em compreender como se deu este processo (trans)criativo do cineasta que, partindo de um texto literário, criou uma obra cinematográfica.

ESTUDO DA *MISE-EN-SCÈNE* TRANSCRIADA

Define-se como *mise-en-scène*, do francês “posto em cena”, tudo aquilo que o diretor eleger para estar “dentro do quadro”, em cada plano (BORDWELL, 2013): cenário, iluminação, atuação, figurino e maquiagem. O diretor de cinema dispõe do arranjo desses fatores para a execução de seu filme, além de contar com os recursos da câmera, montagem, sonoplastia, e do próprio texto verbal que se manifesta no diálogo. Esses elementos próprios da linguagem cinematográfica desempenham um papel determinante no processo de transcrição dos ritmos da obra literária a ser adaptada, uma vez que são responsáveis por despertar e provocar sentimentos, muitas vezes inconscientes, no espectador.

Metodologicamente, procuramos meios de perceber a *mise-en-scène* transcriada a partir da comparação entre cenas do filme que foram selecionadas com base em sua correspondência com a obra literária. Desse modo, nosso esforço de análise consiste em identificar e descrever os recursos de linguagem cinematográfica que o cineasta se valeu para incorporar, expandir e atualizar os significados do romance de Flaubert, segundo as exigências da arte cinematográfica, gerando uma obra inteiramente nova, ainda que baseada em uma narrativa literária já existente.

Para chegarmos ao nosso objetivo de análise, que é perceber a transcrição da linguagem literária para a linguagem cinematográfica, primeiramente nos dedicamos a selecionar algumas cenas do filme nas quais é possível perceber a presença de alguns recursos próprios da forma cinematográfica que atribuem uma outra representação para o acontecimento narrado na forma literária, considerando as especificidades de linguagem dessas duas formas. Em seguida, estratificamos a cena selecionada em fotogramas para facilitar a identificação dos dispositivos de linguagem utilizados na cena, para, a partir de então, mapearmos os elementos que compõem sua *mise-en-scène*, tabulando-os em suas categorias para melhor ilustrar nossa discussão aqui proposta. Os recursos estéticos que identificamos na *mise-en-*

scène serão registrados em uma tabela que pensamos com base na metodologia da *découpage* filmica feita por Michel Marie para o filme *Muriel* de Alan de Resnais, publicado na revista *Galilée*, em 1974.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Selecionamos uma cena do filme que se relaciona com um acontecimento do livro, que trata do momento da história em que Emma Bovary recebe uma intimação judicial na qual se alega que ela possui uma dívida exorbitante, dívida esta que é resultado de suas práticas consumistas extravagantes, e que lhe é estipulado um prazo para que parte da dívida seja paga ao banco mediante pena da apreensão dos bens de seu marido, Charles Bovary. Sob pressão, Emma tenta, embora sem sucesso, recorrer a maneiras de obter o dinheiro necessário para pagar a dívida, quando lhe ocorre a ideia de procurar seu antigo amante, Rodolphe, para lhe pedir três mil francos. Após essa tentativa falhar, ela dispara freneticamente pelo trajeto que vai da propriedade de Rodolph, onde estivera, até de volta à Yonville, vilarejo onde ela reside. Nesse caminho, ela se vê em um estado de completa angústia, medo, desespero e confusão mental, que a câmera de Chabrol retratou na cena ilustrada na Figura 1, abaixo:

Figura 1 - Fotogramas referentes à cena selecionada²⁰⁸



²⁰⁸ Todas as legendas das figuras apresentadas aqui seguem o seguinte padrão: os números em vermelho se referem à ordem do fotograma; os números entre colchetes se referem à localização exata do *frame* dentro do filme; os números entre parênteses se referem à localização exata da cena situada no filme. Obtemos esses dados por meio de recursos computadorizados que apontaram, em termos de exatidão, a duração temporal total da obra fílmica de 02:16:26;16, apresentando um total de 245.350 *frames*, baseado em taxa de 29,970 *fps*.

Fonte: CHABROL, 1991.

Como percebemos, atentando para os dados em parênteses do Fotograma 1 e 5, a cena, que dura cerca de 10 segundos, retrata o momento de aflição e desespero da personagem, algo sinalizado na movimentação da atriz, que se lança, por entre alamedas de parreiras, numa corrida enérgica e cheia de movimento, trajando um vestido preto que farfalha e aumenta o movimento do corpo e a inquietação da atmosfera. É importante termos em mente que esta corrida do desespero antecede a cena de suicídio da personagem, que se envenena com arsênico. Já quanto à narrativa literária, essa situação é narrada desde a saída de Emma da propriedade de Rodolphe até sua chegada na casa do farmacêutico Homais, no vilarejo de Yonville, onde ingere o arsênico que a irá matar. Os quatro excertos do livro onde esse acontecimento é narrado, foram transcritos abaixo na Tabela 1:

Tabela 1 - Excertos retirados da obra literária correspondentes à cena retratada na Figura 1.

Excertos retirados da obra literária correspondentes à cena retratada na Figura 1.	
Página	Excerto literário
300	Ela saiu. As paredes tremiam, o teto a esmagava, e ela retornou pela longa alameda, cambaleando por entre os montes de folhas mortas que o vento dispersava. Enfim, chegou ao fosso diante da grade; quebrou as unhas na maçaneta, de tanto que se apressou para abri-la. Depois, cem passos mais adiante, sem fôlego, quase caindo, Emma parou. E então, virando-se, viu mais uma vez o castelo impassível, com o parque, os jardins, os três pátios e todas as janelas da fachada.
300	Ela permaneceu perdida de estupor e sem consciência de si mesma, a não ser pelo batimento de suas artérias, que ela acreditava ouvir como uma música ensurdecadora que enchia o campo. O solo sob os seus pés estava mais movediço do que uma onda, e os sulcos pareciam imensas vagas escuras que arrebentavam. Tudo que havia em sua cabeça de reminiscências, de ideias, escapava ao mesmo tempo, de uma só vez, como mil peças de um fogo de artifício. Viu seu pai, o escritório de Lheureux, o quarto lá de Ruen, outra paisagem. A loucura tomava conta dela; teve medo e conseguiu retornar o controle, de uma maneira confusa, é verdade, pois ela não se lembrava da causa de seu estado horrível, ou seja, da questão do dinheiro. Ela sofria unicamente com seu amor e sentia sua alma abandoná-la por aquela lembrança, como os feridos, agonizando, sentem a existência que se esvai pela ferida que sangra. A noite caía, as gralhas voavam.
301	Pareceu-lhe, de repente, que glóbulos cor de fogo explodiam no ar como balas fulminantes que se esmagavam e giravam, giravam para irem derreter-se na neve, entre os galhos das árvores. Em meio a cada um deles, a figura de Rodolphe aparecia. Multiplicavam-se e aproximavam-se, penetrando-na; tudo desapareceu. Ela reconheceu as luzes das casas que brilhavam ao longe na bruma.
301	Então, na sua situação reapareceu-lhe como um abismo. Ela arquejava como se seu peito fosse romper-se. Depois, em um transporte de heroísmo que a tornou quase alegre, desceu a encosta correndo, atravessou a prancha das vacas, o caminho, a alameda, o mercado e chegou diante da loja do farmacêutico.

Fonte: FLAUBERT, 2008, p. 300-301.

Em um primeiro olhar que compare essas duas representações, a literária e a cinematográfica, para a cena em questão, percebe-se as diferenças de linguagem que ambas as representações possuem

para sugerir ideias e formar juízos sobre o acontecimento, provocar sensações e transmitir sentimentos, construir sentidos e formar imagens no imaginário do leitor/espectador. Para além dessa diferença na forma de construir um mesmo acontecimento, sem nenhum esforço podemos perceber que ambas as formas presentes nos excertos literários e nos fotogramas compartilham de uma mesma informação estética que está por trás do acontecimento narrado: o texto cinematográfico e o texto literário apresentados, evidenciam um mesmo clima que paira sobre o momento em questão, que é do desespero, da angústia e do sofrimento de Emma Bovary.

Por sua vez, esse momento projeta outras questões acerca do arquétipo da mulher na sociedade burguesa do século XIX, que tanto na obra de Flaubert quanto na obra de Chabrol são revelados através dos estados de alma de Emma Bovary (Isabelle Huppert), que se apresenta como uma mulher inconformada com os espaços de poder reservados ao feminino, que são limitados à vida doméstica, à subserviência ao sexo masculino pelo casamento e constantemente vigiados pela moral burguesa e pela instituição da igreja. O resultado desse inconformismo acarreta a transgressão desses espaços de poder limitados, por meio do adultério, de hábitos de consumo extravagantes e de diversos comportamentos da protagonista que denunciam o espírito Romântico, escola artística em voga na Europa contemporânea de Flaubert, em relação à qual Flaubert se punha na contramão.

Esse conjunto de atos que caracterizam a transgressão de Emma Bovary, nos ajudam a compor um retrato de sua personalidade romanesca, entregue às paixões e desejos de seu coração, comportamento que a literatura consagrou sob a égide de bovarismo, em referência à personagem de Flaubert, e que acarretou em uma série de consequências decisivas para o destino da personagem, como a dívida exorbitante de Emma, e também a manifesta sensação de insaciedade de suas paixões e sua conduta leviana que produziam nela sentimentos de melancolia e tristeza, fatores que se acumulam no decorrer da narrativa e chegam ao clímax quando ela se dá conta de sua situação desoladora no momento da corrida que antecede o final trágico do suicídio da protagonista por envenenamento.

Indícios que apontam para essa leitura estão latentes nos excertos em destaque na Tabela 1, em que o narrador de Flaubert evoca todo o sofrimento da personagem formando imagens muito próximas à ação de uma corrida que transcorre na cena fílmica apresentada na Figura 1. Para nos ajudar a compreender a cena em questão, apelamos para a *découpage* do plano cinematográfico, método que Michel Marie utilizou para analisar o filme *Muriel*, de Alan de Resnais, publicado na revista *Galilée*, em 1974; no quadro abaixo, apresentamos os resultados que encontramos nesta análise:

Quadro 1 - *Découpage* do plano referente à cena selecionada.

Plano		Imagem		Som	
Nº	Duração	Descritivo	Câmara	Diálogos (in/off)	Ruídos + Música
1	00:00:10:03	<p>Iluminação: Luz Ambiente</p> <p>Atmosfera melancólica (Azul);</p> <ul style="list-style-type: none"> - Tons esverdeados (cor dominante); - Cores de temperatura fria; 	<p>Enquadramento</p> <ul style="list-style-type: none"> - Protagonista equilibrada ao centro, onde corre e se aproxima rapidamente da câmara através de um caminho cercado por uma aleia. - O cenário com árvores que obscurecem a paisagem e parecem fechar a protagonista em um labirinto. 	<p>Narração:</p> <p>(ária de ópera, traduzido livremente do italiano).</p> <p><i>"Se Deus conhece todas as nossas necessidades, para que rezar?"</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • Respiração ofegante e exaustiva da atriz. • Sons ambiente das pisadas nas folhas do solo e ventania. • Ária operística em italiano, ao qual supõe-se que seja da peça "Lucia di Lammermoor" de Donizetti.
		<p>Atuação</p> <ul style="list-style-type: none"> - Movimentos titubeantes ao correr (agitação); - Respiração ofegante e cansada (desespero); 			
		<p>Cenário</p> <ul style="list-style-type: none"> - Folhas secas ao chão (estação outonal/invernal); - Aleia de trepadeiras e arbustos que cercam a personagem; 	<p>Movimento de Câmara</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estática do começo da cena (02:04:55:29) até iniciar um deslocamento para a direita (02:05:00:23), que vai acompanhar os movimentos da personagem. 		
		<p>Figurino e Maquiagem</p> <ul style="list-style-type: none"> - Vestido de corte longo, decotado horizontalmente na altura dos ombros; - Tecido na cor preta, com detalhe na barra em tecido branco; - Crinolina volumosa e anágua sob o vestido. - Echarpe e luvas pretas em seda rendada. (movimentos de leveza). - Adereços de joalheria com incrustações de rubi: colar em metal dourado longo e brincos com rubis pendentes. 			

Fonte: MOTA; VASCONCELOS, 2019.

Na tabela acima, o que temos é uma descrição de toda a *mise-en-scène* utilizada nesse plano. As categorias da *mise-en-scène* estão descritas em negrito, seguidas de seus respectivos componentes sinalizados por uma barra dupla (—) e dos efeitos e sensações que a utilização desses componentes da *mise-en-scène* provoca, entre parênteses (). Observando isso, podemos apontar com precisão quais escolhas estéticas que Chabrol utiliza para transcriar o momento clímax da narrativa flaubertiana.

Na Figura 3, abaixo, apresentamos a Fotograma 10 que corresponde à mesma cena da Figura 1; Figura 3 - Fotograma 10 referente à cena registrada na Figura 1.



10. [224.760] (02:04:59;14)

Fonte: CHABROL, 1991.

Nesse fotograma, a personagem é enquadrada ao centro e está cercada por uma aleia de arbustos e trepadeiras que direcionam o olhar do espectador para a ação que transcorre na cena: a corrida extenuante e os movimentos enérgicos sugeridos pelo balançar do vestido longo e da echarpe de seda.

A opção do cineasta por gravar a cena com a câmera à altura dos olhos também constitui uma escolha estética e já é um indício de transcrição do texto literário, visto que o segundo excerto da página 301, contido na Tabela 1, apresenta a seguinte descrição para um desses momentos da ação como: "[...] em um transporte de heroísmo que a tornou quase alegre, desceu a encosta correndo [...]" (FLAUBERT, 2008, p. 301); Em linguagem cinematográfica, é muito recorrente o uso de um recurso de filmagem onde a figura da personagem é enquadrada pela câmera de baixo para cima, em contra-plongée, nos moldes das narrativas épicas onde a autoridade do herói é retratada pela sua grandeza, sensação que é visualmente obtida através de uma distorção no ponto focal. Esse "heroísmo" a que se refere o narrador flaubertiano, nada mais é do que um termo que ironiza o espírito elevado dos ditos "heróis", inabaláveis até em situações de tensão, que habitavam o imaginário das narrativas românticas. Ao posicionar a câmera ao centro do enquadre, Chabrol não deixa de imputar um clima de heroísmo à cena, mas consegue principalmente fazer com que o espectador visualize a humanidade, as falhas e o sofrimento dessa heroína, que não é inferior nem superior se comparada ao observador da cena, mas está ao nível de seu olhar, é um ser humano à sua semelhança.

À essa perspectiva do real que Chabrol apresenta através da altura da câmera em relação ao solo, podemos associar o próprio estilo literário do Realismo que Flaubert inaugura com essa obra, onde o que está em jogo não é apontar as virtudes ou falhas no caráter da protagonista, mas sim demonstrar que, pela sua humanidade, ela está sujeita tanto ao sofrimento quanto à felicidade; pensamento que leva a construção das personagens priorizar pelo caráter falível e sensível do humano, em detrimento do espírito romântico e fantasioso.

A interpretação de Isabelle Huppert também foi significativa para que pudéssemos perceber a transcrição por trás dessa cena, onde o ato de levantar o pesado vestido que ostenta luxo, ação que ficou implícita no texto de Flaubert, enquanto mantêm a respiração acelerada e traços de desgaste físico que vêm à tona se atentarmos para as madeixas desmanteladas do penteado da atriz, tudo isso grita um visível desespero da personagem em meio a uma corrida que parece ser labiríntica. Essas sensações de desesperança e de angústia vão se aprofundando à medida em que a atriz avança pela aleia, como podemos notar na Figura 3, quando o movimento quase convulso da barra do vestido e da echarpe volteiam na tela; ainda ressaltamos o caráter da sonoplastia utilizada nessa cena, composta por uma ária

operística, pertencente à obra "*Lucia di Lammermoor*", de Donizetti. Conforme registramos no Quadro 1, a tradução livre para o canto dessa voz masculina é "Se Deus conhece todas as nossas necessidades, para que rezar?". Assim, o tom desesperado e angustiado tanto da música quanto do texto da ária tornam-se, na cena do filme, um recurso de transcrição do colapso físico e mental de Emma Bovary, construídos na obra literária apenas com as palavras do narrador do romance.

Ainda há outros indícios que aguçam a percepção do espectador nessa cena, a saber pela iluminação que transcreve o cenário do campo em uma paleta de cores mistas em tons azuis e verdes em temperatura fria, o que remete a mesma ideia de bruma presente na narrativa flaubertiana (ver o primeiro excerto da página 301 contido na Tabela 1), bem como a escolha de um cenário arborizado que proporciona sombreamento ou chega a obstruir a lente em determinadas áreas do vídeo (ver Fotograma 9 contido na Figura 1).

Podemos descrever o plano analisado como "emblemático", visto que apresenta diversos elementos que permitem a compreensão de conexões especiais entre os elementos visuais do enquadramento (MERCADO, 2011, p. 125) e, de forma mais ampla, de todo o espírito do bovarismo que Flaubert fez encarnar na construção de Emma Bovary.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cinema e Literatura são duas linguagens que possuem uma capacidade de exprimir sentimentos e provocar sensações capazes de levar o leitor/espectador até a fruição artística. Mas, para que isso ocorra, deve haver um tipo de relação entre essas duas linguagens de modo a não haver sobreposição de nenhuma sobre outra. Essa tarefa, que não é fácil, cabe ao diretor/roteirista que, nos casos dos filmes adaptados de obras literárias, precisará traduzir o livro para o filme, desempenhando o papel de tradutor.

No filme em questão, conforme observamos através da análise, Chabrol consegue transcrever elementos centrais da obra literária para a obra cinematográfica, numa outra linguagem, com outros recursos, em apenas 10 segundos de duração da cena. Portanto, a adaptação cinematográfica propõe uma nova leitura que nos dirige um outro olhar para dentro do universo da obra adaptada, revelando-nos novas significações e atualizando os sentidos dessa obra.

Procuramos aqui modos de observar a *mise-en-scène* transcrita e apontar as possibilidades com que o cinema e a literatura podem se interrelacionar, tendo em vista o caráter autônomo dessas duas formas de arte. O que discutimos aqui é a possibilidade de que essas duas formas de arte se complementem, se traduzam e dialoguem como formas de expressão com características próprias de linguagem. Em uma obra com muitos significados ocultos como é a de Flaubert, as possibilidades de transcrição para o cinema tornam-se ainda mais interessantes, pois o desafio é explorar ao máximo os

recursos que a linguagem cinematográfica apresenta para traduzir a literatura e talvez até descobrir outros modos de atualizar-se como linguagem.

Distanciar-se de julgamentos que priorizam as questões de fidelidade na adaptação literária, é olhar para o cinema como forma de arte independente e com recursos de linguagem próprios, ao mesmo tempo que também autoriza o diálogo entre duas formas de arte, através de uma relação simbiótica entre ambas que produzem novas leituras e significados para ambas as obras. Com essa finalidade, a adaptação de obras literárias deve servir-se dos recursos oferecidos pela *mise-en-scène* e de outros elementos da linguagem cinematográfica, como a montagem e o som, para recriar os ritmos, o clima, a atmosfera da obra literária, a qual deve ser o norte da prática tradutória transcriadora.

Em nossa pesquisa, procuramos verificar como esse fenômeno nos aproxima da percepção de sentidos subliminares que a obra fílmica explora, por meio da leitura da *mise-en-scène*, para apresentar o conturbado episódio que constitui o clímax da narrativa. Percebemos que através de um processo que envolve a transcrição dos elementos da linguagem literária para cinematográfica, Chabrol se vale de sua *mise-en-scène* como meio de veicular a mesma informação estética e os mesmos efeitos de sentido que a apreciação do texto literário provoca. Por fim, enfatizamos a capacidade que os elementos da *mise-en-scène* transcrita têm de potencializar as possibilidades de leitura que a narrativa literária oferece.

REFERÊNCIAS

- ANDREW, D. **Concepts in film theory**. Oxford: OUP, 1984.
- ASTRUC, Alexandre. Da Imagem à Palavra. Trad. Bruno Andrade e publicado. **Revista Foco**, 2012.
- AUMONT, Jacques; MARIE, Jean-Michel. **A análise do filme**. 3 ed. Lisboa: Texto & Grafia. 2004.
- _____. **Dicionário teórico e crítico de cinema**. Lisboa [Portugal]: Edições Texto & Grafia, 2009.
- BAZIN, Andre. **O Cinema: Ensaios**. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- _____. **O que é o Cinema?** São Paulo: Cosac & Naify, 2014.
- CAMPOS, Haroldo de. **Metalinguagem & outras metas: ensaios de teoria e crítica literária**. 4 ed. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- CORSEUIL, A. R. Literatura e cinema. In: BONNICI, T.; ZOLIN, L. O. (org.). **Teoria Literária: Abordagens históricas e tendências contemporâneas**. 3 ed. Maringá: EDUEM, 2009.
- EPSTEIN, Jean. O cinema e as letras modernas. Tradução: Marcelle Pithon. In: XAVIER, Ismail (Org). **A experiência do cinema: antologia**. Rio de Janeiro: Edições Graal: Embrasilme, 1983.

- FLAUBERT, Gustave. **Madame Bovary**. Trad. Ilana Heineberg. Porto Alegre: L&PM, 2008. 336 p.
- HUTCHEON, Linda. **A Theory of Adaptation**. New York: Routledge, 2006
- MADAME BOVARY**, Direção: Claude Chabrol, Produção: Marin Karmitz. França: MK2 Productions, CED Productions, FR3 Films Productions, 1991.
- MARTIN, Marcel. **A linguagem cinematográfica**. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Brasiliense, 2013.
- MERCADO, Gustavo. Tradução: Edson Furmankiewicz. **O olhar do cineasta: aprenda (e quebre) as regras de composição cinematográfica**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- OLIVEIRA JR, Luís Carlos. **A mise-en-scène no cinema: do clássico ao cinema de fluxo**. Campinas: Papyrus. 2013.
- PLAZA, Julio. **Tradução intersemiótica**. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- STAM, Robert. **Introdução à Teoria do Cinema**. Campinas: Papyrus, 2009.
- _____. **A Literatura Através do Cinema: Realismo, magia e arte da adaptação**. Belo Horizonte: Editora
- TODOROV, Tzvetan. **As estruturas narrativas**. Tradução de Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Perspectiva, 2006.

A CONSTRUÇÃO DO MANGÁ NA CONTEMPORANEIDADE

Khauê Duarte Falars (PIC, Fundação Araucária)²⁰⁹
UNESPAR/Curitiba Campus I, khaueduarterfalars@gmail.com

Bernadette Maria Panek (Orientador)
UNESPAR/Curitiba Campus I, bernapanek8@gmail.com

Palavras-chave: Mangás. Arte Contemporânea. Monge Han.

INTRODUÇÃO

O primeiro Mangá da história, foi concebido por Katsushika Hokusai em 1814, no qual ficou conhecido como Hokusai Mangá (Figura 1). O termo mangá²¹⁰ cunhado por Hokusai, é uma obra composta por 15 volumes e tem como significado “rascunhos livres”, cujos esboços eram focados na tradição folclórica japonesa e no dia-a-dia do povo japonês. Hokusai foi um exímio gravurista, criando diversas obras em um estilo único neste período (Edo²¹¹). A gravura japonesa, prosperou entre os séculos XVII e XIX, na qual muitos artistas daquele tempo influenciaram o desenvolvimento dos mangás nos tempos atuais. Esta influência do ukiyo-e aos mangás contemporâneos, desempenham uma análise dos fatores que permeiam os costumes culturais atualmente no Japão. Tema sobrenatural, sexo, violência, contos de heróis e vilões sempre estiveram presentes na gravura japonesa, onde por sua vez, com o desenvolvimento dos mangás, estes temas também foram se estabelecendo na conjuntura da linguagem. Perante estes fatores, adentrando tanto aos problemas sócio culturais quanto aos costumes no Japão, é notório que estes elementos estejam inseridos a milênios de anos na própria arte japonesa.

Figura 1 - Katsushika Hokusai, *Hokusai Mangá* - vol.11 (1814)

²⁰⁹ Graduando em Superior em Escultura pela Universidade Estadual do Paraná e bolsista pela Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná. khaueduarterfalars@gmail.com.

²¹⁰ O termo ‘Mangá’ na atualidade, é classificado como às histórias em quadrinho japonesas, que são caracterizadas por serem lidas da direita para a esquerda, ao contrário das histórias em quadrinhos ocidentais (TOKU, 2001).

²¹¹ Período Edo (1603-1868) ficou marcado como um período de paz no Japão, onde por sua vez, distendeu o florescimento artístico por todo o território nipônico (GUTH, 1998).



Com o desenvolvimento e a crescente busca pelo ukiyo-e no período Edo, e a abertura dos portos no início da Era Meiji (1868-1912), muitos materiais gráficos estrangeiros começaram a chegar no território japonês (SUMIKAWA, 1999, p. 4). Além destes materiais, dois cartunistas de grande importância, iniciaram seus trabalhos em revistas locais: Charles Wirgman e George Bigot²¹². O britânico Charles Wirgman em sua revista *The Japan Punch* (1892) introduziu aos seus trabalhos, sátiras sobre as figuras públicas do cotidiano japonês. Quanto ao francês George Bigot, foi o pioneiro a introduzir a arte sequencial no Japão em sua revista *Tobae* (1887)²¹³. Em seguida, com a crescente busca pelas revistas satíricas no Japão, inúmeros japoneses adentraram para a produção dos mangás, fazendo com que esta linguagem fosse reconhecida como um fator cultural presente no Japão. Por conta deste acontecimento, por volta de 1895 surgiu o primeiro Mangaká²¹⁴ que profissionalizou o meio dos mangás, Rakuten Kitazawa (1876-1955). Segundo Helen MacCarthy em uma entrevista para o site *Otakuusamagazine* (2015)²¹⁵, este artista é considerado o verdadeiro pai do mangá moderno, pois além de profissionalizar os mangás, foi o primeiro a usar o termo “mangá” em seu sentido moderno²¹⁶.

Durante a Segunda Guerra Mundial, o Japão passa a ser dominado pelos Estados Unidos, e através deste fator, os artistas japoneses tiveram acesso aos quadrinhos norte-americanos, sofrendo influências diretas da arte sequencial ocidental. Mediante este acontecimento, com a entrada destes materiais gráficos, os japoneses reconfiguram um estilo único em sua arte. E por consequência, a caracterização dos personagens e o desenvolvimento dos temas presentes nos mangás vão evoluir de uma forma gigantesca na terra nipônica. De acordo com Paul Gravett:

²¹² Disponível em <https://www.japantimes.co.jp/community/2003/03/23/general/from-ancient-to-modern/#.XGOXjFVKjcs>. Acesso em: 04 ago. 2018.

²¹³ Disponível em <https://bit.ly/2lwP8hI>. Acesso em: 04 ago. 2018.

²¹⁴ Mangaká é a denominação ao cartunista/quadrinista que desenvolve os mangás.

²¹⁵ Disponível em <https://bit.ly/2lVywQI>. Acesso em: 04 ago. 2018.

²¹⁶ Rakuten Kitazawa modernizou a função do mangá como sendo uma forma caricaturista nas narrativas visuais nipônicas. Artigo disponível em <https://www.revolvy.com/page/Kitazawa-Rakuten?cr=1>. Acesso em: 27 mai. 2019.

Eles tomaram os fundamentos dos quadrinhos americanos – as relações entre imagem, cena e palavra – e, fundindo-os a seu amor tradicional pela arte do entretenimento, os “niponizaram” de forma a criar um veículo narrativo com suas próprias características. (GRAVETT, 2006, p. 15)

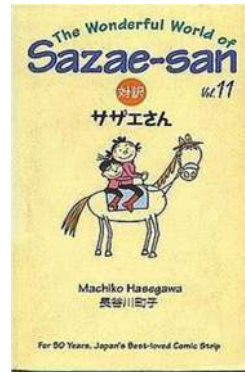
Após a Segunda Guerra e o domínio dos norte-americanos, nota-se que os artistas japoneses passam a ser mais críticos em questão aos temas nos mangás. De fato, com algumas obras do artista Osamu Tezuka, o mangá passa a ser uma linguagem importante para críticas referente aos norte-americanos. Tezuka nasce em Toyonaka (Japão), em 1928, se envolve com o desenho, e por meio de seus traços inovadores, torna-se o mangaká mais influente mundialmente (TANAKA, 2010, p. 15). É lembrado como o “Pai do Mangá Moderno”, pois é este artista que introduz os olhos grandes e características exageradas aos personagens dos Mangás. Além das características das figuras serem excessivas, Osamu criou os movimentos nas histórias através de efeitos gráficos, como as linhas que realizam a sensação de velocidade, em seguida suas histórias ficam longas, começando a dividi-las em capítulos. Além de sua obra prima *Astro boy* (1952) — designado ao público infantil — Tezuka desenvolve *Ayako* (1972), um mangá que serve de crítica à dominação norte americana durante a Segunda Guerra Mundial no Japão. Através desta obra Tezuka descreve a luta de classes, a ocidentalização forçada em seu país e as constantes corrupções desde 1912 até os adventos da Guerra Fria (Figura 2).

Além de Osamu Tezuka, nas revistas locais do Japão, surge a primeira mangaká mulher, Machiko Hasegawa²¹⁷. A escritora e desenhista nasceu, em 1930, em Taku (Japão) e quando adulta iniciou a tirinha *Sazae-san* (1946) no jornal Asahi Shimbun. *Sazae-san* foi uma tirinha desenvolvida no período pós-guerra, onde Machiko descrevia a vida ficcional de uma dona de casa japonesa (Figura 3). Para um melhor entendimento sobre a obra *Sazae-san* assim como a obra *Ayako* de Osamu Tezuka, estabelece uma narrativa crítica ao período pós-guerra. No cotidiano de Sazae, a dona de casa luta para passar por cima dos problemas que assolaram o Japão junto com a sua família, e tenta de um modo direto, esquivar-se das influências da ocupação norte-americana. Por conta do sucesso de sua obra, anos depois, em 1969, *Sazae-san* se transformou em uma animação de TV, que ainda é transmitida atualmente.

Figura 2 - *Ayako*, Osamu Tezuka

Figura 3- *Sazae-san*, Machiko Hasegawa

²¹⁷ Disponível em <http://www.comicsbeat.com/machiko-hasegawa-grandmother-of-manga>. Acesso em: 06 ago. 2018.



Fonte: Jornal Asahi Shimbun, 1946

Utilizando a metodologia apresentada acerca dos fatores de uma contextualização histórica dos mangás, ampliamos o objetivo de pesquisa: a caracterização dos desenhos presentes na linguagem dos mangás e dois movimentos artísticos significativos no Japão. No período moderno, aproximadamente nos anos de 1990, surge o movimento Neo-Pop com obras baseadas nos conceitos da Pop Art²¹⁸. Entre os artistas japoneses da Neo-Pop, se destacam Makoto Aida e Takashi Murakami.

Com o advento do movimento Neo-Pop, nos anos 2000 no Japão, Takashi Murakami inicia o movimento Superflat. Baseando-se no passar dos séculos da estética “plana” japonesa²¹⁹, e consequentemente, unindo os acontecimentos entre o período pós-Segunda Guerra Mundial e os mangás, Murakami e outros artistas ligados ao movimento, apresentam para o meio artístico, discussões e críticas à sociedade japonesa. De acordo com Marc Steinberg:

[...] O 'Superflat' reuniu um vasto leque de artistas contemporâneos japoneses, a maioria de cujas obras têm alguma relação com a cultura de massa contemporânea – seja em forma de moda, mangá (quadrinhos), anime (animação), bonecos ou de vídeo game [...] (STEINBERG, 2004, p. 2. tradução nossa)²²⁰

Diante do exposto, com os movimentos artísticos contemporâneos no Japão, esta pesquisa centraliza-se em um segundo ponto: a influência dos mangás na arte de Monge Han. Dentre os artistas

²¹⁸ A Pop Art foi um movimento característico nos anos 1960 que ocorreu comumente nos Estados Unidos e Inglaterra. O termo Pop Art foi cunhado pelo crítico Lawrence Alloway em 1958, onde por sua vez, denominou a arte popular que estava sendo criada nos diversos meios da mídia, seja na publicidade, nas revistas ilustradas etc. (OSTROW, 2010, p. 1-2)

²¹⁹ Estética “plana” japonesa diz respeito às características da arte contemporânea do Japão, que neste caso, são as imagens bidimensionais com um destaque nas cores intensas e níveis planos. Disponível em: <https://www.theartstory.org/movement-superflat.htm>. Acesso em: 11 set. 2018.

²²⁰ the 'Superflat' brought together a wide array of contemporary Japanese artists, most of whose works have some relation to contemporary mass culture – whether in the form of fashion, manga (comics), anime (animation), figurines or video games.

japoneses que também se apropriaram dos mangás para desenvolverem suas obras, com o passar dos anos, inúmeros artistas ocidentais também acabam sofrendo influências diretas dessa linguagem. Um exemplo que estabelece este acontecimento, é do brasileiro Eric Han Schneider, conhecido como Monge Han. Este artista atualmente reside na cidade de São Paulo, e em seus trabalhos traz reflexões sobre o racismo aos povos asiáticos em território ocidental.

CARACTERIZAÇÃO DOS DESENHOS NOS MANGÁS

Com o advento da evolução das revistas no Japão entre os períodos da entrada de materiais gráficos na era Meiji e as novas formalizações dos temas nos mangás nos acontecimentos pré e pós-Segunda Guerra, surgem as demografias que indicam o público alvo, as quais são divididas em cinco: Kodomo (infantil); Shoujo (infanto-juvenil feminino); Shonen (infanto-juvenil masculino); Seinen (adulto masculino); Josei (adulto feminino). Para clarificar este termo, a “demografia” no mangá indica particularmente o público alvo. Diferente da demografia, os gêneros são os temas que um título de mangá pode se encaixar.

Estabelecendo um contexto histórico acerca dos mangás, é possível identificar que, com a evolução na caracterização dos desenhos e os adventos das demografias desenvolvidas, os artistas japoneses traçaram algo único, distintamente dos quadrinhos ocidentais. Estas conseguintes mudanças relativas aos mangás, abrangem um elemento significativo, a *linguagem visual japonesa*. Desde o advento do *Hokusai Mangá* (1814) até os desenhos de Osamu Tezuka, a relação da caracterização da composição de um mangá começou a se diversificar. No período Edo, com a obra de Katsushika Hokusai, identificamos esta linguagem por conta da técnica empregada, ou seja, a caracterização dos desenhos eram rascunhos livres. Este termo que significa “rascunhos livres” na obra *Hokusai Mangá*, foi por um tempo identificado para descrever a estruturação do “mangá” entre o período Edo e o início da Era Meiji no Japão. Com o limiar dos tempos, foi possível minuciar os mangás pelo vocabulário e os traços presentes nos desenhos. Os traços começaram a se desenvolver por conta das demografias estabelecidas no mangá. Um exemplo disso, seria o Kodomo (infantil). Este estilo é facilmente identificável tanto pelo vocabulário empregado para crianças quanto pelos traços leves do desenho. De acordo com Neil Cohn:

Como todas as línguas, JVL (*LINGUAGEM VISUAL JAPONESA*) mudam ao longo do tempo. Desde o aparecimento inicial de Tezuka, vários dialetos gráficos foram desenvolvidos sob sua influência e a de muitos outros. Verdadeiramente, neste ponto, as pessoas ao redor do globo podem facilmente identificar um padrão JVL alheio à maneira de qualquer particularidade do autor do desenho. O "estilo" transcendeu os indivíduos no vocabulário visual de JVL. No entanto, os leitores proficientes podem facilmente dizer a

diferença entre o estilo Shoujo mais arredondado ou os estilos de Shonen mais angulares [...] (COHN, 2007, p. 5, tradução nossa)²²¹

OS MANGÁS COMO ELEMENTO DA ARTE CONTEMPORÂNEA JAPONESA

Com a crescente onda do mercado dos mangás no Japão, em seguida aos acontecimentos pós-Segunda Guerra, é necessário contextualizar os seguintes movimentos artísticos que surgem a partir de uma visão crítica referente a cultura japonesa, e por meio dessas críticas, os mangás entram como uma linguagem significativa nas narrativas poéticas das obras de arte. Dentre os movimentos artísticos que utilizam os mangás como elemento de suas obras, o primeiro a surgir, foi o movimento Neo-Pop. Este movimento teve seu início em 1992 no Japão, e o termo Neo-Pop foi promovido pelo crítico de arte Noi Sawaragi, onde por sua vez, tinha como referência o fundamento da Pop Art:

[...] “neo pop”, um termo inventado pela revista de arte Bijutsu Techo e do editor Kiyoshi Kusumi, e promovido por Noi Sawaragi, outro editor e amigo da equipe. Sawaragi escreveu para revistas de moda e teve uma nova rodada sobre a ideia de pós-modernismo japonês desenvolvido pelo filósofo popular Akira Asada. Com a arte pop americana, a ideia de Sawaragi foi que o "neo-pop" japonês fizesse uma paródia do Infantilismo da cultura de consumo japonesa do período pós-guerra, fazendo arte por "amostragem" e "remixando" a infundável variedade de lixo do consumidor japonês [...] (FAVELL, 2011, p. 19, tradução nossa)²²²

Os artistas japoneses da Neo-Pop já tinham uma ideia existente no desenvolvimento de suas obras, que seria um princípio à adaptação e à modificação de imagens contemporâneas, tendo como ligação direta o mundo visual da televisão e das imagens digitais. Com um princípio da adaptação midiática, as imagens eram estabelecidas pelos artistas japoneses da Neo-Pop. O fato dos artistas utilizarem estes elementos, tem como objetivo central do movimento, uma criação de uma mídia de entretenimento de imagens efêmeras, onde por sua vez, faz com que a grande massa da população tenha um vínculo com as obras de arte. Com este objetivo, o movimento Neo-Pop refuta a ideia de que a arte é superior aos outros e pretende demonstrar que a cultura popular, a sociedade de consumo e a arte estão no mesmo patamar e podem coabitar no mesmo espaço. Por sua vez, os artistas que tiveram maior

²²¹ Like all languages, JVL changes over time. Since Tezuka’s initial emergence, various graphic dialects have developed under both his influence and that of many others. Truly, at this point, people around the globe can easily identify Standard JVL unconnected to any particular author’s manner of drawing. The “style” has transcended individuals in the visual vocabulary of JVL. However, proficient readers can easily tell the difference between the more rounded Shoujo style or the more angular Shonen styles.

²²² [...] “neo-pop”, a term coined by the art magazine Bijutsu Techo’s editor Kiyoshi Kusumi, and promoted by another editor friend of the gang, Noi Sawaragi. Sawaragi wrote for fashionable magazines and had a new spin on the idea of Japanese postmodernism developed by the popular philosopher Akira Asada. With American pop art as its antecedent, Sawaragi’s idea was that Japanese “neo-pop” parodied the infantilism of postwar Japanese consumer culture, making art by “sampling” and “remixing” the endless array of consumer junk with which Japanese [...]

destaque neste movimento, foram Makoto Aida e Takashi Murakami, que utilizam os mangás como referência central de seus trabalhos.

Makoto Aida, nascido em 1965, em Niigata (Japão) é um artista contemporâneo, conhecido por desenvolver suas obras baseadas nos mangás em diversos materiais, como a escultura, pintura sobre tela, fotografia, entre outros. Em seu estilo, Makoto costuma ser bem provocativo quando expõe suas obras para o público, normalmente destacando problemas sociais. Em sua série “Harakiri School Girls” (1999-2001), Makoto Aida criou inúmeras séries retratando mulheres jovens mutiladas como bens de consumo (Figura 4). Makoto explica quais foram os fatores de criar esta série:

Harakiri School Girls é uma alegoria para a mentalidade distorcida da juventude em uma atmosfera da sociedade japonesa [...] depois que a Economia da Bolha entrou em colapso, senti que um ar de pessimismo estava se espalhando pelo Japão como um vírus. Tudo poderia ter parecido fofo e feliz, mas embaixo daquele folheado quebrou o abatimento e a escuridão. Durante os anos noventa, o número de suicídios aumentou ano a ano, o patriotismo japonês desapareceu. Essas garotas, em suas meias soltas e uniformes escolares, simbolizam todo o país, matando-se. (ASCHRAFT, 2010, p. 43, tradução nossa)²²³

Figura 4 - *Harakiri School Girls* (detalhe), 2002. Impressão em projeção, filme holográfico, acrílico.

46 3/4 x 33 3/8 in. (119 x 84.7 cm).
Mizuma Art Gallery. Watai Collection



Outro artista expoente no meio da Neo Pop, é o Takashi Murakami. Takashi nasceu em 1962 em Tóquio, na qual desenvolveu desde cedo a paixão pelos mangás. Quando jovem ainda na faculdade, iniciou seus estudos sobre alguns tópicos relacionados no período Edo (1615-1868), e posteriormente desenvolveu suas obras estudando as mídias, esculturas e pinturas. Durante o início de sua carreira como

²²³ Harakiri School Girls is an allegory for the distorted mentality of Japanese youth at the time and the atmosphere of Japanese society," [...] "After the Bubble Economy collapsed, I felt that an air of pessimism was spreading through Japan like a virus." Everything might have looked cute and happy, but underneath that veneer seethed dejection and darkness. During the nineties, the number of suicides increased year by year. These schoolgirls, in their loose socks and school uniforms, symbolize the entire country, killing itself.

artista, Murakami tinha como pretensão, trabalhar apenas com a indústria do entretenimento, mas ao invés disso, ele conquistou o sucesso tanto na indústria da arte como a do entretenimento. Para ele, quanto mais sucedido comercialmente, a sua arte poderá ser consumida e vista com olhares diferentes na sociedade. Esta ideia de trabalhar nestes setores do entretenimento e da arte, com uma ênfase no comércio, também é encontrado nas indústrias dos mangás, e é por conta destes fatores que Murakami desenvolve seus trabalhos focados nos mangás e animes²²⁴.

Seguindo seus estudos nos mangás, animes e games, Murakami cria um movimento artístico nos anos 2000, no qual nomeia de SuperFlat. Este movimento tem como reflexão, as várias formas planas das artes japonesas, que de uma forma crítica, pela utilização das imagens referentes a cultura pop, estabelece um pensamento em relação a cultura consumista japonesa. Segundo Murakami, o SuperFlat expôs para a cultura japonesa e Ocidental, que todos os produtos de entretenimento que estão à nossa volta podem ser e provavelmente são, de fato, arte²²⁵. E conseqüentemente, esta ideia que Murakami traz para o movimento SuperFlat, tem referências ligadas ao movimento Neo Pop.

De fato, o movimento SuperFlat se desenvolveu com a cultura pop no campo das artes visuais contemporâneas, e de um modo, Murakami conseguiu unir a “arte” e o “mercado”. Depois da iniciativa do movimento, outros artistas começaram a desenvolver suas obras com base no SuperFlat. Em uma análise crítica da sociedade de consumo japonesa, o Superflat traz imagens ligadas ao dia-a-dia dessa sociedade e, inspiradas por obras de anime ou mangá, diretamente são distorcidas e retiradas dos seus contextos iniciais.

Uma das obras mais significativas de Takashi Murakami, *The 500 Arhats* (2012), foi desenvolvida com o intuito de homenagear o Qatar pelo apoio ao povo japonês durante o terremoto e o tsunami de 2011 que afetou o país (Figura 5 e 6). A inspiração de Murakami para a elaboração da obra, tem relação com a lenda dos 500 artefatos que os seguidores de Buda espalhavam em seus ensinamentos. Mixando a estética plana japonesa, a caracterização nos desenhos dos mangás e os elementos da cultura pós-Guerra no Japão, Takashi Murakami em sua obra *500 Arthats* (2012) desenvolve um mundo onde por meio das abordagens relacionadas a religião, mortalidade e as limitações, formaliza um espaço para que a sociedade japonesa tenha em mente que a arte, a cultura popular tradicional nipônica podem coabitar o mesmo espaço. De acordo com Murakami:

Na época do grande terremoto do leste do Japão e do tsunami, confrontado com uma emergência nacional, o povo japonês experimentou um senso de impotência [...] A fim de se recuperar do

²²⁴ Disponível em <https://blogs.commonsgorgetown.edu/cctp-725-fall2013/author/acb86/>. Acesso em: 20 set. 2018.

²²⁵ Disponível em <https://news.artnet.com/art-world/takashi-murakami-interview-1276460>. Acesso em: 22 set. 2018.

desespero, precisávamos de uma narrativa que restaurasse nossa esperança, mesmo que essa narrativa fosse fictícia. Ao longo da história, a religião e a lenda ofereceram tais narrativas, e agora essas histórias são necessárias novamente. Os 500 artefatos é uma história sobre cura de diferentes 500 variedades do sofrimento humano. (BUERMANN, 2016, tradução nossa)²²⁶

Figura 5 - Takashi Murakami, *The 500 Arhats*, 2012. Acrílico sobre tela, 302 x 10.000 cm. Coleção Privada.



Figura 6 - Takashi Murakami, *The 500 Arhats*, 2012. Acrílico sobre tela, 302 x 10.000 cm. Coleção Privada.



Diante das contextualizações e análises do movimento Neo-Pop e Superflat, é fundamental expor algumas obras além dos artistas nipônicos. Como dito anteriormente, com a criação dos movimentos artísticos japoneses, alguns artistas Ocidentais iniciaram obras que contêm reflexões e críticas baseadas nos princípios desses movimentos. Uma das obras a serem tratadas, de autoria de Khauê Duarte Falars, está relacionada com a produção artística desenvolvida durante o limiar desta pesquisa. A obra em si, faz parte de uma série que intitula de *Onda Americana* (2019), onde por sua vez, traz consigo algumas considerações em relação ao contexto histórico da dominação norte americana no período pós-Segunda Guerra Mundial no Japão, e ao mesmo tempo existem alguns elementos da cultura japonesa situados na obra.

²²⁶ “At the time of the Great East Japan Earthquake and Tsunami, faced with a national emergency, the Japanese people experienced a sense of helplessness [...] In order to recover from despair, we needed a narrative that would restore our hope, even if that narrative was a fictional one. Throughout history, religion and legend have offered such narratives, and now these stories are needed again. The 500 Arhats is a story about healing 500 different varieties of human suffering”.

Seguindo o pensamento do movimento Superflat, a série *Onda Americana* (2019) conduz um fundamento estético japonês que adapta imagens que estão vinculadas a alguns contextos históricos no Japão. Deste modo, no caso das produções em si, é empregado algumas obras da série Trinta e seis Vistas do monte Fuji (1832) de Katsushika Hokusai para refletir alguns fatores da dominação norte americana no Japão. De fato, a conexão que *Onda Americana* (2019) tem com os mangás, não é uma relação com a caracterização em si da linguagem, mas sim uma relação de contexto social da sociedade japonesa. Um resultado esperado para a compreensão dessa série, tem como forma de pensamento a cultura do consumismo, que de uma determinada maneira, fazem parte de países que venceram a Segunda Grande Guerra Mundial. Sociedades como o Japão, que saíram derrotados, durante a sua modernização sofreram com a perda de alguns fatores culturais, mas que de certa maneira, com o encadeamento das artes visuais, foi possível formalizar críticas em sua sociedade utilizando diversos suportes de linguagem (Figura 7).

Figura 7 - FALARS, *Onda Americana*.



Fonte: Série do autor FALARS, 2019²²⁷.

A ARTE DE MONGE HAN

Com o advento dos movimentos artísticos ocorridos no Japão entre os anos 1990 e 2000, inúmeros artistas ocidentais, começaram a utilizar como suporte primário, os mangás em seus trabalhos artísticos. Nesta pesquisa, por meio de uma entrevista realizada com o artista Monge Han, foram analisados os contextos de seus trabalhos no espectro brasileiro e como eles estão atrelados aos mangás.

Eric Han Schneider, mais conhecido como Monge Han, é um artista que nasceu em Manaus, mas cresceu parte de sua infância no Rio de Janeiro e em sua fase adulta mudou-se para Curitiba-Pr. Se formou em design gráfico pela Universidade Federal do Paraná e pela Real Academia de Belas Artes na Holanda (*Koninklijke Academie van Beeldende Kunsten*). Além de exercer a profissão de designer, Monge Han é um tatuador e ilustrador. Entre as suas funções como tatuador e ilustrador, Monge Han

²²⁷ Disponível em: <https://giphy.com/channel/khauefalars>. Acesso em: 4 set. 2019.

utiliza os mangás como referência em seus trabalhos. Segundo Monge, os mangás são referências desde a sua infância:

Quando conheci Dragon Ball, Cavaleiros do Zodíaco e Samurai X, que marcaram a infância da minha geração aqui no Brasil, eu comecei a ficar meio obcecado pela coisa [...] Eu já tinha minha vertente artística, seja na música e escultura, mas o mangá foi o primeiro que me mostrou que a arte pode ser ligada muito fortemente à uma narrativa dramática, com personagens muito carismáticos e, que passassem um valor para as crianças. O mangá foi o que mais me impulsionou a ser artista. (SCHNEIDER, 2018)

Além disso, utilizando esta linguagem dos mangás, Monge aborda como assunto principal em seus trabalhos, a vivência asiática em um território ocidental. De acordo com Monge, existiu um estímulo para a criação de seus trabalhos relacionado à identidade asiática:

Quando estava de intercâmbio na Holanda, comecei a ver alguns vídeos na internet de norte-americanos asiáticos, que em sua maioria, apesar do contexto cultural ser diferente, praticamente somos primos, por conta da imigração asiática nas Américas terem acontecido em tempos próximos uns aos outros. E vendo esses vídeos que, por sua vez, falavam de discriminação, o machismo contra as mulheres asiáticas, o apagamento sexual do homem asiático etc., comecei a refletir que eu não era branco. E consequentemente, me veio na memória quando era mais novo, várias situações de discriminação que eu passei ou que eu vi minha mãe passar. (SCHNEIDER, 2018)

Em sua série ilustrativa, chamada “Criança Amarela”, Monge explora os diversos conceitos racistas aos indivíduos de pele amarela (Figura 8).

Figura 8 - Criança Amarela - Parte 3



Fonte: Página do Monge Han no Facebook, 2017²²⁸.

Em relação ao racismo amarelo no Brasil, a militância asiática é algo que vem crescendo desde 2010 e Monge Han é um artista que vem se engajando na luta contra o preconceito à comunidade asiática. De acordo com os Dados do Censo 2010²²⁹ apontam 2 milhões de brasileiros que se declararam de cor ou raça amarela. Em dez anos, os "amarelos" cresceram 173,7%. Embora a dimensão em relação aos orientais e seus descendentes seja muito pequena, a comunidade passou de 0,45% para 1,09% da população.

Além de sua série “Criança Amarela”, Monge Han através de suas tatuagens, reproduz diversos desenhos relacionados em personagens famosos de mangás e, por meio de sua série “Filhos da Onda”, faz um resgate ao trabalho *A Grande Onda de Kanagawa* (1829) de Katsushika Hokusai (Figura 9). O objetivo desta série é retratar a história dos asiáticos-brasileiros, que de acordo com o artista “cada asiático tem uma história em comum” (SCHNEIDER, 2018). Ao produzir esta série, Monge Han desenvolve um copo com a representação da “Onda” de Hokusai (Figura 10). E com esta tatuagem, em suas redes sociais, através de uma fotografia do indivíduo tatuado, é contado a história dele e das gerações passadas de sua família no Brasil. Em meio aos relatos desta série, Monge Han, aborda não só a história da família do indivíduo, mas também os seus objetivos e desafios em um território Ocidental:

Yuzo desenha desde pequeno, e sente que além do desenho não tem muitas opções com as quais gostaria de trabalhar (talvez jornalismo). Ele acaba sendo o artista da família. O vestibulando vai prestar a prova para artes visuais em Curitiba, e ele espera que ele consiga desenvolver seu próprio olhar crítico na Universidade, para assim melhor analisar e estudar a obra dos outros. (MONGE Han, Filhos da Onda, 2018)

Com a produção de suas séries Criança Amarela e Filhos da Onda, Monge Han publica suas artes por meio das redes sociais, seja o Facebook ou Instagram. Adentrando este meio em que Monge Han está inserido, é necessário analisar em como seu público reage aos seus trabalhos e como a sua arte chama a atenção por meio da utilização da linguagem dos mangás. De acordo com Monge, grande parte de seu público é composto por adolescentes, mas diante de uma pergunta feita pelo artista em seu Instagram, descobriu-se que o seu público é mais diverso do que se esperava. A pergunta em que Monge Han elaborou ao seu público, focalizava em relação ao que se esperava presenciar em seu Instagram, ou seja, qual o tipo de arte que o público estava interessado no momento. Diante do resultado, Monge concluiu

²²⁸ Disponível em: <https://www.facebook.com/mongehan/photos/a.1872498749629940/1852148074998341/?type=3&theater>. Acesso em: 4 set. 2019.

²²⁹ Disponível em: <https://bit.ly/31hgB7d> Acesso em: 12 out. 2018.

que seu público era motivado pelo mangá, quadrinhos autorais e tatuagens relacionadas aos mangás atuais. Isso faz com que seu público seja diverso, e que perante uma análise acerca do suporte ao mangá, as pessoas tendem a se interessar nas diversas aplicações das artes visuais, fazendo com que o artista possa ampliar suas poéticas em diferentes técnicas. Por meio dessas divulgações, o artista conclui: “todo o artista autoral precisa de uma mídia principal para seu público, e hoje em dia o Instagram é o mais forte” (SCHNEIDER, 2019).

Figura 9 - Grande Onda de Kanagawa, Katsushika Hokusai (1829) - gravura 37.8 x 25.7 cm.



Figura 10 - Filhos da Onda, Monge Han (2018)



CONCLUSÕES

Constatando, que por meio da pesquisa acerca da Construção dos Mangás na Contemporaneidade, foi possível analisar os fatos históricos do Japão que levaram os mangás para a Arte Contemporânea. Considerando que os mangás são uma arte aplicada, ou seja, é uma linguagem que remete às artes gráficas, pela industrialização e os meios de publicação, é notável que em relação aos movimentos artísticos no Japão, os mangás serviram e ainda servem de suporte para as artes plásticas.

Além dos estudos feitos sobre os elementos históricos do mangá e os movimentos artísticos contemporâneos no Japão, foi realizado nesta pesquisa, uma investigação acerca dos trabalhos do artista Monge Han. Nesta investigação, foram constatadas algumas questões a respeito de suas obras, que tem como referência os mangás. Analisando os aspectos da pesquisa desempenhada com o artista, foi possível concluir que, em relação aos assuntos tratados nos trabalhos de Monge Han, onde por sua vez, se relaciona com os mangás, normalmente são expostos às diferentes áreas das artes visuais, como o campo da tatuagem e dos quadrinhos digitais presentes em redes sociais. Além disso, correspondendo ao ativismo asiático e as narrativas visuais presente nas obras de Monge Han, percebe-se que, em comparação aos movimentos artísticos japoneses, existe uma certa aproximação no que diz respeito ao referencial de criação destes artistas. Esta referência está vinculada à linguagem dos mangás, que, nos moldes artísticos contemporâneos, adapta-se como uma crítica em relação à diversos meios da sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALISON, Gingeras. **TAKASHI MURAKAMI**. [S.l.], 2010. Disponível em: <<https://www.interviewmagazine.com/art/takashi-murakami>>. Acesso em: 27 set. 2018.
- ASCRAFT, B. **Japanese Schoolgirl Confidential: How Teenage Girls Made a Nation Cool**. 1. ed. Kodansha USA, 2010.
- BISBEE, Abigail. **Commercialism and International Art World: Takashi Murakami and the Rise of the New International Artist**. [S.l.: s.n.], 2013. Disponível em: <<https://bit.ly/2KvGSJa>>. Acesso em: 14 ago. 2018.
- BUERMANN, Caro. **Takashi Murakami Exhibits One of the Biggest Paintings in the World, “The 500 Arhats”**. Disponível em: <https://bit.ly/2kiNjVq>. Acesso em: 14 jun. 2019.
- COHN, Neil. **Japanese Visual Language - The Structure of Manga**. [S.l.: s.n.], 2007. Disponível em: <http://www.visuallanguagelab.com/P/japanese_vl.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2018.
- DAVISON, danica. **Helen McCarthy Talks Manga History and more**. [S.l.: s.n.], 2015. <<https://bit.ly/2lVywQI>>. Acesso em: 04 ago. 2018.
- FALARS, K. D. **Onda Americana**. 2019. Colagem e Gif Digital. Disponível em: <<https://giphy.com/channel/khauefalars>>. Acesso em: 31 ago. 2019.
- FAVELL, Adrian. **Before and After Superflat**. 1. ed. Blue Kingfisher Limited, 2011.
- GRAVETT, Paul. **Mangá - Como o Japão Reinventou os Quadrinhos**. 1. ed. Brasil: Conrad, 2006.
- GUTH, Christine. **Edo, Art in Japan 1615-1868**. 1. ed. National Gallery of Art, Washington. 1998.
- COMICS, beat. **Machiko Hasegawa, grandmother of manga**. 2006. Disponível em: <<http://www.comicsbeat.com/machiko-hasegawa-grandmother-of-manga/>>. Acesso em: 5 ago. 2018.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010: Mais da metade dos emigrantes brasileiros são mulheres**. Brasil, 2010. Disponível em: <<https://bit.ly/31hgB7d>>. Acesso em: 12 out. 2018.
- MONGE Han. [Filhos da Onda]. Facebook, 16 jul. 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2m1fUir>> Acesso em: 14 out. 2018.
- OSTROW, Saul. **Reconfiguring Pop**. [S.l.: BAJIS], 2010. Disponível em: <<https://bit.ly/2KThhKu>>. Acesso em: 22 set. 2018.
- REBECCA, Seiferle. **Superflat Movement Overview and Analysis**. TheArtStory.org, [2019]. Disponível em: <<https://www.theartstory.org/movement-superflat.htm>>. Acesso em: 11 set. 2018.

SCHNEIDER, E. H. Entrevista concedida a Khauê Duarte Falars. Curitiba-Pr. 2018-2019. [entrevista consta no tópico A ARTE DE MONGE HAN deste artigo]

SCHNEIDER, Tim. **Beyond Daisies and Kitsch: An Older, Wiser Takashi Murakami Opens Up in a Candid Q&A.** [S. l.], 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2XhxigY>>. Acesso em: 22 set. 2018.

STEWART, Ronald. **Manga history: Shimizu Isao and Miyamoto Hirohito on Japan's first modern 'manga' artist Kitazawa Rakuten.** [S.l.: s.n.], 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/2WRrzky>>. Acesso em: 5 ago. 2018.

STEINBERG, Marc. **Otaku consumption, superflat art and the return to Edo.** [S.l.: BAJIS], 2004. Disponível em: <<https://bit.ly/2MMdRf3>>. Acesso em: 13 ago. 2018.

SCHREIBER, M. **From Ancient to Modern.** [S.l.:s.n.], 2003. Disponível em: <<https://bit.ly/2F8ry1q>>. Acesso em: 04 ago. 2018.

SUMIKAWA, Sumuke. **The Meiji Restoration: Roots of Modern Japan.** [S.l.: s.n.], 1999. Disponível em: <<https://bit.ly/2ReSAsS>>. Acesso em: 2 ago. 2018.

TANAKA, Yuki. **War and Peace in the Art of Tezuka Osamu: The humanism of his epic manga.** [S.l.: s.n.], 2010. Disponível em: <<https://apjjf.org/-Yuki-Tanaka/3412/article.html>>. Acesso em: 16 set. 2018

TOKU, M. **What is manga? The influence of pop culture in adolescent art.** 1. ed. Art Education. 2001.

O IMAGINÁRIO DO DIABO NOS CONTOS “O JANTAR DO BISPO”, DE SOPHIA DE MELLO BREYNER ANDRESEN, E O “CONTO DO FRADE”, DE JOEFFREY CHAUCER

Larissa Belem Bizarro (PIC, Fundação Araucária)
Unespar/Campus, lari.belem@gmail.com
Cristian Pagoto (Orientadora), cris.pagoto@unespar.edu.br

Palavras-chave: Imaginário. Diabo. Maldade Humana.

INTRODUÇÃO

O respectivo trabalho de Iniciação Científica tem como temática principal o estudo comparativo de dois contos cujo tema central gira em torno do imaginário do diabo. Serão eles: “O jantar do Bispo”, de Sophia Mello Breyner Andresen, publicado em 1962, e “O conto do Frade”, de Jeoffrey Chaucer, de 1387. Na tentativa de apresentar uma construção do imaginário diabólico no Ocidente e de ampliar a fortuna crítica e o repertório cultural dos pesquisadores nesta área, a seguinte pesquisa apontará uma reflexão sobre o diabo em uma perspectiva mais humana. Para tanto, terá como referencial teórico os estudos do historiador Robert Muchembled e Luther Link. O primeiro descreve um percurso histórico para a construção das imagens do diabo e o outro, partindo do referencial do discurso da arte, traça as principais características da figura diabólica e suas possíveis origens. Nas narrativas escolhidas, o imaginário do diabo está relacionado com questões sociais entre valores políticos e religiosos. Ambos contos levam os leitores a compreender que o diabo não é aquela figura de um ser monstruoso, animalesco e horripilante presente na imaginação humana, mas sim um personagem que representa o mal concretizado no interior do homem.

A primeira narrativa escolhida foi “O jantar do Bispo”, escrito pela autora portuguesa Sophia de Mello Breyner Andresen, publicado em 1962, e a segunda, uma narrativa inglesa, de Jeoffrey Chaucer “O conto do Frade”, de 1387. As duas histórias tratam do imaginário do diabo e, ainda, do poder que o dinheiro adquire dentro da igreja e o papel que tem de manipular o destino do homem.

O imaginário do diabo, que se originou na Europa durante a Idade Média, está inteiramente ligado ao percurso que a sociedade tomou, pois se fez parte integrante da dinâmica do rumo que a sociedade ocidental tomou, tornando-se então uma “sombra negra que se adivinha no não-dito de cada página do grande livro do processo ocidental de civilização” (MUCHEMBLED, 2001, p. 8). Tal imaginário revela a importância que o diabo possui no centro dessa cultura, não podendo ser diminuído como um simples mito religioso. Nesse sentido, esta pesquisa se insere nos estudos do imaginário e

busca reconhecer imagens, mitos, símbolos, narrativas que ao longo da história foram sendo construídos pela sociedade. De acordo com Robert Muchembled (2001, p. 9), o estudo do imaginário é como “uma espécie de maquinaria escondida sob a superfície das coisas, poderosamente ativa, porque cria sistemas de explicação e motiva igualmente tantas ações individuais quanto comportamentos de grupos”. Ou seja, a partir da interação de um coletivo presente em toda história, são sistematizados costumes e crenças na sociedade.

A narrativa de Sophia de Mello conta a história do Dono da Casa, um senhor muito importante na cidade onde mora, Varzim. Este, incomodado com a presença e a conduta do novo padre em sua cidade, promove um jantar para o Bispo com a intenção de convencê-lo a mandar este padre embora. No decorrer da história, a figura de um Homem Importantíssimo, assumindo a representação do diabo, aparece demonstrando interesse nos assuntos sobre o padre e sobre a Igreja da cidade. Diante dessa situação, o Bispo aceita mandar o padre embora em troca de dinheiro.

Já “O conto do Frade”, de Geoffrey Chaucer, narra a história de um arcediogo que atua como cobrador de dívidas. Seus comportamentos não correspondem com as condutas éticas religiosas. No meio do caminho, este beleguim encontra com um bailio e estes juram serem amigos para a eternidade. O que o beleguim não esperava era que a figura desta nova companhia seria o diabo. Ao caminharem juntos atrás de seus interesses, param em uma casa onde o beleguim iria extorquir uma senhora acusando-a de traição, ao se recusar a pagar tal dívida inexistente, a senhora manda o beleguim e toda sua mentira para o inferno.

Diante disto, os assuntos que serão abordados neste trabalho serão as formas da imagem que o diabo ganha ao entrar em cena no século XII e suas transformações diante dos séculos. A partir do século XIX, a imagem diabólica ganha uma nova concepção: a de um diabo interior. Em ambos os contos é possível notar a presença do diabólico como o mal que existe e se insinua no interior do homem.

Com intuito de ampliar a fortuna crítica e o repertório cultural dos pesquisadores nesta área, a seguinte pesquisa irá comparar a temática ligada entre dois contos, que ainda não foram confrontados em estudos anteriores. Irá refletir, também, sobre as questões morais e religiosas apresentadas nas narrativas, de acordo com o cenário de sua época, as quais refletem nas sociedades atuais, confirmando a verdadeira face do que é o ser humano em sua verdadeira essência. Nesse sentido, a pesquisa justifica-se, porque visa propor uma reflexão sobre o imaginário do diabo em uma perspectiva mais humana, levando os leitores a compreender que o diabo não é uma figura inexistente ou fruto da imaginação humana, mas um personagem que representa o mal exercido na consciência interior do homem.

Ao escrever os *Contos Exemplares*, Sophia de Mello reúne em seu livro uma questão moral, sob uma perspectiva social e política. Questão trazida desde o título, ao fazer uma referência a Cervantes e

suas *Novelas Ejemplares*. Sobre o contexto histórico vivido pela autora na época, Sophia de Mello cria um universo de contos representando seu descontentamento ao governo de Salazar. Um governo baseado em doutrinas cristãs e que defendia uma estrutura de sociedade piramidal, no qual as camadas mais baixas eram oprimidas. Em face disto, “ofendida na sua consciência cristã”, como menciona Frederico Bertolazzia (2014, p. 2), a autora cria personagens representativos da sociedade, personificando os defeitos dessa camada dominante nas personagens negativas de seus contos:

Desta forma, os contos são exemplares porque mostram exemplos de personagens verossímeis, retratadas de forma essencial e estilizada, nos termos de um maniqueísmo funcional à narração, mas dentro do qual Sophia consegue dar lugar também a uma complexidade da vida mais subtil. (BERTOLLAZI, 2014, p. 2-3)

Jeoffrey Chaucer, por sua vez, traz em sua obra algo a ser dito “não apenas aos homens de seu tempo, mas também às gerações futuras” (VIZOLI, 2014, p. 20). Em seus contos, encontra-se um rico repertório sociocultural da época em que foram escritos, deixando de ser uma simples compilação de histórias “oferecendo-nos, portanto, um precioso referencial para a avaliação de nosso progresso e para a compreensão de nossa própria sociedade” (VIZOLI, 2014, p. 20). Afinal, apesar de ser escrito na idade medieval, o homem continua sendo o mesmo e ainda busca as mesmas respostas.

Os *Contos de Canterbury* é um livro de grande prestígio da Literatura Inglesa, sendo considerado a primeira literatura de grande relevância na língua. O quadro histórico da época em que foi escrito é traçado por uma marca de pessimismo, na qual a Igreja:

grande sustentáculo dos valores tradicionais, estava em franco declínio [...] O clero, tanto secular (com seus párocos absenteeístas, sempre à cata de postos mais lucrativos nos grandes centros), quanto o regular (com seus monges mundanos e frades sem escrúpulos), estava minado pela corrupção. (VIZIOLI, 2014, p. 9)

Ambas as narrativas expressam a visão de cada autor perante o arbitramento de seu contexto histórico vivido e ambos retratam o poder político e social que o dinheiro representa. O propósito desta pesquisa consiste, portanto, em desenvolver uma análise crítico-social de como o imaginário do diabo está representado em cada obra.

O Diabo entrando em cena

Nas narrativas escolhidas, o imaginário do diabo está inserido em um contexto relacionado entre questões sociais, valores políticos e religiosos, e nele a Igreja está presente representando o poder e o

valor que o dinheiro possui de controlar atitudes e ações dos cristãos de cada época. A opção de considerar todos os segmentos de um contexto histórico está em sintonia com a perspectiva do historiador Robert Muchembled, pois para ele o conceito de cultura é uma evidência que surge através de diversos fatores inseparáveis, que “tecem em torno de seus membros redes relacionais de poderosos símbolos entrelaçados e práticas concretas, que endurecem o cimento coletivo, unindo o indivíduo ao todo, do berço ao túmulo” (MUCHEMBLED, 2001, p. 17). Separá-los seria, portanto, como deixar de lado como essa forma de pensamento se concretizou. Dessa forma, ao estudar o imaginário do diabo é preciso levar-se em conta tanto o contexto religioso quanto os aspectos socioculturais de cada época, pois cada cultura vai construir o seu imaginário, atribuindo-lhe características específicas e funções distintas. Pois toda sociedade busca encontrar soluções para resolver as questões sobre o Mal e, assim, cada sociedade cria suas histórias, seus nomes e suas personagens para personificar o diabo.

O diabo marca sua presença nas crenças desde suas primeiras aparições no século XII, quando “a noção teológica começa realmente encarnar-se, no universo das pessoas da Igreja e dos dominantes laicos, sob a forma de assustadoras imagens” (MUCHEMBLED, 2001, p.14). Já o autor Luther Link (1998), por sua vez, acredita que esse confronto maniqueísta surge e se faz presente na sociedade um pouco antes, no século IX, ressaltando que:

Nossas ideias sobre o Diabo, embora não necessariamente sua imagem pictórica, derivam de três fontes: interpretações antigas do Novo Testamento, o herói rebelde criado por Milton e pela tradição literária romântica de Blake e Baudelaire e a tradição popular dos cultos satânicos e sabás de bruxas. (LINK, 1998, p. 17)

De modo geral, em nosso processo de civilização ocidental, a luta entre o Bem e o Mal sempre existiu, mas quem criou o Mal? Se Deus criou tudo, ele conseqüentemente criou o mal. Porém, ao responsabilizar ao Criador uma tarefa tão significativa de ter criado algo tão ruim, atribuímos a Ele uma visão diferente a que a igreja passa de quem seria Deus e assim parece-nos que Deus é responsável pela existência do mal. Porém, se Ele não o criou, como explicar sua onipotência e seu poder?

Em seus estudos, Luther Link (1998) aponta Santo Agostinho e sua obra *A cidade de Deus*, em que parte sobre a origem do pecado para identificar os hereges, que são aqueles que seguiram Lúcifer e se afastaram da luz. Trazendo uma diferença crucial entre o bem e o mal: “No mesmo fogo, o ouro brilha e a palha fumeja; a borra não é confundida com óleo porque saíram da mesma prensa [...] A mesma agitação que faz a água fétida exalar o mau cheiro faz o perfume emitir um odor mais agradável” (AGOSTINHO, 1962, p. 8, apud LINK, 1998, p. 29).

Nos dois contos analisados, temos como fio condutor a figura de duas personagens que possuem a cobiça como característica principal: o Beleguim e o Dono da Casa. Apresentadas como perfis planos,

característica na qual o personagem é representado por sua profissão ou cargo exercido, “confirmando os valores que socialmente lhe são atribuídos” (JUNIOR, 2009, p. 39). Ambos agem de maneira cobiçosa sobre duas personagens, estas dadas como secundárias, mas que possuem um papel importante para o desfecho das narrativas, são elas: a senhora que o beleguim tenta extorquir e o Padre de Varzim.

O conto de Sophia de Mello apresenta a figura do Dono da Casa, um homem afortunado que possui certa “autoridade indiscutida” na cidade onde vive. Entretanto, a figura de um novo padre que apareceu anda o incomodando, pois ele trazia uma nova justiça, “justiça que não era a justiça do Dono da casa” (ANDRESEN, 2014, p. 40). Por possuir grande importância na cidade, o Dono da Casa promove um jantar com algumas figuras importantes e convida o Bispo, para discutirem o novo rumo a ser tomado pelo padre. Neste jantar, há duas questões a serem discutidas: uma representando o interesse do Dono da casa e a outra, a do Bispo. É no meio do jantar que uma figura de grande importância na narrativa aparece de forma inesperada, o Homem Importantíssimo. Esse personagem, que surge por meio de um acidente na frente da Casa é um homem de grande influência e sua presença agrada a todos convidados. Tal encontro faz com que todos que estão ali se encantem com sua presença.

Luther Link (1998) cita que o diabo poderia ser encontrado em nove temas diferentes, em um deles é o diabo “espreitando por toda parte e a qualquer hora” (p. 87) – uma passagem do conto, antes da aparição inesperada do Homem Importantíssimo, diz: “Mas o diabo, que espreita a ocasião, resolveu intervir” (ANDRESEN, 2014, p. 52). Essa personalidade que aparece de forma misteriosa representa o diabo, onipresente, que está à espera de certa situação para poder entrar em cena. A maneira inesperada como a personagem surge evidencia antecipadamente alguns rumos internos da narrativa, que receberá alguns tons fantásticos. Muchembled (2001, p. 15) aponta que “com a invenção do fantástico teve início um processo de interiorização do Mal, maneira literária e cultural de tratar o sobrenatural com respeito, sem acreditar em demasia nele e sem também duvidar demasiado”.

Se a onipresença reflete a figura diabólica deste homem importante, o que também possui evidente significado é a cor preta atribuída ao seu carro, “preto voluptuoso”, e seu sobretudo escuro. Segundo Link (1998, p. 63) essa cor apresenta uma representação de contraste com “a beleza branca dos anjos. O preto representa o mal e a poluição”.

Podemos observar um caráter crítico e simbólico na conversa entre o Dono da Casa, o Bispo e o Homem Importantíssimo sobre a reforma de um teto da igreja. Aquela construção havia sido feita por um antigo antepassado do Dono da casa “pois nos tempos antigos, quando um homem poderoso se achava doente ou tinha a consciência pesada, fazia a promessa de mandar construir uma igreja, para dar paz ao corpo e a alma” (ANDRESEN, 2014, p. 50). Como o Dono da Casa, “sendo, como os antigos fariseus,

um homem oficialmente virtuoso, deveria também ser um homem vaidoso” (p. 51), provavelmente faria a doação para o teto da Igreja.

De acordo com Muchembled (2001), a figura do diabo que surge nos séculos XII e XIII “assume um lugar decisivo nas representações e nas práticas” da sociedade da época:

A invenção do diabo e do inferno com base em um modelo radicalmente original não é simplesmente um fenômeno religioso de grande importância, ela marca o nascimento de uma concepção unificadora, compartilhado pelo papado e pelos grandes reinos, mesmo quando estes poderes dão provas de uma forte concorrência entre si, visando cada um, a monopolizar os benefícios em proveito próprio [...] O outono da Idade Média é, sob este aspecto, a primavera da modernidade, pois são experimentadas concepções novas de Igreja e de Estado, das quais decorrem formas inéditas de controle social das populações (MUCHEMBLED, 2011, p. 18).

Considerando o quadro político da época em que Sophia de Mello escreveu o conto, o diabo que a autora sustenta em sua narrativa, representa uma face oculta de “um movimento [que] vem do alto da sociedade, das elites religiosas e sociais [...] Não é de forma alguma o demônio quem conduz a dança, são os homens” (MUCHEMBLED, 2001, p. 18). Ou seja, a venda do padre de Varzim por um teto novo reproduz o controle que o poder aquisitivo possui dentro da Igreja.

Durante o jantar, uma outra figura, oposta ao Homem Importantíssimo, aparece no meio da noite pedindo para falar com o Dono da casa. Trata-se da imagem de um mendigo que usa roupas sujas e rasgadas. Este homem representa uma figura importante para a narrativa, pois é possível compreender que sua aparição surge para ilustrar a tentativa de salvar o padre. Este homem “de rosto jovem e cansado” (p. 70) simboliza a figura do bem, traduzindo a eterna luta do Bem contra o Mal, pois esta, não depende “apenas de duas entidades superiores em permanente conflito, e sim da coragem cotidiana, da vontade reta e da astúcia dos seres humanos” (MUCHEMBLED, 2001, p. 31).

Vejamos, agora, o “Conto do Frade”: Geoffrey Chaucer apresenta em sua narrativa a personagem do beleguim, que retrata a corrupção dos eclesiásticos na época. Lembrando que o cenário religioso sofria uma grande crise em seus valores, pois frades e monges estavam dominados pela sede de corrupção. No conto, o autor narra a história de como agia esses religiosos em benefício próprio, mediante “os pobres ignorantes”.

Um arcediogo, que vivia punindo fornicadores, feiticeiros, libertinos, pessoas que cometiam adultério e calúnias, contava com a ajuda de um beleguim, o mais astuto de todos, que agia com a ajuda de prostitutas que dormiam com os homens para os denunciarem depois. Com ameaças de excomunhão, o beleguim gozava seu sucesso enchendo sua bolsa com muitos dinheiros e rodadas de cerveja pagas

pelos pecadores: “Como Judas, levava a sua bolsinha inseparável; e assim como Judas, também era ladrão” (CHAUCER, 2014 p. 443).

No meio do caminho, na entrada da floresta ele encontra com a figura de um bailio que apresenta uma proposta de amizade em troca de ouro e prata ao seu dispor. Em um aperto de mão, juram serem amigos para a eternidade. A riqueza de seu novo amigo chama sua atenção e, é nesse momento, que o beleguim pede mais informações de onde fica esse lugar tão repleto de riquezas. Ao perguntar onde fica localizada a casa deste bailio misterioso, ele tem como resposta “Irmão, bem longe, lá no Norte” (CHAUCER, 2014, p. 445). Pode-se, então, observar uma característica simbólica sobre a localização do diabo: o Norte como morada do diabo, conforme explica Muchembled (2001, p. 28):

Das quatro direções, o Norte, domínio do frio e da obscuridade, era a sua preferida. Aliás, todas as civilizações do século XVI, para os quais é este o território de seu deus da morte. Os autores cristãos acrescentam a isso uma explicação, para eles lógica: as igrejas estão orientadas para o norte à esquerda; ora, este lado do corpo humano ou do universo criado por Deus foi dedicado ao diabo.

Encontramos, representado nesta narrativa, um diabo humanizado, pois Chaucer o descreve como “um homem com roupas de cores alegres. Parecia um coureiro, com seu arco e suas flechas reluzentes e pontiagudas; tinha sobre os ombros uma capinha verde, e na cabeça um chapéu com abas negras” (CHAUCER, 2014, p. 443). Sua figura não coloca medo algum e nem possui características do diabo que estamos acostumados a encontrar em narrativas e que estão presentes em nosso imaginário, como de um ser monstruoso, animalesco e horripilante. Apenas algumas características ínfimas que remetem à figura do maligno, como as flechas pontiagudas – segundo Link (1998), o diabo quase sempre é caracterizado com algum instrumento pontiagudo.

A aparência humana do demônio é questionada pelo beleguim assim que ele descobre sua verdadeira identidade. Tal caracterização evidencia um interesse prévio pelos acontecimentos seguintes, como ele expressa: “as formas que tomamos”, explicou o demônio, “são as que melhor nos ajudam a enlear as nossas vítimas”; “E que razões os levam a ter tanto trabalho?” “Muitas razões, caro senhor beleguim..., Mas tudo tem o seu tempo” (CHAUCER, 2014, p. 447).

Sob esse aspecto, o diabo criado no universo de Chaucer é um ser que adquire formas das mais diversas para que ele possa fazer as vontades de Deus: “Sem Ele não temos força alguma; ficamos impotentes quando Ele se opõe às nossas intenções” (CHAUCER, 2014, p. 449). Luther Link (1998) apresenta em seus estudos que, dependendo do ponto de vista, o termo justiça pode ser argumentado como *justiça* ou *injustiça*: “O diabo tortura o homem com justiça, porque é justo que Deus permita, e

justo que o homem sofra. Entretanto, quando se diz que o homem sofre justamente, não é devido a justiça inerente a isso, mas porque ele é punido pelo justo julgamento de Deus (LINK, 1998, p. 40).

Dito isto, a atmosfera em que a figura do diabo se insere na narrativa encontra-se associada num caminho para o bem: “E é tudo para o bem da humanidade. Quando alguém é tentado e não resiste, recebe como prêmio a salvação” (CHAUCER, 2014, p. 449), ou seja, o diabo surge nesse aspecto para que possamos enxergar esta direção.

Ao chegarem ao destino final, a casa de uma senhora viúva, o beleguim a acusa de praticar adultério. Sob pena de excomunhão, ele cobra um alto valor. Sem saber o que fazer e sem ter todo o dinheiro para oferecer, ela roga para Deus pedindo ajuda, pois está ciente de que nunca cometeu o ato. É diante esta situação, que a senhora pragueja, mandando o beleguim “para o diabo mais negro e medonho”, a menos que demonstre arrependimento de suas acusações. “Nunca! Jamais hei de arrepender-me de esfolar você” (CHAUCER, 2014 p. 453) São as palavras que saem sobre os sentimentos do beleguim, dando ao diabo, então a responsabilidade de levar aquela alma consigo.

Em um momento prévio deste encontro, o beleguim e o diabo encontram um carroceiro que ficara atolado. É a partir desta situação que o papel do diabo, nesta história, passa a ser o de cúmplice de Deus, pois a atitude do carroceiro diante da situação é de chicotear seus cavalos e proferir palavras de grosseria: “Que o diabo carregue vocês todos, os couros e as carcaças, pela égua que os pariu! O que vocês me fazem sofrer! Que vá tudo para o diabo, os cavalos, a carroça e o feno!” (CHAUCER, 2014, p. 451). Mas estas palavras não estavam realmente em suas intenções, diferente do beleguim, que durante toda história não demonstra arrependimento algum de seus atos. O diabo surge, então, como uma peça fundamental na história de nossos comportamentos, separando-nos do bem e do mal. Chaucer nos apresenta um diabo bem-intencionado. Não passando de uma figura que Deus colocou ali para que o humano alcance sua bondade.

O Diabo interior

“A lenta invenção do sujeito é certamente um dos traços fundamentais da civilização ocidental. A história do diabo segue uma trajetória idêntica” (MUCHEMBLED, 2001, p. 239). Com a chegada do Iluminismo, algumas crenças começaram a perder seus valores. Com os cenários da cidade mudando, o cientificismo, a razão e a indústria tomam conta daquele universo novo que a revolução industrial trouxe, fazendo com que o imaginário do diabo não fosse tão mal visto como ele era antes.

Diante dele cresce com força uma definição mais interiorizada do demônio, intimamente unido ao homem, do qual ele não é mais que a face sombria ou a máscara

vazia. Ela autoriza todas as variações imagináveis, motivos, emblemas, mitos e símbolos, abrangendo, ao mesmo tempo, as paixões individuais e os terrores coletivos (MUCHEMBLED, 2001, p. 240).

O imaginário do diabo, nesse novo contexto revolucionário, recebe um novo sentido também devido o aparecimento da noção de indivíduo. Como cada sujeito compreende a si mesmo como um microcosmo – tal posicionamento corresponde ao homem romântico, egocêntrico, individual e subjetivista –, é no interior de cada consciência individual que as forças entre o Bem e o Mal lutam. Não está mais em jogo o drama humano como coletividade, e sim, como interiorizado. A luta do homem é, afinal, consigo mesmo, com seu demônio interior.

Com o racionalismo científico e o surgimento do indivíduo e a investigação de sua consciência pela psicanálise, assistiu-se a uma mudança significativa no imaginário do Diabo: de figura cômica e familiar, animalesca e grotesca, terrível e punidor, passa à imagem de um demônio instado nas consciências humanas e nos medos individuais. O Diabo não está no mundo exterior, não está fora, mas está presente na consciência individual. Assim, nasce um sujeito “cada vez mais instado a desconfiar de si mesmo e de suas pulsões demoníacas ou mórbidas” (MUCHEMBLED, 2001, p. 15). Esse novo tipo de sujeito ocidental, nascido na Europa oitocentista, sente-se mais livre das pressões religiosas e da angústia do medo do inferno. Para ele é muito mais misterioso e assustador as profundezas do seu ser do que a visão de um Diabo grotesco, animalesco e cruel.

Muchembled (2001) explica, que “o fim de Satã é, na realidade, o do medo desencadeado pelo antigo mito cristão que conduzia à submissão as almas a ao temor da mudança” (p. 255). Com a crescente interiorização do mal, e os dogmas da igreja católica sendo substituídos por crenças baseadas no racionalismo, o homem, então, começa a tentar encontrar respostas sobre sua natureza em outras fontes, deixando de lado essa figura do demônio que a igreja criou. Esse diabo, portanto, criado pelo discurso religioso cristão, vê-se seu poder diminuir, porém não está totalmente apagado do imaginário social, pois inserido no interior do homem.

É diante essa percepção dessa maldade mais íntima que ambos autores trazem suas concepções sobre o diabo. As personagens do Bailio e do Homem Importantíssimo representam essa maldade refletida em seus interiores, combinando aspectos trazidos pelo nosso imaginário, mas agora traduzidos em formas humanas. Resta entender que essa maldade representada nas narrativas faz parte de nós.

MATERIAIS E MÉTODOS

A realização deste projeto de Iniciação Científica foi norteada por pesquisas bibliográficas, a partir da leitura dos referentes teóricos: Robert Muchembled (2001) e Luther Link (1998), ambos autores realizaram pesquisas na área do imaginário do diabo. Muchembled (2001) adota o olhar do historiador, observando a sociedade como um conjunto de indivíduos que criam fortemente um vínculo social: “Ao seu ver, uma civilização não é uma agregação de indivíduos, e sim um sistema de relações, desdobrando-se em direção a um ou mais objetos coletivos” (MUCHEMBLED, 2001, p. 17).

Já Luther Link (1998) aponta suas pesquisas sob a perspectiva do discurso da arte, apresentando um conjunto de diferentes pontos de vistas para defender, classificar e qualificar objetos artísticos enquanto objetos simbólicos figurativos do diabo. Sob essa concepção, o artista “habitualmente começa – ou começava – com a intenção de salientar uma conclusão moral e embelezar uma história. Mas a história, via de regra, evidencia o outro lado. Duas morais diretamente opostas, a do artista e a da história” (LINK, 1998, p. 9). Os dois estudiosos, portanto, um voltado para a história e o outro voltado à arte, servirão de fundamentação teórica para o estudo do imaginário do diabo.

Os passos seguidos durante a execução da pesquisa foram os seguintes:

- 1) Primeiramente, durante o segundo semestre de 2018, foram realizadas leituras, fichamentos e sistematização de referências bibliográficas que auxiliaram na compreensão do estudo do imaginário em sua dimensão histórica e sua construção imagética ao longo de séculos – por meio de fichamentos e encontros periódicos de orientação foi possível discutir os temas pesquisados;
- 2) Depois, mais concomitante à pesquisa bibliográfica, realizaram-se leituras de textos literários com o objetivo de selecionar um *corpus* para futura análise crítica;
- 3) Durante o primeiro semestre de 2019, foram realizados encontros com o Grupo de Pesquisa sobre o imaginário do Diabo na Literatura Portuguesa, o que possibilitou não apenas o contato direto entre teoria e leitura de textos literários, mas exercitou a conversação e propiciou um espaço de diálogo e divulgação acerca do tema estudado;
- 4) Por fim, a pesquisa desenvolvida resultou na escrita deste artigo, como ainda desdobrou-se em um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) a ser apresentado ao Colegiado de Letras no fim do ano letivo de 2019.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Diante desse estudo realizado, percebe-se então que a figura do diabo apareceu no imaginário coletivo ocidental com o surgimento e a propagação da igreja católica, tornando-se parte fundamental em nosso trajeto de civilização. Concretizado em nossa memória coletiva como um denominador comum

através da imaginação de cada indivíduo e grupo envolvido ao passar dos anos, passando de geração em geração como se fizesse parte de nossas árvores genealógicas.

Perante este estudo do imaginário, toma-se emprestado da análise crítica do discurso o ponto de vista de que a linguagem e certas ações cotidianas são peças fundamentais na caracterização das estruturas que nossa sociedade se estratifica, criando relações de poder entre camadas dominantes e dominadas. Tal questão é evidentemente trazida nos dois autores analisados, principalmente nas falas do Dono da Casa e nas atitudes corruptas do Beleguim, nas quais fica evidente a relação de poder que o dinheiro e a igreja possuem perante uma classe minoritária.

Em consequência do avanço tecnológico e racional que a cultura ocidental tomou durante o passar dos séculos, a figura diabólica foi se tornando cada vez menos presente em nossa história, mas nunca apagado de vez. Perante o pensamento Iluminista, o diabo começou a ser encarado como uma figura que sempre existiu dentro do ser humano. Característica presente, também, nos dois contos abordados nas figuras do Homem Importantíssimo e do Bailio.

Conclui-se então que apesar de distintas as épocas escritas em cada conto, o imaginário do diabo se fez presente da mesma forma, pois o mal está representado na própria natureza humana. Essa perspectiva de um diabo instado no interior do homem contribui para trazer reflexões pertinentes aos contextos sociais vividos.

CONCLUSÕES

A pesquisa demonstrou que as imagens relacionadas ao Diabo são plurais e diversificadas, influenciadas por vários discursos e não constitui de modo algum apenas uma representação do mal.

As leituras teóricas e literárias auxiliaram numa visão mais ampla e verdadeira do que por séculos a sociedade ocidental vem designando de Diabo. Assim, foi possível, traçar uma história que vislumbrou diferentes sentidos. Ao ter contato com textos literários que circularam durante a Idade Média, foi possível compreender que ao lado da imagem de um Diabo terrível e monstruoso conviveu um Diabo mais simpático, alegre e cômico, dando a entender que os movimentos históricos definem-se por um sincretismo cultural, no qual convivem diversas visões, culturas e discursos.

Abordar, a temática do imaginário do Diabo na Literatura revelou que as questões morais e religiosas apresentadas nas narrativas, de acordo com o cenário de sua época, refletem nas sociedades atuais, confirmando a verdadeira face do que é o ser humano em sua verdadeira essência. Nesse sentido, a pesquisa propiciou um importante espaço de discussão e de reflexão sobre o imaginário do diabo em

uma perspectiva mais humana, levando a compreender que o diabo não é uma figura inexistente ou fruto da imaginação humana, mas um personagem que representa o mal exercido pelo próprio homem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRESEN, Sophia de Mello Breyner. *Contos exemplares*. Portugal: Porto Editora, 2014.

BERTOLAZZI, Frederico. Prefácio de Contos Exemplares. In: ANDRESEN, Sophia de Mello Breyner. *Contos Exemplares*. Porto: Assírio & Alvim, 2014, p. 1-31.

CHAUCER, Geoffrey. *Os contos de Canterbury*. Edição bilíngue: tradução do inglês médio. São Paulo: Editora 34, 2014

JUNIOR, Franco Pereira. Operadores de leitura na narrativa. In: BONNICI, Thomas e ZOLIN, Lúcia Osana (org.). *Teoria literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas*. 3. ed. Maringá: Eduem, 2009, p. 33-58.

LINK, Luther. *O diabo: a máscara sem rosto*. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MUCHEMBLED, Robert. *Uma história do diabo: séculos XII-XX*. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2001.

VIZOLI, Paulo. Apresentação e notas. In: CHAUCER, Geoffrey. *Os contos de Canterbury*. Edição bilíngue: tradução do inglês médio. São Paulo: Editora 34, 2014, p. 7-31.

PRÁTICA MUSICAL EM GRUPO: MÚSICOS AMADORES

Laura Batista Bollini (PIC, Fundação Araucária)
Unespar Campus de Curitiba II, lbollini12@gmail.com
Rosemyriam Ribeiros Dos Santos Cunha (Orientador)
Unespar Campus II, rose05@uol.com.br

Palavras-chave: Música em grupo. Músicos amadores. Revisão sistemática.

INTRODUÇÃO

As manifestações sonoras grupais são fenômenos constantes na história musical humana. Desde tribos, comunidades até orquestras e bandas, as pessoas se reúnem para tocar, cantar ou ouvir música pelo mais diversos motivos. Atualmente, execução musical em grupo se tornou uma prática comum entre pessoas que se interessam mais pelo prazer de fazer música do que por recompensas monetárias, os chamados *músicos amadores* (FINNEGAM, 2007).

Há, no entanto, autores que estendem aspectos da prática musical coletiva para mais do que a dimensão pedagógica e prazer estético. Grupos musicais geram trocas de experiências de ensino e aprendizado e também de convívio e conflito. A produção musical em grupos desperta emoções, estimula a criatividade, a tolerância, a disciplina, incrementa níveis de atenção e concentração entre outras habilidades (PALHEIROS, 2006; STIGE, 2002).

Acredita-se que a compreensão do espaço que se forma na produção musical em grupo é importante para o entendimento das relações que as pessoas estabelecem com a música. Por essa ótica, a questão que fundamenta este trabalho se volta para o conhecimento da produção existente sobre esse assunto nos últimos dez anos. Quantos artigos foram publicados, o que abordam, quais as metodologias utilizadas, a que resultados chegaram e em que periódicos foram publicados, foram itens que compuseram o presente trabalho.

O que se pretendeu foi a construção de um painel demonstrativo e comparativo da dinâmica da pesquisa realizada sobre grupos que fazem música. A pesquisa se direcionou para práticas de músicos amadores²³⁰. Com base nesse conjunto de premissas e na certeza de que “não é possível pensarmos em

²³⁰ Neste trabalho, são considerados amadores os grupos que se reúnem mais pelo prazer de fazer música do que por interesses financeiros.

práticas musicais completamente neutras” (ILARI, 2007, p. 36), foi construída a revisão sistemática da literatura sobre a prática musical em grupo, produzida na língua portuguesa e inglesa, no período de 2008 a 2018 que está disponibilizada a seguir.

A Prática Musical em Grupo

O fazer musical e seu produto, a música, podem ser considerados uma dimensão de memória e de afirmação da construção cultural humana. Isso porque, como elemento constituinte da vida, a música guarda nos detalhes da sua construção um relato de sua época, e, ao mesmo tempo, revela a capacidade das pessoas de recriar e simbolizar os eventos da realidade em diferentes formas de expressão, neste caso, a sonora.

Os relatos de práticas grupais de dança e música remontam a tempos muito antigos e a povos ao redor de todo o mundo. A visão evolucionista do biomusicólogo Tecumseh Fich (2006) mostrou que já na pré-história, a ação musical reunia as pessoas em grupos, fossem eles direcionados para a execução de rituais, brincadeiras infantis, festas, ou para outro tipo de cerimônia. Em qualquer dessas ocasiões, a união grupal em torno da atividade musical poderia diminuir tensões e encorajar relações pacíficas.

O fazer musical, de caráter amador e participatório (TURINO, 2008) resulta da reelaboração e da execução de elementos sonoros, rítmicos e harmônicos apropriados em interações sociais prévias. Essa manifestação musical revelaria, então, o repertório de saberes que foram adquiridos na coletividade e ao mesmo tempo, uma visão pessoal de como organizar e comunicar esses conteúdos em uma estrutura musical.

O sociólogo Peter Martin, considerou que ao produzir música, as pessoas revelam muito de si e de sua sociedade, uma vez que a arte dos sons “é criada e executada por pessoas reais e concretas em lugares e épocas particulares” (1995, p.7). Isso significa que as pessoas apreendem as sonoridades de seu entorno, entre estas, a música e a linguagem. Esses sons são organizados de forma arbitrária, ou seja, são convenções sociais que se tornam aceitas e reproduzidas pela coletividade (p. 7).

Quando se trata de tocar ou cantar em conjunto, em banda ou coro, essa relação interpessoal se intensifica e acontece em meio a uma multiplicidade de trocas de aspectos não musicais que, mesmo sem serem nomeadas ou percebidas pelos integrantes, compõem o *locus* de socialização de bens culturais. O fazer musical é “multidimensional” como escreveu Elliot (2005, p.7)²³¹. O autor integra as noções de que a música é o resultado da ação de pessoas engajadas em tocar, escutar, improvisar, compor, arranjar e conduzir uma diversidade de gêneros e em diferentes práticas musicais. A ação musical, nessa

²³¹ Tradução das autoras. Do original: *Multidimensional*.

perspectiva, desencadeia processos interconectados de significação que envolvem aspectos relacionados com o contexto social e cultural de ouvintes e produtores.

A complexidade que caracteriza o fazer musical parece se amplificar quando essa prática acontece em grupo. Small (1998) considerou ser a música uma arte coletiva. Sua perspectiva destacou que os acontecimentos musicais como, por exemplo, um concerto ou um show, são desdobramentos das relações estabelecidas entre as pessoas envolvidas no evento. Todos os participantes implicados, desde o intérprete, o compositor, a audiência, os dançarinos até o vendedor de entradas e o responsável pela limpeza do ambiente, são partes integrantes do todo de um evento musical. Por essa via, o fazer musical se torna uma ação composta, complexa, derivada de diferentes fazeres e interações. A produção musical coletiva torna-se assim uma totalidade resultante de diferentes iniciativas. A somatória dessas ações se concretiza no encontro de pessoas que, envolvidas na produção de sons organizados de uma forma específica, ocupam um determinado espaço físico e social que deve ser levado em consideração.

As reflexões aqui apresentadas levam a considerar que a prática musical em grupo é uma atividade situada, contextualizada e essencialmente humana. Entende-se assim, que as ações assim localizadas se interconectam com outras dimensões da vida humana. A produção musical coletiva, interpretada dessa forma se estabelece como uma ação que está longe de ser alienada, desengajada e neutra. Ao contrário, por essa via, a produção musical provoca ressonâncias reveladoras de formas de viver, de pensar e de ser do coletivo que a produz. O conjunto de razões e características da prática musical coletiva acima exposto justifica a descrição de detalhes do que tem sido investigado sobre esse assunto.

MATERIAIS E MÉTODOS

As revisões sistemáticas devem ser abrangentes e seguem os seguintes passos: 1) busca na literatura, 2) seleção de artigos, 3) extração de dados, 4) redação e publicação dos resultados (GALVÃO, PEREIRA, 2014).

Para a realização desta revisão sistemática, foram selecionados artigos publicados nas seguintes bases de dados: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Índice Bibliográfico Espanhol de Ciências de Saúde (IBECS) e Base de Dados de Enfermagem (BDENF), Scientific Electronic Library Online (SciELO) e a PsycINFO, Sistema Online de Busca e Análise de Literatura Médica (MEDLINE) e PubMed. Também foram realizadas buscas manuais em revistas online como Revista Per Musi, Revista Brasileira de Musicoterapia, Revista

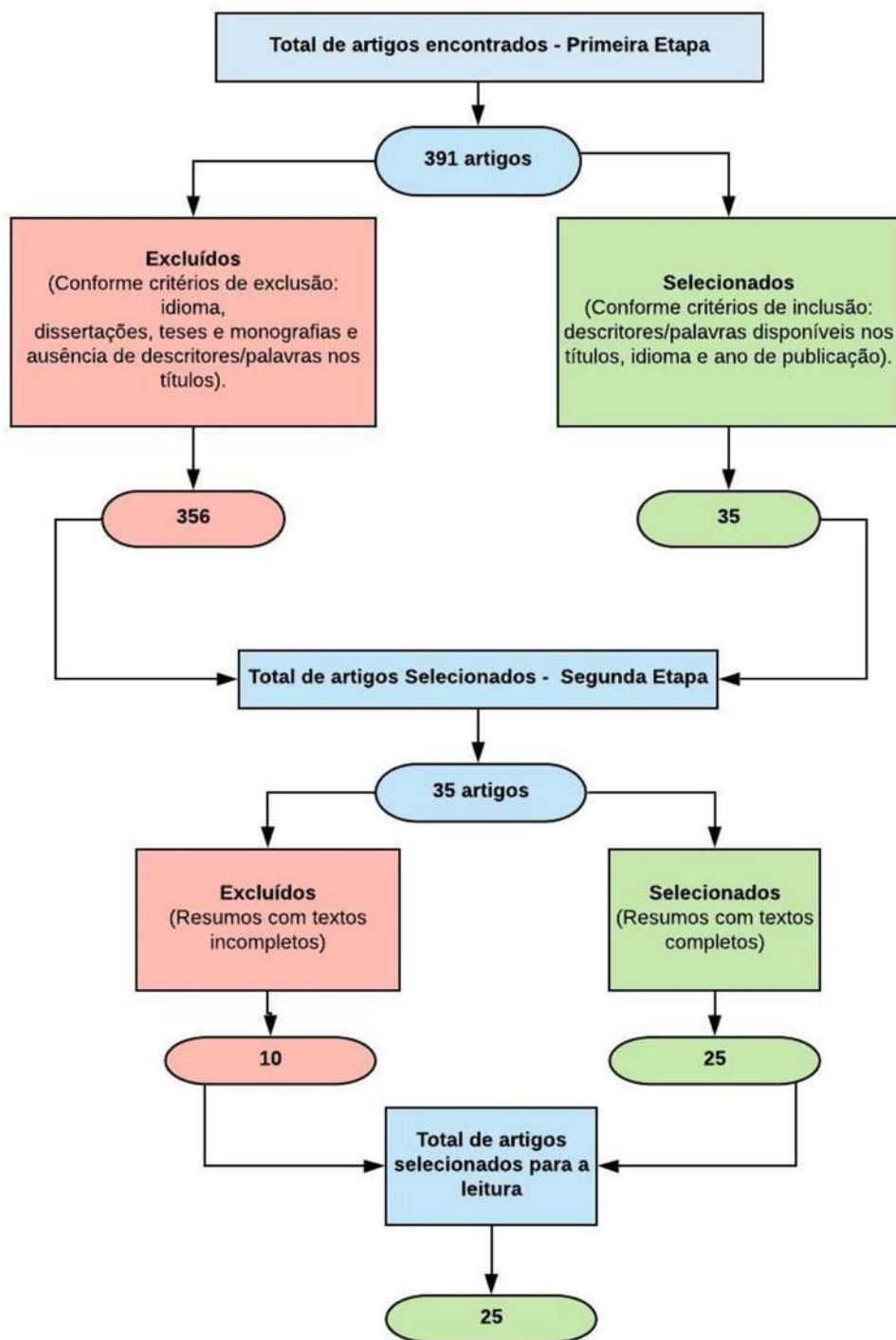
da Associação Brasileira de Educação Musical (ABEM), Revista Brasileira de Música, Revista Música Hodie e a Revista Música em Perspectiva.

A revisão foi feita a partir da leitura dos resumos dos artigos selecionados. Para a seleção foram utilizados os descritores “Música” e “Prática de Grupo”, validados pela base Descritores em Ciências da Saúde (DeCS). Como critérios de inclusão, foram considerados artigos publicados na íntegra e que contivessem pelo menos um dos dois descritores em seu título. Palavras chave como música, grupo, banda, prática musical, músicos amadores, conjunto e música em grupo, foram combinadas com os descritores por meio do uso dos operadores booleanos “AND” e “OR”. Os critérios de exclusão, por sua vez, consideraram que as teses, dissertações e monografias seriam materiais em excesso para a viabilidade de realização desta revisão. Foram selecionados artigos na língua portuguesa e inglesa publicados nos últimos dez anos, ou seja, no período de 2008 a 2018.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No total, 391 artigos foram selecionados, sendo 379 encontrados nas bases de dados e 12 nas buscas manuais em revistas. Deste número, foram excluídos 356 títulos por serem dissertações, teses e monografias, ou artigos publicados em outra língua que não a portuguesa e inglesa. Restaram 35 trabalhos, dos quais dez foram excluídos, por apresentarem apenas o resumo. Desse modo, permaneceram nesta revisão publicações que disponibilizaram resumos e textos completos, resultando em um total de 25 artigos. O organograma e os quadros disponibilizados a seguir auxiliam na visualização do processo descrito acima.

Figura 1: Organograma da seleção dos artigos.



A seguir estão os quadros que mostram a quantidade de artigos encontrados, selecionados e excluídos para cada base de dados pesquisada, bem como a quantidade de artigos selecionados para cada revista analisada a partir da busca manual.

Tabela 1: Artigos encontrados, selecionados e excluídos em cada base de dados.

Bases de Dados	Artigos Encontrados	Artigos Selecionados	Artigos Excluídos
LILACS	13	7	6
MEDLINE	235	1	234
BDEF	9	1	8
IBCS	13	0	13
PeSIC	7	1	6
PubMed	102	3	99

Tabela 2: Artigos selecionados a partir da busca manual em revistas.

Revistas Analisadas em Busca Manual	Artigos Selecionados
Revista Brasileira de Musicoterapia	1
Revista da ABEM	5
Revista Música Hodie	1
Revista Música em Perspectiva	2
Revista Brasileira de Música	1
Revista Per Musi	2

Apresentação e Discussão dos Dados

Entre os artigos selecionados, cinco são escritos na língua inglesa, e 20 em português. Nesse conjunto, destacaram-se pesquisas de caráter qualitativo. Dois textos foram identificados como estudo de caso (ASSIS; MACÊDO, 2010; ARANTES, 2012), nove textos especificaram a abordagem qualitativa e os demais 14 textos não citaram o caráter da abordagem. No recorte de tempo determinado para esta investigação, no ano de 2013 houve o maior número de publicações sobre o tema, totalizando cinco artigos. O ano de 2017 apresentou um total de quatro artigos.

Os participantes dos grupos estudados nos trabalhos incluíram crianças (CARVALHO; TÉRZIS, 2009; SLATER et al., 2014; SCHELLENBERG et al., 2015), jovens (PASSOS; FIORINI, 2016; ARANTES, 2012), idosos (PRAZERES et al., 2013; FERNANDES; GRANGEIRO; DA SILVA, 2017), professoras e coordenadores de grupos (NEDEL, 2010; SILVA et al., 2013), integrantes de orquestras (JOLY; JOLY, 2011; ARANTES, 2012), bandas instrumentais, coros e grupo musicoterapêutico (CUNHA, 2013; CUNHA, 2015). Também participaram dos estudos três corporações musicais, integrantes de uma banda de blues e alunos de uma banda de música escolar profissionalizante (VIEIRA-

SEILVA; MIRANDA, 2013; ASSIS; MACÊDO, 2010; JUNIOR; MONTANDON; MARINS, 2017), familiares de coralistas e um grupo de maracatu (FINGER et al., 2017; MARCELINO; BEINEKE, 2014), enquanto no restante de sete artigos a faixa etária e os participantes não foram caracterizados.

Os estudos nacionais ocorreram em Minas Gerais (SILVA et al., 2013; VIEIRA-SEILVA; MIRANDA, 2013; ARANTES, 2012), em Pernambuco (DO COUTO, 2013), Bahia (BRAGA, 2016), Distrito Federal (PRAZERES et al., 2013), Rio Grande do Sul (NEDEL, 2010), Sergipe (PASSOS; FIORINI, 2016) e Santa Catarina (MARCELINO; BEINEKE, 2014). Quanto aos estudos estrangeiros, um ocorreu no estado da Califórnia (SLATER et al., 2014). Nos demais 15 resumos, a localidade da pesquisa não foi especificada.

Os objetivos dos trabalhos se voltaram para os processos cognitivos da aprendizagem musical em grupos (MARCELINO; BEINEKE, 2014; JUNIOR; MONTANDON; MARINS, 2017; ARANTES, 2012; JOLY; JOLY, 2011) e a influência da prática musical associada à melhora de habilidades sociais e as condições de saúde (PRAZERES et al., 2013; FINGER et al., 2017; UNADKAT; CAMIC; VELLA-BURROWS, 2017; SCHELLENBERG et al., 2015). Nessa perspectiva, houve predominância da abordagem educacional da música, em onze dos 25 artigos. Do total dos artigos, seis deles não esclareceram o objetivo de pesquisa no corpo do resumo.

Os tipos de intervenção apresentados nos resumos constaram de oficinas (NEDEL, 2010), grupo focal (FINGER et al., 2017), observação não participante (SILVA et al., 2013), observação sistemática (JOLY; JOLY, 2011) e observação de ensaios (ASSIS; MACÊDO, 2010; CUNHA, 2013). Nos demais artigos pesquisados, os tipos de intervenção não foram especificados. Quanto aos instrumentos de pesquisa, cinco trabalhos (PRAZERES et al., 2013; SILVA et al., 2013; ASSIS; MACÊDO, 2010; JOLY; JOLY, 2011; CUNHA, 2013) utilizaram entrevistas semiestruturadas, e três (CUNHA, 2014; CUNHA, 2015; PRAZERES et al., 2013) entrevistas individuais, coletivas e a aplicação de questionários. Nos demais artigos, os instrumentos de pesquisa não foram especificados.

Acerca dos resultados encontrados nas pesquisas, destacaram-se benefícios como o aumento da organização e disciplina (FINGER et al., 2017), aprendizagens musicais, a utilização de estratégias autorregulatórias para aprender e a utilização de algumas dinâmicas de aprendizagem musical (JUNIOR; MONTANDON; MARINS, 2017 ; MARCELINO; BEINEKE, 2014). A música foi também relacionada a ganhos nas dimensões sociais e da saúde, com indicações de melhora na memória e afetividade (PRAZERES et al., 2013), no desenvolvimento da autoexpressão, sociabilidade (CARVALHO; TÉRZIS, 2009; SCHELLENBERG et al., 2015), empatia e nas relações que são construídas entre os membros desses grupos em suas práticas e vivências musicais (JOLY; JOLY, 2011). Neste tópico, cinco artigos não especificaram em seus resumos os resultados encontrados.

CONCLUSÕES

A temática da prática musical em grupo se mostrou um tema de crescente interesse para pesquisas nos últimos dez anos, conforme o recorte apresentado nesse artigo. Diversos foram os focos de abordagem acerca do fazer musical coletivo, porém, notou-se que há destaque na área educacional e nos processos da aprendizagem musical, presente em quase metade dos artigos selecionados. Os estudos voltados para os aspectos sociais e de saúde, relacionados às experiências musicais em grupo, compuseram um espectro abrangente e mostraram um campo aberto às investigações.

Um detalhe que chamou a atenção no decorrer da revisão foi a ausência de informações nos resumos. Muitos deles deixaram de apresentar indicativos de metodologias, instrumentos de pesquisa, objetivos, tipos de intervenção, caracterização dos participantes e os resultados obtidos. Quatro resumos especificaram todos esses detalhes no total de 25, representando apenas 16% do total.

Os anos de 2013 e 2017 se destacaram pelo maior número de artigos publicados, com cinco e quatro respectivamente. Este é um indício de que, provavelmente, as pesquisas nesse campo estão em processo de crescimento.

Os resultados obtidos, de um modo geral, demonstraram a constatação de benefícios na prática musical em grupo para fins de aprendizagem musical, desenvolvimento da afetividade, sociabilidade, autoexpressão, empatia e até mesmo estratégias de manutenção das relações criadas nesses espaços. Além disso, essas práticas foram apontadas como capazes de proporcionar uma experiência que reflete nas condições de saúde física, emocional e mental do indivíduo nelas inseridas. A abordagem educacional da música foi, conforme citado anteriormente, predominante nos trabalhos. Dos 25 artigos, onze discorreram sobre o tema, representando uma porcentagem de 44% do total.

Esta revisão mostrou um painel sobre o conhecimento publicado a respeito da prática musical coletiva nos últimos dez anos. Essa modalidade de prática musical se revelou benéfica tanto no campo da educação como em outras dimensões da vida humana, como as interações sociais e a saúde. O campo de investigação sobre esse tema se mostrou profícuo, porém, ainda pouco aprofundado. A continuidade das pesquisas sobre essa ação humana milenar se mostra importante na medida em que o fazer musical em grupo, como visto nos resultados dos textos aqui apresentados, fortalece laços, possibilidades de aprendizado, promoção de saúde, alegria e bem estar de seus participantes. Mesmo quando desvinculada

de um contexto formal de ensino, tocar música junto com outras pessoas mostrou-se uma forma de autoexpressão e de socialização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, L. F. Jovens musicando: a constituição da condição juvenil marcada pela aprendizagem das práticas musicais. **Revista da ABEM**, v.20, n.29, Londrina, 2012. p. 129-142. Disponível em: <<http://www.abemeducaacaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/article/view/96/480>>.

ASSIS, D. T. F.; MACÊDO, K. B. O trabalho de músicos de uma banda de blues sob o olhar da psicodinâmica do trabalho. **Rev. Psicol., Organ. Trab.** vol.10 no.1 Florianópolis, 2010. p. 52-64. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572010000100005&lng=pt&nrm=iso>.

BASSO, Taciana; ROSSI, Doriane. Atividade coral em um ambiente de trabalho. **InCantare, Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares em Musicoterapia**, v. 3, 2012. Disponível em: <<http://www.fap.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=179>> Acesso em: 09 mai. 2013.

BRAGA, S. M. Formação inicial e o repertório para teclado em grupo. **Per Musi**, n.33, Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-75992016000300116&lng=en&nrm=iso>.

CARVALHO, J. P. E.; TÉRZIS, A. Experiências com um grupo de crianças através da música: um estudo psicanalítico. **Vínculo** v.6 n.1 São Paulo, 2009. p. 1-12. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-24902009000100002>.

CUNHA, R. A prática musical coletiva. **Revista Brasileira de Música**, v. 26, n. 2, Rio de Janeiro, 2013. p. 345-367. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/rbm/issue/viewIssue/378/134>>.

CUNHA, R. Performance musical em grupo: musicoterapia, coro e banda. **Revista Música Hodie**, v..15, n.2, Goiânia, 2015. p. 48-61. Disponível em: < <https://www.revistas.ufg.br/musica/article/view/39700/20253>>.

DO COUTO, A. C. N. O ensino de teclado em grupo na universidade e o uso do repertório popular: aprendizagem através de práticas híbridas. **Revista Per Musi**, n.28, Belo Horizonte, 2013. p.231-238. Disponível em: < http://www.musica.ufmg.br/permusi/port/numeros/28/num28_cap_17.pdf>.

ELLIOT, DAVID. **Praxial Music Education**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

FERNANDES, P. V.; GRANGEIRO, E. S.; DA SILVA, M. N. S. A. Banda 6.0: a experiência da música na terceira idade. **Revista Pesquisas e práticas psicossociais** vol.12 no.1 São João del-Rei, 2017. Disponível em: < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082017000100009&lng=pt&nrm=iso>.

FINGER, D. et. al. Música, saúde, enfermagem: percepção familiar sobre o canto coral no desenvolvimento infantil. **Revista de Enfermagem UFPE on line.**, Recife, 11(Supl. 8), 2017. p. 3251-7. Disponível em: < <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/110191/22078>>.

FITCH, Tecumseh. **The biology and evolution of music: a comparative perspective. Cognition.** n. 100. 2006. p. 173-215. Disponível em: <www.sciencedirect.com> Acesso em: 12 abr. 2013.

FINNEGAN, Ruth. **The hidden musicians. Music-making in an English town.** Middletown: Wesleyan University Press, 2007.

GALVÃO, Taís F.; PEREIRA, Maurício G. Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração. **Epidemiol. Serv. Saúde, Brasília**, 23(1):183-184, jan-mar 2014.

ILARI, Beatriz. Música, identidade e relações humanas em um país mestiço: implicações para a educação musical na América Latina. **Revista da ABEM**, Porto Alegre, v.18, p35-44, out. 2007.

JOLY, M. C. L.; JOLY, I. Z. L. Práticas musicais coletivas: um olhar para a convivência em uma orquestra comunitária. **Revista da ABEM**, v.19, n.26, Londrina, 2011. p. 79-91. Disponível em: <

<http://www.abemeducacaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/article/view/176/111>>.

JUNIOR, L. A. B V.; MONTANDON, M. I.; MARINS, P. R. A. Estratégias de autorregulação da aprendizagem musical: um estudo em uma banda de música escolar. **Revista da ABEM**, v. 25, n. 38, Londrina, 2017. p. 62-75. Disponível em: <<http://www.abemeducacaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/article/view/662/488>>.

MARCELINO, A. F.; BEINEKE, V. Aprendizagens musicais informais em uma comunidade de prática: um estudo no grupo de maracatu Arrasta Ilha. **Revista Música em Perspectiva**, v. 7, n.1, 2014. p. 7-29. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/musica/article/view/38130/23285>>.

MARTIN, Peter. **Sounds and Society**. Manchester: Manchester University Press. 1995.

NEDEL, M. Z. Aprendendo a partir da experiência em grupo: ritmos e expressão corporal para a educação infantil. **Rev. SPAGESP** vol.11 no.2 Ribeirão Preto, 2010. p. 64-77. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702010000200009>.

PALHEIROS, Graça Boal. Funções e modos de ouvir música de crianças e adolescentes, em diferentes contextos. In: **Em busca da mente musical: ensaios sobre processos cognitivos em música – da percepção à produção**. Ilari, Beatriz (org.). Curitiba: UFPR, 2006.

PASSOS, P. S.; FIORINI, A. C. Efeitos auditivos em jovens músicos de uma banda filarmônica. **Revista Distúrbios da Comunicação** 28(3): São Paulo, 2016. p. 539-547. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/dic/article/view/28502/20860>>.

PRAZERES, M. M. V. et al. O Canto como sopro da vida: um estudo dos efeitos do canto coral em um grupo de coralistas idosas. **Revista Kairós Gerontologia** 16 (4), São Paulo, 2013. pp. 175-193. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/19636/14509>>.

PINHO, Mariana; TRENCH, Belkis. Encontros sonoros: o corpo e a voz num processo musicoterapêutico grupal. InCantare, **Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares em**

Musicoterapia, v.3, 2012. Disponível em: <<http://www.fap.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=179>> Acesso em: 09 mai. 2013.

SCHELLENBERG, E. et al. Group Music Training and Children's Prosocial Skills. **Plos One Journal**, 10(10). 2015 Oct 27. Disponível em: < <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0141449>>.

SILVA, L. B. et al. The use of music in group educational activities in Family Health. **Rev. Latino-Am. Enfermagem** vol.21 no.2 Ribeirão Preto, 2013. p. 632-640. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692013000200632>.

SLATER, J. et al. Longitudinal effects of group music instruction on literacy skills in low-income children. **Plos One Journal**. 2014; Published online 2014 Nov 19. Disponível em: < <https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0113383>>.

SMALL, Christopher. **Musicking. The meanings of performance and listening**. Middletown: Wesleyan University Press, 1998.

STIGE, Brynjulf. **Culture-Centered Music Therapy**. Gislum: Barcelona Publishers, 2002.

TURINO, T. Music as Social Life. The politics of participation. Chicago: The University of Chicago Press, 2008.

UNADKAT, S.; CAMIC, P. M.; VELLA-BURROWS, T. Understanding the Experience of Group Singing for Couples Where One Partner Has a Diagnosis of Dementia. **The Gerontologist**, Volume 57, Issue 3, 2017. p. 469–478. Disponível em: < <https://doi.org/10.1093/geront/gnv698>>.

VIEIRA-SILVA, M.; MIRANDA, S. F. Poder e identidade grupal: um estudo em corporações musicais da região das vertentes. **Psicol. Soc.** vol.25 no.3 Belo Horizonte, 2013. p. 642-652. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822013000300018>.

DRAMATURGIA CORPORAL: O ATOR AUTOR DE SUA OBRA

Lucas Eduardo Pereira da Silva (PIC, Agência Araucária)
Unespar/Campus Curitiba II, lucas.ed0616@gmail.com

Profª. Dra. Luciana Paula Castilho Barone (Orientadora), lubarone@gmail.com
Unespar/Campus Curitiba II

Palavras-chave: Ator. Corpo. Dramaturgia.

INTRODUÇÃO

Entrar em contato com o mundo do teatro, de dentro, na intimidade da prática é por muitas vezes cruel, cruel porque atuar é se redescobrir constantemente e quando nos redescobrimos a sede de colocar em prática essas (re)descobertas ganha uma proporção imensa. Estar em cena, produzindo torna-se evidentemente uma necessidade.

A necessidade é a qualidade do que é necessário; o que não se pode evitar; inevitável. Me perguntei durante um tempo se era possível romper com essa necessidade (a de estar em cena, produzindo) e encontrei a resposta que já me era esperado, a necessidade não pode ser rompida. Por outro lado, fui me apresentado a um fator que limitava as possibilidades de exercer a necessidade, o mesmo que consequentemente se tornou o importante estopim para a vontade de levantar essa pesquisa: a dramaturgia textual. Quando falamos em dramaturgia textual é inevitável que não haja um acesso imediato aos grandes clássicos de William Shakespeare, as tragédias gregas de Sófocles e Eurípedes ou os dramas de Anton Tchecov, e não quero de maneira alguma deslegitimar a importância e a qualidade dessas obras para minha formação como ator e pro teatro em sua totalidade.

Almejo chegar em um ponto específico a partir de experiências pessoais ao longo das minhas práticas com a dramaturgia textual. O texto teatral, literário, a palavra, ainda é em muitos casos é o primeiro caminho para uma elaboração cênica ocidental e o questionamento que pretendo levantar agora, neste escrito é a força que um texto possui de contemplar ou não o ator e por quantas vezes esse mesmo ator se viu limitado por conta do que estava escrito no papel. “Como fazer uma arte de ator plena e bela sem, para tanto, “massacrar” ou desrespeitar a literatura? Ao mesmo tempo, como trabalhar com a arte literária sem que esta massacre a arte do ator?” (BURNIER, 2009, p. 183)

Da perspectiva da atuação é interessante pensar nas maneiras que o ator pode encontrar para tornar-se dono de si mesmo, autônomo. Que tipo de serviço somente ele pode oferecer e como a partir disso ele criará sua própria dramaturgia?

Se pensarmos que as ações de um ator surgem após um texto pré estabelecido, é possível imaginar que seu ato criativo é reduzido caminhando paralelamente a uma forma de reprodução. Uma maneira de tornar o ator um autor de sua criação é enfocar aquele que é seu principal instrumento de trabalho: o corpo. É pelo conhecimento de seu corpo, que o ator ganha consciência sobre suas vontades, medos, anseios e desejos. A criação só acontece a partir da consciência do corpo, de como ele é, como funciona e quais suas limitações e possibilidades (MILLER, 2016).

O intuito é que com os estudos e a construção de uma dramaturgia corporal possa-se desenvolver dentro do ator um engajamento do uso de seu corpo para a cena. Criar possibilidades para que atores e atrizes livres-se de amarras, de limitações para que então exercitem a criação na sua integridade. Possibilitar que o ator e atriz encontre caminhos para produzir sua própria dramaturgia corporal é resistir e conceder autonomia artística.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para desenvolver, de forma prática, o objetivo apresentado, convidei Lucas Buchile, ator e pesquisador da palavra, além de um grande amigo que compartilha de ideais artísticos semelhantes aos meus. Lucas se propôs investigar seu corpo e ao mesmo tempo tornar-se um instrumento investigado da pesquisa e é importante ressaltar que o mesmo acontece comigo.

A pesquisa foi planejada e desenvolvida para que ocorresse em dois momentos específicos: o de treinamento e o de criação. O objetivo do treinamento foi para que o ator desenvolve-se uma espécie de sensibilidade para observar e entender seu corpo na cena e conseqüentemente fora dela para que esse mesmo corpo possa estar preparado para o processo de criação.

O treinamento ocorria uma vez por semana com o tempo de duração de três a quatro horas. Íamos para a sala de ensaio entendendo que aquele espaço seria um laboratório de descobertas e que de primeira mão não era necessário preocuparmo-nos com a criação em si, mesmo compreendendo que estando em ação já estaríamos criando. Quando falo de descobertas quero primeiramente dar foco à descoberta individual do corpo do ator já que esse será o principal instrumento de trabalho da pesquisa.

O que posso dar às pessoas são informações para que criem suas danças honestamente, com técnicas que sejam convincentes para elas mesmas. Isso faz surgir um estilo pessoal, por mais semelhantes que essas pessoas sejam entre si. Isso é o que entendo por contemporâneo, moderno em dança. O que busco é dar espaço para as individualidades: posso ter um estilo meu e isso não será prejudicado quando estiver dançando em grupo. (VIANNA, 1990, p. 63)

As referências bibliográficas usadas para o momento de treinamento foram fundamentadas no estudo do corpo realizado por Klauss Vianna, dançarino, ator, diretor e estudiosos do corpo. Escolhi trabalhar com as ideias de Klauss por já ter tido um contato de dois anos com suas pesquisas em aulas práticas sobre a técnica. Vianna pensa no corpo do dançarino/ator de uma forma democrática e individual, esse olhar foi essencial para entendermos esse corpo dentro de um aspecto de treinamento. Além de mergulhar em seu livro *A Dança*, também me fundamentei no livro *A escuta do corpo - Sistematização da técnica Klauss Vianna* de Jussara Miller, bailarina, professora e pesquisadora da técnica Klauss Vianna.

O trabalho de Miller em sistematizar a técnica criada por Klauss Vianna foi início do caminho para minha pesquisa. Visando a consciência do corpo individual, descobrindo os limites e as possibilidades que o mesmo pode fornecer. “A Técnica Klauss Vianna pressupõe que, antes de aprender a dançar, é necessário que se tenha a consciência do corpo, de como ele é, como funciona, quais suas limitações e possibilidades, para, com base nessa consciência, a dança acontecer.”(MILLER, 2016, p. 51).

Ao sistematizar a técnica de Vianna, Jussara Miller nos apresenta em seu livro uma estrutura dividida em 3 processos: o processo lúdico, o processo dos vetores e o processo criativo. O foco principal é trabalhar a partir do processo lúdico, denominado o “acordar do corpo” onde são abordados 7 tópicos corporais que estabelecem inter-relação. São eles: presença, articulação, peso, apoio, resistência, oposição e eixo global. A ideia é que em cada encontro prático possamos experimentar um desses tópicos entendendo suas inter-relações e o despertar do corpo, no intuito de gerar uma transformação dos movimentos padrões do corpo do ator, possibilitando a descoberta de novos movimentos (antes não explorados, ou talvez não explorados com frequência) que futuramente podem se tornar repertório próprio para a construção da dramaturgia.

Os tópicos do processo lúdico foram aplicados separadamente em cada dia de ensaio (somente os tópicos peso e apoio, e resistência e oposições que receberam um cuidado diferente e foram aplicados

juntos no mesmo dia). Os ensaios práticos ocorriam paralelamente com os estudos dos livros e conseqüentemente fui desenvolvendo uma escrita crítica e investigativa do trabalho no mesmo período de experimentações. Esse esquema possibilitou que a pesquisa fluísse de modo orgânico onde as dúvidas que surgiam nos ensaios poderiam ser tiradas quando realizava a leitura e isso alimentava minha escrita.

A “**presença**” (o ato de estar no aqui e no agora) foi o primeiro tópico a ser trabalhado. Ela se instaura no processo de acordar do corpo quando colocamos em prática a ideia de auto-observação. Segundo Miller (2016, p. 59) o chão é um elemento primordial e mais concreta referência para o ator se observar e se perceber. Por tanto a prática da pesquisa na Fase 1 – “presença” trabalha integralmente com o contato com o solo.

Ao decorrer do experimento, aguçamos nossa percepção com o chão, e os nossos corpos foram observando as temperaturas, se algo estava mole ou duro, onde estava o maior ou menor ponto de apoio e as qualidades de respiração, até surgir necessidade de movimentação: como poderíamos nos mover ainda realizando, as instruções da dinâmica anterior? ‘Deslizar’, essa foi a ação que encontramos para realizar o desafio de nos movermos e nos deslocarmos pelo espaço com a maior parte do corpo no chão. A sensação de enraizamento ainda estava presente e o estado de observação ainda mais aguçado, já que agora trabalhávamos com apoios em diferentes partes do corpo para o movimento e isso fazia com que estivéssemos atentos em que partes do corpo usar, como usar e o que essa movimentação causaria no restante do corpo. Depois de um longo período de experimentações criamos uma partitura corporal usando os movimentos pesquisados a partir do tópico “presença”. A minha partitura ficou nomeada como *ebulição* e a do Lucas como *fauna*.

As “**articulações**” são um dos tópicos mais importantes da sistematização do processo lúdico; segundo Miller (2016, p. 62), o reconhecimento das articulações é feito por meio da exploração das possibilidades de movimento de cada uma delas. A palavra ‘articulação’ ganha um significado potente no trabalho quando encontramos uma imagem para representá-la: primeiramente, elas são identificadas e localizadas no corpo, percebidas como encontros ósseos, com o objetivo de ganhar espaço e liberdade de movimento. (MILLER, 2016). Esta imagem descrita por Jussara Miller facilita o modo de experimentarmos o processo de descoberta das articulações.

Assim começamos a diferenciar o que é movimento de ombro do que é movimento de braço; podemos perceber o movimento da perna, e que ele pode ser independente do movimento da bacia; e, com diversas experimentações, vamos tomando consciência das articulações [...] (MILLER, 2016, p. 63)

A principal função do processo de experimentação com as articulações é a ampliação de possibilidades de movimento que o ator ganha, além da percepção das tensões musculares, desbloqueando-as e conquistando uma maior liberdade para se mover.

Após as experimentações individuais onde primeiro trabalhávamos os movimentos de articulação isolados com cada parte do corpo, e depois quando experimentamos mover todo corpo na ideia de perceber o uso das articulações juntas, como de costume, foram criadas as partituras corporais 2 nomeadas como: *desistência e trajeto*.

Escolhi trabalhar o “**peso**” e os “**apoios**” juntos, ou seja, no mesmo dia de experimentação, por acreditar que se complementam mesmo sendo tópicos isolados. O peso é um tópico de transição do anterior (articulação) para o posterior (apoios). A liberdade de movimentos nas articulações possibilita a observação de peso de cada parte do corpo que automaticamente, acorda os diversos apoios no chão.

A emergência no estudo de peso e dos apoios foi de entender o grau de tensão necessária para realizar cada movimento, ou seja, quanto de peso eu coloco em certa movimentação para que eu não precise trazer tensão a mais ou a menos. O entendimento de dosagem nessa dinâmica trabalha diretamente com a percepção e as estratégias de apoio para serem usados em cada movimento.

Foi aplicado um exercício a dois, onde um ator cedia todo o seu peso ao chão enquanto o outro ator tinha o objetivo de manipulá-lo, percebendo a parte do corpo que continha tensão em excesso. Assim que o ator identificasse alguma tensão desnecessária, ele comunicava ao companheiro para que os dois encontrassem juntos uma maneira de solucionar essa problemática. O ator manipulado deveria consequentemente se atentar aos apoios criados a partir posições que eram exigidas na manipulação.

Após a experimentação onde a ideia era que um ator fosse o manipulador enquanto o outro ator er de ambos sendo tanto o manipulado, quanto o manipulador, foi sugerida a improvisação livre e individual, a partir das percepções encontradas e dessas improvisações surgiram as partituras corporais de número 3 nomeadas de *política e afastamento*.

A “**resistência**” é o instrumento usado para que os movimentos criem uma maior densidade e amplitude caracterizando o corpo como cênico (um corpo com tônus muscular elevado, diferenciado do tônus cotidiano). Para encontrar essa resistência, é preciso trabalhar as relações de “**oposição**” do corpo em movimento.

Para desenvolvermos a resistência, é aconselhado por Jussara Miller um trabalho de oposição, primeiramente com o chão, depois com a parede, depois com o outro para que, por fim, possamos experimentar o uso da resistência em relação ao espaço. A partir de improvisações corporais, seguindo essas recomendações, foi possível investigar o acionamento das musculaturas ideais para cada movimento executado e encontrar maneiras de se atentar aos ossos do corpo, já que o contato gerado pelas oposições potencializa percepção do mesmo. De acordo com a investigação, foram criadas as partituras corporais de número 4, nomeadas como: *olhar e infância*.

O último tópico do processo lúdico da sistematização da técnica Klauss Vianna é denominado “**Eixo Global**”, uma conquista do equilíbrio em relação à gravidade. Com o Eixo Global, assim como o próprio nome já sugere, supõe-se que o estudioso da prática adquira a centralização do corpo em paralelo com o tônus muscular adequado. A pesquisa do eixo global de uma maneira geral enfoca todos os estudos anteriores, um mesclar dos tópicos já estudados para que, por fim, possamos os agrupar com a atenção voltada à nossa postura. De acordo com esse entendimento, eu e Lucas Buchile finalizamos nosso último tópico corporal a partir de uma espécie de compilação de dinâmicas já experimentadas, agora com um olhar direcionado para nossa postura. Ou seja, realizamos todas as dinâmicas já trabalhadas nos tópicos anteriores, agora com foco em observar nosso corpo a partir dos três segmentos da coluna: cervical, torácica e lombar.

Foi nítido e de comum acordo que a sensação era de extrema liberdade, não que isso faça com que nossos movimentos sejam soltos ou leves e sim conscientes de como estão sendo executados. Um corpo preparado, com a percepção aguçada para o registro dos processos dos movimentos. Por fim, foram criadas as últimas partituras corporais, através de um jogo de improvisação de movimentos que desta vez poderiam mesclar a improvisação individual e em dupla. As partituras receberam o nome de *olhar e infância*.

Ainda dentro do que pode ser considerado um treinamento corporal, foi levantada uma nova problemática: cada um dos atores possui cinco partituras nomeadas de acordo com o significado, o sentido que o ator deu para aquela determinada movimentação mas acredito que esse significado passa a ser maior do que o movimento em si e que agora o interessante é criar possibilidades de que o mesmo movimento ganhe diversos significados e não que um significado me impulse como ator a realizar o movimento. Para tentar responder essa questão levantada apoiei-me no livro *A canoa de papel* de Eugenio Barba por se tratar de uma pesquisa antropológica que poderia de certo modo contribuir para fechar as questões que foram abertas.

Foram precisos exatamente três ensaios para experimentarmos essa outra vivência, e a dinâmica de escrita paralela a prática continuo a mesma. Focamos no capítulo do livro chamado corpo-mente, a dilatação do corpo e da mente para o encontro de novas possibilidades de sentidos para um determinado movimento. Uma desorientação voluntária, que obriga o mover de todas as energias do ator/pesquisador, aguçando seus sentidos para novas visões daquilo que se tem como objetivo. Barba cita em seu livro o estado do vazio para se chegar em novas lugares de criação:

O ator, o diretor, o pesquisador perguntam-se frequentemente: “O que significa o que faço?”. Mas essa pergunta não é fértil no momento de negação da ação, ou da “pré-condição” criativa. Nesse momento ainda não é essencial o significado do que se faz, mas sim a precisão de uma ação que prepara o vazio no qual um sentido imprevisto poderá ser capturado. (BARBA, 2009, p. 119)

Nos apropriamos do lugar do vazio, através de um exercício também descrito no livro, onde se sugere que o ator repita a movimentação proposta diversas vezes, criando uma camada de exaustão que inibe aquele sentido único que imediatamente damos ao movimento que realizamos. Segundo Barba (2009, p. 119), o pensamento deve atravessar a matéria tangivelmente, se sobressair ao óbvio, o que surge automaticamente na nossa frente. Ou seja, através das partituras corporais criadas no processo lúdico de Klauss Vianna, foi aplicado o exercício de repetição, em busca do corpo-mente discutido por Barba. As partituras corporais, automaticamente ganhavam diversos sentidos através da mesma movimentação, até porque o movimento não significa a reprodução apenas de formas. “A forma pura é fria, estática, repetitiva. Dançar é muito mais aventurar-se na grande viagem do movimento que é a vida. Nesse sentido, a forma pode se comparar à morte e o movimento a vida.” (VIANNA, 1990, p. 101). Um exemplo curioso foi movimento realizado por mim, em que meu braço direito seguia para direção esquerda e o meu braço esquerdo seguia para direção direita, depois os dois braços eram erguidos para o teto e, por fim, a queda do corpo todo ao chão, ganhou diversos sentidos, sendo alguns deles o de resistência, de abandono, de desistência, de fúria, de aborto etc.

Todos os processos anteriores contemplavam uma prática de treinamento para que os atores adquirissem uma potência no ato de perceber o seu corpo e entender que essa sensibilidade aguçada é símbolo de benefício em seus processos de criação, em especial no processo construído dentro desta pesquisa, onde o corpo do ator assume a frente para a criação de uma dramaturgia corporal.

A etapa de treinamento foi realizada, agora tínhamos o objetivo pesquisar as formas para construir uma dinâmica para o segundo momento da pesquisa, o de criação. Ao longo do processo, por questões de agenda, Lucas Buchile teve que interromper sua investigação, o que fez um trabalho

em dupla agora transformar-se em um solo. É nítido que isso desestabiliza a pesquisa, mas de certo modo não a impossibilita de ser levada adiante. Continuo o trajeto sozinho. O cronograma foi respeitado e realizei esse processo de criação em dois meses com dois ensaios por semana de três horas cada.

Para o processo de criação propriamente dita, foi empregada a mimesis corpórea, pesquisa elaborada pelo ator, diretor e pesquisador Luís Otavio Burnier. Visitar as ações físicas, o então denominado “texto” do ator, seus *élans*, impulsos, ritmos, energia etc. é apropriar-se de uma prática necessária para o desenvolvimento das camadas do corpo do ator em cena. Era somente entendendo esses aspectos que eu poderia utilizar um dos métodos de criação de Burnier, o famoso *Think in motion, not in concepts* que parte da ideia de que o ator observe um comportamento, uma imagem, um espaço e use esses recursos para a imitação e construção de movimentos. Ao decorrer da pesquisa, o ator, na busca de um melhor aperfeiçoamento de sua construção, utiliza do processo de memorização, codificando seus movimentos em uma constante repetição no ato de observar-criar-memorizar. Uma vez criados e codificados, os movimentos passarão por um processo de teatralização (transformação da criação em material ou objetos de trabalho) podendo obter alteração de ritmo, tempo, espacialidade, dilatação etc. dramaturgia.

Para observar e transpor, para seu corpo, as corporeidades, o ator deve estar atento às ações físicas e vocais do sujeito observado. E, por sua vez, para estar atento às ações físicas, o ator deve observar simultaneamente o todo e o detalhe com precisão. Isso implica uma observação não somente da ação como um todo, mas também dos componentes constitutivos desta ação observada: a intenção (que, como vimos, contém uma contradição), o *élan* (com seus dois momentos, *ê-lan*), o impulso (e o coração, o pulso da ação, contra impulso, o espasmo) o movimento (tempo, espaço, força fluência) e o ritmo (os dinamoritmos e as causalidades motoras). (BURNIER, 2009, p. 185)

Me aprofundo no estudo das corporeidades pois acredito que são elas que constituirão minha dramaturgia. Para Burnier (2009, p. 185) a corporeidade é a maneira com que informações de ordens diversas referem-se a uma pessoa, um objetivo, uma imagem etc.

Inspirando-me na dinâmica de Burnier, tentei encontrar conteúdo para que pudesse exercer a observação de corporeidades a partir dos meus fios de Ariadne e optei pelo desafio de trabalhar com imagens que me remetessem a esses pontos de partida. Imitar imagens. Como é possível observar as corporeidades e desenvolver ações físicas a partir de imagens estáticas?

[...] uma fotografia é o registro de um momento preciso flagrado pelo fotógrafo, mas existiu um momento antes e outro depois da foto. Pedi às atrizes que imaginassem o momento anterior e o posterior da fotografia e que me mostrassem esses momentos. Começamos assim a criar ações a partir de cada fotografia. (BURNIER, 2009, p. 188)

Comecei a pesquisar imagens que representassem a condição de pessoas negras no passado e no presente. Para o passado, foquei no momento histórico da escravidão, fotos de escravos em navios, no tronco, nas rodas de capoeira etc., e para as condições das pessoas negras na atualidade, fiz uma pequena mistura entre jovens periféricos, negros, em situações de passividade e moradores de rua.

Iniciando o processo de pensar *in motion*... separei as imagens e comecei a delicada tarefa de observar todos os aspectos da fotografia; como está o corpo da pessoa, o quanto de tônus consigo enxergar e qual seria o movimento anterior e o movimento posterior que encaixaria naquele contexto, formando assim uma ação completa. “Estabelece-se, conforme o caso, uma dinâmica entre observação-imitação-observação-imitação..., que permite ao ator conferir, à medida que tenta imitar, uma série de detalhes das ações físicas da pessoa observada” (BURNIER, 2009, p. 186).

Foram separadas 10 imagens e a ideia era que em duas semanas eu conseguisse executar o processo de codificação, ou seja, repetir a ação o quanto fosse necessário, lapidando o corpo e criando uma qualidade de movimento e precisão. Na primeira semana trabalhei com 6 imagens, 3 no primeiro dia e 3 no segundo dia, já na segunda semana trabalhei com as 4 imagens que faltavam, duas em um dia e as outras duas no dia anterior. Entre as ações físicas levantadas, temos por exemplo: o balançar de um lado para o outro em um lugar apertado, o gesto de acariciar um corpo jogado ao chão, a corrida exaustiva paralela com uma respiração acelerada, um grito demorado de com a cabeça para o alto e de joelhos, entre outras.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como resultado da pesquisa, foi desenvolvida um exercício cênico de 50 minutos denominado Quem pisou no céu, quem pisou no chão, quem pisou no caos, além de um artigo referente a todo processo de pesquisa.

Para a realização da cena, ainda dentro do cronograma, tive 1 mês e duas semanas de ensaios e experimentações. Cheguei no momento onde o treinamento precisaria dar a assistência necessária para a história que eu queria contar e era através dessas ações físicas (e também as partituras corporais recolhidas com o treinamento no processo lúdico da técnica Klauss Vianna) que eu faria isso acontecer.

A temática era latente em mim: os espaços que o negro antes assumia e hoje assume, e quais poderá assumir no futuro; espaços físicos, como: bares, shoppings, cadeias, favelas, senzalas, navios negreiros, tronco, quarto da empregada; espaços subjetivos, como: a vergonha de falar e não ser ouvido, traumas com sua aparência, atitudes em lugares públicos, a solidão etc. Foi lendo o livro *Na minha pele*,

de Lázaro Ramos, onde o ator, diretor e produtor cultural relata sua vida em relação a sua cor de pele, que percebi que falar de passado e de presente é quase que falar da mesma coisa, que a mudança ainda é lenta, que os conflitos são diferentes externamente mas quase os mesmos nos parâmetros do interno. Em um relato, o ator diz:

A maioria de nós tinha famílias com o pesadelo do êxodo do interior, nem todos com nível escolar alto. Como ninguém era filho de médico ou advogado, não existia a cobrança de herdar uma profissão. Na verdade nossos pais só querem uma coisa: que fossêmos poupados dos perrengues por que haviam passado: “Estudem pra ser alguém na vida” repetiam. (RAMOS, 2017, p 41)

Com as 10 imagens codificadas e transformadas em ações físicas o processo basicamente se deu a partir da dinâmica de observar essas ações e dar a elas sentidos, alterando o que for preciso para criar um sentido ao movimento. Por exemplo: a ação de número 3, que consiste em uma corrida exaustiva paralela com uma respiração acelerada, transformou-se em um fuga de um escravo de um navio negreiro, e para isso se fizeram necessárias alterações como mudança no tônus facial, pausas durante a corrida, ritmo que antes era contínuo agora se tornou crescente etc.

O exercício cênico estava criado: O corpo de um ator vestido de preto, em uma sala pequena, com delimitações feitas no chão com fita crepe branca, contanto três narrativas diferentes: a fuga de um escravo de um navio negreiro que depois é pego e morto, o desespero de uma mãe ao tentar tirar seu filho (negro) da cadeia, já que o mesmo foi preso sem provas, e a ascensão de um jovem negro universitário resistindo a diversas provações para alcançar seu diploma. É importante registrar que a cena não foi apresentada de forma pública dentro da universidade, pois o período disponível, e ainda dentro do cronograma, para apresentação foi o mesmo período em que as instituições estaduais do estado do Paraná entraram em greve, conseqüentemente a UNESPAR também.

Referente a construção do artigo, outro material resultante da pesquisa, tive o tempo de dois meses para escrevê-lo e elaborá-lo da melhor forma possível. Já tinha comigo uma série de matérias escritos referentes a dinâmica que adotei em paralelo a prática.

CONCLUSÕES

A dramaturgia corporal, para o ator, é a forma de contar uma obra que parta de si e que possibilite uma melhor percepção do que se possa criar. Um exercício constante de treinamento criativo. E acredito que isso seja semelhante ao processo de execução de um iniciação científica que diante de todos os fatores que vem como resultado tem a mestria de possibilitar que o pesquisador crie um repertório.

O artista, o estudante, o pesquisador tem consigo a fome constante de estar em movimento, pulsando, criando. E criar nada mais é do que dar possibilidade ao novo. O novo não é o não existente, e sim o que já existe a partir de outros olhares, perspectivas, experiências. Eu desejo, todos os dias, que me apareça o novo e que eu possa com ele criar. Criar narrativas, criar corpos, criar momentos, criar afetos.

Levando-se em consideração esses aspectos, entende-se que o lugar do novo é dentro de nós mesmos, reverberado através de nossos corpos. A apropriação do próprio corpo é objetivo final dessa pesquisa, tornar possível o conhecimento de si, das próprias musculaturas, ossos, tensões e tornar possível que esse mesmo corpo seja ferramenta de criação própria e singular. Conhecer o próprio corpo é criar possibilidades de mudança, de resistência, ressignificados, ataques e defesa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBA, Eugenio. **A Canoa de Papel: Tratado de Antropologia Teatral**. Brasília: Editora Dulcina, 2012.

BURNIER, Luís Otávio. **A arte de ator: da técnica da representação**. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

VIANNA, Klauss. **A dança**. São Paulo: Siciliano, 1990.

MILLER, Jussara. **A escuta do corpo: Sistematização da técnica Klauss Vianna**. São Paulo: Summus, 2016.

RAMOS, Lazaro. **Na minha pele**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2017

A TRANSPOSIÇÃO MIDIÁTICA: UMA INTERAÇÃO ENTRE LITERATURA, ILUSTRAÇÃO E A TÉCNICA DA GRAVURA

Maria Virgínia Gapski Giordani
UNESPAR/Curitiba Campus I, mariavirginiagiordani@gmail.com

Bernadette Maria Panek (Orientador)
UNESPAR/Curitiba Campus I, bernapanek8@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Intermedialidade. Literatura. Gravura.

INTRDUÇÃO: A Ilustração e a Transposição Midiática

As representações imagéticas estão na história do homem desde os primórdios da humanidade, sabe-se que os desenhos foram uma das primeiras formas de comunicação humana. (GALESSO, 2013). Entretanto, a ilustração como gênero surgiu na idade média, aproximadamente no séc VII. Oriunda da necessidade de criar imagens bíblicas, tendo em vista o grande número de iletrados. Etimologicamente, advém do latim “*illustratio*” e significa: “ação de esclarecer, descrição viva e enérgica, brilho” (HOUAISS, 2004). Ou seja, lançar “luz” sobre o que está escrito, nesse sentido a ilustração assume um papel “dinâmico e informativo, ao ampliar as possibilidades do texto verbal” (RAMOS, 2007, p. 20).

Além da etimologia, o dicionário Houaiss, oferece outras definições, das quais adotaremos apenas as mais pertinentes à pesquisa: 4) adorno ou elucidação de texto por meio de estampa, figura etc. 5) publicação que contém estampas, gravuras, desenhos, etc. 6) desenho, gravura, imagem, que acompanha um texto.²³²

Como vemos, a ilustração possui uma relação de grande proximidade com as artes visuais. Porém o que a difere das demais artes visuais? De fato a ilustração é um campo específico de atuação, ela é uma submídia²³³. Primeiramente é importante evidenciar que não é a técnica que define a ilustração, é a mensagem e o meio como ela é veiculada (acompanhada do texto verbal). Ou seja, mesmo que possa ser lida como imagem separadamente, ela tem a função de transmitir algo a respeito do texto-fonte.²³⁴ Nesse contexto, Santa Rosa comenta sobre o papel do ilustrador:

É, pois, de um tema dado que o ilustrador terá que realizar a sua obra, fixando com a força de sua personalidade os elementos sugeridos. Nesse trabalho de penetração e análise é que se percebe a nítida autonomia dessa arte autêntica, arte paralela à

²³² De acordo com Dicionário Houaiss (HOUAISS; VILLAR, 2004, p. 1572).

²³³ Submídias de acordo com Clüver (2011) são: mídias de signos semelhante e/ou idênticos organizados com diagramações específicas. Ex: Música (mídia) e eletrônica, acústica (submídia).

²³⁴ Texto-fonte é aquele do qual a transposição é a base, no caso da ilustração é o texto verbal cujo qual ela ilustra.

literatura, harmônica com as notas de contraponto. Tarefa difícil essa de captar, no tumulto das frases, as imagens plásticas que devem corresponder ao mesmo sentimento, às vezes mesmo esclarecer certos mistérios das palavras. (SANTA ROSA, apud CUNHA LIMA; FERREIRA, 2005, p. 220).

Não se trata então de reproduzir o texto no seu formato visual, até mesmo porque, como veremos mais adiante, não é possível tal equivalência. É papel do ilustrador interpretar o texto verbal, para trazer ao visual os elementos mais adequados, a fim de auxiliar o leitor na construção do significado e na relação entre o texto²³⁵ visual e o verbal.

Quando um ilustrador se propõe a transpor um texto verbal para o visual, dentro da intermedialidade ele fará um processo de transposição midiática. Na conceituação de Rajewsky, é o “processo “genético” de transformar um texto composto em uma mídia, em outra mídia de acordo com as possibilidades materiais e as convenções vigentes dessa nova mídia”. Sendo esse processo “obrigatoriamente intermidiático” (RAJEWSKY in CLÜVER, 2011, p. 18).

Em seu percurso o ilustrador encontrará algumas dificuldades, visto que a linguagem visual não possui elementos que correspondem diretamente ao verbal como Clüver aponta:

O ato de fala literário, como qualquer outro ato de fala, é exemplo de um sistema de signos de segunda ordem baseado na linguagem natural, a qual é ela própria um sistema semiótico. Os componentes materiais/*visuais* de um texto pictórico, entretanto, não pertencem a um tal sistema. (CLÜVER, 2006, p. 115)

Os signos da linguagem visual pertencem a outro sistema de significação, eles necessitam do contexto em que estão inseridos e do referencial cultural do leitor. Possuem camadas de significação que por vezes extrapolam os limites da linguagem, por exemplo, como explicar o matiz de um vermelho? Podemos adjetivá-lo: é intenso, brilhante, opaco, denso, entretanto nenhum desses adjetivos traduzirá de modo semelhante ao leitor ver o vermelho ao qual nos referimos.²³⁶

Os primeiros apontamentos sobre essas questões surgiram nos estudos de tradução, nas transposições interlinguais. Sabe-se que alguns conceitos não possuem palavras equivalentes em outras línguas, então caberia ao tradutor decidir qual ou quais palavras poderiam aludir melhor a tal conceito (Clüver, 2006).

²³⁵ Alguns teóricos da semiótica possuem objeções quanto ao uso de conceitos da mídia verbal para referências as mídias visuais. Entretanto adotaremos neste trabalho tais conceitos por não haverem equivalentes para eles até o dado momento. São eles: texto, léxico, leitura e alfabetização. Para tanto entendemos que o *léxico visual* pode ser identificado em uma *leitura* de um *texto visual*, por sujeitos *alfabetizados visualmente*.

²³⁶ É importante lembrar que dentro da intermedialidade, referimo-nos apenas a sistemas de significação ocidentais e humanos, pois se sabe que animais também possuem sistemas sígnicos de outros graus e que os povos orientais possuem linguagem verbal e visual com sistemas de significação distintos dos nossos.

Neste sentido, também surgiram os estudos de literatura comparada que usavam da literatura como ponto de partida para análises de textos de outras linguagens em relação à literatura. Como os estudos e as mídias vêm sofrendo grandes câmbios ao longo dos anos, atualmente Clüver defende o termo “Intermedialidade”, que segundo ele daria conta da multiplicidade das mídias e suas infinitas interações. O autor define intermedialidade como:

Termo relativamente recente para um fenômeno que pode ser encontrado em todas as culturas e épocas, tanto na vida cotidiana como em todas as atividades culturais que chamamos de “arte”. Como conceito, “intermedialidade” implica todos os tipos de interrelação e interação entre mídias; (CLÜVER, 2011, p. 9).

Faz-se necessário compreendermos o que é uma mídia e porque não o uso da palavra arte. Neste trabalho adotaremos a seguinte definição: “Aquilo que transmite um signo (ou uma combinação de signos) para e entre seres humanos com transmissores adequados através de distâncias temporais e/ou espaciais”. (BOHN, MÜLLER, RUPPERT, in CLÜVER, 2011, p. 9). Como vemos, tanto o conto de Lispector quanto as ilustrações produzidas a partir dele enquadram-se dentro desta definição.

É fato que muitas mídias podem ser enquadradas dentro da definição de arte e que muitos dos estudos de intermedialidade têm obras de arte como objeto. Contudo, Clüver aponta que a definição de arte está cada vez com delimitações mais tênues, principalmente depois da invenção do Ready-made²³⁷ por Duchamp. Salientamos que tal definição de mídia contempla as artes, como também inclui mídias que não cabem na definição de arte, como os programas televisivos por exemplo.

MATERIAIS E MÉTODOS

Clarice Lispector foi uma das mais destacadas escritoras da terceira fase do modernismo brasileiro. Escreveu inúmeros contos e romances. Por volta da década de 40, Lispector inicia sua trajetória como escritora profissional, momento em que a influência modernista chega ao Brasil, fator que acionou uma nova forma de escrever literatura. Dentre as ideias propostas pelo Modernismo, estão as vanguardas estéticas europeias, o romance de 30, além da proposta dos poetas da Geração de 45. São esses fatores que proporcionam um espaço de valorização do significante na literatura. (BARBOSA, MORAES, 2008).

O livro *Para não esquecer*, possui 108 crônicas, a primeira publicação consta do ano de 1978. Como critério para as ilustrações, elegemos os textos nos quais a autora estabelece paralelos com o mundo das artes visuais, entre eles podemos citar: “Abstrato e figurativo”, “Escrevendo”, “Desenhando um menino”,

²³⁷ Termo criado por Marcel Duchamp (1887-1968) para designar um tipo de objeto, por ele inventado, que consiste em um ou mais artigos de uso cotidiano, produzidos em massa, selecionados sem critérios estéticos e expostos como obras de arte em espaços especializados (museus e galerias). (Enciclopédia Itaú-Cultural, 2017).

“Esboço de um guarda-roupa”, “Estilo”, “A escritora”, “Paul Klee”, incluindo obras arquitetônicas como a cidade de “Brasília”, no famoso texto intitulado pelo próprio nome da cidade. (LISPECTOR, 1999).

Iniciaremos agora a descrição e análise do processo da transposição midiática do texto fonte para as ilustrações. Para tanto evidenciamos que o texto de Lispector já se enquadra em uma categoria da intermedialidade, os textos intermédias: que “citam ou evocam de maneiras muito variadas e pelos mais diversos motivos e objetivos, textos específicos ou qualidades genéricas de uma outra mídia” (CLÜVER, 2006, p. 14). Tal conceito equivale à intertextualidade, como comentamos com frequência os textos de Lispector fazem alusão a outros textos como, por exemplo, na crônica *Paul Klee* no qual ela cita um dos quadros do pintor, “esse fenômeno é tão comum que já declarei em outro lugar que ‘a intertextualidade sempre significa também intermedialidade’”. (CLÜVER, 2006, p. 14).

Para o processo de ilustração elegemos a gravura, tal técnica consiste em uma imagem impressa a partir de uma matriz. Os primeiros usos da gravura são dos primórdios da humanidade, já o uso da ilustração está conectado com a invenção do livro, sabe-se que os primeiros livros que mesclavam texto e imagem vêm desde os egípcios. Devido a complexidade histórica da relação do livro/texto/imagem, propomos um salto para o século XV com a invenção da prensa tipográfica.

O surgimento da impressão por tipos proporcionou a popularização da impressão de textos e logo se fez necessário um mercado de imagens que acompanhassem tais narrativas. Exemplo disso são as ilustrações de Gustave Doré, nascido em 1832, foi um artista muito reconhecido do século XIX, ilustrou inúmeras obras literárias dentre as quais a mais famosa é *A divina Comédia* de Dante Alighieri. Doré usou para suas ilustrações a técnica da gravura, especialmente a modalidade em metal.

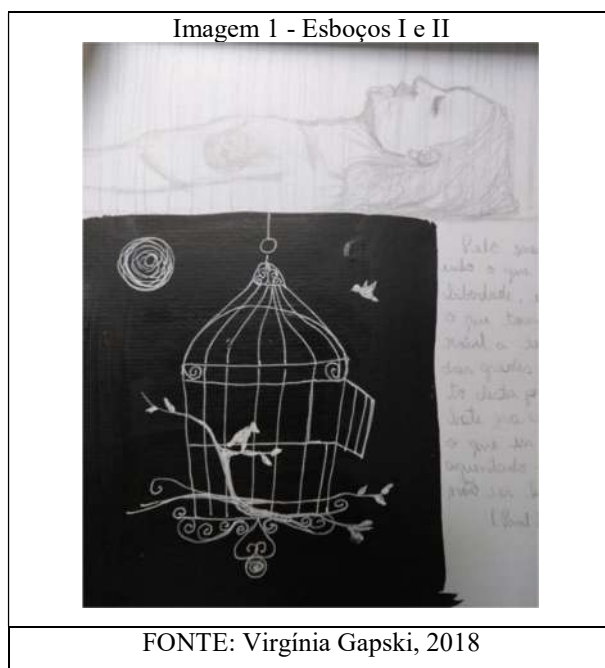
A gravura em metal pode ser definida como gravura de encavo (do francês *gravure en creux*), termo genérico que é aplicado para definir certos procedimentos da gravura. A palavra "encavo" pretende ressaltar que o depósito de tinta para impressão é feito dentro dos sulcos gravados e não sobre a superfície da matriz, como no caso da xilogravura. As ferramentas mais comuns usadas para gravar uma imagem na matriz são a ponta seca e o buril.²³⁸ As matrizes podem ser feitas a partir de placas de cobre, zinco, latão e alumínio²³⁹. As gravações nas matrizes, ou placas de metal, são feitas por incisão direta – ponta seca – ou pelo uso de banhos de ácido – água-forte e água-tinta. (KOSSOVITCH; LAUDANNA; RESENDE, 2000).

RESULTADOS E DISCUSSÕES: O processo de transposição e a gravura

²³⁸ <https://www.ufrgs.br/napead/repositorio/objetos/glossario-tecnicas-artisticas/metal.php>

²³⁹ Latão e alumínio são metais modernos, provavelmente não usados por Doré.

A primeira crônica a ser ilustrada foi “Paul Klee”, a crônica traça paralelos entre a tela “Paysage aux oiseaux jaunes” do pintor e a questão da liberdade para Lispector. Primeiramente surgiram duas possibilidades para a gravura, uma mulher deitada em uma cela e pássaros numa gaiola aberta:





Porém observando-os melhor a artista concluiu que eram ilustrações muito literais, não enriquecendo a leitura do texto, talvez até apresentando-o de uma forma simplista. Observou-se também que era necessário incluir elementos do quadro de Klee comentado pela escritora, afinal fora ele que motivara toda a reflexão. De modo que do novo desenho surgiu a seguinte gravura:



Durante o processo observou-se que a técnica de litogravura²⁴⁰ não favoreceu a visualização da ideia, de modo que em edições futuras são experimentadas as técnicas de ponta seca e xilogravura²⁴¹ para testar qual técnica se adequa mais ao desenho proposto.

A ilustração além de fazer uma alusão intermediária à tela de Paul Klee também trás elementos dos seguintes versos “A prisão é a segurança, as barras o apoio para as mãos” (LISPECTOR, 1999, p. 17) e através do olhar da personagem quisemos retratar “o conforto desta prisão me bate na cara. Tudo o que eu tenho aguentado – só para não ser livre...” (LISPECTOR, 1999, p. 17). Como vemos na gravura, as barras não são linhas que nos remetem a uma barra verdadeira, suas linhas orgânicas quase sugerem algo mole e fluído, dando a subentender que a pessoa encarcerada, não se deu conta de que pode escapar, ou não quer escapar.



A segunda crônica a ser ilustrada foi “A Escritora”, trabalha a construção literária de modo semelhante a anterior, se debatendo entre as tentativas de definir o que é uma *escritora*, sabendo que não se pode definir por completo tal conceito. A narrativa inicia por uma breve descrição física da personagem, relatando como um dia anotara algo em um caderno, porém não conseguindo encontrá-lo, persistia na busca, por anos e anos. Usamos a técnica de gravura em metal água-forte, na qual o desenho se forma por corrosão do ácido na placa de cobre. Nessa crônica pensamos em duas possibilidades de desenhos, optando pelo segundo:

<p style="text-align: center;">Imagem 3 - Esboço III</p> 	<p style="text-align: center;">Imagem 4 - Esboço IV</p> 
<p style="text-align: center;">FONTE: Virgínia Gapski, 2018.</p>	<p style="text-align: center;">FONTE: Virgínia Gapski, 2018.</p>

²⁴⁰ Litografia ou litogravura, *lito* – pedra. O método envolve a criação de marcas sobre uma matriz de pedra com um lápis gorduroso. A base dessa técnica é o princípio da repulsão entre água e óleo.

²⁴¹ Xilogravura, *xilo* - madeira. É uma antiga técnica, de origem chinesa, em que o artesão utiliza uma matriz de madeira para entalhar o desenho, deixando em relevo a parte que pretende fazer a reprodução.

A narrativa apresenta o caderno com o escrito como uma metáfora para a busca da personagem por ela mesma, na definição de quem ela é. Nesta crônica elegemos uma frase que consideramos representativa do espírito do texto para ilustrá-lo: “Na sua casa o único esconderijo era ela mesma” (1999, p. 113).

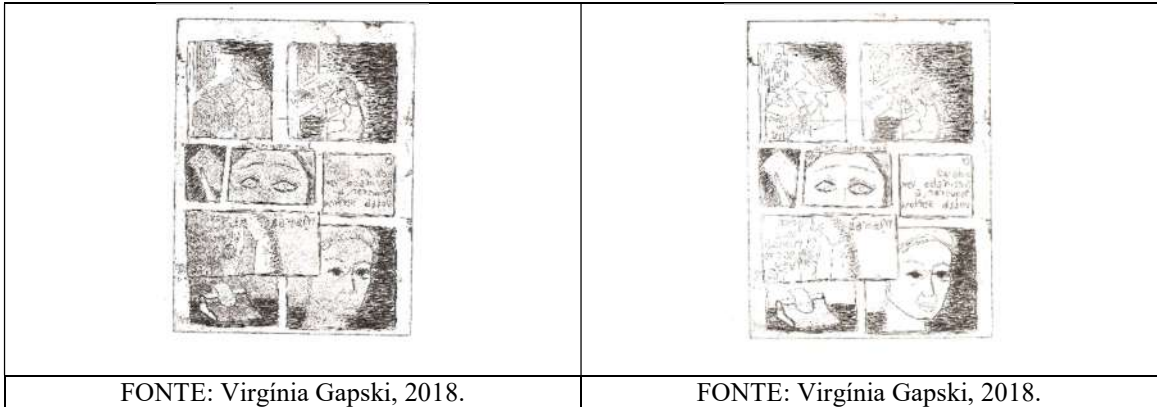
<p>Imagem 5 - Na sua casa o único esconderijo era ela mesma I</p>  <p>FONTE: Virgínia Gapski, 2018.</p>	<p>Imagem 6 - Na sua casa o único esconderijo era ela mesma II</p>  <p>FONTE: Virgínia Gapski, 2018.</p>
---	---

Num processo intermediário, a casa tatuada nas costas de Lispector, é a casa onde a escritora morou na sua infância no Recife, elegemos essa representação, pois assim como o texto propõe um processo de definição de quem é a escritora, também a ilustração propõe quem é Clarice Lispector. A casa infância como diz Bachelard é a casa do ser, como referencial imagético e sensorial. Para ele “a casa é nosso canto no mundo. Ela é, como se diz a miúde, nosso primeiro universo.” (2008, p. 24). Apesar de ter nascido na Ucrânia, à escritora sempre se dizia Pernambucana.

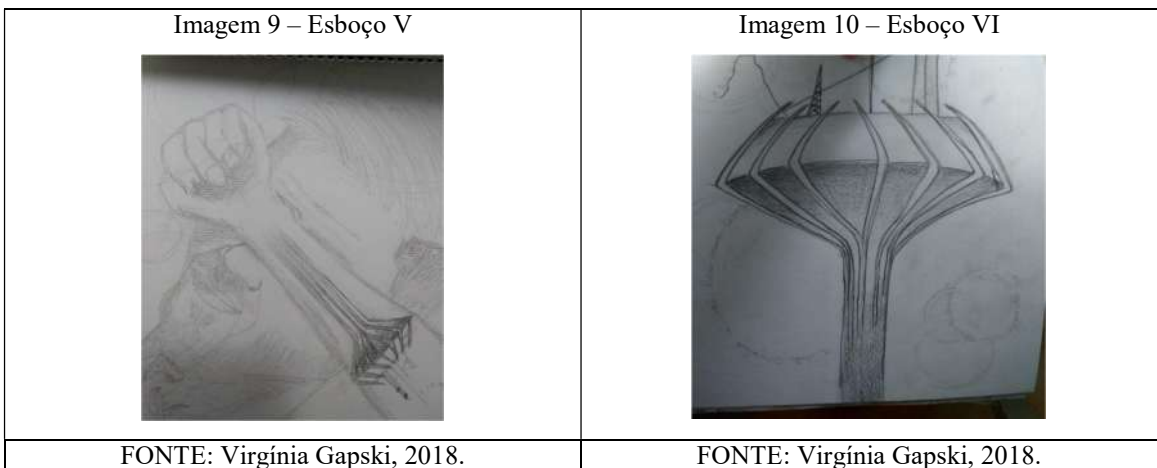
A crônica “Estilo” narra um episódio na vida de Clarice Lispector no qual seu filho pede pra ver um requerimento que ela está escrevendo, ao ver o documento à criança exclama que ela “nunca escreveu tão grã-fino.” (LISPECTOR, 1999, p. 40). Curioso o fato do referencial infantil, mesmo a mãe sendo uma escritora de profissão, ele admira o documento, algo banal que qualquer pessoa pode escrever.

Na crônica Lispector promove uma provocação ao nomear como Estilo o documento. Ora o que, ou quem define um estilo? No intuito de aproveitar a provocação da autora, além de transpor para a linguagem da gravura, quisemos empregar a narrativa transpondo-a para a linguagem do quadrinho, promovendo um diálogo, intermediário, entre literatura, quadrinhos e artes visuais. Nessa tentativa, observamos que a técnica da água tinta, não é a mais adequada para o quadrinho, visto que alguns elementos narrativos se perderam na corrosão dos ácidos. Possivelmente tal fator poderia ser solucionado com uma placa maior e mais acuidade no momento de imersão no ácido.

Imagem 7- Estilo I	Imagem 8- Estilo II
--------------------	---------------------



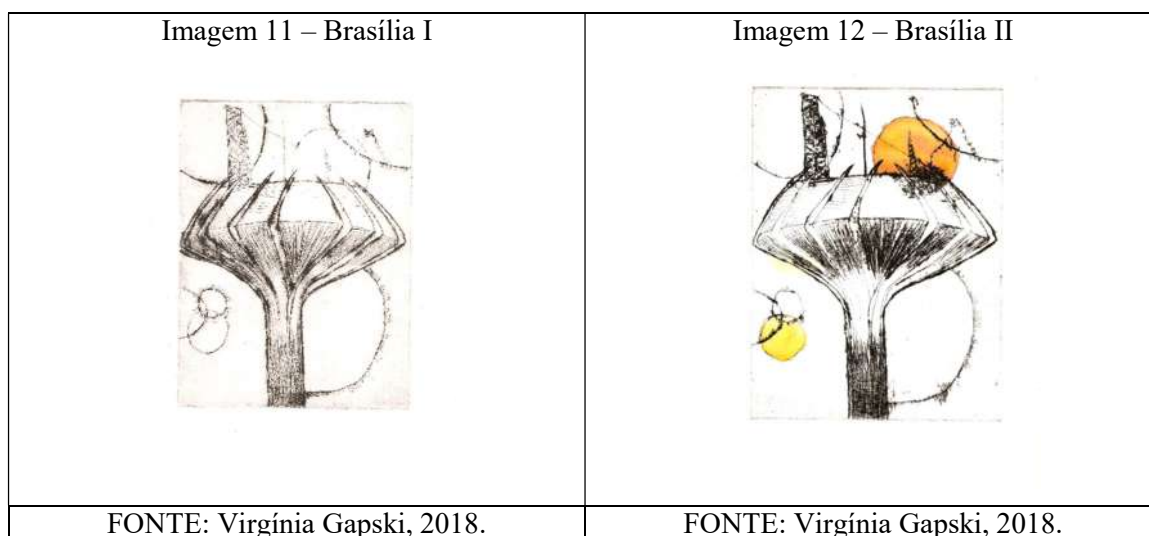
No processo de ilustração das crônicas “Desenhando um menino”, “Brasília”, “Esboço de um guarda-roupa”, “Abstrato e Figurativo”, “Escrevendo” foi utilizado à técnica da gravura em metal a ponta seca sobre placa de alumínio. Como parte do procedimento o texto é lido e buscamos as possíveis referências que a autora faz menção. Em seguida elaboramos dois ou três desenhos de rascunho como possibilidades para a gravura.



Nas ilustrações do texto Brasília, buscando fugir das imagens cotidianas e reproduzidas constantemente quando nos referimos a Brasília, excluimos imagens como o congresso nacional, o palácio do planalto, tentando fugir das construções icônicas. Na crônica a autora comenta que “Se eu dissesse que Brasília é bonita, veriam imediatamente que gostei da cidade. Mas se digo que Brasília é a imagem de minha insônia, veem nisso uma acusação; mas a minha insônia não é bonita nem feia – minha insônia sou eu, é vivida, é o meu espanto.” (LISPECTOR, 1999, p. 40). Nesse sentido lembramos quando Clüver explica que num processo de transposição não há equivalência exata entre signos verbais e visuais, os signos visuais para “insônia” podem variar de acordo com a interpretação do ilustrador. Nisso consiste a riqueza do processo transpositivo, desse modo o texto visual deve ser criativo em relação ao

texto escrito, buscando como diz Santa Rosa “às vezes até mesmo esclarecer certos mistérios das palavras.” (SANTA ROSA, apud CUNHA LIMA; FERREIRA, 2005, p. 220).

Dessa maneira refletimos quais eram os contatos possíveis que a ilustradora teve com a cidade de Brasília, em paralelo às questões de Lispector, uma vez que autora alega que a visão que temos sobre a cidade também é construída por nossa visão de mundo. Nessa reflexão percebemos que as únicas duas pessoas que conhecemos de Brasília, que nos contaram fatos sobre Brasília, eram na verdade de Ceilândia. De modo que a ilustração sobre a cidade de Brasília foi resolvida com um símbolo bastante representativo para Ceilândia, suas caixas d’água projetadas por Niemayer²⁴². Integrando uma crítica social imbricada com o olhar de Lispector sobre a cidade, Brasília foi feita sob o sangue de milhares de brasileiros sem perspectivas que em um processo de aglomeração se reuniram aos arredores das caixas d’águas, e assim formaram-se as cidades satélites.



A respeito do contexto social sob o qual Brasília foi construída, acreditamos que para Lispector, Ceilândia é o próprio retrato da cidade. Segundo ela:

Os brasiliários vestiam-se de ouro branco. [...] Quanto mais belos os brasiliários, mais cegos e mais puros e mais faiscentes, e menos filhos. Não havia em nome de que morrer. Milênios depois foi descoberta por um bando de foragidos que em nenhum outro lugar seriam recebidos; eles nada tinham a perder. [...] Esses eram homens e mulheres menores e morenos, de olhos esquivos e inquietos, e que, por serem fugitivos e desesperados, tinham em nome de que viver e morrer. Eles habitaram as casas em ruínas, multiplicaram-se, constituindo uma raça humana muito contemplativa. (LISPECTOR, 1999, p. 41)

Ora as pessoas de Brasília não são Brasília, não fazem Brasília, vestidas de “ouro branco” não constroem e não promovem nada. São “os forasteiros”, “homens e mulheres menores e morenos” que

²⁴² Arquiteto modernista responsável pelo projeto arquitetônico de Brasília.

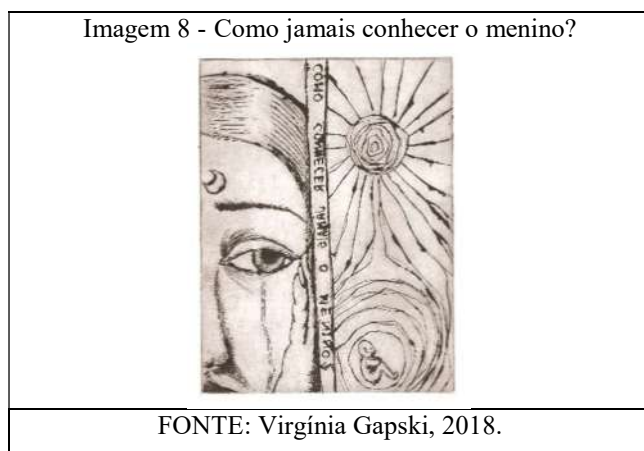
fazem a cidade, eles constituem um povo, multiplicam-se, toda a vida possível da cidade provém dessas pessoas para as quais Brasília não foi concebida.

Lispector também se refere à cidade como “grande silêncio visual”. Nesse sentido construímos uma imagem onde não se notam os habitantes, apenas vestígios de que ali há moradores. Por fim nos círculos dispersos na imagem há uma inscrição quase imperceptível “Para mim Brasília é você” numa tentativa de indagar ao leitor os mesmos questionamentos da autora, qual sua imagem de Brasília?

A quinta crônica também ilustrada na técnica da gravura em metal é o “Desenhando um menino”. Nele Lispector trata da metalinguagem do texto, abordando de forma metafórica as dificuldades da definição de conceitos por meio da linguagem, e de suas características ora restritivas, ora abrangentes.

Um mergulho neste brevíssimo conto revela sua busca do insondável no homem e a extraordinária argúcia de seu discurso para apontar os problemas que cercam a linguagem e o sujeito no momento mesmo em que ainda não se rendeu a essa condição ambígua de ser sujeito, da consciência, da lógica, da comunicação ordenada. Clarice tem a intuição precisa de que o homem é seu discurso e que falar, em termos humanos, é ser. (YUNES, 2012, p. 29)

Lispector inicia indagando-nos “Como jamais conhecer o menino?” (1999, p. 85) evidenciando que mesmo com os recursos da linguagem não podemos conhecer nada em sua completude, afirmando que “O que conheço dele é a sua situação” (LISPECTOR, 1999, p. 85). De fato ela não conhece o menino, conhece como ele está, não como ele é (YUNES, 2012). Como não podemos conhecer o menino, apenas sua condição, iniciamos a ilustração pelo trecho “mas por enquanto ei-lo sentado no chão, imerso num vazio profundo.” (1999, p. 86) retratando-o como vemos na imagem a seguir:



A ilustração trata dessa dicotomia da linguagem com os seguintes recursos, o primeiro deles é a barra no centro da imagem que separa dois universos, o do ser e o da linguagem. Também trás elementos de dualidade como masculino e feminino, infância e fase adulta, sol e lua, bem como elementos duais da

própria linguagem visual, são eles, o espaço, de um lado totalmente preenchido pela figura humana, do outro a figura humana em pequena escala e o espaço preenchido pelas linhas. À esquerda um desenho estático, com linhas rígidas e bem delimitadas, à direita um desenho fluido, com linhas tremulas. Tais opções se deram pela própria construção narrativa de Lispector, um texto que transita entre o olhar da mãe e o da criança, tratando das dificuldades de definições tanto do ser, quanto da linguagem.

O conto de Lispector no qual trata das dicotomias do fazer literário também pode ser aplicado às complexidades do fazer artístico, ou imagético, como vemos no seguinte trecho [...] “com urgência ele tem que se transformar numa coisa que pode ser vista e ouvida senão ele ficara só, tem que se transformar em compreensível se não ninguém o compreenderá.” (LISPECTOR, 1999, p. 87). As imagens também precisam nascer, elas também precisam tornar-se compreensíveis, visíveis, imagens não materializadas, não podem ser “vistas nem ouvidas”. Do contrário como nos alerta Lispector, elas ficarão “só”, não se comunicarão, não existirão.

Também na técnica da ponta seca “Abstrato e figurativo” versa sobre como o olhar do expectador pode influenciar a recepção da mensagem. Na crônica a autora escreve “abstrato me parece apenas o figurativo de uma realidade mais delicada e mais difícil, menos visível a olho nu.” (LISPECTOR, 1999, p. 31). Foi bastante difícil pensar uma imagem para tal crônica, porque teríamos de contemplar tanto o abstrato quanto o figurativo numa mesma imagem. A fim de contemplar também as dubiedades propostas pela autora, gravamos um recorte longitudinal do miocárdio (músculo do coração). Olhando a figura de relance podemos não reconhecer rapidamente a forma, porém ao reparar melhor podemos notar que o recorte faz a imagem parecer abstrata, “uma realidade mais difícil”, mas o coração é figurativo “uma realidade mais delicada”.



Em “Esboço de um guarda-roupa” a autora usa da imagem do guarda-roupa como uma metáfora para a questão metafísica da existência. O primeiro a traçar paralelos entre as teorias existencialistas e as obras de Lispector foi Benedito Nunes (1966; 1973). Nesse caso em específico, partindo da teoria de

Heidegger, Lispector faz uso de um ente material – o guarda roupa - para falar da experiência do existir humano, um ente que transpassa a existência material, pois como aponta Heidegger: o ser humano é o único ente que pode refletir sobre “o ser” (HEIDEGGER, 2002).

Tratando da limitação material, coloca o guarda roupa sob três perspectivas, primeiro a porta, depois a porta aberta, como lugar onde fica a passagem pra outro nível, dentro do guarda roupa e por fim o espelho, como aquele reflete um terceiro nível do espaço, o reflexo. Para a autora algumas dessas superfícies podem ser transpostas e outras não, de modo que a existência humana na mesma maneira possui camadas e níveis de interpretações diferentes, alguns transponíveis outros não. Na ilustração buscamos exemplificar os três níveis, com a madeira, o nível intransponível, a porta com os cabides, o transponível e o espelho com o espaço sideral, o nível infinito, inacessível.



A crônica “Escrevendo” foi à última a ser ilustrada, nela Lispector faz uso mais uma vez da metalinguagem para falar do processo de escrever, alegando que o que “atrapalha ao escrever é ter de usar palavras” (LISPECTOR, 1999, p. 122). Abordando um tema recorrente em suas obras, já citado em “Paul Klee”, ela aborda a questão da escolha, pois temos o prazer do poder de escolher e também a angústia de rechaçar as demais opções simultaneamente, como apontam os filósofos existencialistas, optar por algo é inevitavelmente optar por excluir as demais opções (KIERKEGAARD, 1968). No texto a autora explica que tal ato de escolher se faz sempre uma solução e um problema ao mesmo tempo, retornando as dicotomias características de suas personagens.

No intuito de promover um trocadilho com a autora da crônica, a ilustração traz a inscrição “o que atrapalha desenhar é ter de usar as linhas”, também buscando trazer elementos de todas as outras ilustrações do projeto, como a pipa de “Desenhando um menino”, a garrafa do “Esboço de um guarda-roupa”, a mulher “A escritora”, as plantas do “Paul Klee” e assim por diante, conferindo a ilustração final

um caráter intermediário. Esta não só ilustra o texto, mas também é um fechamento do processo de ilustração das oito crônicas, promovendo uma conclusão visual do projeto como um todo.

Imagem 11 - “Suportar o grande incômodo da desordem”



FONTE: Virginia Gapski, 2018

Como referência visual usamos as gravuras de dois artistas brasileiros: Oswaldo Goeldi e Poty Lazzarotto, apropriando-nos do uso das linhas e de sombras, bem como as manchas residuais, que são bastante características de Poty como vemos na imagem à direita (KOSSOVITCH; LAUDANNA; RESENDE; 2000). Na ilustração “Brasília”, nos apropriamos também de um processo usado por Goeldi quando pintamos com tinta laranja um dos círculos da gravura. Colocamos a seguir imagens para fins comparativos.

Imagem 17 - O Abandono (Oswaldo Goeldi, 1937)	Imagem 18 - Sem título (Poty Lazzarotto – 1945)
<p>FONTE: https://arteartistas.com.br/oswaldo-goeldi/, 2018.</p>	<p>FONTE: https://www.reddit.com/r/artebrazileira/comments/4jr1cu/sem_t%C3%ADtulo_1945_poty_lazzarotto/, 2018.</p>

CONCLUSÕES

Observamos que a área da intermedialidade tem muito a contribuir para os processos de transposição. Podemos demonstrar como são feitas algumas das escolhas do transpositor, bem como quais camadas dos textos necessitam maior atenção da transposição e quiçá como ela pode auxiliar o leitor na hora de compreender o texto-fonte. Evidentemente uma mídia jamais abarcará a complexidade da outra, estabelecendo-se sempre uma relação de complementariedade.

É fato que por se tratar de uma área ampla de pesquisa, e como sabemos tanto as mídias verbais quanto visuais possuem seus campos específicos de análise, muitas questões foram negligenciadas nesse processo. Devido à escassez do tempo e a dimensão da pesquisa, partes foram omitidas como maior profundidade de análise das referências filosóficas. Deixando assim um espaço a ser explorado futuramente.

Sabe-se que o campo de produção da imagem está cada vez mais híbrido e as discussões sobre técnica e aparatos tecnológicos se acirram. Para tanto defendemos que o campo da intermedialidade oferece grandes contribuições para o estudo e análise das mídias e da arte. Principalmente da arte contemporânea, sempre permeada por discussões filosóficas, conceituais e atravessada pelo hibridismo, não apenas técnico, mas também de linguagens.

Esperamos que tal estudo tenha trazido à tona os principais conceitos e questões da intermedialidade e suas contribuições pra o campo das artes principalmente das ilustrações. Salientando a rica contribuição dessa modalidade de construção visual tanto para a melhor apreensão dos textos verbais quanto sua importância para a intermedialidade.

REFERÊNCIAS

BACHELARD, Gaston, 1884-1962. **A Poética do Espaço** ; tradução Antônio de Pádua Danesi-2 ed- São Paulo: Martins Fontes, 2008.

BARBOSA, Vânia Maria Castelo; MORAES, Vera Lúcia Albulquerque. **A Linguagem de Clarice Lispector como desautomatização da vida**. Rev. Letras nº 29 - Vol. 1/2 2007/2008. Disponível em: <http://www.revistadeletras.ufc.br/rl29Art09.pdf> Acesso em: 22/02/2018.

CLÜVER, Claus. **Da Transposição intersemiótica**. In: Poética do Visível: Ensaio sobre a escrita e a imagem. ARBEX, Márcia. Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos literários, Faculdade de Letras da UFMG, 2006. p. 107-158.

_____, Claus. **Intermedialidade**. Pós: Belo Horizonte. V. 1, n 2. P.8-23. Novembro 2011.

_____, Claus. **Inter Textus / Inter Artes / Inter Media**. In: ALETRIA. 2006. Disponível em: <http://www.lettras.ufmg.br/poslit> Acesso em: 20/02/18.

CUNHA LIMA, Edna Lúcia; FERREIRA, Márcia Christina. **Santa Rosa: um Designer a serviço da literatura**. In: CARDOSO, Rafael. O Design brasileiro antes do design: aspectos da história gráfica, 1870-1960. São Paulo: Cosac Naify, 2005. p.197- 232.

GALESSO, Laerte. **A arte de desenhar**. Disponível em: <<http://www.abra.com.br/artigos/14>>. Acesso em: 07/01/2013.

HEIDEGGER, M. **Ser e tempo** (1927), Partes I e II, tradução de Marcia Sá Cavalcante Schuback, Petrópolis: Vozes, 2002.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua Portuguesa**. Elaborado pelo instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2004. p. 2922.

KIERKEGAARD, Soren. **O conceito de angústia**. São Paulo: Hemus, 1968.

KOSSOVITCH, Leon; LAUDANNA, Mayara; RESENDE, Ricardo. **Gravura: arte brasileira do século xx**. São Paulo: Cosac & Naify, 2000.

LISPECTOR, Clarice. **Para não esquecer**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

NASCIMENTO, Maria de Fátima do. **Benedito Nunes: O mundo de Clarice Lispector – Primeiro livro publicado**. In: XI Congresso Internacional da ABRALIC Tessituras, Interações, Convergências. Anais Universidade Federal do Pará, Belém. 2008.

NUNES, Benedito. **Leitura de Clarice Lispector**. São Paulo: Quirón, 1973.

_____, Benedito. **O Mundo de Clarice Lispector**. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, 1966.

READY MADE. In: **Enciclopédia Itaú Cultural**. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/termo5370/ready-made>. Acesso em: 15/03/2018.

RAMOS, Paula Viviane. **Artistas Ilustradores a Editora Globo e a constituição de uma visualidade moderna pela ilustração**. 2007. f. 446. Tese de doutorado em Artes Visuais - Universidade Federal do Rio Grande Do Sul, Porto Alegre.

YUNES, Eliana. **O estudo clariceano da linguagem do sujeito**. Soletras. São Gonçalo-RJ, v. n. 23. p. 29-37, 2012.

TEXTOS DE CRÍTICA DE MÁRIO DE ANDRADE PARA O DIÁRIO NACIONAL EM 1932: UMA DISCUSSÃO SOBRE PERSONAGENS ESQUECIDOS NA HISTÓRIA DA MÚSICA BRASILEIRA

Renata Leticia Marques (PIC, Fundação Araucária)
Unespar/Campus Curitiba II, renata.marques3@outlook.com
André Acastro Egg (Orientador)
Unespar/Campus Curitiba II, andreegg@gmail.com

Palavras-chave: Mário de Andrade. Henrique Oswald. João Gomes Júnior.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho foi estudar os textos de Mário de Andrade no jornal *Diário Nacional*, compreendendo os textos publicados pelo autor no ano 1932.

A importância deste tema se insere nos estudos sobre o pensamento de Mário de Andrade que é extremamente complexo. Apesar de Mário de Andrade ter organizado alguns dos textos do jornal para a publicação do livro *Música Doce Música* (1933), o projeto busca explorar a totalidade dos textos do jornal, já que ali podem estar contidas várias ideias que ampliem nossa visão sobre o autor, chamem a atenção para assuntos esquecidos, além de nos dar uma perspectiva do cenário musical da época. O projeto fez parte de um conjunto de pesquisas sobre o tema desenvolvidas em vários projetos de Iniciação Científica.

O problema que motivou a pesquisa era descobrir se nesses textos do *Diário Nacional* existiam ideias relevantes que possibilitassem a expansão do entendimento do pensamento andradiano assim como abrissem o debate sobre questões pertinentes deste tema.

No decorrer da pesquisa com os textos, chamaram à atenção alguns textos sobre Henrique Oswald e João Gomes Júnior, dois personagens que foram esquecidos na história da música, mas que são elogiados por Mário de Andrade nos textos encontrados. Com base neste interesse, foi desenvolvido este artigo que buscou relacionar textos de Mário de Andrade com outros autores a fim de encontrar pontos divergentes ou convergentes entre eles.

Alguns autores alertam sobre a complexidade das ideias Mário de Andrade, que muitas vezes é deixada de lado, o que acaba provocando um reducionismo em análises de suas obras. Além dos textos de Mário de Andrade dentre as referências utilizadas estão trabalhos sobre ele, Henrique Oswald e João Gomes de Araújo. Estes personagens também são focos de debate neste artigo, chamando a atenção

principalmente pela presença marcante deles nas críticas de Mário de Andrade e certa ausência nas análises históricas de outros autores, sendo deixados de lado na história da música brasileira.

Tratamento metodológico

A pesquisa dos textos no jornal foi complementada e confrontada com o estudo da bibliografia sobre Mário de Andrade. Entre autores que fundamentaram a pesquisa, devemos mencionar Arnaldo Contier e seu artigo “Mário de Andrade e a música brasileira” (CONTIER, 1994), Jorge Coli e o artigo “Mário de Andrade introdução ao pensamento musical” (COLI, 1972), André Botelho e seu livro *De olho em Mário de Andrade* (BOTELHO, 2012), André Egg e o capítulo “A necessidade faz o crítico: Mário de Andrade na música brasileira e a importância do estudo de sua coluna no Diário Nacional” (EGG, 2016). Também foram estudados os livros de Mário de Andrade - *Ensaio sobre a música brasileira* (ANDRADE, 1972), *Macunaíma* (ANDRADE, 1987) e *Música doce música* (ANDRADE, 1976), o estudo de Eduardo Martins sobre Henrique Oswald (MARTINS, 1995) o capítulo “Tendências da Música Brasileira” da *História da música brasileira* de Renato Almeida (ALMEIDA, 1926), e o capítulo “Três compositores de formação europeia” de *História da Música no Brasil* de Vasco Mariz (MARIZ, 2005).

A pesquisa dos textos no jornal *Diário Nacional* foi feita nos exemplares digitalizados disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, com objetivo de identificar os textos de autoria de Mário de Andrade no ano de 1932. No decorrer da pesquisa foram lidos todos os números que compreendem do 1.349 até 1.587, totalizando 238 exemplares, publicados de terça a domingo. Em outubro de 1932 o jornal foi fechado.

Foram identificados 68 textos de autoria de Mário de Andrade, dos quais apenas 32 foram confirmados como de interesse da pesquisa, por reunir características como: textos assinados por Mário de Andrade (normalmente com as iniciais M. de A.) que versaram sobre música. Outros textos foram desconsiderados por não terem autoria identificada, ou por serem de Mário de Andrade mas versarem sobre assuntos como artes visuais, arquitetura, teatro ou literatura.

Depois de identificados os textos foram preenchidas fichas com os seguintes elementos: data, número da edição e da página, link, título da coluna, assinatura, categoria geral, sub categoria, personagens mencionados e seus qualificativos, compositores, obras presentes no texto. Também foi anotado um resumo do texto.

Resultados e discussões

Iniciamos a discussão do artigo apresentando os temas dos textos de Mário de Andrade encontrados nos jornais, permitindo que os resultados gerais sejam conhecidos para em seguida fazermos o enfoque da discussão.

A maioria dos textos de Mário de Andrade encontrados no Diário Nacional durante o ano de 1932 são críticas de concerto. Essas críticas se referem a grupos de madrigal, quarteto, coral, octeto, a maestros e também artistas solo que eram violinistas, pianistas e cantores. Alguns compositores internacionais são citados nos textos: Bach, Beethoven, Mozart, Brahms, Haydn, Debussy, Weber, Schubert e Chopin. Os compositores nacionais também são mencionados: Henrique Oswald, João Gomes Júnior, Francisco Mignone, Villa-Lobos, Padre José Maurício e Alberto Nepomuceno. O trabalho como professor de alguns personagens também é comentado por Mário de Andrade. Os educadores mencionados são Henrique Oswald e João Gomes Júnior. Dentre os diversos artistas que fizeram as performances dos concertos mencionados nos textos estão Camargo Guarnieri, Nair Duarte Nunes, Yolanda Compans, Antonieta Rudge, Liddy Chiaffarelli e outros intérpretes menos conhecidos nos nossos dias.

Mário de Andrade tece alguns comentários sobre a organização dos concertos pela Sociedade de Cultura Artística e a respeito do público nesses espetáculos, falando por vezes sobre seu comportamento, sobre seu contingente ou a relação dele com os concertos e cenário musical. Porém, não só concertos são os temas dos textos, podemos encontrar outro assunto como no texto “O ditador e a música”, que trata da relação de Getúlio Vargas com a música. A Casa Editora Musical Brasileira também é conteúdo principal de um dos textos cujo nome é “Revisões Souza Lima” no qual é elogiada por ter feito uma “interessantíssima revisão em uma série de edições lançadas de obras pianísticas.” Vários são os textos em que Mário de Andrade fala sobre o cenário musical da época no *Diário Nacional*, entre os 68 textos escritos pelo autor 32 foram sobre música – cerca de 47%, o que representa uma parte significativa da produção. Neste artigo iremos focar os comentários de Mário de Andrade sobre dois personagens surgidos em meio às críticas: Henrique Oswald e João Gomes de Araújo.

Mário de Andrade e a música brasileira

Os livros de Mário de Andrade foram pontos de partida para o desenvolvimento das ideias aqui contidas. Com grande relevância não só para esta pesquisa mas para a carreira do crítico, o *Ensaio sobre a Música Brasileira* contém algumas concepções do autor sobre como a música deveria ser para tornar-se

nacional. É importante falar sobre este livro pois é a base da reflexão de muitos autores (nem sempre bem fundamentada) a respeito de Mário de Andrade (EGG, 2016).

No *Ensaio* é feita uma análise da música folclórica brasileira e de cada um dos seus aspectos individualmente, apontando quais são suas principais características. Mário de Andrade acredita que elas apontam os rumos para o que os compositores eruditos brasileiros deveriam produzir. Apesar desta busca de propriedades frequentes na música, o autor fala sobre os prejuízos da obsessão pelo característico pois perde-se o interesse pela obra nacional completa e foca-se em encontrar apenas elementos muito “caricatos”, sendo semelhante a busca europeia pelo “exótico americano”. Ou seja, é preciso estar atento ao que Mário de Andrade fala pois ele busca os aspectos comuns e ao mesmo tempo fala sobre a delicadeza de fazê-lo. Esse é um dos pontos em que podemos contemplar a complexidade do pensamento do autor.

Mário de Andrade expôs uma ideia “evolutiva” principalmente no *Ensaio sobre a música brasileira* onde dizia que a música de cada país deve passar por etapas até atingir o ápice de sua grandeza, em que todos os artistas fazem arte desinteressada e ainda assim nacional. Arnaldo Contier em seu artigo “Mário de Andrade e a música brasileira” (1994) traz a visão da obra andradiana mostrando sua relação com outros escritores inclusive Renato Almeida, um dos autores que aparecem nas principais reflexões geradas nesse trabalho.

Mário de Andrade pensava o Brasil sob esta ótica da produção musical em que o momento final do processo de nacionalização da música seria quando o conceito de brasilidade ficaria totalmente fixado. Nessa etapa, sendo um compositor parte do meio social brasileiro significaria que produziria música nacional. Para Mário de Andrade, o país na década de 1920 encontrava-se numa fase primitiva de construção de identidade, porque após a independência de 1822, que foi um duro golpe das elites no povo, o romantismo despertara nos brasileiros um sentimento de “brasilidade” surgindo ali um momento propício da cultura brasileira para o desenvolvimento da música nacional (CONTIER,1994). Para que isso acontecesse as obras dos artistas deveriam ser interessadas, buscando inspiração na música popular para que se desenvolvesse a arte nacional. O termo música popular tinha sentido diferente na época – a música popular atual, relacionada com a indústria fonográfica é o que Mário de Andrade chamava de “popularesca”. Tanto os gênios quanto os artistas comuns deveriam participar desse processo. Para Mário de Andrade, vale mais um artista comum que componha música nacional do que um gênio que utilize tendências ultrapassadas ou externas e acabará sendo apenas mais um.

Mário de Andrade defende no *Ensaio sobre a música brasileira* a necessidade de mudar os parâmetros de avaliação da arte, pois antes do século XX analisava-se a música brasileira baseado em conceitos europeus. No processo de desenvolvimento da cultura nacional seria preciso avaliar segundo os

critérios da própria, pois é impossível desenvolver uma música genuinamente brasileira utilizando a estética europeia para analisá-la.

Mário de Andrade fala sobre o quanto desconhecemos a música popular brasileira. Afirma que, quando existem partituras, as versões são variadíssimas. Entretanto, é preciso reconhecer a vastidão e beleza da construção musical popular. A música brasileira possui um vasto repertório de rítmicas características como o quaternário gaúcho, o binário composto nordestino e etc; O modernista acredita que o trabalho de campo seja um grande aliado na busca pela música brasileira. Por essa ideia, Mário passou sua vida fazendo viagens pelo Brasil, estas que estão entre suas principais fontes de pesquisa para desenvolvimento de suas obras como crítico musical e escritor. Segundo Botelho “foi movido por suas reminiscências de leitura ou sua consciência sensível ou poética que Mário de Andrade fez suas viagens pelo Brasil.” E apesar dessas viagens terem sido um contato direto com a música brasileira que proporcionava grandes descobertas a ele,

a própria contraposição usual entre o conhecimento direto que uma viagem pode propiciar e o indireto por meio de leituras ou experiências alheias não se sustenta muito facilmente em relação a Mário de Andrade. Ou seja, nele, as viagens e as leituras, que também são um tipo especial de viagem, pois envolvem deslocamentos de toda sorte, podem ser partes de uma mesma experiência de descoberta intelectual e sentimental do Brasil. (BOTELHO, 2012, p. 77)

Apesar de reconhecer a importância das viagens para desenvolver o conhecimento, Mário de Andrade também achava covarde o argumento baseado apenas no fato de já ter estado lá, como diz ser comum entre seus amigos que já visitaram a Europa, confessando já ter utilizado esta fala com relação a suas próprias viagens.

Voltando ao *Ensaio sobre a música brasileira*, no presente trabalho cabe atentar para as características musicais que ele aponta no livro, deduzidas a partir de melodias coletadas por outros pesquisadores. Ressalta no ritmo principalmente a prosódia, onde (assim como os gregos) a métrica da palavra é sua base, fazendo surgir assim uma “rítmica musical livre” que alguns chamam de sincopada. Na melodia o autor identifica a incidência frequente de alguns intervalos e fórmulas. Como por exemplo melodias descendentes, intervalos de nona (lundu), sétima e oitava (cantiga praceana) e saltos de terça rebatidos (modas caboclas). Outra tendência é a de terminar a canção na terça ou quinta e não na tônica. É importante destacar novamente que para o próprio Mário o caracterismo excessivo deve ser evitado para que a música não empobrecesse.

Apontando as características que acreditava deverem ser norteadoras aos compositores, o próprio Mário de Andrade não compunha, exceto pela peça Viola Quebrada. Em um de seus textos de 1932 para o Diário Nacional, o de 19 de março “Instrução Artística do Brasil” ele comenta sobre a obra e seu feito

como compositor: “Antes de mais nada: os compositores que fiquem sossegados. Não principiem me chamando de quanto nome-feio sabem, nem me tomem por compositor. Não sou compositor não e nem venho disputar o pôsto de ninguém.” A literatura era sua arte de destaque. Nesse contexto, o livro *Macunaíma* foi importante para o desenvolvimento das ideias do projeto porque nele foram aplicadas as ideias que Mário tinha sobre o que é fazer algo brasileiro. As ideias utilizadas para desenvolver *Macunaíma* foram tiradas de suas viagens, além das pesquisas do antropólogo alemão Koch-Grünberd que coletou lendas amazônicas. Apesar de ser uma narrativa fantástica, a leitura do livro expandiu o entendimento do que era o projeto modernista para ele. O autor utiliza elementos folclóricos no cenário, fala, figurino, características dos personagens e da narração e assim ilustra o que acreditava ser genuinamente brasileiro, aquilo que deveria ser usado em todas as artes.

A complexidade de Mário de Andrade

Em alguns momentos de análise dos textos para o *Diário Nacional* e outras obras de Mário de Andrade a multiplicidade do pensamento andradiano pode ser contemplada. No artigo “Mário de Andrade: introdução ao pensamento musical”, Jorge Coli (1992) fala desta complexidade do pensamento andradiano: “Noções eram formuladas, exigiam outras que se acrescentavam, ou por vezes retificavam as anteriores; o todo, com o passar do tempo, irá se revelando mais rico, mais complexo”. Por isso acreditava na importância de se fazer um estudo analítico que organize todas as produções do modernista

[...]Mário, por motivos precisos, não pensou jamais em fazer uma obra que contivesse as premissas, os axiomas e o desenvolvimento de uma estética musical. E assim, da mesma maneira que em arqueologia “toutes les brigues sont bonnes”, cada pequeno escrito sobre a música, cada crítica corriqueira de concerto, pode trazer um elemento importante, uma noção nova. Percebe-se facilmente então, a importância da existência organizada desse material e a dificuldade de um estudo construído na ausência dessa organização mesma. (COLI, 1992, p. 111)

O autor, portanto, nos auxilia a justificar a realização deste trabalho de pesquisa no jornal: já que Mário de Andrade tinha uma variedade de ideias, é importante que toda sua produção seja analisada.

Coli ressalta que o pensamento do modernista, apesar de se contradizer algumas vezes, o faz por se tratar de um crítico que não se conforma com nada. O autor diz que essas contradições de Mário de Andrade não tiram em nada a credibilidade das problemáticas que ele apontava já naquela época.

André Egg falando sobre as análises simplistas sobre Mário “Entre os estudantes de música o Brasil existiu durante muito tempo uma sobrerrepresentação de uma corrente marioandradiana, de uma maneira bastante reducionista em relação ao pensamento original e complexo do autor.”. Em seu artigo “A necessidade faz o crítico” do livro *Música, cultura e sociedade* (2016) Egg fala sobre o trabalho de

Antonio Guerreiro de Faria Jr: *Guerra Peixe: sua evolução estilística a luz das teses andradianas*, em que apesar de ser desenvolvido em cima do pensamento de Mário de Andrade, o autor utiliza apenas 6 linhas do pensamento do modernista para fazê-lo.

Mário de Andrade e Renato Almeida

Um autor que trocou uma vasta correspondência com Mário discutindo o cenário e a música brasileira foi Renato Almeida. Ele escreveu o livro *História da música brasileira* (1926) o qual recebeu algumas críticas de Mário de Andrade. Porém, conforme Contier, as divergências do pensamento de Renato Almeida e Mário

eram muito pontuais, sem nenhum confronto teórico-metodológico ou político, de uma natureza polêmica ou contundente. Por essa razão, os “erros” apontados por Mário de Andrade na marginalia da primeira edição da *História da música brasileira*, de Renato Almeida (1926), restringiam-se a “informações” incompletas ou análises muito “fechadas” em torno da “riqueza” singular da musicalidade do “povo brasileiro”. (CONTIER, 1994, p. 35)

Apesar das divergências de Mário de Andrade e Renato Almeida serem pontuais, elas são fundamentais para a próxima análise do presente artigo já que esta gira em torno da relação entre os autores.

Henrique Oswald nas críticas modernistas

Os textos do Diário Nacional ampliam nosso entendimento de Mário de Andrade. Um dos compositores cuja análise das críticas que tratam dele demonstra isso é Henrique Oswald. No livro de Vasco Mariz *História da Música no Brasil* (2005) ele fala sobre o compositor criticando a forma como foi tratado no livro de Renato Almeida (1926) e atribuindo a dureza do escritor com Oswald à influência de Mário de Andrade sobre ele

Talvez aqui seja o lugar de reavaliar um pouco o que é, ou deva ser considerado, um músico brasileiro. Renato Almeida obviamente estava influenciado por seu mestre e amigo Mário de Andrade, cuja personalidade presidiu, gigantesca, sobre a sua geração de músicos. Para ele, tudo o que não cheirava à terra brasileira não tinha o menor interesse. (MARIZ, 2005, p. 105)

No texto “Quarteto Brasil” publicado no Diário Nacional de 28 de fevereiro encontrado nesta pesquisa Mário de Andrade fala sobre a obra “Serrana” de Henrique Oswald:

Não se contesta que Henrique Oswald deformava enormemente os elementos brasileiros de que alguma rara vez se serviu pra construir as suas obras. Porém essa deformação indiscutível que tirava completamente o carácter nacional desses elementos, era ao mesmo tempo uma conformação tão hábil, quasi que a gente pode falar, tão necessaria desses elementos á delicadíssima personalidade do grande compositor, que as obras nacionalizantes dele são sempre delicias de invenção e de beleza musical.

Entre esses dois textos percebe-se uma incompatibilidade sobre o pensamento de Mário de Andrade. É interessante observar que ele aportuguesava a escrita de certos nomes – por isso chama Oswald de Osvaldo. Ainda no mesmo texto ele fala: “a qualidade da invenção, a graça admirável com que as linhas dos três instrumentos se entrelaçam, a leveza requintadamente simples da harmonia, fogem desta “Serrana” tão pouco silvestre, uma das mais preciosas joias da música de câmara nacional.” Vasco Mariz (2005) resume Mário de Andrade a um autor que não considera importante aquilo que não é brasileiro. Aqui temos um exemplo de um livro de grande nome da história da música brasileira que faz uma análise reducionista do modernista.

Com certeza Mário de Andrade prezava pela construção de uma identidade nacional, tanto é que suas críticas à Henrique Oswald são em relação ao seu papel social na construção da brasilidade, porém não questiona a qualidade de sua obra, inclusive nas menções que aparecem no livro *Música Doce Música*, publicação que serviu de referência para o comentário de Vasco Mariz. Mário de Andrade afirma, inclusive, que esses compositores, por mais que não possuíssem função social na construção da identidade brasileira, não deixavam de ser arte brasileira: “O Brasil será o que todos nós fizemos dele, até esses poetas e músicos ensimesmados. Doi confessar: mas até eles são a expressão artística do Brasil.”

Henrique Oswald é citado também como professor no texto de 31 de maio de 1932, quando Mário de Andrade fala sobre um concerto de Mariazinha Alves que foi aluna de Oswald, menciona o prêmio de piano do Instituto Nacional de Música que ela ganhou e diz “Pelo que ela demonstrou no seu recital de anteontem, esse foi um premio bem merecido e a jovem recitalista não desdoura a escola de quem foi, além de grandíssimo compositor, excelente mestre de piano.”. Portanto, o papel social de Oswald é reconhecido nas falas de Mário de Andrade não só como compositor mas como professor.

João Gomes Júnior no *Diário Nacional* e em outros trabalhos

João Gomes Júnior que é outro compositor e pedagogo esquecido na música brasileira é comentado por Mário. Ele fala sobre o esquecimento injusto de João Gomes que se situa em uma “geração infeliz”, não pertencente nem à velha guarda mas também “não é bem um novo”. “Em nosso

meio João Gomes Júnior merece uma posição de mais destaque, e si a obra que vai produzindo é bastante irregular e cheia de altos e baixos, é certo que existem nela páginas de legítimo valor.” O compositor é citado no livro de Vasco Mariz (2005) como um “compositor menor”, aparecendo brevemente o nome de duas de suas óperas.

Não só na história da música brasileira João Gomes é esquecido como na história da educação musical brasileira. Em outra passagem do mesmo texto, Mário de Andrade fala sobre seu trabalho nas escolas de São Paulo:

E não apenas como compositor João Gomes Júnior merece maior destaque como ainda por causa da sua atuação musical nas escolas do Estado. Foi dos que introduziu métodos novos, e, com intenção didática, tem produzido uma copiosíssima coleção de corais, onde há realmente muita coisa que respigar. Foi certamente João Gomes Júnior até agora quem mais fez para a musicalização dos nossos meios escolares.

Dos livros mais importantes de pedagogia musical brasileira, um dos únicos que menciona seu nome é o *Pedagogias brasileiras em Educação Musical* (MATEIRO e ILARI, 2011). A menção aparece no capítulo “Antecedentes: o início do canto orfeônico no Brasil”, afirmando que foi Gomes Júnior o responsável por introduzi-lo no Brasil por volta de 1912. A tese mais completa encontrada falando sobre esse momento da história da educação musical é a de Renato de Souza Porto Gillioli (2003): *“Civilizando” pela música: a pedagogia do canto orfeônico na Escola Paulista da Primeira República (1910-1930)* que trata sobre o início do canto orfeônico no Brasil e da pedagogia em que Gomes Júnior foi um dos idealizadores. José Nunes Fernandes faz uma breve citação ao pedagogo e compositor em seu artigo “Caracterização da Didática” (2001), em um trecho onde lista seu nome entre o de Gazzi de Sá, Villa-Lobos e Sá Pereira como os criadores das propostas pedagógicas responsáveis pelo momento de renovação do ensino musical no Brasil no início do século XX.

Gomes Júnior inclusive traz em seu livro em parceria com Carlos A. Gomes Cardim *O Ensino da música pelo Método Analytico* a ilustração de uma manossolfã com uma posição de mãos diferente da que foi feita por Kodaly. A de Gomes Júnior ainda se diferencia da do pedagogo húngaro pois apresenta inclusive gestos que determinam intensidade de notas, sustenidos e bemóis. No meio acadêmico da licenciatura em música, se ouve muito falar sobre Kodaly, mas não sobre o brasileiro Gomes Júnior.

A tese de Gillioli traz uma análise interessante, mas ainda há muito o que pesquisar especificamente sobre Gomes Júnior. Enquanto Villa-Lobos, famoso pelo canto orfeônico, é constantemente lembrado quando se fala em educação musical brasileira e possui diversas obras a seu respeito, quando indaguei alguns professores do curso de Licenciatura em Música sobre João Gomes Júnior, poucos souberam quem era. É difícil indicar todos os fatores responsáveis por deixar um dos pedagogos inovadores que introduziu o canto orfeônico no Brasil em segundo plano. Porém a falta de

pesquisas sobre ele com certeza é um dos problemas que acentuam esse esquecimento. Sua obra é de difícil acesso, além de pouco divulgada.

Esses dois personagens encontrados nos textos do Diário Nacional de 1932 demonstram que há muito a ser estudado sobre o pensamento de Mário de Andrade, pois isso pode contribuir com o que sabemos sobre a história do Brasil. Os livros que tratam da história da música no Brasil tenderam a colocar determinados personagens em holofotes enquanto outros permaneceram esquecidos, em uma relação de “importante” e “não importante”. Sem o surgimento de novas pesquisas e estudos, a tendência é que os personagens aqui citados (inclusive o próprio Mário de Andrade) permaneçam esquecidos ou cada vez mais resumidos em uma linha ou palavra. A pesquisa nesse contexto é importante para formulação de análises mais profundas e evitar o risco de interpretações.

CONCLUSÕES

A presente pesquisa buscou demonstrar a importância de análises mais completas para evitar que personagens sejam esquecidos ou mal interpretados. Durante a pesquisa, pude perceber que tudo aquilo que lemos deve ser checado e estudado conforme várias fontes, pois é importante que ensaios mais amplos sejam feitos. Este trabalho buscou expandir o entendimento sobre Mário de Andrade e organizar seus textos que permaneciam sem estudo auxiliando nessa busca de fazer com que a complexidade do autor não fique de lado quando realizadas análises e com isso o reducionismo seja evitado.

Esses textos sem dúvida demonstraram que ainda há muito o que ser investigado não só sobre o autor como também outros personagens. Henrique Oswald foi sendo deixado de lado na história apesar de ser um grande compositor e professor. João Gomes Júnior é esquecido também não apenas como compositor mas como professor em livros de pedagogia apesar de ter sido um dos mentores do canto orfeônico no Brasil. Ainda há um campo a ser explorado em futuras pesquisas nos textos de Mário de Andrade para o Diário Nacional mas também em Oswald e Gomes Júnior.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Renato. *História da música brasileira*. 1ª ed. Rio de Janeiro: F. Briguiet, 1926.

_____. *História da música brasileira*. 2ª ed. Rio de Janeiro: F. Briguiet, 1942.

ANDRADE, Mário de. *Ensaio sobre a música brasileira*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2006. [1928].

_____. *Música, doce música*. São Paulo: Martins, 1976.

- _____. *Macunaíma: o herói sem nenhum caráter*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.
- BOTELHO, André. *De olho em Mário de Andrade: uma descoberta intelectual e sentimental do Brasil*. São Paulo: Claro Enigma, 2012.
- CARDIM, Carlos A. Gomes. JÚNIOR, João Gomes. *O Ensino da Música pelo methodo analytico*. 4ª ed. São Paulo: Augusto Siqueira & C, 1919.
- COLI, Jorge Sidney. “Mário de Andrade: Introdução ao pensamento musical.” *Revista do IEB*. nº 12, 1972. p. 111-136.
- CONTIER, Arnaldo Daraya. “Mário de Andrade e a Música Brasileira.” *Revista Música*, n. 1, Maio de 1994. p. 33 – 47.
- EGG, André. “A necessidade faz o crítico.” In: *Música, Cultura e Sociedade: dilemas do moderno*, Curitiba: CRV, 2016.
- FERNANDES, José Nunes. “A caracterização da Didática Musical.” *Debates UNIRIO*, nº4, 2001. p. 49-74.
- GILIOLI, R de S.P.- “*Civilizando pela música*”: a pedagogia do canto orfeônico na escola paulista da primeira república (1910-1930). Dissertação de Mestrado em Educação, FE-USP, 2003.
- ILARI, Beatriz. MATEIRO, Teresa. “Antecedentes: o início do canto orfeônico no Brasil.” In: *Pedagogias Brasileiras em Educação Musical*. Curitiba: Ibpe, 2011.
- JUNIOR, João Gomes. *Aulas de Música*. São Paulo: Editora Monteiro Lobato, 1925.
- _____. *Orpheon Escolar*. São Paulo: Melhoramentos, 1922.
- MARIZ, Vasco. *História da Música no Brasil*. 6. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.
- MARTINS, José Eduardo. *Henrique Oswald: Personagem de uma Saga Romântica*. São Paulo: EDUSP, 1995.

MUSICOTERAPIA E CRIANÇAS SURDAS COM IMPLANTE COCLEAR (IC): INVESTIGAÇÃO DA PERCEPÇÃO MUSICAL

Roberto A. Corrêa Reinert (PIC, Fundação Araucária)
Unespar/Campus Curitiba II, roberto.reinert@hotmail.com

Noemi N. Ansay (Orientador), noemiansay@gmail.com
Unespar/Campus Curitiba II

Palavras-chave: Musicoterapia. Implante Coclear. Percepção Musical.

INTRODUÇÃO

Este trabalho teve por objetivo realizar uma investigação sobre as habilidades da percepção musical (intensidade, duração, altura, timbre) de crianças usuárias de implante coclear (IC) em atendimentos de musicoterapia. As bases de dados utilizadas para a pesquisa foram o Diretório de Periódicos da CAPES, a Revista Brasileira de Musicoterapia e os Anais do 15º Congresso Mundial de Musicoterapia. Além disso, foram também realizados dez atendimentos de musicoterapia com uma criança usuária de implante coclear.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), atualmente 360 milhões de pessoas no mundo sofrem de algum tipo de surdez, dentre elas 32 milhões são crianças²⁴³ (OMS, 2017). Apenas no Brasil, segundo o último censo de 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 7,6 milhões de brasileiros possuem deficiência auditiva. Deste total, cerca de 1,8 milhões possuem deficiência auditiva severa²⁴⁴ (IBGE, 2010)²⁴⁵

Pessoas com surdez de grau severo ou profundo, neurosensorial, bilateral, são possíveis candidatos ao uso do implante coclear, visando a reabilitação da função auditiva. O implante coclear multicanal é uma prótese computadorizada, inserida cirurgicamente no ouvido interno, que substitui parcialmente as funções da cóclea, transformando ondas sonoras mecânicas em sinais elétricos. Estes

243 Disponível em: <https://nacoesunidas.org/oms-11-bilhao-de-pessoas-podem-ter-perdas-auditivas-porque-escutam-musica-alta/>. Acesso em 30/10/2018

244 Deficiência auditiva leve, mostra uma perda auditiva de 25 a 40 dB, uma deficiência auditiva média ou moderada mostra uma perda auditiva de 40 a 65 dB, uma deficiência severa, mostra uma perda de 65 a 90 dB e uma deficiência profunda, mostra uma perda superior a 90 dB. (BOONE; PLANTE, 1994).

245 Disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf. Acesso em 22/06/2019.

sinais são codificados e enviados ao córtex cerebral onde são processados e interpretados. Este tipo de implante é conhecido popularmente como "ouvido biônico." (CAPOVILLA, 1998). No Brasil, desde a década de 90, é possível realizar a cirurgia de implante coclear através do Sistema Único de Saúde (SUS). De acordo o Ministério da Saúde há 18 centros que realizam esse tipo de cirurgia, sendo um deles no Paraná²⁴⁶.

No caso de crianças ou adultos que passam por esta cirurgia, se faz necessário um trabalho intenso de terapia fonoaudiológica, entre outras, neste sentido, a Musicoterapia, pode ser de grande auxílio nos primeiros contatos da pessoa com o mundo sonoro e através dela, pode-se melhorar as nuances da fala e as habilidades da percepção musical.

A Musicoterapia utiliza a música como forma de intervenção e se apoia nas experiências musicais como agente, meio e efeito de transformação. As experiências musicais se originam da relação que o paciente estabelece com a música e o fazer musical. Tais experiências podem se classificar como intrapessoal, intramusical, interpessoal, intermusical e sócio-cultural, e conforme Bruscia (2000, p.25) estes diferentes tipos de experiência musical permitem ao paciente “desenvolver relações multifacetadas internas do self e entre este e seus vários universos”.

Nas experiências musicais, a música ocupa um importante lugar para a aquisição auditiva, seja dentro dos padrões rítmicos – relacionados ao ritmo da fala; do contorno melódico – relacionado à entonação da fala; e, percepções de altura, intensidade, duração, frequência – importantes no processo de ouvir e falar. (PEREIRA; CHAVES, 2013).

A música apresenta elementos importantes que se cruzam com as necessidades de aquisição auditiva, seja dentro dos padrões rítmicos – relacionados ao ritmo da fala; do contorno melódico – relacionado à entonação da fala; e, percepções de altura, intensidade, duração, frequência – importantes no processo de ouvir e falar. (PEREIRA; CHAVES, 2013, p.78).

Crianças que fazem uso de implante coclear e que passam por práticas de musicoterapia em sua reabilitação auditiva apresentam uma melhora na aquisição das habilidades auditivas, na vocalização e também uma tentativa mais precisa de articulação de palavras (PEREIRA; CHAVES, 2013).

MATERIAIS E MÉTODOS

4 Disponível em http://cnes2.datasus.gov.br/Mod_Ind_Habilitacoes_Listar.asp?VTipo=0301&VListar=1&VEstado=00&VMun=&VComp=&VContador=18&VTitulo=H. Acesso em 22/03/2019.

Para construção dos dados da pesquisa, foi realizada uma revisão bibliográfica. Os critérios de inclusão foram: trabalhos que fizessem uma relação entre musicoterapia, música, crianças, implante coclear e percepção musical, trabalhos dentro do período de 2008 a 2018 e textos que estivessem nas bases de dados selecionadas. Os descritores utilizados foram: Musicoterapia, Implante Coclear, Crianças e Percepção Musical ou na língua inglesa *Music Therapy, Children, Cochlear Implant and Music Perception*. Foram consideradas para seleção o título, resumo ou palavras-chaves, conforme mostra o QUADRO 1:

Tabela 1 – Total de artigos encontrados com os descritores

DESCRITOR E PALAVRAS CHAVES	BASE DE DADOS	NÚMERO DE ARTIGOS
<i>Music Therapy / Children / Cochlear Implant / Music Perception</i> Musicoterapia / Criança / Implante Coclear / Percepção Musical	Periódicos da Capes	16
<i>Music Therapy / Children / Cochlear Implant / Music Perception</i> Musicoterapia / Criança / Implante Coclear / Percepção Musical	Revista Brasileira de Musicoterapia	2
<i>Music Therapy / Children / Cochlear Implant / Music Perception</i> Musicoterapia / Criança / Implante Coclear / Percepção Musical	Anais do Quinto Mundial de Musicoterapia	3
TOTAL DOS TEXTOS		21

Fonte: Periódicos da CAPES, Revista Brasileira de Musicoterapia e Anais do Décimo Quinto Mundial de Musicoterapia.

Abaixo temos na Tabela 2, a relação dos artigos selecionados para leitura:

Tabela 2 – Artigos encontrados com os descritores

Título	Autores	Ano	Base de Dados
<i>I-Development of a Clinical Test of</i>	Jaclyn B. Spitzer,	2008	Capes

<i>Musical Perception: Appreciation of Music in Cochlear Implantees (AMICI)</i>	Dean Mancuso, Min-Yu Cheng		
<i>2-The family oriented musical training for children with cochlear implants: Speech and musical perception results of two year follow-up</i>	Esra Yucel, Gonca Sennaroglu, Erol Belgin	2009	Capes
<i>3-Reestablishing Speech Understanding through Musical Ear Training after Cochlear Implantation A Study of the Potential Cortical Plasticity in the Brain</i>	Bjørn Petersen, Malene V. Mortensen, Albert Gjedde,a,d and Peter Vuusta	2009	Capes
<i>4-The family oriented musical training for children with cochlear implants: Speech and musical perception results of two year follow-up</i>	Esra Yucel, Gonca Sennaroglu, Erol Belgin	2009	Capes
<i>5-Effect of cochlear implants on children's perception and production of speech prosody</i>	Takayuki Nakata, Sandra E. Trehub, Yukihiro Kanda	2012	Capes
<i>6-Children using cochlear implants capitalize on acoustical hearing for music perception</i>	Talar Hopyan, Isabelle Peretz, Lisa P. Chan, Blake C. Papsin, Karen A. Gordon	2012	Capes
<i>7-Music Perception in Cochlear Implant Users</i>	Patrick J. Donnelly, Charles J. Limb	2012	Capes
<i>8-A Música como agente facilitador no processo da reabilitação auditiva: Transdisciplinaridade entre Musicoterapia e Fonoaudiologia</i>	Gláucia Tomaz Marques Pereira, Larissa Aparecida Teixeira Chaves	2013	Revista Brasileira de Musicoterapia
<i>9-Musicoterapia en niños con implante coclear</i>	Yina Quique Buitrago	2014	Capes
<i>10-Emotional Perception of Music in Children with Unilateral Cochlear</i>	Sareh Shirvani, Zahra Jafari, Abdolreza	2014	Capes

<i>Implants</i>	Sheibanizadeh, Masoud Motasaddi Zarandy, Shohre Jalaie		
11-A Aplicação Terapêutica da Música no tratamento de pessoas com Implante Coclear (IC): Uma Revisão Sistemática	André Brandalise	2015	Revista Brasileira de Musicoterapia
12-Musical training software for children with cochlear implants	W. Di Nardo, L. Schinaia, R. Anzivino, E. De Corso, A. Ciacciarelli, G. Paludetti	2015	Capes
13-Association of Music Recognition And Speech Perception in Children With Bilateral Cochlear Implants	Yukihiko Kanda	2017	15º Mundial de Musicoterapia
14-Music Therapy And Auditory Habilitation For A Deaf Child With The Severe Inner Ear Anomaly Using Her Cochlear Implants	Yukihiko Kanda	2017	15º Mundial de Musicoterapia
15-Supporting Musical Activities For Hearing Impaired Children Who Are Cochlear Implant Recipients	Yuji Matsumoto, Noriko Maruyama	2017	15º Mundial de Musicoterapia
16-Comparison of Two Music Training Approaches on Music and Speech Perception in Cochlear Implant Users	Christina D. Fuller, John J. Galvin III, Bert Maat, Deniz Ba,skent, Rolien H. Free	2017	Capes
17-Benefits of Music Training for Perception of Emotional Speech Prosody in Deaf Children With Cochlear Implants	Arla Good, Karen A. Gordon, Blake C. Papsin, Gabe Nespoli, Talar Hopyan, Isabelle Peretz, Frank A. Russo	2017	Capes
18-Using Music Therapy in (Re)	Samia E Bassiouny,	2017	Capes

<i>Habilitation of Prelingual Deaf Cochlear Implant Children</i>	Marwa M Saleh, Dina AE Elrefaie, Mary S Girgis		
<i>19-Music Training Can Improve Music and Speech Perception in Pediatric Mandarin-Speaking Cochlear Implant Users</i>	Xiaoting Cheng, Yangwenyi Liu, Yilai Shu, Duo-Duo Tao, Bing Wang, Yasheng Yuan, John J. Galvin, III, Qian-Jie Fu, and Bing Chen1	2017	Capes
<i>20-The Benefits of Residual Hair Cell Function for Speech and Music Perception in Pediatric Bimodal Cochlear Implant Listeners</i>	Xiaoting Cheng, Yangwenyi Liu, Bing Wang, Yasheng Yuan, John J. Galvin III, Qian-Jie Fu, Yilai Shu, Bing Chen	2017	Capes
<i>21- Auditory Event-Related Potentials Associated With Music Perception in Cochlear Implant Users</i>	Andréanne Sharp, Audrey Delcenserie, François Champoux	2018	Capes

Fonte: Periódicos da CAPES, Revista Brasileira de Musicoterapia e Anais do Décimo Quinto Mundial de Musicoterapia.

Além da revisão bibliográfica, foram também realizados dez atendimentos de musicoterapia com uma criança usuária de implante coclear. Tais atendimentos se deram de forma semanal com duração de 50 minutos e aconteceram na Escola Estadual Guilherme Eduardo Jacobucci no período de 19 de março a 21 de maio de 2019. A criança²⁴⁷ que participou da pesquisa é do sexo feminino, cinco anos de idade, e quando os atendimentos começaram fazia uso do implante coclear há sete meses e ainda não havia realizado o primeiro mapeamento do implante coclear. A participante foi diagnosticada com uma surdez

247 O critério adotado foi a criança com a cirurgia mais recente de IC.

congenita tendo perda auditiva de grau severo. O diagnóstico se deu logo após o nascimento, através do exame BERA²⁴⁸. Os atendimentos foram registrados em vídeo.

A metodologia de intervenção musicoterapêutica utilizou as quatro experiências musicais: de improvisação, recriação, composição e audição, descritas por Bruscia (2016, p. 125).

Na música existem quatro tipos de experiências distintas: improvisar, recriar (ou executar), compor e ouvir. Cada um desses tipos de experiência musical tem suas próprias e únicas características, e cada uma é definida por seus próprios processos específicos de envolvimento. Cada tipo envolve um conjunto diferente de comportamentos sensório-motores, requer diferentes tipos de habilidades perceptivas e cognitivas, evoca diferentes tipos de emoções e provoca diferentes processos interpessoais. Devido a isto, cada tipo também tem seus próprios potenciais e aplicações terapêuticas. Assim, por exemplo, ouvir música tem determinados potenciais e usos terapêuticos que são diferentes daqueles da improvisação; de forma similar, a improvisação tem aplicações e potenciais diferentes daqueles envolvidos na execução de uma obra composta.

A pesquisa foi submetida e aprovada pelo comitê de ética (04237018.4.0000.0094), e os responsáveis pela participante assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido autorizando a participação e uso da imagem da criança na pesquisa. Também enviamos um questionário para a família (Ficha Musicoterapêutica), com o objetivo de conhecer a história musical da participante, e também realizamos um contato telefônico com a fonoaudióloga.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Quanto a revisão bibliográfica os achados mostram que a maioria dos trabalhos são de cunho quantitativo, sendo que apenas 4 dos 21, dizem respeito à Musicoterapia (BUITRAGO, 2014; PEREIRA E CHAVES, 2013; BASSIOUNY, SALEH, ELREFAIE e GIRGIS, 2017; KANDA, 2017), os demais se dividem em 1 uma revisão sistemática sobre a aplicação terapêutica da Música (BRANDALISE, 2015), 1 artigo descreve a criação de um teste para percepção e apreciação musical para pessoa com IC (SPITZER, MANCUSO e CHENG, 2008); 8 relacionam os benefícios do uso da música para a fala (SHARP, DEELCENSERIE E CHAMPOUX, 2018; CHENG et al, 2017; FULLER et al, 2017; GOOD et al, 2017; KANDA, 2017; NAKATA, TREHUB E KANDA, 2012; PETERSEN, et al. 2009; YUCEL, et al 2009);

248 O exame BERA (Brainstem Evoked Response Audiometry) tem o objetivo de examinar a integridade das vias auditivas, desde a orelha interna até o córtex cerebral. Com base neste exame, é possível determinar se existe ou não perda auditiva, e caso haja, se ela está relacionada com lesões na cóclea, no nervo auditivo ou no tronco encefálico.

Quanto aos atendimentos, foi criado pelos pesquisadores um protocolo de observação/avaliação (Tabela 3) a fim de verificar requisitos da percepção musical a partir dos itens: detecção do som; discriminação de sons; reconhecimento (identificação) e compreensão sonora da fala, execução musical ou canto. No protocolo os itens assinalados com “S” demonstram sinal positivo, “N” para sinal negativo, “---” para algo que não pôde ser analisado ou inconclusivo e “D.I.” para “Demonstrou Interesse”.

Durante os atendimentos a participante apresentou labilidade de humor, o que fazia com que ela demorasse para engajar nas propostas dos musicoterapeutas. Apesar disso, a participante demonstrou grande interesse na exploração dos instrumentos que estavam disponíveis a ela. No setting estavam disponíveis instrumentos melódicos, percussivos e harmônicos.

Tabela 3: Protocolo de observação/avaliação dos atendimentos

Detecção dos sons (presença e ausência de sons)	1°	2°	3°	4°	5°	6°	7°	8°	9°	10°
Voz Humana	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S
Sons de animais	---	S	---	---	---	---	---	---	---	---
Sons de objetos	S	S	---	S	---	---	---	---	---	---
Sons da natureza	---	---	S	---	---	---	---	---	---	---
Instrumentos de percussão	S	S	S	S	---	S	S	S	S	---
Instrumentos de sopro	S	S	S	S	---	S	---	S	S	S
Instrumentos harmônicos	N	N	N	N	---	---	N	N	N	N

Discriminação dos Sons	1°	2°	3°	4°	5°	6°	7°	8°	9°	10°
Voz cantada e falada	---	----	---	S	S	S	S	S	S	S
Duração: Batidas rápidas e lentas	S	S	S	S	---	S	S	S	S	S
Timbre: Diferença entre os instrumentos musicais	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S
Intensidade: Sons fortes e fracos	---	S	S	S	---	---	S	S	---	---
Altura: Sons graves e agudos	---	S	S	S	---	S	---	---	S	S

Reconhecimento dos sons	1°	2°	3°	4°	5°	6°	7°	8°	9°	10°
Reconhecer seu nome, nomes conhecidos de forma falada	---	---	S	S	S	S	S	S	S	S
Reconhecer seu nome, nomes conhecidos de forma cantada	---	---	---	S	---	S	S	S	S	S
Reconhecimento de palavras	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S

Reconhecimento de frases	---	---	---	S	S	S	S	S	S	S
Reconhecimento de canções	---	---	D.I.	D.I.	D.I.	D.I.	D.I.	D.I.	D.I.	D.I.

Compreensão dos sons	1°	2°	3°	4°	5°	6°	7°	8°	9°	10°
Compreender comandos simples falados	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S
Compreender comandos cantados	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
Música Instrumental	---	---	S	S	S	S	S	---	---	---
Célula rítmica: Binário/Ternário	---	---	S	S	S	S	---	S	S	S
Linha melódica (Sons sucessivos)	S	S	S	S	---	---	S	S	---	S
Harmonia (Sons simultâneos)	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
Sequência de notas (Escala)	S	S	S	S	---	---	S	S	---	S

Foi possível constatar quanto a **Deteção dos sons (presença e ausência de sons)**, que a criança, percebe e reconhece a voz humana, que foi constatado através do entendimento de frases e comandos simples dos musicoterapeutas para com a criança e também no reconhecimento de seu nome e de nomes conhecidos por ela. Além da voz humana, foi possível constatar que a participante percebe e reconhece

sons de animais e da natureza, além de sons de objetos. Em relação aos instrumentos musicais, praticamente em todos atendimentos a participante explorou todos os instrumentos que estavam disponíveis no setting, um a um, mas estabeleceu maior contato, exercendo um diálogo musical, com os musicoterapeutas através de instrumentos de sopro (flauta doce e flauta de êmbolo) e utilizando instrumentos de percussão como surdo e tambores de tamanhos variados. O instrumento harmônico utilizado nos atendimentos foi o violão, mas a criança não demonstrou interesse ou esboçou reações significativas quando se tratava do uso de tal instrumento de forma harmônica. As vezes que tocou o violão foi apenas arpejando as cordas soltas de forma ascendente e descendente. Outro instrumento muito recorrente na exploração da participante nos atendimentos foi o metalofone.

No quesito **Discriminação dos sons**, onde se encontram os itens mais técnicos em relação à percepção musical, a participante demonstrou reconhecer diferença entre a voz falada e voz cantada, entendimento da duração do som, compreendendo e repetindo sons mais rápidos e com menor duração e sons mais lentos e com maior duração. Pode-se notar, durante a exploração dos instrumentos, que a criança reconheceu diferentes timbres num mesmo instrumento e a diferença do som produzido entre um instrumento e outro. A participante demonstrou perceber mudanças na intensidade do som produzido, principalmente quando se tratava de instrumentos de percussão. No início dos atendimentos percebia diferenças de intensidade mais evidentes, e nos últimos atendimentos começou a perceber mudanças mais sutis. Já a percepção da criança entre sons graves e agudos, pôde ser notada quando tocava o metalofone, onde ela tocava a escala de Dó maior de forma ascendente e também descendente, além de demonstrar entendimento de sons sucessivos, que pode ser observado em uma atividade proposta onde a participante reproduziu uma melodia que lhe foi apresentada. A criança também demonstrou perceber diferenças e a compreensão de compassos binários e ternários por meio da execução musical e da repetição do que era trazido pelos musicoterapeutas.

No trabalho com canções, a participante escutava com atenção, demonstrando interesse pelas músicas que lhe foram apresentadas, mas não apresentou algo que pudesse ser conclusivo para dizer se reconhece as canções. Dos gêneros musicais apresentados à participante, mostrou maior interesse em canções infantis e canções folclóricas, além de músicas instrumentais como peças do compositor Ludwig van Beethoven.

CONCLUSÕES

Por meio da revisão bibliográfica, foi possível constatar que a temática envolvendo pesquisas com crianças usuárias de Implante Coclear, Musicoterapia, Música e Percepção Musical está em

desenvolvimento, crescendo o número de publicações em 2017, num total de oito. As produções brasileiras sobre o tema ainda são escassas, somente dois dos vinte e um artigos encontrados.

Quanto aos atendimentos de musicoterapia, a experiência foi desafiadora e enriquecedora, visto que a participante, no início dos atendimentos mostrou certa resistência para participar da atividade, mas, por outro lado, mostrou ter um grande potencial das habilidades de percepção sonoro-musical e os atendimentos de Musicoterapia se apresentaram como um grande recurso para o desenvolvimento de tais habilidade. Mas ainda são necessários mais estudos e aprofundamentos para obter mais dados sobre os benefícios que a Musicoterapia pode proporcionar para a recuperação e desenvolvimento das habilidades de percepção musical de crianças usuárias de implante coclear.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASSIOUNY, S. E.; SALEH, M. M.; ELREFAIE, D. AE.; GIRGIS, M. S.. **Using Music Therapy in (Re) Habilitation of Prelingual Deaf Cochlear Implant Children**. Biomedical Journal of Scientific & Technical Research. p. 105-110, 2017.

BOONE, D. R.; PLANTE, E. **Comunicação humana e seus distúrbios**. 2ª. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

BUITRAGO, Y. Q.. **Musicoterapia en niños con implante coclear**. Rev. Otorrinolaringol. Cir. Cabeza Cuello, v. 74, p. 215-227, 2014

BRANDALISE, A. **A Aplicação Terapêutica da Música no Tratamento de Pessoas com Implante Coclear (IC): Uma Revisão Sistemática**. Revista Brasileira de Musicoterapia Ano XVIII, n. 18, p. 7-24, 2015.

BRUSCIA, K. E. **Definindo Musicoterapia**. Rio de Janeiro: Enelivros, 2000.

BRUSCIA, K. E. **Definindo Musicoterapia**. 3. ed. Dallas: Barcelona, 2016. 304 p.

CAPOVILLA, F. C. **O Implante Coclear como Ferramenta de Desenvolvimento Linguístico da Criança Surda**. Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano, São Paulo, 8 (1/2), 1998.

CHENG, *et al.* **Music Training Can Improve Music and Speech Perception in Pediatric Mandarin-Speaking Cochlear Implant Users.** Trends in Hearing. v. 22. p: 1–12, 2017

FULLER, *et al.* **Comparison of Two Music Training Approaches on Music and Speech Perception in Cochlear Implant Users.** Trends in Hearing. v. 22, p. 1–22, 2018

GOOD, A. *et al.* **Benefits of Music Training for Perception of Emotional Speech Prosody in Deaf Children With Cochlear Implants.** Ear & Hearing. v. 38, n. 4, p. 455–464, 2017.

KANDA, Y.; WAKASUGI, C. **Association of Music Recognition and Speech Perception in Children With Bilateral Cochlear Implant.** Music Therapy Today WFMT online journal, Japão, v. 13, n. 1, p. 386-387, 2017.

KANDA, Y.; WAKASUGI, C. **Music Therapy and Auditory Habilitation for a Deaf Child With Severe Inner Ear Anomaly Using Her Cochlear Implant.** Music Therapy Today WFMT online journal, Japão, v. 13, n. 1, p. 388-389, 2017.

MATSUMOTO, Y.; MARUYAMA, N. **Supporting Musical Activities for Hearing Impaired Children Who Are Cochlear Implant Recipients.** Music Therapy Today WFMT online journal, Japão, v. 13, n. 1, p. 444-445, 2017.

NAKATA, T.; TREHUB, S. E.; KANDA, Y.. **Effect of cochlear implants on children’s perception and production of speech prosody.** The Journal of the Acoustical Society of America, v. 131, p. 1307-1314, 2012.

PEREIRA, G. T. M.; CHAVES, L. A. T. **A música como agente facilitador no processo da reabilitação auditiva: transdisciplinaridade entre musicoterapia e fonoaudiologia.** Revista Brasileira de Musicoterapia Ano XV, n. 15, p. 69-79, 2013.

PETERSEN, B.; MORTENSEN, M. V.; GJEDDE, A.; VUUST, P. **Reestablishing Speech Understanding through Musical Ear Training after Cochlear Implantation.** The Neurosciences and Music III: Disorders and Plasticity: Ann. N.Y. Acad. Sci. 1169: 437–440, 2009.

SHARP, A; DELCENSERIE, A; CHAMPOUX, F.. **AuditoryEvent-Related Potentials Associated With Music Perception in Cochlear Implant Users**. Frontriers in Neuroscience. v. 12, Artigo 538, 2018

SPITZER, J. B.; MANCUSO, D.; CHENG, M. **Development of a Clinical Test of Musical Perception: Appreciation of Music in Cochlear Implantees (AMICI)**. Journal of the American Academy of Audiology. v. 19, n.1, p: 56-81, 2008.

YUCEL, E.; *et al.* **The family oriented musical training for children with cochlear implants: Speech and musical perception results of two year follow-up**. International Journal of Pediatric Otorhinolaryngology. v. 73, p. 1043–1052, 2009.

UMA TENTATIVA DE CAPTAR A POÉTICA “BAUDELAIREANA” NA PINTURA

Simone Souza Guaselle (PIC, Fundação Araucária)
Unespar/Campus Curitiba I- Embap, simoneguaselle@yahoo.com.br

Maria de Fátima Junqueira Pereira (Orientador),
Unespar/Campus Curitiba I- Embap, fatjunper@gmail.com

Palavras- chaves: Charles Baudelaire. Poesia moderna. Pintura Contemporânea.

INTRODUÇÃO

Pretende-se neste artigo criar uma reflexão sobre a inter-relação poesia e a pintura partindo da leitura das poesias de Charles Baudelaire em *As Flores do Mal*, livro publicado no século XIX, que me inspira hoje em meu próprio trabalho plástico. Procurei entender na minha pesquisa teórica o contexto social que propiciou e instigou Baudelaire a ser um crítico de seu tempo, assim como a sinestesia em palavras e cores presente em algumas de suas poesias.

Este trabalho se justifica tanto pela relevância de Baudelaire como crítico de arte e poeta moderno, que vê a arte como criação de seu tempo, como pela afinidade que encontro dentro da minha própria criação artística com seus temas e pensamentos críticos. A percepção de que minha motivação de produzir pintura se relacionava com a de “traduzir” suas poesias em imagem, me fez constatar que uma investigação teórico-prática sobre o autor seria interessante. A problemática desta pesquisa seria: a poesia de Baudelaire pode ainda instigar e ser tema para uma produção em arte contemporânea? Quais paralelos podem ser traçados entre sua época e a atualidade?

METODOLOGIA

Investigação em fontes históricas e teóricas contidas nos livros de biblioteca, nos veículos digitais, catálogos, revistas, etc., que tratam dos escritos de Baudelaire e de pintura contemporânea. Análise das críticas de Baudelaire em relação à pintura, assim como e, mormente, das suas poesias, estas que figuram como base inspiratória para as minhas criações na pintura. Entendimento da importância do contexto histórico na produção artística e análise dos resultados alcançados nos trabalhos artísticos produzidos por mim. Pesquisa de materiais expressivos convencionais e não convencionais através de manuais de artista e em experimentos próprios utilizando a técnica da colagem.

Uma tentativa de captar a poética “baudelaireana” na pintura

A partir da leitura das poesias presentes no livro *As flores do mal* de Charles Baudelaire, quis captar um pouco da sua poética, bem como me inspirar a partir de seus pensamentos e sinestias, para, então, realizar “pinturas autobiográficas” que refletem o tempo histórico em que vivo.

Na obra *As flores do mal*, livro publicado no ano de 1857, Charles Baudelaire apresenta uma poética reveladora das bruscas mudanças cotidianas de uma Paris em industrialização. Quis o poeta mostrar a solidão e devassidão desta insurgente urbe, onde havia a “prostituição” dos homens, inclusive no que se referiria ao campo

das artes, já que deveriam estar mais preocupados com a alta produtividade e reprodutibilidade, do que com a unicidade da obra artística.

Baudelaire além de poeta foi um crítico de arte, todo o simbolismo presente em sua obra artística podia de certo modo ser vista nos quadros modernos, apresentando um tímido e progressivo afastamento do academicismo. Desta forma é relevante analisar o ambiente em que foi propícia a escrita das peculiares poesias de Baudelaire, este disposto a mostrar a realidade, porém engrandecida pela imaginação.

Para entender o momento cultural no qual Baudelaire compôs suas obras, vale mencionar como era vista Paris naquela época, por exemplo, aos olhos de Paul-Ernest de Rattier citado pelo grande pensador Walter Benjamin:

A verdadeira Paris é naturalmente uma cidade escura, lamacenta, mal cheirosa, confinada em suas ruas estreitas..., um formigueiro de becos, de ruas sem saída, de alamedas misteriosas, de labirintos que levam você até a casa do diabo; uma cidade em que os tetos pontiagudos de casas sombrias se reúnem perto das nuvens, disputando com você o pouco de azul que o céu nórdico dá de esmola à grande capital. A verdadeira Paris é cheia de pátios de milagres, dormitórios a três centavos por noite, de seres inimagináveis e fantasmagorias humanas... Ali, numa nuvem de vapor de amoníaco... e em camas que não foram arrumadas desde a criação do mundo, repousam, lado a lado, centenas e milhares de saltimbancos, vendedores de fósforos, tocadores de acordeão, corcundas, cegos, mancos; anões e aleijados, homens com o nariz devorado em brigas; homens-borracha, palhaços envelhecidos, engolidores de espadas, malabaristas que equilibram um pau-de-sebo entre os dentes... Crianças de quatro pernas, gigantes bascos ou outros tipos, o pequeno Polegar em sua vigésima encarnação [...]; esqueletos vivos [...] (BENJAMIN, Walter. "As ruas de Paris". *Passagens*, p. 564-565).

Assim descreve Hegel, em carta escrita para sua esposa, a cidade de Paris: “quando ando pelas ruas, as pessoas são muito parecidas com as de Berlim - todas vestidas de modo semelhante, mais ou menos os mesmos rostos. A cena é a mesma, mas a massa de povo é imensa”. (BENJAMIN, Walter, 2017, p. 118)

Contudo, “Baudelaire não descreve nem os habitantes nem a cidade. Essa recusa colocou-o na posição de ter de evocar sempre a cidade na forma das pessoas que a habitam” (BENJAMIN, Walter, 2017, p.119). A cidade de Paris era superpovoada, e em meio a esta multidão, o autor alude as pessoas para caracterizá-la. Ele, também, absorve o tom macabro e de podridão presente nesta, não dando maior importância aos avanços tecnológicos e mudanças arquitetônicas da cidade.

O movimento modernista contestaria certos dogmas culturais, assim como fizeram os poetas Poe e Baudelaire, que decidiram abordar os aspectos marginais da sociedade e que por este motivo eram tidos como escritores malditos. Para Peter Gay, os escritores modernos teriam uma postura “heroica”, ao criticar os valores sociais burgueses, denunciando as contradições presentes nos avanços modernos, estes que trariam fascínio, mas também repulsa. (BELLIN, Greyce P. 2014, p. 2)

A versão “baudelaireana” de “O corvo”, publicada em 1853, não poderia ser considerada uma tradução perfeita, uma vez que Baudelaire estava aprendendo inglês quando a compôs, o que resultou em uma série de erros na passagem do inglês para francês. Ainda assim, é a mais famosa dentre todas as traduções francesas, tendo

colaborado para a difusão e popularização do nome de Poe entre os simbolistas, o que faz com que o escritor seja considerado até hoje “o profeta do Simbolismo”. (WILSON, Edmund, 1967)

No célebre ensaio ‘O pintor da vida moderna’, publicado em 1863, Baudelaire declara que Poe é ‘o mais poderoso autor desta época’, e classifica ‘O homem das multidões’ como um ‘quadro’ no qual o autor irá representar a figura de um homem convalescente que se compraz em observar a multidão ‘atrás das vidraças de um café’ (Baudelaire 2006: 856). Baudelaire identifica o estado de espírito do personagem poeano com o do pintor Constantin Guys, considerado por ele como um autêntico pintor da época moderna. (BELLIN, Greyce, P. 2014, p. 4).

Em sua obra *Sobre a Modernidade: O pintor da vida moderna*, Baudelaire relata aspectos sobre: moda, costumes de homens e mulheres da época, guerra, arte e etc., isto através dos desenhos de Constantin Guys. A respeito deste, conferindo-lhe o codinome de “G”, escreve: “atualmente G., que descobriu sozinho todos os pequenos truques do ofício e, sem receber conselhos, realizou sua própria formação, tornou-se um admirável mestre à sua maneira [...]”, (BAUDELAIRE, Charles, 1996, p. 15) Baudelaire elogia a rapidez com que este captura as nuances da multidão em Paris. Fazia desenhos ligeiramente e de memória, acompanhando o ritmo da cidade.

Algo interessante já que ele fez uma crítica à fotografia, na obra *Salão de 1859*, esta que, por sua vez, seria capaz de capturar rapidamente as características fugidias de um cotidiano cada vez mais apressado. Apresenta aquela como não arte, já que buscaria a realidade e não o belo, sendo este objetivo da verdadeira arte. A fotografia atenderia aos interesses burgueses de massificação, criticados pelo autor.

Como a indústria fotográfica era o refúgio de todos os pintores fracassados, pouco dotados ou demasiado preguiçosos para concluir seus estudos, essa exaltação universal não só transmitia um caráter de cegueira e imbecilidade, mas também traços de vingança. (LICHTENSTEIN, J (Org.), p.113).

Neste trecho Baudelaire tenta delimitar o papel da fotografia naquela época, apontando que a arte perderia o respeito por si mesma, ao se prostrar diante da realidade. O artista tenderia a pintar o que via diante de si, em detrimento do que tinha em sua imaginação. Baudelaire, assim, elogiaria Constantin Guys, por não usar somente a observação, mas, também, sua memória e imaginação.

A partir da imersão em *As flores do mal*, com sua expressão interligada ao marginal, pretendo criar um paralelo entre a literatura e a pintura. O termo “marginal”, usado por mim, assinala o fato de certos personagens e lugares não serem retratados como pertencentes à urbe de forma positiva.

O autor explicita os seres exilados neste âmbito em várias poesias, como por exemplo: “O Cisne”, “A uma mendiga ruiva”, “As Velhinhas” e “O Albatroz”. Baudelaire no poema “O Cisne”, utilizando-se da “dramaticidade”, “melancolia” e da “nostalgia do eu lírico”, criando uma analogia desta ave acuada e triste ao homem que vive na cidade, um ser infeliz em meio às mudanças modernas. (BELLIN, Greyce P. 2014, p. 12)

Com base na poesia “O Albatroz”, pintei a tela “Mar de *Slime*” em que este pássaro é representado morrendo afogado, isto ao tentar engolir uma isca de pesca. Na poesia de Baudelaire o albatroz é achincalhado e aprisionado por homens num barco, que querem se divertir a partir da humilhação da ave, que para Baudelaire é linda quando solta.

O viajador alado é canhestro e esquisito!
Ele, tão feio agora, há pouco lindo estava!
Um cutuca-lhe o bico com pequeno pito,
Outro imita, mancando, o coxo que voava!

O Poeta é assim como esse rei dos ares
Que frequenta a borrasca, do arqueiro a zombar;
Exilado no chão entre chistes vulgares,
As asas grandes de gigante impedem- no de andar.
(BAUDELAIRE, Charles, 2011, p. 30)

Utilizei técnica mista, colando pedaços de vidro automotivo na representação da superfície do mar e iscas de pescas reais, uma delas na boca da ave. A tinta utilizada foi a óleo como nas demais telas, ainda, na superfície do mar usei o componente químico bórax misturado à cola e ao pigmento colorido azul, por fim, coleí penas de pombos sobre o corpo da ave.

Quis nesta obra trazer elementos do meu cotidiano, como o vidro recolhido após uma colisão de carro, as penas dos pombos que encontro nas ruas de Curitiba e as iscas de pesca de meu pai. Bem como, pretendi abordar a questão ambiental concernente às aves albatrozes, que morrem afogadas ao confundir as iscas de pesca com suas presas naturais.²⁴⁹ O nome “Mar de Slime”, refere-se ao material boráx utilizado na feitura da obra, que é usado também para fazer as “*slimes*” ou amebas, que são massas pegajosas e que esticam, portanto moldáveis, utilizadas para as crianças brincarem com sua consistência, que lembraria uma gelatina, mas sem no entanto romper-se ao manuseio. As “*slimes*” se popularizaram devido à divulgação de suas receitas apresentadas por *youtubers* na Internet.²⁵⁰

²⁴⁹ Existe um Projeto de proteção aos Albatrozes, no Brasil, para reduzir a captura acidental destas aves com as iscas de pesca. Este é patrocinado pela Petrobras, por meio do Programa Petrobras Socioambiental, tendo o apoio da Royal Society for Protection of Birds (RSPB), do programa [Albatross Task Force](#) (ATF), Birdlife International e Save Brasil. Atualmente, possuem bases nas cidades de Santos (SP), Itajaí e Florianópolis (SC), Itaipava (ES), Rio Grande (RS) e Cabo Frio (RJ). Informações disponíveis em: <https://projetoalbatroz.org.br/sobre-o-projeto-albatroz/quem-somos>, data de acesso: 30/06/2019.

²⁵⁰ Exemplo de um vídeo no Youtube, com a receita de uma *slime*: <https://www.youtube.com/watch?v=uwPHITcJtGQ>, data de acesso: 30/06/2019.



Imagem 1- “Mar de Slime”, técnica mista, 75x 60 cm.

Já na pintura “Imune” pretendi trazer à tona a questão do corpo feminino que perece. Aqui adoto uma tônica um pouco mais sutil do que a putrefata, presente em algumas poesias de Baudelaire. Esta obra é um autorretrato, com várias canetas reais de insulinas fixadas ao longo do corpo representado na tela, além de flores pintadas que ambientam a indiferença em meio à dor simulada através das agulhas. Adoto aqui a linguagem da antítese, tão bem explorada por Baudelaire, assim como a representação do corpo feminino como atraente, e neste caso o contraditório à sua aparência seria o adoecer do corpo. A obra tem o nome de “Imune” para realçar o estado de resistência ao adoecimento.



Imagem 2- “Imune”, técnica mista, 80x 60 cm.

Inspirei-me, para fazer esta composição, nas poesias: “A uma musa doente”, “Reversibilidade”, que fala sobre doença, e em “Uma carniça”, nesta Baudelaire alude à possível efemeridade do ser humano, o qual tem um destino certo: virar uma carniça comida por vermes.

Sim! Tal sereis um dia, ó rainha das graças,
Depois da santa extrema- unção.
Quando fordes, debaixo dessas selvas grassas,
Mofar de ossadas no montão.

Então, ao verme ide dizer, beleza minha!
Quem vai de beijos vos comer,
Que preservei a forma e a essência divina
De amores a se desfazer.
(BAUDELAIRE, Charles, 2011, p. 52.)

Procuro captar a questão dos antagonismos presente nas poesias de Baudelaire. “Operando por antíteses, Baudelaire propõe: “a lei dos contrastes [...] governa a ordem moral e a ordem natural (*physique*)”, por isso há, no homem, ‘duas postulações simultâneas’, ‘uma na direção de Deus, outra na de Satã’. E no Poeta, dois sentimentos contraditórios, ‘o horror da vida e o êxtase da vida’, sendo que esta é ‘sonho e consciência’, ‘*spleen* e ideal”’. (MATOS, Olgária, 2007)

Baudelaire abordaria a antítese presente na multidão de Paris. O exílio em meio à multidão, “alienação no próprio corpo”, “ausência de identidade na alma modificada dos cidadãos perdidos na realidade apressada da metrópole fragmentada”, mas, ainda, pode haver fascínio e encantamento nos viventes desta cidade. (CALOU; MACIEL, 2017, p. 200)

Sobre o passante alvejado pelo ar taciturno da bela e misteriosa viúva, Benjamin (1989b, p. 118) dirá: “O encanto desse habitante da metrópole é um amor não tanto à primeira quanto à última vista. É uma despedida para sempre, que coincide, no poema, com o momento do fascínio”. (CALOU; MACIEL, 2017, p. 200)

A antítese aqui reside na solidão do ser humano em meio à multidão. Este que se perde, e perde o outro em meio à massa e à pressa. Na multidão é mais difícil de manter laços, estes são fugidios, o fascínio se desmancha num piscar de olhos.

A poesia “A uma mendiga ruiva” apontaria para o antagonismo entre atração e repulsa. Muitas outras mulheres serão representadas deste mesmo modo, elas encantam, mas ao mesmo tempo perecem. Trata-se de uma associação do belo ao grotesco, que é característica da poesia de Baudelaire:

Moça de ruivo cabelo
Cuja roupa em desmazelo
Deixa ver tanto a pobreza
Quanto a beleza.
Para mim, poeta sem viço,
Teu jovem corpo enfermiço,
Cheio de sardas e agruras,
Tem só doçuras.
(Baudelaire, 2006, p. 170)

Nesta poesia o feminino é associado, ainda, à degradação, à doença, “noção esta que será largamente explorada pelos poetas simbolistas franceses do fim do século XIX”. (BELLIN, Greyce P. 2014, p. 15) Sua nudez traz sua sensualidade à tona, ela só tem seu belo corpo, que resiste aos sofrimentos decorrentes da pobreza em que vive.²⁵¹

Minha terceira obra visa esmiuçar a atenção dada às cores em *As Flores do Mal*, pois em suas poesias ele cita inúmeras vezes as cores ligadas a certas emoções. Parece coerente a um poeta que também fora crítico de arte.

Como crítico Baudelaire apreciava obras que apresentam contrastes, trabalhos fantasiosos e que mexiam com a alma de forma assustadora. Algo muito semelhante ao teor de suas poesias. E, as obras que pretendi executar, estas estariam no âmbito da fantasia.

Goya é sempre um grande artista, com frequência assustador, [...] o amor pelo inapreensível, o sentimento pelos contrastes violentos, pelos espantos da natureza e pelas fisionomias humanas estranhamente animalizadas pelas circunstâncias. (BAUDELAIRE, Charles, 2008, p. 60)

Em suas poesias a cor azul estaria ligada às boas sensações e ao amor. Realizo então, embalada por esse estímulo baudelaireano, a pintura denominada “Fragata de amor”, onde pinto pequenas fragatas, sendo que em uma delas há uma bandeira com a imagem de um coração fazendo referência ao amor. Em duas delas coleí pequenas fotografias minhas, pois assim como Baudelaire me imagino nas fragatas sendo levada a um lugar de paz e amor, longe do estresse da cidade.

[...] Tão longe como estais, ó éden perfumado,
Onde sob claro azul tudo é amor e alegria,
Onde tudo que se ama é justo ser amado,
Onde em pura volúpia a alma se inebria [...]
(BAUDELAIRE, Charles, 2011, p. 84)

²⁵¹ Sobre a mulher Charles Baudelaire escreve: “Esse ser terrível e incomunicável como Deus (com a diferença que o infinito não se comunica porque cegaria ou esmagaria o finito, enquanto o ser de que falamos só é incompreensível por nada ter a comunicar, talvez)” (BAUDELAIRE, 1996, p. 54). Seguindo uma estética baudelaireana, muitos críticos da época, tinham a mulher como objeto de inspiração para criação masculina.



Imagem 3- “Fragata de amor”, técnica mista, 40x 50 cm.

Já a cor amarela seria associada às coisas feias, ainda que ligada, também, ao dinheiro. Realizei, então, a obra “Previdência/Ancião”, em que faço uma colagem utilizando moedas brasileiras contemporâneas e “prints” de publicações da rede social Facebook que falavam sobre a Reforma da Previdência. Represento um dos sete anciões, referente à poesia “O sete anciões”, buscando expressar sua fealdade e dando a entender que brota de um fogo amarelo, diferentemente da poeira presente na poesia:

Névoa amarela e suja enchia todo o espaço [...]
De repente, um ancião, de andrajos amarelos,
Que imitava a cor feia da manhã como essa,
Seu aspecto faria chover dinheiros belos,
Não fosse a maldade em seus olhos de imprensa,
(BAUDELAIRE, Charles, 2011, p 109.)

Escrevi, ainda, frases em alusão à Reforma da Previdência,²⁵² proposta do Governo Federal, e por este motivo a obra tem o título de “Previdência Social”.

²⁵² “Na proposta, são apresentadas mudanças para o sistema previdenciário através de uma emenda no texto da PEC 287/16, a antiga Reforma da Previdência que tramitava na época de Temer”. Informações disponíveis em: https://www.politize.com.br/reforma-da-previdencia-entenda-os-principais-pontos/?gclid=Cj0KCCQjwu-HoBRD5ARIsAPIPencFcl6q6bQEY265mzHc-oj06AnEQAwSST3LVPgwzsYYv3qB2lx17jAaAmD_EALw_wcB, data de acesso: 30/06/2019.



Imagem 4- “Previdência Social”, técnica mista, 40x 50 cm.

A cor vermelha suscitaria à vivacidade. Neste caso, representei o sangue caindo ao furar meu dedo, coleí algumas pétalas de rosas em meio ao vermelho, aquele que é aludido por Baudelaire como fonte de vida, este que pulsa. Coleí uma foto do meu rosto e na representação da roupa afixei plantas naturais, representando o caráter do que possui vida. Conferi a esta obra o título de “Arrebol”, em referência a poesia “A tocha viva”:

Eles cantam a morte, cantais o Arrebol;
O arrebol de minha alma andai a vós a cantar,

Astro a que sol nenhum pode a chama apagar!
(BAUDELAIRE, Charles, 2011, p. 64)

Por vezes me parece do meu sangue o fluxo
Correr qual chafariz em ritmo de soluço,
Ouço-o fluir em mim como um longo gemido,
Mas em vão ando em busca do membro ferido [...]

(BAUDELAIRE, Charles, 2011, p. 141)



Imagem 5- “Arrebol”, técnica mista, 40x 50 cm.

Em *Doutrina das cores* Goethe afirma que: “nações selvagens, povos primitivos e crianças sentem grande atração por cores vivas, que os animais se enfurecem com certas cores, e que homens sofisticados evitam cores vivas nas roupas”. Desta forma reagiríamos instintivamente diante das cores, relacionaríamos emoções a estas, fazendo “conexões simbólicas” de forma inconsciente. (GOETHE, Johann W.Von, 2013, p. 110)

Num segundo momento, nossa reação em relações às cores, seria influenciada por associações pessoais a outros aspectos inerentes a cada ser humano e suas vivências. Teríamos assim uma interpretação pessoal sobre os tons que enxergamos. Seríamos influenciados, nesta construção simbólica em relação às cores, por lembranças “agradáveis ou traumáticas”, ou muito, além disto, com especificidades amplas.

Nos afastamos dos significados superficiais e óbvios, dos valores previamente atribuídos, para dar lugar a subjetividade e as sensações [...] Ao observarmos as cores, é impossível ignorar todo o conhecimento e entendimento que acumulamos sobre elas durante nossa vida, seja ele simbólico, cultural ou afetivo. (CALANDRINI, L. C. L. 2018, p.13,14)

Por fim, realizei uma obra de caráter fúnebre, este que abarca muitas das poesias de Baudelaire. Nesta, um outro autorretrato utilizando uma fotografia do meu rosto, representando minha cabeça decepada sobre um criado mudo e meu tronco nu sobre a cama. Flores mortas foram coladas dentro do recinto representado na tela.

[...] Em um quarto abafado onde, como em galpão,

O ar é perigoso e fatal,
Onde buquês morrendo em esquife se vão
Exalando o sopro final,

Cadáver sem cabeça, como em charco,
Sobre o travesseiro molhado
Sangue vermelho e vivo, de que o pano é farto,
Como de chuva fica um prado[...]
Sobre o criado mudo assim como um ranúnculo,
Repousa; e vácuo de pensares,
Um olhar vago e branco tal como um crepúsculo
Sai daqueles olhos esgares.

Na cama, o tronco mostra, franco, um nu total
E no mais completo abandono,
O secreto esplendor e a beleza fatal
De que a natureza o fez dono; [...]
(BAUDELAIRE, Charles, 2011, p. 138).



Imagem 6- “Buquês”, técnica mista, 50x 60 cm.

Baudelaire buscou caracterizar sua época, dando ênfase à efemeridade inerente a esta. Ao apontar toda a degeneração e putrefação advinda no nascente capitalismo, empreendeu uma crítica social ao seu tempo histórico, relegando à arte um ato de resistência. Sua obra foi genial, de modo a influenciar toda a poesia moderna, até mesmo ao vindouro surrealismo. (MENEZES, Marco A., p.126.) Pintar coisas únicas, e não seguindo certos dogmas populares, ou talvez não atendendo a preceitos acadêmicos, é uma forma de resistência frente ao que está posto. Pintar contemporaneamente é por si só um ato de resistência, fazer objeção a uma era das cópias, do que se reproduz repetidamente e de forma, ainda, mais rápida do que na modernidade.

Baudelaire teria resistido à “mercantilização da arte”, ele seria “um lírico no auge do capitalismo”, ou seja, poeta, quando a poesia teria menor recepção.

Desfere contra essa circunstância golpes de tinta em papel, fazendo da cidade de Paris a matriz de sua poesia e adentrando suas personas características: prostitutas, dândis, velhos, trapeiros, mendigos, ao passo em que é “obrigado a reivindicar a dignidade do poeta numa sociedade que já não tinha nenhuma espécie de dignidade a conceder” (BENJAMIN, 1989b, p.159). (CALOU; MACIEL, 2017, p. 204)

Um elemento importante para Baudelaire seria a figura do *flâneur*. “Sob essa máscara, o autor francês imerge na massa das cidades, não se confundindo, no entanto, com ela, e reconhecendo “que só o mergulho na multidão permite ao poeta tornar-se moderno” (D’ANGELO, Martha, 2006, p. 243).

Flâneur designaria aquele que passeia, que anda sem rumo pela cidade observando suas vicissitudes. Ele seria apresentado por Baudelaire como “o artista, o poeta da metrópole” moderna, que busca temas a partir de

observações da multidão, desvendando suas peculiaridades e detalhes. O *flâneur* se camuflaria em meio ao conglomerado urbano de pessoas, e deste modo observaria as pessoas desavisadas. Em meio ao tédio, ele mataria seu tempo, contrariando a correria que a industrialização imporia à sobrevivência das pessoas, e, não se preocuparia com o relógio, ferramenta “antinatural” de regulação do cotidiano. (CALOU; MACIEL, 2017, p. 204, 205)

O autor destaca aqui a importância em seu tempo histórico, para aquele que observava as mudanças que estavam ocorrendo na cidade. Hoje em dia, poder-se-ia falar nas mídias sociais como algo que tem mudado o cotidiano das pessoas, nestas as pessoas poderiam ser observadas por uma espécie de *flâneur*. Este tendo milhares de pessoas para *stalkear*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De certo modo pintar é resistir às mídias sociais, não se sabe ao certo por quanto tempo. Nestas, as imagens se propagam facilmente, precisando da rapidez da fotografia, tão criticada outrora por Baudelaire, justamente por capturar o real e não o imaginativo. Atualmente, sabe-se que nem sempre as fotografias capturam o real, estas se tornaram repetitivas nas redes sociais, um mesmo tema é reproduzido por milhares de pessoas, uma mesma pose e etc., perde-se a originalidade apreciada por Baudelaire, aqui os indivíduos buscam se destacar em meio a uma multidão de rostos e corpos fotografados, mas seguindo uma padronização do que seria o belo.

Baudelaire “não só diz que os artistas modernos devem ater-se ao presente para retirar dele a sua beleza, como também que os artistas do passado foram grandes porque fizeram o mesmo. Não seria interessante apenas o belo, mas o presente que o produz.” (GATTI, Luciano, 2009)

Desta forma, pretendi trazer meu presente histórico e até pessoal nesta pesquisa através de minhas pinturas à óleo sobre tela, utilizando-se, mormente, da técnica mista. A prática artística empregada em minhas obras requisitou algumas experimentações para a obtenção de um melhor resultado. E as obras foram sendo construídas conforme meu cotidiano me interpelava, sempre relendo as poesias de Baudelaire para me inspirar. Pensei sobre as especificidades do tempo histórico em que viveu o poeta em relação ao contexto histórico em que vivo para produzir esta pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAUDELAIRE, Charles. **As Flores do Mal**; tradução Mário Laranjeira. São Paulo: Martin Claret, 2011.
- _____. **Sobre a modernidade**. PAZ E TERRA Coleção Leitura, Editora Paz e Terra, 1996.
- _____. **Escritos sobre arte**. São Paulo: Editora Imaginário, 1998.
- _____. **O desejo de pintar**. São Paulo: Noovha América, 2008.
- BELLIN, Greyce P. **Edgar Allan Poe, Charles Baudelaire e a maldição da modernidade**. Revista Estação Literária, Londrina, Volume 12, p. 33-51, jan. 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/pos/letras/EL/vagao/EL12-Art2.pdf>, data de acesso: 22/06/2019.
- BENJAMIN, Walter. **Baudelaire e a modernidade**; edição e tradução de João Barreto, 1 ed., Belo Horizonte, 2017.

CALANDRINI, Luisa Collyer Lima. **As cores na arte: Uma experiência cromática**. Comunicação Visual Design, UFRJ- 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-106X2007000100007, data de acesso: 22/06/2019.

CALOU, Ângela Lima; MACIEL, Marta M. A. **Modernidade e experiência em “Sobre alguns temas em Baudelaire” de Walter Benjamin**. Perspectiva Filosófica, vol. 44, n.1, 2017.

D’Angelo, Martha. A modernidade pelo olhar de Walter Benjamin. *Estudos Avançados*, vol. 20, no.56, São Paulo Jan./Apr. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142006000100016, data de acesso: 22/06/2019.

DIAS, Eliane. **Charles Baudelaire e Constant Guys: arte e moda no século XIX**. http://www.dezenovevinte.net/arte%20decorativa/baud_guys_ed.htm#_ednref3, data de acesso: 07/04/2019.

GATTI, Luciano. **Experiência da transitoriedade: Walter Benjamin e a modernidade de Baudelaire**. *Kriterion* vol.50, n.119, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-512X2009000100008&script=sci_abstract&tlng=pt, data de acesso: 22/06/2019.

GOETHE, Johann Wolfgang von. **Doutrina das cores**. 4ª edição. São Paulo: Nova Alexandria, 2013.

LICHTENSTEIN, Jacqueline. **A pintura vol. 7**, São Paulo: 2005. Disponível em: <https://liviafloreslopes.files.wordpress.com/2014/09/ baudelaire-salc3a3o-de-1859.pdf>, data de acesso: 07/04/2019.

MATOS, Olgária. **Baudelaire: antíteses e revolução**. Alea, vol.9, no.1, Rio de Janeiro Jan./June 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-106X2007000100007, data de acesso: 22/06/2019.

MENEZES, Marco Antônio de. **O poeta Baudelaire e a Cidade de Paris**. Coletâneas do nosso tempo, Rondonópolis - MT, v. VII, nº 8, p. 113 a 128, 2008.

MÜLLER, Adalberto. **A lucarna do infinito: Baudelaire e a fotografia**. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-106X2007000100010, data de acesso: 07/04/2019.

NASCIMENTO, Roberta Andrade do. **A crítica de arte de Charles Baudelaire**. Fragmentos, número 33, p. 071/081 Florianópolis/ jul - dez/ 2007.

WILSON, Edmund. **O castelo de Axel**. Tradução de José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1967.

A INSERÇÃO PROFISSIONAL DE PROFESSORES DE MÚSICA: UM ESTUDO SOBRE A SATISFAÇÃO PROFISSIONAL DE EGRESSOS DE CURSOS DE LICENCIATURA EM MÚSICA DO PARANÁ

Stephani Mantovani Diedrich (PIC)
Unespar/Campus Curitiba II, stephanimantovanidiedrich@gmail.com
Solange Maranhão Gomes (Orientadora), solmaranho@gmail.com
Unespar/Campus Curitiba II

Palavras-chave: Inserção profissional. Satisfação profissional. Licenciados em música.

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta uma análise dos dados sobre satisfação profissional de professores de música coletados durante a pesquisa de doutorado da orientadora (GOMES,2016)²⁵³, cujo tema foi a inserção profissional de licenciados em música. Dentre os vários aspectos relacionados a inserção profissional, está a satisfação profissional enfocada nesta pesquisa, abrangendo egressos dos cursos de Licenciatura em Música/Educação Musical de seis instituições de ensino superior (IES) paranaenses, sendo elas a Universidade Estadual do Paraná (Campus I – Escola de Música e Belas Artes do Paraná e Campus II – Faculdade de Artes do Paraná)²⁵⁴, Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Estadual de Maringá (UEM), Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e Universidade Federal do Paraná (UFPR), formados entre 2009 e 2014.

Conforme a literatura, no que tange a satisfação profissional, Alves, Azevedo e Gonçalves (2014, p.369) explicam que:

[...] a satisfação profissional vem sendo considerada como a apreciação positiva ou negativa que é feita sobre o trabalho que se exerce (WEISS, 2002; LOCKE, 1969). Nessa avaliação, são incorporados elementos de natureza cognitiva e afetiva, permitindo que a pessoa emita um julgamento onde estão integradas razões mais ou menos objetivas. Por outro lado, a comparação entre o que se consegue obter na atividade profissional com aquilo que dela era esperado é apontado também como um fator de influência na satisfação com o trabalho (LOCKE, 1969), conjugando a apreciação da situação real de trabalho com as expectativas anteriormente construídas.

²⁵³ Doutorado em Música – Área de concentração Educação Musical, realizado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) sob a orientação da professora Dra. Luciana Del-Ben (2016).

²⁵⁴ Neste texto UNESPAR - EMBAP e UNESPAR -FAP.

Neste sentido, o objetivo geral desta pesquisa foi o de analisar o grau de satisfação dos egressos em relação à sua atuação profissional e os objetivos específicos pretenderam identificar a satisfação profissional dos egressos e comparar os resultados da investigação com os da amostra já investigada na pesquisa de doutorado da orientadora, da qual o objeto de pesquisa foi o de investigar o processo de inserção profissional de professores de música (GOMES, 2016).

Na pesquisa de doutorado, os resultados acerca da satisfação profissional foram globais, isto é, considerando a amostra de 215 respondentes das IES envolvidas. Deste modo, a proposta inicial desta pesquisa foi o de aprofundar a análise do índice de satisfação profissional dos egressos considerando os resultados de cada uma das seis instituições de ensino superior investigadas.

Ao analisar estes dados individualmente por IES constatou-se a existência de similaridade entre os percentuais entre as IES, e com os percentuais da amostra total de 215 egressos. Para dar sequência nesta investigação portanto, analisou-se os maiores e menores índices de satisfação em relação a cada um dos indicadores do questionário, a fim de identificar em quais deles os participantes afirmaram estar mais ou menos satisfeitos com sua profissão. Assim, foi observado que os maiores percentuais se referem aos aspectos de projetos individuais dos professores e que os menores se referem aos aspectos de ordem institucional.

Sobre a multiplicidade de fatores que influenciam na promoção da satisfação e essa dualidade representada entre fatores de ordem motivacional e de ordem institucional, Neuza Pedro (2011, p.25) ao corroborar sobre as teorias existentes no campo da motivação humana, evidencia a teoria dos dois-fatores de Herzberg:

A teoria dos ‘dois-fatores’ postula que as pessoas possuem dois grupos de necessidades independentes que actuam de forma diferenciada na promoção da satisfação (Herzberg, Mausner & Snyderman, 1959). A realização, o reconhecimento, a responsabilidade, o trabalho em si, a possibilidade de crescimento e de desenvolvimento na carreira surgem como primeiro grupo de factores (*motivator factors*), obedecem a uma dinâmica de crescimento e encontram-se na origem de sentimentos positivos, de satisfação em relação ao trabalho. Num segundo grupo, surgem os factores contextuais (*hygiene factors*). Esta designação associa-se ao facto do conjunto de factores em causa actuarem de forma similar ao fator “higiene” no campo da saúde pública, ou seja, unicamente pela sua presença não promove saúde ou garante sujeitos saudáveis mas a sua ausência pode provocar uma deterioração da saúde dos sujeitos. Estes factores revelam-se associados à não-satisfação profissional e ligam-se a elementos como o salário, a supervisão, as políticas da empresa e de gestão, as relações institucionais, as condições de trabalho e a estabilidade/segurança (Herzberg, 1968).

De acordo com a literatura (Pedro, 2006; Pedro; Peixoto, 2011; Alves; Azevedo; Gonçalves, 2014) a satisfação profissional docente começou a ser estudada no início da década de 1970, sendo

portanto bastante recente, assim como também a satisfação profissional docente na área da educação musical, e como defendem Alves, Azevedo e Gonçalves (2014), ainda são poucos os estudos sobre a inserção profissional de professores em seus primeiros anos de carreira, incluindo os de satisfação no trabalho. Pedro (2011, p.26) chama atenção para o fato de os profissionais da área docente exercerem sua prática profissional sem obterem satisfação e afirma que:

Tais resultados, em si mesmos, revelam-se já preocupantes; contudo a relevância dos mesmos aumenta exponencialmente quando se tem em consideração a associação que os índices de satisfação profissional relevam relativamente a variáveis de efeitos mediadores tão importantes para o desempenho profissional, como seja, o bem-estar físico e psicológico, a motivação, o desenvolvimento profissional, o *empowerment* e o profissionalismo (Jesus, Pereira, Esteve, Lens, Mosquera, & Stobaus, 2002; Pearson & Mooman, 2005; Ololube, 2006; Scott, Cox & Dinham, 1999; Sharma & Jyoti, 2006; Sánchez & García, 1997; Wu & Short, 1996).

Deste modo considera-se a temática relevante, pois pretende contribuir com a compreensão do perfil profissional dos egressos dos cursos de licenciatura em música bem como de sua atuação profissional, assim como também pretende ampliar estudos nesta área e instigar reflexões acerca da atual realidade profissional de professores de música, dada atenção aos aspectos menos valorizados na profissão que aparecem relacionados a necessidades que não estão sendo atendidas de modo suficiente.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este trabalho foi desenvolvido a partir dos dados já coletados para a pesquisa de doutorado da orientadora (GOMES, 2016), na qual o objeto de pesquisa foi o de investigar o processo de inserção profissional de professores de música.

A metodologia adotada na Tese (GOMES, 2016) foi o método de pesquisa *survey*, que se caracteriza por ser uma abordagem quantitativa em pesquisas de grande escala para a obtenção de dados e informações de diferentes grupos de indivíduos por meio de questionários ou entrevistas. Conforme Babbie (1999, p.113):

O termo *survey* tem sido usado com o sentido implícito de “*survey* por amostragem” por oposição ao estudo de todos os componentes de uma população ou grupo. Tipicamente, métodos de *survey* são usados para estudar um segmento ou parcela - uma amostra - de uma população para fazer estimativas sobre a natureza da população total da qual a amostra foi selecionada.

A ideia inicial deste trabalho era aprofundar a pesquisa do índice de satisfação profissional dos egressos dos cursos de licenciatura em música de cada instituição de ensino superior abordada na Tese (GOMES, 2016), na qual a orientadora apresentou resultados gerais dessas instituições como um todo.

A satisfação profissional depende de fatores individuais e institucionais, assim devem ser analisados os diversos fatores relativos ao exercício profissional docente. Conforme aponta Pedro (2011, p.24-25):

A satisfação profissional aparece associada a constructos psicológicos tão distintos, como seja, as necessidades (Schaffer, 1953), os valores (Locke, 1969), as expectativas (Lawler, 1973) e as atitudes (Orgon, 1990). Num sentido simplificador, Spector (1997), define satisfação profissional como “*the degree to which people like their jobs. (...) is people feel about their jobs and different aspects of their jobs*” (p.2). O autor distingue na satisfação profissional uma dupla perspectiva de análise: uma apreciação global ou unitária da profissão e uma avaliação compósita e multidimensional, ou seja, associada à apreciação dos vários factores relativos à profissão. Independentemente da formulação apresentada como definição, um aspecto parece ser aceite de forma consensual pelos investigadores na área, a necessidade de considerar o conceito sob uma perspectiva multidimensional de análise.

A partir da análise dos dados referentes a satisfação profissional dos professores investigados foi possível notar que os fatores que contribuem para a satisfação dos mesmos estão relacionados a aspectos motivacionais enquanto que a insatisfação aparece relacionada a aspectos contextuais, conforme indicam Alves, Azevedo e Gonçalves (2014, p.370):

Parece consensual o reconhecimento do mal-estar manifestado pelos professores, relacionado com um aumento de exigências e pressões sobre eles exercidas e associadas com uma maior degradação nas condições de trabalho e exercício docente (JESUS 2005; PEDRO, 2011). Se por um lado o trabalho do professor é fonte de realização e satisfação, por outros está impregnado de motivos de *stress* e desgaste (JOHSON et al., 2005).

Na continuidade de sua reflexão:

A investigação tem demonstrado que a maior satisfação dos professores surge relacionada com a docência propriamente dita, enquanto que a menor satisfação parece decorrer das condições sociopolíticas de trabalho (PEDRO, 2011). Se a relação com os estudantes é apontada como uma das razões de maior satisfação, a falta de apoio, a baixa remuneração, o pouco reconhecimento social e o excessivo trabalho administrativo têm sido referidos como fontes de insatisfação.

No questionário utilizado durante a pesquisa da orientadora os participantes responderam 8 questões em uma escala tipo Likert relacionadas ao grau de satisfação em relação à profissão, aos

aspectos mais e menos valorizados no trabalho, bem como da situação profissional desde formados e a situação profissional atual.

Nas primeiras 5 questões foram utilizados os níveis: “concordo plenamente”; “concordo”; “concordo parcialmente”; “indiferente”; “discordo”; “discordo plenamente”; “não sei responder”. Nas 3 últimas questões foram utilizados os níveis: “muito satisfeito”; “satisfeito”; “pouco satisfeito”; “indiferente”; “insatisfeito”; “muito insatisfeito”.

As questões eram respectivamente: “Considerando sua(as) atividade(s) profissional(is), pode-se afirmar que é um trabalho interessante que permite adquirir novos conhecimentos”; “Considerando sua(s) atividade(s) profissional(is) atual(is) pode-se afirmar que é um trabalho que permite desenvolver autonomia e oportunidade de concretizar as próprias ideias”; “Considerando sua(s) atividade(s) profissional(is) atual(is) pode-se afirmar que é um trabalho que possibilita boas perspectivas de carreira”; “Considerando sua(s) atividade(s) profissional(is) atual(is) pode-se afirmar que é um trabalho com prestígio social”; “Considerando sua(s) atividade(s) profissional(is) atual(is) pode-se afirmar que oferece(m) condições adequadas de trabalho”; “Qual é o seu grau de satisfação com o seu percurso profissional até agora?”; “Qual é o seu grau de satisfação com a sua situação profissional atual?”; “Qual é o seu grau de satisfação com o seu salário atual?”.²⁵⁵

As tabelas (e seus respectivos gráficos) referentes aos indicadores de satisfação profissional de cada IES foram copiadas separadamente em arquivos criados no formato Word, sendo um arquivo para cada IES. Esta etapa já havia sido iniciada pela orientadora, no desenvolvimento de sua pesquisa²⁵⁶ e que serviu de modelo para a continuação e edição dos demais. Estes arquivos individuais agilizaram o acesso diretamente às questões sobre satisfação profissional dos egressos e tornou possível a constatação de similaridade entre os percentuais das diferentes IES.

Posteriormente foram criadas quatro tabelas a fim de se constatar os maiores e menores índices em relação a cada um dos indicadores para um possível novo resultado. Foram agrupados nestas tabelas apenas as respostas em que os participantes responderam “concordo” / “concordo plenamente”, “satisfeito” / “muito satisfeito”, “discordo” / “discordo plenamente” e “insatisfeito” / “muito insatisfeito”. As duas primeiras tabelas, portanto, referem-se à satisfação profissional e as duas últimas referem-se à insatisfação.

²⁵⁵ Estes indicadores de satisfação profissional foram definidos com base nas proposições de Alves, Azevedo e Gonçalves (2014) durante a elaboração do questionário da pesquisa de doutorado (GOMES, 2016).

²⁵⁶ Pesquisa intitulada “A inserção profissional de professores de música: um estudo sobre egressos de cursos de licenciatura em música do Paraná”, registrada junto ao Setor de Pesquisa e Pós-Graduação da UNESPAR-FAP.

A primeira tabela contém a soma dos percentuais dos profissionais que responderam “concordo” e “concordo plenamente”, a segunda a dos profissionais que responderam “satisfeito” e “muito satisfeito”. A terceira a soma dos percentuais dos profissionais que responderam “discordo” e “discordo plenamente” e a quarta a dos profissionais que responderam “insatisfeito” e “muito insatisfeito”.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados alcançados pela análise dos dados sobre satisfação profissional obtidos no questionário utilizado na Tese (GOMES, 2016) foram organizados por instituição em quatro tabelas. As Tabelas 1 e 2 referem-se aos percentuais de satisfação e as Tabelas 3 e 4 referem-se aos percentuais de insatisfação.²⁵⁷

Na Tabela 1 a seguir constam as somas dos percentuais em que os participantes responderam “concordo” e “concordo plenamente”.

Tabela 1 – Percentuais de satisfação profissional. Soma de “concordo” e “concordo plenamente”.

Percentuais de satisfação profissional. Soma de “concordo” e “concordo plenamente”						
Concordam que:	% UNESPAR - FAP	% UNESPAR - EMBAP	% UFPR	% UEPG	% UEL	% UEM
Seja um trabalho interessante que permite adquirir novos conhecimentos	82,85	82	77,78	77,77	83,33	81,82
Exercem atividades que permitem desenvolver autonomia e oportunidade de concretizar as próprias ideias	64,28	68	62,97	62,97	72,22	72,22
Suas atividades profissionais possibilitam boas perspectivas de carreira	41,42	32	40,75	40,75	36,11	36,11
Suas atividades profissionais contam com	37,14	36	18	18	30,56	30,56

²⁵⁷ Tabelas elaboradas pelas autoras.

condições adequadas de trabalho							
Que exercem um trabalho com prestígio social	28,57	34	22,22	22,22	36,11	36,11	

Fonte: As autoras (2019).

Em relação ao exercício profissional, 83,33% dos egressos da UEL afirmaram que consideram seu trabalho interessante e que permite adquirir novos conhecimentos. Seguidos dos profissionais formados na UEL, os que mais concordam com essa afirmação foram os da UNESPAR-FAP (82,85%) UNESPAR-EMBAP (82%) e UEM (81,82%).

Quando questionados se concordam que as atividades que exercem permitem desenvolver autonomia e oportunidade de concretizar as próprias ideias o maior índice de concordância foi o dos egressos da UEPG (77,77%), seguido da UEL e UEM (72,22%).

Ao serem questionados se suas atividades profissionais possibilitam boas perspectivas de carreira, o maior índice de respostas entre “concordo” e “concordo plenamente” é novamente dos egressos da UEPG (55,55%).

Quanto a considerarem que as atividades profissionais exercidas contam com condições adequadas de trabalho, o maior índice foi o de apenas 37,14%, referente aos egressos da UNESPAR-FAP. Seguido dos egressos da UNESPAR-FAP estão os da UNESPAR-EMBAP (36%), UEPG (33,33%), UEL e UEM (30,56%).

Sobre concordarem que exercem um trabalho com prestígio social, o maior índice é o da UEPG (55,55%).

Na Tabela 2 a seguir constam a soma dos percentuais em que os participantes responderam “satisfeito” e “muito satisfeito”.

Tabela 2 – Percentuais de satisfação profissional. Soma de “satisfeito” e “muito satisfeito”.

Se sentem em relação:	Percentuais de satisfação profissional. Soma de “satisfeito” e “muito satisfeito”						
	% UNESPAR - FAP	% UNESPAR - EMBAP	% UFPR	% UEPG	% UEL	% UEM	%
Ao percurso profissional	55,71	66	66,67	55,55	69,45	69,45	
A situação profissional atual	51,42	54	51,81	55,55	55,55	55,55	

Ao salário atual	31,43	36	25,92	55,56	38,89	38,89
------------------	-------	----	-------	-------	-------	-------

Fonte: As autoras (2019).

Em relação à satisfação profissional, conforme a Tabela 2, os profissionais mais satisfeitos em relação ao seu percurso profissional atual são os da UEL e UEM (69,45%). Seguidos dos licenciados formados na UEL e na UEM estão os formados na UFPR (66,67%) e UNESPAR-EMBAP (66%).

No que diz respeito à satisfação em relação à situação profissional atual, todos os participantes indicaram percentuais entre 51,52% e 55,55%.

Ao serem questionados se estão satisfeitos com o salário atual o maior percentual é o da UEPG (55,56%).

Na Tabela 3 constam a soma dos percentuais em que os participantes responderam “discordo” e “discordo plenamente”.

Tabela 3 – Percentuais de insatisfação profissional. Soma de “discordo” e “discordo plenamente”.

Percentuais de insatisfação profissional. Soma de “discordo” e “discordo plenamente”						
Discordam que:	% UNESPAR - FAP	% UNESPAR - EMBAP	% UFPR	% UEPG	% UEL	% UEM
Seja um trabalho interessante que permite adquirir novos conhecimentos	1,43	0	3,7	0	2,78	0
Exercem atividades que permitem desenvolver autonomia e oportunidade de concretizar as próprias ideias	5,72	4	7,4	0	11,11	11,11
Suas atividades						

profissionais possibilitam boas perspectivas de carreira	18,57	16	25,92	0	8,33	8,33
Suas atividades profissionais contam com condições adequadas de trabalho	20	22	29,63	22,22	25	25
Que exercem um trabalho com prestígio social	28,57	24	25,93	0	11,12	11,12

Fonte: As autoras (2019).

Em relação ao exercício profissional, 3,7% dos egressos da UFPR afirmaram que consideram um trabalho interessante que permite adquirir novos conhecimentos.

Quando questionados quanto a concordarem que as atividades que exercem permitem desenvolver autonomia e oportunidades de concretizar as próprias ideias, os egressos da UEL e UEM discordaram ou discordaram plenamente.

Ao serem questionados se suas atividades profissionais possibilitam boas perspectivas de carreira, o percentual de discordância que mais chama a atenção é o dos egressos da UFPR (29,63%), consideravelmente superior aos demais.

Quanto a considerarem que as atividades profissionais exercidas contam com condições adequadas de trabalho, novamente os maiores índices são os da UFPR. Seguidos da UFPR estão entre os maiores percentuais de insatisfação os da UEPG (22,22%), UEL e UEM (25%).

Sobre a discordância de que exercem um trabalho com prestígio social, os maiores índices de insatisfação são os da UNESPAR-FAP (28,57%) e os da UFPR (25,93%).

A Tabela 4 constam a soma dos percentuais dos participantes que responderam “insatisfeito” e “muito insatisfeito”.

Tabela 4 – Percentuais de insatisfação profissional. Soma de “insatisfeito” e “muito insatisfeito”.

Percentuais de insatisfação profissional. Soma de “insatisfeito” e “muito insatisfeito”							
Se insatisfeitos em relação:	sentem em	% UNESPAR - FAP	% UNESPAR - EMBAP	% UFPR	% UEPG	% UEL	% UEM
Ao percurso		2,86	0	11,11	0	2,78	2,78

profissional							
A situação profissional atual	12,86	2	7,41	0	11,11	11,11	
Ao salário atual	28,57	10	22,22	0	22,23	22,23	

Fonte: As autoras (2019).

Em relação à insatisfação profissional, conforme a Tabela 4, o percentual da UFPR novamente chama a atenção (11,11%) no que se refere ao percurso profissional por ser consideravelmente superior aos demais.

Os profissionais formados na UNESPAR-FAP (12,86%) seguidos dos profissionais formados na UEL e na UEM (11,11%) são os mais insatisfeitos em relação à situação profissional atual.

Ao serem questionados se estão satisfeitos com o salário atual, os maiores percentuais de insatisfação são os da UNESPAR-FAP (28,57%), seguidos dos percentuais da UEL e UEM (22,23%) e UFPR (22,22%).

A análise dos percentuais sob cada um dos indicadores indica que os maiores percentuais de satisfação profissional (Tabelas 1 e 2) demonstram que os maiores índices de satisfação se referem aos seguintes indicadores: “trabalho interessante que permite adquirir novos conhecimentos”, “atividades que permitem desenvolver autonomia e oportunidade de concretizar as próprias ideias”, “percurso profissional” e “situação profissional atual”. Observe-se que estes indicadores estão ligados à aspectos individuais dos professores.

Concomitantemente, os maiores percentuais de insatisfação profissional (Tabelas 3 e 4) referem-se aos indicadores: “atividades profissionais que possibilitam boas perspectivas de carreira”, “condições adequadas de trabalho”, “sentimento de prestígio social” e “remuneração salarial”, sendo estes indicadores referentes à fatores de ordem institucional, ou seja, que não dependem das aspirações individuais dos professores para que estes se sintam satisfeitos com suas atividades profissionais. Entre estes fatores, Gomes (2016, p.83) comenta:

[...] a disponibilidade de postos de trabalho, incluindo-se a existência ou não de concursos públicos para acesso à escola; a regulamentação da profissão de professor, que depende de formação e diploma específicos; o regime da instituição de ensino, que é redigida por uma série de leis e regulamentos, incluindo planos de carreira, salários e condições de trabalho.

Para autores como Akkari e Tardif (2011), a inserção profissional é multidimensional, pois "ela reúne níveis de realidade que as ciências sociais e humanas têm o hábito de separar: o indivíduo e a

sociedade ou, como os sociólogos dizem, o ator e o sistema" (GOMES, 2016, p.82 apud AKKARI; TARDIF, 2011).

Estes resultados levam a compreensão de que a satisfação profissional é complexa assim como o processo de inserção profissional devido a influência de diversos fatores, não dependendo somente dos esforços individuais dos profissionais, bem como também defendem Alves, Azevedo e Gonçalves (2014, p.368):

[...] isso significa privilegiar não apenas a questão do acesso ao emprego por parte dos diplomados (tradicionalmente abordada neste domínio de pesquisa), mas também os aspectos referentes à inserção profissional enquanto período de aprendizagem profissional e construção de identidade.

CONCLUSÕES

Este trabalho teve como objetivo investigar a satisfação profissional de docentes em música, um dos tópicos constituintes da Tese (GOMES, 2016) da orientadora desta pesquisa. Pretendeu-se analisar os dados obtidos na pesquisa de doutorado sob nova perspectiva: a de investigar em quais aspectos da profissão docente os participantes da amostra de cada instituição de ensino abordada na Tese afirmaram se sentir mais ou menos satisfeitos.

Observando os índices de satisfação profissional de cada IES em relação a cada um dos indicadores presentes no questionário utilizado na pesquisa da orientadora, foram constatadas similaridades nos percentuais entre as instituições e entre cada instituição comparada à amostra dos 215 egressos. Por outro lado, não houve similaridade nos percentuais quando analisados sob cada aspecto da profissão elencado, visto que os professores se demonstraram satisfeitos profissionalmente quando não levam em conta aspectos institucionais, mas sim os aspectos pessoais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKKARI, Abdeijalil, TARDIF, Maurice. A inserção profissional no ensino: alguns pontos de referência sobre uma realidade complexa. In: GUIMARÃES, Célia Maria et al. (Orgs). **Formação e profissão docente**. Araraquara, SP. Editora Junqueira & Marin, p. 124- 141, 2011.

ALVES, Mariana G.; Azevedo, Nair R.; Goncalves, Teresa N. R. Satisfação e situação profissional: um estudo com professores nos primeiros anos de carreira. In: **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 40, n. 2, p. 365-382, abr./jun. 2014.

BABBIE, Earl. **Métodos de pesquisa survey**. Tradução: Guilherme Cezarino. Belo Horizonte, UFMG, 1999.

FIRDION, Marie-Jean. Construir uma amostra. in: PAUGAM, Serge. (Coord.). **A Pesquisa Sociológica**. Tradução de Francisco Morás. Petrópolis: Vozes, 2015. p. 67-84.

FOWLER, Floyd J., Jr. **Pesquisa de levantamento**. Tradução: Rafael Padilha Ferreira. Porto Alegre. Penso, 2011.

GOMES, Solange, M. **A inserção profissional de licenciados em música: um estudo sobre egressos de instituições de ensino superior do estado do Paraná**. 241f. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Música da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre/RS, 2016.

PEDRO, N; PEIXOTO, F. Satisfação profissional e auto-estima em professores do 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico. in **Análise Psicológica** (2006), 2 (XXIV): 247-262.

PEDRO, N. Auto-eficácia e satisfação profissional dos professores: colocando os construtos em relação num grupo de professores do ensino básico e secundário. **Revista de Educação**. Vol. XVIII, nº 1. p. 23-47, 2011.

SANTOS, Henrique, F. H. **Dificuldades de inserção profissional dos professores em início de carreira**. 126f. (Tese (Doutorado). Escola Superior de Educação de Lisboa. Lisboa/ Portugal, 2000.

SORIANO, Jeane B; WINTERSTEIN, Pedro, J. Satisfação no trabalho do professor de educação física. **Rev. Paul. Educ. Fis.**, São Paulo, 12(2): 145-59, jul./dez. 1998.

**HOMOEROTISMO NO CINEMA LATINO-AMERICANO: REPRESENTAÇÕES DA
HOMOAFETIVIDADE NOS FILMES MADAME SATÃ (KARIN AÏNOUZ, 2002 BRASIL) E
PLATA QUEMADA (MARCELO PYNERO, 2001 ARGENTINA)**

Douglas Carvalho dos Santos (PIBIC,
Fundação Araucária) Unespar/Curitiba II,
douglascarvalho.santos@gmail.com Solange Straube
Stecz(Orientadora), solange.stecz@gmail.com
Unespar/Curitiba

Palavras-chave: Homoafetividade/ Homoerotismo. América Latina. Madame Satã/Plata Quemada.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca evidenciar representações da homoafetividade masculina na cinematografia latino-americana, pontualmente a partir de dois filmes: Madame Satã e Plata Quemada. O corpus de análise é composto de frames de ambos os filmes em que se vêem retratados os personagens principais, buscando delinear pela análise de gestos, expressões faciais e corporais, composição do quadro, figurino e outros elementos da mise-en-scène, formas de expressão da afetividade homossexual que se manifestam na corporeidade dos personagens e dos próprios filmes. A ideia é colocar os filmes em diálogo, para, a partir deste trabalho comparativo, entender pontos de encontro e de dissidência destas representações da homoafetividade, oferecendo subsídios para uma compreensão das formas de se representar afetos homoeróticos no cinema latino-americano.

A pesquisa propõe uma investigação do homoerotismo no cinema latino-americano, os amores que não ousamos falar o nome, buscando ampliar o debate e perceber as diferentes leituras nos filmes com temática homoerótica e suas semelhanças. Para tanto, o foco do trabalho recai na construção da relação homoafetiva, no recorte do homem latino-americano e sua representação dentro de obras de diretores do Brasil e da Argentina. O corpus da pesquisa é composto por dois filmes, a saber: Madame Satã (Karin Aïnouz, 2002, Brasil) e Plata Quemada (Marcelo Pynero, 2001, Argentina).

Ao falar do homoerotismo no cinema Latino-americano, tomei o cuidado de não importar de forma impensada um arsenal teórico-metodológico criado a partir de uma geografia e de uma

história hegemônicas (europeia e norte-americana). O modelo importado servirá de cama, onde deitarei a experiência latina-americana, sem ignorar seus contextos, como as sequelas dos regimes ditatoriais, a penetração dos valores católicos (e a relação incestuosa entre Estado e Igreja), os legados africanos e indígenas e a herança pós-colonial.

MATERIAIS E MÉTODOS

O estudo organiza-se da seguinte forma: em um primeiro momento, será feito um panorama necessário sobre as noções de América Latina e de homoerotismo/homoafetividade, essenciais para o desenvolvimento da pesquisa e que, longe de serem conceitos estabelecidos definitivamente, flutuam e variam de amplitude e escopo entre as discussões que os problematizam. Em seguida, serão analisados frames dos filmes eleitos como corpus do estudo, a fim de buscar nesta análise elementos concretos que permitam delinear representações da afetividade homoerótica em ambos os filmes. Na medida do possível, estas representações serão postas em diálogo, buscando pontos de contato e diferenças entre os modos com que corpos e afetos homo são abordados.

América(s) Latina(s): um plural necessário

O “descobrimento” da América teve um impacto não somente no cenário social e econômico europeu, mas principalmente revolucionou o imaginário moderno sobre as extensões além-mar. Qual deveria ser o nome desse continente tão diverso? A história da construção da denominação dessa vasta faixa de terra coincide com a história das tentativas de apropriação desse imaginário – e conseqüentemente das riquezas materiais que o acompanhavam. Primeiro os ibéricos, depois os franceses, mais tarde os “norte-americanos”. A construção do nome deixou na penumbra e no esquecimento qualquer tentativa de valorizar os povos autóctones, indígenas ou negros. Sempre da perspectiva europeia, a América Latina foi se estabelecendo no mundo ocidental moderno como periferia, inferiorizada e explorada (FARRET, PINTO, 2011, p.31). Nosso recorte cronológico vai do período colonial até o momento de consolidação do termo América Latina, em fins do século XIX. Deixando de lado o complexo debate da existência ou não de uma única identidade latino-americana.

Outra dificuldade que se nos aparece, é abordar de maneira una e homogênea uma extensa região que, na verdade, é extremamente diversificada do ponto de vista étnico, cultural, lingüístico, político e econômico. Quando falamos em América Latina não estamos levando em consideração os povos originários da região, nem os povos africanos transplantados ao longo de séculos para cá.

Homoerotismo – Termos e Conceitos

O homoerotismo como conhecemos remonta à antiguidade, em forma de ode à juventude e culto à anatomia masculinas. O caráter subversivo vem posteriormente, na Idade Média, com a institucionalização do pecado cristão, emprestando ao homoerotismo contornos demoníacos e sua abordagem proibida.

Em sociedades, como a grega, chinesa, japonesa e em muitas tribos indígenas, o relacionamento entre dois homens também fazia parte da cultura social. Em comum essas culturas: relacionavam a prática, ao poder e ao conhecimento, pois o homem mais velho somente poderia estar em posição ativa na penetração, como uma demonstração de poder e saber sexual e intelectual que deveria ser transmitido ao mais jovem. Já este, sempre deveria estar em posição passiva, sendo o detentor da juventude, da estética e da inexperiência. (LOMANDE, 2009, p.03).

No Renascimento o homoerotismo volta à ter protagonismo, como podemos observar na obra do italiano Giovanni Bocaccio, mais adiante Marques de Sade, é responsável por difundir a prática homoerótica, ao lado de estupro, incesto, parricídio, tortura, sodomia, lesbianismo e assassinato como modalidades eróticas. Esse mesmo Sade em obras como Os 120 dias de Sodoma ou Filosofia na Alcova afirma, o sexo entre homens ou mulheres está associado à transgressão moral deliberada como forma de busca do prazer físico.

Até meados do Século XVII, não existia uma palavra específica para identificar um sujeito homossexual como hoje identificamos. Entretanto, a prática da relação sexual através do ânus, ou coito anal, mais conhecida como prática de sodomia, era exercida entre as pessoas. Este termo tem sua origem no ocidente através da Bíblia. Dentre outros temas, este livro sagrado conta parte da história da cidade de Sodoma, condenada por Deus pela prática do coito anal entre homens e também de homens em mulheres, dentre outras relações sexuais vistas como

pecaminosas. Assim, a forma bíblico- religiosa de compreender a relação sexual anal entre homens foi socialmente indicada como pecado. É importante notar que esta denominação e suas consequências são específicas entre os homens que praticavam o coito, mas não entre as mulheres. Entendia-se que as mulheres não eram portadoras de aparatos sexuais competentes para a penetração, jamais podendo sentir prazer sexual como quando vindo de um homem (LOMANDO, 2009, p.03).

Também é possível encontrar em sociedades, principalmente latinas, a prática homoerótica como algo descolado de uma identidade homossexual, onde homens que penetram outros homens não se identificam como homossexuais, pois relatam que aquele sujeito que se deixa ser penetrado é quem assume o papel “feminino”.

A expressão sodomia, relacionam-se a conceitos que definem seus conteúdos pela prática cotidiana de atos sexuais praticados e voltados aos homens, e não às mulheres (LOMANDO, 2009, p.04). Além disso, apesar de ser encontrado na literatura a palavra sodomita, ainda assim entende-se esta como referida a uma pessoa praticante de um ato pecaminoso, que está sujeita à confissão, abstinência, penitência e absolvição (FOUCAULT, 2007b). No início dos anos 90, passou-se a entender como fundamental o movimento de homens e mulheres estarem assumindo para si e publicamente a linguagem do afeto e da preocupação sentimental em suas parcerias com outras do mesmo sexo, possibilitando estabelecer relações conjugais estáveis e fazer escolhas amorosas que valorizam atributos como companheirismo, integridade e carinho.

O Cinema Homoerótico na América Latina

“A objetividade do mundo social significa que este faz frente ao homem como algo situado fora dele. A questão decisiva consiste em saber se o homem ainda conserva a noção de que, embora objetivado, o mundo social foi feito pelos homens, e portanto, pode ser refeito por eles”. (BERGER & LUCKMANN, 2006, p. 123).

A transgressão das identidades de gênero no cinema foi construída imagetivamente por fissuras na tela, por onde escorriam meta-linguagens e outros sentidos não ditos. As sexualidades variáveis, quando permitidas, detinham uma narrativa ideológica que marcava a diferença e a exclusão da norma, da ordem, do instituído, sendo definido e definindo-se como algo proibido, culpabilizado, ou ainda, na vertente do riso e do escracho, onde as linhas do

eu e do outro ficam mais fortemente separadas pelo que não reconheço em mim. Se o cinema pode revelar a in/coerência dos sexos, ainda a faz de maneira que demarque o lugar da fronteira, do estabelecido e normatizado. A produção dessas imagens e suas representações reforçam no imaginário o discurso sobre a “verdade” do corpo e o exercício “afirmativo” da sexualidade. No entanto, mais do que mecanismos negativos de exclusão e rejeição, a produção do cinema sobre a diferença cria discursos e novos saberes e com isso, novas relações de poder que se disseminam em corpos manifestados em cena. Apesar das diferenças de linguagem e meios de produção, sugiro aqui a possibilidade de diálogo, uma ponte, o “em comum” entre os filmes desses diretores e roteiristas, observando contudo, suas particularidades e subjetividades. Busquei por meio dessa pesquisa, lançar luz sobre práticas discursivas observadas nos filmes selecionados, embora fique claro que elas não sejam lineares, tão pouco uniformes, entendendo que os modos com que sujeitos homossexuais e seus desejos são representados nos filmes devem ser compreendidos discursivamente, como enunciados, que só são possíveis a partir de determinadas condições de produção de práticas discursivas determinadas historicamente, como o define Michel Foucault:

“As práticas discursivas compreendem o “conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições do exercício da função enunciativa” (Foucault, 1997, p. 136).

Através de análise comparativa pude observar parecenças e antagonismos das representações da afetividade homoerótica em ambos os filmes, apontando para práticas discursivas que apresentam uma pluralidade de representações. Nesta reflexão, foi possível estabelecer um diálogo próximo com o estudo de Bragança *Corpos em projeção: gênero e sexualidade no cinema latino-americano* (2013), que forneceu a possibilidade de compreender as representações da afetividade homoerótica nos filmes de Aïnouz e Pyneró.

A pesquisa apontou para a necessidade, de mecanismos efetivos que pudessem compreender a enorme carga de interseccionalidade contida nos objetos de estudo, ainda que por se tratar de minorias marginalizadas, havia a necessidade de considerações que as diferenciassem, como etnia, classe social, em que momento da história o filme é retratado, para tanto, foram empregadas categorias que permearão o desenvolvimento desta pesquisa, tais

como; sexualidade, racismo, masculinidade e dispositivos de controle social (Igreja, Estado e Mercado).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Plata Quemada e Madame Satã: afirmação e rupturas de uma normatividade homossexual

Em filmes com temática homoerótica, são comuns dois tipos de cena que se repetem como reiteração discursiva: 1) em algum momento, surge a cena de um homem deitado sobre os braços de outro; e 2) um fim trágico (de assassinatos, por exemplo), cujo desfecho impossibilita a completude do amor homo/bi/transerótico, se a primeira cena insinua um ser frágil à procura de um amor em sua vida, a segunda retrata uma impossibilidade de união entre dois iguais com a morte.

Imagem 1 – Reafirmações.



Fonte: Plata Quemada (Pynero, Marcelo, 2001, p.06).

É possível observar que diferente do que acontece no filme argentino o ataque dirigido ao personagem Madame Satã está focado no feminino que reside em seu corpo, enquanto no filme argentino, os corpos dos personagens transitam pelos espaços com a desenvoltura do macho

dominante que carrega em seus passos, em seus gestos, o que se entende por masculino, logo permitido. Acredito que resida aí, as fissuras por onde o normativo, seja ele homo ou hétero, entram em colapso, as formas que um corpo insubmisso pode tomar, fragilizam a regra do certo e errado, pode não pode, onde já não se entende mais onde começa o macho e termina a fêmea. Essa transitoriedade que o corpo do personagem Madame Satã transborda, ora agindo como malandro macho que defende os mais fracos, ora como mãe que assume os cuidados da filha, desafia os limites das normas de gênero, incluindo aí, também as normas que regulam a afetividade homo. É visível nos dois filmes antagonismos entre os espaços sociais destinados às personagens Madame Satã, El Nene e Angel, assim, as homossexualidades presentes no filme argentino operam de maneiras distintas daquela expressa no filme brasileiro e mais do que aproximações, são caracterizadas por distanciamentos.

Plata Quemada e a construção de uma homoafetividade do macho

No começo era tudo natureza, a partir do qual e contra qual se construiu a ideia de Deus, a natureza continua sendo o supremo problema moral. Não poderemos entender o sexo e as identidades sexuais humanas, enquanto não esclarecermos nossa atitude em relação a ela. O sexo é um subconjunto da natureza. Sexo é o natural no homem. (Paglia, 1992 p.2)

Imagem 2 – A Homoafetividade do Macho.



Fonte: Plata Quemada (Pynero, Marcelo, 2001, p.07).

Na primeira cena de Plata Quemada vemos Angel (Eduardo Noriega), fazendo exercício de flexão, somente de cueca branca, no movimento ininterrupto de flexionar e estender os braços, seu corpo sobe e desce repetidas vezes, câmera fixa na altura chão, posicionada frontalmente ao personagem. Portanto o que vemos no quadro é o rosto de Angel e sua cueca simultaneamente, cabeça e sexo, cabeça e sexo, cabeça e sexo, enquanto ouvimos a medalhinha de Santa no pescoço de Angel bater no chão cada vez que flexiona o braço. Esse será o fio condutor do filme, o recorte sobre o corpo exposto ao olhar do voyeur, seja ela na narrativa ou na relação com espectador, traduzirá a dicotomia cristã que opõe o desejo e pulsão sexual à lógica e racionalidade, criando uma ferida atravessada pela culpa cristã que determinará as ações desse corpo.

Madame Satã e a dissidência do feminino

Após deixar o cárcere, João passa a viver com Laurita (Marcélia Cartaxo), prostituta e sua "esposa"; Firmina, a filha de Laurita; Tabu (Flávio Bauraqui), seu cúmplice; Renatinho (Felipe Marques), seu amante e também traidor; e ainda Amador (Emiliano Queiroz), dono do bar Danúbio Azul. É neste ambiente que João Francisco irá se transformar na entidade Madame Satã. No frame abaixo, enquanto Laurita (Marcélia Cartaxo) a mãe, numa postura relaxada e vislumbra o horizonte de maneira sonhadora, como se aguardasse o chamado para uma nova aventura, em primeiro plano vemos João Francisco (Lázaro Ramos) o pai, numa postura altiva, onde sua força reside na dignidade e delicadeza, emana uma sutil hostilidade, o olhar fixo no presente, de quem sabe que qualquer vacilo significa a morte.

Imagem 3 – Dissidência do Feminino.



Fonte: Madame Satã (Ainouz, Karin. 2002, p.08).

Voltemos nossa atenção ao figurino: Laurita novamente imprime descompromisso, um vestido leve e pueril, João Francisco por sua vez, de camisa e casaco, alinhado e aquecido, a imagem da segurança e do acolhimento, não passa despercebido o anel com o Búzio, signo que remete à ancestralidade, à condição do negro, à África, que ganha reforço imagético, o contraste dos braços de Firmina, a filha de Laurita envolta por João Francisco.

Podemos perceber nessa “outra família” do filme de Karin Ainouz, esse esgarçamento dos papéis e funções de masculinidade e feminilidade, esses corpos que transitam e insistem em desafiar as regras da normatividade, criando fissuras pelas quais podemos vislumbrar, para além da derme, com delicadeza, aquelas que desafiaram o estabelecido. E assim, pavimentar o caminho para outras possibilidades de existir. Segundo Lopes (2015), o longa-metragem de Ainouz será não só uma história não oficial de subjetividades e afetos, de um complexo e fragmentado curto-circuito de identidades à medida em que o protagonista é negro, pobre, lutador de capoeira, ladrão, assassino, afirma ainda haver paralelamente a história de seu cotidiano, há uma outra história, que é a história do que Francisco faz no palco, tão importante quanto o seu dia a dia. Ao subir no palco, a possibilidade de um modo de vida para além do ódio, da violência, é vislumbrado.

Imagem 4 – Para Além da Derme.



Fonte: Madame Satã (Aïnouz, Karin, 2002, p.09).

CONCLUSÕES

A narrativa fílmica pode contribuir para o reforço de estereótipos, bem como elucidar o espectador. A sensível diferença se dará nas escolhas de representação adotadas. O que nos leva a questionar, de que modo corpo e diversidade sexual/cultural são representadas em um filme? Como reconfigurar as múltiplas e contraditórias representações identitárias de gênero e sexualidade, no amplo espaço da diversidade?

Usualmente lidas como frágeis, risíveis e superficiais, as homossexualidades apresentadas nessas obras, buscam (re)encenar e (re)afirmar modelos de masculinidades e com isso entram em constante embate com categorias identitárias heteronormativas e homonormativas, desestabilizando-as de sua rigidez, ora alargando-as, ora negando-as. A estrutura narrativa dos filmes Plata Quemada e Madame Satã apontam ainda, para a condição humana, o falível, o medo, a impotência, a incomunicabilidade, que acompanha nossos “heróis” para onde quer que eles forem, e nós espectadores seguimos juntos, sofrendo, superando, amando e odiando, até que a morte nos separe, seja o único caminho para impossibilidade

desse corpo, transgressor, subversivo, desejoso, de existir. Neste estudo propus (re)pensar a diversidade sexual/cultural no cinema latino-americano, em que o corpo se destaca, e a partir daí privilegiar situações acerca da imagem do corpo em cena, cujo desafio é expor e exemplificar tal diversidade e com isso lançar luz sobre as particularidades e especificidades dos latino-americanos e seu cinema, possibilitando uma sociedade mais justa e inclusiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRAGANÇA, M. TEDESCO, M. C. (Org) *Corpos em projeção: gênero e sexualidade no cinema latino-americano*. 1. ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013. 253p.
- BARROS, Sullivan C. XXY: Diálogos e entrelaçamentos sobre o corpo, gênero e sexualidades no cinema argentino. *Revista Ártemis*, Vol. XXI jan-jul 2016, pp.1-15.
- BUTLER, Judith. *Corpos que pesam: sobre limites discursivos do sexo*. In: LOURO, Guacira L. (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. pp. 151-172.
- FÉRES-CARNEIRO, T. A escolha amorosa e interação conjugal na heterossexualidade e na homossexualidade. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, vol. 2, n. 10, p. 351-368. 1997
- FOUCAULT, M. (a). *A Arqueologia do Saber*. 7. Ed. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2007
- FOUCAULT, M. (b). *A história da Sexualidade. A vontade de saber*. 7. ed. São Paulo, Graal, 2007.
- LOMANDO, Eduardo. Reflexões sobre termos e conceitos das relações entre pessoas do mesmo sexo. Artigo publicado - PUCRS, 2009.
- LOPES, Denilson. *Mostra New Queer Cinema: Cinema, Sexualidade e Política*. Catálogo: Caixa Cultural, 2015.
- LOURO, G. *Um corpo estranho – ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- MELLO, L. *Outras Famílias: a construção social da conjugalidade homossexual no Brasil*. *Cadernos Pagu*, vol. 24, p. 197-225. 2005
- MEYER, D. *Gênero e educação: teoria e política*. In Guacira Lopes Louro, Jane Felipe Neckel & Silvana Vilodre Goellner (orgs). *Corpo, gênero e sexualidade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

OLIVEIRA, Megg. O Diabo em forma de gente - (R)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação. 1. ed. Editora Prismas, 2017.

PLAGIA, Camille. Personas sexuais – Arte e decadência de Nerfetti a Emily Dickinson. 3. ed. Companhia das Letras, 1992. 653p.

PAIVA, Claudio C. Imagens do homoerotismo masculino no cinema: um estudo de gênero, comunicação e sociedade. Revista Bagoas. Estudos gays, gênero, sexualidades. Volume 1, nº 1, nov. 2012.

Publicação Audiovisual

Madame Satã. Direção: Karim Aïnouz, Produção:Walter Salles. Rio de Janeiro. Lumière, 2002. (1h 45min).

Plata Quemada. Direção: Marcelo Pynero. Produção: Eric Altmayer. Argentina, Espanha, França, Uruguai. Cuatro Cabezas Films, Oscar Kramer S.A. 2001. (2h 05min).

MULHERES DIRETORAS NO CINEMA LATINO-AMERICANO – A IMPORTÂNCIA DO MAPEAMENTO PARA A ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS INCLUSIVAS

Graziela Braz Camilo (PIBIC, Fundação Araucária) Unespar/Campus Curitiba II, labrazca@gmail.com
Solange Straube Stecz (Orientadora) Unespar/Campus Curitiba II, solange.stecz@gmail.com

Palavras-chave: Cinema Latino-Americano. Políticas Públicas. Mulheres diretoras.

INTRODUÇÃO

O projeto partiu de um levantamento da participação de mulheres como diretoras de filmes de longa-metragem no Brasil e no México, tendo como base os dados contidos em anuários estatísticos e informes do setor audiovisual disponibilizados pelo Observatório do Cinema e do Audiovisual (OCA) da Agência Nacional de Cinema (ANCINE) e pelo Instituto Mexicano de Cinematografia. Inicialmente, procurou-se averiguar a atuação das mulheres atrás das câmeras em outros países da América Latina, entretanto, observou-se, naquele momento, que não havia dados atualizados nos anuários de cinema do Chile, Colômbia e Argentina. Essa lacuna de informação sinaliza a importância desta categoria de análise para a elaboração de políticas públicas que mitiguem a desigualdade de gênero na indústria cinematográfica latino-americana.

MATERIAIS E MÉTODOS

A primeira etapa da pesquisa compreendeu o levantamento e análise de dados da indústria do cinema e audiovisual latino-americano, disponibilizados pelos órgãos competentes em seus anuários do setor. Inicialmente, centrou-se em 2 países: Brasil e México. São os que apresentam dados mais atualizados e completos sobre as mulheres no audiovisual. No Brasil, a Agência Nacional do Cinema (ANCINE) conta com Observatório Brasileiro do Cinema e do Audiovisual (OCA), que traz importantes indicadores das atividades do mercado audiovisual brasileiro, como a participação de mulheres roteiristas, diretoras e produtoras executivas em filmes de longa-metragem com exibição comercial no país. No México, o

Instituto Mexicano de Cinematografia também disponibiliza anuários estatísticos do setor atualizados, contendo relevantes informações acerca da presença feminina atrás das câmeras.

A segunda etapa da pesquisa se deu com a leitura de outras fontes como artigos, entrevistas e matérias jornalísticas. A começar pelos textos da professora Marina Cavalcanti Tedesco, da Universidade Federal Fluminense, que estuda a trajetória de mulheres latino-americanas da esfera privada à realização cinematográfica, em especial no que diz respeito à função de diretoras. Ao percorrer esse caminho teórico, outros trabalhos e autores foram incorporados à pesquisa. O texto “Prazer Visual e Cinema Narrativo”, de Laura Mulvey, aborda a representação da mulher no cinema dito narrativo ou clássico, reconhecendo a fetichização do corpo feminino na tradição cinematográfica e a secundarização dessas personagens na narrativa. Essa mesma abordagem crítica se dá em “Presença feminina no cinema brasileiro – por que estamos tão longe?”, de Paula Alves, José Eustáqui Diniz Alvez e Denise Britz do Nascimento, texto em que os autores analisam as representações do patriarcado e das relações familiares, da sexualidade, a objetização da mulher, e os padrões de beleza e comportamento determinados pelo star system do cinema que contribuiu de forma fundamental na construção das “imagens” de homens e mulheres reforçadas ao longo do tempo.

A IMPORTÂNCIA DO MAPEAMENTO DA PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES ATRÁS DAS CÂMERAS

O Observatório Brasileiro do Cinema e do Audiovisual (OCA) divulgou que em 2017 o percentual de filmes dirigidos por mulheres diminuiu de 20,3% para 15,8%, enquanto que a direção mista (homem e mulher juntos assinando a direção) aumentou de forma significativa, passando de 1,4% em 2016, para 7%, em 2017.

A tabela abaixo mostra o número de títulos de longa-metragem realizados em 2017, e a porcentagem de homens e mulheres na direção, além da categoria mista, que refere-se a codireções entre ambos, de acordo com o Informe Anual Preliminar 2017, referente ao segmento de salas de exibição, no período de 05 de janeiro de 2017 a 03 de janeiro de 2018.

Tabela 1 – Gênero da direção

Gênero da direção	Número de títulos	% do Total
Masculino	122	77,2%
Feminino	25	15,8%
Mista	11	7,0%
Total	158	100,0%

Fonte: Informe Anual Preliminar 2017 (Ancine, 2018)

Em 2007, 78 filmes nacionais entraram no circuito exibidor brasileiro, dos 15,4% foram dirigidos por mulheres¹. Em 2017, foram comercializados em salas de exibição 158 longa-metragens nacionais², dos quais 15,8% tiveram uma mulher na direção. Em uma década, o número de filmes brasileiros com exibição comercial mais do que dobrou, entretanto, a participação de diretoras mulheres se manteve baixa. Houve uma oscilação dessa participação ao longo da década observada, porém de poucos pontos percentuais.

Uma análise interseccional entre gênero e trabalho permite expor, de acordo com dados divulgados em 2018 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que 51,7% da população brasileira é composta por mulheres³, no entanto, se observadas as funções de direção, a participação delas no mercado de trabalho cinematográfico é numericamente muito inferior, indicando uma discrepância que vai além dos números.

Os informes publicados pelo OCA trazem ainda, outros dados relevantes sobre a indústria cinematográfica nacional, apresentando recortes como a etnia dos diretores, roteiristas e produtores executivos, além da região em que estão localizadas as empresas produtoras desses longa-metragens brasileiros que chegam às salas comerciais. Os dados revelam um desequilíbrio no investimento dos recursos públicos em filmes realizados por homens e mulheres, brancos e negros, o norte e o sul do país, e permitem observar que o Estado, por meio de seus programas e editais, vem reproduzindo práticas que privilegiam certos grupos em detrimento de outros. Às mulheres, aos negros e indígenas, às pessoas pobres e periféricas, resta pouco ou quase nenhum espaço para a plena expressão de sua cultura e identidade.

Em resposta à essa problemática, o extinto Ministério da Cultura do Brasil⁴, através do programa intitulado Audiovisual Gera Futuro, lançado em fevereiro de 2018, com recursos do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA), estabeleceu um sistema de cotas visando recompor a participação de realizadores oriundos de camadas da sociedade que historicamente têm menos acesso aos mecanismos públicos de fomento à realização artística, como é o caso das mulheres, dos negros e indígenas, além de cotas regionais que visavam a descentralização das produções. Segundo o edital, os recursos seriam distribuídos de forma a garantir que no mínimo 20% dos recursos fossem destinados a projetos de

¹De acordo com o Dicionário de filmes brasileiros, de Antônio Leão da Silva Neto (2009).

² Segundo o Sistema de Acompanhamento de Distribuição em Salas (SADIS), o total de títulos nacionais exibidos comercialmente em nosso parque exibidor foi de 160. (<https://oca.ancine.gov.br/mercado-audiovisual-brasileiro>)

³ Dados da PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua) 2018. (<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres.html>)

⁴ Atual Secretaria Especial da Cultura, vinculada ao Ministério da Cidadania, alteração realizada pela Medida Provisória nº 870, de 2019, que dispõe da Organização da Presidência e dos Ministérios.

produtoras com sede na região sul, e nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Às regiões norte, nordeste e centro-oeste se destinariam 30% dos recursos do edital. Uma vez atendidas essas cotas regionais, o edital estabelecia critérios de ações afirmativas e de estímulo a novos roteiristas (50% dos projetos), a roteiristas mulheres (50% dos projetos) e negros e/ou indígenas (25% dos projetos).⁵

Os critérios adotados no referido edital, representa um avanço significativo para esses grupos sociais, como forma de resposta e encaminhamento do trabalho de análise dos dados da indústria cinematográfica nacional, que pode ser contemplado em artigos e informes publicados pelo OCA. Isso evidencia a importância de se adotar categorias de análise que levem em consideração o gênero, a etnia, a região, e também a classe social, pela relevância desses recortes para um entendimento mais profundo do tema da desigualdade no país. A medida, inovadora e pioneira no contexto latino- americano, merece ser analisada e difundida, assim como ampliada a outros programas e editais de incentivo à cultura.

Os resultados preliminares de 2018, elaborados pela Superintendência de Análise de Mercado da ANCINE, mostram que os filmes com diretoras mulheres receberam 26,12% do

total investido em projetos contemplados com recursos do FSA. O número, apesar de ainda bastante baixo, representa 10% a mais do que a porcentagem de filmes de longa-metragem dirigidos por mulheres e exibidos comercialmente no ano anterior. Quanto ao percentual de títulos lançados em 2018, as mulheres assinaram a direção de 22% do total de 184 longa-metragens.

A atuação das mulheres no campo da realização cinematográfica no México manteve em 2017 uma tendência de crescimento que já se apresentava nos últimos anos, de acordo com o anuário estatístico do setor, publicado pelo Instituto Mexicano de Cinematografia. Do total de 176 filmes produzidos, 42 foram dirigidos por elas, o número mais alto desde o início do trabalho de mapeamento da categoria, em 2007, em que elas dirigiram 8 longa-metragens.

"Com relação ao ano de 2016, houve mais filmes produzidos e escritos por mulheres, com um aumento de 34% e 30% respectivamente. 52% do total das produções contaram com a participação de mulheres como diretoras, roteiristas ou produtoras." (Anuario Estadístico de Cine Mexicano 2017, p.57, tradução nossa).

~~— No México, a discussão sobre adotar-se cotas de gênero nos editais públicos para produção cinematográfica ainda está se iniciando, sendo já uma política estabelecida no sistema eleitoral, onde as mulheres têm o direito a 50% das candidaturas a cargos eletivos. Este mecanismo de integração paritária fez com que o México alcançasse o 11º lugar no ranking de participação feminina na política, o 3º país mais bem posicionado entre os países ibero-americanos, com 42,6% de participação na~~

⁵ Edital SAV/MINC/FSA N° 10, de 23 de fevereiro de 2018.

câmara e 36,7% no senado, segundo informe de 2017, divulgado pela União Interparlamentar (IPU) e pela ONU Mulheres. O Brasil, em contrapartida, encontra-se na 154ª posição, com apenas 10,7% de mulheres na câmara e 14,8% no senado.

Dentre os fatores que podem ser apontados como determinantes para a participação significativamente inferior das mulheres em funções de liderança no mercado de trabalho, como é o caso da direção cinematográfica, destaca-se a indisponibilidade para assumir trabalhos que exigem viagens e uma agenda menos convencional, isso em decorrência, principalmente, da maternidade e do acúmulo de funções profissionais com os afazeres domésticos.

ESTEREÓTIPOS, SILENCIAMENTO E SUB-REPRESENTAÇÃO

A atuação das mulheres como diretoras, apesar de sua relevância para a história do cinema, tem sido irregular e dificultosa, e muitas de suas realizações acabaram sendo esquecidas pela crítica e curadoria, ou se perderam pela ausência de um trabalho de preservação.

O quadro abaixo, elaborado por Marina Cavalcanti Tedesco a partir de uma cronologia levantada por Teresa Toledo em 1987 e outras fontes bibliográficas, informa sobre os primeiros filmes dirigidos por mulheres em 17 países da América.

Tabela 2 – Primeiros filmes dirigidos por mulheres

País	Título	Diretora	Ano
Argentina	<i>La niña del bosque</i>	Emilia Saleny	1917
Bolívia	<i>Maria Lionza, un culto de Venezuela</i>	Raquel Romero e Mario Handler	
Brasil	<i>O mistério do dominó preto</i>	Cléo de Verberena	1930
Colômbia	<i>Llego por el Amazonas</i>	Mônica Silva	1964
Chile	<i>Amuhuelai-mi (Ya note irás)</i>	Marilú Mallet	1971
Costa Rica	<i>Juan Santamaría</i>	Patricia Howell	1981
Cuba	<i>Plaza vieja</i>	Sara Gómez	1962
Equador	<i>Solar habanero</i>		
	<i>Camilo Egas: pintor de nuestro tiempo</i>	Mónica Vázquez	1982
Haiti	<i>Zatrap</i>	Elsie Haas	1981
Jamaica	<i>The peacefuk gun</i>	Barbara Blake	1977 – 78
Martinica	<i>L'atelier du diable</i>	Euzhan Palcy	1982
México	<i>La tigresa</i>	Mimi Derba e Enrique Rosas	1917
Nicarágua	<i>Noticiero INCINE n° 5</i>	María José Alvarez	1980
Peru	<i>Encuentro</i>	Nora de Izcue	1967
Puerto Rico	<i>La batalla de Vieques</i>	Zydnia Nazario	1986
Uruguai	<i>Se necesitan niños para amanecer</i>	Patricia Boero	1985
Venezuela	<i>Reverón</i>	Margot Benacerraf	1951

Fonte: Da esfera privada à realização cinematográfica: a chegada das mulheres latino-americanas ao posto de diretoras de cinema. (Marina Cavalcanti Tedesco, 2012, p. 102)

Mesmo nos países em que se registra a realização de filmes por mulheres nas primeiras décadas do século XX, o panorama não era favorável para a atuação delas atrás das câmeras. A maioria dessas profissionais não chega a realizar seu segundo filme longa-metragem.

O início tardio de um cinema dirigido por mulheres nesses países, reflete a desigualdade de gênero na indústria cinematográfica e tem como consequência sua sub-representação nas telas. A crítica e realizadora britânica Laura Mulvey questiona a representação fetichizada da mulher pelo cinema narrativo clássico, que criou o *star system* e transformou a imagem das estrelas em emblemas de sexualidade através da objetificação de seus corpos.

"Num mundo governado por um desequilíbrio sexual, o prazer no olhar foi dividido entre ativo/masculino e passivo/feminino. O olhar masculino determinante projeta sua fantasia na figura feminina, estilizada de acordo com essa fantasia. Em seu papel tradicional exibicionista, as mulheres são simultaneamente olhadas e exibidas, tendo sua aparência codificada no sentido de emitir um impacto erótico e visual de forma a que se possa dizer que conota a sua condição de 'para-ser-olhada'". (MULVEY, 1983, p.444)

Representadas majoritariamente sob o prisma masculino, as mulheres foram transformadas, pelo cinema americano, em objeto de desejo e contemplação, ou seja, uma posição de passividade, com protagonismo praticamente nulo. Esta forma de representação, segundo Mulvey, reflete a cultura patriarcal, e o cinema, como um instrumento de prazer visual, promove a manutenção dessas relações desiguais de poder e reproduz a lógica ativo/masculino e passivo/feminino que organizam a maioria das sociedades contemporâneas.

Teresa de Lauretis, outra teórica basilar dos estudos de gênero, destaca a importância de se pensar essa questão fora da divisão binária que se baseia no sexo biológico dos indivíduos, porque exclui os processos sociais e culturais de representação e desconstrução da representação de gênero. Para de Lauretis, é preciso pensar o gênero a partir de um lugar outro do discurso:

"Eu o imagino como espaços nas margens dos discursos hegemônicos, espaços sociais entalhados nos interstícios das instituições e nas fendas e brechas dos aparelhos de poder-conhecimento. E é aí que os termos de uma construção diferente do gênero podem ser colocados – termos que tenham efeito e que se afirmem no nível da subjetividade e da auto-representação: nas práticas micropolíticas da vida diária e das resistências cotidianas que proporcionam agenciamento e fontes de poder ou investimento de poder; e nas produções culturais das mulheres, feministas, que inscrevem o movimento dentro e fora da ideologia, cruzando e recruzando as fronteiras – e os limites – da(s) diferença(s) sexual(ais)". (LAURETIS, 1994, p. 237)

A sub-representação feminina nas telas não restringe apenas a pluralidade do olhar, ela também reflete em uma produção cinematográfica que não contempla o mosaico cultural que

caracteriza as sociedades latino-americanas. Além disso, a atuação das mulheres em posições de comando no mercado de trabalho se vê afetada pela falta de representação de mulheres nessa posição na cultura e na arte.

Enquanto o cinema prioriza protagonistas homens, estamos retransmitindo a concentração de poder nas figuras masculinas. Se os homens predominam nos cargos de comando do cinema, as decisões referentes ao planejamento estratégico, seleção de pessoal e execução orçamentária nesta área estão majoritariamente em suas mãos. E, mais importante: a gerência do imaginário, da representação de homens e mulheres e suas relações no trabalho e na família, a disseminação de valores e modismos, a representação dos diversos grupos sociais, a escolha da temática e da forma como a mesma será apresentada e tratada no filme. (ALVES; DINIZ ALVES; SILVA, 2012, p. 17-18)

A questão de gênero não é o único marcador simbólico que determina a configuração do olhar. Outros aspectos como raça, etnia, religião e classe social, para mencionar apenas alguns, são fundamentais para entender as formas de interação e expressão dos indivíduos. Paula Alves e Paloma Coelho destacam que:

Homens e mulheres se posicionam, agem e reagem, são vistos e significados socialmente, vivenciam suas relações afetivo-sociais-laborais de formas diferentes. Da mesma forma que uma mulher branca se posiciona, reage, é vista e significada socialmente de formas diferentes que uma mulher negra, ou que mulheres de diferentes gerações, mulheres no Brasil e na África, etc. (ALVES e COELHO, 2015, p. 174)

Incalculáveis são as contribuições que poderiam vir de pessoas que, por seu lugar na sociedade, acabam não tendo acesso aos mecanismos de produção em arte. São olhares que deveriam ser possíveis para a construção de uma cultura audiovisual mais diversa e menos excludente, que nos edifique como sujeitos e sociedade. Por isso a importância do questionamento sobre o que se mostra na tela e como, sem esquecer de quem decide a destinação dos recursos públicos para o cinema e daqueles que participam dessa indústria.

CONCLUSÕES

Um fator importante na promoção políticas afirmativas é o estudo periódico em que se quantifica e analisa a estrutura da indústria e a porcentagem de mulheres (no caso do nosso recorte neste trabalho) inseridas nela. Um dos exemplos mais difundidos é o caso da Suécia, que conseguiu apresentar um aumento de 35% para 50% na participação de mulheres diretoras entre os anos 2013 e 2014. O Canadá é outro exemplo de país que adotou medidas

para mitigar a desigualdade de gênero na indústria cinematográfica, destinando 50% dos financiamentos a projetos realizados por mulheres (SORIANO e CALCAGNO, 2007).

O mercado audiovisual (assim como outros setores do mercado de trabalho) dificilmente se equilibra sozinho. Diante do discurso que alega que não há necessidade de intervir, exemplos pragmáticos, como os que acabam de ser expostos, permitem contradizê-lo e reivindicar uma resposta efetiva do Estado, levando a cabo medidas concretas para reduzir a brecha de gênero na indústria do cinema.

O primeiro passo para criação de políticas públicas inclusivas é ter a informação sistematizada, que apresente os diagnósticos e perspectivas que orientem a criação dessas políticas. No caso do Brasil, o Observatório do Cinema e do Audiovisual (OCA), que foi criado em 2008, disponibiliza balanços periódicos do setor audiovisual no país. No México, é o Instituto Mexicano de Cinematografia que, desde 2010, realiza esse trabalho.

A difusão de políticas públicas inovadoras que apresentam estratégias possíveis para diminuir o desequilíbrio na aplicação dos recursos públicos em projetos audiovisuais realizados por homens e mulheres promove o combate à discriminação através da recriação da imagem-identidade que é reproduzida pela família, escola, literatura, arte e meios de comunicação. Desta forma, acredita-se que a entrada da mulher neste campo pode contribuir para a construção de uma nova imagem da mulher, ou melhor, da imagem de uma nova mulher.

É necessário, ainda, considerar que a desigualdade de gênero na indústria cinematográfica se dá não apenas pela falta de espaço e subsídio para a mulher como realizadora, mas principalmente como reflexo de um conjunto de práticas e valores que são arraigados na cultura e na sociedade latino-americana, onde a mulher continua ocupando lugares menos privilegiados e tem seu acesso às esferas de liderança e poder dificultados por essas estruturas sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Paula; COELHO, Paloma. Discursos, performatividades e padrões visuais no cinema: reflexões sobre as representações de gênero, o mercado cinematográfico e o cinema de mulheres. *In: Políticas e Poéticas do Audiovisual na contemporaneidade: por uma antropologia do cinema*

(dossiê). ACENO - Revista de Antropologia do Centro-Oeste. Vol. 2, N. 3, p. 159-176. UFMT: jan. a jul. de 2015.

ALVES, Paula; ALVES, José Eustáquio Diniz; SILVA, Denise Britz do Nascimento. **Presença feminina no cinema brasileiro - por que estamos tão longe?** XV ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO NORTE E NORDESTE e PRÉ-ALAS BRASIL. Teresina-PI: UFPI, 2012

ANCINE. Agência Nacional do Cinema. **Informe de Mercado. Segmento de Salas de Exibição – Informe Anual Preliminar 2017**. Disponível em <https://oca.ancine.gov.br/publicacoes>
Acesso em 14 de abril de 2018.

ANCINE. Agência Nacional do Cinema. **Participação Feminina na Produção Audiovisual Brasileira (2018)**. Disponível em <https://oca.ancine.gov.br/publicacoes>
Acesso em 08 de agosto de 2018.

ARGENTINA. Instituto Nacional de Cine y Artes Audiovisuales-INCAA. **Anuario de la Industria Cinematográfica y Audiovisual Argentina 2016**. Disponível em: http://fiscalizacion.incaa.gov.ar/index_publicaciones.php
Acesso em 15 de abril de 2018.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Edital SAV/MINC/FSA Nº 10**, de 23 de fevereiro de 2018. Disponível em: <http://cultura.gov.br/documento/2018/>
Acesso em 20 de abril de 2019.

CAEM. Cámara de Exhibidores Multisalas de Chile A.G. **El cine en Chile en el 2016**. Disponível em: <http://www.caem.cl/index.php/informes-anuales/item/24-el-cine-en-chile-en-el-2016>
Acesso em 19 de abril de 2018.

COLOMBIA. Ministerio de Cultura – Dirección de Cinematografía. **Anuario Estadístico del Cine Colombiano 2016**. Disponível em: <http://www.mincultura.gov.co/areas/cinematografia/Paginas/Anuarios.aspx>
Acesso em 17 abril de 2018.

IPU - Unión Interparlamentaria. **Mujeres en la Política: 2017**. Disponível em <https://www.ipu.org/news/press-releases/2017-03/new-ipu-and-un-women-map-shows-womens-representation-in-politics-stagnates>
Acesso em: 20 de junho de 2019.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. *In*: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, p. 206-242, 1994.



MÉXICO. Instituto Mexicano de Cinematografía. **Anuario Estadístico de Cine Mexicano 2017**. Disponível em: <http://www.imcine.gob.mx/cine-mexicano/anuario-estadistico>
Acesso em 14 de abril de 2018.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA/GABINETE DO MINISTRO. **Diário oficial da união**. Portaria nº 18, de 9 de janeiro de 2019. Publicação: 11/01/2019, Edição: 8, Seção: 1, p. 5.

MULVEY, Laura. Prazer Visual e Cinema Narrativo. Trad. João Luiz Vieira. *In*: XAVIER, Ismail (org.) **A experiência do cinema: antologia**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, Embrafilme, p. 435-453, 1983.

SILVA NETO, Antônio Leão da. **Dicionário de filmes brasileiros: longa-metragem**. São Bernardo do Campo, SP: Ed. do Autor, 2009.

SORIANO, Griselda e CALCAGNO, Luciana. **La cifra impar (sobre mujeres directoras en el cine argentino): Un minucioso análisis estadístico sobre la minoritaria participación femenina en la realización**. Disponível em <https://www.otroscines.com/nota?idnota=12591>
Acesso em 10 de agosto de 2019.

TEDESCO, Marina Cavalcanti. Da esfera privada à realização cinematográfica: a chegada das mulheres latino-americanas ao posto de diretoras de cinema. **Revista Extraprensa**, São Paulo, Ano VI - n. 10, p. 97-105, junho/2012.